



Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Escola de Lisboa.
Arquitectura e Cultura entre 1970 e 1986

Leonor Matos Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Arquitectura

Volume I

Orientadora:

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Manuel da Cruz Fernandes, Professor Catedrático do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Fevereiro, 2019

Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Escola de Lisboa.
Arquitectura e Cultura entre 1970 e 1986

Leonor Matos Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Arquitectura

Volume I

Júri:

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Doutor Gonçalo Esteves de Oliveira Canto Moniz, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Bruno Ricardo Abrantes Gil, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Fevereiro, 2019

This work was supported by the individual doctoral grant provided by the Portuguese Foundation for Science and Technology (SFRH/BD/80535/2011) as part of the POCH – Human Capital Operational Programme in conjunction with the European Social Fund and National Funds of the Ministry of Education and Science.



Resumo

Até 1986, o ensino superior público da arquitectura em Portugal estava consignado a apenas duas escolas: a Escola Superior de Belas-Artes do Porto e a sua congénere em Lisboa. Esta tese procura observar Escola de Lisboa – designação aqui adoptada para a Secção de Arquitectura (1ª Secção) da respectiva Escola Superior de Belas-Artes para o período em questão. Nomeadamente tem-se em conta o tempo que se segue às contestações estudantis e experiências pedagógicas do início dos anos 70 até à Revolução de 25 de Abril de 1974, momento em que a Escola se vê forçada a encerrar, fazendo-se então nota das diversas tendências políticas e seus projectos para a formação de um novo paradigma de ensino. Verifica-se depois o que sucede após a sua reabertura, em 1976. A Escola é inserida na Universidade Técnica como Faculdade de Arquitectura, em 1979, um processo complexo, que implica a criação de uma Comissão Instaladora. A partir daí, pode sedimentar uma ideia didáctica que vinha ensaiando, acabando por aplicar o princípio da especialização. Com a década de 80, a Escola ganha novo fôlego; são inúmeras as ocorrências essencialmente de cariz cultural que esta vivencia, nomeadamente conferências, encontros académicos e manifestações artísticas. Em 1986, ao mesmo tempo que é anunciado um primeiro curso universitário privado de arquitectura em Portugal (Universidade Lusíada), todas as turmas de arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes integram a Faculdade de Arquitectura, e a 1ª Secção extingue-se. Partindo de um legado de inequívoca singularidade, a Escola de Lisboa assume então um novo ciclo.

Palavras-chave: Escola de Lisboa; Arquitectura; Cultura; Cultura arquitectónica; Ensino da arquitectura

Abstract

Until 1986, Portuguese public higher education in architecture was consigned to two schools: the Superior School of Fine Arts of Porto and the Superior School of Fine Arts of Lisbon ('Lisbon School'). This thesis aims to examine the Lisbon School—a designation adopted for the First Section of the Superior School of Fine Arts of Lisbon for purposes of this thesis and the period under review. It takes into account the time following the student protests and pedagogical experiences of the early 1970s to the Revolution of 25 April 1974, when the School was forced to close. The thesis also notes the diverse political tendencies and their projects for shaping a new teaching paradigm. It then verifies what happened after the School's reopening in 1976. The School became the Faculty of Architecture within the Technical University in 1979, a complex process that implied the creation of an Installing Committee. Since then, the School could consolidate the didactical idea that it was preparing and apply the principle of specialization. In the 1980s, the School gained new life. There are countless instances of an essentially cultural nature, such as conferences, academic gatherings and artistic performances. In 1986, when the first private university course in architecture was announced in Portugal (at Lusíada University), all of the architecture classes of the Superior School of Fine Arts were under the guise of the Faculty of Architecture, and the First Section was extinguished. With its legacy for unequivocal singularity, the Lisbon School took on a new cycle.

Keywords: Lisbon School; Architecture; Culture; Architectural culture; Architectural education

Agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores: Ana Vaz Milheiro, por me ter demonstrado aquelas mesmas qualidades que eu lhe reconheço e que não tenho; e José Manuel Fernandes, a quem eu devo a ousadia desta tese – pelo seu voto de confiança.

Agradeço à Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, na pessoa do Professor José Pinto Duarte, a autorização que me foi concedida de acesso ao seu acervo. Agradeço, e particular, a atenção e cuidado que me foram prestados pelo Professor Luís Mateus e pela Professora Rita Almendra, pelo Miguel Rafael, pela Ana Paula Pereira, pela D.^a Pilar Largo e pela D.^a Aliete; através deles desejo agradecer aos restantes funcionários e Professores da Faculdade que me assistiram com toda a diligência.

Igualmente agradeço à Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, nas pessoas do Pedro Roque e do Filipe Sousa, a mesma solicitude na autorização de consulta e divulgação dos seus arquivos.

Agradeço a todos os que contribuíram directamente para a elaboração da tese com a amabilidade do seu testemunho, nomeadamente a Augusto Pereira Brandão, Bartolomeu Costa Cabral, Carlos Figueiredo, Carlos Guerra, Cristina Santos, Cristóvão Duarte, Egas José Vieira, Fausto Amaro, Fernando Pires, Francisco Teixeira Bastos, Geraldés Lino, Helenita Assaf, José António Bandeirinha, Isabel Raposo, João Afonso, João Luís Carrilho da Graça, João Paulo Bessa, João Perloiro, João Redondo, Joaquim Cabral, José Aguiar, José Centeno Gorjão Jorge, José Miguel Fonseca, José Pedro Martins Barata, Luís Cabral, Manuel Lacerda, Maria Antónia Cabral, Michel Toussaint, Miguel Esteves Cardoso, Nuno Portas, Paulo Martins Barata, Pedro Ferreira Pinto, Pedro

Cabral, Pedro Luz Pinto, Sebastião Formosinho Sanchez, Teresa Gafeira, Teresa Madeira da Silva, Tomás Taveira e Vítor Reis.

Agradeço, em particular, aqueles que tiveram a generosidade de me conceder, além de um depoimento, o acesso aos seus arquivos pessoais, nomeadamente Álvaro Rosendo, Filipe Sousa Pinto, Francisco Teves, José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, Nuno Matos Silva, Paula Guedes, Pedro Morais, Penim Loureiro, Rita Cabral e Rui Paz Rafael.

Ainda antes da redacção desta tese, a investigação significou não só recolher depoimentos e consultar arquivos como fazer artigos e comunicações, organizar eventos, preparar viagens. Agradeço especialmente ao Jorge Figueira e ao Rogério Vieira de Almeida o privilégio de comigo trabalharem lado a lado em momentos decisivos do próprio processo de investigação.

Agradeço a todos os colegas do curso de doutoramento pela partilha de experiências, em particular à Alexandra Areia, ao Carlos Machado e Moura e ao Filipe Mónica. Agradeço a orientação e palavras de inspiração da Ana Silva Fernandes, do Gonçalo Canto Moniz, do Pedro Luz Pinto, da Raquel Paulino, da Rute Figueiredo, e ainda do Miguel Tamen.

Agradeço ao Paulo Tormenta Pinto a oportunidades que me proporcionou ao longo do processo de trabalho, enriquecendo o caminho.

Agradeço o aconselhamento técnico e a amizade de Joanne LaFrumenta e Philip Hunt e ainda o afectuoso acolhimento de Edward Bottoms nos Architectural Association Archives.

Agradeço aos Professores Maria Calado e João Vieira Caldas as generosas cartas de recomendação relativas a candidatura a bolsa de doutoramento junto da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Agradeço o apoio e a colaboração do Dinâmia'CET, em especial nas pessoas do Bruno, Fátima, Maria João, Maria José e Mariana; agradeço

ainda à Susana Lopes, da Biblioteca do ISCTE, e em especial à Fátima Coelho da Biblioteca da Ordem dos Arquitectos.

Agradeço o rigor e a dedicação do Luís Parra quanto às impressões finais.

Agradeço à Fundação para a Ciência e a Tecnologia a atribuição de bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/80535/2011).

Agradeço à minha família e amigos, a minha rede real. Em especial à minha mãe Rita, mas também ao meu pai Nuno e à minha irmã Maria; finalmente ao meu marido Jaime, e aos meus filhos João, Clara e Rita, que querem fazer uma grande festa.

Para o Jaime

Ad vitam paramus
Assim nos preparamos para a vida

Índice Geral

Resumo

I

Abstract

III

Agradecimentos

V

Índice Geral

XIII

Abreviaturas

XVII

Índice de Figuras

XXI

Introdução

1

1. A Escola de Lisboa entre o ano lectivo de 1969/70 e o 25 de Abril de 1974. Lutas, desistências, indiferenças

1. 1 Contestações e experiências pedagógicas
15

1. 2 Introdução ao *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* de Frederico George (1973)
30

1. 3 Algumas notas sobre a docência e o concurso para professor de Tomás Taveira
39

2. Da Revolução dos Cravos até Dezembro 1976. A difícil gestão da liberdade e os grandes projectos

2. 1 Fecho e reabertura da Escola: os terrenos e as batalhas
47

2. 2 Projecto de uma Escola nova: Nuno Portas e o ISAEU
72
2. 3 Reabertura da Escola de Lisboa: a Estrutura 76 e o Despacho 7/76
e 7A/76
94
- 3. Do início de 1977 até final de 1979. Sob um telhado até ao anúncio da entrada na universidade**
3. 1 A constituição da Escola: um problema partilhado com os
estudantes
103
3. 2 Uma construção pedagógica: Planeamento e História da
Arquitectura Portuguesa (e os *media*)
126
3. 3 A criação da Faculdade de Arquitectura: dificuldades internas e
ecos da classe
146
- 4. O início da década de 80. “O Salto Qualitativo”**
163
4. 1 A Escola de Lisboa e o avivar da cena cultural e académica
- Augusto Brandão e o funcionamento da Escola “como uma
empresa”
165
- Team 10 e Amâncio Miranda Guedes: o arranque da
internacionalização
193
- Debates e intercâmbios em volta do ensino da Arquitectura:
EAAE e EASA
201
4. 2 Celebração da queda de tabus: as ex-colónias e o *post-modern*
- As pós-graduações e a pós-graduação em Arquitectura Tropical
223
- Os Simpósios Internacionais de Arquitectura
248

O Depois do Modernismo e a “Novíssimos”. Ensaio sobre uma relação com a Escola
301

4. 3 Experimentação técnica e artística: o contágio das Belas-Artes

Conferências, Exposições e outros eventos. Os Concursos/Exposições de Banda Desenhada
323

O Animação da Área do Chiado
343

O Sector de Produção de Audio-Visuais
351

5. Do final de 1983 até 1985/86. Início ou fim da Escola de Lisboa?

5. 1 Cerimónias de entrega de diplomas e sessões inaugurais de ano. “O pato com uva”
367

5. 2 As Jornadas Luso-Brasileiras do Património (e o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo)
388

5. 3 A liberalização do ensino superior e a consolidação da Faculdade de Arquitectura
413

Conclusão
429

Fontes e Bibliografia
447

Abreviaturas

AA Architectural Association

AAP Associação dos Arquitectos Portugueses

ACARTE Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte (Fundação Calouste Gulbenkian)

AD Architectural Design

AE Associação de Estudantes

AEEA Association Européenne pour l'Enseignement de l'Architecture

AEFA Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura

AR.CO Centro de Arte e Comunicação Visual

CD Conselho Directivo

CEE Comunidade Económica Europeia

CEGENE Comissão de Estudos da Gestão de Energia nos Edifícios

CI Comissão Instaladora

CIFA Centro de Informática da Faculdade de Arquitectura

CML Câmara Municipal de Lisboa

CNC Centro Nacional de Cultura

DA Departamento de Arquitectura

DA-ESBAL Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa

DGE Direcção-Geral de Energia

DGES Direcção-Geral do Ensino Superior

EAAE European Association of Architecture Education

EASA European Architecture Students Assembly

ESBA Escola Superior de Belas-Artes

ESBAL Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa

ESBAP Escola Superior de Belas-Artes do Porto

F1 Fórmula Um (modalidade de automobilismo)

FAUL Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

FAUTL Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

FEP Faculdade de Engenharia do Porto

GNI Gabinete das Novas Instalações

GTH Gabinete Técnico de Habitação

INIC Instituto Nacional de Investigação Científica

INMG Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

ISA Instituto Superior de Agronomia

ISAEU Instituto Superior de Arquitectura e Estudos Urbanos

ISCP Instituto Superior de Ciências (Sociais e) Políticas

ISE Instituto Superior de Engenharia

ISEL Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

IST Instituto Superior Técnico

JA Jornal Arquitectos

LNEC Laboratório Nacional de Engenharia Civil

LNETI Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

MEIC Ministério da Educação e Investigação Científica

MEN Ministério da Educação Nacional

MRPP Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

OGE Orçamento Geral do Estado

PIDDAC Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

“**PREC**” “Processo Revolucionário em Curso”

PSP Polícia de Segurança Pública

RDP Radiodifusão Portuguesa

RFA República Federal da Alemanha

RG Reunião/Reuniões Geral/Gerais de Alunos

RGDA Reunião/Reuniões Geral/Gerais de Docentes e Alunos

RGE Reunião/Reuniões Geral/Gerais de Estudantes

SAAL Serviço de Apoio Ambulatório Local

SEES Secretaria de Estado do Ensino Superior

SNBA Sociedade Nacional de Belas Artes

UEC União de Estudantes Comunistas

UIA União Internacional de Arquitectos

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UTL Universidade Técnica de Lisboa

Índice de Figuras

- Figura 1** O “Enterro da Escola”. Da esquerda para a direita: João Paulo Bessa, José Miguel Fonseca e José Lamas. (s.d.) ca 1970. Imagem que figura na tese de doutoramento de Carlos Tamm “Escola de Lisboa. Herança e Devir Pedagógico-Didático”. [Fundo FAUL]
- Figura 2** Sebenta Escolar com rascunho do discurso a proferir no “Enterro da Escola”. (s.d.) ca 1970. [Arquivo NMS]
- Figura 3** Esboço de memória de Manuel Graça Dias. Trabalho de grupo. 3º ano. 1972/73. Programa autoproposto: habitação com única limitação de ser sobre pilotis. [Arquivo LMS]
- Figura 4** Gráfico constante do *Boletim 1974* com a legenda: “Alunos Matriculados no Curso de Arquitectura na Escola de Lisboa nos Anos Lectivos de 1953-54 a 1973-74”. Julho 1974. [Fundo FBAUL]
- Figura 5** Organigrama incluso no *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* (Bacharelato) tendo como três disciplinas centrais Arquitectura, Planeamento e Construções. 1973. [Fundo FBAUL]
- Figura 6** Frederico George dando o seu testemunho para reportagem RTP datada de 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP]
- Figura 7** Comunicado do corpo docente ao corpo discente de arquitectura informando de que vai “prosseguir com o estudo de uma proposta cujo conteúdo visa uma reestruturação do Curso de Arquitectura”. 18 de Maio de 1974. [Fundo FAUL]
- Figura 8** Capa do Boletim 1974, uma publicação do Ministério da Educação e Cultura da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Julho 1974. [Fundo FBAUL]
- Figura 9** “Texto base – Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto”. (s.d.). [Fundo FAUL]
- Figura 10** Publicação *Impulso 1. Por um verdadeiro movimento associativo de massas – ESBAL.10 Dezembro 1974*. [Arquivo JMF]
- Figura 11** Convívio de um grupo CASU (Centro de Acção Social Universitária) com dois estudantes arquitectos (ESBAL 1976; ESBAL 1977). (s.d.) ca 1975. [Arquivo NMS]
- Figura 12** Proposta de Reestruturação do curso de Arquitectura da autoria d’A *Comissão de Luta*. (s.d.) ca 1975. [Arquivo JMF]
- Figura 13** Trabalho escolar (s/título). 4º ano. Tema A, nº 3, subgrupo de trabalho n.º 1. Autoria de João Vieira Caldas, Júlio Teles Grilo, Manuel Graça Dias, Maria Helena Simas e Maria Manuela Correia Neves. Monitor: José Luís Varanda. 1976. [Arquivo MGD]

- Figura 14** Primeira acta do primeiro Conselho Directivo do “Departamento de Arquitectura” da ESBAL. Três de Março de 1976. [Fundo FAUL]
- Figura 15** Boletim de inscrição no ano 1975/76 de acordo com o esquema incluso na *Estrutura 76*. 1976. [Arquivo JMF]
- Figura 16** Despacho n.º 25/75 de Junho de 1975. Primeira página. [Fundo FAUL]
- Figura 17** Capa de “Procedência e Assunto” da Secretaria da Escola de Belas-Artes de Lisboa, Departamento de Arquitectura, 1976. [Fundo FAUL]
- Figura 18** Quadro de unidades pedagógicas, tempos e equipas de um curso do ISAEU. Novembro de 1975. [Fundo FAUL]
- Figura 19** Capa de caderno contendo uma versão da *Estrutura 76*. (s.d.) ca 1976. [Arquivo JMF]
- Figura 20** Esquema de transições da Reforma de 1957 para a *Estrutura 76*. Nota importante: os anos na coluna “1976” estão corrigidos a lápis segundo o Despacho 7A/76, mas eram originalmente ano zero, 1, 2 e 3. [Arquivo JMF]
- Figura 21** Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro de 1976. Primeira página. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]
- Figura 22** Alunos matriculados nos anos de 76/77 a 78/79. A legenda a) diz “Dados retirados dos impressos do Instituto Nacional de Estatística”. [Fundo FAUL]
- Figura 23** Pátio da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (hoje Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa). Fotograma de reportagem RTP datada de 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP]
- Figura 24** Desenho de “Simulador de Imagem” anexo a pedido de financiamento endereçado à Fundação Calouste Gulbenkian datado de 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL]
- Figura 25** Jornal *Perspectiva* n.º 1. Associação de Estudantes de Arquitectura. 26 de Julho de 1977. [Arquivo AEFA]
- Figura 26** Parte do trabalho efectuado sobre a “Zona da Memória”. “Dados comparativos com a grelha de proporcionamento”. 1977. [Arquivo FSP]
- Figura 27** Trabalho escolar intitulado “Palmela. Plano Geral de Urbanização. Praças – Análise – Proposta”. Carlos Silva Lameiro. ESBAL. Planeamento. 4º C. (s.d.) ca 1979. [Fundo FAUL]
- Figura 28** Página de artigo na revista *Arquitectura* com o título “De Alcântara ao Cais do Sodré – História do Porto ou um Porto com histórias (I)”. 1980.
- Figura 29** Página de artigo na revista *Arquitectura* com o título “Mértola. Uma experiência de recuperação arquitectónica e urbana”. 1984.
- Figura 30** Trabalho escolar de Manuel Graça Dias com o título “Arquitectura Pop, Há?” (5º ano; 1976/77). Desenho, entre vários. [Arquivo MGD]
- Figura 31** Página da revista *Arquitectura*. Artigo “Arquitectura em Debate”. 1979. Contributo de Manuel Graça Dias.
- Figura 32** Excerto do *Diário Popular* de 21 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]

- Figura 33** Assinatura de Augusto Pereira Brandão como presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL. 1978. [Fundo FAUL]
- Figura 34** Cartaz da Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017.
- Figura 35** Caderno de apresentação da Escola (capa) intitulado “Departamento de Architectura 1980-81”. [Fundo FAUL]
- Figura 36** Plano de estudos incluso no Caderno de apresentação intitulado “Departamento de Architectura 1980/81”. [Fundo FAUL]
- Figura 37** Documento “Relatório das Actividades do Departamento de Architectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983”. Frente. [Fundo FAUL]
- Figura 38** Desenho de Augusto Brandão da colecção “Desenhar Architecturas” com o título “Cidade Sexual”. Integrado na Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017.
- Figura 39** Excerto do *Diário de Notícias* de 14 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]
- Figura 40** Cópia do diploma em *Planning* de José Troufa Real na Architectural Association inclusa no seu *Curriculum Vitae*. [Fundo FAUL]
- Figura 41** Cartaz da Exposição de Amâncio Guedes em Outubro a Novembro de 1980 na Architectural Association. [Fundo AA]
- Figura 42** Conferência de Pancho Guedes com o título “Histórias de Amigos e Inimigos do Tempo de Camões” (1984). Fotogramas. Troufa Real (à direita) faz uma apresentação prévia do conferencista. [Fundo FAUL]
- Figura 43** Programa do segundo *Workshop* EAAE. Viena, 1981. Capa. [Fundo FAUL]
- Figura 44** Relatório de Sousa Cardim e Cabral de Mello sobre Seminário de Herbert Kramel com o tema “O Ensino da Tecnologia Arquitectónica”. (s.d.) ca Janeiro 1982. [Fundo FAUL]
- Figura 45** Cartaz do quinto *Workshop* EAAE. Lisboa, 1982. (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 46** Relatório do quinto *Workshop* EAAE (Lisboa) incluso na News Sheet 11, da autoria de Herbert Kramel. Setembro de 1983.
- Figura 47** Quinto *Workshop* da EAAE. Lisboa, 1982. Com T. Dejskdtra. (Fotogramas). [Fundo FAUL]
- Figura 48** Página exemplificativa dos relatórios elaborados em contexto de preparação da EASA de Liverpool. 1981. “The Biodwelling”. [Fundo FAUL]
- Figura 49** Fotografia da participação portuguesa na EASA de Delft, em 1982. [Fundo AEFA]
- Figura 50** Capa do livro final impresso do 3rd EASA *Lisboa Ateliers*. 1983. [Arquivo RVA]

- Figura 51** Folha timbrada do 3rd EASA *Lisboa Ateliers*. 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 52** Capa do Programa de pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”. 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 53** Capa do Programa de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 54** Capa de trabalho escolar da Architectural Association intitulado “Villagization Policy in Mozambique”. 1984. [Fundo AA].
- Figura 55** Capa do Programa de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (cópia). 1983. [Arquivo RPR]
- Figura 56** Apontamentos do curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (cópia) de Rui Paz Rafael. 1983. [Arquivo RPR]
- Figura 57** Desdobrável de divulgação do curso de pós-graduação em “Estudos Urbanos e Habitação”. Frente. 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 58** Excerto de desdobrável de divulgação do curso de pós-graduação em “Estudos Urbanos e Habitação”. Verso. 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 59** Excerto de Programa do 1^o Simpósio Internacional de Arquitectura. 1982. (1) [Fundo FAUL]
- Figura 60** Artigo “O movimento pós-modernista já começou”, de Tomás Taveira, no Jornal *Expresso*. Maio de 1982.
- Figura 61** Excerto de Programa do 1^o Simpósio Internacional de Arquitectura. 1982. (2) [Fundo FAUL]
- Figura 62** Excerto de Cartaz de divulgação do 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 63** Auditório do 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 64** Debate final do 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 65** Michael Graves proferindo a sua palestra no 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 66** Peter Eisenman proferindo a sua palestra no 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 67** Edward Jones proferindo a sua palestra no 2^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 68** Painel de divulgação do 3^o Simpósio Internacional de Arquitectura. 1985. [Fundo Universidade de Aveiro]
- Figura 69** Pierluigi Nicolin proferindo a sua palestra no 3^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]
- Figura 70** Tomás Taveira proferindo a sua palestra no 3^o Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]

- Figura 71** Alessandro Mendini proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]
- Figura 72** Franco Purini proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]
- Figura 73** Excerto de cartaz de divulgação do 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 74** Sharon Lee Ryder proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 75** Stanley Abercrombie proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 76** Peter Davey proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 77** Andreas Papadakis proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 78** Projecto do *Depois do Modernismo* apresentado ao DA-ESBAL. Primeira página. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Figura 79** Videograma composto a partir de audiovisual integrado na Exposição *Depois do Modernismo* (Fotogramas-separadores). ca 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 80** Projecto do *Depois do Modernismo* apresentado ao DA-ESBAL. Desenho de “Espaço Normalizado da Exposição”. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Figura 81** Publicação do “ciclo ‘a Arquitectura e a cidade de Lisboa’” do Centro Nacional de Cultura e da ESBAL. Dezembro de 1981.
- Figura 82** Cartaz do evento e Exposição “EBAL 1900-1930. Encontro com Dez Alunos”. 22 de Junho a 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 83** Frederico George proferindo o discurso de despedida da docência, na ESBAL (Fotograma). 22 de Outubro de 1982. [Fundo FAUL]
- Figura 84** Paolo Portoghesi apresentado por Tomás Taveira antes de proferir a sua conferência (Fotograma). Abril de 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 85** Presidente da Associação de Estudantes (Vítor Reis) proferindo o seu discurso na inauguração do ano lectivo de 1982/83 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 86** Aulas do curso de arquitectura da ESBAL na primeira metade dos anos 80 (Fotogramas). [Fundo FAUL]
- Figura 87** Capa da edição do *Esquízo, Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*. N.º4, Maio de 1982. [Fundo AEFA]
- Figura 88** Folheto desdobrável do Concurso/Exposição de Banda Desenhada na ESBAL. Frente. Março de 1983. [Arquivo PL]
- Figura 89** B.D. “Ambição e Armadilha”, de Álvaro Rosendo e Pedro Morais. 1983. [Arquivo PM]

- Figura 90** Exemplo de Diploma de Concurso/Exposição de B.D. na ESBAL. Primeiro Concurso. 14 de Março de 1983. [Arquivo PL]
- Figura 91** Programa oficial do “Animação da Área do Chiado”. Um e dois de Julho de 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 92** Experiência dos alunos de Artes Plásticas na Rua Garrett. 19 de Maio de 1982. Fotografia de Álvaro Rosendo. [Arquivo AR]
- Figura 93** Discurso de encerramento da primeira edição do “Animação da Área do Chiado” por José Manuel Castanheira (Fotograma). 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 94** Fachada da ESBAL pintada pelos alunos da ESBAL (Fotograma). Julho de 1985. [Fundo FAUL]
- Figura 95** Esquema do interior do segundo piso da ESBAL (Arquitectura) incluso em edição especial do *Esquízo, Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*. Outubro de 1984. Indica sala de “Vídeo”. [Fundo FAUL]
- Figura 96** Folheto de divulgação de Universidade de Wisconsin-Oshkosh acerca do seu curso de técnicas audiovisuais tal como enviado ao DA-ESBAL. Março de 1983. [Fundo FAUL]
- Figura 97** Carta da equipa responsável pelas emissões diárias (vídeo) a Augusto Brandão. Junho de 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 98** Convite para Abertura Solene de Ano Lectivo de dia 13 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]
- Figura 99** Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Mesa de honra (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 100** Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Discurso de Augusto Brandão (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 101** Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Retrato de Frederico George (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 102** Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Encenação do grupo de teatro amador Ibis (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 103** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Pátio da ESBAL. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 104** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Apresentação de Fernando Moreira da Silva (Mestre de Cerimónias). 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 105** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Discurso de Augusto Brandão (Director). 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 106** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Distribuição de copos contendo groselha. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]

- Figura 107** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Excerto de “Espectáculo audiovisual”; Casa dos Bicos, Lisboa. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 108** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Entrada em cena de pato escultórico; distribuição de pato com uva. 28 de Outubro de 1983 (Fotogramas). [Fundo FAUL]
- Figura 109** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Sorteio de pata apelidada de Genoveva. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 110** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Discurso do Ministro da Educação, José Augusto Seabra. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 111** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Exposição dos trabalhos dos alunos finalistas. 2º andar da ESBAL (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 112** Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1983/84 no Teatro S. Luiz (Fotograma). [Fundo FAUL]
- Figura 113** Livro de Augusto Brandão (texto) e Michael Teague (imagens). Edição Editorial Verbo, 1991.
- Figura 114** “Relatório das Viagens de Trabalho ao Brasil” de Isabel Santa-Rita. FAUTL, 1991. Capa. [Fundo FAUL]
- Figura 115** Prospecto/cartaz das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Frente e verso. [Fundo FAUL].
- Figura 116** Catálogo da Exposição Documental das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Capa. [Arquivo LMS]
- Figura 117** 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Auditório (Fotograma). 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 118** Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 119** Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem do auditório. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 120** Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagens da Exposição. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 121** Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem da Mesa Redonda. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 122** Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem de entrevista a Augusto Brandão. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 123** 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Programa. Capa. [Fundo FAUL]

- Figura 124** Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Recibo de autoria de peça de teatro inédita intitulada “Auto das Águas do Mar”. 1986. [Fundo FAUL]
- Figura 125** *Esquiço* n.º 7. Contém o artigo “Integração ou transformação?” a pretexto da assimilação do curso da Escola de Belas-Artes na Faculdade de Arquitectura. 1984. [Fundo FAUL]
- Figura 126** Directiva comunitária 85/384/CEE de 10 de Junho. [Cópia do fundo FAUL]
- Figura 127** *Numerus Clausus* previstos para os anos de 1981/82 e 1982/83 (ambos 150). [Fundo FAUL]
- Figura 128** Livro de Diplomas da FAUTL. Ano de 1987 (amostra). [Fundo FAUL]
- Figura 129** Capa do *Jornal Arquitectos* n.º 55, Março de 1987. Direcção de Gonçalo Byrne.
- Figura 130** Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento de 1994. Protocolo entre a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa e a Faculdade de Arquitectura. [Fundo FAUL]

Introdução

“A dificuldade de síntese não deriva do facto de os últimos vinte e cinco anos estarem ainda demasiado perto. O problema é outro: como acontece quase que por sistema na história da arte e da arquitectura portuguesas, não foi ainda levado a cabo o trabalho de campo, paciente, duro e aborrecido.”

Paulo Varela Gomes

Arquitectura, os últimos vinte e cinco anos

In: Pereira, Paulo (coord.). *História da Arte Portuguesa*. 3º Volume

Lisboa: Círculo de Leitores. p.547

Aquela que é hoje a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa merece, desde há muito, maior atenção. Trata-se de uma instituição com uma expressão muito significativa na cultura científica do país. Colocamo-nos perante a sua história com questões por responder.

OBJECTO DE ESTUDO

A tese que aqui se apresenta tem como objecto de estudo uma entidade de ensino à qual atribuímos o nome de Escola de Lisboa. Trata-se, na prática, da Secção de Arquitectura destacada da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, ao Chiado.¹

TEMA

O tema deste trabalho é a construção institucional, pedagógica e cultural de uma escola de arquitectura com o passar da Revolução e da democratização portuguesas, e entrada numa nova era de pós-modernidade; obedece a um desdobramento em três tópicos que fazem parte do título da tese: instituição, arquitectura e cultura. O período que se considera para análise situa-se entre os anos académicos de 1969/70 e 1985/86.

JUSTIFICAÇÃO

A justificação deste tema assenta, em primeiro lugar, no facto de a Escola deter, ao longo de todo período em estudo, a exclusividade do ensino superior público da arquitectura em Portugal, a par do ministrado na ESBAP/FAUP,² e consequentemente exercer um papel fundamental na

¹ Para um esclarecimento mais aprofundado do uso do termo, ver à frente em “Acerca da denominação ‘Escola de Lisboa’”.

² A Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [FAUP] foi criada pelo Decreto-Lei n.º 498-F/79 de 21 de Dezembro; esta vem substituir a Secção de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes do Porto [ESBAP].

história da população escolar nela formada. Em segundo lugar, justifica-se o período em análise pelo facto de as décadas de 70 e 80 serem marcantes na observância do ensino no país; nomeadamente teve-se em conta um arco temporal que se iniciasse com as contestações académicas derivadas dos tumultuosos anos 60 e incluísse a Revolução de 25 de Abril; igualmente, que abrangesse os 10 anos desde a reabertura da Escola, em 1975/76, enquanto Departamento de Arquitectura, até à concretização plena de uma recém inaugurada Faculdade Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa,³ em 1985/86 (Portaria 448/84, de 9 de Julho) – ano que coincide com outros eventos externos relevantes relativos ao ensino, como veremos.

ESTRUTURA

A tese encontra-se, portanto, estruturada por um princípio temático e por um outro cronológico. Assim, as três camadas – instituição, arquitectura e cultura – coexistem num determinado arco temporal, como referido. Este entrelaçado permite, numa primeira fase que se centra no período pré-revolucionário até a abertura de um nomeado Departamento, uma maior incidência de atenções na instituição; numa segunda fase, em que esta procura uma nova identidade, uma maior focalização na substância do ensino; e, numa última fase, institucionalmente estabilizada, uma mais particular atenção aos fenómenos culturais, protagonizados para lá da instituição.

Note-se que o descolamento destas camadas é impraticável, de modo que esta forma de as desligar é apenas um exercício de preparação introdutória.

OBJECTIVO

A estrutura escolhida pretendeu colmatar uma investigação advinda de uma dissertação de mestrado com o título “Cultura arquitectónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990”

³ A Faculdade de Arquitectura foi criada em 1979 pelo Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro, coisa diferente do primeiro ano do seu curso.

(2011). O objectivo geral deste desenvolvimento é, portanto, e tal como descrito no Programa de Trabalhos elaborado para doutoramento, o de “oferecer à comunidade científica um estudo inédito que, como tal, contribua para o alargamento da compreensão da arquitectura contemporânea portuguesa e constitua uma base credível de prossecução da investigação no âmbito da História e Teoria.”

ESTADO DA ARTE

A diferença substancial deste trabalho, relativamente à dissertação de mestrado, assenta no objecto de estudo (cultura arquitectónica, no caso do mestrado) e, portanto, na perspectiva de análise: enquanto que a dissertação procura “um olhar a partir da ESBAL”, a tese localiza o foco de investigação na Escola, e sem intermediários, procurando fazê-lo de um modo essencialmente histórico; nomeadamente desenvolve o capítulo II da dissertação de mestrado (“A ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990”).

Esta abreviação – ou uma focalização no referido capítulo II, a qual constitui, na verdade, um contributo mais lato – permitiu-nos constatar a parca realização de estudos académicos sobre o tema. Com efeito, trata-se de um assunto, e sobretudo uma abordagem, praticamente ausentes da história da arquitectura portuguesa. O conjunto de textos e artigos originais (objecto e arco temporal específicos) compreendidos no *curriculum vitae*, incluindo a dissertação de mestrado, constitui a colecção mais ampla de uma abordagem temática que se projectou ser de índole essencialmente histórica, como dito atrás.

O enquadramento desta tese respondeu, no entanto, a outros trabalhos – nomeadamente teses e dissertações. Desde logo “O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)”, de Gonçalo Canto Moniz (2011) e “ESBAP|FAUP. O Ensino da Arquitectura na *Escola do Porto*. Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984”, de Raquel Paulino (2013), ambas orientadas para o esclarecimento da história do ensino da arquitectura em Portugal e os seus pressupostos didácticos, na nossa interpretação. A primeira interessou-nos como momento prévio ao nosso período de

estudo; a segunda levantou questões sobre o contraponto do que ocorreu em Lisboa, para um intervalo de tempo semelhante ao que pretendíamos investigar.

Ainda sobre a problemática do ensino da arquitectura, tivemos em conta, muito particularmente, as teses de doutoramento de Carlos Tamm. A primeira, não terminada, com o título “Escola de Lisboa. Herança e Devir Pedagógico-Didáctico” (1993);⁴ a segunda, intitulada “O ensino da arquitectura em Portugal: da génese à integração na universidade”, concretizada na Universidade Portucalense (2004). Nomeadamente a tese por concluir permitiu-nos, desde cedo (mestrado), tomar conhecimento de uma leitura do objecto de estudo advinda de uma estreita relação entre o autor do trabalho e esse mesmo objecto.

Outras teses constituem o “estado da arte” relativamente ao tema da cultura arquitectónica portuguesa contemporânea. A principal tese considerada neste campo foi a “A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa. Anos 1960-1980”, de Jorge Figueira (2009), já editada em livro – sobre a qual também se baseou parte significativa da dissertação de mestrado. Tivemos ainda em atenção “74-86. Arquitectura em Portugal: uma leitura a partir da imprensa”, de Sofia Reis (2007) – um trabalho de mestrado, sob orientação de Mário Krüger, com um *apport* de informação de grande utilidade.

Este é o “estado da arte”⁵ que coadjuvou a execução da tese para lá dos seus próprios recursos, nomeadamente as fontes.

⁴ Esta tese encontra-se no Centro de Documentação da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa sob a cota TD207.

⁵ Várias outras obras auxiliaram a realização do texto da tese; estas vêm, a maioria delas, indicadas em sede de Bibliografia. Destacam-se o “O Salto Qualitativo” (revista *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.61-65) ou a edição do *Jornal Arquitectos* n.º 55 (1987), acerca do Ensino da Arquitectura em Portugal [V. parte 2.2 na Bibliografia]. Podem ainda ser mencionadas, pelo interesse que despoletaram para a prossecução do trabalho, as teses “A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola”, de Eduardo Fernandes (2010); “Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FA/UTL”, de Ana Moreira da Silva (2014); e “O Lugar do Projecto. O Ensino da Arquitectura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha (2006-2014)”, de Pedro Pinto (2015) [V. parte 2.4 na Bibliografia]. No campo das obras de consulta [parte 2.6 da Bibliografia], e quanto ao tema do ensino da arquitectura, podemos ainda referir obras como “Radical Pedagogies. Architectural Education and the British Tradition”, de Daisy Froud e Harriet Harriss (eds.) (2015) e “Pedagogy and Place. 100 Years of Architecture Education at Yale”, de Robert Stern e Jimmy Stamp (2016); quanto à cultura portuguesa, assinalamos obras

FONTES

As fontes levantadas para a elaboração desta tese constituíram o grande suporte da investigação geral. Aparte a Bibliografia, que inclui obras citadas e algumas consultadas, oferecemos, no final desta tese, um breviário do tipo de recolha realizada através de uma relação das fontes primárias segundo a seguinte ordem:⁶ (1.1) Arquivos e Fundos públicos; (1.2) Arquivos particulares e (1.3) Depoimentos.

No campo dos Arquivos e Fundos públicos destaca-se o acervo da própria Faculdade de Arquitectura.⁷ Não é demais chamar a atenção para o material seleccionado que totalizou mais de sete mil documentos fotografados. Sublinha-se ainda importância dos registos videográficos consultados do espólio em causa (cerca de 80).

Também não são de somenos o levantamento e tratamento de arquivos particulares (12 no total),⁸ e de depoimentos (59 no total).⁹

Na generalidade, as fontes e bibliografia desta tese são citadas.

como “Portugal. 20 Anos de Democracia”, de António Reis (coord.) ou “História da Arte Portuguesa”, de Paulo Pereira (coord.).

⁶ Entendemos por fontes primárias aquelas que foram criadas no próprio período analisado, e muito em particular as que provêm directamente do objecto de estudo; consideramos fontes secundárias as restantes. Assim, incluímos no item Bibliografia as obras que, embora criadas no período em análise, apenas comentam ou fazem referência ao objecto em estudo.

⁷ Neste particular é importante notar a elevada presença de cartas (ofícios) e a estranheza que pode causar o facto de haver número considerável correspondência enviada entre o material encontrado. Trata-se de cópias, e a maioria delas assinadas. Entre as que não estão assinadas assinalámos as que não têm remetente com (s.n.), e as que têm remetente vago (por exemplo tipografado, ou somente em cabeçalho) com parêntesis recto.

⁸ Arquivos de Álvaro Rosendo, Filipe Sousa Pinto, Francisco Teves, José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, Nuno Matos Silva, Paula Guedes, Pedro Morais, Penim Loureiro, Rita Cabral, Rogério Vieira de Almeida e Rui Paz Rafael. Foi também visualizado o arquivo de João Perloiro.

⁹ Entrevistas ou depoimentos orais a Álvaro Rosendo, Augusto Pereira Brandão, Bartolomeu Costa Cabral, Carlos Figueiredo, Cristina Santos, Cristóvão Duarte, Egas José Vieira, Fernando Pires, Filipe Sousa Pinto, Francisco Teixeira Bastos, Helenita Assaf, José Bandeirinha, Isabel Raposo, João Afonso, João Luís Carrilho da Graça, João Paulo Bessa, João Perloiro, João Redondo, Joaquim Cabral, Jorge Figueira, José Aguiar, José Gorjão Jorge, José Manuel Fernandes, José Miguel Fonseca, José Pedro Martins Barata, Manuel Graça Dias, Manuel Lacerda, Maria Antónia Cabral, Michel Toussaint, Nuno Matos Silva, Nuno Portas, Paula Guedes, Paulo Martins Barata, Pedro Ferreira Pinto, Pedro Luz Pinto, Penim Loureiro, Rogério Vieira de Almeida, Rui Paz Rafael, Sebastião Formosinho Sanchez, Teresa Gafeira, Teresa Madeira da Silva, Tomás Taveira e Vítor Reis.

Depoimentos escritos de Carlos Guerra, Cristóvão Duarte, Fausto Amaro, Filipe Sousa Pinto, Francisco Teves, Geraldino Lino, José Manuel Fernandes, Luís Cabral, Manuel Graça Dias, Miguel Esteves Cardoso, Nuno Matos Silva, Pedro Cabral, Pedro Morais, Penim Loureiro, Rogério Vieira de Almeida e Tomás Taveira.

METODOLOGIA

O levantamento de fontes primárias corresponde a uma das resoluções metodológicas da dissertação de mestrado, isto é, foi previamente seleccionado como preceito metodológico de uma tese de doutoramento sobre este tema.

Partindo destas mesmas fontes primárias, apontámos, em segundo plano, para o desenvolvimento de vários ensaios e artigos, muitos deles revistos por pares e publicados (nove).

Participámos em diversas acções de cariz científico (18), algumas delas despoletadas pelos referidos artigos [*V. Curriculum Vitae*].¹⁰

¹⁰ Neste campo tentámos, sempre que possível, trabalhar em equipa. Assim, elaborámos um primeiro artigo relativo à entrada da Escola de Lisboa na universidade, participando numa mesa coordenada por Gonçalo Canto Moniz; um segundo, já autónomo, que relacionava duas gerações de alunos da Escola; um terceiro que explorava a participação da Escola de Lisboa nos estudos de Energia e Ambiente, e um quarto sobre a Escola e o SAAL [Serviço de Apoio Ambulatório Local]. Todos estes artigos resultaram em comunicações: em Lisboa ou em Coimbra.

Apresentámos o andamento da investigação quanto aos estudos de Arquitectura Tropical na Escola, com Ana Vaz Milheiro, em Lisboa.

Fizemos também uma apresentação na Sociedade Nacional de Belas Artes, com base na nossa dissertação de mestrado, e uma aula aberta sobre o ensino do urbanismo na ESBAL, desta vez no ISCTE.

Promovemos, conjuntamente com Jorge Figueira e Rute Figueiredo, a realização de um evento intitulado “Arquitectura em VHS. Lisboa. Anos 1980. Os Simpósios do Pós-Modernismo” em colaboração com o projecto de investigação “O Lugar do Discurso” (PTDC/CPC-HAT/4894/2012); neste particular, montámos o videograma apresentado para o encontro, o qual ocupou uma significativa parcela do nosso empenho na investigação geral. O videograma constitui um resumo de 22 horas de filmagens de três dos quatro Simpósios ocorridos na Escola, nos anos 80, sobre o tema genérico do pós-modernismo, com coordenação do professor Tomás Taveira. A elaboração deste videograma obrigou a um esforço de síntese e à decisão da sequência mais justa desta longa série de eventos, ou à decisão sobre os seus momentos significativos – o que, sendo já por si uma opção analítica, se veio a integrar no desenrolar da restante investigação, como se verifica nomeadamente no texto da tese. Trata-se, ainda, de um objecto documental que, tendo sido tornado público, informa acerca de um facto fundamental da história da Escola.

Este vídeo foi mais tarde apresentado, em formato video station, no Arqiteturas Film Festival 2015.

A pretexto de tomarmos conhecimento do processo de ensino na actualidade, assistimos a aulas de 5º ano de Projecto no ISCTE durante um curto período, sob orientação de Filipe Mónica.

Realizámos, ainda, com Carlos Machado e Moura, um texto e uma apresentação oral em Colóquio internacional sobre a Arquitectura e B.D.; promovemos, com Filipa Fiúza, a organização do espólio do arquitecto Manuel Vicente no Centro de Documentação da FAUL; preparámos uma apresentação, com Alexandra Areia, a ser inserida num grupo de trabalho no Porto, acerca de arquitectura e filme. Escrevemos e apresentámos em Lisboa um artigo, publicado, sobre a relação entre a Escola e a instituição European Association for Architectural Education; realizámos um artigo sobre a produção de vídeos pelos estudantes da Escola tendo como motivo a área metropolitana da capital, na revista indexada *Cidades, Comunidades e Territórios*.

Na base desta metodologia, adquirimos um interesse em progresso sobre os temas observados.

Devemos também aqui notar que o processo de investigação resulta do apoio das entidades que lhe deram guarida – o ISCTE e, particularmente, o Dinâmia’CET. O desenrolar da investigação resulta também do curso de doutoramento, o qual constituiu o seu ponto de arranque (parte curricular): foi através de uma ensaiada articulação entre a investigação individual e o respectivo regime de estudos que desenvolvemos uma aula sobre a experiência do doutoramento; que expusemos o andamento do nosso trabalho em dois ‘encontros doutorais’ públicos; e que nos envolvemos no segundo e terceiro números da revista *Passagens* – revista do curso de doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos do ISCTE-IUL.

MOTIVAÇÃO E FUNDAMENTO

Motivou-nos o campo que nos foi sendo aberto por outros trabalhos que consideramos ter um fundamento semelhante ao nosso¹¹ – isto é, projectos que assentam em expressões pedagógicas ainda não divulgadas – e a possibilidade de apresentar um estudo que contribua para uma discussão no mesmo âmbito.

Encorajou-nos não só trazer a lume essa discussão na emersão de um debate sobre a Escola de Lisboa, no que à comunidade académica diz respeito, como imprimir-lhe uma conclusão possível.

Por fim, devemos fazer nota das viagens de estudo efectuadas no âmbito da investigação em curso. A primeira, ao Royal Institute of Technology [KTH], em Estocolmo para, entre outros motivos, a participação na conferência “The Architecture of Deregulations” – um teste à natureza epistemológica nossa investigação – da qual resultou uma apresentação oral e a elaboração de um ensaio; a segunda, aos Architectural Association Archives, no sentido não só de procurar documentação específica das relações entre as duas instituições – a Escola de Lisboa e a Architectural Association [AA] – mas também integrando a exploração do nosso interesse crescente na criação e manutenção de arquivos escolares de arquitectura. O produto destas viagens superou os objectivos prévios, pelo que grande parte dele será tomado em conta numa fase posterior à conclusão desta tese. É essa uma das razões pelas quais consideramos este trabalho, antes de mais, um balanço sobre uma investigação em curso.

¹¹ Referimo-nos, por exemplo, ao trabalho liderado por Beatriz Colomina intitulado “Radical Pedagogies” (em curso), ou ao catálogo/exposição “Escola do Porto: Lado B. 1968-1978 (Uma História Oral)” de Pedro Bandeira e Nuno Faria (2014).

Motivou-nos chegar a uma conclusão, se não por mera curiosidade científica, por elementar honestidade intelectual. Referimo-nos, justamente, a procurar a “Escola de Lisboa” para imprimir um nome que raramente lhe é atribuído hoje, sabendo que, na História, aquilo que não é nomeado não existe. O nosso dever de rigor obriga-nos a confrontar essa lacuna com o conteúdo da investigação que havíamos feito em sede de mestrado.

Fundamenta, ainda, esta investigação, o seu *timing*, já que se celebraram cerca de quatro décadas sobre o 25 de Abril e ainda cerca de três décadas sobre o final do período em estudo.

HIPÓTESES

As hipóteses que se levantam nesta tese foram incitadas pelo desenvolvimento da dissertação de mestrado. Essa investigação validava a impressão bibliográfica da inexistência de uma escola lisboeta como método de projecto; mas propunha, por outro lado, uma “*arquitectura de Lisboa* ou uma *escola* de Lisboa – enquanto tendência – com algum fundamento”. Nesse sentido, era uma discussão contaminada pela bibliografia: tanto a que se referia directamente ao caso, como a vasta bibliografia que questiona a designada Escola do Porto. Ora, de um ponto de vista menos abstracto, ficavam por esclarecer aspectos relativos à pesquisa efectuada que se impunham fortemente – por exemplo aqueles relativos aos conteúdos específicos da história da Escola (capítulo II da dissertação de mestrado, já aqui referido). Partindo do pressuposto da riqueza do material e reflexões adquiridas através da metodologia atrás descrita, soubemos, de antemão, que o desenvolvimento do texto deveria deixar de lado questões mais subjectivas e obedecer concretamente a cinco hipóteses que correspondessem aos cinco tempos e tópicos introduzidos no índice, a saber:

- De 1969/70 até 25 de Abril de 1974 dão-se lutas, desistências e indiferenças;
- De 25 de Abril de 1974 a Dezembro de 1976 ocorre uma difícil gestão da liberdade e formam-se projectos para a reabertura da Escola;

- Do início de 1977 até ao final de 1979 vive-se “sob um telhado” até ao anúncio da entrada na universidade;
- No início da década de 80 é operado, na Escola, um “Salto Qualitativo”, nomeadamente no campo cultural;
- Do final de 1983 até 1986 põe-se a questão do início ou fim da Escola de Lisboa, tal como a concebemos nesta tese.

A hipótese geral, que se recoloca em conclusão, é a de que, ao longo de todo o período analisado, a Escola de Lisboa não só viveu um tempo relevante para a sua história, como condicionou a arquitectura e a cultura portuguesas.

DIFICULDADES

O facto de ter como metodologia a exploração de fontes pouco ou nada estudadas constitui a principal dificuldade da execução deste trabalho, a dois níveis. Primeiro, os motivos são de ordem quantitativa e qualitativa:

- Não catalogação de fontes (a nível arquivístico) e seu volume excessivo;
- Excesso de fontes relativas a alguns momentos ou temas e déficit de fontes relativos a outros;
- Contradições e lapsos de conteúdos (incluindo nos depoimentos).

Estas características implicaram a gestão de pequenos retalhos de informação; ora, a reconstrução de uma imagem geral passível de compreensão – isto é, a construção de uma síntese – foi uma dificuldade assinalável.

Em segundo lugar, e dado que esta tese se apoia, em grande parte, em fontes documentais originais não tratadas arquivisticamente, a necessidade de uma revisão contínua dos elementos de base e, por consequência, um entorpecimento do fluir da investigação.

Uma terceira dificuldade prendeu-se com o facto de o tema ser património de uma memória viva e, como tal, sujeito por vezes a críticas subjectivas e até, por vezes, agendadas, nomeadamente por parte dos seus actores. Deparámo-nos também, e frequentemente, com várias leituras sobre um dado problema, todas elas distintas, todas elas convictas. Estas dificuldades ultrapassaram-se através da natureza da própria investigação

– que procurou ser objectiva e independente, e tão rigorosa quanto possível.

Uma última dificuldade relaciona-se com o período que esta tese abarca, no sentido em que reflecte uma realidade recente. Por exemplo: no que respeita à formação e consolidação do corpo docente, se o material levantado (fontes indirectas) permanece ainda não catalogado, por motivo do seu excessivo volume e sobretudo complexidade, o material institucional, mais qualificado neste particular, encontrou-se indisponível. Esta situação sugere que a sua divulgação integral seria pouco recomendada. Ora, cremos que tal acontece já que se trata, em alguns casos, de contratados ainda no activo. É essa a razão pela qual esta tese não abarca de forma sistematizada a constituição do corpo docente para o período em estudo. No entanto, consideramos que uma análise posterior à história da Escola deve passar necessariamente por uma revisão deste aspecto.

ORGANIZAÇÃO

Esta tese desenvolve-se em dois volumes. O primeiro contém o corpo do texto; o segundo, Anexos e Apêndices.

Convencionou-se¹² que os Anexos são um conjunto de amostras relativas ao corpo do texto, extraídas de fontes primárias e apresentadas na forma mais próxima do original;¹³ os Apêndices são também baseados em fontes primárias, mas desta vez revistos e comentados em forma de elementos escritos do tipo tabelas, cronologias ou relatórios, que podem estar ou não directamente relacionados com o corpo do texto.

A narrativa desenvolve-se em cinco capítulos subdivididos por três secções cada um. A excepção que confirma a regra situa-se no capítulo 4; havendo mais matéria de investigação sobre o período inicial dos anos 80, é esse o capítulo que está mais desenvolvido, e em vez das habituais três subsecções apresenta nove (três vezes três).

¹² Esta convenção é baseada na obra “Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos” de Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (2005).

¹³ Quando dizemos “forma original” incluímos as fotografias e fotogramas, os quais não foram, na generalidade, sujeitos a nenhum ‘tratamento’ gráfico.

A construção interliga temas e tempos. Assim, Escola de Lisboa, Arquitectura e Cultura são respectivamente os temas de maior dos capítulos 1 a 2, 3, e 4 a 5, não obstante estejam sempre presentes feições de ordem institucional, pedagógica ou extracurricular ao longo de todo o texto.

O corpo do texto está configurado segundo a tradicional tríade introdução, desenvolvimento, conclusão; cada capítulo tentou, na generalidade, reproduzir o mesmo esquema implícito de leitura.

Primeiro: uma ideia chave como síntese do que ressalta do período anterior. Segundo: os destaques do capítulo, em forma de sumário.

Terceiro, o desenvolvimento; e, por último, uma conclusão.

Os gráficos são um resumo visual de dados e argumentos aventados no texto. Optámos por colocar a informação rigorosa em redacção e rodapé e simplificar a leitura visual da informação através destas tabelas de manchas e linhas.

No texto, só foram colocadas imagens a ele directamente relativas, e são a maior parte delas originais (isto é, fruto da investigação); a generalidade das imagens dos Anexos também reporta directamente ao texto e também é fruto de pesquisa original.

CONVENÇÕES

Convencionámos aplicar aspas duplas a citações e aspas simples a expressões figuradas ou próprias;

Convencionámos aplicar texto corrente a citações transcritas e texto itálico a citações providas de áudio ou vídeo;

Convencionámos que, na generalidade, anglicismos, francesismos, ou nomenclaturas em outras línguas ficassem uniformizadas em texto corrente. Ex.: slides (diapositivos); Architectural Association (nome de uma escola de arquitectura); Croix Sainte (nome de banda rock); etc.. Optámos por não normalizar os conteúdos das citações.

ACERCA DA DENOMINAÇÃO “ESCOLA DE LISBOA”

No início do período em estudo, a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa era uma instituição formalmente dividida em duas partes: a 1ª

Secção – Arquitectura; e a 2ª Secção – Pintura e Escultura. Nesta tese referimo-nos especificamente à 1ª Secção.

Com o 25 de Abril, a situação manteve-se, isto é, a 1ª Secção continuou como tal até 1985/86, segundo a Lei (Portaria 448/84, de 9 de Julho).

Entretanto, foi declarado um Departamento de Arquitectura, através de um Despacho (Despacho 7A/76), a vigorar de Fevereiro a Dezembro de 1976, mas não só “não revestia[m] a força legal” (texto da Portaria 503/84, de 25 de Julho) como foi confinado àquele período.

Desconhecemos qualquer outro Despacho que, entre 1976 e 1986, tenha constituído um Departamento.

Ao mesmo tempo, foi criada formalmente a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, a qual que viveu em regime de instalação de 1979, data da sua criação, até 1986.

Esta situação ambígua – dizemos ambígua já que os seus documentos oficiais apresentam a designação “Departamento de Arquitectura” e “Faculdade de Arquitectura” indiscriminadamente – obrigou-nos a olhar para a Secção de Arquitectura como uma entidade una. A Escola de Lisboa é, então, uma designação por nós adoptada (não convencionada) para esse período híbrido que medeia os anos de 1970 a 1986, momento em que a 1ª Secção (Arquitectura) é finalmente extinta (pela já referida Portaria 448/84, de 9 de Julho).

Num outro plano, temos que, excepção feita ao título desta tese, em quase todos os momentos que se fala da Escola de Lisboa, esta é tratada com artigo definido “a” (por contraponto a uma). Isto significa que consideramos que foi, apesar de tudo, uma entidade definível. Toda a tese se desenvolve segundo este princípio. A Escola é identificável através de um conjunto de acontecimentos, personagens, factos, devir, notas de rodapé, etc..

A Escola é ainda um substantivo, um nome próprio. Chama-se Escola, com maiúscula; porque é a única Escola na qual sucederam aqueles mesmos acontecimentos e se viveram aqueles mesmos factos.

Para mais, sendo a única Escola de uma cidade, é-lhe dado o nome dessa cidade.

Com efeito, encontrámos bastantes registos (nas fontes) da expressão “Escola de Lisboa”, com uma aplicabilidade semelhante à que agora lhe damos: os suficientes para identificarmos uma expressão corrente. (Daí dizermos que é uma designação adoptada e não convencionada; no contexto em que o encontrámos, cremos que o termo é de algum modo usado num sentido de simplificação, pelos seus autores, tal como o é aqui).

Por estes motivos e outros, recorreremos frequentemente à expressão para nos referirmos ao objecto de estudo, ao longo da tese.

Quanto a haver algum atributo pedagógico ou uma prática de projecto particulares neste período específico – o que parece ser indutivo do título, sobretudo se o tomarmos como contraponto teórico ao amplo trabalho realizado relativamente à chamada Escola do Porto – cremos que essa questão deve finalmente ser colocada perante o estudo efectuado, mas avançamos desde já que a Escola de Lisboa não é imune às associações ‘de género’ que se lhe vão ditando, por via dos seus actores. Dessas associações resultam muitas vezes, não atributos pedagógicos ou ‘escolas’ de projecto, mas sem dúvida facetas de carácter vincadas. Enfim, para um registo mais concreto, e quanto a outras indagações que se coloquem relacionadas com a denominação “Escola de Lisboa”, sugerimos a leitura da tese e nomeadamente das notas finais da conclusão.

1. A ESCOLA DE LISBOA ENTRE 1969/70 E ABRIL DE 1974. LUTAS, DESISTÊNCIAS, INDIFERENÇAS

1.1 Contestações e experiências pedagógicas

No princípio da década de 70, e até ao 25 de Abril de 1974, a Escola de Lisboa¹ sofreu de uma agitação que alterou o seu quotidiano e ficou conhecida como o tempo das “experiências pedagógicas”. Este período iniciou-se mais concretamente no ano lectivo de 1969/70 e durou, na prática, cerca de dois anos.

Numa primeira fase das “experiências” houve, por parte dos professores pedidos de demissão,² rescisões de contrato,³ e inquirição aberta à Direcção da Escola; da parte dos alunos, em paralelo, sucederam-se recusas a exames e a aulas normais, acções simbólicas de protesto e outras medidas de objecção aberta ao sistema escolar vigente, como veremos.

Este período ainda pouco conhecido, mas importante da história da Escola, é-nos clarificado através de testemunhos e documentos.

Antes de nos debruçarmos sobre a sua análise, observemos o papel de Nuno Portas quando, na sequência de um concurso para professor, se demite (Outubro de 1969),⁴ conferindo à sua saída uma “crise académica

¹ Equivalente, nesta tese, à Secção de Arquitectura da ESBAL [Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. A ESBAL era uma instituição formalmente dividida em duas partes: a 1ª Secção – Arquitectura; e a 2ª Secção – Pintura e Escultura. Tinha como director, neste período, o escultor Joaquim Correia; como figura de referência da 1ª Secção o pintor e arquitecto Frederico George, o qual pertencia ao Conselho Escolar e era professor de Arquitectura Analítica, disciplina do 1º e 2º anos do curso de Arquitectura. De entre os restantes docentes, encontramos, nos anos 60 e 70, nomes como Sebastião Formosinho Sanchez, Nuno Portas, Bartolomeu da Costa Cabral, Francisco da Silva Dias, Manuel Vicente, Pedro Ferreira Pinto, Fernando Lorenzini, Ilídio do Amaral, Artur Nobre de Gusmão, Augusto Pereira Brandão, entre outros. O Boletim de 1972 apresenta os nomes do “Corpo Docente” onde figuram ainda Carlos da Silva Pinheiro, Carlos Antero Ferreira, Rui de Sousa Cardim, Maria João Madeira Rodrigues, Fernando Schiapa Campos, Francisco Pires Keil do Amaral, Tomás Taveira, entre outros.

² E.g. Pedro Ferreira Pinto. Entrevista a Pedro Ferreira Pinto (2014.05.13).

³ E.g. Bartolomeu da Costa Cabral. Entrevista a Bartolomeu da Costa Cabral (2014.06.01).

⁴ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Tese de doutoramento, p.534-537. Nuno Portas concorreu ao lugar de professor do 1º grupo duas vezes: em 1964 e em 1969. Em nenhuma delas ficou em primeiro lugar. O 1º grupo era constituído por Arquitectura Analítica (1ª e 2ª partes), Composição de Arquitectura (1ª, 2ª, 3ª e 4ª partes), Teoria e História da Arquitectura (1ª

e institucional”⁵ depois da qual se segue um tempo de conturbação.⁶ Esta secção detalhará alguns eventos de alteração da ordem relativos a esse período, as suas motivações e naturezas, e diversas questões que se possam colocar se outros episódios ocorridos forem vistos sob um prisma conjunto e dilatado.

Para o efeito da elucidação de novos dados, relembramos que a Escola se regia pela chamada “Reforma de 57”,⁷ um currículo que, na época, sendo mais ou menos adequado, era a única oferta.

Na base desta reforma praticava-se um ensino ‘ortodoxo’, o qual vem agravar-se no ano de 1967, quando Joaquim Correia, um escultor, passa a dirigir a Escola⁸ com maior peso tecnocrata que o seu antecessor.⁹ Ora, a geração de alunos que entra em 1967 (já veremos o porquê deste exemplo) é uma geração animada pelos anos 60 e vai sofrer a imperturbabilidade dos cânones a que a Escola retorna com a saída, por limite de idade, de Paulino Montez (director até 1967) e nomeadamente Cristino da Silva (professor até 1966), figuras conservadoras, mas apesar de tudo mais flexíveis do que Correia.¹⁰

e 2ª partes) e Conjugação das Três Artes. O curso tinha a duração de seis anos. In Decreto-Lei n.º 41363 de 14 de Novembro de 1957.

⁵ “A crise académica e institucional que se instala em 1969 com a saída de Nuno Portas de Lisboa e de um conjunto de professores do Porto provoca uma ruptura com os métodos de ensino, questionando todos os caminhos abertos nas diversas experiências.” MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.549.

⁶ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. pp.534-539.

⁷ Trata-se de uma das grandes reformas do ensino da arquitectura em Portugal, promulgada em 1950, mas regulamentada em 1957. Esta reforma apostava nas áreas de âmbito humanístico e tecnológico-científico.

⁸ A Direcção da Escola incluía a Direcção da 1ª e da 2ª Secções. V. nota 1.

⁹ “Os novos directores, António Brito [ESBAP] e Joaquim Correia, nomeados pelo governo, não trazem um programa pedagógico nem um projecto de Escola, ficando reféns de uma contestação crescente dos estudantes e dos professores.” MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.548. Existia também um “espírito repressivo dentro do Convento de São Francisco”. Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. pp.511-512. Temos como testemunho de um regime repressivo o caso de Pedro Ferreira Pinto, o qual refere uma experiência “traumática” como assistente na Escola. Ferreira Pinto foi assistente de Formosinho Sanchez e demitiu-se após um ano de docência. Conforme entrevista a Pedro Ferreira Pinto (2014.05.13). Atrás referimos a rescisão de contrato de Bartolomeu da Costa Cabral (na altura assistente de Nuno Portas) à qual também atribuímos a razão de um regime repressivo: “Houve um problema com os estudantes, a certa altura, onde eu não estive especialmente metido. (Nunca estive muito metido nos movimentos políticos, não era uma coisa que me interessasse muito). Então eles acharam que eu estava [?] e escreveram-me uma carta a dispensar os serviços, o Joaquim Correia.” Entrevista a Bartolomeu da Costa Cabral (2014.06.01).

¹⁰ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. pp.415-416. V. também nota 12.

Além do mais, o ensino na Escola torna-se cada vez mais fraco (num sentido pragmático).¹¹ São muitos os testemunhos que o dizem. De entre os aspectos positivos que se dissipavam,¹² a regra era agora a desorganização¹³ e o abandono pedagógico:

"De facto, ao longo de vários anos e até ao 25 de Abril, verificava-se que em várias cadeiras do curso, algumas delas fundamentais, os professores não chegavam a dar metade do número de aulas normais desse ano lectivo, isto sem contar com algumas cadeiras em que o docente se limitava a aparecer por uns minutos a meio da aula (geralmente aulas práticas) para ver mais ou menos como os trabalhos iam decorrendo [Anexo I]."¹⁴

Lembramos a saída de Nuno Portas, ou o momento em que Sebastião Formosinho Sanchez ganha o concurso para professor do 1º grupo,¹⁵ concurso esse onde Nuno Portas é forte concorrente, levando a que Portas, entre outros motivos, se demita. Ora, como Canto Moniz sublinha, citando Carlos Duarte,¹⁶

“a utilidade maior deste concurso terá residido, porventura, no facto de muitos, (normalmente alheados do problema), se terem dado conta da crise que aquele ensino atravessa, promovendo-se

¹¹ “Assim, o actual corpo docente regeu até 25 de Abril, um curso de Arquitectura que somos unânimes em declarar de baixíssimo nível e falho de todo e qualquer interesse formativo e pedagógico, que acabava por não dar ao aluno um mínimo de condições para exercer a profissão de arquitecto. Desde muito cedo que os alunos de arquitectura se capacitavam que a única forma que tinham para se prepararem profissionalmente era desempenharem as funções de desenhadores quer em ‘ateliers’ particulares, quer em organismos do Estado.” *Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL Apresentado no Ministério da Educação e Cultura a sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura*. Relatório. 21 de Janeiro de 1975. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

¹² Um aspecto positivo do ensino na Escola de Lisboa no período pré 25 de Abril relacionava-se com alguns hábitos que Cristino da Silva trazia de Paris, da École des Beaux-Arts. Segundo José Pedro Martins Barata, Cristino sabia os trabalhos de todos os seus alunos de cor, independentemente do número de alunos e do tempo que passasse entre a sua apreciação, durante o período em que estava responsável por eles. Conforme entrevista a José Pedro Martins Barata (2013.04.20).

¹³ A Escola era bastante desorganizada do ponto de vista burocrático. Por exemplo, os horários nunca saíam “a horas”. Conforme entrevista a José Pedro Martins Barata (2013.04.20).

¹⁴ *Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL*. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

¹⁵ Para constituição do 1º grupo, V. nota 4.

¹⁶ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.534.

uma tomada de consciência que alguns desejariam prolongar em formas de intervenção.”¹⁷

Com efeito, aquilo que aqui veremos como uma série de ocorrências fora do normal decorrer das aulas será o resultado da insatisfação de alunos, mas também de professores, face ao ensino na Escola de Lisboa.

Como dissemos, a circunstância da saída de Nuno Portas origina uma série de episódios. Observemos os diferentes motivos que os impulsionam; são estes:

- de “carácter pedagógico”,¹⁸ os quais acusam o desejo do controlo dos estudantes sobre o sistema pedagógico;
- de ordem substantiva, os quais demonstram o objectivo dos alunos de verificação das matérias de aprendizagem;¹⁹
- de ordem prática, os quais identificam uma frustração geral pela falta de condições físicas e humanas para ministrar um ensino de qualidade mínima.²⁰

Todas as manifestações excepcionais deste período, nomeadamente com intervenção dos alunos, têm genericamente um ou vários destes motivos (o que se enquadra na tese de uma “onda de protesto” global).²¹

¹⁷ DUARTE, Carlos. O Concurso e a Escola. *Arquitectura*. 1968, n.º 105-106, pp.179/230.

¹⁸ “A luta [é] de carácter pedagógico, isto é, para a transformação e aperfeiçoamento dos métodos e matérias de ensino e para um crescente controlo destas pelos estudantes; contra o autoritarismo, a arbitrariedade e a sapiência catedrática.” Uma reforma em três actos ou o que nos interessa. *O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura*. Abril 1972, n.º 2, p.4. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

¹⁹ “Nós recusámo-nos a fazer exames porque era de tal modo frustrante esse ensino – não lhe quero chamar opressivo, ou repressivo: era obsessivo este tipo de organigramas com a ditadura do ângulo recto –, era estiolante da imaginação. Era uma ‘coisa’ muito redutora e não havia informação, não havia revistas de arquitectura.” Entrevista a Rui Barreiros Duarte (2010.06.30). SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011, vol. II. Dissertação de mestrado. p.84.

²⁰ “Fevereiro de 70 – Em virtude da impossibilidade de prosseguimento dos programas definidos no princípio do ano, por carências de instalações e de pessoal docente, vários professores empreenderam numa acção de superação baseada no preenchimento dos tempos de aulas com o estudo dos problemas relacionados com o ensino e prática da arquitectura.” *Acontecimentos*. Relatório. (s.d.). [Arquivo FT]. [Anexo III].

²¹ No texto “Some Reflections on Student Movements of the 1960s and Early 1970s”, o autor vai problematizar o activismo estudantil, considerando o domínio de uma “protest wave” a nível global, pese embora cada especificidade local. Cf. BARKER, Colin. Some Reflections on Student Movements of the 1960s and Early 1970s. *Revista Crítica de Ciências Sociais. Memória e actualidade dos movimentos estudantis*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008, pp.43-91.

Figura 1 O “Enterro da Escola”. Da esquerda para a direita: João Paulo Bessa, José Miguel Fonseca e José Lamas. (s.d.) ca 1970. Imagem que figura na tese de doutoramento de Carlos Tamm “Escola de Lisboa. Herança e Devir Pedagógico-Didático”. [Fundo FAUL]



Por exemplo, pouco depois de “O Concurso e a Escola”²² seguir-se-ia uma *performance*²³ que obrigaria ao encerramento das aulas²⁴ intitulada “Enterro da Escola”²⁵ ou

“Funeral da Escola”²⁶ [Figura 1] – uma forma simbólica de protesto que implicaria uma preparada actuação, com caixão e distribuição de diplomas,²⁷ que incutiria algum nervoso no Conselho Escolar.²⁸ Num esboço a proferir no “Enterro” [Figura 2] [Anexo IV]²⁹ está escrito que o ensino, da forma como está, deve dar lugar a um ensino novo. O propósito não é, portanto, de celebração mórbida, mas de incentivo à renovação.

²² DUARTE, Carlos. O Concurso e a Escola. *Arquitectura*. 1968, n.º 105-106, pp.179/230.

²³ De acordo com uma sebenta escolar manuscrita atribuída a Nuno Matos Silva (aluno de arquitectura da ESBAL entre 1968 e 1976) terá sido planeada no final do ano de 1969. [Arquivo NMS]. [Anexo IV].

²⁴ Conforme Entrevista a Pedro Ferreira Pinto (2014.05.13).

²⁵ Cf. TAMM, Carlos. *Escola de Lisboa: Herança e Devir Pedagógico-didático*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1993. Tese de doutoramento, p.69. Segundo Carlos Tamm, esta *performance* foi uma acção conjunta de toda a ESBAL, isto é, em colaboração com os alunos de Pintura e Escultura, e terá ocorrido na Páscoa de 1971. Por outro lado, tudo indica que terá ocorrido em 1970 pela razão de que Pedro Ferreira Pinto ainda se encontrava na Escola e por ter sido planeada no final de 1969. [V. nota 23].

²⁶ Cf. (s.n.). Sebenta escolar manuscrita. Rascunho do discurso a proferir no “Enterro da Escola”. (s.d.). [Arquivo NMS].

²⁷ Conforme entrevista a Pedro Ferreira Pinto (2014.05.13). Este tipo de *performance* tornou-se comum nos anos 70. *E.g. performances* do grupo Acre: “A segunda intervenção [foi] iniciada em Lisboa (...) na Livraria Opinião, na Rua da Trindade. Aí, eram entregues Diplomas de Artista a quem quisesse. Os diplomas eram assinados por Clara Menéres e Lima Carvalho, que escreviam o nome do assumido artista, tendo todos a classificação de vinte valores.” CARVALHO, Lima de. *Arte e actos públicos do grupo Acre. O Chiado, a Baixa e a esfera pública*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2011, p.153.

²⁸ Órgão da Escola do qual fazia parte, por exemplo, Frederico George.

²⁹ Do discurso a proferir no “Enterro” constaria: “Anuncio-vos o funeral da Escola. A cerimónia vai realizar-se. Mas cuidado, o morto já está podre de tanto esperar (...). Por vezes ainda tentaram que o cadáver ressuscitasse, mas, amigos, isso não interessa! Temos de enterrar a escola e fazer viver, e dar à luz uma nova. A outra nem sequer temos de a matar, ela já está morta – temos apenas de lhe conferir a certidão de óbito. Anuncio-vos o nascimento daquilo que vos irá unir, daquilo que vos fará viver (...).” etc.. Cf. Sebenta escolar manuscrita. [Arquivo NMS]. [Anexo IV].

Segundo Canto Moniz, antes disso passara-se uma mesma medida de expressão de insatisfação, embora de natureza formal, com

“os assistentes de

Composição de

Arquitectura (Portas, Costa

Cabral e Silva Dias) (...)

[que] em Março de 69

dirigem à direcção da

Escola um documento

exigindo ‘uma urgente clarificação que permita uma colaboração

ampla e construtiva de todos os elementos do corpo docente da

Escola de modo a estimular o clima de confiança mútua

indispensável ao progresso do ensino’.”³⁰

No seguimento destas agitações há uma turma em particular que sobressai na Escola pela forma como resolve dar sequência aos eventos e motivos atrás descritos. Trata-se da última turma a completar o curso antes do 25 de Abril, ou seja, a turma de 1967-1973, já referenciada.

Assim, no ano de 1969/70, quando se encontrava esta turma no 3º ano,

“(Ainda no 2º período) – Os estudantes recusam o trabalho

escolar convencional e inicia-se em alguns anos, por grupos de

trabalho, com apoio de alguns professores, um trabalho de estudo

de reestruturação do curso de arquitectura [Anexo V].”³¹

Apesar de “o referido trabalho não [ser] aceite pelo Director através de

uma circular enviada aos professores”,³² a turma do 3º ano contagia

outras turmas de outros anos as quais vão aderir ao mesmo sistema, para

o qual irão elaborar relatórios³³ sobre o andamento das aulas, acusando a participação ou não de alguns professores por

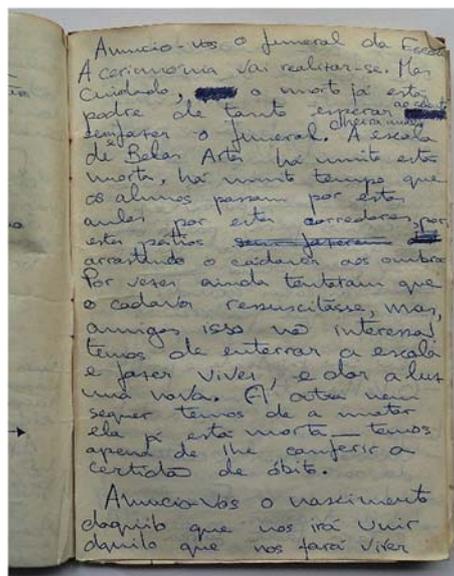


Figura 2 Sebenta Escolar com rascunho do discurso a proferir no “Enterro da Escola”. (s.d.) ca 1970. [Arquivo NMS]. [Anexo IV]

³⁰ MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.536.

³¹ *Como suporte ao Documento entregue ao M.E.N., que contem as petições dos estudantes de arquitectura, estes reconheceram a necessidade de prestar alguns esclarecimentos sobre os acontecimentos havidos desde então:* (s.d.). [Arquivo FT]. [Anexo V].

³² *Idem.*

³³ Muitos destes relatórios constam do Arquivo de Francisco Teves [FT].

“diferentes pontos de vista (...) que se antagonizavam, favorecendo cada vez mais a desorientação dos alunos e cavando sempre mais profundamente o fosso entre os assuntos das cadeiras.”³⁴

Entretanto, entre os professores assiste-se a, ora desistências, ora assistências face à mesma causa, facto descrito no relatório “Acontecimentos” [Anexo III] onde é historiada, pelos alunos, a sequência das ocorrências mais significativas. Estes chegam a relatar, com precisão, as datas e as razões que levam ao pedido de rescisão de contrato de alguns dos seus assistentes, revelando a saída de Portas e citando as suas razões, bem como de Francisco da Silva Dias e Pedro Ferreira Pinto. Está escrito, por exemplo, que não há “quaisquer indícios por parte da Direcção da Escola que façam prever a entrada em vigor das reformas necessárias” (Portas) ou que a “permanência no corpo docente da ESBAL [Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa] corresponde à colaboração numa situação que causa graves prejuízos à classe a que pertence” (Silva Dias) ou que “todas as possibilidades de actuação construtiva, num futuro próximo, foram cerceadas” (Ferreira Pinto).³⁵ Já Formosinho Sanchez mantém-se no cargo de professor, mas, em Fevereiro de 1970, emite um documento admitindo comprometer-se com os estudantes da sua turma a estender o trabalho de “actividades diversificadas” se “previamente planeadas e coordenadas”.³⁶ Os estudantes resolvem prolongar o trabalho autodeterminado durante as férias da Páscoa (estamos em 1970) e

“após elas, os alunos em R.G.A. [Reunião Geral de Alunos] decidem alargar esse trabalho a todo o curso e, até ao fim do ano lectivo (31 de Julho), suspendem a sua frequência às aulas tradicionais, que ainda funcionam”.³⁷

³⁴ *Reflexão Crítica (sobre o ensino que nos foi fornecido na Escola) para uma actuação Imediata*, ESBAL, 12.3.70, 5º Ano de Arquitectura. [Arquivo FT].

³⁵ *Acontecimentos*. Relatório. (s.d.). [Arquivo FT]. [Anexo III].

³⁶ SANCHEZ, Formosinho. *Regime especial e excepcional para o prosseguimento dos trabalhos da cadeira de Composição de Arquitectura Iª, IIª, e IIIª partes*. ESBAL. 23/02/1970. [Arquivo FT]. [Anexo XVI].

³⁷ *Como suporte ao Documento entregue ao M.E.N., que contem as petições dos estudantes de arquitectura, estes reconheceram a necessidade de prestar alguns*

É então “decidido um contacto com o M.E.N. [Ministério da Educação Nacional] para legalização do trabalho em curso” o que só se verifica em 1971.³⁸ O director da Escola declarou encerradas as aulas (25 de Abril de 1970),³⁹ e, apercebendo-se desapoiados,⁴⁰ uma larga maioria dos alunos vai recusar-se a fazer os exames da época de Julho de 1970,⁴¹ dando-se um chumbo geral⁴² cuja consequência é a “maratona de 31 de julho, onde cerca de 50 alunos fizeram exames a seis cadeiras, cada um, no tempo record de 21 horas até às 6 horas da manhã do dia seguinte.”⁴³ Ora, esta “maratona” avaliativa havia de ser no ano lectivo seguinte (1970/71). Assim, todo o período descrito até agora constitui uma fase oficiosa das “experiências pedagógicas” – designação atribuída a um Despacho do Ministro da Educação de Fevereiro de 1971 mandatando Frederico George, na qualidade de director tácito do curso, como orientador das ditas,⁴⁴ as quais são boicotadas por entidades superiores da Escola:

“É realmente um facto que a vida da Escola começou a sofrer grandes alterações por volta de 1970, data que foi um marco. Aí surgiu uma espécie de rebeldia às instituições pedagógicas,

esclarecimentos sobre os acontecimentos havidos desde então: (s.d.). [Arquivo FT]. [Anexo V].

³⁸ *Idem.*

³⁹ *Idem.*

⁴⁰ Frederico George estará ausente, num determinado período do ano de 1969/70 (nomeadamente em Março de 1970), por motivo aparente de se encontrar no Japão a desenvolver trabalho para o Pavilhão de Portugal da Expo Internacional de Osaka. *Cf. Informação. Comunicado n.2. 5ºano. ESBAL. 13.3.70.* [Arquivo FT].

⁴¹ *Cf. O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura.* Editorial. Janeiro 1972, n.º 1. [Arquivo Centro 25 de Abril]. [Anexo VI].

⁴² Entrevista a Rui Barreiros Duarte (In SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990.* Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011, vol. II. Dissertação de mestrado. p.84.

⁴³ *O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura.* Editorial. Janeiro 1972, n.º 1. [Arquivo Centro 25 de Abril]. [Anexo VI].

⁴⁴ “Por meados de Fevereiro de 1971, deu entrada na ESBAL, por vias normais, um despacho do Ministério da Educação Nacional, determinando ‘que o professor da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, arquitecto Frederico Henrique George [seja] incumbido de organizar e orientar as experiências pedagógicas tendentes à reforma do curso de arquitectura’.” Uma reforma em três actos ou o que nos interessa. *O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura.* Abril 1972, n.º 2. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

A existência deste Despacho é também comprovável num officio da Direcção-Geral do Ensino Superior ao director da ESBAL, officio este relativo à rescisão de Francisco Keil do Amaral. No dito consta: “Não tendo sido suspensas as experiências pedagógicas como decorre claramente do despacho de 23/9/71, ouvir a Escola”. Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Officio ao Director da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. 6 de Janeiro de 1972.

devido ao apoio do próprio Ministério (...). Essas experiências pedagógicas não resultaram. Não porque não tivessem pés para andar, mas principalmente porque foram totalmente boicotadas por entidades superiores da Escola”.⁴⁵

São as “entidades superiores da Escola” os maiores entraves às “experiências”, como aqui é dito.

Resta-nos saber exactamente de que se trata o conteúdo das “experiências pedagógicas”.⁴⁶ O “O Tê e o Porquê”, de Janeiro de 1972, aproxima-se coloquialmente da expressão:

“Já vai longe (...) o ano lectivo de 70/71, de tão triste memória que decorreu sob a égide das chamadas experiências pedagógicas. (...) (Uma programação de estudos muito ‘progressista’ que deveria ‘revolucionar’ toda a história do ensino da arquitectura de-aquém-e-além-mar, o que afinal não chegou a acontecer, ao que dizem os seus mentores mais representativos, por motivos completamente alheios à sua vontade)” [Anexo VI].⁴⁷

Frederico George, que, como dito, “funcionava como director não oficial do curso de Arquitectura”,⁴⁸ vem, mais tarde, referir-se a estas “experiências” do seguinte modo:

“Em meados do ano lectivo de 1969/1970, após justas e pertinentes contestações de alguns docentes e alunos, estudaram estes, após constituição de grupos de trabalho, medidas que poderiam conduzir a uma revisão do Ensino de Arquitectura. Muito pouco tempo antecedeu os exames a entrada em vigor das experiências pedagógicas.

As dificuldades levantadas resultantes da aplicação de medidas experimentais que certamente colidiam com o Regulamento vigente e o temor do não cumprimento deste só deram como

⁴⁵ BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.66-67.

⁴⁶ É muito difícil descrever as “experiências pedagógicas” porque só se conseguem recolher testemunhos vagos. Não existe ou não se encontra localizada documentação mais específica que apoie uma melhor ou mais precisa descrição deste processo experimental.

⁴⁷ *O Tê e o Porquê*, n.º 1. [Arquivo Centro 25 de Abril]. [Anexo VI].

⁴⁸ *Idem*.

resultado a realização de avaliações finais do tipo diferente do habitual, ainda assim contestadas, mas por pequeníssimo número de elementos escolares.

Foram, porém, experiências que apesar de não poderem ter sido levadas ao fim, provaram pelo menos a exequibilidade de tipos diferentes de actuação pedagógica, arrancando assim exemplarmente do imobilismo até ali vigente.

Bem curto, porém, foi este período experimental, cedo se entraria na rotina. Certo clima de frustração minou a ESBAL dando origem à saída de alguns docentes.

Continuaram em estudo as reformas do Ensino por parte do então Ministério da Educação Nacional para o que se realizou um estudo de base (...).⁴⁹

Em perspectiva, o que aqui nos é dito é que:

- Em meados do ano de 1969/70, são feitos estudos por grupos de docentes e alunos para a revisão do ensino da arquitectura;
- Estes estudos antecedem a entrada em vigor das “experiências pedagógicas”;
- A legalidade das “experiências” é questionada;
- As “experiências” resultam apenas em diversos modos de avaliação;
- O que se segue às “experiências” é um período de rotina e consequente saída de alguns docentes;
- Frederico George elabora um Estudo para uma reforma do ensino da Arquitectura.

De facto, aqui as “experiências pedagógicas” são, em parte, vistas como avaliações de outro tipo, com “júris amplos”, em que “cada exame [demorava] à volta de cinco a seis horas”.⁵⁰ Disso mesmo nos dá conta Augusto Brandão ao recordar:

⁴⁹ Cf. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Boletim 1974. Para uma nova Escola*. Julho de 1974. p.28. [Fundo FBAUL].

⁵⁰ “A determinada altura houve um grupo de professores – o professor Frederico George, o professor Formosinho Sanchez, eu, o professor Manuel Vicente, e mais um ou dois de que eu agora não me lembro, porque éramos muitos – que resolveu fazer uma experiência pedagógica que consistia nas disciplinas serem dadas, mas todas coordenadas por um único trabalho virado para um fenómeno arquitectónico – um edifício arquitectónico, um estudo urbano, ... – e todas as disciplinas andavam à volta daquele tema. Fazia-se o projecto, no final, e esse projecto era interrogado por todos os

“Chegaram a fazer-se exames até às 4, 5, e 6 horas da manhã, devido à pressão das entidades superiores da Escola, por obediência absoluta ao espírito da lei.”⁵¹

Já referimos o caso da turma de 1967-1973, então no 4º ano; um outro exemplo deste tipo de avaliações, numa versão mais ‘moderada’, é-nos descrito por Manuel Graça Dias, aluno do 1º ano em 1970/71:

“As notas de Desenho de Estátua e de Arquitectura Analítica eram dadas em conjunto. Os professores vinham depois dizer a nota e perguntar aos alunos se queriam discuti-la. Vivíamos em 1970. Isso devia ser uma novidade.”⁵²

Relativamente ao período de imobilismo a que se retorna, que dá azo a que as “experiências” vão “esmorecendo”,⁵³ este põe a nu as contradições e as frustrações, como dito acima, que originam demissões de docentes, nomeadamente de Frederico George (cerca de 1972):

“Ficaram célebres as ‘Experiências Pedagógicas’ com vista à reforma do Curso de Arquitectura, ensaiadas no ano lectivo 70/71 sob a direcção do prof. Frederico George, demitido há um ano, com declarada oposição por parte do Director [Joaquim Correia] e de um certo sector do Corpo Docente, e que não contando com a participação activa dos estudantes nem com o apoio incondicional do MEN [Ministério da Educação Nacional] redundaram no maior fracasso pondo bem a claro as contradições em que se debatiam os reformistas [Anexo VII].”⁵⁴

No mesmo comunicado ler-se-á ainda que os próprios motivadores das “experiências” as deixam “de parte”:

professores. Os júris eram júris amplos, com todos os professores que tinham dado todas as matérias, e demorava, cada exame, à volta de cinco a seis horas, o que se mostrou, na realidade, incomportável. Viu-se que o sistema poderia ser um sistema bom – a integração de todas as disciplinas num tema único – simplesmente aquele método de produzir os exames não poderia ser aquele, e isso criou lá dentro, entre quer professores quer alunos, um ambiente de disputa grave, mesmo. ‘Tu demoraste mais tempo’; ‘eu demorei mais tempo’; ‘tu demoraste mais cinco minutos’...” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15) [Apêndice XI].

⁵¹ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

⁵² Entrevista a Manuel Graça Dias (2013.10.22).

⁵³ V. nota 51.

⁵⁴ *Comunicado aos alunos do 1º ano*. (s.d.) ca 1973. [Arquivo RC]. [Anexo VII].

“Torna-se evidente a incapacidade do curso para dar resposta às necessidades qualitativas do mercado. No entanto, as tentativas para o reformar parecem agora, pelo menos provisoriamente, postas de parte, e os que ainda há pouco tempo se insurgiam contra a desadaptação do curso em relação à profissão e contra o completo anacronismo do ensino aqui praticado, tanto dentro (profs.) como fora (sindicato e profissionais individualmente) (...) conformam-se hoje por inteiro com a situação [Anexo VII].”⁵⁵

Uma boa forma de ilustrarmos esta conclusão será observando o testemunho gráfico de Manuel Graça Dias. Já dissemos que o seu primeiro ano lectivo é o ano de 1970/71, data em que tem como professor Frederico George e assistente Francisco Keil do Amaral. Em conversa, desenhou-nos o que seriam os seus primeiros exercícios. Entende-se, dos seus esboços de memória relativos aos exercícios do 1º ano, comparativamente com os esboços para os anos seguintes, a sua natureza experimental. Os dos anos seguintes, por sua vez, mostram que as suas propostas seriam favorecidas se respondessem a um programa lógico geométrico chamado *organigrama* [Anexo VIII], modelo que comportava o risco de gerar plantas que não se distinguiam do próprio organigrama, ou vice-versa. Ora, este aspecto seria mais conveniente, para efeitos de avaliação nos dois anos prévios à Revolução. Segundo Graça Dias, a estratégia da “matemática básica”⁵⁶ era melhor avaliada

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ Manuel Graça Dias refere que, logo após o 25 de Abril, terá tido conhecimento, através do seu processo de aluno, de que tinha bom aproveitamento escolar simplesmente porque dominava a ‘técnica’ dos organigramas. Conforme depoimento de Manuel Graça Dias (2013.10.22).

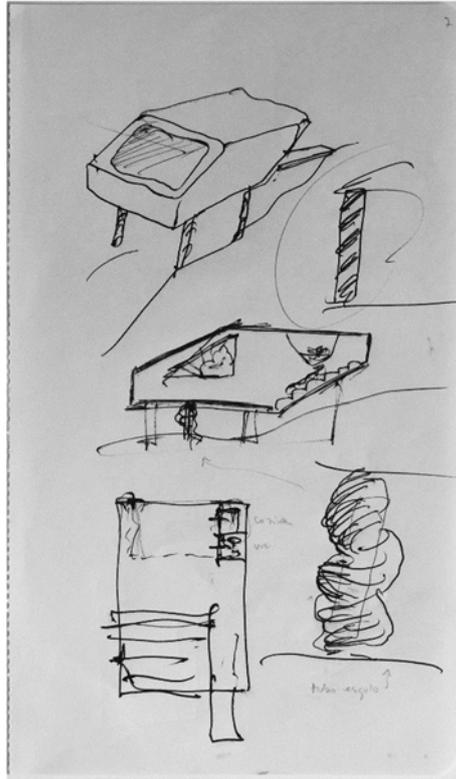


Figura 3 Esboço de memória de Manuel Graça Dias. Trabalho de grupo. 3º ano. 1972/73. Programa autoproposto: habitação com única limitação de ser sobre pilotis. [Arquivo LMS]

após o tempo das “experiências”; se os alunos se aventurassem por esquemas diversos [Figura 3] corriam o risco de chumbar.

Graça Dias refere ainda a proposta de um exercício que partia de um cubo de 40x40 e sugere, de facto, que 1970/71, ao contrário dos anos seguintes, teria passado por uma “tentativa de renovação”.⁵⁷

Manuel Couceiro testemunha, relativamente a Frederico George e à sua pedagogia:

“Um exercício prático consubstanciou a compreensão [do]

‘espaço’ – tratava-se de, nos limites de um cubo imaginário, inventar sequências espaciais, ao nível do edifício, ou urbanas, de qualquer modo tendo em conta a escala humana. Ao longo do exercício pude apreciar a possibilidade concedida aos alunos para a definição dos seus percursos e o auxílio prestando na resolução dos vários problemas que iam surgindo. Não havia um *parti-pris* da parte do professor ou uma imposição da sua vontade, antes o desejo de mostrar novas ideias e caminhos, de ajudar à descoberta da arquitectura, enfim, de formar em liberdade.”⁵⁸

Com efeito, cremos que Frederico George havia procurado incutir, na incumbência das “experiências pedagógicas”, uma forma didáctica alternativa através do lançamento de enunciados com uma componente mais experimental que a sua habitual praxis analítica.⁵⁹ Nomeadamente antes da sua demissão, Frederico George teria participado numa forma

⁵⁷ Entrevista a Manuel Graça Dias (2013.10.22).

⁵⁸ COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. In: SUMMAVIELLE, Elísio, et al.. *Ver pelo Desenho. Frederico George*. Lisboa: Câmara Municipal, Livros Horizonte, 1993, p.36.

⁵⁹ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. pp.72-75 e pp.515-516.

alternativa de aplicar a “Reforma de 57”.⁶⁰ Tal teria sido conseguido através da contratação de novos assistentes, no ano lectivo de 1970/71, numa “base de exclusiva competência e aptidões pedagógicas”⁶¹ (uma vez que não eram professores ‘de carreira’), o que lhe garantia como didáctica “formar em liberdade”.⁶² Com efeito, na sequência da saída de Portas e no contexto do “Enterro da Escola” e restantes contestações estudantis, George contrata para assistentes Manuel Vicente (em Fevereiro de 1970) [Anexo IX],⁶³ Francisco Keil do Amaral e Raul Hestnes Ferreira (ambos em Fevereiro de 1971),⁶⁴ e Tomás Taveira (em Agosto de 1971).⁶⁵

No entanto, em 1971/72, havendo o “certo clima de frustração [que] minou a ESBAL dando origem à saída de alguns docentes”,⁶⁶ e revelando-se as “experiências pedagógicas” fracassadas, Frederico George demite-se,⁶⁷ bem como Francisco Keil do Amaral (1 de Maio de 1972)⁶⁸ e Raul Hestnes Ferreira (1 de Setembro de 1972).⁶⁹

O contraste entre 1970/71 e 1971/72 é-nos relatado pelo então aluno José Manuel Fernandes do seguinte modo:

⁶⁰ V. nota 7.

⁶¹ *Boletim 1974*. p.27.

⁶² COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. p.36.

⁶³ Cf. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Correspondência Expedida. Ano 1970. Livro 13. [Fundo FAUL]. [Anexo IX].

⁶⁴ Cf. Despacho de 30 de Dezembro de 1970. Secretaria de Estado da Administração Escolar que subscreve o Diploma de Provimento de Francisco Pires Keil Amaral no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas, desde 17 de Fevereiro de 1971. In processo individual de professor. [Fundo FAUL]. Cf. também Despacho de 2 de Fevereiro de 1971. Secretaria de Estado da Administração Escolar que subscreve o Diploma de Provimento de Raúl Hestnes Ferreira no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas, desde 18 de Fevereiro de 1971. In processo individual de professor. [Fundo FAUL]. Hestnes Ferreira seria um nome antes improvável de ser aceite pelo Conselho Escolar pelo seu percurso, já que havia visto a sua candidatura a professor do 1º Grupo recusada pelo Conselho de Ministros em 1968. Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.467.

⁶⁵ Cf. Despacho de 19 de Julho de 1971. Secretaria de Estado da Administração Escolar que subscreve o Diploma de Provimento de Tomás Taveira no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas, desde 7 de Agosto de 1971. In processo individual de professor. [Fundo FAUL].

⁶⁶ *Boletim 1974*. p.28.

⁶⁷ De acordo com: *O Tê e Porquê* n.º 1; Entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07). Já de acordo com *o Comunicado aos alunos do 1º ano*. (s.d.) ca 1973 [Arquivo RC] terá sido demitido.

⁶⁸ Cf. Processo individual de professor. Nomeações e Exonerações. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [Fundo FAUL].

⁶⁹ Cf. Processo individual de professor. Nomeações e Exonerações. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [Fundo FAUL]. Manuel Vicente, que havia sido contratado em 1970, rescindirá em 1976. [Anexo XXXII].

“A entrada foi uma verdadeira emoção. Mas depois estoirou. Estoirou precisamente quando passámos para o 2º ano, talvez no início do 2º ano. Frederico George demitiu-se. (...). Demitiram-se todos os assistentes e ficámos no vazio. A minha primeira grande experiência, depois dessa emocionante entrada no 1º ano, foi um vazio, em 1971/72. Não havia professores”.⁷⁰

Entretanto, e em paralelo com as “experiências”, Frederico George tinha sido responsabilizado por elaborar um estudo de remodelação do curso de arquitectura, como vimos. O “Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura”, explica ainda que se havia dado o convite à participação dos estudantes neste estudo:

“Do facto tiveram os alunos conhecimento, dias depois (25.2.71), através de um ‘Comunicado aos alunos do curso de arquitectura da ESBAL’, assinado pelo arquitecto Frederico George, no qual, além do mais, se ‘solicitava dos alunos de arquitectura a eleição de 12 representantes do corpo discente sendo dois de cada ano do curso’ a fim de serem integrados no ‘Conselho Pedagógico’ órgão ‘constituído pelos docentes do curso de arquitectura e representantes dos alunos’ cuja criação o arquitecto Frederico George julgou ‘indispensável para dar início aos trabalhos’.”⁷¹

No entanto, quando o director implícito do curso⁷² noticia o projecto e os métodos pelos quais se propõe a fazê-lo, surgem “‘guerras’ enormes entre a Escola e o professor Frederico George” – possivelmente uma das razões que o leva a demitir-se.⁷³ É sobre este estudo que nos debruçaremos de seguida.

⁷⁰ Entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07).

⁷¹ Uma reforma em três actos ou o que nos interessa. *O Tê e o Porquê*, n.º 2. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

⁷² SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado. p.31.

⁷³ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

1. 2 Introdução ao Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura de Frederico George (1973)

Faremos uma breve introdução, nesta secção, ao que se segue à tomada de posse de José Veiga Simão, em 1970, como Ministro da Educação no que respeita às suas medidas reformistas. Referimo-nos mais concretamente ao *Programa base para uma Faculdade de Arquitectura*, da autoria de Frederico George, datado de Novembro de 1973 – um estudo promovido pelo Ministério da Educação antes do 25 de Abril.⁷⁴ Analisaremos este *Programa*, juntamente com um outro estudo e um texto crítico de colegas professores de modo a melhor podermos interpretar o projecto entregue.

Já vimos que Frederico George é a grande referência da 1ª Secção da ESBAL. A sua biografia tem sido mencionada em alguma bibliografia,⁷⁵ teses de mestrado⁷⁶ e doutoramento.⁷⁷ Aqui, interessa-nos o personagem que vemos actuar na Escola de Lisboa nos anos 70. Trata-se de alguém que está interessado em colaborar com a elevação do curso de arquitectura de escola superior para faculdade⁷⁸ (o que implicava a desvinculação das restantes belas-artes e entrada na universidade), tendo em conta várias razões que o próprio considera que podem ser revistas à luz desta alteração e sobre as quais vem elaborar:

⁷⁴ Este estudo é o resultado da reflexão que George é incumbido de fazer por Veiga Simão, a partir de 1970, tal como descrito em MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.517. É importante aqui referir as concretas reformas do Governo, nomeadamente o *Projecto do Sistema Escolar* e as *Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*. A proposta de George é editada no Boletim ESBAL de 1974. Acerca do Boletim: “O Boletim da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (Boletim ESBAL) é publicado anualmente desde 1959 até 1968, divulgando a produção científica dos docentes, as actividades da Escola e dando notícia de acontecimentos relacionados com a ESBAL.” MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.509. De 1968 a 1974 são ainda editados os Boletins 1972 e 1974, este último com uma formatação e conteúdos significativamente divergentes dos Boletins anteriores.

⁷⁵ E.g. SUMMAVIELLE, Elísio, et.al. *Ver pelo Desenho. Frederico George*. Lisboa: Câmara Municipal, Livros Horizonte, 1993.

⁷⁶ E.g. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I e II. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

⁷⁷ E.g. SILVA, Ana Moreira da. *Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FA/UTL*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2014.

⁷⁸ “O trabalho que agora se publica resultou da incumbência do então Ministério da Educação Nacional que pretendia um estudo para o ensino da Arquitectura nas novas Universidades a criar, não tendo em vista que este fosse interpretado como renovação do Ensino de Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes.” *Boletim 1974*. p.30.

“As Escolas Superiores de Belas-Artes continuavam mantidas numa posição segregada do Regime Universitário, acontecendo até que o vencimento dos seus professores fosse menor do que o dos professores universitários, não deixando aqueles de exercer tarefas de competência universitária, como a de fazerem parte de júris de doutoramentos nas Universidades Técnicas e Clássicas”.⁷⁹

George está também descontente com o sistema pedagógico de partida; é o próprio que, nas suas palavras, exprime a ideia do que o modelo de 1957 oferecia:

“Não restam dúvidas, porém, que alguns imperativos fundamentais implícitos e explícitos no diploma de 1957 se enquadravam perfeitamente na ordem social do País:

- O carácter hierárquico da estrutura escolar que condiciona os estudantes a atitudes supostamente disciplinadas e submissas (...).
- A mais fácil acessibilidade da Escola aos jovens oriundos de famílias desfrutando de disponibilidades financeiras e culturais maiores.
- A impossibilidade de livre recrutamento de docentes numa base de exclusiva competência e aptidões pedagógicas.”⁸⁰

Finalmente, quando Frederico George termina o seu *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* incumbido pelo MEN [Ministério da Educação Nacional] para o ensino da Arquitectura nas novas universidades a criar, já está afastado da Escola.

Entretanto, o Boletim 1972 da ESBAL, uma publicação oficial, edita um estudo assinado pelo docente e secretário da ESBAL Carlos da Silva Pinheiro intitulado *Proposta de reorganização do curso de Arquitectura (tendo já em vista a sua integração na reforma do Ensino Superior)*, com a data de 14 de Junho de 1971.⁸¹

⁷⁹ *Boletim 1974*, p.28. Cf. ainda GEORGE, Frederico. A ESBAL como foi? *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.12.

⁸⁰ *Boletim 1974*, p.27.

⁸¹ Cf. Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. *Boletim 1972*. [Fundo FBAUL].

Para perceber a estrutura pedagógica e curricular onde a Escola vai assentar a sua vida democrática – a qual é baseada no estudo que George vai entregar ao Ministro, como veremos no capítulo 2 – é interessante atentarmos ao estudo de Silva Pinheiro, especificamente elaborado para a ESBAL.

O estudo de 1971 tem como objectivo responder aos critérios de alteração propostos pelo “Projecto do Sistema Escolar” de Veiga Simão através de alterações pontuais ao Decreto-Lei de 1957⁸² como: a redução da duração do curso; a leccionação da cadeira de Física num criado Departamento de Arquitectura; a concepção de cadeiras de opção, nomeadamente Cinema e Teatro; a supressão, no exame de aptidão, do exame de Ciências Físico-químicas; havendo também alterações no que se refere ao Desenho Artístico, e outras.

Já o *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* (suporte para um futuro regime de estudos de seu nome *Estrutura 74*, como veremos) [Anexo XI] é de uma outra natureza, como dissemos, e portanto será estruturalmente bastante diferente da “Reforma de 57”.

Neste contexto (de anunciadas alterações) destaca-se a opinião conservadora do professor Antero Ferreira, que na revista *Binário* de Junho de 1971 recomenda o seguinte:

“O projecto de reforma do sistema escolar consagra claramente – pela primeira vez – como princípio inovador, a integração no território universitário português, do curso de Arquitectura. (...). Qualquer reforma, a processar-se, deverá certamente implicar o compromisso de que se não cometa a imprudência de desprezar toda a experiência anteriormente sedimentada, e também o de que se não adoptem indiscriminadamente medidas inovadoras só porque o são”.⁸³

Começemos por citar o que Frederico George diz, num documentário para a RTP, em 1975, ao referir-se à sua visão sobre o ensino da arquitectura:

⁸² Decreto-Lei n.º 41363 de 14 de Novembro de 1957.

⁸³ FERREIRA, Carlos Antero. *Arquitectura na Universidade. Binário*. 1971, n.º 153, pp.373-374.

“Já lá vai o tempo em que da Escola se exigia estritamente uma formação de profissionais. É evidente que, sem dúvida que têm de ser fornecidos ao aluno os elementos capazes de o poder tornar um profissional. Mas para cima e para além disso tudo, existe uma função – e essa é a que actualmente mais se procura (...). Na verdade, tudo neste momento indica [que] as estruturas novas que se impõem ao arquitecto não são positivamente aquelas mesmas, nem sequer na mesma linha que se impunham nas transactas estruturas pelas quais a Escola se regia. É sobretudo um local (...) mais de formação e investigação do que propriamente de formação de um profissional”.⁸⁴

O *Programa* – o qual, lembramos, é de Novembro de 1973 – ajuda-nos a clarificar que George idealiza um curso com as duas componentes prática e teórica (daí as tónicas na “formação” e “investigação”) ao acrescentar a ideia:

“O que não se pode perder de vista é que uma Faculdade não é só um centro de investigação: é também, e a curto prazo é essa a sua justificação social, um centro de formação de profissionais – e os Bacharéis formados em Arquitectura têm, portanto, de estar aptos a desempenhar cabalmente todas as funções que a legislação portuguesa consente aos arquitectos.”⁸⁵

Ora, uma vez que esta proposta introduz, numa primeira narrativa relativa à estrutura dos novos cursos – bacharelato, licenciatura e doutoramento – a ideia de tornar o bacharelato o primeiro nível necessário para inscrição na respectiva associação profissional,⁸⁶ então a licenciatura e o doutoramento são, de facto, níveis mais intelectualizados da profissão, no plano de Frederico George. Isto significaria que o curso de três anos seria, na prática, um curso que ele desejaria de pendor profissionalizante, e os restantes, de uma natureza mais teórica. Ainda

⁸⁴ Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura. *Colecção Arquitectura*. Rádio e Televisão de Portugal (RTP). 1975.03.28. Disponível em <https://Arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/>

⁸⁵ *Boletim 1974*. p.32.

⁸⁶ “Os bachareis [sic] em Arquitectura poderão inscrever-se no Sindicato Nacional dos Arquitectos e usar o título de Arquitecto.” *Boletim 1974*. p.31.

assim, George acentua no seu *Programa*, como aliás veremos em esquema – o qual só apresenta o bacharelato – a concepção de *ensino integrado*. Para George, o ensino não deve perder as duas componentes prática e teórica, e as cadeiras dividir-se-ão entre nucleares e ancilares.

Quanto às principais,

“nestas cadeiras, a que chamaremos nucleares, será feita a integração dos conhecimentos adquiridos nas restantes em termos das funções principais que o futuro arquitecto vai desempenhar”.

Quanto ao propósito das ancilares, George explica:

“Para promover um ensino tão integrado quanto possível, os docentes das cadeiras ancilares, além de regerem os seus cursos próprios, colaborarão no ensino das cadeiras nucleares”.⁸⁷

George sublinha ainda a sua perspectiva de o curso ser dotado de mais formação e menos informação⁸⁸ – o que compreende que este seja mais *integrado*. Diz-nos:

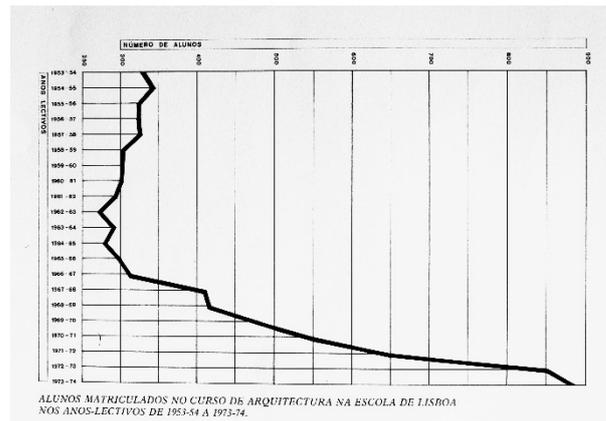
“A Faculdade de Arquitectura deverá concentrar-se no objectivo de formar indivíduos capazes de usar os recursos técnicos integrados num sentido estético para a criação de formas funcionais para uso da sociedade.

⁸⁷ *Boletim 1974*. p.32. Neste tempo, “cadeira” era o que hoje é denominado unidade curricular. O *ensino integrado*, como será explicado mais à frente, era uma estrutura curricular projectada por Frederico George de inspiração anglo-saxónica baseada em cadeiras nucleares e ancilares. As nucleares eram as mais importantes, que se mantinham de ano para ano; as ancilares eram cadeiras satélite que trabalhavam em função das nucleares, complementando o seu conhecimento. Não haveria, então, disciplinas autónomas, mas sim, concluindo, um ensino *integrado*.

De acordo com o *Programa* de 1973, de Frederico George [Figura 5], as disciplinas nucleares seriam Arquitectura, Planeamento e Construções e Materiais; entre as ancilares estavam História, Sociologia e Geografia, por exemplo.

⁸⁸ “Infelizmente (...) falta uma formação muito mais do que uma informação profissional.” Cf. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura. *Colecção Arquitectura*. Rádio e Televisão de Portugal (RTP). 1975.03.28. Disponível em <https://Arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/>

Figura 4 Gráfico constante do *Boletim 1974* com a legenda: “Alunos Matriculados no Curso de Arquitectura na Escola de Lisboa nos Anos Lectivos de 1953-54 a 1973-74”. Julho 1974. [Fundo FBAUL]. [Anexo XII]



Tendendo para este resultado prevê-se aqui, como adiante se verá, um ensino mais integrado do que aquele que actualmente se faz no País”.⁸⁹

De resto, o *Programa*

apresenta alguns elementos fora do comum, mas que vêm ao encontro da sua visão para o ensino, descrita no início desta secção. Desde logo alterações nos métodos de admissão⁹⁰ através de entrevista eventualmente acompanhada de um psicólogo, e “de desenhos, escritos, representações de qualquer ordem”, etc., contrariando uma das normas gerais preconizadas pelo “Projecto do Sistema Escolar”⁹¹ – medida justificada por Frederico George. Quanto ao pessoal docente, o seu *Programa* propõe a nomeação de um Director pelo MEN, o qual proporia, de sua vez ao MEN, a nomeação de professores e assistentes de reconhecido mérito, nacionais ou estrangeiros; tudo isto sob um particular esquema de hierarquia e sistema de contratações que permitia

“por um lado garantir desde início a cooperação de elementos válidos a quem possam ser oferecidas posições condignas e, por outro lado, evitar o risco de anquilose que poderia resultar de um preenchimento imediato dos quadros”.

George pode, assim, contornar habilmente o facto de que

“a criação de uma Faculdade de Arquitectura num país em que o ensino da Arquitectura tem sido para-universitário tem como consequência que o preenchimento inicial dos lugares de docência

⁸⁹ *Boletim 1974*. p.31.

⁹⁰ Os métodos de admissão seriam um ponto chave para George. Como já dissemos, é o *Boletim 1974*, publicado depois da Revolução, que contém a divulgação da *Proposta base para uma Faculdade de Arquitectura*, elaborada previamente ao 25 de Abril. Na introdução a este estudo, Frederico George revela-nos os dados relativos ao número de alunos que frequentavam o curso até 1974 [Figura 4], dizendo: “A pressão numérica de candidatos ao ingresso na Escola obrigará certamente à criação de cursos nocturnos ou outras formas de ensino diferenciado, e à maximização do espaço de que a Escola dispõe actualmente, se considerarmos tanto o espaço existente (1200m²) para 892 alunos como o número de docentes (37).” *Boletim 1974*. pp.28-29. [Anexo XII].

⁹¹ *Boletim 1974*. p.31. A norma em causa não é especificada no *Boletim*.

não se possa fazer obedecendo, a par e passo, às normas estabelecidas da carreira universitária.”⁹²

É também apresentado um organigrama [Figura 5] que representa a opção do *ensino integrado* e, portanto, as três disciplinas nucleares: Arquitectura (com maior carga horária); Planeamento;

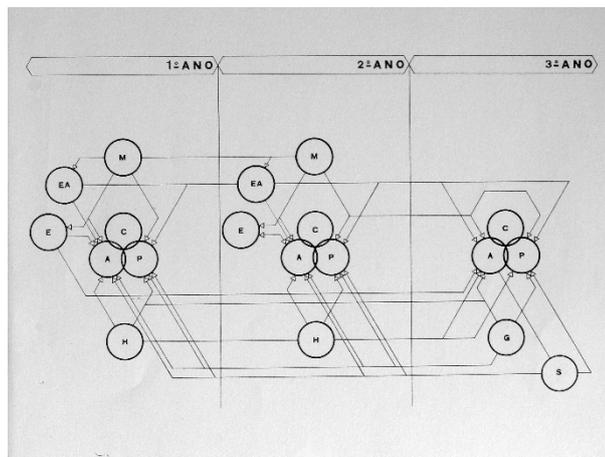


Figura 5 Organigrama incluído no *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* (Bacharelato) tendo como três disciplinas centrais Arquitectura, Planeamento e Construção. 1973. [Fundo FBAUL]

Construções e Materiais; em volta das quais devem gravitar as disciplinas auxiliares: Matemática; Estática; Estudos de Ambiente; Geografia; História; Sociologia.

O organigrama é explicado reportando ao currículo de 1957 com argumentário diverso,⁹³ nomeadamente em volta da ideia do *ensino integrado*, de modo a justificar a retirada de disciplinas por oposição a outras, que são acrescentadas, algumas de nomenclatura coincidente com as do currículo vigente, mas que George vai detalhar, para “melhor explicitação do sentido que se pretende imprimir ao curso”.⁹⁴ Este processo – de detalhar a quase totalidade das disciplinas no sentido de praticamente esboçar um plano de estudos – resulta bastante evidente. Para a licenciatura (18 meses de estudo), solicitaria ao Ministério das Obras Públicas e outros organismos que viessem “a utilizar a colaboração da Faculdade de Arquitectura entregando-lhe estudos e projectos a serem realizados (...) pelos licenciados.”⁹⁵

⁹² *Boletim* 1974. p.32.

⁹³ Sobre Geometria Descritiva: “os conhecimentos obtidos no Ensino Secundário consideram-se suficientes”; sobre o ensino da Topografia: “integrado nas disciplinas de Planeamento e Arquitectura”; sobre Economia: “integrada na cadeira de ‘Construção e Materiais’”; sobre Desenho de Estátua: “Já não vem sendo tomada à letra”; sobre Estática: “Há que facultar ao estudante os conceitos básicos (...) que forneçam ao futuro arquitecto as possibilidades de diálogo com o engenheiro.” Cf. *Boletim* 1974. pp.34-35.

⁹⁴ *Boletim* 1974. p.36. Por exemplo: Matemática e História mantêm-se.

⁹⁵ *Boletim* 1974. p.37.

Mais à frente, vai pormenorizar os encargos de diversas áreas de apoio, como por exemplo o Laboratório/Oficina, o qual deve acrescentar aos modelos tridimensionais outras experiências:

“Deste laboratório fará ainda parte a secção fotográfica, que abrangerá o cinema. Prevê-se que para além da simples representação fotográfica, como elemento de análise, poderá ainda suscitar da sua prática o objectivo de criação estética.”⁹⁶

Defende ainda, de forma muito detalhada, a criação de um Centro de Documentação com a função de promover “a aprendizagem das técnicas de tratamento e exploração da informação”, distinguindo, nesse sentido, três tipos de informação: a informação bibliográfica, a informação visual e a informação numérica. Cabe-nos aqui fazer esta resenha pela razão de que a informação visual, à qual George acopla a gráfica, cartográfica, fotografia, filme, planos e projectos, modelos, etc., será uma das componentes mais citadas nesta tese, sem que isso signifique que, no seu espírito, fosse a mais importante dos três tipos de informação necessários a um Centro de Documentação universitário. No desenrolar do texto será mais clara a razão pela qual estamos de momento a dar importância ao facto de o Centro de Documentação projectado por George incluir a informação visual; para já, não há dúvida de que a sua proposta para um curso de arquitectura se trata de uma proposta bastante excêntrica face ao sistema de 1957, já que não se trata nem de alimentar uma reminiscência *Beaux-Arts*, nem de profissionalizar os alunos para responder às questões mais gritantes da vida ‘real’, em exclusivo, mas sim uma terceira via que, a modesto grau, ter-se-á efectivado após o 25 de Abril, como veremos.⁹⁷ Falamos de currículos escolares, mas o produto pedagógico da Escola resulta também da aplicação dos métodos de cada professor enquanto individualidade, entre outros factores. Esta realidade ultrapassa o nosso campo de análise pois o foco desta tese é nomeadamente a reconstrução espontânea da Escola de Lisboa, após a Revolução, mais do que o pendor

⁹⁶ *Ibidem.*

⁹⁷ Esta estrutura foi, contudo, questionada de imediato pelo grande aglomerado escolar em agitação e liberdade, gerando uma crise que originou um fecho do curso sem precedentes, e um problema de candidatos a matrícula em grande ascensão.

pedagógico de cada professor para o ensino; no entanto consideramos pertinente fazer uma contextualização do percurso inicial de Tomás Taveira enquanto docente.

1.3 Algumas notas sobre a docência e o concurso para professor de Tomás Taveira

Tomás Taveira será um personagem por vezes central para o entendimento da história da Escola de Lisboa no pós-25 de Abril, e daí o nosso interesse em notar o seu percurso inicial enquanto docente e o seu concurso para professor do 1º grupo, ainda no período pré-revolucionário.⁹⁸

Quando acabou o curso, Taveira “era já uma figura de referência”.⁹⁹ O próprio descreve a sua contratação, a 7 de Agosto de 1971,¹⁰⁰ da seguinte forma:

“Aconteceu (...) [ter-me tornado professor] porque Frederico George e Joaquim Correia me conheciam muito bem como arquitecto e pessoa que privilegia a cultura me convidaram ‘imediatamente para assistente’ da ESBAL a seguir, precisamente, à defesa do estágio”.¹⁰¹

Quando começa a leccionar, Tomás Taveira causará igualmente impacto entre os alunos.¹⁰²

Retomamos a ideia de que as orientações de Frederico George, e que a sua convicção nas já referidas “competência e aptidões pedagógicas”,¹⁰³ implicam a capacidade de autonomia e actuação dos professores, ao estilo das “experiências pedagógicas” que ensaiara. Depois da crise das ditas, a partir da qual muitos assistentes abandonam a docência e o próprio se afastará, instala-se a necessidade de contratação de mais pessoal. Por carência de meios, são contratados docentes de outras

⁹⁸ Para constituição das disciplinas do 1º grupo, V. nota 4. Enquanto assistente, Taveira leccionou Teoria e História de Arquitectura II parte (4º ano) e Composição de Arquitectura III parte (5º ano). Cf. GEORGE, Frederico. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Proposta de 14 de Maio de 1976. In Processo individual de professor. [Fundo FAUL].

⁹⁹ Entrevista a Manuel Graça Dias (2013.10.22).

¹⁰⁰ V. nota 65.

¹⁰¹ Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21). Segundo Taveira, Frederico George considerava-o o melhor aluno da Escola. Ainda segundo Taveira, o próprio terá aceitado ser assistente na única condição de ser aberto concurso para professor do 1º grupo, no sentido de ocupar a vaga deixada aberta durante vários anos pela saída de Cristino da Silva. Conforme entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

¹⁰² Cf. Noticiário interno. *O Tê e o Porquê*, n.º 2. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

¹⁰³ *Boletim 1974*. p.27.

instituições, como por exemplo do Instituto Superior Técnico.¹⁰⁴ Dá-se um retorno à rotina e ao imobilismo, como já referido, ou à estrita observância da Lei. Assim, mais ainda por contraste, o acentuado individualismo de Taveira consegue gerar *frisson*. Tal é o caso das suas primeiras aulas, em 1971/72.¹⁰⁵

“Eu sempre tive uma atitude (aceite) autónoma.

Dava as aulas, e falava sobre o que me interessava e tentando claro, levar todos os alunos a privilegiarem a Cultura Histórica e a Cultura Anglo Saxónica e Norte Americana. (...). O encontro entre colegas não existia! Eu assumia uma atitude inteiramente ‘snob’... E não contestava nada do que acontecia na escola porque o diálogo era inexistente. Eu fazia apenas como disse, o que pensava que era melhor para os alunos e... para a formação dum arquitecto. Ponto final.”¹⁰⁶

Na sequência das numerosas viagens que vai fazendo,¹⁰⁷ nomeadamente a Inglaterra, de onde traz slides com novidades impactantes,¹⁰⁸ estimado pela Direcção da Escola,¹⁰⁹ diz que quer “criar rupturas, ofender,

¹⁰⁴ “Entraram uns professores de substituição que foram apanhados no Técnico não sei bem como. (Eram professores de arquitectura no Instituto Superior Técnico).” Entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07).

¹⁰⁵ Tomás Taveira vai começar por substituir Augusto Brandão na regência da cadeira de Teoria e História da Arquitectura. Noticiário interno. *O Tê e o Porquê*, n.º 2. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

¹⁰⁶ Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

¹⁰⁷ Em 1965, Tomás Taveira começa a trabalhar no atelier de Conceição Silva. Segundo o próprio, os bons salários permitem-lhe realizar viagens anuais a Inglaterra e Itália. Conforme entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

¹⁰⁸ Conforme entrevista a Filipe Sousa Pinto (2014.04.04).

¹⁰⁹ Joaquim Correia havia sido seu professor no ciclo preparatório e ganhava agora uma especial consideração pelo percurso académico e profissional de Tomás Taveira, segundo o próprio. O ciclo preparatório precedia uma ramificação entre ensino liceal e ensino profissional. Taveira havia enredado pelo ensino profissional, vertente indústria, e completado o Liceu apenas alguns anos mais tarde, num curso nocturno. Teria, portanto, entrado tarde no curso superior de Arquitectura. Conforme entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

provocar”,¹¹⁰ uma atitude que os seus alunos ora consideram¹¹¹ ora rejeitam.¹¹² Para Taveira, é importante transmitir um encadeamento de imagens que funcionem de estímulo sensorial, em linha com a vivência *pop* que experiencia, mas também a cultura arquitectónica com que se confronta não só nas viagens mas desde logo no início dos anos 60 com a tomada de conhecimento de revistas como a *Architectural Design*.¹¹³ Designadamente quando começa a leccionar, a bibliografia sugerida por Taveira [Anexo XIII] torna-se uma referência para alguns dos seus alunos.¹¹⁴ Nesse campo, interessa-nos explorar a ideia que Jorge Figueira avança de uma especial sensibilidade para a “origem semiótica do pós-modernismo, isto é, a procura de um controle da ‘linguagem’ da arquitectura com vista a uma comunicação eficaz do seu programa e propósitos”,¹¹⁵ ideia avançada a pretexto de um texto no qual Tomás

¹¹⁰ Entrevista a Tomás Taveira (2014.04.17). A pretexto das aulas de Teoria e História, Taveira diz: “Era o que me dava mais gozo. Não sei como é que são os alunos hoje, mas, na altura, havia uma grande distância entre a cultura arquitectónica portuguesa e a cultura internacional. A malta não tinha acesso a revistas, não tinha acesso a livros, não havia net, não se viajava... Havia, por assim dizer, uma imaginação limitada, embora houvesse gente muito inteligente, muito interessante, mas mais socialmente do que como futuros grandes arquitectos. Naquele período, até 74, as coisas eram muito humildes.” Entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

¹¹¹ “[O Arquitecto Tomás Taveira] arejou a Escola e o ensino. Passámos pela fase Stirling e pela Michael Graves. Todos os dias queria centenas de desenhos. Quando chegava à aula a primeira coisa que pedia era ‘fafelinhos’, ‘fafelinhos’. Mudou o ensino, goste-se ou não da sua obra. Teve o mérito inegável de nos obrigar a deixar as sucessivas análises e mais análises e perdermos o medo do papel em branco. Isso é incontestável. Ótimo professor.” Depoimento escrito de Francisco Teves (2014.03.05).

¹¹² “Se alguém mostra uma compreensão diferente dos problemas, geralmente o Arquitecto Taveira começa uma luta com essa compreensão, não admitindo réplicas ou ‘enrolando’ o aluno que a expõe. O Arquitecto Taveira sabe e mostra que compreende os problemas expostos pelos alunos, somente não os discute abertamente com eles. Já apareceu noticiado no comunicado dos alunos – ‘Folha Informativa n.1’ – algumas das consequências que podem levar a atitudes mais repressivas do Arquitecto Taveira.” Noticiário interno. *O Tê e o Porquê*, n.º 2. [Arquivo NMS]. [Anexo II].

A respeito do impacto que terá tido nos seus alunos neste período, Taveira afirma: “Qual o impacto que (...) eu tive sobre os estudantes é algo que não consigo descortinar porque nunca me interessou! Qual a opinião que tinham sobre mim, era-me indiferente! Eu estava convencido e ainda hoje estou que lhes abria horizontes (...)” Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

¹¹³ Uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian permite-lhe comprar livros e assinar revistas desde o 1º ano do curso de arquitectura, em 1961, que de outro modo não teria possibilidade de conhecer. Conforme entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

¹¹⁴ Por exemplo, Manuel Graça Dias refere a importância que foi ter tido conhecimento da “Obra Aberta” de Umberto Eco. Entrevista a Manuel Graça Dias (2013.10.22). Outro exemplo: os únicos documentos que Francisco Teves guardou destas aulas são a bibliografia. [Anexo XIII].

¹¹⁵ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.184.

Taveira se vai inspirar para a sua “lição à escolha” no concurso para professor¹¹⁶ – “Leitura (crítica) de James Stirling” – o qual analisaremos mais à frente. Figueira dá grande importância à questão semiótica.

Chama a atenção, por exemplo, para o artigo da revista *Arquitectura*, intitulado “O lettering”, de 1970,¹¹⁷ e o facto de ele se situar precocemente “no campo de pesquisa que a publicação, em 1972, de *Learning from Las Vegas* fixa na história da arquitectura”.¹¹⁸

É, portanto, em meados de 1970 que as ideias de Tomás Taveira acerca da cultura e da arquitectura se aprofundam, tendo não só reflexo na sua prática disciplinar¹¹⁹ como nas suas aulas, como já referimos. Mas o seu tempo como assistente no período pré-revolucionário é curto (cerca de 1971/72 e 1972/73): o docente vai precisar de alguns meses para preparar o concurso para professor do 1º grupo, o qual que terminará em 22 de Fevereiro de 1974.¹²⁰ Das provas constam, nomeadamente, a “defesa de uma dissertação impressa, expressamente elaborada para o concurso e constituindo trabalho original sobre assunto respeitante às cadeiras do grupo”, um “projecto de composição de arquitectura (...) com prévio esboço feito numa sessão de doze horas” e uma “lição de sessenta minutos a uma turma de alunos sobre um programa de composição de arquitectura”.¹²¹ Neste contexto, Taveira apresenta a dissertação

¹¹⁶ O concurso para professor era composto por uma dissertação, uma lição à escolha do candidato, uma lição, sorteada (este aspecto não vem na Lei, mas era aplicado), e um projecto de composição (precedido de esboço). Art.º 83º do Decreto-Lei n.º 41363 de 14 de Novembro de 1957 que regula os cursos das Escolas Superiores de Belas-Artes.

¹¹⁷ TAVEIRA, Tomás. O lettering. *Arquitectura*. 1970, n.º 116, pp.159-163.

¹¹⁸ “Usando referências estruturalistas e ilustrando o artigo com imagens de um português proto-pop, Taveira escreve sobre a importância da ‘letra’, do ‘seu uso na palavra, ou apenas como símbolo’ (...). Referindo o uso da ‘letra’ na história do moderno e nas experiências da vanguarda dos anos 1960, como os Archigram, fala de ‘investigação’ em nome de uma ‘legibilidade da cidade’, visando ‘aprofundar a arquitectura como canal de informação plurifacetado dado que para além da informação que lhe é própria pode ainda suportar outros canais’. No contexto de uma ‘civilização eléctrica’, escreve Taveira, ‘a arquitectura deverá assumir a sua função informativa como um *mass media*’”. FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.184.

¹¹⁹ Jorge Figueira dá um exemplo: “De facto, na Loja Valentim de Carvalho [1966/69], em Cascais, Tomás Taveira adopta, extraordinariamente em cima do tempo, elementos da cultura *pop* londrina que joga com referências gráficas ‘clássicas’ (na planta e elementos decorativos).” *Idem* p.183.

¹²⁰ Conforme depoimento de Tomás Taveira (2017.10.24).

¹²¹ Cf. Decreto-Lei n.º 41363 de 14 de Novembro de 1957.

“Discurso da Cidade”,¹²² um projecto de um Centro Direccional e a já referida Lição acerca de Stirling inspirada no texto “Leitura (crítica) de James Stirling”,¹²³ texto este com fotografias originais suas (as de exterior).

O texto “Discurso da Cidade” é original face a algumas teses anteriores para professor do 1º grupo.¹²⁴ Trata-se de uma aproximação à contemporaneidade, aos temas anglo-saxónicos, bem documentada em termos de imagens, seguindo o motto de “O lettering”, isto é, da cultura predominante, provando a legitimidade de uma arquitectura que advém da sobreposição de colagem e excesso. Próximo de um exercício de estilo de base ‘científica’, está dividido em duas partes, a saber (1) Problemas da Arquitectura e (2) Problemas da Cidade, reportando, na parte (1), à ideia de arquitectura como objecto signifiante:

“A Arquitectura, sendo um universo de cenário, um teatro, contém, tal como este, uma antinomia fundamental, a do Animado e do Inanimado, a da acção e a da contemplação, a do corpo e a da mente.

A arquitectura como face – como palco, assume um carácter como que de caricatura da sua própria realidade.”¹²⁵

Ainda na parte (1), capítulo três, do seu “Discurso da Cidade”, Taveira fala de *cultura* – um termo que vem a usar sistematicamente no seu discurso, com diversos significados, em todos os casos aglutinados às ideias de imaginação e conhecimento:

“Para nós, não é a análise que poderá dar a conhecer o que é a cidade. Cremos que apenas uma atitude de crítica (...) poderá propor e fundamentar (...) a convergência entre as posições de método como as que se relacionam com a investigação ao nível da percepção visual, e da estrutura relacional de funções, e aquilo a

¹²² TAVEIRA, Tomás. *Discurso da Cidade*. Lisboa: 1973.

¹²³ Cf. Colóquio Artes n.º 23, Junho 1975, pp.33-41.

¹²⁴ Referimo-nos nomeadamente à do próprio Frederico George (“Considerações sobre o ensino da arquitectura”), de 1964, ou à de Augusto Brandão (“L. B. Alberti: Retrato de um arquitecto renascentista”), também de 1964.

¹²⁵ TAVEIRA, Tomás. *Discurso da Cidade*. p.17.

que poderemos chamar uma infra-estrutura básica de actuação mental a que por simplificação chamaremos cultura”.¹²⁶

É a procura da melhor informação “a que chama de cultura”, que o leva a viajar para os Estados Unidos da América pela primeira vez, imediatamente após a prova de esboço, em 1973.¹²⁷ Uma incursão em obras de referência permite-lhe dar continuidade e corpo ao projecto a apresentar a concurso:¹²⁸

“Aquilo que eu fiz foi um mini centro direccional que tinha, de um lado, um bloco com escritórios, com biblioteca, com auditórios, com salas de música, etc..., depois uma grande praça para espectáculos, coberta, para o encontro das pessoas e para o mercado de rua, uma coisa que está a nascer agora. (...). Portanto era um bloco grande, giro, que tinha essa praça, e depois uma torre de escritórios. Um mini centro direccional. (Eu nessa altura estava a começar a entrar no mundo do urbanismo, lia muito sobre centros direccionais... Os *Central Business District* estavam em moda na América).”¹²⁹

Já a Lição à escolha consiste num ensaio que parte dos Laboratórios de Engenharia da Universidade de Leicester para teorizar sobre autores e temas que Taveira já tomava como referências nas suas aulas, como Eco, Barthes, e as questões da significação e da poética.

Um trecho da “Leitura (crítica) de James Stirling” aponta para aquilo que Taveira pretendia transmitir. Referindo-se às guardas de mão dos Laboratórios, afirma:

¹²⁶ TAVEIRA, Tomás. *Discurso da Cidade*. p.31.

¹²⁷ Taveira conta-nos o seguinte, relativamente à sua prova de esboço: “O concurso para professor era muito pesado. A primeira prova era um esboço um dia inteiro fechado numa sala. Levávamos umas sandes, uns copos de vinho... [esboço] que depois desenvolvíamos como projecto. Eu já tinha na cabeça o que queria fazer como projecto e, portanto, fiz um esboço que depois estava, *soi-disant*, bastante próximo do projecto. Fiz o esboço num dia, no dia seguinte fui para os Estados Unidos. Não havia continuidade. O projecto era feito em casa. Não tínhamos de fazer o projecto na Escola.” A viagem referida foi no Verão de 1973. Tomás Taveira voltará a fazer uma viagem aos Estados Unidos da América em 1974.

¹²⁸ A respeito das suas viagens afirma: “Eu só vou aos Estados Unidos quando sou obrigado a fazer o *Central Business District* à procura de coisas como por exemplo a Câmara de Boston – que para mim é um *must*. Porque, no fundo, na minha cabeça, era [um *Central Business District*]. O Frank Lloyd Wright e o Marine County...” Entrevista a Tomás Taveira (2017.10.24).

¹²⁹ *Idem*.

“Este tipo de intervenção traduz-se num amparar o leitor do edifício, de tal modo que ele possa reconhecer imediatamente ‘o local’ em que se encontra através da leitura de ‘sinais’ que se objectivam dentro daquele universo como ‘símbolos’: pela relação vertical (ou imediata) que se conseguiu entre o que se vê e o que isso significa: Vermelho (tijoleira) espaço Público, Branco (reboco-estruque) espaço Privado. Assim, e neste sentido, assiste-se a uma das mais impressionantes afirmações de inteligência resolutiva frente a um problema”.¹³⁰

Enfim, a Revolução está à porta e as provas de Tomás Taveira são bem recebidas;¹³¹ constituindo o último evento de relativa expressão dentro de portas antes do 25 de Abril. Olhando para fora, assiste-se a cada vez maiores lutas estudantis e apelo ao associativismo,¹³² mas na Escola retorna-se a uma aparente rotina dominada pelo conformismo.¹³³

¹³⁰ TAVEIRA, Tomás. Leitura (crítica) de James Stirling. *Colóquio Artes*. p.38.

¹³¹ Tomás Taveira toma posse como professor do 1º grupo a 14 de Maio de 1974. Cf. GEORGE, Frederico. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Proposta de 14 de Maio de 1976. In Processo individual de professor. [Fundo FAUL]. Augusto Brandão, personagem central desta tese, é também “reconduzido definitivamente no lugar de professor” do 1º grupo no dia 15 de Novembro de 1974. Cf. LOPES, Manuel Gil Teixeira. [Conselho Directivo da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Certidão de 14 de Abril de 1975. In processo individual de professor. [Fundo FAUL].

¹³² “Como noutros países ocidentais, tinha-se verificado uma clivagem geracional nas elites, a que os comentadores da época se referiam como o ‘problema da juventude’. A partir daí, foi mais difícil manter o controlo do espaço público a não ser agravando a repressão.” Cf. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (co-aut); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (co-aut); RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, cop. 2009. p.703.

¹³³ Cf. *Comunicado aos alunos do 1º ano*. (s.d.) ca 1973. [Arquivo RC]. [Anexo VII]. Cf. também *História de Portugal*. p.704: “No entanto, ninguém até meados de 1974 previu a queda para breve do regime. Nunca se vivera tão bem em Portugal com pleno emprego, subidas de salários e a expansão do Estado social. As forças organizadas da oposição pareciam fracas e a situação militar em África não era dramática.”

2. DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS ATÉ DEZEMBRO 1976. A DIFÍCIL GESTÃO DA LIBERDADE E OS GRANDES PROJECTOS

2.1 Fecho e reabertura da Escola: os terrenos e as batalhas

As condições funcionais a que chamámos de “rotina”, no capítulo anterior, não significam que a Escola não fosse um lugar de confronto latente. Como vimos, “ainda antes de 1974,” afirma Frederico George, “surge a perturbação académica. Verifica-se a impossibilidade, desde logo de, em conjunto, os docentes e discentes de arquitectura colaborarem em estudos de reestruturação, quer a longo quer a curto prazo”.¹

Além disso, havia tendencialmente um número cada vez mais significativo de estudantes a matricular-se, como vimos, logo uma maior diversidade de mundividências e de encaixes políticos (aspecto quase obrigatório, na época).

Veremos neste capítulo como é que a Escola recebe a Revolução tendo duas ideias advindas do período pré-revolucionário como base: (1) a perspectiva da liberdade para reformular o ensino; e (2) a ideia de grandes projectos nesse sentido, não só por parte dos discentes, mas também dos docentes – nomeadamente agora que tem todo o espaço para ser gerada, e tendo em conta que “a todos, após o 25 de Abril nos pareceu impossível conceber uma existência futura da ESBAL, à semelhança do que era antes dessa data”.² Por outras palavras, tentaremos analisar porque razão foi inevitável dar sequência a grandes projectos pedagógicos, e em que é que isso reporta à expressão “difícil gestão da liberdade”,³ convictos de que não é possível perceber este período embrionário e fundamental sem o fazer. Assim, descreveremos cronologicamente os acontecimentos que deram origem ao fecho e

¹ GEORGE, Frederico. A ESBAL como foi? *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.12.

² *Ibidem*.

³ Cf. expressão “difícil gestão da liberdade” em MILHEIRO, Ana Vaz. *A minha casa é um avião*. Lisboa: Relógio D’Água Editores, 2007, p.124. Cf. também SILVA, Leonor Matos. O Ensino de Arquitectura em Lisboa no Período de 1974 a 1986: Integração na Universidade. In *IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares – Vol. I*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. Forthcoming: “(...) à já descrita ausência de um legado pedagógico forte, o 25 de Abril vem oferecer uma abertura que, mais que libertadora, se revela inadaptável às componentes mais promissoras da realidade anterior.”

reabertura da Secção de Arquitectura da ESBAL, destacando nomeadamente cinco períodos: i) a cisão de alunos e professores; ii) a dispersão de estudantes em período prolongado; iii) a entrada em cena de uma proposta de reestruturação de Nuno Portas; iv) a mobilização de parte significativa de alunos e professores em torno de uma estrutura de reabertura da Escola, e v) o período de leccionação do ano lectivo de 1976 (1975/76). Acrescentaremos alguns dados de substância sobre a pedagogia praticada neste curto espaço de tempo.

Para o efeito, analisemos primeiramente a sequência de um filme da Radio Televisão de Portugal intitulado “Escola Superior de Belas Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura”, datado de 28 de Março de 1975 (sem autoria).⁴ Este filme é importante na medida em que destaca as vozes que temos vindo a evidenciar quanto à história da Escola de Lisboa, assim confirmando a importância da personagem de Frederico George [Figura 6]. Dá nomeadamente lugar a outras figuras, como Tomás Taveira e Augusto Brandão, únicos outros professores que prestam o seu testemunho, portanto personagens anunciadas como relevantes num futuro próximo, como veremos. Para já, ouvimos Frederico George dizer:

*“Na Secção de
Arquitectura o
problema foi
muito mais
complicado [do
que em Artes
Plásticas]
porque, logo à*



Figura 6 Frederico George dando o seu testemunho para reportagem RTP datada de 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP]

⁴ A Radio e Televisão de Portugal (RTP) tem vindo a pouco e pouco a disponibilizar ao público, online, parte do seu arquivo de filmes e vídeos. Sem grande espanto, observamos que um desses filmes – entre tantos da colecção “Arquitectura” que se focam essencialmente no trabalho de arquitectos – relata o período pós-25 de Abril na Secção de Arquitectura da ESBAL; nomeadamente este filme descreve o momento em que parece não haver soluções para a retoma das aulas e a Secção de Arquitectura está estagnada. O que induz a que haja interesse hoje em expor esta peça de Arquivo é o mesmo que levaria a que houvesse interesse na época em fazer um documentário e remetê-lo ao conhecimento público.

No filme, vemos que também no pós-25 de Abril Frederico George se vai destacar como personagem preponderante da história da Escola, sobretudo pela longa intervenção que tem no documentário.

partida, os alunos entenderam vetar o diálogo com os professores. Resultou, portanto, numa situação um pouco estranha em que não foi possível, durante alguns meses, estabelecer-se um estudo – que de resto os professores de arquitectura propuseram – do acertar esquemas diferentes de ensino em conjunto com os alunos. É evidente que, nessa altura, houve trabalho da parte dos docentes separado daquele que realizaram os discentes. Deste modo, os professores reuniram-se permanentemente para procurar demover essa dificuldade. Não foi possível, e iam tentando – iam estudando aquilo que entendiam poder vir a ser e constituir uma Estrutura para o ensino de arquitectura.”⁵

Como dissemos, vemos e ouvimos outros personagens neste filme, nomeadamente Tomás Taveira e Augusto Brandão [Anexo I], também professores, prestando breves declarações sobre a *Estrutura* em que os professores trabalham e a que George se refere: um modelo de ensino diferente do modelo herdado da ditadura. Ambos a descrevem do mesmo modo – um bacharelato com três áreas fundamentais: Arquitectura, Planeamento, e Teoria e História da arquitectura.⁶ No entanto, Tomás Taveira, em particular, coloca sobre a mesa a exequibilidade da nova *Estrutura* segundo o número e qualidade de professores. (Abordaremos esta questão no próximo capítulo).

Entre outros contributos para este filme estão as discussões de diversos alunos [Anexo II] sobre, entre outros temas, igualmente a inadequação do modelo pedagógico de 1957 – ainda em vigor. De facto, a novidade do regime democrático vem dar espaço a todos, nomeadamente aos alunos, para exprimirem uma insatisfação já antiga quanto ao “*sistema de belas-*

⁵ Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura. *Colecção Arquitectura*. 1975.03.28. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/>

Atenção que este modelo difere do modelo que George apresentara em Julho de 1974, no Boletim 1974, em que as grandes áreas fundamentais eram Arquitectura, Planeamento e Construções e Materiais. V. capítulo 1.2.

⁶ Augusto Brandão descreve o Planeamento como “um problema urgentíssimo” e a Teoria como “uma base de suporte teórico e pensante” Cf. Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura.

artes”, ou à urgência de uma outra preparação prática para lidar com os problemas da vida ‘real’:

*“Hoje põe-se em causa uma coisa fundamental: De que tipo de arquitecto precisa o nosso país? O arquitecto que é debitado por esta Escola... estou convencido que não interessa ao nosso país nunca. A partir de agora, nunca mais interessa. É um sistema de belas-artes, portanto é um sistema que está muito enfeudado em processos que já estão abandonadíssimos... Extremamente académico.”*⁷

A facção de alunos aqui representada também acusa a estagnação do curso a “*posições de ruptura*” entre alunos e docentes, bem como à “*luta política veiculada através dos alunos*” que se verifica, no momento.⁸ A perturbação e a convicção na mudança são gerais: o 25 de Abril anuncia de facto uma nova fase na Escola de Lisboa. As Secções de Arquitectura (1ª Secção) e Pintura e Escultura (2ª Secção) vivem aspectos comuns entre si e com outras instituições. Rocha de Sousa conta-nos, baseado na sua experiência em Artes Plásticas:

“Os acontecimentos do 25 de Abril de 1974 vieram sacudir as instituições até aos alicerces. Foi um tempo de brasa, de alegria, de medo, de radicalidade, de esperança – e muitos acreditaram que chegara a hora de reformas a todos os níveis, procurando acelerar, mais do que podiam, o curso da História. Nas Faculdades e nas Escolas superiores, saneando docentes, inventando mudanças tantas vezes irrealistas, os alunos tiveram a ilusão de que haviam conquistando o poder e de que, daí em diante, no mais utópico basismo, assumiriam revolucionariamente um mais justo acesso ao futuro.”⁹

⁷ Aluno anónimo. [Anexo II]. Cf. Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura.

⁸ *Idem.*

⁹ SOUSA, Rocha de. Dados para a história secreta do ensino superior artístico. *Artes Plásticas*. 1991, nº7, p. 45. Rocha de Sousa, “referência incontornável como pintor, crítico de arte, professor, investigador e ensaísta” participou “de forma decisiva na reforma pedagógica-científica de 1974-1979” de Artes Plásticas, tendo sido ainda “membro dos diferentes Conselhos, destacando-se a sua participação como presidente do Conselho Científico (1983, 1984 e 1986)”. Cf. CALADO, Margarida e FERRÃO, Hugo. Da Academia à Faculdade de Belas Artes. In *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX-XX* - vol. II, pp. 1107-1151. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. p.1141.

Rocha de Sousa fala-nos do poder virtual dos estudantes; são de facto os estudantes, além de professores como os citados, os personagens principais neste período conturbado.

Avançámos atrás, através dos testemunhos do documentário da RTP, que há uma ruptura quase imediata entre professores e alunos logo após o 25 de Abril; de facto, grupos manifestos de alunos assumem desde logo o seu campo ideológico e partidário e tentam tomar as rédeas da Escola segundo múltiplas frentes de esquerda, destacando-se a UEC [União de Estudantes Comunistas] e o MRPP [Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado]. Haveria, no entanto, simpatizantes de outras facções, os quais, segundo José Manuel Fernandes, antigo aluno e hoje professor, teriam algum receio de se assumir.¹⁰ É até possível que houvesse alunos e professores empenhados no processo de democratização da Escola “livres de cargas político-partidárias, com base num ideal pedagógico”;¹¹ certo é que toda história produzida desde o 25 de Abril até à reabertura do curso tem um cariz político, mesmo que no sentido lato, quando não político-partidário, como veremos, em consonância com o que se vivia no país e no mundo.

Na Secção de Arquitectura, a primeira medida que se segue à exoneração de Joaquim Correia,¹² o director da Escola, será a da expulsão dos professores, “um ‘saneamento’ geral e que teoricamente os impediria de frequentarem a escola”.¹³ (Mais tarde, a Escola será alertada pela sua própria Comissão de Apoio ao Saneamento e Reclassificação quanto aos

¹⁰ Conforme entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07).

¹¹ COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. In: SUMMAVIELLE, Elísio, et al.. *Ver pelo Desenho. Frederico George*. Lisboa: Câmara Municipal, Livros Horizonte, 1993, p.38.

¹² “Rocha de Sousa relata em ‘Belas-Artes e Segredos Conventuais’, o momento em que o director escultor Joaquim Correia, após ter convocado os docentes para uma reunião com carácter de urgência, os informa que, na véspera, recebera um telefonema das autoridades constituídas, que confirmavam a sua imediata exoneração do cargo de director da Escola.” CALADO, Margarida e FERRÃO, Hugo. *Da Academia à Faculdade de Belas Artes*. p.1135.

¹³ COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. p.37. “Em R.G.A., realizada na Escola poucos dias depois [do 25 de Abril], foi decidida a suspensão de todo o corpo docente de Arquitectura”. *Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL Apresentado no Ministério da Educação e Cultura a sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura*. Lisboa, 21 de Janeiro de 1975. [Arquivo FAUL]. [Anexo I do Capítulo 1].

seus métodos de saneamento) [Anexo III].¹⁴ De resto, parte dos alunos afasta-se radicalmente dos docentes que persistem em manter-se na Escola, recusando a participação na resolução em curso, através de um comunicado emitido numa RGA [Reunião Geral de Alunos] (8 de Maio de 1974) [Anexo IV].¹⁵ A 18 de Maio de 1974 o “Corpo Docente” (constituído sobretudo pela figura

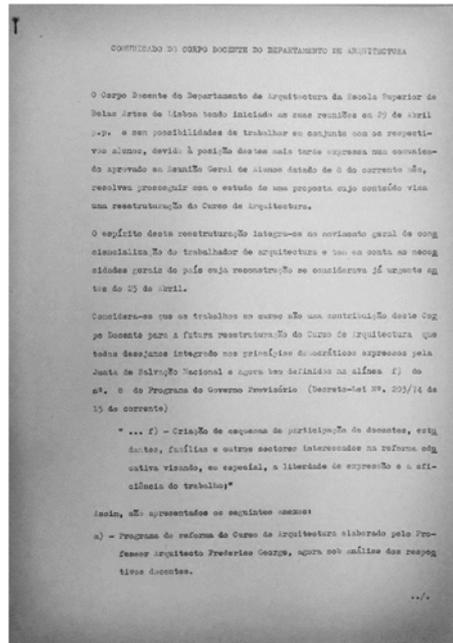


Figura 7 Comunicado do corpo docente ao corpo discente de arquitectura informando de que vai “prosseguir com o estudo de uma proposta cujo conteúdo visa uma reestruturação do Curso de Arquitectura”. 18 de Maio de 1974. [Fundo FAUL]

representativa de Frederico George)¹⁶ emite um comunicado informando a comunidade escolar que, independentemente da resolução dos alunos na sua autonomia, terá a iniciativa de avançar com estudos de reestruturação do curso [Figura 7].¹⁷

Por ordem de acontecimentos, verificamos que há um Seminário a 22 de Maio intitulado “ESBAL Arquitectura. Estrutura de Ensino – Seminário” que coloca de imediato a questão mais delicada quando nos reportamos aos terrenos onde se desenvolvem as diversas batalhas. Da sua acta constam citações como a seguinte:

“A discussão da prática da arquitectura tem imenso a ver com a Escola para além do que ela própria possa vir a ser. Interessa ver se a malta quer estar numa escola que prepare para entrar num atelier para fazer moradias, hotéis, habitação social que importa os ‘critérios justos da ciência’. Não interessará mais fechar a

¹⁴ O Documento Comissão de Apoio ao Saneamento e Reclassificação. *Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Circular*. 15 de Outubro de 1974 lembra as medidas legais do saneamento, nomeadamente que este deve ser participado (com assinatura); sigiloso; incluir elementos de prova, etc.. [Arquivo JMF]. [Anexo III].

¹⁵ Cf. Um grupo de estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º e 6º ano de Arq. *A Luta Continua* n.º 2. 11/05/74. [Arquivo JMF]. [Anexo IV].

¹⁶ Cf. COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. pp.35-40. Cf. também Rádio e Televisão de Portugal (RTP). *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura*. Acresce que grande parte dos documentos do Arquivo analisado para este período são assinados por Frederico George.

¹⁷ Cf. Comunicado ao Corpo Docente do Departamento de Arquitectura. Lisboa, 18 de Maio de 1974. [Arquivo JMF].

Escola e ir trabalhar nas obras como se faz nalguns países, colaborando com os esforços desenvolvidos pela base para resolver os problemas da habitação e equipamento social? (...) O governo pode favorecer a modificação da actuação dos projectistas de arquitectura [Anexo V].”¹⁸

Com efeito, as questões de carácter ideológico são ferventes.

(Consideramos este trecho um certo modo de apelo ao proletariado). No entanto a expressão prática, e nomeadamente a sua aplicação geográfica, dependerão ou não de um quadro partidário, ou pelo menos comunitário. Trata-se da nota de que a relativa desmobilização que se segue, na Escola, não reflecte o inconformismo de uns e o conformismo de outros, mas justamente o lugar onde cada um, em democracia, escolhe ou precisa de combater as suas batalhas, como veremos mais à frente.

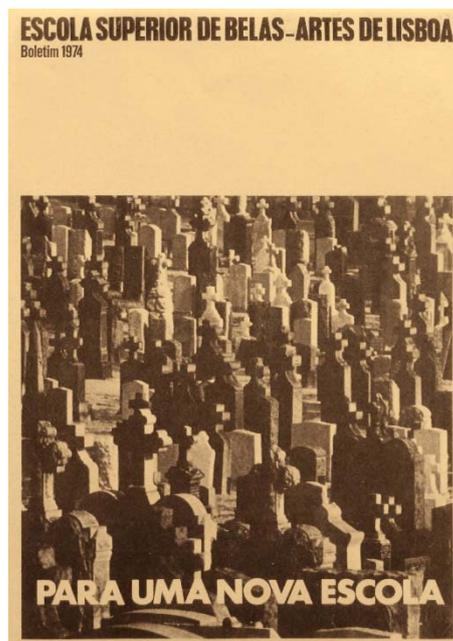


Figura 8 Capa do Boletim 1974, uma publicação do Ministério da Educação e Cultura da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Julho 1974. [Fundo FBAUL]

Deste Seminário seguir-se-ão mais e sucessivas RGA: ao compasso de cerca de uma por mês, tirando o período de férias e terminando em Novembro de 1974,¹⁹ ao que conseguimos apurar.

Em Julho de 1974 é editado o Boletim 1974 – “Para Uma Nova Escola” [Figura 8], já amplamente citado no capítulo 1, “da responsabilidade de um dos muitos grupos formados por professores e

alunos, neste caso o 4º grupo”.²⁰ Composto pela *Proposta para uma Nova Faculdade de Arquitectura*, como vimos, mas também, e

¹⁸ *ESBAL Arquitectura. Estrutura de Ensino – Seminário. 22-5-74 A*. [Arquivo JMF]. [Anexo V].

¹⁹ Quatro de Junho de 1974; 17 de Julho de 1974; 18 de Outubro de 1974; 20 de Novembro de 1974; e com as RGA as respectivas sessões. Estas RGA eram compostas por inúmeras “Propostas” dos alunos, as quais recolhemos dos arquivos analisados. *E.g. Grupo – Organização e Ensino. Proposta à RGA de 4-6-74. 04.06.74*. [Arquivo JMF]. [Anexo VI].

²⁰ CALADO, Margarida e FERRÃO, Hugo. *Da Academia à Faculdade de Belas Artes*. p.1136. O 4º grupo era constituído pelas disciplinas de Materiais; Edificações; Organização de Projectos e Estaleiros; Higiene e Equipamentos.

principalmente, por outros estudos, efectuados pela 2ª Secção, demonstrando, assim, como Artes Plásticas se organizava naquele momento:

“Num esforço colectivo titânico, com o contributo de discentes e docentes, cria-se um projecto de reestruturação onde se faz um correcto enquadramento do ensino superior artístico, tendo como base posições anteriormente assumidas num estudo crítico no qual repudiam a superficialidade com que esta matéria era equacionada”.²¹

Dos episódios até aqui relatados, e por comparação com o caso das Artes Plásticas, colhemos que, no caso do curso de Arquitectura, houve uma insurgência sem sentido aparente. Se é certo que só a nível governamental é que qualquer resolução por fim adviria, quer houvesse mais ou menos batalhas estudantis no interior da Escola, também é verdade que teria de haver um entendimento mínimo

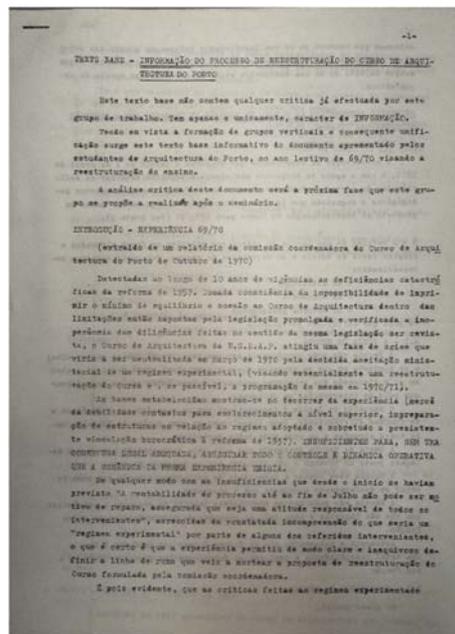


Figura 9 “Texto base – Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto”. (s.d.). [Fundo FAUL]. [Anexo VII]

entre professores e alunos, e alunos entre si, para que houvesse um seguimento positivo. Dito de outro modo, só podemos concluir que haveria confrontos que valiam *per se*.²² A sua expressão física sintomática residia sobretudo na quantidade de ‘publicações’, folhetos informativos, de apelo, e textos de apoio de autores diversos²³ (muitas

²¹ *Ibidem*.

²² Como já dito, cremos que há várias facções de esquerda dentro da Escola, entre as quais se destacam o MRPP e a UEC. Ora, “no ambiente criado pela revolta de Maio de 1968 em França, associações e assembleias de estudantes, facilmente controláveis pelos militantes, serviram para transformar as universidades em campos de treino político, sobretudo para novos grupos radicais inspirados pelo maoísmo chinês, em ruptura com a linha soviética do PCP”. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (co-aut); MONTEIRO, Nuno Gonçalves (co-aut); RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, cop. 2009. p.703.

²³ Exemplos de referências (transcrição *ipsis verbis*): “Manuel Castells, A Conclusão está na rua, in Luttés Urbaines, VI Cap, Ed. Maspero, Paris, 1973”; ou “A Arquitectura

vezes densos e difíceis) que vão sendo distribuídos; como é o caso de um “Texto base – Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto” [Figura 9] [Anexo VII].²⁴ No entanto, estes folhetos são sobretudo textos de opinião (embora sem autoria), como o que se segue, da publicação “A Luta Continua” n.º 4:

“É portanto fundamentalmente sobre uma destas duas posições que irá recair a escolha dos estudantes de Arquitectura na próxima RGA. Continuar o caminho já trilhado de progressiva integração na luta mais geral do Povo Português e sob a direcção da classe operária ou optar pela total submissão aos objectivos da burguesia de dominação e exploração do Povo Português e dos Povos das Colónias”.²⁵



Figura 10 Publicação *Impulso 1. Por um verdadeiro movimento associativo de massas – ESBAL. 10 Dezembro 1974.* [Arquivo JMF]

Neste como noutros folhetos fala-se de “insultos”, “calúnias” e o ambiente é “polémico”, portanto, provavelmente pouco apenso a uma saída construtiva.

Uma outra publicação intitulada “Impulso 1”²⁶ [Figura 10] dá conta da ocorrência de uma RGA a 18 de Outubro de 1974 na qual os professores que se mantêm na Escola apresentam uma nova proposta de reestruturação do curso,

propondo abrir inscrições para o seu modelo para o dia seguinte. Esta publicação, da autoria dos estudantes, confirma-nos outros dados relativos ao caso:

“Durante o decorrer das várias sessões da RGA, o corpo docente de Arquitectura tentou boicotar todo o processo de debate (...) ao

Marxista’. Texto extraído de ‘O Arquitecto na Luta de Classes e Outros Escritos’ (1921-1942)”, entre outros. [Arquivo JMF].

²⁴ Este texto alerta para o facto de ser apenas um texto informativo e não crítico. [Arquivo JMF]. [Anexo VII].

²⁵ *A Luta Continua 4.* 14-Junho de 1974. [Arquivo JMF].

²⁶ *Impulso 1. Por um verdadeiro movimento associativo de massas. 10 Dezembro 1974. Secção Arquitectura.* [Arquivo JMF].

impor uma proposta de reestruturação com a abertura de inscrições no dia seguinte ao do [sic] estudantes tomarem conhecimento de tal manobra. Segundo esta proposta, os estudantes ou ficavam no mesmo ano ou eram obrigados a submeter-se a uma avaliação de conhecimentos, o que contrariava a posição de passagem administrativa assumida e reafirmada pelos estudantes.

No entanto, estes souberam responder correctamente a esta manobra antidemocrática decidindo boicotar as inscrições e retomar o processo de saneamento”.²⁷

De facto, a resolução do ano suspenso de 1973/74 é o tema quente, em termos pedagógicos, da cisão entre alunos e professores. E, com efeito, em Arquitectura, cremos que a radicalização do processo revolucionário e a chave da suspensão do curso se dá a partir de uma mobilização que vem na sequência de, ou ainda contida nesta última RGA; falamos de uns dias depois, a 22 de Outubro de 1974, quando um grupo de alunos, convicto e intransigente em não aceitar proposta de reestruturação do curso por parte dos docentes, decide boicotar a dita. Da contraproposta dos estudantes figuram alguns pontos que aqui citamos, para melhor entendimento da sua posição:

- “1) Que os estudantes reunidos nesta RGA reafirmem a sua decisão de passagem administrativa.
- 2) Recusem inscrever-se nas condições que o corpo docente pretende impor.
- 3) Que exijam a imediata abertura de inscrições para todos os estudantes no ano seguinte (...).”

Para tal, “Que se formem piquetes amanhã às nove horas à porta da escola (...) para impedir qualquer inscrição [Anexo VIII].”²⁸

Cremos que o período entre Outubro de 1974 – que, como dito acima, é o mês em deixa de haver sucessivas RGA – e Outubro de 1975, período o

²⁷ *Idem.*

²⁸ Os alunos de arquitectura reunidos em R.G.A. em 22 de Outubro de 1974. Proposta aprovada em RGA. [Arquivo JMF]. [Anexo VIII].

qual abrange o chamado PREC,²⁹ é o momento em que o curso sofre a maior dispersão.³⁰ Mesmo os estudantes mais resistentes, que se haviam envolvido em grupos de trabalho, comissões, reuniões conjuntas, etc., não aparentam estar, no seu conjunto, mobilizados para uma resolução do problema da Escola.³¹ Alguns testemunhos informam-nos sobre o estado de espírito destes estudantes. Por exemplo, Sebastião Formosinho Sanchez³² e Manuel Lacerda, por motivos diametralmente diferentes, vêm-se afastados da Escola e envolvidos no programa SAAL Lisboa:³³ o primeiro por não sentir que a Escola fosse o seu ‘palco’; o segundo, pelo contrário, por reconhecer que a Escola é somente um lugar

privilegiado para troca de ideias. Desejam fazer uso do tempo que têm disponível e o SAAL é um pretexto para a aprendizagem prática fora de portas.³⁴ Será neste período que mais estudantes se dedicarão



Figura 11 Convívio de um grupo CASU (Centro de Acção Social Universitária) com dois estudantes arquitectos (ESBAL 1976; ESBAL 1977). (s.d.) ca 1975. [Arquivo NMS]

²⁹ “Durante o período pré-constitucional, muitos responsáveis e protagonistas políticos classificaram esse tempo como ‘revolucionário’ (...) e a insistência no uso da frase feita ‘processo revolucionário em curso’, que até se consagrou na conhecida fórmula PREC, permite generalizar ao todo nacional a percepção de se ter vivido uma época revolucionária, independentemente dos seus resultados.” FERREIRA, José Medeiros. Portugal em Transe (1974-1985). In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. p.11

³⁰ “(...) verificou-se uma desmobilização, tanto de docentes como da maioria dos restantes alunos.” COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. p.37.

³¹ É com base na qualidade e quantidade dos arquivos a que tivemos acesso que fazemos esta afirmação, tendo como verificação o facto de estes são algumas vezes idênticos, independentemente do seu proprietário.

³² Filho do professor de arquitectura com o mesmo nome.

³³ Mais à frente voltaremos a esta temática (V. 2.2). O SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – foi um programa de realojamento habitacional para as comunidades desfavorecidas que esteve activo entre 1974 e 1976. O projecto foi lançado pela Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo e dirigido por Nuno Portas.

³⁴ Conforme depoimentos de Manuel Lacerda e a Sebastião Formosinho Sanchez (2014.11.07).

a projectos do SAAL Lisboa ou a ateliers com outro trabalho ou a acções como a alfabetização, pelo país [Figura 11].³⁵

Entretanto, Nuno Portas, ex-professor da Escola e então ex-Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, apresenta-se como presidente da Comissão Instaladora de uma nova Escola a ser constituída, e tenta dialogar com os estudantes, sendo a dado momento impedido de entrar, obedecendo apenas ao apoio da UEC.³⁶ Há então que observar o que acontece politicamente no país que, como veremos, implicou um desenrolar efectivo de acontecimentos no interior da Escola. Em Setembro de 1975 começa o VI Governo Provisório, terminando com uma série de governos gonçalvistas; e a 25 de Novembro, “confrontos

³⁵ A este pretexto devemos acrescentar: “The participation of architecture students in the process of SAAL-Lisbon – which is to have an effective expression, despite the antagonism of the School – is therefore the product of unique stories whose common factor is the desire to act and a restlessness both jovial and moral. This is the framing for the decisions of Manuel Lacerda, João Ribeiro de Carvalho, Sebastião Formosinho Sanchez and Nuno Matos Silva as to what to do before an early decisive change in their academic route. Manuel Lacerda has been an active voice of the student struggles since high school. As such, he did not depart from ESBAL during the crisis. Still, he witnessed Nuno Portas when he launched the SAAL at Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) and, via Jorge Luis Bruno Soares, connected to the project of Quinta das FONSECAS. João Ribeiro de Carvalho departed from the internal political quarrels of the School and demonstrated his commitment to the processes of Bairro Dona Leonor and Quinta do Alto by the hand of Jorge Soares de Oliveira. Sebastião Formosinho Sanchez also accompanied the political involvement of colleagues while participating in the project of the Quinta das FONSECAS and Quinta da Calçada, of Raúl Hestnes Ferreira. Abstention is not at all the case of Nuno Matos Silva whose digression from the School and the integration in the Quinta do Bacalhau, attributed to Manuel Vicente, is both a training opportunity and a possibility for the realization of romantic ideas.” SILVA, Leonor Matos. Architectural culture in Lisbon: the architecture course in the ESBAL and education beyond the classroom between 1974 and 1976. The case of Bairro Portugal Novo. In *International Colloquium 74-14 SAAL And Architecture*. pp.93-100. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Fundação Serralves, 2016. p.96.

³⁶ Augusto Brandão conta-nos que “os alunos não quiseram nada com ele. Os alunos proibiram-no de entrar na Escola. [Por] motivos pessoais, políticos... Havia de facto uma rivalidade entre as duas Escolas, a do Porto e a de Lisboa. (...). Se [Nuno Portas] não estava [ligado à Escola do Porto], estava quase. Os alunos proibiram-no de entrar na Escola.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI]. Já Nuno Portas relata que, apesar do apoio da UEC, “Eu não era PC. Os MRPP eram contra tudo. Como os militares, não queriam os chineses, a revolta. Embora alguns também tivessem tido esse papel, eles passaram a ser absolutamente radicais. Eu, por exemplo, estava um pouco ligado ao que depois viria a ser o MES [Movimento de Esquerda Socialista], e fui lá para me inscrever. Isso até está numa entrevista da mãe do António Costa. (A mãe era uma jornalista notável, naquela altura, socialista. O marido é que era comunista, escritor). Ela estava n’*O Século Ilustrado*, no jornal, fez-me uma entrevista e perguntou-me ‘Qual é a sua filiação?’ e eu disse-lhe ‘Nenhuma, mas sou simpatizante do MES’, porque, no MES, os membros do governo não poderiam estar. Passados seis meses, já o [João] Cravinho, o [Jorge] Sampaio, etc., todos estavam ou nos governos ou em várias situações. Durou pouco.” Entrevista a Nuno Portas (2014.10.29).

militares em Lisboa levam à liquidação da influência do PCP e da extrema-esquerda no exército – fim do PREC”.³⁷

No interior da Escola, reacende-se o desejo de resolver o caso dos anos lectivos interrompidos. Numa derradeira RGA, levanta-se a voz de João Luís Carrilho da Graça, simpatizante do MRPP:³⁸

“Nessa reunião... – que eu lembro-me perfeitamente onde é que foi, e lembro-me mais ou menos do ‘ambiente’ – depois no dia seguinte estava lá a televisão. Foi um acontecimento: os estudantes decidiram reabrir a Escola. (...) Quando eu falei, nessa RGA, a sala estava cheíssima. (Aquele tal sala, quando se entra no Convento, à direita). Lembro-me perfeitamente de estar a dizer aquilo que pensava, que basicamente é isto: ‘Vamos desdramatizar e reabrir a Escola com os professores que cá estão e com quem sempre nos demos bem e convidando os arquitectos todos da cidade’. (...) Convidámos toda a gente que foi possível e que eram os arquitectos que nós admirávamos e que gostávamos que fossem dar aulas na Escola. Mais pacífico do que isto, e conciliador, não é possível (...). ‘Estamos num impasse, a Escola é uma escola medíocre – toda a gente tem consciência disso – e, portanto, vamos tentar acabar este ano, reorganizar a Escola a partir do que existe e convidando pessoas de fora’.”³⁹

Para o efeito, de fora, convidaram-se, para leccionar, Gonçalo Byrne, Manuel Tainha, Manuel Vicente, Raúl Hestnes Ferreira, Fernando Varanda, entre outros. Levou-se então a cabo uma fórmula de trabalho pioneira à qual se deu o nome de *Trabalho Disciplinar* – tendo a palavra *Disciplinar* uma conotação ligada à disciplina da Arquitectura: “(...) no sentido em que voltávamos à Arquitectura e íamos fazer Projecto”,⁴⁰ isto é, deixando o registo “revolucionário”.

³⁷ *História de Portugal*. p.864.

³⁸ Entre os membros ou simpatizantes do MRPP, além de João Luís Carrilho da Graça, temos António Belém Lima, Manuel Queiroz, Ana Figueiredo, Manuel Graça Dias, Júlio Teles Grilo ou José Manuel Fernandes.

³⁹ Entrevista a João Luís Carrilho da Graça (2018.05.28).

⁴⁰ *Idem*.

De igual modo nos diz José Manuel Fernandes – embora tenha memória de outra designação para o *Trabalho Disciplinar*:

“O MRPP queria reabrir a Escola, que tinha fechado. A Escola estava morta, quanto a nós. Queria abrir uma nova Escola que era a experiência revolucionária: Era a *Experiência Pedagógica Disciplinar*. Era o nome que o João Luís [Carrilho da Graça] lhe atribuiu. Convidámos, de uma maneira espontânea, vários professores, de entre os quais o [Manuel] Tainha, o Fernando Varanda – que tinha estado no Iemen, que era um homem do islamismo, da arquitectura popular – e mais uns quantos.”⁴¹

O *Trabalho Disciplinar*, ou a tentativa de reabertura da Escola, era supervisionado por uma *Comissão de Luta pela Reabertura da Escola*,⁴² a qual vem a trabalhar sobre uma Proposta de Reestruturação do curso de

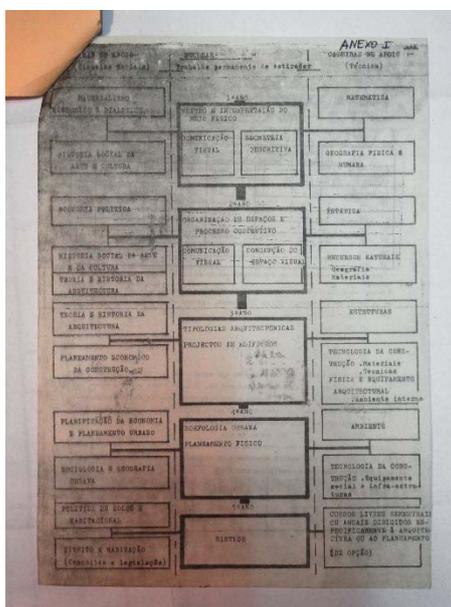


Figura 12 Proposta de Reestruturação do curso de Arquitectura da autoria d’A *Comissão de Luta*. (s.d.) ca 1975. [V. nota 47] [Arquivo JMF]. [Anexo XI]

Arquitectura [Figura 12]; mas para já, tratava-se, exactamente como nos diz Fernandes, de um acto espontâneo que, apesar de dialogar com as entidades oficiais sobre a matéria, não é por estas encarregado da abertura oficial (administrativa) da Escola, resultando este período num tempo de leccionação que, não obstante efectivo, vem a ser fundido com o início das aulas de um Departamento de Arquitectura sancionado pelo SEES [Secretário de Estado do Ensino Superior]. Assim, cremos que alguns dos trabalhos escolares efectuados já no ano de 1975/76 [Figura 13] [Anexo IX] vêm

⁴¹ Entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07).

⁴² Desta Comissão faziam parte José Bação, Fernando Salvador, Margarida Grácio Nunes, Jesus Noivo, Helena Pinto, entre outros. Conforme depoimento de João Luís Carrilho da Graça (2018.05.28).

Figura 13 Trabalho escolar (s/título). 4º ano. Tema A, nº 3, subgrupo de trabalho n.º 1. Autoria de João Vieira Caldas, Júlio Teles Grilo, Manuel Graça Dias, Maria Helena Simas e Maria Manuela Correia Neves. Monitor: José Luís Varanda. 1976. [Arquivo MGD]. [Anexo IX]



na sequência deste *Trabalho Disciplinar* e suas prováveis derivações criativas; até porque certos professores – como Manuel Tainha ou Manuel Vicente – se vão estabelecer como professores oficiais do curso para o ano de 1975/76.

O Secretário de Estado do Ensino Superior, António Brotas, solicita, então, num telegrama de 15 de

Outubro de 1975 [Anexo X], que professores e alunos indiquem três arquitectos competentes e de confiança, para que se dê seguimento a uma reestruturação oficial do curso.⁴³ Os alunos são então convocados para uma RGA que ocorre no dia 22 de Outubro de 1975. Pelo que se lê da proposta da ‘oposição’ – ou dos alunos que ainda se mantinham contra a interrupção do saneamento e o putativo *numerus clausus* – verificamos que a sua interpretação do telegrama ainda carrega antagonismo: “o M.E.I.C. apoia-se num pequeno grupo de alunos e na quase totalidade dos professores”.⁴⁴ No entanto, é na sequência destas reuniões entre docentes e discentes que é relançada uma proposta de remodelação do curso com o nome de *Estrutura 74* – baseada na *Proposta Base para uma Faculdade de Arquitectura*, da autoria de Frederico George, tal como havia sido editada no Boletim 1974 (ESBAL) – e alcançado finalmente um acordo de eleições para um Conselho Directivo provisório:

“Na sequência do telegrama do MEIC e da indicação de 3 arquitectos apoiada por cerca de 250 assinaturas, apresenta-se como proposta à RGE [Reunião Geral de Estudantes] de 10/11/75

⁴³ Conteúdo do telegrama: “Favor indicarem nome três arquitectos provado mérito profissional e vossa confiança a fim de aconselharem e colaborarem Secretaria de Estado Ensino Superior e Investigação Científica reestruturação ensino Arquitectura STOP Cumprimentos Secretário Estado Ensino Superior António Brotas”. Brotas, António. Telegrama do Secretário Estado Ensino Superior Dirigido a Professores e Alunos de Arquitectura Escola de Belas Artes Lisboa. 15.10.75. [Fundo FAUL]. [Anexo X].

⁴⁴ Convocatória RGA de 22/10/1975. (s.d) ca Outubro 1975. [Arquivo JMF].

o ‘Programa-base para uma Faculdade de Arquitectura’, conhecido por ‘Estrutura 74’, já oficializada em 1974, após o 25 de Abril, pelo então ministro Magalhães Godinho (...). Proceder-se-á à apresentação de listas para a eleição do Conselho Directivo, de acordo com a resolução da última RGA, e propõe-se que o período eleitoral termine dentro de uma semana”.⁴⁵

Seria ainda necessária a revisão da *Estrutura 74* para que os alunos admitissem a sua submissão enquanto proposta de reestruturação do curso:⁴⁶

“No seguimento das decisões tomadas em RGDA [Reunião Geral de Docentes e Alunos] de 10/11/75, surgiu este grupo de trabalho, vertical, que reuniu alunos de vários anos tendo estes solicitado a colaboração do prof. Arq.º Frederico George propondo-se analisar, aprofundar e conseqüentemente alterar a chamada ‘Estrutura 74’ levando à criação de uma Estrutura nova. O trabalho que se apresenta é resultado da apreciação crítica daquela estrutura, em que um certo número de valores nela expressos desapareceu ou foi substancialmente alterado [Anexo XII].”⁴⁷

⁴⁵ *I - Proposta resumo do Programa Base.* ca 1975. [Arquivo JMF].

⁴⁶ Lembramos que no vídeo RTP (de 28 de Março de 1975) os professores já falam de três áreas fundamentais, sendo uma das quais diferente da *Proposta* de George que sai no Boletim 1974. Quer isto dizer que a *Estrutura 74* apresentada aos alunos seria diferente da *Estrutura 74* oficializada.

⁴⁷ *Curso de Arquitectura segundo a Reestruturação que se Propõe.* (s.d.) ca 1975. [Arquivo JMF]. [Anexo XII]. “Durante esse tempo em que a Escola esteve fechada, vários grupos estudaram várias organizações para se criar uma Escola. E o Ministério quis, de facto, conhecer todos esses relatórios que foram feitos.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI]. Uma dessas propostas é, por exemplo, a Proposta de Reestruturação d’A *Comissão de Luta*, a qual é composta por cinco partes e dois Anexos, nomeadamente I – Nota prévia; II – Método de Ensino; III – Conteúdo do Ensino; IV – Avaliação; V – Transição. *Proposta de Reestruturação. Comissão de Luta pela Abertura da Escola!* (s.d.). [Arquivo JMF]. [Figura 13]. [Anexo XI]. Cf. ainda excerto de entrevista de Augusto Brandão. In SILVA, Ana Moreira da. *Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FA/UTL.* Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2014. Tese de doutoramento, p.137: “Após o fecho da Escola surgiram dois movimentos no seu interior. Um que juntava os professores, o Frederico George, eu e a Maria João Madeira Rodrigues, e um grupo de alunos comandados por três, o Manuel Couceiro, o Carlos Alves e a Raquel Coutinho, era o denominado ‘grupo dos trinta’. Outro, comandado principalmente pelo Carrilho da Graça e ligado ao movimento político MRPP. Perante esta duplicação, o Ministério sugeriu que cada grupo apresentasse um programa para reestruturar o curso de Arquitectura. A reestruturação proposta pelo ‘grupo dos 30’ foi aprovada em Assembleia de Escola.”

Por outras palavras, a 10 de Novembro de 1975, uma RGDA fundamental discute uma nova proposta para uma estrutura de transição do curso de arquitectura que reflecte a intervenção de alunos no ajustamento da *Estrutura 74*, e será o citado trabalho um entre essencialmente dois documentos aprovados em assembleia a apresentar ao Ministério, na expectativa de aprovação do curso. Assim, é em RGDA de 26 de Janeiro de 1976 que uma estrutura com o nome de *Estrutura 76* é fundamentalmente criada:⁴⁸

“E, nessa altura, o Ministro aprovou um desses relatórios, que era um relatório que era feito pelo Frederico George, por mim [Augusto Brandão], e pela Maria João Madeira Rodrigues, e por três alunos: a Margarida – que trabalhou com o Taveira muitos anos – um de dois irmãos gémeos (...), e um que foi director da Escola agora, o Manuel Couceiro. E esse relatório foi o aprovado pelo Ministro.”⁴⁹

A partir desse momento, os factos precipitam-se no sentido da aprovação de um curso de Arquitectura a título experimental.

A abertura do Departamento efectua-se com base na *Estrutura 76*, é certo, mas fá-lo segundo o Despacho 7/76 e 7A/76 de 24 de Fevereiro (estamos em 1976), o qual impõe uma série de alterações que veremos mais abaixo. Entretanto, era necessário eleger um Conselho Directivo e, dentro do Conselho, um presidente. Como nos conta Manuel Couceiro, “era preciso um órgão de gestão que pudesse representar a escola e ter credibilidade, nomeadamente junto das entidades oficiais (...). Os

⁴⁸ Nesta tese, estamos apenas a considerar o *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura*, de Frederico George (1973), a Proposta de reestruturação do curso de Arquitectura da autoria d’A *Comissão de Luta*, a *Estrutura 74* (1975?) e a *Estrutura 76* (1976) mas houve diversas outras “estruturas” ou propostas de reabertura da Escola. Por exemplo, uma denominada “Organização e Ensino”, da iniciativa da UEC [União de Estudantes Comunistas]. Conforme depoimento de Teresa Gafeira (2018.05.02). Para consultar alguns destes projectos, bem como outros pós-abertura da Escola, Cf. TAMM, Carlos. *O ensino da arquitectura em Portugal: da génese à integração na universidade*. Porto: Universidade Portucalense, 2004. Tese de doutoramento. pp.260-276.

⁴⁹ Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI]. Julgamos que se trata não de Margarida, mas de Raquel Coutinho, e de Carlos Alves, os quais, juntamente com Manuel Couceiro, lideravam um grupo que passou a designar-se de “grupo dos 30”. (V. nota 47).

antagonismos continuavam fortes.” Couceiro prossegue, evocando a pessoa de Frederico George:

“Tendo como lema a renovação pedagógica, acabaria por vencer as eleições para um Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura – dele faziam parte pelo corpo docente, o Mestre Frederico George, a Doutora Maria João [Madeira] Rodrigues e o Professor Augusto Brandão, enquanto o corpo discente foi constituído por elementos do ‘grupo dos trinta’,⁵⁰ a Raquel Coutinho, o Carlos Alves e eu próprio.”⁵¹

De facto, uma “Comissão Concretizadora” – a qual já se apresentara como a responsável pela alteração à *Estrutura 74* – dinamiza a apresentação de listas para um Conselho Directivo definitivo, efectuando um apelo em nome de “um órgão que represente o Departamento de Arquitectura assim como a gestão do futuro orçamento a atribuir pelo M.E.I.C.”;⁵² e, como

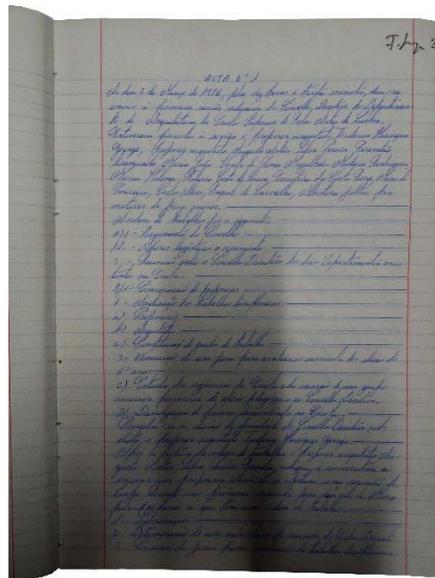


Figura 14 Primeira acta do primeiro Conselho Directivo do “Departamento de Arquitectura” da ESBAL. Três de Março de 1976. [Fundo FAUL]

podemos observar na acta do primeiro Conselho Directivo [Figura 14], datada de três de Março de 1976, entre os vários pontos da ordem de trabalhos temos a eleição da presidência de Frederico George e a presença de Augusto Brandão e Manuel Couceiro, entre outros alunos e funcionários.

Frederico George atravessa todo este processo: desde a *Proposta* inclusa no Boletim de 1974 até à sua eleição como presidente do Conselho Directivo de uma ‘nova’ Escola nessa mesma data de três de Março de 1976. Juntamente com Augusto Brandão, são os docentes protagonistas deste período.

⁵⁰ Cf. SILVA, Ana Moreira da. *Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FA/UTL*. p.137.

⁵¹ COUCEIRO, Manuel. *A lógica e a ética, a ciência e a amizade*. p.39.

⁵² Comissão Concretizadora. *Eleição do Conselho Directivo*. (s.d.) ca Fevereiro 1976 [Arquivo JMF].

Em síntese, existem cinco grandes momentos entre 25 de Abril de 1974 e final de 1976. Primeiro, um tempo revolucionário “caótico”,⁵³ segundo, a desmobilização; terceiro, um “facto externo”⁵⁴ – a proposta de uma Escola nova por Nuno Portas (ou a mudança de Governo Provisório); quarto, a adaptação de uma estrutura de transição antiga de Frederico George que é finalmente resultado de um compromisso entre o corpo estudantil e instâncias superiores.⁵⁵

Um quinto momento essencial é a entrada em vigor desse curso, sob o Despacho governamental 7/76 e 7A/76, o qual foi leccionado entre Março de 1976 e 23 de Dezembro de 1976⁵⁶ para suprimimento do ano lectivo 1975/76 (ou seja, como equivalência ao ano de 1975/76).

Esta nova era⁵⁷ é, apesar de toda a preparação programática, como veremos, pouco eficaz, nomeadamente pela falta de professores e pela falta de orçamento, o qual estaria ainda consignado para a nova escola de arquitectura encabeçada por Nuno Portas. É Augusto Brandão quem nos deixa o seu depoimento sobre estes factos:

“Esse primeiro ano foi um ano difícilimo, por várias razões.

Primeiro, por não existir corpo docente: nesse momento havia oito docentes a leccionar Arquitectura. Por outro lado, tinha sido

⁵³ CALADO, Margarida e FERRÃO, Hugo. Da Academia à Faculdade de Belas Artes. p.1135.

⁵⁴ “(...) até que houve um facto externo à Escola que fez com que houvesse uma reunião geral em que se chegou a conclusões. Esse facto externo à Escola foi o arquitecto Nuno Portas que quis criar uma Escola nova. E então toda a Escola velha uniu-se.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

⁵⁵ A este respeito vale a pena ter em conta o depoimento de José Manuel Fernandes: “O MRPP foi um bocadinho armadilhado pela direita e foi um instrumento para, enfim, o centro direita da época, o PSD e o PS associados, entrarem e recriarem a Escola. É aí que entra Augusto Brandão. Brandão aguarda pacientemente que Portas se afaste, que a UEC estoire, por causa do estoiro do PC em geral na política do país – o 25 de Novembro de 75 acaba um pouco com isso; 76 já é a consequência, Mário Soares, enfim... – e isso na Escola reflecte-se no facto de o MR[PP] continuar a liderar o processo do ponto de vista folclórico, mas, entretanto, os cordelinhos serem os que regressaram do Brasil e os que ficaram à espera, que entretanto ligam-se com o Ministério da Educação – o Sottomayor Cardia, penso eu, PS/PSD – e reinstalam o Departamento, ou recriam o Departamento de Arquitectura da Escola de Belas-Artes.” Entrevista a José Manuel Fernandes (2013.03.07).

⁵⁶ “Fim das aulas em 23.12.76. Com a maioria das notas dadas pelos professores de cada núcleo embora sem correcções de bitola em alguns anos.” Pinto, Filipe Sousa. Folha manuscrita. Dezembro de 1976 a Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VIII, Capítulo 3].

⁵⁷ Augusto Brandão considera que se tratou, a partir de então, de uma Escola totalmente nova. Cf. Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI]. Sob certo ponto de vista, tendemos a concordar.

anulado pelo Ministério, em virtude de se ter criado a tal Comissão Instaladora, o orçamento para 1976 da então Secção de Arquitectura da ESBAL. (...) Não só os professores não tinham vencimento como tinha sido roubado, estragado vandalamente [sic] o pouco equipamento existente em 74. Podemos dizer que tínhamos 8 estiradores. (...). Pessoal de secretaria não existia e encontrávamo-nos reduzidos fisicamente a um andar do Convento de São Francisco completamente vazio e extremamente maltratado. Tudo isto em 1976. Não posso, contudo, deixar de referir que a Escola teve ajudas extraordinárias da parte do Ministério da Educação durante esse ano e seguintes. Posso mesmo dizer que o VI Governo rapidamente fez aprovar um orçamento suplementar, um orçamento de emergência, fora de qualquer vínculo institucional. Aí, sim” diz por fim Brandão, “começaram a tomar forma os novos conceitos pedagógicos e institucionais que se queriam efectivamente alcançar.”⁵⁸

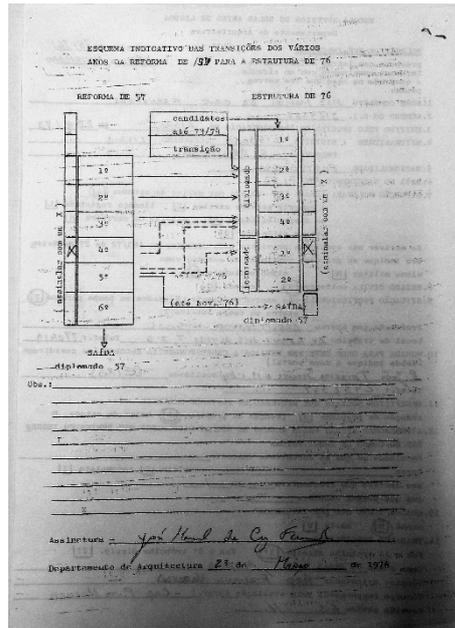
É certo que os “conceitos pedagógicos e institucionais” a que Augusto Brandão se referia começaram, de facto, e como veremos, a “tomar forma”, mas sabemos que, no quadro do ano lectivo de 1975/76, as dificuldades ainda eram muitas:

“Nunca houve passagens administrativas. Quando abriu a Escola, a primeira coisa que se fez foi exames de admissão, logo. E fomos até tratados como fascistas – ninguém queria fazer exames de admissão. E houve tarefas, lá dentro, cadeiras no ar... Mas conseguiu-se que se fizessem exames de admissão. Para começar a sério. E daí em frente nunca mais houve problemas”.⁵⁹

⁵⁸ BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

⁵⁹ Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

Figura 15. Boletim de inscrição no ano 1975/76 de acordo com o esquema incluso na Estrutura 76. 1976. [Arquivo JMF]



Por outras palavras, entre confusões, os alunos inscrevem-se [Figura 15] e as aulas decorrem de acordo com turmas e turnos,⁶⁰ mas ainda em ambiente muito instável, nomeadamente porque a falta de professores é crítica – o que dificulta o depoimento dos alunos sobre a sua experiência pedagógica neste período; o que, finalmente, espelha precisamente essa instabilidade.

Ainda assim, incluiremos três casos de recolha do que foi o ensino neste lapso de tempo (entre Março e Dezembro de 1976). Em primeiro lugar, temos o ensino do Planeamento. Felizmente, José Lamas deixa-nos um testemunho escrito no qual faz um extenso ensaio sobre o ensino do Planeamento no Departamento (e na posterior Faculdade de Arquitectura) agregando, em anexo, todos os programas das cadeiras de que foi responsável, e ainda relatórios detalhados da sequência das aulas para este período [Anexo XIII].⁶¹

Olhando especificamente ao ano de 1976 temos bastante material de análise. Fazendo uma síntese, podemos afirmar que estes documentos provam, em primeiro lugar, a existência de aulas; em segundo, sugerem o interesse dos alunos em prosseguir os estudos (pelo menos os que estão sob a sua tutela); em terceiro, o interesse dos alunos nas questões do urbanismo; em quarto, a uma acentuada impreparação dos alunos para o respectivo tema, segundo José Lamas.⁶²

⁶⁰ De acordo com Pedro Cabral, aluno de Arquitectura entre 1972 e 1978, as turmas da noite, no pós-25 de Abril, permitiam abraçar trabalho de atelier durante o dia. Conforme depoimento de Pedro Cabral (2014.02.21).

⁶¹ Cf. LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. [Fundo FAUL]. [Anexo XIII].

⁶² “Escusado será referirmo-nos ao nível de conhecimentos e preparação dos alunos de todos sobejamente conhecido assim como as causas deste estado. (...). O seu nível de conhecimentos, sobretudo conhecimentos técnicos e científicos é bastante baixo. Nomeadamente, desconhecem quase por absoluto o significado dos

O autor destes relatórios remete ainda para a data de início das aulas – 7 de Julho de 1976 – findo o período de resolução dos casos em suspenso,⁶³ informando-nos ainda sobre o facto de ter havido uma interrupção em Agosto e retoma em Setembro. O seu relatório aborda também as decadentes condições físicas para a pedagogia, relatando que neste período,

“existe enorme necessidade de dotar as paredes com revestimento adequado à afixação de mapas e documentos (...).

Igualmente necessária é a existência de mobiliário que permita diferentes arranjos espaciais dos alunos, a possibilidade de executarem os trabalhos práticos (em grande parte) na escola, e guardarem em segurança o seu material de trabalho.”⁶⁴

Outros dois testemunhos sobre aulas leccionadas neste período do qual se consegue extrair alguma (embora parca) informação são os de Carlos Duarte e Manuel Graça Dias. Carlos Duarte testemunha o tempo mais prematuro da sua actividade enquanto professor da seguinte forma:

“(Estive 14 anos na Escola de Lisboa; entrei em 1975 e naquela altura havia um conjunto de alunos extraordinário. No primeiro ano que ensinei a turma praticamente partia-se ao meio: de um lado os do Partido Comunista e, do outro, os do MRPP; a diferença é que os do MRPP eram muito mais inteligentes! É claro que isto é um exagero, mas acontecia.

Tive trabalhos de alunos dessa altura – o António Belém Lima, por exemplo –, com uma qualidade extraordinária. Trabalhos

termos que empregam por isso impropriamente, mas dando a aparência de possuírem uma linguagem científica. (...).

A ausência de conhecimentos de algumas ‘ferramentas’ necessárias ao urbanista, tais como topografia, representação gráfica e cartográfica, técnicas de leitura de cartas e foto interpretação etc.... dificultam enormemente a abordagem de um caso real.

A inércia intelectual gerada após 2 anos de quase total inactividade é um factor que tem pesado nas suas reacções.” *Idem* pp.1-2.

⁶³ “Nessa mesma altura houve uma RG – dessas completas, de professores e alunos, tudo lá da Escola – e eu fui buscar o documento aprovado e foi posto em consideração de toda a Escola, e foi aprovado pela Escola: alunos, professores, funcionários, ... A partir desse dia começou a funcionar. Houve um período de 15 dias ou um mês para determinarmos os alunos que estavam a terminar o curso antes de ser fechado: passou-se um trabalho para todos resolverem durante tanto tempo. Esses alunos seguiram a sua vida.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

⁶⁴ LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. p.1. [Fundo FAUL]. [Anexo XIII].

fantásticos, até guardei alguns. Há sempre uma percentagem de gente verdadeiramente interessada e, provavelmente, esses arrastam os outros)”.⁶⁵

Para Manuel Graça Dias, o grande valor desse tempo foi a curta passagem de Manuel Vicente enquanto docente:

“Em 1975-1976, o curso de Pintura e Escultura reabriu (o de Arquitectura permanecia fechado), e eu inscrevi-me e ainda frequentei o primeiro ano.

Um dia, o Professor Lagoa Henriques confrontou-me, disse-me que os artistas não deviam estar na Escola e eu, que já não estava a achar graça nenhuma àquilo, desisti. Ainda me inscrevi no que considerava uma ‘segunda’ paixão, o curso da Escola de Cinema; fui admitido e o frequentei também um bom bocado. Mas quando o curso de Arquitectura reabriu eu preferi acabá-lo. Ainda que tivesse na altura uma certa relutância – a memória que eu trazia de trás era muito pouco entusiasmante –, foi aí que tive a sorte de ter como Professor o Arquitecto Manuel Vicente. Foi quando deixei de ter ‘dúvidas’”.⁶⁶

Quer isto dizer que, apesar de se tratar de um ano lectivo anormal, havia ensino e aprendizagem. Observámos três exemplos: o de José Lamas, o de Carlos Duarte e o de Manuel Vicente, mas cremos ter havido mais casos desse processo, apesar de sem grandes balizas. De facto, no caso de José Lamas, os seus relatórios incluem “dificuldades de funcionamento”, nomeadamente no que diz respeito ao período de 30 de Setembro a 20 de Dezembro de 1976.⁶⁷ Lamas admite que “o calendário inicialmente previsto não pôde ser integralmente cumprido” e acrescenta, em “Considerações finais”, algumas conclusões ‘agridoces’, no sentido em que remete as suas falhas (e as do plano pedagógico, que é o da *Estrutura 76*, por inerência) para a sua própria exigência. Nomeadamente, e

⁶⁵ DUARTE, Carlos. Os críticos não se inventaram de um dia para o outro. *Jornal Arquitectos*. 2010, n.º 239, p.44.

⁶⁶ Entrevista a Manuel Graça Dias. Apud FONSECA, João. *As Belas Artes. Um Acordo Entre Arquitectura e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado.

⁶⁷ LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. [Fundo FAUL]. [Anexo XIII].

ressalvando aspectos positivos – como o entusiasmo dos alunos – propõe que haja alterações ao nível do ritmo – “demasiado intenso, impossível de manter num ano normal”, quanto mais num ano de excepção, como o aqui em causa. Pela mesma razão reconhece terem-se sentido dificuldades motivadas pelas “relações quantitativas discentes/docente (60/1)”. Acrescenta que “é aconselhável iniciar-se os primeiros anos de planeamento por casos muito simples e que permitam compreender o conjunto de fenómenos correlacionados com a organização do território”, dando a entender que, programaticamente, terá sido demasiado ousado. Não esquece as outras cadeiras; aliás, afirma mesmo que os “progressos notáveis” de alguns alunos se devem ao “prejuízo de outras cadeiras”.⁶⁸ Perante a consciência desta necessária revisão, e, de resto, com o aproximar do fim do ano “lectivo”, Augusto Brandão escreve, em nome do presidente do Conselho Directivo, ao Director-Geral do Ensino Superior queixando-se da “falta de informação quanto ao seu futuro”. Nomeadamente, a sua carta relembra-nos que a *Estrutura 76* é uma experiência pedagógica consignada a um curto espaço de tempo e que, para ter alguma sequência, são precisos inúmeros passos. Em específico, aponta as seguintes alíneas quanto ao que lhe parece ser justo reflectir. Neste caso:

- a) “Inclusão ou não na Universidade”;
- b) “Continuação ou paragem da experiência pedagógica em curso, que por despacho concluirá em Dezembro. Note-se que após Dezembro não só o Departamento passará a secção como o ano académico de 1976-77 passará a ser comandado pela reforma de 1957 que até agora não foi revogada superiormente”;
- c) o problema dos alunos do 4º ano os quais, “pela reforma de 76, sairiam com o grau académico de bacharel”;
- d) o facto de que o Departamento não pode “estruturar um novo curso” por desconhecer directivas Governo Actual;

⁶⁸ *Idem* p.3 (b).

e) e ainda o facto de que os contratos dos docentes não estão autorizados [Anexo XIV].⁶⁹

São estas as preocupações que se colocam em cima da mesa com a passagem do ano de 1976 para 1977. O ano de 1977 inaugurará um longo período de nova indefinição, como veremos no capítulo 3. Entretanto, voltemos um pouco atrás para entender melhor os factos que deram origem à abertura e à autorização para o funcionamento de um Departamento de Arquitectura em 1976.

⁶⁹ Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]. [Anexo XIV].

2. 2 Projecto de uma Escola nova: Nuno Portas e o ISAEU

Com o I Governo Provisório, em 1974, Nuno Portas é apontado Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo. A 31 de Julho, tem como medida a criação do programa SAAL [Serviço de Apoio Ambulatório Local]. Estará ligado, como Secretário de Estado, aos I, II e III Governos.

Na área da Educação, entre vários Secretários de Estado, encontra-se António Avelãs Nunes, desde o I Governo, tornando-se Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do IV Governo. A 11 de Março de 1975 tem início o “PREC” (ou aquele que ficou conhecido como “período revolucionário em curso”).⁷⁰ Pouco depois, Portas deixa a política activa.

Procuraremos, nesta parte, fazer uma análise sumária daquele que foi o Projecto para uma nova Escola de arquitectura proposto ao corpo escolar da 1ª Secção da ESBAL, em 1975, com o nome de “Instituto Superior de Arquitectura e Estudos Urbanos” [ISAEU] (o nome que escolhemos empregar, entre outros atribuídos) da autoria de Nuno Portas, enquanto técnico do LNEC [Laboratório Nacional de Engenharia Civil].

Igualmente, faremos referência às razões pelas quais este Projecto não se concretizou e uma breve consideração sobre a sua interligação com um outro Programa de reabertura de Escola que haveria de surgir.

A 24 de Junho de 1975, o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura, António Avelãs Nunes, emite um Despacho para uma resolução do curso de arquitectura

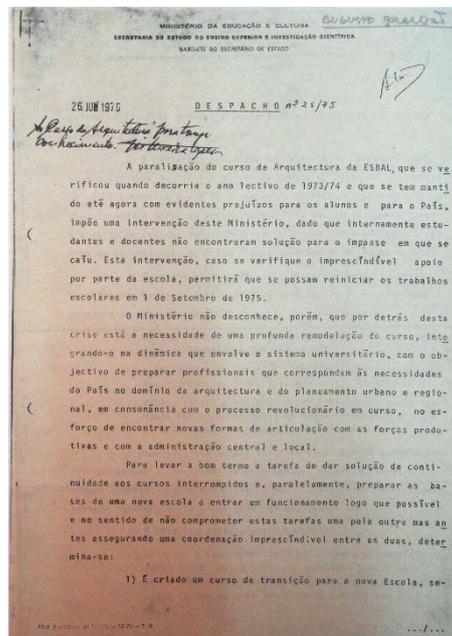


Figura 16 Despacho n.º 25/75 de Junho de 1975. Primeira página. [Fundo FAUL]. [Anexo XV]

⁷⁰ V. nota 29. A data de início do “PREC” varia consoante os autores.

da ESBAL. O Despacho n.º 25/75⁷¹ [Figura 16] [Anexo XV] tem diversos pontos, encerrando com o principal: a nomeação, “como representante do M.E.I.C na Comissão Instaladora o Senhor Arquitecto Nuno Portas”.

Nuno Portas, em 1975, é um elemento exterior à Escola de Lisboa; porém dedicado, desde que havia sido professor, em resolver o problema do ensino da arquitectura.⁷²

Do ponto de vista de Portas, o campo de actuação do arquitecto deve ser alargado – mas somente para que se consolide a ideia do arquitecto especialista. As áreas que o atraem são essencialmente as ciências sociais; e o método mais conveniente para as pôr em prática é o do trabalho em grupo. Para Portas, um projecto é satisfatório na medida em que cumpra determinados preceitos que considera científicos. A arte e a estética são um vocabulário pouco usual no seu discurso; já a política é peça fundamental – política no sentido lato, advindo dessa mesma crença na proficuidade do trabalho em grupo, que se revela, objectivamente, na luta pela introdução do arquitecto urbanista nos trabalhos da planificação. O arquitecto, em suma, deve ser o planeador, o estrategista, informado pelos seus conselheiros: economistas, geógrafos, sociólogos, ambientalistas, etc..

Portas não distingue ensino de prática. A investigação pode e deve ser feita nas escolas, tal como nos Centros de Investigação, nos gabinetes do Estado ou nos ateliers. Ora, estas e outras ideias, que haviam já sido desenvolvidas enquanto exercia actividade docente,⁷³ são aprofundadas no projecto que aqui apresentaremos. Na sequência do Despacho acima referido, encontramos um projecto didáctico concreto para uma escola de arquitectura que revela, além do mais, qual seria a sua posição face ao problema do ensino, no ano de 1975.

⁷¹ Despacho 25/75 de 24 de Junho. Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica do Ministério da Educação e Cultura. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]. [Anexo XV].

⁷² Falamos de “problema” enquanto situação discutível, difícil de resolver.

⁷³ Cf. MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Tese de doutoramento, p.523-528.

A elaboração deste conjunto de documentos tem como justificação, por um lado, a sua posição de influência no Governo em funções; por outro, o apoio de pelo menos o grupo de estudantes da UEC, que mantém com Portas uma linha aberta⁷⁴ – o que é relevante, tendo em conta que Portas é um elemento exterior à Escola, como já referido. A justificação deste Projecto assenta na sua aparente viabilidade a um nível superior (governamental) e ao nível da Escola (um grupo organizado de estudantes e possivelmente alguns professores), no entanto cremos que o Projecto revela dois outros aspectos importantes: o primeiro, a posição de Portas face ao ensino, em forma de proposição concreta para a Escola de Lisboa; o segundo, as razões de uma dualidade de posturas de ordem essencialmente política (sendo que a arquitectura e o problema do ensino na Escola de Lisboa daí derivam) que vem desde os anos 60 e se prolonga ao longo do nosso período de estudo. Dito de outro modo, a justificação deste Projecto reside no facto de haver uma proposta clara, em primeiro lugar, a qual é assente numa evidente base de influência política, em segundo. Por outras palavras ainda, e para simplificar, este projecto, de autor, vem pôr em causa o ‘sistema’ dada a sua força política adversa.

Faremos esta análise por duas razões de maior. Primeira: porque foi uma proposta completa, muito detalhada, e com força de facto para ir avante. Em meados de 1975, a Escola estava num ponto de bifurcação e poderia, aqui, ter mudado de rumo: houve uma opção da parte do corpo escolar como um todo, e houve uma circunstância política que designou que a Escola tivesse optado pela *Estrutura 76*, a qual analisaremos abaixo. Esta análise permitirá um exercício de comparação útil. É para nós importante compreender qualitativamente a diferença entre duas propostas exequíveis para um mesmo momento e programa de democratização. Segunda, mais curta, mas mais importante: de um ponto de vista pedagógico, uma análise a esta Proposta inicial faz realçar a Proposta que se efectivou, não deixando que o que se pôs em prática pareça uma

⁷⁴ Conforme entrevista a Nuno Portas (2014.10.29).

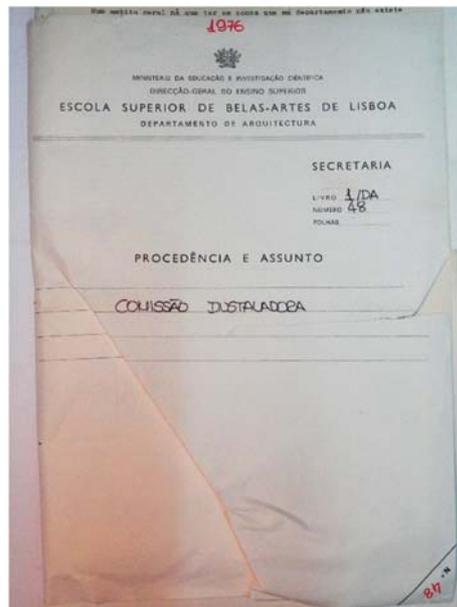
evidência, ou a única saída possível – como cremos ter acontecido até aos nossos dias.

Um outro factor torna pertinente esta análise: tendo em conta os

sucessivos planos de estudos que se vão desenvolver ao longo do final dos anos 70 e 80, poderemos recorrer a este Projecto para comparação.

Pelas razões descritas, vale a pena analisar de que se trata a Proposta de Nuno Portas. Consideremos então uma amostra da sua documentação,⁷⁵ destacando-a com separadores a cinza.

Figura 17 Capa de “Procedência e Assunto” da Secretaria da Escola de Belas-Artes de Lisboa, Departamento de Arquitectura, 1976. [Fundo FAUL]



⁷⁵ Toda a documentação a partir daqui analisada estava inclusa num processo intitulado “Comissão Instaladora” que é parte integrante do fundo do Expediente da Faculdade de Arquitectura. [Figura 17].

24 Junho 1975

Despacho n.º 25/75 de 24 de Junho do Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

Em preâmbulo [Anexo XV],⁷⁶ o Despacho afirma que “por detrás desta crise está a necessidade de uma profunda remodelação do curso (...) com o objectivo de preparar profissionais que correspondam às necessidades do País no domínio da arquitectura e do planeamento urbano e regional, em consonância com o processo revolucionário em curso”.

O Despacho determina então a criação de um “curso de transição” (mais à frente afirma “seguindo um plano de estudos experimental”), que deverá funcionar de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1975; cria uma Comissão Instaladora e atribui a essa Comissão o dever de contactar outras escolas; e ressalva que o curso de transição será cancelado caso não seja exequível “em condições de seriedade e dignidade no trabalho de professores e estudantes”.⁷⁷ No entanto, a hipótese de insucesso de um curso de transição não prejudica o objectivo da criação de uma nova Escola, o qual se mantém.

Por último, o Despacho nomeia Nuno Portas como representante do Ministério.

Agosto 1975

“Comunicado n.1.” da “Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional”, assinado por Nuno Portas

Neste Comunicado [Anexo XVI],⁷⁸ que Portas intitula “Aos alunos do curso de Arquitectura da ESBAL”, o responsável pela instalação da nova Escola:

⁷⁶ Despacho 25/75 de 24 de Junho. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. p.1 [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]. [Anexo XV].

⁷⁷ *Idem* p.4.

⁷⁸ PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. Comunicado N.º 1. Aos Alunos do curso de Arquitectura da ESBAL. ca Agosto de 1975. (pp.1-3). [Fundo FAUL]. [Anexo XVI].

- Propõe a “eliminação do curso de transição, previsto como reciclagem, e o lançamento, como tarefa prioritária, dos novos cursos”;
- Admite que “não havia já condições administrativas nem didácticas para iniciar o semestre a 1 de Setembro”;
- Refere que “a sua proposta teve ainda em conta as posições tomadas pelos estudantes, designadamente na Reunião Geral de Alunos de Julho de 1974” (a qual, acrescenta mais à frente, afirmava que “o período experimental deveria constituir o arranque dos novos cursos e não um remate da sua experiência anterior”);
- Acusa a intenção de uma renovação do corpo docente: “A reconhecida necessidade de operar uma renovação substancial no corpo docente – supondo a rescisão do contrato ou mudança da maioria dos docentes actuais do CA [Curso de Arquitectura] da ESBAL e a prospecção de novos elementos qualificados e disponíveis a curto prazo – é tarefa que está a exigir inúmeras démarches”;⁷⁹
- Acrescenta que “o Conselho Directivo de Artes Plásticas (...) viu dificuldade em proceder (...) às rescisões de contratos referidos no Despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, aliás imprescindíveis para libertar as verbas destinadas à contratação dos novos docentes”;
- Refere a exigência de “um esquema didáctico adequado às exigências presentes e que pouca semelhança terá com o que existia no curso da ESBAL”;
- Informa que “a Comissão Instaladora adoptou esta posição [dos alunos em RGA] o que, em termos institucionais, significava a extinção do curso pela chamada reforma de 57 e a criação, por Decreto-Lei, de um novo curso ou sistema de cursos”;
- Informa que “este imprescindível instrumento legal está a ser elaborado”;
- Acrescenta que, para este Projecto, haverá uma “‘reclassificação’ ou ‘admissão’ dos alunos actuais ao novo sistema”;

⁷⁹ *Idem* (p.1).

- Informa sobre a posição de recusa do MEIC quanto à possibilidade de passagem administrativa para a época de 73/74;
- Afirmar que há um “consenso quanto à inutilidade em proceder (...) à sua conclusão [da época 73/74], ano e meio volvidos sobre um fragmento de ano”;
- Afirmar que “a instauração de nova escola é a solução adequada do conflito existente”;
- Informa que “serão oportunamente publicados os critérios de admissão”,⁸⁰ mas refere, mais à frente, que “independentemente das ‘cadeiras’ concluídas ou não, [irá] aproveitar ao máximo a experiência teórica e prática já adquirida (...) pelos alunos”;
- Informa que haverá “escolha entre opções de especialização (...) algumas das quais que deverão funcionar em outras escolas”;
- Remata com a garantia de que, com o “assentimento da Direcção Geral do Ensino Superior, a Comissão Instaladora publicará, por meio de comunicados, as linhas gerais da estrutura pedagógica e do sistema de readmissão, assim como o elenco de docentes com que conta (...)”.

II PARTE: PREPARAÇÃO DO NOVO SISTEMA DE CURSOS

Em “Objectivos da formação e suas consequências na estrutura curricular”, Nuno Portas não tem hesitações em propôr “afastar-se do exclusivismo ou dominância da figura profissional do ‘arquitecto’”, argumentando com “o campo formativo exigido pelas necessidades do país”. Para tal, Portas coloca-se ao lado de “outras escolas” que permitam “um leque ou sistema de formações” que mais à frente vai especificar, nomeando o ISCP [Instituto Superior de Ciências Políticas, hoje ISCSP], o ISA [Instituto Superior de Agronomia], o ISE [Instituto Superior de Engenharia], a Faculdade de Letras, a ESBA [Escola Superior de Belas-Artes] de Lisboa, “onde se iniciou um curso de design para a indústria”, e, finalmente, a ESBA do Porto.

Insiste que, “desde algumas décadas que o ‘arquitecto’ (...) não soube adaptar a sua formação à emergência da problemática económica e

⁸⁰ *Idem* (p.2).

social”. Para Portas, a “orientação dominante” da reorganização do ensino é “a articulação entre as actividades de projectar (...) e a prática social e económica, por um lado, e a produção propriamente dita, por outro”. Alerta, no mesmo sentido, para o avolumar de uma “crise de emprego existente num sector liberal condenado”.

Portas quer “assegurar” um papel activo dos formados da nova Escola na “reconversão do aparelho de Estado e do sector produtivo”. Insistindo na revelação de necessidades emergentes, e alegando que “a divisão pelas grandes profissões e suas especialidades fixas (...) interessavam ao mercado predominantemente liberal e serviam uma crescente divisão do trabalho facilmente instrumentalizável pelos grupos económicos”, vem inventariar esses “domínios emergentes” da seguinte forma: “a) qualificação técnica da administração local e regional (...) o que supõe quadros relativamente polivalentes (arquitectura – engenharia, por exemplo); b) preparação de quadros de projectistas (...) integrados no aparelho produtivo da construção ou da produção de elementos industriais; c) treino de especialistas (...) da planificação económica e social (...); d) (...) preparação de um corpo de investigadores-ensinantes que reduzam (...) a dependência científica (...) em domínios da planificação regional e urbana”.

Em resumo, Portas considera que “os problemas que hoje ocorrem (...) se exercem ‘em sistema’ e aos quais deve corresponder, homologamente, um sistema de oportunidades formativas”.

Finalmente, quanto a uma “estrutura do novo sistema de ensino”, Portas propõe “três grandes áreas-problema”: “A. Agrupamento de estudos de análise e planeamento territorial (...); B. Agrupamento de estudos da organização e forma do espaço urbano (...); C. Agrupamento de estudos da arquitectura, tecnologia e produção do ambiente edificado”. Para cada um destes agrupamentos, Portas desenvolve em maior detalhe os seus objectivos, nomeadamente localização das aulas a serem ministradas: o agrupamento A poderia, segundo o autor, “ser localizada junto de outra escola superior (ciências sociais e económicas)”; o B “na nova unidade, mais centrada nos problemas da arquitectura” e o C “numa escola de engenharia em estruturação” ou mesmo “no sector afim do LNEC,

através de um convénio apropriado”. É também importante, neste plano, a coordenação entre todos os agrupamentos, pelo que “a ‘nova escola’ será, basicamente, o resultado dessa coordenação.”

Quanto à integração de docentes, considera “indispensável a dedicação integral à escola de uma fracção maioritária do corpo de ensinantes” e ainda “a integração plena do corpo de especialistas convidados para o desenvolvimento (...) dos trabalhos” referindo a necessidade de “incluir-se alguns docentes estrangeiros” acrescentando que “é absolutamente necessária a preparação acelerada do núcleo inicial do corpo docente”. Para garantir o apoio financeiro em nome da Comissão Instaladora, Portas propõe que seja aberta a constituição de “um centro de investigação (...) pelo menos até à abertura dos trabalhos escolares e ao qual ficaria associada a parte permanente dos docentes imediatamente contratáveis”.

Quanto às “relações da escola com (...) os sectores produtivos”, Portas sublinha que essa relação está “implícita no Despacho ao referir a necessidade de associar à CI [Comissão Instaladora] representantes dos sectores produtivos e no próprio facto de os membros da Comissão serem delegados de Ministérios que constituirão no futuro os grandes sectores empregadores e técnicos.” Portas propõe, neste âmbito, “iniciar agora os contactos no sentido de dispor de uma ‘carteira’ de tarefas adequadas à finalidade pedagógica” acrescentando que “o sistema será discutido com os trabalhadores dos sectores envolvidos (sindicatos ou comissões) com a administração central e local e com inter-comissões de moradores”.⁸¹

III PARTE: FASEAMENTO DAS TAREFAS PARA INÍCIO DO NOVO SISTEMA ESCOLAR ATÉ JANEIRO DE 1976

Partindo do princípio de atrasos no calendário inicialmente previsto, nesta III Parte,⁸² o representante da Comissão Instaladora da nova Escola propõe um novo calendário para o “semestre de transição”, a ser cumprido entre a segunda semana de Setembro e o fim de Novembro de 1975, o qual inclui: “a) a submissão ao MEIC de um documento formal

⁸¹ *Idem* pp.13-22.

⁸² *Idem* (página única, s/ número).

com os objectivos e princípios pedagógicos (...); “b) anúncio aos ex-alunos (...) das condições de admissão voluntária (...) e dos prazos em que deverão submeter as informações curriculares exigidas”; “c) submissão ao MEIC do regulamento da Escola e respectivo plano de estudos (...); a participação prevista de outras escolas (...) como será o caso (...) da ESBA do Porto”; “d) formulação das relações estabelecidas com os sectores da Administração e Produção exteriores à escola que permitirão (...) a contratação de especialistas (...); “e) eleição do Conselho Directivo (...)”.

19 de Setembro a 8 de Outubro 1975

Documento de convocação com lista manuscrita

De acordo com o documento manuscrito [Anexo XVII],⁸³ Nuno Portas teria como entrevistados, a dirigirem-se ao Príncipe Real, de 19 de Setembro e 8 de Outubro de 1975, alguns candidatos à docência. Este grupo seria composto por, entre outros, José Lamas, Fernando Guterres, Clara Mendes, Duarte Cabral de Mello e Eduardo Trigo de Sousa.

02 Outubro 1975

Carta da Comissão Instaladora ao Secretário de Estado do Ensino Superior Assinada por: Arqtº. Prof. Agreg. Nuno Portas – designado pelo MEIC para presidir; Arqtº. Espec. Luz Valente Pereira – designado pelo MESA; Prof. Geog. Jorge Gaspar – designado pelo MAI; Econ. Vítor R. Pessoa – designado pelo MPCE (ausente no estrangeiro)

Esta carta [Anexo XVIII]⁸⁴ informa-nos, em primeiro lugar, que o inicial projecto de um “curso de transição” é abandonado.

Perante este facto, a carta (assinada pela Comissão Instaladora composta, desta vez, pelas quatro individualidades acima descritas) faz um pedido

⁸³ [Comissão instaladora]. Minuta com lista manuscrita. (s.d.) ca Setembro 1975. [Fundo FAUL]. [Anexo XVII].

⁸⁴ PORTAS, Nuno et al.. Pela Comissão Instaladora. Carta ao Secretário de Estado do Ensino Superior de 2 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]. [Anexo XVIII].

de confirmação à Secretaria de Estado de, nomeadamente, três pontos de orientação, em confronto com as dificuldades de implementação que se demonstra afigurarem-se. São estes:

- “Extinção do curso de Arquitectura da ESBAL e criação de um novo sistema de cursos”;
- “Substancial renovação do corpo docente”;
- “Estabelecimento de acordos curriculares com outras escolas superiores”.⁸⁵

Perante este envio de pedido de confirmação, e em conjunto com outros dados da investigação, concluímos que a resolução do problema da continuidade dos estudos de arquitectura volta a entrar num impasse. O Despacho que ‘obriga’ a um processo de transição experimental a decorrer entre Setembro e Dezembro é inexecutável, ainda que o autor do Programa refira que vem ao encontro das reivindicações dos alunos. Um dos pontos mais sensíveis é a “época inconclusa de 73/74”, que gera inquietação nos alunos para os quais a nova Comissão Instaladora propõe uma “reciclagem”, quando estes alunos defendem uma passagem administrativa.

02 Outubro 1975

Carta da Comissão Instaladora ao Presidente da Comissão Directiva do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa [ISEL]

Nesta carta,⁸⁶ a CI, em nome de Nuno Portas, apresenta-se ao Presidente da Comissão Directiva do ISEL do seguinte modo:

“Constituída por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior e da Investigação Científica de 24 de Junho de 1975 esta Comissão Instaladora propõe superiormente, no seu Iº Relatório de 30 de Agosto, uma estratégia tendente a reconverter o actual curso de Arquitectura, que se extinguirá, e ainda, a colmatar lacunas de formação de técnicos em domínios relacionados com a

⁸⁵ *Idem* p.2.

⁸⁶ [PORTAS, Nuno]. Carta Ao Presidente da Comissão Directiva do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa de 2 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL].

prática da arquitectura como são os da edificação e infraestruturas urbanas – cobertos pelos cursos de engenharia Civil e Sanitária – e os de análise e planeamento sócio-económico ao nível urbano e regional – domínios praticamente inexistentes na Universidade de Lisboa.”

Mais à frente, solicita a

“organização conjunta do curriculum e equipa docente de um agrupamento de estudos dos problemas da arquitectura construção e organização da produção no domínio da edificação, interessando alunos do ISEL, ramos de Engenharia Civil e Sanitária, e alunos do próprio Instituto ou Escola de Arquitectura e Estudos Urbanos que optem por aquele domínio”.⁸⁷

Esta carta vem confirmar os receios (bibliografia e testemunhalmente já notados na parte 2.1) relativos ao propósito que Nuno Portas teria de juntar alunos de outras proveniências que não os matriculados em arquitectura – o que gerava algumas inquietações quanto a haver *numerus clausus* e, conseqüentemente, métodos de selecção. Isto é, no caso de se constituir uma escola mista, os candidatos a arquitectos veriam as suas vagas confinadas, para dar lugar a outros especialistas. Este facto seria um dos dados a desfavor da proposta de Portas, numa altura decisiva.

22 Outubro 1975

“Comunicado n. 2” da “Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura”, assinado por Nuno Portas

Neste Comunicado [Anexo XIX],⁸⁸ dirigido “Aos alunos do Curso de Arquitectura da ESBAL”, Nuno Portas expõe as dificuldades que está a ter em implementar o seu Projecto. Aponta, como causas, um “impasse

⁸⁷ *Idem* p.1.

⁸⁸ PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. Comunicado N.º 2. Aos Alunos do curso de Arquitectura da ESBAL. 21 de Outubro de 1975. (pp.1-3). [Fundo FAUL]. [Anexo XIX].

administrativo” e justifica-se, detalhadamente, sobre todos os pontos sensíveis que lhe são alheios.

Trata-se, portanto, de um Comunicado justificativo. Apresenta razões para as indefinições dos “meios de actuação”, para a não inclusão de docentes da ESBAL na composição da CI e, na discussão do Projecto de reestruturação do ensino, para uma condução firme do processo, face à “situação de ruptura entre alunos e docentes”.⁸⁹ Trata-se não só de um Comunicado justificativo como argumentativo a favor da continuidade do seu Projecto.

A respeito ainda deste comunicado: Nuno Portas argumenta, recorrendo ao que diz ser o seu testemunho das reuniões de alunos, e a outros factos como o largo tempo passado entre o encerramento da Escola e o momento em que a sua proposta é apresentada, que uma “reforma na continuidade”⁹⁰ seria inviável.

Refere ainda um “consenso quanto à necessidade de instalar uma nova instituição” insistindo no problema da “composição do corpo docente”.⁹¹

ADITAMENTO AO I RELATÓRIO – INFORMAÇÃO AOS ALUNOS ATRAVÉS DA COMISSÃO DE CONTACTO ELEITA NA RGA DE JULHO DE 75 E REUNIÃO NA ESBAL COM ALUNOS DO 5º E 6º ANOS⁹²

Neste aditamento,⁹³ Portas expressa que deseja manter um elevado grau de exigência na avaliação dos alunos caso a caso. Esta comunicação desmente, ainda assim, uma contracção do *numerus clausus*.

No que respeita ao projecto didáctico propriamente dito, Portas vem de novo argumentar fortemente a favor da especialização, adoptando, no seu discurso, o raciocínio de que se trata na prática de um alargamento disciplinar.

⁸⁹ *Idem* (p.2).

⁹⁰ *Ibidem*.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² Não é claro de quando é e de que trata o “I Relatório aos alunos”, mas cremos que seja um acrescento ao Comunicado n.º 1 de final de Agosto de 1975.

⁹³ PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura. Aditamento ao I Relatório. Informação aos alunos através da Comissão de contacto eleita na R.G.A. de Julho 75 e reunião na E.S.B.A.L. com alunos 5º e 6º anos. 22 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL].

No intermeio de confirmar que conhece outros projectos para a reestruturação do ensino, pretende colocar o ensino da História num plano afastado, alegando falta de necessidade.⁹⁴

Relativamente ao *Programa* de Frederico George – o qual nunca é nomeado como tal, mas sim como o *Programa* incluso no Boletim ESBAL 1974, que sabemos ser da sua autoria – Nuno Portas diferencia a sua proposta nos seguintes pontos: “menor dispersão de disciplinas, maior ênfase na formação crítica social e económica, não separação *a priori* entre Arquitectura e Planeamento (...)”. Remata com um claro argumento a favor de um modelo semelhante ao que está a funcionar no Porto, no que respeita às relações com a realidades exteriores ao contexto académico.

22 Outubro 1975

“Tópicos para a legislação constitutiva dos novos estabelecimentos de ensino” e “Anexo I. Recrutamento de corpo docente, Lisboa”

Neste documento,⁹⁵ a Comissão Instaladora alinha dez pontos os quais estão relacionados com um projecto para uma unidade inter-escolar. Numa breve análise, temos, em duas páginas, como “tópicos” a serem inseridos no texto da “legislação constitutiva”:

- 1 – Introdução que justifique a “necessidade de reestruturação do ensino nas áreas da arquitectura, planeamento urbano e regional, construção e desenho para indústria”;
- 2 – Justificação da separação de escolas a ministrar esse ensino;
- 3 – Formalização de inserção destas escolas nas universidades;
- 4 – Estrutura dos cursos;

⁹⁴ “Não reconheceu a C. I. a necessidade de abrir, de momento, uma especialidade no domínio da História e Teoria da Arquitectura com aplicação em campos de renovação urbana, restauro, museografia ou ensino, até prova de uma suficiente procura social.”
Idem p.4.

⁹⁵ [Comissão Instaladora]. Tópicos para a Legislação Constitutiva dos Novos Estabelecimentos de Ensino. (s.d). [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

5 – Estabelecimento de “troca de informação e serviços” entre as escolas e “entidades exteriores”;

6 – Garantia imediata de um curso geral de três a quatro anos que deverá assegurar “a formação científica e aplicação profissional necessária para as actividades de análise, projectação e gestão nos domínios da ‘edificação’ e ‘arquitectura urbana’”;

7 – Possibilidade imediata da oferta dos cursos de especialização, “com a duração mínima de 3 anos” em: “A – Estudos urbanos e Regionais – Planificação Socio-Económica e territorial; B – Arquitectura Urbana – Administração municipal; C – Arquitectura e Construção – Desenho para a indústria.”;

8 – Determinação que os títulos dos diplomas deverão ser “objecto de acordo com os órgãos (...) de representação profissional”;

9 – Determinação das normas do pessoal docente. Neste ponto, Portas já admite que “poderão ser renovados (...) os actuais contratos do pessoal”;

10 – Quadro de categorias de pessoal docente, técnico e administrativo.

Em resumo, este documento é uma proposta de estrutura para uma eventual legislação sobre uma nova Escola. Essa estrutura informa-nos também sobre alguns dados novos relativos à sequência de acontecimentos que estamos a tentar descrever; por exemplo, já admite a renovação dos contratos da ESBAL. Um outro exemplo centra-se nos grandes grupos (agrupamentos), os quais estão ligeiramente modificados na sua nomenclatura.

No documento Anexo [Anexo XX], o qual faz uma listagem dos docentes contactados, a CI irá inclusivamente acrescentar “O caso dos restantes docentes actualmente contratados seria examinado pelos órgãos de escola.”

O documento “Recrutamento de Corpo Docente” informa-nos, nas suas notas introdutórias, sobre dois aspectos importantes: o primeiro, que existe, de facto, a intenção de uma “organização do ‘atelier’” o qual “nos ciclos de especialização terá função estratégica”. Este ponto sublinha a ideia do deslocamento do atelier para a escola. O segundo dado importante, é que a CI “decidiu em Julho proceder a um convite público

– em jornais diários e por ofício a entidades relevantes para apresentação de elementos curriculares, como forma (...) de selecção de docentes”.

Segue-se uma listagem dos docentes contactados (citação):

“Diplomados na ESBAL

Duarte Cabral de Mello

Eduardo Trigo de Sousa

Gonçalo N. P. Sousa Byrne

Pedro Manuel Fialho de Sousa (actual docente ESBAL)

Fernando Lorenzini Borges de Campos (ex-docente ESBAL)

José Manuel de Oliveira Martins

Luís M. Fernandes Pinto (ex-docente ESBAL)

Idílio Pelicano Lopes Cunha

Diplomados no estrangeiro

Mário Canova M. Moutinho (ADPG maitrise ethnologia)

Maria Luísa de Melo Carvalho (U. Rio Janeiro)

Francisco J. Caldeira Duarte (U.P. Nancy)

José Lamas (I. A. R. AIX en Provence. ESBAL)

Jorge Manuel M. Baeta Neves (ENSA, Bruxelas)”

Acrescenta diplomados em Economia, Ciências Sociais, Engenharia e outras formações.

Segue-se uma lista de “actuais docentes na ESBAL e cuja colaboração a CI considerou de interesse imediato” e que foram “convidados a colaborar, tendo aceite”, sendo estes:

“Eng.º Fernando Brito Guterres (assistente)

Arq.º Luís F. Chaves (assistente)

Geogr.^a M. Clara Teles Mendes (assistente)

Hist.^a M. João Madeira Rodrigues (assistente)”

Finaliza afirmando que “O caso dos restantes docentes actualmente contratados seria examinado pelos órgãos de escola.”

Novembro de 1975

“II relatório ao SEES (Secretário de Estado do Ensino Superior)”

Este segundo relatório enviado ao Secretário de Estado do Ensino Superior⁹⁶ – que calculamos seja o último (o I Relatório havia sido enviado cerca de Agosto de 1975) – é uma compilação do trabalho até então concretizado o qual apresenta, como novidade, um programa mais detalhado para o novo ‘sistema’ de ensino de arquitectura. Inclui também um apelo implícito a uma consideração justa, já que insiste nos pontos fundamentais do projecto, muitos deles originários do I relatório – se o quisermos considerar um esboço.

Está dividido em três partes: a “organização pedagógica e curricular”,⁹⁷ a “organização curricular do curso geral (bach)”⁹⁸ e os “conteúdos das unidades pedagógicas propostas”.⁹⁹

Como introdução, levanta a questão da “tendência para a redução dos cursos gerais” (redução em tempo lectivo). Mais à frente refere a importância da “predominância (...) do trabalho de atelier” e a essencialidade da sua ligação ao exterior: “O atelier, em nome do departamento ou escola, tomará responsabilidades contratuais com os agentes públicos ou populares”.

Quanto a possíveis desajustes operativos, e entre um trabalho de natureza académica e as realidades fora de portas, o autor prevê que sejam colmatados com “acções de formação” para as últimas.

O atelier deve, ainda, ser dirigido por profissionais de muitas áreas.

Portas reforça para mais a ideia de que a nova estrutura do curso deve ser dirigida à expectável oferta de emprego a qual considera, implicitamente, estar relacionada com áreas profissionais que abrangem um largo espectro de formação.

⁹⁶ Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. II Relatório ao SE.E.S.. Novembro de 1975. [Fundo FAUL].

⁹⁷ *Idem* p.2.

⁹⁸ *Idem* p.6.

⁹⁹ *Idem* p.8.

Mais à frente, tornará clara a sua percepção sobre a “actual dinâmica política” e a forma como essa dinâmica pode “pôr em causa” qualquer iniciativa.

Em “Organização curricular do curso geral (bach.)” detalha o curso de bacharelato, informando que a sua “estrutura curricular” assenta em “duas linhas”: teoria e atelier.

14

tivos; sistemas de instalações, organização e gestão industrial no sector etc; - o que implicará, a organização, por docentes sintonizados para equipsas de alunos também sintonizados, do atelier B - experimentação- intervenção.

8.5 A natureza de (5) diploma (5) a conferir nesta especialização deverá ser consequente com a trajectória dos alunos, preferindo o curso geral de base e o âmbito de especialização realçada.

9 - CONCLUSÃO - TEMAS E EQUIPAS POR SEMESTRE - ESPECIALIZAÇÕES

UNIDADES PEDAG.	TEMPOS	EQUIPAS
1 ANALISE Demogr.Social	3	- demografo - sociologo
2 ANALISE GEOG.RUR.	3	- geografo - economista - ARQ.
3 TECNICA URBANA-REGIONAL	3	- historia - geografia - ARQ.
4 SISTEMA PLANEAMENTO URBANO	3	- econ.politico (dir) - econ.planeamento - demogr.
ATELIER	21	21 economista demogr. geografo eng.instru
B1 ANALISE Demogr.Social	3	- demografo - sociologo
2 ECONOMIA URB.	3	- economista
3 ANÁLISE URBANO-REGIONAL	3	- econ.politico - demogr.
4 POLIT. URBANO-REGIONAL	3	- econ.politico - econ.planeamento
5 TECNICA URBANA - REGIONAL	3	- historia - geografia - ARQ.
ATELIER	18	21 Reconstru urb. setod. projecto demogr. sociologia
1 ANALISE URBANO-REGIONAL	3	- polol.socia - demogr. eng.
2 ECONOMIA URBANA	3	- economista - demogr.
3 ANÁLISE URBANO-REGIONAL	3	- econ.politico - econ.planeamento - demogr.
4 URBANO-REGIONAL	3	- econ.politico - econ.planeamento - demogr.
(5) SIST. URB. REGIONAL	3	- hist. - demogr. eng.
ATELIER	18	21 ARQ. PROJ. setod. projecto demogr. sociologia

Figura 18 Quadro de unidades pedagógicas, tempos e equipas de um curso do ISAEU. Novembro de 1975. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI]

Tanto na estrutura do bacharelato como na estrutura das especializações – que advinham do I Relatório¹⁰⁰ – Portas apresentará um currículo em forma listagem e quadro [Figura 18] [Anexo XXI], os quais incluem as unidades pedagógicas, os tempos e as equipas que se devem conjugar. Do ponto de vista pedagógico, introduz a possibilidade de uma integração “em equipas ‘verticais’ a

fim de possibilitar a troca de experiências”.

Especificamente, em “Organização curricular dos Cursos de Especialização”, que serão três e deverão ocupar quatro semestres, Portas vem repetir algumas ideias já declaradas, nomeadamente a pertinência da associação entre escolas. (Interessa notar que as especializações são bastante semelhantes entre si, na substância do seu currículo, pelo menos).

Uma vez que Portas prevê que, nas especializações, os docentes previstos sejam já, muito deles, docentes das próprias escolas às quais a nova Escola se deveria associar, vem acrescentar uma alínea que obriga à participação de docentes exclusivos da nova Escola.

¹⁰⁰ “No I Relatório ficaram justificados os âmbitos dos cursos de especialização que se consideram desde já necessários para um adequado avanço da formação profissional e dos conhecimentos disciplinares no domínio designado, por simplificação, do Planeamento urbano e Regional e da arquitectura.” *Idem* p.10.

Numa conclusão geral: este Projecto assenta, em primeiro lugar, numa orientação política superior. Ou seja, a sua credibilidade e fundamento residem particularmente na condução política do país, na altura. O objecto Escola e seus agentes são efeito e não exactamente origem. Isso revela-se, entre outros factores, pela insistência na diluição da ideia de academia e pela aposta na interligação entre a Escola e outras iniciativas potencialmente formativas, em consonância com o modelo portuense e a sua ligação ao SAAL. Esta insistência é, no caso de Lisboa, fundamentalmente fruto de escolhas e condutas de uma significativa facção política (que defendemos ter sido a frente comunista).

Creemos que a insistência na colaboração de várias escolas com docentes já em funções é tanto um mimetismo da colaboração a que Portas já está habituado, nomeadamente no LNEC, como a resolução de um problema logístico, já que montar uma escola de raiz, e com um projecto pedagógico específico, seria difícil: implicaria instalações, a preparação de docentes, o interesse dos alunos, etc.. Quanto a este último factor (o interesse dos alunos), não é desprezível o facto de que só existisse uma escola/instituição em Lisboa, mas essa escola não traria grandes incentivos pedagógicos, visto que a formação que oferecesse se encaixaria numa base de mediação de conflitos, típica do trabalho em grupo, e independentemente da especialidade. (Lembramos que Portas quer dotar o curso de graus de especialidade). Dito de outro modo, a Escola de Lisboa não ficaria a ganhar por não ser um corpo uno precisamente pelo facto de que, sendo a única alternativa, já se vivia conflituosamente, ou pelo menos num diálogo concorrencial, no nosso entender, entre os diversos polos de ensino, ou mesmo no seio de cada um deles. (Foi este um dos aspectos que originou, como dissemos, uma recusa da proposta de Portas pelo corpo estudantil).

Quanto a aspectos ‘administrativos’ verificamos que Portas mantém uma posição firme, nomeadamente pela criação de cursos de transição sem continuidade com o ano lectivo de 1973/74, portanto, na prática, cursos de ruptura, com modificação do corpo docente, alteração de esquema didáctico (substituição da “Reforma de 57”) e reclassificação na admissão de novos alunos.

Quanto à sua substância, a proposta de Portas cria disciplinarmente uma relativa alternativa face à tradição da Escola porque remete para segundo plano a ideia de arquitectura enquanto obra individual de expressão subjectiva. Relembremos que Portas compara a sua proposta com a *Estrutura 74* da seguinte forma: “menor dispersão de disciplinas, maior ênfase na formação crítica social e económica, não separação *a priori* entre Arquitectura e Planeamento (...)”. Quanto a nós, os traços mais largos dos seus sucessivos pontos de ordem são a aproximação a outras disciplinas; a articulação entre o projectar e o produzir; a importância do atelier e da proximidade contratual com o exterior; a exigência e o tempo de leccionação (que deve ser o mais dilatado possível).

É curioso verificar ainda a evolução das diferentes abordagens de Portas aos alunos e às entidades com as quais comunica face à evolução dos governos provisórios, e sobretudo tendo em conta o período do “Verão quente”. Concretamente, observamos que o abandono da proposta inicial tem uma origem política – isso é verificável num telegrama,¹⁰¹ já aqui referenciado, do qual este alega não ter tido conhecimento.

Já dissemos que Portas vai ter muita dificuldade em apresentar o seu projecto para um ISAEU [Instituto Superior de Arquitectura e Estudos Urbanos] na Escola. Aquilo que descrevemos acima por um lado confirma e por outro lança dúvidas quanto às afirmações de Augusto Brandão¹⁰² e Manuel Couceiro,¹⁰³ consoante as perspectivas de análise de uns e outros. Do ponto de vista de Portas:

¹⁰¹ BROTAS, António. Telegrama do Secretário Estado Ensino Superior Dirigido a Professores e Alunos de Arquitectura Escola de Belas Artes Lisboa. 15.10.75. [Fundo FAUL]. [Anexo X].

¹⁰² “Até que se deu um facto que polarizou as vontades escolares. Surge o V Governo Provisório, último governo gonçalvista, e com ele é constituída uma Comissão Instaladora com o objectivo de criar uma nova Escola de Arquitectura. Foi nomeado presidente dessa Comissão o arquitecto Nuno Portas, que imediatamente começou a trabalhar, desconhecendo totalmente a vida interna da Escola em que já leccionara e convidando, sub-repticiamente, 3 ou 4 docentes da E.S.B.A.L. para fazerem parte do Corpo Técnico dessa Comissão. Felizmente o V Governo foi um governo de curta duração.” BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

¹⁰³ “Por incumbência governamental, o arquitecto Nuno Portas lançara dois cursos novos, com vocação interdisciplinar, ou seja, abertos a alunos de áreas pré-determinadas, neste caso a única saída de uma situação em suspenso; esses cursos funcionariam nas instalações do ISCP, na Rua da Junqueira e nas do ISEL, em Chelas, admitindo até um máximo de 80 alunos cada, das quais metade poderiam ser de arquitectura. Deles tivemos nós os estudantes de arquitectura, conhecimento através dos jornais, o que aliado ao facto de amalgamar todo um percurso específico com outros

“Isso foi uma coisa dramática. (...) Depois de eu sair de Secretário de Estado voltei ao LNEC e aí um dos ministros da Educação disse-me ‘a Escola de Lisboa está um caos, está tudo fechado’ etc.. Só o PC é que aceitava ser útil, todos os outros eram contra, e ganharam. Encarregaram-me de fazer um plano para a Escola. Foi um falhanço completo. Chegámos a escolher alguns professores. Não serviu para nada, porque só a juventude comunista é que nos apoiou. Tudo o resto era esquerdismo. (...). Fiz esta proposta como funcionário do LNEC. (...).

Era um plano em que o ensino do urbanismo se destacava”.¹⁰⁴

Este Projecto apresentava de facto poucas hipóteses. Para já, não tinha assento físico – e provavelmente esse é um dos motivos de ordem prática para sugerir a associação entre escolas. Segundo, a lógica de interdependência que lhe estava associada, nomeadamente institucional, conferia-lhe um grau de risco e de sucesso questionáveis – relativamente a um projecto de uma escola singular, por exemplo. Terceiro, além das “questões pessoais, políticas ...”,¹⁰⁵ implicava outras, fracturantes, entre as que eram propostas pelos diversos grupos nas RGA – particularmente o caso da resolução dos alunos inscritos no ano de 1973/74 – e o caso da manutenção ou não da comunidade docente residente. Era, portanto, apoiado por uma pequena porção de estudantes e indeterminada quantidade de professores. Quarto, implicava uma renovação profunda do sistema pedagógico em vigor; propunha a cessação definitiva de um ensino ligado às belas-artes, o que significava, na prática, a generalização a médio prazo de um novo modo de encarar o ensino e a profissão, exigindo um elevado grau de motivação nos seus executantes.¹⁰⁶ Por

bastante diferentes através de uma saída única, e apenas para alguns dos nossos colegas (os primeiros que se inscrevessem e desde que frequentassem pelo menos o 4º ano), nos levou a uma leitura desses cursos como mais uma faceta demagógica, com sabor a profunda injustiça.” COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. p.38.

¹⁰⁴ Entrevista a Nuno Portas (2014.10.29).

¹⁰⁵ Cf. Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

¹⁰⁶ Anos mais tarde, Tomás Taveira levará avante um projecto baptizado officiosamente pelo próprio como “Escola das Artes” que irá definir os anos que se seguem ao período em estudo para esta tese. Esse projecto de Tomás Taveira implica, na sua concepção, a impossibilidade de inserção dos estudos relativos ao planeamento urbano na Ordem dos Arquitectos – o que torna estes estudos, ironicamente, alinhados paralelamente numa

último, e mais importante, não era estranha a dificuldade de Portas por uma razão que se prendia com a sua ligação ao programa SAAL; se houvesse uma ligação entre a Escola e o SAAL Lisboa, ou outros programas de realojamento já em curso, que implicassem a relação entre os professores da Escola e arquitectos encarregues desses trabalhos, seria mais provável que a esta optasse por um modelo de reabertura alternativo.

Como dissemos no início desta parte, importava verificar as características desta proposta de modo a poder realçar qual a base pedagógica que acabou por se efectivar. Esse era o mais importante objectivo. Deste modo, passaremos a analisar um outro projecto de reabertura da Escola, o qual veio na sequência, e por reacção, deste nunca realizado plano com o nome de “ISAEU – Instituto Superior de Arquitectura e Estudos Urbanos”.

mesma direcção do projecto de Nuno Portas: a da autonomização do ensino do urbanismo em relação à arquitectura. Cf. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. *Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento*. Janeiro de 1994, p.4. [Fundo FAUL].

2. 3 Reabertura da Escola de Lisboa: a *Estrutura 76* e os Despachos 7/76 e 7A/76

Tal com o que vimos até aqui, a Escola de Lisboa vive um momento de viragem marcante que se dá a 24 de Fevereiro de 1976, já que é nessa data que o Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, António Brotas, emite o Despacho 7A/76 (acoplado ao Despacho 7/76) no qual afirma que “A Secção de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa fica instituída como Departamento de Arquitectura da mesma Escola, sendo dotado de autonomia pedagógica e administrativa até Dezembro de 1976”.¹⁰⁷ Este Despacho é o resultado da análise do Secretário de Estado da proposta apresentada por docentes e discentes reunidos em concordância – uma proposta de reabertura com conteúdos programáticos que dá pelo nome de *Estrutura 76* [Figura 19] [Anexo XXII].

Interessa-nos então saber quais as semelhanças entre a *Estrutura 76* e a *Proposta para uma Nova Faculdade de Arquitectura* de 1973 de Frederico George (a que, para simplificar, designaremos de *Proposta*); interessa também compreender que alterações é que o Despacho 7/76, da mesma data, introduziu na ou retirou da *Estrutura 76*. Este estudo concluirá sobre a origem pedagógica

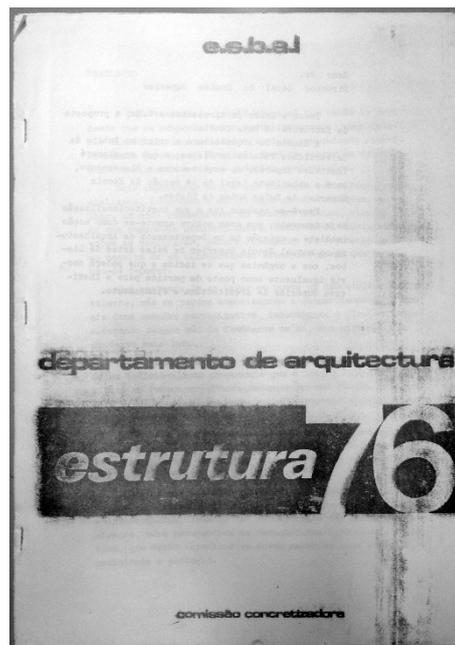


Figura 19 Capa de caderno contendo uma versão da *Estrutura 76*. (s.d.) ca 1976. [Arquivo JMF]. [Anexo XXII]

fundamental da Escola de Lisboa em período democrático.

Incluiremos uma análise a dois documentos chave que nos informarão, por comparação e sobreposição, acerca do programa pedagógico e estrutural legal final de reabertura da Escola de Lisboa no período pós-25 de Abril. Por outras palavras, esta secção incluirá uma descrição das

¹⁰⁷ Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de estado do Ensino Superior e Investigação Científica. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL].

medidas estruturais, pedagógicas e legais que suportaram a abertura de um Departamento de Arquitectura na ESBAL em 1976.

Quanto à *Estrutura 76*, o documento apresentado começa por propôr uma designação para a Escola – *Instituto Superior de Arquitectura e Planeamento* – admitindo, porém, a legalização apenas de um Departamento de Arquitectura, a breve prazo.

O preâmbulo tem uma substância muito afirmativa, ou ideológica,¹⁰⁸ consentânea, na prática, com a insistência, na *Proposta* de George, na formação profissional – a qual cremos, teria um pendor prático e orientado à realidade:

“O Departamento será tanto mais vivo quanto mais contactos com o exterior tiver. Para isso é fundamental o levantamento dos problemas ligados à construção e seu planeamento económico, com o fim de contribuir ou mesmo promover as mudanças de estruturas existentes.”¹⁰⁹

Em “Estrutura do curso”, a *Estrutura 76* admite que possa haver “acertos e melhorias a introduzir”, mas “a orientação global do curso baseia-se no conceito de ensino integrado”,¹¹⁰ ou seja, para simplificar, ancorado em disciplinas nucleares e adjuvado por disciplinas ancilares.

De seguida, a *Estrutura 76* aponta uma alteração significativa relativamente à *Proposta*: trata-se do conjunto das três disciplinas nucleares – que, lembramos, eram Arquitectura, Planeamento e Construções e Materiais [V. nota 5]. Ora, nesta estrutura, passam a ser Arquitectura, Planeamento e Teoria e História da Arquitectura.¹¹¹

Ainda no campo da “Estrutura do Curso”, a *Estrutura 76* propõe um curso com a duração de quatro anos e possibilidade de 18 meses de

¹⁰⁸ “Terá o arquitecto de pôr em dúvida alguns dos seus conceitos, utilizando para tal as várias filosofias idealistas e materialistas, devendo dar relevância a uma análise da sociedade, numa perspectiva de materialismo histórico e dialéctico, que serão inseridos em novas matérias como economia, sociologia e ecologia.” ESBAL. Departamento de Arquitectura. *Estrutura 76*. Comissão Concretizadora. p.1. [Arquivo JMF]. [Anexo XXII].

¹⁰⁹ *Idem* p.2.

¹¹⁰ *Idem* p.3. Para explicação mais detalhada do conceito de *ensino integrado*, V. capítulo 1.2.

¹¹¹ Não pudemos deixar de supor que, para o facto, tenha concorrido a intervenção do professor Augusto Brandão, que já era professor de História e Teoria, e ou o facto de que não haveria ainda professores disponíveis para Construções e Materiais.

especialização. Na prática, comparando com a *Proposta*, esta estrutura é mais ambiciosa. A *Proposta* prevê um bacharelato de apenas três anos. Esta estrutura só permite diploma de arquitecto e integração na respectiva associação profissional ao fim de quatro anos. No entanto, ao invés de os quatro anos serem sequenciais – 1, 2, 3, 4 – é estabelecido um ano zero, criando-se um curso de quatro anos do seguinte modo: 0, 1, 2, 3. Este esquema introduziria, na *Estrutura 76*, um outro tema: o da admissão de alunos. Segundo a *Estrutura 76*, haveria um *numerus clausus* subentendido, já que os alunos teriam acesso ao ano zero (não é claro com que critério) mas “é um ano que não vincula o estudante ao acesso ao Departamento, no fim do qual será este sujeito a uma avaliação que lhe dará o ingresso definitivo no Departamento de Arquitectura”.¹¹² Ora, a justificação para tal medida residiria no fato de que “o número de candidatos será provavelmente superior ao número de lugares que o Departamento pode oferecer e a aptidão demonstrada durante a avaliação global e contínua ao longo do ‘ano zero’ será o principal critério de selecção.”¹¹³

Mais à frente, a *Estrutura 76* vem clarificar o que propõe no campo da contratação de professores. Nesta alínea, será conservadora como a *Proposta* de George quanto ao “escalamento” de professores já que respeitará os seus “direitos adquiridos”, nomeadamente no que concerne “à categoria definida na Universidade”. Neste ponto, acrescentará a necessidade de um quadro de monitores, ressaltando a adaptação à Lei (mas sempre à luz da “estrutura docente universitária”). Acrescenta, por fim: “No caso de individualidades de reconhecido mérito e úteis ao processo científico do Departamento de Arquitectura, adoptar-se-ia o sistema de contratação além do quadro equiparados às categorias existentes.”¹¹⁴

Relativamente à avaliação de conhecimentos, matéria sobre a qual a *Proposta* de Frederico George é omissa, a *Estrutura 76* é particularmente

¹¹² ESBAL. Departamento de Arquitectura. *Estrutura 76*. Comissão Concretizadora. p.1. [Arquivo JMF]. [Anexo XXII].

¹¹³ *Idem* p.7.

¹¹⁴ *Idem* p.8.

vaga, embora a narrativa sobre o caso seja extensa. Começa por afirmar que

“entende-se como processo desejável, a avaliação contínua de toda a participação do estudante nos trabalhos do ano lectivo. A transição do ano será feita pela avaliação de carácter global, do trabalho de cada aluno num consenso geral de alunos e professores”

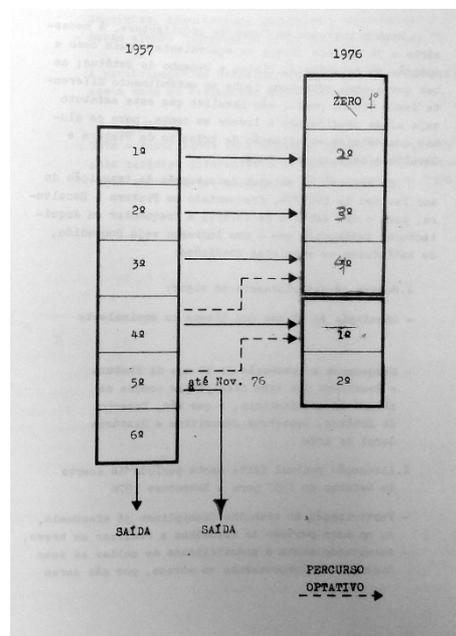
sublinhando, mais à frente que “exige-se (...) a extinção do ‘exame’ como único acto de avaliação”. A *Estrutura 76* induz, portanto, a avaliação colectiva e ainda a extinção do chumbo: “A passagem do ano far-se-á (...) através duma apreciação global (...) admitindo-se mesmo a hipótese de um mais fraco domínio, pelo estudante, duma matéria ancilar, não o lesar directamente em termos de passagem de ano.” Tal significaria, segundo esta *Estrutura*, que “a situação das cadeiras em atraso não existe.”¹¹⁵

Além de *Classificações e Estudantes trabalhadores*, seguem-se dois pontos naturalmente omissos na *Proposta* de George (já que era uma proposta para um curso numa Faculdade a criar): *Transição dos alunos de Pintura e Escultura para*

Arquitectura e ainda *Esquema Indicativo das Transições dos Vários Anos da Reforma de 1957 para a Estrutura de 1976*.

Concentremo-nos neste último ponto: procurava-se, com esta estrutura, obter uma facilitação para os candidatos inscritos em 1973/74, isto é, os que haviam visto o seu curso interrompido quando se deu a Revolução, os quais tinham então as seguintes hipóteses [Figura 20]:

Figura 20 Esquema de transições da Reforma de 1957 para a *Estrutura 76*. Nota importante: os anos na coluna “1976” estão corrigidos a lápis segundo o Despacho 7A/76, mas eram originalmente ano zero, 1, 2 e 3. [Arquivo JMF]



¹¹⁵ *Idem* pp.8-9.

- Os que já estavam inscritos no 1º, 2º e 3º ano ingressariam no 1º, 2º e 3º anos da *Estrutura 76*, respectivamente;
- Os alunos do 4º ano teriam hipótese de ingressar no 3º ano da *Estrutura de 76*, de forma a ficarem imediatamente diplomados pela *Estrutura 76*; ou então prosseguirem para os 18 meses de especialização (no quadro da Figura 20, indicada como dois anos);
- Os alunos inscritos no 5º ano da reforma de 1957 deveriam escolher entre matricular-se nos 18 meses de especialização ou serem diplomados sob a “Reforma 57”, na condição de concluírem o curso até Novembro de 1976;
- Os alunos que estavam inscritos no 6º ano à data da Revolução ficaram automaticamente diplomados segundo a Reforma de 1957.

Em síntese, a *Estrutura 76* tem como semelhanças relativamente à *Proposta* de 1973 de Frederico George os seguintes pontos:

- Proposta de *ensino integrado*;
- Manutenção dos direitos adquiridos dos professores;
- Disciplinas nucleares e ancilares (duas das nucleares comuns; todas as ancilares presentes).

Diverge nos seguintes pontos:

- Disciplinas nucleares e ancilares (uma nuclear divergente; algumas ancilares extra);
- Número de anos é maior / introdução do ano zero.

Tem como principais pontos inconclusivos

- Avaliação de conhecimentos e respectiva transição de anos curriculares.

Assim, poder-se-á afirmar que a *Estrutura 76* é de facto baseada na *Proposta* de George no que se refere às suas intenções pedagógicas e conteúdos específicos. Mesmo no que respeita aos conteúdos mais divergentes, e os omissos, não há dúvida que existe uma real adaptação entre a *Proposta para uma Nova Faculdade de Arquitectura*, de 1973 – nomeadamente segundo a edição que sai no Boletim ESBAL de Julho de 1974 – e a *Estrutura 76*.¹¹⁶

¹¹⁶ Existem partes, como a parte final, que tratam de aspectos mais pragmáticos, como o da organização do arquivo documental, que é uma cópia exacta da *Proposta* de 1973 de Frederico George.

Porém, esta última proposta deveria ainda levar o crivo do Secretário de Estado, António Brotas, o qual vai analisá-la, ponto por ponto, e vai alterar o texto, interferindo no que será a legalidade da abertura da Escola.

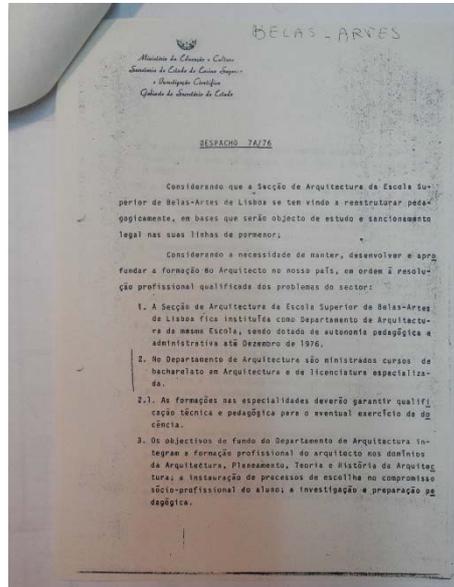


Figura 21 Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro de 1976. Primeira página. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]

Quanto ao Despacho 7A/76 [Figura 21],¹¹⁷ este será o que emite maior número de “determinações de carácter geral”; são dez pontos que definem e informam, em primeiro lugar, a autonomia pedagógica e administrativa do Departamento; em segundo, o tipo de cursos (“bacharelato em Arquitectura e licenciatura especializada”); em terceiro, que “objectivos de fundo do

Departamento integram a formação profissional em Arquitectura, Planeamento, Teoria e História da Arquitectura”; em quarto, que se trata de uma fase experimental sujeita a posterior revisão com dois níveis: quatro anos num primeiro, e dois anos num segundo; em quinto, que o primeiro nível (bacharelato – quatro anos) pode destinar-se à docência no ensino secundário, acrescentando que este primeiro nível permite a adopção de um diploma de arquitecto; em sexto lugar, informa que a licenciatura (dois anos seguintes) é submetida para homologação caso a caso, sendo a sua investigação orientada para um dos três ramos (relembramos: Arquitectura, Planeamento, Teoria e História); em sétimo, que “O M.E.I.C. terá em conta as necessidades da escola relativas ao Departamento de Arquitectura e meios técnicos e legais de prosseguir a reestruturação dos curricula dos cursos, estudando a possibilidade de integração da escola na Universidade Técnica de Lisboa”; em oitavo, sobre a contratação de docentes além do quadro; em nono, que a “a eleição do Conselho Directivo deve ter lugar no mais curto espaço de

¹¹⁷ Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL].

tempo que a Escola julgue possível”; e em décimo ponto acrescenta que é imediatamente que estas determinações entram em vigor.

Por este Despacho já se consegue antever pelo menos uma alteração de monta relativamente à *Estrutura 76* que é a duração do curso (de um ano zero mais três, para quatro anos completos).

Passemos a analisar o Despacho seguinte (Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro [Anexo XXIII]).¹¹⁸ Trata-se de um Despacho que responde, ponto por ponto, à *Estrutura 76*, de modo a que não sobre dúvidas sobre qual o programa pedagógico a aplicar, nomeadamente naqueles pontos em que o Despacho é desfavorável ou introduz alterações.

O primeiro desses pontos é a estrutura do curso, como já dissemos. A *Estrutura 76* (aqui nomeada de “ESBAL – Arquitectura”)¹¹⁹ apresenta três anos mais um; o Despacho refere que “não parece prudente decidir, com excessiva rapidez, sobre a estrutura definitiva” e sob essa justificação determina que “no período experimental o curso estará organizado em dois níveis, de 4 e 2 anos respectivamente”. O Despacho assinala como virtude “a integração imediata no Departamento (1º ano) dos alunos que terminaram o curso complementar dos liceus em 1974, os alunos aprovados nos exames ad hoc para Arquitectura, os trabalhadores estudantes (com 3 anos de vida profissional) e os militares”, sendo omissos, tal como a *Estrutura 76* de certo modo o é, quanto à questão controversa do *numerus clausus*.

A questão seguinte que deverá aqui ser mencionada prende-se com a alteração das ambições da *Estrutura 76* quanto à contratação de docentes. Esta só poderá obedecer “à categoria definida na Universidade” na própria fase de ingresso do curso na Universidade. Até lá, “os docentes

¹¹⁸ Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]. [Anexo XXIII].

¹¹⁹ O preâmbulo do Despacho 7/76 diz: “Tendo como objectivo a reabertura do curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, e após encontros e reuniões de trabalho realizadas na Direcção-Geral do Ensino Superior, com a participação de docentes e discentes daquela Escola, foi apresentado um documento de trabalho subscrito, entre outros, por 6 docentes e como título ‘ESBAL – Arquitectura’, e que foi dito merecer o acordo de consenso dos docentes, de profissionais de Arquitectura que têm dado o seu contributo à Escola e de grande número de alunos nela matriculados.”

serão contratados ou providos nos moldes e quadros previstos até ao presente para a ESBAL.”¹²⁰

A questão que causara e vai causar maior polémica entre alguns alunos é, no entanto, a da avaliação de conhecimentos. O Despacho, nessa matéria, será claro. Entre outras recomendações, obriga à avaliação individual:

“Embora se reconheça como válido e necessário o desenvolvimento do espírito de grupo e do trabalho em equipa, não deve haver ambiguidade quanto à posição do Ministério: Dado que o curso confere individualmente um diploma (...) deve igualmente a avaliação do seu resultado processar-se individualmente.”¹²¹

Segue-se uma outra questão igualmente controversa que, naturalmente, emergira precocemente nas discussões entre alunos: a resolução do ano pendente de 1973/74. Relembramos que alguns estudantes reivindicavam passagens administrativas; que Nuno Portas propunha o abandono do ano lectivo; que a *Estrutura 76* é omissa quanto à avaliação das passagens de ano (embora seja previdente quanto ao esquema de transição entre modelos pedagógicos). O Despacho 7/76 vem acrescentar o ponto “Conclusão do ano lectivo 1973/74” com uma narrativa que desempata as diferentes perspectivas: autoriza a conclusão do ano lectivo em 1976¹²² mediante a apreciação individual de cada aluno sob a autoridade da avaliação de um júri escolar, isto é, permite como exclusivo método a avaliação “por docentes da Escola, únicos admitidos a subscrever a atribuição da classificação e considerados responsáveis e garantes, a título individual e colectivo, pela correcção e justiça do processo”.¹²³ Já o esquema de transição que, como dissemos, é bastante detalhado – tanto narrativamente como em diagrama – é totalmente transcrito no Despacho 7A/76, ou seja, tirando o facto de que se trata de quatro anos e

¹²⁰ Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro. (p.4). [Cópia dactilografada do Fundo FAUL].

¹²¹ *Ibidem*.

¹²² É de notar que se trata aqui de ‘implementar’ o ano lectivo de 1975/76 quando estamos em Fevereiro de 1976. Este facto fará parte de um ponto omissa na *Estrutura 76* que será integrado no Despacho com a atribuição da palavra “experimental”: “É homologado a título experimental para 1975/6 o plano de estudos para o 1º, 2º, 3º a 4º anos (...)”. *Idem*. (p.5).

¹²³ *Ibidem*.

não ano zero mais três, a proposta de passagem do sistema de 1957 para a “estrutura 1975/6”, como é referido no Despacho, é equivalente para ambos os lados (*Estrutura 76* e Despacho 7A/76) [Anexo XXVI]. Finalmente, o que estes dois Despachos (7/76 e 7A/76) introduzem na Escola são dois problemas de maior. Um, a curto prazo, tem a ver com a avaliação de conhecimentos. (Já fizemos referência do relato de Augusto Brandão quanto à má recepção dos estudantes deste ponto). Um segundo, a médio prazo, tem a ver com a exequibilidade do próprio Programa. É essa a razão pela qual o ano lectivo de 1975/76 se afigura como um ano “difícilimo”,¹²⁴ nomeadamente pela sua ambição pedagógica, tendo em conta uma estrutura e objectivos complexos para uma Escola com alunos que se tinham dispersado, com falta de professores e com instalações insuficientes. Vimos vagamente como é que o recém-criado Departamento reagiu a este modelo; veremos como se manterá, ou como é que a Escola se susterá a mais longo prazo.

¹²⁴ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

3. DO INÍCIO DE 1977 ATÉ FINAL DE 1979. SOB UM TELHADO ATÉ AO ANÚNCIO DA ENTRADA NA UNIVERSIDADE

3.1 A constituição da Escola: um problema partilhado com os estudantes

Estando a Escola de novo aberta, seguem-se anos de incerteza e problemas vários. Damos início ao capítulo 3 com o ano escolar de 1977 o qual, não estando suspenso, se vê numa situação de grande debilidade. Os três anos que vão do início de 1977 ao final de 1979 sofrerão uma ligeira melhoria, como veremos mais à frente. É nesse sentido que desenvolveremos esta secção preparatória: destacaremos sinteticamente as disfuncionalidades que a Escola vive neste final dos anos 70 de modo a melhor entendermos a positiva evolução que se segue. Teremos em conta questões como as de calendário, avaliações, discentes, planos de estudos, docentes, instalações e orçamentos.

Abordaremos também eleição da primeira Associação de Estudantes fazendo sobressair o que as diversas listas de candidatos têm a dizer sobre si próprias e a destacar sobre o funcionamento da Escola; incluiremos ainda uma análise sucinta a alguns documentos de arquivo de um aluno com informação sobre este lapso de tempo.

O período de 1977 até final de 1979 é, de facto, irregular sob vários pontos de vista, como o de calendário. Tendo em conta a singularidade do ano lectivo de 1975/76 (que totalizou cerca de 5 meses no ano de 1976, de Julho a Dezembro),¹ é compreensível que o ano de 1976/77 seja calendarizado para 10 de Fevereiro de 1977 e que se projecte a sua cessação para 31 de Outubro de 1977 para “férias de ponto” e avaliações.² A regularização do calendário escolar é, no entanto, uma das

¹ Temos como referência LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. [Fundo FAUL]. [Anexo XIII do capítulo 2]. Poderá esta data estar exclusivamente relacionada com as aulas do professor em causa, no entanto sabemos que, após a abertura do Departamento de Arquitectura (em Março de 1976), houve necessidade de resolução dos casos dos alunos do 5º ano do curso de 1973/74 antes do início das restantes aulas, bem como outros trâmites de ordem pedagógica, o que deverá ter tomado um tempo significativo. V. nota 63 do capítulo 2.

² Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. *Proposta Aprovada na Generalidade pelo Conselho Pedagógico. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa*. 12 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo I]. De facto, o

preocupações do Conselho Pedagógico, que numa sua Proposta nos relata o seguinte:

“Como se sabe, os anos lectivos do Departamento têm vivido até agora desfasados dos anos lectivos das outras escolas superiores, bem como dos períodos legais de curta duração e de periodicidade desses anos.

Por exemplo, enquanto que neste momento as Escolas Superiores iniciam o ano lectivo 1977/78, o Departamento termina o ano lectivo de 76/77, o que traz um desajustamento de extrema importância na aplicação das diversas legislações que têm saído, bem como levanta problemas graves na vida familiar dos alunos. Por esses motivos e para fazer entrar o Departamento o mais rápido possível numa normalidade académica e legal é que se estabeleceu que o ano lectivo de 76/77 terminaria no final do mês de Outubro e o início do ano lectivo 77/78 se efectuará nos princípios de Janeiro de 1978. Assim poder-se-ia fazer coincidir a época académica do Departamento com a legalmente estabelecida do ano lectivo 78/79 [Anexo I].”³

O mesmo Conselho explica como se devem processar as avaliações do ano de 1976/77 (1977).

O grande problema das avaliações para este ano, tal como o problema das avaliações que haviam ocorrido no ano anterior (1975/76, em 1976), é a falta de cobertura docente.⁴ No balanço que faz do ano de 1976/77, o

ano de 1977/78 tem início no início do ano civil de 1978, mais concretamente em Janeiro de 1978. Cf. entrevista a Vítor Reis (2015.07.14). Em conclusão: os anos de 1976/77 e 1977/78 decorrem paralelamente aos anos civis de 1977 e 1978, respectivamente. Quanto aos anos de 1978/79 e 1979/80, não temos confirmação de quando terão tido início e termo (com excepção do final de 1979/80), mas as previsões oficiais (como a acima citada) levam a crer que 1978/79 terá sido o primeiro ano escolar com calendário normal após o 25 de Abril. Sabemos ao certo que 1979/80 cessará numa data normal (entre Maio e Junho de 1980, para avaliações). Em resumo, temos: 1976/77(1977), 1977/78(1978), 1978(?)/79(?), 1979(?)/80, 1980/81, etc.. Para uma melhor compreensão desta sucessão, sugerimos a consulta das cronologias dos capítulos 3 e 4 [Apêndices III e IV].

³ [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa].

Proposta Aprovada na Generalidade pelo Conselho Pedagógico. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. 12 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

⁴ No Boletim 1974, Frederico George fala-nos de 37 elementos. Cf. *Boletim 1974*. p.29. Numa entrevista para a revista *Arquitectura*, em 1982, Augusto Brandão aponta “8 docentes” para o ano de 1976. BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

Conselho Pedagógico refere que o problema é mais agudo, relevando que não se deve imputar aos estudantes o “abstencionismo de determinados docentes (...) o que trouxe, tudo indica, uma desmoralização e uma abstenção idêntica por parte dos discentes.” Neste contexto, o Conselho Pedagógico propõe a criação de júris “que levem em conta tudo o que atrás [na “Proposta”] se disse, quanto à anormalidade da vida académica”. Os elementos do Conselho Pedagógico⁵ pretendem assim evitar novas passagens administrativas.⁶ Contudo, mesmo para o ano de 1976/77, a “Proposta” ressalva essa medida;⁷ e assim se comprova, de novo, a irregularidade sistémica destes anos.

Aqui, Brandão refere-se provavelmente a professores efectivos, já que a 11 de Junho de 1980 descreve o “momento actual” do seguinte modo: “Tem o Departamento 1.200 alunos, 68 docentes e 7 professores.” BRANDÃO, Augusto. *Relatório – Antecedentes*, de 11 de Junho de 1980. [Fundo FAUL]. Certo é que, nas suas cartas ao Director Geral do Ensino Superior, o Presidente do Conselho Directivo dirá: “Está-se a atingir o fim do ano lectivo de 1975/76 onde se efectuarão avaliações finais.

Contudo surge um grave problema que é a falta de docentes, com o seu contrato aprovado que poderá fazer perigar esta avaliação.

Pede este Departamento a V. Ex^a. que o ajude aprovando com alguma rapidez, os contratos pendentes, sem o que se vê perigar não só o final do ano como a própria vida futura deste Departamento.” (s.n.). [Presidente do Conselho Directivo]. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 30 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]. Cf. também GEORGE, Frederico. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 26 de Abril de 1977. [Fundo FAUL]: “Na sequência das entrevistas tidas com V. Ex^a, tem este Conselho Directivo uma extrema preocupação em procurar conciliar os interesses económicos da Nação e as suas necessidades de docentes deste Departamento. Contudo, devido ao elevado número de discentes e à nova estrutura de Curso, torna-se extremamente importante que essa Direcção-Geral permita a contratação de 13 novos docentes (Assistentes Eventuais) a fim de poder cobrir as lacunas existentes, isto, apesar de todos os docentes deste Departamento terem de leccionar o máximo das horas prevista pela lei.”

⁵ Além de um grupo de alunos, o Conselho Pedagógico era, neste período, composto por Frederico George, Eduardo Cansado de Carvalho e Augusto Brandão. [Apêndice X].

⁶ Numa Ordem de Serviço de 10 de Outubro de 1977, Augusto Brandão reage da seguinte forma relativamente a esta questão:

“Tendo sido levantadas algumas dúvidas quanto às classificações dos alunos do Departamento, nas disciplinas que não tiveram cobertura docente no ano lectivo de 75-76, estabelece-se de acordo com o legalmente preceituado:

- a) Estas disciplinas não serão classificadas, sendo a sua passagem automática, sem qualquer classificação ou apreciação, isto é, terão passagem administrativa.
- b) Assim estas disciplinas não entram na determinação da média final de curso.
- c) Iguualmente não será atribuída a impressão de ‘Apto’.

Como consequência disto nas certidões de fim de curso, será indicado unicamente, o final de curso e a sua média aritmética das disciplinas com cobertura docente, não sendo necessário como legalmente se preceitua, a discriminação das disciplinas e a sua classificação individual.” BRANDÃO, Augusto. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Ordem de Serviço de 10 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo II].

⁷ “ (...) b) As disciplinas que não tiveram docentes, será atribuída a média aritmética do somatório das notas do ano. c) Serão consideradas disciplinas sem docência, todas aquelas que só iniciaram a sua vida académica normal um mês antes do final do ano e

com o “excessivo número de alunos que pretendem cursar Arquitectura (440)”, qual o método “de se proceder à admissão dos alunos”⁹. Segue-se a experiência de uma boicotada “Prova de Informação Vocacional”,¹⁰ com carácter selectivo, calendarizada para dia 13 de Abril de 1977.¹¹ A prova é então assumida como primeiro exercício do ano e só em 1977/78 é que será oficialmente implementada a medida de *numerus clausus*,¹² dando origem a um maior equilíbrio do número de matrículas, como vemos na Figura 22.

Outra questão difícil prende-se com o próprio plano de estudos. A dois de Fevereiro de 1977, uma informação ministerial sanciona um novo modelo pedagógico¹³ e calendariza-se para 10 de Fevereiro o início do ano lectivo 1976/77.¹⁴ Este novo modelo, “a que se deu o nome de *Estrutura 77*”,¹⁵ vem acoplado a um orçamento com pedido de “reforço”, entre outras medidas novas e importantes, como seja a eleição de um Conselho Pedagógico, a determinação de um Conselho Científico (e eleição do seu presidente)¹⁶ e a elaboração do referido novo plano de estudos.¹⁷ No entanto verifica-se, na prática, que se trata de um plano de estudos ainda mais ambicioso que o da *Estrutura 76*:

⁹ [George, Frederico]. Carta ao presidente do Conselho Científico do DA-ESBAL datada de 21 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL].

¹⁰ Esta prova residia na “Exposição escrita do candidato, considerando a sua experiência pessoal sobre um trecho de uma aglomeração urbana, como uma cidade, uma vila, uma aldeia, uma região, um bairro, uma rua ou ainda um edifício” podendo ainda o candidato “ilustrar o texto com desenhos”. Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Prova de Informação Vocacional [Enunciado]. 12 de Abril de 1977. [Fundo FAUL].

¹¹ Cf. *Aviso*. Página dactilografada. (s.d.) ca Maio 1977. [Arquivo FSP].

¹² Portaria 634-A/77, de 4 de Outubro.

¹³ [Direcção-Geral do Ensino Superior. Ofício ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa]. 3 de Fevereiro de 1977. (Reporta a 2 de Fevereiro de 1977). [Fundo FAUL].

¹⁴ Não foi possível concretizar esta data.

¹⁵ “O ano lectivo 76/77 foi coberto pelo que se deu o nome de ‘Estrutura-77’. Este documento emanado do anterior C. Pedagógico foi oportunamente mencionado com algumas reservas pelo C. Científico e aprovado por Sua Excelência o Secretário de Estado.” *Proposta Aprovada na Generalidade pelo Conselho Pedagógico*. 12 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

¹⁶ A nomeação do Conselho Científico data de 19 de Janeiro de 1977 e tem como presidente eleito Artur Nobre de Gusmão. Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Acta da 1ª reunião do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [19 de Janeiro de 1977]. [Fundo FAUL].

¹⁷ Cf. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Relatório do Conselho Directivo do Ano Lectivo 1975/76. 16 de Março de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo III].

“Em 1977 foi criada experimentalmente uma nova estrutura, extremamente ambiciosa, que desenvolvia muito mais o capítulo do Planeamento e que criava uma série de disciplinas viradas para o estudo científico, quer do Planeamento quer da Teoria histórica da Arquitectura.

Verificou-se então que se estava a processar um salto brutal entre a estrutura de 1976 e a estrutura de 77. Esse facto fez que a Escola claudicasse bastante”.¹⁸

Sobre a *Estrutura 77* surge, para complicar, a necessidade, de uniformização dos planos de estudos das duas escolas de arquitectura do país sendo que, para o efeito, é criada uma Comissão Nacional Interuniversitária¹⁹ e pedido um parecer do Conselho Científico da ESBAL o qual recai sobre Frederico George – que se encarrega de elaborar uma Proposta com esse propósito. Esta é depois apreciada por um grupo de individualidades²⁰ de onde sobressai Augusto Brandão, que a revê,²¹ sendo por fim criada uma estrutura reformulada para o ano de 1978 sem ligação com as demais:²² “um passo intermédio entre uma estrutura [*Estrutura 76*] e a outra [*Estrutura 77*].”²³

¹⁸ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

¹⁹ “Com o objectivo de coordenar as reestruturações em curso, no dia 7 de Janeiro de 1977, o Estado central publicava um despacho com o qual criava a Comissão Científica Interuniversitária de Arquitectura. Pretendia-se, com a referida comissão, criar uma plataforma partilhada pelas Escolas de Arquitectura do país criando, por um lado, condições para se promover uma efectiva troca de experiências e, por outro lado, fazer emergir uma estratégia e objectivos comuns para a reformulação do ensino da arquitectura em Portugal.” PAULINO, Raquel. *O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*. Porto: Universidade do Porto, 2013. Tese de doutoramento. pp.485-486.

²⁰ Duarte Castel-Branco, Augusto Brandão e José Pedro Martins Barata. Cf. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. *Resumo das Actividades Desenvolvidas Pela Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura*. 11 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL].

²¹ Um exemplo: “Dever-se-á pois simplificar o curso e passar algumas das disciplinas para cursos de ‘post-graduação’ (anexo um mapa com um curriculum que deverá ser a estrutura do curso).” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior. ESBAL, 10 Julho de 1978. [Fundo FAUL].

²² A Escola do Porto recusa uma uniformização através desta via. Cf. PAULINO, Raquel. *O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*. pp.534-540.

²³ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.67-68.

Nova questão difícil, para além da falta de cobertura docente (relacionada com a dita ambição dos planos de estudo), é a falta de preparação dos potenciais docentes.

A falta de professores é, de facto, um dos maiores problemas deste período; e, como vimos, em 1976/77 há um grande número de alunos interessados em iniciar o seu curso.

A este respeito lembramos que os estudantes mais velhos – por exemplo, os alunos de 1969/70 e 1970/71 – estariam respectivamente no 5º e 4º anos no ano de 1975/76 (1976) (descontando a interrupção do ano de 1974/75). Se os alunos do 6º ano da Reforma de 57 seriam de imediato considerados diplomados sob esse mesmo modelo pedagógico, os alunos do 5º ano tinham até Novembro de 1976 para se diplomar, ainda sob a Reforma de 57, o que também lhes dava uma vantagem compensatória. Já os alunos do 4º ano têm como opção formar-se em 1976/77.²⁴ Em conclusão: com a interrupção das aulas há uma espera, e, a partir de 1977, gera-se um grupo assinalável de alunos recém-formados. Este conjunto de potenciais docentes está em condições de ser contratado para leccionar, sendo muitos deles convidados para o fazer,²⁵ apesar dos salários pouco atractivos.²⁶ Ao aceitarem, alguns destes alunos, por vezes jovens, terão um papel fundamental na construção pedagógica da Escola. Mesmo assim, a complexidade da *Estrutura 77* advém e converge na contratação de docentes, isto é, não basta contratá-los – é preciso que estes sejam curricularmente adaptáveis para cada uma das novas disciplinas do novo plano de estudos, já de si complexo. Conta-nos Augusto Brandão que não será possível

“contratar e mesmo arranjar docentes que se ocupassem de grande número de disciplinas que nesse momento surgiam pela primeira vez como disciplinas autónomas. Eram disciplinas para as quais

²⁴ Para esclarecimento, consultar Figura 20 [capítulo 2] (Esquema de transições da Reforma de 1957 para a Estrutura de 76) ou Anexo XXVI do capítulo 2 (“Esquema Indicativo das Transições dos Vários Anos da Reforma de 57 para a Estrutura de 76”. Incluso no Boletim de Inscrição de José Manuel Fernandes. Ano lectivo de 1975/76. 23 de Março de 1976). Note-se que este último esquema já é revisto à luz do Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro.

²⁵ Exemplos: João Luís Carrilho da Graça ou José Manuel Fernandes.

²⁶ Conforme entrevista a Filipe Sousa Pinto (2014.03.30), o qual foi convidado.

não se conseguiam arranjar docentes com conhecimento científico para ocupar os seus lugares. Muitos tiveram de ser formados e reciclados para entrarem para a Escola.”²⁷

Para agravar, as condições de acomodação do Convento de São Francisco estão em muito mau estado [Figura 23], condições essas contrárias à sua qualidade



Figura 23 Pátio da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (hoje Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa). Fotograma de reportagem RTP datada de 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP]

arquitectónica e espacial.²⁸ Augusto Brandão queixa-se de que, estando o Departamento instalado no 2º andar, e tendo tido obras em 1971, estas não terão abrangido uma parte que teria sido ocupada pelo INIC [Instituto Nacional de Investigação Científica], agora desocupada para benefício da Escola, e que, no momento, essa área

“Não tem iluminação conveniente, os fios eléctricos encontram-se suspensos nos corredores; as paredes estão cheias de buracos e o espaço em que se encontra é extremamente subdivido” e ainda “os mosaicos estão quebrados”.²⁹

Em 1978, Augusto Brandão é já presidente do Conselho Directivo. As carências orçamentais são problemas que habitualmente Brandão tem iniciativa de resolver com insistentes pedidos de patrocínios, bolsas, etc.,

²⁷ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67. Para uma definição de “reciclagem”: “formação complementar dada a um trabalhador para que se mantenha atualizado quanto aos mais recentes avanços (técnicos, científicos, etc.) a sua área de actividade”. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/reciclagem>

²⁸ “De fundação medieval, o Convento de S. Francisco da Cidade foi um dos grandes conjuntos arquitectónicos da Lisboa moderna, com reconstrução manuelina, e importantes campanhas no período barroco. Parcialmente destruído pelo Terramoto de 1755, pôde ainda receber no seu espaço importantes instituições como a Biblioteca Pública e a Academia de Belas Artes, que deu origem à actual Academia e à Faculdade.” CALADO, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade. Subsídios para uma monografia*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000. [Contracapa].

²⁹ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 11 de Dezembro de 1979. [Fundo FAUL].

designadamente a instituições.³⁰ A sua gestão neste campo vai, aliás, ser um dos aspectos por detrás da positiva evolução da Escola. Para já, quanto ao problema do espaço, insiste com as instâncias governamentais (como é o caso da citação acima, inclusa em carta enviada ao Director-Geral do Ensino Superior) onde acrescenta que está já desenvolvido um estudo para a ampliação da Escola para

“um vazio do Convento que abre sobre o Largo da Biblioteca. Esta ampliação poderia ter uma área horizontal de cerca de 800m², e uma área bruta de 4.000m² (5 pisos)”. Já o “custo estimado dessa obra, bem como dos melhoramentos internos no 2º andar, rondaria os 50.000.00\$00 (cinquenta milhões de escudos)”.³¹

As “restrições orçamentais recentemente impostas pelo Governo”³² inibem, de sua vez, o aluguer de uma máquina fotocopiadora. Voltando ao ano de 1976, o Departamento alugara uma Rank Xerox “de alto rendimento, que só começa a ser compensador a partir de algumas dezenas de milhar de cópias mensais”;³³ esta máquina será, entretanto, substituída.³⁴ Afinal, tratava-se de um instrumento pedagógico vital para a Escola.³⁵ No mesmo espírito, Frederico George, ainda em 1976, relembra e tomava providões sobre o Centro de Documentação:

“No sentido de dar satisfação à disposição da Estrutura 76 que requer um Centro de Documentação, o Conselho Directivo do

³⁰ Por exemplo: a 12 de Junho 1979 vai fazer um pedido ao Instituto de Cultura Portuguesa para que o seu assistente João Luís Carrilho da Graça frequente o 21º Curso Internacional de História de Arquitectura efectuado pelo Centro Internacional dos Estudos de Arquitectura (em Itália) com o título “Paládio[sic]. Conceito da Antiguidade. Tratado. Desenhos.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Instituto de Cultura Portuguesa de 12 de Junho de 1979. [Fundo FAUL].

³¹ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 11 de Dezembro de 1979. [Fundo FAUL].

³² BRANDÃO, Augusto. Carta à Administração da Rank Xerox de 3 de Janeiro de 1979. [Fundo FAUL].

³³ *Idem.*

³⁴ Cf. BRANDÃO, Augusto. Ordem de Serviço de 23 de Abril de 1979. [Fundo FAUL].

³⁵ “Não havia livros de arquitectura e os que havia eram caríssimos. Então eu consegui negociar um contrato com a Xerox que, na altura, era o grande implementador de fotocópias. Eles puseram lá a máquina e só cobravam os tinteiros. E nós conseguimos arranjar, também, o papel de borla, e vendíamos livros de arquitectura, aos estudantes, a preço de custo. Por exemplo, se na altura um livro custava 50 euros, nós vendíamos por dois ou três euros, as fotocópias.” Entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15), membro da primeira Associação de Estudantes da Escola.

Departamento de Arquitectura, para dar cumprimento a uma primeira fase de trabalhos, determina: (...) O Centro de Documentação (...) fica instalado provisoriamente numa sala da antiga Biblioteca; O seu pessoal técnico é constituído pelo menos por uma catalogadora; Tem como objectivos: a longo prazo, apoiar o sistema pedagógico do Departamento de Arquitectura lançando as suas bases de constituição de Biblioteca, Cartoteca, Filmoteca e Hemeroteca; a curto prazo, adquirir, arquivar e funcionar como depósito de material Bibliográfico e Pedagógico”.³⁶

Mais tarde, nos anos 1977 e 1978, verifica-se que, a par do Centro de Documentação, já existe um Centro de Reprodução equipado com uma máquina de xerocópia e uma fotocopiadora heliográfica consertada, e algum material de reprodução fotográfica pertencente ao sector de arquitectura que, tendo estado emprestado ao sector de artes plásticas, retorna; e ainda material novo, comprado para o efeito. São então desocupadas salas do INIC, como já referido, e contratados dois funcionários com dedicação exclusiva, bem como adjudicadas obras de montagem do Centro.³⁷ Estes passos não são de somenos, neste contexto. Augusto Brandão dá conta, mais tarde, da “dilatação no tempo” que foi necessária para se fazer a montagem de “uma série de laboratórios”;³⁸ de facto, a 27 de Agosto de 1979, Brandão envia ao Presidente da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian um “orçamento para aquisição de material de interesse pedagógico,

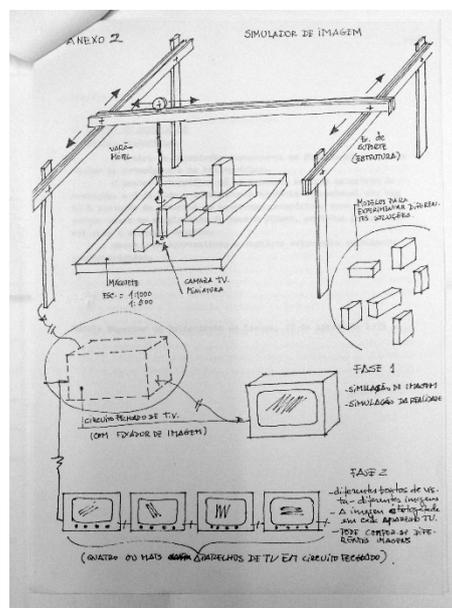


Figura 24 Desenho de “Simulador de Imagem” anexo a pedido de financiamento endereçado à Fundação Calouste Gulbenkian datado de 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL]. [Anexo IV]

³⁶ GEORGE, Frederico. Ordem de Serviço de 26 de Outubro de 1976. [Fundo FAUL].

³⁷ Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa]. Relatório do Conselho Directivo referente ao periodo de 27 de Outubro de 1977 a 28 de Fevereiro de 1978. [Fundo FAUL].

³⁸ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

assim como respectivo pedido de subsídio³⁹ relativos a um Laboratório de Resistências de Materiais (50.000\$00), um Laboratório de Construção e Análise de Maquetes (374.041\$60) e um Centro de Reprodução (Sector fotográfico) (461.000\$00). Esta proposta contém, além de texto, um anexo com um desenho que ilustra um “simulador de imagem” [Figura 24] [Anexo IV]. Trata-se de um dispositivo que funcionaria da seguinte forma: colocar-se-ia uma maquete por baixo de uma estrutura que sustentaria uma mini-câmara a qual recolhia imagens que entrariam num circuito de televisão fechado com o intuito de ser ‘fixadas’ por vários aparelhos externos sob diferentes perspectivas. Seria um sistema complexo que utilizaria a televisão em vez do filme.

No entanto, a Escola não pode ainda suportar inovações já que, entre outros entraves ao bom andamento da sua constituição, mantém-se a gravidade da ausência de alunos e professores nas salas de aula⁴⁰ e outros componentes menos positivos de ordem pedagógica, como veremos na próxima secção. O facto é compreendido e assinalado pelos alunos, nomeadamente aqueles que participam na primeira Associação de Estudantes [AE], cuja reunião inaugural data de 1 de Julho de 1977 [Anexo V].⁴¹ Uns anos mais tarde, de entre outras preocupações, a AE irá discutir com o Conselho Directivo instalações e equipamento, e questões de funcionamento da Escola.⁴² Antes, no entanto, em ambiente ainda relativamente aguerrido,⁴³ recorrerão a eleições. A análise dos diversos folhetos de incentivo à participação e de propaganda (programáticos) informa-nos sobre o seu modo de estar e a sua perspectiva sobre alguns

³⁹ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian de 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL]. [Anexo IV].

⁴⁰ Cf. BRANDÃO, Augusto. *Bases Pedagógicas que presidirão ao ano lectivo de 1977/78*, Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, 6 Janeiro de 1978. [Fundo FAUL].

⁴¹ Cf. Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1977. *Acta da Primeira Reunião Ordinária da Direcção da Associação de Estudantes de Arquitectura a 1.07.77*. [Fundo AEFA]. [Anexo V]. A votação ocorre dias 27 e 28 de Junho de 1977. Cf. [Lista B]. *Programa eleitoral para a Associação de Estudantes. Lista B*. (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP].

⁴² Conforme entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15).

⁴³ Dia 5 de Julho de 1977, por exemplo, é convocada uma reunião para “definir a posição da DAE para um comunicado emitido pelo secretário da UEL do IST em que se fazem graves acusações e caluniam os representantes dos estudantes de Arquitectura nos órgãos de gestão do Departamento”. Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1977. [Fundo AEFA].

dos problemas que atravessam a Escola, bem como outras particularidades – como o seu ainda persistente engajamento político.

Folheto “Apelo (...)” [Anexo VI]

Este folheto⁴⁴ convoca os estudantes a participarem numa RGA [Reunião Geral de Alunos] “para se discutir da necessidade de se avançar imediatamente com o processo tendente à constituição de uma Associação de Estudantes”.⁴⁵

É um folheto particularmente ilustrativo da situação da Escola no que respeita à participação dos estudantes na luta pelos seus interesses: “Comprendemos o alheamento dos colegas. A falta de motivação, a que nos cabem algumas responsabilidades” nomeadamente “no descrédito que destes, progressivamente, tem vindo a merecer as RGA”.

Este folheto informa-nos sobre outras preocupações paralelas dos estudantes: além da falta de aulas e docentes, a “contratação de docentes pelo recurso a ‘critérios’ de amizade”. É a partir deste folheto que tomamos conhecimento de que os alunos elaboram relatórios sobre a prestação de professores no sentido da rescisão dos “contratos dos docentes manifestamente incompetentes”; este “Apelo” revela que estes relatórios são ignorados.

O folheto comunica ainda que o MEIC [Ministério de Educação e da Investigação Científica] envia uma Circular a informar que passa a receber somente o presidente do Conselho Directivo, medida a que os estudantes autores deste folheto se opõem por ver “[contrariados] frontalmente os princípios que se pretendem consagrados na Dec. de Gestão democrática”.

⁴⁴ *Apelo (...)*. Folheto. (s.d.) ca Maio de 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VI].

⁴⁵ “É manifesta a ausência de uma estrutura que mobilize e uma organizadamente os estudantes!” *Idem*.

Lista C. *Lista socialista pela unidade e organização dos estudantes contra o M.E.I.C.* [Anexo VI]

Sob o título “Em que situação estamos?”⁴⁶ este grupo de estudantes refere uma série de dados sobre este período que são dignos de notar. (Relembramos que se trata da perspectiva dos alunos).

- “Arquitectura esteve fechada durante dois anos”
- “Não existe qualquer plano de estudos efectivo e discutido pelos estudantes. Os conteúdos das cadeiras não são estáveis”
- “Não há qualquer critério para a contratação de professores através de concursos, impedida pelos cortes orçamentais do MEIC”
- “Como resultado, há falta de professores, turmas superlotadas, falta de condições pedagógicas”
- “(...) recorre-se ao ‘numerus clausus’ para limitar o acesso à escola”
- “Tenta pôr-se em causa os métodos de avaliação baseados no trabalho de grupo e na avaliação contínua”
- “Procura voltar-se aos exames, intensificam-se os ritmos de estudo”
- “Insinua-se a reintegração de professores saneados”
- “O nosso curso, apesar de oficializado, não é reconhecido pelo Sindicato dos Arquitectos”

É uma lista que se apresenta muito comprometida politicamente:

“O nosso lugar é ao lado dos trabalhadores contra a política deste governo que traiu as esperanças de milhares e milhares de estudantes e trabalhadores que nele confiaram. O nosso lugar é lado a lado com o Movimento Operário, contra o governo que reprime os trabalhadores e ajuda os patrões e se submete ao Eanes, ao PPD e ao CDS”.⁴⁷

⁴⁶ [Lista C]. *Programa para a AE de arquitectura. Lista socialista pela unidade e organização dos estudantes contra o M.E.I.C.* (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VI].

⁴⁷ Ainda a propósito do comprometimento político, os estudantes comunistas emitem, entretanto, um Comunicado (assinado pelo “A célula da UEC de Arquitectura”) no qual acusa a lista ganhadora de ser “de uma formação partidária – a UDP” a levar a cabo uma “política de alianças, claramente oportunista, com os sectores mais reaccionários da escola”. O Secretariado da UEC de Arquitectura. *Comunicado*. 18 de Maio de 1977. [Arquivo FSP].

Lista B. *Por uma Associação Democrática que Defenda os Interesses dos Estudantes* [Anexo VII]

No seu programa,⁴⁸ a lista B faz uma revisão muito completa dos acontecimentos passados referindo, desde logo,

“a greve de solidariedade para com as outras escolas da Academia em luta, desencadeada em fins de 1968 até às lutas que visavam directamente o conteúdo do ensino e os seus métodos de selecção – como a luta pela reestruturação do curso de Arquitectura em 1970 (...) – passando pelas tentativas de imposição, na prática, dos direitos de livre reunião e informação”.

Vários trechos são bastante elucidativos quanto a uma aversão relativa ao período anterior e alguns dos seus protagonistas: quando esta lista refere os saneamentos de professores utiliza frases como “odioso director Correia e uma parte dos seus serventuários”.

O texto descreve, em jeito de balanço, que, imediatamente após o 25 de Abril, “se fez sentir a ausência de um fio condutor que unisse os estudantes no mesmo caudal”. A prosa integra ainda informação da proposta do MEIC (de que aqui já falámos) de nomeação de três arquitectos para levarem a cabo a reestruturação do curso, a qual tinha sido recusada pelos estudantes, que subsequentemente se organizam numa “Comissão de Luta” (a composição da Lista B), “conseguindo, em pouco tempo, pôr a escola a funcionar através do recurso a arquitectos e outros profissionais – impondo ao MEIC o sistema da avaliação e passagem de ano aprovado pelos estudantes”.

Admite, por fim, que “não conseguiu materializar esse apoio em organização”. E prossegue:

“Foi nessa altura que um grupo de ‘amigos’ dos estudantes apareceu com a ‘Estrutura 76’, uma reforma já feita em 1971⁴⁹ pelo Arquitecto Frederico George para o fascista Veiga Simão,

⁴⁸ [Lista B]. *Associação de Estudantes de Arquitectura. Programa. Lista B. Por uma Associação democrática que defenda os interesses dos estudantes.* (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VII].

⁴⁹ A este respeito, V. capítulo 1.2.

revista e aumentada para russo pela EU‘C’,⁵⁰ novamente revista à europeia por este novo grupo de ‘intrépidos combatentes’ pela abertura da escola. Pondo como única alternativa à *Estrutura 76* o fecho da escola, conseguiram aprovar a proposta, sendo de seguida eleito o actual Conselho Directivo para a pôr em prática, Conselho este que, mais não tem feito do que submeter-se fielmente a todos os ditames do MEIC.”

Refere ainda a existência de um “Decreto de Gestão” e o impedimento “por ordem do MEIC” da “entrada dos candidatos ao 1º ano”.

Quanto ao “Decreto de Gestão” do MEIC, informa que este vem

“retirando o poder deliberativo às AGEs atribuindo-o a uma Assembleia de Representantes e a um Conselho Directivo não eleito pelos estudantes e criando outros órgãos como o Conselho Científico (...) e o Conselho Pedagógico.”

Acrescenta que o Conselho Científico está a “remodelar o curso, sem que a maioria dos estudantes tenha tomado conhecimento disso” e, quanto a uma primeira realização de eleições para a Assembleia de Representantes, a incorporação, nas listas eleitorais, de “oportunistas da EU‘C’”.

Refere, por fim, que a Portaria sobre a avaliação de conhecimentos, a qual tem como finalidade “a abolição do trabalho em grupo, e a atribuição da exclusividade de decisão aos docentes”, não está a ser aplicada em Arquitectura:

“Ela tem variado ao sabor da vontade dos professores. Vêem-se assim disciplinas em que numa turma se fazem trabalhos em grupo, noutra individuais, noutra testes e ainda em algumas turmas a tentativa de marcar as ‘presenças’”.

Ainda neste ponto, este folheto atesta uma “indefinição” e “confusão do ano passado” (1975/76) na questão da avaliação de conhecimentos.

⁵⁰ Cremos que esta sigla significa “Estudantes Unidos ‘Comunistas’”.

Quanto ao *numerus clausus* como nova imposição o MEIC, testemunha que a “Comissão de Luta” terá sido responsável pela união d’“os candidatos” que “impuseram a sua entrada na escola”.⁵¹

Lista A(1). *Por uma associação democrática, independente e representativa – unir e organizar os estudantes* [Anexo VII]

A lista A,⁵² lista vencedora, publica então os seus estatutos com a epígrafe “por uma associação democrática, independente e representativa – unir e organizar os estudantes”. Este grupo de estudantes vem, a partir de 1977, invocar as vantagens de um terreno neutro, alegadamente afastado de forças políticas alheias à instituição escolar. De facto, para lá do seu Caderno programático (estatutos), num folheto de propaganda, apesar de afirmarem que propõem “quebrar o isolamento dos estudantes da escola em relação à luta mais geral que o povo trava por uma sociedade socialista”, referenciam muito menos as questões partidárias.⁵³ Certo é que num folheto com o título “Que pretendem os ‘amigos’ da nossa escola”, a lista A acusa a lista C (estudantes comunistas) de “agitar o fantasma de um apoio por parte da UDP”⁵⁴ insistindo, por sua vez, que a sua lista se trata de um “projecto apartidário” e que “tem trabalhado com estudantes cuja conotação ideológica se pode situar próxima de partidos como o CDS, PPD, PS, UDP, e até..., o PCP, que apoiam este

⁵¹ Coloca-se ainda o problema do “elevado preço das refeições” no bar da Escola e a “impossibilidade prática de servir refeições a tão grande número de estudantes”; e ainda o facto de o bar fechar às 18h, não servindo os estudantes do turno da noite; por fim, a necessidade de uma cantina.

⁵² [Lista A]. *Associação de Estudantes de Arquitectura. Projecto de Estatutos. Por uma associação democrática, independente e representativa – unir e organizar os estudantes.* (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VII]. Relativamente à Direcção da AE, sabemos que José Luís Loureiro “participou na elaboração dos estatutos da Associação de Estudantes” tendo sido “sócio fundador da Associação de Estudantes e eleito membro da Direcção” e “destacado para a Secção Pedagógica”. Já havia participado “no processo de dinamização da ‘Estrutura 76’” e “no processo de análise e acertos da ‘Estrutura 76’ da qual resultou o documento convencionado como ‘Estrutura 77’”. *Curriculum Vitae*. Disponível em: http://www.chaia.uevora.pt/pdf/CV_JoseLuisLoureiro.pdf.

Rui Paz Rafael, que entrevistámos, também pertenceu a esta Associação de Estudantes.

⁵³ [Lista A]. *Manifesto eleitoral. Vota A. Associação Arquitectura.* (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP].

⁵⁴ O Secretariado da UEC de Arquitectura. *Comunicado*. 18 de Maio de 1977. [Arquivo FSP].

projecto”. Neste folheto,⁵⁵ a lista A defende as suas intenções da seguinte forma: “Entre os vários projectos, os estudantes só têm de escolher o mais realista e pragmático”. Segundo os próprios, a primeira Associação de Estudantes vai, então, estar enquadrada no esforço de ‘edificação’ da Escola, conjuntamente com a sua Direcção, e não fazendo-lhe uma exclusiva oposição.⁵⁶

Os estudantes candidatos a uma Associação formal e outros simplesmente ainda envolvidos com o funcionamento da Escola estão significativamente atentos às movimentações da Direcção do agora Departamento, e vice-versa. Descreveremos o que acontece quando são, por exemplo, convocados pelos docentes do Conselho Directivo para uma RGA a ter lugar tão cedo quanto Janeiro de 1977 com a seguinte Ordem de Trabalhos (apontamentos de Filipe Sousa Pinto, estudante na altura) [V. quadro abaixo] [Anexo VIII]:⁵⁷

- 1) Balanço do ano lectivo de 75/76.
- 2) Relançamento do novo ano lectivo.
 - Proposta do MEIC de encurtamento do curso de 6 para 5 anos.
 - Ajustes à Estrutura 76.
 - Curso Nocturno.
- 3) Conselho Pedagógico.

Imediatamente quanto à discussão do primeiro ponto se verifica, segundo os apontamentos de Sousa Pinto, um movimento de censura da parte dos estudantes integrados no Conselho Directivo relativamente a docentes da Escola, alguns dos quais também constituintes desse Conselho, como é o

⁵⁵ Um grupo de estudantes. *Que pretendem os “amigos” da nossa Escola*. 7.06.77. [Arquivo FSP].

⁵⁶ Conforme entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15).

⁵⁷ PINTO, Filipe Sousa. Folhas manuscritas. Cinco exemplares. Dezembro de 1976 a Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VIII]. Quando nos referimos aos “apontamentos de Filipe Sousa Pinto” estamos a reportar a um conjunto folhas manuscritas com notas de registo dos primeiros anos da história da Escola em período democrático, nomeadamente de encontros como RGA, reuniões da Associação de Estudantes, preparação de trabalhos escolares, etc..

caso de Augusto Brandão; propõe-se a elaboração de um relatório sobre o decorrer das aulas do ano lectivo de 1975/76 a ser efectuado pelos próprios docentes (totalidade) de modo a poder-se “actuar relativamente a professores” com “informações negativas”.⁵⁸ Sousa Pinto descreve, em maiúsculas, nos seus apontamentos, que outros discentes vêm defender os docentes dessa “actuação”.⁵⁹

A conclusão a retirar deste primeiro ponto de discussão é a de que os estudantes citados (envolvidos com o funcionamento da Escola, etc.) são por demais exigentes e vigilantes.

Relativamente ao ponto dois – relançamento do ano lectivo; proposta do MEIC de encurtamento do curso de seis para cinco anos (entre outras medidas);⁶⁰ ajustes à *Estrutura 76*; curso nocturno – este é aprovado, havendo ainda várias propostas intercalares que são igualmente aprovadas, todas elas relativas a uma nova estrutura para o curso, isto é, ao seu encurtamento, incluído nos “ajustes à *Estrutura 76*”.

Designadamente é aprovada, pelos presentes, a sugestão de “acertos na estrutura de base 3+2 anos (bacharelato/habilitação ensino + licenciatura)” e “1 ano de pós-graduação facultativa em especialidades a definir”.⁶¹ É ainda aprovada, ou sublinhada, uma “manutenção dos

⁵⁸ “Aprovou-se uma moção que censurava o C.D. e além disso estes ficaram encarregues de apresentar um relatório sobre o ano transacto.

Esse relatório seria apresentado até RGDA a marcar (veio a ser escolhido o dia 10.2.77 como limite) e para a sua efectivação os disc. do C.D. insistiram muito para que as turmas entregassem os seus relatórios (desculpando-se com esta falta, para o facto de pouco mais avançarem do que a descrição de alguns factos ocorridos durante o ano). Foi focada a urgência desses relatórios para que se pudesse actuar relativamente a professores (foram referidos: Maria João [Madeira Rodrigues], Maria Clara [Teles Mendes], [Augusto] Brandão e Luís Afonso como pessoas para quem havia já informações negativas).” *Idem*.

⁵⁹ “Logo aqui houve necessidade de os alunos manifestarem que questões relativas a professores só deveriam ser discutidas em RGDA e na presença deles (parecia que os discentes do CD queriam levar dali um voto contra essas pessoas).” *Idem*.

⁶⁰ Outras medidas incluem a “criação de cursos de pós graduação” e a observância de determinados preceitos de passagem de ano dos alunos de 4º, 5º e 6º anos. *Cf.* (s.n.). [Direcção-Geral do Ensino Superior] Memorando. Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 24 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]. [Anexo X]. De acordo com os apontamentos de Filipe Sousa Pinto, “o CD devia responder” ao Memorando, e da sua resposta dependia “a homologação e reconhecimento do ano 75/76”.

⁶¹ Diz-nos Sousa Pinto: “Esta proposta veio dos disc. do C.D. e basicamente constitui aquilo sobre que o MEIC veio a fazer o último despacho”. Sabemos que as decisões desta RG vão estar inclusas num “plano” do Departamento a ser entregue na Direcção Geral do Ensino Superior, o qual seve de base ao officio de três de Fevereiro de 1977 que sanciona o novo modelo pedagógico de 1976/77. *Cf.* Direcção-Geral do Ensino

parâmetros da estrutura 76 nomeadamente o ensino integrado e a avaliação contínua.” Acresce, para o efeito,

“uma moção repudiando de antemão qualquer desrespeito pela Estrutura 76 que se venha a verificar no trabalho de feitura dos acertos, nomeadamente no que respeita ao ensino integrado e à avaliação contínua.”⁶²

Em conclusão, os estudantes exigem que se mantenham os parâmetros da estrutura de curso para os quais foram chamados a contribuir em 1976 (*Estrutura 76*), e que quaisquer revisões para 1977 mantenham o seu original grau de envolvimento.

O ponto três, acerca do Conselho Pedagógico, é aprovado “após muita discussão”, ficando decidido que:

“Os acertos de pormenor serão feitos por: CP [Conselho Pedagógico] + Delegados de turma + Assistentes interessados + Grupos de trabalho já constituídos”.⁶³

Por fim, conta-nos Sousa Pinto, enquanto estudante comprometido (embora não enquadrado e nenhuma força política ou lista) “aprovou-se ainda um calendário que dizia [V. quadro abaixo] [Anexo VIII]:”

-) notas até 27.1.77
-) inscrições provisórias entre 24.1 e 5.2.77
-) organização de turmas 7, 8, e 9.2.77
-) início das aulas 10.2.77

Superior. Ofício ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 3 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo X].

⁶² PINTO, Filipe Sousa. Folhas manuscritas. Cinco exemplares. Dezembro de 1976 a Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo VIII].

⁶³ Com efeito, segundo os mesmos apontamentos de Sousa Pinto, as atribuições do Conselho Pedagógico são polémicas; é nomeadamente questionado pelos alunos reunidos em RGA por quem deverão ser feitos os acertos de pormenor de uma nova estrutura curricular para 1977 – se com ou sem os “assistentes interessados”. Vejamos o que acontece num outro documento, desta vez dactilografado, com o título “Proposta de Emendas e Adendas à ‘Estrutura 76’”: este propõe um “Estatuto Interno do Departamento de Arquitectura” que estabeleça “os órgãos internos do departamento”, nomeadamente uma “Assembleia Geral de Departamento (...) constituída por todos os docentes, estudantes e pessoal técnico” à qual se atribua a definição “das linhas de orientação da escola” e a decisão “sobre todos os problemas importantes que a ela digam respeito”. Segundo este documento, o Conselho Pedagógico deveria ser formado “por dez elementos dos estudantes e dez dos professores, eleitos em AGD [Assembleia Geral de Departamento]”. Cf. Um grupo de estudantes. *Proposta de Emendas e Adendas à “Estrutura 76”*. (s.d.) ca 1976. [Arquivo FSP].

Este último quadro ajuda-nos a traçar uma cronologia relativa à constituição de uma escola.

Outras notas de Sousa Pinto são fundamentais para crer que haja uma preocupação conjunta (docentes e discentes) relativa aos assuntos da Escola. Por exemplo, a respeito de uma RGDA a que já aqui fizemos referência, de 16 de Março de 1977,⁶⁴ é sugerida, novamente por apontamentos de Filipe Sousa Pinto, a elaboração de um relatório por parte de Augusto Brandão,⁶⁵ um dos personagens mais relevantes na Direcção da Escola nestes anos [Apêndice X], o qual refere que não se conseguiu a fórmula do *ensino integrado*, bem como é obviamente impossível a data determinada para início das aulas (10 de Fevereiro de 1977), que já tinha sido ultrapassada em larga medida, entre outros dados importantes.

Uma transcrição *ipsis verbis* dos apontamentos de Sousa Pinto inclui [V. quadro página seguinte] [Anexo IX]:

⁶⁴ Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Relatório do Conselho Directivo do Ano Lectivo 1975/76. 16 de Março de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo III].

⁶⁵ Por motivo de coincidência entre os apontamentos de Sousa Pinto [Anexo IX] e o documento “Relatório do Conselho Directivo do ano lectivo 1975/76” [Anexo III], cremos que este último tenha sido uma comunicação do Conselho Directivo aos alunos, pela voz de Augusto Brandão, daí dizermos que já foi feita a referência a uma RGDA de 16 de Março de 1977.

TRANSCRIÇÃO DE APONTAMENTOS DE SOUSA PINTO - 1977

Relatório C.D. [Conselho Directivo] – Brandão

departamento está criado

C.D. está eleito

orçamento p/ escola

concurso p/ assistentes

abertura MAR 76

Reprodução documentos

Centro Documentação

Inst. Alta Cultura

fez-se muito

cometeram-se erros

não se conseguiu a integração do ensino

esforços p/ 3º ano dar habilitações

integração na U.T.L.

C.P. [Conselho Pedagógico]

C.C. [Conselho Científico]

plano de estudos “memorandum”

Em conclusão, verifica-se aqui, de novo, que os alunos que acompanham as ocorrências na e através da Direcção da Escola têm a sua voz.

Esta última transcrição é, de facto, uma boa síntese de questões resolvidas e por resolver justamente à medida em que vão surgindo. Mas não são só alunos individualmente quem toma nota delas. A primeira AE é activa a nível editorial; praticamente um mês depois da sua eleição, vai editar o n.º 1 do Jornal “Perspectiva” [Figura 25] onde, entre outros apelos de ordem geral e prática, defende a

“necessidade de (...) assegurar (...) a formação adequada de quadros qualificados, assegurando as indispensáveis condições para a prática da investigação científica, libertando os docentes da necessidade de, por motivos de natureza financeira, recorrerem ao exercício cumulativo de actividades estranhas às faculdades, através de uma política coerente de reajustamento de remunerações que contemplem e justifiquem uma mais efectiva dedicação daqueles à causa do ensino.”⁶⁶

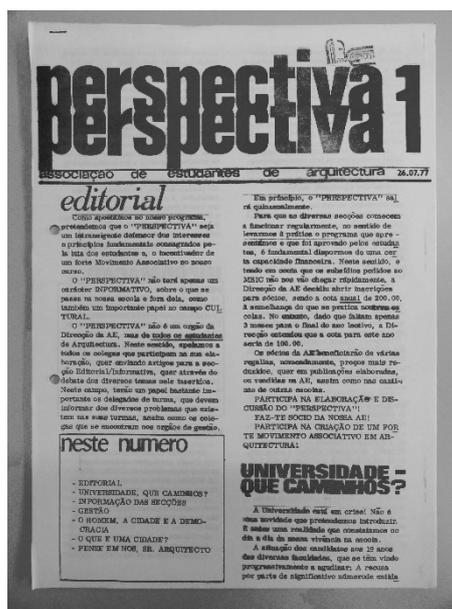


Figura 25 Jornal “Perspectiva” n.º 1. Associação de Estudantes de Arquitectura. 26 de Julho de 1977. [Arquivo AEFA]

Em síntese, os estudantes querem crer que os professores se ausentam da Escola por não terem um suporte financeiro que lhes sustente, entre outras funções, a “prática da investigação científica”.

Este Jornal comprova e documenta uma série de outros factos sobre o decorrer das actividades da Escola, destacando a primeira Assembleia de Representantes, a 18 de Julho de 1977. Segundo o “Perspectiva”, os objectivos desta Assembleia são a eleição da mesa, que não oferece contestação, e uma nova constituição para o Conselho Directivo, a qual

⁶⁶ Associação de Estudantes de Arquitectura. *Perspectiva 1*. 26.07.1977. [Arquivo AEFA]. Depois do Jornal “Perspectiva” serão editados alguns números do Jornal “Esquicho” (desde Dezembro de 1981).

gera controvérsia, já que “o C. Directivo devia ser composto pelo maior número de elementos possível” devendo existir

“o máximo de discussão dentro do C. Directivo, para que a gestão do Departamento não recaia numa ou duas cabeças e que o resto do Departamento seja obrigado a ‘acertar o passo’, pelo capricho ou desvanio das decisões, que essas mesmas cabeças ditem.”⁶⁷

A relação entre a AE e a Direcção da Escola será tão estreita e perdurará tanto quanto for do interesse de ambas as partes, como nos conta Rui Paz Rafael, membro da primeira Associação, ao relatar as reuniões com o Conselho Pedagógico:

“Havia o Florindo (...), que era colega de curso, o Francisco Xavier e o Fausto. Tínhamos um grupo de trabalho e fazíamos todos parte da Associação. Fazíamos ora trabalhos para a Escola, ora para a Associação. Foi uma experiência, uma carreira política. (Não faço parte de nenhum partido político, nunca fiz). Nós, nas reuniões com o [Conselho] Pedagógico, ficávamos os três em bloco. Não nos conseguíamos conter: eram umas reuniões engraçadas. Havia muita luta política no meio daquilo tudo. A Escola esteve fechada; nós queríamos implementar um curso de qualidade. Tínhamos correspondência com Faculdades de todo o mundo – como é que faziam – para tentar fazer uma reorganização do curso. Depois, a partir daí, tentaram-nos rever o curso, sempre.”⁶⁸

As seguintes AE terão um percurso mais agilizado pelo facto de a Escola vir a estabilizar-se institucionalmente, a pouco e pouco, entre outros factores. Nomeadamente nos anos 80, a Associação de Estudantes desempenhará um papel fundamental para lá das questões de funcionamento e das dores de crescimento da Escola – e terá iniciativas culturais que serão marcantes.

⁶⁷ *Idem*. O Jornal “Perspectiva” n.º 1 documenta ainda que, a este respeito, acaba por prevalecer a vontade do “Prof Brandão” e o Conselho Directivo de 1977 passa a ser constituído por Augusto Brandão, Fernando Conduto (Escultor), Luís Teles (aluno do 4º ano) e Francisco Pimenta (aluno do 2º ano). Cf. Associação de Estudantes de Arquitectura. *Perspectiva* 1. 26.07.1977. [Arquivo AEFA].

⁶⁸ Entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15).

3. 2 Uma construção pedagógica: Planeamento e História da Arquitectura Portuguesa (e os *media*)

A construção pedagógica como alicerce da evolução de uma escola é um dos temas possíveis de se observar nesta tese. Embora o conjunto de variáveis – professores, horários, exercícios, programas, etc. – seja demasiado dispersa, no conjunto de dados e elementos levantados, para que se possa traçar uma constante, esta investigação aponta para três disciplinas, ou, melhor dito, três temas chave, que se desenvolvem neste período: o Planeamento, a História da Arquitectura Portuguesa, e um interesse pelos *media* (meios de comunicação e de estudo alternativos). Estes três caminhos serão abordados segundo testemunhos e exemplos, tendo em conta a caracterização de um Departamento em vias de se consolidar;⁶⁹ os *media* terão particular significado se vistos como um instrumento pedagógico – no sentido de se procurar quebrar a tradição da aprendizagem estritamente magistral e se desenvolver diferentes abordagens comunicacionais para a completar utilizando, por exemplo, o filme.

A questão de haver uma construção pedagógica em anos de indefinições e problemas graves – como a insuficiência das instalações, a falta de cobertura docente ou a inadequação do modelo pedagógico de base – é uma questão que se coloca nestes anos com pertinência, já que sabemos que são formados, em 1976/77, 236 arquitectos; em 1977/78, 181 arquitectos, e em 1978/79, 187 arquitectos.⁷⁰ Aqueles responsáveis da Escola que fizeram um esforço de reabertura vêm-se a braços com a responsabilidade de manter o mínimo de parâmetros para que possam,

⁶⁹ Estamos aqui a considerar o Departamento de Arquitectura como uma entidade autónoma, pese embora o carácter ambíguo da sua constituição, como vimos defendendo nesta tese.

⁷⁰ De acordo com a repartição académica da Faculdade de Arquitectura (informação de 2009) temos, para os respectivos anos, os respectivos diplomados: em 1973, 12; em 1974, 241; em 1975, 118; em 1976, 247; em 1977, 236; em 1978, 181; em 1979, 187; em 1980, 206; em 1981, 243; em 1982, 166; em 1983, 184; em 1984, 187; em 1985, 188; e em 1986, 223. Cf. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II. Dissertação de mestrado. p.15. (Cremos que o facto de haver diplomados antes de 1975/76 terá a ver com questões técnicas, de secretariado, ou serão casos especiais, até porque os anos de 1973/74 e 1974/75 estão ausentes dos livros de pautas da ESBAL, tal como os encontramos no Arquivo Morto da FAUL).

com melhores ou piores condições, oferecer uma formação com o mínimo de qualidade.⁷¹

É desde já observável que, se por um lado a população escolar está pouco preparada,⁷² por outro, os conhecimentos dos professores estão a ser sujeitos a uma “fusão (...) violenta”.⁷³ Assim, as circunstâncias mais elementares não são favoráveis à criação de um projecto pedagógico. Vejamos outras circunstâncias desfavoráveis, como o plano de estudos de 1976/77 – ou a chamada *Estrutura 77*. Trata-se de uma remodelação da *Estrutura 76* de acordo com um ofício, cuja principal medida está explanada num Memorando anexo, o qual vem trazer a “institucionalização duma licenciatura em Arquitectura com a duração de

⁷¹ É importante estabelecer uma amostra dos docentes que participaram no ‘lançamento’ da Escola, nos anos de 1977 a 1979 já que, segundo José Manuel Fernandes, “a nova Escola – que recomeçou em 1976, 1977 – tinha cerca de 10 ou 15 pessoas”. Ainda de acordo com José Manuel Fernandes, estes seriam, além do próprio, António Pardal Monteiro, António Santos Machado, António Barreiros Ferreira, Carlos Antero Ferreira, Carlos Duarte, Clara Teles Mendes, Claudio Spies, Duarte Castel-Branco, Eduardo Manuel Malhado, Francisco da Silva Dias, João Luís Carrilho da Graça, José Lamas, José Troufa Real, Luís Afonso, Manuel Tainha, Maria João Madeira Rodrigues e Rui Barreiros Duarte. Consoante depoimento de José Manuel Fernandes (2018.05.07). Com efeito, estes nomes aparecem em variada documentação. É difícil estabelecer-se um conjunto mais sistematizado (listagem oficial de cada ano e por disciplina) pelo facto de que a informação está dispersa por inventários de diferentes naturezas; ora em programas de cadeiras (datas imprecisas), ora para eleições de órgãos constituintes da Escola (diversas datas), ou em quadros relativos à Caixa Geral de Aposentações (1982), ou listagens para assinalar a entrega de convites para cerimónias de início de ano lectivo (1983/84), para citar alguns exemplos. Não esquecendo Tomás Taveira, Augusto Brandão e o próprio Frederico George, podemos, no entanto, acrescentar ao grupo acima apontado, tendo em conta uma listagem de solicitação de endereço postal para registo na Biblioteca Nacional (já de 1978), nomes como: Carlos da Silva Pinheiro, Eduardo Cansado de Carvalho, Eduardo Figueiredo Lopes, Fausto Amaro, Fernando Conduto, Fernando da Silva Pinheiro, Fernando Guterres, Fernando Schiappa Campos, Joaquim Braizinha, José Lobo de Carvalho, José Valente Ferreira, Mário Krüger, Rui Sousa Cardim, Sérgio Infante e Victor Consiglieri, entre outros. Cf. [Biblioteca Nacional de Lisboa]. Carta à Escola Nacional Superior de Belas Artes de 15 de Março de 1978. [Fundo FAUL].

⁷² Antes do 25 de Abril não era difícil entrar no curso de arquitectura. Podia-se entrar através de transferência de Pintura ou Escultura (que só pedia o antigo quinto ano do Liceu, hoje 9º ano) ou através da Escola de Belas-Artes do Porto. Os alunos militares também tinham vantagens. Depois do 25 de Abril, a entrada em Arquitectura manteve-se com baixo grau de exigência; este vai progressivamente aumentando ao longo dos anos 80. Para esclarecimento sobre as condições de acesso ao curso de arquitectura, Cf. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I. Dissertação de mestrado. pp.48-49; e Volume II pp.21-32.

⁷³ “Quer isto dizer que agora temos um certo número de docentes com idades compreendidas entre os 40 e os 50 anos, outros dos 30 aos 40 e outros dos 20 aos 30. Isto fez que se verificasse uma fusão (um bocado violenta) de conhecimentos, mas permitiu o funcionamento em pleno da Escola, à excepção de alguns casos pontuais.” BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

5 anos” [Anexo X]⁷⁴ – e não quatro anos para bacharelato mais dois anos para licenciatura, como era o caso da *Estrutura 76*. Este ofício, posterior ao Memorando, confirma o seu conteúdo, e acrescenta que a licenciatura em cinco anos oferece “possibilidade de nos dois anos finais existirem duas opções – arquitectura e planeamento”.⁷⁵

1977 é um ano difícil, como vimos de início. Já em 1978, “foi novamente posta à consideração uma nova estrutura que procura essencialmente atingir o passo intermédio entre uma estrutura e a outra.”⁷⁶

As alterações aos planos de estudos vão suceder-se até 1982/83, data a partir da qual sairá uma Portaria que ditará a sua legalização desde o ano de 1975/76 e data a partir da qual basicamente haverá um só plano de estudos que perdurará até 1988/89 [Apêndice VIII].⁷⁷ Esta Portaria – que reporta aos anos de 1975 a 1983 – informa-nos acerca da construção pedagógica sobre a qual nos iremos focar, já que inclui uma descrição dos modelos mais semelhantes aos que foram efectivamente realizados – isto é, contempla não os planos de estudos que foram planeados mas sim os que foram concretizados, ou o mais próximo disso. Verificamos, por consequência, através desta Portaria, uma forma de identidade escolar para estes anos.

Ao referirmo-nos a uma identidade escolar, estamos então a reportar às referidas três áreas ou aspectos: o Planeamento, a História da Arquitectura Portuguesa e o particular interesse pelos *media*. No primeiro caso, trata-se de uma área disciplinar; no segundo, igualmente de uma

⁷⁴ (s.n.). [Direcção-Geral do Ensino Superior] Memorando. Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 24 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]. [Anexo X].

⁷⁵ [Direcção-Geral do Ensino Superior. Ofício ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa]. 3 de Fevereiro de 1977. (Reporta a 2 de Fevereiro de 1977). [Fundo FAUL]. Tal como no Porto, as especializações não vão, no entanto, avante. “Assim as maiores alterações se encontram no 4º e 5º anos em que as disciplinas de apoio a uma especialização em Planeamento foram suprimidas. Assim alterou-se a designação de ‘Especialização em’ por ‘Opção em’”. BRANDÃO, Augusto. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Bases Pedagógicas que presidirão ao ano lectivo de 1977/78. 6 Janeiro de 1978 [Fundo FAUL]. Cf. também *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1979-)*. [Consultado a 2017.09.25]. Disponível em https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/conteudos_service.conteudos_cont?pct_id=23871&pv_cod=57awyHjmGJp7

⁷⁶ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

⁷⁷ Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho.

área disciplinar, mas que, no caso da Escola de Lisboa, extravasou as aulas, como veremos; a terceira, um aspecto não incluso na Portaria, mas que vemos surgir desde estes anos e que nos parece ter um significado para lá do normal, como veremos mais à frente nesta tese.

Antes, foquemo-nos nas aulas de Planeamento. Recorremos a dois testemunhos de professores: as Provas de Aptidão de José Lamas⁷⁸ e a um relatório⁷⁹ de José Troufa Real. Recolhemos também o testemunho escrito de Filipe Sousa Pinto (aluno de Arquitectura de 1972 a 1978) o qual nos transmite a sequência programática das aulas de Planeamento de 4º ano (1977),⁸⁰ bem como o tipo de substância da discussão temática, na época, através dos seus cadernos de apontamentos [V. tabela abaixo (parêntesis rectos da autora)] [Anexo XI]:⁸¹

⁷⁸ LAMAS, José. *Relatório. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado.

⁷⁹ O relatório de Troufa Real está inserido no seu Currículo, disponível na Biblioteca da FAUL sob consulta. REAL, José Troufa. *Curriculum vitae*. Lisboa: FAUTL. (s.d.).

⁸⁰ Estas aulas tinham como docente Joaquim Braizinha.

⁸¹ Estes apontamentos são adaptados. O critério foi a máxima aproximação possível ao original, embora sumariamente. O conteúdo dos parêntesis rectos são apartes.

TRANSCRIÇÃO DE APONTAMENTOS DE SOUSA PINTO - 1977

21.4.77 1

discussão, e apresentação individual sobre a ideia de planeamento (pouca gente se expôs)

26.4.77 2

falta / prof.

28.04.77 3

o que será planeamento urbanístico?

[intervenção de vários alunos; críticas do professor]

- definição / síntese da conversa –

Projecção no futuro: Construção, Ordenação da Sociedade – no enquadramento físico.

Homem (população); Espaço; Tempo; são os elementos

5.5.77 4

[sugestão de leituras]

O Clube de Roma (1972) *Os Limites do Crescimento*

10.5.77 5

- termos e definições.

Urbanologia

Urbanização

Urbanística

Urbanismo.

“em mais de 60 anos a definição sempre a mudar”

12.5.77 6

Não houve / RGA associação

17.05.77 7

arranque para o trabalho

definir um tema único (numa área da cidade de Lisboa).

Plano Director de Lisboa 1965-1976

- *pirâmides etárias*

- *densidades*

- *hectare tipo*

- *unidade de ordenamento*

metodologia PLANDIR

19.5.77 8

- *continuação da metodologia PLANDIR, principalmente aspectos do Hectare-tipo*

proposta de 14 hectares tipo com “viagem” na perspectiva de escolher área objecto de estudo

- *o que é a cidade?*

- *o que é a cidade através do tempo?*

24.5.77 9

Dimensão Oculta, E. T. Hall [citações]

[citações de outros autores]

“levantada a questão polémica” entre construção em altura e construção em extensão

26.5.77 10

[Com a cadeira de Tecnologias]

visita a 4 Hectares tipo

Chiado, Baixa, O. M. Torres, Avenida Estados Unidos da América

31.5.77 11

Suporte físico natural

- *Situação Geográfica*

- *Geologia*

- *Geomorfologia*

- *Pedologia*

- *Biogeografia*

- *Ecologia*

- *Climatologia*

- *Suporte físico artificial -*

- *Populações -*

2.05.77 12

Não houve aula / falta prof.

7.05.77 13

não houve aula / a visita à Icesa demorou tempo demais

14.05.77 14

não houve aula / faltou prof. avisou

21.5.77 15

Trabalho de Planeamento – Renovação urbana

Sul R. da Pedreira, L e Travessa do Figueiredo, C do Galvão e R Gen João de Almada

Nas C. Ajuda

Nor R. Jardim Botânico

Poe/Nor R. Gonçalves Zarco

Trata-se de uma área indicada em zona de protecção de imóveis classificado de M.N. [Monumento Nacional] onde sobressai a Igreja da Memória. [Figura 26]

[Listados os objectivos do trabalho: áreas de ambiente urbano a preservar, áreas de reestruturação do loteamento, grelha de povoamento urbano, etc.. Apontada a necessidade de inquéritos directos]

O P.D. [Plano Director] da cidade (...) constitui base do trabalho a elaborar

Peças a apresentar

Memória justificativa incluindo cálculos e o pretexto de solução adoptada, acompanhada dos sistemas indicativos das condicionantes e comparativos do P.D.

Localização da área em estudo esc. 1:10.000 e 1:25.000

Representação gráfica do inquérito, estado de conservação e utilização diferenciada esc. 1:2000

Planta de apresentação com distribuição dos volumes a construir esc. 1:2000

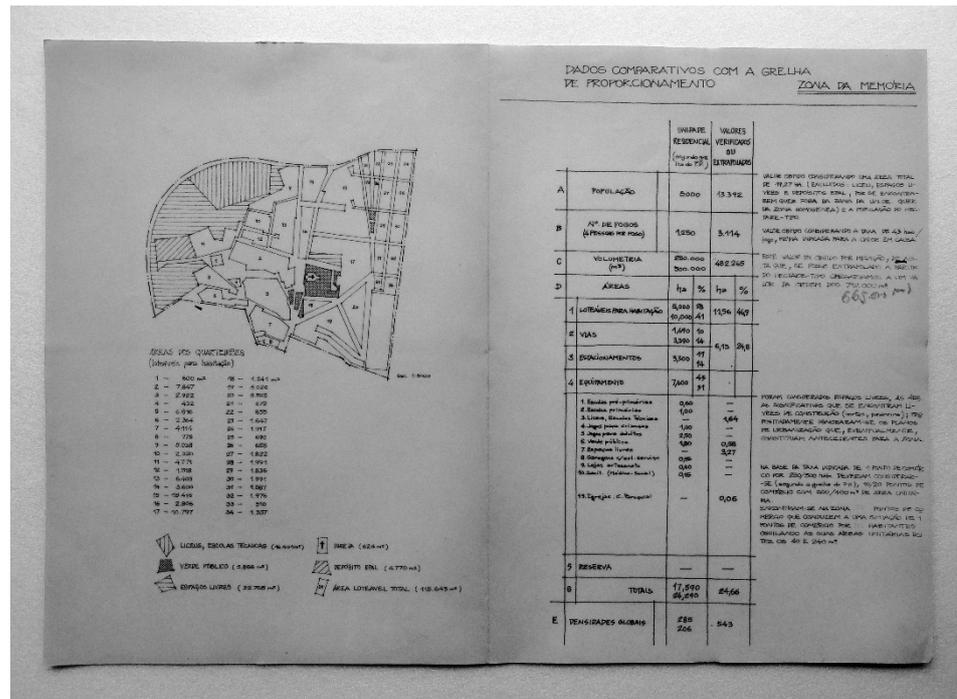
Cortes longitudinais, transversais e apontamentos prospectivos [sic]

Entregas

1ª Fase

Inquérito, análise e interpretação – até às férias

Figura 26 Parte do trabalho efectuado sobre a “Zona da Memória”. “Dados comparativos com a grelha de proporcionamento”. 1977. [Arquivo FSP]



Apesar de estes apontamentos indicarem relativa normalidade para a época, é com consternação que Sousa Pinto encara estes anos (1976, 1977, 1978), do ponto de vista didáctico. Por escrito, começa por apontar todas as “conquistas pedagógicas da experiência 75/76” [Anexo XII],⁸² passando por, num relatório de turma do 3º ano de 1975/76, afirmar, em jeito de crítica:

“Temos a noção de que o ano lectivo de 1975/76 é um ano de arranque sobre dois anos de inactividade de uma reforma de 57 que não servia a ninguém.

Aceitámos uma estrutura aprovada depois de várias tentativas; entendemos hoje que ela foi em muitos pontos atropelada, e, nos que sobraram, quase sempre ignorada. (...)

a) de início eramos duas turmas com dois horários já incompletos de professores.

b) alteraram-se os horários e juntam-se duas turmas sem grandes resultados.

c) professores mudam ou desaparecem: antropologia, sociologia, estática, arquitectura, planeamento.

⁸² Nomeadamente: avaliação contínua; trabalhos de grupo; integração do ensino. Cf. PINTO, Filipe Sousa. *Questões Pedagógicas*. Folhas manuscritas. (s.d.) ca 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo XII].

d) o tema do ano muda com as férias: de Campo de Ourique para o Centro Cívico de Olivais-Sul.

(...)

Posto isto entendemos para o novo ano que:

- se procurem fixar objectivos programáticos e programas objectivos.

- (...) se garanta a informação efectiva aos alunos.

- se resolvam os problemas de equipamento [Anexo XIII].”⁸³

Mais tarde, no início da Memória do seu trabalho de 5º ano (1977/78), vem repetir a apreciação dos anos anteriores, embora demonstrando-se satisfeito quanto ao evoluir do ano lectivo em causa:

“Nos últimos anos, todos os programas de trabalho propostos em quase todas as ‘áreas’, ‘núcleos’, ‘cadeiras’, etc., têm sido sistemática e profundamente desobedecidos, principalmente no que se refere à redução da sua extensão e complexidade.

Este ano também.

Isto demonstra que existe uma dificuldade efectiva em os cumprir, dificuldade que assenta em factores de toda a ordem (pedagógica, material, deficiente formação, inexistência de estrutura, ambição inadequada dos programas propostos, etc.), factores que ainda que muitas vezes referenciados por muita gente desta escola, continuam a ditar as suas leis.

No entanto este ano, com o tema único e a ideia do trabalho de ‘atelier’, conseguiu-se uma aproximação que, não sendo a integração que tanto se tem discutido nesta Escola, pode permitir que (...) se faça apenas um trabalho [Anexo XIV]”.⁸⁴

Há aqui dois factores a ter em conta para a análise deste testemunho.

Primeiro: trata-se de um trabalhador-estudante mais velho, e, no caso, colaborador de um atelier – isto é, alguém com experiência de projecto e

⁸³ PINTO, Filipe Sousa, et al.. ESBAL. Departamento de Arquitectura. 1975/76. Relatório de Turma. 3º Ano – Turma C+D. Folhas manuscritas. Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]. [Anexo XIII].

⁸⁴ PINTO, Filipe Sousa. Memória Descritiva. Trabalho de 5º ano (1977/78). Manuscrito. [Arquivo FSP]. [Anexo XIV].

não um típico aluno sem preparação, como era mais comum,⁸⁵ segundo: o próprio admite que há uma melhoria progressiva de 1976 a 1978.

Porém, mesmo em 1976, vejamos o que nos diz Troufa Real:

“Registou-se uma boa assiduidade quer da parte docente quer da parte dos discentes cuja afluência era, sensivelmente, de 25 a 30 alunos (...), em cada aula”.⁸⁶

Igualmente José Lamas, na sua Prova de Aptidão Pedagógica,⁸⁷ apesar de tecer algumas críticas,⁸⁸ elogia o “entusiasmo” dos alunos,⁸⁹ declarando, na mesma linha, para os anos de 1975 a 1982:

“Posso afirmá-lo porque os vivi. Foram excelentes anos e creio que a formação urbanística terá sido importante e determinante nesse período. Os alunos desse tempo, hoje profissionais já experientes, permitem-me confirmar com prazer e nostalgia essa impressão.”⁹⁰

Apesar da subjectividade desta “impressão”, dois aspectos nos levam a crer na sua verosimilhança: o primeiro é o facto de que o Planeamento, com esse nome ou como *Planeamento Urbano*, é uma disciplina que surge nos planos de estudos com assinalável protagonismo até ao ano de

⁸⁵ V. nota 62 do capítulo 2.

⁸⁶ Relatório das Actividades do ano lectivo de 75/76. Departamento de Arquitectura. Turma A. 3º Ano. In REAL, José Troufa. *Curriculum vitae*. Lisboa: FAUTL. (s.d.).

⁸⁷ O Centro de Documentação da FAUL referencia esta cota como Prova de Aptidão Pedagógica (cota PAS 1.D); na capa da prova vemos inscrito “Concurso Professor Associado”.

⁸⁸ “Certos hábitos adquiridos quer no seu passado escolar, ou na sua vida extra escolar, são extremamente perigosos e mereceriam a atenção de todo o corpo docente do Departamento (...):

- Pouca pesquisa em bibliotecas e centros de documentação;
- Ausência de leituras e de interesse por consultas a livros de carácter técnico. A sua preferência incide mais em obras voltadas para o ‘discurso’;
- Encarar os trabalhos práticos como ‘encomendas’ do docente ao qual se apresenta um dossier exteriormente bem apresentado de conteúdo menos interessante, mas sem que tenha existido a necessária e indispensável discussão e acompanhamento do docente durante a elaboração do trabalho;
- Abuso nos trabalhos práticos do recurso à imagem fotográfica a maior parte das vezes vazia de conteúdo, como meio de avolumar o trabalho e apagar a ausência de estudo correcto e honesto.” LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. p.2.

⁸⁹ “Os alunos demonstram de um modo geral elevado entusiasmo, sendo o nível das frequências da ordem de 60 a 70% da totalidade”. *Idem* p.1.

⁹⁰ LAMAS, José. *Relatório. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. p.11.

1982/83;⁹¹ o segundo é o facto de que os trabalhos escolares com os quais nos deparámos nesta investigação (muitos deles para este período), terem uma forte componente analítica associada ao planeamento, nomeadamente urbano. Com efeito, os temas do senso comum da segunda metade dos anos 70, em Portugal,⁹² eram vulgarmente transportados para a arquitectura sob a forma de urbanismo,⁹³ originando a prática de análise urbanística nos próprios exercícios da Escola [Figura 27] [Anexo XV], ainda que pudesse haver outras aproximações aos mesmos problemas.⁹⁴ Por outras palavras: ao invés de se dar maior importância às fases de edificação ou de execução para obra, para citar

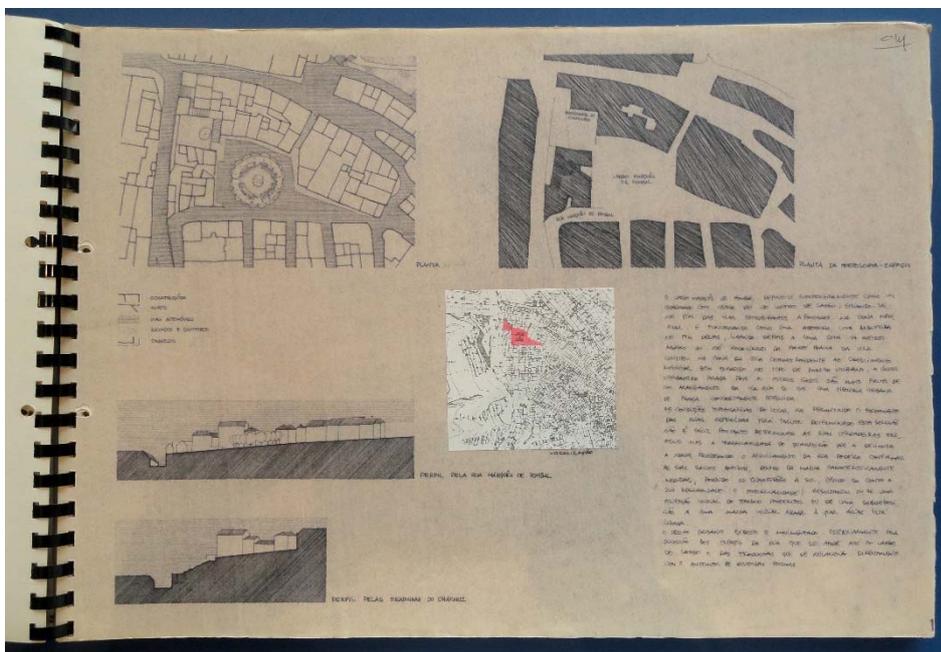


Figura 27 Trabalho escolar intitulado “Palmela. Plano Geral de Urbanização. Praças – Análise – Proposta”. Carlos Silva Lameiro. ESBAL. Planeamento. 4º C. (s.d.) ca 1979. [Fundo FAUL]. [Anexo XV]

⁹¹ Isto acontece tanto nos planos de estudos não regulamentados (tanto quanto se conseguiu apurar) como nos legalizados. [V. Apêndices VII e VIII].

⁹² Aqui, referimo-nos a temas genericamente associados à democratização, nomeadamente a ideia de erradicação das “barracas”, ou promoção de melhores condições de vida para as populações mais carenciadas.

⁹³ Havia um interesse geral, nas universidades, em fazer estudos na área. No fim da década de 1980, a Universidade Técnica de Lisboa tenta organizar um curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano com elementos de outras universidades. Cf. Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa. [Vice-Reitor]. Carta ao presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura de 29 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]. [Anexo XVI]. Ainda em 1976, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas oferecia um curso de especialização em Estudos Urbanos e Regionais. Cf. (s.n.). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Carta à Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura de 20 de Maio de 1976. [Fundo FAUL]. [Anexo XVII].

⁹⁴ Note-se que “Em 1976/77 começa a ser ensaiado o primeiro desdobramento entre Arquitectura e Planeamento como disciplinas optativas do 4º e 5º anos. São também introduzidas novas disciplinas que têm sobretudo a ver com a economia regional, industrial e agrária, relativas, supomos, às alterações políticas em curso no país.” SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II. Dissertação de mestrado. p.71.

dois exemplos, olhava-se sobretudo, ou obrigatoriamente, aos traços mais largos a montante da arquitectura. Isto é relevante na medida em que seria necessariamente deste modo que se processaria a construção didáctica da Escola (enquanto que hoje poderia ser de diferentes modos, por motivos de contexto social, cultural, etc., como dito). Afirmamos, assim, uma aparente importância embrionária do Planeamento, enquanto disciplina autónoma, para a construção pedagógica da Escola.⁹⁵

Igualmente importante será a disciplina de História da Arquitectura Portuguesa – uma peça fundamental para traçar o perfil da Escola, ou uma sua construção pedagógica inicial, já que é uma disciplina nova relativamente ao currículo de 1957 – não existe na chamada “Reforma de 57”. Além disso, surge precocemente – logo na *Estrutura 77*, nos planos de estudos legalizados (ano 1976/77)⁹⁶ – e não deixa de existir pelo menos até ao fim do nosso período de estudo.⁹⁷

Esta disciplina é criada, na prática, em Fevereiro de 1978 (ano 1977/78), tendo como docente José Manuel Fernandes.⁹⁸ Fernandes sublinha como principais motivos da evolução e desenvolvimento da disciplina a seu cargo – a qual designa, nos seus programas pessoais, de *História da Arquitectura em Portugal* – o facto de o interesse orientado para a política, no período pós-revolucionário, vir a ser gradualmente transposto para o tema do património. No fundo, quanto à preponderância da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa, esta terá a mesma

⁹⁵ Planeamento vem, no entanto, a ser eclipsado por Arquitectura, segundo Lamas, logo a partir de 1981, 1982, 1983, ..., já que “nesses anos as temáticas da arquitectura pós-modernista voltavam a entusiasmar os estudantes para o desenho de edifícios, desinteressando-os um pouco do urbanismo”. LAMAS, José. *Relatório. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. p.12.

⁹⁶ É importante lembrar que há uma diferença entre os planos de estudos que foram tentativos e aqueles que foram efectivamente implementados, ou o mais próximo disso, e que é nesse sentido que se projecta a sua legalização. Isto acontece também na disciplina de Planeamento.

⁹⁷ Tem apenas um interregno no ano de 1981/82, confirmado nos planos de estudos legalizados, por motivo da prevalência da disciplina de História da Arquitectura de 5º ano a pretexto de um trabalho de campo sobre a recuperação da vila de Mértola, adiante mencionado. Conforme depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.05.15). A partir de 1983/84 a disciplina é incluída no 5º ano o qual está desdobrado em três opções vocacionais, fazendo parte de todas elas.

⁹⁸ Fernandes havia de ser proposto por Manuel Tainha, seu ex-professor da cadeira de ‘Projecto’, a Augusto Brandão, logo após finalizar o curso, em 1977. Conforme depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.05.15).

proveniência da de Planeamento – a auto-reflexão em que o país está emergido.

Em segundo lugar, de novo segundo Fernandes, seria por o país ter poucos recursos que estaria mais orientado para conhecer a sua própria História.

Em terceiro lugar, o docente afirma como factor de impulso da disciplina o facto de que haveria um grande desconhecimento sobre a arquitectura e cultura portuguesas na época.⁹⁹

A disciplina de História da Arquitectura Portuguesa virá a ter uma relevância particular na história da Escola. Será através do estudo da História da Arquitectura Portuguesa que o corpo escolar tomará atenção a temas desde a história da contemporaneidade à identidade própria nacional.¹⁰⁰ Este factor abrangente fará ainda parte da tendência da Escola em escolher tópicos relativos à cultura portuguesa e suas características, propagação, sobrevivência, para encontros de reflexão sobre o património luso-brasileiro, como veremos adiante nesta tese.

Antes, como testemunho desta disciplina, notemos, em particular, o trabalho de José Manuel Fernandes à frente da cadeira. Estando ligado à revista *Arquitectura*, vai fazer o exercício de publicar trabalhos de grupos de alunos das suas turmas na revista.

Encontramos quatro temáticas assinaláveis. Em primeiro lugar, tendo em conta que o docente havia obtido uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian (1979-81) para desenvolver investigação acerca do “Aparecimento e Desenvolvimento da Arquitectura Moderna em Portugal”, destaca-se o tema do Modernismo – que é lançado na Escola ao longo dos três anos lectivos de 1977/78 (3º e 4º ano), 1978/79 e 1979/80 (4ºs anos), e é publicado em quatro números da revista.¹⁰¹

Entretanto ainda é promovida, sob inspiração de Tomás d’Eça Leal (então aluno), a temática do “Património em Perigo” a qual vem, também

⁹⁹ Conforme depoimento de José Manuel Fernandes (2018.05.07).

¹⁰⁰ A título de exemplo, no seu Programa para o 4º ano do ano lectivo de 1980/81, José Manuel Fernandes coloca como sétimo tópico o seguinte: “Ressurgimento da ‘Arquitectura Moderna’ nos anos 50: a escola do Porto, influências, exemplos.”

¹⁰¹ Referimo-nos aos n.º 132, de Março de 1979; n.º 133 de Maio de 1979; n.º 137 de Julho/Agosto de 1980 e n.º 138 de Outubro de 1980, todos eles com uma secção intitulada “Panorama da Arquitectura Modernista em Portugal” ou “Para o Estudo da Arquitectura Modernista”.

Figura 28 Página de artigo na revista *Arquitectura* com o título “De Alcântara ao Cais do Sodré – História do Porto ou um Porto com histórias (I)”. 1980.



ela, originar “sucessivos artigos com temas concretos seleccionados, com alguma continuidade nos sucessivos números da revista *Arquitectura*”.¹⁰² Entre os trabalhos editados, encontramos por exemplo um exercício de análise histórica com o subtítulo “Trabalho efectuado para a cadeira de História da Arquitectura em Portugal da ESBAL, no ano lectivo de 1978/79” [Figura 28].¹⁰³

Já em 1980/81, José Manuel Fernandes ‘lança’ um estudo da coordenação geral da ESBAL¹⁰⁴ com a Câmara de Mértola,¹⁰⁵ referindo-se mais tarde a essa colaboração como uma “experiência inovadora”:

“‘Arquitectura’ tem o gosto de apresentar uma série de documentos que ilustram a intervenção proposta para a Vila Velha de Mértola, resultado de uma experiência inovadora no campo da recuperação: a colaboração directa entre o Departamento da Escola de Arquitectura da ESBAL e a respectiva Câmara Municipal, visando o levantamento e projecto

¹⁰² Depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.05.14). Podemos encontrar trabalhos de alunos sob esta secção (“Património em Perigo”) nas revistas *Arquitectura* n.º 135, de Outubro de 1979 (Pavilhão da Exposição Agrícola de Lisboa de 1984, por António Magalhães Baião e Cândido Chuva Gomes; e Teatro do Ginásio, por Carlos Marques, Luísa Góis e Vítor Poço de Melo); n.º 136, de Fevereiro de 1980 (Avenida 24 de Julho, 70, por José Gabriel de Oliveira Diogo; Lazareto de Porto Brandão, por Teresa Simões e Carlos Ruas; e Tobis Portuguesa – Reabilitação, por Ana Pinto e Teresa Almendra); n.º 137, de Julho/Agosto de 1980 e n.º 138 de Outubro de 1980 (Porto de Lisboa, publicado em duas partes, referido na nota abaixo). Ainda no n.º 138 foi publicado um artigo sobre a Garagem Auto Palace, por Vítor Mestre; finalmente no n.º 141, de Maio de 1981 foi publicado um artigo sobre o Real Mosteiro de Maceira-Dão, por Carlos Almeida Marques.

¹⁰³ SANTOS, Maria Helena Marcelo Ribeiro dos; BRITO, António Manuel Freire de. De Alcântara ao Cais do Sodré – História do Porto ou um Porto com histórias (I). *Arquitectura*. 1980, n.º 137, pp.26-32.

¹⁰⁴ O trabalho de investigação sobre Mértola foi ‘lançado’ no 4º ano de História da Arquitectura Portuguesa, juntamente com outros professores. Por exemplo, teria o envolvimento do professor Manuel Tainha, à frente da cadeira de ‘Projecto’ do 5º ano. Conforme depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.05.14).

¹⁰⁵ (s.n.). Mértola. Uma experiência de recuperação arquitectónica e urbana. *Arquitectura*. 1984, n.º 153, pp.28-53.

de reabilitação de todo o conjunto construído daquela vila do Guadiana [Figura 29].”¹⁰⁶

Este projecto vem ao encontro da prévia ambição do *ensino integrado* e outros valores da *Estrutura 76*: inclui as três áreas nucleares de história, planeamento e arquitectura; fomenta a relação da Escola com o exterior.

Nomeadamente sublinha a possibilidade do trabalho conjunto entre Escola e autarquias, ou a essencialidade do ‘trabalho de campo’ – um aspecto à época

inovador, naquele contexto. Será, pois, um dos exercícios que vale a pena mencionar como prova das possibilidades da Escola por esta altura, a qual está, segundo a mesma revista (edição posterior), a superar-se através de um “Salto Qualitativo”.¹⁰⁷

Seguidamente teremos ainda como tópico lançado nas aulas de História da Arquitectura Portuguesa na ESBAL, e reflectido na *Arquitectura*, “Lisboa e as Avenidas” – o qual se concretiza em número duplo (n.ºs 138 e 139); mas é por fim o tema “O Eléctrico e a Cidade”, que resulta também em trabalhos publicados na revista *Arquitectura* – desta vez já sob a forma de *Arquitectura Portuguesa*¹⁰⁸ – que demonstra visivelmente a forte relação investigação-publicação. Participam nesta edição, além de José Manuel Fernandes: Vítor Mestre, Jwov Basto, Jorge Gaspar, Tomás d’Eça Leal, João Paciência, Júlio Teles Grilo e António Marques Miguel. Enfim, falámos atrás sobre as dificuldades em montar uma escola. Vemos também como alguns entraves vão sendo tomados em conta para efeitos pedagógicos, de acordo com testemunhos recolhidos. Por exemplo, retomando a disciplina de Planeamento: embora José Lamas

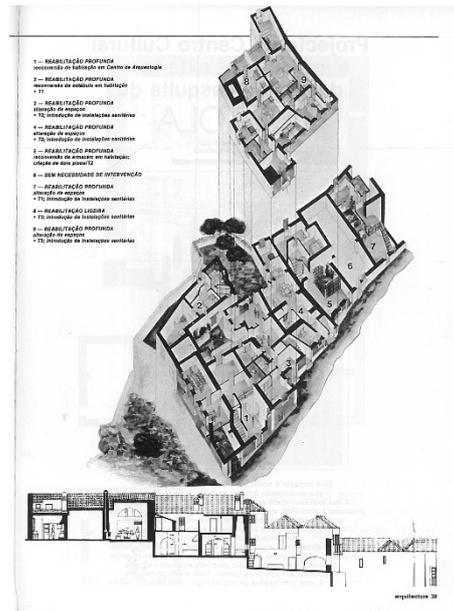


Figura 29 Página de artigo na revista *Arquitectura* com o título “Mértola. Uma experiência de recuperação arquitectónica e urbana”. 1984.

¹⁰⁶ *Idem* p.29.

¹⁰⁷ Trata-se do título de um artigo. Cf. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.61.

¹⁰⁸ (s.n.). O Eléctrico e a Cidade. *Arquitectura Portuguesa*. 1985, n.º 1, pp.19-44.

seja insistente numa actualização e uso de “textos ou documentos de orientação científica ou pedagógica, curricular e didáctica”,¹⁰⁹ tanto o próprio Lamas como Troufa Real, bem como Pedro Cabral (aluno nos anos 70), deixam-nos testemunhos de outra ordem das aulas. Haveria uma positiva tendência em recorrer a especialistas de fora ou visitas de estudo para a compreensão das matérias.¹¹⁰

Há um outro aspecto que é ainda digno de se ter em conta no que respeita a uma construção pedagógica neste período, nesta Escola: trata-se de um interesse específico de alguns grupos de alunos e professores em participar na vida escolar através dos *media*.

Já falámos no pedido de orçamento para um laboratório de maquetes, que usaria mini-câmaras de recollecção de imagens para montagem em

¹⁰⁹ “Neste período de 1975 a 1984 é necessário também observar (...) ausência de quaisquer textos orientadores (...) do conteúdo e programa das disciplinas e, por outro lado, à confusão nunca esclarecida da organização dos tempos de aulas práticas e teóricas na cadeira de Projecto.

De resto, e desde 1976, que todos os planos de estudos se têm sucedido sem o complemento de textos ou documentos de orientação científica ou pedagógica, curricular e didáctica. Os planos de estudos têm sido apenas enunciados de cadeiras e de cargas horárias semanais, com algumas referências à componente teórica ou prática. Os títulos das cadeiras têm deixado em aberto o seu conteúdo, o que até não seria mal se as interpretações se tivessem consubstanciado em documentos de orientação.” LAMAS, José. *Relatório. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado. pp.13-14.

¹¹⁰ Alguns Exemplos: José Lamas dá conta de pelo menos uma visita ao empreendimento do F.F.H. Plano de Almada – Monte da Caparica. Cf. LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Concurso para Professor Associado. Lisboa: FAUTL, 1992. (p.4).

Troufa Real refere: “Dadas as carências de algumas matérias importantes no apoio ao Planeamento (...) verificou-se da parte do professor a preocupação de chamar à escola técnicos que colmassem essas insuficiências, para o que se promoveu a realização dos colóquios e exposições seguintes (...):

- a) duas aulas dadas pelo arquitecto Leonel Fadigas sobre Ecologia e Arquitectura Paisagística.
- b) colóquio sobre Modelos Matemáticos para Simulação do processo Urbano, pelo engenheiro Pedro Geraldès.
- c) visita de estudo aos GTH [Gabinetes Técnicos de Habitação].
- d) duas aulas dadas pelo arquitecto Carlos Duarte sobre o Plano de Olivais-Sul.
- e) exposição sobre Olivais-Sul e Chelas.
- f) palestra sobre Zona Oriental da Cidade de Lisboa feita pelo arquitecto Silva Dias.
- g) palestra sobre Centros de Documentação pela doutora Isaura Matias.
- h) palestra sobre a Casa Autónoma por Pedro Leão.”

REAL, José Troufa. *Curriculum vitae*. Lisboa: FAUTL. (s.d.). [Fundo FAUL].

Pedro Cabral (aluno) testemunha: “As aulas do José Valente Ferreira foram talvez as mais importantes de todo o curso. Com vários exercícios de projecto e respectivas análises, com visitas frequentes a obras e fábricas e com a presença de outros arquitectos que nos apresentavam trabalhos e vidas profissionais. O curso teve uma forte componente de urbanismo. O Duarte Castel-Branco e o José Lamas foram, sem dúvida, professores de referência.” Depoimento escrito de Pedro Cabral (2014.02.21).

sistema de televisão. Não são de somenos algumas experiências que aqui podemos expor relativamente ao uso dos *media* em contexto escolar. A primeira situa-se no campo editorial, consistindo na “organização de um Bloco Editorial anexo ao C.D.I. da ESBAL” cuja proposta de realização é dirigida ao Conselho Pedagógico da ESBAL [Anexo XVIII],¹¹¹ que a aprova. Trata-se de uma proposta, de notável ambição, para a edição de um Boletim Informativo da Escola. Um grupo de alunos, apoiado por um professor,¹¹² faz um “plano editorial” com os detalhes físicos e outros (tamanho, tiragem, papel, periodicidade, etc.); planos de edições; planos de edições eventuais; meios humanos e materiais; exemplo do plano editorial para “um ano de actividade”.¹¹³ Por fim, remata com as estimativas de custo e a colaboração da ESBAL nesse sentido.¹¹⁴

¹¹¹ ALVES, Carlos; CRUZ, Fausto; FADIGAS, Leonel; GRAÇA, João Luís Carrilho da; MAGALHÃES, Francisco; MARQUES, Florindo Belo; SANTOS, Carlos. *Proposta de Organização de um Bloco Editorial Anexo ao C.D.I. da ESBAL*. 8 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]. [Anexo XVIII].

¹¹² Alunos Carlos Alves, Carlos Santos, Fausto Cruz, Florindo Belo Marques, Francisco Magalhães, João Luís Carrilho da Graça, e professor Leonel Fadigas (arquitecto paisagista).

¹¹³ Neste último ponto é interessante verificar que, nas edições eventuais, o plano prevê a “publicação da Estrutura 76 e plano de estudos da ESBAL” e igualmente a “Exposição evocativa do Arq.º Cristino da Silva”. Cf. *Proposta de Organização de um Bloco Editorial anexo ao C.D.I. da ESBAL*, 8 Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL].

¹¹⁴ Tudo indica que posteriores edições de um Boletim Informativo, já da responsabilidade da Direcção do Departamento de Arquitectura, tenham alguma relação com este projecto. A título de exemplo dos seus conteúdos, é num Boletim Informativo (Boletim Informativo DA-ESBAL n.º 2) que surge uma fotografia e uma “Mensagem aos Estudantes Portugueses de Arquitectura” de Peter Cook com a seguinte prosa (transcrição literal):

“The links between England and Portugal should not just be polite: they should be heroic.

They should be links of great imaginative ideas, of buildings of great beauty and of urban and social solutions of great ingenuity.

To be more specific: each new generation brings with it new opportunities, and a very necessary distortion of the values of the preceding generation in England at this moment, there comes a group of students who are more literate and more historicist than we were. This could lead to a new architecture of great intensity of detail and expression.

Is the same happening in Portugal? Is there some essence of the Portuguese temperament that, when added to this new literacy, could make an architecture where a new social order is courteously intermixed into an expression of the sharp crisp shadows?

By contrast, we can offer you our native tradition of enquiry and cussed individualism. And I for myself, some buildings of arcadia an optimistic”.

In SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II. Dissertação de mestrado. p.67.

Um outro grupo de alunos incorre numa proposta igualmente ambiciosa; propõe realizar um projecto documental com o título “Filme sobre Macedo de Cavaleiros” [Anexo XIX] o qual

“tem uma finalidade pedagógica em primeiro lugar. Destina-se a revelar Macedo de Cavaleiros aos estudantes de arquitectura da escola de Lisboa, com propósitos de apoio geral relativamente a uma intervenção que irá ser feita pelos estudantes nas matérias de planeamento e arquitectura”. Acrescenta ainda:

“Procurar-se-ia utilizar uma linguagem cinematográfica acessível e ao mesmo tempo tanto quanto possível aliciante para a descoberta de Macedo de Cavaleiros e região envolvente. Este filme seria concebido inclusivamente para poder servir em outros anos da escola, para o contacto com uma zona do país degradada em infra-estruturas mas ao mesmo tempo de grande riqueza cultural, nomeadamente no que respeita à arquitectura popular. (...) O filme surge assim como um dos processos de recolha, de consulta para a concretização dos trabalhos.”¹¹⁵

O pedido de empréstimo de material para este projecto revela-nos o património já existente na Escola. Vejamos: são pedidas 8 cassetes super 8 agfachrome; 3 cassetes super 8 ektachrome, 164 asa; um gravador portátil e fita para 90 minutos de gravação; e, enfim, uma série de detalhes para logística (deslocações, gasolina, etc.), sendo este último item o único orçamentado.¹¹⁶ No fundo, parece haver um particular à vontade para se fazer filmes como acto pedagógico (trabalho escolar), considerando que estamos em 1978.

Há ainda outros casos. Por exemplo: Fausto Almeida Cruz, em nome de um grupo de “estudantes promotores”, pede a Frederico George autorização e apoio técnico para a exibição do filme “Trás-os-Montes”, do realizador António Reis, para o dia sete de Junho de 1977.¹¹⁷ Ora, dia

¹¹⁵ (s.n.). *Filme sobre Macedo de Cavaleiros. Sinopse para filme a realizar em Macedo de Cavaleiros*. 20 de Fevereiro de 1978. [Fundo FAUL]. [Anexo XIX].

¹¹⁶ Augusto Brandão escreve no topo esquerdo do plano dactilografado, a 25 de Abril de 1978: “Impossível satisfazer o pedido porque não há verbas para o efeito. É com pena que o digo”.

¹¹⁷ Cf. BRANDÃO, Augusto e George, Frederico. Carta da ESBAL para Dr. Manuela Fernandes (secção técnica – cinema). 19 de Maio de 1977. [Fundo FAUL]. Após a

sete de Junho, as ‘aulas’, ou o ano lectivo 1976/77, praticamente tinham começado; isto significa que os estudantes estão mobilizados para, no quadro das suas lacunas pedagógicas, utilizar o filme como *meio* de aprendizagem.

O que nos sugere que isto seria uma prática comum é o facto de haver outros pedidos do género. Por exemplo: o docente José Manuel Fernandes solicita à Embaixada dos EUA, a 30 de Abril de 1979, um “projector de cinema de 35mm, com assistência técnica incluída, para exibição de um filme relacionado com a matéria disciplinar do 4º ano de História de Arquitectura Portuguesa: ‘O Eléctrico e a Cidade’” para a data de 11 de Maio de 1979;¹¹⁸ bem como “uma máquina de projectar de 35mm (e respectivo operador, se possível) para a exibição de um filme relacionado com a matéria da cadeira ‘História da Arquitectura em Portugal: 4º ano’” para 18 do mesmo mês.¹¹⁹

Uma outra iniciativa de projecção de filmes que advém dos alunos é um pedido da Associação de Estudantes para a utilização do anfiteatro da Escola no sentido de projectar documentários acerca do meio ambiente – nomeadamente “Protección del Medio Ambiente”, “Valerá a pena sobreviver?” e “Poluição da Água”.¹²⁰

visualização do filme, os estudantes desejam debater o tema “arquitectura popular portuguesa” e, para tal, endereçam convites a vários participantes no respectivo “levantamento”. Cf. [Estudantes promotores]. Carta de 19 de Maio de 1977. [Fundo FAUL]. Trata-se aqui do conhecido levantamento da Arquitectura Popular em Portugal, realizado nos anos 50. Os nomes apontados como convidados são: António Menéres, Arnaldo Araújo, António Pinto Freitas, António Azevedo Gomes, Alfredo da Mata Antunes, Artur Pires Martins, Fernando Távora, Francisco da Silva Dias, Fernando Torres, Carlos Carvalho Dias, Huertas Lobo, João José Malato, Nuno Teotónio Pereira, Octávio Filgueiras, Celestino de Castro; Sindicato dos Arquitectos (Direcção). A julgar exclusivamente pela nota “vem”, inscrita apenas em dois arquitectos – Huertas Lobo e João José Malato – a iniciativa poderá ter tido pouca afluência de convidados. Não pudemos confirmar, até à data, se se realizou.

¹¹⁸ Cf. FERNANDES, José Manuel. Carta ao Adido Cultural da Embaixada dos EUA de 30 de Abril de 1979. [Fundo FAUL]. Este pedido demonstra a falta de recursos que a Escola tinha na altura e o espírito voluntarista dos promotores de iniciativas deste género. Note-se que este vídeo se liga ao tema anteriormente mencionado nesta secção, ministrado nas aulas de História da Arquitectura Portuguesa, e editado na revista *Arquitectura Portuguesa* n.º 1, com o mesmo título.

¹¹⁹ Cf. FERNANDES, José Manuel. Carta ao responsável do sector de Apoio Técnico Cinematográfico da Embaixada dos EUA de 11 de Maio de 1979. [Fundo FAUL].

¹²⁰ Esta projecção seria seguida de debate por Claudio T. Spies a vinte e nove de Setembro de 1977.

O interesse pelas questões do ambiente é notável, neste período. Acerca do tema, V. trabalho escolar “Novas Energias”, de 1979, disponível no Centro de Documentação da FAUL. Este trabalho implicou a realização de um debate com o mesmo nome nos dias

Vimos que tanto os temas mais conservadores como os mais contemporâneos¹²¹ preenchem as iniciativas escolares através de meios banais como o a publicação em papel, mas sobretudo o filme. Importará, mais à frente nesta tese, observar onde leva o interesse por esses meios, ou *media*, utilizados na divulgação dessas iniciativas. Nomeadamente quando a técnica de vídeo se generaliza, é criada, por osmose, uma plataforma de execução videográfica na Escola que vai, sem dúvida, fazer parte da sua identidade a partir dos anos 80.¹²²

21 e 22 e Maio às 21 horas no anfiteatro da ESBAL. Entre os participantes previam-se: “Prof. Dr. Veiga Simão, Dr. António Baptista, Arq. Silva Dias, Arq. Leonel Fadigas, Eng. Penaforte, Eng. Cruz Costa, Arq. Cardoso Dias.” Entre os organizadores contavam-se: “Carlos Alberto Guerra, José António Paulo, José Luís Rodrigues, Luís Nuno Albuquerque, Maria Sílvia Gonçalves, Maria Susana Veiga Simão, Mário Duarte Tiago”.

¹²¹ Tendo em conta o mote da Exposição “Sorry, Out of Gas – Architecture’s Response to the 1973 Oil Crisis”, que vigorou no Centre Canadien d’Architecture (2007-2008), podemos afirmar que os temas relativos ao meio ambiente eram temas contemporâneos no contexto da arquitectura da segunda metade da década de 70.

¹²² Por exemplo, em História da Arquitectura Portuguesa serão realizados diversos filmes didácticos com imagens em movimento e fotografias, e uma narrativa em voz-off bem articulada com as imagens. Cf. vídeos 286, 287, 289 e 290 do Centro Multimedia da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. [Fundo FAUL]. Quanto à data de realização destes filmes, a que consta dos registos do Centro Multimedia (01.01.1980) é uma data manifestamente aproximada, isto é, não corresponde a uma data exacta, mas sim a um período, já que a mesma data é atribuída a um conjunto amplo de filmes do acervo.

3.3 A criação da Faculdade de Arquitectura: dificuldades internas e ecos da classe

Nesta secção, faremos uma introdução explicativa do Decreto-Lei que criou a Faculdade de Arquitectura e informaremos, ainda, sobre as diversas composições de uma Comissão Instaladora da Faculdade, seus deveres, suas práticas, questões legais e administrativas – gestão das carreiras docentes, gestão financeira e outras – bem como questões patrimoniais da nova Faculdade.

A Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa foi criada pelo Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro.

A redacção do Decreto é composta por um preâmbulo e diversos artigos. No primeiro parágrafo do preâmbulo lemos que “pretende-se dignificar os aspectos relacionados com o ensino e a investigação neste ramo do conhecimento”, isto é, não se trata de dignificar a substância da arquitectura – embora esse discurso também esteja incluso no mesmo texto – mas, antes de mais, de permitir conferir à arquitectura uma “natureza universitária”.

De acordo com a Lei, o modo de pôr em funcionamento a Faculdade deveria ser feito através da aplicação de um regime de instalação (artigo 1.º, n.º 3) sustentado por um Conselho Administrativo com dever de “gestão administrativa, financeira e patrimonial”, Conselho este composto pelo presidente de uma Comissão Instaladora a nomear e um dos vogais dessa mesma Comissão, bem como o secretário da nova Faculdade a constituir (artigo 9.º). A Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura seria, de sua vez, designada sob proposta do Reitor da Universidade Técnica de Lisboa e seria composta por um presidente, dois a quatro vogais e um secretário (artigo 6.º), tendo como principais competências elaborar planos de estudos e estatutos; aprovar os planos das instalações definitivas e propor a admissão de pessoal docente (artigo 7.º).

O regime de instalação (1979-1986) é o que mais interessa para esta tese, bem como a acção da Comissão Instaladora (1980-1988) no período compreendido entre 1980 (primeira formação) e 1986 (termo do regime

de instalação; início da Faculdade de Arquitectura em pleno, segundo a nossa perspectiva).

Para compreendermos os aspectos mais significativos deste período devemos observar o tempo que o antecede e fundamenta.

Os anos de 1976 a 1979 (ou primeiros passos de 1980) são muito peculiares no seguinte aspecto: até à publicação do Decreto-Lei n.º 498-E/79, o Departamento existe à confiança da emissão de despachos ou outro tipo de resoluções administrativas de fraco pendor legal.¹²³

Quer dizer, ainda que a 19 de Janeiro de 1977 seja constituído o 1º Conselho Científico (tendo maior número de votos Artur Nobre de Gusmão, face a Frederico George);¹²⁴ ou ainda que, em 1978, saia em Diário da República a eleição de Augusto Brandão como Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura;¹²⁵ a verdade é que o Departamento permanece fora de enquadramento legal desde Dezembro de 1976 (prazo dos Despachos 7/76 e 7A/76, já aqui citados). Com a consciência da fragilidade de casos como estes, pela conjuntura em que são gerados, é o próprio Augusto Brandão, mesmo depois de

¹²³ A este respeito, Cf. Portaria n.º 503/84, de 25 de Julho: “Esta alteração foi introduzida na sequência dos Despachos n.ºs 7/76 e 7-A/76 (...) despachos esses que não só não revestiam a força legal necessária à matéria que regulamentavam, como nunca foram publicados”. Ainda a propósito da indefinição legal, tendo como pano de fundo Arquitectura em conjunto com Artes Plásticas, Cf. COUCEIRO, Gonçalo. *Artes e Revolução 1974-1979*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004, pp.98-99: “O enquadramento legal da nova estrutura da ESBAL foi traçado num projecto de decreto-lei, envolvendo as Artes Plásticas, Design e Arquitectura em 1976 que, apesar de anunciado pelo então ministro da Educação Victor Alves, não chegou a ser promulgado.

Os projectos de reestruturação elaborados após o 25 de Abril na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, articulada nos Departamentos de Artes Plásticas e Design e de Arquitectura, são autorizados em 1976 por despacho ministerial, ao abrigo do decreto-lei 47587, de 10/3/67, que autoriza a realização de experiências pedagógicas nos estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação.

No entanto, uma portaria já publicada em fins de 1976 (Port. N.º 616 de 13 de Outubro) suspende os cursos de ensino superior criados por despacho ao abrigo das ‘experiências pedagógicas’; colocou-se assim os cursos em funcionamento da ESBAL sem suporte legal.”

¹²⁴ [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Acta da 1ª reunião do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [19 de Janeiro de 1977]. [Fundo FAUL].

¹²⁵ O Despacho do Diário n.º 252 II Série, Novembro de 1978, p.6647 diz o seguinte: “Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Ao Abrigo do Decreto-Lei n.º 781-A76, de 28 de Outubro e despacho n.º 18/77, de 6 de Agosto, o professor arquitecto Augusto Artur da Silva Pereira Brandão foi eleito pelos restantes membros do conselho directivo, na sua primeira reunião de 27 de Abril último, presidente do conselho directivo do Departamento de Arquitectura desta Escola Superior. (...). Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, 26 de Outubro de 1978. – Pelo Conselho Directivo, o Presidente, *Augusto Pereira Brandão*.”

emitido o Decreto-Lei que finalmente cria a Faculdade, quem faz o seguinte relato para envio ao Secretário de Estado do Ensino Superior, em 1980:

“Tem [o Departamento] (após contratemplos levantados nas últimas eleições), um Conselho Directivo em precárias condições de funcionamento, uma Assembleia de Representantes em ilegalidade aparente e um Conselho Pedagógico inelegível (ver parecer do Gabinete jurídico da D.G.E.S).

Órgãos sujeitos, legal e ambientalmente, a confrontos difíceis se estes surgirem.

Num resumo – o Departamento de Arquitectura, por não ter constituição legal, não poderá ter órgãos legalmente eleitos nem efectuar neste momento eleições, mesmo privadas, para os mesmos [Anexo XX].”¹²⁶

Brandão propõe, como “alternativa de solução”, o “cumprimento do Decreto-Lei (...), nomeação da sua Comissão Instaladora, e simultânea extinção do Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, que passaria transitoriamente a ser cumprido na faculdade até à sua extinção natural (7 anos)”.¹²⁷ Neste relatório, intitulado “Antecedentes”, Augusto Brandão sugere outras duas hipóteses de “solução”. As suas três propostas passam pela nomeação imediata da CI [Comissão Instaladora], nomeação essa não incluída no Decreto e ainda não efectuada à data do seu relatório, mas necessária para a composição de um Conselho Administrativo composto por membros da respectiva Comissão (artigo 9.º do Decreto, como dissemos) sem o qual esta não existe e não pode exercer as suas funções. No entanto, nenhuma das três hipóteses será levada avante, dando azo a que diversas questões permaneçam num limbo, de um ponto de vista regulamentar, durante alguns anos.

Note-se que esta exposição tem data de 11 de Junho de 1980, ou seja, é posterior à publicação do Decreto-Lei que cria a Faculdade. Assim,

¹²⁶ BRANDÃO, Augusto. *Relatório – Antecedentes*, de 11 de Junho de 1980. [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

¹²⁷ *Idem.*

podemos concluir que a criação da Faculdade de Arquitectura vem trazer algum alívio do ponto de vista institucional, mas não gera uma imediata situação legal inequívoca. Mesmo estando a Comissão Instaladora nomeada – o que acontece em Julho de 1980¹²⁸ – a criação da Faculdade faz com que passem a estar em curso, em simultâneo, a regulamentação de 1957 (para as Escolas Superiores de Belas-Artes) e a sua própria; uma sucessão de planos de estudos sem cobertura legal;¹²⁹ órgãos de gestão officiosos e uma Comissão Instaladora oficial – mas com funções restritas à Faculdade. Esta situação só será resolvida cerca de 1988, quando a Comissão Instaladora for finalmente extinta, a par da publicação dos Estatutos da Faculdade, em 1990.¹³⁰

¹²⁸ Para saber uma data aproximada é necessário consultar várias fontes e considerar a diferença entre tomada de posse e nomeação. Em [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. *Resumo das Actividades Desenvolvidas pela Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura*. 10 de Novembro de 1982. [Fundo FAUL] há uma data indicada para “tomada de posse” a 26 de Julho. A transcrição de GEORGE, Frederico. Discurso de tomada posse da Comissão Instaladora. Lisboa. 21 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI] data de 21 de Julho de 1980. O documento BRANDÃO, Augusto. *Dificuldades da Faculdade de Arquitectura. Antecedentes*. (s.d.). ca 1981 [Fundo FAUL]. [Anexo XXIII] indica 25 de Junho de 1980 como data de tomada de posse da Comissão Instaladora. Cremos que esta última seja um lapso, dada a prevalência referências que reportam ao mês de Julho. Já quanto à data de nomeação oficial da Comissão Instaladora, uma carta de Frederico George ao Secretário de Estado do Ensino Superior indica a data de 10 de Julho de 1980. Cf. GEORGE, Frederico. Memorando anexo a carta para o Secretário de Estado do Ensino Superior de 19 de Março de 1982. [Fundo FAUL]

¹²⁹ Os planos de estudos serão legalizados apenas em 1984 (Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho do Ministério da Educação). A respeito da ilegalidade dos planos de estudos em “vigor” Cf. (s.n.). *Universidade Técnica de Lisboa. Volume II. 75 Anos de História*, p.288: “Também não houve de imediato qualquer reforma dos planos de estudo, pelo que, não obstante as disposições do Decreto-Lei de fundação, apenas continuou a funcionar o curso de licenciatura em Arquitectura, com o plano de estudos fixado em 1957.” No preâmbulo da Portaria que os legaliza pode ler-se:

“Até ao ano lectivo de 1973-1974 a 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa ministrava, nos termos do Decreto n.º 41363, de 14 de Novembro de 1957, o curso de Arquitectura, cujo plano de estudos tinha a duração de 6 anos, seguidos de um estágio.

Durante o ano lectivo de 1974-1975 a 1ª Secção permaneceu encerrada, reabrindo em 1975-1976 e ministrando o curso de Arquitectura com um plano de estudos reformulado com a duração reduzida para 5 anos e sem estágio.

Esta alteração foi introduzida na sequência dos Despachos n.ºs 7/76 e 7-A/76 do Secretário de Estado do Ensino Superior, ambos de 24 de Fevereiro, despachos esses que não só não revestiam a força legal necessária à matéria que regulamentavam, como nunca foram publicados.

Desde essa data que os planos de estudos do curso foram sendo sucessivamente alterados sem que houvesse a necessária aprovação legal.”

¹³⁰ Chamamos desde já a atenção para a diferença entre a extinção da Comissão Instaladora e a extinção da 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, a qual ocorre no ano lectivo de 1985/86. Cf. Portaria 448/84, de 9 de Julho.

De tudo isto – das indefinições, das irregularidades, dos problemas económicos, entre outros – dá-nos conta Frederico George, presidente da CI à data da sua composição original, fazendo um balanço pessoal da história da Escola até ao ponto chegado, pouco antes de optar por se jubilar:¹³¹

“A – A Escola Superior de Belas Artes – Secção de Arquitectura, interrompeu as suas funções desde o dia 26 de Abril de 1974 ao dia 24 de Fevereiro de 1976, dia dos despachos n.ºs 7/76 e 7A/76 (...).

C – No tempo do 1º Governo Constitucional, (...), um programa de estrutura do curso (...) foi aprovado pelo despacho de 2 de Fevereiro de 1977.

D – Desde essa data, até ao 4º Governo Constitucional, trabalharam os Órgãos de Gestão deste Departamento com a Direcção-Geral do Ensino Superior, a fim de se aprontar um diploma legal que instituísse a Faculdade de Arquitectura no seguimento das acções e do novo curso de Arquitectura instituído em 1976 e confirmado em 1977 (...).

F – Sofreu este documento, com o qual sempre esteve esta Escola de acordo, alterações sucessivas de revisão e recomposição feitas pelos 4º e 5º Governos, tendo saído em Diário do Governo, no final da vigência do 5º Governo Constitucional, o Decreto-Lei n.º 498-E/79, de 21 de Dezembro.

G – De uma análise sumária logo após a sua publicação, detectaram-se nele alguns pontos de conflito, o que fez com que se formalizassem uma série de reuniões entre o Departamento, a Direcção-Geral e o Secretário da Reitoria da Universidade Técnica.

H – Reuniões que não tiveram seguimento (...).

¹³¹ “Passados dois anos da sua criação e após o longo cansaço, com a luta que se processara à sua volta, o Presidente da Comissão Instaladora pediu a demissão do seu cargo.” (s.n.). Carta para Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 12 de Outubro de 1982. [Incompleta]. [Fundo FAUL].

I – Em 10 de Julho de 1980, pelo Despacho n.º 506/80, foi nomeada a Comissão Instaladora da Faculdade, tendo desde o seu início apresentado os defeitos que não só o Decreto-Lei n.º 498-E/79 contém, como tem suportado estoicamente as indefinições existentes.

J – Por outro lado, e como os despachos n.ºs 7/76 e 7A/76 e o de 2 de Fevereiro de 1977 (...) não tiveram sancionamento legal que anulasse o Decreto-Lei n.º 41.363 que cria a Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, vive igualmente em estado de indefinição o departamento de Arquitectura.

L – Por último, as dificuldades económicas da conjectura actual não têm permitido ao Governo a manutenção satisfatória das duas Instituições – Departamento e Faculdade.

M – Considera-se pois oportuna e urgente a revisão do Decreto-Lei n.º 498-E/79. (...). Sem essa alteração, comprometer-se-á o futuro de centenas de futuros arquitectos.”¹³²

George fala-nos enquanto dirigente da Comissão Instaladora. A CI vai ter duas composições de 1980 a 1986: a primeira tem como Presidente Frederico George. A segunda, desde 1983, decorre da saída de George, tendo como Presidente o Reitor da UTL,¹³³ Arantes e Oliveira, que delega “o despacho dos assuntos correntes da Faculdade de Arquitectura” no vogal Augusto Brandão [Anexo XXII].¹³⁴

Através da Comissão Instaladora e da voz de Brandão também nos chega a informação de problemas – uns semelhantes aos levantados por George, e outro tipo de questões, como a própria composição da CI.

Vejamos por partes e por ordem cronológica.

¹³² GEORGE, Frederico. Memorando anexo a carta para o Secretário de Estado do Ensino Superior de 19 de Março de 1982. [Fundo FAUL].

¹³³ Esta nova constituição, publicada pelo Despacho n.º 45/ME/83 de 21 de Março, é assinada pelo Ministro da Educação João José Fraústo da Silva, e tem os seguintes membros como vogais: Augusto Brandão, Duarte Castel-Branco e Carlos Antero Ferreira da ESBAL; António Lamas, do IST.

¹³⁴ OLIVEIRA, E. R. de Arantes e. Despacho. 18 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XXII]. A composição da CI volta a ser alterada em 1986 com a presidência, desta vez, de Augusto Brandão. Conforme entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15).

Quanto à composição da CI, Augusto Brandão assina uma carta endereçada ao Ministro da Educação e da Ciência, em nome dos Conselhos Directivo e Científico referindo a

“possibilidade de serem integradas na futura Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura personalidades que durante períodos marcantes da vida política do País, principalmente no final do IV e durante o V Governos Provisórios, não só defenderam, como actuaram contra os interesses da população escolar (docentes, discentes e pessoal administrativo, técnico e auxiliar) deste Departamento” solicitando “que lhes sejam impugnadas responsabilidades históricas por não ousarem chamar a atenção de V. Ex.^a sobre esta preocupação”.

Por fim, Brandão afirma: “Com certeza compreenderá se se dignar mandar consultar o processo desta Escola desde o 25 de Abril até ao dia de hoje”.¹³⁵

Relativamente a questões que nesta fase se levantam e têm a ver com os três respectivos parâmetros de gestão do Conselho Administrativo – administrativos, financeiros e patrimoniais – observemos uma amostra dos relacionados com as carreiras docentes, dos financeiros (de uma forma abreviada) e dos relativos às instalações e património, para um quadro exemplificativo.

A questão das carreiras docentes é complexa. Em síntese, trata-se de uma questão que envolve nomeadamente o Decreto-Lei n.º 132/70, o qual vem substituir – ou melhor dito, vem facilitar o Decreto-Lei que estabelecia a doutrina da carreira docente na ESBAL. Ora, estando a Escola em situação de ilegalidade por um lado – por não obedecer ao diploma de 57 – e também legalidade – por via da Faculdade – a situação mais favorável para os docentes seria passar directamente para os quadros da Faculdade, de acordo o artigo 14.º do Decreto que cria a Faculdade. Mas este processo não é simples por várias razões, nomeadamente por, do ponto de vista do currículo, grande parte, se não a

¹³⁵ BRANDÃO, Augusto, Carta para Ministro da Educação e Ciência de 21 de Abril 1980. [Fundo FAUL].

totalidade dos docentes, não ter o curso complementar dos liceus,¹³⁶ segundo Augusto Brandão. Assim sendo, Brandão vem propôr ao Ministério da Educação e Ciência a opção de fazer uma equivalência entre mapas de vencimentos e graus académicos. Tratar-se-ia de uma “medida económica”, como o próprio vem a sugerir, na sua tentativa de resolução do caso.¹³⁷

O problema dos Assistentes Estagiários, Assistentes, Professores Auxiliares e Professores Associados estaria assim resolvido, na sua óptica. Restava o problema dos Professores Catedráticos a que Brandão chama de “única excepção a este procedimento”, e que propõe resolver da seguinte forma:

“É esta Escola de opinião, como única excepção a este procedimento e como medida a todos os títulos excepcional, que se deverá propôr a Sua Excelência o Ministro, segundo o disposto no Artigo 107º do Decreto-Lei 448/79 [Estatuto da Carreira Docente], a nomeação dos três docentes que formam a Comissão Instaladora,¹³⁸ de acordo com o Decreto-Lei 448/79, para o grau académico de professor catedrático.”

Como justificação, Brandão apresenta sete pontos sobre a bondade da medida terminando com:

“Por último, terem todos eles mais de um quinquénio no lugar de professores da E.S.B.A.L. e mais de 15 anos ao serviço da mesma Escola, o que lhes atribui um passado e valor académico de mérito reconhecível em qualquer parte.”¹³⁹

¹³⁶ “Esta medida, quanto a nós, foi uma medida económica de aproximação entre as duas carreiras docentes. Medida que se compreende até certo ponto, pois o Departamento de Arquitectura reconhece das dificuldades de integração do quadro académico da Escola no quadro académico da Universidade, pela existência de um Departamento no qual a maioria, se não a totalidade dos seus docentes, não concluiu o curso complementar dos liceus.” BRANDÃO, Augusto. *À Comissão Instaladora* a 6 Janeiro 1981. [Fundo FAUL].

¹³⁷ V. nota anterior.

¹³⁸ Não pudemos apurar quem era o terceiro docente além de Frederico George e Augusto Brandão, mas possivelmente Carlos Antero Ferreira, visto ser dos professores com mais anos de carreira.

¹³⁹ BRANDÃO, Augusto. *À Comissão Instaladora* a 6 Janeiro 1981. [Fundo FAUL].

Não tendo sido possível apurar o seguimento imediato destas propostas, sabemos que o Decreto de criação da Faculdade de Arquitectura apresenta, no seu artigo 14.º, ponto 5, a seguinte redacção:

“O pessoal docente que vier a ser contratado para o exercício de funções docentes na Faculdade de Arquitectura não poderá continuar nessas funções se, no termo de um período de cinco anos, não adquirir as condições legais exigidas no estatuto da carreira docente universitária para o exercício das mesmas.”

Ora, devemos considerar que estávamos em 1979 e havia ainda déficite de professores. Acresce que, mesmo aos docentes já contratados, era-lhes agora oferecido, pelo referido Decreto, a possibilidade de doutoramentos em Arquitectura e em Planeamento Urbanístico. Isto significa que havia pressão em que se avançasse nas carreiras docentes.

Retomando os três pontos que se colocam como deveres do Conselho Administrativo – que, relembramos, são o administrativo, financeiro e patrimonial – já abordámos alguns aspectos de administração. Quanto à questão financeira: de modo a ultrapassar os meandros da especialidade, isto é, tentando ver o quadro geral, observámos o documento “Dificuldades da Faculdade de Arquitectura” [Anexo XXIII],¹⁴⁰ da autoria de Augusto Brandão – um documento onde Brandão faz referência aos OGE [Orçamento Geral do Estado] e PIDDAC [Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central], atribuindo à razão financeira o grande entrave ao desenvolvimento da Faculdade. Aqui, Augusto Brandão fala em valores, mas, sobretudo, justifica-se em nome da Faculdade, como vem a fazer ao longo dos anos subsequentes, de modo a tentar beneficiá-la financeiramente. As situações que escolhe como exemplo de crise são geralmente de ruptura, como quando no documento referido acima afirma (reportando ao “cumprimento por parte do Ministério da atribuição dos quantitativos indicados no seu projecto de investimento”)

que:

¹⁴⁰ BRANDÃO, Augusto. *Dificuldades da Faculdade de Arquitectura. Antecedentes.* (s.d.) ca 1981 [Fundo FAUL]. [Anexo XXIII].

“só após isso é que a Faculdade de Arquitectura poderá enumerar as suas dificuldades. Neste momento, a sua acção só pode ser de sobrevivência” ou “não tendo instalações permanentes, não tendo qualquer tipo de equipamento” e outro tipo de afirmações.

A verdade é que o próprio admite que a situação financeira vai melhorando, nestes anos (como veremos no capítulo seguinte):

“Os nossos orçamentos foram sucessivamente aumentando de grandeza e podemos dizer que o deste último ano foi, na realidade, o maior que tivemos”.¹⁴¹

Quanto às instalações da CI, trata-se, na verdade, de uma não questão: Frederico George, como seu presidente, vai solicitar ao presidente do Conselho Directivo, Augusto Brandão, a “cedência a título provisório, de duas ou três salas no edifício da Escola, que possam satisfazer os fins em vista”.¹⁴² Já o património da Escola é um problema maior e começa, desde logo, a preocupar a CI, como é da sua obrigação legal.

A questão do património e a da aprovação das novas instalações confundem-se. A primeira é da responsabilidade do Conselho Administrativo (artigo 9.º, n.º 1); a segunda é da responsabilidade da Comissão Instaladora (artigo 7.º, alínea d)). Ora, os grandes planos que se começam a pôr são os das alterações das instalações da Faculdade – o que pode ter ou não a ver com a gestão do património. Isto é, a aprovação dos planos das novas instalações não significa a elaboração de planos de novas instalações; já a gestão do património físico das instalações de São Francisco está sem dúvida contida nas competências do Conselho Administrativo da Faculdade. Num futuro próximo (em 1984) veremos que Augusto Brandão se ocupa de assinar uma carta enviada à Secretaria de Estado da Educação em que oferece os serviços da Escola para a realização de um edifício totalmente alheio ao Convento,¹⁴³ o que não

¹⁴¹ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.67.

¹⁴² GEORGE, Frederico. Carta ao presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL de 29 de Julho de 1980. [Fundo FAUL].

¹⁴³“Por último e dentro da solução preferida, seria de encarar a construção e o estudo de um edifício completamente novo a integrar no Alto da Ajuda e no futuro terreno para a Universidade Técnica de Lisboa.

Esta Escola está aberta à realização desse estudo, que poderia durar um mês.”

BRANDÃO, Augusto. Carta a M. D. Secretária de Estado Adjunta de Sua Excelência o Ministro da Educação de 19 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIV]. O

cabe nas competências nem do Departamento nem da Comissão Instaladora.

Voltando à Comissão Instaladora na sua formação original: de facto, começa-se desde logo a traçar planos para a resolução do problema das instalações pondo-se sobre a mesa a hipótese de alteração do local. No entanto, neste caso, a opção de saída das imediações do Convento de São Francisco fica de lado. Os planos que são redigidos e apresentados em sede oficial são exclusivamente de compra e recuperação de edifícios na Rua Ivens para completar edifício do Convento, e propostas de construções anexas em lugares urbanos vagos, por exemplo para sul da sua implantação.

Frederico George coloca a seguinte ordem de razões pelas quais este ensino se deve relacionar estreitamente com o lugar das suas instalações:

“a) o conjunto do Convento de S. Francisco, que abriga para além do Departamento de Arquitectura, o Departamento de Artes Plásticas e Design, o Museu de Arte Contemporânea, um acervo de obras de arte e de espécies bibliográficas talvez único no País para fins didácticos.

Determinados valores, imponderáveis, mas reais, ligados ao vector humanístico do ensino da arquitectura encontram aí mais adequado ambiente de inserção no centro da vida activa e cultural da Cidade;

b) o ensino da Arquitectura não exige, mesmo nos seus aspectos tecnológicos mais recentes, espaços laboratoriais e oficinais com exigências que não possam ser cumpridas sem recorrer a largos espaços livres, naves ou edifícios altamente especializados, como acontece com certas tecnologias e ciências.

Na própria inserção na Universidade Técnica de Lisboa, poderia, de resto, vir a encontrar-se a resposta a tais exigências caso viessem a manifestar-se;

estudo acabou por ser realizado pelo Gabinete das Novas Instalações da Universidade Técnica de Lisboa (presidência de Augusto Brandão) nos finais da década de 80 [Anexo XXV].

c) a evolução da Faculdade de Arquitectura não é, neste momento, inteiramente previsível e definida. (...); qualquer das alternativas é de eficácia e economia duvidosas – e portanto, muito provavelmente um mau exemplo de arquitectura, para começar”.¹⁴⁴

Voltando ao Decreto; se, de início, se referia apenas à dignificação da arquitectura em meio escolar – ou seja, à possibilidade de os seus meios humanos enveredarem pelo ensino e investigação a um nível mais elevado – adiante afirma:

“Atendendo à natureza, características e metodologia, bem como às ciências próximas ou afins da arquitectura, entendeu-se dever criar a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (...) embora sem prejuízo dos aspectos e elementos artísticos que compreende e se desejam ver salvaguardados” (Preâmbulo).

A frase “sem prejuízo dos aspectos e elementos artísticos que compreende e se desejam ver salvaguardados” não é casual; a entrada numa universidade “técnica” está, também ela, ligada à questão disciplinar. Há aqui dois pontos de vista, portanto: o desligamento disciplinar das artes plásticas, por via da entrada numa universidade apelidada de “técnica”, e uma condição de liberdade física das belas-artes, tal como decorrerá já nos anos 90, com a mudança de instalações. Mas antes disso, a própria entrada na Universidade *per se* gera polémica no Convento – o que aliás tem razão de ser, se tomarmos as palavras de Frederico George na sua tomada de posse¹⁴⁵ como um elogio aos aspectos científicos de arquitectura. Daí poderemos deduzir uma opinião favorável à prioridade dada à arquitectura quanto à entrada na

¹⁴⁴ GEORGE, Frederico. Instalações da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. (Esboço escrito de José Pedro Martins Barata). 1 de Julho de 1981. [Fundo FAUL].

¹⁴⁵ “O processo de formação da Faculdade de Arquitectura tem sido longo e nem sempre linear, também não estamos certos não ter sido alheia a essa demora de dezenas de anos certa falsa imagem criada, algo boémia, do tradicional arquitecto tipo Beaux-Arts supostamente avesso aos aspectos científicos, imagem que persistiu mesmo junto dos mais responsáveis” GEORGE, Frederico. Discurso de tomada posse da Comissão Instaladora. Lisboa. 21 de Julho de 1980. [Fundo FAUL].

universidade. Ora, posto que todas as artes se sentiam nesse direito, diz-nos Rocha de Sousa:

"O VI Governo Provisório, em cujo Ministério da Educação se destacavam alguns esforços politicamente interessantes, com Vítor Alves como ministro e António Brotas e Rocha Trindade como Secretário de Estado e Director Geral, admitiu poder extrair do caos uma Escola já organizada, tendo mesmo anunciado a integração da ESBAL com dois departamentos (Artes Plásticas / Design) na Universidade Técnica de Lisboa. Mas o governo não ultimou, nesse domínio a sua obra (...). E então, apesar de ter continuado o seu diálogo com governos já constitucionais, a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (...) iniciou, com a do Porto, o mais longo e absurdo calvário do ensino superior dessa área no nosso país, a pouco mais de vinte anos do princípio do século XXI.

Foi um retrocesso clamoroso, institucional, político, científico e cultural. Arquitectura decidiu enveredar sub-repticiamente pelos corredores laterais do poder, obtendo a separação da Escola de Lisboa em duas e iniciando a sua inserção como Faculdade na Universidade Técnica.”¹⁴⁶

A verdade é que a legislação de arquitectura já apontava nesse caminho desde a Reforma de 1957, e, após o 25 de Abril, as negociações estavam em curso, como vimos.¹⁴⁷

A pretexto da entrada na Faculdade, deter-nos-emos ainda sobre dois encontros da classe dos arquitectos que reflectem as suas preocupações sobre o ensino e que nesse sentido se interligam: o primeiro é o encontro de Arquitectos em Aveiro, dias 31 de Março a 2 de Abril de 1979, com o título “Arquitectura em Debate – Aveiro 79”; o segundo é o 1º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, dias 23 a 25 de Novembro de 1979, com os temas “Formação do Arquitecto” e “Exercício da

¹⁴⁶ SOUSA, Rocha de. Dados para a história secreta do ensino superior artístico. *Artes Plásticas*. 1991, n.º 7, p.46.

¹⁴⁷ Cf. GEORGE, Frederico. Memorando anexo a carta para o Secretário de Estado do Ensino Superior de 19 de Março de 1982. [Fundo FAUL].

Profissão”, tendo em conta a “anunciada criação das Faculdades de Arquitectura de Lisboa e Porto e extinção do Departamento de Arquitectura das ESBA’s”.¹⁴⁸

Faremos uma análise cruzada entre alguns testemunhos escritos de ambos os encontros tendo como pano de fundo a constituição da nova Faculdade.

A principal conclusão destas reuniões, além da grande necessidade de debate, é o afastamento entre o meio escolar e a classe – ou entre Escolas de Lisboa e Porto entre si. Não há informação sobre “o que se faz nas escolas ou fora delas”¹⁴⁹ a não ser através de figuras que conseguem fazer a ponte – como Francisco da Silva Dias, de Lisboa, por exemplo no Congresso; mas começemos com Aveiro, visto que foi o primeiro encontro. Madalena Cunha Matos e Luís Patrício Costa, enquanto estudantes, deixam o seu testemunho na revista *Arquitectura*, queixando-se de orfandade. Não desejam independência, mas sim “ter pais”. Trata-se de uma crítica aos arquitectos que se isolam da Escola de Lisboa, mas também ao silêncio da própria Escola.¹⁵⁰

O mesmo tipo de crítica ao isolacionismo se lê de Álvaro Siza, que acaba o seu testemunho para a *Arquitectura*, a pretexto do mesmo encontro de Aveiro, com: “Uma conclusão: um encontro entre as duas escolas de *Arquitectura* era por muitos considerado urgente; hoje há a certeza de que é oportuno e desejado”.¹⁵¹ João Luís Carrilho da Graça, que era professor

¹⁴⁸ [Presidente do Conselho Directivo Nacional]. Carta ao Conselho Científico da E.S.B.A.L. de 21 de Novembro de 1979. [Fundo FAUL].

¹⁴⁹ João Paciência remete para “a dissociação entre duas escolas de *Arquitectura* e uma quase total falta de informação sobre o que se faz nas escolas ou fora delas”. PACIÊNCIA, João. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.54.

¹⁵⁰ “Mas senhores, somos nós que queremos ter pais. Procuramos, por assim dizer, constituir família. (...). Por isso estivemos em Aveiro. Procuramos uma cultura comum. Precisamos de procurar a nossa identidade cultural, e de sítios para isso; encontros onde os conflitos sejam explícitos, onde possamos entender o vosso assustador isolamento, e mexer nele.

O vosso isolamento mútuo, o vosso isolamento da escola de Lisboa, que nos toca directamente. Seria talvez evidente dizê-lo ao contrário – o isolamento da escola de Lisboa em relação ao que quer que seja (...).

Na Escola, o nosso quotidiano é feio e abafado. Confrontos e cisões. O silêncio e a imposição para nos responderem. Demarcações que vão aumentando e se agudizam necessariamente no último ano”. COSTA, Luís e MATOS, Madalena Cunha. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.52.

¹⁵¹ SIZA, Álvaro. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.51.

na Escola de Lisboa, identifica “dois ou três vectores que caracterizam a quase globalidade dos projectos apresentados” como “intervenções mais ou menos afirmativas, mais ou menos ligadas a escolas e tendências cuja importância e raízes extrapolam o meio cultural do nosso país”.¹⁵² E se já neste período se verificava uma imitação de modelos arquitectónicos, e uma polarização de posições relativamente à sua receptividade, o mesmo se iria verificar em meio escolar, muito por falta de debate, como é mais tarde reconhecido. Nesse sentido, observemos o testemunho de João Paciência quando fala em “metodologia possível (...) intervindo pedagogicamente com a cultura que nos é própria; (...) recuperando a importância do ornamento e da cor; não partir de modelos importados, pensando criticamente uma cultura revisteira, mas interpretando os nossos próprios valores culturais, assumindo-os à luz da cultura arquitectónica actual”.¹⁵³ Ao confrontar as palavras de Paciência com os trabalhos escolares de Manuel Graça Dias no 5º ano (1977) [Figura 30], e ainda o contributo ‘plástico’ de Graça Dias para o artigo do “Arquitectura em Debate” [Figura 31] percebemos o que é que pode significar essa miscigenação, em 1979 – ao



Figura 30 Trabalho escolar de Manuel Graça Dias com o título “Arquitectura Pop, Há?” (5º ano; 1976/77). Desenho, entre vários



Figura 31 Página da revista *Arquitectura*. Artigo “Arquitectura em Debate”. 1979. Contributo de Manuel Graça Dias.

¹⁵² GRAÇA, João Luís Carrilho da. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.52.

¹⁵³ PACIÊNCIA, João. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.54.

arrepio das tendências generalizantes e mantendo uma relação estreita com as artes plásticas.

Na Faculdade de Economia do Porto (Congresso AAP), a primeira intervenção trata precisamente, e imediatamente, da questão do afastamento dos estudantes de arquitectura dos das artes plásticas. Outras questões – como a equiparação dos cursos com os dos países da CEE [Comunidade Económica Europeia], ou mesmo a uniformização de ambos os cursos de Porto e Lisboa entre si – apesar de colocadas de início, são ultrapassadas numa sessão extraordinária na ESBAP. Nessa sessão, realizada numa das noites, conclui-se que “os tipos de formação ministrados nas Escolas de Arquitectura são bastante diferenciados de país para país” e que “no nosso caso, a preocupação deve ser a de garantir um ensino de qualidade e eficaz na formação de profissionais competentes para resolverem os nossos problemas concretos.”¹⁵⁴

Nuno Portas, em comunicação escrita, alerta para o caso de se estar a discutir o ensino em Congresso, e explica porquê:

“Não podendo este Congresso tomar decisões sobre a orientação do ensino escolar público da Arquitectura – por limitação estatutária – é perigoso no actual momento em que pretendemos consolidar a Associação levar a discussão para um tema em que são prováveis as divisões entre Norte e Sul (...). Espero que impere o bom senso em matéria que é delicada e complexa – e diferente no Porto e em Lisboa.”¹⁵⁵

Cruzando o encontro de Aveiro com o Congresso da AAP, diríamos que se, de um ponto de vista arquitectónico, o primeiro vem “antever clivagens formais que se aprofundarão nos anos 80, entre Lisboa e Porto”,¹⁵⁶ então de um ponto de vista ‘didáctico’, ambos os encontros, articulados – o de Aveiro e o Congresso da AAP – vêm de facto configurar precocemente a clivagem, ou o isolacionismo, entre ambas as

¹⁵⁴ 1º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 23 a 25 de Novembro de 1979. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1979. p.44.

¹⁵⁵ *Idem* p.53.

¹⁵⁶ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.188.

escolas e a classe dos arquitectos entre si, num enquadramento tão significativo como é o da entrada na universidade.

4. O INÍCIO DA DÉCADA DE 80. “O SALTO QUALITATIVO”

O início dos anos 80 constitui um momento de charneira para a Escola de Lisboa. Em 1980 é finalmente nomeada a Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura; trata-se de um ano também assinalado pela entrada de mais verbas,¹ o que irá fazer grande diferença na gestão escolar.

Este capítulo tem um título emprestado de um artigo da revista *Arquitectura* de 1982² o qual apresenta os trabalhos finais de 1980/81 de alunos de todos os anos, acrescentando uma descrição das finalidades de cada ano, bem como das áreas de abrangência pedagógica. O mais importante salto qualitativo é, no entanto, o facto de a Escola alcançar uma imagem para si própria. O reforço orçamental permite ou mesmo obriga a um ajustamento que se vai estender a vários aspectos para lá do pedagógico, situando-se sobretudo nesses novos aspectos. Aqui, faremos um resumo daquilo que considerámos ser os principais acontecimentos que impulsionaram uma reconfiguração da Escola num contexto de pós-modernidade. Desde logo, a demanda por uma instituição de massas que responda vivamente às exigências de um mundo fora de portas; mas também uma celebração através dessa internacionalização, a qual se agrega sobretudo a actividades circum-escolares. Tudo isto sendo sujeito a uma propaganda que tem uma força mais que restrita ao meio académico, até hoje parcamente comentada.

Nesse sentido, dedicamos um capítulo completo a uma parte da história da Escola de Lisboa (capítulo 4), o qual tem sobretudo a ver com o início da década de 80, altura em que esta alimentou um sistema cultural que ela própria começara desde cedo a experimentar.

¹ “A Escola começou a ter dinheiro por volta de 1980. A primeira máquina que se comprou foi em 1980; a primeira fotocopiadora.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

² (s.n.). ESBAL. O Salto Qualitativo. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.61-65.

4.1 A Escola de Lisboa e o avivar da cena cultural e académica

Augusto Brandão e o funcionamento da Escola “como uma empresa”



Figura 32 Excerto do *Diário Popular* de 21 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]. [Anexo I]

Quando uma manchete de jornal, em 1981, cita Augusto Pereira Brandão dizendo que “esta escola tem de funcionar como se fosse uma empresa” [Figura 32] [Anexo I],³ está a remeter para uma porção da notícia que afirma que a Escola deve, segundo o seu “director”, “intervir em projectos reais”.⁴ Augusto Brandão vem em discurso directo, mais à frente, acrescentar: “Os projectos por nós elaborados têm duas vantagens (...) vantagens para o Estado, que poderá poupar muito dinheiro, e vantagens para alunos e docentes, pois terão assim uma experiência prática importante.” Afirma ainda: “Acreditamos que as Câmaras vão passar a estar mais viradas para os serviços que lhes

podemos prestar.” Esta notícia advém da divulgação de um Relatório de Actividades do Departamento de Arquitectura relativo ano lectivo de 1981/82 (que analisaremos mais abaixo) e, de facto, estão aqui reunidas várias componentes de uma gestão empresarial.

Desde logo, a qualidade que se atribui à Escola enquanto produtora de serviços; mas antes disso, a assunção de uma liderança – neste caso, de Brandão. Cremos que esta afirmação – “Esta escola tem de funcionar como se fosse uma empresa” – é certa e ilustrativa dos anos em que a

³ (s.n.). Esta Escola tem de funcionar como se fosse uma empresa. *Diário Popular*. 21 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

⁴ “Esta escola tem de funcionar como se fosse uma empresa” – disse, à nossa reportagem, o prof. Brandão, director da ESBAL, a propósito do método pedagógico seguido na instituição, visando intervir em projectos reais.” *Idem*.

geriu. Acreditamos que Augusto Brandão foi uma peça fundamental, ou mesmo a peça chave, de uma reconfiguração da Escola no início dos anos 80. Nesse sentido, vale a pena termos em conta a sua biografia e aquilo que acreditamos ter sido a sua práxis para este período.

(Com o desenvolvimento tentaremos ainda abordar a influência que teve, e em que é que isso caracterizou a Escola).⁵

Lembremos o final capítulo 3, onde insistimos que a Escola se regia através de despachos, não estando enquadrada em nenhuma alteração oficial de fundo. Agora, coexistem a 1ª Secção da ESBAL e a Comissão Instaladora da nova Faculdade, e ainda um Departamento de Arquitectura com um carácter legalmente indefinido. Na mesma linha, partamos de dois pressupostos, para simplificar: (1) a questão da Direcção legal da Escola e (2) a Direcção efectiva da Escola.

Quanto à Direcção legal da Escola, existem sucessivos despachos que a oferecem a Augusto Brandão: se, logo após 25 de Abril, Brandão é provido definitivamente no lugar de Professor do 1º grupo (como dissemos no capítulo 1),⁶ a 27 de Abril de 1978, é eleito presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura

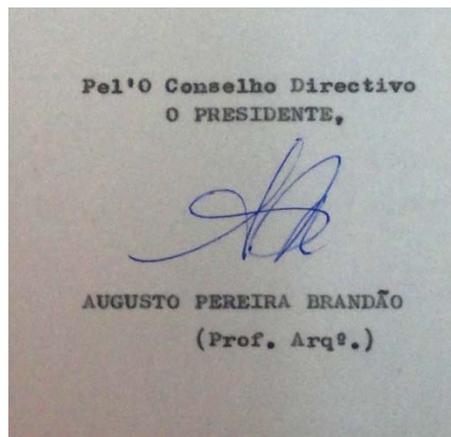


Figura 33 Assinatura de Augusto Pereira Brandão como presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL. 1978. [Fundo FAUL]

⁵ O próprio considera esta influência relatando, por exemplo, um episódio que se passou consigo. Trata-se de uma mesma situação contada de duas perspectivas: uma em nome da Faculdade; outra em nome próprio: “O poder da Faculdade chegou a tal ponto que foi ela que decidiu a eleição de um novo reitor normalmente vindo do Técnico, mas que neste caso impusemos a vinda da Economia.” BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p.31. “Eu era PSD. Mas lutava contra o PSD quando via que era injusto. Por exemplo, eu posso-lhe dizer que a pessoa mais inimiga, e que mais depois sofreu por ser do PSD, mas por votar contra o PSD quando era preciso, fui eu, em relação ao professor Cavaco Silva. (...) E a Escola votou naquele que ganhou, mas por ser, de facto, o mais justo, que era de Economia. E o problema económico, naquela altura, era muito grave. O outro reitor era do PSD.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

⁶ Cf. LOPES, Manuel Gil Teixeira. [Conselho Directivo da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Certidão de 14 de Abril de 1975. In processo individual de professor. [Fundo FAUL]. A Certidão reporta a um Despacho publicado no Diário de Governo, II Série, n.º 11, de 14 de Janeiro de 1975, que se refere ao dia 15 de Novembro de 1974 como dia do Provimento definitivo.

[Figura 33] [Anexo II],⁷ na sequência de Frederico George (que o era desde 3 de Março de 1976 até pelo menos 21 de Fevereiro de 1977);⁸ e em 1979, volta a ser eleito presidente do Conselho Directivo.⁹ Em 1981, igualmente.¹⁰ Em 1982, Frederico George demite-se de presidente da Comissão Instaladora da Faculdade e é nomeada uma nova composição tendo como presidente o reitor da UTL (Eduardo Romano de Arantes e Oliveira), o qual delega “o despacho dos assuntos correntes da Faculdade de Arquitectura” em Brandão.¹¹ (Relembramos que a Comissão Instaladora teve três composições: de 1980 a 1983, de 1983 a 1986 [Anexo III],¹² e de 1986 a 1988).

Relativamente à informação que nos foi avançada pelo próprio, em entrevista, e quanto à sua passagem na ESBAL nos anos 70 e 80, coloca Frederico George na Direcção da Escola até 1982, ficando assim:

1975 – 1982: Vice-presidente do Conselho Directivo

1982 – 1986: Vogal da Comissão Instaladora (nomeação)

1986 – 1988: Presidente da Comissão Instaladora (nomeação)

1988 – 1991 (9 de Agosto): Presidente dos Conselhos Directivo (e Administrativo), Científico e Pedagógico (eleição)

1988 – Professor Catedrático do DA-ESBAL (nomeação)

Em Maio de 2017, num folheto editado por ocasião do lançamento de uma Exposição intitulada “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” [Figura 34],¹³ Augusto Brandão divulga a seguinte biografia:

⁷ Diário da República n.º 252, II Série, de Novembro de 1978. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [Cópia do Fundo FAUL]. [Anexo II]. Existe um ofício ainda (não legislação) que lista a composição dos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico para o dia 23 de Setembro de 1977 tendo Augusto Brandão como Presidente de ambos os Conselhos Directivo e Científico.

⁸ Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Acta da 1ª reunião do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [3 de Março de 1976]. [Fundo FAUL]. Cf. [GEORGE, Frederico]. Carta ao Presidente do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa de 21 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL].

⁹ Diário da República n.º 151, II Série, de 3 de Julho de 1979. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [Cópia do Fundo FAUL].

¹⁰ Diário da República n.º 34, II Série, de 10 de Fevereiro de 1982. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [Cópia do Fundo FAUL].

¹¹ Despacho de 18 de Abril de 1983. Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa.

¹² Despacho n.º 45/ME/83 de 21 de Março do Ministério da Educação.

¹³ Nesta exposição, é feita uma síntese dos trabalhos em que Brandão esteve envolvido – desde desenhos a projectos de arquitectura, àquilo que o autor considera ser um projecto “Para uma nova Escola”, que assenta numa “mutação de paradigma

“No âmbito do processo da reestruturação da Escola Superior de Belas-Artes e da criação da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, foi vogal da Comissão Instaladora entre 1984 e 1986 e presidente do Conselho Directivo e vice-presidente do Concelho Científico até ao ano lectivo de 1990 a 1991”.¹⁴

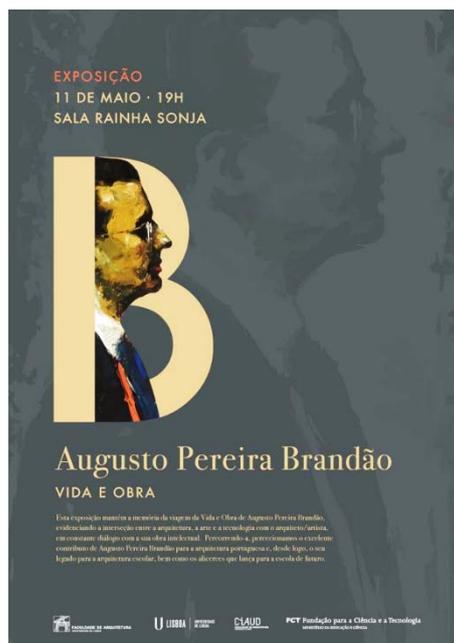


Figura 34 Cartaz da Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017.

Falámos em Direcção legal *versus* Direcção efectiva da Escola: perante os dados avançados e outros que conseguimos abarcar, estas não diferiram em muito, já que estamos perante duas figuras de monta – Frederico George e Augusto Brandão – que, no primeiro caso, sequenciaram as suas atribuições e que, no segundo, as partilharam. No que toca ao nosso período em estudo, Frederico George terá tido mais preponderância antes do 25 de Abril e Augusto Brandão depois da Revolução. Cremos, enfim, na subjectividade do traço da biografia daquele a que o artigo de jornal que citámos de início chamou de “director” da Escola de Lisboa em 1981. Assim, voltamos a Augusto Brandão não pelos cargos que ocupou, mas pelo contributo inexorável que deixou na história da Escola – aliás reflectido e romantizado, ao fim de 40 anos, pelo próprio, da seguinte forma:

“Como estávamos longe da ESBAL que tínhamos frequentado, a velha escola nasceu completamente nova e lembro-me com alguma alegria, o momento em que, no meio de uma R.G.A., à uma hora da noite recebi um telefonema do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior dizendo-me isto: ‘Brandão, venha aqui

académico” que terá ocorrido na ESBAL nos anos 70. É ainda feita referência ao “Programa do ‘Pólo Universitário – Alto da Ajuda’”, da sua autoria.

¹⁴ Verso do folheto expositivo da Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017 na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

ao Ministério e leve o meu despacho de aprovação do vosso curso de Arquitectura.’

Foi contagiante a alegria que se fez sentir em todos os alunos que estavam nessa R.G.A. que de contestatários passaram a aplaudir a minha chegada qual Camões com o seu Lusíada.”¹⁵

Em resumo, cremos que Brandão foi, mais do que director, um líder da Escola, salvaguardando os interesses imediatos da instituição. Em teoria, terá sido, portanto, o director tácito da Escola entre 1976 e 1983,¹⁶ passando a director efectivo com a demissão de Frederico George. Concretamente quanto à Comissão Instaladora, foi vogal desde 1983, com poderes delegatórios, passando a presidente em 1986. Portanto, e na prática, foi quem esteve à frente da Escola desde a sua reabertura e ao longo dos dez anos em análise que se sucederam [Apêndice X]. É aqui que retomamos a ideia do funcionamento como uma empresa – nomeadamente no sentido de empreendimento. Porquanto Brandão atribui à Escola a qualidade de produtora de projectos de arquitectura

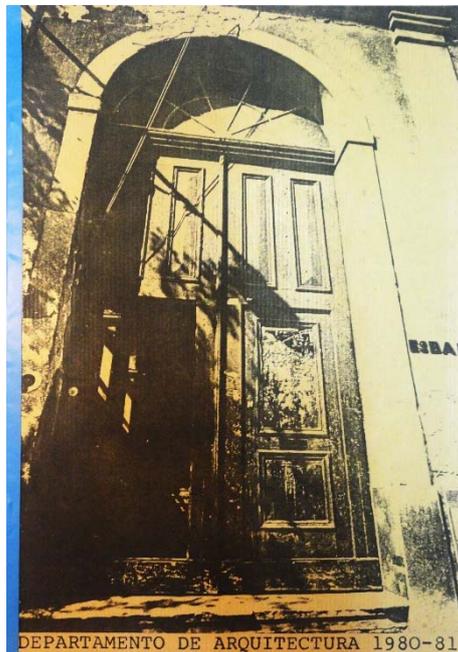


Figura 35 Caderno de apresentação da Escola (capa) intitulado “Departamento de Arquitectura 1980-81”. [Fundo FAUL]

“reais”, como vimos na notícia, é importante ter atenção aos discentes e à sua “experiência prática”, como também referido na notícia. Nesse período, é editado um Caderno de apresentação a eles destinado [Figura 35], enquanto futuros profissionais e potenciais prestadores de serviços à comunidade. Com uma imagem do portão da Escola ocupando toda a capa e o título “Departamento de

¹⁵ BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015. p.31.

¹⁶ Notemos o que nos diz Brandão acerca da personalidade de Frederico George: “É preciso conhecer-se bem o professor Frederico George. Era uma jóia de homem, um sabor extraordinário, era um artista extraordinário, mas era um indivíduo que não combatia. Não era, de facto, duro. Tudo era, para ele, uma razão para desistir. Não gostava de confrontos, era amável, simpático... não posso dizer nada de mal dele.” Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

Arquitectura 1980/81”, introduz o aluno a tudo o que ele possa precisar de saber no início do ano lectivo. Inclui um texto estruturado e dividido em seis partes: *Introdução*; *Notas Históricas*; *Objectivos Gerais do Curso*; *Plano de Estudos*; *Gestão e Serviços*; *Informações Gerais*. No final, acrescenta uma planta legendada do edifício. O texto é intercalado com dezanove imagens da Escola, de alunos e professores a trabalhar. Este Caderno tem uma natureza essencialmente informativa. É muito diferente do material colocado em placards ou distribuído no período revolucionário, com carácter panfletário.

Sabemos que o número de estudantes é uma das características fundamentais da Escola e é difícil de gerir o espaço e o tempo de leccionação. De acordo com a *Introdução* do Caderno, seriam cerca de 1200, em 1980, embora pudessem ser bastante mais:

	“Alunos inscritos de 1977/78 a 1982/83” ¹⁷		“Frequência de estudantes [Arq.]” ¹⁸	“Dados referentes à População Estudantil Afecta à UTL de 76/77 a 82/83 [Arq.]” ¹⁹	“Total de inscritos ESBAL/FAUTL” ²⁰
	Artes plásticas e Design	Arquitectura			
1975/76			945		
1976/77			1394		
1977/78	656	1165	1165		
1978/79	587		1112	1156	
1979/80	537		1163	1164	
1980/81	562		1576 ²¹	1223	
1981/82	658			1300	
1982/83	704			1300	
1983/84					1362
1984/85					1341
1985/86					1307

Número de alunos dos cursos de Arquitectura e Artes Plásticas da ESBAL entre 1975/76 e 1985/86. Várias fontes.

O Caderno indica-nos que “o DA/ESBAL funciona com 25 turmas, segundo o regime diurno e nocturno, este previsto para estudantes trabalhadores” acrescentando que “conta com a participação de 9 professores, 67 assistentes e 24 funcionários, técnicos, administrativos e auxiliares”. Acrescenta ainda, em relação ao *numerus clausus*, que este é limitado a um número “da ordem dos 150 estudantes”²² e que o

¹⁷ MAGALHÃES. Relatório de 17 de Maio de 1983. Alunos inscritos de 1977/78 a 1982/83. [Fundo FAUL].

¹⁸ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Comissão Directora do Estádio Universitário de Lisboa. *Frequência de Estudantes*. 27 de Janeiro de 1981. [Fundo FAUL].

¹⁹ (s.n.). *Dados referentes à População Estudantil Afecta à UTL de 76/77 a 82/83*. Quadro. [Fundo FAUL].

²⁰ SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II. p.15.

²¹ Embora fazendo análise horizontal este número pareça ressaltar pela sua disparidade em relação aos restantes, a verdade é que um artigo de João Paciência no *Jornal Arquitectos* refere a existência de “cerca de 1500 alunos [em Lisboa] (contra 350 do Porto)”, isto é, mais do quádruplo dos alunos inscritos em Lisboa que no Porto. Cf. PACIÊNCIA, João. Encontro sobre o Ensino da Arquitectura e a Problemática da Profissão do Arquitecto. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 21/22/23, p.7.

²² Em 1980 são colocados na 1ª fase 146 alunos. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 2 de Dezembro de 1980. [Fundo FAUL].

Departamento “tem por fim ministrar formação conducente à licenciatura da arquitectura”.²³

Em *Notas Históricas*, o texto fornece informação histórica até à época – desde as origens do ensino da Arquitectura à situação legal que se vivia, sobre a qual é afirmado: “Neste ano de 1980, o Ministro da Educação e Investigação Científica publica os decretos que criam a Faculdade de Arquitectura integrada na Universidade Técnica de Lisboa e a sua Comissão Instaladora”.²⁴

Quanto aos *Objectivos gerais do Curso*, a introdução, apesar de vaga, reflecte uma orientação pedagógica:

“O reconhecimento de que existem e tendem a institucionalizar-se formas diversificadas de actuação profissional (várias formas de ser arquitecto) leva à procura de ajustamentos da actual estrutura do curso de arquitectura aos múltiplos contornos que o perfil do arquitecto apresenta hoje.”

Tal afirmação informava o estudante que a Direcção da Escola desejava ajustá-la ao exterior, ao mercado – para retomar a metáfora da empresa. Falamos de uma Escola que ambicionava, por exemplo, montar cursos de pós-graduação, ou desdobrar o 5º ano em especialidades, como acabou por acontecer. No fundo, comparando as Escolas do Porto e de Lisboa, trata-se aqui da dicotomia generalista *versus* especialista que faria confrontar Fernando Távora e Augusto Brandão, dois personagens fundamentais na liderança das respectivas instituições.²⁵

Não é só no Caderno de apresentação que lemos este discurso. A ideia de “produto” ajustado vai ser, por sua vez, literalmente aplicada pela própria

²³ *Departamento de Arquitectura, 1980-81*. (Caderno de Apresentação). “Introdução”. [Fundo FAUL].

²⁴ *Idem*. “Notas históricas”.

²⁵ Numa rúbrica intitulada “Debate” no *Jornal Arquitectos*, estes dois académicos vêm expor dois pontos de vista. Brandão afirma: “Defendemos hoje que, como em todas as profissões, o aumento e a profundidade dos campos de intervenção fazem com que surjam especialidades dentro da própria área do conhecimento da arquitectura e que essas áreas, por si só, necessitem de anos de formação académica.” BRANDÃO, Augusto. Uma profissão do nosso século. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, p.6; Távora declara: “Num mundo e numa profissão em que, como dizia Bakema, ‘a relação entre as coisas é mais importante do que as próprias coisas’ parece-me grave pensar na formação de ‘arquitectos especialistas’. Na actual situação portuguesa creio tal conceito de acrescentada gravidade.” TÁVORA, Fernando. Pela “especialização generalista”. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, p.5.

Direcção da Escola, num dos seus balanços anuais, aos próprios alunos. No Relatório de Actividades do ano lectivo de 1981/82,²⁶ lê-se como título: “Perfil do produto, ou do Arquitecto”.²⁷ O desenvolvimento deste ponto segue com: “Não se quer (...) formalizar um produto final que seja um repositório de todas as áreas curriculares que o curso pôs à sua disposição. Não é essa a finalidade do curso. Pretende-se formar um profissional que saiba: a) pensar, realizar segundo métodos próprios, o projecto arquitectónico”.²⁸

Estas dicotomias – arquitectos *versus* projectos de arquitectura como produto, ou especialização *versus* generalização de saberes – incorrem numa revisão contínua de, por exemplo, planos de estudos, o que origina alterações dos mesmos, como veremos.

Para já, a secção *Plano de Estudos* do Caderno em análise (1980/81) é peremptória na afirmação de que “o actual plano de estudos [se] reparte por seis grandes áreas de conhecimento”, designadamente:

- Percepção, representação e comunicação;
- Construção da envolvente edificada;
- História e crítica;
- Arquitectura;
- Planeamento Urbano;
- Materiais relacionados com os factores condicionantes da arquitectura e do planeamento.²⁹

²⁶ Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*. [Fundo FAUL]. [Anexo IV].

²⁷ *Idem* p.8.

²⁸ Não existem outras alíneas.

²⁹ É um facto que o plano de estudos para o ano 1980/81 só será consagrado legalmente com a Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho, isto é, irá sofrer alterações no momento da legalização. No entanto, uma análise cruzada entre o plano de estudos e as restantes condicionantes circunstanciais aqui descritas demonstra que o ambiente é de uma maior estabilidade. Aliás, o nosso estudo anterior (dissertação de mestrado) atribui a esta fase uma fase de “estabilidade”. Cf. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I. p.72.



1º ano
Arquitectura
Construções
Desenho
Geometria Descritiva
Matemática
Teoria da Arquitectura
Estudos do Ambiente
2º ano
Arquitectura
Construções
Estática
Geografia
Teoria da Arquitectura
História da Arquitectura
Desenho (semestral)
3º ano
Arquitectura
Construções
Estruturas
Geografia
Economia
Sociologia
História da Arquitectura
História da Arquitectura Portuguesa
Planeamento Urbano
4º ano
Arquitectura
Construções
Estruturas
História da Arquitectura Portuguesa
História da Arquitectura
Planeamento Urbano
Economia
Geografia
Sociologia
5º ano
Arquitectura
Construções
Planeamento

Figura 36 Plano de estudos incluso no Caderno de apresentação intitulado “Departamento de Arquitectura 1980/81”. [Fundo FAUL]

A estas áreas correspondem as “cadeiras” (hoje unidades curriculares) do plano de estudos da Figura 36,³⁰ estas áreas figuram também na descrição inclusa no artigo “O Salto Qualitativo” da revista *Arquitectura*, já aqui citado, o qual, em cinco páginas (com imagens de trabalhos de alunos), desenvolve teoricamente a concretização das referidas áreas.

³⁰ Este plano de estudos é aqui apresentado pelo motivo de este ano lectivo ser o primeiro após uma tentativa de reformulação de planos de estudos designada por uma Comissão Interuniversitária. Assim, o ano de 1980/81 é um ano de inauguração de um período de maior estabilidade, como dito na nota anterior. Para melhor entendimento da evolução dos planos de estudos da Escola de Lisboa de 1975/76 a 1985/86, V. Apêndices VI a VIII.

O separador de *Gestão e Serviços* é particularmente interessante na medida em que expõe a verba disponível e a intenção da Direcção da Escola em manter o seu plano de acção anterior,³¹ nomeadamente quanto à compra de material tecnológico. Se não, vejamos:

“Em formação e para breve entrada em funcionamento citam-se um Laboratório de Maquetes, outro de fotografias e um Centro de História da Arquitectura e História de Urbanismo e da Urbanização. O D.A. dispõe para o ano de 1980 de um orçamento de 13.500.000\$00”.³²

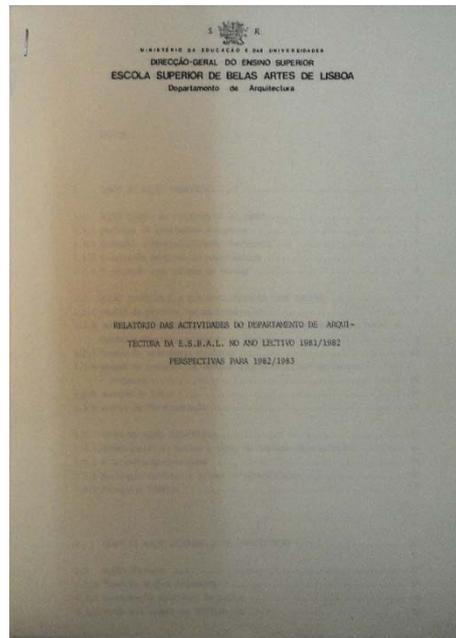


Figura 37 Documento “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983”. Frente. [Fundo FAUL]

Regressemos então ao documento de balanço da Direcção do curso para o ano lectivo 1981/82 (“Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no Ano Lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983” [Figura 37] [Anexo IV]) e vejamos os três segmentos em que está repartido o primeiro capítulo intitulado “Campo de acção pedagógica”:

³¹ Verificamos aqui que a argumentação para pedido de orçamento mantém-se (por exemplo quanto ao estúdio de televisão/laboratório de maquetes).

³² *Departamento de Arquitectura, 1980-81*. (Caderno de Apresentação). “Gestão e Serviços”.

Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L.
no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983

1. CAMPO DE ACÇÃO PEDAGÓGICA
 - 1.1 ACÇÃO QUANTO ÀS FINALIDADES DO CURSO
 - 1.1.1 Períodos de finalidade formativa
 - 1.1.2 Unidades interdisciplinares verticais
 - 1.1.3 Finalidade do Curso de Arquitectura
 - 1.1.4 O projecto como método de ensino
 - 1.2 ACÇÃO ESTRUTURAL A QUE DEVE OBEDECER ESSE ENSINO
 - 1.2.1 Perfil do produto, ou do Arquitecto
 - 1.2.2 Interdisciplinaridade – Vias estruturais e metodológica: Temas e Unidades Pluridisciplinares de Ensino
 - 1.2.3 Quadro de referência do Curso
 - 1.2.4 Resumo do conteúdo da Unidade Pluridisciplinar de Ensino – Projecto
 - 1.2.5 Duração do Curso
 - 1.2.6 Cursos de Pós-Graduação
 - 1.3 CAMPO DE ACÇÃO PEDAGÓGICA
 - 1.3.1 Metodologias de Ensino e tipos de Espaços para aulas
 - 1.3.2 A Interdisciplinaridade
 - 1.3.3 Avaliação contínua e ritmos de aprendizagem
 - 1.3.4 Pedagogia Prática

O que se verifica, ao depararmo-nos com 1.1, 1.2 e 1.3, é que o primeiro capítulo é sobretudo um plano, e efectivamente de pendor pedagógico.³³ (Os restantes capítulos abordam concretizações, e de ordem cultural, ou relativas à acção social, ao apoio logístico, etc., formando, esses sim, um relatório de actividades). Nesse sentido vai ao encontro da ideia de empreendedorismo (as empresas têm sempre o seu plano de negócios); mas sobretudo atribui à Escola um plano pedagógico distinto, isto é, para lá dos meros planos de estudos, o que significa que esta terá uma orientação educativa deliberada.

Tentaremos esboçar algumas ideias contidas nesta primeira parte que nos ajudem a perceber qual é o projecto didáctico da Escola de Lisboa na década de 80.

Começemos com os “Períodos de finalidade formativa” que se dividem em:

³³ Consideramos também significativo para análise o facto de estar escrito nos tempos verbais Presente e Futuro.

1º ano - Propedêutico ou iniciante

2º e 3º ano - Pré-profissionalizante

4º ano - Profissionalizante

5º ano - (Vocacionalizante)³⁴

Quanto à “Finalidade do Curso de Arquitectura”, esta é “a formação de profissionais altamente qualificados (a nível de graduação de licenciados) destinados não só às tarefas de execução de projecto de Arquitectura e de Planeamento Urbano e Regional como à sua correspondente execução física em obra. A função principal do arquitecto termina quando constrói o seu projecto”.³⁵

Relativamente a “O projecto como método de ensino”, trata-se de uma secção extensa que expõe o interesse da Direcção sobre a prática da disciplina de síntese (Projecto). No final da respectiva alocação, o plano abraça os temas da arte e do desenho.

Em “Interdisciplinaridade”, o Relatório remete para “a) Aprendizado por ‘TEMAS’” explicando mais à frente que a falta de interdisciplinaridade “tornaria o curso numa pequena multidão de pequenos cursos deixando isolados, e com dinâmicas de acção própria, cada disciplina. (...) A visão da finalidade do ensino e do aprendizado nunca deverá conduzir à unicidade disciplinar mas ao conceito de Unidade Pluridisciplinar de Ensino – as ‘U.P.E.’”.³⁶ Segue-se uma descrição de cada UPE com a qual a Escola deve contar:

UPE de Projecto;

UPE de Tecnologia Arquitectónica;

UPE de Expressão e Comunicação e

UPE de Crítica e Programação.³⁷

No ponto seguinte, em “Resumo do conteúdo da Unidade Pluridisciplinar de Ensino – Projecto”, é introduzida uma alínea de “Objectivos didácticos dos exercícios”. No 1º ano, o primeiro objectivo deverá ser “Proporcionar experiências nos campos da expressão, da representação,

³⁴ *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983.* p.2. [Fundo FAUL].

³⁵ *Idem* p.4.

³⁶ *Idem* p.9.

³⁷ *Idem* p.16.

do espaço arquitectónico e segundo as suas componentes”.³⁸ No 2º ano a primeira finalidade será

“atingir o que chamamos de P1. Vivencializar o objecto arquitectónico como objecto sujeito a teorias de produção, que, simultaneamente, se procurará conceber como um valor significativo de momentos histórico/culturais e histórico/productivos”.³⁹

O 3º ano deverá desenvolver projectos “com envolvimento a nível de quarteirão (unidade de vizinhança)”⁴⁰ e o 4º ano “projectos de espaços com envolvimento urbano”.⁴¹ Relativamente aos objectivos dos exercícios para o 5º ano,

“ainda que de modo experimental, teremos, pois, a criação de vias opcionais vocacionadas para o desenvolvimento de campos específicos do projecto. Visará esta experiência uma tentativa de consolidar o sistema de vocação como acto pedagógico”.

Trata-se de uma ideia que vai ao encontro do exposto no Caderno de apresentação aos estudantes e no próprio “Perfil do produto, ou do Arquitecto”. Não sendo formado em qualquer especialidade em particular, o arquitecto é um ‘generalista’; mas este plano quer tornar “vias opcionais” uma opção pedagógica experimental de modo a consolidar o “sistema de vocação”. (Um par de anos mais tarde, o propósito concretizar-se-á plenamente com o efectivo desdobramento do 5º ano em três áreas optativas: Arquitectura; Planeamento Urbanístico; Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos).⁴² Mais à frente, o texto do Relatório de Actividades continua com: “de modo a permitir a saída do aluno na área em que demonstrou maior sensibilidade e mais gosto de acção, isto é, maior apetência pessoal”. Segue-se finalmente uma síntese do que se pretende como estrutura do curso:

“Deste modo em relação ao 1º, 2º e 3º anos, funcionará o curso do modo como o indicamos – todo o aluno tem os mesmos

³⁸ *Idem* p.21.

³⁹ *Idem* pp.21-22.

⁴⁰ *Idem* pp.22-23.

⁴¹ *Ibidem*.

⁴² Portaria 448/84 de 9 de Julho, artigo 5º (Estrutura Curricular).

‘curriculae’. No 4º e 5º anos, o aluno trabalhará por ‘combinação de áreas disciplinares’ ou por ‘somatório’ dessas áreas visando uma saída específica do curso. A partir do 4º ano, o percurso escolar será escolhido de entre a série de áreas disciplinares existentes. Cada aluno poderá, teoricamente, escolher o seu percurso”.⁴³

O Relatório continua referindo a duração do curso (5 anos), o número de semestres (6), a quantidade de aulas (cerca de 4000 horas), etc., fazendo anúncio dos cursos de pós-graduação que estão previstos.

Regressaremos ao tema dos cursos de pós-graduação mais tarde.

Em “Campo de Acção Pedagógica”, este Relatório vai abranger os quatro últimos pontos do primeiro capítulo. Relembramos:

Metodologias de Ensino e tipos de Espaços para aulas;
A Interdisciplinaridade;
Avaliação contínua e ritmos de aprendizagem;
Pedagogia Prática.

No primeiro caso, dadas as dificuldades da “falta de espaços que há no Departamento” é introduzida a ideia de “aula polivalente”⁴⁴ por exclusão de “aula especializada”. Uma aula, ou sala polivalente

“deverá ter: Número de mesas e cadeiras idêntico ao número de alunos que a utilizam num único turno; número de cacifos suficientes para guarda do material individual de cada aluno; número de arquivos para guardar: aparelhagem áudio-visual, trabalhos de alunos, apetrechamento e material para outros tipos de ensino do tipo oficinal; pias de água; estores ou cortinas de obscurecimento; iluminação adequada”.

Relativamente a “Interdisciplinaridade”, o Relatório sublinha que

“é um facto que, em qualquer curso superior, as diversas áreas tendem a especializar-se, chamando cada uma a si ou à condução do ensino, uma parte importante desse ensino. No curso de Arquitectura, esse facto não pode existir. Todo o conhecimento

⁴³ *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*, p.23-24.

⁴⁴ *Idem* p.26.

dever-se-á virar para o fornecimento de dados ao processo arquitectónico.”⁴⁵ avançando ainda os nomes dos

“Coordenadores Horizontais por ano (projecto):

1º ano – Prof. Arq. Augusto Brandão

2º ano – Prof. Agr. Troufa Real

3º ano – Prof. Arq. Antero Ferreira

4º ano – Prof. Arq. Tomás Taveira

5º ano – Prof. Arq. Tomás Taveira – Arquitectura

Prof. Arq. Castel-Branco – Planeamento

Prof. Arq. Viana de Lima – Recuperação Urbana”.⁴⁶

Em relação aos Coordenadores há uma parte, ainda dentro da alínea da “Interdisciplinaridade”, que assinala bem o aspecto empresarial deste Relatório/plano:

“Cada um destes Coordenadores será coadjuvado por um docente que administra o ramo do Projecto segundo a sua indicação expressa. É pedido a esses docentes, aos quais se ligarão dois alunos, que verifiquem periodicamente os desfasamentos entre os mapas de coordenação e planeamento de cada projecto e a que a ‘produção pedagógica’ seja dessa norma nesse prisma. Terão assim como missão chamar a atenção do Coordenador pelos desvios que se verificarem em cada turma, em relação aos mapas padrão”.⁴⁷

Sobre “Avaliação contínua e ritmos de aprendizagem” o Relatório refere que

“a avaliação é o próprio acto pedagógico e como tal nada tem com a classificação. Classificação é um dos modos como a sociedade obriga a avaliar. Dizemos isto pois avaliar é encaminhar, é descobrir a vocação, sentir e controlar as limitações, fazer surgir a alegria do acto crítico, do acto criador”.⁴⁸

⁴⁵ *Idem* p.29.

⁴⁶ *Idem* p.29.

⁴⁷ *Idem* p.30.

⁴⁸ *Idem* pp.31-32.

Este trecho sugere que se faça uma auto-avaliação apenas no sentido em que se encontre “a alegria do acto crítico, do acto criador”; os serviços básicos, como a classificação, deverão ser prestados como isso mesmo: serviços mínimos. Explicaremos mais abaixo o porquê desta faceta tolerante.

Quanto a “Pedagogia Prática”, trata-se do desenvolvimento do tema da relação “Escola-Comunidade”. Esta parte tem um intitulado “intróito” com a seguinte redacção: “A equação ‘Escola-Comunidade’ é uma equação difícil, propensa a toda a sorte de demagogias fáceis e precipitadas”.⁴⁹ Mas a Escola é já vocacionada, nesta altura, para a colaboração com entidades que lhe são externas, como por exemplo Câmaras Municipais.⁵⁰ É, aliás, aqui que regressamos à notícia de jornal com o título “Esta Escola tem de funcionar como se fosse uma empresa” e à ideia de um “método pedagógico, seguido na instituição, visando intervir em projectos reais”,⁵¹ nela assinalada com exemplos.

Tomemos então atenção para a finalidade do Relatório de Actividades aqui analisado – recordemos que se trata do “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983” – já que se relaciona, por evidentes analogias, com a notícia inicialmente avançada (e as restantes que constam do Anexo I), além de que é no quadro da sua divulgação que, diríamos, se torna particularmente relevante. A nós interessa-nos sobretudo os aspectos que fazem o Relatório assemelhar-se a um projecto didáctico. De facto, o interesse em fazer-lhe uma análise deriva do facto de uma escola, como um todo, se caracterizar de antemão quando traça o seu modelo pedagógico. Para mais, falamos de uma escola num certo sentido nova, nomeadamente perante o primeiro alargamento orçamental. Cremos que o principal objectivo deste Relatório é o de dar a conhecer a

⁴⁹ *Idem* p.33.

⁵⁰ A relação da Escola de Lisboa com instituições externas, não escolares, neste período, é notada sobretudo pela quantidade e qualidade do expediente analisado para esta tese. Deixamos como exemplo um projecto de protocolo a assinar entre a Escola de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais, para estudos e projectos de Arquitectura, em 1982. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais de 13 de Dezembro de 1982. [Projecto de Protocolo anexo]. [Anexo V].

⁵¹ “Esta Escola tem de funcionar como se fosse uma empresa”. *Diário Popular*. 21 de Dezembro de 1981.

Escola de Lisboa⁵² ao exterior e simultaneamente transmitir um plano pedagógico minucioso, estruturado e encorpado que lhe ofereça o máximo de credibilidade. É neste contexto que se realiza o convite para uma Conferência de Imprensa que dá origem à notícia com que iniciámos esta secção. Assim, o presidente do Conselho Directivo assina um ofício com o seguinte conteúdo:

“Realizando-se no próximo dia 13, pelas 10.00 horas, a abertura solene do ano lectivo de 1981/1982, e desejando este Departamento divulgar o seu Plano de Actividades,⁵³ [é] com interesse que julgamos ultrapassar as fronteiras da própria ESCOLA, tendo a honra de convidar V. Ex^a. para uma Conferência de Imprensa, nas nossas instalações, situadas no Largo da Biblioteca Pública, 2º Piso, no dia 12 de Novembro pelas 10.00 [Anexo VII].”⁵⁴

De facto, as fronteiras da Escola serão ultrapassadas com este acto já que seguir-se-ão algumas notícias em jornais como o *Correio da Manhã* (14 de Novembro de 1981), o *O Primeiro de Janeiro* (16 de Novembro de 1981) e o *Diário Popular* (21 de Dezembro de 1981) [Anexo I]; e o próprio *Jornal Arquitectos* (Novembro de 1981).⁵⁵ Todos estes periódicos incluem a mesma substância, os mesmos conteúdos – não só a parte analisada como a secção cultural do Relatório. O *O Primeiro de Janeiro* e o *Diário Popular* partilham inclusivamente a seguinte citação:

⁵² Augusto Brandão solicita a ajuda dos docentes para determinar o número de alunos que frequenta as suas aulas. Cf. BRANDÃO, Augusto. Despacho. A todos os docentes. 15 de Dezembro de 1980. [Fundo FAUL]. [Anexo VI]. Este tipo de estatísticas vai estar ausente do Relatório mas cremos que é concebida, tanto pela Direcção da Escola como pela Direcção da Associação de Estudantes, no sentido de se tomar conhecimento da realidade escolar.

⁵³ Note-se como neste anúncio o “Relatório de Actividades” vem descrito como “Plano de Actividades”. Tal como dissemos atrás, a primeira parte deste Relatório assemelha-se a um Plano de Actividades. Não se trata aqui de uma opção por divulgar apenas as “Perspectivas para 1982/1983” já que, nas notícias dos periódicos, veremos algumas referências ao projecto pedagógico incluso na primeira parte do Relatório.

⁵⁴ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director de “A Tribuna” de 5 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL].

⁵⁵ Programa de Actividades 1981 – 1982. ESBAL – Departamento de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1981, nº1, p.11. O Programa de Actividades do *Jornal Arquitectos* tem um pendor essencialmente cultural. No “Relatório de Actividades”, a secção cultural, a qual está inclusa na parte “Perspectivas para 1982/1983”, vem relatada de facto. Isto significa que partes do documento terão sido completadas *a posteriori* dos factos ocorridos.

“a inovação pedagógica, a prestação de serviços à comunidade e a dinamização cultural”.⁵⁶ Cremos que são os três pilares que a Direcção emite como súmula do Relatório – e, quanto a nós, são uma boa perspectiva para a construção identitária da Escola ao virar da década: passa a haver um plano pedagógico (pelo menos formalizado); passa a existir uma prática de projecto associada à realidade externa (colaboraões com Câmaras e afins); e são promovidas iniciativas de âmbito cultural (veremos uma amostra, nesta tese).

Assim, considerando a Escola como empreendimento temos, em síntese, a liderança de Augusto Brandão, a promoção através de periódicos, a produção de projectos e diplomados, e um plano estratégico sob a forma de plano pedagógico. Acresce uma imperturbável procura – já que apenas existem, neste período, praticamente duas escolas de arquitectura no país, e, para mais, a Escola de Lisboa situa-se na capital.⁵⁷

De um ponto de vista pedagógico, embora no sentido estritamente burocrático, cremos que a execução do Relatório terá uma influência assinalável. Far-se-á uma revisão do plano de estudos e, em 1982/83, surgirá pela primeira vez a disciplina de Projecto; em 1983/84 será introduzido o já referido desdobramento do 5º ano. Já nos restantes aspectos, desconhecemos o seu alcance. Sabemos, sim, que o ensino na Escola, de um modo geral, continua a ser questionado. O Relatório (plano) será difícil de concretizar, nomeadamente, (a) a coordenação

⁵⁶ Esta referência aparece em pelo menos dois excertos noticiosos. Cf. (s.n.). Segundo Pereira Brandão, Escola de arquitectura é contra-poder cultural. *Correio da manhã*. 14 de Novembro de 1981. [Cópia do Fundo FAUL]. Cf. também (s.n.). Intervindo na cidade como contracultura. *O Primeiro de Janeiro*. 16 de Novembro de 1981. [Cópia do fundo FAUL] [Anexo I].

⁵⁷ Falamos em “procura” também para a realização de projectos, mas sobretudo para formação: “A Faculdade de Lisboa vê todos os dias entrarem e saírem das suas portas qualquer coisa como 1300 pessoas, facto que por si só necessariamente condiciona a vida da Escola desde o funcionamento administrativo até aos percursos que cada aluno experimenta. (...).

Será então [com o terminar do regime da comissão instaladora] que a nova faculdade poderá descobrir a sua vocação através do delinear com contornos mais seguros uma estrutura de escola de massas assente na diversidade da sua capacidade formativa e um carácter mais assumidamente optativo para o percurso de cada aluno.

A Faculdade do Porto protagoniza uma vocação bastante diversa, com os seus 400 alunos, tornando-se numa ‘Escola onde toda a gente virá, mais cedo ou mais tarde, a ser aluno de toda a gente’.” TAMM, Carlos. Ensino. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.5.

horizontal⁵⁸ e (b) os “Objectivos didácticos dos exercícios”⁵⁹ – uma alínea dividida por anos, com um texto complexo, que obrigaria a um empenhamento significativo por parte dos docentes. De facto, numa entrevista para a *Arquitectura*, Augusto Brandão é interrogado acerca de um “certo teor livresco e académico” (ao invés de prático-profissional) que se processaria no ensino da Escola, ficando subentendido que existe ensino convencional; o grau de exigência a que a esta é submetida está ao nível da metáfora que estabelecemos,⁶⁰ isto é, haveria tanto crítica sobre o ensino como interesse por parte da classe em cultivar um curso de teor ‘aplicável’. Quanto ao assunto, Brandão replica:

“Por um lado, temos verificado alguma realidade dessa crítica. Para isso, uma das primeiras medidas tomadas pelos conselhos de gestão, este ano, foi o de contactar com firmas responsáveis de construção civil de modo a estas absorverem, durante as férias, alunos da Escola (...). Por outro lado – e é esta a segunda razão por que dividimos a vossa pergunta – verificamos que logicamente o retrato do arquitecto saído desta Escola é a do arquitecto que estende a sua obra como uma unidade na cidade, entendendo este facto em toda a sua dimensão, mesmo a representativa e projectual. A sua escala gere muito mais a escala 1/500 do que a escala natural. É um facto que organizamos o curso deliberadamente virado para esta finalidade. (...) O conhecimento da pormenorização e da realidade factual tecnológica da Arquitectura pode ser adquirido durante e perante a sua vida (...).”

⁵⁸ *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*, p.17. [Fundo FAUL]. Ao longo dos anos seguintes, o presidente do Conselho Directivo esforça-se para pôr em prática o plano pedagógico através de sucessivas solicitações de reuniões de coordenação sob o esquema que está incluso no próprio plano pedagógico. Por exemplo: BRANDÃO, Augusto. Circular de 21 de Março de 1983. [Fundo FAUL].

⁵⁹ *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*, p.21. [Fundo FAUL]. Não existe uma relação evidente entre os programas das cadeiras para os anos de 1981/82 e 1982/83 (conforme consultados nos serviços académicos da FAUL) e os “Objectivos didácticos dos exercícios” referidos.

⁶⁰ Lembremos que a ideia era preparar os alunos para produzir conteúdos “reais”.

Acabando com: “Julgo que é lícito responder à acusação implícita na sua pergunta com uma pergunta. (...) Qual o retrato, qual o perfil do arquitecto para o Portugal dos anos 80?”⁶¹

Do prisma que tem sido atrás rebatido, a Escola deveria formar especialistas – e ainda assim, como vemos, Brandão admite, pedagogicamente, qualquer ajuste, considerando as interrogações que a década está no momento a colocar. O testemunho de José Aguiar⁶² é um bom contributo para ilustrar estas ideias e dualidades:

“Na minha perspectiva, quando eu fui aluno, as pessoas escolhiam ou o caminho fácil – com elevadas notas e com um hedonismo, enfim, pós-moderno total, do ‘vale tudo’ e ‘é giro’ e ‘tens dezoitos ou dezanoves ou vintes a Projecto’ – ou as pessoas escolhiam professores rigorosos, que não davam 20 a Projecto e que exigiam muito: o João Luís Carrilho da Graça, ou o [Francisco da] Silva Dias, ou o Manuel Tainha. Os alunos, assim que entravam na Escola, falavam entre eles, e havia claramente dois percursos: o percurso divertido, de muita festarola, e bastante facilitado, ou um percurso de uma certa auto-consciência e auto-responsabilização (...). Eu, como tinha estado no Porto, já vinha influenciado por uma determinada forma de ver a disciplina. Fiquei extremamente chocado quando cheguei a Lisboa, porque achei a Escola duma enorme diversidade, sem perspectiva pedagógica, sem coerência pedagógica, e, portanto, de alguma maneira obrigava a um percurso muito auto-formativo. Por outro lado, tinha essa vantagem de permitir uma enorme liberdade. Coisa que no Porto era bastante irritante: sempre que queríamos sair de determinadas perspectivas batíamos numa parede. Portanto era uma Escola que era interessante por um lado, porque permitia uma certa diversidade. Tinha professores ligados à práxis – com uma enorme experiência na disciplina, e a Projecto. Era uma

⁶¹ BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.68.

⁶² José Aguiar fez o 1º ano de Arquitectura na Escola do Porto em 1981 e o 2º ao 5º ano de Arquitectura na Escola de Lisboa entre 1982 e 1986.

Escola que não estava preocupada com as grandes investigações científicas como agora a academia exige, e onde o caminho da pessoa se podia fazer desenhando-se, projectando-se a si mesmo.”⁶³

Igualmente nos testemunha Pedro Maurício Borges:⁶⁴

Eu estudei à tarde, os bons professores estavam na manhã. Tive um excelente professor de Projecto no quarto ano que foi o Santos Machado. Até lá não dava sequer para se levar a sério. Era fácil, não exigia esforço e ia-se fazendo. (...). Isto é um pouco difícil de dizer porque reconheço que tive um ou outro professor igualmente esforçado, mas sem grande impacto. Aprendi mais com os alunos, com a malta que ia fazer os dois primeiros anos ao Porto e depois vinha para Lisboa. O Santos Machado encostava toda a gente à parede, inclusive essa malta que vinha apetrechada e que tinha uma ideia do que poderia ser fazer arquitectura. Ao passo que a escola que eu tive era completamente *freeriding*, dava para fazer tudo: no segundo ano cheguei a fazer um projecto dadaísta.”⁶⁵

Os testemunhos indicam que há, na prática do dia-a-dia escolar, certo sentido de liberdade – ou de falta de interdições. Mas se considerarmos que a responsabilidade da condução pedagógica, da sala de aula, começa na Direcção, e que a sua orientação é liberal, então no que se refere à prática de considerar somente as minorias impopulares – como um grupo de alunos específico ou um aluno individualmente – ao invés de maiorias,⁶⁶ Brandão não corresponde ao padrão. Quando é confrontado, por exemplo, com a tendência para um conjunto de “actividades” que “sob o pretenso aspecto pedagógico” equivalem a “iniciativas [que] vêm

⁶³ Entrevista a José Aguiar (2014.03.25).

⁶⁴ Pedro Maurício Borges completou Arquitectura na Escola de Lisboa no ano de 1986.

⁶⁵ BORGES, Pedro Maurício. Cit. por LOPES, Diogo Seixas; BARBAS, Patrícia. *Jornal Arquitectos*. 2015, n.º 252, p. 561.

⁶⁶ Se fizermos o exercício de considerar Augusto Brandão um liberal, podemos aplicar o que nos indica a Enciclopedia Britannica, “Liberals often have been wary of democracy (...) because of fears that it might generate a tyranny by the majority. One might briskly say, therefore, that democracy looks after majorities and liberalism after unpopular minorities.” (“liberalism”. *Encyclopædia Britannica Ultimate Reference Suite*. Chicago. 2014).

sendo tomadas arbitraria e isoladamente quer por turmas quer por grupos de alunos”, a sua tolerância é esquiva. A este respeito, Brandão determina que “nenhuma actividade poderá ter lugar nesta Escola sem que dela tenham conhecimento os órgãos de Gestão competentes ou constem de programas ou planos de trabalhos previamente elaborados e autorizados [Anexo VIII]”.⁶⁷ É claro que a conclusão acima deriva de uma análise à escala da Escola e de acordo com os conceitos relativos de minoria e maioria, já que Brandão é verdadeiramente apoiante de, por exemplo, alunos que solicitam bolsas ou outro tipo de ajudas,⁶⁸ revelando sentido de proximidade e solidariedade. Este tipo de tutela acompanha, aliás, a sua relação com a Escola, pelas razões que temos vindo a explicar, e outras.⁶⁹

Igualmente para o artigo da revista *Arquitectura* já citado, quando Brandão é confrontado com “críticas do exterior da Escola” que afirmam que “há profissionais, alguns como sendo dos melhores, que não leccionam aqui” responde com: “Não poderão nem deverão haver vedetas nesta Escola. Formamos um todo e não um somatório de estrelas”,⁷⁰ o que demonstra que, também no recrutamento de docentes, Brandão deseja que o sentido do colectivo se sobreponha ao individual. Portanto não falamos em liberdade na generalidade, mas sim na prática pedagógica, como aliás o próprio Augusto Brandão vem a admitir. Assim, cremos na tese que defende que, sob a sua liderança, o Departamento de Arquitectura da ESBAL foi, nos anos 80, uma escola

⁶⁷ BRANDÃO, Augusto. Circular de 27 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo VIII].

⁶⁸ E.g. “Entre os participantes que concluíram o referido Curso, encontra-se a licenciada em História Zulmira (...), que demonstrou larga aptidão e muita capacidade. É em face de se tratar de uma técnica que frequentou com muito bom aproveitamento um Curso de tema tão actual e importante que tomo a liberdade de a recomendar a V. Ex.^a para uma possível admissão nesses Serviços (em Lisboa ou fora) de que V. Ex.^a é o ilustre Director Geral.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1 de Agosto de 1985. [Fundo FAUL]. E.g. “Na sequência do contacto havido (...) vimos por esta forma manifestar o interesse desta Faculdade na concretização de estágios profissionais para finalistas recém-formados do ramo do Planeamento Urbanístico.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Dr. Palma Andrés, Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo de 16 de Outubro de 1984. [Fundo FAUL].

⁶⁹ Augusto Brandão é uma figura tutelar da Escola de Lisboa por uma questão biográfica, vocacional e histórica. Entre os aspectos que referimos até este trecho contam-se muitos outros. Por exemplo: o acompanhamento de doutoramentos.

⁷⁰ BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.69.

com uma prática pedagógica de pendor liberal. Reportamos a duas razões de maior, fundamentadas pelos dados que temos visto, que nos levam a esta afirmação: no sentido em que o projecto pedagógico assentava num “sistema de vocação” oficial; e no sentido em que os alunos eram motivados a trilhar a sua própria formação, sob a forma de autodidactismo.⁷¹

Concluimos ainda que a Escola de Lisboa é uma empresa conduzida nestes anos de forma “feliz” e que, por simpatia, seria permitido a professores e alunos exercerem a sua actividade de uma forma desprendida,⁷² uma liberdade praticada também pela Direcção, nomeadamente em forma de alegria.⁷³ Quando questionado sobre o que

⁷¹ No âmbito de uma condução liberal, Augusto Brandão vem lançar iniciativas de adesão facultativa, as quais acabam por vir a mobilizar docentes e alunos para tarefas extra-escolares. (Aqui reside grande parte do “sentido empresarial” a que já reportámos). Apesar do risco de falhar noutras matérias, como as de carácter pedagógico – as relativas à sala de aula, já que não quer interferir na independência de cada docente, como veremos – o resultado deste gesto é um legado de considerável latitude para aqueles que souberam e puderam aproveitar. Alunos e recém-formados em arquitectura tiveram, na década de 80, ocasiões raras de formação académica e humana. Foi por iniciativa de Augusto Brandão que se fizeram em Lisboa os “Seminários Internacionais de Arquitectura” – e não por iniciativa de Tomás Taveira, ao contrário do que se poderia crer, por ter sido este o seu coordenador e maior divulgador; foi sob tutela de Brandão que se realizou na Escola um dos primeiros encontros da Association Européenne pour l’Enseignement de l’Architecture, uma organização europeia pioneira na discussão do ensino da Arquitectura; foi por iniciativa de Brandão que se realizaram uma série de pós-graduações inéditas em Portugal; foi sob a sua Direcção que se formou um Centro de vídeo na recém formada Faculdade e se comprou o primeiro computador [Anexo IX]; entre diversas outras realizações que se deveram a um seu incontestável pragmatismo.

⁷² A respeito do desprendimento de discentes e docentes: foi sugerido atrás que a Direcção estaria sujeita ao caminho que o corpo escolar ia percorrendo, possivelmente tanto ou mais do que ao contrário. Por exemplo, em 1980, Brandão solicita a cada docente a contagem dos alunos que “assistem às suas aulas”, “por efeitos estatísticos”. Cf. BRANDÃO, Augusto. Despacho de 15 de Dezembro de 1980. [Fundo FAUL]. A expressão “duas faces da mesma moeda” foi usada neste contexto num artigo escrito para uma conferência no âmbito da investigação realizada para esta tese. Cf. SILVA, Leonor Matos. Two sides of the same coin. Liberty and Liberalization in Portuguese post-revolutionary architecture. The Lisbon School towards European integration: 1976 – 1986. In *The Architecture of Deregulations: Postmodernism, Politics, and the Built Environment in Europe, 1975-1995*. Stockholm: KTH School of Architecture, 2016.

⁷³ No almoço de homenagem à sua saída da Escola, em 1991, Augusto Brandão responde à apresentação de Carlos Antero Ferreira com as seguintes palavras: “Neste momento sou, de facto – mas sempre fui – uma pessoa feliz. A vida sempre me correu bem, nunca tive grandes problemas. Pude chegar a esta posição – não como [?][alguém] que está agora a levar um pontapé – mas numa posição airosa e numa posição satisfatória para todos. Julgo que terminei a minha acção aqui na Faculdade; o momento era, de facto, um momento h para continuar a ser feliz, para continuar a ver os outros felizes e, principalmente, para não começarmos todos a zangarmo-nos todos uns com os outros. Julgo que foi um momento psicológico e, daí, a minha posição de querer sair; sair fundamentalmente das posições que tinha nesta Faculdade.” Videograma 0983.

sublinha como a maior concretização do período em que esteve à frente da Escola, Brandão responde:

“Para mim, foi eu ter transformado a Escola num acto de produção de fenómenos arquitectónicos com a maior diversidade possível. Nunca procurei limitar um professor a não fazer aquilo que ele considerava ser a sua teoria total. Houve alunos que saíram pós-modernistas, houve alunos que saíram modernistas...”⁷⁴

De resto, importaria saber se, para além da sua “teoria total”, esses professores obtinham a qualidade pedagógica subentendida no Relatório de Actividades. Em entrevista recente, oferece-nos nomes de “professores muito bons” da altura – demonstrando como não lhe era indiferente a questão pedagógica *tout court*:

“O [Manuel] Tainha, o Fernão Lopes Simões de Carvalho – que é um de que pouco se fala e que foi aluno do Le Corbusier e que trouxe pessoas que andavam à volta do Le Corbusier. Veio de África. (...). De Geografia, o Ilídio do Amaral, o Jorge Gaspar. Em urbanismo... depende: se considerar um urbanismo muito orgânico, o Taveira era um bom urbanista; se for muito racional, o Costa Lobo era muito melhor, andava no Técnico e andava lá. Era muito racionalista. Havia professores muito bons: a Maria João Madeira Rodrigues, o [Artur Nobre de] Gusmão, a Maria Calado – a Maria [Calado] e a Margarida [Calado]...”⁷⁵

Creemos que uma das particularidades de Brandão, além de um espírito de empreendedor, é uma não desprezível capacidade de perspectivar o futuro. Por exemplo: numa parte mais avançada do Relatório é feita uma referência à intenção de montar um “pequeno estúdio para a captação e reprodução de imagens filmadas ou gravadas em vídeo-cassete de modo a fornecer ao aluno lições teóricas de aulas a nível científico”.⁷⁶ Ora,

Almoco de Homenagem e Despedida ao Prof. Augusto P. Brandão. [Denominação do Fundo FAUL]. Podemos ainda confirmar a sua visão de si próprio no livro BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015.

⁷⁴ Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

⁷⁵ *Idem*.

⁷⁶ Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983, p.28. [Fundo FAUL].

trata-se de uma intenção de 1982, ano em que era difícil antever extensão que a “revolução” do vídeo iria ocupar entre os diversos *media*,⁷⁷ e a dimensão que o Centro Multimedia da Faculdade de Arquitectura de hoje iria atingir.⁷⁸

Outro exemplo terá a ver com a Ordem dos Arquitectos – ou uma tentativa gorada e controversa, em 1982, de convencer a classe a estabelecer uma Ordem dos Arquitectos⁷⁹ – algo que veio a tornar-se realidade 16 anos mais tarde (1998).

De facto, nem todos os seus desejos resultaram segundo os seus planos assentes numa “visão utópica”⁸⁰ – como o uso do actual edifício da Faculdade de Arquitectura:

“Eu não tinha ideia que iam tirar o partido errado da Escola. A ideia era só um curso de arquitectura com toda a metodologia mais moderna que existisse no mundo. Nós tínhamos um núcleo de produção de matéria – um *studio* que produzia, de facto, transmissões, que estava sempre a criar matérias. E os computadores eram a base do ensino da arquitectura. Cada

⁷⁷ Cf. NEWMAN, Michael Z.. *Video revolutions. on the history of a medium*. New York: Columbia University Press, 2014. pp.36-42.

⁷⁸ Ainda quanto ao interesse que Brandão demonstra nas tecnologias, citamos uma parte de um seu discurso, gravado em vídeo, na sessão de distribuição de diplomas de 1981/82: “Louvo dois docentes aos quais esta Escola já muito deve. Louvo o assistente Rui Leal da Silva pelo seu esforço enorme na integração dos sistemas de informática dentro da Escola. De facto, os sistemas de informática nas técnicas de desenho vão começar a ter o seu grande impacto; e o Sr. Assistente Arquitecto Carlos dos Santos (...) tem sido uma pessoa extraordinária em toda a dinamização deste processo”. Videograma 21. Workshop de Arquitectura. Sessão de Abertura 1 sessão e início da 2. [Denominação do Fundo FAUL]. A partir do minuto 09:45. [Fundo FAUL].

⁷⁹ Cf. NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, pp.16-17.

⁸⁰ “Do pensamento radical do ponto de vista ideológico político da Escola do Porto, surge na ESBAL – a Escola de Lisboa a partir de 1981, com um Departamento de Arquitectura plural onde coexistem todas as correntes ideológicas, desde o ecologista Cláudio Spies, aos conservadores Carlos Antero Ferreira e Sousa Cardim, com primazia para a visão utópica, na qual tem muito orgulho e ainda hoje faz parte Augusto Brandão. Esta orientação devia-se ao seu carácter teórico albertiano por um lado e visionário utópico por outro.” ALHO, Carlos. In BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015. pp.39-40.

pavilhão correspondia a um ano. O aluno passava lá o dia inteiro, e a noite inteira. Tinha o seu lugar.”⁸¹

Figura 38 Desenho de Augusto Brandão da colecção “Desenhar Arquitecturas” com o título “Cidade Sexual”. Integrado na Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017.



Este tipo de pensamento “utópico”⁸² não contradiz o seu pragmatismo nem muito menos “um certo intervalo lúdico”⁸³ que caracteriza a cultura portuguesa dos anos 80; pelo contrário, e como se pode verificar nos seus desenhos [Figura 38],⁸⁴ trata-se da

expressão pontual de uma “ubiquidade diletante”.⁸⁵

⁸¹ Entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15). [Apêndice XI].

“O projecto tido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa foi uma espécie de lenda. Como é sabido, a Escola de Belas-Artes de Lisboa possuía na sua estrutura uma secção de Arquitectura diferenciada das outras, incluindo um conselho científico.

Foi esta secção diferenciada que constituiu o embrião da nova faculdade, criando de permeio um departamento de arquitectura (dentro da ESBAL), que previa uma construção de dois anos.

A solução final resultou da aplicação de uma metodologia projectual que correspondeu a uma multiplicidade de necessidades, de acordo com a vivência da faculdade. O plano elaborado foi aplicado. No entanto, passados dois anos, a faculdade, projectada inicialmente para um curso de Arquitectura com 1200 alunos, estava a funcionar com mais cursos e mais alunos. O conceito projectual aplicado no projecto inicial permitiu a adaptação a estas alterações (ABP).” Cartaz n.º 76 da Exposição “Augusto Pereira Brandão: Vida e Obra” inaugurada a 11 de Maio de 2017 na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.

⁸²A obra é ainda considerada, segundo José Manuel Fernandes, sob influência do Brutalismo, que pode ser considerado uma reminiscência do Movimento Moderno, e daí a nossa analogia. “Refira-se ainda a influência do chamado Brutalismo, corrente arquitectónica dos anos 1960, no quadro da obra de James Stirling (1926-1992), nomeadamente pensando na Biblioteca da Universidade de Cambridge, de 1964-68, com temas espaciais e construtivos que se encontram de algum modo na FAUTL: espaços-núcleo, abrangentes, com sistemas multifacetados de cobertura, servidos por amplos sistemas de iluminação zenital com estruturas envidraçadas, de característicos ângulos de 45 graus.” FERNANDES, José Manuel (coord.). Livro de Homenagem a Marieta Dá Mesquita. *Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa – História e Valor*. Caleidoscópio. 2012. p.27. (Conferência 6: José Manuel Fernandes).

⁸³ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.202.

⁸⁴ Os desenhos de Augusto Brandão sugerem um carácter polifacetado. Se não por tudo o que tem sido considerado até aqui, pelo menos pelo depoimento de José Gorjão Jorge (2016.04.22) confirmamos essa impressão: “O professor Brandão é um revolucionário. Não lhe reconhecem isso porque estão a dormir em pé. (...). A Escola, o que é hoje em dia? Deve-se em grande parte a ele. (Mas não é só a ele). Porquê? Porque ele foi o primeiro a introduzir aqui uma espécie de dimensão lúdica que nos salvava de adormecer em pé. (...). Já o Freud dizia: ‘A universidade é o refúgio para aqueles que não se querem confrontar com a vida.’”

⁸⁵ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita*. p.203. O trecho de Figueira diz: “Por oposição à cultura prevalecente (...) a ubiquidade diletante substitui a militância

Consideremos, pois, um pós-modernismo que se acentua com o início da década,⁸⁶ predominantemente centrado no prazer:⁸⁷ quando questionado sobre o que acha que fazia diferente em relação ao período em que dirigiu a Escola, responde que

“Não fazia nada. Eu acho que foi um momento importantíssimo. Julgo que uma escola realiza-se quando é feliz. E uma escola é feliz quando não tem *casos*, ou quando os casos são resolvidos entre as pessoas”.

Mais ainda quando confrontado com a necessidade de rever a entrevista que nos foi prestada, responde com assinalável desprendimento:

“Não quero rectificar nada. Acho óptimo você dizer aquilo que pensou. Eu não conto, no meio disto tudo. Eu nunca conto.”

Acrescentando:

“É verdade. Dou só ideias.”

De facto, a forma como Augusto Brandão se revê e revê o seu passado é a de alguém que soube antever o paradigma de uma sociedade relativista, libertária, em mutação; alguém que, ao invés de domesticar a Escola de Lisboa, trouxe-lhe uma gestão distinta. Finalmente alguém que assume que as empresas que se propõe gerir funcionam ao sabor dessa ideia de pós-modernidade.

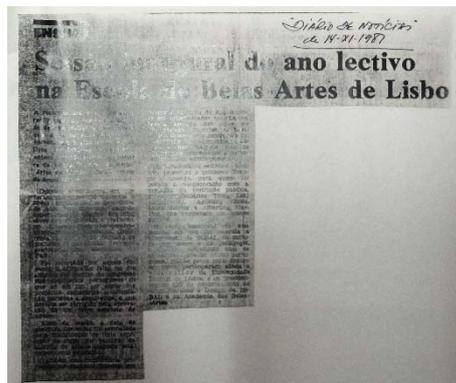
política”. No caso de Brandão, não cremos que haja um desprendimento da militância política, por razões culturais, e sobretudo geracionais, no entanto acreditamos que se lhe aplica essa forma de querer abarcar tudo o que é bom – o que é, no fundo, o que, cremos, a expressão significa.

⁸⁶ “Marcada pela resistência anti-fascista e depois pelas aspirações abertas pela Revolução de Abril, no início dos anos 1980 a cultura portuguesa (...) pós-moderniza-se.” *Idem* p.202.

⁸⁷ Segundo Jorge Figueira, no pós-modernismo, o prazer é uma forma de ideologia. *Cf.* FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita*. p.203.

Team 10 e Amâncio Miranda Guedes: o arranque da internacionalização

Figura 39 Excerto do *Diário de Notícias* de 14 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]



Numa outra notícia de jornal [Figura 39] [Anexo XI], vemos como manchete “Sessão inaugural do ano lectivo na Escola de Belas Artes de Lisboa”⁸⁸ com o subtítulo “Ensino”. Desta vez, o destaque vai para a conferência proferida por Amâncio

Miranda Guedes, mais conhecido por Pancho Guedes. Trata-se de uma notícia de 14 de Novembro de 1981, isto é, cerca da mesma data das acima referidas, e que começa da seguinte forma:

“A recepção aos novos alunos, a reafirmação da coesão e vitalidade de uma instituição com quase cem anos de existência e uma homenagem a alguns dos respectivos funcionários assinalaram ontem a sessão solene de abertura da Escola superior de Belas-Artes de Lisboa, departamento de Arquitectura” resolvendo, a páginas tantas, em:

“Também uma conferência proferida por Amâncio Guedes que exerce docência de arquitectura em universidades americanas teve a atenção das cerca de 200 pessoas presentes. O tema da sua intervenção centrou-se na construção ‘Moçambique antigo e não daquele que os portugueses começaram a intervir no fim do século passado’.”⁸⁹

⁸⁸ Sessão inaugural do ano lectivo na Escola de Belas Artes de Lisboa. *Diário de notícias*. 14 de Novembro de 1981. [Cópia no Fundo FAUL]. Reporta, portanto, ao ano lectivo de 1981/82.

⁸⁹ *Idem*.

Há pelo menos duas observações a fazer sobre esta notícia. Primeira: o número de duzentas pessoas a assistir a uma sessão solene de abertura da Escola parece demasiado para 1981. Contudo, este número é verosímil, já que, a partir dos anos 80, a Escola passa a investir mais em solenidades, festividades, comemorações, etc.. Segundo: a escolha do conferencista não é gratuita. O corpo escolar estaria ciente do currículo do orador. Para mais, o desejo de internacionalização, no sentido do abrir de portas, faz parte das declaradas intenções de Augusto Brandão,⁹⁰ como será patente nesta tese; e Pancho, apesar de natural de Portugal, é, em certo sentido, um “estrangeiro”.⁹¹ Enfim, este trecho de jornal notifica que Pancho era, naquele momento, um arquitecto considerado no meio escolar.⁹²

Julgamos que o convite para vir a Lisboa, que acarretou o convite a leccionar na Escola⁹³ (veremos mais à frente em que termos), terá tido o apoio de Troufa Real. Troufa

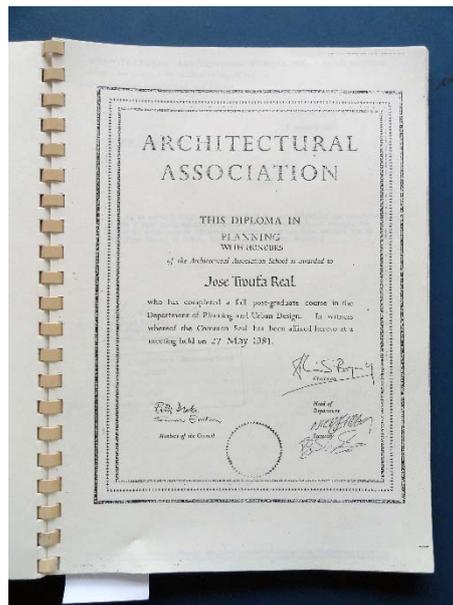


Figura 40 Cópia do diploma em *Planning* de José Troufa Real na Architectural Association incluída no seu *Curriculum Vitae*. [Fundo FAUL]

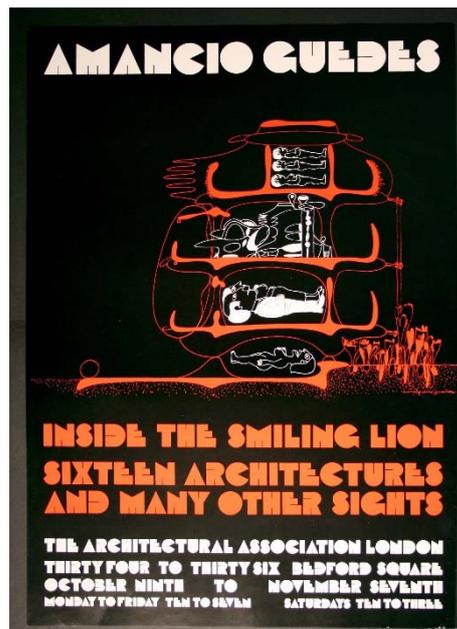
⁹⁰ Em entrevista à revista *Arquitectura*, em 1982, refere: “A Escola de Lisboa, e julgo que qualquer dos presentes o pode verificar, está extremamente aberta a estabelecer contactos com qualquer escola. Nós temos mesmo procurado estabelecer abertamente contactos com escolas de outros países. (...) Iniciámos, de facto, relações não só com escolas estrangeiras, mas com outras entidades de índole cultural no estrangeiro. Neste campo estamos em franco trabalho diário” – reportando, de seguida, para as diversas ocorrências que vêm ocupar o espaço escolar nesse período, nomeadamente as que mais abaixo daremos atenção. BRANDÃO, Augusto. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.70.

⁹¹ “Em 1994, na exposição dedicada aos anos 60, comissariada pelo arquitecto José Manuel Fernandes, Pancho Guedes (...) foi incluído como o mais experimental e estrangeirado dos autores portugueses revelados nos anos 60.” SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. Lisboa: Caleidoscópico, 2007, p.185.

⁹² Não teria sido sempre assim: “Apesar de desenvolver muitos projectos, ainda não era arquitecto em Portugal e por isso teve que vir para Portugal, fazer o Exame de Estado (...). Foi para a Escola de Belas Artes em Lisboa, mas como achou que era inútil, foi para o Porto, onde obteve o reconhecimento do curso.” SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. p.180.

⁹³ “Surge o primeiro convite para ser professor em Portugal. Andava por esta altura empenhado em utilizar o dinheiro que tinha ganho nos Estados Unidos numa pequena casa na Eugaria.” SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. p.184.

Figura 41 Cartaz da Exposição de Amâncio Guedes em Outubro a Novembro de 1980 na Architectural Association. [Fundo AA]



Real é um personagem igualmente interessado nos temas africanos.⁹⁴ É Troufa Real quem estará à frente da pós-graduação em “Arquitectura Tropical” na ESBAL, um par de anos mais tarde. Ter-se-á cruzado com Pancho quando fazia o seu curso de pós-graduação em *Planning* na Architectural Association (diploma de Maio de 1981) [Figura 40]⁹⁵ – curso simultâneo à exposição retrospectiva

do trabalho de Pancho que nessa escola vigorava (Outubro a Novembro de 1980) [Figura 41].⁹⁶

Sabemos que Pancho fazia parte do Team 10,⁹⁷ se ainda podemos considerar o grupo como estando activo em Novembro de 1981; também sabemos que era um elemento que “não fazendo parte do exclusivo ‘núcleo duro’ do grupo – que se pode afirmar ser constituído pelo casal Smithson, Aldo van Eyck, Bakema e Candilis – (...) ocupa uma espécie de segunda linha, igualmente activa”.⁹⁸ Acreditamos que o mesmo se passava com Pancho na Escola de Lisboa. Mas, de momento, concentremo-nos no que parece ser uma triangulação entre Troufa,

⁹⁴ O seu currículo inclui muitas obras de arquitectura em Luanda, nomeadamente como dirigente do Gabinete de Urbanização da Câmara Municipal de Luanda nos anos 60 e 70. Cf. REAL, José Troufa. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL. (s.d.). [Fundo FAUL].

⁹⁵ *Idem*.

⁹⁶ Cf. SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. p.183.

⁹⁷ Para uma definição de Team 10: “O Team 10 (também conhecido como Team X) refere-se a um grupo (sem vínculo formal) de arquitetos reunidos após a dissolução do CIAM [Congresso Internacional de Arquitectura Moderna] com o objetivo de rever os seus conceitos. Entre seus membros mais assíduos e importantes estiveram Jaap Bakema, Georges Candilis, Aldo van Eyck, Giancarlo de Carlo, Alison e Peter Smithson e Shadrach Woods. O grupo formava uma ‘geração mais jovem’ que pretendia manter o espírito do CIAM através de uma revisão crítica.” Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Team_10

⁹⁸ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.60. Verificamos também que os Smithsons tinham um gosto particular no trabalho de Pancho. “Na década de 60, os Smithsons foram à África do Sul e apareceram em Lourenço Marques. Visitaram as obras de Pancho Guedes, ficando fascinados pela qualidade do trabalho que era realizado naquele pequeno ateliê.” SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. p.182.

Pancho e os Smithsons que faz com que a Escola, ou a Direcção, anuncie a recepção de uma reunião do Team 10 em Lisboa,⁹⁹ apesar da morte de Bakema, nesse ano.¹⁰⁰

Já dissemos, atrás, que vimos só a primeira parte do Relatório das Actividades do ano de 1981/82 (plano pedagógico). Mais à frente, em “Campo de Acção Cultural e de Investigação”, está então referida “a vinda dos elementos do ‘Team Ten’”. Essa parte do Relatório acaba com:

“A Escola tudo fez para que a reunião de 1982 se realizasse em Lisboa, tanto mais que como Grupo, subordinado a uma ideologia de Grupo o Team Ten, talvez se desligue e desapareça em 1982. E conseguiu.

Eles estiveram em Portugal e deram palestras na Escola sobre os seus trabalhos [Anexo XII]”.¹⁰¹

Quando se refere às “palestras”, o Relatório está provavelmente a reportar aos dias 10 e 11 de Novembro, quando estavam previstas as seguintes conferências no anfiteatro da Escola [Anexo XIII]:¹⁰²

10 Novembro 1981 – 10:00

“Um estudo sobre implementação grega”,

por Alison e Peter Smithson

11 Novembro 1981 – 10:00

“As últimas obras do Professor Arquitecto Amâncio Guedes”,

por Pancho Guedes.

⁹⁹ Programa de Actividades 1981 – 1982. ESBAL – Departamento de Arquitectura.

Jornal Arquitectos. 1981, nº1, p.11.

¹⁰⁰ “O Casal Smithson esteve na Escola vindo pela mão de Pancho, que por sua vez vem pela mão de Troufa Real.” Entrevista a Michel Toussaint (2014.05.09).

¹⁰¹ *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*. p.39. [Fundo FAUL]. [Anexo XII]. Segundo a *Wikipedia*, houve uma última reunião com quatro membros em Lisboa: “The group’s first formal meeting under the name of Team 10 took place in Bagnols-sur-Cèze in 1960. The last, with only four members present, was in Lisbon in 1981”. Disponível em https://en.wikipedia.org/wiki/Team_10. O Boletim Informativo n.º 4 afirma a presença de Giancarlo de Carlo, com os restantes membros. Cf. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo* 4. 1982. [Fundo AEFA].

¹⁰² BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da ANOP de 5 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL].

Os Smithsons acompanhariam ainda os trabalhos dos alunos. Embora já não fossem “propriamente muito jovens”, havia conversas na sala de aula de Troufa Real.¹⁰³

Quanto a nós, é importante não exactamente saber se elementos do Team 10 se tenham reunido como grupo (ou pela última vez) em Lisboa, mas que Alison Smithson, Peter Smithson, Pancho Guedes e possivelmente Giancarlo de Carlo tenham estado na Escola juntos, em 1981. Dois anos mais tarde, quando Edward Jones, arquitecto britânico, é convidado a dar uma palestra sobre o pós-modernismo, começa por contestar as ideias dos Smithsons – com as quais o próprio convive, na sua prática – e remetê-las ao auditório da ESBAL. Em ambos os casos – Team 10 e Jones – são vivências e culturas de fora, que a Escola só pode estranhar, porque *nunca chegou a ser moderna*,¹⁰⁴ mas que não despreza, e isso não é só vagamente importante. Desconhecemos que haja mais lugares no país que tenham tido a particularidade do confronto de ideias com os Smithsons, em 1981. Se era o fim, o momento da decadência das teses do Team 10, maior o significado desta visita, porque catapultava a audiência para o debate, por contraste com a realidade em franca mutação. Além disso, trata-se de um momento de abertura da Escola à erudição e ao exterior, o que não é de somenos.

Apesar de haver registos de que é bem-recebido pelos alunos e pela Direcção, Pancho escusa-se a falar muito sobre a sua acção na Escola de Lisboa. Tanto no Team 10 como na Escola, é talvez marginal e excêntrico;¹⁰⁵ diz que a Escola “era uma experiência bastante estranha”¹⁰⁶ – mas isto já nos anos 90. Quanto aos anos 80, o processo de professor indica-nos que foi inicialmente autorizada pela Direcção-Geral do Ensino Superior a sua nomeação, por convite, como professor da Escola, em

¹⁰³ Conforme depoimento de Michel Toussaint (2014.05.09).

¹⁰⁴ Trata-se de uma ideia aventada por Eduardo Souto de Moura, desta feita referindo-se ao texto publicado no catálogo do evento *Depois do Modernismo*. O autor afirma, mais propriamente: “Quanto a mim, esse texto não era contra o pós-modernismo! O que houve foi uma certa desconfiança, no sentido de se dizer, ‘Porque é que vamos entrar...’. É como se se dissesse: ‘Se ainda não conseguimos ser modernos, porque é que já devemos ser pós?’” MOURA, Eduardo Souto de et al.. Um quadrado a menos. *Jornal Arquitectos*. 2002, n.º 208, pp.16-26.

¹⁰⁵ Conforme depoimento de Michel Toussaint (2014.05.09).

¹⁰⁶ GUEDES, Pancho. Cit. por FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011, p. 108.

Dezembro de 1981;¹⁰⁷ já a Escola contrapõe a autorização de nomeação referindo que “por se ter verificado posteriormente que não existe qualquer vaga de Professor no 1º Grupo” só é possível uma “autorização para que o interessado seja contratado além do Quadro, para reger a cadeira de Arquitectura, em prestação de serviços”,¹⁰⁸ etc., o que a Direcção Geral autoriza, e em Junho de 1982. Pancho obtém horário para o ano lectivo de 1982/83, pelo menos [Anexo XIV].

Em Março de 1985, uma carta já dirigida à University of the Witwatersrand, Johannesburg, afirma que “não é mais possível a renovação automática do contrato”.¹⁰⁹

Pancho era estimado pelo menos por um núcleo de alunos e professores, como dissemos; sabemos isto pela razão expressa da boa recepção que, neste contexto, tiveram duas suas conferências, em 1983 e 1984 [Figura 42].¹¹⁰ Filmadas, encontram-se hoje no arquivo videográfico da Faculdade, onde e é possível ver um auditório cheio.

¹⁰⁷ Direcção-Geral do Ensino Superior. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa de 30 de Dezembro de 1981.

¹⁰⁸ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Fevereiro de 1982. In processo individual de professor de Amâncio Miranda Guedes.

¹⁰⁹ “Durante o presente ano lectivo (...) a contratação de docentes passará a obedecer às regras estabelecidas no Estatuto da Carreira Docente Universitária. (...) A admissão de pessoal docente para a U.T.L. passou a processar-se em termos diferentes do que vinha sendo prática no Departamento.

Nesta conformidade, não é mais possível a renovação automática do contrato que o Departamento de Arquitectura havia celebrado com V. Ex.^a. Todavia, uma vez verificado o regresso definitivo a Lisboa – situação que permitiria exercer funções docentes de [?] regular, poderá a Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura encarar a hipótese de convidar V. Ex.^a para o exercício de funções docentes como docente convidado desta nova Instituição de ensino.” Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta para Amâncio D’Alpoim Miranda Guedes de 21 de Março 1985. In processo individual de professor de Amâncio Miranda Guedes. [Fundo FAUL].

¹¹⁰ Videograma 15. Imaculada Conceicao (6 Concepcoes – 6 Conceicoes) (1983) [Denominação do fundo FAUL]. Videograma 16. Historias de Amigos e Inimigos do Tempo de Camoes (1984) [Denominação do fundo FAUL]. [Fundo FAUL].

Figura 42 Conferência de Pancho Guedes com o título “Histórias de Amigos e Inimigos do Tempo de Camões” (1984). Fotogramas. Troufa Real (à direita) faz uma apresentação prévia do conferencista. [Fundo FAUL]



(Uma dessas conferências é apresentada por Troufa Real, o qual fala dos Smithsons sem fazer qualquer referência a terem estado na Escola de modo formal).¹¹¹

A visita de Pancho Guedes e dos Smithsons à Escola, em 1981, é o primeiro momento emblemático da abertura da Escola ao exterior, nomeadamente internacional.¹¹² Estas relações internacionais irão contribuir para uma imagem que a Escola passa a ter de si própria. O encontro com o exterior, em democracia, é obrigatório. A visita dos Smithsons, mas sobretudo de Pancho, num momento solene, é um dos mais evidentes e precoces sinais de uma década preenchida por

¹¹¹ Troufa Real apresenta-o da seguinte forma: “É considerado, pelo menos por essa má língua crítica da teoria da arquitectura, como um dos arquitectos fantásticos dentro, enfim, dessas gavetas que classificam as arquitecturas. É muito divulgado nas revistas internacionais (perdoem-me esta apresentação). Tem obra publicada. É actualmente professor e director da Escola de Arquitectura de Joanesburgo. Tem feito lições e cursos especiais nos Estados Unidos, Los Angeles e outras escolas de arquitectura americanas. Em Londres, na Architectural Association School. Tem feito algumas exposições da sua obra. E a sua obra, tal como ele a considera, pelo menos nalguns dos seus textos, é a de um arquitecto também da Renascença. Um dos nomes que utiliza – depois provavelmente poderá contar algumas dessas histórias – é de um homem da Renascença. Faz arquitectura; constrói as suas arquitecturas; adora construir as suas próprias obras. Faz pintura e escultura. Nasceu numa rua curiosa de Lisboa, ali para a Alexandre Herculano, em 1925, e tem uma data curiosa que eu não me esqueço que foi a 13 de Maio. Foi uma aparição no campo da arquitectura. Foi um homem extraordinariamente provocante no que produz; cria muitas irritações; está no seio de grandes polémicas. Faz parte de um grupo actualmente muito velhinho, que era o Team 10, que foram homens que puseram em causa ou pelo menos agitaram o chamado CIAM – os famosos encontros dos arquitectos modernos. Continuam; são grandes amigos que se encontram ainda hoje por esse mundo fora para grandes almoçadas e jantares. É um homem atento às questões contemporâneas da arquitectura. O Charles Jencks classifica a sua obra; ele está lá, ao lado de muitos arquitectos, pela obra fantástica e por tudo o que produziu em África. É um investigador das questões das arquitecturas (...)” Videograma 16. *Histórias de Amigos e Inimigos do Tempo de Camões*. [Denominação do fundo FAUL]. [Fundo FAUL].

¹¹² A partir do início da década de 80 a escola adere a diversas organizações – como a RIBA [Royal Institute of British Architects], a AA [Architectural Association], a AIA [American Institute of Architects], a ICOMOS [International Council of Monuments and Sites] e a ONU [Organização das Nações Unidas].

efemérides internacionais que vêm, na óptica da Escola, revitalizar o ainda pequeno e constrangido meio cultural que se vive em Lisboa.¹¹³

Estas visitas fazem parte de um pano retalhado, mas reconfiguram uma Escola que se quer maior, mais estável e, sobretudo, mais identificada consigo própria.¹¹⁴

¹¹³ “Lisboa, 10 de Novembro de 1982. Preparávamo-nos para lançar mais uma pedra no charco da apatia, ineficácia e aculturação reinantes de um modo geral ao nível da cultura que nos tem vindo a ser dada a ingerir (...) os estabelecimentos de ensino têm um papel e uma responsabilidade deveras importantes.” Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didácticas da FA [Denominação do fundo FAUL]. Desde o minuto 15:25. [Fundo FAUL].

¹¹⁴ Consideremos ainda o paralelo entre a arquitectura dos arquitectos de Lisboa e a auto-imagem da Escola: ao referir-se ao início dos anos 80, e comparando Lisboa com o Porto, Jorge Figueira refere que “Lisboa não é um sector, são vários sectores ou sensibilidades, de gerações anteriores – o Luís Cunha; o Hestnes Ferreira; o Manuel Vicente; o Pancho Guedes, ao longe, mas também, de certa forma; o Tomás Taveira... Há várias vozes que são diferentes, que têm distintas tradições, até, mas que parecem convergir numa visão mais improvisada, mais livre, às vezes mais americanizada, de qualquer forma mais híbrida da arquitectura. E têm uma força muito grande. E começam a aparecer na revista *Arquitectura*, ou nos jornais, e impõem-se: com a Casa dos Bicos, com as Amoreiras, com os artigos do Manuel Graça Dias; um pouco mais tarde, com a actividade crítica do Paulo Varela Gomes. Estas vozes têm uma presença e uma substância mediática a certa altura muito fortes.” Depoimento de Jorge Figueira (2017.01.22).

Debates e intercâmbios em volta do ensino da arquitectura: EAAE e EASA

De entre os vários eventos de carácter internacional que se seguiram à vinda dos Smithsons, o encontro com a Association Européenne pour l'Enseignement de l'Architecture (AEEA ou EAAE, em inglês)¹¹⁵ e o European Architecture Students Assembly (EASA) foram dois dos acontecimentos mais assinaláveis na história da Escola. O primeiro, de iniciativa da Direcção, de 21 a 23 de Outubro de 1982; o segundo, sobretudo pela mão dos estudantes (com Secretariado composto para o efeito), de 1 a 12 de Agosto de 1983. Estes debates representam a plena internacionalização que se esboçava, ou uma sedimentação da imagem da Escola através da internacionalização. Trata-se, agora, de uma instituição (Faculdade), e de uma instituição estável que já não se limita a ser um lugar de acolhimento; se o evento EASA recebe cerca de 500 estudantes em 10 dias de Verão, o EAAE traz um dos seus primeiros Workshops a Lisboa, mas tanto um com outro significam várias viagens prévias em ambos os sentidos nacional-internacional.

Para uma descrição do EAAE, é necessário colocar ainda alguns pontos prévios acerca da Direcção de Augusto Brandão. Vimos que um certo sentido pragmático lhe permitia gradualmente perspectivar em que é que a Escola poderia ser bem sucedida;¹¹⁶ importa agora saber em parte o que é que Brandão se propunha atingir. A resposta é múltipla. Para começar, aspirava a que o Arquitecto deixasse a Escola qualificado para fazer

¹¹⁵ EAAE é a sigla de European Association for Architectural Education. É a sigla que a Associação usa actualmente.

¹¹⁶ Vemos pelo menos como sinal dessa aspiração as diversas notícias de jornal que repetem o slogan “contracultura” que está, aliás, inscrito no “Relatório de Actividades” (p.38) – o qual, lembramos, terá sido a base da já referida conferência de imprensa de Novembro de 1981. Cf. por exemplo o *Correio da Manhã* de 14 de Novembro de 1981 com o título “Segundo Pereira Brandão, Escola de arquitectura é contra-poder cultural” e o seguinte trecho: “O Presidente do Conselho Directivo do departamento de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, Pereira Brandão, considerou ontem a acção daquela escola como uma espécie de contra-poder cultural.

‘Com a sua acção de intervenção na cidade de Lisboa, a Escola cria uma espécie de contra-cultura, na medida em que põe em causa a cultura arquitectónica existente’, disse Pereira Brandão.

‘É essa a vitalidade reformadora que faz da instituição universitária uma instituição insatisfeita e crítica do mundo circundante’, acrescentou.” [Cópia do fundo FAUL]. [Anexo I].

Cf. também o *O Primeiro de Janeiro* de 26 de Novembro de 1981 com o título “Intervindo na cidade como contracultura”. [Cópia do fundo FAUL]. [Anexo I].

frente a um “país (...) em crise”.¹¹⁷ Brandão acreditava, também, ou nesse sentido, que era importante que o percurso do estudante fosse publicamente reconhecido – daí a solenidade das festas de entrega dos diplomas, por exemplo.¹¹⁸ Tal deveria ser suficientemente relevante para que, em termos de números, pudesse ganhar “estatuto social e profissional digno da sua profissão”.¹¹⁹ Dessa forma, Brandão defende um ensino de massas, como solução.¹²⁰

O sucesso da Escola significava também alcançar uma abertura ao exterior. Foi nesse sentido que foram feitos contactos, desde muito cedo, com organizações, sobretudo europeias e de países lusófonos, mas também com instituições e arquitectos individualmente por todo o mundo, que suscitaram contactos mútuos. (Veremos nesta tese alguns exemplos). De certo modo, essa troca de experiências, essa vinda à ESBAL de profissionais de fora, também ofereceria a notoriedade que a Escola desejava de ter.¹²¹

¹¹⁷ Na cerimónia de entrega de diplomas de 1982/83 afirma: “*O país está em crise, dizem. Mas eu tenho impressão que, de facto, a única ou das poucas classes que se podem ainda manter vivas é, na realidade, a classe dos arquitectos*”. Videograma 128. Debater o Design. Reuniao da comissao organizadora do Icoagrada. Isabel Santa Barbara Anne Anselmo e Videograma 129. 3 Cerimonia de entrega de diplomas na ESBAL. Reitor da Universidade da ESBAL e UTL. [Denominações do Fundo FAUL]. Uma só gravação. A partir da hora 02:06:46.

¹¹⁸ “*Esta é a terceira cerimónia que nós fazemos de entrega dos diplomas. Estou convencido que é a única escola em todo o Portugal que mantém, e que procura manter uma tradição, que vem de séculos.*” *Idem*.

¹¹⁹ “Por último, gostaria de realçar duas acções que a Faculdade elege como factores fundamentais para a sua existência e seus resultados.

Tínhamos a noção que antes de entrarmos para a Direcção da escola/faculdade, o arquitecto pobre, rico ou remediado não apresentava um estatuto social e profissional digno da sua profissão, por isso eu considerei fundamental procurar dar esse estatuto social que ele agora tem e foi com a ajuda de alguns profissionais de primeira categoria, como por exemplo Tomás Taveira, que se fez com que até as peixeiras reconhecessem o trabalho do arquitecto.” BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p.31.

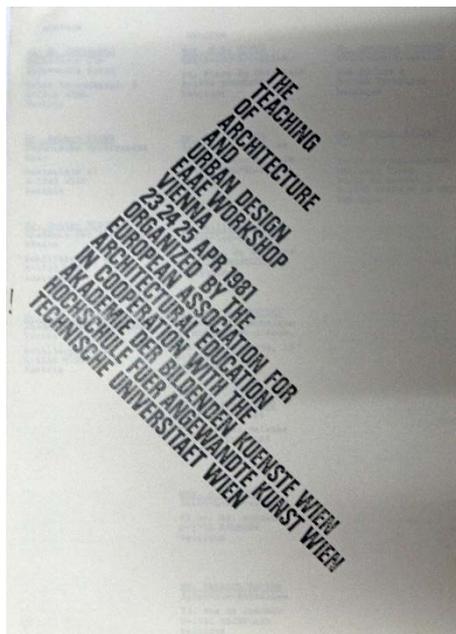
¹²⁰ “É por essa razão que a E.S.B.A.L., desde 1976, tem procurado criar um ensino de massas, de modo a aumentar substancialmente o número de arquitectos em Portugal, possibilitando assim que a classe tenha força anímica e social no País. Essas quantidades, por outro lado, irão proporcionar o aumento da dispersão do próprio arquitecto por todo o território português. Já hoje em dia, muito timidamente, é certo, se encontram arquitectos trabalhando em locais muito fora dos centros urbanos.” BRANDÃO, Augusto. Uma profissão do nosso século. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, p.5.

¹²¹ Por exemplo: em entrevista, Tomás Taveira dá a entender que Brandão lhe pediu para pôr em marcha algo que fosse agitar o mundo cultural. Ao referir-se aos Simpósios Internacionais de Arquitectura, diz: “Pensei: ‘Cá está uma boa oportunidade para dar a isto um conteúdo forte, algo que tenha um peso cultural na sociedade portuguesa’.” Acrescenta: “Assim, eu vi na ideia dos seminários uma oportunidade para mostrar que

Sucesso significava ainda, e em particular, ir ao encontro do património português luso no mundo. Para Brandão, literalmente, se possível – já que o director considerava a América do Sul, África (incluindo o Norte de África), Índia, Macau, etc., como matérias vivas e próximas de facto, mas sobretudo originais, e mantinha contactos com pessoas de universidades dessas regiões como forma de garantir elos.¹²²

Assim, apesar de a EAAE ter pouco tempo de existência, cremos que Brandão acreditou que poderia, através desta Associação, dar prestígio à Escola de Lisboa. A relação entre EAAE e a futura FAUTL é, também, um primeiro passo do interesse que a Escola fez nascer relativamente ao debate sobre o ensino da arquitectura em contexto internacional.

Nomeadamente, neste caso, em relação à Europa (já que a EAAE era inicialmente uma associação Europeia).¹²³



Desde 1980, a Escola estabeleceu uma relação com a EAAE, que tinha sido fundada em 1976, promovendo a ida de Formosinho Sanchez¹²⁴ ao primeiro Workshop da organização, em 1980 – Workshop esse intitulado “O Ensino da Tecnologia Arquitectónica”,¹²⁵ ora, esse Workshop EAAE teve lugar na ETH

Figura 43 Programa do segundo *Workshop* EAAE. Viena, 1981. Capa. [Fundo FAUL]

nós estaríamos eventualmente na vanguarda...” TAVEIRA, Tomás. Cit. por FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011, p. 134.

¹²² Por exemplo um contacto com Universidade de Cali, na Bolívia [sic], para participação no Workshop EAAE. BRANDÃO, Augusto. Carta a Herbert Kramel a 5 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XV]. Não é de mais fazer nota de que a disciplina de História da Arquitectura Portuguesa, no currículo desde 1977/78, só sai no ano lectivo de 1981/82, e volta a entrar em 1982/83.

¹²³ Mais tarde, esta associação alargou-se, passando a chamar-se European Association for Architectural Education, como já referido.

¹²⁴ TERRA, Rubens Mourão. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa a 13 de Novembro de 1980. [Fundo FAUL]. [Anexo XVI].

¹²⁵ Cf. (s.n.) EAAE Workshop 1. The Teaching of Architectural Technology. EAAE – European Association for Architectural Education. Association Européenne pour

Zürich,¹²⁶ sede académica de Herbert Kramel, que se havia tornado presidente da EAAE em 1979.¹²⁷ Segue-se a presença do próprio Augusto Brandão no segundo Workshop EAAE, em Viena, em 1981 – Workshop que se dedica ao “Ensino de Arquitectura e Desenho Urbano” [Figura 43] – juntamente com Cláudio Spies e Carlos Duarte [Anexo XVII].¹²⁸

Creemos que é a partir desse Workshop que Brandão virá a promover a vinda de Kramel no sentido deste último oferecer um Seminário em Lisboa, repetindo o tema d’“O Ensino da Tecnologia Architectónica”, o qual será efectivamente realizado, de 26 a 29 de Janeiro de 1982 [Anexo XVIII],¹²⁹ na ESBAL.¹³⁰

Kramel visita então a nova Faculdade oferecendo uma palestra com o referido nome, a qual é

documentada num relatório escrito de Sousa Cardim e Cabral de Mello para o dia 28 [Figura 44] [Anexo XX].¹³¹ A sua conferência centra-se no meio ambiente, na conservação de energia e na forma como o ensino universitário deve ser capaz de elaborar pesquisas relacionadas com tecnologias tanto rudimentares quanto

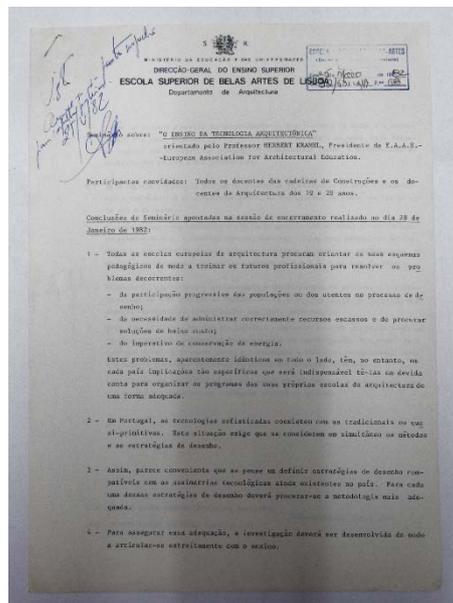


Figura 44 Relatório de Sousa Cardim e Cabral de Mello sobre Seminário de Herbert Kramel com o tema “O Ensino da Tecnologia Architectónica”. (s.d.) ca Janeiro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XX]

l'Enseignement de l'Architecture. 1980, News Sheet 5. Disponível em <http://www.eaae.be/publications/newsletter/>

¹²⁶ ETH significa Eidgenössische Technische Hochschule; em português Instituto Federal Suíço de Tecnologia. A ETH é situada em Zurique.

¹²⁷ Cf. EAAE News Sheet 3. Disponível em <http://www.eaae.be/publications/newsletter/>

¹²⁸ Os seus nomes constam, pelo menos, do programa.

¹²⁹ [BRANDÃO, Augusto]. Circular de 17 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]. [Anexo XVIII].

¹³⁰ A partir desse Seminário, Kramel fica encarregue por Van Randem da organização do quinto Workshop da EAAE em Lisboa. Cf. [BRANDÃO, Augusto]. Carta a Herbert Kramel de 8 de Março de 1982 [Fundo FAUL]. [Anexo XIX]. Um Workshop era academicamente mais relevante do que um Seminário, no contexto da referida Associação.

¹³¹ CARDIM, Rui de Sousa e MELLO, Duarte Cabral de. Seminário *O Ensino da Tecnologia Architectónica*. Relatório. (s.d.) ca Janeiro 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

contemporâneas. Nas palavras de Cardim e Mello,

“em Portugal, as tecnologias sofisticadas coexistem com as tradicionais ou quasi-primitivas. Esta situação exige que se considerem em simultâneo os métodos e as estratégias de desenho (...). Para assegurar essa adequação, a investigação deverá ser desenvolvida de modo a articular-se estreitamente com o ensino.”¹³²

Dito de outro modo, se a tecnologia é primeiramente vista no seu sentido rudimentar, é defendido que seja colocada ao serviço da contemporaneidade através de estratégias de desenho.

Na sua visita, Kramel não só encoraja Escola de Arquitectura de Lisboa a inovar em pesquisa tecnológica como afirma a sua convicção sobre a importância de uma avaliação pedagógica:

“Tendo em vista a dimensão do Departamento de Arquitectura da ESBAL”, diz o relatório de Cardim e Mello, “e a diversidade dos seus docentes, parece recomendável introduzir um modo mais formal de registo das experiências pedagógicas nomeadamente quanto à documentação do trabalho dos alunos e dos professores. Esse registo permitiria avaliar e confrontar experiências de modo a estabelecer o que deveriam os estudantes saber, ou ser capazes de fazer, no fim de cada ano e do curso”.¹³³

Esses dois aspectos aplicados ao corpo escolar – método experimental e auto-avaliação – ainda seriam potencialmente sensíveis, nestes primeiros anos da década, já que propunham, lado a lado, a inovação – conceito caleidoscópico – e o conservadorismo, no que toca às avaliações. Sousa Cardim e Cabral de Mello salientam, então, o que Kramel diz sobre a promoção do trabalho paralelo à sala de aula:

“Finalmente, sugere-se que se contemple a possibilidade de melhorar a estrutura actual do DA através da implantação de um novo modo de operar o projecto que poderia oferecer-lhe oportunidades até agora inexistentes.

¹³² *Idem.*

¹³³ *Idem.*

Este modo de operar implica que passem a considerar-se como projectos todas as tarefas escolares, sejam elas pedagógicas ou de investigação, avaliando para cada uma delas os recursos humanos e materiais a utilizar, acompanhando essa avaliação – programas realistas de gestão dos recursos referidos.”¹³⁴

Sobre este ponto específico do relatório, Brandão redige ao lado a palavra “fundamental”, como que concordando com o caminho globalizado a que o sistema universitário estava em vias de enredar, e o potencial da instituição dentro dessa linha de pesquisa. Enfim, é este o contexto que viabiliza que o quinto Workshop EAAE tenha lugar em Lisboa entre 21 e 23 de Outubro de 1982, tendo



Figura 45 Cartaz do quinto Workshop EAAE. Lisboa, 1982. (Fotograma). [Fundo FAUL]

como tema “O Ensino da Arquitectura”¹³⁵ [Figura 45] o qual conta com “dezenas de participantes” além de dez elementos do corpo docente.¹³⁶ Alguns meses depois do quinto Workshop, Kramel relata as suas impressões numa News Sheet da EAAE [Figura 46], observando o que considera como uma série de características que motivaram a escolha do local, algumas delas identificadoras da Escola de Lisboa do início dos anos 80, nomeadamente um desejo de afirmação e um *status* geográfico particular – periférico em relação à Europa, central para o resto do mundo:

¹³⁴ *Idem.*

¹³⁵ (s.n.) EAAE Workshop 5. The Teachings of Architecture beyond the Modern Movement. EAAE – European Association for Architectural Education. Association Européenne pour l’Enseignement de l’Architecture. 1982, News Sheet 8. Disponível em <http://www.eaae.be/publications/newsletter/>. A dada altura “Teachings” passa a singular e o acrescento “Além do Movimento Moderno” é omitido.

¹³⁶ “Desta vez tratou-se de um seminário sobre o ensino da arquitectura que reuniu dezenas de participantes, uma dezena dos quais pertencentes aos 106 membros do corpo docente da escola organizadora”. T., C.. Seminário na ESBAL sobre Ensino. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10/11, p.2.

Figura 46 Relatório do quinto Workshop EAAE (Lisboa) incluso na News Sheet 11, da autoria de Herbert Kramel. Setembro de 1983.



“Enquanto que Portugal, no passado, estava fortemente orientado para as suas colónias, hoje em dia procura alianças mais fortes com a Europa. Este Workshop foi uma das várias tentativas de reestabelecer laços através de relações com outras escolas de arquitetura. Brasil, Moçambique e Macau são pontos de

referência ainda hoje. O papel de Portugal nesses países tem sido consideravelmente diferente da forma como a Inglaterra se tem comportado face às suas colónias. (...) Os portugueses, mais do que qualquer outro antigo poder colonial, têm o potencial de mediação entre a Europa e os outros continentes”.¹³⁷

¹³⁷ (s.n.) Workshop Report: Lisbon. The Teachings of Architecture beyond the Modern Movement. *EAAE – European Association for Architectural Education. Association Européenne pour l’Enseignement de l’Architecture*. 1983, News Sheet 11. Disponível em <http://www.eaae.be/publications/newsletter/> [Tradução da autora].

Kramel acrescenta, em relação à personalidade de Brandão, o seguinte trecho: “A motivação, a energia e a visão do Professor Augusto Pereira Brandão, presidente da academia de belas-arts, juntamente com o apoio de um entusiasmado pessoal, tornou possível este evento EAAE. A sua personalidade manifestou-se ao longo do Workshop. Não estando muito familiarizados com o estilo de organização português, olhávamos para o Workshop de Lisboa com alguma apreensão. Isso mudou quando chegámos. O tratamento de assuntos, a organização do Workshop propriamente dito, os eventos sociais de apoio foram impressionantes.”

Quanto às suas impressões sobre a Escola, acrescenta ainda: “Na medida em que a revolução provocou alterações dramáticas no país como um todo, certamente transformou a escola de arquitetura. A academia de Lisboa tem uma longa tradição como principal escola do país. Durante a revolução o ambiente físico e administrativo foi totalmente destruído e teve de ser reconstruído de raiz. A escassez de recursos tornou este processo extremamente difícil. É por esta razão que devemos dar os parabéns à escola em Lisboa pelos seus esforços de se representar a si própria, também fisicamente, em esplêndida normalidade. A extensiva exposição dos trabalhos dos estudantes torna possível uma avaliação do *status* profissional dos alunos e do corpo docente [faculty].”



Figura 47 Quinto Workshop da EAAE. Lisboa, 1982. Com T. Dejksdra. (Fotogramas). [Fundo FAUL]

O quinto Workshop da EAAE destaca-se pela sua presumível qualidade: todos os participantes são sugeridos por Kramel¹³⁸ e discutem métodos de ensino num ambiente académico, que é directamente observável a partir dos registos videográficos a cores [Figura 47] (uma das características que acrescenta resultados aos esforços da Escola para se inscrever numa dinâmica tecnológica e de afirmação).¹³⁹ Quanto aos conteúdos do debate, podemos inferir sobre o tipo e a diversidade de questões que se colocavam através, por exemplo, de um trecho de T. Dejksdra, um dos oradores convidados, da Delft University of Technology:

“Qualquer estratégia didáctica em sala de aula, na escola, não é basicamente diferente do processo de prática do atelier. (...). Isso pode levar a uma suposição errónea de que a escola e a prática são o mesmo. A virtude de uma escola não é a prática (...): a virtude da academia (...) é ser académica. (...).

A escola tem também de ser independente; os colaboradores [de um atelier] têm de fazer o que lhes é dito para fazer, não têm de se tornar independentes. O objectivo de uma escola é, evidentemente, fazer o aluno independente, em última análise”.¹⁴⁰

Este género de debate é também testemunhado por um artigo de C.T.¹⁴¹ no *Jornal Arquitectos* o qual descreve algumas das intervenções com

¹³⁸ KRAMEL, Herbert. Carta ao Professor Augusto Pereira Brandão de 24 de Março de 1982. [Fundo FAUL].

¹³⁹ As filmagens do quinto Workshop da EAAE são os primeiros registos vídeo da Escola de Lisboa de que temos conhecimento.

¹⁴⁰ Videograma 20. Workshop de Arquitectura. 2 sessão. Dejkstra. [Denominação do fundo FAUL]. Tradução do inglês da autora. [Fundo FAUL].

¹⁴¹ Cremos que C. e T. sejam as iniciais de Carlos Tamm.

detalhes.¹⁴² O artigo demonstra, por fim, que os conferencistas da Escola de Lisboa não estão bem preparados para aquele debate, e que Augusto Brandão não estaria presente:

“Entretanto foi a vez dos ‘seminaristas’ perceberem que cá da terra só sabiam sobre Sintra e o Castelo de S. Jorge. Vai daí perguntam: E então aqui na escola como é? Onde está o ‘chairman’? Etc...? E acabaram os presentes (5) cá da nossa escola em voz alta a ver se percebiam a nova estrutura para explicar aos estrangeiros. O esforço engraçado, colectivo, e até deu para se falar de alguns problemas e insuficiências com que a escola se debate”.¹⁴³

No seu relatório sobre este evento, Kramel escreve finalmente: “Está nas mãos dos participantes usar este material para contribuir para o sucesso real e a longo prazo deste evento”.¹⁴⁴

Considerando que esteve muito próxima da extinção, menos de dez anos antes, não deixa de ser assinalável que a Escola de Lisboa tenha acolhido vários académicos estrangeiros. Entre os que debatiam sobre o ensino nos seus próprios contextos escolares vieram com Kramel e Dejksdtra: A. V. Randen, da Delft University of Technology; N. Segvic, do Arhitektonsky Fakultet em Zagreb; B. Hoelsi, da ETH Zürich; R. Schweitzer, de Paris; P. Jockusch, de Kassel; P. Rich, de Londres; E N. O. Lund, de Aarhus, Dinamarca.¹⁴⁵

Concluindo, nesta parceria formal, tendo estado mais ou menos presente na discussão, Brandão pretende tornar a Escola de Lisboa uma Escola internacionalmente referenciada, ou pelo menos revigorada e credível. Os elos entre as duas instituições vão manter-se relativamente activos até 1986, data que a FAUTL admite ser o primeiro ano a partir do qual se

¹⁴² São descritas as intervenções de dois professores de Delft, a de um de Zurique, a de outro da Dinamarca. Não é especificado o nome dos docentes.

¹⁴³ T., C.. Seminário na ESBAL sobre Ensino. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10/11, p.2.

¹⁴⁴ (s.n.) EAAE News Sheet 11. Disponível em <http://www.eaae.be/historical-archive/news-sheet/>

¹⁴⁵ Cf. SILVA, Leonor Matos. The EAAE and the Lisbon School of Architecture—A Common History between 1976 and 1986. In *Architectural Research Addressing Societal Challenges: Proceedings of the EAAE ARCC 10th International Conference (EAAE ARCC 2016), 15-18 June 2016 – Vol II*. pp.1215-1222. Taylor & Francis Group, London, UK, 2017. CRC Press. p.1220.

torna “em dívida” para com a EAAE, na medida em que deixa de responder às solicitações da organização.¹⁴⁶

Já quanto ao European Architecture Students Assembly (EASA), trata-se de uma organização de envolvimento essencialmente estudantil que reúne (desde a sua fundação) centenas de estudantes de escolas europeias uma vez por ano.¹⁴⁷ Portugal será o terceiro país a conduzir este evento, no Verão de 1983. O primeiro tem lugar em Liverpool, em 1981, e assenta na realização de discussões organizadas em formato de Workshop.

Esta primeira edição ainda é bastante exploratória.¹⁴⁸ Ainda assim, o encontro reúne 300 estudantes de 14 diferentes países. De Portugal, irão um total de sete estudantes: Jorge Cardoso; Paulo da Gama; Higinio Gil de Lima Rodriguez; Carlos Alberto Almeida Marques; José Morgado; Maria Cândida dos Santos Simões; Sérgio Carlos Almeirim de Sousa; e Sérgio Sousa, que passará a ser o representante de Portugal na EASA.¹⁴⁹

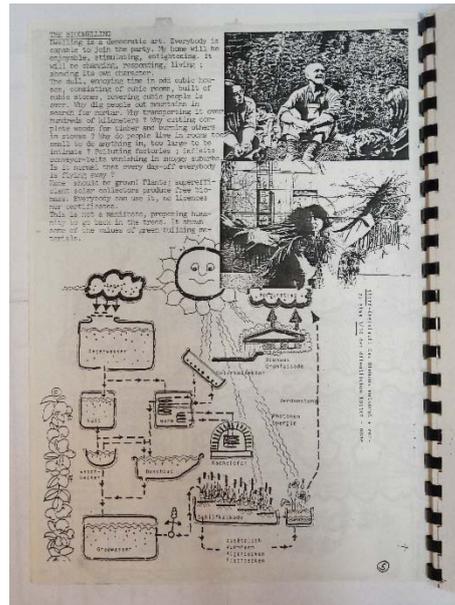
¹⁴⁶ Esta informação advém do relato da participação de José Luís Loureiro, enquanto docente na Escola, num colóquio promovido pela EAAE que tem lugar em Helsínquia, em 1989: “A FAUTL continua com a sua participação para com a AEEA em dívida desde 1986. A FAUTL continua sem responder ao inquérito enviado pela AEEA que tem por fim a elaboração de um catálogo programático das diferentes escolas. O desenvolvimento da integração europeia obriga a um melhor conhecimento das diferentes tradições no Ensino da Arquitectura”. Cf. LOUREIRO, José Luís. *As Filosofias do Ensino da Arquitectura: Metas e Métodos. Colóquio promovido pela AEEA em Helsínquia – Filândia*. Relatório. Lisboa: FAUTL, 1989. [Fundo FAUL]. (Este elo é retomado contemporaneamente. Exemplo disso é o encontro EAAE/ARCC 2016 International Architectural Research Conference com sede em Lisboa. Cf. <http://www.eaae.be/eaearcc-2016/>). José Luís Loureiro vem a solicitar doutoramento na FAUTL com o título “O Ensino da Arquitectura na Faculdade de Arquitectura (UTL/FA) – Perspectivas para uma Metodologia” a 13 de Janeiro de 1988. In Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 1987/1988. Relatório. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI].

¹⁴⁷ Cf. por exemplo <https://www.easadenmark.dk/what-is-easa-1>

¹⁴⁸ Paul Shepard, um dos participantes, deixa o seguinte testemunho, a 25 de Julho: “I was pretty certain that in the end we wouldn’t ‘produce’ anything. Five days of continuous talking, from 15 round a table in room 301 to tête-a-tête (mouth to ears) in loud Mathew Street might not cover the breadth of architecture, but did meet all possibilities of the group discussion.” In (s.n.). *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura*. Caderno. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

¹⁴⁹ *Idem*. É Sérgio Sousa quem vai ao Encontro de Representantes Nacionais, em Sarajevo. Sérgio Sousa desempenhará um papel activo na EASA e enquanto repórter do evento no *Jornal Arquitectos*.

Figura 48 Página exemplificativa dos relatórios elaborados em contexto de preparação da EASA de Liverpool. “The Biodwelling”. 1981. [Fundo FAUL]



Apesar de ser uma primeira edição, o “Liverpool Workshops” edita um Press Release,¹⁵⁰ e um Final Statement, situando os principais problemas aventados, nomeadamente as questões ambientais [Figura 48].¹⁵¹ Tudo isto nos é transmitido por uma estruturada composição de relatórios sobre três eventos prévios ao encontro de Lisboa [Anexo XXII].

A própria composição destes relatórios informa-nos sobre o sentido de organização que está a montante dos eventos. O relatório final de Liverpool – que serve de preparação para o segundo EASA, a ocorrer em Delft, em 1982 – tem cerca de 53 páginas com informação. Segundo Sérgio Sousa, este primeiro evento, em Liverpool, teria transformado “o encontro de três centenas de estudantes num acontecimento inolvidável” avançando ainda que

“a Assembleia de Delft será basicamente constituída por pequenos ateliers/workshops realizando-se também colóquios, debates, exposições e as inevitáveis festas em que haverá oportunidade para um conhecimento mútuo, com frutuosa discussão e intercâmbio de ideias e experiências.”¹⁵²

O segundo Workshop, que tem, como dissemos, lugar em Delft, em 1982, é de maior envergadura logística. Embora, numa primeira fase, se

¹⁵⁰ No Press Release do encontro de Liverpool, pode ler-se trechos como o seguinte: “One group is studying vandalism, another is discussing public housing with visits to local examples in Runcorn and Port Sunlight. Evening discussions comparing educational systems in different countries have also been held. Activities are taking place in both the University and the Polytechnic, and students are staying with local students and architects.”

¹⁵¹ “The ‘Liverpool Workshops’ gave students from all over Europe for the first time an opportunity to exchange and discuss their ideas together. Organised in a city such as Liverpool, it also gave us the chance to discuss architectural and environmental problems which this city has brought into focus.” Cf. (s.n.). *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura*. Declaração final da 1ª EASA (Liverpool). (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

¹⁵² SOUSA, Sérgio. 2ª Assembleia de Estudantes de Arquitectura / Delft Work Shops. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 5. p.14.

coloquem hesitações, pelos próprios organizadores, sobre a relevância deste encontro,¹⁵³ ele acaba por ser bastante positivo:

“Em 1982 coube aos estudantes da Escola de Arquitectura (Bouwkunde) da Universidade Técnica de Delft o acolhimento dos ‘workshops’ que se previam ser 69, liderados por docentes de quase todas as nacionalidades europeias (...). Acabaram por realizar-se cerca de metade, mas, apesar disto, participaram 295 estudantes que desenvolveram variados tipos de trabalho, desde observações à cidade de Delft, até à construção de cabanas, passando pela filmagem, o ‘Happening’, etc..”¹⁵⁴

A participação portuguesa em Delft alarga-se para “12 estudantes e um docente”;¹⁵⁵ ou “dois tutores” – Michel Toussaint e Manuel Tainha.¹⁵⁶

O arquivo ao qual podemos aceder hoje – documentação, fotografias [Anexo XXIII] e notícias do *Jornal Architectos* – remete-nos para uma visão alargada dos temas que foram abordados; mas concentremo-nos na participação portuguesa. A mesma notícia acima citada informa-nos que foram preparados Workshops que não tiveram suficientes inscrições, mas acrescenta que “para além das actividades previstas, o grupo português realizou sessões especiais sobre a Arquitectura e o Ensino da Arquitectura em Portugal bem como exposição de trabalhos dos estudantes presentes”.¹⁵⁷

¹⁵³ Cf. Final statement as read at the closing meeting of the “Liverpool Workshops”. Liverpool Workshops 19-25 July 1981. In (s.n.). *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura*. Declaração final da 1ª EASA (Liverpool). (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

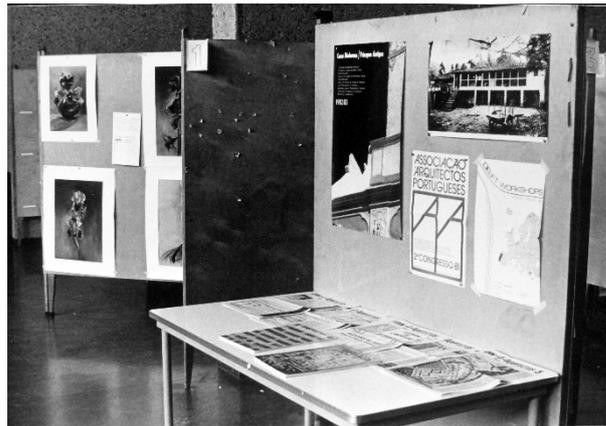
¹⁵⁴ TOUSSAINT, Michel. EASA/82 Delft-Workshop. 24 Jul-1 Ago. *Jornal Architectos*. 1982, n.ºs 10/11, p.3. Ainda a propósito do que Toussaint chama de filmagem, o grupo com o título “Audiovisual practice” esclarece os seus propósitos da seguinte forma: “We’ve spent one week exploring the potential use of video for architecture. While doing this we made a film on some of other workshops and tackled the problem of the ‘image’ with the specific possibilities of video.” (s.n.). *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura*. Relatório 5. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

¹⁵⁵ TOUSSAINT, Michel. EASA/82 Delft-Workshop. 24 Jul-1 Ago. *Jornal Architectos*. 1982, n.ºs 10/11, p.3. O docente seria o próprio Michel Toussaint. Confirmado em depoimento de Michel Toussaint (2018.02.27).

¹⁵⁶ SOUSA, Sérgio. 2ª Assembleia de Estudantes de Arquitectura / Delft Work Shops. *Jornal Architectos*. 1982, n.º 5. p.14.

¹⁵⁷ TOUSSAINT Michel. EASA/82 Delft-Workshop. 24 Jul-1 Ago. *Jornal Architectos*. 1982, n.ºs 10/11, p.3.

Figura 49 Fotografia da participação portuguesa na EASA de Delft, em 1982. [Fundo AEFA]



Note-se ainda que, do Arquivo que nos chegou da actual Associação de Estudantes, encontram-se fotografias de uma composição mesa/placard em que o placard apresenta duas

imagens do Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal (ou assim o parecem ser), um cartaz da Associação dos Arquitectos Portugueses e um mapa dos países abrangidos pela EASA assinalando o lugar de Portugal; na mesa estão colocados alguns números do *Jornal Arquitectos* e da revista *Arquitectura* [Figura 49].

O terceiro evento incluso nos relatórios da organização não é ainda o encontro de Lisboa – intitulado *Lisboa Ateliers* – mas sim o *Meeting* de Sarajevo, dos Representantes Nacionais da EASA, a 20 e 21 de Novembro de 1982. Sérgio Sousa, por Portugal, descreve no seu relatório:

“- Este meeting foi marcado em Delft durante a 2ª Assembleia Europeia de Estudantes de Arquitectura/Delft Workshops, [e] propunha-se decidir acerca da localização e linhas mestras da Organização da 3ª Assembleia.

- A marcação do Meeting para Sarajevo estava ligada com a intenção dos estudantes jugoslavos de organizarem a 3ª Assembleia e permitiria aos representantes nacionais uma aproximação à realidade local.

(...).

- Embora existissem possibilidades de efectivamente assegurarem a realização da 3ª Assembleia, os estudantes Jugoslavos decidiram por consenso pôr à consideração dos presentes a desistência (...).

- Face ao acontecido, foi feita uma apreciação das condições oferecidas por outros países e foi decidido estabelecer a seguinte ordem de preferências:

- 1 – Lisboa ----- Portugal
- 2 – Darmstadt ---- Alemanha Ocidental
- 3 – Paris ----- França
- 4 – Londres ----- Inglaterra

(...).

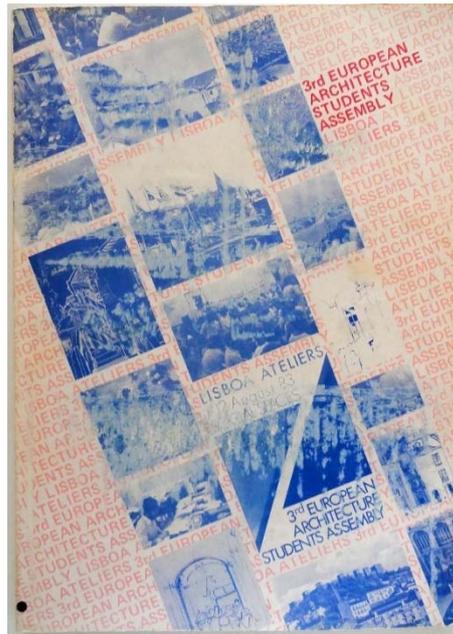
- A escolha de Lisboa não aconteceu por acaso, já que face às aparentes dificuldades de Sarajevo, tínhamos decidido estudar a eventualidade de uma substituição com as respostas obtidas nos contactos feitos com as instituições passíveis de nos ajudarem (...).

- Para reforçar a hipótese Lisboa, fiz uma pequena exposição ilustrada com diapositivos sobre a ESBAL/DA e das múltiplas facetas de Lisboa e do seu dia-a-dia.”¹⁵⁸

O conjunto de pontos deste relatório assinala a capacidade de persuasão de Sérgio Sousa – a suficiente no sentido de contrapor a candidatura de Portugal face à de países com capacidades organizativas e financeiras em princípio superiores; o relatório revela também um notável optimismo da sua parte tendo em conta a perspectiva de montar um evento desta dimensão na Escola com a ajuda apenas de alguns colegas (que formariam um Secretariado).

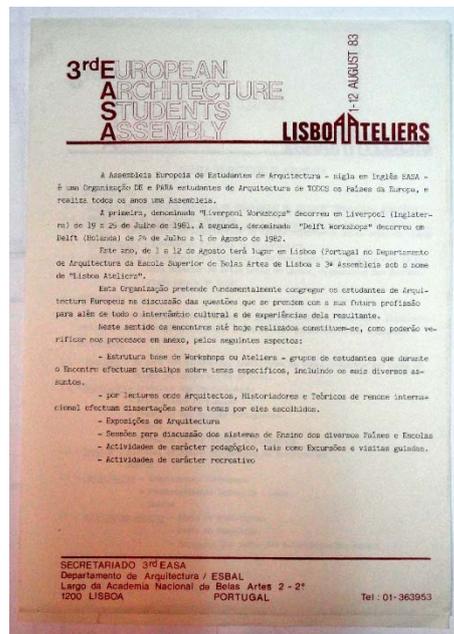
¹⁵⁸ Relatório de Participação no Meeting de Serajevo [sic] dos Representantes Nacionais da EASA. Serajevo [sic] 20/21 Novembro 82. In (s.n.). Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura. Relatório 5. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

Figura 50
Capa do livro final
impresso do 3rd EASA
Lisboa Ateliers. 1983.
[Arquivo RVA]



Finalmente, tomamos conhecimento da reunião *Lisboa Ateliers* – ou 3rd EASA – a partir do livro final impresso [Figura 50],¹⁵⁹ da gravação de excertos videográficos [Anexo XXIV],¹⁶⁰ do Programa [Anexo XXV],¹⁶¹ do Boletim (Bulletin) [Anexo XVI]¹⁶² e de notícias diversas do *Jornal Arquitectos* [Anexo XXVII]. É um evento que mobiliza mais de cinco centenas de estudantes que devem ficar alojados

Figura 51
Folha timbrada do
3rd EASA *Lisboa*
Ateliers. 1983.
[Fundo FAUL]



em casas particulares ou em residências universitárias.¹⁶³ A sua preparação envolve uma abertura de conta bancária (separada à da Associação de Estudantes) [Anexo XXVIII].¹⁶⁴ Terá um logotipo próprio e papel timbrado [Figura 51]. Em seu nome será editada uma folha de informações que se chamará “Corvo”.¹⁶⁵ A sua preparação envolve também inscrições de alguns países pela

¹⁵⁹ ZÚQUETE, Joana et al.. *Lisboa Ateliers*. 3rd European Architecture Students Assembly. Lisboa: Secretariado 3rd EASA, 1984. [Arquivo RVA].

¹⁶⁰ Cf. Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do Fundo FAUL]. A partir do minuto 23:10. [Fundo FAUL].

¹⁶¹ (s.n.). [3rd EASA. *Lisboa Ateliers*]. [Programa]. 1-12 August 83. [Fundo FAUL]

¹⁶² (s.n.). *EASA Bulletin*. N.º1, 2nd year, January 83. [Fundo FAUL]

¹⁶³ Cf. SOUSA, Sérgio. EASA Bulletin. Notas acerca da 3rd EASA. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, p.3.

¹⁶⁴ Cf. Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1981. *Acta número cinco*. [Anexo XXVIII].

¹⁶⁵ “Durante a Assembleia foi publicada uma folha de informações, o ‘Corvo’, (...) a título de exemplo assinalaríamos o funcionamento da Papelaria da Associação de Estudantes e uma Exposição/venda de livros enviada pela Livraria Leitura do Porto.” SOUSA, Sérgio e COSTA, Judite da. A 3^a Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura – EASA. *Jornal Arquitectos*. n.ºs 21/22/23. p.4.

primeira vez – Bulgária, Roménia, Turquia, Grécia¹⁶⁶ – e a divulgação da iniciativa junto de “colegas das Escolas do Porto – ESBAP e Cooperativa Árvore”,¹⁶⁷ mas a centralização das actividades, antes e no decorrer do evento, será no edifício da Escola.¹⁶⁸

Tem como tema geral “Social Spaces”.¹⁶⁹ Entre os cerca de 50 subtemas propostos, muitos deles, se analisados ao detalhe, implicam o estudo de zonas antigas de Lisboa, nomeadamente Alfama, como se pode verificar nos quadros seguintes.

A problemática do ensino da arquitectura está virtualmente ausente do 3rd EASA, unicamente porque, como dissemos, o tema oficial do encontro é “Social Spaces”, mas o embate de diferentes alunos de diferentes escolas durante doze dias a cruzar métodos de trabalho, com bagagens culturais e intelectuais diversas, e outros modos de apreender os problemas propostos, terá sido um meio de interiorizar distintas formas de pensar e fazer arquitectura, mesmo entre o universo estudantil. Entende-se, pelo estudo destas reuniões, que é tanto ou mais relevante para os estudantes que a prática da arquitectura seja colocada em contexto de permuta de experiências do que exclusivamente como um debate teórico.¹⁷⁰

Finalmente, o livro final, no seu prefácio, dá-nos conta de uns “maravilhosos 12 dias” e prepara-nos para uma evidente prova editorial da “tremenda energia, trabalho, entusiasmo e também diversão destes dias de Agosto”.¹⁷¹ A Escola de Lisboa vivera claramente os seus primeiros momentos de celebração extramuros.

¹⁶⁶ *Idem.*

¹⁶⁷ SOUSA, Sérgio. 3rd EASA Lisboa Ateliers. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 12/13, p.2.

¹⁶⁸ “As Actividades serão centradas no edifício da ESBAL”. SOUSA, Sérgio. EASA Bulletin. Notas acerca da 3rd EASA. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, p.3.

¹⁶⁹ Cf. por exemplo SOUSA, Sérgio. EASA Bulletin. Notas acerca da 3rd EASA. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, p.3.

¹⁷⁰ “Era esse proporcionar de descoberta da grande Lisboa uma das razões que se reforçou a ideia base de conhecimento mútuo, trabalho conjunto e troca de experiências mesmo no campo do ensino e aprendizagem da Arquitectura e que já esteve na origem dos anteriores eventos em 1981 em Liverpool e 1982 em Delft.” SOUSA, Sérgio e COSTA, Judite da. A 3^a Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 21/22/23, p.4.

¹⁷¹ ZÚQUETE, Joana et al.. *Lisboa Ateliers*. 3rd European Architecture Students Assembly. Lisboa: Secretariado 3rd EASA, 1984. p.3. [Arquivo RVA]. Do prefácio do livro de encerramento podemos ainda ler: “Under the Theme ‘Social Spaces’ and ‘using’ the city of Lisbon as a laboratory for the work of the 37 Ateliers, more than 500 students from all over Europe joined together for once again exchange their ideas and practice experiences.”

1. Space for Children
2. Urban Spaces
3. Learning from Lisboa

5. Social Interaction cannot be created by design but promoted?
6. Urbanity. Idyllic scene or daily hardship
7. +8. The Hierarchy of Public Space. Transforming city structure

9. Shades. The Spirit of Public Spaces

12. +13. Space and Form as producers of activity. Spaces of Leisure and cultural activities in the historical urban centres

14. Social Spaces. The street
15. A Façade over the Tejo
16. In search of the living city. In search of the roots and traditions in city spaces
17. Home for homeless. The housing of refugees
18. Making space a place to stay
19. +42. Outdoor Spaces with roof on. Experimental group
20. +21. Housing Atelier. Vernacular Tradition & Modern Technology versus homes for homeless

22. How should we draw a space
23. Low energy and low-cost design. Can it create a new style and attraction in housing architecture?
24. Architectural graphics
25. +28. Let us talk about architectural form and let us draw it... if we can. Geometry of proportion in architecture. The harmonic plans
26. Tropical architecture
27. Discussion on today's Portuguese architecture

29. +44. Architectural images. Their expression in music and movement. To turn a deaf ear
30. Meet you there

33. +34. Environmental quality. Project 1 / project 2

35. Public beaches
36. Restaurant café atelier

38. Collage
39. Transitory Art
40. Places and spaces of utopia
41. Abstract on a perception atelier
42. Woven sunlight flying water

45. Gays in architecture
46. From geometry to form
47. +48. 1th European art science and culture exhibition as a text and pretext for structuring an architectural thought. The monument

50. Ordinary life. Building the road to Wigan Pier
51. One's room

Títulos e subtítulos de uma pequena amostra de Workshops efectivados no 3 rd EASA, <i>Lisboa Ateliers</i> , 1983	Objectos de estudo (locais de Lisboa)		
3. Learning from Lisboa.	Brandoa Cova da Moura Amadora		
5. Social Interaction cannot be created by design but promoted?	Alfama	Chelas ("Pantera cor-de-rosa")	
6. Urbanity. Idyllic scene or daily hardship	Alfama	Olivais	Areiro
7+8 The Hierarchy of Public Space. Transforming city structure	Alfama	Baixa	Praça do Comércio
15 A Façade over the Tejo	Bica, Santa Catarina, Bairro Alto, Largo do Carmo e elevador de Santa Justa		
20+21 Housing Atelier. Vernacular Tradition & Modern Technology versus homes for homeless	Alfama		

Temos dito que a organização EASA resultou de um grupo restrito, mas “durante a Assembleia, a equipa do Secretariado seria reforçada nas suas tarefas de organização por cerca de 40 estudantes, para além dos funcionários da ESBAL/DA e ainda com alguns arquitectos que apoiaram os grupos de trabalho como Pedro Vieira de Almeida, Michel Toussaint, Troufa Real, Luís Bissau, Zica Perdigão, Manuel Couceiro, Nuno Antunes, Formosinho Sanchez, Margarida Lobo, Adalberto Tenreiro e Bárbara São Miguel.”¹⁷²

Além do mais teremos *Lectures* com os seguintes autores e temas (conferencistas portugueses assinalados a cinzento):¹⁷³

¹⁷² Cf. SOUSA, Sérgio e COSTA, Judite da. A 3^a Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 21/22/23, p.4.

¹⁷³ ZÚQUETE, Joana et al.. *Lisboa Ateliers*. 3rd European Architecture Students Assembly. Lisboa: Secretariado 3rd EASA, 1984. p.78. [Arquivo RVA].

Theme	Lectures
An approach to Lisboa	by José Manuel Fernandes
Today is the tomorrow you were promised yesterday	by Phil Wren and Nick Dominey
Manuel Vicente – His work at Macau	by Manuel Vicente
Lisbon’s courtyards and workmen houses	by Nuno Teotónio Pereira
The Age of Zodiaco	by a Yugoslavian Group
Holiday Shanties and allotment gardens of Britain	by Phil Wren
Students works – Two competitions	by Finish participants
A non typical space	by José Navarro and Abílio Leitão
Portuguese architecture in the north of the country	by Domingos Tavares
Processo S.A.A.L.	by Hestnes Ferreira
Wolves in sheep’s clothing housing in Denmark	by Eric Nygaard
Two Approaches to Social housing: Stockholm – Lisboa	by Klas Tham – Sweden and Tomás Taveira – Portugal
“Copenhagen never surrender” - Video	by a Danish group
“Architect and Player”	by Gunther Feverstein
Mértola – Urban Recuperations - at A.R.C.O.	by Ana Tostões
Students work from grass	by a Students Group
History of the world	by Phill Wren and Nick Dominey
Self built and volunteer building in Wales	by Cristopher day
Space in Romanian Traditional Architecture	by Nistor Sergio
Traditional Architecture in Turkey	by Abdy Guzer

A par, quer do envolvimento dos arquitectos já citados, da Escola, quer de arquitectos de fora, uma exposição de arquitectos portugueses, de várias gerações e origens geográficas, acompanhará o encontro [Anexo XXIX].¹⁷⁴

¹⁷⁴ “De entre as Exposições previstas poderei assinalar uma sobre Arquitectura Portuguesa Contemporânea e que será dividida em dois grupos: um incluirá os Novos Arquitectos, saídos das Escolas depois de 1974 e que terão oportunidade de apresentarem os seus projectos e outra a dos restantes Arquitectos e que pretenderá

Ao contrário dos encontros de Liverpool e Delft, neste encontro não há registos de debates programados sobre o ensino da arquitectura, como dissemos. Contudo, o representante da EASA português é ele próprio um activo crítico do ensino praticado na ESBAL. Num longo artigo posterior ao *Lisboa Ateliers* para o *Jornal Arquitectos* intitulado “É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal” [Anexo XXX],¹⁷⁵ virá criticar a Escola e o ensino aí praticado passando, ponto por ponto, por vários aspectos pertinentes.¹⁷⁶

Começa por criticar o facto de a Escola não oferecer condições condignas ao ensino, nomeadamente no que respeita ao material, ao mobiliário, aos serviços, etc..

Uma série de citações em particular detêm ainda a nossa atenção pelo facto de questionarem a imagem de escola construída pelo “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983” – o qual, como já vimos, é consideravelmente divulgado pela imprensa generalista. Sousa acusa os laboratórios anunciados em “entrevistas e discursos” de nunca terem aparecido; admite que “analisando os organigramas oficiais, a estrutura parece consistente e sem grandes problemas”, mas afirma que “logo que o processo se começa a desenvolver verificamos que é oco; os programas não são definidos a tempo de forma coordenada, com as inevitáveis repetições de matérias, falta de interdisciplinaridade e, quantas vezes, por que não dizê-lo, absoluta falta de conteúdo.”

Relata que se procura então “compensar essas e outras insuficiências com a imposição de elevado ritmo de trabalho”. Continua, ainda, por pontos:

apresentar obras realizadas.” Sousa, Sérgio. EASA Bulletin. Notas acerca da 3rd EASA. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, p.3.

¹⁷⁵ Cf. SOUSA, Sérgio. É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 21/22/23, p.10. O texto de Sérgio Sousa inclui bibliografia, e ambos, texto e bibliografia, ocupam toda uma página. A bibliografia está dividida em duas partes: I – sobre a formação dos Arquitectos (21 títulos) e II – sobre o ensino de Arquitectura (13 títulos).

¹⁷⁶ O que dá credibilidade a esta crítica é, precisamente, o trabalho de Sérgio Sousa à frente da EASA e o rigor ou pelo menos empenho que lhe são observáveis não só nas diversas notícias de jornal (designadamente no *Jornal Arquitectos*) como na documentação encontrada.

“- Nesta confusão, ressaltam então a falta de imaginação ou de autonomia da maior parte do corpo docente, que se demite das suas responsabilidades (...).

- (...). Porque será que alguns se obstinam a obrigar os alunos a seguir as suas preferências estilísticas?

- (...). Veja-se o que acontece com a exposição anual dos trabalhos dos alunos: qual a sua relação com o processo de ensino e aprendizagem vividos na escola?

- Também não é desconhecido o divórcio entre as Escolas, a que não obstam tímidas tentativas de abertura e diálogo.”

Continuamos apresentando a crítica de Sérgio Sousa com os seus últimos pontos, já que resumem algumas das ideias sobre o ensino que queremos explorar tendo em conta o que tem sido dito até esta parte, designadamente:

- a de que os Conselhos “delegam o seu exercício de forma mais ou menos explícita unicamente no Conselho Directivo”;

- a de que o processo de transformação da 1º Secção da Escola em Faculdade de Arquitectura “não passa de uma tardia adopção dos processos de organização norte-Europeus, os mesmos que eles começam agora a abandonar, retomando quanto possível, aquilo que nós vamos largar, uma ligação filial com as artes”;

- e ainda a ideia de que a “dignificação de uma profissão não se atinge com pomposos títulos académicos”.

Em resumo, o Conselho Directivo, na perspectiva deste aluno, está a exercer os poderes dos restantes Concelhos; segundo: a Faculdade de Arquitectura está a desligar-se injustificadamente das belas-artes; terceiro: a criação de diplomas está a ser considerada como motivo, só por si, de dignificação do aluno.

O que é facto é que a Escola começa a viver momentos em que a língua portuguesa passa para segundo plano, e esse facto não é de desprezar. No caso da EASA, tal só seria possível com alguma organização estudantil, mas sobretudo, como o próprio Sérgio Sousa admite, com a participação da Escola como um todo.

Ora, isso não deixa de ser sinal de coesão, a qual sugere que o corpo escolar é capaz se coordenar: ultrapassando a ideia de que a Direcção esteja à frente de todas as iniciativas; ou de que se excluam as artes plásticas; ou, inclusivamente, de que haja um divórcio entre as escolas de arquitectura (apesar da sua afirmação individual). A vivência veiculada pelos encontros da EAAE e da EASA pressupõe, pelo contrário, não só a ideia de uma escola circunstancialmente una, mas também, como vimos, aberta, e nada indiferente.

4. 2 Celebração da queda de tabus: as ex-colónias e o *post-modern*

As pós-graduações e a pós-graduação em Arquitectura Tropical

Entre 1983 e 1985, a Escola de Lisboa ministrou algumas pós-graduações (e, cremos, cursos breves) além do curso de geral de arquitectura. Uma vez que não existe ainda informação sistematizada sobre estes cursos, passaremos a comentá-los recorrendo, primeiramente, a uma exposição de quadros informativos e comparativos. Assim, de acordo com as tabelas abaixo,¹ podemos verificar a ordem de aparição e qual o número de repetições destas pós-graduações, bem como outras informações: designação, data em que foram realizadas, nomes dos directores ou coordenadores dos cursos, local de leccionação, número de participantes e duração do curso.

As pós-graduações que podemos ver na coluna da esquerda no primeiro quadro foram organizadas, à época, segundo a sigla PG, e por ordem sequencial: PG1, PG2, PG3, etc.. A cada série da mesma PG acrescentava-se o ano dessa PG. Uma vez que a PG1 (em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”) foi a de maior sucesso, alcançando mais de uma edição (totalizando três, ao que pudemos apurar),² resultou em PG1/83, PG1/84 e PG1/85. Sabemos que, no caso da PG3 (em “Arquitectura Tropical”),³ para citar um exemplo, houve um novo curso além da primeira edição, mas já estaria no âmbito das verbas conseguidas através de fundos europeus, para meados de 1987, e portanto não incluímos no quadro.

Os espaços em branco resultam da informação que não conseguimos confirmar, até à data. Isto acontece sobretudo na tabela seguinte, a qual já não tem exactamente a ver com as pós-graduações ministradas no Departamento de Arquitectura, mas inclui uma amostra de pequenos

¹ Estas tabelas foram realizadas através do somatório de elementos informativos transportados da investigação específica de cada curso.

² Houve ainda uma tentativa de edição prévia a qual não foi avante, para 1982 (Janeiro a Junho). Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Cultura de 12 de Outubro de 1981. [Fundo FAUL].

³ Note-se que, no seu discurso de abertura, o coordenador desta pós-graduação, Troufa Real, diz que “o tema deste curso é Arquitectura para as regiões tropicais.” Cf. Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 06:47. [Fundo FAUL].

cursos projectados pelo DA, ou colaborações para fora, nomeadamente ao nível dos mestrados.⁴

Diversas outras informações se podem extrair do primeiro quadro. Por exemplo: quem estaria vocacionado para dirigir estes cursos.⁵ Isso é um dado interessante, uma vez que vivemos um momento muito particular da história da Escola. Nomeadamente conjugam-se diferentes aproximações didácticas num mesmo meio escolar – e, de facto, se formos olhar aos coordenadores, têm proveniências ou aptidões muito distintas.

Ainda relativamente ao que sabemos e que explanámos no quadro: temos temas manifestamente interessantes e contrastantes, e percebemos que estes cursos eram bastante procurados (42 alunos na PG1/83; 44 na PG1/84; 12 na PG2). Também podemos perceber quais os temas mais procurados e aqueles a que a Escola estava mais preparada para ensinar, para lá do curso geral.

Alguns outros detalhes só conseguimos saber através de documentos e outras fontes que analisámos, nomeadamente cartas, programas, um vídeo, uma notícia de jornal e testemunhos sobre o tema.

O que os documentos nos indicam, nomeadamente as cartas, é que há intencionalidade, por parte da Escola, de contratação de professores estrangeiros especialistas.⁶ São numerosos os convites a personalidades que venham qualificar os cursos.⁷ Outro aspecto ainda é a solicitação de

⁴ Não conseguimos apurar se estes cursos foram efectivamente realizados; apenas que foram preparados.

⁵ Temos defendido que a criação de cursos de pós-graduação é da iniciativa da Direcção da Escola mas cremos, no que toca à montagem do curso, que cabe aos coordenadores um papel importante.

⁶ Este facto é curioso: enquanto que a Escola, no curso geral, não tem particular interesse em contratar profissionais reconhecido mérito mas sim em fazer “concursos públicos” para “profissionais vocacionados para o ensino”, alegando que “a nata da Arquitectura em Portugal são indivíduos com uma idade mais ou menos constante” e que, de outro modo o processo estabeleceria “um nível de percentagem inversa de idades na pirâmide de continuidade”, alegando que “não poderão nem deverão existir vedetas” (BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.69), por outro lado, no campo dos cursos de pós-graduação, a Escola tenta apetrechar o nível do corpo docente com “professores convidados de reconhecido mérito profissional técnico-científico”. E.g. Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Arquitectura Tropical*. Outubro de 1983 – Junho 1984. [Arquivo RPR]. [Anexo I].

⁷ Cremos que isto acontecia de um modo geral nos momentos formativos extracurriculares da Escola. Nessa perspectiva, a participação da Escola na reunião EAAE [V. capítulo 4.1] teria sido um êxito.

verbas de modo a poder-se cobrir as despesas decorrentes dos cursos.⁸ Estas despesas incluem sobretudo bolsas para os estudantes⁹ e pagamentos a esses mesmos professores – o que se verifica tanto para o caso das pós-graduações como para o caso dos Simpósios Internacionais de Arquitectura, que veremos mais à frente.¹⁰

⁸ *E.g.* [BRANDÃO, Augusto]. Carta ao Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos de 4 de Fevereiro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo II].

⁹ *E.g.* (s.n.). Carta ao Director-Geral de Cooperação Dr. Jorge Rito de 1 de Março de 1984. [Fundo FAUL].

¹⁰ *E.g.* (s.n.). Carta ao Adido Cultural da Embaixada de Itália de 10 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL].

FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA DO DA-ESBAL - CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO OCORRIDOS ENTRE 1983 E 1985

Designação	Data	Director ou Coordenador do Curso	Local	Número de Participantes (inclui fonte)	Duração	Fonte (refere-se à duração)
PG1/83 Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos	1983	Carlos Antero Ferreira	ESBAL; LNEC; Instituto José de Figueiredo	Programa: entre 25 e 30 arquitectos graduados (vagas)	8 de Fevereiro a 8 de Julho de 1983	Videograma 31; Programa; cartas diversas
				Programa de edição PG1/84 refere 42 participantes	Plano: Janeiro a Junho 1983	SILTEA ¹¹
PG1/84 Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos	1983/84	Carlos Antero Ferreira	ESBAL; LNEC; Instituto José de Figueiredo	Programa: entre 20 e 30 arquitectos graduados (vagas)	24 Novembro de 1983 a Julho de 1984	Notícia de Jornal
				Programa refere 28 inscritos Carta a DGEM refere 44 participantes	Aulas turno da noite (das 18h às 20h), duas vezes por semana	Programa
PG2 Arquitectura Ambiental. Conservação de Energia nos Edifícios	1983/84	Rui Sousa Cardim	ESBAL	Programa: máximo 30 arquitectos graduados (vagas)	Maio de 1983 a Fevereiro de 1984	Videograma 31
				Carta CGD: extensível a engenheiros civis	Maio a Dezembro de 1983	Programa
				Carta a alunos inscritos refere 12 inscritos	Dia inaugural: 18 Maio 1983; até 15 Fevereiro de 1984. Interrupção em Agosto e Natal. Aulas turno da noite (das 18h às 20h), duas vezes por semana	Esboço de carta para entidades diversas
PG3 Arquitectura Tropical	1983/84	José Troufa Real	ESBAL	Programa: máximo 30 arquitectos graduados (vagas)	19 de Outubro de 1983 a Junho de 1984	Programa, documentos, videograma 31 e testemunhos
					Segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras; das 18h às 20h 6 a 10 horas semanais	
PG4 Planeamento Urbanístico	1984	Duarte Castel-Branco	ESBAL	Cartas diversas: 6 Arquitectos participantes	Maio a Setembro de 1984	Cartas diversas
					Última semana de Julho – interrupção	
PG5 Estudos Urbanos e Habitação	1984	Manuel Teixeira	ESBAL	Programa: máximo 30 arquitectos graduados (vagas)	Março a Dezembro de 1984/30 semanas	Cartas diversas e Programa
					Dois dias por semana a partir das 18h	
PG1/85 Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos	1984/85				Aulas turno da noite (das 18h às 20h), duas vezes por semana	Cartas diversas

¹¹ SILTEA é o nome de código atribuído ao seguinte artigo: SILVA, Leonor Matos. The EAAE and the Lisbon School of Architecture—A Common History between 1976 and 1986. In *Architectural Research Addressing Societal Challenges: Proceedings of the EAAE ARCC 10th International Conference (EAAE ARCC 2016), 15-18 June 2016 – Vol II (1215-1222)*. Taylor & Francis Group, London, UK, 2017. CRC Press.

FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA DO DA-ESBAL – CURSOS DE Mestrado (COLABORAÇÕES) E CURSOS BREVES
PROJECTADOS PARA OS ANOS DE 1983 A 1986

Designação	Data	Edição	Director ou Coordenador do Curso	Local	Número de Participantes	Duração	Fonte (Refer-se à duração)
Curso de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano	1983	3	UTL (Com professores da ESBAL)			Início em Outubro de 1983	Cartas diversas
						Módulo preliminar: de 2 Maio a 24 Junho de 1983 (8 semanas)	
“Curso de Férias” sobre Arquitectura Popular em Portugal	1984	1	Francisco da Silva Dias; com a coordenação de Sebastião Formosinho Sanchez			6 a 11 de Agosto de 1984 (6 dias)	Cartas diversas
S3 - Seminário sobre Habitação Marginal nas Cidades	1984	1	Manuel Teixeira	ESBAL		26 a 31 Março de 1984 (6 dias); 28 Maio a 1 Junho de 1984 (5 dias)	Cartas diversas
Curso de Mestrado em Arquitectura Mediterrânica	A partir de 1985/86	1	Corpo docente: 4/5 tutores	Silves (possibilidade)	20/25 candidatos	Mínimo 5 meses	Acta Município Silves

Olhemos os documentos de cada pós-graduação singularmente. Temos, por ordem de início da sua realização, a pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” (PG1). Esta pós-graduação, ocorrida em três edições (1983, 1983/84 e 1984/85), terá tido como local de leccionação não só a ESBAL como o LNEC e o Instituto José de Figueiredo.¹² Do Programa da

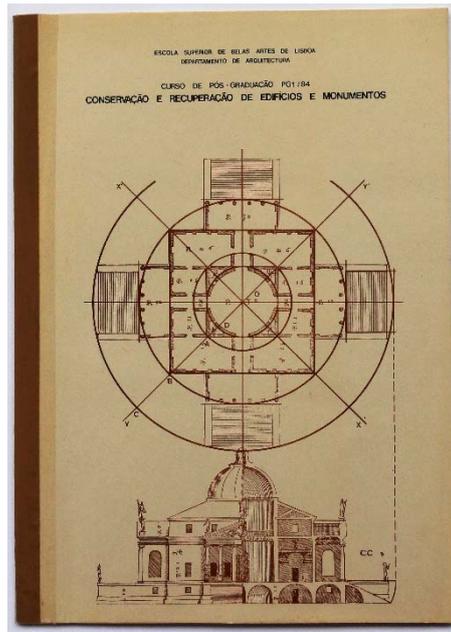


Figura 52 Capa do Programa de pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”. 1984. [Fundo FAUL]

PG1/84 [Figura 52],¹³ podemos ler que não se trata somente de uma pós-graduação, mas de um “Curso de pós-graduação e Especialização em”. Este Programa tem como Introdução um texto de Carlos Antero Ferreira, coordenador, onde este perspectiva, de forma breve, o que tem vindo a ser o curso, agradecendo às entidades que o têm apoiado: ICOMOS [International Council on Monuments and Sites], ICCROM [International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property], Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Instituto José de Figueiredo e Conselho Directivo do DA-ESBAL. De seguida, o Programa aborda os objectivos do curso, atentando para a “protecção, conservação e recuperação” através de domínios próprios da “história da arquitectura, da teoria e da metodologia da conservação.” Ainda segundo o Programa, o funcionamento do curso “desenvolve-se através de conferências, lições e seminários (...) e paralelamente, em sessões práticas e visitas acompanhadas.” O Programa do curso propriamente dito abrange áreas desde a Teoria à História da Conservação, intermediando com

¹² Estes dados foram obtidos através do cruzamento de informação de cartas diversas entre a ESBAL e outras entidades. A título de exemplo, Cf. carta que comprova a edição de 1985 do curso: BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de 19 de Dezembro de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo III].

¹³ Cf. Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos*. PG1/84. [Fundo FAUL].

apresentação de casos; inclui ainda o estudo de levantamento de edifícios e representação em Arquitectura, o estudo de materiais e também dos fenómenos de desqualificação dos edifícios. O curso deverá, por fim, fornecer informação sobre a legislação e recomendações internacionais actualizadas.

Entre os documentos disponíveis acerca desta PG consta ainda uma proposta de Augusto Brandão em iniciar um curso semelhante na cidade do Porto, já que as edições de Lisboa teriam tido sucesso junto de estudantes dessa cidade, os quais teriam ficado de fora de uma primeira triagem de inscrições por falta de vaga. A este respeito, Brandão e o arquitecto Luís Araújo estão em contacto escrito; a páginas tantas, Brandão afirma [Anexo IV]:

“3 - Para o 1º curso referido registou-se um número de inscrições que ultrapassou o desejável para o seu início. Assim houve que recorrer a uma selecção dos candidatos, ficando deste modo alguns para o 2º curso a ter lugar no próximo ano lectivo, provavelmente em Outubro/83.

4 – Dos Arquitectos do Porto, notou-se grande interesse pela iniciativa tomada que só é dificultada pela distância que separa Lisboa ao Porto.

5 – Tendo em conta os problemas levantados na sua carta, gostaria este Departamento de incumbir a si e aos seus colegas de investigar:

- do número de arquitectos do Porto interessados num curso de pós-graduação deste tipo (25 a 35 é um número desejável):

- se a Associação dos Arquitectos do Porto estaria interessada numa colaboração em termos de cedência de espaço para o curso.

6 – Na posse destes elementos, este Departamento estudaria a hipótese de leccionar um dos Cursos de Pós-graduação na Cidade do Porto.”¹⁴

Desconhecemos qual o seguimento que esta proposta teve.

¹⁴ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Arquitecto Luís Gaspar C. G. de Araújo de 28 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo IV].

Relativamente ao curso de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios” (também do tipo “Especialização”) (PG2), da coordenação de Rui de Sousa Cardim, de uma só edição (1983/84), revela-nos no seu Programa [Figura 53]¹⁵ que o “âmbito do curso” é não só a “tecnologia arquitectónica” como a “Arquitectura e o Planeamento

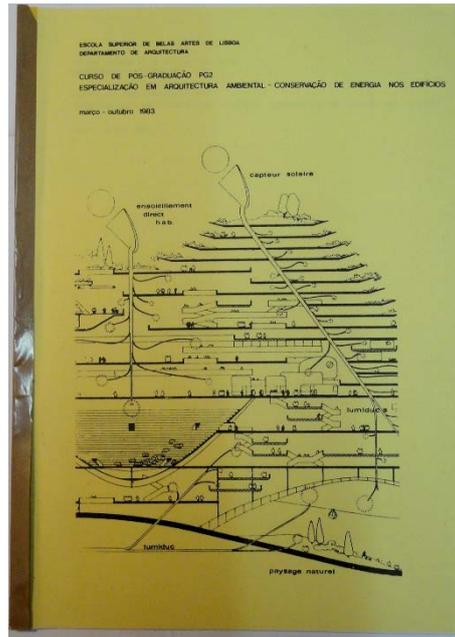


Figura 53 Capa do Programa de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 1983. [Fundo FAUL]

Urbano”. De facto, a “inexistência em Portugal de estudos de pós-graduação numa área fundamental – Problemas Energéticos – relacionando várias disciplinas que interferem no modo de conceber e produzir o objecto arquitectónico” é uma falha, e o curso tem “justificação”.¹⁶

Sobre este assunto – sobre a participação da Escola nos estudos de energia e ambiente neste período – já tivemos oportunidade de assinalar sumariamente (num artigo científico),¹⁷ que esta foi bastante presente na cultura arquitectónica contemporânea, e argumentámos com dois exemplos:

- um primeiro relativo à modernidade de um trabalho escolar do ano lectivo de 1978/79, cuja realização acresce um debate com a presença de José Veiga Simão;¹⁸

¹⁵ Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios*. Março – Outubro 1983. [Fundo FAUL].

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ SILVA, Leonor Matos. “Cultura Arquitectónica Portuguesa Contemporânea: A Participação da Escola de Lisboa nos Estudos de Energia e Ambiente entre 1975 e 1986”. In *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar – Arquitectura e Urbanismo na Geografia e na Cultura – Vol.I*. pp.291-301. Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014.

¹⁸ “Este trabalho tem a particularidade de espelhar a vontade de uma ‘actualização’ nas matérias da energia e do ambiente. Isto verifica-se tanto na sua componente escrita como na motivação para a realização do debate, inicialmente não previsto; de facto, se compararmos, por exemplo, as fontes observadas por estes alunos com aqueles grupos de arquitectos e obras seleccionados para a exposição retrospectiva 1973: *Sorry, Out of*

- um segundo relacionado com a participação da Escola de Lisboa na CEGENE [Comissão de Estudos da Gestão de Energia nos Edifícios],¹⁹ constituída em 1981 em conjunto com outras instituições envolvidas no assunto,²⁰ o que indicava “que a participação da ESBAL era considerada, que era credível”,²¹ e que reforça a hipótese do seu peso institucional neste período;

- um terceiro exemplo, acrescentamos, tem a ver com o próprio curso de pós-graduação, no sentido da sequência prática que a Escola dá ao tema das tecnologias. No seguimento da primeira visita de Herbert Kramel à Escola, a qual já tivemos oportunidade de assinalar no capítulo 4.1, ao falar da progressão disciplinar que, na sua óptica, a Escola deveria prosseguir, Kramel deixava como sugestão, nomeadamente a Sousa Cardim (director do curso da PG2), que este enveredasse em projectos de ordem tecnológica não necessariamente modernos, isto é, incluindo também sistemas tradicionais. Ora, é francamente visível, pelo balanço dado no Programa, que a tónica reside essencialmente em conhecimentos ‘arquitecturais’ transversais a qualquer realidade: em construção ou já construída.

Um aspecto importante que já havíamos apontado no mesmo artigo atrás mencionado, e que faz sentido ainda salientar, é a vinda de docentes estrangeiros para proferir conferências:

“Entre eles, encontra-se Douglas Balcomb – na altura director do programa sobre Energia Solar do Los Alamos Scientific Laboratory (EUA) e considerado, pela Direcção do Departamento de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), como ‘a maior autoridade

Gas [do Centre Canadien d’Architecture] verificamos como os autores deste trabalho estavam bem documentados relativamente aos importantes avanços de experimentação realizados nos EUA, nomeadamente os relacionados com as tecnologias solares passivas. Do mesmo modo, é o ensejo de estudar a aplicabilidade tecnológica ao caso português que motiva a realização do debate.” *Idem* pp.296-267.

¹⁹ Tratava-se de um grupo de trabalho do CSOPT – Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes.

²⁰ ESBAP, mas também LNEC, DGE, LNETI, INMG, FEP e IST. SILVA, Leonor Matos. “Cultura Arquitectónica Portuguesa Contemporânea: A Participação da Escola de Lisboa nos Estudos de Energia e Ambiente entre 1975 e 1986”. p.297.

²¹ *Idem* p.298.

mundial em tecnologias solares passivas' (FERNANDES, 1983).
É também referida a presença de Guy Rottier, arquitecto notabilizado pela sua reflexão e propostas experimentalistas no campo não só da arquitectura como do urbanismo. Mas são também referidas as presenças de Baruch Givoni, David Wright e Douglas Wilke, sendo ainda convidados especialistas portugueses nomeadamente do Instituto Superior Técnico (IST) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).²²

No fundo, a Escola de Lisboa deseja “trazer para dentro de portas um pouco da experiência institucional que vai adquirindo, num país crescentemente globalizado.”²³

É claro que, apesar da evolução ‘institucional’ da Escola, era ainda necessário apoio financeiro externo. Neste âmbito, lembramos que os cursos não seriam ainda financiados pela Comunidade Económica Europeia (CEE), e, portanto, tinham uma taxa de inscrição. A taxa de inscrição inicial para o curso de “Arquitectura Ambiental” era de 50.000\$00 (cinquenta mil escudos)²⁴ e este ocorreu de 18 de Maio de 1983 a 15 de Fevereiro de 1984 (8 meses). Olhando às datas, exclusivamente, temos que estes dois primeiros cursos analisados se deram em simultâneo com o 2º Simpósio de Internacional de Arquitectura, de adesão gratuita. A Escola estava em plena velocidade de cruzeiro no que toca a acções e ofertas extracurriculares, apesar de haver uma taxa de inscrição (não no caso dos Simpósios). Mais tarde, os alunos dos cursos patrocinados pela CEE seriam pagos para os fazer.²⁵

Para montar um curso deste calibre, à época, eram necessários mais passos do que um apoio financeiro para pagar a professores, nomeadamente estrangeiros. A Direcção da Escola não só abordou a Caixa Geral de Depósitos²⁶ como, por exemplo, o Adido Cultural da

²² *Idem* p.299.

²³ *Ibidem*.

²⁴ Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta de 10 de Março de 1983. [Vários destinatários]. [Fundo FAUL].

²⁵ Depoimento de Egas José Vieira (2013.10.24).

²⁶ [BRANDÃO, Augusto]. Carta ao Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos de 4 de Fevereiro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo II].

Embaixada de França em Portugal.²⁷ Neste caso, servindo como exemplo, vemos pela resposta da Embaixada, em francês, que se houvera pedido três pontos de apoio: (1) bibliográfico, ou o necessário para montar uma exposição; (2) o fundamental para se montar uma visita de estudo e (3) financeiro. Aos dois primeiros pontos a Embaixada responde com cedências. Assim: (1) “documentation et une bibliographie complètes sur la conservation de l’énergie dans les bâtiments” é uma cedência; (2) contactos “nécessaires à la préparation d’un voyage d’études sur les Installations d’Énergie Solaire” é também uma cedência [Anexo V].²⁸

Um outro exemplo: tendo pedido exactamente os mesmos pontos de apoio ao British Council, este responde do mesmo modo aos dois primeiros pontos, isto é, acede. Ambas as instituições irão responder negativamente ao ponto (3):

“It would be perfectly possible for us to arrange on your behalf a study visit to Britain later in the year to study the applications of solar energy; but this would have to be at the expense of the Escola Superior or of the participants.”²⁹

A Escola debate-se com a falta de apoio financeiro externo, no entanto a falta de verbas não a impede de formar um elenco de professores que se queria de amplo alcance, isto é, tanto portugueses [Anexo VI]³⁰ como estrangeiros [Anexo VII].³¹

Seguidamente viria a pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (PG3). Da coordenação de José Troufa Real, teve início a 19 de Outubro de

²⁷ Verificamos uma significativa porção de ofícios destinados a Adidos de Embaixadas, no levantamento documental para esta tese.

²⁸ VERCLYTTE, Jacques. Carta a Augusto Brandão de 19 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo V].

²⁹ JAMES, Herbert. Carta a Augusto Pereira Brandão de 22 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]. A Escola vai ainda solicitar o documento do Plano Energético Nacional, e recebê-lo-á. Cf. Direcção-Geral de Energia do Ministério da Indústria e Energia. Plano Energético Nacional – Versão 1984. [Fundo FAUL].

³⁰ E.g. LAMAS, José. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL de 6 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo VI].

³¹ E.g. GIVONI, Baruch. Carta a Augusto Pereira Brandão de 1 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo VII]. Verificamos este aspecto também em cartas de agradecimento a professores como Rafael Gonzalez Sandino, Jaime Lopez de Asiain, Douglas Balcom.

1983 e cessou em Junho de 1984.³² Sobre esta pós-graduação recai a nossa maior atenção.

O interesse que este curso nos desperta é o facto de haver um desconhecimento generalizado sobre o mesmo, o que é significativo por esta razão: desde o I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, que era reclamado por João Simões que fosse ministrado, tanto em Lisboa como no Porto, um “ensino específico” de arquitectura para as regiões tropicais.³³ Ora, o hiato que se verifica entre essa data e 1983/84 justifica-se pela Revolução; isto é, se não haveria interesse da classe em fazer arquitectura nas colónias cerca dos anos 60, muito menos com o passar do 25 de Abril. Pelo contrário, o interesse seria deixar de lado esse tema, já que a guerra colonial (1963-1974) causara cada vez maior constrangimento e o país tendencialmente centrava-se em si próprio. Dez anos depois de 1974, à arquitectura em contexto tropical associa-se, sintomaticamente, a ideia de aplicação nas colónias, e as preocupações ‘fascizantes’, ou imperialistas, não caberiam na contrastante social democracia que se vivia em Portugal.³⁴ No entanto, há uma abertura temática na Escola de Lisboa quanto aos cursos ministrados, e isso torna este curso fora da linha.

Além disso, considerando que, em 1983/84, a ESBAL já vivia uma forte influência dos temas visuais, formais, exploratórios do dito pós-modernismo, era justamente, ou aparentemente, inusitado haver

³² As aulas do curso eram de seis a dez horas semanais e a sua taxa de inscrição de 50.000\$00. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta a Cristóvão Fernandes Duarte de 11 de Março de 1983. [Fundo FAUL].

³³ Em maior detalhe percebemos que “em Portugal, o ensino específico em Arquitectura Tropical é então [1958/59] uma exigência crescente. Remonta pelo menos à realização do I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, quando o arquitecto João Simões, em comunicação sobre a arquitectura e o urbanismo praticados nos então denominados territórios coloniais portugueses, chama a atenção para o facto de não existir nos dois cursos de arquitectura oferecidos em Portugal (respectivamente nas Escolas de Belas-Artes de Lisboa e do Porto) uma matéria especificamente dirigida ao conhecimento sobre os territórios tropicais de forma a dotar os arquitectos de ferramentas eficazes na resposta às solicitações, cada vez maiores, de projectos para essas regiões. Em um país, como Portugal, onde o território colonial abrange desde África até à Ásia, parece sensato, na opinião deste arquitecto, não apenas ‘aprender’ com outras experiências similares, como fixar estes estudos específicos.” MILHEIRO, Ana Vaz e SILVA, Leonor Matos. Estudos em Arquitectura Tropical no Curricula da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. In *Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial*. Lisboa, 27 de Novembro de 2013.

³⁴ Referimo-nos aqui ao espírito político no geral, mas lembramos que chamado Governo do Bloco Central (aliança entre PS e PSD) tomou posse em 1983.

conteúdos tão técnicos, ou tecnológicos, em contexto académico. (Isto serve para todas as pós-graduações). A haver algum pensamento consensual no meio intelectual português, este situava-se próximo das ciências sociais; a devolução da liberdade individual implicava o direito a uma vida digna, e a arquitectura e o urbanismo eram ‘socialmente’ providenciais. Ora, este tipo de reflexão acarretava preferências ideológicas tendencialmente abraçadas a opções políticas. O facto de haver várias abordagens temáticas³⁵ num mesmo espaço cultural e académico (o qual era extremamente confinado) só demonstra como a Escola estava estabilizada e em certo sentido aberta.

De resto, a demonstração de que alguns dos professores do curso oriundos da ESBAL estão *up to date*; de que, ainda no tempo da ditadura, se vão informando sobre as vanguardas e cursando nas Escolas avançadas para a época, e de que vão transportando para a Escola, de uma forma indirecta ou directa, antes, ou depois da Revolução, os seus conhecimentos ou, pelo menos, as suas ligações, é também significativa. Trata-se não só de Manuel Vicente ou Pancho Guedes, mas também, neste caso em particular, de Troufa Real. Durante o curso de “Arquitectura Tropical”, já contava com experiência profissional em Angola e um curso de pós-graduação na Architectural Association (1980),³⁶ o que lhe traz ligações a África e Inglaterra. Reconhece-se ainda a sua ligação à vanguarda portuguesa nas colónicas quando se verifica que é um dos cicerones das visitas dos arquitectos Alison e Peter Smithson a Lisboa (1981),³⁷ por via da amizade destes últimos a Pancho Guedes, umbilicalmente ligado a Moçambique. Por último, verifica-se a sua *entourage* pelo o convite que faz para apoio ao curso de “Arquitectura Tropical”, da sua coordenação, ao próprio Pancho Guedes (que leccionava na ESBAL em 1981);³⁸ e a Manuel Vicente, ligado a

³⁵ Não conseguimos apurar sobre os aspectos metodológicos que presidiam aos diversos cursos para lá de lições convencionais e visitas de estudo, isto é, que fizessem distinguir uns de outros. Adiante temos o testemunho de um aluno do curso de “Arquitectura Tropical” que fala na utilização de slides (diapositivos) mas cremos que todos os cursos partilhavam a mesma abordagem metodológica.

³⁶ Cf. REAL, José Troufa. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, (s.d.). [Fundo FAUL]

³⁷ V. capítulo 4.1.

³⁸ *Idem*.

Macau, bem como a outros formadores de renome, brasileiros e africanos.

Apesar da desconfiança que poderia suscitar, este curso foi ministrado com sucesso. Quando intitulamos esta secção de “queda de tabus” destacamos, em parte, esse facto: embora seja de assinalar que grande parte do seu êxito se deve à adesão de arquitectos estrangeiros, ou de portugueses residentes em países que eram agora além-fronteiras.³⁹ O sucesso do curso coube, portanto, em primeiro lugar, à naturalidade dos formandos e às suas expectativas, como veremos mais à frente. Em segundo lugar, como vários testemunhos orais comprovam, à empatia destes, e, cremos, dos formadores, para com o coordenador. Mas vejamos, concretamente, em que é que Troufa Real seria mais apto para levar avante um curso com esta temática, e nesta altura.

Já dissemos que, como coordenador do curso, era provido de conhecimentos sobre o assunto. Podemos agora destacar com maior precisão (de acordo com o seu currículo)⁴⁰ a execução de obras de arquitectura em Luanda, Angola, entre 1967 e 1975, incluindo uma “Comissão de serviço” no

“Agrupamento de Engenharia de Angola (AEA) onde elaborou projectos de âmbito militar”.

Acresce que teria tirado um “Curso de Planeamento Nacional, Regional e Urbano” na Architectural

Association. É certo que só em 1954 é que havia sido proferido um curso sobre Tropical Architecture, por Otto Köenigsberger, nesta

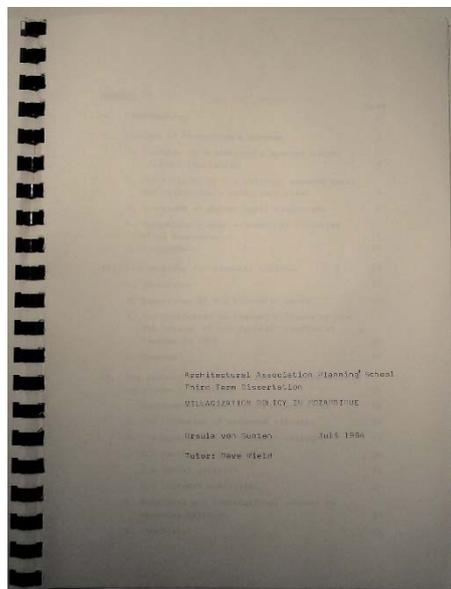
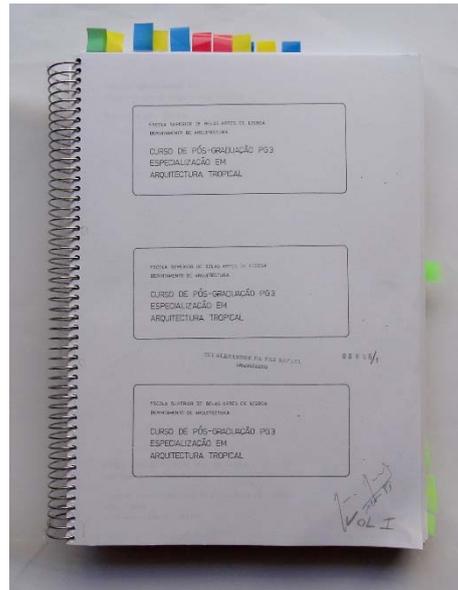


Figura 54 Capa de trabalho escolar da Architectural Association intitulado “Villagization Policy in Mozambique”. 1984. [Fundo AA].

³⁹ “Vinham estudantes e pessoas de outros lados; vinham tentar perceber como é que se estava a fazer cá arquitectura, o que é que se propunha com a Revolução. Isto vinha na mesma esteira que o 25 de Abril. Aliás o Cristóvão [Duarte], quando veio fazer o curso de Arquitectura Tropical, veio para respirar uma lufada de ar fresco.” Entrevista a Fernando Pires (2014.04.09). Quer dizer, o sucesso do curso foi, em primeiro lugar, fundamentado pelos alunos que, em grande parte, eram dessas mesmas regiões tropicais, como África, Brasil ou Venezuela, e pelas suas opções não necessariamente disciplinares, ou científicas, como se demonstra.

⁴⁰ Cf. REAL, José Troufa. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, s/d. [Fundo FAUL].

Figura 55 Capa do Programa de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (cópia). 1983. [Arquivo RPR]



escola, mas na sua Planning School continuavam a realizar-se trabalhos para diversas regiões do mundo,⁴¹ como Moçambique [Figura 54]. Na verdade, apesar de o seu Programa [Figura 55] indicar que “o curso de pós-graduação [é] sujeito ao tema Arquitectura para as Regiões Tropicais”⁴² – este último terá sido sujeito a dois tipos de preparação, tanto quanto pudemos

apurar. Por um lado, há documentos que indicam que estaria designado a ser um curso de “pós-graduação em Arquitectura em Países em Desenvolvimento no Trópico”⁴³ – o que significava maior contenção temática e acarretava menor fôlego disciplinar, mas ainda assim uma aplicabilidade em larga escala; por outro lado, verificamos que se projecta, em simultâneo ao seu lançamento, um Seminário a ser promovido pela Escola através de uma cooperação com a República de Cabo Verde. Este Seminário haveria de ter como objectivo um

“- Equacionamento da problemática da Arquitectura Tropical no sentido geral e no sentido específico em relação a Cabo-Verde (...)

- Estabelecer ligação com entidades locais no âmbito da arquitectura, com vista à elaboração de um programa pedagógico que se ajuste às necessidades de Cabo-Verde e que possa ser integrado no plano de estudos de cursos de Pós-Graduação sobre

⁴¹ Tivemos oportunidade de conferir este facto através de visita aos Arquivos da Architectural Association.

⁴² Este facto é importante pois revela que há um cuidado na elaboração do Programa. Na verdade, o curso não era orientado para o conhecimento da arquitectura feita nos trópicos, mas sim para o modo como se poderia agir em contexto tropical.

⁴³ [BRANDÃO, Augusto]. Carta ao Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação e Ciência de 26 de Maio de 1981. [Fundo FAUL].

‘Arquitectura Tropical’ que recorrerão periodicamente nesta Escola”.⁴⁴

Em resumo, haveria interesse da Escola em particularizar o âmbito do curso a determinadas regiões, como Cabo Verde.

Enfim, estes casos podiam levar-nos a crer que a orientação do curso de “Arquitectura Tropical” fosse o estudo de caso africano; contudo, apesar do curso ser de facto predominantemente sobre o dito continente,⁴⁵ não foi

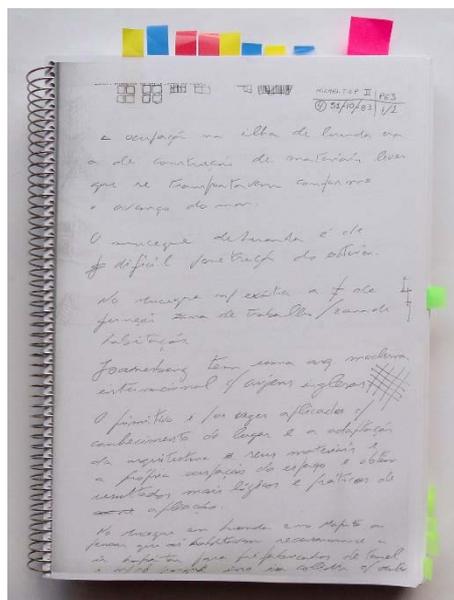


Figura 56
Apontamentos do curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (cópia) de Rui Paz Rafael. 1983.
[Arquivo RPR]

exclusivamente sobre essa região do globo. Dos cadernos de apontamentos (3 volumes) [Figura 56] de Rui Paz Rafael, um aluno do curso, conseguimos confirmar diversas informações entre as quais que a matéria das lições era variada; podemos concluir que as várias unidades curriculares, ou mesmo as lições avulsas, cobriam tendencialmente todas as partes entre trópicos, além de que se propunha nos programas a assimilação de conhecimentos da ordem da Arquitectura e do Urbanismo, da Cultura e da Tecnologia; mas também da Antropologia, da Geografia, da Economia e outras ciências sociais.⁴⁶

É nesses cadernos que consta o Programa, o qual nos apresenta as “Razões e Considerações do Curso”, a “Orientação do Curso” e as “Matérias do Curso, Apoio Pedagógico”; a “Duração do Curso”, “Admissão”, “Certificado”, “Corpo Docente”, etc..

Em “Razões e Considerações do Curso”, há uma particularização relativamente ao tipo de alunos para quem ele é dirigido já que se

⁴⁴ [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Cooperação com a República de Cabo-Verde: Seminário sobre a Problemática da Arquitectura Tropical. Projecto de Agenda de Trabalhos. 21 de Outubro de 1983. [Fundo FAUL].

⁴⁵ “O curso era virado para africanos, principalmente para essas pessoas. Havia poucos, não havia assim tantos africanos. [O curso era virado] mais para África, digamos. Não para africanos, rectifico, mais para África, e havia muita gente de outros lugares.” Entrevista a Fernando Pires (2014.04.09).

⁴⁶ Seriam abordados aspectos da Sociologia e da História, por exemplo.

verifica, mais uma vez, que o curso “visa uma especialização de arquitectos que pretendem actuar fundamentalmente nos novos países de língua oficial e de expressão portuguesa.”⁴⁷ Veremos mais à frente porque é que damos importância ao facto de o curso ser essencialmente dirigido a portugueses residentes ou que queriam estabelecer-se em África.

Em “Orientação do Curso”, lê-se que este

“é orientado (...) em torno de projectos (já realizados ou não) estabelecidos no âmbito da cooperação técnico-científica entre países, por forma a atingir-se não só os objectivos pedagógicos do curso como também à partida facilitar a integração progressiva dos arquitectos nas estruturas técnicas e de serviços daqueles países.”⁴⁸

Este ponto manifestava a intenção do curso em aproximar os alunos de experiências reais e “facilitar a integração” em estruturas produtivas, o que ia ao encontro do que estava na generalidade estabelecido como projecto pedagógico (tal como visto no capítulo 4.1).

Entre as “Matérias do Curso, Apoio Pedagógico” teríamos, ainda em programa – isto é, aquilo que se previa – que a orientação do curso fosse em torno da Sociologia, da Economia, da Geografia, da Teoria Histórica da Arquitectura, da Higiene e Equipamento, das Tecnologias Apropriadas, do Planeamento Regional e Urbano e da Arquitectura (Projecto). Nesse aspecto, como já tivemos oportunidade de dizer, o Programa correspondeu ao que efectivamente se realizou. Conseguimos apurá-lo, finalmente, se tivermos em consideração a bibliografia indicada pelos formadores, mas também a bibliografia fornecida, isto é, os textos de apoio que seriam entregues. Entre estes constam, por exemplo, “América Latina en su arquitectura”, de Roberto Segre; “Morale et architecture aux 19^e et 20^e Siècles”, de David Watkin;⁴⁹ ou “Economia Política do Subdesenvolvimento”, de Szntes Tamás.

⁴⁷ Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Arquitectura Tropical*. Outubro de 1983 – Junho 1984. [Arquivo RPR].

⁴⁸ *Idem*.

⁴⁹ Nos apontamentos, o livro é atribuído a Pierre Mardaga, editor.

Relativamente ao Corpo Docente, o curso iria contar com docentes da ESBAL e outros “professores convidados de reconhecido mérito profissional (...) nos domínios específicos do curso”,⁵⁰ nomeadamente Ilídio do Amaral, Alberto Passos, Maria do Céu Carmo Reis, Manuel Vicente⁵¹ ou Jorge Fiori,⁵² entre outros [V. tabela abaixo].

De resto, numa gravação vídeo, ouvimos em voz-off quem seriam as personalidades que estavam presentes no lançamento do curso, num anfiteatro plenamente preenchido:

*“Entre as personalidades que se destacam estão Maria do Céu Reis que falou sobre a geração e 50 e a participação de um implodir num novo pensar urbano nas ex-colónias portuguesas; e ainda o Dr. Mário de Andrade, distinta personalidade da cultura angolana.”*⁵³

⁵⁰ *Idem.*

⁵¹ A presença de Manuel Vicente é testemunhada por Cristóvão Duarte. Depoimento escrito de Cristóvão Duarte (2013.11.15).

⁵² O docente (arquitecto brasileiro formado no Chile e radicado em Londres) foi convidado para ministrar uma semana de aulas entre os dias 10 e 17 de Junho de 1984. Cf. FIORI, Jorge. Carta a Augusto Brandão de 5 de Janeiro de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo VIII]. A presença de Jorge Fiori é também testemunhada por Cristóvão Duarte. Depoimento escrito de Cristóvão Duarte (2013.11.15).

⁵³ Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 06:47. [Fundo FAUL].

**Docentes do curso de “Arquitectura Tropical” (1983/84) - Amostra*
Especialidade e formação**

* Informação colhida nos cadernos de apontamentos de Rui Paz Rafael. Por ordem de aparição

Docentes da ESBAL	
José Troufa Real	Arquitecto formado na ESBAL
Michel Toussaint	Arquitecto formado na ESBAL
Clara Mendes	Geógrafa formada na Universidade de Lisboa

Docentes de outras proveniências	
Ilídio do Amaral	Geógrafo formado na Universidade de Lisboa
Alberto Passos	Economista formado na Alemanha (Angolano)
José Pacheco	Arquitecto
Amâncio Miranda Guedes	Arquitecto diplomado pela ESBAP
Fernandes Dias	
Manuel Graça Dias	Arquitecto formado na ESBAL
Maria do Céu Carmo Reis	Socióloga formada em Paris (Angolana)
Charles Comte	Engenheiro (Suiço)
José M. Baptista Marques	Médico
Maria Calado	Historiadora formada na Universidade de Lisboa
António Pombo Fernandes	Arquitecto (Brasileiro)

No âmbito do curso foram programadas viagens de estudo, a primeira das quais ao Senegal, a qual não se efectivou. Acabou por se preparar uma viagem a Cabo Verde⁵⁴ que não pudemos apurar, até ao momento, se foi realizada, mas projectava enviar 21 discentes e quatro docentes da ESBAL, totalizando 25 pessoas, entre as quais portugueses, brasileiros, cabo-verdianos, angolanos e guineenses.⁵⁵ Sabemos, sim, que os estudantes tiveram oportunidade de ir com Amâncio Miranda Guedes

⁵⁴ “Por motivo de ordem financeira e de dificuldade na programação da viagem ao Senegal, a qual implicava alto custo, optou-se pela ida à República de Cabo-Verde”. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Administrador do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos de 8 de Março de 1984. [Fundo FAUL].

⁵⁵ Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Administrador do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos de 8 de Março de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo IX].

(Pancho Guedes) à sua residência em Portugal (Casal dos Olhos na Eugaria, Sintra).⁵⁶

Seja como for, a proveniência dos alunos implicava, desde logo, um conjunto de conhecimentos empíricos, os quais constituíam uma mais-valia que mitigava a necessidade da visita a países tropicais. Destacamos um grupo de amigos, de entre os alunos,⁵⁷ que se conheceu através deste curso, para clarificar ao nosso ponto de vista. Trata-se de Cristóvão Duarte, Fernando Pires e Rui Paz Rafael. Cristóvão Duarte, hoje professor, é brasileiro e viria a Lisboa de propósito; Fernando Pires, hoje também professor, é guineense, no entanto tinha cursado arquitectura em Sarajevo e estava em Lisboa de passagem para Cabo Verde; Rui Paz Rafael, português e arquitecto, apesar de se ter diplomado na Escola de Lisboa, viria a fazer uma especialização em “Arquitectura de Terra” em Nanterre, Paris, o que o permitira visitar e conhecer de perto a realidade da Mauritânia e do Senegal.⁵⁸ Recolhemos os testemunhos dos três elementos e pudemos constatar que todos os citados não só se interessaram pelo curso de “Arquitectura Tropical” como o consideraram importante nas suas vidas profissionais, apesar das suas experiências e ou origens lhes darem algum conhecimento prévio.

É por exemplo o caso de Fernando Pires:

“[Apresentavam as aulas] com slides... eram excelentes; as aulas eram muito boas. O facto de o curso não ter sido mais longo, um doutoramento ou um mestrado... isso teria sido interessante. (...) Tinha uma equipa muito boa.”⁵⁹

Cristóvão Duarte diz, por seu turno:

⁵⁶ Conforme entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15).

⁵⁷ Entre os alunos deste curso contavam-se Carlos Marques; Fernando Pires, da Guiné Bissau; Rui Paz Rafael, português; Fernando Alfano Pedrosa, brasileiro; Péricles Duarte e Érico Veríssimo, cabo-verdianos; Helenita Assaf, brasileira de ascendência árabe.

⁵⁸ De acordo com o próprio, este curso era feito em colaboração com a Faculdade de Arquitectura do Dakar e a Unesco, e daí a possibilidade das deslocações. Conforme entrevista a Rui Paz Rafael (2014.04.15).

⁵⁹ Depoimento de Fernando Pires (2014.04.09).

“O Curso Arquitectura Tropical foi importantíssimo na minha formação. Sinto que contraí uma dívida de gratidão com a ESBAL e com os professores do Curso.”⁶⁰

Um outro exemplo, embora fora deste grupo (que era antes de mais um grupo de trabalhos práticos),⁶¹ é o de Helenita Assaf: brasileira de ascendência árabe, seria uma das pessoas para quem o curso teria tido um grande impacto, chegando a falar da sua “vida antes e depois do curso. Não o conteúdo do curso, mas a vivência, a cultura... Quando eu fui

⁶⁰ Depoimento escrito de Cristóvão Duarte (2013.07.04). Quanto à substância do curso, Duarte vem acrescentar:

“Talvez a coisa mais importante que tenha aprendido foi que estudar Arquitectura Tropical significava estudar uma área determinada do globo terrestre que abarcava os países subdesenvolvidos (tal como era denominado naquela época). Essa constatação vinha devidamente acompanhada de uma crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista. A crítica ao planeamento urbano modernista e a valorização dos aspectos culturais locais também estavam presentes nas nossas discussões.

Aprendemos muito sobre o clima dos trópicos e sobre as técnicas de conservação de energia passiva, bem como a importância de utilizarmos e os materiais locais em nossos projetos.

As tecnologias intermédias, tal como preconizadas por E. F. Schumacher no livro *Small is Beautiful*, foram especialmente decisivas para minha formação de arquiteto e urbanista (a leitura deste livro nos foi proposta pelo Prof Alberto Passos).”

⁶¹ Os três elementos acima referidos – Cristóvão Duarte, Fernando Pires e Rui Paz Rafael – acrescidos de dois outros, juntar-se-iam para executar um trabalho prático final. A este respeito, Cristóvão Duarte conta:

“Meu trabalho de conclusão do curso [Anexo X], realizado com outros 4 colegas, Rui Paz Rafael, Fernando Pires, Carlos Marques e Fernando Alfano Pedrosa e orientado pelo Prof. Troufa Real, consistiu num estudo de morfologia urbana, comparando assentamentos urbanos de crescimento orgânico aditivo, ou seja, sem um projeto prévio de planificação urbana. Os casos de estudos foram a Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, um musseque em Luanda, 2 bairros clandestinos de Lisboa (Quinta da Lage e Cova da Moura) e o bairro de Alfama em Lisboa. A aproximação dos casos acima referidos, permitiu identificar, ainda que de forma muito superficial, uma mesma lógica de estruturação do desenho urbano, resultante dos arranjos formais estabelecidos entre o lote edificado, a quadra e a rua. Esse estudo tem inspirado ainda hoje minhas pesquisas, como professor do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ, acerca da sintaxe espacial urbana presente nas favelas cariocas.”

Acerca das suas expectativas, da sua ligação à ESBAL e ao coordenador do curso, Duarte afirma ainda:

“Soube da proposta do curso Arquitectura Tropical através de correspondência postal (não haviam ainda os e-mails) mantida diretamente com a ESBAL em 1982, quando me encontrava concluindo a graduação.

Havia também o curso de preservação do património cultural, mas o tema da Arquitectura Tropical me soou muito mais atraente e inovador (sobretudo, àquela altura). Me inscrevi no curso sem conhecer os professores (nem Lisboa eu conhecia). Minha expectativa era a possibilidade de intercâmbio no estrangeiro, e de usufruir as vantagens implícitas neste tipo de experiência académica. Tinha eu 23 anos quando cheguei a Lisboa, recém-formado pela FAU-UFRJ.

Tive uma recepção muito afetuosa na ESBAL, especialmente por parte do coordenador Prof Troufa Real. Me senti plenamente acolhido e em condições de aproveitar ao máximo aquela experiência que se iniciava”.

Depoimento escrito de Cristóvão Duarte (2013.11.15).

embora, foi um choque.”⁶² Desconhecemos se curso de “Arquitectura Tropical” foi ao encontro do que estava consignado na sua “Orientação do Curso” – que, lembramos, implicava “facilitar a integração progressiva dos arquitectos nas estruturas técnicas” de outros países. Mas verificamos, enfim, que este foi verdadeiramente importante no trajecto profissional, ou vivencial, dos alunos cujo testemunho pudemos recolher.

Segue-se o curso de “Planeamento Urbano” (ou “Planeamento Urbanístico”, consoante as fontes) (PG4), da coordenação de Duarte Castel-Branco, que ocorrerá de Maio a Setembro de 1984 com uma interrupção na última semana de Julho, por uma taxa de inscrição de 75.000\$00.⁶³

É pouco o que sabemos sobre este curso, apenas que é feito um convite, em 27 de Abril de 1984, a Manuel de Solà-Morales [Anexo XI]⁶⁴ de onde consta:

“O Curso está estruturado em torno da figura do recém criado ‘Plano Director Municipal’.

Contudo em nossa opinião seriam de grande interesse para os alunos as matérias que têm sido desenvolvidas na Escola Técnica Superior de Arquitectura sobre 1 – Crescimento Urbano e Regulamentos Urbanísticos; 2 – Regulamentos Urbanísticos e Movimentos Sociais.”⁶⁵

Não pudemos apurar se o arquitecto chegou a vir. Sabemos, sim, que, existindo a possibilidade de se efectuar uma “visita de estudo ao empreendimento de Sines”, esta não teve o melhor dos apoios por parte dos próprios professores do curso, como é sugerido por Augusto Brandão

⁶² Depoimento de Helenita Assaf (2014.04.10).

⁶³ Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de 22 de Maio de 1984. [Fundo FAUL].

⁶⁴ Como dito, era comum pagar despesas a professores estrangeiros. Neste caso, temos os dados concretos: “As deslocações e instalação hoteleira ficam a cargo desta Escola. A remuneração usual, dadas as nossas disponibilidades financeiras, é de 5.000\$00 por lição proferida.” BRANDÃO, Augusto. Carta a Manuel de Solà-Morales i Rubio de 27 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XI].

⁶⁵ *Idem.*

a Castel-Branco ao referir “o desinteresse sistemático que vêm revelando alguns assistentes”.⁶⁶

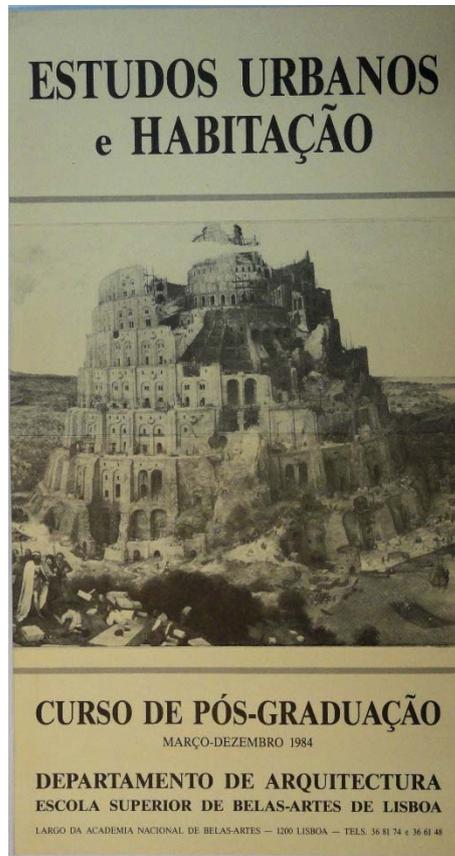


Figura 57 Desdobrável de divulgação do curso de pós-graduação em “Estudos Urbanos e Habitação”. Frente. 1984. [Fundo FAUL]

Segue-se a PG5, em “Estudos Urbanos e Habitação”.

Esta pós-graduação ocorrerá de Março a Dezembro de 1984 e terá como coordenador Manuel Teixeira.

Os seus objectivos estão integrados num Programa de curso [Figura 57]

bastante detalhado de onde se retiram nomeadamente dois pontos:

(1) O “estudo da realidade portuguesa”, especialmente aquela relacionada com a “génese dos problemas habitacionais e urbanos” e a “formulação de bases teóricas (...) tendentes à sua resolução” e (2) “a preparação de técnicos

habilitados a actuarem neste domínio (...) apetrechando-os com novos métodos de trabalho, incluindo o estudo e desenvolvimento de métodos de projecto e construção aplicáveis às situações de intervenção.”⁶⁷

O Programa informa-nos ainda que as áreas fundamentais do curso são o ensino, a investigação e o projecto; a estrutura do curso deve assim assentar em “Aulas, Seminários e Estudos de casos concretos” de acordo com seis áreas teóricas, a saber:

- a) O desenvolvimento da cidade moderna, do planeamento e da intervenção estatal no campo da habitação;
- b) Tipologias habitacionais, índices de habitabilidade;
- c) Perspectivas teóricas sobre problemas habitacionais e urbanos;

⁶⁶ BRANDÃO, Augusto. Carta a Castel-Branco de 23 de Junho de 1984. [Fundo FAUL].

⁶⁷ Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Habitação*. Março – Dezembro 1984. Folheto desdobrável. [Fundo FAUL]

- d) Métodos de projecto e programação. Tipos de intervenção;
- e) Políticas habitacionais e urbanas;
- f) Tecnologias e processos de construção.

Sobre questões práticas, o Programa refere as condições para o certificado final, calendário do curso (trimestral) e taxa de inscrição (75.000\$00, tal como os restantes cursos, a dada altura).

Entre o corpo docente designado encontramos vários nomes [Figura 58] entre os quais se destaca Joan Busquets que vem proferir duas lições no curso.⁶⁸

CORPO DOCENTE	
O curso terá a participação de docentes do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, e de professores convidados, exteriores à Escola, de reconhecido mérito nos respectivos domínios. De entre eles, destacam-se:	
Artur Alves BEZELGA <ul style="list-style-type: none">Engenheiro Civil, Instituto Superior Técnico, ISTDoutor em Engenharia Civil ISTProfessor de Processos Gerais de Construção IST	Vitor Matias FERREIRA <ul style="list-style-type: none">Sociólogo, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas UltramarinasDiplôme d'Etudes Approfondies en Sciences Sociales, Ecole Pratique des Hautes Etudes, Sorbonne, ParisAssistente do Curso de Sociologia Urbana do ISCTE
Joan BUSQUETS <ul style="list-style-type: none">ArquitectoProfessor Catedrático da Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Departamento de Urbanística, em Barcelona	Fernando GONÇALVES <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALInvestigador Auxiliar do Núcleo de Arquitectura do Departamento de Edifícios do LNEC
Reis CABRITA <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, ESBALInvestigador Auxiliar do Núcleo de Arquitectura do Departamento de Edifícios do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, LNECChefe do Grupo de Arquitectura do LNEC	Paiva LOPES <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALAssistente de Projecto no Departamento de Arquitectura da ESBAL
Orlando CALIÇO <ul style="list-style-type: none">Economista, Instituto Superior de Ciências Económicas e FinanceirasPós-licenciatura em Economia EuropeiaTécnico Assessor do Gabinete de Estudos e Planeamento do M.H.O.P.	Vasconcelos PAIVA <ul style="list-style-type: none">Engenheiro Civil, ISTInvestigador Principal do Departamento de Edifícios do LNECChefe do Núcleo de Comportamento das Construções do LNEC
Abílio Silva CARDOSO <ul style="list-style-type: none">Engenheiro Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, FEUPPhD em Planeamento, Reading UniversityProfessor na Faculdade de Engenharia da Universidade do PortoExerce actividade na Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo	Vassalo ROSA <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALAssessor do Conselho de Gestão do Gabinete da Área de Sines
Francisco da Silva DIAS <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALEstágio sobre Técnicas de Urbanismo, Ministério do Equipamento, ParisAssistente de Projecto no Departamento de Arquitectura da ESBAL	Teresa Barata SALGUEIRO <ul style="list-style-type: none">Geógrafa, Faculdade de Letras de LisboaMaster of Arts, University of ChicagoDoutora em Geografia Humana, Faculdade de Letras de LisboaProfessora Auxiliar de Geografia Humana e Urbana na Faculdade de Letras de Lisboa
António Fonseca FERREIRA <ul style="list-style-type: none">Engenheiro Civil, FEUPFrequência do 3ème cycle da École Pratique des Hautes Etudes, Sorbonne, ParisAssessor do ex-Fundo de Fomento da HabitaçãoAssistente do Curso de Sociologia Urbana do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE	José A. Teixeira TRIGO <ul style="list-style-type: none">Engenheiro Civil, FEUPInvestigador Coordenador do LNECChefe do Núcleo de Processos de Construção do LNEC
O curso conta ainda com a participação de outros especialistas, nacionais e estrangeiros, que intervirão pontualmente sobre temas específicos, ou na realização de seminários ao longo do curso. A coordenação do curso está a cargo de	Manuel C. TEIXEIRA <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALPós-graduação em Housing Studies na Graduate School da Architectural Association School of Architecture, em Londres. Hons Grad Dipl (AA)Assistente de Projecto no Departamento de Arquitectura da ESBAL
Do corpo docente da ESBAL destaca-se particularmente:	
Augusto Pereira BRANDÃO <ul style="list-style-type: none">Arquitecto, ESBALProfessor de Projecto no Departamento de Arquitectura da ESBAL.	

Figura 58 Excerto de desdobrável de divulgação do curso de pós-graduação em “Estudos Urbanos e Habitação”. Verso. 1984. [Fundo FAUL]

Estas pós-graduações salientaram-se pela sua duração e por terem sido cumpridas. De resto, houve uma série de outros cursos, como dissemos de início, que tiveram temas diversos e que não sabemos, até ao momento, se se realizaram ou se estiveram apenas programados. Entre estes contam-se os que estão inseridos na segunda tabela do início desta secção. Acresce que houve ainda outros seminários para além dos apontados nessa tabela, como por exemplo sobre construções hospitalares, equipamento social, museus ou escolas. (Estes estão

⁶⁸ Entre os restantes docentes que figuram no Programa temos Artur Alves Bezelga, Reis Cabrita, Orlando Calíço, Abílio Silva Cardoso, Francisco da Silva Dias, António Fonseca Ferreira, Vitor Matias Ferreira, Fernando Gonçalves, Paiva Lopes, Vasconcelos Paiva, Vassalo Rosa, Teresa Barata Salgueiro, José A. Teixeira Trigo e Manuel C. Teixeira.

ausentes não por seu demérito, mas por não se revestirem de suficiente informação).

Relativamente às pós-graduações da primeira tabela, e em conclusão, cremos que a pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” terá sido efectivamente a mais bem-sucedida, pelo menos ao nível da procura (3 edições). Devemos ainda dizer que, no nosso entender, as pós-graduações são uma forma de concretização da concepção pedagógica da Escola no sentido de uma especialização de saberes. Como vimos no capítulo 4.1, e aliás como podemos verificar observando os planos de estudos projectados [Apêndice VII], existe desde cedo, uma procura, da parte da Escola, em especificar os seus estudos. Esta secção tenta demonstrar que há, a partir do início dos anos 80, projectos para pós-graduações e seminários que, em paralelo com o que decorre no curso geral, vão ao encontro da perspectiva didáctica e cultural que a Direcção alimenta. Finalmente, como dito de início, quando nos referimos ao momento particular em que a Escola vivia, é necessário explicar o que entendemos que ele significa, genericamente falando. De facto, a Escola de Lisboa estava a conhecer uma circunstância de grande efusividade. Olhemos a cronologia efectuada como adjuvante deste texto [Apêndices I a V] e confirmemos a quantidade de ocorrências que se dão em simultâneo no início dos anos 80, e como têm uma expressão tão acelerada, a vários níveis. Aqui, analisámos a oferta de pós-graduações, as quais também se enquadram nesse fenómeno. De seguida, veremos como é que se celebraram estes anos – porque foram, de facto, momentos de comemoração e aceleração. Anos de fim de uma jornada, ou de terra à vista.

Os Simpósios Internacionais de Arquitectura

Ainda a respeito da internacionalização, uma das mais ambiciosas iniciativas de Augusto Brandão como director da Escola de Lisboa foi a promoção daquilo que viria a ser um conjunto de quatro Simpósios Internacionais de Arquitectura.⁶⁹ Entre 1982 e 1986, a Escola de Lisboa trouxe ao seu anfiteatro nomes célebres da arquitectura e do design tais como Charles Jencks, Michael Graves, Peter Eisenman, Pierluigi Nicolin, Franco Purini, Alessandro Mendini, Andreas Papadakis, entre outros. Brandão fez questão de estar por detrás da iniciativa – apesar de delegar a sua coordenação a Tomás Taveira, como é referido pelos próprios⁷⁰ e como é verificável em documentos e outras fontes.⁷¹ Taveira e Brandão trabalharam em conjunto, nomeadamente na afinação do tema e convidados.⁷² O primeiro Simpósio deveria ser dedicado ao pós-modernismo,⁷³ a área em que Tomás Taveira tinha mais contactos e conhecimentos próprios;⁷⁴ o segundo, à revisão do Movimento

⁶⁹ Estes encontros são designados de *Simpósios* ou *Seminários*, consoante as fontes.

⁷⁰ “A ideia dos seminários foi de A.Brandão. Eu fui totalmente colhido de surpresa e limitei-me, de algum modo, não a corrigir nomes mas a indicar alguns nomes que eram já referências para mim, por exemplo Michael Graves, o Sandro Mendini, etc. Ajudei a criar algumas condições financeiras, por exemplo na procura de hotéis bons que nos fizessem preços baratos, caso do Altis com cujo dono o Sr. Fernando Martins, (infelizmente já falecido) eu tinha uma particular amizade.

Lembro-me que a Direcção Geral da Cultura tinha uma senhora a dirigi-la, a Dr^a Patrício Gouveia (hoje administradora da Fundação Calouste Gulbenkian), que assistia às conferências e era uma entusiasta, de tal modo que trouxe a Portugal o Paolo Portoghesi... sozinha... Eu servi de cicerone...” Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21). Cf. igualmente entrevista a Augusto Brandão (2013.03.15) [Apêndice XI].

⁷¹ A respeito das fontes, temos: documentos – folhetos/programas, cartas, etc.; notícias, nomeadamente no *JA – Jornal Arquitectos* e no *Expresso*; e gravações em base VHS.

⁷² Cf. e.g. BRANDÃO, Augusto. Carta a Tomás Cardoso Taveira de 30 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XII]. Cf. e.g. TAVEIRA, Tomás. Carta a/c Augusto Brandão de 11 de Setembro de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XIII].

⁷³ O Programa de Actividades 1981/82 do Departamento de Arquitectura da ESBAL, tal como editado no *Jornal Arquitectos*, indica: “Outra acção que se reputa de grande influência na cultura arquitectónica europeia será a vinda a Portugal, num dos primeiros meses do ano, de alguns arquitectos cujos nomes se transformaram nos três últimos anos nos representantes de uma corrente a que se deu na História o nome de Post-Modernismo.

A reunião em Portugal de Bofill, Krier, Venturi, Sencks[Jencks] e outros é sinónimo de um escândalo na cultura arquitectónica europeia. Iremos tirar partido e incentivar a pesquisa ideológica na arquitectura portuguesa com esta presença.” (s.n.). Programa de Actividades 1981 – 1982. ESBAL – Departamento de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1981, n.º 1, p.11.

⁷⁴ É importante reter que Tomás Taveira estivera nos EUA em 1977/78 com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian a completar um SPURS (Special Program for Urban and Regional Studies) no MIT (Massachusetts Institute of Technology). Nesse contexto, terá tido contacto com várias figuras da cultura arquitectónica americana, como por

Moderno;⁷⁵ o terceiro, à arquitectura italiana;⁷⁶ o quarto, à publicação de arquitectura e design (periódicos).⁷⁷ Acabaram por seguir rumos de uma autonomia própria, espelhando o evoluir do pensamento dominante na cultura arquitectónica vigente, tendo portanto ocorrido, no primeiro caso, a introdução do tema do pós-modernismo na Escola, de forma assumida – um campo que lhe era desde logo favorável; em segundo lugar, sendo reflectida a dicotomia moderno *versus* pós-moderno que se vivia culturalmente; em terceiro, fazendo um balanço – propondo discutir os “Condicionantes do Pós-moderno”, aquilo que devia ser revisto. No quarto e último, assimilando a questão da *crítica*, nomeadamente da crítica de arquitectura – sob a forma de passagem de informação. Com efeito, cremos que o primeiro Simpósio, o qual ocorreu entre 19 e 30 Abril⁷⁸ de 1982 com o tema “A tradição clássica e o movimento pós-modernista” [Figura 59], terá influenciado a cultura arquitectónica portuguesa como um todo (isto é, não esquecendo o ponto de vista escolar). Calculamos essa possibilidade primeiramente porque estávamos em 1982 e Portugal democrático ainda não se tinha mobilizado em torno de iniciativas deste alcance no que toca à arquitectura. Outros factores

exemplo Michael Graves. Conforme depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

⁷⁵ Numa carta convite a Michael Graves, Augusto Brandão afirma: “We think that the debate could center on the Modern Movement, the Charter of Athens and the currently visible need for change”. BRANDÃO, Augusto. Carta a Michael Graves. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

⁷⁶ Como já visto nos Anexos XII e XIII, Augusto Brandão e Tomás Taveira planeiam um Simpósio sobre “Arquitectura Italiana”.

⁷⁷ “Above all else, the objective of these Symposiums is to establish dialogue between students and the great contemporary creators and Theoreticians in Architecture, in order to form a sufficient enough field of knowledge that would help the students to overcome the distance between academic study and exercising as a professional.

This year our objective is to establish a dialogue with revue publishers who, owing to their influence held on the spreading of ideas, would naturally be excellent interpreters for the birth of the new art, here in including architecture as well as design.” TAVEIRA, Tomás. Carta a Andreas Papadakis de 25 de Fevereiro de 1986. [Fundo FAUL].

⁷⁸ O *Jornal Arquitectos* anuncia que “A partir do dia 10 até 30 de Abril visitam o Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. os arquitectos Aldo Rossi, Robert Krier, Ricardo Boffil[Bofill], Rober[t] Venturi (ou colaborador directo), Charles Jencks e, provavelmente, Maurice Curot[Culot]. Cada arquitecto, durante uma permanência de cerca de três dias, a título individual e sem relação com os restantes, exporá os seus trabalhos de arquitectura e participará num colóquio público, a ter lugar no anfiteatro da E.S.B.A.L., sobre a importância dos arquitectos do ‘post-modernismo’ na cultura actual”. (s.n.). Arquitectos do “Post-modernismo”. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 3. p.3. Em relação às datas, esta informação é contrariada pelo folheto no qual depositamos mais confiança visto ser a informação oficial da Escola.

que nos levam a crer que este Simpósio terá tido importante repercussão na cultura arquitectónica são não só a quantidade de documentação que analisámos relativa à sua preparação – mais vasta do que relativamente aos restantes Simpósios – como principalmente a divulgação e reacção ao nível da classe dos arquitectos, através do *Jornal Arquitectos* [JA]. Acresce a reacção específica ao Simpósio que podemos ler através do JA no artigo “Taveira responde a Culot”⁷⁹ – com intervenção de Tomás Taveira, em nome próprio, e de Francisco da Silva Dias, em nome da classe. Finalmente, podemos concluir sobre a sua influência na cultura portuguesa através do artigo de Tomás Taveira na revista do *Expresso* com o título “O movimento pós-modernista já começou” [Anexo XIV].⁸⁰ Abordaremos de seguida mais profundamente o nosso ponto de vista.

O 1º Simpósio – com o título “A tradição clássica e o movimento pós-modernista”, ocorrido entre os dias 19 e 30 de Abril de 1982 – é o único dos quatro Simpósios dos quais não se encontrou para consulta nenhum registo videográfico e, portanto, não é possível extrair a substância das palestras com o rigor com que se o pode fazer relativamente aos restantes Simpósios; mas podemos tirar algumas conclusões do acontecimento através de documentação.

A primeira conclusão que se extrai é o facto de que foram convidados

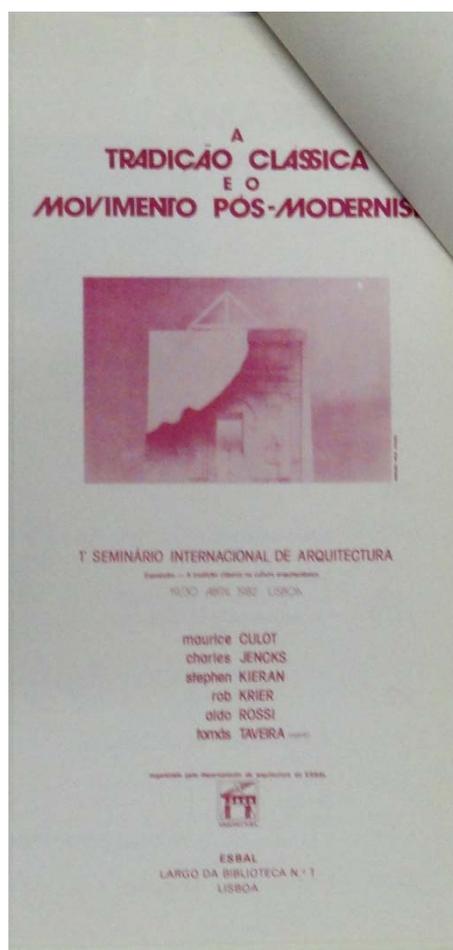


Figura 59 Excerto de Programa do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura. 1982. (1). [Fundo FAUL]

⁷⁹ TAVEIRA, Tomás e DIAS, Francisco da Silva. Taveira Responde a Culot. *Jornal Arquitectos*. 1983, nºs 16/17/18, p.4.

⁸⁰ TAVEIRA, Tomás. O movimento pós-modernista já começou. *Jornal Expresso. Actual*. 1982-05-01, pp.22R-23R. [Arquivo *Expresso*]. [Anexo XIV].

vários arquitectos influentes – nomeadamente Aldo Rossi, Robert Venturi e Ricardo Bofill.⁸¹ Isto significa que era, de facto, um objectivo dos organizadores “mostrar que nós estaríamos eventualmente na vanguarda...”⁸² Acabam por constar do Programa [Figura 59] Charles Jencks, Maurice Culot, Rob Krier e Stephen James Kieran – arquitecto que vem na vez de Robert Venturi, com apoios financeiros norte-americanos.⁸³

Este Simpósio é amplamente divulgado junto de entidades e instituições portuguesas de vária ordem [Anexo XVIII],⁸⁴ e é anunciado pela Associação dos Arquitectos Portugueses aos seus associados, segundo carta recepcionada pela Escola que informa a Direcção desse passo.⁸⁵

⁸¹ Sabemos este facto através de cartas que lhes são dirigidas e, nomeadamente, recebidas destes arquitectos. *E.g.* BOFILL, Ricardo. Carta a Augusto Pereira Brandão de 16 de Março de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XV]. *Cf.* também VENTURI, Robert. Carta a Augusto Pereira Brandão de 20 de Julho de 1981. [Fundo FAUL]. [Anexo XVI].

⁸² TAVEIRA, Tomás. Cit por FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011. p.134. *Cf.* também *Boletim Informativo 4*: “Procurou-se trazer assim, a Lisboa, críticos e representantes de algumas das tendências mais recentes na Arquitectura internacional. (...) Esta realização do Departamento vem ao encontro da necessidade de agitar as ideias, papel que uma escola de Arquitectura deve assumir integralmente sob pena de se tornar apenas uma máquina de produzir ‘pessoas de canudo’. E não só! Esse papel deve estender-se à profissão. Os Arquitectos Portugueses, por tradição, tendem a acomodar-se, a conformar-se com a realidade que os amesquinha e que reflecte a pobreza do meio cultural português. Há que o tornar mais vivo! A vinda destas polémicas figuras pode ser fermento dessa agitação mas que não seja uma atitude de cópia. Aqui se lança o desafio para a meditação sobre a prática portuguesa e que este seminário se continue noutras realizações nacionais.” Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo 4*. 1982. [Fundo AEFA].

⁸³ Referimo-nos a fundos do American Cultural Council, tal como consta do folheto de apresentação. São solicitados também apoios à Fundação Calouste Gulbenkian. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director dos Serviços de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian de 26 de Fevereiro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XVII]. Rob Krier envia à Escola uma indicação das verbas em falta relativas à sua palestra e passagens aéreas. KRIER, Rob. Carta a Augusto Pereira Brandão de 24 de Maio de 1982. [Fundo FAUL].

⁸⁴ É remetido um convite, em primeiro lugar, para o Secretário de Estado do Ensino Superior, mas também para o Presidente do Instituto Português do Património Cultural e para Presidentes de outras instituições de âmbito cultural, científico e de ensino. São ainda enviados convites aos Adidos Culturais de diversas Embaixadas. [Anexo XVIII]. Por fim, sabemos que o presidente do Conselho Directivo de Arquitectura da ESBAP envia um fax no primeiro dia do Simpósio ao Departamento de Arquitectura da ESBAL com o seguinte trecho: “Impossibilidade comparecer agradeço em meu nome e nome concelho directivo arquitectura convite para sessão inaugural seminários ponto jose grade presidente conselho directivo arquitectura”. GRADE, José. Telegrama ao Presidente do Conselho Directivo de Arquitectura da Escola de Belas Artes Lisboa de 16 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XIX].

⁸⁵ Direcção da AAP. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da ESBAL – Departamento de Arquitectura de 29 de Março de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI]

Ainda em termos de divulgação, o *Jornal Arquitectos* vai editar um número especial com quatro páginas dedicadas ao tema e uma capa exibindo um excerto do painel “Città Analoga” (Aldo Rossi).⁸⁶ Várias dessas páginas são apenas trechos de artigos ou de livros dos autores que se deslocam à ESBAL, excepto “Para Uma Nova Contradição na Arquitectura?”, de Victor Consiglieri e Michel Toussaint, os quais aprofundam alguns dos temas alvitados pelos convidados dos Simpósios; nomeadamente referem Charles Jencks “como o ‘Grande Classificador’ (como já lhe chamaram) das tendências actuais”. De facto, Charles Jencks escreve uma carta a Augusto Brandão [Anexo XX], antes do Simpósio, que expressa um pouco essa faceta. Nessa carta, Jencks solicita a Brandão que este adquira, junto de Andreas Papadakis, editor da revista *Architectural Design* [AD], uma cópia da edição “Free-Style Classicism”, da qual Jencks seria editor convidado (numa secção intitulada de “Profile”, a maior porção da revista).⁸⁷ Note-se que essa AD é extremamente confinada em termos analíticos, isto é, Jencks cinje-se ao tema de capa.⁸⁸

Curioso é então notar que, com esta correspondência que Jencks mantém com Brandão, o primeiro praticamente informa o segundo sobre o teor da palestra que vai proferir, a qual deverá ser baseada na revista:

“Dear Professor Augusto Pereira Brandão:

I have just received your letter concerning the new date 29-30 April. This seems all right for me. The subject of my talk might be on Free Style Classicism, a recent *Architectural Design* profile. Could you write Dr. Andreas Papadakis, Academy

⁸⁶ DIAS, Francisco da Silva. Introdução aos Pós-modernistas. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º5, pp.4-6.

⁸⁷ JENCKS, Charles (Guest-Editor). Free-Style Classicism. *Architectural Design Profile*. *Architectural Design*. 1982, n.º52, pp.1-120.

⁸⁸ O “Profile” tem uma forma sequencial, por autor, como que uma ficha por autor, com textos e imagens. Os textos são tanto de Charles Jencks como dos próprios autores, ou por vezes só de Jencks. Entre alguns arquitectos focados nesta revista podemos salientar: Aldo Rossi; Ricardo Bofill; John Outram; Rober Krier; Venturi, Rauch and Scott Brown; Robert Stern; Michael Graves; James Stirling; Michael Wilford and Associates. Quanto aos textos de Jencks, estes têm, no início e no fim, os títulos “Free Style Classicism: The Wider Tradition”; “Free Style Orders”; “A French Order: Ribart de Chamoust” e “Representational Orders”. Documentamos estes detalhes por acreditarmos que se tratou do discurso proferido na Escola de Lisboa, como adiante dizemos.

Editions, 42 Leinster Gardens, London W.2, England about a copy of the magazine if you would like to see it. For the lecture I will need two (2) slide projectors.”⁸⁹

Sabemos também que que foi nesse ano de 1982, e a partir dessa mesma revista *AD*, que o autor carimbou definitivamente a sua ideia de pós-modernismo na arquitectura – uma teoria que tinha vindo a ser desenvolvida desde 1977 no seu livro “The Language of Post-Modern Architecture”.⁹⁰ As obras que vem mostrar são já obras de uma geração ‘actual’, como vemos na revista. A composição da *AD* que Jencks toma como referência para a Escola de Lisboa apresenta conteúdos inequívocos da sua teoria “classicista”.⁹¹ De resto,

“Em 1982, com o lançamento de dois números da *AD* – ‘Free-Style Classicism’, organizado por Jencks, e ‘Classicism is not a style’ organizado por Demetri Porphyrios (1949) – dá-se uma espécie de cisão, de resto notória desde os anos 1970, na evocação do ‘classicismo’ na prática contemporânea.”⁹²

Ora, quando Jencks vem à Escola de Lisboa proferir uma palestra sobre o assinalado diálogo conflitual, está a difundir esta cisão, nomeadamente porque suportar a teoria deste número da revista já não exige grande esforço intelectual – os exemplos do “Free-Style Classicism” que advoga circulam agora livremente.⁹³ É por essa razão que dizemos que este Simpósio terá sido importante – porque será porventura mais um

⁸⁹ JENCKS, Charles. Carta a Augusto Brandão de 3 de Março de 1982 [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

⁹⁰ JENCKS, Charles. *The Language of Post-Modern Architecture*. Londres: Academy Editions, 1981. Jorge Figueira explica uma inicial dificuldade em sustentar a sua teoria por falta de “exemplos contemporâneos” (dificuldade essa que será rapidamente superada, como veremos): “A proposta central do pós-modernismo de Jencks é aquilo que irá definir como uma abordagem free-style. À falta de exemplos contemporâneos socorre-se, já na primeira edição do livro, da obra de Gaudí. Dir-se-ia que precisa de somar as experiências de vários arquitectos para encontrar a ilustração do ‘ecletismo radical’ que persegue.” FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. p.123.

⁹¹ Relativamente ao livro “The Language of Post-Modern Architecture”, “A quarta edição, de 1984, reflecte o mencionado artigo da *AD*, ‘Post-modern classicism’, e confirma que o pós-modernismo caiu para o ‘classicismo’”. *Idem* p.126.

⁹² *Idem* p.124.

⁹³ “De facto, o Teatro del Mondo (1979-1980) de Rossi, o Museu de Stuttgart, de Stirling, e o Portland Building (1980-1983) de Michael Graves, são momentos chave na consolidação do pós-modernismo. (...) Jencks já não precisa de se socorrer do exemplo de Gaudí.” FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita*. p.126.

momento fundamental de uma cisão norte-sul no campo teórico da arquitectura portuguesa, se quisermos considerar que este existia.⁹⁴



Figura 60 Artigo “O movimento pós-modernista já começou”, de Tomás Taveira, no Jornal *Expresso*. Maio de 1982.

Assim, tendo em conta que conseguimos ter uma ideia do que terá ocorrido, segundo a revista de arquitectura que Jencks referenciou, podemos deduzir que este convidado terá sido talvez o mais próximo do manifesto título do Simpósio. Todos os outros – relembramos: Maurice Culot, Rob Krier e Stephen James Kieran – enquadrados num entendimento mais difuso da arquitectura, vieram provavelmente sem as ideias classificadoras de Jencks⁹⁵ e sem a posição de princípio de Tomás Taveira. Esta posição de princípio é-nos dada a conhecer pelo artigo “O movimento pós-modernista já começou” [Figura 60] [Anexo XIV],⁹⁶ o qual, pelo seu conteúdo, e até por ter sido editado apenas um dia depois do último dia do Simpósio, acusa a influência da palestra de Jencks, do seu “Free-Style Classicism” – ou da sua postura naqueles dias.⁹⁷ No

⁹⁴ Aqui, devemos ter em conta pelo menos o Encontro de Aveiro (1979) e o 2º Congresso da Associação dos Arquitectos (1981), e ainda que “a polarização Porto-Lisboa é um dado central da cultura arquitectónica dos anos 1980 em Portugal.” *Ibidem*.

⁹⁵ Segundo Michel Toussaint, Maurice Culot acusou Jencks de ser um jornalista. Conforme depoimento de Michel Toussaint (2017.07.17).

⁹⁶ TAVEIRA, Tomás. O movimento pós-modernista já começou. *Jornal Expresso*. Actual. 1982-05-01. pp.22R-23R.

⁹⁷ O artigo de Taveira é também muito ‘caracterizador’. Está repartido em duas secções, aparte introdução e conclusão: na primeira, Taveira descreve o “neoclassicismo/free style classicismo” a que associa, por exemplo, Michael Graves e Ricardo Bofill; na segunda, o “fundamentalismo”, a que associa Rob Krier e Robert Venturi. Estas formalizações são ainda repartidas por outras como o eclectismo, inclusivismo e exclusivismo (dentro do “free style classicismo”); e o contextualismo, vernacular e

fundo, acreditamos na possibilidade de a vinda de Jencks a Portugal ter imprimido na Escola de Lisboa o início de um pós-modernismo ‘classificável’. Nesse sentido classificador, Jencks está para o mundo como Tomás Taveira está para a Escola – ou mesmo para Portugal, se considerarmos a tese de Jorge Figueira, que afirma que Tomás Taveira é “o porta-voz do ‘movimento pós-modernista’, na sua vertente internacionalista e ‘oficial’”.⁹⁸ Também nesse sentido, o 1º Simpósio Internacional de Arquitectura teria tido, em teoria, uma significativa importância. Representaria o lançamento de uma influência assumida dentro da Escola – de uma pequena *escola* dentro da Escola, não só assumida como apadrinhada por referências internacionais.⁹⁹ De resto, em que medida é que a apresentação de Jencks terá sido a primeira ou a última de Simpósios *internacionais*, com toda a colectânea de atribuições que a palavra internacional habitualmente significa, e nos quais podem ocorrer importantes discussões, que levam pelo menos os próprios discursos a lugares inexplorados no meio escolar, é o que vamos tentar saber numa análise aos restantes Simpósios, já que desses temos possibilidade de leitura analítica, aqui apenas especulativa.¹⁰⁰ Certo é que foram eventos de uma densidade fora de série. Por exemplo, o primeiro Simpósio decorreu ao longo de duas semanas. Todas as manhãs, de segunda a sexta-feira, com uma única quarta-feira de descanso.¹⁰¹ Sabemos ainda que Maurice Culot terá escrito um artigo crítico numa publicação relativa aos seus “Arquivos de Arquitectura Moderna”¹⁰² ao que Tomás Taveira respondeu no *Jornal Arquitectos* com

racionalismo. Taveira auto situa-se no contextualismo (parte integrante do “fundamentalismo”, já citado). *Idem*.

⁹⁸ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita*. p.180.

⁹⁹ Referimo-nos à *escola* do pós-modernismo e às suas diversas nuances.

¹⁰⁰ O próprio Tomás Taveira se questiona sobre a sua própria “abertura espiritual crítica” nos Simpósios: “Naquela altura, recentemente promovido a professor, estava mais embevecido e fascinado do que propriamente com abertura espiritual crítica. Essa veio mais tarde e deixou-me algumas dúvidas...” Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

¹⁰¹ Cf. BRANDÃO, Augusto. Folheto informativo do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura. [Fundo FAUL].

¹⁰² Tomás Taveira refere o “nº 24 dos ‘Archives’ página 4”. TAVEIRA, Tomás e DIAS, Francisco da Silva. Taveira Responde a Culot. *Jornal Arquitectos*. 1983, nºs 16/17/18, p.4. Em depoimento escrito afirma: “O problema Culot, foi muito infeliz. Ele considerou-se ofendido por eu ter discordado dum texto híper apologético, publicado na

“Taveira responde a Culot”.¹⁰³ Neste último, depreende-se que houve uma discussão sobre o Largo do Martim Moniz.¹⁰⁴

Não existem outras reacções, do nosso conhecimento, acerca deste Simpósio. O que sabemos ainda é que a mulher de Jencks também profere uma conferência, e que, a todos eles – Jencks, Kieran e Krier – é enviado por correio um agradecimento.¹⁰⁵

Temos conhecimento do que é que Augusto Brandão gostaria que tivesse sido este Simpósio através do texto do folheto de apresentação (editado em português e em inglês) [Figura 61]:

“Este Seminário será o primeiro de uma série de actividades sobre a cultura arquitectónica nos nossos dias que o Departamento de Arquitectura se propõe realizar, e que é especialmente dirigido a arquitectos e estudantes de arquitectura.

Os principais objectivos

são: ter acesso às

experiências individuais de arquitectos, críticos e

historiadores que vêm desempenhando um papel importante na

cultura arquitectónica actual, e tentar ultrapassar as interpretações

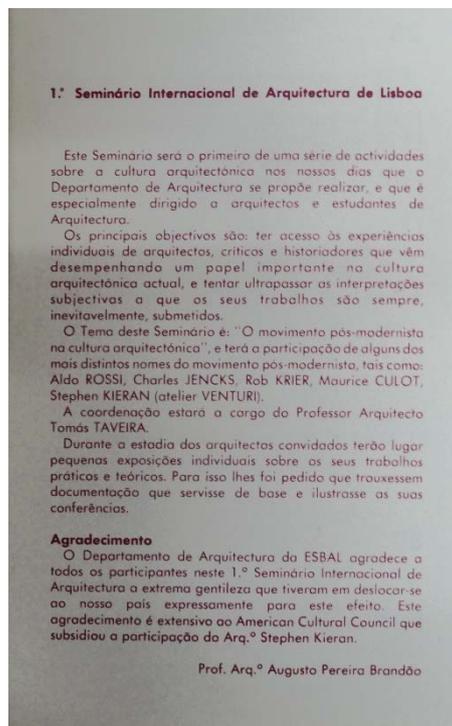


Figura 61 Excerto de Programa do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura. 1982. (2) [Fundo FAUL]

revista ARCHIVES, da qual era director, face à continuidade da cultura clássica, negando o pós-moderno, tal como o Rob Krier... também fez.

Da discussão, como se calcula, não resultou nada, creio que pelo facto de ele não me reconhecer autoridade cultural para esgrimir argumentos àquele nível.” Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

¹⁰³ TAVEIRA, Tomás e DIAS, Francisco da Silva. Taveira Responde a Culot. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, p.4. Também Francisco da Silva Dias responde a Culot, desta feita em nome da classe. *Ibidem*. (A mesma página do JA contém o texto de Taveira e o texto de Silva Dias, ambos com o mesmo título.)

¹⁰⁴ Naquela altura, uma intervenção no Martim Moniz, em Lisboa, era objecto de grande discussão entre os arquitectos portugueses.

¹⁰⁵ E.g. BRANDÃO, Augusto. Carta a Charles Jencks de 29 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XXII].

subjectivas a que os seus trabalhos são sempre inevitavelmente submetidos”.¹⁰⁶

Na nossa interpretação, seria intenção de Augusto Brandão (1) passar uma mensagem com estes Simpósios, e (2) a mensagem ser a seguinte: que se tentasse ultrapassar interpretações limitadas, ao que ele chama de “subjectivas”, de experiências individuais de “arquitectos, críticos e historiadores”.

Se assim for, alcançou o seu objectivo neste primeiro Simpósio precisamente pelas razões que expomos acima, isto é, pela repercussão cultural e crítica que consideramos que teve.

Figura 62 Excerto de Cartaz de divulgação do 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]



Quanto ao 2º Simpósio Internacional de Arquitectura, entre os documentos que temos encontram-se convites para a participação dos seguintes conferencistas: Paolo Portoghesi, Bruno Zevi, Tomás Llorens,

Demetri Porphyrios, César Pelli, Léon Krier e Aldo van Eyck; mas também, Michael Graves, Peter Eisenman e Edward Jones. De entre estes, só Michael Graves, Peter Eisenman e Edward Jones é que vão participar no Simpósio, que terá lugar de novo no anfiteatro da ESBAL, desta vez nos dias 13 a 16 de Junho de 1983, com o título “Arquitectura Moderna *versus* Pós-Moderna” [Figura 62].

Será um Simpósio com menor duração que o anterior, mas de elevada intensidade e impacto, sobretudo nos alunos que adivinham esse carácter e a ele acorrem, com expectativa. José Bandeirinha, que vem especialmente do Porto para participar no segundo Seminário, com mais cerca de cinco colegas da sua respectiva Escola de Arquitectura, testemunha-nos o seu entusiasmo:

¹⁰⁶ BRANDÃO, Augusto. Folheto informativo do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura. [Fundo FAUL].

“Não era comum ouvir personalidades que conhecíamos apenas das revistas de arquitectura. Na altura não havia internet. (...). Eram obras que eu conhecia porque assinava algumas revistas, já as tinha visto lá, era muito emocionante. As nossas revistas eram de uma arquitectura dos países desenvolvidos – muito distante.”

Igualmente o marcou a reacção dos seus colegas de Lisboa ao próprio Simpósio, o que é importante e esclarecedor da variedade de mundividências e realidades culturais que coexistiam em 1983 num mesmo meio. De facto, não haveria um consenso quanto ao modo como ‘ultrapassar’ o Movimento Moderno – questionamento que, com estes Seminários, se impunha, até pelo título que tinham. Bandeirinha sugere, neste trecho, que não só havia uma total separação entre as Escolas de Lisboa e Porto (quem diz Escolas diz classe) como uma divergência no interior da Escola entre os próprios alunos:

“Lembro-me das pessoas que viemos ouvir: o Michael Graves, o Peter Eisenman... Dois americanos e um britânico, de origem irlandesa: o Edward Jones. O próprio Tomás Taveira... E lembro-me que foi um debate muito aceso, muito aceso. Houve até alguma contestação por parte dos estudantes da Escola de Belas-Artes daqui [de Lisboa] – o que me surpreendeu muito porque eram nossos colegas. Nós na altura não nos conhecíamos, estávamos num outro mundo. Eles estavam em Lisboa, nós estávamos no Porto.”¹⁰⁷

Com efeito, é isso que se verifica nas gravações – um auditório cheio e, como veremos, participativo [Figuras 63 e 64]. No entanto, no tempo de perguntas e respostas, Graves – que é o primeiro a falar e que faz uma exposição demorada (de uma hora e meia mais trinta minutos de perguntas e respostas), é particularmente interceptado por uma figura da audiência que não se sente esclarecida relativamente às suas críticas ao Movimento Moderno. Já Eisenman (que faz uma exposição de cinquenta e cinco minutos mais cinquenta minutos de perguntas e respostas), talvez

¹⁰⁷ Depoimento de José Bandeirinha (2014.04.24).

Figura 63 Auditório do 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]



Figura 64 Debate final do 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]



por não demonstrar como objectivo ensaístico o questionar do Movimento Moderno, não é tão antagonizado no momento em que responde a questões. O mesmo se passa com Jones (“Ed” Jones; que faz uma exposição com uma hora e quinze minutos acrescida de um período de vinte minutos para perguntas e respostas), o qual detém o seu discurso em

aspectos mais consensuais, como o valor da cultura local.

As três exposições são formais; não se trata do modo como os conferencistas se apresentam¹⁰⁸ – mas as suas intervenções são genericamente bem preparadas, e os intervenientes deixam uma imagem de seriedade.¹⁰⁹

É Tomás Taveira quem começa por apresentar o 2º Simpósio Internacional de Arquitectura:

¹⁰⁸ Os oradores estão de camisa, sentam-se em cima das mesas, atiram coisas uns aos outros: Eisenman fuma cachimbo, Jones bebe água directamente do gargalo, etc..

¹⁰⁹ Hoje em dia, Tomás Taveira não concorda. Fala em exibicionismo e egocentrismo: “Por exemplo, o exibicionismo do Peter Eisenman, sempre a citar um autor, ou um arquitecto a propósito de tudo e de nada e sem acrescentar nada ao que era o entendimento da obra de arquitectura. Mesmo o Michael Graves foi em parte para mim, uma certa decepção já que não falou da invenção arquitectónica dos parâmetros espirituais e culturais que rodearam a sua obra mas limitou-se a explicar o Portland Building... (...). Eles eram super egocêntricos, tudo girava à sua volta e não eram capazes de dar qualquer opinião sobre o que viam... velho ou novo.... Foi também para mim algo de estranho, porque os via (à distância) como verdadeiros ‘scholars’, logo pessoas que deviam destilar cultura, inovação, novos pensamentos, novas ideias de aproximação ao tema da cultura arquitectónica. Contudo foi o Michael Graves que fez a minha promoção nos EUA.... Estranho, ou talvez não...” Depoimento escrito de Tomás Taveira (2014.05.21).

“O objectivo fundamental do Departamento ao levar a cabo este tipo de acontecimento é (...) tentar colocar os estudantes em presença de grandes criadores actuais. Pessoas que têm uma experiência ao nível da vivência da arquitectura muito profunda, pessoas que podem constituir um exemplo acima do que fazem, pelo modo como pensam (...) em ordem à criação arquitectónica. O Departamento tem vindo a tentar organizar uma tal estrutura que permita a todos os estudantes um contacto diário que vá além do contacto com os seus mestres (...). Nesse sentido, e no sentido de tentar levar todo o discurso arquitectónico e toda a meditação a todos os anos ao mesmo tempo pelo menos uma vez em cada ano lectivo, nós vamos tentar prosseguir eventualmente em circunstâncias futuras de uma forma mais sistemática no sentido de poder vir a captar uma didáctica ainda maior.”¹¹⁰

Mais à frente, faz uma apresentação dirigida em particular a Michael Graves:

“Suponho que ninguém nesta Escola tem algumas dúvidas acerca de quem é Michael Graves, acerca da sua personalidade, acerca da importância extrema que tem tido nos últimos anos, não só pelas posições que tem assumido como professor de uma escola (que é Princeton) como, ao mesmo tempo, grande criador que, eventualmente, se tem colocado numa posição tão sui generis, tão extrema, tão rigorosa e tão meditada que, por vezes, se torna, para as pessoas com menos tempo para se dedicarem à leitura dos textos fundamentais sobre a arquitectura pós-moderna, podem, porventura, pensar que são criações vazias e retóricas.”¹¹¹

Cada orador segue fazendo uma palestra que, em síntese, abrange os seguintes pontos:¹¹²

¹¹⁰ Videogramas 9 a 12: 2 Simposio Internacional de Arquitectura; 2 Simposio Internacional de arquitectura; EBAL 1900-1930; Cadeiras de Rietveld. [Denominação do fundo FAUL]. Uma só gravação. A partir do minuto 10:51. [Fundo FAUL]

¹¹¹ *Idem* a partir do minuto 12:42.

¹¹² Esta síntese resulta de uma depuração de 22 horas de gravações, e portanto não se tratou de analisar trechos, singularmente, de forma hermenêutica, mas sim de enquadrar

Michael Graves¹¹³

Figura 65 Michael Graves proferindo a sua palestra no 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]



Michael Graves [Figura 65] estabelece, em traços largos, e numa primeira abordagem, uma teoria sobre “*internal and external language*”.

Simplificando: “*internal language*” seria a

arquitetura que só os arquitectos entendem; “*external language*” seria a arquitetura que o mundo entende. (Para exemplificar, faz um paralelo entre os diversos tipos de literatura). O segundo grande ponto que aborda é uma crítica ao Movimento Moderno argumentando que a arquitetura moderna nega o simbolismo cultural – que o “*simbólico*” moderno está excepcional, e exclusivamente, na “*máquina*”. Ora, com esta transposição, Graves defende que a classe dos arquitectos passa a estar fechada sobre si mesma, isto é, passa a comunicar através da referida “*internal language*”:

“In modern architecture it could be said, as I say, the external language was forced back in. It was indeed symbolic, but it was the symbol of the thing that made it; it was the symbol, in a way of the machine. The buildings started to appear like a machine. The metaphor was no longer as in that to preceded [sic] the Modern Movement – man and nature – but it became, instead, the artefact of its putting together – the artefact of the machine. And so, our buildings look like radios, they look like machines themselves, they look like a toaster, they look like a lot of things, but they don’t allow us, as a part of the society, into its language, because its language is foreign to that myths and rituals to, say, the portal, the door, the window... the wall, the thematic resonance of floor

todas as apresentações, e fazê-lo tão resumidamente quanto possível, e com alguma liberdade interpretativa.

¹¹³ Videograma 9-12 a partir do minuto 14:21. [Fundo FAUL]

and ceiling can offer us: floor like ground, ceiling like sky. None of those things are a part of the modern language, of the Modern Movement.

And therefore we, in time, in the last 50 or 60 years, have, in a way, began to alienate the society at large – the man on the street can no longer understand or have access to our architecture. And we run the risk as architects of speaking an internal language, a language that is full of codes, codes that have to be deciphered by critics rather than understood by society.”¹¹⁴

Graves mostra imagens duplas, em diapositivos, (como aliás todos eles) para ilustrar o seu ponto. Concretamente, expõe slides que contrapõem o que chama de “*puramente pragmático*” ao “*puramente simbólico*”; a uniformização à hierarquia. Observa, em planta, o público *versus* privado (“*architectural promenade*”); em alçado, embasamento *versus* torres “*sem pé*”.

Os autores de referência que cita são sobretudo neoclássicos do final do século XVIII e início do século XIX:

Nome de autores citados por Michael Graves (por ordem de citação)		N.º de vezes citado
Karl Friedrich Schinkel	Arquitecto e pintor neoclássico prussiano, 1781-1841	2
Georg Friedrich Kersing	Pintor alemão, 1785-1847	1
Joseph Hoffmann	Arquitecto e designer de produto austro-húngaro, 1870-1956	4
Sir Edwin Lutyens	Arquitecto de “english country houses” londrino, 1869-1944	3
Christian Frederik Hansen	Arquitecto considerado “o Palladio da Dinamarca”, dinamarquês, 1756-1845	1
John Soane	Arquitecto neoclássico inglês, 1753-1837	1

¹¹⁴ Videogramas 9-12 a partir do minuto 21:04. [Fundo FAUL]. A estrutura do inglês transcrito em toda esta secção (“Os Simpósios Internacionais de Arquitectura”) suscita bastantes dúvidas ao nível gramatical, no entanto fomos fiéis às gravações. Propomos a inclusão dos trechos, ainda assim, porque consideramos que são bastante válidos para a interpretação das comunicações como um todo.

Faz várias chamadas de referência visuais romanas, ou italianas (cremos que por questões essencialmente biográficas),¹¹⁵ nomeadamente, e por ordem, a Porta alla Croce, em Florença; Santa Maria della Consolazione, em Todi; Cloaca Maxima, em Roma, e San Giovanni dei Fiorentini, também em Roma.

Mostra exemplos de obras de arquitectos conotados com o Movimento Moderno (I. M. Pei, Gerrit Rietveld, Mies van der Rohe, Le Corbusier)¹¹⁶ mas já como inspiração (em modo de citação) para a sua obra.

Nessas exposições não faz uma ligação teórica entre (1) a teoria das duas “*linguagens*”, (2) a crítica ao Movimento Moderno e (3) a sua obra: faz apenas menção a aspectos de organização funcional (arquitectónica).

Insiste no tópico da figuração; embora não aborde o tema da memória, apresenta alguns exemplos imagéticos de gozo pela vida (nomeadamente mostrando uma pintura de um “*bacanal*”, como o próprio refere).¹¹⁷

Na sequência da apresentação da sua obra temos a Plocek House, New Jersey (1977-79);¹¹⁸ o Portland Public Services Building, Oregon (1982); o Wildlife Museum, New Jersey (New York Harbor); e a Sunar Furniture Company (showroom) (1979-81). Acrescem peças de mobiliário e outro tipo de trabalho: várias cadeiras; um protótipo de chaleira para a Alessi (1985); um candeeiro de pé; um saco de compras e também cenários e figurinos para o Ballet Joffrey, New York.

Graves faz então uma conclusão com o que apelida de “*Large Buildings*”: Humana Building, Louisville Kentucky (1985); The Republic Bank and Texas Theatre, San Antonio, Texas (1982); Ohio State Heart Center (The Ohio State University Competition) (1983) – concurso que partilha com Eisenman; Summer Pavilion for the Cincinnati Symphony, Riverbend Music Center, Cincinnati, Ohio (1984); e Matsuya Department Store Feasibility Study, Tokyo, Japan (1982).

¹¹⁵ Michael Graves estudou na Academia Americana em Roma de 1960 a 1962.

¹¹⁶ Videogramas 9-12 a partir do minuto 31:43. [Fundo FAUL].

¹¹⁷ Videograma 10. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Michael Graves (2 e 3 parte). Michael Graves. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 06:46. [Fundo FAUL].

¹¹⁸ Nestes Simpósios, os conferencistas não oferecem uma nomenclatura objectiva para as obras que expõem, preferindo um discurso fluido. São igualmente vagos, e muitas vezes omissos, quanto a datas. De modo a que esta tese ficasse minimamente informativa a esse nível, tentámos completar a informação, sempre que possível.

Remata com uma apresentação mais completa do Portland Public Services Building, Oregon (1982), criticando sobretudo o International Style.¹¹⁹

No debate¹²⁰ é interpelado pelo auditório. Aqueles que o questionam falam bem inglês, colocam correctamente as suas questões – ou com linhas de raciocínio claras – e são muito incisivos na crítica de Graves ao Movimento Moderno, mas também a outros assuntos. Uma dessas figuras questiona-o com as seguintes dúvidas:

*“What I would like to ask you – because couldn’t follow it – is the connection between the theoretical framework you put forward in the beginning – (...) like internal and external language – and how do you apply as a tool for judging other people’s architecture or as a tool for doing your own architecture. (...). You take a position toward modern architecture – you take a very shortcut in that direction. You minimize, you diminish modern architecture. Of course I think that it is the result of your own stand point; but I could describe your own architecture diminishing – I could say that you were selecting things from history as some kind of gourmet and putting it all together. And I think that this should not be fair. So please tell us if your position is that strong, and if it is, why”.*¹²¹

¹¹⁹ Para uma definição de International Style: “International Style, architectural style that developed in Europe and the United States in the 1920s and ’30s and became the dominant tendency in Western architecture during the middle decades of the 20th century. The most common characteristics of International Style buildings are rectilinear forms; light, taut plane surfaces that have been completely stripped of applied ornamentation and decoration; open interior spaces; and a visually weightless quality engendered by the use of cantilever construction. Glass and steel, in combination with usually less visible reinforced concrete, are the characteristic materials of construction. The term International Style was first used in 1932 by Henry-Russell Hitchcock and Philip Johnson in their essay titled *The International Style: Architecture Since 1922*, which served as a catalog for an architectural exhibition held at the Museum of Modern Art.” In <https://www.britannica.com/art/International-Style-architecture>

Michael Graves demonstra, através de um slide apenas, que em Portland os edifícios que circundam o seu e que não são neoclássicos ou vitorianos também estão em grande parte carregados de estilo – já que são predominantemente em forma de ‘caixa’, envidraçados, ‘ao alto’ ou ‘ao baixo’, em quadricula, de várias tonalidades mas exclusivamente da cor cinza, etc.. O seu estilo ocupa-se, enfim, de que sejam neutros, de algum modo.

¹²⁰ Videograma 10 a partir do minuto 35:49. [Fundo FAUL].

¹²¹ Videograma 10 a partir do minuto 41:50. [Fundo FAUL].

A esta intervenção, Graves responde com: “*When you talk about selecting from history like a gourmet chef, you sound like my friend Eisenman*”, e ainda: “*I didn’t talk about history today. At all. And that’s where you’ve missed it.*”¹²²

Não há aplausos no fim do debate.

Em conclusão, a comunicação de Graves é essencialmente baseada na explanação de uma teoria que é consubstanciada por um vasto exemplo de obras, tanto suas como de outros autores. Esta teoria passa sobretudo por uma crítica ao Movimento Moderno, alavancada por motivos como a linguagem e o simbolismo. A sua apresentação é dinâmica e gera reacção no auditório.

Peter Eisenman¹²³

Figura 66 Peter Eisenman proferindo a sua palestra no 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]



Tal como Michael Graves, Peter Eisenman [Figura 66] começa com uma comunicação teórica, com pouca interligação directa ao que vai apresentar. De seguida, mostra a sua

obra; retorna à exposição teórica, de novo com pouca relação com a sua obra. Segue-se um período de perguntas e respostas participadas.

Faremos aqui uma abordagem sequencial do conteúdo sua apresentação, que se baseia nos seus interesses filosóficos na época. (Notemos de novo que as incongruências gramaticais são dos autores).

Começa por afirmar “*I want to get to the problem of language and abstraction*”.¹²⁴ Acrescenta de seguida que quer falar sobre “*the problem of signification*”.¹²⁵ Segue referindo conceitos que, segundo o próprio,

¹²² Videograma 10 cerca do minuto 46:09. [Fundo FAUL].

¹²³ Videograma 14. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Peter Eisenman 1parte. Peter Eisenman. [Denominação do Fundo FAUL]. A partir do início. [Fundo FAUTL].

¹²⁴ Videograma 14 a partir do minuto 01:26. [Fundo FAUL].

¹²⁵ *Idem* a partir do minuto 02:22.

ditaram o pensamento e a arquitectura ao longo dos séculos, como os termos Cosmologia e Tecnocentrismo. (Há um corte na gravação. Acreditamos que seguidamente refere Logocentrismo já que mais à frente irá falar de racionalidade). Associa o Biocentrismo ao século XX, dando o exemplo da Ville Radieuse, de Le Corbusier. Pelo meio, alude a Foucault:

*“My argument would be that, as Michel Foucault again said, that every episteme requires new means of signification and also new readers – so too does the episteme after 1945 required new means of signification and new readers.”*¹²⁶

Segue argumentando, na nossa interpretação, que passou desde então a haver uma ruptura com a história, mas que isso significa que a arquitectura deixa também ela de ser um veículo para o futuro; ou seja, uma vez que a natureza está fora de controle, não há controle sobre o futuro:

*“Have you seen a town or an architectural plan which, after 1945, represents the condition of the cosmology as previous plans in architecture have? The answer would have to be no. The question for that probably with this rupture of history, so catastrophic, that there is no longer any belief in architecture as a vehicle for the future – precisely because the kind biocentrism, the fact that we now we can destroy... that nature is so out of hand – that the physical and biological forces are so out of hand – that there is no certainty of the future, and that the plans of the past not only were manifestations of the existing structure but hopeful expressions of a future structure.”*¹²⁷

Aponta, de novo, para uma “quebra de esperança na história”, mas desta vez oferecendo-lhe um sentido – o de “imanência”:

“There has been a breakdown of the classical time. (...) But with this loss of faith in history, with a futureless present, triadic time, was replaced by a new kind of time – that is one of memory, a memory of classical time and of immanence: I m m a n e n c e, in

¹²⁶ *Idem* a partir do minuto 09:22.

¹²⁷ *Idem* a partir do minuto 09:55.

the Kantian sense, that is a present suffused with a future, that is a present where the future is now.”¹²⁸

Altera o conteúdo do seu discurso para “*Everyone very carefully tries to reduce my work back into some understandable canon – whether it’s modernism or post-modernism.*” Reporta, pela primeira vez, a Jacques Derrida e uma “*Metaphysic dialect*”, e passa a descrever a única obra que traz para mostrar. Trata-se da Ohio State University Competition (Wexner Center for the Arts) (1983-89):

“The Project that we did for the Ohio State Competition is the third project in a series of deconstructions, decompositions - that is, the reverse of order and closure; that is, searching for contamination.

I call it an artificial excavation; because instead of looking for origins, roots, foundations – in the traditional way – I must make a kind of heuristic, or artificial search for these non ordinary conditions of origin, these conditions of not closure.

And so, one artificially digs and creates palimpsests of artificial pasts in order to erase those conditions of closure, those conditions of hierarchy, those conditions of logocentrism; in order to see those transgressive, those pieces of sand that were formerly thought to be of no value.”¹²⁹

Eisenman segue a sua comunicação apresentando slides da obra em causa: fotografias aéreas – que mostram uma grelha urbana distorcida; uma planta de 1910 e outra de 1913, ambas do local de implantação; o plano de Olmsted para o parque (que sublinha ser o mesmo autor do Central Park em Nova Iorque); uma carta que indica um eixo fundamental; a relação do seu edifício com o eixo. Continua exibindo desenhos axonométricos e fotografias da maquete, pontuando com comentários como:

“My architecture, perhaps – or Modern architecture, in the past – was a search for elements and, in fact, was a display of elemental relationships; this, in fact, is the residue, the fragments of the

¹²⁸ *Idem* a partir do minuto 11:56.

¹²⁹ *Idem* a partir do minuto 23:48.

elements, and they have lost their elemental or objective nature; they are (...) fractured apart and only circumstantially objects.”¹³⁰

Fala de “*um outro aspecto da nossa arquitectura*” referindo-se a palavras como “*eixo*” e “*vertebrado*”; faz uma associação com a arqueologia de Ohio – que tem detalhes relativos ao Norte magnético; qualifica a sua obra como um fórum romano e um “*scaffold*” [andaime]: “*The scaffold has become the facade of history (...). The whole Project is a giant scaffold.*”

A respeito da fotografia de uma maquete, acrescenta:

“And there is a view of this structure and pieces of both earthwork and scaffold landscape elements, non objects, no facades, open-ended building.

We kept looking at this building – because we have classical sensibility – and kept saying ‘what a terrible end; we have to find a way to end it’. And, of course, it didn’t want to end, it came from closure in the past to nonclosure; from traditional forms of art to laser art and computer graphics. So we just let it be, just dumbly cut by the exigencies of the zoning laws of the site.”¹³¹

Voltando ao registo de conferência aborda alguns temas de forma dispersa e pouco conclusiva. Por exemplo, a pretexto de uma supostamente enraizada ideia de “*tipo*” associada à noção de “*origens*”, defende que a teoria de Quatremère de Quincy está ultrapassada:

“In the nineteen century, [Quatremère de Quincy] put forward a thesis on the idea of type which now, whether you are a modernist or a post-modernist, a classicist, an eclectic – whatever – you refer to Quatremère’s notion of origins.

Quatremère said there were two kinds of origins: one had to do with image and the other had to do with structure.

Again, the problem for me is that it is a dialectical condition and it eliminates the notion of destructure, or deconstructure, or decompose. And as long as we continue to refer to a book which

¹³⁰ *Idem* a partir do minuto 35:48.

¹³¹ *Idem* a partir do minuto 50:27.

*explained the nineteen century in an attempt to explain (what you people must feel) is a very different world... I think that we, as architects, will be behaving as ostriches, putting our heads in the sand of time and allowing it to roll around us”.*¹³²

No fundo, a ideia que Eisenman quer passar é a de que é moderno – no sentido em que não faz referência a valores antigos para explicar um mundo novo. A este respeito segue-se uma afirmação provocatória (aplaudida):

*“I would rather be accused of being an uninteresting architect; I would rather be accused of saying ‘I build bad buildings’; I would rather be accused of not being interested in aesthetics; but I would like to breathe the air of today rather than the sand of yesterday.”*¹³³

E com um *“thank you very much”* abandona o estilo conferência e inicia um período de perguntas e respostas. Estas são em número considerável e a maior parte em inglês.

Aqui, declara o seu trabalho como experimental; assume as referências da literatura e filosofia; pede tolerância para a sua postura pouco exacta e responde acerca de estereótipos que se colocam à sua obra:

*“You have to understand that this work that I’m doing is a very tentative work for me – number one. It is not something that I have a cook book, that I can look up and see. (...).
All the traditional moves that I’ve been trained to make, I have to try and throw out. The first thing one does is to suppress natural tendencies. That’s the first way to work. (...).
What one is doing is working with kind of approximations of what a non-order, non-hierarchy, non-closed condition might be.
The only analogy I have is the deconstructive activity of many current French and American literary critics and people in comparative literature who, for me, are for replace the philosophers – this kind of active people.
It’s a very unknown, and a very inexact occupation. (...).*

¹³² *Idem* a partir do minuto 55:18.

¹³³ *Idem* a partir do minuto 56:09.

So, I would accuse myself of the same arbitrariness as of any other architect in this room – and since you don't question their arbitrariness, I hope you would allow me mine. Doesn't make the occupation any less serious either for you or for me. (...).

Don't ask me to be rational because that is reducing me to a kind of logocentrism that I'm no longer interested in.

Somebody called the work surrational, the other day. And I think it's more... more approaches the surrational as an attitude than it is in tempting to be rational. One thing that it is not attempting to do is to break rationality.”¹³⁴

Repete termos ‘filosóficos’ como “ordination”, “decomposing”, “unknown condition”, “non originary condition of origin”, retomando a ideia de significação:

“Signification, for me, is the representation of structure and process – not image.

One is trying to uncover the total aspects of that structure. And in order to signify you must realize that there is a structure which is being decomposed. So, you are working from the totally random, totally haptic [háptica] back toward order, but knowing that you will never get there because you will never get back to the condition of origin if you start with non originary condition.”¹³⁵

Tentando responder a uma questão do auditório, afirma que não lhe interessa a significação nem a abstracção; que a arquitectura deve ser opaca, que cada objecto deve ser ele próprio.

“We don't mess with the signs. They are purposely transparent. Architecture is an attempt to create opacity. That is, to block up communication. To damn it up, the more opaque, the more architectural. (...).

Any architect that tells you he is interested in communication is trying to eliminate architecture; we are searching for opacity. (...).

¹³⁴ *Idem* a partir do minuto 56:54.

¹³⁵ *Idem* a partir do minuto 59:00.

Number two: abstraction; I am not interested in abstraction. A column is not an abstraction, it is a thing; a door is not an abstraction, it is a thing.

When I make a column, its 'thingness' is what is important, and the attempt to damn it up, to make it opaque, to signify something other than its 'columnness' or 'dooriness' – as a transparent sign – is what one is attempting to do. Not abstracted or decorated, but to allow it to be opaque.

Therefore, the words 'meaning' and 'abstraction' have very little meaning for me.”¹³⁶

Continua o registo de perguntas e respostas, onde se abordam temas como a opacidade, a sintaxe, a poética, as origens, ... A certo ponto faz um reparo acerca do trabalho de analogia com outras disciplinas, advogando o seu perigo ou dificuldade:

“I think it's very dangerous to take analogues from other disciplines to move them to architecture (...) because you can make a syntactic structure, but does it have any poetic? (...).

I feel very much in harmony with the French post-structuralists who are dealing with this notion of deconstruction. That's an analytical activity, that replaces formal analysis. (...).

I've used the term decomposition which is an attempt to describe this non-composing attitude, this non-compositional attitude that I'm working with. And it's very hard.

Show me a non ordinary condition of origin in architecture.

Where is it? It's very illusive. I can't really take it any further than that. I can only be metaphorical and elliptical about it.”¹³⁷

Segue-se um diálogo com uma figura da audiência que questiona Eisenman acerca do facto de lhe interessar mais o projecto do que a obra:

“Voice 1: I think I have a kind of understanding of what you're about as a process of working, as an intellectual process that has a justification as that. Now, I wonder you would separate the

¹³⁶ *Idem* a partir do da hora 01:00:13.

¹³⁷ *Idem* a partir da hora 01:13:19.

artifacts that this process produces from the process itself or what....

Peter Eisenman: *But the process doesn't produce artefacts, it produces process*

V1: *So the thing is continuous?*

PE: *It's serial, it doesn't close.*

V1: *But if you want to build, as obviously you were showing us earlier (...) at some point, what purpose, what justification, what rational...?*

PE: *... In time, as long as it works itself as a point in a process, it suggests that it is not interested in elements-type nor in traditional notion of structure, but it's talking about a process, the processual object.*"¹³⁸

Ao longo de todo o tempo de perguntas e respostas, o tom de Eisenman é geralmente tenso, chegando a ser provocatório. A dada altura refere que não está preocupado com a reacção à sua obra.¹³⁹ A esta declaração segue-se silêncio. Uma figura masculina coloca então uma questão utilizando uma metáfora. Pede a Eisenman que considere um cometa: interessa ser a pedra, o processo da combustão, ou interessa mais ser o lastro de luz que deixa, ou a obra? Eisenman responde, entre outras ideias, com: *"I'm desperately worried about being not-alive."*¹⁴⁰ A este pretexto afirma que usa o trabalho dos outros como base de decomposição para o seu próprio trabalho; qualifica o processo de projecto como divertido; e, finalmente, a pretexto, de novo, das *"origens"*, acata o tema do pós-modernismo:

"What I'm talking about, for me, is a true post-modernism with a little p and a little m – that is, not a style of work nor a genre of work, but (...) a not innocuous period of time that merely follows along, but a very loaded period of time. I think this kind of activity as post-structuralism (little p, little s) is something much

¹³⁸ *Idem* a partir da hora 01:14:05.

¹³⁹ *"I don't know, I'm not interested in readers."* Videograma 14 a partir da hora 01:16:46. [Fundo FAUL].

¹⁴⁰ Videograma 14 a partir da hora 01:21:40. [Fundo FAUL].

more pregnant to the time we are in right now than... certainly not modernism that one is talking about, nor structuralism, nor rationalism. Nor the current occupation of the term Post-Modern – capitol P, capitol M – but I think it is a, for me, a true post-modern activity. That’s why I accept the title of this conference. He [olhando para Tomás Taveira] thought I was one of the modernist architects, here...”¹⁴¹

Ainda são abordados alguns temas de menor impacto como: se o objectivo da arquitectura e da poesia são provocar, ou se Eisenman está procurando “destruir” a história. Destaca-se uma referência à ausência do desenho, na obra que apresentou. Usando Rossi como exemplo, declara:

“I think that Aldo Rossi’s drawings are architecture. They are not representations of architecture. (...) The architecture is the representation of the ideas first stated in the drawings.”¹⁴²

Acaba com uma afirmação acerca da sua qualidade de optimista humanista:

“I am suggesting that the conditions of today require a supra-humanism; and the search that I am undertaking is not anti-humanist, it is potentially supra-humanist in its attitude. And therefore, not pessimistic at all.”¹⁴³

Concluindo, nesta comunicação, as ideias de Peter Eisenman estão relacionadas com algumas filosofias concebidas por outros autores. Cremos que Eisenman não está exactamente interessado em que o seu percurso intelectual seja repercutido na sua obra; antes no processo de trabalho, eventualmente no projecto (final). Apresenta um edifício sobre o qual tece algumas considerações paralelas ao carácter da sua exposição oral. Retomando o modo de conferência, coloca-se perante o auditório da ESBAL para um período de perguntas e respostas de natureza heterogénea, mas essencialmente provocatória.

¹⁴¹ *Idem* a partir da hora 01:30:59.

¹⁴² *Idem* a partir da hora 01:34:52.

¹⁴³ *Idem* a partir da hora 01:38:47.

Edward Jones¹⁴⁴

As declarações iniciais de Edward Jones [Figura 67] (diz-se honrado por estar naquele painel) demonstram o respeito que Graves e Eisenman ganharam entre os arquitectos na ordem mundial.



Figura 67 Edward Jones proferindo a sua palestra no 2º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1983. [Fundo FAUL]

Jones começa por ler um texto da sua autoria o qual refere, traços largos, aquilo que o autor vai abordar na exposição oral. (Acabará a sua apresentação retomando a leitura de um texto).

Dá início à palestra mencionando a sua forte ligação aos Smithsons que afirma terem sido seus professores e mentores, a qual é crescentemente notada ao longo da apresentação; critica-os severamente pela incoerência entre a teoria e a obra – nomeadamente a doutrina da ‘desafecção’ (“*to be ordinary*”) e ligação à cultura local.

*“It’s very difficult to be ordinary in an extraordinary way – which is one of the problems about the making the housing stock, essentially built by builders that don’t have aspirations, necessarily, to high art architecture, and maybe the street should be ordinary, it should be dumb, it should be quite simple.”*¹⁴⁵

Critica o Movimento Moderno meramente no que este rejeita as formas associadas ao poder; no que este segue a utopia de um igualitarismo; no que este anula a arquitectura tanto associada a ditaduras como a outros sistemas políticos – por exemplo a democracia.¹⁴⁶ Critica também aquilo a que chama de “*estruturalismo holandês*” – referindo-se,

¹⁴⁴ Videograma 13. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Edward Jones 1 e 2 parte. Edward Jones. [Denominação do fundo FAUL]. Desde o início. [Fundo FAUL].

¹⁴⁵ *Idem* a partir do minuto 18:03.

¹⁴⁶ Este discurso é sobretudo notado no seu texto final o qual, segundo o autor, vem defender a obra do Mississauga Civic Centre, Toronto. *Idem* entre as horas 01:15:02 e 01:18:38

provavelmente, a Aldo van Eyck, uma vez que mostra desenhos para um concurso em que participou só pelo interesse em rebater especificamente as suas posições, segundo o próprio:

*“This [Prime Minister’s House, Phoenix Park, Dublin] was a competition that was judged by Aldo van Eyck, and the scheme was done with no hope of winning. We knew (...) that there was no way to win this scheme, and so it was taken on in the spirit of confronting a tendency that one wasn’t happy about.”*¹⁴⁷

Apoia o “*processo de reforma*” em que arquitectura se envolveu nos “*últimos dez anos*”; mas ao mesmo tempo, é avesso a etiquetas (“*labels*”)¹⁴⁸ porque não acredita em estilos, mas sim numa arquitectura ancorada no *genius loci*.¹⁴⁹ Talvez daí advenha o facto de que o único pensador que cita ao longo de toda a palestra seja Kenneth Frampton e a respectiva construção teórica do *Regionalismo Crítico*.¹⁵⁰

A propósito, refere que o zeitgeist¹⁵¹ de Eisenman é “*desnecessário*” e que, aliás, o deixa “*nervoso*”;¹⁵² mais adiante explica porquê, dando o exemplo de Rossi de 1966 (“*L’Architettura della Città*”), o qual teria sido traduzido em 1980, mas já estava difundido – que ele já o tinha ‘interiorizado’ antes de o ler.

¹⁴⁷ Videograma 13 a partir do minuto 35:03. [Fundo FAUL].

¹⁴⁸ *Idem* a partir do minuto 03:12

¹⁴⁹ *Idem* a partir do minuto 06:46. Para uma definição de *genius loci*: “In classical Roman religion, a *genius loci* (plural *genii loci*) was the protective spirit of a place.” In https://en.wikipedia.org/wiki/Genius_loci

¹⁵⁰ Videograma 13 a partir do minuto 01:29. [Fundo FAUL]. Para uma definição de Regionalismo Crítico: “Critical regionalism is an approach to architecture that strives to counter the placelessness and lack of identity of the International Style, but also rejects the whimsical individualism and ornamentation of Postmodern architecture. The stylings of critical regionalism seek to provide an architecture rooted in the modern tradition, but tied to geographical and cultural context. Critical regionalism is not simply regionalism in the sense of vernacular architecture. It is a progressive approach to design that seeks to mediate between the global and the local languages of architecture.

The phrase ‘critical regionalism’ was first used by the architectural theorists Alexander Tzonis and Liane Lefaivre and, with a slightly different meaning, by the historian-theorist Kenneth Frampton.

Critical Regionalists thus hold that both modern and post-modern architecture are ‘deeply problematic’”. In https://en.wikipedia.org/wiki/Critical_regionalism

¹⁵¹ Para uma definição de zeitgeist: “*Zeitgeist* é um termo alemão cuja tradução significa espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos. O *Zeitgeist* significa, em suma, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.” In <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zeitgeist>

¹⁵² Videograma 13 a partir do minuto 06:46. [Fundo FAUL].

Na exposição de obras demonstra a sua preocupação pelo “*lugar*” – pela inserção paisagística do seu projecto para o Northamptonshire County Hall, England (1973)¹⁵³ (em forma de pirâmide) ou pela adaptação das formas locais à concepção volumétrica do Mississauga Civic Centre, Toronto (inaugurado em 1987). Contudo, faz uma nota, tal como Graves, à predominância da ideia de hierarquia e simbolismo na sua forma de projectar:

*“Rather than evading these issues of hierarchy and social ritual implicit in a City Hall, it is our intention to represent them architecturally: the part from being the hall to the city, the building should express its importance as the place of civic power, the place where important decisions are taken, as to its legislature, its planning, and its future.”*¹⁵⁴

Nas questões finais do auditório, afirma desgostar de “*town planners*” (“*I dislike planners a lot*”);¹⁵⁵ e considera os “*interior designers*” da Royal College of Art¹⁵⁶ preparados para fazer edifícios. Refere ainda a exasperação que lhe causam os clientes ávidos do ‘moderno’:

“I’m trying to encourage my clients to have rooms with doors, walls, windows. And I realize they have been influenced by the idea they should have a house that has universal space. (...). They had absorbed the propaganda that modern architecture at the very point that I had become disaffected.

So, if you’re a modern architect in the 1920s you’re dealing with two thousand years of culture to try and put down and supplant; but now it’s been sixty years, eighty years of modernism and there’s now a popular myth or base to define yourself doing a house because: ‘Really, I want sliding doors... I want inside-outside... interpenetration of space...’, and I say: ‘No, you want

¹⁵³ Obra projectada com Jeremy e Fenella Dixon. Não construída.

¹⁵⁴ Videograma 13 a partir da hora 01:15:02. [Fundo FAUL].

¹⁵⁵ *Idem* a partir da hora 01:34:47.

¹⁵⁶ A Royal College of Art é uma Universidade pública dedicada à arquitectura, arte e design sediada em Londres. Cf. www.rca.ac.uk

rooms'. And that becomes a kind of struggle that you find yourself always going against the popular tide.”¹⁵⁷

Diz simpatizar, pelo contrário, com um “*conservadorismo radical*”, algo que “*as pessoas acham difícil*”, aliado a uma preferência por referências clássicas.¹⁵⁸ Agradam-lhe concretamente: formas puras, isoladas, e a ideia de monumentalidade e de massa – noções também expressas num projecto (concurso) que mostrara para os arquivos de Schinkel,¹⁵⁹ em Berlim:

“The interest for me was to make a building that was massive, rather than make a building that looks like an airplane or is ephemeral, looks like a machine.”¹⁶⁰

Aliás, admite admiração pelo legado de Schinkel.¹⁶¹ Desta feita, compreende que a sua própria obra em Toronto seja apelidada de “*historicista e sentimental*”.¹⁶²

Em resumo, Edward Jones faz uma introdução e conclusão explicativas claras; mostra a suas obras, descrevendo o seu propósito (intenções, projecto, fases da obra, etc.); intermedeia a sua intervenção com referências ao tema geral do pós-modernismo e debate as suas ideias com um auditório interessado.

Quanto à reacção da classe a este 2º Simpósio, temos o texto de João Paciência no *Jornal Arquitectos*: “2º Simpósio Internacional de Arquitectura. No Departamento de Arquitectura na ESBAL”.¹⁶³ Trata-se de um importante artigo de página e meia que começa por notar o “evidente desinteresse que a classe manifesta em ouvir personagens que polarizam importante corrente de opinião” descrevendo, de seguida, as intervenções dos três oradores do Simpósio. Esta descrição é intercalada

¹⁵⁷ Videograma 13 a partir da hora 01:30:46. [Fundo FAUL].

¹⁵⁸ *Idem* a partir da hora 01:15:02.

¹⁵⁹ *Idem* partir do minuto 47:06. Tratava-se de um edifício que pudesse albergar o espólio do arquitecto e pintor prussiano (1781-1841). Tanto quanto temos conhecimento, o material terá sido acolhido por várias instituições desde 1844, estando actualmente no Museu de Gravuras e Desenhos de Berlim (Kupferstichkabinett, Berlin).

¹⁶⁰ *Idem* partir do minuto 47:28.

¹⁶¹ *Idem* partir do minuto 46:29.

¹⁶² *Idem* partir da hora 01:15:02.

¹⁶³ Paciência, João. 2º Simpósio Internacional de Arquitectura. No Departamento de Arquitectura na ESBAL. *Jornal Arquitectos*. 1983, nºs 19/20, pp.17-18.

com a transcrição de alguns escritos dos próprios acerca das suas obras – mas destaquemos os comentários de Paciência directamente relacionados com as conferências.

Acerca do contributo de Michael Graves, o autor afirma, por exemplo:

“Recorrendo a ‘slides’ comparativos com as referências analógicas apropriadas, procurou sublinhar de uma maneira muito clara a importância que sempre existiu ao longo da História do símbolo como paradigma dos valores culturais das sociedades, aspecto que na opinião daquele autor foi relativamente relegado para segundo plano com o aparecimento do movimento ‘Arts and Crafts’ a partir do qual os próprios edifícios começam a surgir como máquinas.”¹⁶⁴

Acerca da prestação de Peter Eisenman, destacamos o seguinte comentário de Paciência:

“Diríamos que seria indispensável chegar mais longe na caracterização da FORMA enquanto Arquitectura para ser vivida (...). Só assim poderíamos admitir que o que vimos poderia ser efectivamente uma resposta adequada ao vigor do discurso filosófico inicial e não parecer apenas mais um mero exercício racional e inteligentemente organizado.”¹⁶⁵

Da palestra de Edward Jones, ressalta da descrição de Paciência:

“Atento ao processo de formação fisiológica e morfológica dos sítios para onde projecta, faz dialogar os seus projectos com a paisagem de um modo global e estruturante, sendo o vocabulário que usa depurado no tratamento das formas e na caracterização dos ambientes exteriores que as integram.”¹⁶⁶

Este Simpósio vem no rescaldo não só do 1º Simpósio como do evento *Depois do Modernismo* – de que falaremos mais adiante, e que terá importante repercussão na cultura arquitectónica de Lisboa. Ora, João Paciência, no final deste artigo, vem fazer uma reflexão sobre aquilo a que chama de “códigos ou valores” referindo-se a uma

¹⁶⁴ *Ibidem.*

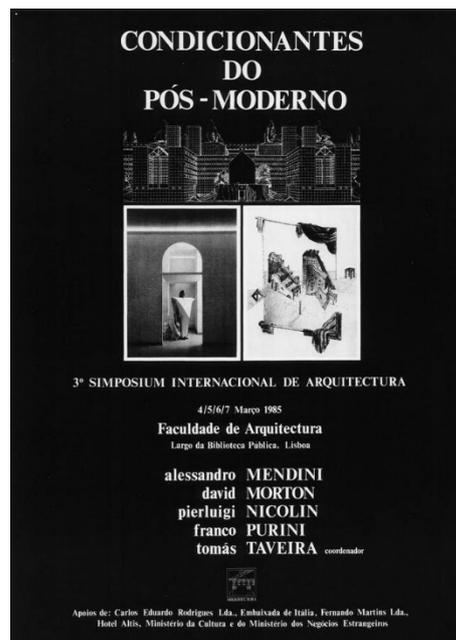
¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ *Idem* p.18.

“evidente e desorientada histeria na procura de novos vocabulários, ou à ‘fixação’ das novas gerações a ídolos ou correntes mais fortes que possam vir a dizer-nos como se deve fazer um projecto de arquitectura ou de desenho de uma cidade.”¹⁶⁷

Este tipo de reflexão, advinda de um professor da Escola que (1) critica a ausência da classe; (2) não toma partido perante os três arquitectos que ele próprio acaba de caracterizar como não racionalistas (dizemos assim para simplificar); demonstra que a Escola de Lisboa era, pelo menos em teoria, aberta à discussão e ao contraditório que se calcula ter ocorrido com o 1º Simpósio e no *Depois do Modernismo*, e que se verificou nos debates gravados deste 2º Simpósio.¹⁶⁸

Figura 68 Painel de divulgação do 3º Simpósio Internacional de Arquitectura. 1985. [Fundo Universidade de Aveiro]



Segue-se o 3º Simpósio Internacional de Arquitectura que tem lugar no mesmo auditório da ESBAL nos dias 4 a 7 de Março de 1985¹⁶⁹ com o tema “Condicionantes do Pós-moderno”, tal como consta do seu painel de divulgação [Figura 68]. Igualmente com a coordenação de Tomás Taveira, que, desta vez, terá uma participação activa – ou pelo menos gravada em VHS. Serão

conferencistas Pierluigi Nicolin, Alessandro Mendini, Franco Purini.

(Note-se ainda a presença de David Morton¹⁷⁰ no debate final).

¹⁶⁷ *Ibidem*.

¹⁶⁸ Tomás Taveira discorda da nossa perspectiva: “A escola era AMORFA... Tanto professores como alunos estavam a viver num ambiente que não conheciam e que lhes era profundamente estranho, por isso dir-se-ia que ninguém louvou o esforço do Prof. Augusto Brandão e muito menos o meu... Havendo mesmo quem questionasse a necessidade ou vantagem de tal tipo de encontros.” Depoimento de Tomás Taveira (2014.05.21).

¹⁶⁹ O ano de 1984 é pautado pela visita de Paolo Portoghesi para uma conferência na Escola, como veremos no capítulo seguinte.

¹⁷⁰ Arquitecto americano, dirigente “da revista mais importante de arquitectura que se publica actualmente nos Estados Unidos (...): *Progressive Architecture*”, segundo

Tomás Taveira faz a apresentação de cada um dos seus convidados não sem antes lamentar a falta de diálogo entre os arquitectos; a dificuldade de se ‘passar’ arquitectura para os canais de comunicação; e o facto de que, quando tal acontece, suceder de forma “fácil, ligeira, jornalística”.¹⁷¹ Como já dito, a primeira ideia de juntar arquitectos italianos e fazer incidir a temática do Simpósio sobre o seu país de origem é ultrapassada pelo próprio peso do tempo e dos temas actuais. Quanto ao novo tópico, a sua abrangência permite que cada um dos conferencistas acabe por seguir uma linha temática distinta. No entanto, o “pós-moderno” e os seus “condicionantes” estão no fulcro da maioria das palestras. Se não, vejamos:

Pierluigi Nicolin¹⁷²

Pierluigi Nicolin

[Figura 69] apresenta a sua perspectiva sobre o que é boa arquitectura.

Fala de forma

compassada e reflexiva.

Utiliza o caso da IBA

[Internationale

Bauausstellung /

International Building Exhibition]¹⁷³ em Berlim para se fazer entender, não encapotando o seu próprio envolvimento no projecto.



Figura 69 Pierluigi Nicolin proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]

Tomás Taveira. Videograma 37. Simposio Internacional de Arquitectura. Condicionamentos do Pos-Moderno (1 encontro). Alessandro Mendini. David Morton. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 05:50. [Fundo FAUL]

¹⁷¹ Videograma 37 a partir do minuto 01:30. [Fundo FAUL]

¹⁷² Videogramas 37, 38 e 40. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Condicionamentos do Pos-Moderno (1 encontro). Alessandro Mendini. David Morton; Simposio Internacional de Arquitectura; Condicionamentos do Pos-Moderno (2 encontro). Alessandro Medini. David Morton; 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Pos-Modernismo. Alessandro Mendini. [Denominações do fundo FAUL (repetidas)]. Uma só gravação. A partir do minuto 08:55. [Fundo FAUL]

¹⁷³ Para uma explicação do que foi a IBA: “The International Building Exhibition Berlin (German: *Internationale Bauausstellung Berlin*) (IBA Berlin) was an urban renewal project in Berlin, Germany. Initiated in 1979, it was completed in 1987, matching the 750th anniversary of the founding of Berlin. The IBA followed two distinct strategies: ‘careful urban renewal’ and ‘critical reconstruction.’” In https://en.wikipedia.org/wiki/International_Building_Exhibition_Berlin

Começa por se situar relativamente ao tema do pós-modernismo, embora de uma forma implícita. Afirma que não acredita na “*vanguarda*”, que tem uma visão diferente de “*tempo*”. Parece-lhe que se vive um momento em que a imaginação só trata da ideia de futuro, mas acredita que a arquitectura, pelo menos a que vai mostrar, se põe fora de um tempo linear:

*“Os projectos que vos vou mostrar (...) não são novos porque superam qualquer coisa; não são modernos porque vêm depois de qualquer coisa que é menos moderno (...); são projectos que se põem fora do tempo linear.”*¹⁷⁴

Citando André Breton, nota que a sua condição é a de um explorador no lugar de soldado:

*“De resto, já Breton e os surrealistas diziam que a vanguarda era apenas uma parte do exército francês.”*¹⁷⁵

Ao longo da comunicação, vai repetindo a palavra “*tempo*” sob este princípio não linear.

Segue mostrando propostas de Mathias Ungers e Léon Krier para a IBA e, à medida que faz menção das suas posições “anti-urbanas” críticas da grande metrópole, questiona o auditório, por via dos autores que divulga, em tom retórico: “*Qual a dimensão óptima de um edifício? Qual a dimensão óptima de um quarteirão? Qual a dimensão óptima de uma cidade?*”¹⁷⁶ Em jeito de conclusão, afirma que a “*cidade dentro da cidade*” (máxima de Ungers)¹⁷⁷ implica necessariamente um plano social. Critica o surgimento do que chama de “*star system*”; a divulgação em massa da arquitectura, de arquitectos considerados muito bons; a ideia de genialidade, de qualidade estética. Pelo contrário, defende que a cidade precisa de uma regra, precisa que o seu campo de intervenção seja

¹⁷⁴ Videograma 37- 40 a partir do minuto 14:13. [Fundo FAUL]. As transcrições dos arquitectos italianos são traduzidas do italiano.

¹⁷⁵ *Idem* a partir do minuto 14:32.

¹⁷⁶ *Idem* a partir do minuto 26:00.

¹⁷⁷ Cf. *The city in the city. Berlin: a Green Archipelago*. A manifesto (1977) by Oswald Mathias Ungers and Rem Koolhaas, with Pieter Riemann, Hans Kollhoff, and Arthur Ovaska.

limitado, circunscrito.¹⁷⁸ Critica o projecto de Rob Krier para a IBA, sugerindo que este é uma simulação:

“*Não estamos num mundo real, mas num mundo de simulação*”, diz, acrescentando que “*o tema da simulação é um tema propriamente pós-moderno, ou seja, é um tema que conduz à questão da obra de arte como artifício. Mas (...) a simulação esconde uma série de problemas*”.¹⁷⁹

Mais uma vez aqui alude à definição de tempo, para explicar um desses problemas – que estará relacionado com a sua convicção sobre o curso que a história imprime necessariamente na cidade.

Remata com a apresentação da obra *Bonjour Tristesse*, de Álvaro Siza, referindo a tal boa arquitectura que é possível fazer na Neubau IBA.¹⁸⁰

Aqui surge um corte súbito na fita VHS.

Dois anos mais tarde, será o editor da primeira monografia internacional de Álvaro Siza, de que tenhamos conhecimento.¹⁸¹

Trata-se, enfim, de uma apresentação que se baseia na crítica e numa dualidade de valores (certo ou errado). Ao fazê-lo, Nicolin introduz uma referência à obra de Álvaro Siza contida na sua publicação *Professione Poetica*, apresentada talvez pela primeira vez em Portugal.

Tomás Taveira¹⁸²

Tomás Taveira [Figura 70] inicia a sua exposição com uma alocução sobre o pós-modernismo. Neste âmbito, afirma opor-se à ideia genérica de

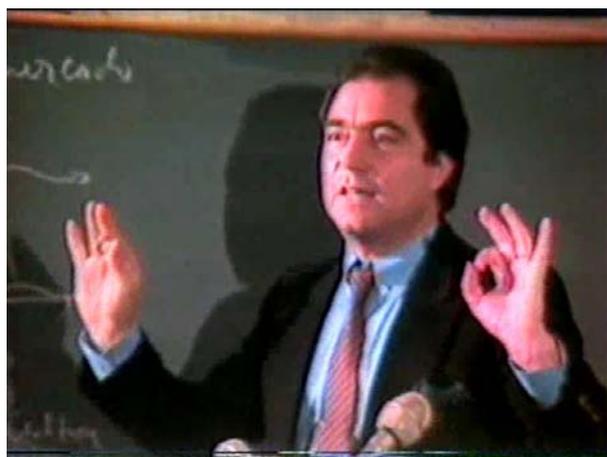


Figura 70 Tomás Taveira proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]

¹⁷⁸ Videograma 37- 40 a partir do minuto 42:39. [Fundo FAUL].

¹⁷⁹ *Idem* a partir do minuto 48:48.

¹⁸⁰ A IBA continha duas secções: a Neubau (construção nova) e a Altbau (renovação urbana).

¹⁸¹ *Professione Poetica*. *Quaderni Di Lotus*. 1987, n.º 6.

¹⁸² Videograma 37- 40 a partir do minuto 51:48. [Fundo FAUL].

“plano” e permitir-se “*uma nova angústia*”:

“Para os arquitectos modernos, o mundo estava resolvido.

Bastava pura e simplesmente usar o betão descoberto, usar umas formas violentas e brutas, uns edifícios muito rigorosos em vidro para estar tudo certo. Para um arquitecto pós-moderno, o drama assume-se em toda a sua plenitude. O arquitecto pós-moderno nunca sabe como é que vai fazer.

*O grande drama dos arquitectos modernos é o mercado; o grande drama dos arquitectos pós-modernos é a cultura.”*¹⁸³

A respeito deste drama, ou angústia, aos quais associa o valor da cultura, acrescenta:

*É claro que estas frases ditas desta maneira podem cheirar a retórica, podem cheirar a venda de banha de cobra. O pior é que não resolve o problema de cada um individualmente e o nosso problema colectivo, (...) não resolve o narcisismo. (...). Porque aquilo que é a nossa actividade (...) mais tarde ou mais cedo se vai perceber; com maior ou menor dificuldade, o nosso trabalho acaba por surgir, acaba por se impor à sociedade, e acaba, portanto, por ficar sujeito a um juízo e a uma crítica; e não há dúvida nenhuma que, mais tarde ou mais cedo, aquilo que é perene, aquilo que é válido, aquilo que tem efectivamente e uma verdadeira raiz cultural, aquilo que é culto, acaba por aparecer.”*¹⁸⁴

Segue-se uma exposição de slides do projecto Amoreiras.¹⁸⁵ Justifica a sua obra com o argumento da história do medievalismo da cidade de Lisboa; neste particular, defende-se das críticas a que diz estar a ser sujeito.¹⁸⁶ Por fim, descreve mais pormenorizadamente a sua obra. Por exemplo, mostra uma pintura das torres, em projecto, baseada no filme *Paris, Texas*, de Wim Wenders; aqui refere que Peter Eisenman e Michael Graves não teriam coragem para fazer um pós-moderno em

¹⁸³ *Idem* a partir do minuto 58:54.

¹⁸⁴ *Idem* a partir do minuto 56:18.

¹⁸⁵ Tomás Taveira menciona que é a primeira vez que mostra o projecto publicamente.

¹⁸⁶ Videograma 37- 40 a partir da hora 01:17:24. [Fundo FAUL].

vidro, e que Maurice Culot consideraria a sua obra obscena por não ser em pedra.¹⁸⁷

No momento do debate, responde que não se opõe à arquitectura moderna. Dá o exemplo do Convento de La Tourette, de Le Corbusier, dizendo:

*“É uma obra que eu considero seminal, que produziu muitas outras obras que os seus autores não classificam nem de Modernas nem de pós-modernas mas de inovadoras, e já estavam todas anunciadas nessa obra.”*¹⁸⁸

Um outro exemplo é Chandigarh,¹⁸⁹ do mesmo autor:

“Devo dizer-vos que é uma experiência absolutamente inolvidável.”

Acrescenta ainda que o pós-modernismo não propõe uma ordem, daí que as formas, as concretizações sejam diversas:

*“Tivemos ocasião de ver aqui um exercício fácil como é que, partindo das mesmas ideias, ou do mesmo tipo de posicionamento de ordem cultural, (...) se chega, com toda a facilidade, a formalizações totalmente diversas umas das outras – e todas elas coerentemente organizadas.”*¹⁹⁰

Em resumo, Tomás Taveira inicia a sua conferência com uma alocução sobre o pós-modernismo. Seguidamente apresenta a sua obra do complexo Amoreiras, justificando-a. Continua a sua intervenção trocando impressões sobre arquitectura com o auditório, nomeadamente acerca do Movimento Moderno.

¹⁸⁷ *Idem* a partir da hora 01:28:54.

¹⁸⁸ *Idem* a partir da hora 01:38:35.

¹⁸⁹ Le Corbusier realizou um projecto urbano para Chandigarh, Índia, na década de 50.

¹⁹⁰ Videograma 37- 40 a partir da hora 01:55:00. [Fundo FAUL].

Alessandro Mendini¹⁹¹

Figura 71 Alessandro Mendini proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]



Alessandro Mendini [Figura 71] faz uma introdução onde enumera os princípios da *Domus* (revista da qual é editor desde 1979): pôr a arquitectura ao nível das artes aplicadas e projectar

activamente imagens, colocando a hipótese de um mundo figurativo que gostaria de chamar subtilmente de neo-moderno (e não pós-moderno).¹⁹² Chama a atenção para o facto de que a *Domus* é também um centro-galeria e uma escola de moda e design (*Domus Academy*). Refere que a *Domus* realiza concursos, mostras, projectos, revistas, livros... e que conduz uma política de imagem policêntrica, ecléctica, pluridisciplinar – não colocando a arquitectura como problema principal. O mínimo denominador é antropológico e sociológico, relata. A primeira atenção deve colocar-se na pessoa humana: no que veste, no quarto, na casa, e só depois na cidade, no território.¹⁹³

Elabora um ensaio sobre a melhor atitude de projecto: “*Ainda hoje é muito importante fazer o mínimo de projecto possível*”.¹⁹⁴ Dentro de casa deve ser exercitada uma “*exigência de anarquia*”. (Repete várias vezes a expressão “*paraíso terrestre*”, referindo-se à casa). Considera a cidade um lugar de violência, de condicionamento social e político, quase que por vocação. Alega que se pode ter uma atitude do tipo “*romântico*” – personalizado, individualista, implicando o mínimo de projecção da casa da parte do especialista, e o máximo da parte do habitante, ou o direito de fazer o ambiente segundo o seu gosto e não a sobreposição do gosto

¹⁹¹ *Idem* a partir da hora 01:58:30. Esta parte apresenta por vezes um som deficiente pelo que não conseguimos analisar a totalidade da intervenção.

¹⁹² *Idem* a partir da hora 02:01:10.

¹⁹³ *Idem* a partir da hora 02:02:19.

¹⁹⁴ *Idem* a partir da hora 02:07:45.

erudito – ou do tipo “*racionalístico*” – hipertecnológico, “*perigosíssimo*”.¹⁹⁵

Declara a amoralidade da sua opção editorial, isto é, a não procura de justeza, mas de acolhimento de todos os “*momentos críticos*” e

“*delicados*”¹⁹⁶ da forma como todas as pessoas estão a ver o mundo.

Defende que a forma já não precisa de ser funcional, uma vez que há outros problemas, outras dificuldades que se põem no momento presente; e aqui menciona a política e a estética. Nessa sequência, alega que o próprio não é só um artista que se explica, mas um explicador que cria – e que é isso que faz dele um designer.¹⁹⁷

Na apresentação de imagens¹⁹⁸ mostra os primeiros números da revista: arquitectura italiana; ‘interiores’ de arquitectura; alusões ao divertimento (objectos de vários tipos); e mobiliário.

Por fim, mostra obras do *Studio Alchimia*,¹⁹⁹ do qual é fundador, e objectos para a marca Alessi.

Introduz a palavra “*kitsch*” através de uma cadeira similar à cadeira *Proust*, desta vez lisa e dourada.²⁰⁰

Em resumo: Mendini faz uma introdução explicativa dos princípios da revista *Domus* elaborando acerca da arte e da arquitectura, como que apresentando uma teoria do design. Seguidamente apresenta várias obras, incluindo suas, apoiando-se nessa mesma tese.

¹⁹⁵ *Idem* a partir da hora 02:09:52.

¹⁹⁶ *Idem* a partir da hora 02:17:30.

¹⁹⁷ *Idem* cerca da hora 02:19:28.

¹⁹⁸ *Idem* a partir da hora 02:21:43.

¹⁹⁹ *Idem* a partir da hora 02:37:10. *Studio Alchimia* foi um laboratório e galeria de design para projectos experimentais fundado por Alessandro Guerriero, em Milão, em 1976. Cf. https://de.wikipedia.org/wiki/Studio_Alchimia

²⁰⁰ Videogramas 41 a 42: 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Pos-modernismo. [Denominações do fundo FAUL]. Uma só gravação. A partir do minuto 13:23. [Fundo FAUL]. A cadeira *Proust* foi um dos objectos (da autoria de Alessandro Mendini) elaborados no contexto do *Studio Alchimia*. [V. nota anterior].

Franco Purini²⁰¹



Figura 72 Franco Purini proferindo a sua palestra no 3º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1985. [Fundo FAUL]

Franco Purini [Figura 72] começa por tentar responder à questão do Simpósio (quais são as condicionantes do pós-modernismo) admitindo o pós-modernismo num contexto crítico criativo, de investigação, de

experimentação teórica.

Cita dois autores anglo-saxónicos de arte: Richard Schechner e Dick Higgins.²⁰²

Define “*pele menos*” três formas de historicismo: historicismo radical (referindo Rob Krier e Karl Marx); historicismo intermédio, ou de compromisso (citando Robert Stern, Michael Graves, Paolo Portoghesi); historicismo estrutural.²⁰³

Define-se como um “*racionalista simbólico*”:

*“Não sou um racionalista no sentido comum do termo (...): a mim interessa-me uma forma de racionalidade muito precipitante, muito delirante, muito paradoxal, muito exaltada.”*²⁰⁴

Mostra, através de slides,²⁰⁵ dois projectos urbanos: um deles “*utópico*”; o outro “*realista*”.

Relata o que considera serem “*três obsessões da urbanística moderna*”: (1) território como pura disponibilidade; (2) (nascendo da primeira) obsessão da continuidade; e (3) (corolário das duas) obsessão da grande dimensão.²⁰⁶

Demonstra ainda que a sua actividade reflexiva enquanto professor incide sobre o tema da cidade utópica.

²⁰¹ Videogramas 41 a 42. A partir do minuto 15:14. [Fundo FAUL]

²⁰² *Idem* a partir do minuto 17:11.

²⁰³ *Idem* a partir do minuto 22:59.

²⁰⁴ *Idem* a partir do minuto 34:47.

²⁰⁵ *Idem* a partir do minuto 37:59.

²⁰⁶ *Idem* a partir da hora 01:15:42.

Entre outras questões finais, faz um apelo a uma “outra arquitectura da cidade”, à construção de uma “terceira disciplina” – para que se quebre “esse grande mito dos anos 60, 70 e 80”.²⁰⁷

Em resumo, a comunicação de Purini não tem exactamente uma narrativa, isto é, baseia-se sobretudo em citações. A sua forma de definir conceitos é através da enumeração; as próprias citações são enumerações. No debate, segue a mesma linha de intervenção que na comunicação individual.²⁰⁸

No debate final conjunto, Nicolini lança um desafio: “*Falemos do presente*”. Repara então que estão acabados os grandes sistemas de pensamento; cita Nietzsche e Heidegger; e compara a liberdade pós-moderna a um acto de cozinhar com restos. Afirma que a consequência de uma maior liberdade é a uma maior perda de sentido, e que é essa a condição presente.²⁰⁹

Purini, por sua vez, alega que o pós-modernismo é o retornar a uma dimensão murada da cidade, a uma dimensão reconhecível, humana.²¹⁰

Mendini atreve-se a definir cada um dos membros do seu painel, defendendo que “*estamos aqui numa certa condição de pós-modernidade*”. Assim, para Mendini, Morton, ou a sua revista *Progressive Architecture*, é “*empirista pós-funcionalista*”; Purini é “*iluminista esquizofrénico, híper piraneziano*”; Taveira tem

²⁰⁷ *Idem* a partir da hora 01:23:59. Purini está aqui a referir-se a “*L’Architettura della Città*” (1966), uma obra de Aldo Rossi. Não deixa de ser curioso que Purini queira quebrar este “*mito*” uma vez que ambos pertenceram ao mesmo movimento arquitectónico *Tendenza*. Para uma definição de *Tendenza*, Cf. [https://www.infopedia.pt/\\$tendenza](https://www.infopedia.pt/$tendenza)

²⁰⁸ O Videograma 31 (voz off) apresenta a seguinte síntese destas intervenções: “*Pierluigi Nicolini, professor da Escola Politécnica de Milão e director da revista Lotus, abordou o tema da cidade, arquitectura e morfologias urbanas, e comentou as novas experiências urbanísticas que se estão a processar na cidade de Berlim. Alessandro Mendini, director da revista Domus, focou sobretudo a questão do historicismo e das correntes ecléticas nas novas correntes arquitectónicas. Franco Purini, por sua vez, falou-nos das correlações entre arquitectura, cenografia e teatro pós-modernos e prosseguiu com uma mostra de alguns dos seus projectos utópicos de cidades que se reportam à tradição de utopia urbana de Piranesi.*” Cf. Videograma 31 a partir do minuto 08:10. [Fundo FAUL].

²⁰⁹ Videograma 38. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Condicionamentos do Pos-Moderno (2 encontro). Alessandro Medini. David Morton. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 29:31. [Fundo FAUL].

²¹⁰ *Idem* a partir do minuto 41:45.

características de um “*vitalismo semiológico*”; Nicolini interessa-se tanto por um “*conceptualismo urbano*” como por um “*pontilhismo na cidade*”; e o próprio Mendini tem uma intenção “*mais existencialista antropológica, decorativa, diletantista*”.²¹¹

Tomás Taveira vem, por fim, fazer um balanço no qual retoma o tema da angústia pós-moderna:

“Um (...) ponto fundamental que aqui ocorreu diz respeito à necessidade de, ao construir essa cidade por dentro de si própria, passo a passo, fragmentariamente, se actue com uma Arquitectura que deve ser bela, uma arquitectura que deve ser falante, que deve ser figurativamente impressionante, portadora de símbolos e de sinais.

*Por outro lado, a chamada a uma angústia nascente, ou a uma angústia que os modernos não sentiam, que é a não limitação da inspiração, a não limitação da poética, no sentido em que Umberto Eco a define; e, eventualmente, a criação, com o pós-modernismo, de uma totalmente nova liberdade de meditação e de invenção à qual corresponde não um eclectismo vazio nem uma escolha sentimental mas à qual deve corresponder uma responsabilidade cada vez maior.”*²¹²

Figura. 73 Excerto de cartaz de divulgação do 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]



Entre 12 a 15 de Maio de 1986 ocorre o 4º e último Simpósio Internacional de Arquitectura na Escola de Lisboa. Será sob o título “A informação sobre a arquitectura. A formação do gosto e os

novos talentos”, tal como se verifica no cartaz de divulgação [Figura 73], e terá como convidados Sharon Lee Ryder – colaboradora da *Daily News*

²¹¹ *Idem* a partir do minuto 49:43.

²¹² *Idem* a partir da hora 01:43:55.

e da *Metropolis: The Architecture and Design Magazine of New York*; Stanley Abercrombie – com a revista *Interior Design* a cargo; Peter Davey – à frente da *Architectural Review*; e Andreas Papadakis – director da *Architectural Design*.

Do 3º para o 4º Simpósio Internacional de Arquitectura não existe qualquer registo de reacção; este Seminário não terá, também ele, qualquer tipo de publicidade de que tenhamos tido conhecimento.

Dos registos videográficos, conseguimos apurar que é ainda Tomás Taveira quem se mantém como coordenador. É o próprio quem explica o tema do Simpósio:

*“Este ano optámos por algo de diferente, em lugar de trazermos grandes criadores (...). Este ano decidimos mostrar como se organiza a informação sobre a arquitectura e, ao mesmo tempo, mostrar como é que a informação sobre a arquitectura conduz à descoberta de novos talentos (...). Temos muita dificuldade, em Portugal, em publicar as nossas coisas. Temos muita dificuldade em comunicar com o público, em geral; em nos afirmarmos como arquitectos, na medida em que nos falta este sistema fundamental que é o de espalhar conhecimento sobre aquilo que se faz, sobre aquilo que eventualmente constitui a nossa cultura num dado momento. A rádio, a televisão, os jornais, mantêm-se passivos em relação a este tipo de intervenção artística que é a arquitectura, e os conflitos, as ambiguidades e até os erros que se cometem são demasiadamente grandes, em múltiplas circunstâncias, havendo mesmo – não tenho mesmo nenhum problema em afirmar – (...) um certo terrorismo verbal contra a cultura de hoje, principalmente a cultura pós-moderna.”*²¹³

Estas palavras vêm pôr em evidência, ou explicar, por que razão Tomás Taveira, apesar de ser a figura mais mediática do seu tempo, no campo da

²¹³ Videograma 36: 4 Simposio Internacional de Arquitectura. Sessão de Abertura. [Denominações do fundo FAUL]. A partir do minuto 05:05. [Fundo FAUL].

arquitectura, não reúne suficiente motivação para dar seguimento à série de Seminários.²¹⁴

Mas vejamos, também aqui, o que é uma síntese possível da intervenção de cada conferencista:

Sharon Lee Ryder²¹⁵

Figura 74 Sharon Lee Ryder proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]



Sem introduções, Sharon Lee Ryder [Figura 74] começa por mostrar imagens de Nova Iorque, Boston, São Francisco, Los Angeles e outras cidades dos Estados Unidos da América, e do seu

mobiliário moderno (no sentido de actual). Neste particular, interessa-lhe demonstrar que há arquitectura e design com facetas desinteressadas, isto é, que não tomam parte em nenhum estilo em particular.

Declara não gostar do pós-moderno na medida em que este não valoriza o “*environment*” (genericamente falando). Não quer lidar com teorias abstractas, mas com a vida ‘real’:

“What I prefer to do is to look around and ask myself ‘What’s good in what I see? Why is it good? If it doesn’t work, why does it not work?’”

É a primeira conferencista que cita Charles Moore, argumentando que terá sido o precursor de uma procura pelo valor da história na prática arquitectónica:

²¹⁴ Este Simpósio terá sido o de menor sucesso. Ao apresentar Peter Davey e Andreas Papadakis, Tomás Taveira afirma o seguinte: “*Um esforço destes para uma resposta desta natureza é perfeitamente ridículo. Vamos ter de rever a nossa posição, porque aplicar aproximadamente mil contos para conseguir este tipo de resultados não merece a pena. Dá a sensação que o que interessa é continuar na nacional mediocridade. Costuma-se dizer ‘cada um tem o que merece’ e esta Escola está a ter coisas que não merece.*” Videograma 36 a partir da hora 01:37:00. [Fundo FAUL].

²¹⁵ *Idem* a partir do minuto 08:40.

*“So having shown you (...) anonymous styles, what is it that I’m really suggesting? What I’m suggesting is not an original idea (because I don’t pretend to have any either). Long before Jencks gave the name post-modernism to what architects were doing, architects – or at least some architects – were dealing with history. (...). What this people were doing were taking the essence of a style, using it as a basis for creating something original and contemporary; doing it in a way that created connections and ties to earlier styles, and doing it in a way that was appropriate to its setting, its location, its climate, and even to its use. Charles Moore is probably the best-known person who has thrown his entire career drawn on sources and styles, done it with a great deal of imagination”.*²¹⁶

Aparte Michael Graves, é também a única que faz uma nota relativa à cidade de Lisboa (edificado), argumentando em favor do seu valor próprio:

*“I’ve only spent a day, so far, looking around Lisbon. But what I’ve seen is a very kind of unique place because it’s still all of a place; it’s still fairly old, it’s still well used. (...). What’s important is that one looks at one’s culture: traditional building materials, form and climate. Don’t worry so much about being original, just worry about being good.”*²¹⁷

Em resumo, a apresentação de Ryder é bastante pragmática, baseando-se em fotografias de um ‘mundo real’ urbano; não distinguindo pós-modernismo de modernismo, assenta a sua comunicação em valores contextualistas.

²¹⁶ *Idem* a partir do minuto 21:12.

²¹⁷ *Idem* a partir do minuto 48:20.

Stanley Abercrombie²¹⁸

Figura 75 Stanley Abercrombie proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]



Stanley Abercrombie [Figura 75] não fala da revista (*Interior Design*), da respectiva história, nem do seu trabalho como editor. Começa por se perguntar “*como é que chegámos ao pós-modernismo*”

como uma boa forma de desenhar?” Tal como Sharon Lee Ryder, recorre ao termo “*environment*” para estabelecer os seus argumentos. Considera que o modernismo não só mudou a arquitectura como o “*environment*”; não só o “*high design*”, mas o “*general environment*”²¹⁹ – uma ideia que irá desenvolver na sua apresentação.

Não se assumindo como um autor pós-moderno, e não exibindo obras, ou imagens, assumidamente pós-modernas, cremos que a apresentação de Abercrombie é implicitamente pós-moderna, e veremos porquê.

Como dissemos, o conferencista não adopta o modelo comum de crítica ao moderno e apresentação de uma proposta assente no seu contraditório; a sua via crítica é mais uma afirmação do valor genérico da “*qualidade*” como critério para agir. Por exemplo, a respeito do Hong Kong and Shanghai Bank (Foster and Partners, Hong Kong, 1979-86) afirma:

*“This is just to remind us of work that is still going on parallel to post-modernism and what we must consider to be, still, the mainstream of modernism. It shows us that, within that mainstream, fresh ideas are still being explored, novel things have been tried, happy effects have been produced.”*²²⁰

Paradoxalmente, porque parece obedecer à condição de pós-modernidade que vive, desligada de imperativos morais, relativista – ou relativa a cada

²¹⁸ *Idem* a partir do minuto 53:01.

²¹⁹ *Idem*.

²²⁰ *Idem* a partir da hora 01:29:04.

situação, próxima das culturas locais – acaba por, sem restrições, considerar válidos princípios de todas as eras e lugares.

A estrutura da sua apresentação baseia-se em imagens que o levam a argumentar que nem o Movimento Moderno é totalmente mau, nem o pós-modernismo é totalmente bom, nem interessa nada mais do que fazer bem.

Inicia, então, a demonstração das alternativas que advoga. Em concreto:

- Tipos de modernismo pouco sisudos e de pequena escala;²²¹
- Aspectos positivos do pós-modernismo: “*pattern*”, “*vibrant colours*”, “*tradition*”, “*elements from nature*”;²²²
- Outro tipo de arquitectura (durante o período pós-moderno) baseada em repetição e estrutura; proporção; valor do todo a favor das partes; funcionalidade (por exemplo, um anfiteatro); arquitectura como resultado de um processo de construção;²²³
- Arquitectura ‘tecnológica’, ou inspirada em tecnologia.²²⁴

No final, se a argumentação era substancialmente pós-moderna, porque impressionista, o seu discurso retoma o questionamento da arte, ou da arquitectura. Defende então aquilo que parece também aqui ser a qualidade pela qualidade, ou a arte pela arte, citando Walter Pater:²²⁵

“(…) ‘*for art comes to you professing frankly to give nothing but the highest quality to your moments as they pass, and simply for those moments’ sake*’”.²²⁶

Em conclusão: Abercrombie faz uma palestra a qual se compõe de imagens, com o objectivo de mostrar uma visão múltipla e heterogénea acerca da discussão sobre o pós-modernismo acabando com uma exortação à qualidade intrínseca da arquitectura.

²²¹ *Idem* a partir da hora 01:06:02.

²²² *Idem* a partir da hora 01:13:06. A propósito, mostra uma série de fotografias de obras artísticas e outras formas naturais que funcionam só por repetição que se podem associar à música de Michael Nyman (1º álbum, de 1981) mas também a algumas imagens de John Pawson, por exemplo do livro *Minimum* (1ª edição, de 1996).

²²³ Videograma 36 a partir da hora 01:17:15. [Fundo FAUL].

²²⁴ *Idem* cerca da hora 01:28:28.

²²⁵ Ensaísta e crítico literário inglês (1839-94).

²²⁶ Videograma 36 a partir da hora 01:32:54. [Fundo FAUL].

Peter Davey²²⁷

Figura 76 Peter Davey proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]



Tal como Abercrombie, Peter Davey [Figura 76] também não fala da revista (*Architectural Review*), da respectiva história ou dos métodos da sua edição. A conferência professada é uma forma de

declaração sobre a sua ideologia política. Mais à frente, refere o que pode ser a expressão arquitectónica da sua convicção. Quanto à revista, diz que “estamos” ainda a explorar este tema; entende-se que se trata de regionalismo porque começa com uma declaração dizendo que vai falar sobre o assunto. E vai falar do regionalismo porque esta corrente é artística e politicamente uma das “*poucas direcções que oferece esperança de fuga à homogeneização do capitalismo internacional*”:

“Today, I’m going to talk about regionalism.

*The Architectural Review is increasingly exploring this theme which we believe artistically and politically is one of the few directions which offers hope of escape from the homogenization of international capitalism and its twin products. First, the alien use of utilitarianism, the enemy of a standard office block and the standardized housing estate; and secondly, the kitsch and superficial reinterpretation of traditional forms, the mindless reuse of the past as form of marketing. We believe that regionalism gives hope of escape from these two things. (...) I’m encouraged to believe that true regionalism offers hope for humanity.”*²²⁸

De resto, demonstra o seu argumento com imagens, em primeiro lugar, do chamado regionalismo ao longo do Movimento Moderno, exemplificando com exemplos dos anos 30: Le Corbusier, Frank Lloyd

²²⁷ *Idem* a partir da hora 01:37:41.

²²⁸ *Idem*.

Wright, Alvar Aalto. Mas também com obras de “*indivíduos excêntricos e privilegiados*”.²²⁹ Luis Barragán, Gottfried Böhm. E ainda com regionalismo nos Estados Unidos da América: obras sem autor.

Em segundo lugar, dita uma ‘receita’ para o regionalismo a qual assenta em três características:

- (1) “*ecology*”;
- (2) “*a response to regional life patterns*” e
- (3) em citação:

*“There must – in any regional building – be an element of abstraction and indeed (...) transformation, so that we cannot anymore just take neat a chunk of the past and present it as a regionalist building.”*²³⁰

Por último, dá exemplos de regionalismo contemporâneo recorrendo a arquitectos britânicos.

Em resumo, a apresentação de Davey é uma descrição teórica e prática da orientação ideológica da sua revista.

Andreas Papadakis²³¹

Embora diga que não o vai fazer, Andreas Papadakis [Figura 77] é o primeiro editor que fala da sua revista (*Architectural Design*): do objectivo dos donos quando o contrataram; da opção editorial – a favor da agressividade:

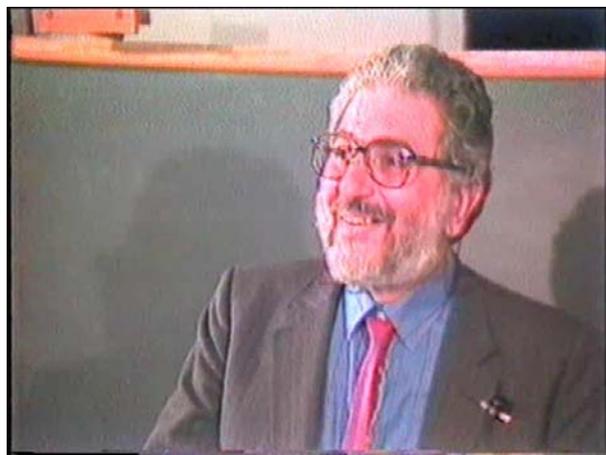


Figura 77 Andreas Papadakis proferindo a sua palestra no 4º Simpósio Internacional de Arquitectura (Fotograma). 1986. [Fundo FAUL]

*“Like some of you – and like me – Architectural Design is not a docile publication – it’s aggressive in its concept.”*²³²

²²⁹ *Idem* a partir da hora 01:45:53.

²³⁰ *Idem* a partir da hora 01:50:12.

²³¹ *Idem* a partir da hora 01:56:49.

²³² *Idem*.

Papadakis refere o primeiro impacto a essa atitude, e a reacção às suas opções num quadro de tempo mais alargado. Nessa sequência, alude ao prémio ganho por Arata Isozaki, dez anos depois da sua primeira capa como editor (Janeiro de 1977), com este arquitecto, para muitos considerado estranho:

*“An unusual thing to do, in those days, but a prophetic one, as it turned out. Now, only ten years later, he’s receiving the royal gold medal for architecture... (Editors have to be patient, you know?)”*²³³

A este respeito acrescenta: *“I acquired a large number of enemies: the largest number that I had managed to acquire my whole life in one goal – which just goes to show how strongly people feel about the press”*; e a respeito de um *“special issue of AD on post-modernism”*, afirma ainda que o dito *“added to our list of enemies but also produced a lot of you – friends”*.²³⁴

Além de explicar a gratificação e o reconhecimento do seu *métier*, defende a sua opção editorial – à qual associa as ideias de pluralismo e ecletismo.²³⁵ Fá-lo através da seguinte sequência:

- Em preâmbulo, distingue-se de Peter Davey dizendo que não é *“contextualista”*; ora, Peter Davey proferiu uma conferência sobre o regionalismo, não sobre o contextualismo – mas talvez esta reacção de Papadakis seja na verdade um assumir de posição relativamente ao número da *Architectural Design* de Novembro de 1976 (outros editores)²³⁶ que inclui um artigo de Grahame Shane com o título *“Contextualism”*;
- Elabora uma alegoria do Movimento Moderno contando a história, com imagens, da construção de uma cidade ‘moderna’ pelo rei Babar

²³³ *Idem* a partir da hora 01:57:56.

²³⁴ *Idem* a partir da hora 01:58:56.

²³⁵ *Idem* a partir da hora 02:06:30. Em 1992 publica uma *Architectural Design* com o título *“Modern Pluralism: Just Exactly What Is Going On?”*.

²³⁶ Para uma história da AD entre 1954 e 1972 Cf. PARNELL, Steve. *Architectural Design, 1954-1972: The Contribution of the Architectural Magazine to the Writing of Architectural History*. University of Sheffield School of Architecture, 2011. Tese de doutoramento. O investigador debruça-se de momento sobre o período 1977-1992. Cf. http://sitediscourse.org/wp-content/uploads/2015/10/20151005_Book-of-Abstracts.pdf

(personagem fictício), e expondo, ponto a ponto, as desvantagens desta cidade:

*“At the same time it [the image] shows what a massive development can do to the landscape: the organizing of natural features, the straightening of the lake, the cutting down of trees, the replanting of organized small (...) trees and flowers. Even flamingos and pelicans have defected from this new city.”*²³⁷

- Concebe uma apologia ao pluralismo através de uma imagem *collage* de Bruno Rinaldi da qual extrai a conclusão de que é possível, com diferenças, fazer-nos “*sentir em casa e ao mesmo tempo oferecer entusiasmo, aventura e conteúdo artístico*”;²³⁸ ressalva, no entanto, a qualidade da arquitectura:

*“(...) the direction of architecture that I favour is a pluralist architecture – where there is room for many different ideological directions to flourish for either the quality of architecture is high.”*²³⁹

Acaba a sua Comunicação fazendo uma referência a “*La presenza del passato*” de Paolo Portoghesi (Bienal de Veneza, 1980).²⁴⁰

*“Bruno Rinaldi’s drawing puts the case vividly; but the idea of eclecticism, in a somewhat more diluted form – because it was international – was made much earlier by Paolo Portoghesi when he organized the 1980 Biennale of Architecture, in Venice. He persuaded the most surprising group of architects to build facades at the ‘Strada Novissima’.”*²⁴¹

Concluindo, é uma apresentação que demonstra a importância que Papadakis deseja imprimir ao seu trabalho, como produtor não só de conteúdos, mas também de correntes de opinião. Enquanto editor da *Architectural Design* será uma figura influente na cultura arquitectónica mundial.

²³⁷ Videograma 36 a partir da hora 02:02:11. [Fundo FAUL].

²³⁸ *Idem* a partir da hora 02:04:00.

²³⁹ *Idem* a partir da hora 02:06:30.

²⁴⁰ A Bienal de Veneza é um evento artístico sediado em Veneza que expõe bianualmente e que desde 1980 contém uma componente arquitectónica independente.

²⁴¹ Videograma 36 a partir da hora 02:06:30. [Fundo FAUL].

O debate²⁴² final deste Simpósio é exclusivamente conjunto. Todos os oradores estão presentes na sala a responder a perguntas. Aqui, já se abordam questões editoriais *tout court*.

Michel Toussaint²⁴³ é um dos intervenientes da audiência. Aborda a discussão inicial sobre uma cultura arquitectónica “pluralista” adjectivando-a de “popular” e afirmando: “*The people need the architecture. The people must have the knowledge to choose quality, and to ask for that*”.²⁴⁴

Gera-se um diálogo sobre linhas editoriais; Andreas Papadakis alega uma opção pelo poder de influência – isto é, não acredita que a revista deva espelhar o mundo, mas sim ter um papel crítico do mundo.²⁴⁵

É referido, aliás, por todos os editores: a necessidade de ser comercial,²⁴⁶ a necessidade de ser livre (sem apoios estatais);²⁴⁷ a legitimidade de ser influente – até como meio de sobrevivência. (A este propósito, Papadakis exemplifica com Le Corbusier).²⁴⁸ É consensual, ainda, a desresponsabilização sobre uma eventual manipulação da arquitectura através da imagem,²⁴⁹ já que essa questão existe também da parte dos arquitectos – e, na verdade, é hipoteticamente sem resposta.²⁵⁰

Fizemos uma análise do discurso²⁵¹ da totalidade dos oradores que participaram nos Simpósios Internacionais de Arquitectura gravados em

²⁴² Videograma 34. 4 Simposio Internacional de Arquitectura. CL. Stanley Aber Crombie. Peter Davey. [Denominação do fundo FAUL]. Desde o início. [Fundo FAUL].

²⁴³ Toussaint será editor do *JA – Jornal Arquitectos* entre 1993 e 2000. Cf. REIS, Sofia. 74-86. *Arquitectura em Portugal: Uma Leitura a Partir da Imprensa*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2007. Dissertação de mestrado. Anexos.

²⁴⁴ Videograma 34 a partir do minuto 20:00. [Fundo FAUL].

²⁴⁵ *Idem* a partir do minuto 44:20.

²⁴⁶ *Idem* a partir do minuto 17:34.

²⁴⁷ *Idem* a partir do minuto 30:40.

²⁴⁸ Papadakis alega que Le Corbusier só publicou as melhores obras e não as restantes; que produziu tudo, na sua publicação (*L'Esprit Nouveau*); que nunca confiou em editores ou em crítica. Em resumo: que foi o seu melhor editor. *Idem* a partir da hora 01:28:45. [Fundo FAUL].

²⁴⁹ Videograma 34 a partir da hora 01:15:16. [Fundo FAUL].

²⁵⁰ A última pergunta advinda da plateia é “*Não seria também útil e didáctico mostrar o mau lado*”? *Idem* a partir da hora 01:40:31.

²⁵¹ A este respeito, Jorge Figueira afirma: “*Era evidente que, num projecto de investigação chamado Lugar do Discurso, faria todo o sentido mostrar os filmes (...). Porque, como se vai ver, é exactamente de discurso que se trata nos filmes que vamos visionar. De discurso, de palavras, de teoria, num momento em que, evidentemente, as*

VHS; esta análise é fundamental para a compreensão da história da Escola. E o momento que se vivia – de pré-adesão à CEE; de um forte desejo de informação sobre cultura arquitectónica internacional; e de uma necessidade de integrar essa cultura – faz com que estes Simpósios venham também a ter impacto nas opções pedagógicas que a Escola vai seguir na segunda metade da década de 80;²⁵² o que não invalida a existência de vozes dissonantes, como a de Manuel Tainha, que veremos mais à frente. Sair definitivamente do isolacionismo em que a Escola tinha estado antes é, ainda assim, uma das conquistas destes Simpósios. Resta-nos acrescentar que, após o 4º Simpósio, de 1986, as manifestações, as discussões, ou as actividades extracurriculares na Escola de Lisboa estarão em relativo declínio. Disso falaremos também mais à frente. Para já, serviu esta análise para a inscrição de alguns momentos que estavam ausentes da história da cultura portuguesa, mas que ocorreram em paralelo com outros, como o evento *Depois do Modernismo* e a edição “Novíssimos” da revista *Arquitectura*, como iremos ver.

palavras, a teoria e os discursos não eram exactamente centrais na vida dos arquitectos – seja na academia, seja fora da academia. Hoje em dia podemos dizer, enfim, que há debates todos os dias, e há intercâmbios todos os dias, e a internacionalização é obrigatória para os professores. Mas a verdade é que, naquele momento, é de facto muito pioneiro e muito revelador haver esta iniciativa: a presença de um conjunto de arquitectos que são a primeira linha da cultura arquitectónica daquele período. Por isso, eu diria que estes Simpósios (...) permitem colocar a Escola de Lisboa, a cultura de Lisboa, a arquitectura de Lisboa, em relação directa com o mundo global dessa época, e principalmente com uma conexão com o mundo anglo-saxónico, a qual não é evidente ainda hoje, mas que era muito menos evidente naquela época. Ou seja, nós vamos ver aqui essencialmente arquitectos americanos, ingleses e alguns italianos - mas os italianos também são particularmente anglófilos, ou pelo menos tocados pela cultura pop, ou a cultura pós-moderna, ou a cultura dessa primeira globalização a que se assiste nesses anos. Portanto, estes Simpósios significam uma afirmação da Escola de Lisboa, da Faculdade de Lisboa, como um polo cultural da arquitectura. Isso é evidente.” (Este discurso oral de apresentação do evento *Arquitectura em VHS* está somente gravado em vídeo e não editado). Cf. FIGUEIRA, Jorge; FIGUEIREDO, Rute e SILVA, Leonor Matos. *Arquitectura em VHS. Lisboa, Anos 1980: Os Simpósios do Pós-modernismo*. In *O Lugar do Discurso. PTDC/CPC-HA T/4894/2012 2013-2015*. Lisboa, 10 de Abril de 2015.

²⁵² Consoante depoimento de Ana Vaz Milheiro (2018.05.07), diplomada em 1992, a qual chama a atenção para o facto de Peter Eisenman ser convidado para a 1ª Trienal de Arquitectura de Sintra, em 1990.

O Depois do Modernismo e a “Novíssimos”. Ensaio sobre uma relação com a Escola

Voltando ao início da década de 80, temos, como sequência do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982), no campo das iniciativas culturais que consideramos relacionadas com a Escola de Lisboa, o evento *Depois do Modernismo* – um conjunto de manifestações artísticas²⁵³ e colóquios, interligados, que se desenvolve em quatro pontos da cidade. É um evento bibliograficamente citado a respeito do pós-modernismo em Portugal²⁵⁴ e daí se afere a sua importância em meio académico e cultural.

A nós interessa-nos desde logo a intervenção directa da Escola de Lisboa nesta iniciativa.

A 20 de Dezembro de 1982, Augusto Brandão recebe uma carta de Luís Serpa, o Coordenador Geral do evento, pedindo-lhe que autorize a utilização do espaço do anfiteatro da Escola para a realização de debates e colóquios:

“Dado que se pretende integrar nesta manifestação uma série de debates e colóquios (...) solicitamos a V. Exa a cedência do Anfiteatro dessa Escola (...), de modo a viabilizar esta Secção que consideramos muito importante para o conjunto das iniciativas.”²⁵⁵

De facto, os colóquios, serão uma parte “importante” do *Depois do Modernismo*, e já veremos porquê.

²⁵³ Nomeadamente exposições de arquitectura, artes visuais e moda, mas também teatro, dança e música.

²⁵⁴ Alguns exemplos: Francisco da Silva Dias dá-lhe uma importância significativa de crítica ao “pós-moderno”. Cf. GONÇALVES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. Lisboa: Caminho, 1985, pp.129-130. Cf. também NOGUEIRA, Isabel. *Artes Plásticas e Crítica em Portugal nos anos 70 e 80. Vanguarda e Pós-modernismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 234-245. Jorge Figueira dedica-lhe um sub-capítulo no seu livro *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Cf. FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. pp.187-209.

²⁵⁵ SERPA, Luís. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 20 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL].

Considerando o assunto, Brandão autoriza a realização dos colóquios no anfiteatro da ESBAL, respondendo a Luís Serpa com entusiasmo, mas salvaguardando os interesses da Escola:

“Ouso, no entanto, chamar a atenção de V. Ex.^a, para o facto de que esta colaboração, que com muito gosto fazemos, deverá ser apontada em todas as referências sobre a manifestação que V. Ex.^a tão desassombradamente leva a efeito [Anexo XXIII].”²⁵⁶

A Escola, na pessoa de Brandão, aceita fazer parte de uma manifestação desassombrada – expressão que se compreende tendo em conta que, à carta de Luís Serpa, vem anexado o Programa da iniciativa, ou plano de trabalhos [Figura 78], o qual apresenta o subtítulo “Uma polémica dos anos 80” (que vem mais tarde, a cair).

Veremos este projecto mais à frente; para já, continuemos com as

intervensões directas da Escola na iniciativa *Depois do Modernismo*.

Uma segunda nota da intervenção da Escola neste evento, além da cedência de espaço, é a inclusão de uma montagem audiovisual (slides), executada por José Manuel Fernandes, a qual vai integrar a secção “Audiovisual” da Exposição de arquitectura, concomitantemente com o texto da sua autoria (apresentado no catálogo geral). Habitado a explorar este meio de comunicação e utilizá-lo nas suas aulas de História da Arquitectura Portuguesa, vai incluir na Exposição imagens que resultam posteriormente numa “Gravação composta a partir de um

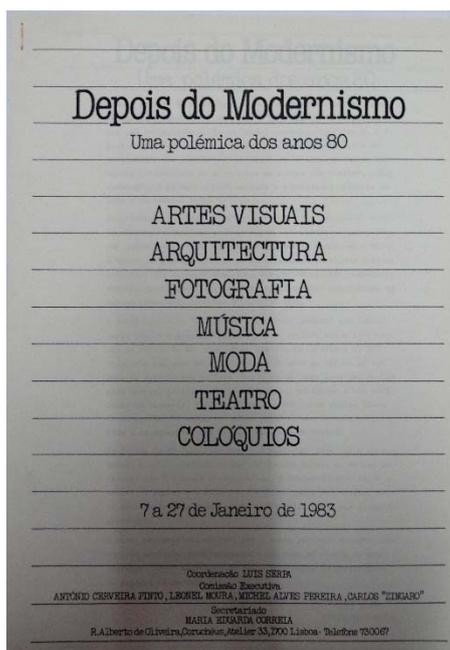
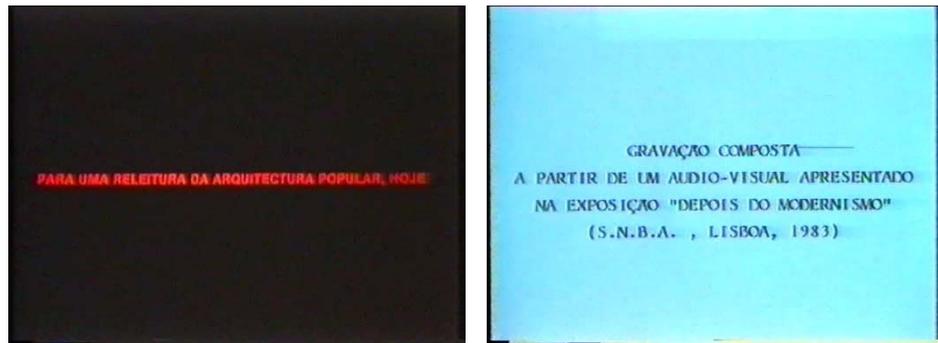


Figura 78 Projecto do *Depois do Modernismo* apresentado ao DA-ESBAL. Primeira página. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]

²⁵⁶ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Coordenador de “Depois do Modernismo” Sr. Luís Serpa de 28 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIII].

Figura 79 Videograma composto a partir de audiovisual integrado na Exposição *Depois do Modernismo* (Fotogramas-separadores). ca 1983. [Fundo FAUL].



Audio-visual apresentado na Exposição ‘Depois do Modernismo (S.N.B.A., Lisboa, 1983)’”. Por outras palavras, o “Audio-visual” que vemos no acervo actual da FAUL [Figura 79]²⁵⁷ dá-nos uma ideia da apresentação *media* da Exposição.

Um terceiro exemplo significativo da importância do Departamento de Arquitectura no *Depois do Modernismo* é o facto de este ter sido eleito lugar de discussão contraponto aos locais de produção e de exposição da arte e da arquitectura. Isto é, a ESBAL – toda a Escola – era reconhecida como o lugar ideal para gerar a discussão teórica e o debate.

O facto de os colóquios integrados num evento com grande impacto mediático,²⁵⁸ como se tratou do caso, se realizarem na ESBAL é, em quarto lugar, assinalável tendo em conta a posição geográfica da Escola em relação à Sociedade Nacional de Belas Artes, na Rua Barata Salgueiro,²⁵⁹ ou seja, havendo uma relação urbana directa entre ambas as instituições. Dito de outro modo, o DA-ESBAL era importante por se situar tão próximo do lugar de Exposição principal. Pesa ainda o facto de

²⁵⁷ Videograma 291. Introdução a arquitectura moderna em Portugal. [denominação do fundo FAUL]. Desde o início. [Fundo FAUL]. O seu videograma segue o alinhamento do texto do Programa do *Depois do Modernismo*. Começa com a arquitectura do ferro e acaba com “Para uma releitura da arquitectura popular, hoje?”. Destacam-se referências diversas a arquitectos contemporâneos, como Gonçalo Byrne, Luiz Cunha ou Álvaro Siza, entre outros.

²⁵⁸ GONÇALVES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. p.129. José Manuel Fernandes acrescenta: “Tudo foi acompanhado, ou seguido, de campanha mediática, escrevendo eu e o MGD [Manuel Graça Dias] no JLetras [Jornal de Letras] (artigos com desenhos, recordo talvez o título do artigo do MGD, o ‘O Biombo Neura’), e na revista *Arquitectura* (lancei o n. sobre os ‘Novíssimos’, com capa alusiva)”. Depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.01.05).

²⁵⁹ A SNBA era onde se localizava a Exposição principal, sendo a Estufa Fria o lugar onde se tinha projectado de início fazê-lo, de acordo com o “projecto” que adiante analisamos.

o Departamento de Arquitectura se localizar dentro das imediações da cidade histórica.

Um quinto exemplo da contribuição efectiva do Departamento de Arquitectura para o *Depois do Modernismo* é facto de muitos dos seus participantes serem ex-alunos recentes da Escola [V. tabela do final desta secção], muitos deles incentivados pelos seus organizadores, como iremos ver.

Tenhamos agora em conta o projecto que Augusto Brandão recebeu anexado à carta que pedia autorização para utilizar o anfiteatro da Escola. Trata-se, de facto, na prática, de um projecto – isto é, de um esboço, de um plano de trabalhos do evento – embora seja denominado, à partida, de Programa.²⁶⁰

Já vimos que o subtítulo “Uma polémica dos anos 80” acabou por ser abandonado. O subtítulo aliado a este projecto pode significar, por um lado, uma simples estratégia de persuasão; por outro, um franco processo de intenções o qual se verificará, como veremos.

Concretamente em relação ao que optámos por chamar de projecto (trata-se de um caderno de várias folhas): começa com um texto introdutório que é semelhante ao próprio texto introdutório do catálogo (intitulado “Depois do Modernismo, ainda”) sugerindo que um ou outro foram adaptados. Depois apresenta o plano para a exposição audiovisual, já mencionada, demonstrando que esta parte da Exposição tem uma estrutura pensada, a qual incluirá:

“I – Retrospectiva das obras de arquitectura de raiz moderna, convencionada entre 1890 e 1970, subdividida nos seguintes grupos: a) Raízes (...); b) Roturas e Contra-roturas (...); c) resistências e persistências (...).

²⁶⁰ Cf. SERPA, Luís. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 20 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]. O próprio documento é ambíguo quanto à sua natureza. Um dos seus textos é intitulado: “Projecto de Exposição de Arquitectura Integrada na iniciativa ‘Depois do Modernismo’”.

II – Mostra de Arquitectura Portuguesa actual abrangendo Obras dos últimos anos, de cerca de 50 arquitectos convidados pela Organização.²⁶¹

III – Arquitectura Popular, Hoje? – Uma mostra das ‘arquitecturas descaradas’, produção lateral de clandestinos, migrantes, curiosos, que possibilite uma leitura das ‘arquitecturas sem arquitectos’ encartados (...).”²⁶²

De seguida, o projecto lista os convidados para a exposição, designadamente Manuel Tainha, Victor Figueiredo, Gonçalo Byrne, Raúl Hestnes Ferreira entre outros [Anexo XXIV] que acabam por não participar no evento.²⁶³

Segue-se a “Ficha Técnica da Exposição” e ainda um novo texto (não assinado):

“Mostrar a arquitectura portuguesa actual representada pela obra de cerca de 50 arquitectos convidados considerados como paradigmáticos das posições eruditas nos anos 80: continuidade

renovada do Movimento Moderno (?), rotura com as noções por ele veiculadas – Uma nova limpeza/reabilitação dos estilos, o arquitecto técnico / o arquitecto artista, ainda a moral / o prazer e a ironia?

Esta mostra será enquadrada pelas Raízes, Roturas e Contra-Roturas, Resistências do Movimento Moderno – ainda a grande referência dos nossos dias – e pelas arquitecturas paralelas (emigrantes,

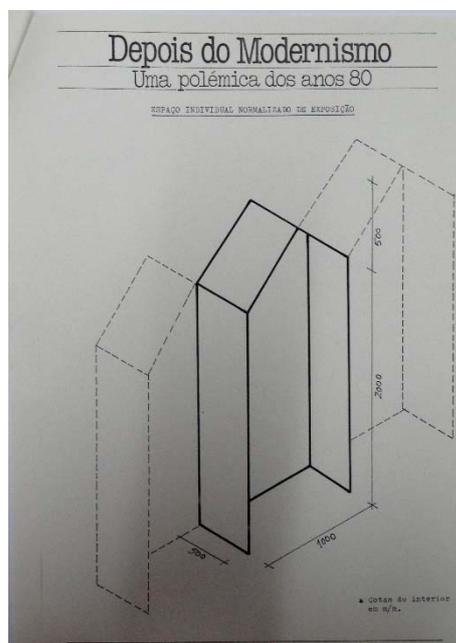


Figura 80 Projecto do *Depois do Modernismo* apresentado ao DA-ESBAL. Desenho de “Espaço Normalizado da Exposição”. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]

²⁶¹ Neste item, a apresentação *media* mostra obras de Álvaro Siza, Gonçalo Byrne e Luiz Cunha.

²⁶² (s.n.). *Depois do Modernismo. Uma polémica dos anos 80*. [Programa] (s.d.) ca 1982. [s/ paginação]. [Fundo FAUL].

²⁶³ Cf. (s.n.). *Depois do Modernismo. 7 a 30 de Janeiro de 1983. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Depois do Modernismo, 1983, p.30.

clandestinos, etc.) que tão grande pujança têm tido em Portugal.”²⁶⁴

Seguidamente, junta-se um croqui do “Espaço Individual Normalizado de Exposição” [Figura 80] para cada autor. Este projecto acrescenta, por fim, um organigrama das relações entre todos os organizadores, com “planificação” ao centro e “coordenação” no topo. Aqui podemos verificar que Michel Toussaint Alves Pereira pertence à Comissão Executiva do evento, particularmente no que toca à secção de arquitectura,²⁶⁵ e que Manuel Graça Dias e João Vieira Caldas são membros da Comissão Consultiva [Anexo XXV].

Por fim, o projecto inclui os currículos do Coordenador (Luís Serpa) e dos constituintes de toda a Comissão Executiva:

- António Cerveira Pinto (colóquios);
- Leonel Moura (audiovisuais);
- Michel Toussaint Alves Pereira (arquitectura);
- Carlos “Zíngaro” (música);
- Nuno Carinhas (moda);
- Ricardo Pais.²⁶⁶

O projecto inclui ainda uma “Lista de convidados para a Exposição de Moda” (seis artistas) e uma “Lista de artistas convidados para a Exposição de Artes Plásticas” (17 artistas).

Por fim, o projecto apresenta a “Proposta de Exposição de Artes Plásticas” a ser integrada na iniciativa. Nesta alínea, começa com um texto do comissário (Leonel Moura).

²⁶⁴ (s.n.). *Depois do Modernismo. Uma polémica dos anos 80*. [Programa] (s.d.) ca 1982. [s/ paginação]. [Fundo FAUL]. Muito deste vocabulário vem depois surgir no texto de Michel Toussaint no catálogo da Exposição: “E mais, o prazer, a ironia, a Arquitectura como arte”, etc. Cf. (s.n.). *Depois do Modernismo. 7 a 30 de Janeiro de 1983. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Depois do Modernismo, 1983, p.30.

²⁶⁵ Cf. (s.n.). *Depois do Modernismo. Uma polémica dos anos 80*. [Programa] (s.d.) ca 1982. [s/ paginação]. [Fundo FAUL]. Michel Toussaint foi directamente convidado por Luís Serpa para ser Comissário Executivo de Arquitectura; nessa sequência é nomeado por Augusto Brandão para a coordenação entre o evento e a Secção de Arquitectura da ESBAL. “Igualmente nomeio o Sr. Assistente Arquitecto Michel Toussaint Alves Pereira para a coordenação entre este Departamento e V. Ex^a e para me representar nos referidos debates e colóquios”. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Coordenador de “Depois do Modernismo” Sr. Luís Serpa de 28 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIII].

²⁶⁶ Não apurámos ainda a função de Ricardo Pais.

Segue-se um esboço de Programa propriamente dito relativo aos colóquios a realizarem-se na Escola que acaba por ser muito semelhante ao distribuído pelo público (este último incluso na tabela seguinte):

Programa dos colóquios do evento *Depois do Modernismo*²⁶⁷

Título	Participantes	Data	Hora
O Movimento Moderno morreu? ²⁶⁸	[não especificado]	Dia 22 (Sábado)	16:00-18:00
Arquitectura agora!	[não especificado]	Dia 23 (Domingo)	10:30-12:30
Arquitectura e o resto!	Eduardo Prado Coelho, João Vieira Caldas, José Manuel Fernandes, M ^a João Madeira Rodrigues, Michel Alves Pereira, Manuel Graça Dias, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida	Dia 23 (Domingo)	15:00-17:00
Depois do Modernismo I	Ernesto de Sousa, José Barrias, José Luís Porfírio	Dia 24 (2 ^a feira)	18:00-20:00
A má Pintura e a ideia de Arte	Cerveira Pinto, Leonel Moura, Mário Varela	Dia 25 (3 ^a feira)	18:00-20:00
Depois do Modernismo II	Germano Celant, Rudy Funchs	Dia 26 (4 ^a feira)	18:00-20:00

Existe, no entanto, ainda no projecto, indicação de que terá havido como propósito da organização a execução de mais colóquios e o convite a mais participantes. Esta informação é veiculada através de uma “Lista de Convidados para os Colóquios” [Anexo XXVI]:

²⁶⁷ Cf. (s.n.). *Depois do Modernismo*. [Programa desdobrável]. Lisboa, 1983. [Arquivo NMS]. [Anexo XXXI].

²⁶⁸ Aqui reside a principal diferença entre o Programa e o projecto. Neste último lê-se: “A Arquitectura Moderna morreu?”.

Lista de convidados para os colóquios do *Depois do Modernismo*
Esboço transcrito de projecto apresentado ao DA-ESBAL

LISTA DE CONVIDADOS PARA OS COLÓQUIOS

<u>Giancarlo Politi (I) (inauguração)</u>
Jean-François Lyotard (Paris; 11 a 16 de Janeiro)
Rudi Fuchs (Eindhoven, Amsterdam; 15 a 30 Janeiro)
Germano Celant (Génova; 25 a 30 de Janeiro)
José Barrias (Milão)
José Luís Porfirio (P)
Leonel Moura (P)
Cerveira Pinto (P) / orador e apresentador
Manuel Graça Dias (P)
Nuno Portas (P)

<u>SESSÃO I: “Depois do Modernismo, ainda” 13 Janeiro</u>
Jean-François Lyotard
José Barrias
José Luís Porfirio
Cerveira Pinto (apresentação do tema/moderador)

<u>SESSÃO II: “Figuras da Arquitectura Pós-Moderna” 20 Janeiro</u>
Manuel Graça Dias
José Manuel Fernandes
Nuno Portas
Michel Alves Pereira (apresentação do tema/moderador)

<u>SESSÃO III: “A Má Pintura e a ideia de Arte” 27 Janeiro</u>
Leonel Moura
Cerveira Pinto (apresentação do tema/moderador)
Rudi Fuchs
Germano Celant

A consulta do projecto até ora analisado leva-nos à conclusão de que a montagem do evento resulta de um processo de adaptação, como seria de esperar. De resto, analisando o “estado da arte” sobre o *Depois do Modernismo*, algumas questões poderiam ser levantadas tendo em conta não só agora a revelação deste projecto como a consulta de outras fontes – nomeadamente testemunhos directos²⁶⁹ e bibliográficos.

As duas principais alíneas que gostaríamos de tentar esclarecer são: (1) em que é que o *Depois do Modernismo* se relaciona com uma determinada geração de arquitectos especificamente formados na Escola de Lisboa; (2) qual a contribuição substancial que a Escola teve ou não neste evento (referimo-nos à parte de arquitectura), uma vez que já nos debruçámos sobre a sua contribuição formal.

Quanto a (1) é necessário definirmos de que geração estamos a falar. Socorremo-nos, em primeiro lugar, àquela a que Jorge Figueira se refere quando, no seu capítulo “Durante o *Depois do Modernismo*. A polarização Porto-Lisboa”²⁷⁰ diz: “No final da década de 1970, uma nova geração de arquitectos em Lisboa quer romper com o *status quo*.”²⁷¹ De acordo com a estrutura inicial do seu texto, Figueira descreve cronologicamente o Encontro de Aveiro (1979), já aqui citado, e o “Congresso de 1981”, sugerindo que esta geração já terá algum tipo de experiência no confronto, no rompimento de que fala, quando surge o plano do *Depois do Modernismo*. Segue descrevendo a edição da revista *Arquitectura* com o título “Novíssimos” – um número que deixa adivinhar o surgimento de novos arquitectos na classe. Figueira sinaliza o facto de que as duas iniciativas têm muitos participantes em comum e também a “não participação dos arquitectos do Porto”²⁷² na Exposição de Arquitectura. Cremos que, desta conjugação de factores, e simplificando, se constrói a geração de que fala.²⁷³

²⁶⁹ Por exemplo, o de Michel Toussaint ou o de José Manuel Fernandes.

²⁷⁰ FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita*. pp.187-209.

²⁷¹ *Idem* p.187

²⁷² *Idem* p.190.

²⁷³ O mesmo se passa com as Artes Plásticas. Para Isabel Nogueira “a mostra partiu de uma ideia, que surgiu no início de 1982, marcando o ‘momento geracional’ e não alinhado face ao modernismo dominante dos anos quarenta e cinquenta, que se acreditava ultrapassado.” NOGUEIRA, Isabel. *Artes Plásticas e Crítica em Portugal*

De facto, e retomando o desafio inicial de (1), há uma nova geração participante e com um papel activo na organização do *Depois do Modernismo*²⁷⁴ que é, em particular, formada na Escola de Lisboa; e de entre estes ‘novos’ está José Manuel Fernandes que é quem convoca os “Novíssimos”, também eles essencialmente formados na mesma Escola²⁷⁵ – os quais integram não só a revista *Arquitectura* como o *Depois do Modernismo* [para análise destes dados, V. quadro abaixo]. A questão geracional, se assim vista, obriga, no entanto, a uma explicação. Não é exactamente possível adoptar a ideia de geração no sentido de ciclo formativo – isto é, de cinco em cinco anos, ou de dez em dez, por exemplo. Isto acontece porque, precisamente, alguns dos ‘novos’ arquitectos – como João Luís Carrilho da Graça ou o próprio José Manuel Fernandes – os quais atravessam academicamente o 25 de Abril, são contratados logo após acabarem o seu curso para o cargo de assistentes,²⁷⁶ acontecendo estarem à frente de uma turma de alunos com poucos anos a menos que eles, e matriculados já em contexto democrático. No quadro abaixo podemos verificar que a edição “Novíssimos” apresenta um número significativo de formados em 1977 (12) e em 1980 (10). Estas duas datas, divergentes em três anos, são as de

nos anos 70 e 80. Vanguarda e Pós-modernismo. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. p.235.

²⁷⁴ Michel Toussaint chama a atenção para a “gente nova” na organização do evento. Conforme depoimento de Michel Toussaint (2017.07.17). Toussaint é formado em 1973. Entre os “novos” contam-se José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias e João Vieira Caldas. Conforme depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.01.05).

²⁷⁵ Manuel Graça Dias testemunha: “Muitos dos novos que lá aparecem são sugeridos pelo José Manuel Fernandes, que estava na escola a dar aulas ao 5º ano – parece-me –, e conheceu assim, em dois ou três anos seguidos, várias fornadas que entretanto já eram arquitectos, e apostou nos melhores alunos que achava que teriam potencial. O Michel, embora desse aulas na Escola, não me lembro de ser ele a falar dos novos”. DIAS, Manuel Graça. Cit. por FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011. p.64. Foram José Manuel Fernandes e Manuel Graça Dias os principais responsáveis pela mediatização do evento, nomeadamente através da divulgação no *Jornal de Letras* e na revista *Arquitectura*. Em particular, foi José Manuel Fernandes quem juntou o grupo dos “Novíssimos” nesta última. Conforme depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.01.05).

²⁷⁶ “João Luís Carrilho da Graça é arquitecto, licenciado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1977, ano em que iniciou a sua actividade profissional. Assistente na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa de 1977 a 1992.” In <http://jlcg.pt/curriculum>. “José Manuel da Cruz Fernandes. Nasceu em Lisboa, Portugal, em 1953. Arquitecto licenciado pela Escola de Belas Artes de Lisboa em 1977, docente na ESBAL desde 1978.” In [http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/44-investigadores/266-jose-manuel-fernadndes\[sic\]](http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/44-investigadores/266-jose-manuel-fernadndes[sic])

maior expressão. (Lembramos aqui que 1977 é a data de formação de Carrilho da Graça, José Manuel Fernandes, Manuel Graça Dias, João Vieira Caldas e outros “Novíssimos”). Esta estreita diferença etária verifica-se também no *Depois do Modernismo*, já que os participantes em maior número se vão situar entre os formados em 1977 (9) e 1980 (9). Há, portanto, uma diferença etária que justificaria a inclusão de um novo dado de análise; mas, enfim, mais do que a uma diferença etária, os “Novíssimos” obedeceriam a um critério de novidade.

Se quisermos, no entanto, adoptar a ideia de geração no sentido de ciclo formativo – os tais cinco em cinco anos, por exemplo – então temos duas gerações de formados no pós-25 de Abril: (a) uma primeira mais directamente ligada à organização do *Depois do Modernismo*, a qual é semelhante à da edição “Novíssimos”, que se formou em torno dos anos 1977/78/79, e (b) uma geração de estudantes ainda na Escola, que se formou em volta dos anos de 1982/83/84. Este último grupo vai participar em número significativo na Exposição Nacional de Arquitectura organizada pela Associação dos Arquitectos Portugueses, em 1986 (ENA 86).²⁷⁷ Também no caso específico desta Exposição, trata-se maioritariamente de uma adesão de arquitectos da Escola de Lisboa (vemos que existem 21 participantes da ESBAP, para 275 da ESBAL),²⁷⁸ e, desta vez, de ambas as gerações (a) e (b). Aliás, tomando como ponto de partida uma “amostra significativa da Arquitectura realizada por Arquitectos nos últimos dez anos em Portugal”²⁷⁹ (1975-1985), a Comissão Organizadora deste evento descreve a adesão da seguinte forma:

“Todas as gerações de Arquitectos estão aqui representadas, salientando-se, naturalmente, a participação em grande escala da

²⁷⁷ Estes dados podem ser verificados no catálogo da Exposição. Cf. *1ª Exposição Nacional de Arquitectura. 1975-1985. Associação dos Arquitectos Portugueses. 14 a 28 de Fevereiro de 1986. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas-Artes, Fevereiro de 1986.

²⁷⁸ Outras Escolas, como o Politécnico de Milão, também estão representadas.

²⁷⁹ *Idem* p.9.

geração formada nos anos 74-84,²⁸⁰ que representa sensivelmente 2/3 dos 3000 arquitectos actualmente existentes em Portugal.”²⁸¹

Verificamos que há uma coesão nesta geração de que a Comissão Organizadora fala – que, na prática, é a geração formada no pós-25 de Abril; há uma inequívoca tendência dos arquitectos que concluem os seus estudos na Escola de Lisboa, ligados mais não seja por este particular grupo etário, em se exprimirem – ou exporem, como o próprio nome indica. Isto acontece de forma generosa, já que, como é ainda alegado pela Comissão Organizadora,

“A abertura da Exposição a todos os Associados da AAP é por si só garantia de que esta não é uma exposição de movimento, escola ou tendência da arquitectura actual, no nosso País.”²⁸²

Isto significa que, tendo a AAP insistido na participação de todos, são em muito maior número aqueles que participam na Exposição provindos da Escola de Lisboa – uma Escola que tem cada vez maior interesse em educar em massa e ser comunicativa, precisamente como temos vindo a argumentar. Os participantes formados na ESBAL entre 1981 e 1984 são, de resto, o dobro da totalidade dos arquitectos representantes da ESBAP (42 para 21).

Com este *apport* prévio acerca da questão geracional podemos então argumentar que um dos factores que causou a controvérsia que, entretanto, emanou do *Depois do Modernismo*²⁸³ terá sido consubstanciado pelo contributo de uma geração especificamente formada na Escola de Lisboa no final dos anos 70 e inícios da década de 80. Esta geração, como dito, preencheu grande parte da Exposição do

²⁸⁰ Embora na lista de participantes sejam incluídos sete nomes formados em 1974 e 1975, cremos que se trate de um ponto de vista técnico ou administrativo, dado que os inscritos em 1973 e 1974 transitaram para 1975/76, como já tivemos ocasião de explicar. A última turma do sistema pré-democrático formou-se no final de 1973.

²⁸¹ *1ª Exposição Nacional de Arquitectura. 1975-1985. Associação dos Arquitectos Portugueses. 14 a 28 de Fevereiro de 1986. Lisboa. Catálogo.* p.10.

²⁸² *Ibidem.*

²⁸³ A participação de Adalberto Dias, Alcino Soutinho, Alexandre Alves Costa, Domingos Tavares, Eduardo Souto de Moura e Sérgio Fernandez cinge-se ao envio de um texto que, por opção da organização, integra o catálogo. O texto termina com: “Eis porque a polémica em torno do que vagamente se chama pós-modernismo não pode provocar mais ansiedade do que as condições desesperadas do exercício da profissão em Portugal”. *Depois do Modernismo. 7 a 30 de Janeiro de 1983. Lisboa. Catálogo.* Lisboa: Depois do Modernismo, 1983, p.128.

Depois do Modernismo e, mais tarde, a Exposição Nacional de Arquitectura de 1986. Resta saber, relativamente a estes eventos e ex-alunos da Escola, se faz sentido colocar-se a hipótese de ter havido uma *escola* (como modo de pensar e projectar).²⁸⁴ Não estando exactamente a sugerir uma unicidade estética – já que se observa heterogeneidade nas propostas dos casos em análise²⁸⁵ – verificamos, de facto, uma homogeneidade na heterogeneidade,²⁸⁶ ou um generalizado eclectismo. Particularmente no caso do *Depois do Modernismo*, que é a raiz e a primeira expressão desta hipotética *escola*, verifica-se homogeneidade na capacidade reactiva e crítica.²⁸⁷ É-nos, pelo menos, garantido que há uma

²⁸⁴ Esta tese não é inédita. No seguimento da ENA 86, José Manuel Fernandes escreve acerca de duas “Formações, ‘escolas’”, contrapondo uma “ligada à ESBAP, com maior coerência plástica (tanto no grafismo dos painéis como nos conteúdos do projecto ou na ‘maneira’ de o entender), maior discrição e purismo, maior predominância de ‘pretos e brancos’ em fotografia, ou no desenho)” a uma “formação lisboeta, maioritários” mais “heterogénea, colorida e disseminada pelo país, com os consequentes painéis também mais berrantes e desiguais”. FERNANDES, José Manuel. Dez anos de arquitectura: que futuro? *Jornal Expresso. Actual*. 1986-02-14. p.37-R. In http://wwwold.oasrs.org:8080/documents/10192/0/AAP_ENA01.pdf/7d85d0b3-1551-4d5f-bd03-a2ac39b2e5e4

Há também o contraditório, aliás expresso atrás nesta tese (debates dos Simpósios Internacionais de Arquitectura), que diz que, na própria Escola de Lisboa, a discussão moderno *versus* pós-moderno estaria já ultrapassada por esta altura. Gonçalo Byrne, a pretexto também da ENA 86, afirma: “Sendo como sou, sensível a certa conceptualidade de raiz neo, ou mesmo pós-moderna, registo que, entre nós, se tem desenvolvido mais a que privilegia uma (outra) conceptualidade niilista-hedonista, que cultiva o vazio da memória (ou o culto da amnésia) e se traduz na gestão (formal) de códigos estereotipados (exteriores), muito embora se tentem justificar ‘a posteriori’, colando retóricas emprestadas da história ou da literatura. São tendências veiculadas, por exemplo, pelas teorizações americanas de um Ch. Jencks, ou mais recentemente, dum certo refinamento elitista europeu de Alessandro Mendini.

Outras tendências há, em meu entender, bem mais fecundas e a ‘agarrar’ melhor a realidade embora menos fáceis e talvez por isso com menos êxito entre nós. Registo ainda, e de passagem, que a dicotomia ‘post-versus-modern’ há já muito que se diluiu no debate arquitectónico actual, se é que alguma vez atingiu a absurda dramaticidade de opção existencial que entre nós por vezes assumiu (refiro-me concretamente a relatos de estudantes da Faculdade de Arquitectura de Lisboa, e não só).” BYRNE, Gonçalo Sousa. O país construído que temos. Depoimento 2. Dossier. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. 1986-02-18. In http://wwwold.oasrs.org:8080/documents/10192/0/AAP_ENA01.pdf/7d85d0b3-1551-4d5f-bd03-a2ac39b2e5e4

²⁸⁵ Referimo-nos aos diversos exemplos inclusos nos catálogos.

²⁸⁶ Mesmo havendo bastante uso dos mesmos códigos linguísticos – frontões, colunas, quadriculas, coloridos, sombreados, simetrias, formas geométricas simples, etc., tal como desenho (não técnico) – estes códigos eram utilizados de modos extremamente diversos e personalizados, isto é, era possível identificar diferenças substanciais entre autores.

²⁸⁷ Referimo-nos não exclusivamente a uma vertente projectual. A respeito da recusa da participação no *Depois do Modernismo* de um grupo de arquitectos do Porto, José Manuel Fernandes recorda: “Também escrevemos [nos *media*] reagindo, quando recebemos a nega da Escola do Porto, firmemente moderna na sua postura em tempos

focalização conjunta numa temática – neste caso, existe “um grupo de pessoas interessadas em discutir a problemática do chamado movimento post-moderno”.²⁸⁸ Com efeito, a “polémica dos anos 80” lançada por Luís Serpa estava sendo discutida na Escola e fora dela desde a preparação do Programa,²⁸⁹ e a geração dos mais novos e dos “Novíssimos” ganha necessariamente um protagonismo relevante para a “notável quantidade de público”²⁹⁰ com um mesmo discurso apologético de insatisfação e mudança. Trata-se até de cultivar a referida escola, exilada da Escola. Estes participantes, estariam, como nos diz José Manuel Fernandes, aliás, a difundir obra pelo país.²⁹¹ Autodidactas, fariam parte de uma

“Geração fragmentada, desconexa, com experiências perfeitamente destacadas umas de outras, até contraditórias; sem objectivos comuns, por certo, mas com *acontecimentos comuns* no seu processo de formação” o qual adviria de “uma escola lisboeta que os não soube ‘agarrar’ e formar completamente mas os obrigou a procurar as coisas por si rejeitando muitas vezes os ‘mestres’ via padrões e *ateliers* tradicionais que, ironicamente,

pós-modernos. Pusemos o texto de recusa deles num cacifo dentro da Exposição, além de figurar no catálogo.” Depoimento escrito de José Manuel Fernandes (2018.01.05). A respeito dos colóquios, relata ainda Rui Mário Gonçalves, dando conta dessa natureza reactiva e crítica a que nos referimos: “Faltou à exposição Depois do Modernismo uma estruturação clara, não tendo os arquitectos qualquer relação com os pintores presentes (o que se confirmou nos colóquios na ESBAL, onde os arquitectos abandonaram a sala quando os pintores começaram a falar).” GONÇALVES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. p.70. É de notar que há uma diferença de adesão entre a Exposição e os colóquios, mais reservados, menos acessíveis. Conforme depoimento de Michel Toussaint (2017.07.18).²⁸⁸ SERPA, Luís. In (s.n.). *Depois do Modernismo. 7 a 30 de Janeiro de 1983. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Depois do Modernismo, 1983, p.9 (Apresentação).

²⁸⁹ Consideremos os Simpósios Internacionais de Arquitectura, indicados na secção anterior, o primeiro dos quais ocorrido em 1982 com o título “A tradição clássica e o movimento pós-modernista”.

²⁹⁰ GONÇALES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. p.129.

²⁹¹ “Não havia trabalho nas cidades? Havia de optar pela ‘prostituição’ do ensino secundário, afinal recusar a profissão, ou trabalhar longe. Aqui presto imediata homenagem aos que por longe andaram, em busca, no fundo, de um sentido para a profissão escolhida que lhes era negado em Lisboa; e foram, e estão, e vão, do Minho aos Açores, de Londres às Áfricas, dos Brasis a Macau...” FERNANDES, José Manuel. *Novíssimos*. Apresentação. *Arquitectura*. 1983, n.º 149, p.15.

foram percorrendo por força das circunstâncias se pretendiam uma aprendizagem a substituir a da escola que não chegava.”²⁹²

Assim, cremos que, além das figuras que estão directamente ligadas à Escola – Michel Toussaint e João Luís Carrilho da Graça são professores, José Manuel Fernandes *idem* (embora na revista *Arquitectura* fale em nome próprio), Manuel Graça Dias sê-lo-á no espaço de dois anos (1985) – gera-se um grupo que contribui para a dinamização da Exposição, e mais ainda um outro, alargado, que, entrando de algum modo na discussão, se estabelece profissionalmente, em muitos casos, noutras locais do país.²⁹³ Deste conjunto fazem parte arquitectos que compõem a *escola* que se alvitrou.

Voltando a (1) – em que é que o *Depois do Modernismo* se relaciona com uma determinada geração de arquitectos especificamente formados na Escola de Lisboa – diríamos que é, portanto, evidente que o propósito do *Depois do Modernismo* contagia uma geração de arquitectos recém formados, e que os envolvidos vêm, por sua vez, caracterizar o evento. Tenhamos então em conta a polarização Porto-Lisboa, de que Jorge Figueira fala: acreditamos que esta sucede, no fundo, devido a um encapsulamento das respectivas Escolas em relação ao seu meio; quer dizer, verificamos que ela se dá por via de três ou quatro figuras-chave que fazem de intermediários entre a cultura arquitectónica e artística de cada cidade e a sua respectiva Escola. É pelo menos assim o caso de Lisboa, e é essa a importante conclusão desta secção: que, enfim, a Escola de Lisboa tem um nome, identificável, sendo só presumivelmente uma abstracção tão inqualificável quanto a multiplicidade de escolhas

²⁹² Fernandes, José Manuel. Novíssimos. Apresentação. *Arquitectura*. 1983, n.º 149, p.15. Creemos que as gerações seguintes nem por isso serão mais cultivadas, isto é, não terão uma *escola* mais objectiva que não a de um professor ou um atelier em particular.

²⁹³ Cf. PESTANA, Vasco Câmara. Produção arquitectónica já não se limita ao eixo Lisboa-Porto. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs16/17/18, pp.11-12. A Exposição Nacional de Arquitectura de 1986 sinaliza esta disseminação catalogando-a por zonas e referindo, em introdução: “Hoje o arquitecto está mais presente, e está presente em mais lugares. Após 10 anos de crescimento da profissão (hoje há 3 vezes mais arquitectos) e da sua diáspora (hoje há cinco vezes mais arquitectos na província), verifica-se que o crescimento da encomenda com origem na província tem sido a única compensação para a paralisação dos grandes empreendimentos públicos ou privados.” *1ª Exposição Nacional de Arquitectura. 1975-1985. Associação dos Arquitectos Portugueses. 14 a 28 de Fevereiro de 1986. Lisboa. Catálogo*. p.15.

que ela própria congrega. Nesse sentido, conclui-se ainda que o *Depois do Modernismo* e a edição “Novíssimos” são peças fundamentais para completar a sua história moderna, e daí este breve ensaio. Até porque, como veremos, Luís Serpa continuará a solicitar a colaboração de Augusto Brandão para a sua prática profissional [Anexo XXVII].²⁹⁴ Resta acrescentar que o diálogo moderno *versus* pós-moderno que se atribui tradicionalmente à polarização atrás referida tem um paralelo no próprio contexto lisboeta através da voz de Manuel Tainha o qual, num texto-carta endereçado a José Manuel Fernandes (“Meu caro José Manuel Fernandes”) vai essencialmente deitar por terra a substância do debate, alegando desconhecer de que se trata afinal a discussão (“E o que para mim é mais embaraçoso, é que não sei precisamente de que batalha se trata”); argumentando com o carácter polifacetado do Movimento Moderno (“Bem vistas as coisas, o que melhor atesta e define a denominada Arquitectura Moderna é precisamente o pluralismo de expressões, de gostos, de modos de fazer”); distinguindo o Movimento Moderno da “experiência reducionista dos CIAM que se identifica com a Carta de Atenas”, alegando que nessa sequência “a sã e sóbria racionalidade degenera em racionalismo, a funcionalidade degenera em funcionalismo; do mesmo modo que o simples se converte em simplório e o complexo em complicado.” Tainha remete finalmente para o pós-modernismo perguntando-se “o que é?” e se “não será antes uma tentativa desesperada de criar factos culturais de combate ao medo da solidão, ao enorme sentimento de orfandade gerado pelo pensamento da AM para o outro mundo, anunciado por P. Johnson em 59?”. Este texto-carta, de Outubro de 1983, é editado na revista *Arquitectura* com o título “Depoimento”,²⁹⁵ em 1985, e já nos anos 90, numa colectânea de textos de Tainha, com o título “PM’S VS. AM’S”.²⁹⁶

²⁹⁴ Cf. SERPA, Luís. Carta a Augusto Brandão de 12 de Maio de 1985. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVII].

²⁹⁵ TAINHA, Manuel. Depoimento. *Arquitectura*. 1985, nº 153, pp. 24-26.

²⁹⁶ TAINHA, Manuel. PM’S VS. AM’S. In: *Arquitectura em Questão*. Lisboa: AEFA-UTL, 1994, pp. 49-59.

Participantes no *Depois do Modernismo* e na “Novíssimos”

Respectiva data e local de formatura*

*A **negrito**: participantes em ambas as iniciativas formados depois do 25 de Abril.

	<i>Depois do Modernismo</i>	“Novíssimos”	Data e local de formatura
1	Adalberto Dias		ESBAP 1981
2	Adalberto Tenreiro	Adalberto Tenreiro	ESBAL 1980
3	Alberto de Sousa Oliveira		ESBAL 1969
4	António Barreiros Ferreira	António Barreiros Ferreira	ESBAL 1977
5	António Belém Lima	António Belém Lima	ESBAL 1977
6		António Borges Abel	ESBAL 1977
7	António Maria Braga		ESBAL 1980
8	António Marques Miguel		ESBAL 1973
9	Bernardo Daupiás Alves	Bernardo Daupiás Alves	ESBAL 1977
10	Cândido Chuva Gomes	Cândido Chuva Gomes	ESBAL 1980
11	Cardim Evangelista		ESBAL 1974
12	Carlos Lemonde Macedo	Carlos Lemonde Macedo	ESBAL 1978
13	Carlos Marques	Carlos Marques	ESBAL 1980
14	Carlos Silva Lameiro	Carlos Silva Lameiro	ESBAL 1980
15	Carlos Travassos		ESBAL 1976
16	Fernando Sanchez Salvador		ESBAL 1979
17		João Lúcio Nunes Lopes	ESBAL 1980
18	João Luís Carrilho da Graça	João Luís Carrilho da Graça	ESBAL 1977
19		João Nasi Pereira	ESBAL 1976
20	João Paciência		ESBAL 1969
21		João Paulo Ferrão e Ana Paula Oliveira	
22	João Vasconcelos		
23	João Vieira Caldas	João Vieira Caldas	ESBAL 1977
24	Joaquim Braizinha		ESBAL 1970
25	Jorge Farelo Pinto		ESBAL 1969
26		José Fernando Dinis Canas	ESBAL 1977
27	José Charters Monteiro		Politécnico de Milão 1969
28	José Manuel Caldeira	José Manuel Caldeira	ESBAL 1979
29	José Manuel Fernandes	José Manuel Fernandes	ESBAL 1977
30		José M. Viana Antunes	ESBAL 1980

31		José Marini Bragança	ESBAL 1980
32	José Santa Rita Fernandes		ESBAP 1951
33	José Troufa Real		ESBAL 1967
34	Júlio Teles Grilo	Júlio Teles Grilo	ESBAL 1977
35		Jwow Basto	ESBAL 1972, AA 1975
36	Luís Lourenço Teles	Luís Lourenço Teles	ESBAL 1978
37		Luís Quaresma Ferreira	ESBAL 1978
38		Luís Sá Machado	ESBAL 1978
39	Luís Patrício Costa		ESBAL 1979
40	Luís Sá Machado		ESBAL 1980
41	Luiz Cunha		ESBAP 1957
42	Manuel Bastos		ESBAL 1978
43	Manuel Graça Dias	Manuel Graça Dias	ESBAL 1977
44	Manuel Lacerda	Manuel Lacerda	ESBAL 1978
45	Manuel Vicente		ESBAL 1962
46	Margarida Grácio Nunes		ESBAL 1977
47	Maria do Céu Barracas		ESBAL 1974
48	Maria do Rosário Venade		
49	Maria Manuel Godinho de Almeida		Yale 1974
50		Matilde Pessanha e João Resende	ESBAP 1979 e ESBAP 1972
51	Michel Toussaint Alves Pereira		ESBAL 1973
52		Miguel Brito Mertens	1981
53	Miguel Chalbert Santos		ESBAL 1968
54		Nuno Matos Silva	ESBAL 1976
55		Óscar da Silva Lopes e Luís Gaspar Araújo	ESBAP 1980 e ESBAP 1980
56		Paulo Sanmarful	ESBAL 1977
57		Ricardo Martinho Gaspar	ESBAL 1979
58		Sotero Dias Ferreira e Maria Eugénia Eleutério	ESBAL 1978 e ESBAL 1977
59	Teresa Almendra		ESBAL
60	Tomás d'Eça Leal		ESBAL 1980
61	Vicente Bravo Ferreira		ESBAL 1974
62	Victor Consiglieri		ESBAL 1956
63		Victor Poço de Melo	ESBAL 1980
64	Victor Mestre	Victor Mestre	ESBAL 1981

Em relação a (2) – que, relembramos, questionava a contribuição de substância que a Escola teve ou não no *Depois do Modernismo* e na “Novíssimos” – verificamos que existe uma influência clara dos autores internacionais de referência da época nestas ocorrências, e que eles eram os que haviam estado nos Simpósios Internacionais de Arquitectura, ocorridos na Escola. Não podemos deixar de fazer nota da coincidência, por exemplo, da preponderância de Charles Jencks e Rob Krier numa análise de José Manuel Fernandes sobre os assuntos da ordem do dia. É explícita, pelo menos no editorial da edição “Novíssimos”. A revista é editada depois da Exposição, e aqui José Manuel Fernandes considera que é necessário que haja, para lá de uma “revelação” dos arquitectos daquela geração, uma “análise e reflexão sobre as imagens de algum modo já vistas ou pelo menos pressentidas” no *Depois do Modernismo*. A partir daí lança duas fundamentações. A segunda é elaborada “ao nível das linguagens” das propostas arquitectónicas – e é aqui que queremos chegar. Neste ponto, desenvolve:

“Tentaremos aqui, se bem que à guisa de sumário, uma referência ordenadora dessas tendências: pensamos que uma diferenciação clara se pode definir entre os trabalhos mais decididamente manipuladores da imagem, e que através da primazia dada a ela se afirmam como criadores de objectos arquitecturais, e os mais ligados ao ler o sítio (...). Com a pressa actual de apelidar, uma seria de neodireita, consumista, subvertendo os *media* modernos, usando os resultados de automatização sem pudor (de que Jencks é a caricatura), combinados com os materiais da História descontextualizados (como Krier faz). Outra, claro, de neo-esquerda, e para a qual poderíamos usar o designativo de Kenneth Frampton, a ‘arquitectura táctil’ antivisual, regionalista ‘crítica’ (como diz Grassi), e de que a Escola do Porto dos 70’s é sem dúvida a precursora e instauradora entre nós...”²⁹⁷

Ora, os dois nomes que Fernandes refere (Jencks e Krier, caricaturando Jencks com “pressa”) são exactamente dois dos nomes que haviam

²⁹⁷ FERNANDES, José Manuel. Novíssimos. Nota introdutória. *Arquitectura*. 1983, n.º 149, p.15.

estado no 1º Simpósio, em Abril de 1982. Já aqui não entra a discussão sobre os “produtos abastardados do Movimento Moderno”²⁹⁸ que Fernandes colocava no *Depois do Modernismo*, com os seus exemplos audiovisuais, mas sim as questões de “linguagem” de raiz. Ainda assim, elas estão no léxico – dentro ou fora da Escola. Temos como tese que, ainda que se possa argumentar que estes autores fossem referência em qualquer lugar, naquela época, não havia modo como contornar a influência de Simpósios que haviam ocorrido apenas oito meses antes da própria execução do evento *Depois do Modernismo* – o qual exigiria, certamente, alguma preparação prévia e, portanto, um paralelo de calendário. No entanto, admitimos que se tratam de eventos inteiramente diferentes: os Simpósios são organizados pela Secção de Arquitectura da ESBAL, com fundos da Escola, localizados, académicos, ‘científicos’; o *Depois do Modernismo* e a “Novíssimos”, evento e estrutura privados. Sobre a substância transmissível entre a Escola e o *Depois do Modernismo*, há um facto que merece ser ainda explicado que é a ausência de arquitectos como Tomás Taveira tanto da lista de convidados [Anexo XXIV] como do evento, como mesmo do catálogo (nem todos aqueles que constam da lista de convidados figuram no catálogo, e vice-versa). Afinal, neste caso em particular, trata-se de um arquitecto interessado no pós-modernismo (apesar de se considerar integrado no “contextualismo”).²⁹⁹ Ora, a ideia era, como podemos agora confirmar, limitar o convite a uma determinada faixa etária, ou nomeadamente a ateliers de menor dimensão.³⁰⁰

Numa conclusão geral: se, por contraditório, não é possível traçar qualquer elo teórico ao nível da arquitectura, parece, no entanto, ser evidente uma ligação entre a Escola e o *Depois do Modernismo* ao nível do próprio projecto em si, ou seja, da localização, meios físicos e humanos.

²⁹⁸ GONÇALVES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. p.129.

²⁹⁹ V. nota 97.

³⁰⁰ Conforme depoimento de Michel Toussaint (2017.07.17).

Isto é também verificável segundo os depoimentos que viemos a recolher de Michel Toussaint, seu comissário (arquitectura). É Toussaint quem vai ficar encarregue de fazer a coordenação entre o DA-ESBAL e o evento – convite que, como vimos, lhe é formalmente endereçado por Augusto Brandão, o director da Escola. Além de coordenador da secção de arquitectura do evento *Depois do Modernismo* por convite efectivo de Luís Serpa, Toussaint era professor de Teoria no curso de arquitectura e já desenvolvera algum trabalho escrito no campo da crítica. Neste âmbito, destaca-se a sua participação na *Arteopinião* – revista da Associação de Estudantes de Artes Plásticas – num artigo de 1981 que se intitula, justamente, e de acordo com a discussão que se deseja trazer a lume, “Arquitectura, uma das Belas Artes?”³⁰¹

³⁰¹ TOUSSAINT, Michel. *Arquitectura, uma das Belas Artes?* *Arteopinião* 1981, n.º 13, pp.39-40.

4.3 Experimentação técnica e artística: o contágio das Belas-Artes

Conferências, Exposições e outros eventos. Os Concursos/Exposições de Banda Desenhada

No espírito d’“O Salto Qualitativo”¹ que dá nome este capítulo, já tivemos oportunidade de apontar alguns eventos que se destacaram, de entre os ocorridos na Escola. Os primeiros relativos ao “avivar da cena cultural e académica” – que se reportam mais especificamente aos primeiros tempos de estabilidade, nos inícios da década de 80, nos quais Augusto Brandão surge como protagonista. Falámos da internacionalização e dissemos, também, que se celebram, muito em particular, e ao longo da primeira metade da década (mais precisamente até Maio de 1986 – data do último Simpósio Internacional de Arquitectura), acontecimentos que introduzem definitivamente o pós-modernismo no léxico interno da Escola. Vimos também os acontecimentos que vêm mobilizar a instituição em torno de questões fora do exclusivo âmbito dos curricula e das aulas. Para lá do que já descrevemos, veremos agora como é que a própria Escola reage ao seu meio físico e cultural neste quadro temporal. De facto, como dizíamos no final da última secção, a questão que aqui se põe agora é se, no quadro da entrada na universidade, a arquitectura é ainda disciplinarmente contagiada pela proximidade das belas-artes, e se, havendo essa contaminação, ela origina uma vantajosa experimentação artística. Este questionamento será colocado através da exposição de três vias praticadas na Escola: o desenho, a *performance* e o vídeo. Julgamos que é necessário fazer-lhes referência não só pela sua importância implícita,² como também pelo facto de que constituem, no seu todo, uma demonstração da estabilidade institucional que a Escola está a ganhar na primeira metade dos anos 80. De uma forma cronológica, iniciaremos este capítulo examinando a circunstância que a Escola vive à luz desses

¹ (s.n.). ESBAL. O Salto Qualitativo. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.61-65.

² Cremos que estes factores são significativos por si só na medida em que estão em consonância com o espírito de optimismo que se vive com intensidade dentro da Escola, o que é caracterizador de uma cultura e de uma época.

dados. Para o efeito, começaremos por abordar a relação da Escola com o Centro Nacional de Cultura [CNC].

No período a que estamos a dar atenção, como hoje, o CNC localizava-se próximo da Escola, na Rua António Maria Cardoso, o que o tornava uma instituição naturalmente (fisicamente) influente; e Maria Helena Vaz da Silva, que ocupava a sua presidência desde 1979, era uma personalidade de enlevo na história da cultura portuguesa.³

Há pelo menos três momentos marcantes no que viria a ser uma cooperação fecunda entre a Escola e o CNC nestes primeiros anos da década de 1980. Dois deles têm a ver com o que à altura, e ainda hoje se chama de “Passeios de Domingo” – uma iniciativa que pretendia dar a conhecer e estimular o interesse por várias zonas da cidade de Lisboa, e arredores, com especial sucesso entre os interessados.⁴ Um outro relaciona-se com uma visita enquanto guia cultural aos Açores por José Manuel Fernandes, em Setembro de 1984 – patrocinada financeiramente pelo CNC.⁵

Voltando aos “Passeios de Domingo”, o primeiro (com o envolvimento da Escola) tem a ver com uma incursão pela história e lugar da zona de Belém. Este “Passeio” baseia-se num “ciclo” chamado “A Arquitectura e a cidade de Lisboa” o qual envolve o CNC e a Escola na medida em que a última se interessa por fazer trabalhos escolares tendo em conta a zona em causa. Daí resultam não só uma “Exposição e debates”⁶ como também uma publicação com o mesmo título do ciclo: “ciclo ‘A

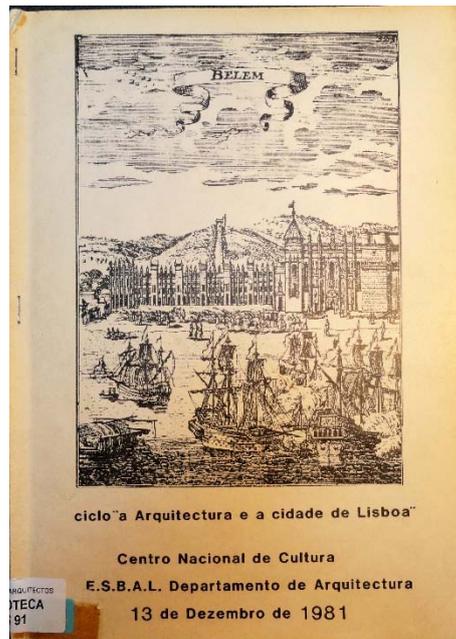
³ “Em 1979, [Maria Helena Vaz da Silva] assume a Presidência do Centro Nacional de Cultura (CNC), iniciando e desenvolvendo uma ação incansável em prol da divulgação, do estudo e da preservação da língua e da cultura portuguesas, lançando os ‘passeios de Domingo’, debates, colóquios, cursos livres, a base de dados Patrimatic, diversas publicações e o ciclo ‘Os Portugueses ao Encontro da Sua História’. Como disse Maria Calado: ‘ao lançar os passeios de Domingo introduziu-se em Portugal a prática dos itinerários culturais como forma de conhecimento e valorização do património histórico e da criação artística e cultural contemporânea.’” MARTINS, Guilherme d’Oliveira. *Helena Vaz da Silva*. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em <http://www.cnc.pt/artigo/14>

⁴ Não temos conhecimento de quando é que estes “Passeios de Domingo” tiveram início, mas sabemos, por exemplo, que o programa de actividades do CNC de 1982 incluía cerca de sete destas visitas. Cf. Centro Nacional de Cultura. *Actividades de Fevereiro de 1982*. Folheto.

⁵ Cf. SILVA, Helena Vaz da. Carta a Augusto Brandão de 16 de Janeiro de 1986. [Fundo FAUL]

⁶ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Arquitecto Tudela de 9 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]

Figura 81 Publicação do “ciclo ‘a Arquitectura e a cidade de Lisboa’” do Centro Nacional de Cultura e da ESBAL. Dezembro de 1981.



Arquitectura e a cidade de Lisboa” [Figura 81].⁷ Este trabalho diz respeito à participação do Departamento num concurso da UIA [União Internacional de Arquitectos] para alunos de Arquitectura. A publicação⁸, de 1981, faz uma primeira introdução pelos então professores Maria João Madeira Rodrigues e Horácio Bonifácio, apresentando, de seguida, um específico projecto

escolar para a zona. Na publicação, além dos textos dos referidos autores, vemos mapas antigos, fotografias e um mapa da zona de intervenção.⁹ No intróito ao trabalho escolar pode ler-se, escrito por estes professores, que a UIA tem vindo a fazer concursos para estudantes de arquitectura de três em três anos, desde 1978. Os autores informam ainda que:

“A equipa do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa,¹⁰ única participante portuguesa neste concurso, (...) escolheu a zona de Belém-Jerónimos para desenvolver o seu projecto de reabilitação.”¹¹

Segue-se uma introdução, ainda dos organizadores e a um nível mais específico; “A Escola e a Cidade”, como é o seu título, nota que

“a proposta dos estudantes de arquitectura da ESBAL constitui uma base excelente para debater no âmbito da Escola e fora dela, os problemas inerentes à conservação e revitalização das áreas históricas degradadas. Nomeadamente existiu uma preocupação

⁷ (s.n.). Centro Nacional de Cultura. E.S.B.A.L. Departamento de Arquitectura. *Ciclo “a Arquitectura e a cidade de Lisboa”*. 13 de Dezembro de 1981.

⁸ Esta publicação encontra-se hoje na Biblioteca da Ordem dos Arquitectos pelo que se supõe que existam outras edições.

⁹ Estamo-nos a referir ao lugar onde se situa o actual Museu dos Coches, em Lisboa.

¹⁰ “(...) esta equipa era constituída pelos estudantes Carlos Alberto dos Santos Marreiros, José Carlos Lopes Morgado, José Manuel Teles Rebolo, Eunice da Costa Salavessa, Maria João Teles Grilo” tendo a coordenação do trabalho sido atribuída a “Fernão Lopes Simões de Carvalho e Duarte Cabral de Mello”. *Ciclo “a Arquitectura e a cidade de Lisboa”*, p.17.

¹¹ *Idem* p.12.

em seguir as recomendações da UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura] e do Conselho da Europa nessas matérias, deixando de considerar a conservação das áreas históricas degradadas como mera preservação do exterior dos edifícios, do seu pitoresco, para passar a dar igual importância aos aspectos relacionados com a sua organização interna e dos seus usos, isto é, à conservação social e económica.”¹²

Quanto ao projecto, em particular – que se restringe, no caso desta publicação, ao “texto que acompanhou o projecto enviado pelo Departamento” – este toca os aspectos de Localização; História; Estado actual; e Proposta. A Proposta aborda três condicionantes: a “Organização dos espaços exteriores”; a “Reestruturação dos espaços construídos”; e a “Reorganização da circulação viária”.¹³

Ainda quanto às colaborações entre a Escola e o CNC relacionadas com os “Passeios de Domingo”, a mais significativa foi a visita ao “complexo do antigo Convento de São Francisco, ao Chiado”.¹⁴ Este “Passeio”, que seria repartido em duas fases – Domingos, dias 20 e 27 de Fevereiro de 1983 – que se ocupariam de partes diferentes do edifício, seria organizado por Fialho de Sousa e Carlos Santos. De acordo com a “Informação à Imprensa” do próprio CNC, este “Passeio” teria como objectivo visitar a ESBAL, “instalada em parte do antigo Convento”, mas também

“reconstruir a história do sítio onde o Convento se ergueu, as fases diversas por que passou e as utilizações que lhe foram dadas ao longo dos séculos, procurando-se também conhecer a actividade actual das instituições que hoje ocupam esse espaço”, nomeadamente o sector de arquitectura e o sector de artes plásticas, mas também a sede da Academia Nacional de Belas Artes.¹⁵

¹² *Ibidem.*

¹³ *Idem* pp.16-17.

¹⁴ Centro Nacional de Cultura. Passeios de Domingo. Informação à Imprensa n.º 7 – CNC/83.

¹⁵ No Domingo seguinte haveria de se “visitar o lado ocidental do complexo”. *Idem.*

Já quanto ao programa fornecido pela Escola [Anexo I], este seria mais detalhado: incluiria informação acerca de uma “breve alocução com diapositivos sobre a evolução histórica da Envolvente e do Convento de S. Francisco da Cidade, seguida de debate”; mas também uma “Visita ao Edifício”, um intervalo com “Porto”, e a visualização da “Exposição Franciscana”, com uma observação particular da “estrutura modular da ‘Cela’” e das “Actividades do Departamento de Arquitectura”.¹⁶

No Domingo seguinte, o programa teria também uma “breve alocução temática” com “sessão de diapositivos no Anfiteatro”¹⁷ e, de seguida, uma visita ao Governo Civil, ao Museu de Arte Contemporânea e à Escola Nacional de Bailado.

Ainda a respeito deste “Passeio”, o jornal *Diário de Notícias* relata-nos palavras de um dos organizadores e informa-nos acerca de outros detalhes:

“O velho edificio iria passar depois, como já antes passara, por diversas transformações, o que não tem sido impeditivo, como diria o arquitecto Carlos Santos, da ESBAL, apesar das diversas componentes essenciais e exigências para servirem as necessidades públicas, (...) de conservar a sua dignidade original. (...).

Quanto à Academia Nacional de Belas-Artes,” – diz ainda a notícia – “teve de ser vista de relance. A ausência de qualquer dos seus responsáveis impediu um conhecimento mais circunstanciado da velha instituição que dispõe de uma biblioteca de livros sobre arte que é das mais completas do mundo.”¹⁸

¹⁶ [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Itinerário da Visita do Centro Nacional de Cultura ao actual Convento de S. Francisco. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo I].

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ (s.n.). Um convento a que até se chamou cidade... *Diário de Notícias*: 28 de Fevereiro de 1983, p.6. In Sousa, Pedro Fialho de. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, 1991. [Fundo FAUL].

De acordo com essa notícia e uma outra ainda [Anexo II],¹⁹ apesar da sua carga erudita, esta visita foi, além de didáctica, convivial; incluiria, por exemplo, uma actuação da banda da PSP.²⁰

Diria então Augusto Brandão à revista *Arquitectura*:

“A acção cultural da Escola visa desenvolver e aclarar toda esta preocupação [modificação da realidade portuguesa]. Assim e já este ano, desenvolveu determinados aspectos desta acção.

Acompanhou e planeou três visitas de domingo, iniciativa do Centro Nacional de Cultura. Estas visitas foram um pretexto para relacionar o arquitecto com a intelectualidade portuguesa.”²¹

Em simultâneo com esta acção ocorre, por organização interna do Departamento, o evento “EBAL 1900-1930. Encontro com dez alunos” – uma homenagem a antigos alunos da EBAL [Escola de Belas-Artes de Lisboa] que haviam frequentado a Escola entre 1900 e 1930 [Figura 82] [Anexo III].²² Esta homenagem realizar-se-

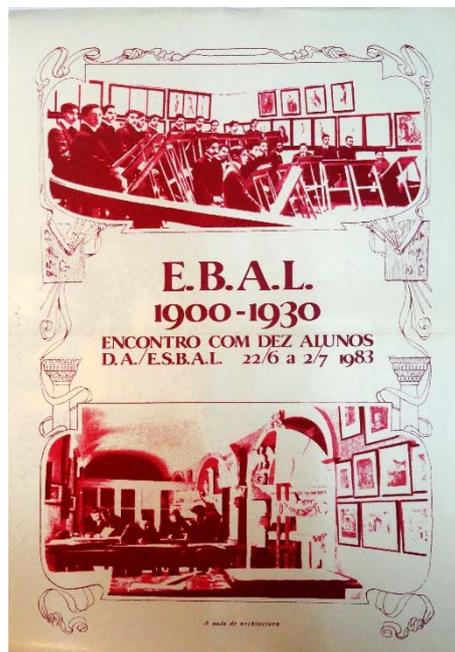


Figura 82 Cartaz do evento e Exposição “EBAL 1900-1930. Encontro com Dez Alunos”. 22 de Junho a 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]

¹⁹ Esta outra notícia, de fonte desconhecida, relata uma peça de teatro surpresa, “hilarante e cáustica” que terá ocorrido pelo Grupo de Intervenção Teatral da Trafaria, bem como a “montagem de dois microcomputadores numa cela franciscana”. Refere ainda que “no caso do Departamento de Arquitectura, além da produção de trabalhos para o exterior, que subsidiam parcialmente a sua subsistência, refirmamos a recuperação, feita pelos próprios professores, estudantes e outros funcionários, de algumas dependências.” (s.n.). Bertolt Brecht representado no Convento de S. Francisco. Para os sócios do CNC em “Passeio de Domingo”. (s.d.) ca 1983. In SOUSA, Pedro Fialho de. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, 1991. [Fundo FAUL]. [Anexo II].

²⁰ (s.n.). Um convento a que até se chamou cidade... *Diário de Notícias*: 28 de Fevereiro de 1983, p.6. [Fundo FAUL].

²¹ BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, p.71.

²² Entre estes antigos alunos contavam-se João Antunes, Luís Benavente, A. Veloso dos Reis Camelo, Eugénio Correia, Luís A. Helbling, Ernesto C. Korrodi, Paulino Montez, Jorge Segurado, João Simões e Edmundo Tavares. Não irão participar Ernesto Korrodi e Luís A. Helbling por motivo de doença, e Edmundo Tavares por falecimento. Jorge Segurado envia uma carta de agradecimento a Augusto Brandão. Cf. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. E.B.A.L. 1900-1930. Encontro com Dez Alunos D.A./E.S.B.A.L. 22/6 a 2/7 1983. Programa. [Fundo FAUL]. [Anexo III].

ia no dia 22 de Junho de 1983 e inaugurava uma Exposição com o mesmo nome que pretendia “fornecer uma panorâmica do ensino da arquitectura nessa época” fazendo um enfoque ao

“ambiente escolar em que se formaram, as suas primeiras obras ou as que consideram mais significativas e, ainda, referência a actividades associativas ou culturais que exerceram relacionadas com a actividade profissional ou a sua formação escolar.”²³

A Exposição estaria em vigor até dois de Julho de 1983 e viria a demonstrar a

“inflexão que constitui, na cultura arquitectónica, o confronto de cânones classicistas com o pensamento moderno, prenúncio da grande aventura em que a geração seguinte se iria lançar.”²⁴

Um outro sinal da vitalidade destes anos é a sucessão de conferências e Exposições que o Departamento vai promover ou acolher.²⁵

A primeira de que temos nota ocorre a 22 de Maio de 1982. Trata-se da vinda de José Pagés Madrigal, a convite da Escola, para proferir uma palestra com o título “Metodologia do Estudo das Cidades Históricas – O Caso de Olivença”. Neste evento em particular temos um convite de Augusto Brandão dirigido aos professores Sérgio Infante, Pedro George, Manuel Tainha, Rui Duarte, José Manuel Fernandes e Francisco da Silva Dias para que mobilizem as suas turmas a assistir à conferência [Anexo IV].²⁶

Segue-se, a 18 de Junho de 1982, a inauguração de uma Exposição e a realização de uma conferência proferida por Rolf Lederbogen, da Universidade Técnica de Karlsruhe, da antiga RFA [República Federal

²³ *Idem.*

²⁴ *Idem.*

²⁵ As informações avançadas neste âmbito advêm de um cruzamento de dados contidos em documentos (cartas, circulares, etc.), nas publicações *Esquízo e Perspectiva*, da responsabilidade dos estudantes, no *Boletim Informativo*, da responsabilidade da Direcção da Escola, e nos videogramas do fundo FAUL, como o videograma 31. *Cf.* Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do Fundo FAUL]. [Fundo FAUL]. O videograma é uma montagem de duas partes: uma realizada a partir de 1983 e uma outra a partir de 1985.

²⁶ *Cf.* BRANDÃO, Augusto. Convite de 18 de Maio de 1982. (Circular). [Fundo FAUL]. [Anexo IV].

da Alemanha], sobre
“Os princípios Básicos
da Arquitectura”
[Anexo V],²⁷ com a
colaboração do
“Instituto Alemão”.²⁸
A 22 de Outubro de
1982, a inauguração do
ano lectivo de 1982/83



Figura 83 Frederico George proferindo o discurso de despedida da docência, na ESBAL (Fotograma). 22 de Outubro de 1982. [Fundo FAUL]

envolve uma comemoração onde estarão presentes o ministro da Educação (na altura João Fraústo da Silva), e o reitor da Universidade Técnica de Lisboa (na altura Eduardo de Arantes e Oliveira). Nesta cerimónia, Frederico George despede-se da docência com um discurso breve [Figura 83], e é seguidamente proferida uma conferência por Paolo Sica.²⁹

De 24 a 30 de Janeiro de 1983 está patente uma

“exposição sobre o projecto Valparaíso, de Rodrigo Perez de Arce – um projecto não construído – acompanhada de sessões de discussão sobre o problema da continuidade da textura urbana e da construção da cidade no tempo”.³⁰

Um documento escrito de divulgação desta Exposição faz uma introdução à sua biografia e obra. Aqui, podemos ler que a Exposição foi recentemente exibida na Architectural Association, onde o orador é professor, e que o arquitecto “deslocar-se-á propositadamente para a apresentação da exposição, a Lisboa”. Lemos também detalhes sobre a sua teoria, a qual “tem por base a transformação das cidades através do tempo [Anexo VI].”³¹

²⁷ Cf. BRANDÃO, Augusto. Convite de 14 de Junho de 1982. (Circular). [Fundo FAUL]. [Anexo V].

²⁸ Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo* 4. 1982, p.11. [Fundo AEFA].

²⁹ Cf. Videograma 21. Workshop de Arquitectura. Sessão de Abertura 1 sessão e início da 2. Jose Augusto Pereira Brandao. [Denominação do fundo FAUL]. Desde o minuto 16:20. [Fundo FAUL].

³⁰ Cf. Videograma 31. A partir do minuto 18:15. [Fundo FAUL].

³¹ (s.n.). Rodrigo Perez de Arce, arquitecto chileno, expõe o seu projecto – Valparaíso – no Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. Documento de divulgação. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo VI].

A 1 de Fevereiro de 1983 desloca-se a Lisboa Miguel Angel Roca, e, de 11 a 13 de Abril, Viana de Lima e André Wogenscky proferem conferências a respeito de uma comemoração da Carta de Atenas, promovida pelo Departamento.³²

A 20 de Junho de 1983, o arquitecto John Bury fala sobre “Francisco de Holanda and the Modernization of the XVI Century Lisbon”,³³ e a 22 de Junho de 1983 inicia-se um debate subordinado ao tema “O Ensino da Arquitectura no Brasil e em Portugal”.³⁴

De 19 a 28 de Junho de 1983, as escolas de arquitectura da bacia do mediterrâneo reúnem-se no Departamento e, imediatamente a seguir – de 23 a 25 – dá-se a reunião anual do Instituto de Arquitectura Mediterrânica.³⁵

De 10 a 12 de Outubro, sabemos que a Escola patrocinou “*a primeira oficina e Exposição internacionais de fotogrametria arquitectural*”, organização presidida por Carlos Antero Ferreira.³⁶

Figura 84 Paolo Portoghesi apresentado por Tomás Taveira antes de proferir a sua conferência (Fotograma). Abril de 1984. [Fundo FAUL]



Entre os eventos mais destacáveis da Escola, para lá dos acima descritos, está a vinda de Paolo Portoghesi, em 1984 [Figura 84]. Com efeito, entre os dias 24 a 29 de Abril, Portoghesi programa uma visita não

só a Lisboa, mas também a Évora, para se encontrar com o arquitecto Álvaro Siza, e ao Porto, para proferir uma palestra [Anexo VII].³⁷

³² Cf. Videograma 31. A partir do minuto 18:36 e a partir do minuto 20:04. [Fundo FAUL].

³³ BRANDÃO, Augusto. Minuta de 24 de Maio de 1983. [Fundo FAUL].

³⁴ Cf. Videograma 31. A partir do minuto 21:25. [Fundo FAUL]. O videograma mostra um painel que tem como título “O Ensino da Arquitectura no Brasil e em Portugal. Comparações e Métodos” e acrescenta “*que teve a duração de três dias para o qual se deslocaram ao nosso país vários professores de Universidades brasileiras.*”

³⁵ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara de Lisboa de 14 de Setembro de 1983. [Fundo FAUL].

³⁶ Cf. Videograma 31. A partir do minuto 24:25. [Fundo FAUL].

³⁷ Ministério da Cultura. Programa da Visita do Arquitecto Paolo Portoghesi a Portugal. 24 a 29 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo VII].

Na conferência de Lisboa, realizada a 26 de Abril, o orador, apresentado por Tomás Taveira, faria uma introdução, ao que se seguiria uma mostra de diapositivos e questões finais com o auditório. A sua introdução é uma síntese do seu pensamento acerca da arquitectura. Começa por comparar a linguagem arquitectónica com a linguagem musical, defendendo que não existem ali diferentes “*línguas*” – como há diferentes línguas em diferentes nações. Segue falando da sua “*geração*” e contando que esta se revoltou face a uma cultura dominante, que era a que existia quando andava na Faculdade – uma cultura apologética do Movimento Moderno. A pretexto de a disciplina ser tão antiga como o Homem, e de ter sofrido múltiplas transformações, insiste que a sua geração lutou para que houvesse uma mudança ao nível da própria e demais práxis. No entanto, clarifica que não se trata de uma revolução (revolta), mas sim de uma aproximação pessoal; o que Portoghesi crê, sim, é que essa “*rebelião*” de que fala é um fenómeno colectivo, e, para mais, que este está a acontecer naquele momento.

De resto, afirma que esta revolta tem um centro motor que é o conceito de memória. Continuando, aborda a arquitectura internacional de 1925-30 como uma arquitectura amnésica; e, ao longo de toda a sua palestra, vai fazer uma crítica àquilo que chama de cultura moderna do início do século XX. Refere que esta cancela os códigos tradicionais e o aspecto linguístico, afirmando que a arquitectura tem de comunicar. A teoria por detrás deste Movimento Moderno, diz, é o funcionalismo e a continuidade – características que devem ser normativas de uma sociedade. Enfim, caracteriza o Movimento Moderno com muita insistência.

Quanto ao que Portoghesi tem a propôr, no seu lugar, é o conceito de memória, como já mencionado: “*O conceito de memória é, na minha prática profissional, uma verdadeira arma de combate*”, afirma. Remete ainda para uma arquitectura de permanência como “*o grande edifício da civilização*”. Se na arquitectura moderna esbarramos com a criação, com a inovação, com o espírito do tempo, já com a vanguarda estamos a exigir a presença do passado, alega.

Continua, desta vez focando-se na ideia da transformação do território. Na mesma linha que a parte anterior, critica o sistema de convenções moderno e refere ainda que a sociedade tratava de adulterar essas convenções. Não alinha em regras “*rigidíssimas*”, regras fundamentais, um grande organismo de comunicação; por sua vez esforça-se, segundo o próprio, para repor a memória no centro da sua actividade arquitectónica. Por fim, acusa a responsabilidade não só política como intelectual da situação urbana. Faz uma rápida resenha das obras que vai mostrar, cita Proust³⁸ e, de seguida, passa para os diapositivos onde explana, com



Figura 85 Presidente da Associação de Estudantes (Vitor Reis) proferindo o seu discurso na inauguração do ano lectivo de 1982/83 (Fotograma). [Fundo FAUL]

imagens, toda a introdução aqui exposta.³⁹

Para lá das ocorrências que sintetizámos, ocorrem uma série de outras Exposições,⁴⁰ e é curioso observar a

³⁸ Entre outros autores que são auditivamente inidentificáveis, e como não existe texto dactilografado e traduzido não podemos ter percepção de quem são.

³⁹ Cf. Videograma 7. Paolo Portoguesi I. Coloquio sobre Arquitectura 1 parte. Paolo Portoguesi; e Videograma 8. Paolo Portoguesi II. Coloquio sobre Arquitectura 2 parte. Paolo Portoguesi. [Denominações do fundo FAUL]. Desde o início. [Fundo FAUL].

⁴⁰ Por exemplo: no início de 1982, realiza-se uma Exposição sobre “a morte e nascimento de alguns dos maiores tratadistas da história universal”, nomeadamente Leon Battista Alberti, Francesco di Giorgio Martini, Vincenzo Scamozzi e Giacomo Vignola – “só para falar dos italianos”. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Academia Nacional de Belas Artes de 14 de Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]. Segue-se, em Novembro 1982, uma Exposição comemorativa do nascimento de São Francisco de Assis e também uma sobre Adolf Loos. Cf. Videograma 31, a partir do minuto 17:30, para o primeiro caso e Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Embaixador da Áustria de 24 de Junho de 1985 para o segundo. [Ambos do Fundo FAUL]. Acresce uma Exposição sobre “Architecture de Terre”, em Dezembro de 1982, advinda do Centre Pompidou (Paris) através dos Serviços Culturais da Embaixada de França, na qual constariam 84 fotografias, 24 slides, um filme de 16 mm e documentação bibliográfica. Cf. (s.n.). Carta aos Serviços Culturais da Embaixada de França. (s.d.) ca 1982. [Fundo FAUL]. Em Janeiro de 1983 está patente na Escola uma Exposição, desta vez sobre os prémios anuais de arquitectura de interiores da revista *Architectural Record*, Exposição promovida pela embaixada dos EUA. Cf. *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. Boletim Informativo* 4, 1982 [Fundo FAUL] e Cf. Videograma 31. A partir do minuto 17:50. [Fundo FAUL]. Mas mais importante: a Escola acolhe um Colóquio, a 12 de Março de 1982, sobre “O Ensino da Arquitectura e a sua integração na Universidade Técnica de Lisboa”, com os convidados Frederico George, Manuel Tainha, José Manuel Fernandes, Pedro Vieira de Almeida, Maria João Madeira Rodrigues e Daciano da Costa e o seguinte pretexto: “Num momento em que se está a organizar a futura Faculdade de Arquitectura parece bastante

reação dos estudantes a esta desenvoltura de eventos. Na inauguração do ano lectivo de 1982/83 – a mesma cerimónia em que Frederico George se despede da docência – o presidente da Associação de Estudantes [AE] lê um discurso, em frente aos convidados [Figura 85]:

*“Penso que este acontecimento, no actual contexto da Escola, é revelador da vitalidade que, de há um ano a esta parte, aqui se tem vindo a manifestar, fruto de muitos anos de um trabalho dedicado e remediado, de umas quantas pessoas que, em 1976, ousaram enfrentar aqueles que queriam fechar esta Escola (...). Nunca será demais chamar a atenção para o facto de como era esta Escola em 1976, 77 e até em 78, e efectuar a comparação com o que ela é hoje, na realidade. Constatar-se isto será no mínimo fazer-se justiça àqueles que para ela viveram.”*⁴¹

Um outro exemplo do optimismo⁴² resultante da movimentação que se verifica na Escola é o próprio videograma “Retrospectiva das Actividades e Didácticas” [Figura 86], o qual tem como introdução (referindo-se ao ano académico de 1982/83):



Figura 86 Aulas do curso de arquitectura da ESBAL na primeira metade dos anos 80 (Fotogramas). [Fundo FAUL]

*“Preparávamo-nos para atirar mais uma pedra no charco da apatia, ineficácia e aculturação reinantes de um modo geral ao nível da cultura que nos tem vindo sendo dada a ingerir e que os estabelecimentos de ensino têm um papel deveras importantes.”*⁴³

importante que na única escola de Arquitectura de Lisboa todas as estruturas que a compõem se debrucem sobre o assunto”. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo* 2. 198(?). [Fundo FAUL].

⁴¹ Videograma 21. Desde o início. [Fundo FAUL].

⁴² Referimo-nos aqui a optimismo não somente como esperança num futuro melhor, mas também como entendimento positivo do presente.

⁴³ Videograma 31. A partir do minuto 15:25. [Fundo FAUL].

Figura 87 Capa da edição do *Esquício*, *Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*. N.º 4, Maio de 1982. [Fundo AEFA]



De resto, as actividades promovidas pela própria Associação de Estudantes reflectem, também elas, um certo entusiasmo. Vão estar no centro destas actividades várias Exposições e eventos. Destacamos um colóquio e inauguração de Exposição de trabalhos de Manuel Vicente, a 13 de Janeiro de 1982 [Anexo VIII], e uma Exposição do mesmo autor, no mês de Maio seguinte, com “Desenhos e outros

registos seus”;⁴⁴ igualmente uma Exposição sobre os trabalhos de Eduardo Nery com o nome “Arquitectura e Espaço Urbano. Intervenções de Eduardo Nery”, cerca de Fevereiro de 1983.⁴⁵

Verificamos a realização dessas Exposições através do jornal *Esquício* [Figura 87], lançado desde logo em 1981.⁴⁶ Sabemos também que, por iniciativa dos estudantes, ocorre um “convívio do caloiro” (Dezembro de 1982), a “primeira festa final” de ano (1981/82), e a “primeira Feira do Livro de Arquitectura” (Fevereiro de 1984), entre outras iniciativas [Anexo IX].⁴⁷

Acresce que em 1983,

e “durante o mês de Julho, a Associação de Estudantes lança um inquérito pedagógico a todos os alunos com vista a correcções e acertos de ordem pedagógica, e cujos resultados posteriormente

⁴⁴ SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado. Cf. também *Esquício. Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 4. Maio de 1982. [Fundo FAUL].

⁴⁵ Cf. *Esquício*, n.º 4. Maio de 1982. [Fundo AEFA].

⁴⁶ Esta é a publicação da AE que tem o maior número de edições, para o período em estudo, de que temos conhecimento.

⁴⁷ As fontes destas informações são fotográficas. [Fundo AEFA]. As referências e datas das fotografias estavam junto às mesmas.

serão apresentados ao Conselho Directivo e ao Conselho Pedagógico do Departamento de Arquitectura [Anexo X].”⁴⁸

Finalmente, à Associação de Estudantes se devem três Concursos e Exposições de Banda Desenhada. Relativamente ao segundo Concurso/Exposição, ouvimos que é organizado

“no âmbito das suas actividades culturais” e que “uma vez mais, a Associação de Estudantes organiza um concurso e uma exposição de Banda Desenhada alargada a todo o país. Foi a maior exposição de Banda Desenhada já feita em Portugal.”⁴⁹

Os Concursos/Exposições⁵⁰ de Banda Desenhada são, portanto, da organização dos estudantes de arquitectura, mas vão alargar-se a estudantes de outros cursos da ESBAL; aliás, os estudantes desses cursos são os seus principais participantes.

Estes Concursos/Exposições terão três edições: 1983, 1984 e 1986. O primeiro Concurso – que é aquele sobre o qual recolhemos mais informação – é lançado em Janeiro de 1983 e a inauguração da sua Exposição data da segunda semana de Março⁵¹ de 1983 – mais precisamente de 14 de Março de 1983.⁵²

A Exposição realiza-se, “como habitualmente”,⁵³ nos corredores do Departamento de Arquitectura. Nessa altura, os estudantes solicitam à Direcção da Escola que

“se digne a apoiar este Concurso/Exposição concedendo-nos a módica quantia de 4.500\$00 [quatro mil e quinhentos escudos] de Crédito no Centro de Cópias onde já mandamos fazer a reprodução do cartaz (50 cópias heliográficas formato A4) e onde

⁴⁸ Videograma 31. A partir do minuto 22:48. [Fundo FAUL]. Cf. também (s.n.). *Inquérito Pedagógico sobre o ano lectivo que agora termina*. Folheto. (s.d.) ca 1983. [Fundo AEFA].

⁴⁹ Videograma 31 a partir do minuto 19:37. [Fundo FAUL].

⁵⁰ *Concurso/Exposição* é a expressão usada pela AE em diversas fontes.

⁵¹ MONTEIRO, Luís Libano. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL de 22 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL].

⁵² Cf. MOURA, Carlos Machado e, e SILVA, Leonor Matos. *Architecture, Cartoon and Graphic Narrative: The Case of The Lisbon School in the 1980s*. In *The Site of Discourse. Thinking Architecture Through Publication*. International Conference. Lisboa, 30 de Setembro de 2015. Forthcoming.

⁵³ MONTEIRO, Luís Libano. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL de 22 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL].

ainda queríamos reproduzir outras 50 cópias, totalizando o valor atrás referido [Anexo XI].”⁵⁴

Acresce o pedido de empréstimo de “painéis articulados” e apoio para a solicitação de “plantas ornamentais”⁵⁵ junto da CML [Câmara Municipal de Lisboa].

De acordo com o respectivo desdobrável,⁵⁶ o júri deste concurso incluiria Geraldês Lino, personalidade conhecida do meio; Luís Nunes; Nuno Niza; e Luís Líbano Monteiro, representante da AE. Ainda segundo o mesmo desdobrável, o Concurso teria o apoio do Gabinete de Actividades Culturais e Desportos Universitários da Direcção Geral do Ensino Superior; da “F. A.Q. J.” [não especifica a que se refere a abreviatura]; do Conselho Directivo do DA-ESBAL; do Núcleo de B.D. do IST; e do Clube Português de Banda Desenhada. Os “Premiados” seriam: Jorge Vila Nova, pela “qualidade de conjunto”; Pedro Morais, pela “originalidade”; Elisa Bernardo, pela “abordagem da problemática da existência humana”; J. Pitágoras, pela “comunicabilidade”; e Paulo Jorge M., pela “qualidade gráfica”. As “Distinções pela qualidade do conjunto” seriam atribuídas a Carlos Freitas; Paulo Emiliano; e Penim Loureiro. As “Distinções pela qualidade gráfica” seriam concedidas a Eduardo Dias; Fernanda Vilares; Figo; Francisco Pedro; Manuel Vieira; Paulo Nisa; e Pedro Morais.

⁵⁴ REIS, Vítor. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL de 6 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XI].

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ Associação de Estudantes de Arquitectura. B.D. Concurso/Exposição. ESBAL/DARQ. Março 83. Folheto desdobrável. [Arquivo PL].



Figura 88 Folheto desdobrável do Concurso/Exposição de Banda Desenhada na ESBAL. Frente. Março de 1983. [Arquivo PL]

Do folheto desdobrável da Exposição [Figura 88] constaria ainda uma pequena banda de cada participante, pelo que sabemos que foram 67, entre os quais cinco mulheres e 10 participantes “extra concurso”.⁵⁷ O folheto da Exposição é particularmente esclarecedor quanto ao propósito da iniciativa. Afirma que “especialmente para os novos autores, cada concurso/exposição é um estímulo e uma recompensa.” Acrescenta que “é também uma ocasião de confrontarem várias técnicas, temas, processos de expressão, etc.” e ainda que é “uma das raras oportunidades de divulgarem os seus trabalhos para que não fiquem na gaveta...”

Continua com:

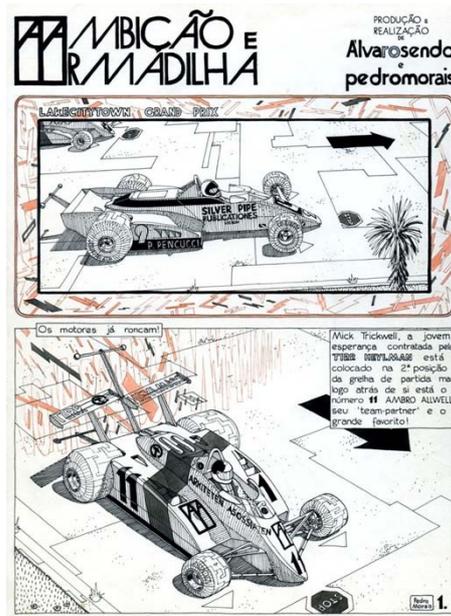
“Por outro lado, quando escasseiam os espaços úteis à formação e expressão criativas das personalidades; quando a miragem do lucro e dos bens materiais faz esquecer a necessidade do gratuito e do belo; quando o grito e a desconfiança emudecem o diálogo e quebram as asas à generosidade na relação humana, há que lançar vivas à Arte! Que (se já se esqueceu) tem de reaprender a assumir a sua posição de porta-voz de sensibilidades e vontades – de CRIAÇÃO e de COMUNICAÇÃO clara de uma CULTURA convicta dos seus valores. Neste quadro, a Banda Desenhada tem o seu lugar.”⁵⁸

Para o efeito de conhecermos melhor estes eventos recorreremos aos testemunhos de alguns dos seus participantes, nomeadamente Penim Loureiro e Pedro Morais.

⁵⁷ *Idem*. Nomeadamente Sérgio Infante, na altura docente. Cf. Ministério da Educação e das Universidades. Caixa Geral de Aposentações. Relação das alterações nos descontos. Ano económico de 1982. [Fundo FAUL].

⁵⁸ Associação de Estudantes de Arquitectura. B.D. Concurso/Exposição. ESBAL/DARQ. Março 83. Folheto desdobrável. [Arquivo PL].

Figura 89 B.D. “Ambição e Armadilha”, de Álvaro Rosendo e Pedro Morais. 1983. [Arquivo PM]



Pedro Morais havia de participar nas duas primeiras edições. Aluno de Design, ganharia, na primeira edição, o prémio “originalidade” e uma “distinção pela qualidade gráfica” com a sua B.D. “Ambição e Armadilha” [Figura 89], realizada em conjunto com Álvaro Rosendo (também aluno de Design). A relação visual com arquitectura é notória. Como havia de explicar, os “patrocínios da F1 [Fórmula Um]” é

que seriam “divertidos”. (Pretendia, aliás, fazer quatro bandas desenhadas além da “Ambição e Armadilha”, tais como “Arrojo & Abispamento”, etc.).⁵⁹ Se atentarmos às pranchas detectamos, desde logo na primeira, o símbolo da Associação dos Arquitectos (dois A).

De resto, testemunha o autor:

“Havia algumas coisas de boa qualidade e umas dezenas de participantes. Se não me engano essencialmente estudantes de arquitectura e de belas artes (...). Eu frequentei design mas tinha amigos em arquitectura e havia contactos entre os estudantes de arquitectura e os de belas artes.”⁶⁰

Um outro participante do qual recolhemos testemunho é Penim Loureiro, desta vez aluno de arquitectura entre 1981 e 1986, o qual havia de participar no primeiro Concurso e ganhar também uma “distinção pela qualidade de conjunto”⁶¹ com “uma B.D. feita em 79 que tinha na gaveta”.⁶² Penim afirma que havia um “lobby”⁶³ dos alunos que sabiam desenhar, e que se recorda de, naquela altura, fazer trabalhos que, pela sua qualidade técnica (desenho), “passavam”, ainda que não

⁵⁹ Depoimento escrito de Pedro Morais (2015.07.09).

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ Associação de Estudantes de Arquitectura. B.D. Concurso/Exposição. ESBAL/DARQ. Março 83. Folheto desdobrável [Arquivo PL].

⁶² Entrevista a Penim Loureiro (2015.07.14).

⁶³ *Idem.*

correspondessem exactamente ao enunciado do exercício em causa. Entre estes chamados “caramelos”⁶⁴ – recorda Penim, citando Daciano da Costa, professor de Desenho na altura⁶⁵ – encontramos a B.D. “Leo na Terra do Papel. Ou: A razão porque os Arquitectos são tão infelizes” – um trabalho escolar de Sociologia do 3º ano, turma D, de 26 de Fevereiro de 1984 [Anexo XII].⁶⁶

A segunda Exposição tem início a 5 de Abril de 1984. Serão pedidos os mesmos “painéis articulados” e a mesma autorização para uso “(como habitualmente) dos corredores deste Departamento.”⁶⁷ Em particular, esta segunda Exposição terá como Programa previsto um Colóquio, ao final da tarde, com a presença de Geraldês Lino e Victor Mesquita, e uma B.D. ao vivo – com Carlos Barradas, José Ruy Pedro Massano e Victor Mesquita – seguida de um *Tac-au-Tac*⁶⁸ com essencialmente os mesmos autores,⁶⁹ finalizada com entrega de diplomas [Figura 90] [Anexo XIV]. Na sequência da segunda edição, a lista ganhadora das eleições (lista D) insiste que

“a Banda Desenhada vai continuar. Ou seja, a maior exposição deste género alguma vez realizada em Portugal. (...). Ao

⁶⁴ *Idem.*

⁶⁵ Para uma história sobre o papel de Daciano da Costa na Faculdade de Arquitectura, Cf. SILVA, Ana Moreira da. *Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FA/UTL*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2014. Tese de doutoramento.

⁶⁶ Uma das bandas deste trabalho seria ilustrativa do debate que se vivia na classe e que também contagiava o interior da Escola. Nela podem ler-se frases como “Viva o post-modern” e “Morte ao post-modern”. [Anexo XIII]. Diz-nos Vítor Reis, presidente da Associação de Estudantes entre 1981 e 1984: “Essa foi a altura em que começou a haver um certo choque dentro da Escola entre o que era chamada a corrente pós-modernista – que é, digamos, uma parte interessante do próprio processo de ensino da Faculdade... A dada altura, nós passámos de uma lógica modernista, em que os próprios professores de teoria de arquitectura andavam muito em torno de uma escola clássica dos arquitectos da primeira metade do século XX, a uma outra fase mais interessante e mais heterogénea em termos de conteúdos. Antes, estávamos muito talhados e muito moldados para a escola modernista.” Entrevista a Vítor Reis (2015.07.14).

⁶⁷ MONTEIRO, Luís Libano. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL de 22 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL].

⁶⁸ *Tac-au-Tac* seria uma sessão *in loco* de B.D. que se basearia numa famosa série da televisão francesa com o mesmo nome. Este programa televisivo apresentava diversos autores de B.D. improvisando em suportes de papel de grande escala, sendo que cada autor dava continuidade ao desenho do seu antecessor.

⁶⁹ Acresce Vasco Colombo e José Ruy, o qual não participa. Cf. BARRACHO, Carlos. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do DA/ESBAL de 2 de Abril de 1984. [Fundo FAUL].

contrário das eleições, esta iniciativa tem que ser programada só com 5 meses de antecedência.”⁷⁰

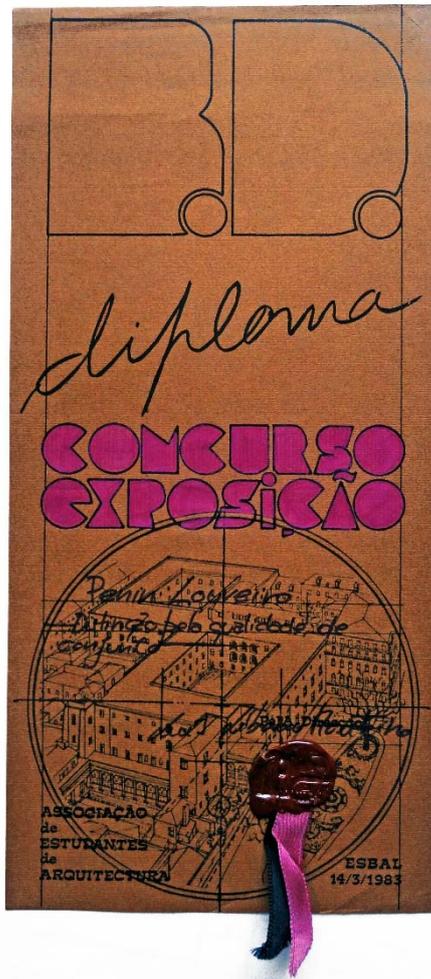


Figura 90 Exemplo de Diploma de Concurso/Exposição de B.D. na ESBAL. Primeiro Concurso. 14 de Março de 1983. [Arquivo PL]

Já em 1985, a AE projecta, para dia 22 de Abril, um Colóquio sobre B.D. “com a participação especial do autor espanhol Juan Gimenez, autor de prestígio internacional.”⁷¹

A colaboração com a AE do IST [Instituto Superior Técnico] teria sido essencial neste tipo de organização. Sabemos, inclusive, que tinha havido uma publicação conjunta. Embora a dita não tivesse ido além do primeiro número,⁷² grande parte do *know-how* havia de vir dessa colaboração, segundo Penim Loureiro.⁷³

Uma terceira Exposição ligada a um Concurso ocorreu a partir de 16 de Junho de 1986,⁷⁴ mas não conseguimos, até à data, recolher

mais dados sobre o evento. A verdade é que estes anos terão sido profícuos em acontecimentos, e, para mais, retomado a ligação entre as

⁷⁰ [Lista D]. *Linhas programáticas. Eleições 10-11-12 Abril. Serviços e Actividades Associativas*. Folheto. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL].

⁷¹ BARRACHO, Carlos. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do DA/ESBAL de 16 de Abril de 1985. [Fundo FAUL]. Não pudemos confirmar, até à data, a realização efectiva deste Colóquio e a vinda de Gimenez. O que sabemos é que era um autor de referência, à época. Cf. Entrevista a Penim Loureiro (2015.07.14).

⁷² “Infelizmente e por razões que se prendem com um trabalho mais alargado que a Direcção pretendia fazer, a edição conjuntamente com as AE’s do Técnico e Ciências, da revista de Banda Desenhada não passou do seu primeiro número. Dificuldades de ordem económica mas também de colaboradores da BD impediram que este projecto pudesse prosseguir.” Cf. *Esquízo. Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 4. Maio de 1982. p.4. [Fundo FAUL].

⁷³ Terá existido inclusive um “Protocolo e Acordo entre a Associação de Estudantes do IST e a Associação de Estudantes de Arquitectura” o qual visava “um esforço de solidariedade e entajuda dos estudantes universitários portugueses.” Cf. *Esquízo. Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 7. Fevereiro de 1984. p.3. [Fundo FAUL].

⁷⁴ Esta informação consta do Diploma de tom amarelo [Anexo XIV].

disciplinas de arquitectura e artes plásticas, assim emergindo a arquitectura na cultura geral de um modo que a Escola não conhecera até então.

O Animação da Área do Chiado

Os Concursos e Exposições de Banda Desenhada que ocorreram na ESBAL na primeira metade dos anos 80 demonstram como a questão do entorno das belas artes no curso de arquitectura é fundamental para um quadro de experimentação técnica e artística. Na mesma esteira desses Concursos a que demos atenção, existiu um evento de escala assinalável chamado “Animação da Área do Chiado”.

O evento intitulado “Animação da Área do Chiado” ocorreu, por iniciativa do Centro Nacional de Cultura,⁷⁵ em duas edições: um e dois de Julho de 1983, e cinco a sete de Julho de 1985. Quanto à primeira edição, a sua Comissão Organizadora era composta por um representante de belas artes e um outro de arquitectura: respectivamente Carlos Amado, escultor; e José Manuel Castanheira, arquitecto; e ainda Henrique Santos.⁷⁶ Hoje temos, como melhor testemunho das ‘animações’ ocorridas, dois videogramas montados para divulgação do evento, da produção da Escola. Estes registos mostram-nos uma zona urbana manifestamente degradada (lembramos o incêndio no Chiado, que viria a deflagrar em 1988) mas onde se concentram actividades que são chamariz de inúmeros visitantes [Anexo XV].

Antes ainda de elaborar o Programa, a Comissão Organizadora envia um convite à Administração do Banco Espírito Santo – e, temos de supor, a outras entidades – onde explica melhor de que se vai tratar esta “Animação” [Anexo XVI]. Diz a carta, a qual contém em si mesma uma pequena planificação do evento, que as actividades se vão situar

“no Largo da Academia Nacional de Belas Artes, na Rua Ivens e no Pátio da ESBAL, onde se vão montar vários palcos, além de uma esplanada e bancas para venda de artesanato e outros objectos artísticos.”⁷⁷

Este Projecto acrescenta que “as actividades funcionarão durante os dias e noites com interrupção entre a meia-noite e as nove horas da manhã”. A

⁷⁵ Conforme entrevista a Vítor Reis (2015.07.14).

⁷⁶ Cf. Animação da Área do Chiado. E.S.B.A.L. Carta à Administração do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XVI]. Castanheira havia de se especializar em Cenografia.

⁷⁷ *Idem.*

Comissão Organizadora solicita ainda a “doação de um donativo, para as despesas de organização, com inserção de publicidade no recinto” e acrescenta uma lista de entidades que já aderiram à iniciativa, nomeadamente a Banda da Guarda Nacional Republicana; o “Grupo de animação musical”; o Conservatório Nacional; o “Dança Grupo”; o IBIS – Teatro Universitário; o Grupo de Letras – Teatro da Faculdade de Letras; Jorge Lima Barreto; o Grupo de Teatro “Fatias de Cá” de Tomar; a Banda da PSP; a Companhia Nacional de Bailado; o Centro Nacional de Cultura; a Universidade Nova; o “Teatro na Caixa”; e várias bandas de rock. Entre as “entidades que dão colaboração”, a carta aponta a Câmara Municipal de Lisboa; a “Comissão de Comerciantes para a valorização da área do Chiado”; a Philips; e a Entrepasto. “Para além dos espectáculos e do funcionamento das esplanadas”, diz a carta, “haverá um concurso de montras em todo o Chiado e concurso na rua de pintura e desenho”.

Anexado a esta carta encontra-se um mapa com os limites a fechar ao trânsito: a Norte e a Sul da Rua Ivens. Nesse mapa podemos ver um palco a Sul (Palco A) e ao centro (Palco B). Podemos também perceber onde ficam as esplanadas (ao centro) e que os anexos ao pátio da ESBAL serão ocupados.⁷⁸

O Programa propriamente dito [Figura 91] [Anexo XVII] sofre uma franca evolução ao nível da quantidade de actividades (para mais). Destaca-se o “Baile/Rock pelas bandas Croissant, Jumping Jack e Sétima Legião”.⁷⁹ O



Figura 91 Programa oficial do “Animação da Área do Chiado”. Um e dois de Julho de 1983. [Fundo FAUL]

⁷⁸ *Idem.*

⁷⁹ *Cf.* Animação da Área do Chiado, 1983. Programa. O nome correcto da banda Croissant deveria ser Croix Sainte. Através do videograma 19, verificamos que na edição de 1985 irão participar *Xutos e Pontapés* e *Vitorino*. *Cf.* Videograma 19. Animação da área do Chiado 1985. Escola de Arte Viva. Jose Manuel Castanheira. [Denominação do fundo FAUL]. A partir dos minutos 08:54 e 14:30, respectivamente. [Fundo FAUL].

Programa tem ainda como acréscimo, para o primeiro dia, além de espectáculos e concertos diversos, uma “aula de bailado aberta ao público” na Companhia Nacional de Bailado (fora do recinto); “diaporamas da AR.CO” no anfiteatro da ESBAL; “concurso de montras do Chiado (executadas pelos alunos da ESBAL)”;

“concurso de arte no Chiado (aberto aos alunos da ESBAL)”;

e uma “pintura de mural pelos alunos da escola” na fachada da ESBAL, além de uma Feira Franca, todo o dia.⁸⁰

Destacam-se ainda do Programa as diversas Exposições que a ESBAL alberga. Em primeiro lugar, o “Concurso de Banda Desenhada (Associação de Estudantes do Departamento de Arquitectura da ESBAL)”, de que já falámos; mas também o “Encontro com 10 alunos de arquitectura 1900-1930”, também já referido; Exposições de fotografia; e ainda uma “selecção de trabalhos de alunos de Arquitectura”, bem como Pintura, Escultura e Design.⁸¹

O Programa da edição de 1983 dá-nos ainda conta de uma “Fonte de Vídeo com a programação de cinema português”, no Largo da Academia Nacional de Belas Artes a par de uma “esplanada permanente com serviço de Bar”.⁸²

Admitimos que este tipo de animação, nesta zona da cidade, não terá sido uma experiência inédita. Aliás, neste período, os alunos de artes plásticas



Figura 92 Experiência dos alunos de Artes Plásticas na Rua Garrett. 19 de Maio de 1982. Fotografia de Álvaro Rosendo. [Arquivo AR]

já haviam feito ‘acções’ no Chiado; por exemplo uma experiência no pavimento da Rua Garrett, que obedeceria aos seguintes passos: era deitada tinta no asfalto e estendido um largo

⁸⁰ *Idem.* No segundo dia a programação é semelhante.

⁸¹ *Idem.*

⁸² *Idem.* Quanto à edição de 1985 – com uma programação semelhante – as imagens que vemos em vídeo não são claras quando se trata de filmagens de noite; mesmo assim identificamos claramente a dita fonte de vídeo. Cf. Videograma 19. Cerca do minuto 15:27. [Fundo FAUL].

papel imediatamente em frente, de modo que os veículos que passassem sobre a tinta imprimissem as suas marcas (de pneus) sobre o referido suporte [Figura 92]. Vemos que o “Animação da Área do Chiado” é um evento de maior escala que inclui alguns factores alheios à arte performativa. Na verdade, o “Animação”, como um todo, não é uma *performance* – como se pode considerar a actuação acima descrita – mas uma mostra; no entanto perguntamo-nos se inclui experiências deste tipo. A pintura colectiva da fachada da Escola e outros objectos ou momentos artísticos propositadamente realizados⁸³ parecem ter um carácter performativo. É certo que o “Animação” deriva de uma concepção simples de ajuntamento de grupos com a uma grelha própria. Não se trata de uma *performance acerca* da cidade, mas de uma experiência *na* cidade. Contudo, em muitos aspectos, revela a influência do espírito da época, nomeadamente tendo em conta o estado de degradação do local, e outros conceitos como “arte viva”. Como nos diz Isabel Carlos:

“Rituais, *happenings*, *performances*, intervenções. Eis o vocabulário que constituía um discurso e uma prática nos finais dos anos 70 e ainda no início dos 80. As várias designações para o que então se fazia, ao vivo – muitas vezes em locais semi-abandonados ou com condições estranhas à usual assepticidade do lugar onde se mostra arte – e às quais se podem acrescentar as expressões ‘arte corporal’, ‘arte viva’ e ‘escultura viva’, correspondiam na maior parte dos casos, em termos práticos, a uma indistinta natureza em que as fronteiras indeléveis entre géneros se misturavam e confundiam.”⁸⁴

Estamos aqui perante uma análise à arte erudita que refere uma recusa dos “locais assépticos”. Não sendo o “Animação” de todo um manifesto,

⁸³ Com efeito, existem conteúdos que estão para lá do Programa. Como dissemos de início, ocorrem algumas acções apenas testemunhadas pelas filmagens. Por exemplo: é colocada uma câmara de filmar dentro de um carrinho de bebé, gravando o seu percurso; faz-se a simulação de um enterro; textos são recitados na via pública; etc.; o concurso de arte e o concurso de vídeo podem configurar uma *performance*, se executados com algum ritual específico. Cf. Videograma 2. Animação da área do Chiado 1983. Escola de Arte Viva. José Manuel Castanheira. [Denominação do Fundo FAUL]. [Fundo FAUL].

⁸⁴ CARLOS, Isabel. Sem Plinto, nem Parede: Anos 70-90. In PEREIRA, Paulo (dir.). *História da arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, p.642.

como dissemos, lembremos que a área do Chiado apresentava um aspecto desolador – o que, em certo sentido, lhe conferia as características ideais para simulacros artísticos.⁸⁵ Tenhamos então em conta a análise de encerramento do evento de 1983, de José Manuel Castanheira [Figura 93]:

Figura 93 Discurso de encerramento da primeira edição do “Animação da Área do Chiado” por José Manuel Castanheira (Fotograma). 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]



“Hoje, dia 2 de Julho de 1983, 21 e 30 horas, o projecto da Animação da Área do Chiado – o primeiro – está quase no fim. Espero que para o ano seja possível

continuar este projecto da Animação da Área do Chiado. Parece que neste momento é possível provar – e o resultado está à vista – que é possível fazer uma Escola de Arte viva [ou Escola de ‘arte viva’], que é possível unir os artistas e fazer coisas; que é possível, também, tornar uma área tão importante, como é a área do Chiado, num sítio vivo e, portanto, acabar de vez com este aspecto desolador que é ver uma área tão privilegiada de espaços, e de gente, transformada num autêntico deserto.”⁸⁶

Embora Castanheira afirme que é importante “acabar de vez com este aspecto desolador”, é o próprio que chama o “Animação” de “projecto”. Assim, o “Animação” é exactamente isso: uma animação (no sentido de

⁸⁵ Notemos, por exemplo, o grupo *Homeoestética*: um “movimento artístico (...) que surgiu em Lisboa nos anos 80”. Este grupo, formado por alunos de Belas Artes, faria a sua primeira Exposição no interior da Escola, a 26 de Maio de 1983, sendo “obscuro, senão mesmo desconhecido, até à sua eloquente exposição antológica ocorrida em 2004 no Museu Serralves.” Cf. ALMEIDA, Bruno. Filme Documentário. *6=0 Homeoestética* (2008). 2008. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=i8Xc_CDgQ5Y.

De certo modo, o “Animação” também se demarcava criticamente do “sistema do emergente mercado das artes”, mantendo uma “posição marginal” – porque, como dissemos, tinha como objectivo uma animação e não uma transformação. *Idem.* (O *Depois do Modernismo*, ocorrido em Janeiro desse mesmo ano, havia sido mais ambicioso na promoção dessa transformação, ou quanto a uma alteração de mentalidades).

⁸⁶ Cf. Videograma 2. A partir do minuto 07:40. [Fundo FAUL].

dar vida) efectivamente pontual. Não se trata, portanto, de uma reabilitação urbana, mas sim de uma colaboração entre “*artistas*” que animam um “*deserto*”. Castanheira dá assim a entender que considera que a Escola é um polo criativo, justamente através da sua vocação intrínseca. Quando diz que “*é possível (...) tornar uma área tão importante, como é a área do Chiado, num sítio vivo*” não está a falar do trabalho de arquitectura – como viria a acontecer com a intervenção de Álvaro Siza, depois do incêndio – mas sim de arquitectura como predicado intrínseco do evento. De resto, não é uma ideal componente urbanística que torna singular esta manifestação, mas sim a sua maximização *versus* transitoriedade. Por outras palavras: este evento é ao mesmo tempo espectacular (no verdadeiro sentido da palavra) e efémero, e são essas as duas componentes que o valorizam. Se havia ainda, na Escola, algum confronto entre a lógica de efemeridade das manifestações artísticas e uma outra de perenidade da arquitectura, agora o contágio das artes plásticas ao sector de arquitectura dilui todas essas noções. (Veja-se a pintura da fachada da Escola).

A cidade e a Escola também se contagiam mutuamente, desta vez na sua forma lúdica. O “Animação”, não sendo uma *performance*, é uma festa de rua: não obriga a um significado, mas implica energia, vontade e optimismo;⁸⁷ e como dissemos, ao contrário de procurar a higiene dos locais confinados, vem utilizar o obsoleto, o sujo e o degradado como pretexto.

Menos de dez anos depois da Revolução, a Escola deixa de estar ensimesmada em questões políticas e



Figura 94 Fachada da ESBAL pintada pelos alunos da ESBAL (Fotograma). Julho de 1985. [Fundo FAUL]. [Anexo XVIII]

⁸⁷ Recordemos a primeira Exposição do grupo *Homeostética*, com um “manifesto, um hino, uma banda sonora (Concerto para máquina de lavar a loiça e pandeireta) e a revista/fanzine Filhos de Àtila, da qual saíram durante a exposição dois números”. Cf. 6=0 *Homeostética* (2008). Filme documental de Bruno Almeida. 2008. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=i8Xc_CDgQ5Y

passa a um registo de celebração da própria envolvente social e cultural.⁸⁸ A Escola de arquitectura está, no essencial, preocupada com estilo. A fachada da Escola é pintada [Figura 94] [Anexo XVIII], no entanto não carrega a mensagem clara, por vezes corrosiva, do período pós-revolucionário, através dos famosos murais panfletários. O pretexto de promover uma zona urbana não trata aqui de valorizar essa zona do ponto de vista urbanístico, mas de festejar a própria festa da interacção e da pluralidade.⁸⁹

Lembremos de novo que, em anos passados, as forças estudantis estavam orientadas para o protesto e para a transmissão de uma mensagem. Vimos que, quando a Escola fechou, havia grupos de alunos que, tendo querido abri-la sob sua própria iniciativa, se juntavam ao espírito da época – que era o espírito do PREC, e de manifestações artísticas como um modo de revolução cultural [V. capítulo 2.1]; aqui, no “Animação da Área do Chiado”, há uma mais significativa celebração do que mensagem. Há igualmente uma preocupação com aspectos práticos. Como assinala Vítor Reis – presidente da Associação de Estudantes de 1981 a 1984 – no interior da Escola punha-se o problema do espaço. Situados no 2º andar do Convento, os alunos de arquitectura viam-se confinados às salas de aula e corredores: “O Convento são uns corredores, uns mais largos, outros mais estreitos, e depois as salas e as escadarias para se chegar lá acima; tudo se resumia a estar no corredor ou dentro da sala de aula”.⁹⁰ O “Animação” projecta então a Escola para o pátio, para a rua; prova que a Escola pode ser a rua. Diz-nos também Pedro Maurício Borges: “Tínhamos aulas no Convento de São Francisco, e eu passava mais tempo no pátio com essa malta, da geração dos Homeoestéticos e outros, mais velhos. E com a malta de arquitectura que ia conhecendo, de outros

⁸⁸ Lembremos que as “Animações” são da iniciativa do Centro Nacional de Cultura. Conforme entrevista a Vítor Reis (2015.07.14).

⁸⁹ “*Já que se trata de um momento histórico, e de uma gravação histórica, eu queria agradecer ao Castanheira, efectivamente, a colaboração, a equipa que nós os dois fizemos com o resto dos alunos da Escola, outros colaboradores da Escola – não vale a pena estar a mencioná-los. Acho que fizemos uma coisa com muito significado; não só dentro deste espaço como da própria Lisboa. Quero agradecer, no fundo, a toda a gente que contribuiu para a festa. E foram mais, com certeza, do que aqueles que são a Comissão.*” Videograma 2. A partir do minuto 16:33. [Fundo FAUL]. O autor destas palavras ainda não foi identificado.

⁹⁰ Entrevista a Vítor Reis (2015.07.14).

anos.”⁹¹ Diz-nos ainda João Redondo que, se no bar, se discutia mais arquitectura do que nas aulas, no geral “respirava-se a belas-artes.”⁹² Note-se que estas ‘animações’, organizadas pela totalidade da Escola Superior de Belas-Artes – artes plásticas e arquitectura em parceria – foram notáveis pela sua dimensão. (Referimo-nos à adesão de público bem como à extensão física do recinto). As imagens que vemos dos videogramas mostram-no. Reconsideremos então que o Chiado estava, nestes anos, virtualmente ‘morto’; as acções, tanto de 1983 como de 1985, vieram reavivá-lo.⁹³ Assim, contrariamente a ir ao encontro da fatalidade da degradação física, a Escola de Belas-Artes vem estabelecer-se e afirmar-se como um *milieu* criativo além muros,⁹⁴ provando, em particular, a eficácia e a vocação próprias do curso de arquitectura num contexto alargado.⁹⁵

⁹¹ Cf. BORGES, Pedro Maurício. Cit. por LOPES, Diogo Seixas; BARBAS, Patrícia. *Jornal Arquitectos*. 2015, n.º 252, p. 561.

⁹² Depoimento de João Redondo (data não registada).

⁹³ A Câmara Municipal de Lisboa há-de elogiar a iniciativa e admitir a “valorização de Lisboa”. Cf. ABECASIS, Nuno Kruz. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de 3 de Agosto de 1983. [Fundo FAUL].

⁹⁴ A expressão é usada em SILVA, Leonor Matos. *When did Chiado burn? Creative scenes on dry land. Chiado and the School of Fine-Arts before 1988*. In *I'll be your Mirror. Creative Milieus and Cultural Scenes in Contemporary Urban Spaces*. Pedro Costa e Paula Guerra (eds). Lisboa, 2017. Forthcoming.

⁹⁵ No intermeio das duas “Animações” da área do Chiado é de referir a acção “Adeus ao Monumental”, de 1984, por ocasião da ameaça de destruição deste antigo cine-teatro lisboeta, acção esta promovida pelo Centro Nacional de Cultura, com apoio da ESBAL, ou adesão de um significativo número de alunos, a qual implicaria a actuação da banda da Carris e a presença de Gonçalo Ribeiro Telles, entre outros.

O Sector de Produção de Audio-Visuais

O Sector de Produção de Audio-Visuais⁹⁶ da Escola de Lisboa, tal como o vamos abordar, é, ao que sabemos, originário de um interesse por sistemas de recollecção, cópia e transmissão de imagens, os quais são originalmente projectados e orçamentados em 1979 – através da invenção de um laboratório de maquetes que incluiria um circuito interno de televisão com objectivo de reproduzir projectos de arquitectura a três dimensões, como temos vindo a referir nesta tese.⁹⁷

Para que algo de semelhante pudesse, entretanto, acontecer, foi necessário que os ditos sistemas audiovisuais passassem por várias fases,⁹⁸ assim como o próprio Sector.

Note-se que, ao mesmo tempo que testemunhamos o primeiro pedido de financiamento, e que notamos que em 1981/82 a sua execução ainda faz parte das intenções da Direcção da Escola,⁹⁹ assistimos a uma sedimentação da bifurcação entre o cinema e o vídeo/televisão, verificando que, tradicionalmente, o vídeo ganha espaço nos sistemas pedagógicos antes ainda de passar a ser comum na sociedade civil.¹⁰⁰

⁹⁶ Nomenclatura utilizada para a secção de vídeo no período em estudo.

⁹⁷ V. capítulo 3.1 e 3.2. V. também Anexo IV do capítulo 3. O respectivo pedido de financiamento, enviado à Fundação Calouste Gulbenkian, incluía um conjunto de TV em circuito fechado constituído por: 1 câmara LDH 26; 1 Alimentador LDH 4430; 1 Monitor 20 LDH 2111; 1 Objectiva de 8 mm; 1 Modulador LDH 4250; I.P. (13% x 83.360\$00); 1 Televisor 24; Instalação mecânica do sistema, constituído por estruturas metálicas de suporte com calhas e rolamentos (P.E.); Instalação eléctrica do sistema e ligações respectivas (P.E.); Sistema de iluminação constituído por projectores de diversas intensidades (P.E.); Sistema de periscópio com câmara minúscula, articulado móvel em todos os sentidos (P.E.). Este pedido totalizava 279.781\$60 [Duzentos e setenta e nove mil, setecentos e oitenta e um escudos e sessenta centavos]. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian de 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL].

⁹⁸ Sabemos que a Faculdade utilizou os sistemas Betamax e U-matic adoptando, finalmente, o VHS (Video Home System). Este é, pelo menos, o modo mais corrente de gravação neste período, de acordo com o acervo que nos foi dado a conhecer.

⁹⁹ Cf. “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983”, p.48. [Fundo FAUL]. V. capítulo 4.1.

¹⁰⁰ “In the later 1960s, the Chicago Tribune reported that videotape was widely used in ‘education, industry, sports, business, medicine, and even the military’. By 1968 there were more than 20.000 VTRs in use in the United States, compared with 5.000 being used in the TV business. The National Education Association published a how-to book in 1968 entitled *Portable Video Recorder: A Guide for Teachers*, detailing myriad uses and techniques including enhancing demonstrations, overcoming distance, repetition of materials, and producing creative work, as well as advantages in comparison to educational film.” NEWMAN, Michael Z.. *Video revolutions. on the history of a medium*. New York: Columbia University Press, 2014, p.22.

Ora, este paralelo – entre o desenvolvimento do vídeo e o interesse oficial que este suscita à Escola – demonstra que a Direcção acompanha o seu evoluir tecnológico e cultural.

Para, em particular, abordar o tema do vídeo em contexto didáctico recuemos um pouco e relembremos o capítulo 3.2 onde se argumenta que os *media* são um *meio* alternativo às aulas magistrais, ou às aulas mais tradicionais, do tipo atelier. Nesse capítulo abordámos alguns exemplos do interesse particular sobre os *media* que a Escola vinha revelando desde a sua abertura, em 1976.

É certo que o cinema sempre interessou aos alunos¹⁰¹ e professores de arquitectura, nomeadamente enquanto via de conhecimento e divulgação pedagógica alternativos;¹⁰² mas nesta tese não tratamos somente do cinema, ou do filme, como um meio de visualização e debate, mas também enquanto forma de experimentação, quando o vídeo ainda não está generalizado. (No capítulo 3.2 fazemos essa resenha dando o exemplo de um projecto para um documentário sobre arquitectura com câmaras “super-8”). Acontece que, enquanto que os *media* físicos (publicações em série) se desenvolvem com relativo vigor, o vídeo vem, de certo modo, substituir o cinema/filme, apresentando-se como um outro tipo de comunicação, com outras técnicas. Nessa sequência, o vídeo vai contagiar os seus alunos ao nível da prática pedagógica. Vem aliás a ser uma das mais importantes e incomuns realizações da Escola, até pelo seu particular sentido de vanguarda.¹⁰³ Nessa perspectiva, a sua contribuição para a cultura arquitectónica e pedagógica em Portugal é indiscutível.

¹⁰¹ Este interesse recua, na Escola, pelo menos aos anos 60. *E.g.* (s.n.). ESBAL 63. Publicação não periódica número 1 - Março, 1963. Jornal da Comissão Pró-associação da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. “Cléo ou a descoberta da vida. Um novo cinema inglês”.

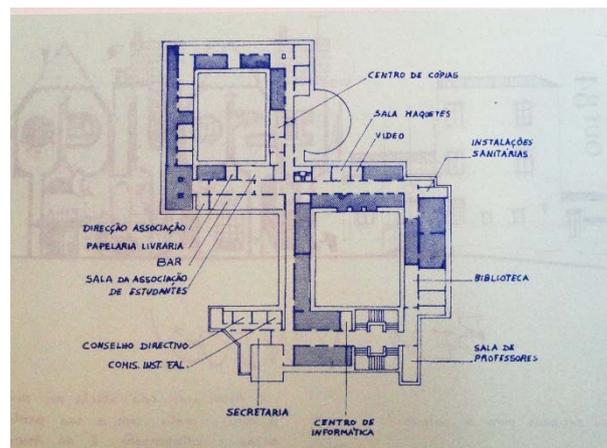
¹⁰² “O clima adverso da EBAL/ESBAL gerou uma atitude crítica por parte dos estudantes, que procuraram combater a formação ‘desactualizada’ que a Escola proporcionava, não só com uma formação extra-escolar moderna apoiada principalmente na revista *VER*, ‘instrumento de estudo sobre o movimento moderno’, como referia Nuno Portas, mas também nas sessões de cinema mensais, que, no ano de 1957, passam filmes de Mac Laren e Manoel de Oliveira”. *Cf.* MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Tese de doutoramento, p.409.

¹⁰³ Em 1980 e 1990, o formato VHS (Video Home System) atingiu o pico da sua popularidade. *Cf.* https://pt.wikipedia.org/wiki/Video_Home_System. Devemos aqui acrescentar um outro campo de inovação que é a computação. Em 1988, Agosto

O Sector de Produção de Audio-Visuais da Escola de Lisboa vai ter várias designações a partir do momento em que será finalmente inaugurado, cerca de 1982. De início, é pensado para ser um “pequeno estúdio” [Anexo XIX]. No “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983”, já aqui amplamente citado,¹⁰⁴ Augusto Brandão refere que pensa

“montar no ano lectivo de 82/83 um pequeno estúdio para captação e reprodução de imagens filmadas ou gravadas em vídeo-cassete, de modo a fornecer ao aluno lições teóricas de aulas a nível científico. Para isso o Departamento de Arquitectura já entrou em contacto com a formação de pessoal-base para montar o estúdio.”¹⁰⁵

Figura 95 Esquema do interior do segundo piso da ESBAL (Arquitectura) incluso em edição especial do *Esquízo, Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*. Outubro de 1984. Indica sala de “Video”. [Fundo FAUL]



Há pelo menos três acções, de que temos nota, que vão ao encontro deste objectivo. A primeira é um pedido à RTP (“Radiotelevisão Portuguesa” – como se chamava na altura), em

1982, para que “3 funcionários desta Escola assistam aos Cursos de Formação de Operadores ministrados nessa instituição”.¹⁰⁶ O segundo

Brandão inaugura o CIFA [Centro de Informática da Faculdade de Arquitectura], mas já em 1985 mostrava interesse “no desenvolvimento de um projecto para implementação dos processos gráficos em informática” bem como na “abertura de um curso post-graduado para arquitectos, docentes desta Faculdade” (supõe-se que em “processos gráficos em informática”). Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta a Tenudo de Castro de 20 de Junho de 1985. [Fundo FAUL].

¹⁰⁴ V. capítulo 4.1.

¹⁰⁵ Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*. 28 de Junho de 1982. p. 28. [Fundo FAUL]. [Anexo XIX]

¹⁰⁶ “Dentro da sua política de modernização do ensino, pretende esta Escola iniciar uma pedagogia em que os instrumentos e técnicas audiovisuais são os seus fundamentos. Daí ter a ousadia de solicitar a V. Ex^a, caso seja possível, que 3 funcionários desta Escola assistam aos Cursos de Formação de Operadores ministrado por essa Instituição.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Conselho de Administração da R.T.P. de

passo que a Direcção dá no sentido da criação de um estúdio de audiovisuais é uma solicitação a A. Pardal Monteiro¹⁰⁷ para que efectue um “projecto de obras com vista à criação de um estúdio de TV nas instalações do Departamento”¹⁰⁸ [Figura 95]. Ao enviar este projecto, Pardal Monteiro afirma: “Penso que a solução proposta constituirá uma solução válida para o problema, embora o espaço disponível seja, de certo modo, exíguo [Anexo XXI].”¹⁰⁹

A Direcção da Escola procura, em simultâneo, obter informações de outras escolas, nomeadamente fora do país, que venham dar a conhecer o que se está a fazer ao nível da pedagogia ligada ao vídeo. São contactadas diversas entidades – na Bélgica, Alemanha e Estados Unidos da América, pelo menos [Figura 96]. A Escola dá conta das suas pretensões; deseja-se, num “período experimental” a executar em 1982/83, reestruturar o “programa teórico”,¹¹⁰ e que o

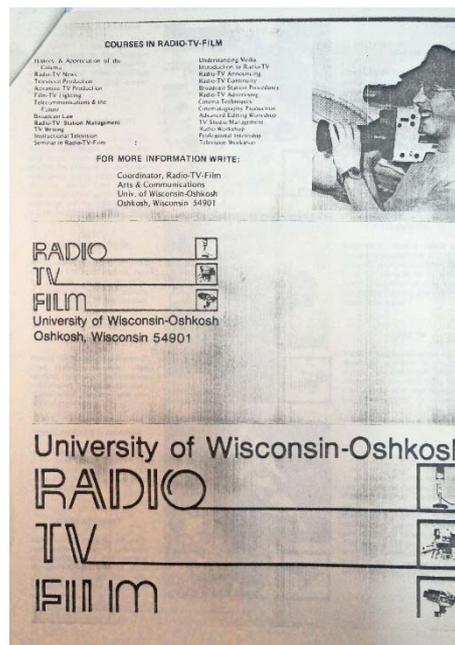


Figura 96 Folheto de divulgação de Universidade de Wisconsin-Oshkosh acerca do seu curso de técnicas audiovisuais tal como enviado ao DA-ESBAL. Março de 1983. [Fundo FAUL]

4 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]. Este pedido é recusado por o curso ser “eminente Técnico”. Cf. COSTA, Gil. Carta o Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 26 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

¹⁰⁷ Julgamos que se trata de António Pardal Monteiro o qual, de acordo com o seu currículo público, foi docente na Escola entre 1976 e 1992. Cf. e.g. https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pardal_Monteiro. De acordo com um mapa de docentes da Faculdade de Arquitectura para 1987/88, Pardal Monteiro seria professor auxiliar convidado. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Docentes da Faculdade de Arquitectura. [1987/88]. [Fundo FAUL].

¹⁰⁸ MONTEIRO, A. Pardal. Carta ao Presidente do Conselho Directivo de 2 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI].

¹⁰⁹ *Idem.*

¹¹⁰ “The academic year of 1982/83 marks the beginning of a pedagogical process which the Department of Architecture of the Lisbon Fine Arts School has decided to adopt in a general reformulation of the Course where enlarge, as a novelty, the didactical application of the audiovisual processes.

During the experimental period, which will fill the first year, we pretend to restructure the theoretical programme in order to adjust it at the new scheme of teaching.”

BRANDÃO, Augusto. Carta de 14 de Março de 1983. [Vários destinatários: Visodata; Prof. Manfred Eisenbeis; Frau Heide Hagebolling; Herr Manfred P. Kage]. [Fundo FAUL].

corpo docente investigue acerca de “metodologias adequadas”¹¹¹ já que será efectivamente constituído um “estúdio de vídeo” para esse fim.¹¹²

De resto, a Escola afirma-se interessada em obter informações sobre os desenvolvimentos dessas instituições nesse campo.¹¹³

Um terceiro passo que é dado para a criação de um Sector de Produção de Audio-Visuais é um pedido de financiamento – ou, aliás, vários.

Encontramos sobretudo pedidos de verbas endereçados ao PIDDAC [Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central].

Logo na solicitação relativa ao PIDDAC de 1981¹¹⁴ coloca-se o equipamento de vídeo no item “Laboratório de Análise de Maquetes e Espaço”, no entanto este é já muito distinto; nesse mesmo PIDDAC, a Escola propõe

“a aquisição do equipamento da marca ‘SONY’, abaixo enumerado e fornecido pela firma ‘Emílio de Azevedo Campos’ (...) atendendo-se ao facto de ser o de menor custo global e por considerar o mais apropriado e com os acessórios mais adequados ao fim pretendido [Anexo XXII].”¹¹⁵

O que a Direcção da Escola alega, como princípio, é que

“chegamos à conclusão de que um dos sistemas operacionais, o mais económico, menos complexo, seria o uso de ‘sondas’ visuais ligadas a sistemas de visualização – tipo chapa fotográfica, ‘ecran’ de televisão e vídeo-tape.”¹¹⁶

¹¹¹ “At the same time, the research of adequate methodologies will be fomented, the teaching staff will be dynamized in function of the new requisites.” *Idem.*

¹¹² “We are going to accomplish a video studio setting equipped with the registration basic material, duplication and diffusion.” *Idem.*

¹¹³ “This School would like to know what, in this specific ambit of the teaching, has been produced by yourselves.” *Idem.*

¹¹⁴ PIDDAC 1981. Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL (Entidade Responsável). [Cópia dactilografada do Fundo FAUL].

¹¹⁵ São solicitados: 1 Câmara de TV a cores tipo DXC – 1800 PH; 1 Lente Zoom tipo VCL – 1106 YB; 1 Tripé tipo 7301; 1 Cabeça para tripé, tipo 7201; 1 Rodado para tripé, tipo 7601; 1 Visor electrónico, tipo DXF – 40CE; 1 Conjunto de cabos flexíveis para comando da lente, tipo L0 – 22; 1 Alimentador AC, tipo CMA – 7C; 1 Gravador de vídeo a cores, tipo VO – 2630; 1 Monitor Vídeo/áudio, tipo CVM – 2250 E; 1 Kit de iluminação tipo LAV – 2; 3 Lâmpadas de 650 W para projectores.

Este pedido totalizaria 759.591\$00 [setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e noventa e um escudos]. *Idem.*

¹¹⁶ *Idem.*

Quanto à solicitação relativa ao PIDDAC de 1983 [Anexo XXIII], esta já distingue os itens “Aquisição de material de vídeo” de “Laboratório de Análise de Maquetes e Espaço”. Inclui-se aqui um investimento em “Maquinaria e Equipamento” cuja “Descrição Sintética” é a “Montagem do Laboratório de análise de maquetes e espaço, a fim de permitir uma visualização pluridimensional da forma arquitectónica no seu processo de criação – aquisição do diverso equipamento de vídeo, conforme descrição anexa, no valor de 1310 contos no corrente ano [Anexo XXIV].”¹¹⁷

Relativamente ao PIDDAC de 1984, a Direcção-Geral do Ensino Superior responde que “a dotação consignada ao Ensino Superior foi de tal forma exígua que apenas permitiu assegurar o pagamento de compromissos assumidos mediante contratos com terceiros.”¹¹⁸ Seja como for, o equipamento entretanto adquirido¹¹⁹ já permite o funcionamento do Sector.¹²⁰

Tendo de algum modo alcançado verbas para montar o estúdio, a Escola apresenta a possibilidade de comercialização do seu património.

A 14 de Maio de 1984, Fausto Amaro – o técnico que vai acompanhar as gravações de vídeo nesse momento – elabora um *memorandum* interno onde propõe comercializar “produtos vídeo” de registos já elaborados [Anexo XXV], nomeadamente uma Reportagem sobre um evento intitulado Jornadas Luso-Brasileiras do Património (de que iremos falar em 5.2); uma outra sobre a abertura do ano lectivo (supõe-se que de 1983/84) e sobre a “Animação da Área do Chiado”, edição de 1983; as comunicações dos oradores do 2º Simpósio Internacional de

¹¹⁷ PIDDAC 1983. Ficha de Programação Plurianual. Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL (Entidade Responsável) [Cópia dactilografada do Fundo FAUL] [Anexo XXIV].

¹¹⁸ ROCHA, Rogério. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Data de entrada: 6 de Abril de 1984. [Fundo FAUL].

¹¹⁹ Entre este, encontram-se: 1 Câmara de TV a cores tipo DXC – 1800 PH; 1 Gravador de vídeo a cores tipo VO – 5630; 1 Visor electrónico tipo DXF – 40CE; 1 conjunto de cabos flexíveis e 1 sistema de iluminação correspondente. Cf. SILVA, Leonor Matos. Secção de Vídeo da Faculdade de Arquitectura de Lisboa. A história do objecto e os objectos da sua história: dois Ensaio. In *Colóquio. Aulas Abertas. Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos*. Lisboa, 30 de Maio de 2016.

¹²⁰ O PIDDAC de 1989 atribui ao “equipamento para o sector vídeo” um total de 887.210\$00 [oitocentos e oitenta e sete mil, duzentos e dez escudos]. Cf. REAL, José Troufa. Relatório de Actividades. (s.d.) ca 1990. [Fundo FAUL].

Arquitectura; as gravações das palestras de André Wogenscky e Paolo Portoghesi; acrescem, como outro tipo de produto, “algumas gravações áudio mais antigas que vão ser avaliadas com vista a publicação”.¹²¹

Nesta altura, o Sector de Produção de Audio-Visuais era corporizado como um “Centro de Estudos Técnicos de Informação e Teoria da Comunicação em Arquitectura [C.E.T.I.T.C.A.]. Estúdio / Cine – Vídeo – Rádio [Anexo XXVI].”¹²² O seu logotipo é aliás um dos separadores de muitos dos vídeos do actual acervo da Faculdade de Arquitectura.

A Escola começa a destacar-se neste campo. Apesar de continuar a pedir filmes para exibição interna,¹²³ também é ela própria procurada para elaborar filmes ou vender serviços.¹²⁴ Aliás, cremos que é perante esta

¹²¹ AMARO, Fausto. Memorando interno para Augusto Brandão de 14 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXV].

¹²² *Estúdio. Cine-video-radio*. Carta [s/destinatário]. ca 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVI]

¹²³ Por exemplo, o pedido de “empréstimo para a divulgação em circuito interno” no âmbito do projecto “Animação da Área do Chiado” dos filmes: “Conversa Acabada”, de João Botelho; “A Ilha dos Amores”, de Paulo Rocha; “Manhã Submersa”, de Lauro António; “Sem Sombra de Pecado” e “Kilas” [...], de Fonseca e Costa; “Ciganos”, de João Abel Aboim; “O acto da Primavera”, “A Caça”, “Francisca” e “Douro” [...], de Manoel de Oliveira; “[Um] S Marginal”, de José Sá Caetano; e “Bom Povo Portugueses”, de Rui Simões. Cf. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Carta ao Instituto Português de Cinema do dia 27 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XVII]. É também pedido ao ACARTE [Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian] o empréstimo de “vídeo-cassetes” com o seguinte pretexto: “Um grupo do Sector de Produção de Audio-Visuais, desta Faculdade, constituído por estudantes estagiários neste Sector, está a organizar um programa de emissões de televisão em circuito interno, de âmbito exclusivamente escolar. (...) Para tal, vimos pedir a colaboração dessa Associação, no sentido de nos informar do material didáctico/informativo, em vídeo-cassetes, que nos possa ser cedido por empréstimo”. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta à Associação de Criação pela Arte de 8 de Maio de 1986. [Fundo FAUL]. A este pedido o ACARTE responde: “Tomei conhecimento, com muito interesse, do programa de trabalhos do Sector de Produção de Audio-Visuais dessa Faculdade, a que desejaríamos poder associar-nos. Infelizmente, porém, as numerosas reportagens vídeo que temos efectuado das nossas manifestações culturais, encontram-se ainda por montar.” PERDIGÃO, Madalena Azeredo. Carta a Augusto Brandão de 15 de Maio de 1986. [Fundo FAUL]. Seriam também cedidos temporariamente, pela Embaixada dos EUA, uma série de vídeos que teriam como objectivo perfazer “um programa sobre Arquitectura na América”, na Escola. Cf. CAVALEIRO, Maria Teresa. Carta ao Professor Arquitecto Augusto Brandão de 21 de Maio de 1986. [Fundo FAUL].

¹²⁴ Neste último campo, destacam-se:

- Um pedido de apoio de Luís Serpa para a “Exposição de Arquitectura subordinada ao tema ‘Desenhos de Arquitectura’” a ser montada na sua galeria, a Galeria Cómicos. Aqui, Serpa diz que ocorrerá um colóquio com “diversas entidades convidadas” e que gostaria “de contar com o apoio de V. Exas no registo deste colóquio” pelo que pretende que a Escola envie “uma equipe vídeo (...) com o material julgado necessário para o efeito.” Cf. SERPA, Luis. Carta a Augusto Brandão de 12 de Maio de 1985. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVIII].

profusão de solicitações que a Escola passa a encarar as filmagens como um objecto de comercialização.¹²⁵

A Escola é também uma referência nacional e pedagógica no que respeita a técnicas audiovisuais. Da DGES [Direcção Geral do Ensino Superior] advém a sinalização do “1º Colóquio Internacional de Meios Audiovisuais, Científicos e Pedagógicos”¹²⁶ e a nota de que o “referido Colóquio convida desde já representantes do nosso país a assistir e a participar naquela manifestação.” Trata-se de uma organização do “Centre Universitaire du Film, de la Télévision et de la Photographie Scientifiques de L’Université Libre de Bruxelles (C.U.F.S.)” que tem como principal objectivo

“d’assurer la recherche et la diffusion de documents audio-visuels de nature pédagogique ou scientifique et d’en promouvoir la réalisation sous toutes ses formes.” O seu programa inclui: “Projection permanente de réalisations vidéoscopiques [videotapes] et de diaporamas (...)”; e “Table ronde sur le thème: ‘La place de l’audio-visuel dans l’enseignement universitaire’”.¹²⁷

- Um protocolo com a Câmara Municipal de Sintra para a filmagem das “1^{as} Jornadas de Participação no Plano Director Municipal do Concelho de Sintra.” Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra de 28 de Setembro de 1984. [Fundo FAUL].

- O envio ao *Ministério de Obras Públicas y Urbanismo*, em Madrid, de um vídeo com o título “Panorama da Arquitectura Moderna em Portugal” no âmbito de um seu festival. Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta a Teresa Ortím de 28 de Fevereiro de 1986. [Fundo FAUL].

- A proposta da montagem de um curso de Pós-Graduação “organizado pelo Centro de Estudos Técnicos de Informação e Teoria da Comunicação em Arquitectura” com o título “Curso de Iniciação às Técnicas Audio-Visuais Aplicadas ao Ensino” – proposta a qual a Direcção da Escola acede. Este curso teria o custo de 25.000\$00 [vinte e cinco mil escudos]. Cf. REIS, José. Carta a Augusto Brandão de 6 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL].

- Uma proposta, por uma empresa sediada em Madrid (chamada TCM, *Técnicos en Comunicación e Medios Audiovisuales*), “escolhida, pelo Conselho Superior de Arquitectos de Espanha [para] concessionária do Videobanco” (sendo o Videobanco uma a instituição criada com o intuito de fornecer serviço técnico e de consulta a todos os arquitectos em Espanha) de promoção, por meio do contacto com o Gabinete de Relações Culturais Internacionais do Ministério da Cultura, da cedência ou venda de programas do “departamento de vídeo” da Escola de Lisboa. Cf. (s.n.). [Director do Gabinete das Relações Culturais Internacionais]. Carta a Augusto Brandão de 23 de Outubro de 1984. [Fundo FAUL].

¹²⁵ A comercialização de filmes, ou prestação de serviços, é uma realidade actual.

¹²⁶ Cf. ROSÁRIO, Trovão do. Carta ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 2 de Fevereiro de 1984. [Fundo FAUL].

¹²⁷ VANDECASSERIE, Christian, e PAUW, Annie de. Carta a Son Excellence Monsieur l’Ambassadeur du Portugal. Anexa a ROSÁRIO, Trovão do. Carta ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 2 de Fevereiro de 1984. [Fundo FAUL].

Temos também um convite do Conseiller Culturel et de Coopération Scientifique et Technique da Embaixada de França a Augusto Brandão acerca da organização de um evento sobre “Imagem e Computador” a realizar-se de 17 a 22 de Março de 1986 no Fórum Picoas. Diz o Conseiller que

“nous serions très heureux que M. l’Architecte Luís Bissau¹²⁸ veuille bien accepter de prononcer (...) une courte conférence sur ce sujet [documents vidéo et des diapositives] commun.”¹²⁹

Ao que Brandão responde:

“Ao Grupo do Vídeo e Informática. Agradecer e mostrar o nosso interesse não só em colaborar nesta recepção, mas em contactar com as personalidades que aqui vêm de modo a efectuar um protocolo.”¹³⁰

Finalmente, a Escola é impulsionada para a experimentação com técnicas de vídeo. A este propósito observamos uma “Proposta de Animação Audiovisual sobre projectos de Arquitectura e Urbanismo” [Anexo XXIX], datada de Maio de 1985, por um grupo de arquitectos ligados à

¹²⁸ De acordo com um mapa de docentes da Faculdade de Arquitectura para 1987/88, Luís Bissau seria assistente convidado. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Docentes da Faculdade de Arquitectura. [1987/88]. [Fundo FAUL]. Ainda nos anos 80, Bissau será responsável pelo Centro de Informática. Conforme depoimento de Luís Bissau (2018.07.05).

¹²⁹ Cf. THRIHOREAU, Jacques. Carta [ao Director] de 5 de Março de 1986. [Fundo FAUL].

¹³⁰ *Idem.*

Dissemos que a Escola é “uma referência nacional e pedagógica no que respeita a técnicas audiovisuais”; antes de mais é uma referência ‘institucional’ no país. Note-se, por exemplo, que a Escola de Lisboa era a responsável pelos processos de equivalências de alunos estrangeiros. Cf. Despacho n.º 18/78. Ministério da Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado do Ensino Superior. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]. Outro exemplo: no dia 21 de Fevereiro de 1983, a sua Direcção recebe uma missiva da *Cooperativa Árvore* dizendo que novas alterações na Lei passam a exigir a homologação de um Conselho Científico para a *Cooperativa*, e que é necessário que a Escola dê a sua autorização. Além disso, é solicitado à Escola de Lisboa um parecer sobre o Curso Superior de Arquitectura da referida *Cooperativa*, ao que a Escola oferece a sua concordância. Porém, a Escola não é o único estabelecimento interessado ou dedicado a uma componente audiovisual; para o efeito da dita autorização, a *Cooperativa* envia os programas de todos os Cursos Superiores por ela ministrados, verificando-se que, ao nível superior, esta última é procurada no campo das “pós-graduações em Fotografia como arte, Cinema de Animação, Vídeo (Arte Vídeo e Videografia), Cinema Documental e Crítica (Audiovisual).” (Os Cursos Superiores da Cooperativa de Ensino Superior Artístico Árvore I estão legalizados através da escritura publicada no Diário da República n.º 202-II série de 1 de Setembro de 1982 e escritura pública de alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 442-A/92 de 6 de Novembro realizada em 3 de Fevereiro de 1983).

ESBAL e engenheiros do IST. Tratava-se de uma “aplicação dos modernos sistemas de comunicação (vídeo, animação computadorizada e não) na representação e experimentação da arquitectura e do urbanismo.”

Entre os objectivos, esta Proposta queria alcançar

- (1) uma “aproximação ao real” de “projectos ainda não realizados”;
- (2) “contribuir para a formação de um Banco de Dados de carácter didáctico e documental a utilizar em futuros trabalhos de investigação e estudo técnico-profissional” e;
- (3) “desenvolver a médio-prazo um programa experimental” que permitiria dar a conhecer “estes serviços profissionalizados” e igualmente apoiar “instituições e organismos envolvidos em projectos (...).”¹³¹

Esta proposta teria como metodologia partir de “desenhos elaborados pelo autor do projecto” (neste caso, seria muito especificamente o “Arranjo do Monumento ao Cristo-Rei em Almada, do arquitecto Luis Cunha”) e, a partir daí fazer uma

- “(a) Transposição das imagens fornecidas para um programa computadorizado com simulação de movimento ou animação automática (...).
- (b) Desenvolvimento paralelo de filmes animados (tradicionalis) pelos processos de videotape ou película, sobre os mesmos desenhos.
- (c) A articulação dos dois sistemas para produção de um objecto final (vídeo-cassete com a duração aproximada de 5 a 10 minutos).”¹³²

Os meios a utilizar e as entidades produtoras seriam o Sector de vídeo da Escola e a “utilização dos computadores do Centro de Cálculo do IST-UTL (...) com apoio técnico de docentes directamente ligados ao serviço deste centro de Cálculo.”¹³³

¹³¹ [Vários subscritores]. *Proposta de Animação Audio-visual sobre projectos de Arquitectura e Urbanismo*. Programa. Maio de 1985. [Fundo FAUL].

¹³² *Idem*.

¹³³ *Idem*.

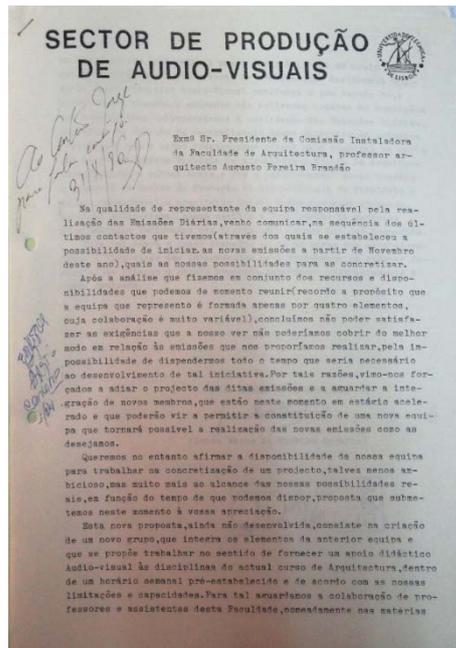


Figura 97 Carta da equipa responsável pelas emissões diárias (vídeo) a Augusto Brandão. Junho de 1986. [Fundo FAUL]

Ainda no que se refere à experimentação, verificamos que haveria de surgir, em Junho de 1986, uma equipa de quatro alunos “responsável pela realização das Emissões Diárias” (vídeo) [Figura 97]. Augusto Brandão orienta os interessados estabelecendo que haja “Um núcleo coordenador dessas emissões formado por dois representantes da Faculdade e 1 representante da Associação de

Alunos” e indicando José Centeno Gorjão Jorge¹³⁴ em nome Faculdade.¹³⁵ No entanto, por “divergências entre o Grupo de Alunos Estagiários e a Associação de Alunos sobre as emissões diárias de vídeo”, Brandão determina que se deverá criar “uma Comissão Orientadora e Coordenadora, que terá como objectivo a orientação pedagógica, profissional e recreativa dos programas”. Nesse sentido, são convocados Gorjão Jorge, enquanto “responsável pelo ‘Studium’”¹³⁶ e

¹³⁴ De acordo com um mapa de docentes da Faculdade de Arquitectura para 1987/88, Gorjão Jorge seria assistente convidado. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Docentes da Faculdade de Arquitectura. [1987/88]. [Fundo FAUL].

¹³⁵ BRANDÃO, Augusto. Despacho de 20 de Junho de 1986. [Fundo FAUL]. O outro representante da Faculdade seria “um elemento dos Órgãos de Gestão”.

¹³⁶ BRANDÃO, Augusto. Despacho de 25 de Junho de 1986. [Fundo FAUL]. Gorjão Jorge já havia sido, em Maio de 1983, designado pela Escola como “responsável pelos apoios audiovisuais” para se deslocar aos estúdios da RDP [Radiodifusão Portuguesa] tendo como finalidade a comunicação de uma “proposta que a Faculdade de Arquitectura gostava de poder expor.” Cf. PIRES, João Oliveira. Carta a Augusto Brandão de 14 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]. Gorjão Jorge é, aliás, o realizador de um Videograma de 1990 intitulado “Gare Marítima. (Rocha de Conde de Óbidos)”. Cf. Videograma 27. Gare Marítima. Rocha de Conde de obidos. Rui Goncalves. Jose Gorjao Jorge. Michel Toussaint. [Denominação do Fundo FAUL]. [Fundo FAUL]. Este videograma foi realizado com o apoio da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (subsídio de “500 contos”) e do Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian (subsídio de “1000 contos”). Cf. REAL, José Troufa. Carta a Pedro Tamen de 19 de Março de 1990. [Fundo FAUL]. Troufa Real, presidente do Conselho Directivo à altura, diria que se trataria de “um projecto totalmente concebido e organizado pela Faculdade de Arquitectura.” Este videograma é, entretanto, escolhido para participar no FIFARC (*Festival International du Film d’Architecture, d’Urbanisme et d’Environnement Urbain de Bordeaux*. Do *Ministère de L’Urbanisme, du Logement et des Transports de France*). A este respeito, ao candidatar-se ao FIFARC, o objectivo dos seus representantes seria “dar a conhecer não só as actividades do Sector de Produção de Audio-Visuais desta Faculdade”, mas

ainda “um representante dos alunos estagiários e um pela Associação dos Alunos”, acrescido de “um docente nomeado por este Órgão de Gestão que poderá solicitar a colaboração de outros docentes, sempre que os temas e motivações tomarem carácter pedagógico.”¹³⁷ Em resumo, existe um Grupo de Alunos Estagiários que pretende fazer emissões diárias, dois responsáveis por esse grupo da parte da Escola, e alguns desentendimentos entre esse grupo e a Associação de Estudantes, os quais só são resolvidos, em caso de empate, através da nomeação extraordinária de professores, nomeadamente “sempre que os temas e motivações tomarem carácter pedagógico.” – e não enquanto forem justamente experiências próprias. Este tipo de situação dá conta da seriedade que era colocada nas questões relacionadas com o vídeo. De seguida, o Grupo de Estagiários alega que não consegue “satisfazer as exigências” a que se havia proposto e que aguarda

“a integração de novos membros, que estão neste momento em estágio acelerado e que poderão vir a permitir a constituição de uma nova equipa que tornará possível a realização das novas emissões como as que desejamos.”¹³⁸

Apesar desta desistência, os alunos não abdicariam de propôr a constituição de um “Grupo de Apoio Didáctico Audio-Visual” cujo objectivo fosse “fornecer um apoio didáctico Audio-visual às disciplinas do actual curso de Arquitectura (...) em estreita colaboração com o corpo docente”,¹³⁹ nomeadamente nas disciplinas de História da arquitectura, Teoria da arquitectura e Projecto.

Ainda no âmbito do que designámos de experimentação, acrescentamos que o Festival de Cinema de Tróia, a respeito do “1º Concurso de Vídeo sobre a Terra Portuguesa”, integrado nas actividades do Festival, faz “contactos e convites personalizados” à Escola. Ao Festival – que havia

também demonstrar o “interesse por parte da Faculdade de Arquitectura em continuar esta série de videogramas sobre a nossa Arquitectura.” Cf. REAL, José Troufa. Carta a Pierre L’Eglise Costa de 15 de Junho de 1989. [Fundo FAUTL]. Cf. também REAL, José Troufa. Carta à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. (s.d.) ca 1990. [Fundo FAUL].

¹³⁷ BRANDÃO, Augusto. Despacho de 25 de Junho de 1986. [Fundo FAUL].

¹³⁸ SERAFIM, Luísa Maria Di Martino pelo Sector de Produção de Audio-Visuais. Carta a Augusto Brandão de Outubro de 1986. [Fundo FAUL].

¹³⁹ *Idem.*

sabido de um concurso de vídeo integrado na “Animação da Área do Chiado” [V. secção anterior] – interessa-lhe que a Escola participe com “Realizadores e/ou obras com eventual interesse”.¹⁴⁰

A respeito do vídeo usado em modo experimental, não conseguimos encontrar tantos exemplares como João Redondo, na altura aluno, refere terem sido efectuados.¹⁴¹ Talvez porque o património videográfico da Escola só tenha começado a ser efectivamente organizado com o avançar da década.¹⁴² Então, os alunos tendem a deixar de fazer determinado tipo de trabalhos escolares, ou outro género de filmagens passa a estar entre os principais objectos de registo. A verdade é que as gravações tornam-se um hábito; Gorjão Jorge refere que a dada altura passou a registrar-se “tudo”, sem ‘filtros’.¹⁴³ Fausto Amaro testemunha que:

“O período que indica [1976 – 1986] corresponde ao Departamento de Arquitectura da ESBAL cujo dinamismo se ficou a dever ao então Presidente do Conselho Diretivo, Prof. Arquitecto Augusto Brandão. O Prof. Brandão lançou várias iniciativas que incluíram a aquisição de material informático e material vídeo que na época era uma novidade, sobretudo ligado ao ensino. Eu era assistente do Departamento e colaborei com vários colegas entre os quais o actual Professor Arquitecto Centeno [Gorjão Jorge]. (...). Aproveito para informar que eu próprio participei numa mensagem vídeo para enviar para a Argentina sobre os projetos

¹⁴⁰ NEVES, António Loja. Carta à Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Animação do Chiado – Organização, de 7 de Agosto de 1985.

¹⁴¹ João Redondo descreveu-nos alguns trabalhos escolares em formato vídeo que não constam do actual acervo da Faculdade de Arquitectura. Conforme depoimento de João Redondo (data não registada).

¹⁴² As datas só começam a ser registadas a partir de do 32º videograma da lista pública. Até lá, a data de referência é sempre 01/01/1980, o que nos indica que não há certeza sobre a mesma, mas apenas sobre o ano, ou até a década. De acordo com o nosso levantamento (outras fontes), o primeiro vídeo terá sido gravado em 1982.

¹⁴³ Conforme depoimento de José Gorjão Jorge (2016.04.22). Além do generalizado registo de ocorrências, é de notar, já no período 1986 a 1989, o trabalho de montagem audiovisual (videogramas), para memória informativa e da pedagogia da Escola, realizado por José Manuel Fernandes, em colaboração com Lila Lacerda e os Sr. Chaves e Sr. Soares, encarregados do sistema U-matic, sob a coordenação do mesmo José Gorjão Jorge. Neste período, havia de se registar a viagem a Goa/Índia de Fernandes, um retrato-síntese de Lisboa bem como as suas aulas sobre Arquitectura Internacional, e particularmente Arquitectura Portuguesa e Arquitectura Moderna Portuguesa. Conforme depoimento de José Manuel Fernandes (2018.05.07). Este último tema resultaria na feitura do videograma que combinava os slides por si apresentados na Exposição *Depois do Modernismo*, videograma já referido nesta tese.

editoriais do departamento de Arquitectura. Naquele tempo não havia internet. Comunicava-se assim.”¹⁴⁴

É esta a razão pela qual a Faculdade herda hoje videogramas de registo – registo de eventos, de trabalhos escolares, de conferências, de aulas, de comemorações, de homenagens, de Exposições, de provas de doutoramento, de inaugurações, etc. – videogramas como aulas; videogramas artísticos; videogramas como trabalhos escolares; etc., tudo isto para utilização interna ou mesmo enquanto produções para fora. Mais concretamente no nosso período de estudo (de 1982, data do início das gravações, até 1986 – quatro anos) teremos uma amostra de videogramas como os que particularmente se indicam na tabela abaixo (numeração de acordo com a lista oficial).¹⁴⁵

¹⁴⁴ Depoimento escrito de Fausto Amaro (2018.07.10).

¹⁴⁵ Cf. Centro Multimedia da Faculdade de Arquitectura. Video Library. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em <http://cm.fa.ulisboa.pt/index.php/en/videolibrary>. Note-se que há bastantes mais títulos: cerca de 59, dos que são públicos. Por exemplo, sabemos que a inauguração da pós-Graduação em Arquitectura Tropical está filmada. Enfim, o videograma “Retrospectiva das Actividades e Didácticas” (Videograma 31) mostra-nos como há várias filmagens que não estarão catalogadas.

Videogramas do acervo da Faculdade de Arquitectura. Caracterização e denominação (adaptadas) e número do título. Amostra dos anos de 1982 a 1986

	Videogramas de registo	Título n.º
Eventos	Animação da Área do Chiado (duas edições)	2/19/1997
Trabalhos escolares	Cadeiras de Rietveld – Exposição de trabalhos (alunos de Daciano da Costa) [Anexo XXXI]	12
	Aveiro, Beja e Braga – Exposição de trabalhos	833
Conferências	Paolo Portoghesi – Conferência e debate	7/8
	André Wogenscky – Conferência e debate	17
	Amâncio Miranda Guedes – Conferências	15/16
	Workshop EAAE [European Association for Architectural Education] – Conferências e debate	20/21/22
	2º Simpósio Internacional de Arquitectura – Conferências e debate	9/10/13/14/137
	3º Simpósio Internacional de Arquitectura – Conferências e debate	19/37/38/40/41/42
	4º Simpósio Internacional de Arquitectura – Conferências e debate	34/36
Comemorações	2ª Cerimónia entrega de diplomas / Homenagem Frederico George / Paolo Sica – Conferência	129
	3ª Cerimónia entrega de diplomas	129/1997
	4ª Cerimónia entrega de diplomas	65
Homenagens	EBAL 1900-1930 – reunião antigos alunos	11
	Almoço homenagem e despedida Augusto Brandão	44/983
	Última aula Rolando Sá Nogueira	1176

Videogramas como trabalhos escolares	Título n.º
Igreja de Jesus em Setúbal	1
Da Exposição do Mundo Português	826
Tédio [Anexo XXXII]	832

Videogramas para aulas	Título n.º
Introdução à Semântica [Anexo XXXIII]	18
Historia das Cidades e Introdução à Arquitectura moderna em Portugal	286/287/289/290/291

Documentários	Título n.º
Tomás Taveira. Projectos [Anexo XXXIV]	23
Retrospectiva das Actividades e Didácticas da FA	31

O Sector de Produção de Audio-Visuais constitui um importante património da Faculdade de Arquitectura. A herança videográfica deste primeiro período é particularmente significativa da experimentação técnica e artística de que temos vindo a falar. As questões da diferença entre filme e vídeo – questão técnica – e entre filme sobre arquitectura (documentário) e filme como arquitectura (via artística) que se podem colocar face aos dados expostos são sinais claros dessa experimentação. Embora, de início, não seja evidente para os seus promotores o que se vai efectivamente alcançar, cremos que, neste período, o Sector vai não só perspectivar uma didáctica para a Escola como ser uma sua prática distintiva.¹⁴⁶

Hoje, o Sector de Produção de Audio-Visuais chama-se *Centro Multimedia* e tem como seu acervo mais de 2634 filmagens, que se saiba (listagem pública até o ano de 2016). Tal como dissemos no início desta secção, não fora os videogramas que o Centro disponibilizou e não poderíamos interpretar, nem eventualmente conhecer, algumas das mais excepcionais realizações da Escola, como as que adiante veremos.

¹⁴⁶ Tomás Taveira, que preside ao Conselho Directivo da Faculdade em meados dos anos 90 (até 12 de Janeiro de 1995), vê aprovados no seu Conselho Científico e Assembleia de Representantes a abertura de um curso de “Cinema e Vídeo” (entre outros, como “Pintura”, “Escultura” e “Preparação de actores”). Cf. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. *Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento*. Janeiro de 1994. Além de querer ocupar o espaço da Faculdade para o curso de Cinema (e outros), Taveira pretende alugar “um dos pavilhões” do novo edifício ao canal SIC para emissão em momento de eleições. Cf. PEREIRA, Inês Teotónio. *Enfim sós*. Junho de 1989. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em https://repositorio-tematico.up.pt/simple-search?query=Tom%C3%A1s+Taveira&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10. [Anexo XXX]. Nomeadamente com a criação dos novos cursos acima citados e possibilidade de aluguer das instalações da Faculdade para emissões televisivas, Tomás Taveira estaria a dar continuidade à referida experimentação técnica e artística.

5. DO FINAL DE 1983 A 1985/86. INICIO OU FIM DA ESCOLA DE LISBOA?

5.1 Cerimónias de entrega de diplomas e sessões inaugurais de ano. “O pato com uva”

No período em foco (de 1983 a 1986) existe uma particular comemoração de final de ano que sumariza os acontecimentos descritos no capítulo 4.

Antes, interessa conhecer outras três comemorações – que, cremos, demonstram o que julgamos poder configurar uma visão que Augusto Brandão tem para a disciplina – através de também três factores que sublinhamos.

O primeiro é a quantidade. Já vimos no capítulo 4.1 que, para Brandão, a Escola deveria, entre outros objectivos, implementar um “ensino de massas”.¹ Essa fórmula tinha como motivo possibilitar uma “força anímica e social no País”² que fizesse frente a “embates importantes”, como a esperada liberalização do “comércio intelectual” advinda da entrada de Portugal na C.E.E. [Comunidade Económica Europeia] [Anexo I].³ Em segundo lugar, Brandão advogaria que o arquitecto deveria adquirir notoriedade pública.⁴ Cremos que era nessa linha que

¹ Desde logo no capítulo 4.1 notámos a seguinte citação de 1984: “É por essa razão que a E.S.B.A.L., desde 1976, tem procurado criar um ensino de massas, de modo a aumentar substancialmente o número de arquitectos em Portugal, possibilitando assim que a classe tenha força anímica e social no País. Essas quantidades, por outro lado, irão proporcionar o aumento da dispersão do próprio arquitecto por todo o território português. Já hoje em dia, muito timidamente, é certo, se encontram arquitectos trabalhando em locais muito fora dos centros urbanos.” BRANDÃO, Augusto. Uma profissão do nosso século. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, p.5. [Anexo I].

² *Idem*.

³ “Aí o problema de uma determinada actividade sofrer embates importantes, para não dizermos vitais.

No caso concreto da arquitectura, a abertura de Portugal à C.E.E. vem trazer um desses problemas.

O comércio intelectual e do fazer da arquitectura será liberalizado e dar-se-á [uma] luta entre a capacidade organizadora e criativa da classe dos arquitectos portugueses e as classes dos arquitectos das outras nações.” *Idem*, p. 6. [Anexo I].

⁴ Já fizemos nota deste aspecto no capítulo 4.1. dando como exemplo o balanço actual que Augusto Brandão faz dos anos que passou na Escola. Aqui, Brandão fala de notoriedade em forma de “estatuto”:

“Por último, gostaria de realçar duas acções que a Faculdade elege como factores fundamentais para a sua existência e seus resultados.

Tínhamos a noção que antes de entrarmos para a Direcção da escola/faculdade, o arquitecto pobre, rico ou remediado não apresentava um estatuto social e profissional

havia de defender, tão cedo quanto 1982, a instituição de uma Ordem dos Arquitectos.⁵ O facto de Augusto Brandão defender a criação de uma Ordem e também a obrigatoriedade de um estágio de acesso (com um arquitecto “de reconhecido mérito”, seguido de um exame com um júri de cinco arquitectos),⁶ quando a própria Escola não exigia os mesmos

digno da sua profissão, por isso eu considerei fundamental procurar dar esse estatuto social que ele agora tem e foi com a ajuda de alguns profissionais de primeira categoria, como por exemplo Tomás Taveira, que se fez com que até as peixeiras reconhecessem o trabalho do arquitecto.” BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p.31.

No contexto de uma alegada vontade de constituição de uma Ordem dos Arquitectos por parte de Brandão, em 1982, José Norberto – na altura membro da ex-Comissão Gestora do SNA, membro da ex-comissão Redactora do Estatuto da AAP e ex-membro da Direcção da SRS^aAAP[sic] – considera que esta notoriedade é encarada por Brandão como “prestígio”, e defende, nomeadamente, que o prestígio não é concedível por Lei (ou em última análise, por diploma escolar), mas sim por qualidade própria, exemplificado com o valor das obras de arte: “Há artistas muito prestigiados, outros pouco, outros ainda que não valem socialmente um chavo; os que têm prestígio não precisaram de se organizar em Ordem para o terem.” Defende também que é o Estado que deve regulamentar a profissão: “É ao Estado que compete a definição das normas que deverão enquadrar a actividade profissional dos arquitectos (...). Assim como caberá ainda ao Estado julgar, através das instituições judiciais adequadas, a não observância daquelas normas.” NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, pp.16-17. [Anexo II].

Enquanto candidato à presidência do Conselho Directivo Nacional da Associação dos Arquitectos Portugueses, em 1987, quando questionado sobre “que condições para uma efectiva participação dos associados na vida associativa?”, responde: “A participação far-se-á naturalmente (...) quando for promovida eficazmente a valorização e dignificação profissional dos associados (...)” Aqui, a notoriedade é vista como reconhecimento profissional. (s.n.). Entrevista a Augusto Pereira Brandão. Candidato da lista B à presidência do CDN. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p.5.

Este reconhecimento deveria adquirir um carácter universal. Na mesma data e contexto, respondendo à pergunta “a livre circulação introduzida pela entrada na C.E.E.?”[sic], Brandão afirma: “O jogo actual da F.A.L. é criar uma Faculdade que seja operante e acutilante, sob todos os pontos de vista, de modo a desenvolver ‘inteligências e intuições’ com sentido universal. Mentos aptas a serem absorvidas no mercado de trabalho do Mundo inteiro.” BRANDÃO, Augusto. A Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.11.

Enfim, notoriedade, estatuto, prestígio ou reconhecimento são na generalidade conceitos que, cremos, Brandão teria interesse em promover no quadro pedagógico e profissional arquitectónico português.

⁵ Confirmar esta intenção em NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, pp.16-17. [Anexo II]. Brandão seria candidato ao Conselho Directivo Nacional, pela lista B, em 1987. (s.n.). Candidatos ao Conselho Directivo Nacional. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p. 14.

⁶ NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, p.17. [Anexo II].

trâmites,⁷ é talvez uma incongruência⁸ – no entanto tratar-se-ia, em última análise, de um método de qualificação que, naquele contexto, induziria maior notoriedade social e, ao mesmo tempo, uma igualmente eficaz capacidade, até pela sua componente prática, de combater a entrada, em Portugal, e com a integração na C.E.E., de “gabinetes de arquitectura que, pelo seu poder financeiro, poderão destruir toda a frágil estrutura da classe dos arquitectos portugueses.”⁹

Simplesmente, sendo a Escola, na prática, o primeiro, ou o mais básico instrumento de alcance dos objectivos profissionais de um candidato a arquitecto,¹⁰ o reconhecimento que se lhe poderia atribuir partiria, antes de mais, de um grau académico. Nesse contexto, a forma como se processaria o seu acolhimento e, sobretudo, a sua formatura seriam fundamentais;¹¹ as cerimónias de inauguração do ano, bem como as de término, haveriam de transmitir a máxima solenidade (terceiro ponto) – e, tanto quanto pudemos confirmar, em todos os casos do período em

⁷ Os planos de estudos de todo o período em estudo não incluem estágio, ao contrário do que acontece no Porto. Esse aspecto é, aliás, chamado à atenção pela Portaria que legaliza os planos de estudos de 1976 a 1983: “Urge consagrar legalmente os planos de estudos que entretanto foram ministrados sem que esta homologação retroactiva signifique uma tomada de posição quanto à estrutura curricular do curso de Arquitectura sem estágio, questão que deverá ser estudada com ambas as escolas que formam arquitectos e decidida durante o próximo ano lectivo.” Cf. Portaria n.º 503/84, de 25 de Julho.

José Troufa Real refere-se à Escola de Lisboa como uma Escola sem momentos de avaliação: “Em Lisboa ‘o aluno tem a possibilidade de escolher o seus próprios percursos, professores e turmas, as faltas não existem e a preocupação é dar-lhes uma formação aberta.’” REAL, José Troufa. Cit. por (s.n.). *Arquitectura – O desprezado quotidiano*. *Semanário*. 1986-02-14. p.45. In http://wwwold.oasrs.org:8080/documents/10192/0/AAP_ENA01.pdf/7d85d0b3-1551-4d5f-bd03-a2ac39b2e5e4

⁸ Norberto sugere-o, no seu artigo, com um cartoon elaborado para o efeito. V. cartoon em NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, p. 17. [Anexo II].

⁹ BRANDÃO, Augusto. Uma profissão do nosso século. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, p.6.

¹⁰ Nem a formação profissional, nem a própria Associação dos Arquitectos, tinham enquadramento legal que permitisse formalizar uma qualificação para lá do título concedido pela Escola: “Neste momento não existem profissionais com o título de Arquitecto, nem quem lhes atribua o título. Temos Faculdades que atribuem títulos académicos, mas nada têm a ver com o título profissional. Isto é, não existem arquitectos formados em Portugal de há 5 anos a esta parte.” (s.n.). Entrevista a Augusto Pereira Brandão. Candidato da lista B à presidência do CDN. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p.5.

¹¹ Neste período, adquirir um diploma universitário era socialmente mais considerado do que nos dias de hoje, visto que se formavam menor número de estudantes a esse nível.

estudo seriam testemunhadas e justificadas por membros do Estado e da universidade.

Interessa-nos acrescentar que esta solenidade vir-se-ia a tornar lúdica de um modo progressivo e só aparentemente contraditório.¹²

Para entendermos a aparente contradição e podermos retomar a ideia, recuemos de novo ao capítulo 4.1 e vejamos que, em paralelo com estas cerimónias, existia uma pluralidade e “liberdade máxima” de orientações didácticas. Diz Brandão:

“Procurámos sempre ter professores que no seu ensino defendessem os diversos modos de enriquecer a fraseologia arquitectónica dentro da liberdade máxima de execução e de pensamento das diversas escolas e personalidades em voga num[sic] mundo.”¹³

No fundo, eram oferecidas diversas abordagens pedagógicas, o que gerava potencialmente a dispersão dos estudantes, tornando a Escola uma “balda” [Anexo II];¹⁴ no entanto, como veremos, essa liberdade nem sempre os afastaria de uma solidária (ou séria) inspiração festiva – e é aí que queremos chegar. Existe, como se verá, uma capacidade de montagem de eventos, da parte dos estudantes, que só é possível pelo desejo de solenidade, a qual era incutida pelas próprias cerimónias em si (promovidas pela Direcção). É aliás num contexto de festa (entrega de diplomas de 1982/83), mas ao mesmo tempo de cerimónia, que ouvimos o próprio Ministro da Educação José Augusto Seabra admitir a ligação de ambas:

“Eu acredito que, com a sua capacidade, com a sua vontade, mas, sobretudo, como acontece na arte, com o seu desejo e com o

¹² Troufa Real, professor na altura, sinaliza esta contradição, associando-a ao autodidactismo: “Troufa Real, para quem a escola de Lisboa é das mais ‘divertidas que conhece’, considera-a como ‘um produto da nova sociedade, onde a aprendizagem se remete à seriedade dos estudantes’”. (s.n.). *Arquitectura – O Desprezado quotidiano. Semanário*. 1986-02-14. p.45. In http://www.old.oasrs.org:8080/documents/10192/0/AAP_ENA01.pdf/7d85d0b3-1551-4d5f-bd03-a2ac39b2e5e4

¹³ BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, p.29.

¹⁴ V. cartoon em NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*.1982, n.ºs 10-11, p. 16. [Anexo II]. “Balda” vem também da expressão “És balda?”, que se usava na época – alusão a ESBAL.

seu prazer, [os arquitectos que estão aqui esta noite] saberão, na vida, enquanto profissionais, manter sempre este espírito que aqui esta noite nos animou, e que foi de facto um espírito de festa, foi um espírito de invenção, de diversão no que ela tem de melhor.”¹⁵

Vemos que a quantidade de formados, a notoriedade profissional e a solenidade cerimonial que colocamos como três parâmetros para análise desta secção andam a par e passo. Assim, ao mesmo tempo que as comemorações de início de ano lectivo e distribuição de diplomas reflectem os acontecimentos descritos no capítulo 4 – nomeadamente o contágio das restantes belas-artes; a celebração do *post-modern*; e o avivar da cultura escolar – elas inequivocamente interligam factores como quantidade, notoriedade e solenidade, num padrão que Augusto Brandão almejaria para o ensino e a prática da arquitectura.

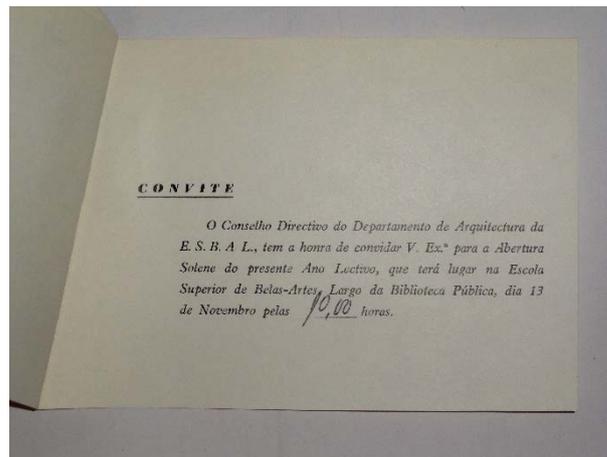


Figura 98 Convite para Abertura Solene de Ano Lectivo de dia 13 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]

A primeira abertura solene de ano, no contexto em que as estamos a analisar, ocorre no dia 13 de Novembro de 1981. Sabemos que é nesse âmbito que Alison e Peter Smithson, e

Amâncio Miranda Guedes haviam proferido conferências, nos dias 11 e 12; ora, a cerimónia em causa realiza-se no dia seguinte, às 10h [Figura 98]. A lista de convidados é extensa e, cremos, por ordem descendente de importância [Anexo III],¹⁶ o que faz ressaltar os valores que a Direcção

¹⁵ Videograma 128. Debater o Design. Reuniao da comissao organizadora do Icoagrada. Isabel Santa Barbara Anne Anselmo; e Videograma 129. 3 Cerimonia de entrega de diplomas na ESBAL. Reitor da Universidade da ESBAL e UTL. [Denominações do Fundo FAUL]. Uma só gravação. A partir da hora 02:40:16. [Fundo FAUL].

¹⁶ *Ministro da Educação e das Universidades; Secretário de Estado do Ensino Superior; Reitores das Universidades: Clássica, Técnica de Lisboa, Nova, Livre, Católica; Presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura; Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses; Presidente da Fundação*

quer transmitir a montante do contexto didáctico; aqueles mesmos que referimos acima: solenidade, notoriedade, quantidade.

A cerimónia relativa ao ano lectivo seguinte tem lugar no antigo anfiteatro da ESBAL no dia 22 de Outubro de 1982 e já assume os dois actos: é, ao mesmo tempo, uma sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e uma cerimónia de entrega de diplomas do ano de 1981/82.

As cerimónias aqui analisadas vão crescendo no que respeita:

- (1) à sua dimensão (exigência de organização);
- (2) à sua adesão (número de participantes);
- (3) ao seu conteúdo (componente festiva);
- (4) e ao seu registo (fotográfico e também videográfico – o qual, a contar com o acervo do actual Centro Multimedia, começa nesta na segunda cerimónia).

Desta vez estão presentes, como já dissemos em 4.3, o Ministro da

Educação (João Fraústo da Silva), e o Reitor da Universidade Técnica de Lisboa (Eduardo de Arantes e Oliveira)

[Figura 99]. A

sequência das

ocorrências permite-nos

ter noção de que, desta



Figura 99 Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Mesa de honra (Fotograma). [Fundo FAUL]

Calouste Gulbenkian; Presidente do British Council; Presidente do Conselho Directivo de Artes Plásticas e Design; Presidente do Instituto Português do Património Cultural; Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Presidente da Junta Nacional de Investigação Científica; Presidente da Câmara Municipal de Lisboa; Presidente da Câmara Municipal de Santarém; Presidente da Câmara Municipal de Mértola; Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Santarém; Presidente da Academia Nacional de Belas Artes; Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Presidente da Comissão de Educação da Assembleia da República; Presidente da Comissão de Educação e Tecnologia do Conselho da Europa; Adidos Culturais das Embaixadas de: Marrocos, Índia, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, E.U.A., Espanha, Brasil, Inglaterra, França; Chefe do Gabinete de Relações com as Ex-Colónias; Directores de todos os jornais; Directores de Programas da RTP/1 e RTP/2; Director da RDP; Director da Rádio Renascença; Director da ANOP; Antigos professores; Todo o Corpo Docente actual; Cerca de 200 alunos que concluíram a Licenciatura em Arquitectura no ano lectivo de 1980/81. Note-se a ausência de um representante da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, nomeadamente da sua Escola de Arquitectura. Note-se ainda a ênfase que é dada ao número de alunos graduados nesse ano lectivo. [Anexo III]. [Fundo FAUL].

cerimónia em diante, as inaugurações de ano lectivo e as distribuições de diploma passarão a ser uma cerimónia só.

O primeiro a discursar é o presidente da Associação de Estudantes [AE] de Arquitectura. No seu discurso, o presidente aborda uma questão já citada nesta tese que é o facto de a Escola ter vindo a evoluir de um modo extraordinário na última meia dúzia de anos [V. capítulo 3.1]. De seguida, lembra a indefinição jurídica, “*e de facto*”, em que se encontra a Escola, tratando esta problemática de “*sui generis*”:

*“Encontramo-nos integrados na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Escola esta afinal que parece só existir na teoria, desde há uns anos a esta parte. Com a progressiva separação que se deu entre os cursos de arquitectura e de artes plásticas, pode-se dizer que, hoje, dentro da Escola, existem duas escolas, com os seus órgãos de gestão e serviços administrativos próprios.”*¹⁷

De seguida, pela razão de se encontrar na presença do Ministro da Educação, apela a mais verbas e melhores instalações, a um estatuto de carreira docente para os professores da Escola, e a uma equivalência clara entre os diplomados em Portugal e os seus colegas da C.E.E.; não esquecendo, por último, que: “[A Faculdade de Arquitectura] *deve ser – ou melhor, ela tem que ser – a continuação deste Departamento de Arquitectura.*”¹⁸ O presidente defende aqui um curso cuja artisticidade se mantenha (o que vem em conformidade com as circunstâncias descritas no capítulo 4, como temos vindo a referir).

¹⁷ Videograma 21. Workshop de Arquitectura. Sessão de Abertura 1 sessão e início da 2. Jose Augusto Pereira Brandao. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do minuto 01:50. [Fundo FAUL].

¹⁸ Videograma 21 a partir do minuto 04:55. [Fundo FAUL].

Ao discurso do presidente da AE segue-se o de Augusto Brandão, director da Escola [Figura 100], o qual afirma a sua tradição como “*velha Escola que tem, neste momento, quase um*



Figura 100 Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Discurso de Augusto Brandão (Fotograma). [Fundo FAUL]

século de existência. (...). Estamos perante, assim, uma Escola com grandes tradições das quais ela, na realidade, não abdicará.”¹⁹

Continua, perante o poder político presente, declarando a dificuldade da profissão e a dureza do curso de arquitectura:

*“A formação do arquitecto e a vida do arquitecto, em Portugal, é dura. Ai isso não vos conto. Não há limitações nem há, de facto, barreiras para a nossa profissão. A nossa profissão é, na realidade, atacada de todos os lados. E, principalmente, há, na realidade, muitas entidades muito ciumentas da nossa profissão. Por isso a vossa vida futura, meus caros arquitectos, vai ser, de facto, uma vida dura, como dura foi ao tirarem o vosso curso.”*²⁰

¹⁹ Videograma 21 a partir do minuto 06:15. [Fundo FAUL].

²⁰ *Idem.*

Na cerimónia de inauguração da conferência EAAE [V. capítulo 4.1] também é proferido um discurso relativo à natureza do curso, ou do ensino na Escola. Aqui, já se abordam parâmetros mais concretos, nomeadamente as influências dos “*métodos e processos*” de outras instituições: “*Pouco direi sobre o método, a estrutura e a finalidade do ensino da minha Escola. Posso dizer somente que ela tem recebido, nos últimos anos, uma grande influência, quer dos métodos e processos, que foram abordados e tratados em profundidade em regiões como Zurique, quer dos métodos e processos abordados [em regiões] em vias de desenvolvimento. A nossa viagem à América Latina foi, neste campo, um sucesso. Pude compreender as grandes diferenças entre o ensino anglo-saxónico, nórdico, e as necessidades profundas do ensino nesses países. Daí nasceu a ideia de complementar essa visita com a reunião com um país da América Latina, marcada para princípios de Março de 1983 em Goiás, no Brasil, onde, pela primeira vez, se pretenderá ligar, em associação própria, os países da América do Sul e do centro, e os países da Europa.*” Videograma 21 a partir da hora 01:56:20. [Fundo FAUL].

Figura 101 Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Retrato de Frederico George (Fotograma). [Fundo FAUL]



Continua prestando louvores a trabalhadores (pessoal) da Escola ao que se segue a formalização do primeiro prémio Frederico George (“segundo resolução dos Conselhos Científico e

Directivo”)²¹ e uma inauguração de retrato do próprio Frederico George [Figura 101].

Ao subir ao palanque, George agradece essencialmente aos que contribuíram para a sua formação: professores, mas também “*mestres com quem tive oportunidade de trabalhar, como os carpinteiros, como os pedreiros (...)*”²²

Figura 102 Sessão de inauguração do ano lectivo de 1982/83 e distribuição de diplomas relativos ao ano de 1981/82. Encenação do grupo de teatro amador Ibis (Fotograma). [Fundo FAUL]



Segue-se então a conferência de Paolo Sica,²³ apresentado por Fernando Moreira da Silva²⁴ como diplomado e Professor na Universidade de Florença. Paolo Sica profere uma conferência

²¹ “*Gostava, Senhor Ministro, se me permite, que fosse atribuído ao Senhor Professor Frederico George, e segundo a resolução dos Conselhos Científico e Directivo, o primeiro prémio da arquitectura portuguesa para, de facto, a grande personalidade que o Professor Frederico George é.*” Videograma 21 a partir do minuto 08:20. [Fundo FAUL].

²² Videograma 21 a partir do minuto 14:40. [Fundo FAUL].

²³ Para uma biografia de Paolo Sica: “Paolo Sica è stato architetto, urbanista, storico, docente alla Facoltà di Architettura di Firenze e in altre università europee e americane. La sua attenzione di uomo di cultura e la sua opera di architetto e urbanista hanno avuto come luogo privilegiato Firenze, la città nella quale è vissuto e ha prevalentemente operato. Tra le sue pubblicazioni: *L’immagine della città da Sparta a Las Vegas* (Bari, Laterza, 1970) e *Storia dell’urbanistica (Il Settecento, L’Ottocento, Il Novecento, Antologia di Urbanistica*, Bari Laterza, 1976-80).” In <http://www.paolosica.it/>

²⁴ De acordo com um mapa de docentes da Faculdade de Arquitectura para 1987/88, Moreira da Silva seria assistente. [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Docentes da Faculdade de Arquitectura. [1987/88]. [Fundo FAUL].

de cerca de uma hora e dez minutos sobre o seu trabalho, em frente a todos os convidados e alunos.

Depois da conferência de Sica, e dos discursos e homenagens que lhe precederam – e que, no fundo, constituem o lançamento do novo ano lectivo – procede-se à entrega de diplomas. Destaca-se, desta fase, a acção do Grupo de Teatro amador *Ibis* o qual apresenta poemas de Fernando Pessoa e Jorge de Sena, numa encenação a partir da plateia [Figura 102] que fica gravada em VHS. É uma manifestação artística – uma animação, ainda que contida – que se enquadra no entusiasmo provocado pela música que desde início acompanhava a longa entrega de diplomas, de entre a qual se conta, entre outras bandas, os *Heróis do Mar*.

Já a cerimónia de entrega de diplomas do ano de 1982/83, que ocorre a 28 de Outubro de 1983 [Anexo IV], realizada no pátio da ESBAL, tem a componente artística como característica principal.

Notemos que no centro do pátio se ergue um palco quadrangular; a sua estrutura é ocultada por volumes paralelepípedos que, ora constituem escadas de acesso, ora são decorativos, servindo ainda de base a quatro máquinas de projecção, relativamente equidistantes, em dois dos lados do palco, e a quatro televisões, uma em cada canto exterior. As máquinas de diapositivos vão projectar sobre telas de grande dimensão penduradas em estruturas que, por sua vez, estão encostadas às fachadas.

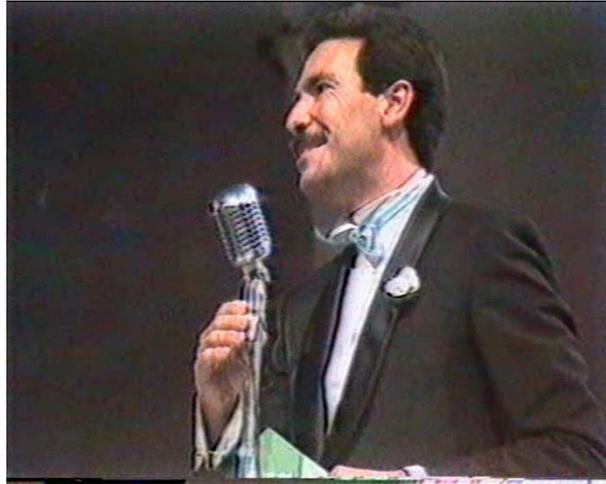
Uma moldura gigante, colocada obliquamente num dos cantos do pátio, enquadra um pequeno, mas íngreme anfiteatro onde os diplomados aguardam.

Em volta do palco está a plateia. Uma das filas, num dos quatro lados da plateia, é atribuída a figuras de destaque, entre as quais o Ministro da Educação. [Figura 103] [Anexo V].



Figura 103 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Pátio da ESBAL. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]

Figura 104 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Apresentação de Fernando Moreira da Silva (Mestre de Cerimónias). 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]



Por cima do pátio, uma tela protege a cerimónia da chuva.²⁵

Quanto à cerimónia, a sequência do que está gravado apresenta-nos: (0) uma introdução de Fernando Moreira da Silva [Figura 104]; (1)

um discurso de Augusto Pereira Brandão; (2) a mostra de um videograma intitulado “Retrospectiva da Actividades e Didácticas”;²⁶ (3) a mostra de um videograma relativo aos “quatro pontos cardiais”; (4) a entrada da simulação de um pato escultórico no recinto; (5) a entrega dos diplomas; (6) o sorteio de uma pata real (um animal); (7) um discurso do Ministro da Educação, José Augusto Seabra.

Como dissemos, Moreira da Silva começa por apresentar o director Augusto Brandão,²⁷ que é aplaudido depois de subir ao palco, antes de iniciar o seu discurso. Após cumprimentos e algumas palavras de circunstância [Figura 105], afirma, referindo-se à cerimónia de entrega de diplomas: “*Estou convencido que é a única escola em todo o Portugal que mantém, e que procura manter uma tradição que vem de séculos.*”

Figura 105 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Discurso de Augusto Brandão (Director). 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]



Segue louvando a equipe e “*o esforço*” que foi chegar a “*este sistema que, até há questão de uma hora, quase nada existia*”. Continua o seu discurso cumprimentando os novos colegas e listando

²⁵ Depoimento de Augusto Brandão (2015.04.10).

²⁶ Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do Fundo FAUL]. [Fundo FAUL].

²⁷ Videograma 128 e Videograma 129. Uma só gravação. A partir da hora 02:06:30. [Fundo FAUL]

alguns conselhos relativos à profissão e à classe, terminando com: *“Nada está feito em Portugal. É preciso começar-se a fazer.”*²⁸

Entre as palavras mais importantes que profere – no contexto do que estamos a analisar neste capítulo, que é a questão “início ou fim da Escola de Lisboa?” – afirma:

*“Espero que a Faculdade ganhe o dinamismo, na realidade, com que esta Escola está acabando. E como temos aqui o nosso Ministro da Educação, peço ao Ministro da Educação que olhe pela Faculdade e que ela comece, na realidade, em beleza, como a Escola está, neste momento, a terminar.”*²⁹

Finalmente, a pretexto da transferência da Escola para a universidade, afirma que *“vai começar pelo 5º ano – coisa que é inédita também no país”*, acrescentando que este facto se deve, em parte, ao reitor da Universidade Técnica.

Fernando Moreira da Silva apresenta então o videograma “Retrospectiva das Actividades e Didácticas” o qual é documental das *“inúmeras manifestações [que a Escola] levou a cabo [,] algumas bem espinhosas”*,³⁰ diz. O videograma,³¹ animado por um voz-off, mostra trechos do decorrer das aulas, dos eventos EAAE e EASA, das Pós-graduações, dos Simpósios Internacionais de Arquitectura, do “Animação da Área do Chiado”, de Exposições, etc.. Em suma, remete para algumas das iniciativas que descrevemos no capítulo 4 e, nomeadamente, refere que *“Estamos empenhados desde*



Figura 106 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Distribuição de copos contendo groselha. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]

²⁸ *Idem* a partir da hora 02:06:46. [Fundo FAUL].

²⁹ *Idem*.

³⁰ *Idem* a partir da hora 02:10:02.

³¹ *Idem* a partir da hora 02:10:38.

Março [de 1983] na preparação das primeiras Jornadas Luso Brasileiras” – evento que analisaremos de seguida.

Depois da mostra deste videograma, é servida uma bebida entre os convidados [Figura 106]³² seguindo-se um videograma que Moreira da Silva chama de “espectáculo audiovisual”:

“Vamos, pois, ver um espectáculo audiovisual, espectáculo esse que vai-nos tentar reproduzir a percepção do lugar, percepção essa que nos vai ser dada pelos quatro pontos cardiais. Daí, os quatro ecrãs que temos nos quatro altos do nosso pátio. Foi um percurso perfeitamente ao acaso, escolhido na nossa cidade de Lisboa, e, talvez por uma certa analogia com os quatro pontos cardiais, será acompanhado pelas quatro estações de Vivaldi.”³³

Este “espectáculo”³⁴ consiste em filmagens documentais de uma zona de Lisboa relativamente contida (Mercado da Ribeira; Campo das Cebolas; Avenida da Liberdade). Destaca-se o facto de registar, nomeadamente, a “Casa dos Bicos”, obra de Manuel Vicente considerada por Jorge

Figueira como pós-modernista.³⁵ Este videograma está, no fundo, a afirmar a identidade da Escola como participante da cultura social, edificada e arquitectónica da cidade [Figura 107] [Anexo VI].

Figura 107 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Excerto de “Espectáculo audiovisual”; Casa dos Bicos, Lisboa. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]



³² *Idem* a partir da hora 02:20:32.

³³ *Idem* a partir da hora 02:21:25.

³⁴ *Idem*.

³⁵ “Cada tema da Casa dos Bicos é pós-modernista. A Casa dos Bicos é quase excessivamente pós-modernista. A fachada é uma réplica (...)” FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.171.

Segue-se entrada, no recinto, de um pato escultórico com cerca de três metros de altura, na face do pátio oposta à das individualidades convidadas.³⁶ Este pato gigante surge espontaneamente (sem aparentes recursos tecnológicos) atravessando um portal de ramos de árvore. A sua entrada é acompanhada de coros operáticos; o público aplaude ritmadamente; o pato deambula a acompanhar o público.³⁷ Depois de se movimentar, detem-se no local onde está a grande moldura com os novos arquitectos e a sua retaguarda explode. Ao mesmo tempo, uma nuvem de fumo preenche a zona onde este permanece.

Do grande pato saem figuras vestidas e mascaradas de pato trazendo consigo tabuleiros redondos onde estão colocados pedaços de pato com uva. Os pequenos patos saídos do grande pato distribuem então estes aperitivos [Figura 108] [Anexo VII].

Quanto ao que se segue – a própria entrega dos diplomas – Fernando Moreira da Silva chama, pelo nome, cada um dos cerca de 50 candidatos³⁸ e estes abandonam, individualmente, o seu local – ainda ao



Figura 108 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Entrada em cena de pato escultórico; distribuição de pato com uva. 28 de Outubro de 1983 (Fotogramas). [Fundo FAUL]

³⁶ Videograma 128 e Videograma 129. Uma só gravação. A partir da hora 02:23:18. [Fundo FAUL].

³⁷ Segue-se mais música coral de forte impacto, como “O Fortuna” da Cantata *Carmina Burana*, de Carl Orff.

³⁸ “*Ora, depois de terem saboreado um pouco de pato, não com laranja, mas com uva, vamos precisamente fazer a distribuição dos diplomas. Eu vou começar por chamar, e*

som de música sumptuosa – e, tendo recebido o diploma directamente do Ministro e outras figuras de destaque, adjuvados pelas figuras mascaradas de pato, circundam o pátio, regressando ao seu lugar.

Figura 109 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Sorteio de pata apelidada de Genoveva. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]



A cerimónia continua com o sorteio de uma pata verdadeira. Um assistente coloca a pata no palco [Figura 109]; num outro palco, erguido num local elevado, a um canto do pátio, está uma figura

feminina e uma grande roda de sorteio azul e branca. A figura faz girar a roda pronunciando o número vencedor. Vem então o contemplado, de entre os diplomados, ao palco receber o respectivo prémio [Anexo VIII]. Esta descrição detalhada é aqui feita no sentido de documentar o carácter singular e paradigmático de uma época concretizado nesta manifestação académica. As imagens videográficas demonstram com grande realismo a espectacularidade cenográfica e performativa que aqui apenas se sugere.

Moreira da Silva apresenta, então, o Ministro da Educação, o qual, como já dissemos, aproveita para garantir solenemente que a arte e a festa

Figura 110 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Discurso do Ministro da Educação, José Augusto Seabra. 28 de Outubro de 1983 (Fotograma). [Fundo FAUL]



podem coexistir de forma séria. Diz o Ministro José Augusto Seabra [Figura 110]: *“Aqui, esta noite, prova-se que a juventude é capaz de saber o que é a festa. A festa no que ela*

agradecia que, à medida que eu fosse chamando – tal como no ensaio – fossem precisamente dirigindo-se até onde vão receber o vosso diploma.” Videograma 128 e 129 a partir da hora 02:25:37. [Fundo FAUL].

tem de mais elevado, como símbolo da arte, como símbolo da criação.”³⁹

Com o finalizar da cerimónia, Moreira da Silva dirige-se ainda aos convidados apelando a uma visita à Exposição dos trabalhos de arquitectura que se situam no 2º andar.

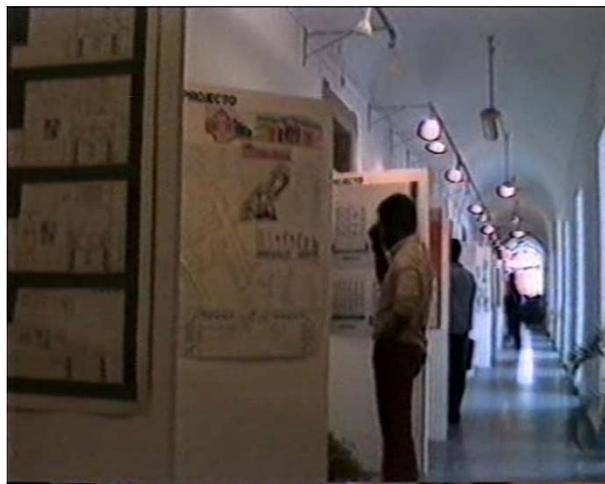


Figura 111 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83. Exposição dos trabalhos dos alunos finalistas. 2º andar da ESBAL (Fotograma). [Fundo FAUL]

O videograma que nos

mostra tudo isto é, ele em si, um objecto trabalhado – isto é, há uma montagem pós-produção de todas as fases da cerimónia. Por exemplo: o “espectáculo audiovisual” não é filmado a partir do pátio da ESBAL mas é introduzido no filme como um separador. A cerimónia acima descrita é procedida, além disso, de uma filmagem da dita Exposição de trabalhos dos finalistas [Figura 111], tendo como banda sonora a banda *Supertramp*.

No ano seguinte (1983/84) a entrega de diplomas realizou-se no Teatro S. Luiz. O videograma “Retrospectiva das Actividades e Didácticas”⁴⁰ mostra-nos, ao fundo de um palco, sentados numa mesa de honra, várias personalidades que

participam na cerimónia [Figura 112] [Anexo IX]. Sabemos, também, que esta pretende constituir uma “sessão solene de imposição de insígnias académicas aos



Figura 112 Cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1983/84 no Teatro S. Luiz (Fotograma). [Fundo FAUL]

³⁹ Videograma 129 a partir da hora 02:37:24. [Denominação do Fundo FAUL].

⁴⁰ Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA. [Denominação do Fundo FAUL]. A partir do minuto 10:24. [Fundo FAUL].

professores desta Faculdade” [Anexo X].⁴¹ Trata-se de uma cerimónia com um “*espectáculo organizado em colaboração com a Comissão de Finalistas que se realizou no teatro de S. Luiz. Durante este espectáculo exibiram-se diversos grupos de dança e de teatro.*”⁴² Às personalidades mais relevantes⁴³ são ainda atribuídos os lugares onde se devem sentar, na plateia [Anexo XI].

No entanto, é à cerimónia d’“O pato com uva”⁴⁴ que gostaríamos de, retrospectivamente, dar mais atenção. Esta cerimónia aproxima-se daqueles valores que propusemos de início os quais se enquadram no que cremos ser uma visão da disciplina segundo Augusto Brandão.

Lembramos: a quantidade (os diplomados presentes são mais de 50); a notoriedade (entre os convidados estão altas personalidades do poder político, incluindo o Ministro da Educação, que profere um discurso); a solenidade (justificada pelo próprio acto cerimonial). São três pontos que aproximam a Escola de um carácter universitário. No entanto ela persiste enquanto vivência colegial (no sentido de restrita, confinada).

⁴¹ [ANTÃO, Fernanda]. Carta ao Director do Teatro Nacional D. Maria II de 7 de Novembro de 1984. [Fundo FAUL].

⁴² Videograma 31 a partir do minuto 10:24. [Fundo FAUL]

⁴³ A lista de convidados é a seguinte: *Prof. Eng.º Arantes e Oliveira, Reitor da U.T.L.; Adjunto do Sr. Ministro da Educação; Prof. Arq. Augusto Brandão; Prof. Doutor Simões Lopes, vice-Reitor da U.T.L.; Prof. Doutor Alfredo Silva, Vice-Reitor da U.T.L.; Prof. Arq. Duarte Castel-Branco, vogal da C.I.; Prof. Eng.º António Lamas, vogal da C.I.; Prof. Aires de Carvalho, Presidente da Academia Nacional de Belas Artes; Prof. Conceição Ferreira, Presidente do Conselho Directivo de Artes Plásticas; Prof. Arq. Formosinho Sanchez; Prof. Arq. Tomás Taveira; Prof. Arq. Carlos Pinheiro; Arq. Bairrada, representante da C.M.L.; Prof. Pintor Luís Filipe de Abreu; Arq. Olga Quintanilha, representante da A.A.P.; Presidente da Cooperativa ARCO; Director do Instituto do Emprego e Formação Profissional; Presidente da C.M. Alcochete; Presidente da C.M. Torres Vedras; Prof. Doutor Carlos Ferreira (E.S.M.V.); Prof. Doutor Pereira da Moura (I.S.E.); Prof. Doutor Manuel da Silva (I.S.E.); Prof. Doutor Martins Barata (I.S.E.); Prof. Doutor João Amaral Franco (I.S.A.); Prof. Doutor Pedro Amaro (I.S.A.); Doutor Francisco Sobral (I.S.E.F.); Prof. Doutor Armando Moreno (I.S.E.F.). *Senhoras das altas individualidades.* Cf. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitectura. [Atribuição de lugares e respectiva lista de personalidades segundo mapa da plateia do Teatro Municipal de São Luiz]. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XI]. Note-se que a presença feminina entre as altas individualidades é representada por apenas uma pessoa. Note-se ainda, de novo neste ano lectivo, a ausência de um representante da Escola Superior de Belas-Artes do Porto, nomeadamente da sua Escola de Arquitectura.*

⁴⁴ Desconhecemos se existe alguma nomenclatura concedida a esta cerimónia pelos próprios actores. Tendo em conta o seu carácter de excepção, considerámos atribuir ao conjunto de eventos descritos para a cerimónia de entrega de diplomas relativos ao ano de 1982/83 a designação de “O pato com uva”.

Com efeito, recordemos como Augusto Brandão é agraciado com palmas entusiasmadas antes do seu discurso, mal chega ao palco; trata-se de um reconhecimento do próprio corpo escolar (e político) da sua condução personalizada – algo que se perderia potencialmente com a entrada numa universidade por definição globalizante.⁴⁵ O Departamento de Arquitectura ainda constitui um regime de excepção no universo do ensino superior português, nestes anos. A expectativa de Brandão é, aliás, a de que a Escola se imponha na cidade como “contracultura”.⁴⁶ Cremos que é nesse sentido que ela não só aproveita os instrumentos legais (a entrada na universidade), como se arma de poder efectivo (as Exposições, as festas, os trabalhos para fora, etc.) como especifica ainda a qualificação do futuro arquitecto (daqui decore o plano pedagógico de 1981/82 descrito em 4.1). Travar algum complexo de inferioridade perante a sua Escola congénere, no Porto, é um dos assuntos tabu que possivelmente se colocam, neste momento.⁴⁷ Verifica-se, então, uma relativa contradição entre desejar formar o maior número possível de alunos e, ao mesmo tempo, manter a Escola como um lugar de referência, sobretudo perante a entrada na universidade; assim, com o avançar da

⁴⁵ Augusto Brandão será Presidente dos Conselhos Directivo (e Administrativo), Científico e Pedagógico [eleição] até 9 de Agosto de 1991. Conforme depoimento de Augusto Brandão (2013.03.15). Depois de 1983/84 não temos registos de mais cerimónias de início de ano lectivo e entrega de diplomas.

⁴⁶ Como já dissemos no capítulo 4.1, existem diversas notícias de jornal da época relativas à Escola que repetem o slogan “contracultura”, o qual está, aliás, inscrito no Relatório de Actividades de 1981/82 (p.38). Cf. por exemplo a notícia do *Correio da Manhã* de 14 de Novembro de 1981 com o título “Segundo Pereira Brandão, Escola de arquitectura é contra-poder cultural”; esta notícia apresenta o seguinte trecho: “O Presidente do Conselho Directivo do departamento de Arquitectura da Escola de Belas Artes de Lisboa, Pereira Brandão, considerou ontem a acção daquela escola como uma espécie de contra-poder cultural.

‘Com a sua acção de intervenção na cidade de Lisboa, a Escola cria uma espécie de contra-cultura, na medida em que põe em causa a cultura arquitectónica existente’, disse Pereira Brandão.

‘É essa a vitalidade reformadora que faz da instituição universitária uma instituição insatisfeita e crítica do mundo circundante’, acrescentou.” [Cópia do fundo FAUL]. [Anexo I do capítulo 4.1].

Cf. também a notícia do *O Primeiro de Janeiro* de 26 de Novembro de 1981 com o título “Intervindo na cidade como contracultura”. [Cópia do fundo FAUL]. [Anexo I do capítulo 4.1].

⁴⁷ Reportando ao período dos Simpósios Internacionais de Arquitectura, Tomás Taveira afirma: “Repare que, naquela época, vivia-se no seio de uma constringida ideia de que o Porto era o centro da intelectualidade da arquitectura portuguesa. Lisboa não tinha prestígio, embora tivesse formado a maioria dos arquitectos importantes daquele tempo.” TAVEIRA, Tomás. Cit. por FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011, p.134.

década, a vivência colegial de que falámos torna-se menos expressiva. De algum modo explica-se assim a “não-inscrição”⁴⁸ deste evento na história da Escola, e mesmo da cultura arquitectónica lisboeta. Esta cerimónia comprova também que a Escola de Arquitectura ainda é, em 1983 – e apesar da expectativa da transferência para uma Universidade Técnica – uma escola de cariz artístico (salvo ambos os aspectos poderem andar lado a lado). Aliás como já nos dizia o presidente da Associação de Estudantes de Arquitectura em 1982, a Exposição dos trabalhos dos alunos do ano de 1981/82 provava que a Escola não queria abandonar o seu carácter:

*“Não será aceitável, de modo algum, que aqui venha a ser implementado um curso de arquitectura à espanhola. Faculdades de Engenharia: já há três em Lisboa e, como se poderá constatar na Exposição que hoje será inaugurada em arquitectura, nós não estamos efectivamente dispostos a abdicar da componente criativa deste curso.”*⁴⁹

A celebração d’“O pato com uva” – e nomeadamente a cena do pato gigante – é a confirmação desta direcção pela sua capacidade inventiva – para dizer o menos possível. Não se pode afirmar, no entanto, que não seja produto de influências arquitectónicas e artísticas. Artísticas, em primeiro lugar, tendo em conta, por exemplo, alguns aspectos do surrealismo – um movimento literário e artístico que apesar de ‘ultrapassado’, enfim, se baseava na “libertação de todas as preocupações racionais, morais ou estéticas, valorizando a criação artística radicada nos automatismos psíquicos, na espontaneidade, no instinto, no subconsciente e no sonho.”⁵⁰ Mas também considerando o pós-modernismo arquitectónico no que ele tem de “ordinário”, “grosseiro”, “vulgar”, “corrente”, “banal”.⁵¹ Por último, pela evidente relação com o

⁴⁸ “Não-inscrição” é um conceito criado por José Gil, filósofo, no seu ensaio “Portugal hoje. O medo de existir” a respeito da dificuldade dos portugueses em guardarem na sua memória eventos passados, sobretudo traumáticos.

⁴⁹ Trecho do discurso do presidente da Associação de Estudantes de Arquitectura na sessão inaugural do ano de 1982/83. Cf. Videograma 21 a partir do minuto 00:27.

⁵⁰ <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/surrealismo>

⁵¹ São expressões de Manuel Vicente, arquitecto com obra pós-modernista, segundo Jorge Figueira (Cf. FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.171)

“‘The Long Island Duckling’, a duck-shaped fast-food restaurant, (...) the subject of [Robert] Venturi’s illustration for his thesis about a building being dominated by its symbolic form, which he contrasts with the ‘decorated shed’.”⁵²

Em resumo, e no que respeita à celebração d’“O pato com uva” em concreto: temos que esta carrega ainda, de algum modo, uma inspiração colegial; verificamos, também, que se trata de um momento de afirmação que sinaliza o ajustamento da Escola ao domínio universitário; vemos que, ainda assim, a cerimónia é repleta de aspectos artísticos (ou que a Escola não deseja abdicar do seu carácter); notamos, por fim, as influências que, relativamente à cena do pato gigante, em específico, se poderão registar. Aqui, concluímos que atributos como o simbólico, o vulgar e o onírico se juntam numa eufórica e extrovertida manifestação do imaginário do próprio meio escolar, o qual se deve, como vimos, não só à cultura arquitectónica como artística circundantes. Cremos, enfim, que esta cena deveria vir justamente colocar a Escola no centro das manifestações artísticas da cidade – o que só revelaria a situação pedagógica ecléctica que se vivia no seu âmago.

O ano de 1983 é, assim, um ano excepcional. No ano seguinte, as sessões de entrega de diplomas e inauguração de ano já não têm a mesma qualidade festiva – antes um carácter cerimonioso, ou mais consoante o

utilizadas no seguinte contexto: “Fui para Macau muito fascinado; porque eu dizia muitas vezes em Lisboa: adorava ter um pato bravo, trabalhar no ordinário, no grosseiro, no vulgar, no corrente, no banal, e ainda aí, entrar e dizer, como a criatura que eu estimo muito, Denise Scott Brown: *está quase bem.*” VICENTE, Manuel. Entrevista conduzida por Carlos Duarte e José Manuel Fernandes. *Arquitectura*. 1980, n.º 136, p.43. Apud FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. p.169. Propusemos, na cronologia do capítulo 4, a introdução de uma Exposição de Manuel Vicente na Escola intitulada “Desenhos e outros registos seus”, em Maio de 1982, da organização dos estudantes, para podermos enquadrar esta manifestação a que chamámos “O pato com uva”. (Não introduzimos outras Exposições na cronologia do capítulo 4). João Santa-Rita afirma que esta Exposição o impressionou. Cf. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado, p.81. O facto de ser da organização de estudantes é também revelador da atenção que estes teriam sobre o trabalho de Vicente. Este havia feito uma Exposição pública, ainda em 1979, intitulada “O exercício da cidade”. Voltaria a expor, em Outubro de 1989, com o título “...Prender todo o tempo ocupando o espaço”.

⁵² EVERS, Bernd; THOENES, Christof. *Architectural Theory. From the Renaissance to the Present*. Germany: Bibliotheca Universalis, 2003.

protocolo. A Escola ganhou maior estabilidade e auto-estima (aqui no sentido de autocensura), o que se reflecte, em potência, no alcance de outras ambições, como são a realização de Jornadas e Congressos de significativa escala.

5. 2 As Jornadas Luso-Brasileiras do Património (e o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo)

No campo das acções extracurriculares, as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património e o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo foram dos maiores empreendimentos. Em particular as Jornadas Luso-Brasileiras do Património, ocorridas de 12 a 16 de Março de 1984, na Fundação Calouste Gulbenkian, envolveram uma grande e complexa preparação, como veremos.

Creemos que o interesse em levar a cabo este empreendimento, e o subsequente (praticamente três anos posteriores), advém essencialmente de dois factores: (i) a evidenciada procura de formação, ou de troca de experiências, relativa à salvaguarda do património edificado (lembramos aqui as sucessivas edições da pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”, cujo principal objectivo era a “protecção, conservação e recuperação do património”); e, ao mesmo tempo, (ii) o desígnio de inventariação do património luso no mundo (lembramos aqui a pós-graduação em “Arquitectura Tropical”, dentro do mesmo espírito, com os seus estudos comparativos de casos).

Consequentemente, conjugam-se, a partir de cerca de 1982, várias acções que se entrecruzam em roda destes dois pontos e que vêm, cremos, em certo sentido preparar as Jornadas, bem como o Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Desde logo, em Março de 1982, a Escola projecta uma “Quinzena de Renovação e Recuperação dos Sítios e Monumentos em Portugal e no Brasil” a qual terá envolvido uma Exposição bibliográfica e documental, bem como um colóquio.⁵³ Para o efeito, Augusto Brandão solicita a algumas entidades externas a sua colaboração [Anexos XII e XIII].⁵⁴ Além destes contactos, existem diversas outras solicitações, ainda nos inícios de 1982, no sentido de se montar uma “Exposição sobre Inventariação do Património em Portugal e no Brasil” [Anexo XIV].⁵⁵

⁵³ E.g. BRANDÃO, Augusto. Carta a Matilde Figueiredo de 12 de Março de 1982. [Fundo FAUL].

⁵⁴ *Idem.*

⁵⁵ E.g. BRANDÃO, Augusto. Carta ao D.G. Equipamento Regional e Urbano de 6 de Janeiro de 1982. [Fundo FAUL].

De 19 a 28 de Junho de 1983, a Escola ocupa-se ainda de uma reunião das escolas de Arquitectura da bacia do Mediterrâneo, como já referido em 4.3. De seguida (em parte em simultâneo), de 23 a 25 de Junho, a reunião anual do Instituto de Arquitectura Mediterrânica – uma organização com sede em Paris que se reuniria de ano a ano numa escola membro – tem lugar no DA-ESBAL. A par destas reuniões, destaca-se um Simpósio, de 22 a 24 de Junho, desta vez com o título “O Ensino da Arquitectura em Portugal e no Brasil – Comparações e Métodos”, com a presença de Edgar Graeff, Newton Obino e Fernando Rabelo [Anexo XV]. Naturalmente, dada a coincidência das datas, os convidados destes eventos juntam-se em cada um deles.⁵⁶

Além disso, Augusto Brandão convida, para este último encontro, “um ou dois técnicos de arquitectura das Repúblicas de Angola e Moçambique”. Acrescenta que “esta observação muito viria a contribuir para uma tomada de posição em relação à futura instalação de uma Escola de Arquitectura em cada um desses Países [Anexo XVI]”.⁵⁷ Projecta-se ainda uma Exposição “documentada, planeada e montada na Escola de Arquitectura – Lisboa”, para estar patente entre Julho e Outubro de 1983, com o tema

“a arquitectura e a cidade nas colónias portuguesas; primeiras implantações e primeiros esquemas; desenvolvimento de modelos e tipos; a cultura arquitectónica e urbana de origem portuguesa” e o título simplificado de “O Património Arquitectónico e Urbano de Origem Portuguesa. Das Primeiras Experiências à Colonização [Anexo XVII].”⁵⁸

⁵⁶ Reportando ao Simpósio, Augusto Brandão refere: “Para além [de convidados] de Portugal e Brasil, contamos com a presença de alguns representantes das Escolas da Bacia do Mediterrâneo, outra área muito interessada numa conjugação de esforços para melhorar o ensino da arquitectura.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Embaixador da República Popular de Moçambique de 4 de Maio de 1983. [Fundo FAUL].

⁵⁷ *Idem.* [Anexo XVI].

⁵⁸ A Comissão Organizadora desta Exposição seria composta por Maria João Madeira Rodrigues, Carlos Guedes de Amorim, Pedro Fialho de Sousa, Horácio Bonifácio e Maria Heloísa Albuquerque. O grupo de trabalho orientado pela Comissão Organizadora seria constituído por “diplomados e alunos de arquitectura”. Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. *O Património Arquitectónico e Urbano de Origem Portuguesa. Das Primeiras Experiências à Colonização.* (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL].

Se o interesse sobre estes temas é crescente, também o é a necessidade de estabelecer contactos com quem possa ajudar a recolher dados ou mediar o envio de informação; além de solicitar variada documentação relativa ao património, a Escola prepara uma visita ao Brasil para Brandão, bem como para Fernando Moreira da Silva, Carlos Santos e Vasco Varanda, em 1984 [Anexo XVIII],⁵⁹ já depois das Jornadas, mas ainda antes do 1º Congresso do Património

Construído Luso no Mundo,⁶⁰ o qual é presidido por si (Comissão Executiva e Comissão Consultiva).⁶¹ Mas o que porventura mais significativamente medeia os dois eventos é uma viagem à Índia, protagonizada por José Manuel Fernandes enquanto representante da Escola, e Helena Vaz da Silva, enquanto patrocinadora, pelo CNC [Centro

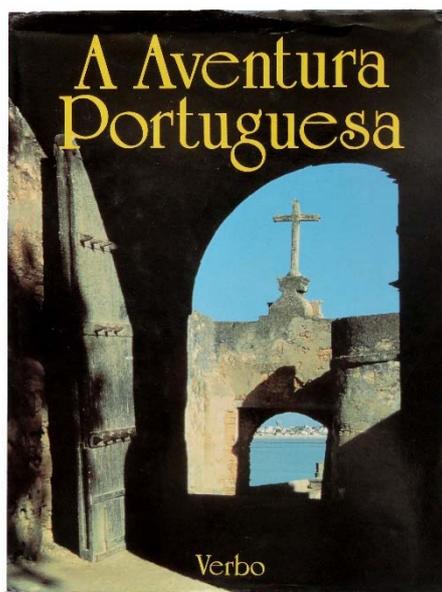


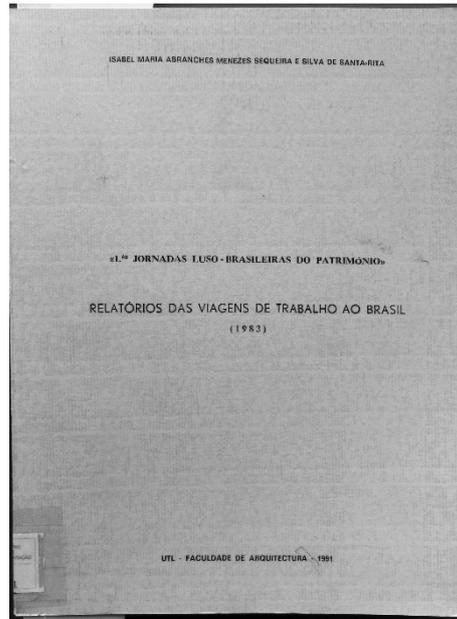
Figura 113 Livro de Augusto Brandão (texto) e Michael Teague (imagens). Edição Editorial Verbo, 1991.

⁵⁹ SILVA, Fernando Moreira da. [Comissão Executiva das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património]. Cata à Delegação da Zona Centro, Departamento de Passagens, T.A.P., de 27 de Agosto de 1984.

⁶⁰ Destaca-se ainda, neste campo, o protocolo de acordo celebrado entre a Escola e o fotógrafo Michael Teague no sentido de este ceder “uma colecção de pelo menos 500 diapositivos a serem utilizados com fins pedagógicos e de divulgação” por um total de 500.000\$00 [quinhentos mil escudos]. Cf. TEAGUE, Michael e DA-ESBAL. Protocolo de acordo entre Michael Teague e o Departamento de Arquitectura da ESBAL. Teague viria a contribuir para a edição de um livro, editado em 1991, em co-autoria com Augusto Brandão (textos) e a Editorial Verbo (mapas, dicionário, etc.) chamado “A Aventura Portuguesa” [Figura 113] cuja temática assenta na história do império português e seu património: “Durante, pois, três séculos Portugal, mitificando a sua história, criou-a como história, dando ao seu *divus* o nome mundano de rei. É esta transposição de linguagens, de míticas em factuais e vice-versa, que iremos abordar ao longo deste trabalho, organizando-o por meio da titulação legítima que o rei de Portugal e o seu povo se davam a si próprios: ‘Por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e d’Além mar em África, Senhor da Guiné, da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia’.” BRANDÃO, Augusto e TEAGUE, Michael. *A Aventura Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1991. p.9.

⁶¹ Cf. BRANDÃO, Augusto. Carta a José Blanco de 14 de Fevereiro de 1986. Cf. também a informação contida em *1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. Programa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 23/27 de Março de 1987. [Arquivo LMS].

Figura 114 “Relatório das Viagens de Trabalho ao Brasil” de Isabel Santa-Rita. FAUTL, 1991. Capa. [Fundo FAUL]



Nacional de Cultura], em 1985 – talvez a primeira vez que a

Faculdade sai, enquanto tal, para trabalho ‘de campo’ fora da

Europa.⁶²

Creemos que os eventos descritos

vêm, como dissemos, demonstrar o

interesse crescente da Escola pela (i)

troca de experiências acerca das

técnicas de conservação do

património e pelo (ii) estudo ou

catalogação do património luso no

mundo. Creemos que é nesse sentido que se projectam finalmente as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património, as quais serão presididas por

Isabel Santa-Rita (Comissão Executiva),⁶³ que também se desloca duas

vezes ao Brasil em trabalho, deixando-nos um relatório [Figura 114]

sobre as viagens. Neste relatório descreve o processo do convite de

Augusto Brandão para presidir à Comissão Executiva tendo em conta a

sua “formação académica” e as suas “actividades de investigação” as

quais vem desenvolvendo “desde há anos (...) sobre o Brasil”. Ainda no

campo do seu currículo, refere uma especialização em Literatura e

Cultura Brasileira (com a classificação de 18 valores) e o facto de ter

feito parte “da Comissão Directiva do Instituto de Cultura Brasileira da

Faculdade de Letras de Lisboa” onde terá organizado “conferências,

colóquios, exposições, sempre relacionados com as relações culturais

Portugal-Brasil”.⁶⁴

⁶² Conforme depoimento de José Manuel Fernandes (2018.05.07).

⁶³ Entre outros membros da Comissão Executiva contam-se António Santa-Rita, Carlos Guedes de Amorim, Diogo Lino Pimentel, Fernanda Antão, Fernando Moreira da Silva, João Antero Ferreira, Luís Filipe de Abreu e Pedro Fialho de Sousa. Cf. SOUSA, Pedro Fialho de. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, 1991. [Fundo FAUL]. A Fundação Gulbenkian também é convidada a fazer parte da Comissão Executiva através da Directora Adjunta do Serviço Internacional, mas recusa o convite por “normas de procedimento habitual”. Cf. FARINHA, Maria Clara. Carta a Augusto Brandão de 19 de Abril de 1983. [Fundo FAUL].

⁶⁴ SANTA-RITA, Isabel Maria. *1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Relatórios das Viagens de Trabalho ao Brasil (1983)*. Lisboa: FAUTL, 1991. In Nota Prévia. [Fundo FAUL].

É de notar também um trabalho liderado por Santa-Rita naquele Instituto com a colaboração de um bolsheiro brasileiro, trabalho esse que levava a cabo um “levantamento das obras (portuguesas e brasileiras) relativas ao período colonial”.⁶⁵

Quanto às viagens, Isabel Santa-Rita terá visitado, na primeira viagem, os Estados brasileiros de Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Pará e Amazónia; e, na segunda viagem, terá tido “reuniões de trabalho” no Rio de Janeiro, em Recife e em S. Luís do Maranhão.

É importante referir todos os locais por onde Santa-Rita passou para que seja sublinhada a presença de muitos representantes do Brasil nas Jornadas. Com efeito, após uma primeira viagem sem grande êxito, no que respeita a relações com outras entidades,⁶⁶ a segunda viagem continha objectivos específicos – nomeadamente o “contacto com entidades ligadas à problemática da conservação do património” – os quais “foram totalmente alcançados e que, em alguns casos, ultrapassaram mesmo a (...) expectativa”.⁶⁷ Como nos diz a própria:

“De facto, para além da receptividade por parte das entidades brasileiras, patente no entusiasmo com que acarinharam a nossa iniciativa – temos assegurada a vinda a Portugal de delegações de responsáveis e técnicos de todos os Estados visitados – contamos com a colaboração e o apoio da maioria dos departamentos visitados.”⁶⁸

Destaca-se ainda a “significativa colaboração da Fundação Roberto Marinho” a qual vai colaborar também com o 1º Congresso do Património Luso no Mundo e a qual garantia, para as Jornadas,

⁶⁵ *Idem.*

⁶⁶ Santa-Rita refere uma “apatia revelada pelas entidades brasileiras responsáveis pela coordenação das Jornadas naquele País”. Cf. SANTA-RITA, Isabel Maria. *1ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Relatórios das Viagens de Trabalho ao Brasil (1983)*. Lisboa: FAUTL, 1991. p.3. [Fundo FAUL].

⁶⁷ Este ultrapassar de expectativas será argumento para vários pedidos de patrocínio do evento.

⁶⁸ SANTA-RITA, Isabel Maria. *1ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Relatórios das Viagens de Trabalho ao Brasil (1983)*. Lisboa: FAUTL, 1991. p.84. [Fundo FAUL].

“a coordenação, no Brasil, das inscrições dos congressistas, o envio de uma exposição, já montada, sobre Olinda, a montagem da exibição na Rede Globo de um filme alusivo às Jornadas, o envio a Lisboa da orquestra barroca de Ouro Preto, a presença de alguns dos seus bolseiros a especializarem-se na área do restauro e conservação, em Roma, etc..”⁶⁹

Em resumo, a expectativa da presença brasileira nas Jornadas Luso-Brasileiras do Património é grande.

A Santa-Rita cabe ainda o papel de monitorizar a preparação das Jornadas. De acordo com um documento de reflexão que a si lhe é atribuído (nome dactilografado), podemos concluir que esta preparação envolve “minutar dezenas de cartas diariamente, atender dezenas de telefonemas, insistir nos pedidos de subsídios, colar envelopes, elaborar listas, organizar ‘dossiers’, fazer trabalho de contínuo, levar cartas em mão” etc..⁷⁰ De facto, podemos verificar na documentação relativa à preparação destas Jornadas elementos vários que indicam parte do fastidioso expediente prévio a um acontecimento desta natureza. Entre os lugares comuns – pedidos de subsídio à Fundação Calouste Gulbenkian; pedido de divulgação na Associação dos Arquitecto Portugueses; contactos com cônsules de diversos Estados brasileiros; etc. – encontra-se uma agenda de reunião [Anexo XIX]⁷¹ que nos esclarece sobre os seguintes pontos:

- Uma série de entidades deve ser convidada para constituir uma Comissão de Honra;
- Efectuar-se-á uma Exposição documental a inaugurar em simultâneo com as Jornadas;
- As datas de inscrição para as Jornadas serão alteradas consoante a data do próprio Congresso, originalmente previsto para Outubro de 1983;⁷²

⁶⁹ *Ibidem.*

⁷⁰ (s.n.). [Santa-Rita, Isabel]. Carta [s/destinatário]. ca 1983.

⁷¹ [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Agenda. 8 de Junho de 1983. [Fundo FAUL].

⁷² BRANDÃO, Augusto. Carta ao Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, Prefeitura Municipal de Olinda, de 12 de Agosto de 1982. [Fundo FAUL]

- Deve ser contratado pessoal a partir de Outubro, por um período cinco a seis meses, nomeadamente “uma dactilógrafa/arquivista” e um “elemento para trabalhos de rua e outros”;
- Abrir-se-á uma conta bancária;⁷³
- Proceder-se-á ao pedido de subsídios vários, nomeadamente de deslocações entre os países africanos e Portugal, ou entre o Brasil e Portugal.

Discute-se ainda o programa provisório donde se chega ao programa oficial incluso no prospecto/cartaz [Figura 115] que nos informa, desta vez, sobre os objectivos das Jornadas. Diz este:



Figura 115
Prospecto/cartaz das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Frente e verso. [Fundo FAUL].

“Consciente da indefinição de uma política objectiva e dinâmica que salvaguarde o Património Cultural – que sendo de todos a todos co-responsabiliza – decidiu o Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa levar a cabo as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Na base desta iniciativa está a necessidade inadiável de congregar ideias, contributos, esforços e propostas, no sentido de se encontrarem directrizes, coordenadas e homogéneas que, salvaguardando os interesses individuais, preservem os direitos da Comunidade. Porque é incontestável a existência de uma maior sensibilização relativamente à importância cultural e patrimonial do Monumento e porque os critérios técnicos do seu restauro e

⁷³ De acordo com a agenda de reunião, “o saldo existente aquando do fecho das Jornadas será entregue à Entidade Promotora das Jornadas – Presidente do Conselho Directivo – Prof. Augusto Pereira Brandão”. Cf. [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Agenda. 8 de Junho de 1983. [Fundo FAUL].

conservação têm sido frequentemente debatidos, pretende-se que as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património incidam preponderantemente sobre a problemática relacionada com o Património Edificado não monumental.”

Em resumo, os objectivos destas Jornadas são dois pontos: o primeiro relativo à “indefinição de uma política (...) que salvguarde o Património Cultural” – política, cremos, aqui no sentido lato⁷⁴ – e o segundo reportando aos “critérios e técnicas do seu restauro e conservação”.

Acresce ainda, nesta frente de cartaz, um apelo ao conhecimento e preservação do património:

“A história das gerações que nos antecederam não seria conhecida se os homens de então não nos tivessem legado o Património Cultural que possuímos. Sejam dignos desse legado preservando-o.”

Ainda no campo dos objectivos, notemos que se sublinha a preferência por “Património Edificado, não monumental” – expressão (e última frase) utilizada em ambas as faces deste prospecto/cartaz. Assim, no seu reverso está escrito:

“Admitindo que existe uma maior sensibilização geral sobre a importância cultural e patrimonial do Monumento, e que os critérios e técnicas do seu restauro e conservação têm sido debatidos com relativa frequência, pretende-se que as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património incidam preponderantemente sobre a problemática relacionada com o Património Edificado, não monumental.”

Ora, ao mesmo tempo que revela os seus objectivos, este prospecto/cartaz expõe, pela primeira vez de entre as suas acções de divulgação, um temário para as comunicações,⁷⁵ o qual, na substância,

⁷⁴ Não obstante haver, da parte da organização das Jornadas, bem como dos participantes, um interesse por políticas concretas, nomeadamente ao nível da legislação.

⁷⁵ As comunicações não deveriam exceder “cinco folhas dactilografadas formato A4 a dois espaços”. Poderiam ser individuais ou de grupo. Teriam de ser entregues até 30 de Janeiro de 1984, isto é, até cerca de um mês e meio antes das Jornadas. Cf. *1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental*. Prospecto/cartaz. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984. [Fundo FAUL].

espelha essa simpatia pelo património não monumental, dividindo-se em quatro pontos, cada um deles com três a quatro alíneas. Os quatro pontos directores correspondem igualmente aos dois objectivos. Lembramos: (i) o desenvolvimento de aspectos técnicos de preservação e (ii) a própria inventariação sobre o património. O encontro destes dois aspectos gerais é feito de forma combinada. Se não, vejamos:

**JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DO PATRIMÓNIO (1984). TEMÁRIO PARA
ENVIO DE COMUNICAÇÕES**

1. Instrumentos Administrativos de Salvaguarda do Património Edificado

- 1.1. Legislação geral e existente a propor.
- 1.2. Inventariação e classificação: critérios e consequências.
- 1.3. Valorização e salvaguarda do património no planeamento e gestão urbanísticos.
- 1.4. Incentivos à conservação do património quando em regime de propriedade privada.

2. Filosofia das Intervenções de Salvaguarda

- 2.1. Conceitos de recuperação, reconversão, restauro e reconstituição e sua aplicação prática.
- 2.2. Materiais e técnicas construtivas tradicionais e sua aplicação na salvaguarda do património edificado.
- 2.3. Materiais e tecnologias de vanguarda e sua aplicação na salvaguarda do património edificado.
- 2.4. Ensino e formação técnica especializada: Urbanismo, Arquitectura, Paisagismo, História, Geografia, Sociologia, Técnica da construção. Investigação e prática.

3. Os Aglomerados Históricos e Tradicionais e Respectivo Ambiente Envolvente, face ao Desenvolvimento e Evolução Social

- 3.1 Compatibilização do desenvolvimento das populações com a salvaguarda do ambiente dos aglomerados ou simples conjuntos especialmente significativos.
- 3.2 Integração de novos programas e funções no contexto de aglomerados ou conjuntos a preservar.
- 3.3 Recuperação urbana e política de construção e habitação.

4. Enquadramento e Participação das Populações na Salvaguarda do Património Edificado Comum

- 4.1 Responsabilidade de intervenção dos poderes públicos centrais ou locais e forma do seu exercício.
- 4.2 Intervenção e participação das populações locais na preservação do património comum e seu exercício.
- 4.3 Divulgação, informação e esclarecimento das populações. Os meios de Comunicação. Campanhas. Concursos, prémios, cursos, publicações, exposições, experiências directas, apoios, incentivos.

Um outro aspecto que se pode concluir a partir de uma análise ao prospecto/cartaz é a organização das mesas, a qual obedece a um esquema tradicional de entrega de



Figura 116 Catálogo da Exposição Documental das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Capa. [Arquivo LMS]

documentação, discursos de inauguração, plenários, apresentação de comunicações, discussões, votação de moções e propostas, resoluções, etc., além de actividades sociais⁷⁶ e a inauguração de uma “Exposição Documental alusiva à problemática em debate” que se desejava itinerante, entre Portugal e o Brasil.⁷⁷

A Exposição reflecte várias particularidades. Em primeiro lugar, um relativo equilíbrio face aos objectivos iniciais, apesar da especificidade do material recolhido. No catálogo alusivo à Exposição [Figura 116] – o qual é financiado pela Fundação Gulbenkian [Anexo XX]⁷⁸ – verificamos o seguinte guião:

⁷⁶ Destacam-se as visitas guiadas às cidades de Cascais, Sintra, Mafra, Caldas da Rainha, Óbidos e Lisboa histórica e monumental, mas também uma “Recepção em honra dos Participantes, no Solar do Vinho do Porto”, um “Espectáculo no Teatro Nacional D. Maria II” e um “Jantar-convívio”. Cf. *1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental*. Catálogo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984. [Arquivo LMS].

⁷⁷ *Idem*. Nada nos indica que esta Exposição tenha sido efectivamente itinerante.

⁷⁸ TAMEN, Pedro. Carta a Augusto Brandão de 15 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XX].

JORNADAS LUSO-BRASILEIRAS DO PATRIMÓNIO (1984). GUIA EXPOSIÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE EXPRESSAM A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO

1.1. Primeiros documentos de Inventariação e Protecção do Património Nacional Edificado

1.2. Síntese da Legislação

2. PATRIMÓNIO EDIFICADO DEGRADADO

2.1. Património Classificado

2.2. Património não Classificado

3. PATRIMÓNIO EDIFICADO CONSERVADO

3.1 Edificações isoladas

3.2 Conjuntos

3.3 Técnicas e as suas aplicações

3.3.1 Técnicas e Materiais Tradicionais

3.3.2 Novas Técnicas e Novos Materiais

3.4 Aprendizagem das Técnicas Tradicionais – Escolas de Formação Profissional

3.5 Opção na Intervenção – Recuperação, Reversão, Restauro e Reconstituição

4. SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO E BEM-ESTAR SOCIAL

4.1 O urbanismo como arte de Preservar e de Valorizar

4.2 O uso como factor de Preservação

4.2.1 Edifícios Classificados ao Serviço da Comunidade

4.2.2 Recuperação Urbana na política de reconstrução e de habitação

5. PAPEL DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DAS POPULAÇÕES

Ora, enquanto que no programa geral temos a exploração de temas no abstracto – por exemplo, critérios e consequências da classificação – aqui, temos uma primeira parte semelhante (apresentação de legislação) e, seguidamente, a mostra de casos concretos de património classificado e não classificado. Temos também uma mostra de edificações isoladas e conjuntos – o que vai ao encontro do que as Jornadas pretendiam, nomeadamente que os estudos incidissem sobre construção não monumental – onde podemos encontrar obras de “Recuperação, Reversão, Restauro e Reconstituição” como a Casa dos Bicos, em Lisboa.

De seguida, são apresentadas as técnicas de conservação, novas ou tradicionais, e suas aplicações. No âmbito das técnicas tradicionais, destacamos as “Escolas de Formação Profissional”, nomeadamente a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e a Oficina-Escola de Cantaria do Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, que exibem painéis de fotografias dos alunos trabalhando.

Quanto aos participantes e colaboradores nesta Exposição, encontram-se diversas entidades,⁷⁹ de entre as quais se destaca o Departamento de Arquitectura da ESBAL, através dos seus comissários.⁸⁰ Participam também arquitectos como António Santa Rita e Joel Santana; Victor Mestre; Adriano Callé Lucas e Diogo Lima Mayer; José Daniel Santa-Rita; Rui Barreiros Duarte; Carlos Duarte e José Lamas; José Manuel Fernandes; Ana Tostões e Nuno Barcelos.⁸¹

É importante ter em conta as relações do Departamento de Arquitectura com estas mas também com outras entidades ou individualidades.

Referimo-nos, por exemplo, ao caso da Escola de Arquitectura da

⁷⁹ De Portugal: Arquivo Nacional da Torre do Tombo; Câmaras Municipais de Barrancos, Évora, Guarda, Loures e Seixal; Casa de Ourém; Comissariado para a Renovação da Área Urbana Ribeira/Barredo; Direcções-Gerais das Construções Escolares, dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Equipamento Regional e Urbano, do Turismo, dos Assuntos Culturais dos Açores, dos Assuntos Culturais da Madeira; Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Departamento de Arquitectura; Fundação Ricardo Espírito Santo Silva; Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Museu do Mosteiro de Santa Maria da Vitória – Batalha; Secretariado das Novas Igrejas do Patriarcado. Do Brasil: Associação Amigos de Petrópolis – Património, protecção à Vida Animal; Defesa da Ecologia; Departamento do Património Histórico da Prefeitura do Município de S. Paulo; Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco; Fundação para o Desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Nacional pró-Memória; Fundação do Património Histórico e Artístico de Pernambuco; Fundação Roberto Marinho; Instituto Estadual do Património Histórico e Artístico; Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo. Cf. *1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental*. Catálogo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984. [Arquivo LMS].

⁸⁰ Carlos Guedes de Amorim (Coordenador, docente do DA-ESBAL e membro da Comissão Executiva); Carlos Santos (Apoio, docente do DA-ESBAL); João Antero Ferreira (Apoio, docente do DA-ESBAL e membro da Comissão Executiva); Pedro Fialho de Sousa (Docente do DA-ESBAL e membro da Comissão Executiva) e António Santa-Rita (Membro da Comissão Executiva). *Idem*.

⁸¹ Participam ainda na Exposição Documental Abílio Barata, Carlos Alberto Marques, Carmelo Rosa, Carlos Pereira Calixto, Francisco Hipólito Raposo, José Benard Guedes e Luís Pavão. Cf. SOUSA, Pedro Fialho de. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, 1991. Maria Manuel Godinho de Almeida e Manuel Couceiro da Costa também participam nas Jornadas. Cf. SANTA-RITA, Isabel. Carta a Maria Manuel Godinho de Almeida de 13 de Fevereiro de 1984 e Cf. COSTA, Manuel Couceiro da. *Curriculum Vitae*. Lisboa: FAUTL, 1992.

ESBAP [Escola Superior de Belas-Artes do Porto]: embora esta Escola não esteja representada enquanto tal, o interesse em participar num evento como este mantém-se além do já referido interesse em participar na pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”, como vimos no capítulo 4.2. É desta vez através de António Menéres que é feita uma comunicação entre as duas Escolas:

“Vai o Departamento de Arquitectura desta Escola promover as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património (...). Assim, o Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura convidou o Arquitecto António Menéres, docente dessa Escola, para estar presente aos trabalhos do Congresso, pelo que solicita a V. Ex.^a que o mesmo Arquitecto esteja isento do serviço docente nos dias 12, 13, 14, 15 e 16 de Março [Anexo XXI].”⁸²

António Menéres, que participa nas Jornadas e envia, posteriormente, o texto da sua comunicação e uma relação dos diapositivos então apresentados, vem felicitar “o empreendimento” sublinhando o “relacionamento nem sempre fácil” entre as duas Escolas:

“Aproveito o ensejo para me congratular pela qualidade da organização e pelo êxito do empreendimento que permitiu, para muitos de nós, uma oportunidade excepcional para um relacionamento nem sempre fácil e para uma troca de informações da maior utilidade [Anexo XXII].”⁸³

De resto, Menéres solicita, “logo que possível, o envio do texto das conclusões das 1^{as} Jornadas”, dado que lhe compete “apresentar na ESBAP um relatório sucinto dos resultados obtidos”.⁸⁴ Em conclusão, a ESBAP, por via de Menéres, interessa-se por estas Jornadas.

Por fim, é necessário que se feche os trabalhos; nesse sentido, Augusto Brandão nomeia Maria João Rodrigues para presidir a uma Comissão

⁸² BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da 1^a Secção da Escola Superior de Belas-Artes do Porto de 24 de Fevereiro de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXI].

⁸³ MENÉRES, António. Carta ao Secretariado das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património de 26 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]. [AnexoXXII].

⁸⁴ *Idem.*

Liquidatária, ou comissão para a conclusão dos trabalhos [Anexo XXIII].⁸⁵ Relacionado com esta Comissão ou não, certo é que se vai desenvolver um “Grupo de Estudos do



Figura 117 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Auditório (Fotograma). 1984. [Fundo FAUL]

Património Arquitectónico Português fora da Europa”⁸⁶ que vem interligar os dois eventos: as Jornadas e o Congresso do Património Construído Luso no Mundo – um Congresso cuja temática e aspectos técnicos em muito se assemelha às Jornadas.

Um outro aspecto relevante para o entendimento da conclusão destas Jornadas – nomeadamente da importância que a Escola lhes dá – é o facto de terem sido filmadas pelo já referido Sector de Produção de Audio-Visuais [Figura 117]; e ainda o facto de que este projecta um assinalável investimento na edição do material levantado:

“O C.E.T.I.T.C.A. através do seu Estúdio (Cine-Vídeo-Rádio) cobriu, em termos de reportagem, os trabalhos das ‘1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património’ e propõe-se concretizar

⁸⁵ BRANDÃO, Augusto. Carta ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa de 4 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIII]. Esta comissão será ainda constituída por Fernanda Antão, a qual já tinha sido membro da Comissão Executiva.

⁸⁶ Cf. RTP, excerto noticioso. In Videograma 36: 4 Simposio Internacional de Arquitectura. Sessão de Abertura. [Denominação do fundo FAUL]. A partir do início. [Fundo FAUL]. Cf. também *1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Catálogo da Exposição Documental*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. [Arquivo LMS]. Cf. ainda carta de Carlos Guedes Amorim, na qual se pode ler: “Já lá vão 3 ou 4 anos, propus em reunião do Conselho Directivo que este Departamento levasse por diante a iniciativa de proceder à inventariação do Património construído pelos Portugueses no Mundo, tendo em vista a sua posterior divulgação e a conservação das peças julgadas mais importantes para o Património dos países em que se encontrem ou para o Património Mundial. Uma tal iniciativa tinha e tem ainda por intenção o estabelecimento e(ou) o reforço, por parte de Portugal, de pontes culturais que afinal estão sempre na origem das boas relações entre os povos. Creio poder afirmar que as 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património estão integradas no Projecto mais vasto acima enunciado, razão pela qual me foi grato aceitar o convite que V. Ex.^a oportunamente me endereçou para integrar a respectiva Comissão Executiva.” AMORIM, Carlos Guedes. Carta a Augusto Brandão de 4 de Maio de 1984. [Fundo FAUL].

programas videogravados servindo de memória útil do acontecimento.

As gravações incluirão as sessões de abertura e fecho dos trabalhos, as principais intervenções de conferencistas (resumidas ou apenas referenciadas), um relance analisado da exposição, aspectos do material audio-visual apresentado e depoimentos de personalidades que intervieram na organização do Encontro. Assim, prevê-se editarmos dois programas distintos (versando o mesmo assunto, com graus de desenvolvimento diverso) relativos a estas Jornadas que dentro em breve poderão estar à vossa disposição, através de cassetes U-MATIC (LOW BAND), VHS ou Betamax [Anexo XXVI do capítulo 4.3].”⁸⁷

Não tendo informação sobre se terá havido a mesma iniciativa, no que respeita às filmagens, em 1987⁸⁸ (data da realização, desta vez, do 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo), sabemos, pelo menos, que este último foi parcialmente filmado pela RTP

(“Radiotelevisão Portuguesa” – como se chamava na altura), para dois excertos noticiosos [Figura 118]. Estes excertos, de que falaremos, além



Figura 118 Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]

de nos informarem sobre vários aspectos do Congresso, dão-nos conta do êxito não só das Jornadas como do próprio Congresso; desde logo porque um não existiria se o outro

⁸⁷ AMARO, Fausto. Memorando Interno para Augusto Brandão de 14 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVI capítulo 4.3].

⁸⁸ Estendemos a nossa análise até 1987 pela razão de que as Jornadas e o Congresso do Património Construído Luso no Mundo têm uma linhagem óbvia. Ora, entendendo alguns detalhes sobre este último, podemos acrescentar um conhecimento mais amplo ao primeiro.

não tivesse tido uma boa recepção. Verificamos também este facto nas imagens recolhidas, nas quais as documentaristas (voz-off femininas) revelam a quantidade de pessoas que preenchem o auditório principal⁸⁹ [Figura 119] e de algumas imagens da Exposição [Figura 120] que, tal como nas Jornadas, acompanhará este Congresso. O 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo teve também lugar na Fundação Calouste Gulbenkian, desta vez de 23 a 27 de Março de 1987. Terá tido, como dissemos, muitas similitudes



Figura 119 Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem do auditório. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]

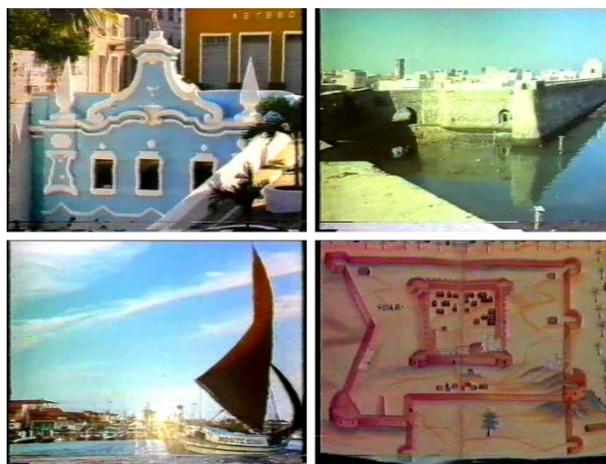


Figura 120 Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagens da Exposição. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]



Figura 121 Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem da Mesa de Honra. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]

relativamente às 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Apesar de o presidente da Comissão Executiva ser desta vez o próprio Augusto

⁸⁹ “Na mesa de honra vêm-se, além do representante do presidente da República, a Secretária de Estado da Cultura e o Cardeal Patriarca D. António Ribeiro. [Figura 121] A primeira intervenção da sessão de abertura esteve naturalmente a cargo do presidente do Congresso, Professor Arquitecto Augusto Pereira Brandão. Na assistência viam-se embaixadores de alguns países onde Portugal desenvolveu intensa acção civilizadora e também muitas dezenas de pessoas interessadas por este tema apaixonante”. Cf. RTP, excerto noticioso. In Videograma 36. A partir do início. [Fundo FAUL].

Brandão,⁹⁰ temos as mesmas questões de ordem logística, ou programática, nomeadamente o número de dias (cinco), o mês (Março), a própria estrutura do evento (sessão solene de abertura, discursos e “algumas palavras por entidade oficial”; comunicações, discussão das comunicações e eventos sociais; etc., praticamente pela mesma ordem) [V. tabela mais à frente], e a existência de uma Exposição integrada, como já dito. Note-se ainda, em comum, a presidência da Comissão de Honra, em ambos os casos pelo presidente da República,⁹¹ e ainda o patrocínio (Exposição) da Fundação Roberto Marinho (pelo Brasil) e da Fundação Calouste Gulbenkian, entre outras instituições.⁹²

Com efeito, em termos práticos, este Congresso é uma segunda edição das Jornadas. Já os aspectos que os diferenciam, em teoria, são aqueles mesmo que remontam a questão “Início ou fim da Escola de Lisboa?”, nestes sentidos:

- (i) de acordo com as inscrições nos respectivos catálogos, enquanto que o primeiro foi organizado pelo Departamento de Arquitectura da ESBAL, o segundo foi promovido pela Faculdade de Arquitectura da UTL (aprofundaremos o significado desta diferença na próxima secção);
- (ii) apesar de se situarem ambos no mesmo contexto temático, enquanto que as Jornadas tinham como intenção fortalecer “o intercâmbio cultural entre dois países”⁹³ (Portugal e o Brasil), atribuindo à Escola maior exclusividade, nomeadamente de corpo docente, o Congresso procura

⁹⁰ BRANDÃO, Augusto. Carta a José Blanco de 22 de Janeiro de 1987. [Fundo FAUL]. Fernando Moreira da Silva seria o Coordenador do Congresso.

⁹¹ Este conjunto de informações consta do Programa geral. Cf. *1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. Programa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 23/27 de Março de 1987. [Arquivo LMS].

⁹² Esta informação consta do Catálogo da Exposição Documental. Cf. *1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*. Catálogo da Exposição Documental. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. [Arquivo LMS].

⁹³ “Nascida de raízes comuns de sangue, de cultura e de espírito a Amizade Luso-Brasileira é uma realidade indestrutível que nem tempo nem vicissitudes imponderáveis conseguirão jamais destruir. A seiva que mantém vivas essas raízes será sempre e cada vez mais fortalecida se o intercâmbio cultural entre os dois países deixar de ser um propósito para se transformar numa vontade firme de complementarizar[sic] os seus saberes e as suas culturas, sempre dentro do espírito de fraternidade que desde há muito os une e que poderá servir de exemplo ao mundo conturbado em que vivemos.” Cf. *1ª Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental*. Catálogo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984. [Arquivo LMS].

essencialmente “evidenciar o papel que a cultura Lusitana desempenha desde o Séc. XV” [Anexo XXIV], contando com a adesão de arquitectos de todos os sectores da classe;⁹⁴

(iii) se o primeiro congresso (as Jornadas) é tecnicamente exploratório, o seguinte é a consolidação de um *know how* adquirido com o primeiro e uma amplificação temática que corresponde ao alargamento de perspectivas de intervenção cultural que a Escola pretende assumir.

Com efeito, este 1º Congresso (segundo evento) situa-se para lá de uma estreita linha que divide um entendimento cultural de outro, no que respeita ao papel da Escola na sociedade. Por outras palavras, se a Escola deseja explorar as relações entre Portugal e o Brasil com base num património arquitectónico comum – no fundo, no primeiro caso, como se de uma nova pós-graduação se tratasse – três anos depois procura ter um papel essencialmente interventivo na cultura lisboeta. Insistimos: é a fronteira entre experimentar fazer um congresso (as Jornadas) envolvendo a Escola, e a exploração dos mesmos temas do primeiro para um segundo congresso (o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo) o que determina a existência ou não de uma ainda Escola de Lisboa enquanto entidade organizadora. Dir-se-ia que o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo corresponde a uma das evidentes expressões do final de uma realidade institucional e início de outra.

Este Congresso tem várias particularidades que destacam o seu papel interventivo. Disso nos dão conta as duas reportagens gravadas pela RTP de que falámos. Nestas reportagens, assume-se que o seu objectivo é divulgar amplamente informação sobre o património luso no mundo de modo a preservar uma ideia mitológica de Portugal e dos portugueses evidenciando, como citámos, “o papel que a cultura Lusitana desempenha desde o Séc. XV.” Nas palavras de Augusto Brandão [Figura 122]:

⁹⁴ BRANDÃO, Augusto. Carta a José Blanco de 14 de Fevereiro de 1986. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIV].

Figura 122 Excerto noticioso sobre o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Imagem de entrevista a Augusto Brandão. Jornal da Tarde. Março de 1987 (Fotograma). [Cópia do fundo FAUL]



“[Os locais] olham para nós como se nós tivéssemos vindo do Olimpo. Quer dizer, nós somos já uns descendentes do D. Lourenço de

Almeida, mas um D. Lourenço de Almeida que se identifica para eles como um Ulisses. Quer dizer, há, na realidade, uma mitologia portuguesa enraizada em todo o mundo, mitologia essa que nós queremos que agora – quer as entidades internacionais quer as entidades nacionais na sua cooperação mundial – procurem, na realidade, preservar. É um factor de preservação desse grande património, talvez o maior património depois do império romano, que existe em qualquer parte do mundo.”⁹⁵

O Congresso permite conjugar o objectivo de preservar esta mitologia com o pensamento dominante sobre o património luso no mundo, qualitativamente falando; uma voz-off de uma das reportagens descreve não só detalhes da conferência e do trabalho de fundo a que ela dá azo como alude à existência de uma “cultura levada pelos portugueses (...) [que se] deixou impregnar pela atmosfera dos locais, resultando daí uma cultura riquíssima que extravasa as zonas geográficas que Portugal dominou.”⁹⁶ De facto, a sugestão de que a cultura portuguesa se adaptaria

⁹⁵ RTP, excerto noticioso. In Videograma 36. Desde o início. [Fundo FAUL].

⁹⁶ “O Congresso que hoje começou em Lisboa reúne congressistas de dezenas de países e integra-se num programa coordenado por um grupo de estudos do património arquitectónico português fora da Europa. Feito o levantamento dos vestígios deixados pelos portugueses pelas sete partidas do mundo, os congressistas irão reflectir, durante os cinco dias de duração do Congresso, sobre a importância deste património e sobre as medidas a tomar para a sua recuperação. São fortalezas que assinalam o domínio português no Oriente a partir do século XV em Omã, Mazagão, Diu e em Malaca. Mas nem só de guerra se fez a presença portuguesa no mundo ao longo dos séculos: a arquitectura religiosa assume também uma grande importância. Igrejas portuguesas são, também elas, testemunho de uma cultura que, sendo portuguesa, se fundiu com as culturas locais. De facto, a cultura levada pelos portugueses aos quatro cantos do mundo na sua epopeia militar e de controle das rotas comerciais, deixou-se impregnar pela atmosfera dos locais, resultando daí uma cultura riquíssima que extravasa as

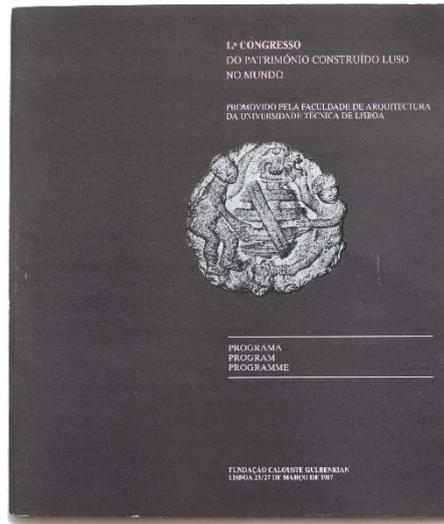
às culturas locais – e assim, implicitamente, a arquitectura portuguesa – terá tido, à data, um eco particular na reflexão de Alexandre Alves Costa,⁹⁷ professor da FAUP [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto], para citar um exemplo. Esta ideia está incluída no programa, o qual versa quatro pontos, tal como acontece no temário das Jornadas. Não sendo clara a definição dos temas (não obtivemos o temário para o envio das comunicações), vemos abordados: casos de estudo específicos ou inventários gerais; teorias de conservação; reflexões sobre a

zonas geográficas que Portugal dominou. A próxima fase do trabalho será o reconhecimento, nos locais, dos elementos que constituem o nosso património, a sua classificação, de acordo com o estado de conservação, e o contacto com as autoridades dos diferentes países, no sentido de promover a sua recuperação e reutilização. O património luso construído é o maior património existente no mundo até ao século XVIII. É preciso que os portugueses o conheçam e não cruzem os braços perante a ameaça da sua degradação.” RTP, excerto noticioso. In Videograma 36. A partir do minuto 02:11. [Fundo FAUL].

⁹⁷ Alves Costa refere a importância deste Congresso na sua reflexão do seguinte modo: “Para o 1º Congresso do Património Luso construído no Mundo que se realizou na Fundação Calouste Gulbenkian, em Março de 1987, escrevi uma comunicação, também subscrita pelo arquitecto Fernando Távora. (...) Foi um trabalho fundador de uma reflexão que ainda prossigo.” COSTA, Alexandre Alves. Algumas Hipóteses para uma Caracterização da Arquitectura Portuguesa e do Interesse da sua Relação com o Património Construído no Mundo. In COSTA, Alexandre Alves. *Textos Datados*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007, p.27. O texto pronunciado no Congresso incluirá excertos como os seguintes: “O património português construído no mundo é o reflexo da transposição da experiência arquitectónica e urbanística da metrópole. São os modelos aqui elaborados, ou em fase de elaboração, que são exportados. Ali sofrerão eventuais adaptações a realidades diferentes, sob outras influências, estrangeiras ou locais, acumulando processos de aculturação. (...) Não existem dúvidas de que, *num processo de gestação pleno de hesitações e sobreposições estilísticas, a arquitectura portuguesa é ecléctica e contraditória. A síntese que representa é, no entanto, em alguns momentos do seu desenvolvimento, um todo formal, funcional e simbólico de rara coerência e originalidade.*” *Idem* pp.27-28. (Note-se o seguinte aparte prévio na edição de *Textos Datados*: “A sua actual edição não conterà a totalidade do texto mas apenas as suas partes inéditas”).

Questionado por Carlos Machado e Moura sobre se “Ainda faz sentido colocar [a] questão [da existência de uma arquitectura portuguesa] nos dias de hoje?”, Alves Costa responde, entre outras afirmações: “Claro que estou sempre a tender para a minha própria história que é a de tentar encontrar uma identidade para a arquitectura portuguesa. Essa vontade, quase ideológica, recoloca-me na tradição do meu próprio pensamento. Mas tenho dúvidas, ainda para mais com a internacionalização que a arquitectura portuguesa sofreu. Será que a expressão dos arquitectos portugueses lá fora tem alguma especificidade? Penso claramente que não. Há, sim, uma leitura da sua intervenção, em cada sítio, que se prende com uma clara vontade de identificação com aquele contexto particular. Aliás, como diz Fernando Pessoa, ‘um português que é só português não é português’. E acrescento o que eu próprio escrevi ‘o Siza é holandês quando está na Holanda, é alemão quando está em Berlim.’” Cf. MOURA, Carlos Machado e. Conversa com Alexandre Alves Costa. *Jornal Arquitectos*. 2016. n.º 253, Entrevista. [Consultado a 2017.09.10]. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/representacoes-nacionais/conversa-com-alexandre-alves-costa>

Figura 123
1º Congresso do
Património Construído
Luso no Mundo.
Programa. Capa.
[Fundo FAUL]



identidade da edificação portuguesa; a exploração teórica sobre o trabalho de arquitectos. (Por exemplo: a comunicação de Troufa Real é “Amâncio Guedes”).

Quanto à especificidade do programa do Congresso [Figura 123],⁹⁸ veja-se a tabela abaixo; quanto à dimensão do Congresso, previa-se, de acordo com o

programa, a apresentação de 90 comunicações, algumas das quais de personalidades afectas à própria Faculdade de Arquitectura de Lisboa – designadamente Maria João Madeira Rodrigues, Sérgio Infante, Luís Bissau, Carlos Alho, Horácio Bonifácio, José Manuel Fernandes, Michel Toussaint, Fernando Moreira da Silva, para citar exemplos. Outras intervenções seriam originárias de arquitectos como Amâncio Miranda Guedes, Nuno Teotónio Pereira, Pedro Vieira de Almeida, Francisco Pires Keil do Amaral. Pela FAUP [Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto] teríamos Alexandre Alves Costa com Fernando Távora, António Menéres, Domingos Tavares.

De facto, se atentarmos ao programa do 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo, verificamos uma adesão de grande número de participantes, e representativa de vários sectores da classe, o que denota não só a dimensão do Congresso, e a capacidade da Escola de levar avante um projecto de grande envergadura, como o interesse por este suscitado num meio generalizado – um interesse que, desde as Jornadas (1984), vem tendo paralelo no universo escolar. Vemos por exemplo o caso da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa

⁹⁸ *1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Programa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 23/27 de Março de 1987.*

1º CONGRESSO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO LUSO NO MUNDO

PROGRAMA

23 de Março

Sessão solene de abertura

Presidida por Mário Soares [Presidente da República]

Discurso de Inauguração por Augusto Brandão

Discurso por Fernando Assunção da Colónia do Sacramento – Uruguai

Lição Magistral por Artur Nobre de Gusmão

Algumas palavras pelo Presidente da República [Mário Soares]

Inauguração da Exposição Documental

De 23 a 27 de Março – Comunicações, Conclusões e Resoluções

(Incluem um Presidente, um Relator e um Secretário em cada mesa)

27 de Março

Sessão solene de Encerramento

Presidida por Cavaco Silva [Primeiro-Ministro]

Discurso de encerramento por Augusto Brandão

Algumas palavras pelo Primeiro-Ministro [Cavaco Silva]

Visitas/passeios culturais/recepções

23 Março

“Visita guiada ao Mosteiro dos Jerónimos e projecção de um Diaporama, que será acompanhado à guitarra portuguesa por Carlos Paredes”

24 de Março

“Recepção oferecida pela Central de Cervejas na Cervejaria Trindade”

25 de Março

“Encerramento dos trabalhos desta sessão e partida da Fundação Calouste Gulbenkian para os passeios culturais – Sintra, Mafra, Óbidos, Évora”

26 de Março

“Sessão Cultural no Monumento das Descobertas em Belém”

27 de Março

“Recepção oferecida por Nuno Krus Abecassis [Presidente da Câmara Municipal de Lisboa] na Sala Ogival do Castelo de S. Jorge”

a qual apresenta, na Escola de Lisboa, a particularidade de ser praticamente ininterrupta, no que toca aos planos de estudos. Desde o pós-25 de Abril, só é interrompida em 1981/82.⁹⁹ Acresce que no ano de 1983/84, os planos de estudos deixam de ser legalizados *a posteriori* para passar a ser concebidos ano a ano, de acordo com autorização da Reitoria [Apêndice VIII]. Ora, é nesse preciso ano lectivo de 1983/84 – o mesmo ano das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património – que se procede à ramificação do curso de arquitectura em três vias: (a) Arquitectura; (b) Planeamento Urbano; (c) Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Assim se verifica, mais uma vez, um interesse contagiante pelas questões que envolvem o património edificado. Nomeadamente, é de notar a persistência da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa nas três opções.

Retomando o Congresso, cremos que é pela mesma ordem de razões que temos vindo a referir como ditames da sua realização – objectivo (divulgação e discussão da matéria de facto); entendimento geral sobre o património luso no mundo; interesse pelo seu estudo – que será considerada a adjudicação de uma peça de teatro a ser levada a cabo por um grupo contratado para o efeito [Figura 124] [Anexo XXV]. Esta obra representaria (caso tivesse sido apresentada, o que não aconteceu), além de um símbolo dos referidos ditames, a capacidade criativa da Escola como entidade promotora no que concerne a estes temas – ou, dito de outro modo, o seu interesse pelas artes para lá da arquitectura. Seja como for, a adjudicação desta peça já sinaliza a amplitude cultural e interventiva que se desejaria para o Congresso. De facto, o “Auto das Águas do Mar”, tinha estreia prevista para 18 de Setembro de 1986 (seis meses antes do evento), e a seguinte apresentação:

⁹⁹ Segundo José Manuel Fernandes, esta interrupção deve-se à dedicação das turmas de História de Arquitectura Portuguesa ao projecto de recuperação da vila de Mértola, já aqui citado. Conforme depoimento de José Manuel Fernandes (2018.05.07).

“O Auto das Águas do Mar passa-se em Março de 1987, a bordo de um paquete que largou de Lisboa para o Rio de Janeiro. Nesta viagem, do confronto das duas pessoas, vai-se descobrindo uma história terrível passada doze anos antes, no Verão de 1975. A peça representa

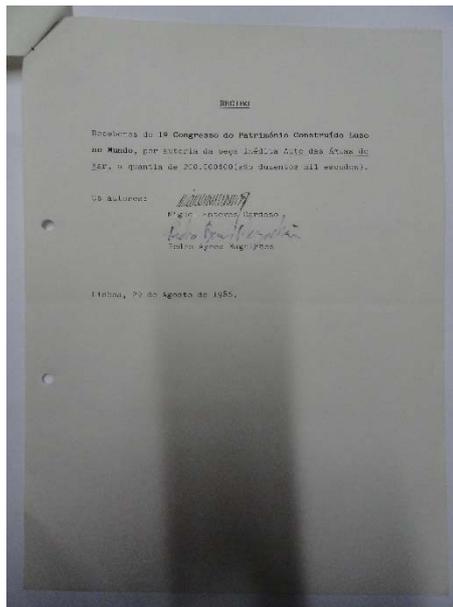


Figura 124
1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Recibo de autoria de peça de teatro inédita intitulada “Auto das Águas do Mar”. 1986. [Fundo FAUL]

um regresso à grande tradição teatral europeia, vivendo de uma misteriosa intriga cheia de surpresas, de imprevistos e de revelações. Sob uma história romântica, em torno de dois crimes cometidos há doze anos, corre uma reflexão acerca do lugar de Portugal e dos Portugueses no mundo, após a experiência do império. A inspiração principal da peça encontra-se em dois sermões do Padre António Vieira sobre a natureza universal dos portugueses, para quem ‘todo o mundo é pátria.’ O triângulo África-Portugal-Brasil, através dos personagens e das viagens que percorrem (mentais e geográficas), constitui o contexto dramático do espectáculo [Anexo XXVI].”¹⁰⁰

Como vemos, este trecho remete para um momento decisivo de uma história ficcionada. Resta saber se, na vida real, a Escola prosseguiu com uma narrativa que a tenha favorecido de modo a que, olhando para trás, possa hoje afirmar, tal como um dos autores da obra em causa: “A peça, modéstia à parte, era ousada e bonita.”¹⁰¹

¹⁰⁰ CARDOSO, Miguel Esteves e MAGALHÃES, Pedro Ayres. “*Auto das Águas do Mar*”. *Breve Apresentação*. Lisboa, Maio de 1986. Esta peça, da autoria de Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães (música original), teria representação de Fernando Heitor e Paula Guedes, cenografia de Jasmim e figurinos de Maria Gonzaga [Arquivo PG]. [Anexo XXVI].

¹⁰¹ Depoimento escrito de Miguel Esteves Cardoso (2015.02.11).

5.3 A liberalização do ensino superior e a consolidação da Faculdade de Arquitectura

No quadro da evolução das políticas educativas em Portugal, o ensino da arquitectura, como o entendemos na modernidade, ocupou tendencialmente uma posição marginal. Nomeadamente a partir de meados dos anos 50 – quando veementes reivindicações da classe dos arquitectos introduziram uma efectiva aproximação do curso à universidade¹⁰² – as expectativas foram goradas, e só com a Revolução de Abril, mais especificamente em 1979, com a criação das Faculdades de Arquitectura de Porto e Lisboa,¹⁰³ é que se deixou de lado uma “certa falsa imagem criada, algo boémia, do tradicional arquitecto tipo Beaux Arts supostamente avesso aos aspectos científicos”¹⁰⁴ e se começou a considerar verdadeiramente a sua vertente “universalista”.¹⁰⁵ À medida que a prática da arquitectura ia conquistando o terreno da gestão do território, da investigação, e, enfim, alcançando um estatuto diferente do de uma arte visual, este novo estatuto, porque evidente, seria lançado no enquadramento de uma discussão sobre a reorganização do ensino das

¹⁰² É certo que já “em 1943, o Ministério estuda a hipótese de ‘equivalência dos cursos superiores de Arquitectura, Pintura e Escultura da Escola de Belas-Artes, aos cursos superiores das Universidades’ e inicia-se a discussão sobre a possibilidade de criação de uma Faculdade de Arquitectura.” MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Tese de doutoramento, p.187. No entanto, também é verdade que é somente na sequência da pressão exercida pela classe a partir do I Congresso Nacional de Arquitectura, em 1948, que decorre a Lei n.º 2.043 de 1950 e os subsequentes Decreto-Lei n.ºs 41.362 e 41.363 de 1957, os quais viabilizam a integração do curso de Arquitectura “no sistema universitário garantindo uma formação de nível superior ao arquitecto.” *Idem* p.206.

¹⁰³ Respectivamente Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 498-F/79 de 21 de Dezembro.

¹⁰⁴ GEORGE, Frederico. Discurso do Professor Frederico George em 1977. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 8/9, p.17. Canto Moniz afirma também que “todas as propostas de modernização da organização do curso de Arquitectura (três ciclos, conhecimento científico, conhecimento técnico, prática oficial, interdisciplinaridade, estágio, especialização) são contaminadas pelo sistema repressivo do governo e por um quadro cultural conservador. É esta lógica contraditória que leva o governo a considerar o arquitecto ‘o artista da ordem’.” MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura*. p.198.

¹⁰⁵ “Quando os arquitectos conquistam para si o estatuto de um ensino universitário, que antecedeu em décadas a integração formal das escolas de arquitectura nas universidades, adquirem, sobretudo, a capacidade de seguirem uma profissão em constante mutação e, portanto, a capacidade de abordagem, equacionamento e resolução de novas questões. Menos preparados, talvez, para exercerem de imediato um ofício, possuem, sem dúvida, uma formação universalista.” DIAS, Francisco da Silva. Para um Ensino Universitário. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.7

Belas-Artes, por volta de 1973 (via *Reforma do Sistema Escolar* de Veiga Simão);¹⁰⁶ no entanto, mesmo com as medidas assinaladas – de 1950, 1973 e 1979 – o curso de arquitectura continuou um parente pobre do sistema universitário. Consideramos 1986 um ano de charneira para o caso da Escola de Lisboa – um caso institucionalmente representativo – já que foi por volta dessa data que o paradigma da educação em arquitectura se tornou verdadeiramente outro: além de ser o ano de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), é o ano da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, e começam a proliferar cursos privados, o que não acontecia até então (inicia-se por exemplo o curso de arquitectura da Universidade Lusíada).¹⁰⁷ Esta mudança de paradigma representou um necessário reajuste do ensino, nomeadamente do ensino público face ao ensino privado, uma adaptação forçada pela integração europeia. É neste contexto que recorreremos à expressão “liberalização” com que iniciamos esta secção.

A tese da liberalização do ensino advém de uma concepção inscrita na “primeira revisão do texto da Constituição”, em 1982, na qual “o ensino privado passou a reger-se por princípios essencialmente liberais, nomeadamente pelo princípio fundamental da liberdade de ensinar e de aprender.”¹⁰⁸ Antes disso, a condição de subsistema de ensino superior

¹⁰⁶ Note-se que “o ensino superior português manteve a sua estrutura institucional praticamente inalterada entre 1930 e 1973, período durante o qual o sistema incluía: i) um sector universitário, que integrava as Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Coimbra e Porto e a que se juntou a Universidade Católica, em 1971; e ii) um sector não universitário, sem grande expressão, onde se inseriram sobretudo as escolas do ensino artístico (Escola Superior de Belas-Artes e Conservatórios de Lisboa e Porto) e algumas instituições privadas de índole técnico-profissional.” Cf. GRILLO, Eduardo Marçal. O Sistema Educativo. In REIS, António (coord.). *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, (s.d.), p.414.

¹⁰⁷ O curso, ou os cursos de arquitectura passaram a estar em pé de igualdade relativamente a outros cursos universitários – como direito ou medicina. “A universidade medieval fundada no aperfeiçoamento dos estudos do *quadrivium*, privilegiou três áreas/faculdades no seu esforço de precisão epistemológica – a teologia, o direito e a medicina – a Comunidade Económica Europeia, no que respeita às profissões liberais, retomou a tríade substituindo, no entanto, a teologia pela arquitectura, alegando tratarem-se as três actividades que mais directamente interessam ao bem estar e à qualidade de vida do cidadão comum europeu.” TAMM, Carlos. *Escola de Lisboa: Herança de devir Pedagógico-didáctico*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 199. Tese de doutoramento, p.78. [Fundo FAUL].

¹⁰⁸ GRILLO, Eduardo Marçal. O Sistema Educativo. p.417.

privado advinha da hegemonia do Estado.¹⁰⁹ No caso específico do ensino de arquitectura verificamos, por exemplo, a existência de um único curso em sistema privado – o curso da Cooperativa de Ensino Superior Artístico *Árvore I*, desde 1981/82.¹¹⁰ A oficialização deste curso – ou a sua capacidade de diplomar – estava dependente de pareceres de escolas como a Escola do Porto e de Lisboa.¹¹¹ A liberalização ocorre quando um conjunto de factores vem definitivamente descaracterizar, ou conformar, uma nova realidade para os cursos superiores públicos de arquitectura, criando um quadro mais igualitário. Vejamos uma sequência de motivos que, em Lisboa, dá origem a essa condição:

¹⁰⁹ “Até meados dos anos 80, o subsistema de ensino superior privado português assume características de um sistema periférico, de acordo com um modelo de ensino superior estatal, traduzindo uma forte hegemonia do Estado na sociedade portuguesa.” SEIXAS, Ana Maria. O ensino superior privado em Portugal: políticas e discursos. *Revista Portuguesa de Educação*. 2000. n.º 13(2), p.56. [Consultado a 2017.09.24]. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/374/37413204/>

¹¹⁰ Cf. *Árvore*. Escola artística e profissional. Breve Apontamento Histórico. [Consultado a 2017.09.10]. Disponível em <https://www.arvore.pt/escola.php>

¹¹¹ O Ministério da Educação emite um despacho dizendo que considera as escolas superiores artísticas autoridades em matéria de equiparação destes cursos a cursos superiores: “Continua a existir um vazio em tudo o que respeita ao ensino superior particular.

A existência de um instrumento legal, como estatuto, torna-se presente, pois todos os meses surgem requerimentos solicitando a homologação de novos cursos em instituições de ensino superior particular e politécnico particular.

Requer o Director dos Cursos da Cooperativa *Árvore*, Prof. Calvet de Magalhães, a homologação de vários cursos ministrados ou a ministrar naquela cooperativa de ensino, dos quais um universitário – o curso superior de Arquitectura, e seis politécnicos (...). Não existindo órgão vocacionado para análise curricular de cursos superiores propostos por instituições particulares de ensino, julgo que os referidos planos e programas deverão ser analisados pelos Conselhos científicos das Faculdades e Escolas Superiores das áreas afins”. [Ministério da Educação. Direcção-Geral do Ensino Superior]. TAVARES, Manuel Viegas. Despacho. 23 de Julho de 1982. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVII].

A Cooperativa *Árvore* envia, então, à ESBAL, uma “ementa” de curso para apreciação: “Para conhecimento de V. Exa. junta-se a ementa do curso e resumos dos programas desde já agradecendo a formulação de um parecer sobre o Curso Superior de Arquitectura desta Cooperativa (...)”. MAGALHÃES, Eduardo de Sousa Calvet. Carta ao Presidente do Conselho Científico do Curso Superior de Arquitectura, Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, de 21 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]. [Anexo XXVIII].

Dentro do Departamento, é designado Tomás Taveira para a apreciação do curso. [Fundo FAUL]. [Anexo XXIX].

- Como vimos no capítulo 1.2, entre as alegadas razões de ordem ética e profissional, o facto de os diplomados em arquitectura, em estágios mais avançados nas suas carreiras, serem muitas vezes júris de, por exemplo, provas de doutoramento em outras instituições,¹¹² trazia uma contradição só ultrapassável com a entrada na universidade do curso de arquitectura;



Figura 125 *Esquico* n.º 7. Contém o artigo “Integração ou transformação?” a pretexto da assimilação do curso da Escola de Belas-Artes na Faculdade de Arquitectura. 1984. [Fundo FAUL]

- A promessa da entrada na universidade andava “de gaveta em gaveta”¹¹³ [Figura 125] até 1979, quando finalmente saiu a Lei que criou a Faculdade de Arquitectura inserida na Universidade Técnica de Lisboa, tendo por fim ministrar licenciaturas no domínio da arquitectura.

A este respeito falaremos mais à frente;

- Se existia a possibilidade de abertura de universidades e cursos privados de arquitectura, o ambiente dos primeiros governos constitucionais não era favorável a que tal acontecesse, beneficiando o estatismo e a protecção dos cursos públicos¹¹⁴ (originando a preservação do carácter único das Escolas);

- No entanto, com o XI Governo iniciado em 1987, o ambiente político altera-se e passa não só a ser possível como recomendável a criação de

¹¹² Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Boletim* 1974. *Para uma nova Escola*. Julho de 1974. p.27. [Fundo FBAUL].

¹¹³ “Após cerca de dois anos em que um projecto para a integração do curso de Arquitectura na Universidade passa de gaveta em gaveta nos Ministérios da Educação dos sucessivos governos, dá-se finalmente a sua publicação em 1979.” *Esquico*. *Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 7. Fevereiro de 1984, p.2.

¹¹⁴ “Com a Constituição da República Portuguesa, de 1976, o ensino privado foi colocado numa situação de supletividade em relação ao ensino público, o que ocorreu, naturalmente, dada a concepção estatista e centralizadora que caracterizou globalmente o texto da lei fundamental aprovada pela Assembleia Constituinte.” GRILO, Eduardo Marçal. *O Sistema Educativo*. p.417.

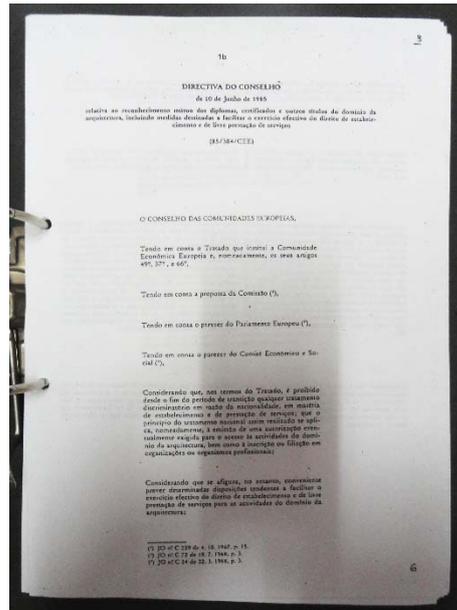


Figura 126 Directiva comunitária 85/384/CEE de 10 de Junho. [Cópia do fundo FAUL]

universidades privadas ou outros cursos públicos, e, portanto, cursos de arquitectura em liberdade de competir com os restantes;¹¹⁵

- Chegamos a um ponto de liberalização desejada pelo Governo, a qual tem a ver com uma questão ideológica que se opõe a uma tendência “colectivista”;¹¹⁶

- É este o contexto em que surge a primeira universidade privada a ministrar Arquitectura – a

Universidade Lusíada, fundada em 28 de Junho de 1986 – a qual vem a integrar professores docentes na Escola de Lisboa, acumulando funções – aliás, em consonância com o que ocorria em outros casos do sistema português;¹¹⁷

- Em simultâneo, surge a directiva comunitária 85/384/CEE de 10 de Junho, que aponta para uma equalização dos cursos universitários no espaço europeu [Figura 126];¹¹⁸

¹¹⁵ “O XI Governo (1987-1991), de maioria social-democrata, e tendo como Ministro da Educação Roberto Carneiro, vai inaugurar um período extremamente favorável à expansão e consolidação do sector privado (...). O ensino privado aparece como instrumento de reforço do poder da comunidade face a um Estado hegemónico.” SEIXAS, Ana Maria. O ensino superior privado em Portugal: políticas e discursos. *Revista Portuguesa de Educação*. 2000. n.º 13(2), p.60.

¹¹⁶ A criação de novas instituições de ensino superior resultou sobretudo de “uma actuação política de sectores e grupos com ligações estreitas aos professores afastados compulsivamente por motivos políticos no período revolucionário e que defenderam o ensino privado como uma forma de ‘combater’ o ensino público, que, em certas áreas científicas, actuava com um enquadramento ideológico muito marcado pela componente colectivista e pró-comunista caracterizadora do período mais conturbado de 1974-75.” GRILO, Eduardo Marçal. O Sistema Educativo. p.417.

¹¹⁷ “O corpo docente que lecciona nestas escolas (...), em grande parte é formado por professores e assistentes das universidades e dos institutos politécnicos públicos que acumulam as suas funções com uma actividade lectiva em instituições privadas, o que constitui uma das explicações para este ‘milagre’ de crescimento que ocorreu no ensino superior português.” GRILO, Eduardo Marçal. O Sistema Educativo. p.419.

¹¹⁸ Directiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985, relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitectura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efectivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços. [Consultado 25 Setembro 2017]. Disponível em <http://arquitectos.pt/documentos/1164206973A8rPT3sy6To02IR2.pdf>.

- Soma-se a Lei de Bases do Sistema Educativo, em Outubro de 1986,¹¹⁹ a qual, entre outras medidas, vai encaminhar um estatuto de autonomia para as universidades;

- Em arquitectura, como noutros cursos, alguns dados motivam uma liberalização do sector: a existência de um *numerus clausus* [Figura 127]; e a limitação para entrada,

ESTABELECIMENTO/CURSO	NUMERUS CLAUSUS DE 81/82	PROPOSTA DE NUMERUS CLAUSUS PARA 82/83
CURSO DE ARQUITECTURA	150	150

através de requisitos curriculares mínimos,¹²⁰ mas também o aumento geral da procura do sistema educativo.¹²¹

Esta sequência de factores vem não só abrir caminho para uma nova caracterização do curso de arquitectura da Escola de Lisboa como introduz no senso comum a ideia de que o surgimento de cursos superiores privados ocorre a partir de 1986,¹²² data que coincide com a entrada de Portugal como “membro de facto da União Europeia”.¹²³

Figura 127 *Numerus Clausus* previstos para os anos de 1981/82 e 1982/83 (ambos 150). [Fundo FAUL]

¹¹⁹ Segundo Marçal Grilo, “o período que se segue à revolução de Abril de 1974 compreende três fases distintas: a primeira corresponde à vigência dos governos provisórios que foram formados entre a data da revolução e a data da entrada em funções do I Governo Constitucional, em Julho de 1976; a segunda medeia entre esta data e a aprovação da Assembleia da República da Lei de Bases do Sistema Educativo, em Outubro de 1986; e a terceira entre 1986 e a actualidade” GRILO, Eduardo Marçal. *O Sistema Educativo*. p.406.

¹²⁰ Cf. respectivos requisitos em SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume II, pp.23-32.

¹²¹ “O aumento da procura no sistema educativo, com o conseqüente crescimento do número de estudantes em todos os níveis que integram o sistema, constitui uma das tendências mais pesadas da evolução da educação em Portugal a seguir ao restabelecimento da democracia.” GRILO, Eduardo Marçal. *O Sistema Educativo*. p.409.

¹²² “A população universitária subiu de 24 mil para 70 mil de 1960 a 1975, sobretudo a partir da autorização de escolas privadas em 1986”. SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (co-aut); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (co-aut); RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, cop. 2009, p.770. Diz-nos também Marçal Grilo que “o crescimento do ensino superior particular e cooperativo tornou-se, a partir de 1986/1987, uma ‘tendência pesada’ do ensino superior português”. GRILO, Eduardo Marçal. *O Sistema Educativo*. p.418.

¹²³ “Portugal é membro de facto da União Europeia desde 1 de janeiro de 1986, após ter apresentado a sua candidatura de adesão a 28 de março de 1977 e ter assinado o acordo de pré-adesão a 3 de dezembro de 1980. *Adesão de Portugal à CEE*. Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora 2003-2017. [Consultado a 2017.09.24]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$adesao-de-portugal-a-cee](https://www.infopedia.pt/$adesao-de-portugal-a-cee)

O enquadramento exposto é relevante na medida em que coloca em evidência uma cisão entre duas realidades no que respeita à Escola de Lisboa – sendo que se põe de novo aqui a questão “início ou fim da Escola de Lisboa?”.

De facto, o ano de 1986 é particularmente importante para a Escola pelas razões assinaladas, mas também dado que é nomeada uma nova composição para a Comissão Instaladora da Faculdade, e ainda porque 1985/86 corresponde ao ano lectivo de extinção da 1ª Secção da ESBAL [Apêndice IX]. A partir de duas realidades diferentes – a primeira, criada após o 25 de Abril; e a segunda, desde 1986, com origem numa nova era política, económica, social,¹²⁴ à qual se associa uma alteração interna na Escola – poderemos questionar-nos sobre qual delas induz a criação de uma identidade escolar própria.¹²⁵

Note-se que “a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, efectivada em Janeiro de 1986, constitui, indiscutivelmente, um dos factores mais importantes para a evolução e para as transformações do sistema educativo português.” GRILLO, Eduardo Marçal. *O Sistema Educativo*. p.432. De certo modo, podemos inclusive dizer que o período pós-“PREC”, ou mesmo o período revolucionário, termina na data da entrada de Portugal na CEE. De acordo com Kenneth Maxwell em conferência “O 25 de Abril, 40 anos depois”, Fundação Calouste Gulbenkian (registo de memória).

¹²⁴ Há também a componente cultural que é muito frisada por Jorge Figueira quando este autor reporta à segunda parte dos anos 80. *E.g.*: “Entretanto, a partir de 1985, ainda com o carro em andamento, surgem as primeiras sínteses sobre o pós-modernismo.” FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014, p.207.

¹²⁵ Para Teresa Dantas, sendo os dois cursos, de Lisboa e Porto, os únicos em Portugal a ser “reconhecidos na comunidade [europeia]”, fica “claro, embora não explícito, da necessidade da confrontação do ‘Carácter’ das Escolas, das várias experiências metodológicas, científicas e pedagógicas que cada uma é portadora, de modo a permitir estabelecer as diferenças que do ponto de vista dos respectivos planos de estudo parece não existem. (...) E todos sabemos que existem!” DANTAS, Teresa. Do encontro sobre o ensino da Arquitectura, a prática profissional e a integração europeia. *Jornal Arquitectos*. 1991, n.ºs 103/104, p.16.

Aceitando o desafio de um ensaio sobre o carácter da Escola, e face a tudo o que é exposto nesta tese, questionamo-nos nomeadamente sobre onde é que se inicia verdadeiramente uma escola de massas e acaba um ensino colegial, nomeadamente de cariz artístico – isto é, neste momento de transição, perguntamo-nos se as duas facetas viveram lado a lado, e em que intervalo de tempo. Uma formação de massas é desejada por Augusto Brandão desde a sua chegada à Direcção da Escola, como temos demonstrado. De certo modo podemos dizer que ela é sempre presente desde então dada a quantidade de alunos que a Escola comporta, na sua capacidade máxima: “Quanto à capacidade da Escola, neste momento encontra-se este Departamento a funcionar em três turnos – 1 que engloba toda a manhã das 8 às 14 horas, outro englobando a parte da tarde das 13 às 19h e outro da noite das 18 às 24 horas. O turno da manhã engloba 10 turmas, sendo 2 de cada ano do curso; o turno da tarde engloba 6 turmas e o da noite outras 6 turmas. (...).

O número de alunos por turma varia entre 40 e 60 alunos. (As turmas do 5º ano atingem 70 alunos). (...).

A escolha do ano de 1986 como momento chave do nosso estudo tem também a ver com a aprovação do curso de arquitectura da Universidade Lusíada.¹²⁶ Há, afinal, uma fractura irrefutável entre uma realidade posterior e anterior a 1986. Antes de 1986 só havia duas ou três alternativas para prosseguir estudos em arquitectura; depois de 1986, as alternativas expandem-se progressivamente.

Note-se também a já referida directiva comunitária de 1985: antes desta, a Escola de Lisboa e a Escola do Porto detinham o exclusivo do ensino superior público de arquitectura; mas sobretudo eram dois polos reguladores e identificativos muito diferenciados, não só nos seus planos de estudos – notemos, por exemplo, a já assinalada ausência de um 6º ano e de estágio no caso de Lisboa – como tinham duas dimensões quantitativas muito diversas.¹²⁷ A partir de 1985 a pressão sobre a equalização formal dos cursos cresce.

Em paralelo, a Escola de Lisboa vai progressivamente consolidando-se como Faculdade de Arquitectura, tal como a do Porto.¹²⁸

Como se poderá notar as salas funcionam quase 100% do tempo, durante a manhã, ficando a cerca de 60% de utilização de tarde e noite.” BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 23 de Abril de 1980. [Fundo FAUL].

Por outro lado, o que verificamos nesta tese é um assinalável desenvolvimento de uma componente cultural, ou artística, ou, enfim, criativa, tradicionalmente mais próxima de um ensino colegial. Na conferência inaugural do ano de 1982/83, o presidente da Associação de Estudantes afirma “nós não estamos efectivamente dispostos a abdicar da componente criativa deste curso” reportando ao “grande salto qualitativo conseguido por esta Escola, e este curso”, mas acrescentando “torna-se agora necessário dar também um salto quantitativo só possível com o apoio efectivo e material do Ministério.” Videograma 21 a partir do minuto 05:04. [Fundo FAUL]. Estas declarações dão a entender que a Escola ainda se vê a si mesma como um pequeno domínio.

¹²⁶ A Universidade Lusíada foi fundada a 28 de Junho de 1986. Cf.

<http://old.lis.ulusiada.pt/universidade.aspx>. A aprovação do curso de arquitectura gerou apreensão na classe dos arquitectos, o que sublinha a tese de que existe um despertar de uma nova realidade com a insinuação da abertura de novos cursos para lá dos clássicos. Vejamos o que nos diz o *Jornal Arquitectos* em 1986: “A AAP [Associação dos Arquitectos Portugueses] tem tentado junto da Comissão Parlamentar para a Educação, da Secretaria de Estado do Ensino Superior e das reitorias das Universidades, chamar a atenção para o processo de criação de cursos particulares de Arquitectura, nem sempre conduzido dentro da Lei e sem audição da AAP. Em causa o recém-anunciado curso da Universidade Lusíada.” Notícias. Ensino particular de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1986, n.º 51, p.29.

¹²⁷ No ano de 1985, o curso de arquitectura de Lisboa tinha mais do quádruplo de alunos do curso do Porto (no que respeita aos inscritos no novo plano de estudos, no caso da ESBAP). Cf. SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa*. Vol. II, p.15.

¹²⁸ “Em 1984 e sob proposta da Comissão Instaladora, é definida a organização e a estrutura do curso de licenciatura em arquitectura (condicionando, no entanto, a sua entrada em funcionamento à existência de meios humanos e materiais), determinando-se também que um protocolo a firmar com a 1ª Secção da ESBAP estabelecerá as regras e

Dissemos que iríamos abordar a inserção do curso de arquitectura na universidade. Tecnicamente falando, este processo – o qual se passou a apelar, entre os estudantes, de “processo do 5º ano”¹²⁹ – tratou de lançar um novo plano de estudos e de fasear a entrada em funcionamento de turmas inseridas nesse mesmo plano de estudos, as quais passariam a pertencer, por consequência, à Universidade Técnica de Lisboa [Apêndice IX].

Para o efeito de aprofundarmos o dito processo (a extinção do curso da 1ª Secção da ESBAL), e nomeadamente a complexidade do momento de transição, recordemos o histórico das medidas oficiais nesse sentido:

- A abertura da Escola é decididamente projectada pela *Estrutura 76* [V. capítulo 2.3] – um plano que prevê um Departamento de Arquitectura; este Departamento deveria ser apto a conceder licenciaturas;
- O Despacho 7/76, que viabiliza a abertura da Escola, em Março de 1976, vem admitir o referido Departamento até Dezembro de 1976 (Despacho 7A/76), e nomeadamente um “bacharelato em Arquitectura e licenciatura especializada” [V. capítulo 2.3];
- Segue-se um memorando do MEIC para o ano de 1976/77 que refere a “institucionalização duma licenciatura em Arquitectura com a duração de 5 anos”.¹³⁰

Enfim, por entre despachos, ofícios e outros documentos, acaba por se assumir o grau de licenciatura para Arquitectura bem como um carácter departamental efectivo para a 1ª Secção. Por exemplo, o Caderno de apresentação “Departamento de Arquitectura 1980/81” [V. capítulo 4.1] diz que o Departamento “tem por fim ministrar formação conducente à

os procedimentos tendentes a facilitar a transição pedagógica e administrativa da Escola para a Faculdade. Uma vez a funcionar esta última, seria extinto o curso de Arquitectura da 1ª Secção da ESBAP”. In 2. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1979-). [Consultado a 2017.09.25]. Disponível em file:///C:/Users/Leonor%20Silva/Downloads/Faculdade_de_Arquitectura_da_Universidade_do_Porto_2004.pdf

¹²⁹ Damos como exemplo um folheto da Lista I para eleições da Associação de Estudantes: “A Integração na Universidade Técnica e o chamado ‘processo do 5º ano’ (por ter sido o 5º ano o primeiro a ser facultade segundo o projecto adoptado), foi a questão quente do ano lectivo de 1983/84.” Cf. [Lista I] *Processo do 5º ano*. Caderno de divulgação. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]. [Anexo XXX].

¹³⁰ [Direcção-Geral do Ensino Superior]. Memorando. Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 24 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL].

licenciatura da arquitectura” – o que, entre outras situações [V. Apêndice VIII], sinaliza a situação ambígua que se vive. Desde logo porque nada indica a recondução formal de um Departamento, apenas a permanência da 1ª Secção, e com o seu regulamento próprio.¹³¹ Acresce que por um lado, desde 1979 que a 1ª Secção da ESBAL entra na universidade e, como temos vindo a referir, a lei prevê a criação de uma Faculdade de Arquitectura inserida na Universidade Técnica de Lisboa em “regime de instalação”. Assim sendo, poder-se-á dizer que existe uma nova Faculdade e que o Departamento de Arquitectura cessa. Por outro lado, sabemos que só com a dissolução do curso de arquitectura de Belas-Artes é que existe uma Faculdade de facto. Dito de outro modo: uma Escola – neste caso a 1ª Secção da ESBAL, ou Departamento de Arquitectura – que passa a Faculdade, entra primeiro num regime de instalação; no entanto, enquanto não ministrar exclusivamente licenciaturas inseridas na própria Faculdade, não é uma Faculdade, plenamente falando. A Faculdade de Arquitectura, embora esteja criada em 1979 para “ministrar a formação básica conducente à licenciatura nos domínios da arquitectura e do planeamento urbanístico”,¹³² não prevê que estas sejam oferecidas de modo automático – teria de haver uma “entrada em funcionamento progressiva destes cursos”. (A Portaria 448/84, de 9 de Julho explica bem esta situação).¹³³ Ora, à medida em que se dá esta entrada progressiva, a

¹³¹ Desconhecemos alguma medida oficial que tenha implementado um Departamento de Arquitectura para além do Despacho 7A/76 (que vigorou de Fevereiro a Dezembro de 1976). O Decreto-Lei n.º 498-E/79, que cria a Faculdade, omite-o, referindo apenas “1ª Secção da ESBAL”. O mesmo acontece com a Portaria 448/84, de 9 de Julho (que aprova o plano e o regime de estudos da transição da 1ª Secção para a Faculdade). A nossa convicção assenta também em ofícios como por exemplo o de Brandão, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL] [Anexo XIV do capítulo 2] o qual inclui o seguinte trecho: “Note-se que após Dezembro não só o Departamento passará a secção como o ano académico de 1976-77 passará a ser comandado pela reforma de 1957 que até agora não foi revogada superiormente”.

¹³² Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro.

¹³³ Excerto: “O Decreto 41363, de 14 de Novembro de 1957, definiu o plano e regime de estudos dos cursos de Arquitectura ministrados pelas 1.ª Secções das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto (ESBAL e ESBAP). Após 1974-1975, cada um desses cursos sofreu uma evolução bastante diferenciada nos planos de estudos e, consequentemente, no perfil dos profissionais diplomados por cada uma das Escolas.
(...).

1ª Secção vai sendo extinta, o que significa que a Faculdade só está em funcionamento pleno em 1985/86,¹³⁴ quando já não são oferecidos diplomas em arquitectura pela ESBAL.

Falamos em “consolidação da Faculdade de Arquitectura” também porque este processo representa a estabilização de um recém-inaugurado plano de 1983/84, com uma ramificação no 5º ano, como referido na secção anterior, ano este já da Faculdade [Apêndice VII]. O “processo do 5º ano” permitia aos alunos da Escola que se formassem tão cedo quanto possível pela universidade, obtendo uma licenciatura integralmente prevista na Lei. Viabilizava, portanto, que os alunos concluíssem um curso universitário – e não um curso superior – assim que possível.¹³⁵

A 1.ª Secção da ESBAL optou por um curso de estrutura linear, constituído apenas por uma parte escolar com a duração de 5 anos, sem estágio, porque abolido por decisão da Escola.

A criação em 1979 das Faculdades de Arquitectura das Universidades Técnicas de Lisboa e do Porto, respectivamente pelos Decretos-Leis n.ºs 498-E/79 e 498-F/79, ambos de 21 de Dezembro, corresponde à importância da arquitectura na sociedade actual e à necessidade de formar profissionais nesta área com uma sólida formação científica.

Deveriam as Faculdades ministrar cursos de licenciatura em Arquitectura, Planeamento Urbanístico ou outros, e decorre do articulado dos referidos decretos-leis que a entrada em funcionamento progressiva destes cursos deveria ser acompanhada pela cessação da ministração dos cursos de Arquitectura das 1.ªs Secções das ESBAP e ESBAL.

A procura de um estatuto próprio para o ensino artístico levou, entre outros motivos, a que, decorridos mais 8 anos, não se tivesse procedido à homologação das experiências realizadas pelas duas Escolas. E a situação assim criada, que é uma situação de facto, leva a que se tomem agora medidas de urgência, que não significam tomadas de posição definitiva sobre, por exemplo, a existência ou não de um estágio como condição para a obtenção do diploma do curso de Arquitectura e ligação deste ao exercício da profissão. Esta será matéria de debate próximo entre o Ministério da Educação, organizações profissionais e estabelecimentos de ensino.

Quanto às medidas de urgência, homologam-se, através de outra portaria, os 6 diferentes planos de estudo que a 1.ª Secção da ESBAL aplicou desde 1975-1976 e aprova-se, através desta, a entrada em funcionamento da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, por reconversão do último plano de estudos ministrado na 1.ª Secção da ESBAL, conforme proposta da comissão instaladora da Faculdade.”

Portaria 448/84, de 9 de Julho.

¹³⁴ Apesar disso, desde antes dessa data, são atribuídos carimbos com logotipos e símbolos afins da Faculdade a alguns documentos da antiga Escola – isto é, são sobrepostos esses mesmos registos a documentos com o cabeçalho do Departamento. Isto acontece, por exemplo, em cartões do Centro de Documentação, ou em pautas de notas. Estes tipos de registos cruzados mantêm-se para lá da integração completa do Departamento na Faculdade. [Anexo XXXI].

¹³⁵ Ainda assim, a transição não foi de todo pacífica: “De resto, vejamos: 1) começam as aulas (Novembro) e primeiro o radicalismo de ambas as partes – Comissão Instaladora faz sair um plano de estudos anti-pedagógico e autocrático, reconhecido por todos os estudantes como tal; a Direcção da Associação assume a responsabilidade daquilo que começa a ser a luta do 5º ano e faz uma greve. A greve não correspondeu a uma discussão sistemática e tão pouco à consciência da realidade. 2) A greve ocupa 3 meses e a Direcção da Associação discute com a Comissão Instaladora e com o Reitor da

Este processo havia de ser negociado com a Associação de Estudantes com bastante determinação por parte do seu presidente, nomeadamente por significar a introdução de um novo currículo pedagógico.¹³⁶

De facto, será implementado um novo plano de estudos desde logo no 5º ano de 1983/84 (o tal que divide o ano em três opções) mas, com a passagem do tempo – isto é, à medida que surgem mais turmas da FAUTL [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa] – o plano vai-se traduzindo em maior estabilidade. Em rigor, trata-se desde já do início da Faculdade de Arquitectura, a qual se foi consolidado até à extinção da Comissão Instaladora, em 1988.¹³⁷ Mas deixou de haver

Universidade Técnica, mas não discute nem informa todos os estudantes – a Comissão Instaladora aparece dividida em 2 facções, a moderada (Brandão) e a radical (Antero Ferreira).” [Lista I]. *Processo do 5º ano*. Caderno de divulgação. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL].

¹³⁶ “O que foi (...) também relevante foi quando foi criada a Faculdade, e em que é feito um processo absolutamente novo. (...) Eu cheguei a ser, para além de presidente da Associação de Estudantes, membro do Conselho Directivo e membro do Conselho Pedagógico (na altura acho que a estrutura era diferente dos dias de hoje). Quando é criada a Faculdade de Arquitectura, o primeiro ano em que há aulas é o ano, se não estou em erro, de 83/84. Portanto, nesse ano entrou o 5º, no seguinte entrava o 4º, o 3º, e sucessivamente até ao 1º: a Faculdade nascia de cima para baixo. O que colocou desde logo um problema de currículo pedagógico. Porquê? Porque nos obrigaram a repetir todo o conjunto de cadeiras teóricas que tínhamos tido no 3º e no 4º ano. Em especial Geografia, Sociologia, Economia... aquelas cadeiras mais laterais à própria formação. (...). Não havia propriamente semestres. Tínhamos seis, sete, oito cadeiras ao longo dos primeiros quatro anos, e o último era, como a gente lhe chamava, o ‘cadeirão’ de Projecto. E nesse ano fazem-nos essa partida que é a de nos reporem, novamente, todas as cadeiras que nós já tínhamos em anos anteriores. [Não repetiram essas cadeiras] porque eu já era presidente da Associação de Estudantes e fizemos greve a essas cadeiras o ano inteiro. Eu aguntei um ano de greve. Ou seja, as pessoas fizeram todas as cadeiras, o ‘cadeirão’, mas houve um ano inteiro de greve – coitado do Augusto Brandão, que me aturou. A Escola não tinha RGA há muitos anos. Foi quando regressaram as RGA, e foi quando eu consegui aguentar, como presidente da Associação de Estudantes, [uma greve] durante um ano inteiro (...), e no final do ano deram-nos passagem administrativa.” Entrevista a Vítor Reis (2015.07.14).

¹³⁷ “Em 1988, foi posto termo ao período de instalação, passando a Faculdade a estar dotada dos órgãos de gestão previstos no Decreto-Lei n.º 781-A/76 de 28 de Outubro.” *Universidade Técnica de Lisboa. Volume II. 75 Anos de História*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ca 2005, p.289. “O ano de 1987/88 foi o ano de extinção da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura. (...). Assim, com a extinção dessa situação de transição, foram eleitos e empossados os Órgãos de Gestão normais, de acordo com a lei que rege a vida académica das Escolas.” [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. *Relatórios Anuais e Programação Pluri-Anual*. Relatório Anual: 1987-88. 1. Introdução. (s.d.) ca 1988. [Fundo FAUL] [Anexo XXXII].

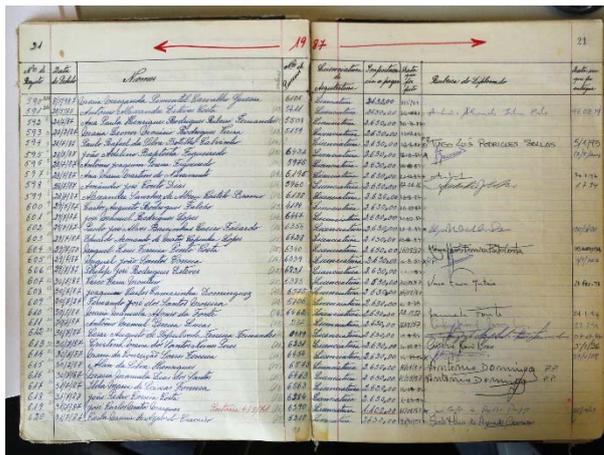


Figura 128 Livro de Diplomas da FAUTL. Ano de 1987 (amostra). [Fundo FAUL]

“Departamento de Arquitectura” na ESBAL em 1985/86, quando todas as turmas obedecem a esse mesmo novo plano de estudos.¹³⁸ Aquilo que nomeámos de “consolidação da

Faculdade de Arquitectura” ocorre a partir desse momento [Figura 128].¹³⁹

É, portanto, uma nova realidade, aquela com que a Escola se debate agora. Discute-se de novo o ensino da arquitectura em Portugal [Figura

¹³⁸ Podemos verificar esta situação por exemplo através da capa do livro de Programas e Cargas Horárias dos Serviços Académicos da Faculdade de Arquitectura para os anos de 1985/86 a 1988/89. [Anexo XXXIII].

¹³⁹ A consolidação de que falamos significa também o início dos doutoramentos, previstos na Lei que cria a Faculdade de Arquitectura. O primeiro inserido na Faculdade terá sido o de Pedro Fialho de Sousa, em 1989 (de acordo com o levantamento efectuado no Centro de Documentação). Relativamente às especialidades do doutoramento – Arquitectura e Planeamento Urbanístico – estas foram confirmadas pelo Despacho n.º 67/SEES/84, de 28 de Junho. 1986 é também o ano em que se criam informalmente duas Unidades de Investigação: o “Grupo de Estudos do Património Arquitectónico Português”, que funcionou fora da Escola até 1987, e o “Grupo de Estudos de História da Arquitectura”. Cf. *Universidade Técnica de Lisboa. Volume II. 75 Anos de História*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ca 2005, p.289. O mesmo relatório diz-nos: “A Faculdade de arquitectura cresceu de forma muito significativa durante o período de cerca de um quarto de século em que fez parte da Universidade Técnica de Lisboa, atingindo perto de 1800 estudantes de licenciatura, mais de uma centena de estudantes de mestrado, cerca de dezena e meia de doutorandos e cerca de 180 docentes (correspondentes a cerca de 160 em equivalente a tempo integral). O número de licenciados é superior às duas centenas, o de mestres da ordem das duas dezenas e o de doutores raramente tem ultrapassado dois. Os valores relevantes são aproximadamente oito vezes superiores aos que se verificaram aquando da criação da Faculdade e da sua integração na Universidade Técnica de Lisboa. As despesas anuais são hoje de cerca de 9 milhões de euros.” *Idem* p.292.

129]. Disso é sintoma uma edição do *Jornal Arquitectos* através da qual Gonçalo Byrne, o seu director, coloca várias questões aos representantes das Escolas.¹⁴⁰ No caso de Lisboa, responde Augusto Brandão. Mas Maria Calado, Carlos Tamm, Francisco da Silva Dias e Frederico George também contribuem. Silva Dias é um dos principais porta-vozes da Escola, intitulado o seu artigo de “Para

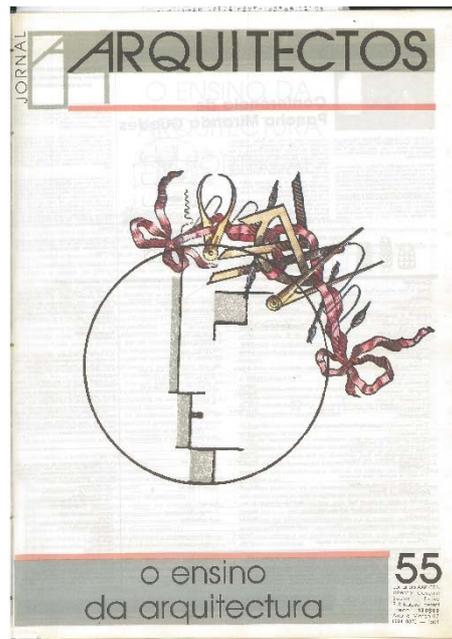


Figura 129 Capa do *Jornal Arquitectos* n.º 55, Março de 1987. Direcção de Gonçalo Byrne.

um ensino universitário”.¹⁴¹ Observemos, na constituição do corpo docente, além do próprio, e de Carrilho da Graça ou Manuel Tainha, entre outros, a integração de Manuel Graça Dias. Notemos ainda, como estudantes finalistas desta década, José e Nuno Mateus, Francisco e Manuel Aires Mateus, Pedro Maurício Borges, Inês Lobo, elementos do grupo do atelier Promontório ou do chamado Grupo de Macau,¹⁴² para citar alguns exemplos.

No ano do grande incêndio que assola o Chiado (1988) – lugar de proximidade física e afectiva do Convento de São Francisco – a entrega de novas instalações, que ocorre em 1994, é já um facto consumado [Figura 130].¹⁴³

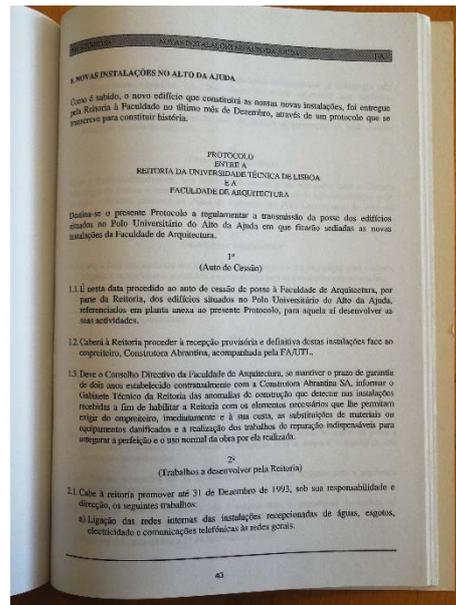
¹⁴⁰ “Num momento em que a sociedade portuguesa se confronta e aprende a alimentar-se dum conjunto de diversidades e tensões, de alguma forma novas no nosso quotidiano, afigura-se-nos que às Escolas de Arquitectura cabem responsabilidades acrescidas na busca de sentidos e elaboração coerente das suas capacidades interventiva e formativa.” BYRNE, Gonçalo Sousa. O Ensino da Arquitectura em Portugal. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.3.

¹⁴¹ DIAS, Francisco da Silva. Para um Ensino Universitário. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.7.

¹⁴² O “Grupo de Macau” é uma designação que foi atribuída por Pedro Vieira de Almeida a um conjunto de jovens estudantes de arquitectura que exerceram no atelier de Manuel Vicente. Cf. ALMEIDA, Pedro Vieira de. Uma história do futuro. *Colóquio Artes*. 89, 2ª Série/33º Ano, 1991, p.14-15.

¹⁴³ Cf. *Universidade Técnica de Lisboa. Volume II. 75 Anos de História*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ca 2005, p.291. Cf. também Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. *Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento*. Janeiro de 1994, p.43-45.

Figura 130 Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento de 1994. Protocolo entre a Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa e a Faculdade de Arquitectura. [Fundo FAUL]



Ainda nesse ano de 1988, a Associação dos Arquitectos Portugueses [AAP] torna-se uma Associação Pública assumindo a “representação exclusiva dos arquitectos” e “aprofundando a matriz ética, cívica e crítica do Congresso de 48 que, de algum modo, antecipou a afirmação da democracia em Portugal.”¹⁴⁴

Entre os seus objectivos está a regulamentação dos novos cursos de arquitectura.¹⁴⁵

À frente da Comissão Instaladora da Faculdade em 1987 encontra-se Augusto Brandão. Numa sua candidatura à presidência da AAP pela lista B, Brandão vem dizer:

“A rapidez com que se constrói, a facilidade de comunicações, e a grande mobilidade da população activa levam a uma importação brutal de estilos e de tecnologias e corremos agora o risco de ver aparecer por todo o lado construções contrárias a uma identificação social e cultural que era fruto de uma sensibilidade profunda que é preciso fazer despertar.” E ainda:

“[Os jovens recém-formados] foram habituados até ao fim da Escola a terem referências de vida e de existência. Quando terminam a Escola deixam de as ter.”¹⁴⁶

Creemos que Brandão se refere a uma mudança de paradigma, e a essa transição corresponde o que temos vindo a descrever nesta secção para o caso da Escola de Lisboa: justamente a articulação entre duas realidades culturais e pedagógicas – uma departamental (Escola Superior) e uma

¹⁴⁴ Ordem dos Arquitectos. História. [Consultado a 2017.09.27]. Disponível em <http://arquitectos.pt/index.htm?no=101068,215>

¹⁴⁵ No ano 2000 inicia-se “um regime de admissão, acabando com a admissão directa de licenciados e estabelecendo uma distinção entre cursos ‘acreditados’ e ‘reconhecidos’”. PINTO, Pedro Luz. *O Lugar do Projecto. O Ensino da Arquitectura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha (2006-2014)*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologia e Arquitectura, 2015, p.57. Tese de doutoramento.

¹⁴⁶ BRANDÃO, Augusto. In (s.n.). Entrevista a Augusto Pereira Brandão. Candidato da lista B à presidência do CDN. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p.5.

outra universitária (Faculdade) – que têm, por princípio, objectivos de realização distintos.

É nesse sentido que nos perguntamos onde é que começa e acaba a Escola de Lisboa. Se, por via do seu carácter vincado (embora complexo), como temos vindo a verificar nesta tese, vai passar a assumir uma identidade mais plena, a partir de 1986, ou se, pelo contrário, precisamente por causa do seu carácter de excepção até então, se dá o fim da Escola (e o início de uma outra realidade). Julgamos que é nesse sentido que Brandão já desabafava, em 1984:

*“Espero que a Faculdade ganhe o dinamismo (...) com que esta Escola está acabando.”*¹⁴⁷

¹⁴⁷ Discurso de entrega de diplomas de 1983/84. Videograma 128 e Videograma 129. [Uma só gravação]. A partir da hora 02:06:46. [Fundo FAUL].

Conclusão

JAMES-AS-STUDENT: Yes, but I believe that it's the imperfections of a discipline's practice and pedagogy that spurs on renewal. Architectural education is in crisis.

JAMES-AS-EDUCATOR: That is where I've come to disagree. Architectural education is not in crisis (...). We need to believe that we are in crisis. You know the analogy of a duck – calm above the water line but paddling like mad below the surface? Architectural education is like an upside-down duck. It's all panic and drama above the water line. Meanwhile things continue calmly in the same direction below the surface.

James Benedict Brown

In dialogue with myself, in dialogue with Paulo Freire

In: Froud, Daisy; Harriss, Harriet (eds.)

Radical Pedagogies. Architectural Education and the British Tradition

RIBA Publishing, 2015. p.68

1.

Desde o início dos anos 70, e até ao 25 de Abril de 1974, a Secção de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – que aqui designamos de Escola de Lisboa – é, não obstante o crescente número de inscritos, um lugar pequeno e sobretudo resguardado.

Os estudantes são muito jovens; iniciam o curso com 17 anos e acabam-no com 22, normalmente.

A Escola é também um lugar elitista. Apesar de não haver restrições de acesso, há uma espécie de selecção natural; é necessário o curso dos liceus e os menos abonados encontram-se nas escolas profissionais.

O regime de estudos vigente é a chamada “Reforma de 57” – um currículo criado na sequência de exigências de modernização, por parte da classe dos arquitectos, mas que se afigura agora como uma desilusão, nomeadamente por constituir um “somatório de cadeiras”.

Estes aspectos virão a ser questionados e alterados com o passar da Revolução.

Entretanto, a efervescência dos tardios anos 60 tem a sua expressão; alguns alunos organizam-se, protestam, fazem-se ouvir, ganham terreno ao imobilismo. Manifestações como o “Enterro da Escola”, à imagem do que se faz lá fora, são exemplo de uma insatisfação quanto ao ensino no geral.

Também alguns docentes, nos quais se contam novos assistentes, vão viver o espírito do tempo a que se chamou de “Primavera Marcelista”.

Nesse campo, o professor Frederico George, figura de referência, é o grande protagonista, tentando levar a cabo um regime pedagógico experimental.

Igualmente o é por ser incumbido, pelo Ministro da Educação Veiga Simão, de realizar uma proposta de reforma do ensino da arquitectura. O seu *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura* visa,

sobretudo, instituir aquilo que o autor apelida de *ensino integrado* – um sistema assente em disciplinas nucleares (mais importantes, que se mantêm de ano para ano) e ancilares (adjuvantes das nucleares). O seu projecto tem ainda a característica de promover um ensino nem tão técnico, nem tão teórico; com uma componente profissional (sobretudo no bacharelato), mas também com uma faceta teórica (na licenciatura e no doutoramento).

De entre os professores de carreira que vão atravessar este período, para lá do 25 de Abril, está Tomás Taveira – um individualista, nas palavras de Augusto Brandão (outro professor que atravessa este período). Taveira vai gerar *frisson* com as suas aulas, mas não se envolve em conflitos estudantis. Aliás, as lutas geram desistências; e das desistências passa-se a uma indiferença relativa, na qual colaboram tanto professores como alunos.

Até que irrompe a Revolução.

2.

O 25 de Abril contagia a Escola de uma forma marcante. Tal acontece não só em arquitectura como nos restantes cursos, que se organizam para debater uma reforma do ensino, porque a todos se afigura como uma evidência a necessidade de revisão do modelo de 57. Mas no permeio de uma discussão de substância, existe uma enorme tensão política *tout court*. Quer dizer, a montante dos debates sobre a reorganização do ensino e da Escola está uma agora muito entusiasmada filiação ou ‘simpatia’ política. Isto passa-se com a generalidade dos estudantes e professores que permanecem na Escola e toma proporções dramáticas para a sequência dos eventos, sobretudo tendo em conta os campos mais extremados, designadamente da UEC e do MRPP. Se quisermos considerar que os professores são uma facção moderada da Escola – o que é discutível, mas fazemo-lo porque existe, pelo menos, heterogeneidade – então é sobretudo dos estudantes que parte a suspensão do curso de arquitectura.

São os estudantes da UEC que vão então (ou entretanto) apoiar a criação de uma nova Escola, concebida por Nuno Portas, sob determinação do

Secretário de Estado Avelãs Nunes. Esta Escola teria como vantagem começar do zero; um projecto pedagógico novo, elaborado para o efeito. As suas características seriam singulares, se as compararmos com o curso que viria a ser implementado: divisão por vários locais da cidade; focalização em especialidades como as ciências sociais e o urbanismo; ausência da história; inserção do modelo de atelier e do paradigma portuense de interligação com os sectores produtivos.

Mas teria inconvenientes, nomeadamente o facto de significar uma suposta redução de vagas.

Esse aspecto e outros, alegadamente desconhecidos dos alunos, originou o mito de que Portas não comunicaria com a Escola, mito esse que se desfaz nesta tese demonstrando-se os sucessivos comunicados aos alunos, bem como observações do próprio e de Augusto Brandão, que viria a ser director da Escola e que testemunha que os alunos é que não o deixavam “entrar”. Nomeadamente verificamos a dificuldade do autor em fazer as suas ideias serem aceites, e uma insistência em manter-se fiel às mesmas. Cremos que aqui se desenvolve uma animosidade entre as Escolas do Porto e Lisboa para estes anos e vindouros.

Já quanto à facção MRPP – que, entretanto, envereda por um filão próprio de autonomização do curso de arquitectura, com a ajuda de uma série de professores ‘de fora’ – esta acaba por colaborar com a comissão de alunos à frente dos trabalhos, e chega-se a uma estrutura de curso baseada na *Proposta* de Frederico George à qual se dá o nome de *Estrutura 76*. A partir daí, em menos de um mês, o Secretário de Estado António Brotas (que substitui Avelãs Nunes) viabiliza um curso experimental num Departamento de Arquitectura provisório, criado para o efeito, e rectifica a *Estrutura 76* em alguns pontos: nomeadamente propõe um curso exigente, com quatro anos para bacharelato e dois para licenciatura.

Mesmo nestas condições, a Escola reabre.

3.

Diríamos que o período revolucionário *stricto sensu* da Escola de Lisboa acaba no final de 1979, quando finalmente sai o Decreto que cria a

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, como substituição ao “Departamento de Arquitectura” – entre aspas, já que não está em situação legal desde Dezembro de 1976.

Estes anos – do início de 1977 até finais de 1979 – são pouco coloridos. A integração na universidade é uma luz ao fundo do túnel. Ainda assim, não vem resolver os problemas emanados do 25 de Abril. Por exemplo: a questão do calendário (o facto de não respeitar o habitual esquema anual), que passará necessariamente por um esforço de novo enquadramento. A complexidade de um novo plano de estudos obrigará por vezes a uma formação complementar (reciclagem) dos já poucos docentes disponíveis. Igualmente a exiguidade orçamental – que não se altera imediatamente com a criação da Faculdade – implica que não haja investimentos significativos.

Acresce a este momento difícil uma ainda significativa partilha de poder nos órgãos electivos. Os estudantes que fazem parte desses órgãos mantêm-se muito activos. Isto significa, por um lado, maior prática democrática; por outro, risco de nova cisão, tendo em conta o historial da Escola. O mesmo se passa na eleição para a Associação de Estudantes a qual, pelo mesmo motivo, é fundamental. A propaganda que se gera à sua volta também sinaliza a forte componente activista e partidária que se vivia, e o preço a pagar por uma paz social.

As aulas vão sendo ministradas de forma sincopada, mas apesar disso é possível, desde este período, identificar alguns aspectos que se desenvolvem mais particularmente. São estes a componente de Planeamento – por via da sua disciplina própria ou através de Arquitectura – o estudo da História da Arquitectura Portuguesa – por via da sua própria unidade curricular (cadeira) – e os *media* – enquanto “meios de comunicação e de estudo alternativos”, como referimos nesta tese.

Enfim, a criação da Faculdade de Arquitectura é um pequeno alívio burocrático. Abrem-se esperanças, por exemplo, ao nível da integração de docentes na carreira universitária. Mas todo este processo é muito ensimesmado. A Escola de Lisboa está afastada da classe; da mesma forma que está afastada da sua congénere do Porto, o que se compreende

mal, já que ambas entraram na universidade por dois Decretos sequenciais, e são agora as únicas duas escolas no país em vias de poder ministrar arquitectura em contexto universitário.

4.1

A partir do início dos anos 80 a Escola reconfigura-se – em parte por começar a gozar de maior fôlego orçamental. Mas sobretudo pela mão de Augusto Brandão – uma figura de incontestável presença e influência na Direcção da Escola, nesta década, se não desde anos anteriores. Brandão é um personagem sobre o qual se vai sedimentar um modelo de escola – muito ao sabor da época, mas sobretudo muito ao seu próprio estilo.

A condução de Brandão assemelha-se à de uma empresa; é o próprio quem o diz, numa notícia de jornal. A Escola deverá intervir em projectos reais. Isto só é possível com estabilidade institucional. Um Caderno de apresentação aos alunos (1980/81) – bem composto e optimista – demonstra que, de facto, a Escola está organizada. Para mais, já inclui, nos seus conteúdos, uma alusão à formação especializada.

No quadro das produções da Direcção destaca-se uma espécie de plano pedagógico (“Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983”) o qual estabelece um “sistema de vocação”; este plano influenciará a alteração dos planos de estudos dos anos seguintes, na mesma medida da especialização, pela introdução da disciplina de Projecto e pela divisão do último ano em três opções.

A Direcção quer manifestamente enraizar bases pedagógicas; mas as aulas, o dia-a-dia, respondem a uma liberalidade não só por si tolerada como incentivada.

A Escola reconfigura-se também no sentido da internacionalização. Começam a falar-se outras línguas dentro de portas; primeiro com a vinda de Alison e Peter Smithson, bem como de Pancho Guedes, para proferir conferências (10 e 11 de Novembro de 1981), as quais abordam temas gregos e africanos. Os conferencistas trazem, além do mais, discussões sobre arquitectura para a sala de aula. Pancho fica a dar aulas na Escola de Lisboa neste início de década.

Entre os importantes eventos que se relacionam com o ensino e com essa mesma internacionalização estão ainda o European Association for Architecture Education (EAAE), que decorre na Escola de 21 a 23 de Outubro de 1982, e o European Architecture Students Assembly (EASA), de 1 a 12 de Agosto de 1983. O primeiro sinaliza a notoriedade e o sucesso que são almejados pela Escola, já que se trata de uma organização europeia que vem trazer académicos de várias outras escolas reputadas a Lisboa, mais do que uma vez. O segundo, da organização dos alunos, convida desta vez estudantes, centenas, que se reúnem para discutir “Social Spaces” num ambiente animado (verificável em vasto espólio). O EASA demonstra a enorme capacidade não só de um pequeno grupo de alunos (o Secretariado) como do colectivo escolar em montar um evento de larga escala. Assim, apesar de críticas que, entretanto, se vão fazendo ouvir, verifica-se que a Escola de Lisboa, em 1983, é uma instituição aberta, sendo agora também estável tanto quanto moldável.

4.2

Partindo do seu plano de trabalhos de 1982/83, já mencionado, a Escola monta uma série de pós-graduações (e cursos breves) as quais vêm dar continuidade ao registo qualitativo e quantitativo que a Direcção procura atingir. O Departamento tem, neste momento, capacidade para formar especialistas – tanto ao nível do curso geral como de pós-graduado – e esse aspecto vai ao encontro do estabelecido no seu projecto pedagógico. Além disso, o número de pós-graduações é elevado – entre 1983 e 1985 decorrem pelo menos sete – pelo que se pode dizer que a oferta é, para a época, generosa. Embora partilhem mais ou menos a mesma estrutura – local de leccionação, horários das aulas, metodologia das lições, etc. – estas pós-graduações têm temas variados, tantos quanto os seus coordenadores – o que só revela como num mesmo espaço e tempo coexistiam diversas didácticas, para dizer o mínimo. Destaca-se, por exemplo, a pós-graduação em “Arquitectura Tropical”, a qual vem quebrar o tabu dos estudos específicos para as zonas tropicais, em Portugal.

Outro factor que se destaca como atributo qualitativo destas pós-graduações é o facto de serem acreditadas ao nível do corpo docente – que conta com muitas figuras “de reconhecido mérito”, portuguesas e estrangeiras.

Ainda segundo o plano de 1982 – e no sentido de promover um “escândalo” na cultura arquitectónica – Augusto Brandão toma a iniciativa de trazer à Escola arquitectos famosos através da realização de quatro Simpósios Internacionais de Arquitectura. Assim, em 1982, 1983, 1985 e 1986, passarão pela Escola de Lisboa nomes como Charles Jencks, Michael Graves, Peter Eisenman, Pierluigi Nicolin, Franco Purini, Alessandro Mendini, Andreas Papadakis, entre outros, os quais abordarão essencialmente a temática da revisão do modernismo, ou a introdução do léxico pós-moderno na cultura arquitectónica. Estes Simpósios terão uma projecção questionável; por um lado, o auditório da ESBAL ficará cheio, nomeadamente de estudantes; por outro lado, serão negligenciados pela Escola do Porto ou por periódicos como o *Jornal Arquitectos*. Ainda acerca da projecção que os Seminários têm nos alunos: é notável a polémica que se gera no interior da própria Escola. Isso verifica-se através das gravações vídeo que nos deixa a actual Faculdade de Arquitectura; através destas gravações é hoje possível apurar os conteúdos dos discursos proferidos. (Nesta tese fazemos uma revisão do contributo de cada orador).

Também a respeito do pós-modernismo, e seguindo o trilho de um Programa enviado à ESBAL relativo ao *Depois do Modernismo* – Programa que tentámos descrever – colocámos duas questões, interligadas, que se prendem com a relação do referido evento, e também da edição “Novíssimos” (da revista *Arquitectura*), com uma determinada geração de formados na Escola de Lisboa, associando ainda a esse conjunto uma análise à Exposição Nacional de Arquitectura de 1986. Concluimos, em primeiro lugar, que, nessa sequência, se ensaiou uma escola de tendência, na altura, e que esta, embora exilada da Escola de Lisboa, foi tão polémica fora quanto dentro do seu seio; e em segundo lugar, que houve uma influência de substância teórica da Escola nos dois primeiros casos apontados. Nomeadamente percebemos que a questão

pós-moderna estava a ser facilmente transponível entre Escola e cultura arquitectónica subjacente. Em última análise, e não sem antes reafirmarmos que, de objectivo, temos apenas a realização de colóquios relativos ao *Depois do Modernismo* no recinto da ESBAL, dissemos que a Escola de Lisboa foi, neste período, particularmente nomeada e *mediada*.

4.3

Ainda no âmbito da planificação de actividades elaborado pela Direcção da Escola para o início da década de 80, ocorrem uma miríade de conferências, Exposições e outros eventos para lá dos já citados Seminários Internacionais de Arquitectura. Este conjunto de acontecimentos sinaliza o dinamismo do Departamento de Arquitectura enquanto entidade autónoma e cada vez mais estável. Aqui, vamos encontrar situações pontuais e singularmente preparadas, mas nem por isso de menor importância. Destaca-se, por exemplo, a conferência de Paolo Portoghesi, em 1984. Note-se um ainda significativo número de eventos organizados pela Associação de Estudantes; um deles sendo um ciclo de Concursos/Exposições de Banda Desenhada que ocorrem nos anos de 1983, 1984 e 1986. Estes Concursos/Exposições implicam não só os estudantes de artes plásticas e design como são alargados a todo o país, pondo em evidência o quanto o curso de arquitectura quer ceder ao seu entorno artístico.

De entre os eventos que contam com a envolvente da Escola, temos ainda o “Animação da Área do Chiado”, com duas edições: em 1983 e em 1985. Da iniciativa do Centro Nacional de Cultura, este acontecimento de grande envergadura trata de animar a dita zona da cidade através de um programa ambicioso de concertos, espectáculos, concursos (de montras, de arte e de vídeo) e feira franca, abrindo também a Escola à comunidade, e tornando os seus limites – físicos e conceptuais – indefiníveis. São nesse espírito ensaiados números performativos (artísticos). Também aqui se coloca a questão da proficuidade do contágio das belas-artes no curso de arquitectura.

Já num plano interno, o Sector de Produção de Audiovisuais é uma significativa concretização da Escola nestes anos. Tem uma evolução pontuada, desde 1979, por pedidos de financiamento de equipamento, projectos para instalações específicas, tentativas de formação de técnicos, projectos de aplicação pedagógica, instrução acerca da didáctica de outras instituições (com uma vocação específica ligada aos meios audiovisuais), etc.. Na prática, é aproveitado pelos estudantes e pelo Departamento, desde 1982; para registo, trabalhos escolares, aulas, documentários, e também trabalhos para fora – o que sublinha a sua importância. Terá assim várias atribuições, bem como designações; mas o importante, para a Escola, é o facto da sua omnipresença em virtualmente todas as ocorrências consideráveis. É aliás através do acervo videográfico da actual Faculdade que podemos hoje compreender grande parte deste período da sua história.

Finalmente aqui – com nos casos anteriores – a questão que se põe é se a entrada numa universidade “técnica” configura ou não um desprendimento das belas-artes, ou, por outras palavras, se a contaminação artística que se verifica tem ou não uma explicação circunstancial.

5.

Na sequência do início da década – e especialmente no intervalo que medeia os anos de 1983 a 1986 – temos, como um dos aspectos mais caracterizadores da Escola, a sedimentação da formalização de início de anos lectivos e entrega de diplomas através de cerimónias próprias.

Nomeadamente em Outubro de 1983 destaca-se “O pato com uva” – ou aquela que é a mais *sui generis* e significativa manifestação escolar de entre as que temos analisado.

Estas cerimónias sinalizam uma aproximação à universidade e acarretam uma projecção da visão da Direcção acerca da disciplina da arquitectura. Considerámos como valores preponderantes desta concepção a quantidade, a notoriedade e a solenidade; estes três qualificantes estão presente na cerimónia d’“O pato com uva” na medida da quantidade de diplomados (mais de 50), da presença de ilustres individualidades (como

o Ministro da Educação), pelo acto cerimonial em si. Ao mesmo tempo que considerámos que estas cerimónias aproximam a Escola de um registo universitário, verificamos que elas traduzem o seu espírito ainda colegial (no sentido de restrito, confinado); nomeadamente pelo seu carácter artístico, condução personalizada, ou pela projecção da Direcção de fazer a Escola assumir o papel de agente de “contracultura”. Seja como for, a herança colegial perde-se: “O pato com uva” não fica inscrito na história da Escola.

Já realizações como as Jornadas Luso-Brasileiras do Património ou o 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo, respectivamente em Março de 1984 e Março de 1987, são amplamente divulgadas e registadas. Tratam-se de eventos que, nomeadamente, trazem a lume o interesse que a Direcção desde cedo sustém pelas questões do património luso no mundo; e que demonstram como pode haver consenso não só temático como relativo aos próprios promotores (de relacionamento nem sempre fácil, como alguém havia de afirmar).

Considerámos ambas as realizações para esta análise pela razão de que, em primeiro lugar, foram da organização do Departamento e da Faculdade, respectivamente (apesar de se tratarem de eventos paralelos à prática pedagógica, aliás fora da Escola, na Fundação Calouste Gulbenkian); em segundo, permitem-nos colocar a questão “Início ou fim da Escola de Lisboa?”, na medida em que, sendo espaçadas de três anos quase exactos, a segunda foi realizada num contexto em que a Faculdade já praticamente deixara o regime de instalação. Com efeito, enquanto que as Jornadas têm um registo ainda académico, o Congresso procura um papel mais interventivo na sociedade. Diríamos, então, que o Congresso se situa num novo enquadramento da Escola, o que vai ao encontro da tese de que o ano de 1986 é um ano de referência – para a Escola, tanto quanto para o país.

Com efeito, tendo observado a liberalização do ensino superior no que respeita, particularmente, ao ensino da arquitectura, considerámos o ano de 1986 um ano de transição de paradigma pelos motivos de entrada na Comunidade Económica Europeia, de aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo e de início da proliferação de cursos privados

(nomeadamente o curso de arquitectura da Universidade Lusíada). No que respeita à Faculdade de Arquitectura, 1986 é o ano de nova composição para a Comissão Instaladora, mas, sobretudo, o ano de 1985/86 é o ano de extinção definitiva da 1ª Secção da ESBAL (tal como inscrito na Lei). Em 1985/86 já todas as turmas da Escola estão inseridas na Faculdade – o que não é de somenos, considerando um longo período de indefinições ou ambiguidades jurídicas.

Institucionalmente, a Escola, enquanto entidade complexa, acaba.

Coloca-se a questão da sua herança cultural e pedagógica; ou se a nova realidade mantém ou não o mesmo carácter.

A questão do carácter da Escola é talvez aquela que se coloca com maior pertinência em momento de considerações finais para esta tese. Tendo recorrido amplamente à designação “Escola de Lisboa”, notamos aqui que esta carrega uma carga subjectiva que carece de esclarecimento.

Como dissemos a título introdutório, tratou-se inicialmente de uma designação instrumental, utilitária. Tendo-se verificado que são várias as entidades formais que a Escola congrega no período em estudo, não seria possível dar-lhe um nome técnico rigoroso.

Surgem, no entanto, outros dois aspectos que vêm complexificar uma expressão que se aproxima mais de um qualificativo do que de um substantivo. O primeiro é o facto de as ocorrências bibliográficas a que reportamos, para mais uma vez justificarmos o uso da expressão, se referirem a uma *ideia de escola*, isto é, algumas das vezes em que aparece “Escola de Lisboa” em textos de referência, esta designação reporta a características intrínsecas, a traços identitários.

O último aspecto a que nos referíamos em introdução, e que enriquece a questão das múltiplas leituras que o título desta tese pressupõe, é ainda a ideia de uma escola enquanto sistema de pensamento, cultura, didáctica ou práxis. Quanto a essa questão, não oferecíamos particular elucidação, remetendo mais esclarecimentos para a conclusão.

Devemos, portanto, agora, observar todos os dados no seu conjunto – aqueles relativos à conclusão da tese, e as considerações finais que se

prendem com um acto reflexivo propriamente dito. Nesse campo, diríamos que a Escola de Lisboa, tal como afirmado em “Acerca da denominação ‘Escola de Lisboa’” na introdução, é “identificável”, isto é, tem uma identidade própria. Aliás, o fenómeno que liga todo o período em estudo é precisamente a procura de uma vocação; é esse o fio condutor de uma ideia de escola. A Escola de Lisboa é, portanto, e em primeiro lugar, uma ideia de escola, um projecto.

Essa ideia de escola para a Escola de Lisboa vai ser concebida em vários momentos e por vários protagonistas. Primeiramente por Frederico George e o colectivo de estudantes – um e outros em relativa fusão de vontades e objectivos. Daqui brota a experiência de um regime alternativo, o qual iria revolucionar o ensino da arquitectura, desde logo em Lisboa. Renasce uma ideia de escola das mãos de grupos de alunos reunidos em RGA através de projectos concretos de reabertura de uma Escola fatalmente ferida com a Revolução. Aqui, surgirão também projectos de docentes. Destaca-se, pela sua originalidade, nomeadamente por se tratar de uma proposta ‘de fora’, um plano da autoria de Nuno Portas, o qual morre à nascença. A reabertura da Escola é então protagonizada por um documento intitulado *Estrutura 76*, criado por alunos e professores, que corporiza uma ideia de escola assente na concepção de *ensino integrado* – um mito, ou algo que aparentemente não chega a concretizar-se.

Estamos em 1976 e Frederico George ainda assume o papel de decano, mas o grande ‘arquitecto’, e quem toma a dianteira, é Augusto Brandão. Cremos que Brandão tem também uma ideia, ou um plano para a Escola, nomeadamente para o período que medeia os anos de 1976 a 1986, findo o qual a Faculdade de Arquitectura entra em pleno funcionamento. Com efeito, se dizemos que se formou uma ideia de escola nos anos de 1970 a 1986, esta teve o seu apogeu nos 10 anos que sucederam à reabertura após o 25 de Abril. Em conclusão, depois de alguns ensaios, protagonizados por Frederico George, por Nuno Portas e pelo colectivo estudantil, surge a figura distintiva de Augusto Brandão e, com ele, um plano que, a prazo, se vai concretizar em diversos aspectos, torneando

assim a questão da idealização de uma escola e fazendo-a ganhar contornos mais precisos.

Augusto Brandão vai então conduzir a Escola com base na visão que tem da disciplina e da profissão. Para Brandão, a Escola deve facilitar a quantidade de formados, de modo a conceber um cada vez maior corpo disciplinar de arquitectos que façam a disciplina ganhar estatuto – uma preocupação complementar – e fazer frente a outros campos profissionais, ou ameaças estrangeiras no seio da mesma profissão. No fundo, assenta a sua concepção no conceito de “ensino de massas” – uma ideia que remonta pelo menos a 1976 e que será retomada cerca de 1981, quando Brandão anuncia aos jornais que a Escola deve “funcionar como se fosse uma empresa” e “intervir em projectos reais”, ao mesmo tempo que traça, num relatório de actividades, o “perfil do produto, ou do Arquitecto”.

Brandão advoga ainda a ideia da especialização: num artigo para o *Jornal Arquitectos*, sugere que “os cursos de especialização” perfazem “Uma profissão do nosso século”. A esta postura se devem as primeiras pós-graduações, a partir de 1983, e o caminho que é preparado, no relatório já citado, de 1981, para um desdobramento do 5º ano em especialidades, o qual tem início em 1983/84 e se vai manter para lá do período em estudo. Aqui, destaca-se, além do Planeamento e da Arquitectura *tout court*, a questão da conservação do património, e da relação de Portugal com o mundo lusófono, já anunciadas pelo desenvolvimento da área curricular de História da Arquitectura Portuguesa.

Estes valores – nomeadamente o ensino de massas e a especialização, os quais remetem para uma ideia de globalização – são valores aparentemente contraditórios para uma Escola que se deseja afirmar através da sua especificidade. Os esforços para fazer a Escola destacar-se nomeadamente no campo cultural são assinaláveis. Brandão afirma que esta deve ser agente de “contracultura” e, de facto, os Simpósios Internacionais de Arquitectura, por exemplo, deveriam constituir, para a Direcção da Escola, um “sinónimo de um escândalo na cultura arquitectónica europeia” – como vem inscrito num artigo do *Jornal Arquitectos* – e, segundo Tomás Taveira, deveriam ainda “mostrar que

nós estaríamos eventualmente na vanguarda”, relativamente ao que se passava, designadamente, na chamada Escola do Porto.

As referidas contradições convivem numa busca identitária – e são um conjunto de factores que distingue a Escola de Lisboa à medida em que se vai construindo. A Escola de Lisboa, enquanto projecto em progresso, aproxima-se de um sistema híbrido não só institucional como pedagógico e cultural, mas com aspectos distintivos. Entre os citados, dois outros vêm contribuir para essa conjugação de dados que diferencia, em particular, este período pós-revolucionário dos demais. O primeiro reporta à questão didáctica. Aquilo que Augusto Brandão aponta como maior concretização do seu tempo, em entrevista, é a “diversidade” e a ausência da imposição de limitações ao campo didáctico, nomeadamente ao corpo docente que tutela. Na nossa dissertação de mestrado falamos em “*pluralidade e permeabilidade*” como traços identitários; no seu texto “Da estimada e nunca desmentida diferença”, de 1989, Manuel Tainha faz uma apologia de uma escola com “vocaçã universalista”, um “projecto liberto (...) de preconceitos vanguardistas, de iconomanias redutoras, de espírito de manifesto ou do culto da personalidade”.

Creemos que, nestes anos, essa liberdade dá no entanto lugar a um relativo individualismo entre a esfera docente, na qual o próprio se insere.

Um outro aspecto que se destaca como distintivo deste período é o carácter lúdico da vivência escolar. Segundo Troufa Real, a Escola era “das mais ‘divertidas que conhece’” e, como cremos ter comprovado nesta tese, a sua história é pontuada por ocorrências que, mesmo quando acarretam um sentido institucional, implicam uma mobilização em torno desse sentido lúdico. Numa análise geral, podemos afirmar que a Escola compreendeu o seu tempo – a vivência social e cultural de uma cidade e de um país que, por oposição ao fechamento, vive agora uma especial abertura e euforia. A Escola é, assim, protagonista de uma época, até pelo convívio que mantém com as restantes belas-artes.

Consideramos que, tendo em conta todos os projectos que se conceberam para uma Escola em busca de uma identidade, a concepção de Brandão é aquela que mais se aproxima de uma realidade que se efectivou. Isto é, e voltando atrás, conhecemos mal a ideia de escola de Frederico George

visto que foi, de início, asfixiada pelas entidades superiores da Escola; não podemos saber que rumo teria tido a ideia de escola de Nuno Portas visto que nunca foi implementada; assim a gestão de Augusto Brandão é, finalmente, aquela que melhor define a Escola de Lisboa no período em estudo.

A questão do início ou fim da Escola de Lisboa escolhida como título para o último capítulo desta tese coloca-se, então, na medida em que a entidade da Escola se forma a partir de um momento alargado de crise (os anos de 1970 a 1976) e se prolonga para lá, ou não, de 1986. Ou seja, perguntamo-nos se uma identidade para a Escola é finalmente concretizada quando o seu projecto atinge uma relativa maturidade – quando esta se assume plenamente como Faculdade de Arquitectura, com um currículo renovado. A partir daí, pode considerar-se que se inicia um novo ciclo para a Escola de Lisboa. A questão que permanece em aberto é precisamente se se inicia uma nova ideia de escola ou se esse novo ciclo corresponde à concretização plena da ideia de escola projectada ao longo da década anterior, a ser prolongada. Nesse sentido, poderá chamar-se mais justamente “Escola de Lisboa” ao período subsequente a 1986, correspondente a uma realidade institucional estável e fisicamente em vias de se autonomizar. Até porque a aposta na especialização, bem como na manutenção de uma ligação ao registo artístico, vão protagonizar uma revalidação do projecto anteriormente traçado, segundo uma concepção, desta vez de Tomás Taveira, de repartição de cursos inseridos numa lógica de “escola de artes”. São estas as razões pelas quais o “Início ou fim da Escola de Lisboa?” é colocado como uma questão.

Creemos assim ter abordado mais concretamente a ambiguidade da designação “Escola de Lisboa” que compõe o título desta tese. No entanto, tendo levantado todas as citadas hipóteses, uma prevalece, em forma de contraditório, e essa justificou a citação que colocámos no início desta conclusão. O referido trecho afirma que o ensino da arquitectura não está em crise – ou que não se deu uma renovação pedagógica a partir das “imperfeições” da disciplina – e que, apesar de haver um conjunto de manifestações que o indicam, na verdade o ensino

se mantém “calmamente na mesma direcção”. Prevaecem então questões em aberto, de debate e questionamento ainda necessários, relativos, designadamente, ao efectivo papel que a Escola imprimiu na história da cultura arquitectónica portuguesa. A dificuldade de concluir acerca da herança da Escola sobre essa cultura deriva nomeadamente da proximidade temporal ao objecto de estudo, a qual implica uma dificuldade de crítica e de síntese, como indicado na introdução. Acrescem factores por explorar – como os percursos escolares e trajectos profissionais de formados em Lisboa e outros dados relativos à investigação subjacente a este estudo. Contudo, e retomando a hipótese geral aventada na introdução, que afirmava que *a Escola de Lisboa não só viveu um tempo relevante para a sua história, como condicionou a arquitectura e a cultura portuguesas*, cremos que fica enfim demonstrada a singularidade do articulado didáctico, arquitectónico e cultural que a Escola apresenta no período em estudo, e o inequívoco valor que este legado confere à sua própria história.

Fontes e Bibliografia

1. FONTES

1.1 FUNDOS E ARQUIVOS PÚBLICOS

Architectural Association

Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da
Universidade de Lisboa

Centro de Documentação 25 de Abril

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Arquivo Morto

Centro de Documentação

Centro Multimedia

Conselhos Científico e Pedagógico

Expediente

Serviços Académicos

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Universidade de Aveiro

1.2 ARQUIVOS PARTICULARES

1.3 DEPOIMENTOS

Entrevistas e depoimentos orais

Depoimentos escritos

2. BIBLIOGRAFIA

2.1 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

2.2 PERIÓDICOS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS

2.3 REGISTOS ON-LINE

2.4 TESES E DISSERTAÇÕES

2.5 COMUNICAÇÕES E ACTAS DE CONFERÊNCIAS

2.6 OBRAS GERAIS E DE CONSULTA

2.7 LEGISLAÇÃO E DESPACHOS ADMINISTRATIVOS

1. FONTES

1.1 FUNDOS E ARQUIVOS PÚBLICOS

Architectural Association [AA]

GUTEN, Ursula von. Trabalho Escolar. “Villagization Policy in Mozambique”. Julho 1984.

Registos iconográficos

GUEDES, Amâncio Miranda. Cartaz de Exposição na Architectural Association. Outubro e Novembro de 1980.

Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa [AEFA]

(s.n.). *Inquérito Pedagógico sobre o ano lectivo que agora termina*. Folheto. (s.d.) ca 1983.

Associação de Estudantes de Arquitectura. *Perspectiva 1*. 26.07.1977.

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo 2*. 198(?).

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Departamento de Arquitectura. *Boletim Informativo 4*. 1982.

Esquiço. *Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 1. Dezembro de 1981.

Esquiço. *Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 4. Maio de 1982.

Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1977.

Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1978.

Livro de actas da Associação de Estudantes de Arquitectura do ano de 1981.

Registos iconográficos (Referências e datas das fotografias junto às mesmas).

Fotografia da participação portuguesa na EASA de Delft (1982).

Fotografia da “primeira Feira do Livro de Arquitectura” (Fevereiro de 1984).

Fotografia da “primeira festa final” de ano (1981/82).

Fotografias do “convívio do caloiro” (Dezembro de 1982).

Centro de Documentação 25 de Abril [Centro 25 de Abril]

O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura. Editorial. Janeiro 1972, n.º 1.

Colóquio sobre Planeamento Urbano. Relatório. 7 de Março de 1973

Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa [FAUL]

Arquivo Morto

Pauta de Exame final de Tecnologia e Patologia dos Materiais (5º ano) da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 12 de Outubro de 1986.

Centro de Documentação

COSTA, Manuel Couceiro da. *Curriculum Vitae.* Lisboa. Lisboa: FAUTL, 1992.

LOUREIRO, José Luís. *As Filosofias do Ensino da Arquitectura: Metas e Métodos. Colóquio promovido pela AEEA em Helsinquia – Filândia.* Relatório. Lisboa: FAUTL, 1989.

REAL, José Troufa. *Curriculum Vitae.* Lisboa: FAUTL, (s.d.).

SANTA-RITA, Isabel Maria. *1ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Relatórios das Viagens de Trabalho ao Brasil (1983).* Lisboa: FAUTL, 1991.

SOUSA, Pedro Fialho de. *Curriculum Vitae.* Lisboa: FAUTL, 1991.

Registos iconográficos

CAIRES, Francisco; FERNANDES, José Manuel; FERREIRA, António; GRAÇA, João Luís Carrilho da; RODRIGUES, Jorge Manuel; SILVÉRIO, Maria Emília. Centro Lúdico-comercial “Valha-nos Santa Bárbara”. Trabalho escolar de Arquitectura. 4º ano, 1º ano licenciatura. 1975/76.

ROSA, Isabel Sousa; PATTO, M.ª Emília Vaz; CASOLA, Mª Graça. Trabalho escolar de Materiais. 3º ano. 1973.

TAVARES, José Alberto Guerra. Exame Final de Organização de Projectos e Estaleiros e Composição II parte. 1972-73.

LAMEIRO, Carlos Silva. “Palmela. Plano geral de urbanização. Praças – Análise – Proposta”. Trabalho escolar de Planeamento. 4º ano, turma C. (s.d.) ca 1979.

Centro Multimedia

RTP, excerto noticioso de “Jornal da Tarde”. In Videograma 36. 4 Simposio Internacional de Arquitectura. Sessao de Abertura. Tomas Taveira Peter Davey.

RTP, excerto noticioso. In Videograma 36. 4 Simposio Internacional de Arquitectura. Sessão de Abertura. Tomas Taveira Peter Davey.

Videograma 2. Animacao da area do Chiado 1983. Escola de Arte Viva. Jose Manuel Castanheira.

Videograma 7. Paolo Portoguesi I. Coloquio sobre Arquitectura 1 parte. Paolo Portoguesi.

Videograma 8. Paolo Portoguesi II. Coloquio sobre Arquitectura 2 parte. Paolo Portoguesi.

Videograma 9. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Michael Graves 1 parte. Michael Graves.

Videograma 10. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Michael Graves (2 e 3 parte). Michael Graves.

Videograma 11. EBAL 1900-1930. Homenagem a alunos Arquitectos ja retirados. Jose Augusto Pereira Brandao.

Videograma 12. Cadeiras de Rietveld. Aula de Desenho Analitico. Daciano da Costa.

Videograma 13. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Edward Jones 1 e 2 parte. Edward Jones.

Videograma 14. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Arquitectura Moderna versus Pos-Moderna Peter Eisenman 1 parte. Peter Eisenman.

Videograma 15. Imaculada Conceicao (6 Concepcoes – 6 Conceicoes). Trabalhos do Arquitecto Amancio Miranda Guedes. Amancio Miranda Guedes.

Videograma 16. Historias de Amigos e Inimigos do Tempo de Camoes. Aula pelo Arquitecto Amancio Miranda Guedes. Amancio Miranda Guedes.

Videograma 17. Coloquio pelo Professor Woljanski. Woljanski.

Videograma 18. Introducao a Semantica. Jose Gorjao Jorge.

Videograma 19. Animacao da area do Chiado 1985. Escola de Arte Viva. Jose Manuel Castanheira.

- Videograma 20. Workshop de Arquitectura. 2 sessao. Dejkstra.
- Videograma 21. Workshop de Arquitectura. Sessao de Abertura 1 sessao e inicio da 2. Jose Augusto Pereira Brandao.
- Videograma 22. Workshop de Arquitectura. Sessao de Abertura 3 sessao. Dejkdra.
- Videograma 23. Tomas Taveira. Projectos. Tomas Taveira.
- Videograma 27. Gare Maritima. Rocha de Conde de obidos. Rui Goncalves. Jose Gorjao Jorge. Michel Toussaint.
- Videograma 31. Retrospectiva das Actividades e Didacticas da FA.
- Videograma 34. 4 Simposio Internacional de Arquitectura. CL. Stanley Aber Crombie. Peter Davey.
- Videograma 36. 4 Simposio Internacional de Arquitectura. Sessao de Abertura. Tomas Taveira. Peter Davey.
- Videograma 37. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Condicionamentos do Pos-Moderno (1 encontro). Alessandro Mendini. David Morton.
- Videograma 38. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Condicionamentos do Pos-Moderno (2 encontro). Alessandro Medini. David Morton.
- Videograma 40. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Pos-Modernismo. Alessandro Mendini.
- Videograma 41. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Pos-Modernismo. Pierluigi Nicolin.
- Videograma 42. 3 Simposio Internacional de Arquitectura. Pos-Modernismo. Tomas Taveira.
- Videograma 44. Almoco de Homenagem ao Professor Augusto Brandao. Jose Augusto Pereira Brandao.
- Videograma 65. Conferencia de Encerramento do Ano Lectivo 91/92. Luis Cunha.
- Videograma 128. Debater o Design. Reuniao da comissao organizadora do Icoграда. Isabel Santa Barbara Anne Anselmo.
- Videograma 129. 3 Cerimonia de entrega de diplomas na ESBAL. Reitor da Universidade da ESBAL e UTL.
- Videograma 137. 2 Simposio Internacional de Arquitectura. Tomas Taveira Peter Eisenman.
- Videograma 286. Da Antiguidade à Idade Média. Historia das Cidades. Jose Manuel Fernandes.
- Videograma 287. A Cidade da Revolucao Industrial, Evolucao Urbana de Lisboa. Historia das Cidades. Jose Manuel Fernandes.
- Videograma 289. Desde a Cidade[sic] Media ao Renascimento – Tipologias Arquitectonicas. Historia das Cidades. Jose Manuel Fernandes.

Videograma 290. Cidade Medieval – Cidade Industrial. Historia das Cidades. José Manuel Fernandes.

Videograma 291. Introducao a arquitectura moderna em Portugal. Jose Manuel Fernandes.

Videograma 832. Tedio.

Videograma 833. Aveiro, Beja e Braga. Plantas e Desenhos.

Videograma 983. Almoco de Homenagem e Despedida ao Prof. Augusto P. Brandao. Prof Augusto P. Brandao.

Videograma 1176. Ultima Aula do Prof. Pintor Sa Nogueira. Sa Nogueira.

Videograma 1997. Animação do Chiado. Entrega de Diplomas/Abertura do Ano lectivo 1983/1984. Fernando Moreira da Silva (Mestre de Cerimonias).

Conselhos Científico e Pedagógico

BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Fevereiro de 1982.

BRANDÃO, Augusto. Carta para Amâncio D'Alpoim Miranda Guedes de 21 de Março 1985.

Direcção Geral do Ensino Superior. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa de 30 de Dezembro de 1981.

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. 1987/1988. Relatório.

GEORGE, Frederico. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Proposta de 14 de Maio de 1976.

LOPES, Manuel Gil Teixeira. [Conselho Directivo da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Certidão de 14 de Abril de 1975.

Expediente

(s.n.). Carta ao Adido Cultural da Embaixada de Itália de 10 de Fevereiro de 1983.

(s.n.). Carta ao Director-Geral de Cooperação Dr. Jorge Rito de 1 de Março de 1984.

(s.n.). Carta aos Serviços Culturais da Embaixada de França. (s.d.) ca 1982.

(s.n.). Carta para Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 12 de Outubro de 1982. [Incompleta].

(s.n.). *Dados referentes à População Estudantil Afecta à UTL de 76/77 a 82/83*. Quadro.

- (s.n.). *Depois do Modernismo. Uma polémica dos anos 80*. [Programa] (s.d.) ca 1982.
- (s.n.). *EASA Bulletin*. N.º1, 2nd year, January 83.
- (s.n.). *Filme sobre Macedo de Cavaleiros. Sinopse para filme a realizar em Macedo de Cavaleiros*. 20 de Fevereiro de 1978.
- (s.n.). *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura*. (s.d.) ca 1983.
- (s.n.). *Rodrigo Perez de Arce, arquitecto chileno, expõe o seu projecto – Valparaíso – no Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. Documento de divulgação*. (s.d.) ca 1983.
- [3rd EASA. *Lisboa Ateliers*]. [Programa]. 1-12 August 83.
- [ANTÃO, Fernanda]. Carta ao Director do Teatro Nacional D. Maria II de 7 de Novembro de 1984.
- [Biblioteca Nacional de Lisboa]. Carta à Escola Nacional Superior de Belas Artes de 15 de Março de 1978.
- [BRANDÃO, Augusto]. Carta a Herbert Kramel de 8 de Março de 1982.
- [BRANDÃO, Augusto]. Carta ao Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos de 4 de Fevereiro de 1982.
- [BRANDÃO, Augusto]. Carta ao Coordenador do Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação e Ciência de 26 de Maio de 1981.
- [BRANDÃO, Augusto]. Circular de 17 de Dezembro de 1981.
- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Acta da 1^a reunião do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [3 de Março de 1976].
- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Acta da 1^a reunião do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. [19 de Janeiro de 1977].
- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. *Cooperação com a República de Cabo-Verde: Seminário sobre a Problemática da Arquitectura Tropical. Projecto de Agenda de Trabalhos*. 21 de Outubro de 1983.
- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. *O Património Arquitectónico e Urbano de Origem Portuguesa. Das Primeiras Experiências à Colonização*. (s.d.) ca 1983.
- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. *Proposta Aprovada na Generalidade pelo Conselho Pedagógico. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa*. 12 de Outubro de 1977.

- [Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Relatório do Conselho Directivo referente ao período de 27 de Outubro de 1977 a 28 de Fevereiro de 1978.
- [Direcção-Geral do Ensino Superior]. Memorando. Curso de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 24 de Novembro de 1976.
- [Director do Gabinete das Relações Culturais Internacionais]. Carta a Augusto Brandão de 23 de Outubro de 1984.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Carta ao Instituto Português de Cinema do dia 27 de Junho de 1983.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Docentes da Faculdade de Arquitectura. [1987/88].
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. E.B.A.L. 1900-1930. Encontro com Dez Alunos D.A./E.S.B.A.L.. 22/6 a 2/7 1983. Programa.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Itinerário da Visita do Centro Nacional de Cultura ao Actual Convento de S. Francisco. (s.d.) ca 1983.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. Relatórios Anuais e Programação Pluri-Anual. Relatório Anual: 1987-88.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. *Resumo das Actividades Desenvolvidas Pela Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura*. 11 de Dezembro de 1981.
- [Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa]. *Resumo das Actividades Desenvolvidas pela Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura*. 10 de Novembro de 1982.
- [GEORGE, Frederico]. Carta ao Presidente do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa de 21 de Fevereiro de 1977.
- [Lista D]. *Linhas programáticas. Eleições 10-11-12 Abril. Serviços e Actividades Associativas*. Folheto. (s.d.) ca 1984.
- [Lista I]. *Processo do 5º ano*. Caderno de divulgação. (s.d.) ca 1984.
- [Ministério da Educação. Direcção-Geral do Ensino Superior]. TAVARES, Manuel Viegas. Despacho. 23 de Julho de 1982.
- [Presidente do Conselho Directivo]. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 30 de Novembro de 1976.
- [Presidente do Conselho Directivo Nacional]. Carta ao Conselho Científico da E.S.B.A.L. de 21 de Novembro de 1979.
- [SANTA-RITA, Isabel]. Carta [s/destinatário]. ca 1983.
- [Vários subscritores]. *Proposta de Animação Audio-visual sobre projectos de Arquitectura e Urbanismo*. Programa. Maio de 1985

- ABECASIS, Nuno Kruz. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de 3 de Agosto de 1983.
- ALVES, Carlos; CRUZ, Fausto; FADIGAS, Leonel; GRAÇA, João Luís Carrilho da; MAGALHÃES, Francisco; MARQUES, Florindo Belo; SANTOS, Carlos. *Proposta de Organização de um Bloco Editorial Anexo ao C.D.I. da ESBAL*. 8 de Fevereiro de 1977.
- AMARO, Fausto. Memorando interno para Augusto Brandão de 14 de Maio de 1984. [Fundo FAUL].
- AMORIM, Carlos Guedes. Carta a Augusto Brandão de 4 de Maio de 1984.
- Animação da Área do Chiado. E.S.B.A.L. Carta à Administração do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. (s.d.) ca 1983.
- BARRACHO, Carlos. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do DA/ESBAL de 2 de Abril de 1984.
- BOFILL, Ricardo. Carta a Augusto Pereira Brandão de 16 de Março de 1982.
- BORGES, Ferry. Carta ao Presidente do Conselho Directivo, Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 4 de Março de 1983
- BRANDÃO, Augusto. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Bases Pedagógicas que presidirão ao ano lectivo de 1977/78. 6 Janeiro de 1978.
- BRANDÃO, Augusto. [Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa]. Ordem de Serviço de 10 de Outubro de 1977.
- BRANDÃO, Augusto. *À Comissão Instaladora* a 6 Janeiro 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta à Administração da Rank Xerox de 3 de Janeiro de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. Carta à Associação de Criação pela Arte de 8 de Maio de 1986.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Castel-Branco de 23 de Junho de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Charles Jencks de 29 de Abril de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Cristóvão Fernandes Duarte de 11 de Março de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Herbert Kramel de 5 de Maio de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a José Blanco de 14 de Fevereiro de 1986.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a José Blanco de 22 de Janeiro de 1987.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a M. D. Secretária de Estado Adjunta de Sua Excelência o Ministro da Educação de 19 de Agosto de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Manuel de Solà-Morales i Rubio de 27 de Abril de 1984.

- BRANDÃO, Augusto. Carta a Matilde Figueiredo de 12 de Março de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Michael Graves. (s.d.) ca 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Tenudo de Castro de 20 de Junho de 1985.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Teresa Ortím de 28 de Fevereiro de 1986.
- BRANDÃO, Augusto. Carta a Tomás Cardoso Taveira de 30 de Agosto de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Administrador do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos de 8 de Março de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Arquitecto Luís Gaspar C. G. de Araújo de 28 de Janeiro de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Arquitecto Tudela de 9 de Dezembro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa de 4 de Maio de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Ministro da Cultura de 12 de Outubro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Conselho de Preservação dos Sítios Históricos, Prefeitura Municipal de Olinda, de 12 de Agosto de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Coordenador de “Depois do Modernismo” Sr. Luís Serpa de 28 de Dezembro de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao D.G. Equipamento Regional e Urbano de 6 de Janeiro de 1982
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director de “A Tribuna” de 5 de Novembro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de 19 de Dezembro de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director dos Serviços de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian de 26 de Fevereiro de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Novembro de 1976.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 2 de Agosto de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 11 de Dezembro de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior. ESBAL, 10 Julho de 1978.

- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 23 de Abril de 1980.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 2 de Dezembro de 1980.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1 de Agosto de 1985.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Dr. Palma Andrés, Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo de 16 de Outubro de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Embaixador da República Popular de Moçambique de 4 de Maio de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Ministro da Educação e Ciência de 21 de Abril 1980.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Academia Nacional de Belas Artes de 14 de Dezembro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Administração da Fundação Calouste Gulbenkian de 27 de Agosto de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da ANOP de 5 de Novembro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Cascais de 13 de Dezembro de 1982. [Projecto de Protocolo anexo]
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Sintra de 28 de Setembro de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira de 22 de Maio de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente da Comissão Directora do Estádio Universitário de Lisboa. *Frequência de Estudantes*. 27 de Janeiro de 1981.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Conselho de Administração da R.T.P. de 4 de Maio de 1982.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes do Porto de 24 de Fevereiro de 1984.
- BRANDÃO, Augusto. Carta ao Presidente do Instituto de Cultura Portuguesa de 12 de Junho de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. Carta de 14 de Março de 1983. [Vários destinatários: Visodata; Prof. Manfred Eisenbeis; Frau Heide Hagebolling; Herr Manfred P. Kage].
- BRANDÃO, Augusto. Circular de 21 de Março de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Circular de 27 de Abril de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Convite de 18 de Maio de 1982. (Circular).
- BRANDÃO, Augusto. Convite de 14 de Junho de 1982. (Circular).

- BRANDÃO, Augusto. Despacho de 15 de Dezembro de 1980.
- BRANDÃO, Augusto. Despacho de 20 de Junho de 1986.
- BRANDÃO, Augusto. Despacho de 25 de Junho de 1986.
- BRANDÃO, Augusto. *Dificuldades da Faculdade de Arquitectura. Antecedentes.* (s.d.) ca 1981.
- BRANDÃO, Augusto e GEORGE, Frederico. Carta da ESBAL para Dr. Manuela Fernandes (secção técnica – cinema). 19 de Maio de 1977.
- BRANDÃO, Augusto. Folheto informativo do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura.
- BRANDÃO, Augusto. Minuta de 24 de Maio de 1983.
- BRANDÃO, Augusto. Ordem de Serviço de 23 de Abril de 1979.
- BRANDÃO, Augusto. *Relatório – Antecedentes*, de 11 de Junho de 1980.
- BROTAS, António. Telegrama do Secretário Estado Ensino Superior Dirigido a Professores e Alunos de Arquitectura Escola de Belas Artes Lisboa. 15.10.75.
- CAMPOS, Fernando Lorenzini Borges. Declaração de repúdio de 22 de Outubro de 1969.
- CARDIM, Rui de Sousa e MELLO, Duarte Cabral de. Seminário *O Ensino da Tecnologia Arquitectónica*. Relatório. (s.d.) ca Janeiro 1982.
- CAVALEIRO, Maria Teresa. Carta ao Professor Arquitecto Augusto Brandão de 21 de Maio de 1986.
- Centro Nacional de Cultura. Actividades de Fevereiro de 1982. Folheto.
- Centro Nacional de Cultura. Passeios de Domingo. Informação à Imprensa n.º 7 – CNC/83.
- COSTA, Gil. Carta o Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 26 de Junho de 1982.
- Departamento de Arquitectura, 1980-81.* (Caderno de Apresentação).
- Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios*. Março – Outubro 1983. [Programa].
- Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos*. Fevereiro – Julho 1983. [Programa].
- Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos*. PG1/84. [Programa].

- Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Prova de Informação Vocacional [Enunciado]. 12 de Abril de 1977.
- Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983*. 28 de Junho de 1982.
- Direcção da AAP. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da ESBAL – Departamento de Arquitectura de 29 de Março de 1982.
- Direcção-Geral de Energia do Ministério da Indústria e Energia. Plano Energético Nacional – Versão 1984.
- Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Ofício ao Director da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. 6 de Janeiro de 1972.
- Direcção-Geral do Ensino Superior. Ofício ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. 3 de Fevereiro de 1977.
- Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Correspondência Expedida. Ano 1970. Livro 13.
- Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Relatório do Conselho Directivo do Ano Lectivo 1975/76. 16 de Março de 1977.
- Esquiço. Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, Edição Especial. Outubro de 1984.
- Esquiço. Boletim da Associação de Estudantes de Arquitectura*, n.º 7. Fevereiro de 1984.
- Estúdio. Cine-video-radio*. Carta [s/destinatário]. ca 1983.
- FARINHA, Maria Clara. Carta a Augusto Brandão de 19 de Abril de 1983.
- FERNANDES, José Manuel. Carta ao responsável do sector de Apoio Técnico Cinematográfico da Embaixada dos EUA de 11 de Maio de 1979.
- FERNANDES, José Manuel. Carta ao Adido Cultural da Embaixada dos EUA de 30 de Abril de 1979.
- FERNANDES, Oliveira. Carta a Augusto Pereira Brandão de 4 de Novembro de 1983.
- FIORI, Jorge. Carta a Augusto Brandão de 5 de Janeiro de 1984.
- GEORGE, Frederico. Carta ao Director Geral do Ensino Superior de 26 de Abril de 1977.
- GEORGE, Frederico. Carta à Direcção Geral do Ensino Superior de 10 de Julho de 1980.
- GEORGE, Frederico. Carta ao presidente do Conselho Científico do DA-ESBAL de 21 de Fevereiro de 1977.

- GEORGE, Frederico. Carta ao presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL de 29 de Julho de 1980.
- GEORGE, Frederico. Discurso de tomada posse da Comissão Instaladora. Lisboa. 21 de Julho de 1980.
- GEORGE, Frederico. Instalações da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. (Esboço escrito de José Pedro Martins Barata). 1 de Julho de 1981.
- GEORGE, Frederico. Memorando anexo a carta para o Secretário de Estado do Ensino Superior de 19 de Março de 1982.
- GEORGE, Frederico. Ordem de Serviço de 26 de Outubro de 1976.
- GIVONI, Baruch. Carta a Augusto Pereira Brandão de 1 de Junho de 1983.
- GRADE, José. Telegrama ao Presidente Conselho Directivo de Arquitectura da Escola de Belas Artes Lisboa de 16 de Abril de 1982.
- GUSMÃO, Artur Nobre de. Carta aos Conselhos Directivo e Científico do Departamento de Arquitectura do DA-ESBAL de 13 de Agosto de 1979.
- Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Carta à Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura de 20 de Maio de 1976.
- JAMES, Herbert. Carta a Augusto Pereira Brandão de 22 de Abril de 1983.
- JENCKS, Charles. Carta a Augusto Brandão de 3 de Março de 1982.
- KRAMEL, Herbert. Carta ao Professor Augusto Pereira Brandão de 24 de Março de 1982.
- KRIER, Rob. Carta a Augusto Pereira Brandão de 24 de Maio de 1982.
- LAMAS, José. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL de 6 de Maio de 1983.
- MAGALHÃES, Eduardo de Sousa Calvet. Carta ao Presidente do Conselho Científico do Curso Superior de Arquitectura, Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, de 21 de Fevereiro de 1983.
- MAGALHÃES. Relatório de 17 de Maio de 1983. Alunos inscritos de 1977/78 a 1982/83.
- MENÉRES, António. Carta ao Secretariado das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património de 26 de Abril de 1984.
- Ministério da Cultura. Programa da Visita do Arquitecto Paolo Portoghesi a Portugal. 24 a 29 de Abril de 1984.
- Ministério da Educação e das Universidades. Caixa Geral de Aposentações. Relação das alterações nos descontos. Ano económico de 1982.

- MONTEIRO, A. Pardal. Carta ao Presidente do Conselho Directivo de 2 de Fevereiro de 1983.
- NEVES, António Loja. Carta à Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, Animação do Chiado – Organização, de 7 de Agosto de 1985.
- PERDIGÃO, Madalena Azeredo. Carta a Augusto Brandão de 15 de Maio de 1986.
- PIDDAC 1981. Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL (Entidade Responsável).
- PIDDAC 1983. Ficha de Programação Plurianual. Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL (Entidade Responsável).
- PIRES, João Oliveira. Carta a Augusto Brandão de 14 de Junho de 1983.
- REAL, José Troufa. Carta à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. (s.d.) ca 1990.
- REAL, José Troufa. Carta a Pedro Tamen de 19 de Março de 1990.
- REAL, José Troufa. Carta a Pierre L'Eglise Costa de 15 de Junho de 1989.
- REAL, José Troufa. Relatório de Actividades. (s.d.) ca 1990.
- REIS, José. Carta a Augusto Brandão de 6 de Agosto de 1984.
- REIS, Vítor. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL de 6 de Janeiro de 1983.
- Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa. [Vice-Reitor]. Carta ao presidente da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura de 29 de Julho de 1980.
- Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL Apresentado no Ministério da Educação e Cultura a sua Excelência o Ministro da Educação e Cultura. Relatório. 21 de Janeiro de 1975.
- ROCHA, Rogério. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Data de entrada: 6 de Abril de 1984
- ROSÁRIO, Trovão do. Carta ao Reitor da Universidade Técnica de Lisboa de 2 de Fevereiro de 1984.
- SERAFIM, Luísa Maria Di Martino pelo Sector de Produção de Audio-visuais. Carta a Augusto Brandão de Outubro de 1986.
- SERPA, Luis. Carta a Augusto Brandão de 12 de Maio de 1985.
- SERPA, Luís. Carta ao Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de 20 de Dezembro de 1982.

SILVA, Fernando Moreira da. [Comissão Executiva das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património]. Cata à Delegação da Zona Centro, Departamento de Passagens, T.A.P., de 27 de Agosto de 1984.

SILVA, Helena Vaz da. Carta a Augusto Brandão de 16 de Janeiro de 1986.

TAMEN, Pedro. Carta a Augusto Brandão de 15 de Junho de 1983.

TAVEIRA, Tomás. Carta a Andreas Papadakis de 25 de Fevereiro de 1986.

TAVEIRA, Tomás. Carta a/c Augusto Brandão de 11 de Setembro de 1984.

TEAGUE, Michael e DA-ESBAL. Protocolo de acordo entre Michael Teague e o Departamento de Arquitectura da ESBAL.

TERRA, Rubens Mourão Terra. Carta ao Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa a 13 de Novembro de 1980.

THRIHOREAU, Jacques. Carta [ao Director] de 5 de Março de 1986.

Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Arquitectura.

[Atribuição de lugares e respectiva lista de personalidades segundo mapa da plateia do Teatro Municipal de São Luiz]. (s.d.) ca 1984.

VENTURI, Robert. Carta a Augusto Pereira Brandão de 20 de Julho de 1981

VERCLYTTE, Jacques. Carta a Augusto Brandão de 19 de Abril de 1983.

Registos iconográficos

1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental. Prospecto/cartaz. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984.

Abertura Solene de Ano Lectivo de dia 13 de Novembro de 1981. Convite.

Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Habitação.* Março – Dezembro 1984. Folheto desdobrável.

E.B.A.L. 1900-1930. Encontro com Dez Alunos D.A./E.S.B.A.L.. 22/6 a 2/7 1983. Cartaz.

1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Prospecto/cartaz.

Animação da Área do Chiado, 1983. Programa.

Processo Comissão Instaladora [ISAEU]

[Comissão Instaladora]. Minuta com lista manuscrita. (s.d.) ca Setembro 1975.

[Comissão Instaladora]. Tópicos para a Legislação Constitutiva dos Novos Estabelecimentos de Ensino. (s.d).

[PORTAS, Nuno]. Carta Ao Presidente da Comissão Directiva do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa de 2 de Outubro de 1975.

Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. II Relatório ao SE.E.S.. Novembro de 1975.

PORTAS, Nuno, et al.. Pela Comissão Instaladora. Carta ao Secretário de Estado do Ensino Superior de 2 de Outubro de 1975.

PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura. Aditamento ao I Relatório. Informação aos alunos através da Comissão de contacto eleita na R.G.A. de Julho 75 e reunião na E.S.B.A.L. com alunos 5º e 6º anos. 22 de Outubro de 1975.

PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. Comunicado N.º 1. Aos Alunos do curso de Arquitectura da ESBAL. ca Agosto de 1975.

PORTAS, Nuno. Comissão Instaladora da Nova Escola de Arquitectura e Planeamento Urbano e Regional. Comunicado N.º 2. Aos Alunos do curso de Arquitectura da ESBAL. 21 de Outubro de 1975.

Serviços Académicos

Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
Relatório de Actividades e Plano de Desenvolvimento. Janeiro de 1994.

Livro de Programas e Cargas Horárias dos Serviços Académicos da Faculdade de Arquitectura para os anos lectivos de 1985/86 a 1988/89.

Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa [FBAUL]

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Boletim 1974. Para uma nova Escola*. Julho de 1974.

Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Boletim 1972*.

Universidade de Aveiro [Universidade de Aveiro]

Painel de divulgação do 3º Simpósio Internacional de Arquitectura. “Condicionantes do Pós-moderno”. FAUTL, Março 1985.

1.2 ARQUIVOS PARTICULARES

ÁLVARO ROSENDO [AR]

Registos iconográficos

Fotografia de pintura mural da fachada do convento de S. Francisco da Cidade. Inserida nas actividades do “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1985.

Fotografia de experiência dos alunos de Artes Plásticas na Rua Garrett. 19 de Maio de 1982.

FILIPE SOUSA PINTO [FSP]

[Lista A]. *Associação de Estudantes de Arquitectura. Projecto de Estatutos. Por uma associação democrática, independente e representativa – unir e organizar os estudantes.* (s.d.) ca 1977.

[Lista A]. *Manifesto eleitoral. Vota A. Associação Arquitectura.* (s.d.) ca 1977.

[Lista B]. *Associação de Estudantes de Arquitectura. Programa. Lista B. Por uma Associação democrática que defenda os interesses dos estudantes.* (s.d.) ca 1977.

[Lista B]. *Programa eleitoral para a Associação de Estudantes. Lista B.* (s.d.) ca 1977.

[Lista C]. *Programa para a AE de arquitectura. Lista socialista pela unidade e organização dos estudantes contra o M.E.I.C..* (s.d.) ca 1977.

Apelo (...). Folheto. (s.d.) ca Maio de 1977.

Aviso. Página dactilografada. (s.d.) ca Maio 1977.

O Secretariado da UEC de Arquitectura. *Comunicado.* 18 de Maio de 1977.

PINTO, Filipe Sousa, et al.. ESBAL. Departamento de Arquitectura. 1975/76. Relatório de Turma. 3º Ano – Turma C+D. Folhas manuscritas. Janeiro de 1977.

PINTO, Filipe Sousa. Folha manuscrita. Dezembro de 1976 a Janeiro de 1977.

PINTO, Filipe Sousa. Folhas manuscritas. Cinco exemplares. Dezembro de 1976 a Janeiro de 1977.

PINTO, Filipe Sousa. Memória Descritiva. Trabalho de 5º ano (1977/78). Manuscrito.

PINTO, Filipe Sousa. *Questões Pedagógicas.* Folhas manuscritas. (s.d.) ca 1977.

PINTO, Filipe Sousa. Trabalho efectuado sobre a “Zona da Memória” (excerto). “Dados comparativos com a grelha de proporcionamento”. 1977.

Um grupo de estudantes. *Proposta de Emendas e Adendas à “Estrutura 76”*. (s.d.) ca 1976.

Um grupo de estudantes. *Que pretendem os “amigos” da nossa Escola*. 7.06.77.

FRANCISCO TEVES [FT]

Acontecimentos. Relatório. (s.d.).

Como suporte ao Documento entregue ao M.E.N., que contem as petições dos estudantes de arquitectura, estes reconheceram a necessidade de prestar alguns esclarecimentos sobre os acontecimentos havidos desde então: (s.d.).

Estudantes do 4º ano de Arquitectura da ESBAL. Carta a Veiga Simão. (s.d.).

Historiação do Processo do Curso de Arquitectura. Relatório. (s.d.).

Informação. Comunicado n.2. 5º ano. ESBAL. 13.3.70.

Reflexão Crítica (sobre o ensino que nos foi fornecido na Escola para uma actuação Imediata. ESBAL. 2.3.70. 5º Ano de Arquitectura.

SANCHEZ, Formosinho. *Regime especial e excepcional para o prosseguimento dos trabalhos da cadeira de Composição de Arquitectura Iª, IIª, e IIIª partes*. ESBAL. 23/02/1970.

Registos iconográficos

(s.n.). Enunciado de exercício escolar. (s.d.).

Registo livro

TEVES, Francisco. *...Assim diziam se faziam os homens. Rabiscos e papéis velhos do Chico escritos entre Janeiro de 1973 e Julho de 1975. Uma prosa guardada em naftalina*. Edição particular. (Oferecida e dedicada a 7 de Março de 2004).

JOSÉ MANUEL FERNANDES [JMF]

I - Proposta resumo do Programa Base. ca 1975.

A Luta Continua 4. 14-Junho de 1974.

Boletim de inscrição no ano 1975/76 de acordo com o esquema incluso na “Estrutura 76”. 1976.

Comissão Concretizadora. *Eleição do Conselho Directivo*. (s.d.) ca Fevereiro 1976.

Comissão de Apoio ao Saneamento e Reclassificação. *Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Circular*. 15 de Outubro de 1974.

Comunicado ao Corpo Docente do Departamento de Arquitectura. Lisboa, 18 de Maio de 1974.

Convocatória RGA de 22/10/1975. (s.d) ca Outubro 1975.

Curso de Arquitectura segundo a Reestruturação que se Propõe. (s.d.) ca 1975.

ESBAL Arquitectura. Estrutura de Ensino – Seminário. 22-5-74 A).

Grupo – Organização e Ensino. *Proposta à RGA de 4-6-74*. 04.06.74.

Impulso 1. Por um verdadeiro movimento associativo de massas. 10 Dezembro 1974. Secção Arquitectura.

Ministério da Educação e Investigação Científica. Telegrama. 15 de Outubro de 1975.

Os alunos de arquitectura reunidos em R.G.A. em 22 de Outubro de 1974. *Proposta aprovada em RGA*.

Proposta Aprovada em RGA. 22.10.74.

Proposta de Reestruturação. Comissão de Luta pela Abertura da Escola! (s.d.).

Texto base – Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto. (s.d.).

Um grupo de estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º e 6º ano de Arq. *A Luta Continua n.º 2*. 11/05/74.

Registos iconográficos

FERNANDES, José Manuel. Trabalho Escolar. 2º Trabalho de 4º ano. 1972/73.

LEONOR MATOS SILVA [LMS]

1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Catálogo da Exposição Documental. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. Promovido pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Programa. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 23/27 de Março de 1987.

1ªs Jornadas Luso-Brasileiras do Património. Património Edificado. Exposição Documental. Catálogo. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Março de 1984.

Registos iconográficos

DIAS, Manuel Graça. Esboço de memória. Trabalho individual.
2ºano. 1971/72.

DIAS, Manuel Graça. Esboço de memória. Trabalho de grupo. 3º ano.
1972/73.

MANUEL GRAÇA DIAS [MGD]

Registos iconográficos

CALDAS, João Vieira; GRILO, Júlio Teles; DIAS, Manuel Graça;
SIMAS, Maria Helena e NEVES, Maria Manuela Correia.
Trabalho escolar. 4º ano. 1976. Tema A, nº3, subgrupo de trabalho
n.º 1. Monitor: José Luís Varanda.

DIAS, Manuel Graça. Trabalho escolar. 5º ano. “Arquitectura Pop,
Há?”. ca 1976/77.

NUNO MATOS SILVA [NMS]

Noticiário interno. *O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de
arquitectura*. Abril 1972, n.º 2.

Uma reforma em três actos ou o que nos interessa. *O Tê e o Porquê,
Jornal dos estudantes de arquitectura*. Abril 1972, n.º 2.

Registos iconográficos

(s.n.). *Depois do Modernismo*. [Programa desdobrável]. Lisboa, 1983.

(s.n.). Enunciado de exercício escolar. 4º ano. 1972.

(s.n.). Sebenta de Geometria Descritiva [1]. (s.d.).

(s.n.). Sebenta de Geometria Descritiva [2]. (s.d.).

(s.n.). Sebenta de Higiene e Equipamento. (s.d.).

(s.n.). Sebenta escolar manuscrita. Rascunho do discurso a proferir no
“Enterro da Escola”. (s.d.).

(s.n.). Trabalho escolar de Composição de Arquitectura I. *Mapa de
Acabamentos Geral*. Junho de 1971.

(s.n.). Trabalho escolar. Arquitectura Analítica. Exame final. 1º ano.
1968/69.

(s.n.). Trabalho escolar. Arquitectura Analítica. Exame final 1º ano.
Estudos de Antropometria. Enunciado. 1968/69.

(s.n.). Trabalho escolar. Fotografia de Maquete. (s.d.).

Fotografia de convívio de um grupo CASU (Centro de Acção Social
Universitária) com dois estudantes arquitectos (ESBAL 1975;
ESBAL 1977).

PAULA GUEDES [PG]

Registos iconográficos

Trecho de documento de apresentação da peça de teatro intitulada “Auto das Águas do Mar” pelos autores Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães. Maio de 1986.

Registo de propriedade da obra intitulada “A Vera-Cruz: Auto das Águas do Mar”. 19 de Novembro de 1986.

PEDRO MORAIS [PM]

Registos iconográficos

B.D. “Ambição e Armadilha”. Autoria de Pedro Morais e Álvaro Rosendo. 1983.

PENIM LOUREIRO [PL]

Registos iconográficos

Associação de Estudantes de Arquitectura. B.D. Concurso/Exposição. ESBAL/DARQ. Março 83. Folheto desdobrável.

Diploma do primeiro Concurso/Exposição de B.D. na ESBAL. 14 de Março de 1983.

RITA CABRAL [RC]

Comunicado aos alunos do 1º ano. (s.d.) ca 1973.

Registos iconográficos

CABRAL, Rita. Trabalho escolar de História da Arte. 1º ano. 1971/72.

CABRAL, Rita. Trabalho escolar de História da Arte em Portugal. 3º ano. 1973/74.

(s.n.). Trabalho escolar de História da Arte. 3º ano. 1973/74.

ROGÉRIO VIEIRA DE ALMEIDA [RVA]

ZÚQUETE, Joana, et al.. *Lisboa Ateliers*. 3rd European Architecture Students Assembly. Lisboa: Secretariado 3rd EASA, 1984.

Registos iconográficos

Cartão de Centro de Documentação. Faculdade de Arquitectura. 1984/85.

RUI PAZ RAFAEL [RPR]

Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. *Curso de Pós-graduação em Arquitectura Tropical*. Outubro de 1983 – Junho 1984. [Programa].

Rafael, Rui Paz. Curso de Pós-graduação PG3. Especialização em Arquitectura Tropical. Outubro de 83 – Junho 84. Caderno de apontamentos pessoal (3 volumes).

1.3 DEPOIMENTOS

Entrevistas e Depoimentos orais

AFONSO, João	2013.10.18
AGUIAR, José	2014.03.25
ALMEIDA, Rogério Vieira de	2014.11.05
ASSAF, Helenita	2014.04.10
BANDEIRINHA, José	2014.04.24
BARATA, José Pedro Martins	2013.04.20 e 2014.10.29
BARATA, Paulo Martins	2018.02.09
BASTOS, Francisco Teixeira	2015.02.17
BESSA, João Paulo	2014.05.12
BRANDÃO, Augusto Pereira	2013.03.15
CABRAL, Bartolomeu Costa	2014.06.01
CABRAL, Joaquim e M. ^a Antónia	2013.04.20
DIAS, Manuel Graça	2013.10.22 e 2013.11.05
DUARTE, Cristóvão	2014.09.07
FERNANDES, José Manuel	2013.03.07 e 2018.05.07
FIGUEIRA, Jorge	2017.01.22
FIGUEIREDO, Carlos	2016.04.22 com Alexandra Areia
FONSECA, José Miguel	2016.10.26
GAFEIRA, Teresa	2018.05.02
GRAÇA, João Luís Carrilho da	2018.05.28
GUEDES, Paula	ca 2015.03
JORGE, José Gorjão	2016.04.22 com Alexandra Areia
LACERDA, Manuel	2014.11.07
LOUREIRO, Penim	2015.07.14
PERLOIRO, João	2013.10.17
PINTO, Filipe Sousa	2014.04.04
PINTO, Pedro Ferreira	2014.05.13
PINTO, Pedro Luz	2016.06.17
PIRES, Fernando	2014.04.09
PORTAS, Nuno	2014.10.29

RAFAEL, Rui Paz	2014.04.15
RAPOSO, Isabel	2016.06.26
REDONDO, João	2015.12.21
REIS, Vítor	2015.07.14
ROSENDO, Álvaro	2015.05.14
SANCHEZ, Sebastião Formosinho	2014.11.07
SANTOS, Cristina	2016.06.26
SILVA, Nuno Matos	2013.03.24, 2013.04.13 e 2014.10.06
SILVA, Teresa Madeira da	2014.10.23
TAVEIRA, Tomás	2014.04.17, 2014.05.21, 2014.12.03 e 2017.10.24
TOUSSAINT, Michel	2014.05.09, 2017.07.17 e 2017.07.18
VIEIRA, Egas José	2013.10.24

Depoimentos escritos

ALMEIDA, Rogério Vieira de	2016.04.27
AMARO, Fausto	2015.07.10
CABRAL, Luís	2018.02.09
CABRAL, Pedro	2014.02.21
CARDOSO, Miguel Esteves	2015.02.11
DIAS, Manuel Graça	2018.01.17
DUARTE, Cristóvão	2013.07.04, 2013.11.15 e 2013.11.23
FERNANDES, José Manuel	2018.01.05, 2018.05.14 e 2018.05.15
GUERRA, Carlos	2014.09.19
LINO, Geraldês	2015.07.21
LOUREIRO, Penim	2015.07.15

MORAIS, Pedro	2015.07.09
PINTO, Filipe Sousa	2014.03.30
SILVA, Nuno Matos	2013.07.08, 2014.30.01 e 2015.04.24
TAVEIRA, Tomás	2014.05.21
TEVES, Francisco	2014.03.05 e 2014.03.10

2. BIBLIOGRAFIA

2.1 LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

- (s.n.). *1ª Exposição Nacional de Arquitectura. 1975-1985. Associação dos Arquitectos Portugueses. 14 a 28 de Fevereiro de 1986. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Sociedade Nacional de Belas-Artes, Fevereiro de 1986.
- (s.n.). Centro Nacional de Cultura. E.S.B.A.L. Departamento de Arquitectura. *Ciclo “a Arquitectura e a cidade de Lisboa”*. 13 de Dezembro de 1981.
- (s.n.). *Depois do Modernismo. 7 a 30 de Janeiro de 1983. Lisboa. Catálogo*. Lisboa: Depois do Modernismo, 1983.
- (s.n.). ESBAL 63. Publicação não periódica número 1 - Março, 1963. *Jornal da Comissão Pró-associação da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. “Cléo ou a descoberta da vida. Um novo cinema inglês.”*
- (s.n.). *Universidade Técnica de Lisboa. Volume II. 75 Anos de História*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ca 2005, ISBN: 972-99673-4-2.
- BANDEIRA, Pedro; FARIA, Nuno (textos). *Escola do Porto: Lado B. 1968-1978 (Uma História Oral)*. Documenta, 2014. ISBN 978-989-8566-78-2.
- BRANDÃO, Augusto; TEAGUE, Michael. *A Aventura Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Editorial Verbo, 1991. ISBN 972-222-1356-3.
- BRANDÃO, Augusto Pereira. *Uma Vida, Uma Obra*. Lisboa: Caleidoscópico, 2015. ISBN 978-989-658-341-5.
- CALADO, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade. Subsídios para uma monografia*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes / Universidade de Lisboa, 2000. ISBN 158 965-00.
- CARLOS, Isabel. Sem Plinto, nem Parede: Anos 70-90. In PEREIRA, Paulo (coord.). *História da Arte Portuguesa*. 3º Volume. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, pp.638-649. ISBN (3º volume) 972-42-1225-4.
- CARVALHO, Lima de. Arte e actos públicos do grupo Acre. In *O Chiado, a Baixa e a esfera pública*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa, 2011. pp.152-153.
- COSTA, Alexandre Alves. Algumas Hipóteses para uma Caracterização da Arquitectura Portuguesa e do Interesse da sua Relação com o Património Construído no Mundo. In COSTA, Alexandre Alves. *Textos Datados*. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2007, pp.27-31.
- COUCEIRO, Gonçalo. *Artes e Revolução 1974-1979*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. ISBN 972-24-1316-3.

- COUCEIRO, Manuel. A lógica e a ética, a ciência e a amizade. In SUMMAVIELLE, Elísio, et al.. *Ver pelo Desenho. Frederico George*. Lisboa: Câmara Municipal, Livros Horizonte, 1993, pp.35-40. ISBN 972-24-0851-8.
- FERNANDES, José Manuel (coord.). Livro de Homenagem a Marieta Dá Mesquita. *Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa – História e Valor*. Caleidoscópio. 2012. ISBN 978-989-658-195-4.
- FERNANDES, José Manuel (coord.). *Património Arquitectónico da Universidade Técnica de Lisboa*. GAPTEC/UTL. 2011. ISBN 978-972-99673-9-9.
- FIGUEIRA, Jorge. *A periferia perfeita. Pós-Modernidade na Arquitectura Portuguesa, Anos 1960-1980*. Lisboa: Caleidoscópio, 2014. ISBN 978-989-658-276-0.
- FIGUEIRA, Jorge. *Reescrever o Pós-Moderno*. Porto: Dafne Editora, 2011. ISBN 978-989-8217-17-2.
- GONÇALVES, Rui Mário e DIAS, Francisco da Silva. *10 anos de Artes Plásticas e Arquitectura em Portugal. 1974-1984*. Lisboa: Caminho, 1985.
- GRILO, Eduardo Marçal. O Sistema Educativo. In REIS, António (coord.). *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 972-42-0839-7.
- JENCKS, Charles. *The Language of Post-Modern Architecture*. Londres: Academy Editions, 1981.
- MILHEIRO, Ana Vaz. *A minha casa é um avião*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2007.
- NEWMAN, Michael Z.. *Video revolutions. on the history of a medium*. New York: Columbia University Press, 2014. ISBN 978-0-231-16951-6.
- NOGUEIRA, Isabel. *Artes Plásticas e Crítica em Portugal nos anos 70 e 80. Vanguarda e Pós-modernismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013. ISBN 978-989-26-0563-0.
- PORTAS, Nuno. *A cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte. (s.d.) ca 1969.
- SANTIAGO, Miguel. *Pancho Guedes. Metamorfoses Espaciais*. Lisboa: Caleidoscópio, 2007. ISBN 9789898010711.
- SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e. *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005. ISBN 972-26-1559-9.
- SUMMAVIELLE, Elísio, et al.. *Ver pelo Desenho. Frederico George*. Lisboa: Câmara Municipal, Livros Horizonte, 1993. ISBN 972-24-0851-8.

TAINHA, Manuel. Da estimada e nunca desmentida diferença. In Tainha, Manuel. *Arquitectura em Questão*. Lisboa: AEFA-UTL, 1994. ISBN 972-99003-0-2.

TAVEIRA, Tomás. *Discurso da Cidade*. Lisboa: 1973.

2.2 PERIÓDICOS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS

- (s.n.). Arquitectos do “Post-modernismo”. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 3, p.3. ISSN 0870-1504.
- (s.n.). Bertolt Brecht representado no Convento de S. Francisco. Para os sócios do CNC em “Passeio de Domingo”. (s.d.) ca 1983.
- (s.n.). Candidatos ao Conselho Directivo Nacional. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p. 14. ISSN 0870-1504.
- (s.n.). EAAE Workshop 1. The Teaching of Architectural Technology. *EAAE – European Association for Architectural Education. Association européenne pour l’enseignement de l’architecture*. 1980, News Sheet 5.
- (s.n.). EAAE Workshop 5. The Teachings of Architecture beyond the Modern Movement. *EAAE – European Association for Architectural Education. Association européenne pour l’enseignement de l’architecture*. 1982, News Sheet 8.
- (s.n.). Entrevista a Augusto Pereira Brandão. Candidato da lista B à presidência do CDN. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p.3/5. ISSN 0870-1504.
- (s.n.). ESBAL. O Salto Qualitativo. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.61-65.
- (s.n.). Esta Escola tem de funcionar como se fosse uma empresa. *Diário Popular*. 21 de Dezembro de 1981.
- (s.n.). Intervindo na cidade como contracultura. *O Primeiro de Janeiro*. 16 de Novembro de 1981.
- (s.n.). Mértola. Uma experiência de recuperação arquitectónica e urbana. *Arquitectura*. 1984, n.º 153, p.29.
- (s.n.). Notícias. Ensino particular de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1986, n.º 51, p.29. ISSN 0870-1504.
- (s.n.). O Eléctrico e a Cidade. *Arquitectura Portuguesa*. 1985, n.º 1, pp.19-44.
- (s.n.). Programa de Actividades 1981 – 1982. ESBAL – Departamento de Arquitectura. *Jornal Arquitectos*. 1981, n.º 1, p.11. ISSN 0870-1504.
- (s.n.). Segundo Pereira Brandão, Escola de arquitectura é contra-poder cultural. *Correio da manhã*. 14 de Novembro de 1981.
- (s.n.). Sessão inaugural do ano lectivo na Escola de Belas Artes de Lisboa. *Diário de Notícias*. 14 de Novembro de 1981.

- (s.n.). Um convento a que até se chamou cidade... *Diário de Notícias*: 28 de Fevereiro de 1983, p.6.
- (s.n.). Workshop Report: Lisbon. The Teachings of Architecture beyond the Modern Movement. *EAAE – European Association for Architectural Education. Association européenne pour l'enseignement de l'architecture*. 1983, News Sheet 11.
- BARKER, Colin. Some Reflections on Student Movements of the 1960s and Early 1970s. In *Revista Crítica de Ciências Sociais. Memória e actualidade dos movimentos estudantis*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 2008, pp.43-91. ISSN 0254-1106.
- BORGES, Pedro Maurício. Cit. por LOPES, Diogo Seixas; BARBAS, Patrícia. *Jornal Arquitectos*. 2015, n.º 252, p. 561. ISSN 0870-1504.
- BRANDÃO, Augusto. A Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.11-11/22. ISSN 0870-1504.
- BRANDÃO, Augusto. Cit. por LAMAS, José; DUARTE, Carlos; FERNANDES, José Manuel. *Arquitectura*. 1982, n.º 146, pp.66-71.
- BRANDÃO, Augusto. Entrevista com Augusto Pereira Brandão candidato da lista B à presidência do CDN. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 53, p.5. ISSN 0870-1504.
- BRANDÃO, Augusto. Uma profissão do nosso século. *Jornal Arquitectos*. 1984, n.ºs 27/28/29, pp.5-6. ISSN 0870-1504.
- BYRNE, Gonçalo Sousa. O Ensino da Arquitectura em Portugal. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.3. ISSN 0870-1504.
- BYRNE, Gonçalo Sousa. O país construído que temos. Depoimento 2. Dossier. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. 1986-02-18.
- COSTA, Luís e MATOS, Madalena Cunha. Arquitectura em Debate – Aveiro 79. *Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.52.
- DANTAS, Teresa. Do encontro sobre o ensino da Arquitectura, a prática profissional e a integração europeia. *Jornal Arquitectos*. 1991, n.ºs 103/104, pp.16-17. ISSN 0870-1504.
- DIAS, Francisco da Silva. Introdução aos Pós-modernistas. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 5, pp.4-6. ISSN 0870-1504.
- DIAS, Francisco da Silva. Para um Ensino Universitário. *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.7. ISSN 0870-1504.
- DIAS, Manuel Graça. Arquitectura em Debate – Aveiro 79. *Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.50.
- DUARTE, Carlos. O Concurso e a Escola. *Arquitectura*. 1968, n.º 105-106, pp.179/230.

- DUARTE, Carlos. Os críticos não se inventaram de um dia para o outro. *Jornal Arquitectos*. 2010, n.º 239, pp.36-44. ISSN 0870-1504.
- FERNANDES, José Manuel. Dez anos de arquitectura: que futuro? *Jornal Expresso. Actual*. 1986-02-14, p.37-R.
- FERNANDES, José Manuel. Novíssimos. Nota introdutória. *Arquitectura*. 1983, n.º 149, p.15.
- FERREIRA, Carlos Antero. Arquitectura na Universidade. *Binário*. 1971, n.º 153, pp.373-374.
- FRAMPTON, Kenneth, et al.. Professione Poetica. *Quaderni Di Lotus*. 1987, n.º 6. ISBN 978-0847807932.
- GEORGE, Frederico. A ESBAL como foi? *Jornal Arquitectos*. 1987, n.º 55, p.12. ISSN 0870-1504.
- GEORGE, Frederico. Discurso do Professor Frederico George em 1977. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.º 8/9, p.17. ISSN 0870-1504.
- GRAÇA, João Luís Carrilho da. Arquitectura em Debate – Aveiro 79. *Arquitectura*. 1979, n.º 134, p.52.
- JENCKS, Charles (Guest-Editor). Free-Style Classicism. Architectural Design Profile. *Architectural Design*. 1982, n.º 52, pp.1-120.
- MOURA, Eduardo Souto de et al.. Um quadrado a menos. *Jornal Arquitectos*. 2002, n.º 208, pp.16-26. ISSN 0870-1504.
- NORBERTO, José. Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem. *Jornal Arquitectos*. 1982, n.ºs 10-11, pp.16-17. ISSN 0870-1504.
- PACIÊNCIA, João. 2º Simpósio Internacional de Arquitectura. No Departamento de Arquitectura na ESBAL. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 19/20, pp.17-18. ISSN 0870-1504.
- PACIÊNCIA, João. Arquitectura em Debate – Aveiro 79. *Arquitectura*. 1979, n.º 134, pp.54-55.
- PACIÊNCIA, João. Encontro sobre o Ensino da Arquitectura e a Problemática da Profissão do Arquitecto. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 21/22/23, p.7. ISSN 0870-1504.
- PESTANA, Vasco Câmara. Produção arquitectónica já não se limita ao eixo Lisboa-Porto. *Jornal Arquitectos*. 1983, n.ºs 16/17/18, pp.11-12. ISSN 0870-1504.
- REAL, José Troufa. Cit. por (s.n.). Arquitectura – O desprezado quotidiano. *Semanário*. 1986-02-14. p.45.
- SOUSA, Rocha de. Dados para a história secreta do ensino superior artístico. *Artes Plásticas*. 1991, n.º 7, pp.44-47.
- SANTOS, Maria Helena Marcelo Ribeiro dos; BRITO, António Manuel Freire de. De Alcântara ao Cais do Sodré – História do Porto ou um Porto com histórias (I). *Arquitectura*. 1980, n.º 137, pp.26-32.

- SIZA, Álvaro. *Arquitectura em Debate – Aveiro 79. Arquitectura.* 1979, n.º 134, p.51.
- SOUSA, Sérgio e COSTA, Judite da. A 3ª Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura. *Jornal Arquitectos.* 1983, n.ºs 21/22/23, p.4. ISSN 0870-1504.
- SOUSA, Sérgio. 2ª Assembleia de Estudantes de Arquitectura / Delft Work Shops. *Jornal Arquitectos.* 1982, n.º 5. p.14. ISSN 0870-1504.
- SOUSA, Sérgio. É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal. *Jornal Arquitectos.* 1983, n.ºs 21/22/23, p.10. ISSN 0870-1504.
- SOUSA, Sérgio. EASA Bulletin. Notas acerca da 3ª EASA. *Jornal Arquitectos.* 1983, n.ºs 16/17/18, p.3. ISSN 0870-1504.
- T., C.. Seminário na ESBAL sobre Ensino. *Jornal Arquitectos.* 1982, n.ºs 10/11, p.2. ISSN 0870-1504.
- TAINHA, Manuel. Depoimento. *Arquitectura.* 1985, nº 153, pp. 24-26.
- TAMM, Carlos. Ensino. *Jornal Arquitectos.* 1987, n.º 55, p.5. ISSN 0870-1504.
- TAVEIRA, Tomás e DIAS, Francisco da Silva. Taveira Responde a Culot. *Jornal Arquitectos.* 1983, n.ºs 16/17/18, p.4. ISSN 0870-1504.
- TAVEIRA, Tomás. Leitura (crítica) de James Stirling. *Colóquio Artes.* 1975, n.º 23, pp.33-41.
- TAVEIRA, Tomás. O lettering. *Arquitectura.* 1970, n.º 116, pp.159-163.
- TAVEIRA, Tomás. O movimento pós-modernista já começou. *Jornal Expresso. Actual.* 1982-05-01, pp.22R-23R.
- TÁVORA, Fernando. Pela “especialização generalista”. *Jornal Arquitectos.* 1984, n.ºs 27/28/29, p.5
- TOUSSAINT, Michel. EASA/82 Delft-Workshop. 24 Jul-1 Ago. *Jornal Arquitectos.* 1982, n.ºs 10/11, p.3. ISSN 0870-1504.
- TOUSSAINT, Michel. *Arquitectura, uma das Belas Artes? Arteopinião* 1981, n.º 13, pp.39-40.

2.3 REGISTOS ON-LINE

- Adesão de Portugal à CEE.* Artigos de apoio Infopédia. Porto: Porto Editora 2003-2017. [Consultado a 2017.09.24]. Disponível em [https://www.infopedia.pt/\\$adesao-de-portugal-a-cee](https://www.infopedia.pt/$adesao-de-portugal-a-cee)
- ALMEIDA, Bruno. Filme Documentário. *6=0 Homeostética (2008).* 2008. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=i8Xc_CDgQ5Y

Árvore. *Escola artística e profissional. Breve Apontamento Histórico*. [Consultado a 2017.09.10]. Disponível em <https://www.arvore.pt/escola.php>

Centro Multimedia da Faculdade de Arquitectura. Video Library. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em <http://cm.fa.ulisboa.pt/index.php/en/videolibrary>

Directiva 85/384/CEE do Conselho, de 10 de Junho de 1985, relativa ao reconhecimento mútuo dos diplomas, certificados e outros títulos do domínio da arquitectura, incluindo medidas destinadas a facilitar o exercício efectivo do direito de estabelecimento e de livre prestação de serviços. [Consultado a 2017.09.25]. Disponível em <http://arquitectos.pt/documentos/1164206973A8rPT3sy6To02IR2.pdf>

EAAE - *European Association for Architectural Education. Association européenne pour l'enseignement de l'architecture*. News Sheet 3, 5, 8 e 11. [Consultado a 2017.09.10] Disponível em <http://www.eaae.be/publications/newsletter/>

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1979-). [Consultado a 2017.09.25]. Disponível em https://sigarra.up.pt/reitoria/pt/conteudos_service.conteudos_cont?ct_id=23871&pv_cod=57awyHjmGJp7

MARTINS, Guilherme d'Oliveira. *Helena Vaz da Silva*. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em <http://www.cnc.pt/artigo/14>

MOURA, Carlos Machado e. Conversa com Alexandre Alves Costa. *Jornal Arquitectos*. 2016. n.º 253, Entrevista. [Consultado a 2017.09.10]. Disponível em <http://www.jornalarquitectos.pt/pt/jornal/representacoes-nacionais/conversa-com-alexandre-alves-costa>

Ordem dos Arquitectos. *História*. [Consultado a 2017.09.27]. Disponível em <http://arquitectos.pt/index.htm?no=101068,215>

PEREIRA, Inês Teotónio. *Enfim sós*. de Junho de 1989. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em https://repositorio-tematico.up.pt/simple-search?query=Tom%C3%A1s+Taveira&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10

Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura. *Colecção Arquitectura*. 1975.03.28. [Consultado a 2017.10.30]. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/>

SEIXAS, Ana Maria. O ensino superior privado em Portugal: políticas e discursos. *Revista Portuguesa de Educação*. 2000. n.º 13(2), pp.53-79. [Consultado a 2017.09.24]. Disponível em <http://www.redalyc.org/html/374/37413204/>

SILVA, Leonor Matos. Recording the optimistic. An audiovisual approach to the city of Lisbon by its architecture school in the 1980s. *Cidades, Comunidades e Territórios*. 2016. n.º 33, pp.144-157. [Consultado a 2017.08.06]. ISSN 2182-3030. Disponível em <http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/10213/pdf>

2.4 TESES E DISSERTAÇÕES

FERNANDES, Eduardo. *A Escolha do Porto: contributos para a actualização de uma ideia de Escola*. Braga: Universidade do Minho, 2010. Tese de doutoramento.

FONSECA, João. *As Belas Artes. Um Acordo Entre Arquitetura e Artes Plásticas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa, 2013. Dissertação de mestrado.

LAMAS, José. *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado.

LAMAS, José. *Relatório. Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino*. Lisboa: FAUTL, 1992. Concurso para Professor Associado.

MONIZ, Gonçalo Canto. *O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas-Artes em Portugal (1931-69)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011. Tese de doutoramento.

PARNELL, Steve. *Architectural Design, 1954-1972: The Contribution of the Architectural Magazine to the Writing of Architectural History*. University of Sheffield School of Architecture, 2011. Tese de doutoramento.

PAULINO, Raquel. *O Ensino da Arquitectura na Escola do Porto. Construção de um Projecto Pedagógico entre 1969 e 1984*. Porto: Universidade do Porto, 2013. Tese de doutoramento.

PINTO, Pedro da Luz. *O Lugar do Projecto. O Ensino da Arquitectura e a Adequação Portuguesa ao Processo de Bolonha (2006-2014)*. Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Tecnologias e Arquitectura, 2015. Tese de doutoramento.

REIS, Sofia. *74-86. Arquitectura em Portugal: Uma Leitura a Partir da Imprensa*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de mestrado.

SILVA, Ana Moreira da. *Daciano da Costa. O Ensino de Desenho na Formação em Design e em Arquitectura da ESBAL à FAUTL*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2014. Tese de doutoramento.

SILVA, Leonor Matos. *Cultura arquitectónica em Lisboa. Um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*. Volume I e II. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2011. Dissertação de mestrado.

TAMM, Carlos. *Escola de Lisboa: Herança e Devir Pedagógico-didáctico*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 1993. Tese de doutoramento.

TAMM, Carlos. *O ensino da arquitectura em Portugal: da génese à integração na universidade*. Porto: Universidade Portucalense, 2004. Tese de doutoramento.

2.5 COMUNICAÇÕES E ACTAS DE CONFERÊNCIAS

1º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 23 a 25 de Novembro de 1979. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1979.

CALADO, Margarida e FERRÃO, Hugo. Da Academia à Faculdade de Belas Artes. In *A Universidade de Lisboa nos séculos XIX-XX* - vol. II, pp. 1107-1151. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013.

Grupo de Macau, caminhos na arquitectura portuguesa. Debate sobre Arquitectura no Museu do Oriente. Debate. 15 de Julho 2011.

FIGUEIRA, Jorge; FIGUEIREDO, Rute e SILVA, Leonor Matos. Arquitectura em VHS. Lisboa, Anos 1980: Os Simpósios do Pós-modernismo. In *O Lugar do Discurso*. PTDC/CPC-HA T/4894/2012 2013-2015. Lisboa, 10 de Abril de 2015.

MILHEIRO, Ana Vaz e SILVA, Leonor Matos. Estudos em Arquitectura Tropical no Curricula da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. In *Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial*. Lisboa, 27 de Novembro de 2013.

MOURA, Carlos Machado e, e SILVA, Leonor Matos. Architecture, Cartoon and Graphic Narrative: The Case of The Lisbon School in the 1980s. In *The Site of Discourse. Thinking Architecture Through Publication*. International Conference. Lisboa, 30 de Setembro de 2015.

SILVA, Leonor Matos. Architectural culture in Lisbon: the architecture course in the ESBAL and education beyond the classroom between 1974 and 1976. The case of Bairro Portugal Novo. In *International Colloquium 74-14 SAAL And Architecture*. pp.93-100. Coimbra: Editorial do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais e Fundação Serralves, 2016. ISBN 978-989-99432-0-9.

SILVA, Leonor Matos. Cultura Arquitectónica Portuguesa Contemporânea: A Participação da Escola de Lisboa nos Estudos de Energia e Ambiente entre 1975 e 1986. In *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar – Arquitectura e Urbanismo na Geografia e na Cultura – Vol. I*. pp.291-301. Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. ISBN 978-150-2424-50-1.

SILVA, Leonor Matos. O Ensino de Arquitectura em Lisboa no Período de 1974 a 1986: Integração na Universidade. In *IX*

Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Rituais, Espaços & Patrimónios Escolares – Vol. I. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

SILVA, Leonor Matos. Secção de Vídeo da Faculdade de Arquitectura de Lisboa. A história do objecto e os objectos da sua história: dois Ensaios. In *Colóquio. Aulas Abertas. Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos*. Lisboa, 30 de Maio de 2016.

SILVA, Leonor Matos. The EAAE and the Lisbon School of Architecture—A Common History between 1976 and 1986. In *Architectural Research Addressing Societal Challenges: Proceedings of the EAAE ARCC 10th International Conference (EAAE ARCC 2016), 15-18 June 2016 – Vol II*. pp.1215-1222. Taylor & Francis Group, London, UK, 2017. CRC Press. ISBN 9781138029668.

SILVA, Leonor Matos. Two sides of the same coin. Liberty and Liberalization in Portuguese post-revolutionary architecture. The Lisbon School towards European integration: 1976 – 1986. In *The Architecture of Deregulations: Postmodernism, Politics, and the Built Environment in Europe, 1975-1995*. Stockholm: KTH School of Architecture, 2016.

SILVA, Leonor Matos. *When did Chiado burn?* Creative scenes on dry land. Chiado and the School of Fine-Arts before 1988. In *I'll be your Mirror. Creative Milieus and Cultural Scenes in Contemporary Urban Spaces*. Pedro Costa e Paula Guerra (eds). Lisboa, 2017. Forthcoming.

2.6 OBRAS GERAIS E DE CONSULTA

Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa sem Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. [Consultado a 2017.11.04]. Disponível em <https://www.infopedia.pt/>

EVERS, Bernd; THOENES, Christof. *Architectural Theory. From the Renaissance to the Present*. Germany: Bibliotheca Universalis, 2003.

FERREIRA, José Medeiros. Portugal em Transe (1974-1985). In: MATTOSO, José. *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1677-3.

FROUD, Daisy; HARRISS, Harriet (eds.). *Radical Pedagogies. Architectural Education and the British Tradition*. RIBA Publishing, 2015. ISBN 978 1 85946 583 7.

GROAT, Linda; WANG, David. *Architectural Research Methods*. New Jersey: Wiley, 2013. ISBN 978-0-470-90855-6.

LAND, Carsten; HÜCKING, Klaus J.; TRIGUEIROS, Luiz. *Arquitectura em Lisboa e Sul de Portugal desde 1974*. Lisboa: Editorial Blau, 2005. ISBN 972-8311-17-6.

- NESBITT, Kate (org.). *Uma nova Agenda para a Arquitectura. Antologia Teórica 1965-1995*. São Paulo: Cosac Naify, 2006. ISBN 978-85-7503-599-3.
- PEREIRA, Paulo (coord.). *História da Arte Portuguesa*. 3º Volume. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN (3º volume) 972-42-1225-4.
- REIS, António (coord.). *Portugal. 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, ISBN 972-42-0839-7.
- REIS, António (coord.). *Retrato de Portugal. Factos e Acontecimentos*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN 978-972-42-4081-7.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (co-aut); MONTEIRO, Nuno Gonçalo (co-aut); RAMOS, Rui (coord.). *História de Portugal*. 3ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, cop. 2009. ISBN 978-989-626-139-9.
- STERN, Robert A.M.; STAMP, Jimmy. *Pedagogy and Place. 100 Years of Architecture Education at Yale*. Yale University Press New Haven and London, 2016. ISBN 978-0-300-21192-4.

2.7 LEGISLAÇÃO E DESPACHOS ADMINISTRATIVOS

- Decreto-Lei n.º 41.363 de 14 de Novembro de 1957. Regulamenta a Lei n.º 2.043 de 10 de Julho 1950 que promulga a reorganização das Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e Porto.
- Despacho de 30 de Dezembro de 1970. Secretaria de Estado da Administração Escolar. Subscrive o Diploma de Provimento de Francisco Pires Keil Amaral no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas.
- Despacho de 2 de Fevereiro de 1971. Secretaria de Estado da Administração Escolar. Subscrive o Diploma de Provimento de Raúl Hestnes Ferreira no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas.
- Despacho de 19 de Julho de 1971. Secretaria de Estado da Administração Escolar. Subscrive o Diploma de Provimento de Tomás Taveira no lugar de 2º Assistente, além do quadro, do 1º grupo de disciplinas.
- Despacho 25/75 de 24 de Junho. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. Determinação das bases de criação de uma nova escola de arquitectura por António Avelãs Nunes, Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.
- Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. Comentários ao documento de trabalho “ESBAL – Arquitectura” por António Brotas, Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica. Instituição de um Departamento de Arquitectura na ESBAL por António Brotas, Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica.

Portaria 634-A/77, de 4 de Outubro. Estabelece normas relativas ao acesso ao ensino superior (*numerus clausus*).

Despacho n.º 18/78. Ministério da Educação e Investigação Científica, Secretaria de Estado do Ensino Superior. Nomeação dos júris nacionais para o efeito de concessão de equivalências de licenciaturas e bacharelatos previstos no art.º 10º do Decreto-Lei n.º 555/77 de 31 de Dezembro.

Diário da República n.º 252, II Série, de Novembro de 1978. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Indica o Decreto-Lei e Despacho que elegem Augusto Pereira Brandão Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

Diário da República n.º 151, II Série, de 3 de Julho de 1979. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Indica o Decreto-Lei e Despacho que elegem Augusto Pereira Brandão Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro. Cria a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa com o fim de conceder licenciaturas nos domínios da Arquitectura e do Planeamento Urbanístico bem como de realizar e estimular investigação nas mesmas áreas.

Diário da República n.º 34, II Série, de 10 de Fevereiro de 1982. Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Indica o Decreto-Lei e Despacho que elegem Augusto Pereira Brandão Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

Despacho n.º 45/ME/83 de 21 de Março. Ministério da Educação. Nomeação da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (segunda composição).

Despacho de 18 de Abril de 1983. Reitoria da Universidade Técnica de Lisboa. Delegação do despacho dos assuntos correntes da Faculdade de Arquitectura em Augusto Pereira Brandão por Eduardo Romano de Arantes e Oliveira.

Portaria n.º 448/84 de 9 de Julho. Aprova o plano e regime de estudos do curso de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (extinção da 1ª Secção).

Portaria n.º 503/84 de 25 de Julho. Aprova os planos e regime de estudos do curso de Arquitectura ministrados pela 1.ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa desde 1976.

Decreto-lei 321/86, de 25 de Setembro. Autoriza os diplomados em Arquitectura pelas Escolas de Belas-Artes a apresentarem-se às provas para obtenção do grau académico de mestre e de doutor em condições de igualdade com os habilitados com o grau académico de licenciatura.



Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Escola de Lisboa.
Arquitectura e Cultura entre 1970 e 1986

Leonor Matos Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de

Doutor em Arquitectura

Volume II – Anexos e Apêndices

Orientadora:

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Coorientador:

Doutor José Manuel da Cruz Fernandes, Professor Catedrático do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Fevereiro, 2019

Escola de Tecnologias e Arquitectura
Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Escola de Lisboa.
Arquitectura e Cultura entre 1970 e 1986

Leonor Matos Silva

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de
Doutor em Arquitectura

Volume II – Anexos e Apêndices

Júri:

Doutor José Luís Possolo de Saldanha, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Doutor Gonçalo Esteves de Oliveira Canto Moniz, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Bruno Ricardo Abrantes Gil, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Doutor Pedro da Luz Pinto, Professor Auxiliar do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL

Doutora Ana Cristina Fernandes Vaz Milheiro, Professora Auxiliar do Departamento de História e Teoria da Arquitectura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa

Fevereiro, 2019

Índice de Anexos e Apêndices

Índice de Anexos e Apêndices
487

Índice de Anexos Capítulo 1
489

Anexos Capítulo 1
491

Índice de Anexos Capítulo 2
543

Anexos Capítulo 2
547

Índice de Anexos Capítulo 3
603

Anexos Capítulo 3
605

Índice de Anexos Capítulo 4.1
655

Anexos Capítulo 4.1
659

Índice de Anexos Capítulo 4.2
713

Anexos Capítulo 4.2
717

Índice de Anexos Capítulo 4.3
757

Anexos Capítulo 4.3
761

Índice de Anexos Capítulo 5
809

Anexos Capítulo 5
813

Índice de Apêndices
869

Apêndices
871

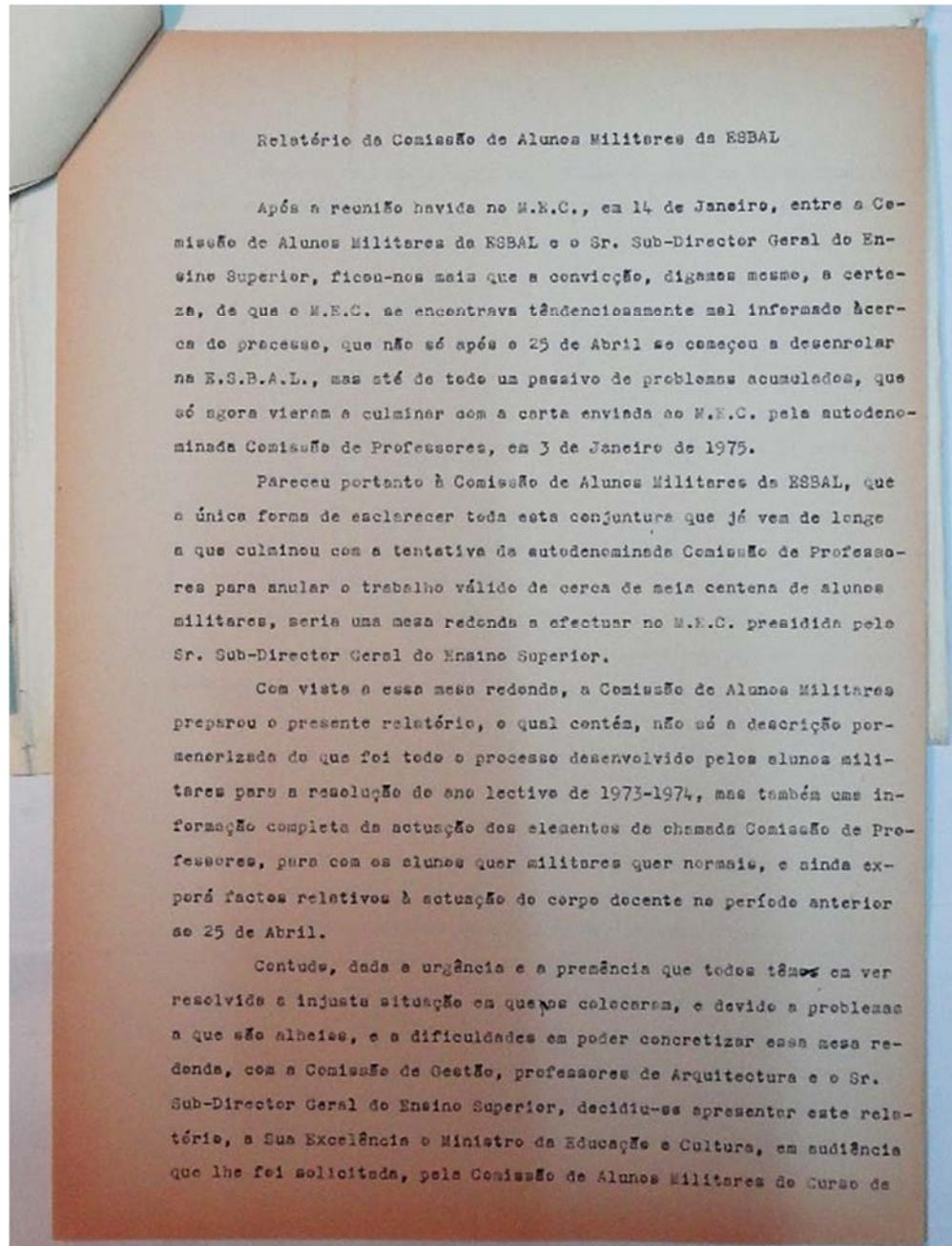
Índice de Anexos Capítulo 1

Anexo I	Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL. Janeiro de 1975. [Fundo FAUL]
Anexo II	<i>O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura.</i> n.º 2. Abril de 1972. [Arquivo NMS]
Anexo III	Relatório estudantil intitulado “Acontecimentos”. (s.d.). [Arquivo FT]
Anexo IV	Sebenta escolar com rascunho do discurso a proferir no “Enterro da Escola”. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]
Anexo V	Relatório estudantil com “esclarecimentos sobre acontecimentos havidos (...)”. (s.d.). [Arquivo FT]
Anexo VI	<i>O Tê e o Porquê, Jornal dos estudantes de arquitectura.</i> n.º1. Janeiro 1972. [Arquivo Centro 25 de Abril]
Anexo VII	Comunicado aos alunos do primeiro ano. (s.d.) ca 1973. [Arquivo RC]
Anexo VIII	Esboço de memória de Manuel Graça Dias (2013). Trabalho individual. 2º ano. 1971/72. [Arquivo LMS]
Anexo IX	A respeito da contratação de Manuel Vicente. O Director da ESBAL a 16 de Abril de 1970. [Fundo FAUL]
Anexo X	Trabalho escolar. Fotografia de Maquete. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]
Anexo XI	<i>Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura.</i> Edição do <i>Boletim 1974.</i> Julho de 1974. [Arquivo ESBAL]
Anexo XII	Gráfico constante do <i>Boletim 1974</i> com a legenda: “Alunos Matriculados no Curso de Arquitectura na Escola de Lisboa nos Anos Lectivos de 1953-54 a 1973-74”. Julho de 1974. [Arquivo ESBAL]
Anexo XIII	Bibliografia sugerida por Tomás Taveira. (s.d.). [Arquivo FT]
Anexo XIV	Relatório estudantil intitulado “Historiação do Processo do Curso de Arquitectura”. (s.d.). [Arquivo FT]
Anexo XV	Carta entregue em mão por estudantes do 4º ano a Veiga Simão. (s.d.). [Arquivo FT]

- Anexo XVI** Programa escolar de Formosinho Sanchez. Fevereiro de 1970. [Arquivo FT]
- Anexo XVII** Enunciado de exercício escolar. (s.n.). (s.d.). [Arquivo FT]
- Anexo XVIII** Enunciado de exercício escolar. 4º ano. (s.n.). 1972. [Arquivo NMS]
- Anexo XIX** Trabalho escolar de “Materiais”. 3º ano. Isabel Sousa Rosa, M.^a Emília Vaz Patto, M.^a Graça Casola. 1973. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Sebenta de “Geometria Descritiva” [1]. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]
- Anexo XXI** Sebenta de “Geometria Descritiva” [2]. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]
- Anexo XXII** Sebenta de “Higiene e Equipamento” (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]
- Anexo XXIII** Trabalho escolar de “História da Arte”. 1º ano. Rita Cabral. 1971/72. [Arquivo RC]
- Anexo XXIV** Trabalho escolar de “História da Arte em Portugal I”. 3º ano. Rita Cabral. 1973/74. [Arquivo RC]
- Anexo XXV** Sebenta escolar de “História da Arte”. 3º ano. (s.n.). 1973/74. [Arquivo RC]
- Anexo XXVI** Trabalho escolar de “Arquitectura Analítica”. Exame final. 1º ano. Estudos de Antropometria. Enunciado. (s.n.). 1968/69. [Arquivo NMS]
- Anexo XXVII** Trabalho escolar de “Arquitectura Analítica”. Exame final. 1º ano. Estudos de Antropometria. (s.n.). 1968/69. [Arquivo NMS]
- Anexo XXVIII** Trabalho escolar de “Composição de Arquitectura I”. “Mapa de Acabamentos Geral”. (s.n.). Junho de 1971. [Arquivo NMS]
- Anexo XXIX** Trabalho escolar de “Composição”. 4º ano. José Manuel Fernandes. 1973/74. [Arquivo JMF]
- Anexo XXX** Trabalho escolar de “Composição” e de “Organização de projectos e estaleiros”. 5º ano. José Tavares. 1973. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXI** Declaração de repúdio de Fernando Lorenzini Borges Campos. 22 de Outubro de 1969. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXII** Informação sobre rescisão de Manuel Vicente da docência na ESBAL. Presidência do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura. 2 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXIII** “Colóquio sobre Planeamento Urbano”. Relatório preparatório. (s.n.). 7 de Março de 1973. [Arquivo Centro 25 de Abril]

Anexo I

Relatório Elaborado pela Comissão de Alunos Militares de Arquitectura da ESBAL.
Janeiro de 1975. [Fundo FAUL]



Arquitectura da ESBAL.

Pretende-se assim que o MEC, fique na posse de elementos pelos quais possa ajuizar da pureza de intenções de uns e da falta de cumprimento de deveres e obrigações de outros. E não só, pois que essa falta de cumprimento de deveres por parte de alguns já é antiga e que esses mesmos indivíduos pretendem actualmente saldar todo um vergonhoso passivo, pela solução de abandono dos casos que deixam pendentes, procurando na criação de uma nova Faculdade de Arquitectura, desembaraçarem-se de todo esse seu passivo, atirando-o para cima da ESBAL e dos alunos de arquitectura que nela frequentam o seu curso, como se tudo se resolvêsse mudando-lhe o nome e não com uma imprescindível depuração dos elementos não idóneos. Pretendemos portanto analisar a crise actual, não na superfície exterior, mas nas suas verdadeiras causas profundas.

Assim, o actual corpo docente regiu até 25 de Abril, um curso de Arquitectura, que somos unânimes em declarar, de baixíssimo nível e falho de todo e qualquer interesse formativo e pedagógico, que acabava por não dar ao aluno, um mínimo de condições, para exercer a profissão de arquitecto. Desde muito cedo que os alunos de arquitectura se capacitavam que a única forma que tinham para se prepararem profissionalmente, era desempenharem as funções de desenhadores quer em "ateliers" particulares, quer em organismos do Estado. E não podemos de forma alguma admitir que esse corpo docente responsabilize o governo e as estruturas anteriores ao 25 de Abril, pela sua própria condenável actuação na ESBAL. De facto ao longo de vários anos e até ao 25 de Abril, verificava-se que em várias cadeiras do curso, algumas delas fundamentais, os professores não chegavam a dar metade do número de aulas normais desse ano lectivo, isto sem contar com algumas cadeiras em que o docente se limitava a aparecer por uns minutos a meio da aula (geralmente aulas práticas) para ver mais ou menos, como os trabalhos iam decorrendo. Professores houve, que nas suas cadeiras se limitaram

Anexo II

O Tê e o Porquê, *Jornal dos estudantes de arquitectura*. n.º 2. Abril de 1972. [Arquivo NMS]



O TÊ E O PORQUÊ

jornal dos estudantes de arquitectura Nº 2 ABRIL 72

Uma Reforma em 3 Actos ou o que nos interessa

A REFORMA DESPACHADA

Por meados de Fevereiro de 1971, deu entrada na ESBAL, por vias normais, um despacho do Ministério da Educação Nacional, determinando "que o professor da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, arquitecto Frederico Henrique George fosse incumbido de organizar e orientar as experiências pedagógicas tendentes à reforma do curso de arquitectura".

Do facto tiveram os alunos conhecimento, dias depois (25.2.71), através de um "Comunicado aos alunos do curso de arquitectura da ESBAL", assinado pelo arqº F. George, no qual, além do mais, se "solicitava dos alunos de arquitectura a eleição de 12 representantes do corpo discente, sendo 2 de cada ano do curso" a fim de serem integrados no "Conselho Pedagógico", órgão "constituído pelos docentes do curso de arqª e representantes dos alunos" cuja criação o arqº F. George "julgou indispensável para dar início aos trabalhos referidos por S. Exª".

Apesar da deficiente divulgação dada ao "Comunicado" (houve professores na posse de exemplares do "Comunicado" que nunca chegaram a distribuir...) alguns alunos reuniram-se para discutir a questão, em 26 e 27.2.71. Nessas reuniões foi elaborado um texto, enviado depois ao arqº F. George, em que se faziam algumas perguntas sobre o que se entendia por "Conselho Pedagógico" e, particularmente, o que se entendia por "experiência pedagógica", expressões que o "Comunicado" fora o primeiro a divulgar sem no entanto lhes esclarecer o sentido.

Esta foi a primeira tentativa que os estudantes fizeram para tornar claro aquilo que o não era. Foi também a atitude que, na altura, talvez se afigurasse mais correcta: as Reuniões de Alunos tendiam a pôr os estudantes em contacto, para que quaisquer decisões a tomar o fasssem em comum. Mas cedo se verifica a ineficiência e a pouca utilidade de Reuniões de Alunos quando não há trabalho de base que congregue os estudantes de cada ano em volta de problemas que os tocam directamente. Para além do texto enviado ao arqº F. George e apesar da pertinência das perguntas nele formuladas, as Reuniões nada mais conseguiram. De modo que as respostas dadas pelo interpelado num "Comunicado - 2" — que sistematicamente passavam ao lado do teor das perguntas feitas pelos alunos (1) — nem sequer já encontraram Reuniões de Alunos capazes de replicar cabalmente.

A REFORMA FORJADA

A oferta de participação num "conselho pedagógico" apareceu a muitos estudantes como uma oportunidade a não perder.

Não sabiam os estudantes, e poucos vieram a sabê-lo depois, que o prof. arqº F. George elaborara um Memorando com a finalidade (nessa altura já concretizada) de ser enviado ao MEN, no qual se esboçavam os aspectos principais, administrativos e pedagógicos, de como se deveria proceder à reforma do curso de arquitectura e que objectivos deveria, no entender do autor, essa reforma atingir. Como dizia o Préambulo: "Neste memorando procura estabelecer-se a estrutura de um Departamento de Arquitectura, incluído na ESBAL, pedagógica, administrativa e disciplinarmente autónomo. Considera-se este Departamento como uma solução de transição entre a situação actual e a Faculdade de Arquitectura que entrará em funcionamento no ano lectivo de 1971-72 mas procurou-se desde já incutir-lhe o cunho que se espera venha a prevalecer na futura Faculdade".

No essencial, a tentativa de reforma na ESBAL consistia, prioritariamente, na separação do curso de Arquitectura dos outros dois que actualmente fazem parte da Escola — Pintura e Escultura. A constituição de uma Faculdade de Arquitectura, para além das vantagens de ordem pedagógica apontadas pelos reformadores da arqª (e que, do ponto de vista dos estudantes, são pelo menos discutíveis) apresentava uma outra vantagem de ordem tática: tornar o obstáculo que o rotineiro Conselho Escolar (formado pelos professores de Pintura, Escultura e Arquitectura) constituía para as veleidades reformadoras.

Os únicos alunos a terem acesso ao Memorando foram os "representantes" eleitos para serem integrados no Conselho Pedagógico". E aqui que convergem os enredos.

O chamado Conselho Pedagógico das poucas vezes que reuniu foi para centrar a atenção dos "representantes dos alunos" e seus outros componentes na discussão do Memorando, ou seja, não tratou de ensaiar sequer "experiências pedagógicas" na Escola, como se podia supor pela leitura do Comunicado que as anunciou. As discussões, após as primeiras discrepâncias e respectivos ajustamentos, centraram-se no ponto-4 ("Organica") da parte II do citado Memorando. Incluía este ponto a definição de atribuições do Director da futura Faculdade de Arquitectura; constituição, funcionamento, atribuições do Con-

Anexo II

O Tê e o Porquê, *Jornal dos estudantes de arquitectura*. n.º 2. Abril de 1972. p.4. [Arquivo NMS]

→ OS LIMITES DO MOVIMENTO ASSOCIATIVO

A) Limites de ordem interna:
Resultam do que foi a prática anterior ao movimento, que condiciona a compreensão maior ou menor que os estudantes têm dos seus problemas, que determina por sua vez o grau de politização com que esses problemas devem ser abordados. Portanto este limite vai evoluindo de acordo com a perspectiva com que os estudantes encaram os seus problemas, isto é, conforme os interesses colectivos dos estudantes vão evoluindo.

B) Limites de ordem externa:
Estes limites são-nos impostos pela necessidade de defesa das estruturas sindicais face à repressão sistemática de que são alvo todas as acções tendentes à mais correcta resolução dos problemas dos estudantes.
Ora a necessidade de defesa das estruturas sindicais está in-

timamente ligada a uma outra questão não menos importante, a questão da legalidade. Assim, a legalidade por que se regem as Associações de Estudantes não é a legalidade das leis que oficialmente regem a actividade sindical, mas a legalidade que resulta da relação de forças em presença, neste caso particular as Associações de Estudantes e o Governo, e portanto da situação do momento.

Assim, num dado momento, conforme podem ou não vir a servir determinados objectivos que interessam ao Governo (veja-se o caso das cooperativas), actividades instituídas por lei são permitidas, e actividades não instituídas por lei são permitidas (veja-se a "liberalização" estudantil operada durante 1969 pelo Ministro Veiga Simão com vista a uma mais eficiente aplicação da reforma).

A estratégia de defesa das Associações de Estudantes deve portanto basear-se na análise objectiva e completa das forças em presença e da situação do momento, assim como na forma para que esta parece tender.

REFORMA...

CONT. PAG. 2

servação-reforma traduz as atribuições por que passamos uma instituição forçada a adaptar-se a novas exigências mas que não pode deixar de ser o que é.

Interessa-nos saber, para continuar a responder à pergunta feita, que a luta estudantil tende a superar aquele dilema e a defrontar-se com a própria natureza e com os mentores do saber que todos os graus de ensino tratam de difundir. A questão fundamental é, portanto, -- para além da qualidade pedagógica do que se ensina -- o que se ensina e para que se ensina. A luta de carácter pedagógico, isto é, para a transformação e aperfeiçoamento dos métodos e matérias de ensino e para um crescente controlo destas pelos estudantes; contra o autoritarismo, a arbitrariedade e a sapiência catedrática -- é, portanto, um meio, que em cada momento se apresenta de modo diferente, para a compreensão mais lata e mais correcta das questões que quotidianamente os estudantes defrontam. É um meio de atingir as razões profundas dos problemas que tocam os estudantes, precisamente porque esses problemas se lhes apresentam sob a forma particular de questões estudantis, pedagógicas ou outras, constituindo assim um dado objectivo que os une, uma matéria que fundamenta as suas lutas. Essa matéria, essas questões estudantis, têm um carácter particular: são profundamente concretas e palpáveis na medida em que, de facto, constituem a cintura de problemas que directamente atinge os estudantes; todavia, apresentam-se abstractas e inexplicáveis a um entendimento que se circunscreva aos estreitos limites de raciocínio que o próprio ensino tem por missão ins-taurar.

E em conjunto e tomando como ponto de partida os problemas que os afectam colectivamente, que os estudantes progredem nas suas lutas. Foi o esquecimento destes factos que em parte esteve na base dos procedimentos desconexos dos estudantes de arquitectura face às iniciativas reformadoras. O desconhecimento do que se passava nos diversos cursos, devido à inexistência do mínimo contacto entre eles para além da ocasional conversa pessoal, retirou aos estudantes parte importante da experiência que, em comum, teriam ganho. Bastaria nessa altura uma informação contínua sobre o que se

passava em cada um dos cursos, para que as coisas tivessem corrido de modo bem diverso -- evitando muitas "apostas" e poupando muitos estudantes a "situações pouco invejáveis".

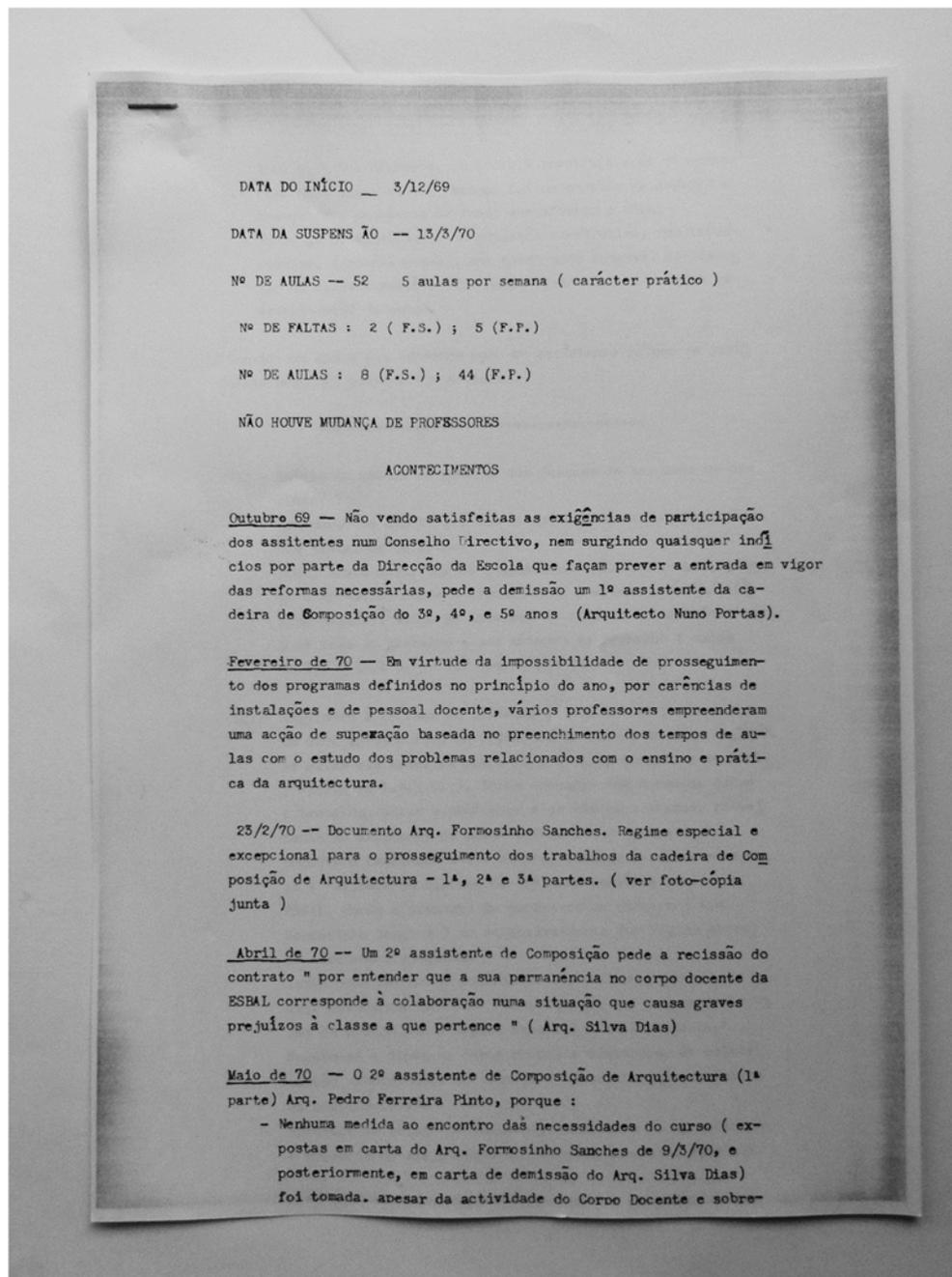


(1) Repare-se apenas neste exemplo: à pergunta dos alunos "o que se entende por Conselho Pedagógico?", respondeu o "Comunicado-2": "o C.P. (assim chamado no Comunicado Inicial, mas que poderá vir a ter outra designação) será o órgão que a reunião do corpo docente e de 12 membros do corpo discente do curso de arquitectura entender que deva ser proposto ao senhor Ministro da Educação Nacional".

Esta resposta, de facto não respondia a nada. Em primeiro lugar, os alunos não nada preocupados com o nome do órgão mas sim com os objectivos da sua criação, pelo que a primeira parte da resposta nada adiantava. Em segundo lugar, dizer que o "órgão" seria o que a reunião do corpo docente mais "12 representantes" quizesse que fosse, é uma incongruência pois a eleição dos "12 membros do corpo discente" tinha sido solicitada no primeiro Comunicado para serem "integrados no Conselho Pedagógico", órgão que o encarregado da reforma tinha "achado indispensável criar".

Anexo III

Relatório estudantil intitulado "Acontecimentos". (s.d.). [Arquivo FT]



- tudo do Corpo Docente, em ordem à reestruturação do curso.
- Pelo contrário, toda a acção foi no sentido de desviar a atenção dos problemas de fundo que afectam a ESEAL
 - Todas as possibilidades de actuação construtiva, num futuro próximo, foram cerceadas, não tendo sido possível corresponder ao esforço desenvolvido pelos estudantes em ordem à reestruturação do curso.

Considerou que a sua presença como 2º assistente já não se justificava pelo que pediu a sua demissão.

3/12 - Início do estudo de análise das funções de uma zona de habitação.

Prolongou-se até 18/12, dia em que se iniciou a discussão dos trabalhos de grupo.

NOTA: nesta data, vários grupos ainda não tinham apresentado o trabalho, donde a discussão se prolongar até 21/1 (última sessão), tendo-se intercalado algumas aulas referentes à 2ª fase do trabalho e aos métodos de trabalho (aulas de 5/1 a 16/1). -- Ver foto-cópia junta.

22/1- Inicia-se a 2ª fase do trabalho (Tema 1 - 2ª parte) tendo sido apresentados os primeiros trabalhos na data de 12/2. As aulas que medearam entre 22/1 e 24/2, excepto a de 26/1 (visita ao L.N.E.C.), foram ocupadas com conversa sobre o trabalho, entre o professor e os diversos alunos, respeitante ao andamento do mesmo (Tema 1 - 2ª parte). Durante a execução deste último, começou a pôr-se em causa a validade do sistema de trabalho possível dentro da ESEAL, donde a proposta do professor da cadeira (Arq. Formosinho Sanches) do estabelecimento dum regime especial adequado à situação.

Assim pode ler-se no sumário de 25/2/70 assinado pelo Arq. Formosinho Sanches: "Constituição dos grupos de trabalho de acordo com o regime especial afixado na aula." Seguiu-se a discussão desta proposta assim como de outras também subordinadas ao tema da " Reestruturação do Ensino da Arquitectura".

Aprovado um método de trabalho, conclui-se da necessidade e urgência do alargamento do processo às outras cadeiras.

Anexo IV

Sebenta escolar com rascunho do discurso a proferir no "Enterro da Escola". (s.n.). (s.d.).
[Arquivo NMS]

Anuncio - vos o funeral da Escola
A commoção vai realizar-se. Mas
Cuidado, ~~o~~ o morto já está
pobre de tanto esperar ~~o~~
sempre o funeral. A escola
de Belas Artes, he muito isto
morta, he muito tempo que
os alunos passam por este
aula por este corredor, por
esta sala ~~sempre~~
arrastando o cadáver, aos ombros
por vezes ainda tentam que
o cadáver resuscite, mas,
amigos isso he interesnal
tempo de enterrar a escola
e fazer viver, e dar a luz
na vida. A outra não
sejam temos de a matar
ela p' este morto - temos
apena de lhe conferir a
certidão de óbito.

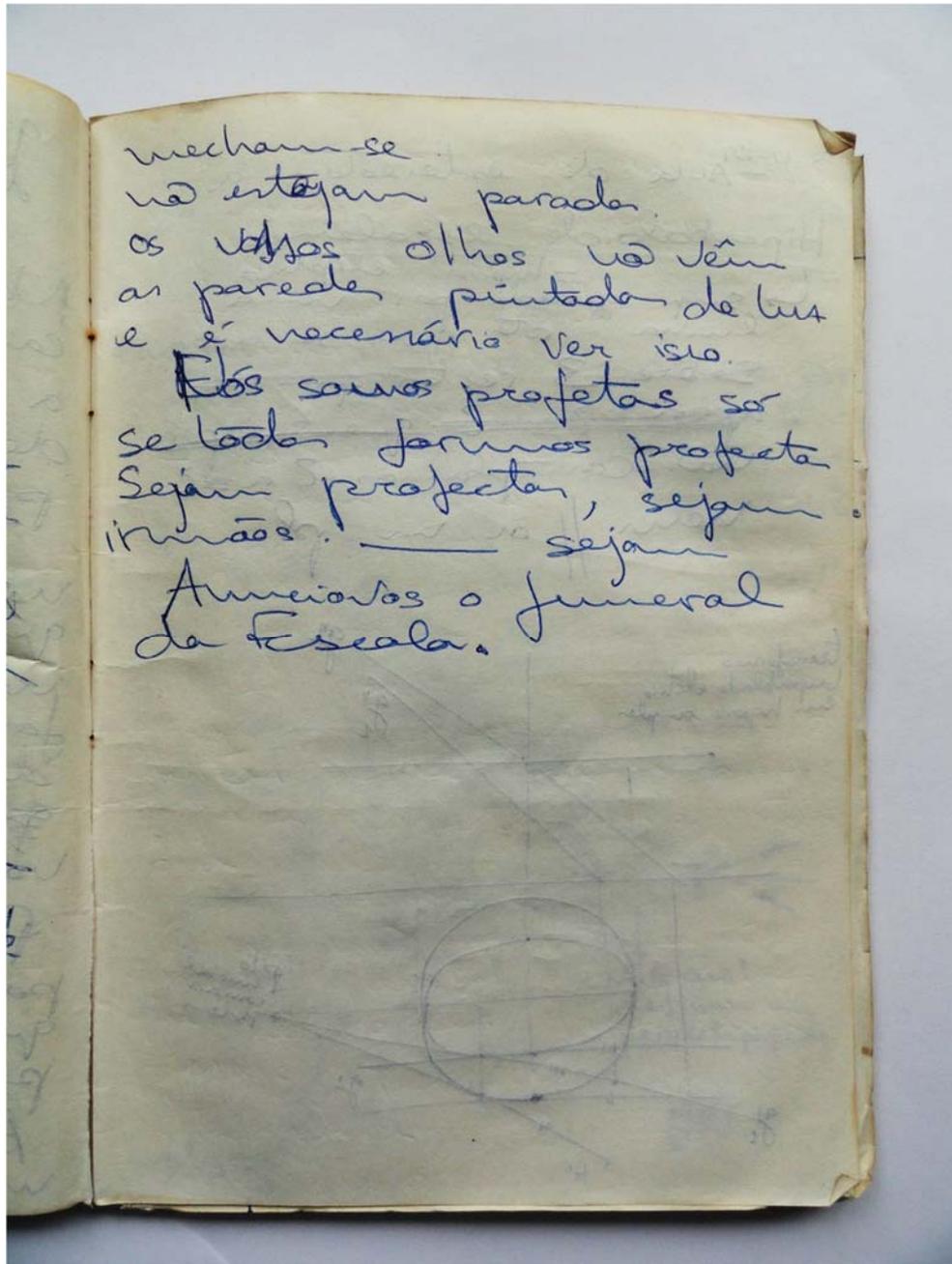
Anuncio - vos o nascimento
daquilo que nos irá vir
daquilo que nos fará viver

Junto, da mão dada
na procura de caminhos
e durante a caminhada
Eu sou profeta e profeta
A nova dezança se
vassara se toda, nos vassos
nos também outros
Nascemos para poder obter
nos quem somos, nascem
nos para vermos ~~que~~
~~se~~ as coisas grandes e
pequenas, que poderemos
fazer.

Eu sou profeta e profeta
- O velho este morto
" " " " " " a um
tempo
- Vamos passar a certidão
de óbito
- Uma volta Escala
Vai nascer.
e terá tanta força

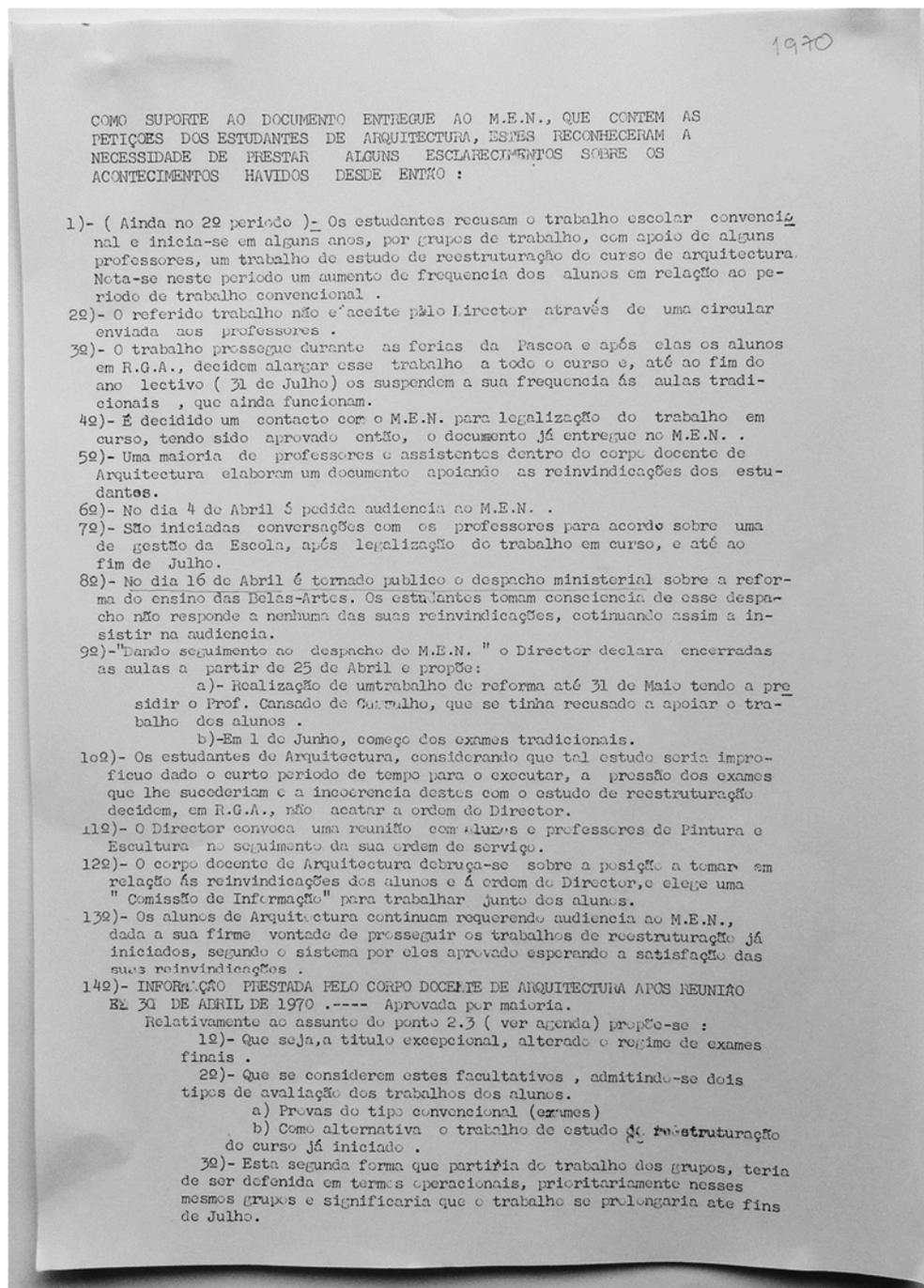
que nada vos impedirá
de vivermos. Viveremos!
Nada vos impedirá de
caminhar, de sequear vos
a escuridão dos caminhos,
de o fazer e de caminhar
por cima dele.
Teremos tanta força que
no he nenhumos nem parados
que possam superar a
nossa caminhada. Tanta
força que não e preciso
della esta escala abaixo
para construirmos outra
volta.
E porque?
Porque não se são muros
parede aulos e cadeiras
que vão nascer mas sim
pessoas. Pessoas vão usar
Até agora ~~o~~ tem sido
morte de ossos e carne, morte

viva que tem vegetado
e este edificio novo
ho tem sido que um
Caixão.
Agora — vá nascer
pessoas — e o edificio
vai servir de berço
Eu sou profeta e caminha
- vos toda a acceitação
que e possível — e
possível viver — e possível
que cada um de nos viva
— basta que acordemos
e que nascamos —
e isto acontecerá apenas
porque e esta a nossa
virtude... apenas por isto
Eu sou profeta e caminha
- vos a acceitação —
a acceitação
a acceitação nenhuma
coisa — qualquer que seja
desde que acceitem e
o suficiente —



Anexo V

Relatório estudantil com "esclarecimentos sobre acontecimentos havidos (...)". (s.d.).
[Arquivo FT]



Anexo VI

O Tê e o Porquê, *Jornal dos estudantes de arquitectura*. n.º1. Janeiro 1972. [Arquivo Centro 25 de Abril]

0170 14051 522

Nº 3598

SMº 8517

ANA MARIA CARRICO

1.2.72

REG-06/2013

o Tê e o PORQUÊ

jan - 72 **jornal dos estudantes de arquitectura nº1**

EDITORIAL-EDITORIAL-EDITORIAL

ESTE JORNAL NAO E POR ENQUANTO MAIS DO QUE UM ORGAO DOS ESTUDANTES DE ARQUITECTURA; ISSO NAO SIGNIFICA POREM QUE NAO POSSA VIR A PERTENCER A TODOS OS ESTUDANTES DA E. S. B. A. L. . A PARTIR DO MOMENTO EM QUE OS OUTROS CURSOS SE MANIFESTEM DISPOSTOS A FAZER CONNOSCO UM JORNAL DE TODA A ESCOLA.

1 A NOSSA ESCOLA

Já vai longe (e alguns gostavam que fosse muito mais longe) o ano lectivo de 70/71, de tão triste memória, que decorreu sob a égide das chamadas experiências pedagógicas (1). Consta nos locais do costume que vamos voltar à "normalidade". Por esta ou por aquela razão, as experiências pedagógicas não deram os resultados pretendidos, e os que apostaram na Reforma vêm-se por momentos em situação pouco invejável.

No mês de outubro tiveram lugar os exames de "repscagem" para os sinistrados, vítimas da experiência pedagógica, especialmente os do 4º ano de Arquitectura, os mais afectados pela catástrofe. Este curso que já tem, aliás, pergaminhos nestas coisas de exames (lembra-se que se recusaram a fazê-los na época de julho de 69/70), foi obrigado a já famosa maratona de 31 de julho, onde cerca de 50 alunos fizeram exames a 6 cadeiras, cada um, no tempo record de 21 horas até às 6 horas da manhã do dia seguinte.

Ora apesar de ter sido esta a melhor média conseguida em exames, neste país, e dado o avultado numero de chumbos, choveram no MEN em enorme quantidade os requerimentos e abaixo-assinados de protesto, os quais não foram em vão, pois por fim acabaram por ser autorizados os tais exames de "repscagem", para outubro e janeiro.

Entretanto começaram as aulas, e tudo ou quase tudo se prepara para dar uma nova face ao ensino nesta escola ministrado. O odor da eficiência também se começa a fazer sentir por estes corredores sombrios; as obras no sector de arquitectura estão quase concluidas, as aulas foram todas numeradas, os horários saíram pela primeira vez a tempo, e para quem entra de novo na Escola, há sempre um perfilado porteiro que espera por si. Abriu há poucos dias um bar á espera de um subsídio prometido pelo Senhor Director para que os bitoques fiquem mais baratos, e até mesmo a própria leitaria quis colaborar nestas campanhas de boa vontade (2), remodelando completamente o seu interior. Não se dá mesmo de perguntar — mas afinal o que mais quer a rapaziada?

Porém, as remodelações não são só no edificio, como á pri-

meira vista poderia parecer; assim, e já que as experiências pedagógicas não foram avante, os que pensam que estas coisas de Arquitectura sempre se ensinaram da mesma maneira, e não vêm nenhuma razão para que assim não seja, procuram fazer render ao máximo o ensino tradicional. Ao lado dos velhos mestres surgem novos e eficientísimos professores, pretendendo instaurar um duro regime de trabalho de 37 horas diárias, sem domingos nem feriados, como atitude de saneamento dos maus hábitos noutros tempos adquiridos pelos alunos, e para acabar com a triste situação daqueles que se vêm obrigados a prestar os seus humildes serviços num atelier, para amealhar uns co-bres e, já agora, aprender umas coisitas.

2 MUDAM-SE OS TEMPOS MUDAM-SE AS VONTADES

E pois neste porto dourado que desembarca o jovem aluno recém-chegado do liceu. Mal pôs um pézinho em terra logo lhe atraíram com esta nova Escola, onde tudo parece correr de mil maravilhas, onde se ensina e estuda calmamente, longe do bulício da vida, uma Escola que se pretende diferente da outra, a que existiu até ao ano passado, a das brancas, a da balda, etc

E decididamente uma nova página da história do ensino da Arquitectura...

Vai finalmente ver a luz do dia o Novo Arquitecto, não o artista, mas o técnico competente e descomprometido, o profissional consciente de que as grandes empresas ligadas á construção e ao turismo necessitam. Aliás, tanto estas como os grandes ateliers, começam já a sentir a falta de profissionais tecnicamente bem apetrechados, que possam responder ao desenvolvimento do País, e também delas mesmas, pois então.

Ultimamente toda uma série de problemas têm sido ventilados, são criados diversos departamentos de planeamento urbano, as Câmaras Municipais debruçam-se sobre questões nunca antes navegadas. Vai ser cada vez mais difícil, ou já impossível em certos casos (Lisboa e Porto), ás Entidades Governamentais resolver os problemas criados pelo crescimento desenfreado das cidades, ora no que toca a vias de circulação, ora em relação ao sector habitacional. E af chamam-se os tais "técnicos conscientes e descomprometidos", os "profissionais competentes" de que o País tanto precisa para o progresso, e portanto quem vai fornecer os rapazes é a ESBAL, á falta da outra, a do Porto (fechada para balanço — se calhar vai ser uma agência bancária).

Mas para isso é preciso modificar certas coisas, não é 3, e se alguns acham que sim, há outros que discordam: as modificações podem sempre ser perigosas, provocam a agitação dos espíritos, e podem até ter consequências imprevistas, quem sabe? E se isto não é mais que algumas considerações engraçadas sobre o que vai na nossa Escola, pode servir de base para

continua na pág. 2



OS BAIROS DE LATA (CONT)

"Nós bem os avisámos com certa antecedência, mas eles teimosamente foram ficando até termos de chegar a este extremo. Mas repare que alguns deles já conseguiram arranjar alojamento noutros locais... Tirando dois ou três casos mais dramáticos, eles até se governam bem.

Problema de fundo, é o que isto é."

("Comércio do Funchal", 5/XII/71)

"Dormem ao relento há três noites mais de quinhentas pessoas desalojadas na área de Loures"

("O Século", 11/VII/71)

Mas porque acontecem tais coisas?

1) Causas económicas

A necessidade de terrenos leva os capitalistas a destruir os bairros de lata existentes substituindo-os por novos prédios para especulação ou novos centros de produção. Os seus habitantes são assim empurrados para mais longe dos locais de trabalho. Simultaneamente, no interior das cidades, para fins puramente especulativos, vão-se demolindo bons edifícios para habitar constituindo isto, pela destruição de capital que representa, mais uma afronta aos que vivem em condições difíceis.

2) Causas políticas

Os bairros de lata com grande densida-

de populacional, podem, pelas condições de vida existente, constituir focos de revolta. Como tal, há necessidade por parte do sistema de fragmentá-los em pequenos aglomerados, mais facilmente domesticados.

Mas, quando a destruição física do bairro se torna difícil pela sua grande extensão, procura-se, como acontece na Musgueira, um controle ideológico dos seus habitantes. Surgem centros culturais facilmente manejáveis, igreja e posto da polícia.

A seguir: Bairros de lata
-Condições sanitárias

NOTAS

(1) O conjunto meios de trabalho + objectos de trabalho constitui os meios de pro-

dução.

(2) O movimento demográfico das cidades deve-se não só aos movimentos migratórios que para lá se orientavam, em virtude da industrialização, mas também aos descendentes destes, já naturais da cidade e que aumentavam a classe trabalhadora.

E a estes que nos referimos na alínea c.

(3) "Sobreproduto social" - a parte da produção social, que é produzida pela classe dos produtores, da qual a classe dominante se apropria, sob que forma se já, seja sob a forma de produtos naturais, de mercadorias a serem vendidas, ou ainda sob a forma de dinheiro.

("Iniciação à teoria económica marxista" - Mandel, págs. 5, 6, 7 - "Cadernos Afrontamento")

PÁGINA → 2

EDITORIAL-EDITORIAL (cont.)

uma explicação mais profunda para certas coisas como as recentes demissões do prof. Frederico George - que no ano passado tinha sido nomeado para presidir às experiências pedagógicas, com vista à REFORMA, e funcionava como director não oficial do curso de Arquitectura - e respectivos assistentes, além de outras demissões, ao que dizem eminentes.

3 DO TÊ E DO PORQUÊ

No meio disto tudo estão os alunos, numa situação que se pode considerar de certo modo particular dentro do ensino superior. Se por um lado não existir um ensino "a sério", que possa pelo menos produzir os tais "profissionais competentes", nem uma vida académica efectiva, por outro, e devido à falta de quadros médios (intermediários entre desenhadores e arquitectos) há uma relativa facilidade em conseguir emprego tanto em ateliers como nos departamentos do Estado.

Ora, como resultado destas situações, para além de uma baixa frequência às aulas, vão-se criando diferentes formações entre os que trabalham e os que apenas estudam, o que leva frequente a uma não identificação dos interesses mais imediatos além doutros aspectos que não cabe analisar aqui.

Os caracteres mais evidentes de toda a movimentação estudantil na Escola, nos dois últimos anos, são assim a falta de trabalho efectivo, de análise permanente das situações existentes, de crítica constante às matérias, ao curso e ao tipo de ensino em geral. Como resultado disto, a forma mais evidente co-

mo têm sido geradas e conduzidas essas movimentações, o espontaneísmo, como resposta de acto reflexo às situações, e o individualismo como forma de actuação.

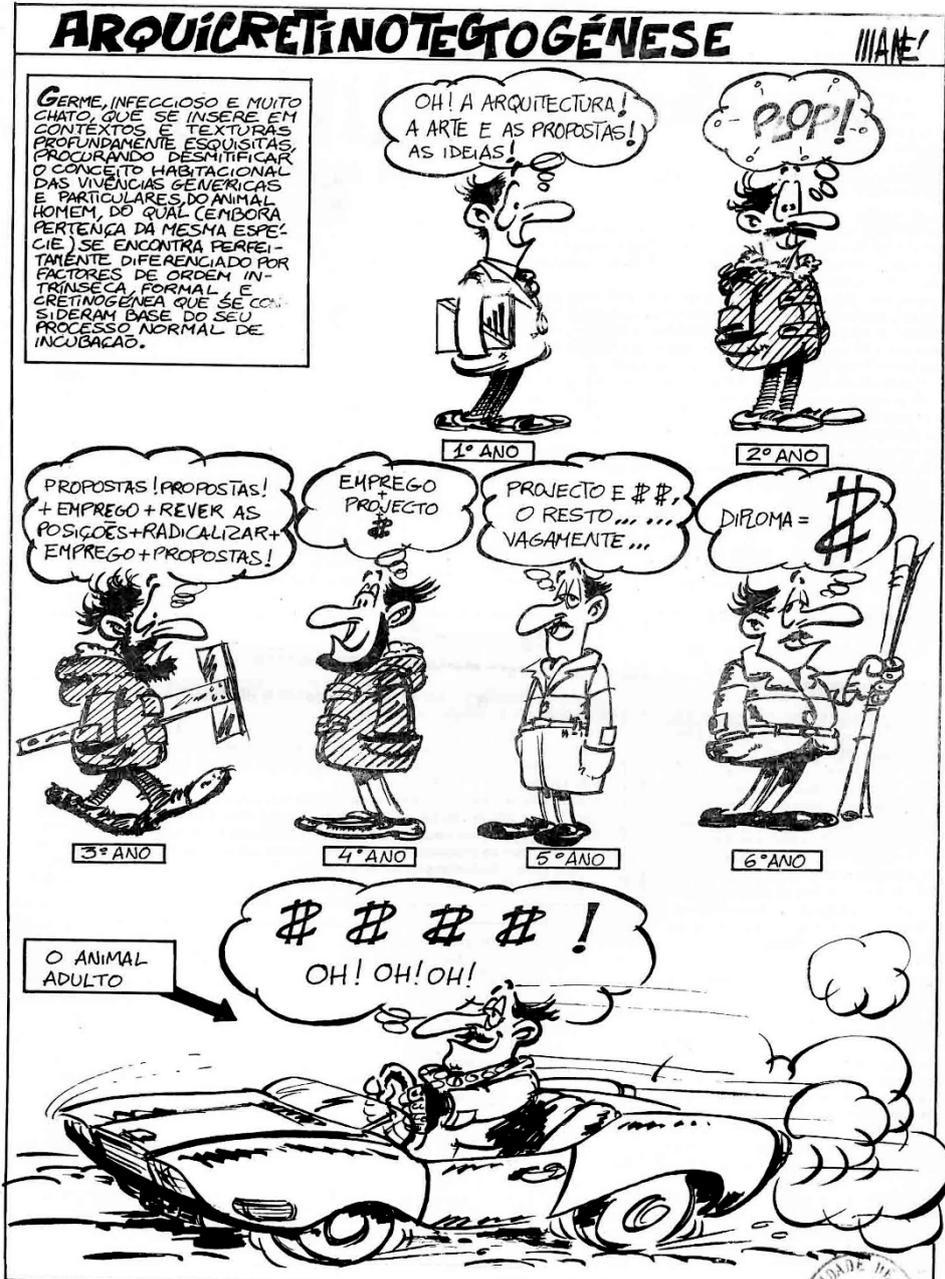
Procuraremos, assim, ao iniciar a publicação deste jornal, e porque pensamos que "escrever é tornar publico as teorias provocadas pela experiência", reflectir amplamente sobre todos os problemas relacionados com a Escola, o curso e a actividade estudantil em particular, e com a Universidade e a realidade portuguesa em geral.

Todos os assuntos que aqui possam ser abordados, serão deixados em aberto, para uma mais ampla discussão sobre eles, nas colunas do jornal e fora delas, de modo que aqui se reflita por inteiro toda a problemática que envolve os estudantes desta Escola.

NOTAS

1) Uma programação de estudos muito "progressista" que deveria "revolucionar" toda a história do ensino da arquitectura de-aquém-e-de-além mar, o que afinal não chegou a acontecer, ao que dizem os seus mentores mais representativos por motivos completamente alheios à sua vontade.

2) Solenemente inauguradas por S. Ex.º o Ministro da Educação Nacional, com a oferta de 500 contos destinados à compra de estiradores, segundo notícia saída a público em todos os jornais reconhecidos.



Anexo VII

Comunicado aos alunos do primeiro ano. (s.d.) ca 1973. Frente. [Arquivo RC]

COMUNICADO AOS ALUNOS DO 1º ANO

Tendo-se sentido de forma premente, a necessidade de contacto com os colegas que acabam de entrar na Escola, um esforço para quebrar o isolamento, optou-se pela forma de um comunicado em que se fizesse do que é e do que tem sido a ESBAL, procurando a o mesmo tempo explicar os factos, perspectivando-os em relação às atitudes que os estudantes têm assumido neste contexto.

1. Para dar a conhecer e explicar a situação concreta em que se encontra a ESBAL, torna-se indispensável falar da forma como os cursos funcionam actualmente, que não sendo basicamente diferente daquela em que funcionam outros cursos e outras faculdades, assume no entanto aspectos bastante particulares, inerentes a condicionamentos que rodeiam a prática profissional respeitante aos três cursos, a começar pela Arquitectura, de que nos ocuparemos a seguir.

Torna-se evidente a incapacidade do curso para dar resposta às necessidades qualitativas do mercado. No entanto, as tentativas para o reformar parecem agora, pelo menos provisoriamente postas de parte, e os que ainda há pouco tempo se insurgiam contra a desadaptação do curso em relação à profissão e contra o completo anacronismo do ensino aqui praticado, tanto dentro (profis.) como fora (sindicato, e profissionais individualmente), e clamavam ardentemente por uma urgente modificação das coisas para descanso das suas consciências, conformam-se hoje por inteiro com a situação, procurando dela colher os melhores frutos.

É do conhecimento geral que os estudantes de Arquitectura começam, a partir dos primeiros anos na Escola, a procurar trabalho nos ateliers, como processo de adquirir uma formação teórica mínima (quase exclusivamente prática) pois mesmo essa lhes tem sido negada na Escola. Tornam-se assim executantes facilmente manobráveis dos arquitectos-patrões que os vão moldando a pouco e pouco nas suas práticas profissionais, tão anacrónicas como o ensino que lhes deu origem, descobrindo neles os colportadores ideais a quem podem legar a sua "honestidade profissional", e que além de curiosos e interessados não se importam de ganhar mal. Há-se porém a "estranha coincidência" de uma boa parte dos arquitectos mais em voga terem por aqui passado como assistentes ou ainda por cá amarem, ou vice-versa. Ora estes, no fundo têm muito a ganhar com a actual situação, pois além de pouco tempo dedicarem à Escola, o que poderia modificar-se uma reforma, têm ali o ótimo campo de recrutamento de colaboradores escolhidos a dedo, além de se poderem servir dos trabalhos dos alunos para as suas encomendas particulares.

Já para os cursos de Pintura e Escultura as coisas se põem de um modo um pouco diferente. Estes cursos cumprem basicamente o objectivo de formar quadro docentes para o ensino secundário, e assim todo o ensino aqui ministrado está por isso condicionado. É de notar o papel de relevo desempenhado pelo Desenho de Estátua e por Modelo Vivo, na formação dos diplomados em Pintura e Escultura, como processo de imprimir a "cópia" da realidade, que será extremamente útil para dar umas luzes da "arte de bem desenhar" aos alunos do ensino secundário. Mesmo as poucas cadeiras teóricas servem apenas para apenas para soblinhar melhor o carácter imprimeado a estes cursos.

Ora são precisamente estes aspectos que vão conferir características particulares ao tipo de ensino aqui praticado.

E, ANIMAL, COMO SE CARACTERIZA ESSE ENSINO?

É evidente desde o começo, a atomização das matérias em relação à formação global do futuro profissional, que seja terem nenhuma ligação efectiva entre si, nem dentro de um ano nem entre os diversos anos do curso, contribuam de modo definitivo para que aquele adopte sempre uma visão particular em relação a cada fenómeno, perdendo de vista as suas múltiplas implicações. Isto já para não falar de toda uma série de matérias desajustadas da realidade da profissão, ou que se encontram desajustadas pela forma como são dadas (veja-se G. Descritiva, as Estéticas, a Topografia, etc.). Por todas estas matérias passa de rosto uma certa maneira de as dar, que é comum a todo o ensino universitário, a qual se caracteriza por uma mecânica de todos os anos desbobinar os mesmos conhecimentos, obrigando o aluno, sob pena de "chumbo", a recitar esses conhecimentos da mesma forma como lhe foram fornecidos.

Anexo VII

Comunicado aos alunos do primeiro ano. (s.d.) ca 1973. Verso. [Arquivo RC]

2. Ora não é apenas este ano que os estudantes da escola tomaram consciência desta situação; em quase todos os últimos anos tem havido tentativas para modificar a situação, umas mais correctas e com objectivos mais definidos que outras, mas tendo todas como constante a forma pouco organizada como foram realizadas. Ainda estão fresca na memória de todos os que já cá andavam o ano passado, o "Processo da Descritiva", cujo objectivo, que acabou por ser conseguido, era a abolição do carácter selectivo (em relação ao exame) que o respectivo professor pretendia atribuir às frequências, depois de no princípio do ano ter afirmado o contrário. Ora apesar do grande apoio manifestado por todos os alunos do 1º ano, se por um lado não houve nenhuma organização que enquadrasse os estudantes e permitisse um melhor ajustamento às situações concretas que iam surgindo, por outro concentrou-se toda a atenção num problema específico duma cadeira, perdendo-se completamente de vista que essa cadeira faz parte de um curso, e que existem problemas idênticos em outros anos, porque as causas desses problemas são fundamentalmente as mesmas. Assim, quando a única reivindicação (a abolição do carácter selectivo das frequências) foi satisfeita, já quase em cima dos exames, os estudantes dispersaram sem tentar alcançar objectivos mais amplos.

Os professores, por seu lado, também já têm procurado modificar a situação do ensino nesta escola, embora por forma quase sempre oposta à nossa, por razões evidentes. Ficaram célebres as "Experiências Pedagógicas" com vista à reforma do Curso de Arquitectura, ensinadas no ano lectivo 70/71 sob a direcção do prof. Frederico George, demitido há um ano, com declarada oposição por parte do Director e de um certo sector do Corpo Docente, e que não contando com a participação activa dos estudantes nem com o apoio incondicional do MEN redundaram no maior fracasso pondo bem a claro as contradições em que se debatiam os reformistas. Em consequência disto, a facção que se opunha à Reforma acabou por sair fortalecida, sobretudo depois da demissão daquele prof. e dos seus assistentes e encontra-se agora em forma para impor a sua 'ordem', com vista a pôr cobro à "anarquia" que reina na Escola. Mas o que é essa "anarquia"?

Ao fim de um ou dois anos de Escola, os estudantes desiludidos, desinteressados, deixam de vir às aulas e poucos são os que fazem os trabalhos escolares durante o ano, e apenas aparecem na Escola para fazerem exames, dedicando o seu tempo a trabalhar em ateliers, ou outras ocupações julgadas mais úteis.

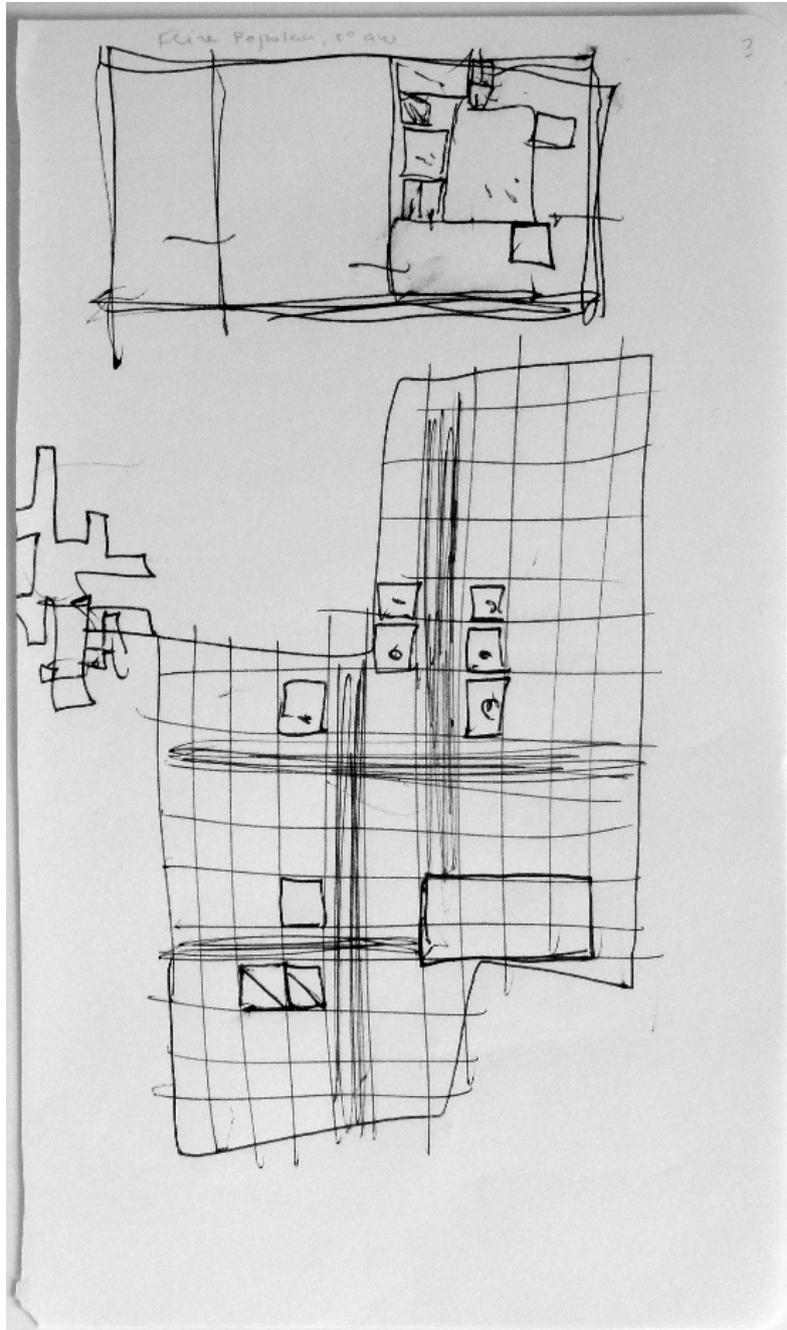
Mas os responsáveis por esta situação a abolição parece não impõe-se uma "ordem severa" que contrarie estas "más tendências", com especial cuidado na marcação de faltas no maior número de frequências ou trabalhos a contar para exames; numa palavra, manter o actual estado de coisas e esquecer o resto. Resta apenas uma pergunta: O QUE DEVO FAZER OS ESTUDANTES FACE A ESTA SITUAÇÃO ?

Toda a gente fala e sente a necessidade de uma Associação de Estudantes nesta Escola que defenda efectivamente os seus interesses, lutando por uma solução radical da situação. Mas interessará uma Associação que apenas se pode sustentar a si mesma, pois não surgiu da necessidade dos estudantes se organizarem e portanto não tem o seu verdadeiro apoio? Evidente que não. Urge pois que os estudantes se organizem para poderem encetar um trabalho colectivo de luta por uma modificação radical da situação existente na escola. É preciso que os estudantes se consciencializem do ensino que realmente querem ter. Mas para isso torna-se necessário um conhecimento real das matérias e consequente análise crítica de modo que um número cada vez maior de estudantes possa ter uma sólida consciência acerca dos seus próprios problemas e da maneira como estes se inserem em contextos mais vastos. Neste sentido têm de se organizar grupos de trabalho para elaborarem o estudo e reflexão crítica sobre as diversas matérias do curso de Arquitectura (que poderá ser estendido aos outros cursos), tendo como resultado imediato a publicação de textos de apoio, folhas, etc. Este seria o meio de, simultaneamente, suprir a falta flagrante de elementos de estudo nas diversas cadeiras, e fornecer um tipo de conhecimentos que obrigue a uma visão mais larga e mais coerente das coisas. Para um trabalho desta ordem há evidentemente dificuldades de várias ordens, como colaboradores, local para trabalhar, etc (apenas existe na Escola o Bar, e não é para trabalhar),. Faz-se também sentir a falta de informação sobre o que vai acontecendo nas outras Escolas e sobretudo dentro da própria Escola, pois além de não haver um processo organizado de informar, há sempre alguns 'senhores' que impedem os estudantes de afixar informações já que não podem proibir que elas sejam distribuídas sob a forma de comunicados.

OS ESTUDANTES TÊM POIS QUE ENCONTRAR OS INSTRUMENTOS DE LUTA PARA SATISFAÇÃO DAS SUAS NECESSIDADES MEDIATAS E IMEDIATAS.

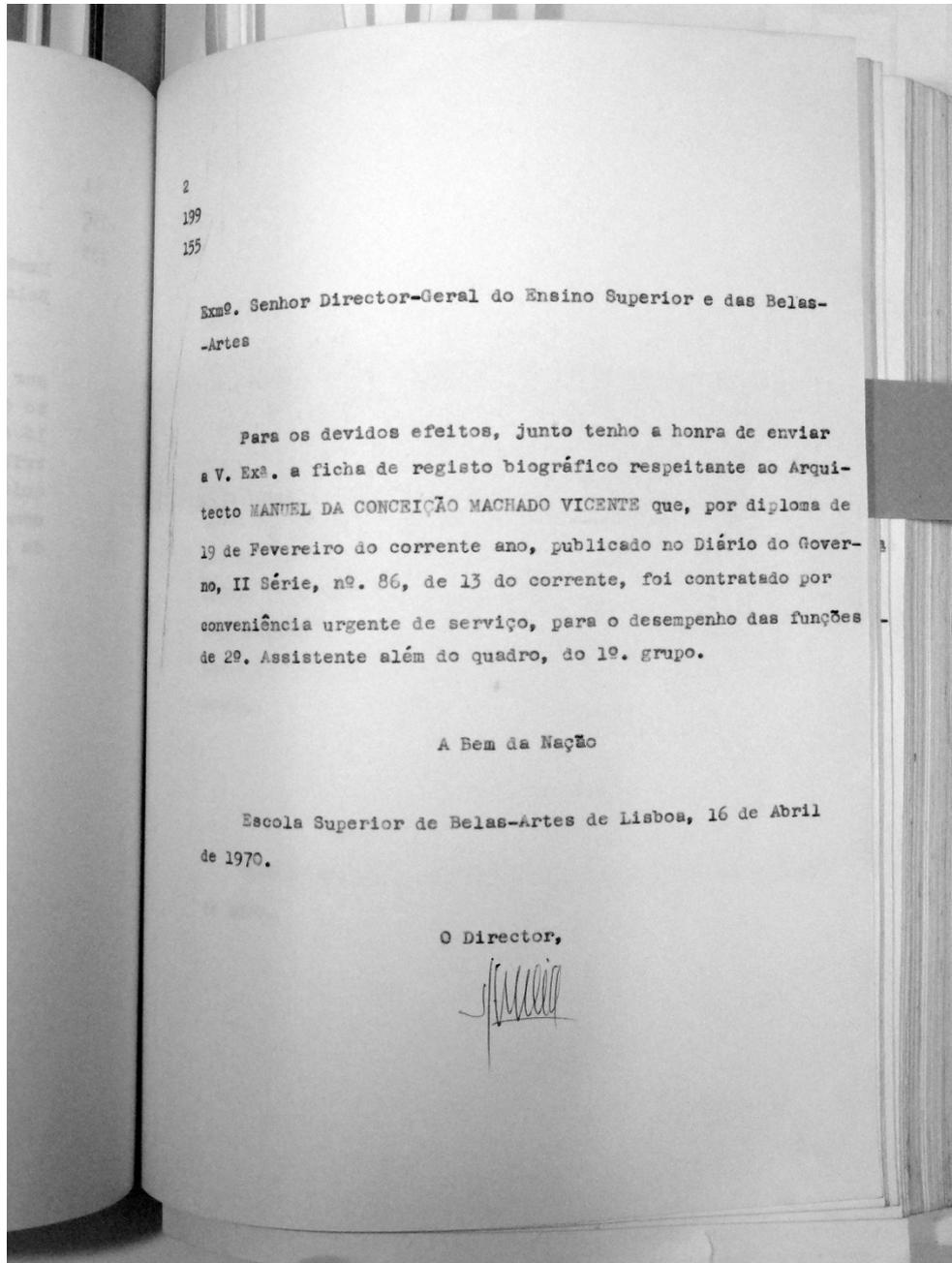
Anexo VIII

Esboço de memória de Manuel Graça Dias (2013). Trabalho individual. 2ºano. 1971/72.
[Arquivo LMS]



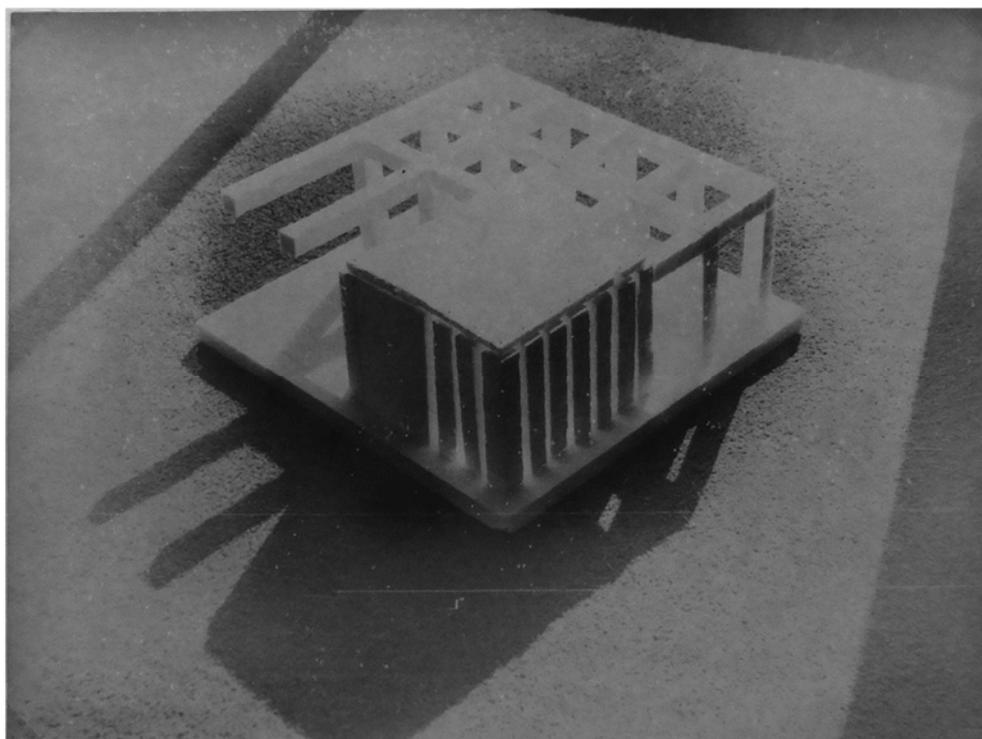
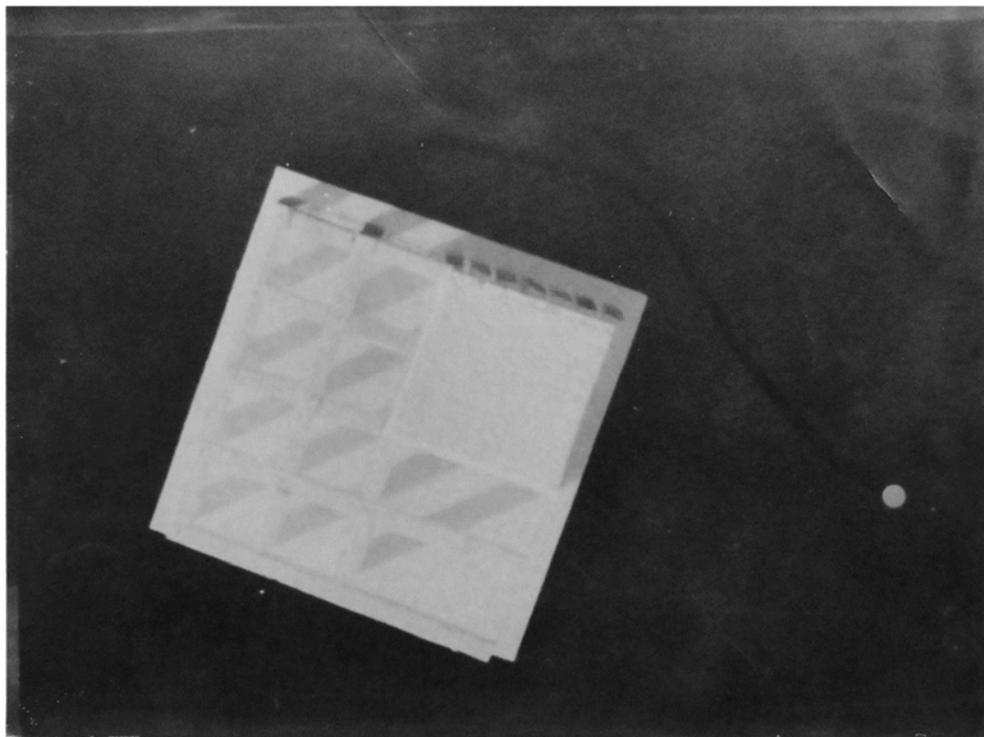
Anexo IX

A respeito da contratação de Manuel Vicente. O Director da ESBAL a 16 de Abril de 1970.
[Fundo FAUL]



Anexo X

Trabalho escolar. Fotografia de Maquete. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]



Anexo XI

Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura. Edição do *Boletim* 1974. Julho de 1974. [Arquivo ESBAL]

Estudo de um programa base para o ensino da arquitectura

Nota Prévia sobre o «Programa Base para o Ensino da Arquitectura»

O trabalho que agora se publica resultou da incumbência do então Ministério da Educação Nacional que pretendia um estudo para o ensino da Arquitectura nas novas Universidades a criar, não tendo em vista que este fosse interpretado como renovação do Ensino de Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes. É evidente pois tratar-se dum estudo cujo enquadramento era bem determinado pela situação anterior, mas que poderá ser considerado como mais uma achega ao problema do ensino da arquitectura agora tanto em questão.

Não engeitamos assim o trabalho feito que pensamos poderá ter alguma utilidade para futuros estudos a realizar.

Agosto 1974.

PROGRAMA BASE PARA UMA FACULDADE DE ARQUITECTURA

Preâmbulo

Estando prevista a criação de novas Universidades no território português incluirão estas ou algumas destas Faculdades de Arquitectura.

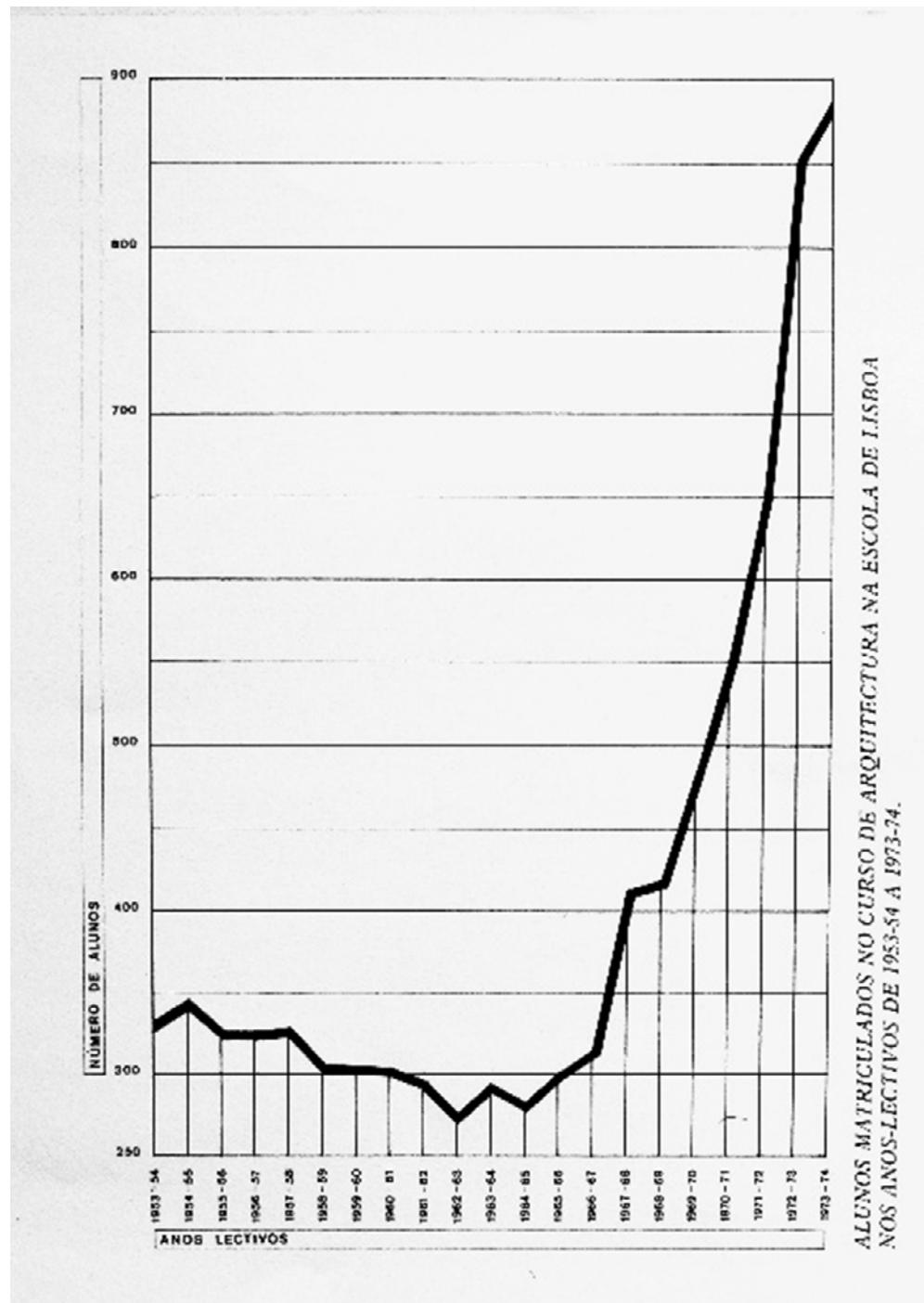
Apresenta-se neste documento o projecto de estrutura que difere substancialmente da estrutura dos cursos de Arquitectura que neste momento existem em Portugal e pensa-se que responderá mais cabalmente às exigências feitas ao arquitecto pela Sociedade moderna.

Nos últimos decénios as funções do arquitecto têm-se alargado e cabe-lhe um papel importante nos múltiplos e complexos problemas de estudo e transformação do meio ambiente nos níveis de planeamento regional e urbano, arquitectura de edifícios e desenho de objectos. Para poder desempenhá-lo é necessário que na formação dum arquitecto se estabeleça um equilíbrio adequado entre o conhecimento das técnicas, que requer uma base de ciências positivas e o conhecimento dos problemas do homem que implica o estudo de ciências humanas. Estes dois tipos de conhecimento deverão ser utilizados de maneira a se integrarem na função criadora do arquitecto que continua a ser a cúpula da sua actividade.

É preciso que o estudo das complexidades oferecidas pela tecnologia e a sociedade moderna não leve o arquitecto a perder de vista aquilo que, essencialmente, dele se exige. O

Anexo XII

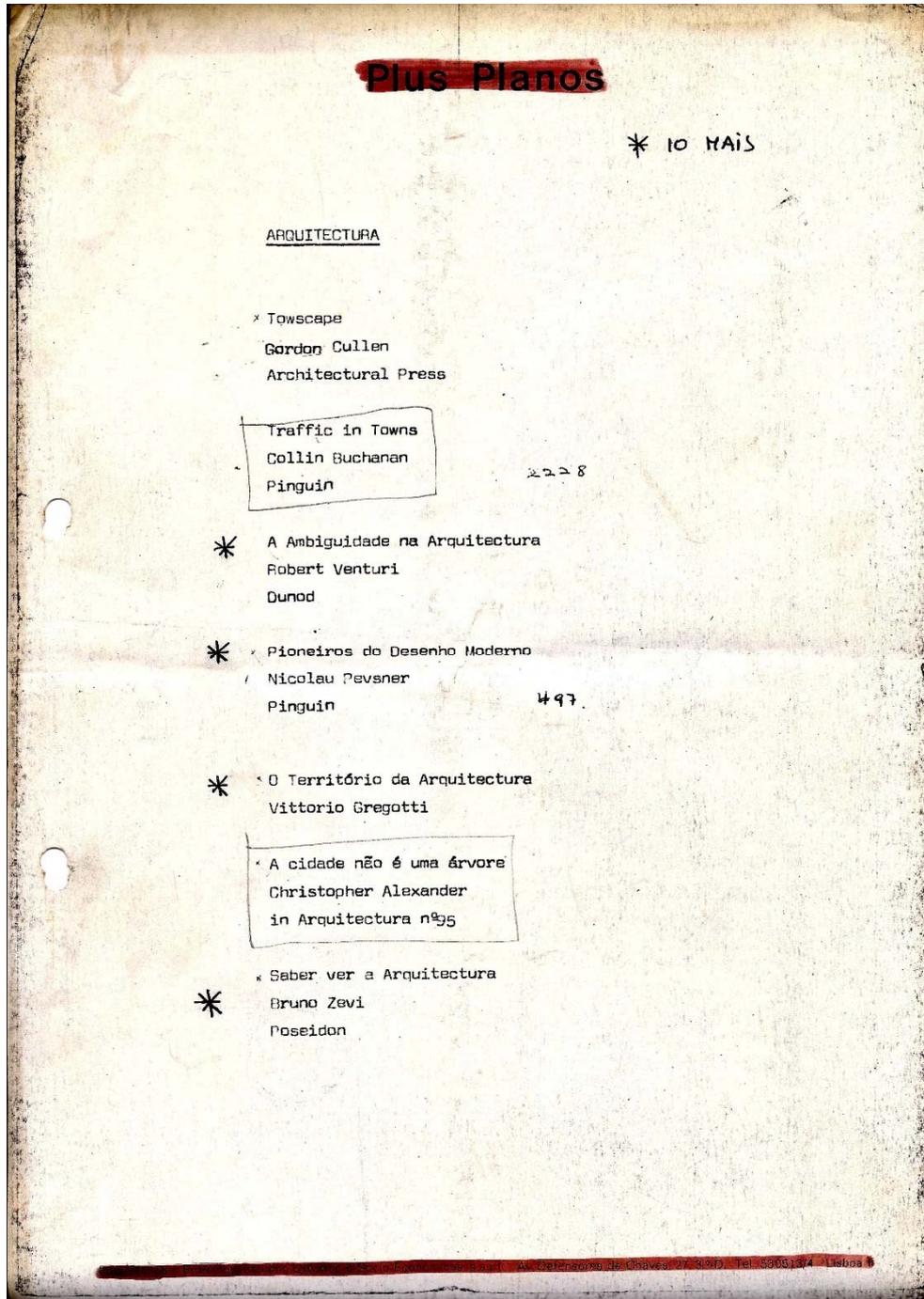
Gráfico constante do *Boletim 1974* com a legenda: “Alunos Matriculados no Curso de Arquitectura na Escola de Lisboa nos Anos Lectivos de 1953-54 a 1973-74”. [Arquivo ESBAL]

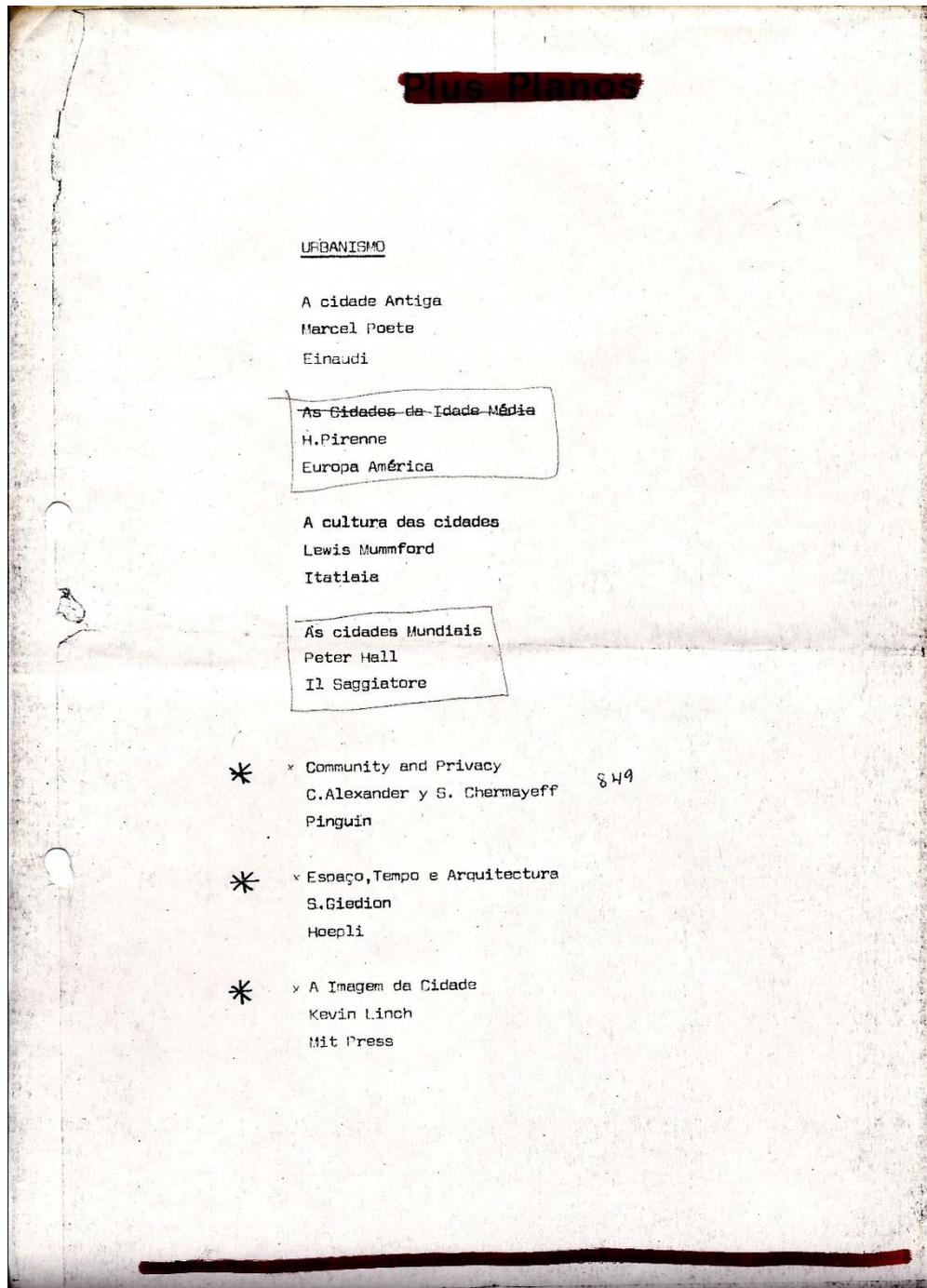


Total de alunos matriculados no ano de 1973/74: 892.

Anexo XIII

Bibliografia sugerida por Tomás Taveira (s.d.). [Arquivo FT]





Plus Planos

REVISTAS

A.D (Architectural Design) 634+50
* AR (Architectural Review) 518+00
Forum
* A.J. (Architect's Journal) 960+00

Perspecta (Revista da Universidade de Yale)

Op.Cit -Edizioni il centro

Salita Casali di Posilipo 14 - Nápoles

Tel Quel

* Design

Zodiac - Italiana

EDITORAS

Architectual Press

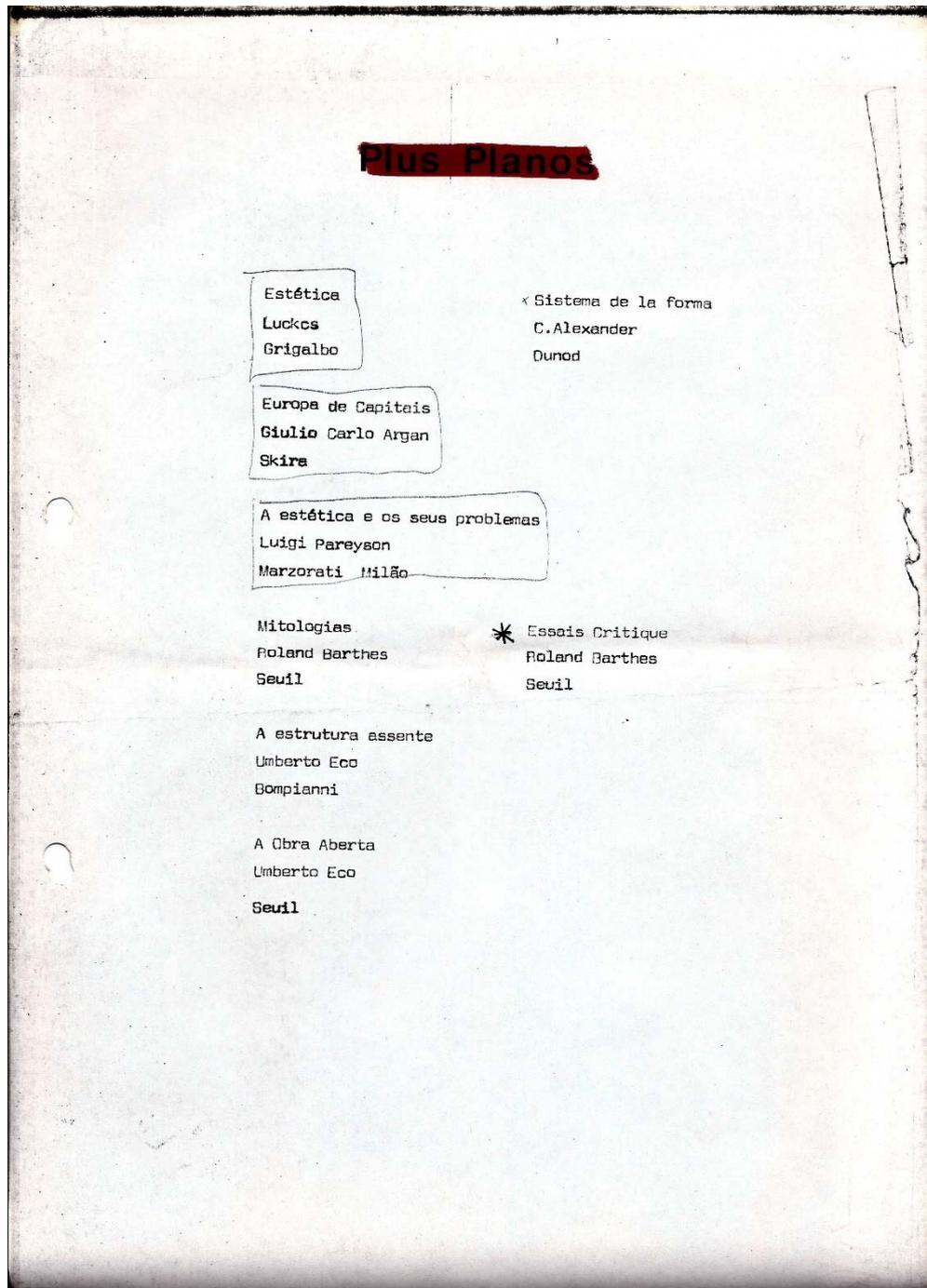
MIT

Studio Vista

LIVROS DE VIAGENS

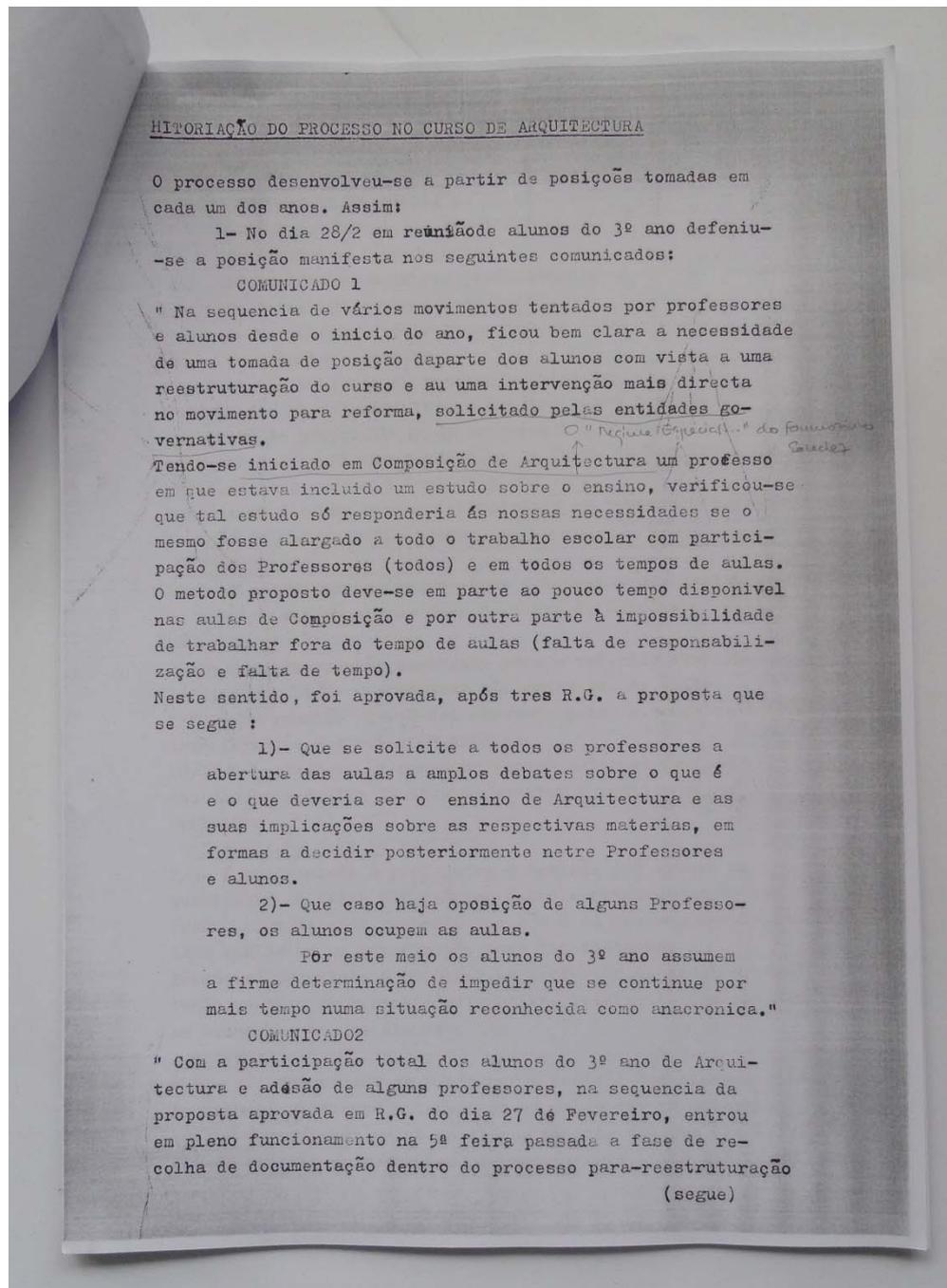
Nikos Kazantzakis - do monte sinai à Ilha de Vénus

Roger Vaillant - Borubodour



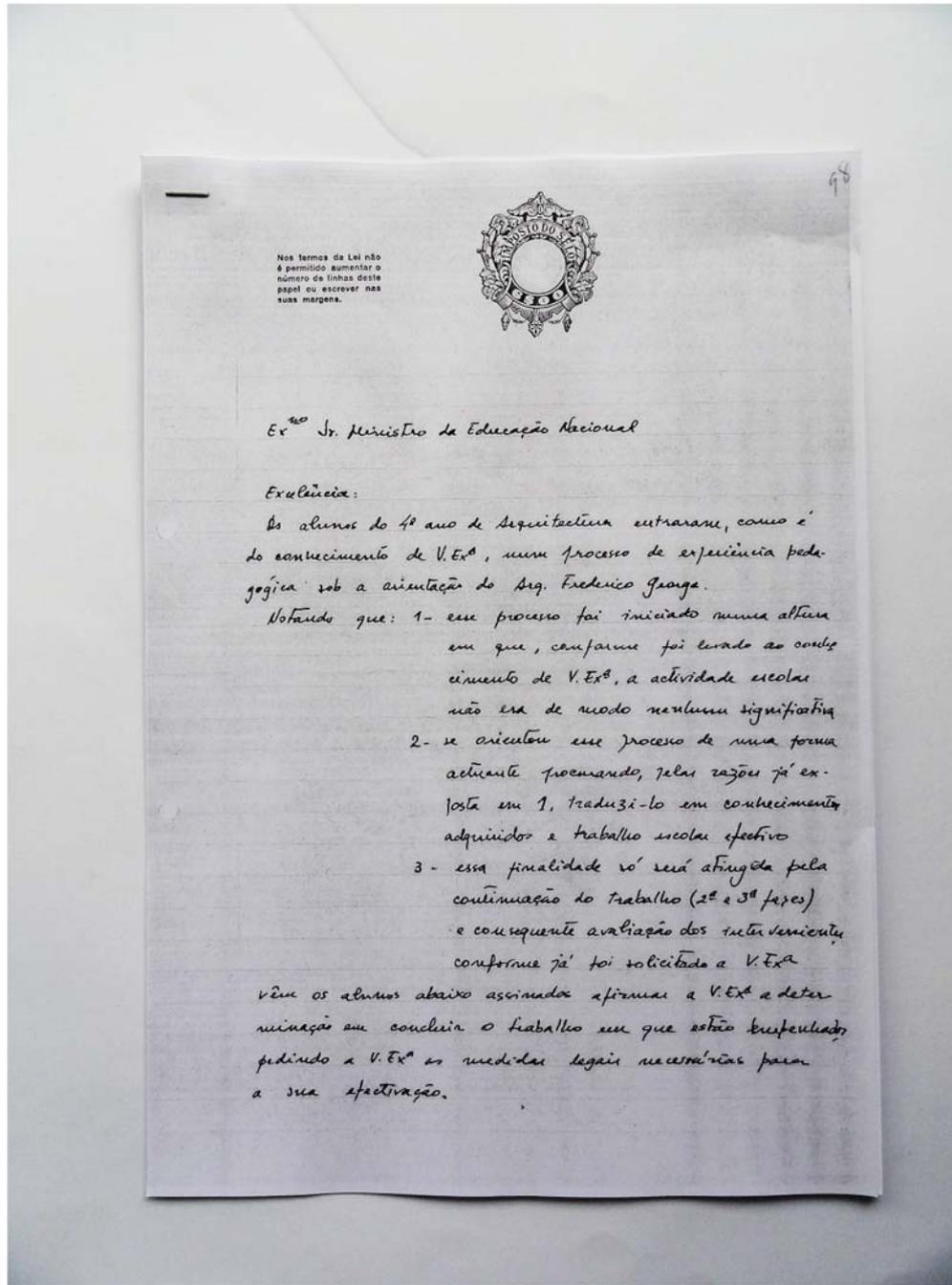
Anexo XIV

Relatório estudantil intitulado "Historiação do Processo do Curso de Arquitectura". (s.d).
[Arquivo FT]



Anexo XV

Carta entregue em mão por estudantes do 4º ano a Veiga Simão. (s.d.). [Arquivo FT]

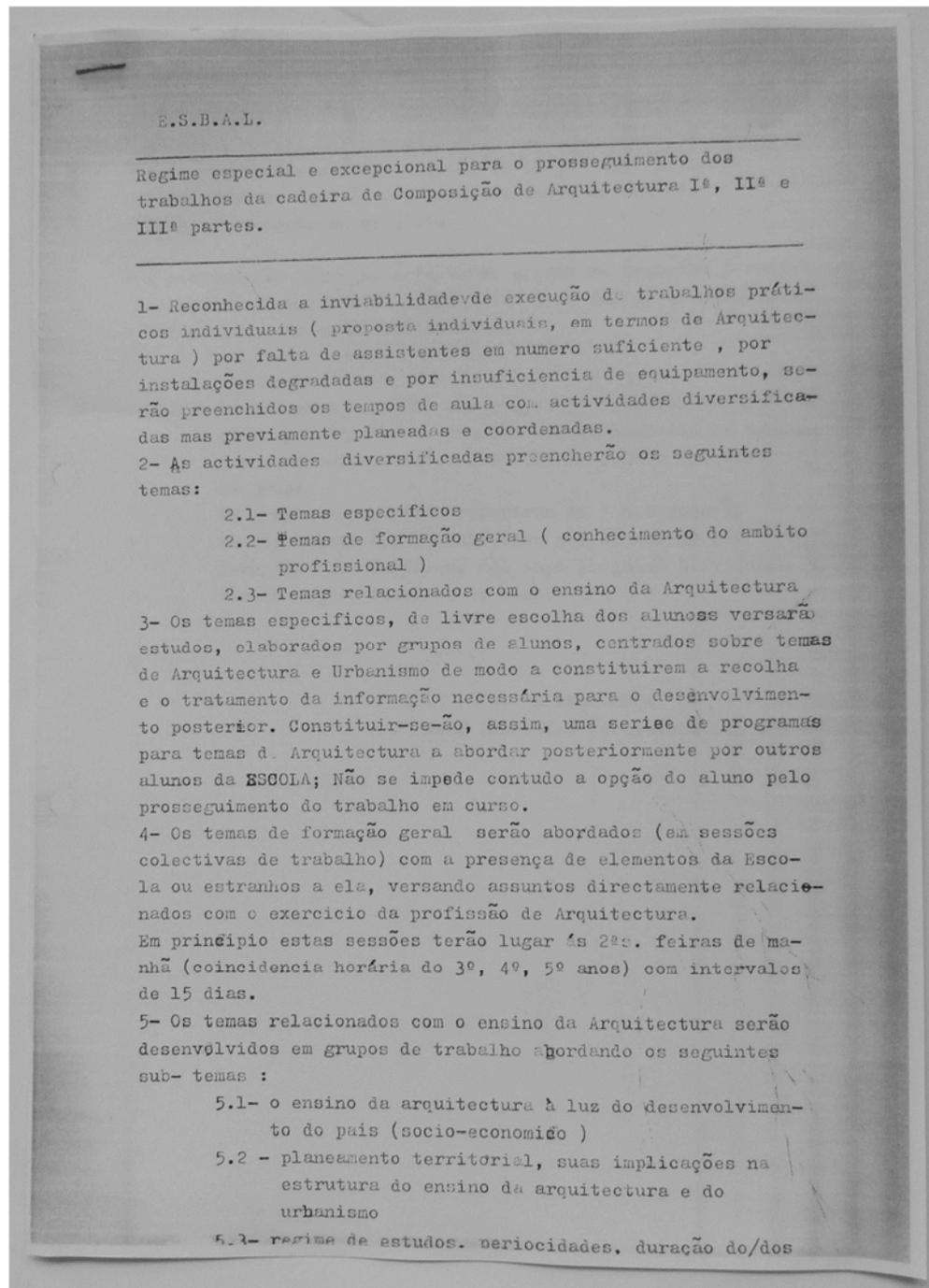


Paulo Mendes da Costa
Alfonso Albuquerque de Almeida
MENA José Soares de Barros
José António Amaral Tendas Cláudio
António Martins Reis
Arquitetos
Humberto Delgado
Nicolau Maués Quintão Torres
Nuno Amaral e António Ruy de Azevedo
Albino Manuel Luís de Figueiredo Castro
Guimarães e António de Almeida
Silves Maria dos Santos Joaquim
José O'
Pálida Galvão Saldanha de Almeida
Emília Filipa de Lencastre
José Manuel Eduardo Costa
Luís Miguel de Almeida Barros Soares
Luís Miguel de Almeida Barros Soares

Paulo Mendes da Costa
Alfonso Albuquerque de Almeida
MENA José Soares de Barros
José António Amaral Tendas Cláudio
António Martins Reis
Arquitetos
Humberto Delgado
Nicolau Maués Quintão Torres
Nuno Amaral e António Ruy de Azevedo
Albino Manuel Luís de Figueiredo Castro
Guimarães e António de Almeida
Silves Maria dos Santos Joaquim
José O'
Pálida Galvão Saldanha de Almeida
Emília Filipa de Lencastre
José Manuel Eduardo Costa
Luís Miguel de Almeida Barros Soares
Luís Miguel de Almeida Barros Soares

Anexo XVI

Programa escolar de Formosinho Sanchez. Fevereiro de 1970. [Arquivo FT]



cursos e níveis de formação.

5.4- Curriculum escolar e relações inter- disciplinares.

5.5- governo e gestão do estabelecimento de ensino.

5.6- metodologia do projecto.

A coordenação entre os diferentes grupos de trabalho far-se-á em reuniões conjuntas a realizar nas 2^{as}. feiras de manhã não preenchidas com as descritas em 4.

NOTA - De todas as reuniões dos grupos de trabalho serão elaboradas "notas de reunião" assinalando-se as presenças e as contribuições individuais para o trabalho em grupo.

Os grupos de trabalho referidos em 3 e 5 poderão eventualmente ser constituídos por alunos de diferentes anos desde que não haja prejuízo à frequência de outras cadeiras do curso.

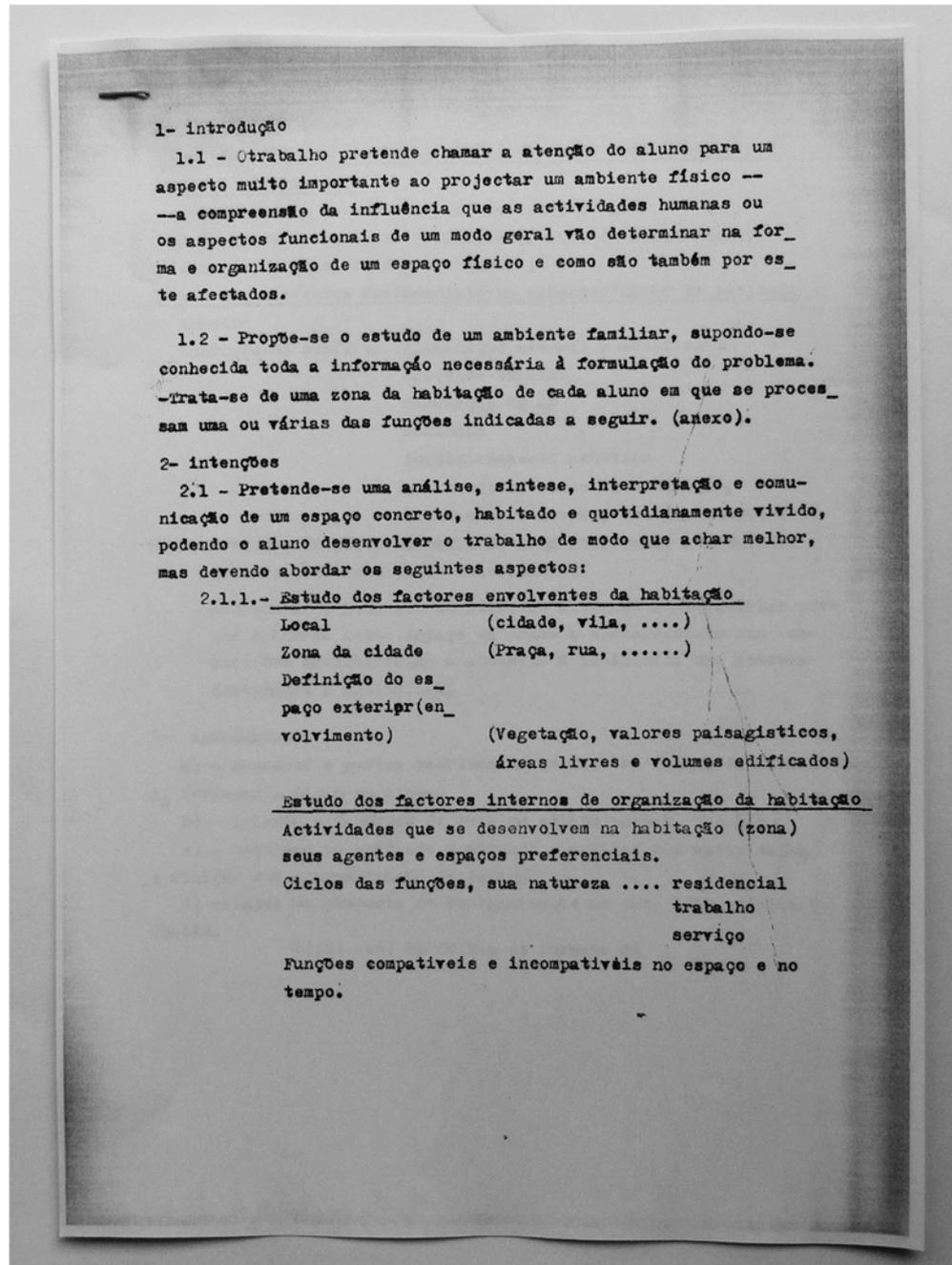
O PROFESSOR

Arq. Sebastião Formosinho Sanchez

Lisboa 23/2/70

Anexo XVII

Enunciado de exercício escolar. (s.n.). (s.d.). [Arquivo FT]



Contiguidade e Conexão

Estudo das relações entre os vários tipos de actividade e os factores envolventes

- a) necessidade de visibilidade ou independência
- b) relações c/ exterior (Dimensões, modo de obscurimento, orientação, vistas, ruídos e cheiros)

Estudo dos elementos fundamentais na caracterização do ambiente

Aspecto

Sensação de conforto (iluminação natural e artificial
ambiente térmico
renovação de ar
humidade
condicionamento acústico
(entre outras zonas da habitação,
habitações vizinhas, fontes exteriores).

- 2.2 - Proposta de sistematização da zona analisada, e eventuais modificações no aspecto distributivo.

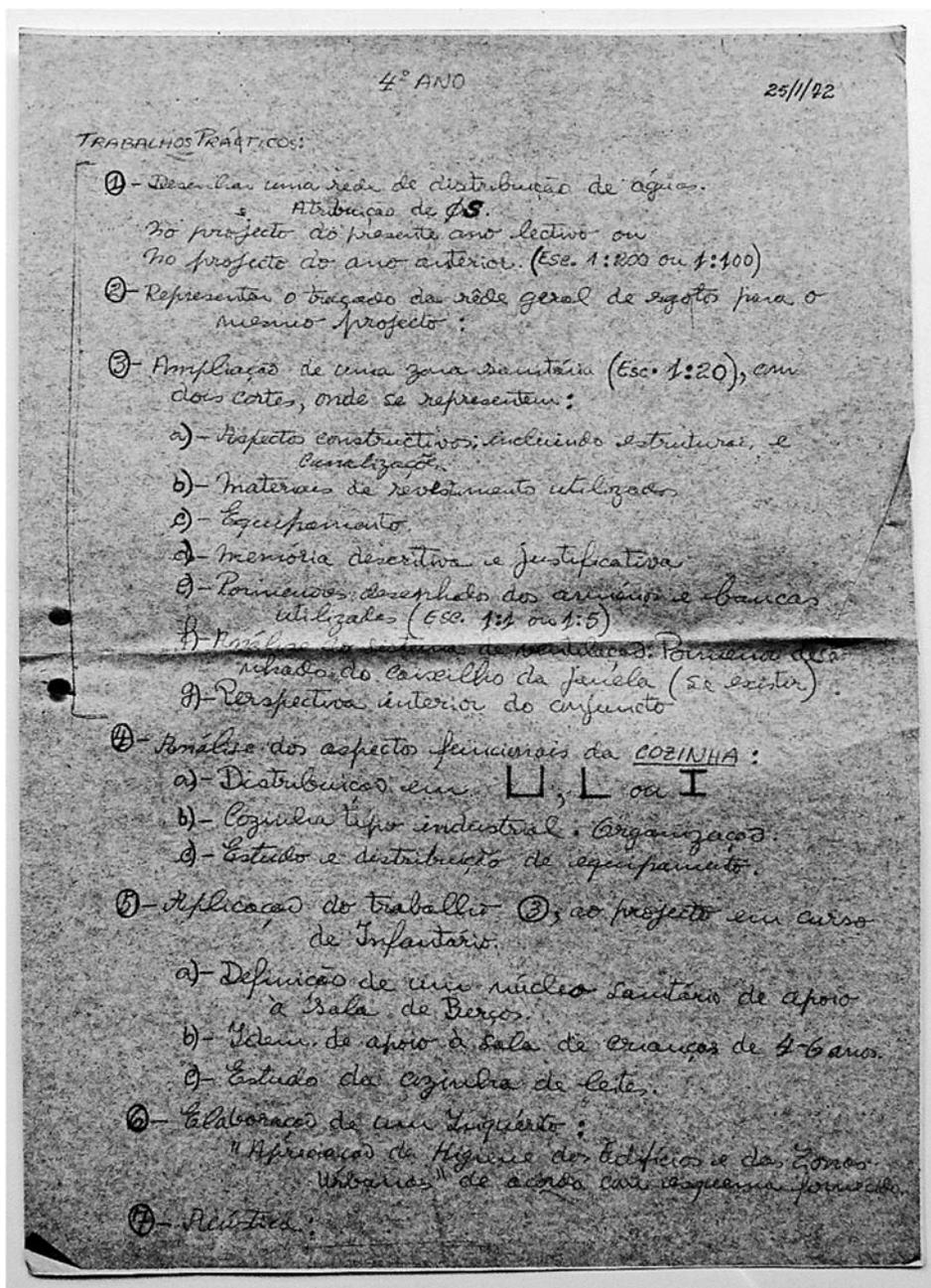
Redesenhar a zona introduzindo as alterações necessárias para uma melhoria desse espaço em ordem a transformá-lo num espaço bem caracterizado e adequado à fisionomia das pessoas destinadas a habitá-las.

3- Apresentação

- a) - Desenhos e partes escritas da 1ª fase em folhas de formato A₄ (vegetal). Lápis ou tinta.
 - b) - 1 planta e 2 cortes da zona no estado actual. Esc. 1/50
 - c) - Esquemas ou gráficos mostrando a análise das actividades e relação com a organização do espaço.
 - d) estudos da proposta de reorganização na Esc. 1/50. Cópias 0 Ozalid.
- b), c), ed) em folhas de formato A₃

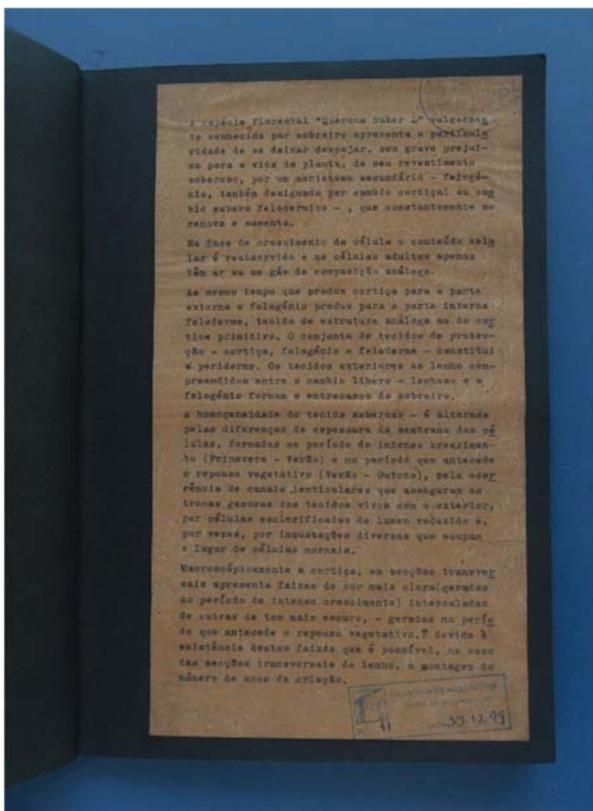
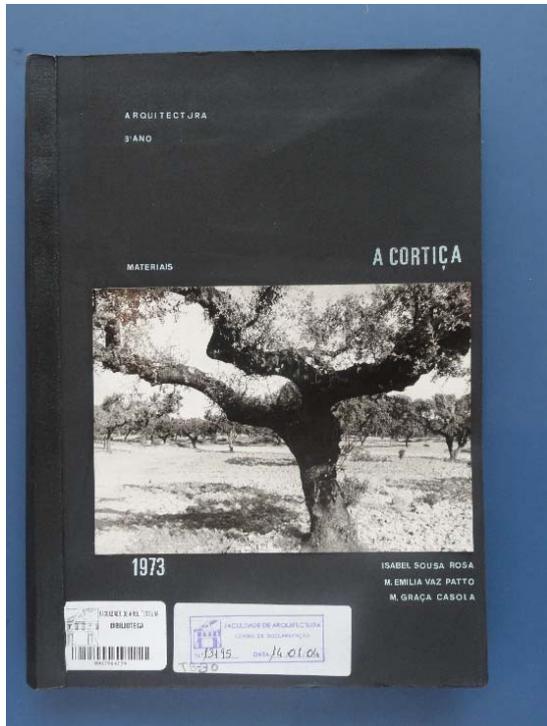
Anexo XVIII

Enunciado de exercício escolar. 4º ano. (s.n.). 1972. [Arquivo NMS]



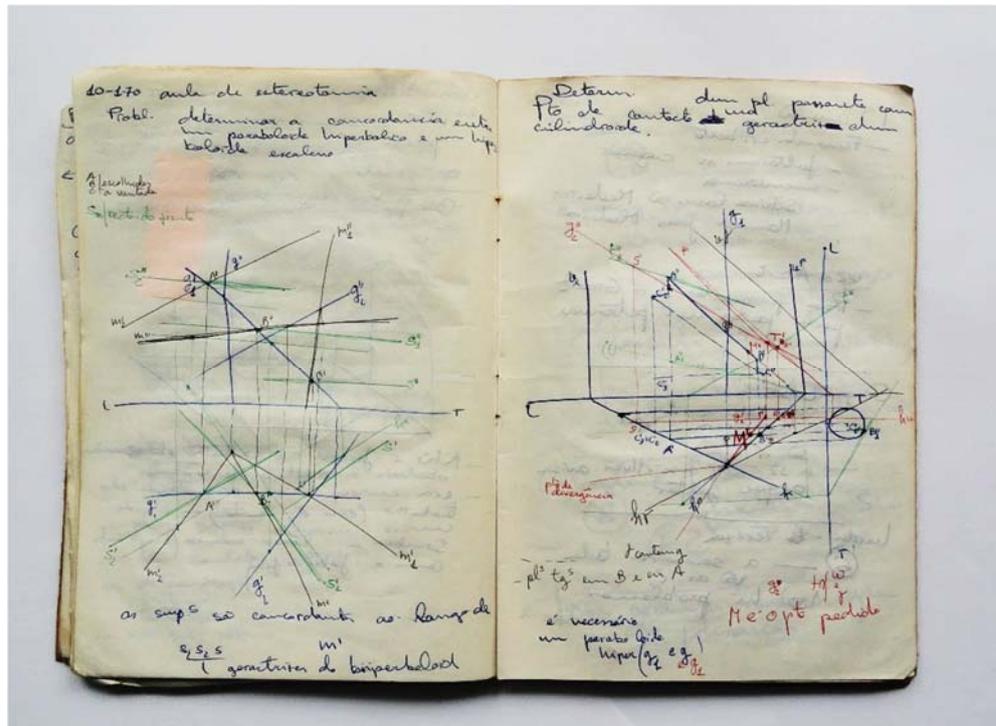
Anexo XIX

Trabalho escolar de "Materiais". 3º ano. Isabel Sousa Rosa, M.ª Emília Vaz Patto, M.ª Graça Casola. 1973. [Fundo FAUL]



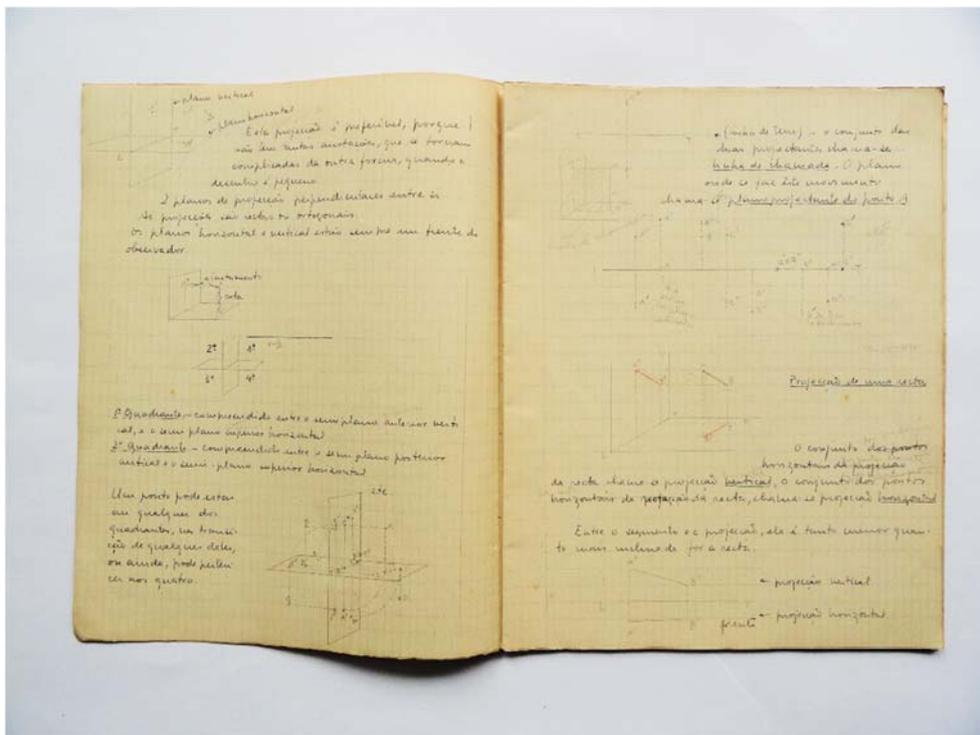
Anexo XX

Sebenta de "Geometria Descritiva" [1]. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]



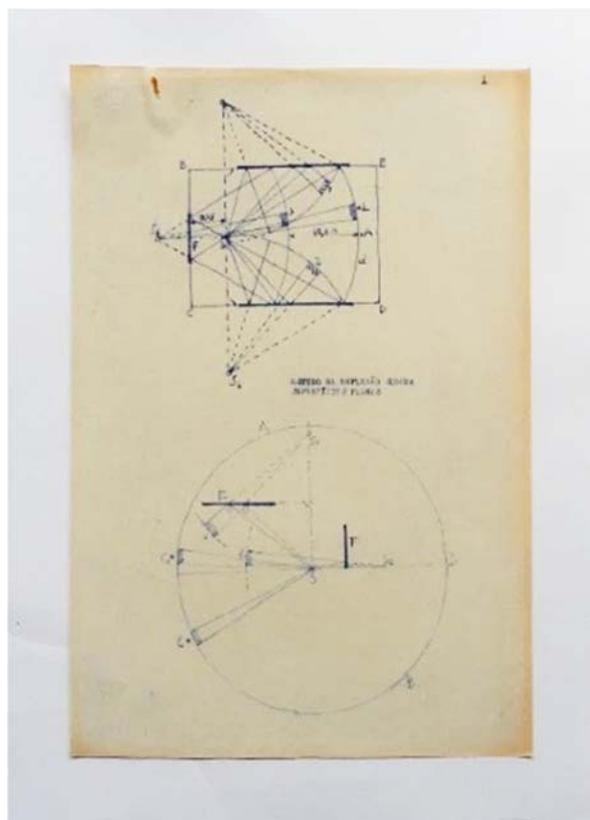
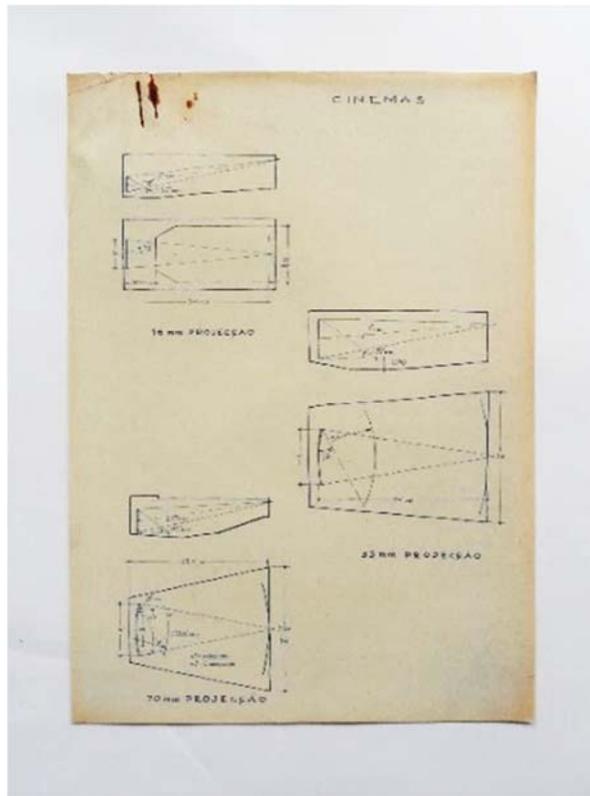
Anexo XXI

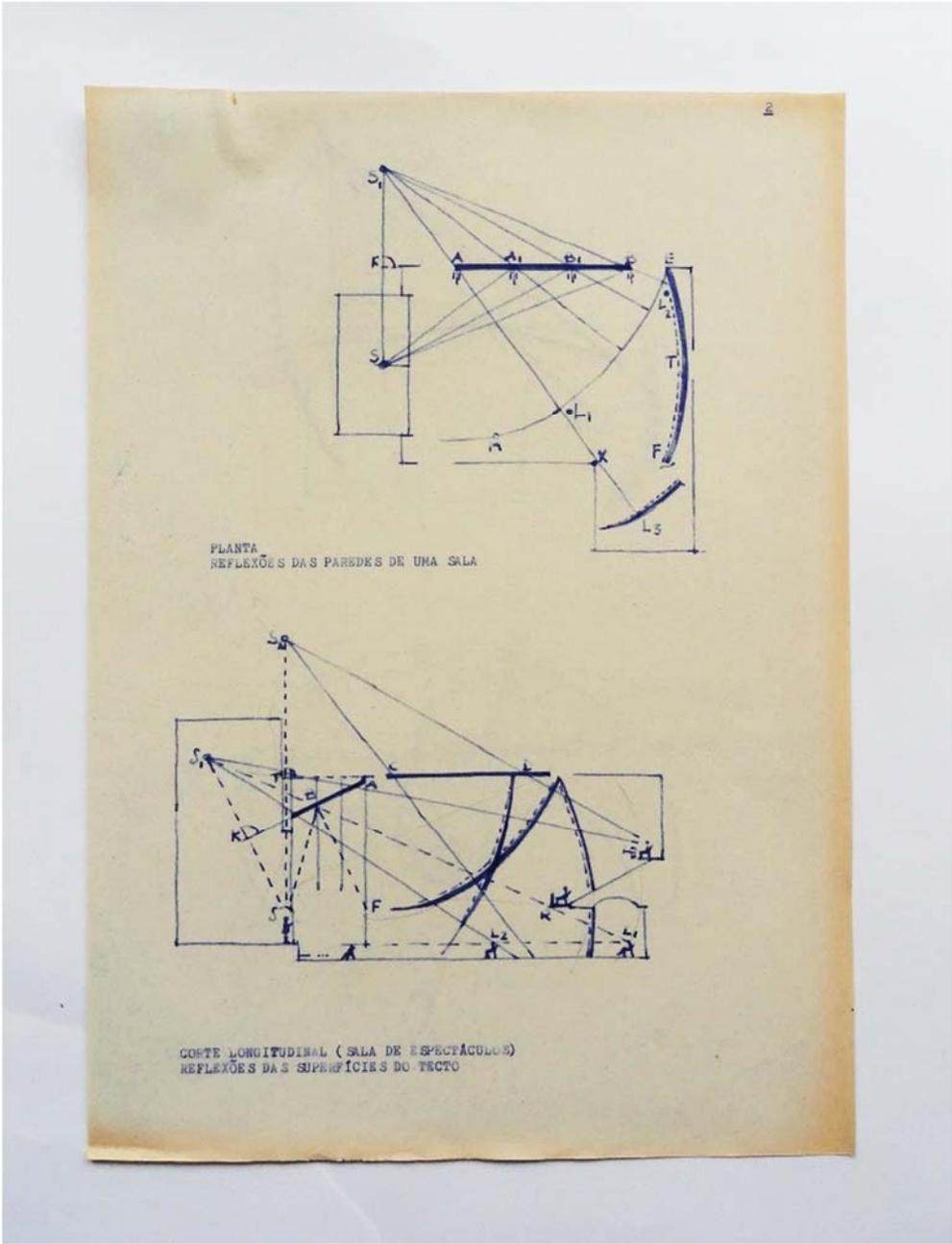
Sebenta de "Geometria Descritiva" [2]. (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]



Anexo XXII

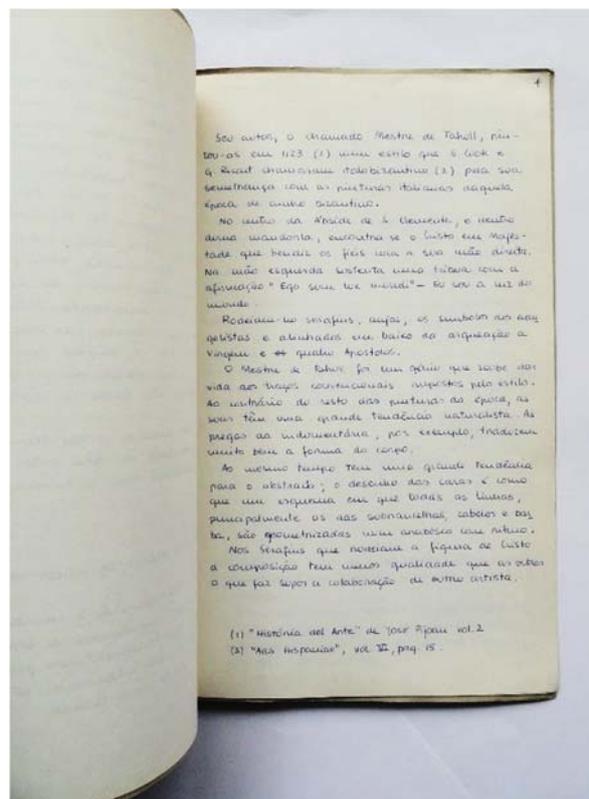
Sebenta de "Higiene e Equipamento" (s.n.). (s.d.). [Arquivo NMS]





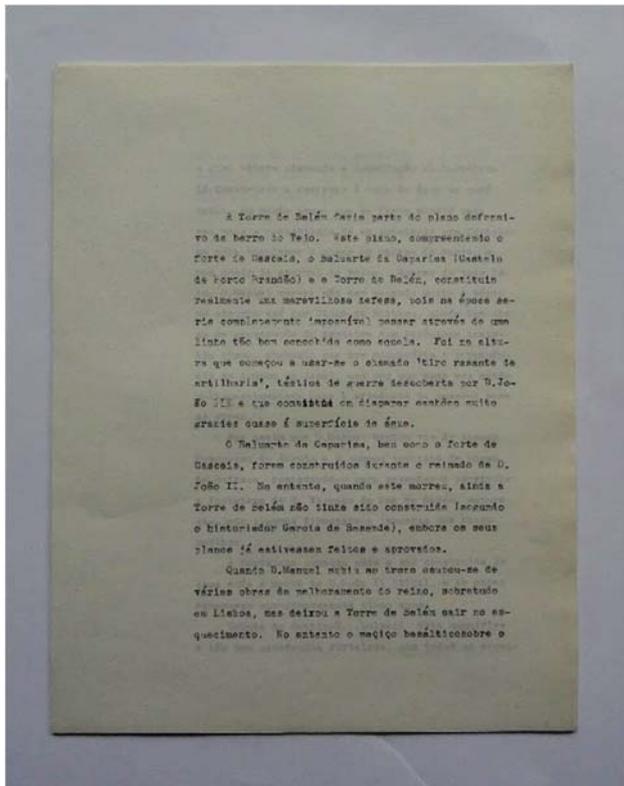
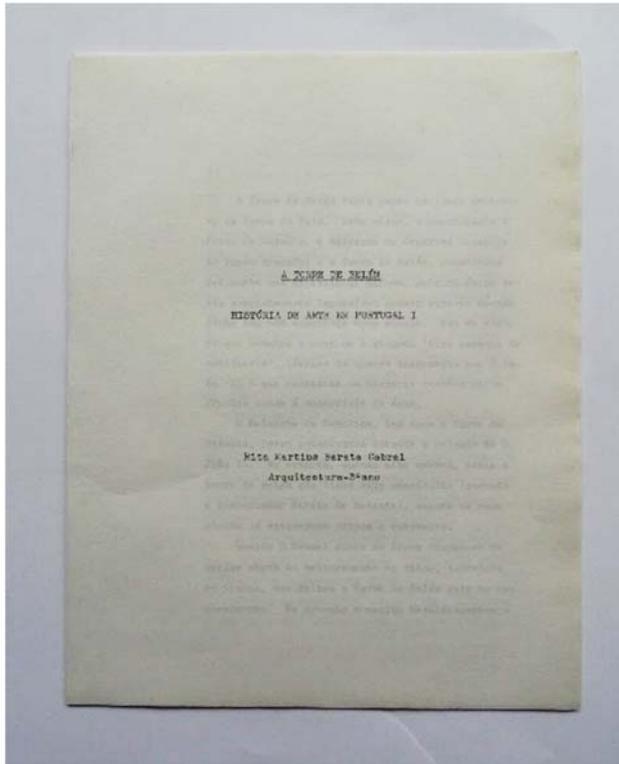
Anexo XXIII

Trabalho escolar de "História da Arte". 1º ano. Rita Cabral. 1971/72. [Arquivo RC]



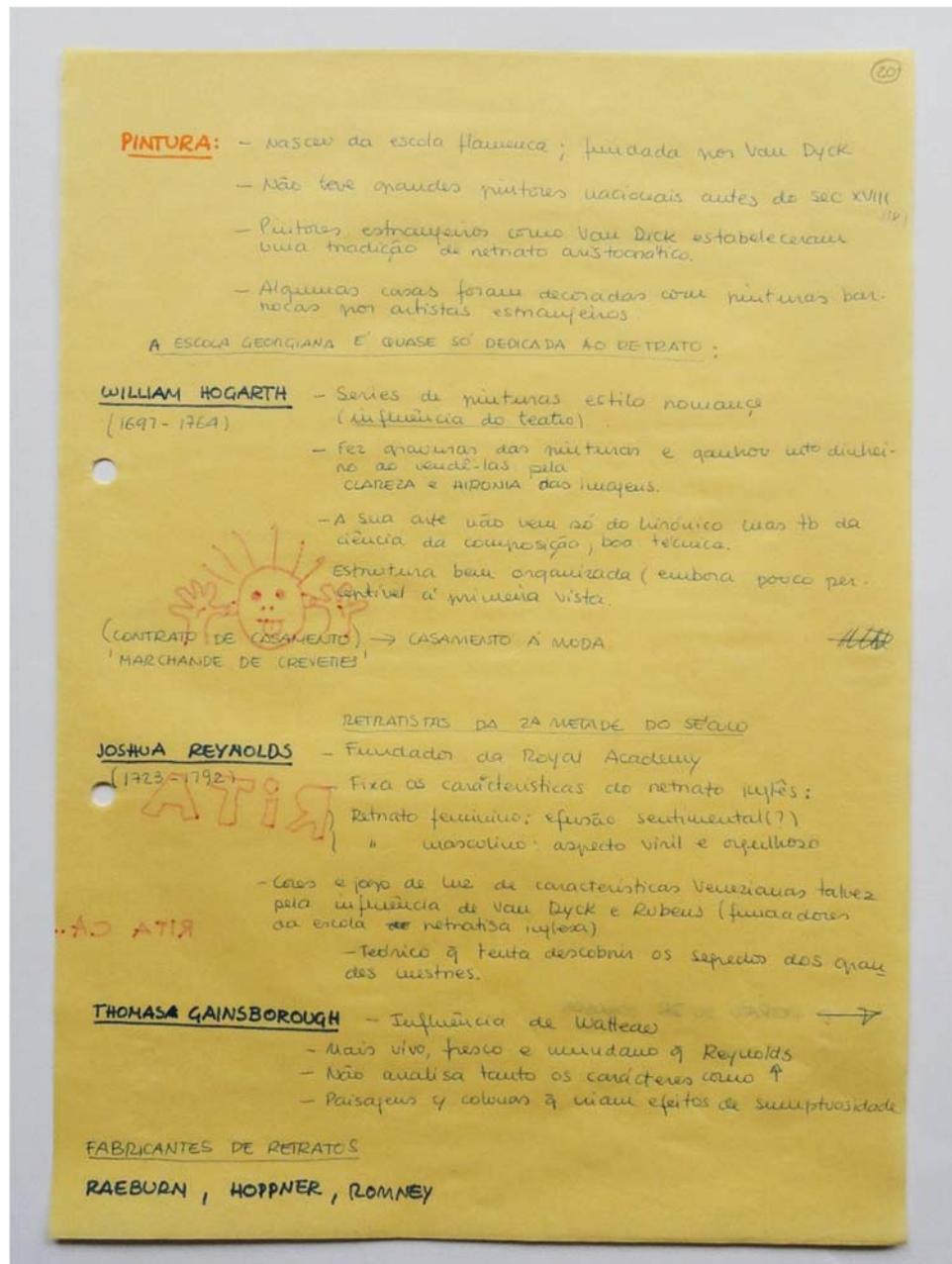
Anexo XXIV

Trabalho escolar de "História da Arte em Portugal I". 3º ano. Rita Cabral. 1973/74.
[Arquivo RC]



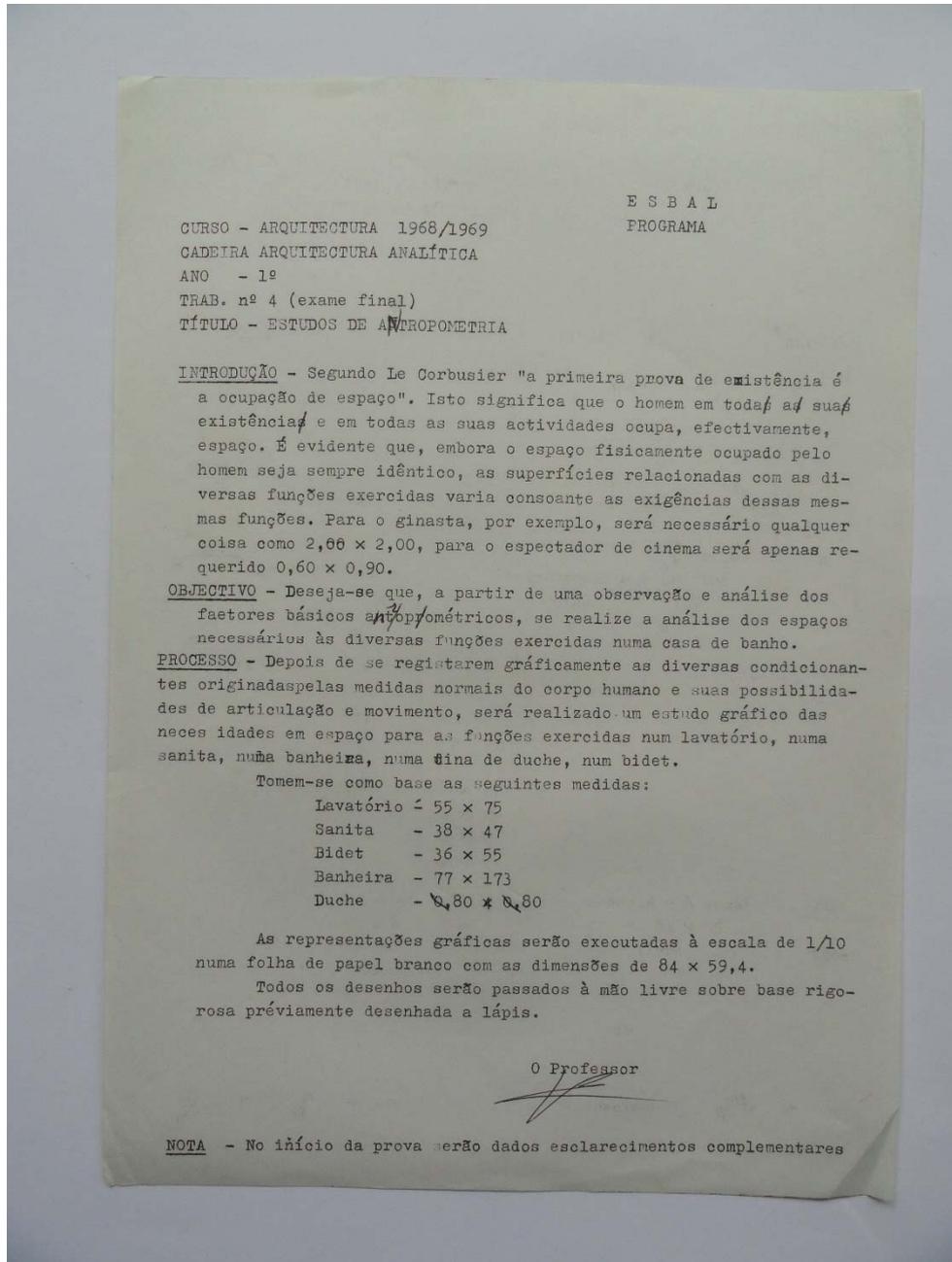
Anexo XXV

Sebenta escolar de "História da Arte". 3º ano. (s.n.).1973/74. [Arquivo RC]



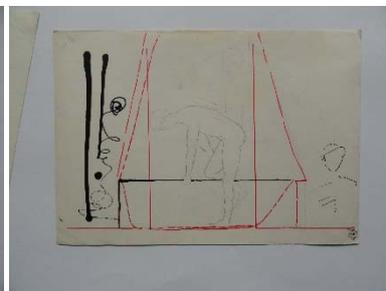
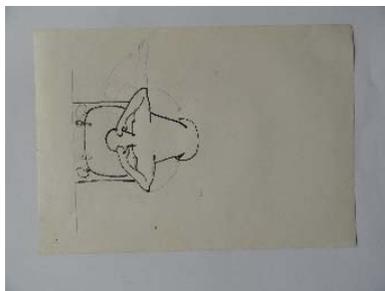
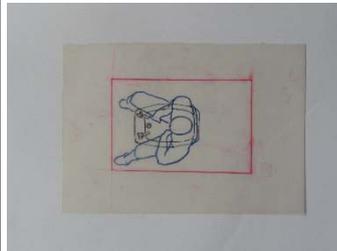
Anexo XXVI

Trabalho escolar de "Arquitectura Analítica". Exame final. 1ºano. Estudos de Antropometria. Enunciado. (s.n.). 1968/69. [Arquivo NMS]



Anexo XXVII

Trabalho escolar de "Arquitectura Analítica". Exame final. 1ºano. Estudos de Antropometria. (s.n.). 1968/69. [Arquivo NMS]



Anexo XXVIII

Trabalho escolar de "Composição de Arquitectura I". "Mapa de Acabamentos Geral". (s.n.). Junho de 1971. [Arquivo NMS]

	E						A						D						E						2					
	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	5	6
PAVIMENTOS																														
PISOQUETE	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
LADRILHO CERÂMICO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
RODA-PE																														
MADEIRA	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
LADRILHO CERÂMICO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
LAMBRIS																														
AZULEJO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
PAREDES																														
ESTUQUE	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
SANCA																														
ESTUQUE C/ DESENHO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
TECTO																														
ESTUQUE	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
PINTURA																														
ÁGUA	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
ÁGUAS																														
CONTADOR	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
ÁGUA QUENTE	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
GÁS																														
CONTADOR	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS																														
BANHEIRA (X)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
COZINHA																														
LAVA-LOUÇAS (INOX)	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
ELECTRICIDADE																														
CONTADOR	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
LUMINARIÇÃO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
DIVERSOS																														
ESTORES PLÁSTICO	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
OBSERVAÇÕES:																														

MAPA DE ACABAMENTOS GERAL

É uma das etapas fundamentais na apresentação de um projeto. É utilizado pelo arquiteto para o complemento do mapa de acabamentos, com o intuito de mostrar ao cliente o resultado final do projeto, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Este mapa de acabamentos é utilizado para a elaboração do orçamento, sendo necessário para a elaboração do projeto executivo.

Este mapa de acabamentos é utilizado para a elaboração do projeto executivo, sendo necessário para a elaboração do projeto executivo.

MODO DE ARTICULAÇÃO — Como se refere ao processo de articulação, há que considerar em todos os casos, os pontos de encontro dos materiais, os elementos decorativos e as linhas de articulação que dão origem aos pontos.

Como cada caso tem a sua particularidade, há que ter presente a articulação com o resto do projeto, em que cada detalhe tem a sua importância, sendo necessário a elaboração de um mapa de acabamentos para cada caso, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Uma ordem de trabalho para cada caso (na ordem do projeto, da obra ou do trabalho, em qualquer dos casos) deve ser dada, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

As observações e as alterações são de natureza decorativa, sendo necessário a elaboração de um mapa de acabamentos para cada caso, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

EXEMPLO — Temos na 1ª coluna vertical (1) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 2ª coluna vertical (2) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 3ª coluna vertical (3) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 4ª coluna vertical (4) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 5ª coluna vertical (5) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 6ª coluna vertical (6) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 7ª coluna vertical (7) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 8ª coluna vertical (8) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 9ª coluna vertical (9) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 10ª coluna vertical (10) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 11ª coluna vertical (11) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 12ª coluna vertical (12) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 13ª coluna vertical (13) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 14ª coluna vertical (14) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 15ª coluna vertical (15) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 16ª coluna vertical (16) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 17ª coluna vertical (17) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 18ª coluna vertical (18) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 19ª coluna vertical (19) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 20ª coluna vertical (20) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 21ª coluna vertical (21) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 22ª coluna vertical (22) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 23ª coluna vertical (23) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 24ª coluna vertical (24) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 25ª coluna vertical (25) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 26ª coluna vertical (26) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 27ª coluna vertical (27) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 28ª coluna vertical (28) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 29ª coluna vertical (29) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

Na 30ª coluna vertical (30) o tipo de entrada do espaço decorado, em qualquer dos casos, com o intuito de obter o parecer do cliente e a aprovação do mesmo.

COMP ARQ 1 HABITAÇÃO • CONSTRUÇÃO

TRABº 1+2

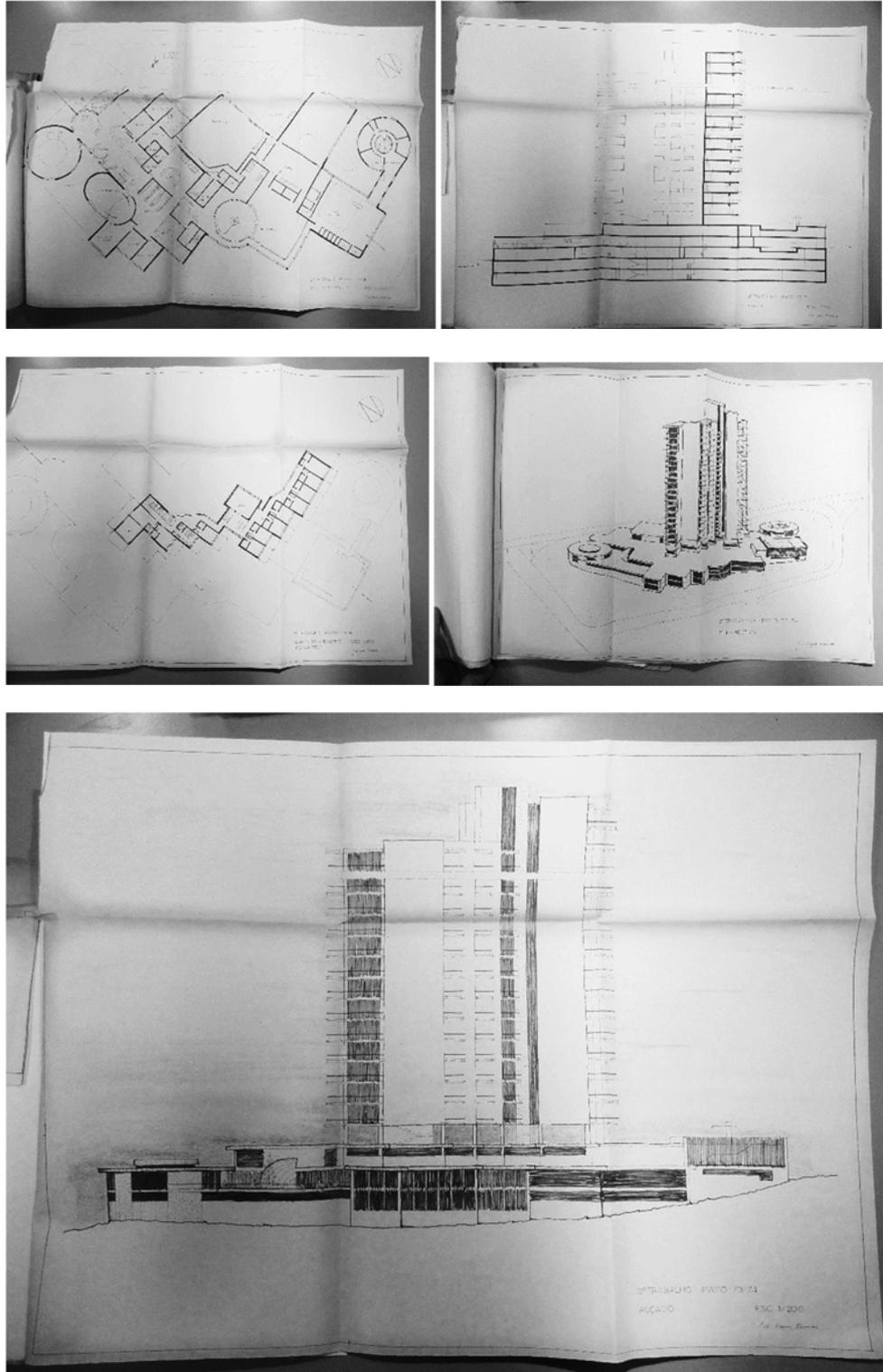
QT 3

JUNHO 71

PLANO Nº

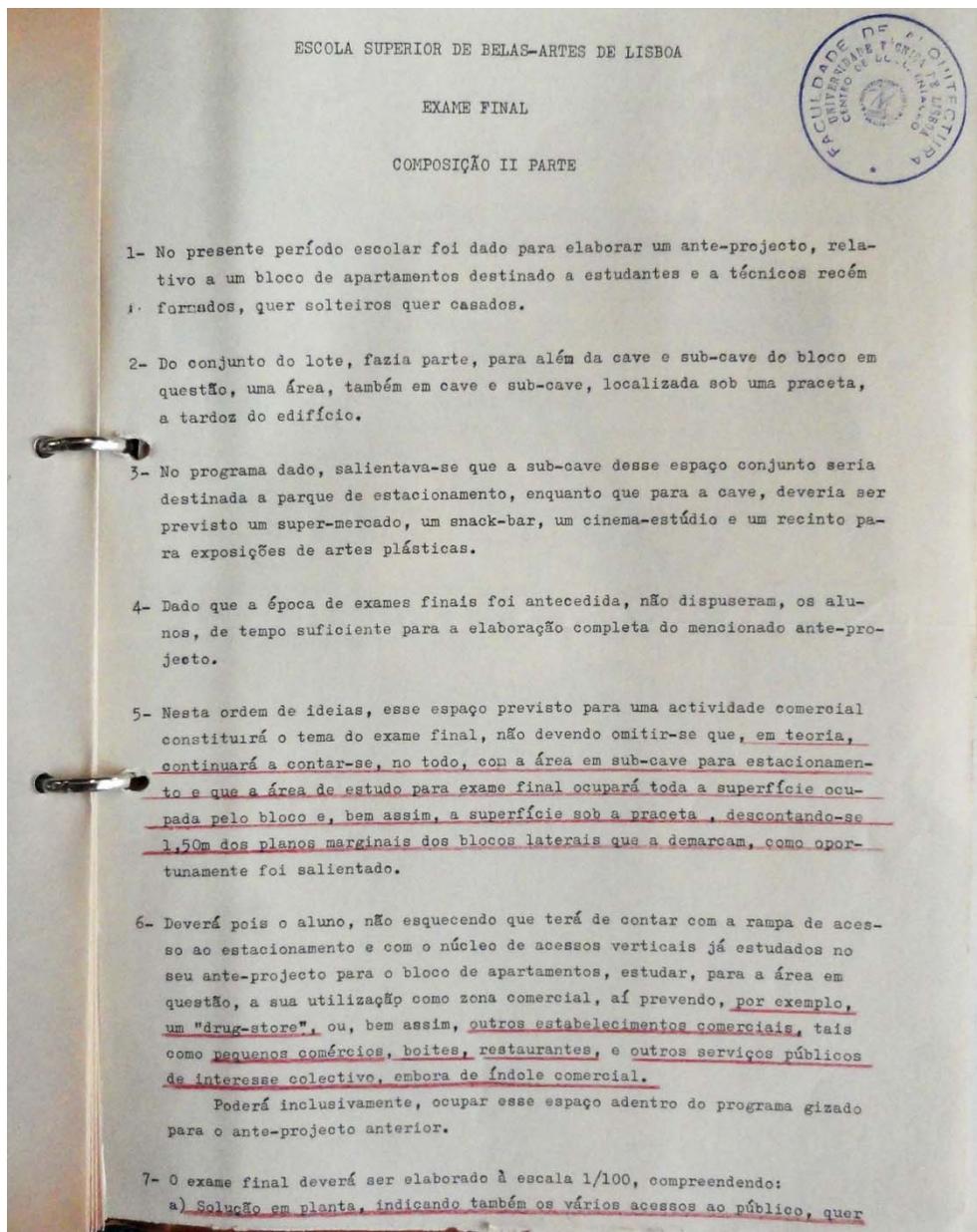
Anexo XXIX

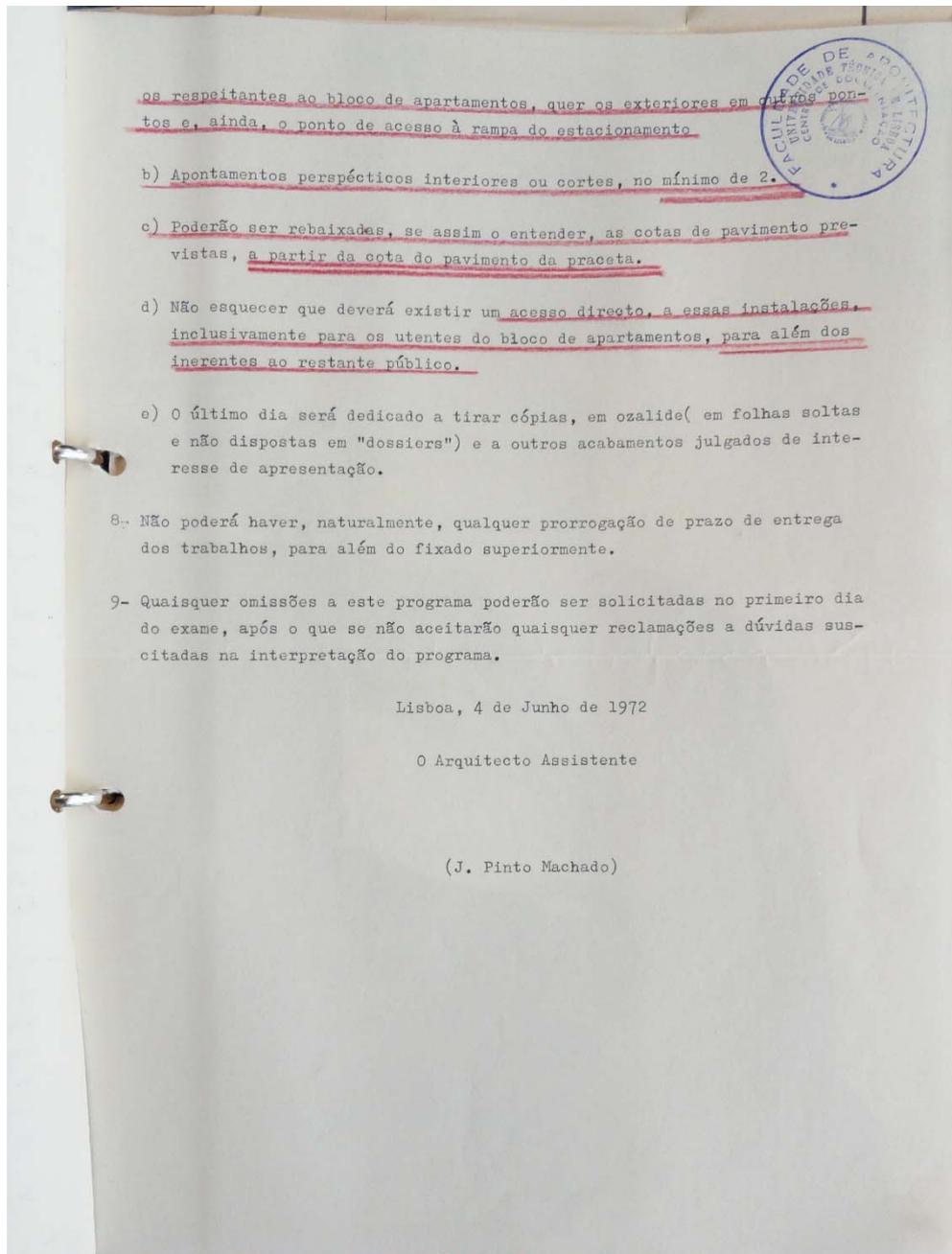
Trabalho escolar de "Composição". 4º ano. José Manuel Fernandes. 1973/74. [Arquivo JMF]

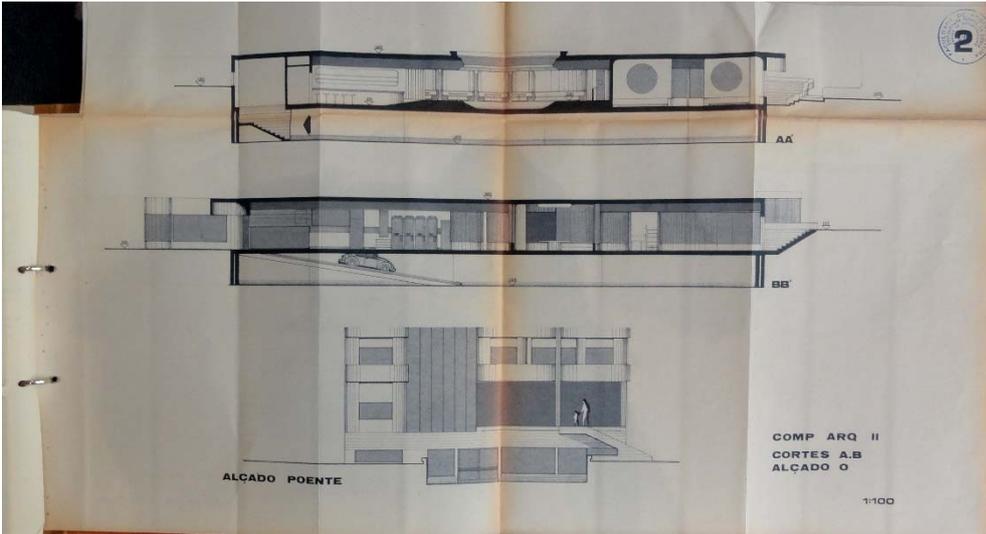
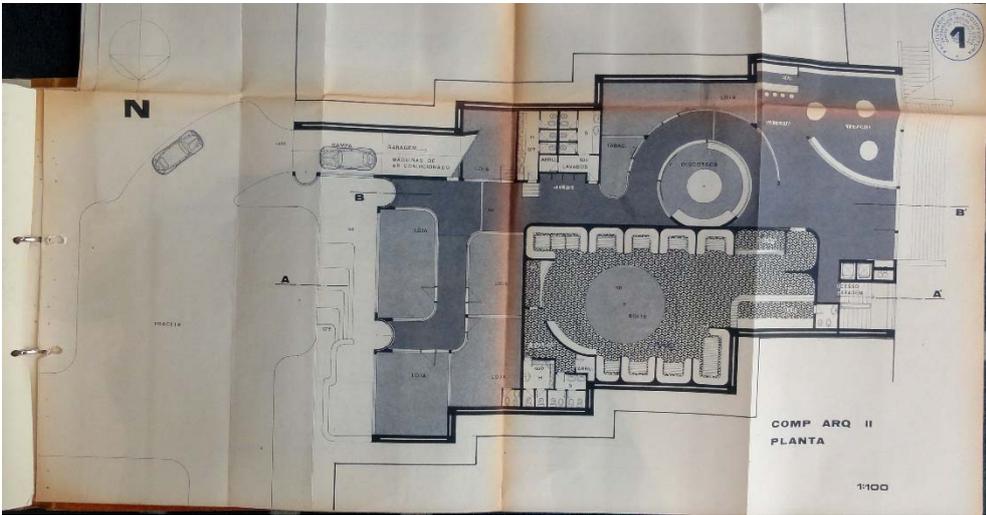


Anexo XXX

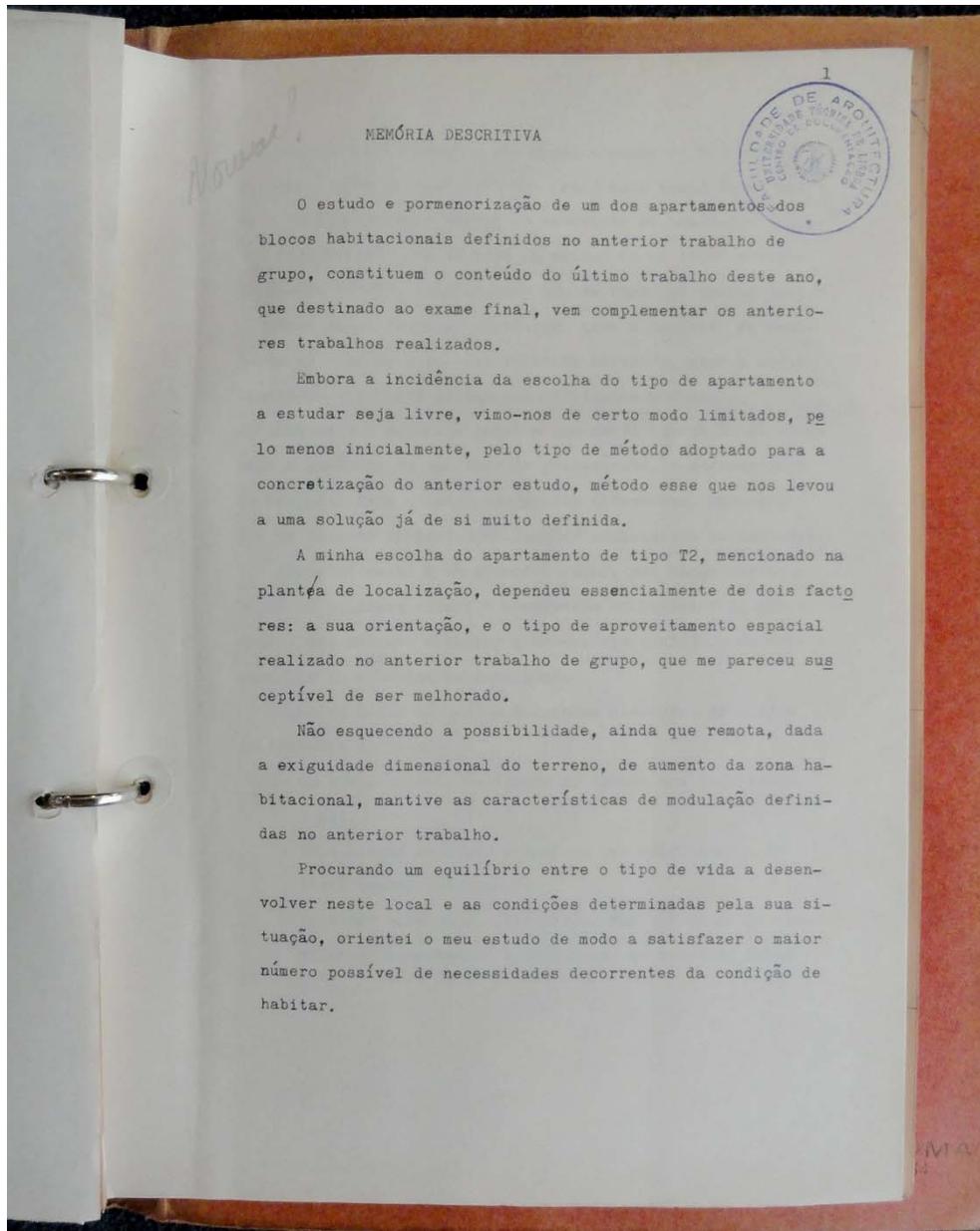
Trabalho escolar de "Composição" e de "Organização de projectos e estaleiros". 5º ano.
José Tavares. 1973. [Fundo FAUL]





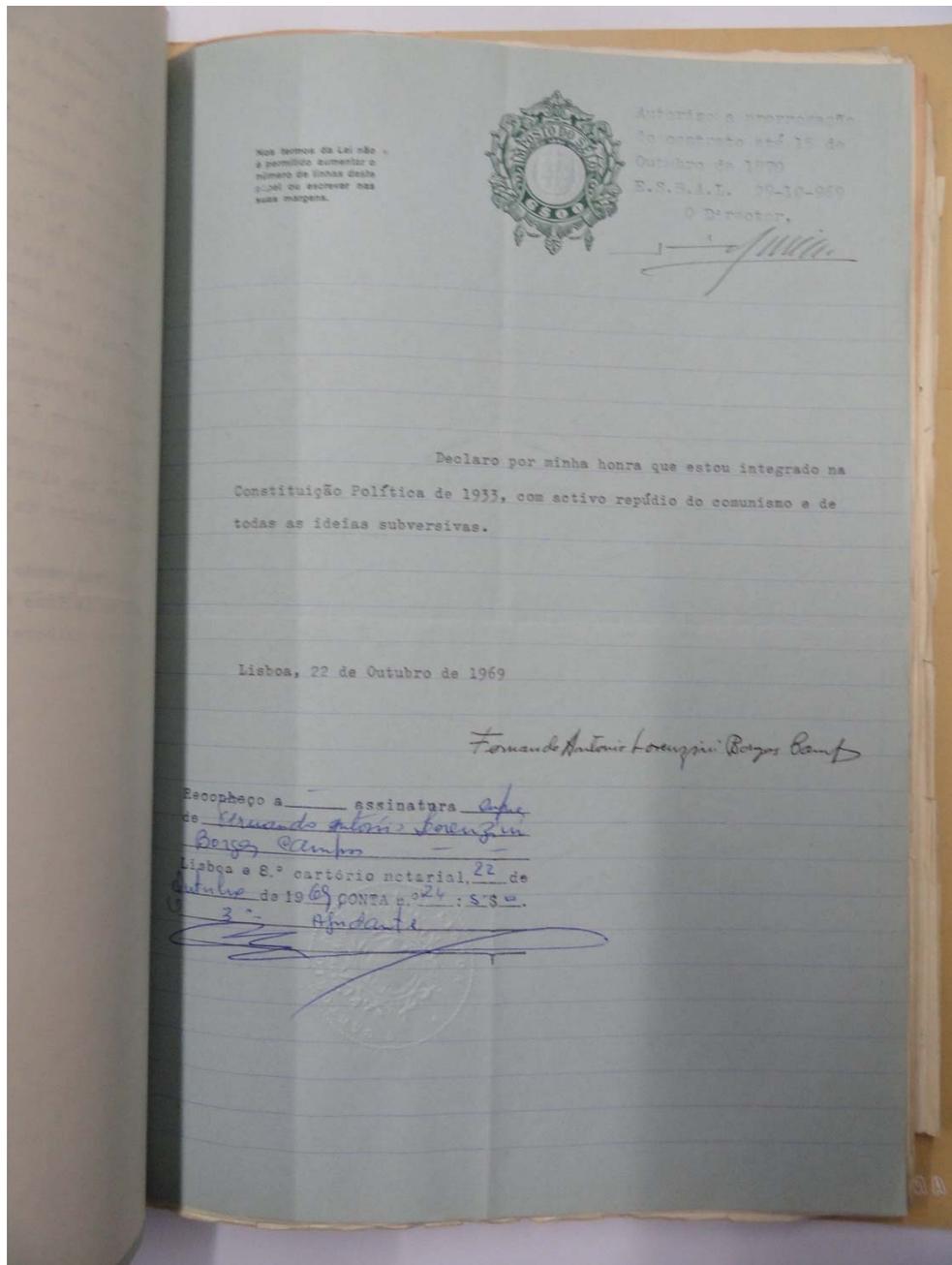






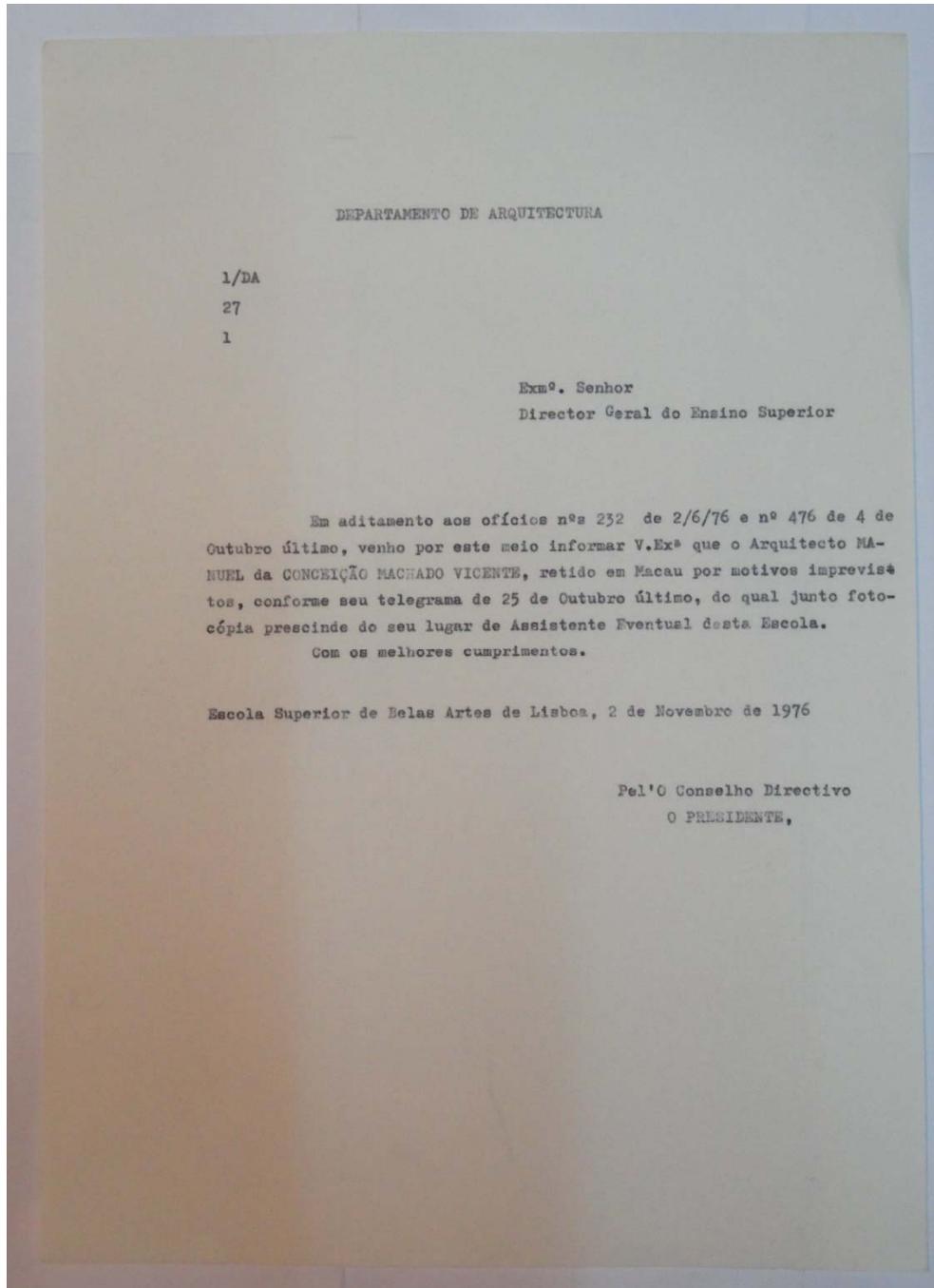
Anexo XXXI

Declaração de repúdio de Fernando Lorenzini Borges Campos. 22 de Outubro de 1969.
[Fundo FAUL]



Anexo XXXII

Informação sobre rescisão de Manuel Vicente da docência na ESBAL. Presidência do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura. 2 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]



Anexo XXXIII

"Colóquio sobre Planeamento Urbano". Relatório preparatório. (s.n.). 7 de Março de 1973.
[Arquivo Centro 25 de Abril]

COLÓQUIO SOBRE PLANEAMENTO URBANO

Numa conversa tida com o 4º ano de Arquitectura, um "Técnico" de planeamento económico expôs uma série de problemas relativos ao planeamento industrial, que se relacionavam com o trabalho que essa turma vai desenvolver ao longo do ano lectivo—tema industrial.

Sumariamente, os problemas focados relacionavam-se com:

- a importância dos interesses empresariais na planificação das zonas industriais;
- a racionalização do crescimento industrial;
- a intervenção do Estado na planificação do sector industrial no nosso país.

Contudo, não se discutiram:

- as relações entre o planeamento económico do país e o ordenamento físico, regional e urbano, dependentes daquele;
- as respostas às necessidades da população (como por ex. a saúde e a habitação), como estruturas necessárias à criação de pólos de crescimento;
- os problemas de planeamento urbano, que são aqueles que neste momento mais nos interessam.

Efectivamente, não se puderam tirar conclusões sobre planeamento urbano, ou melhor, não foram discutidas as razões que presidem a um planeamento urbano.

A incapacidade para prever e controlar o crescimento das cidades levam-nos à necessidade de conhecimento das causas desse crescimento. As soluções apresentadas para resolver estes problemas defrontam-se com dificuldades intransponíveis na prática. Entretanto, as cidades continuam a crescer desmesuradamente e os conflitos que surgem são apenas remediados. A poluição, o trânsito, a habitação, os transportes, etc., são hoje consideradas problemas com solução. Será efectivamente assim? Cidades como Paris, Londres, Nova York, Lisboa aguentarão o ritmo de crescimento como ele se tem processado até agora? Não estarão estas megalópoles a caminhar para a destruição? E que dizer da constante fuga das populações dos campos, transformando estes em reserva de mão-de-obra para as indústrias localizadas nas cidades?

São estes os problemas que estão na mesa. Só é possível dar-lhes resposta conhecendo as suas causas. Até agora só se atacaram os sintomas. Hoje torna-se urgente ir aos males de raiz.

Com o intuito de generalizar a discussão a todos os estudantes desta escola, os Núcleos Sindicais entenderam que um debate geral, com estudantes e professores, contribuiria para um esclarecimento das razões que motivam o actual caos urbano e dos mecanismos gerais da "planificação" numa sociedade do nosso tipo e dos interesses que a determinam.

Propomos, para que o colóquio não seja obra apenas dos alunos do 4º ano, que os grupos de trabalho e numa maneira geral, todos os estudantes de Arquitectura se preparem para intervir nestas discussões. Para isso, julgamos que a discussão pode, desde já, ser levantada nas cadeiras de Arquitectura, Urbanismo e Teoria, assim como nos grupos de trabalho (podem do mesmo incidir sobre o específico dos trabalhos destes grupos). Os resumos dessas discussões devem ser lidos no colóquio, estabelecendo-se em seguida a discussão e a troca de opiniões.

ORGANIZEMOS A DISCUSSÃO NAS TURMAS E NOS GRUPOS DE TRABALHO, JUNTAMENTE COM OS PROFESSORES!
PREPAREMOS INTERVENÇÕES RELACIONADAS COM OS TRABALHOS DE GRUPO E COM O TEMA DO COLÓQUIO!

NÚCLEOS SINDICAIS DE ARQUITECTURA

(a data do colóquio será brevemente divulgada)

Índice de Anexos Capítulo 2

- Anexo I** Filme *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/#sthash.DZ0o0jBW.dpbs> 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal)]
- Anexo II** Filme *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura*. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/#sthash.DZ0o0jBW.dpbs> 28 de Março de 1975. [Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal)]
- Anexo III** Circular da Comissão de Apoio ao Saneamento e Reclassificação da ESBAL. 15 de Outubro de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]
- Anexo IV** Folheto *A Luta Continua* n.º.2. Por um grupo de estudantes do 1º, 2º, 3º, 5º e 6º ano. 11 de Maio de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]
- Anexo V** Acta de Seminário com o título *ESBAL Arquitectura. Estrutura de Ensino*. 22 de Maio de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]
- Anexo VI** Exemplo de uma Proposta a uma RGA. Excerto. *Grupo: Organização e Ensino*. 4 de Junho de 1974. [Arquivo JMF]
- Anexo VII** Texto distribuído na Escola: “Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto”. (s.n.). (s.d.). [Arquivo JMF]
- Anexo VIII** Exemplo de uma proposta aprovada em RGA a 22 de Outubro de 1974. [Arquivo JMF]
- Anexo IX** Trabalho escolar. 4º ano. João Vieira Caldas, Júlio Teles Grilo, Manuel Graça Dias, Maria Helena Simas e Maria Manuela Correia Neves. Monitor: José Luís Varanda. 1976. [Arquivo MGD]
- Anexo X** Telegrama de António Brotas (Secretário Estado Ensino Superior) dirigido a professores e alunos a 15 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XI** Proposta de Reestruturação do curso de Arquitectura pela *Comissão de Luta pela Abertura da Escola!* (s.n.). (s.d.). [Arquivo JMF]
- Anexo XII** Proposta aprovada em RGDA para novo curso de arquitectura. (s.d.) ca 1975. [Arquivo JMF]
- Anexo XIII** *Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992*. Concurso para Professor Associado de José Lamas. 1992. [Fundo FAUL]

- Anexo XIV** Carta de Augusto Brandão ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL]
- Anexo XV** Despacho 25/75 de Avelãs Nunes. Lança as bases de criação de uma nova Escola de arquitectura nomeando Nuno Portas como representante do MEIC. 24 de Junho de 1975. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Comunicado n.º1 da Comissão Instaladora (Nuno Portas) aos alunos de Arquitectura da ESBAL. ca Agosto 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** (s.n.). [Comissão Instaladora de uma nova Escola de Arquitectura]. Minuta de convocação com lista manuscrita. ca Setembro 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** Carta da Comissão Instaladora (Nuno Portas et. al.) ao Secretário de Estado do Ensino Superior de 2 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XIX** Comunicado n.º2 da Comissão Instaladora (Nuno Portas) aos alunos de Arquitectura da ESBAL. 21 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Recrutamento de corpo docente para a nova Escola. Anexo de “Tópicos para a Legislação Constitutiva dos Novos Estabelecimentos de Ensino”. (s.d). [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Quadro de unidades pedagógicas, tempos e equipas de um curso para uma nova Escola. Novembro de 1975. [Fundo FAUL]
- Anexo XXII** Documento *Estrutura 76*. Modelo pedagógico apresentado ao Secretário de Estado António Brotas. ca Janeiro 1976. [Arquivo JMF]
- Anexo XXIII** Despacho 7/76 de António Brotas. Comentários ao documento de trabalho “ESBAL – Arquitectura” (*Estrutura 76*). [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]
- Anexo XXIV** Lista de corpo docente advindo do regime político pré-revolucionário. (s.n.). (s.d.). [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** Proposta de Saneamento com lista de corpo docente advindo do regime político pré-revolucionário. (s.n.). (s.d.). [Fundo FAUL]
- Anexo XXVI** “Esquema Indicativo das Transições dos Vários Anos da Reforma de 57 para a Estrutura de 76”. Incluso no Boletim de Inscrição de José Manuel Fernandes. Ano lectivo de 1975/76. 23 de Março de 1976. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVII** Trabalho escolar de “Arquitectura”. 4º ano, 1º ano licenciatura. “Centro Lúdico-comercial ‘Valha-nos Santa Bárbara’”. Análise. Maria Emília Silvério; Jorge Manuel Rodrigues; José Manuel Fernandes; João Luís Carrilho da Graça; António Ferreira; Francisco Caires. 1975/76. [Fundo FAUL]

Anexo XXVIII Trabalho escolar de “Arquitectura”. 4º ano, 1º ano licenciatura.
“Centro Lúdico-comercial ‘Valha-nos Santa Bárbara’”.
Documentação. João Luís Carrilho da Graça. 1975/76. [Fundo FAUL]

Anexo XXIX Trabalho escolar de “Arquitectura”. 4º ano, 1º ano licenciatura.
“Centro Lúdico-comercial ‘Valha-nos Santa Bárbara’”. Estudo Prévio.
João Luís Carrilho da Graça. 1975/76. [Fundo FAUL]

Anexo I

Filme *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura.*

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/#sthash.DZ0o0jBW.dpbs>

28 de Março de 1975. [Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal)]



Tomás Taveira



Augusto Brandão

Anexo II

Filme *Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Parte I: Arquitectura.*

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/escola-superior-de-belas-artes-de-lisboa-parte-i-arquitectura/#sthash.DZ0o0jBW.dpbs>

28 de Março de 1975. [Arquivo RTP (Rádio e Televisão de Portugal)]



Aluno [V. texto]



Alunos

Anexo III

Circular da Comissão de Apoio ao Saneamento e Reclassificação da ESBAL. 15 de Outubro de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]

ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
COMISSÃO DE APOIO AO SANEAMENTO E RECLASSIFICAÇÃO

CIRCULAR

De acordo com as atribuições gerais previstas nos decretos-lei 277/74 de 25 de Junho, 366/74 de 19 de Agosto e nas "Normas para orientação das Comissões de Saneamento e Reclassificação" emanadas do Conselho de Ministros de Agosto de 1974 e em cumprimento do que foi decidido em Assembleia Geral de Escola, a Comissão de Apoio ao Saneamento, democraticamente eleita na ESBAL, vem tornar público o seguinte:

1. A referida Comissão de Apoio não tem por funções sanear ou propor o saneamento de qualquer dos funcionários da ESBAL;

2. A Comissão é um grupo de trabalho representativo dos vários sectores da Escola, cujas atribuições fundamentais são as seguintes:

- a)- Dinamizar o processo de saneamento;
- b)- Prestar todas as informações e esclarecimentos ao seu alcance sobre toda a matéria de saneamento;
- c)- Pesquisar e facultar a consulta de todos os documentos que possam servir de prova;
- d)- Servir de intermediária na condução de processos, para quem o desejar, entre os vários indivíduos ou grupos e a Comissão Ministerial para o Saneamento e Reclassificação;
- e)- Agir em estreita colaboração com a Comissão Ministerial, submeter-se às orientações por ela traçadas e dar-lhe conta dos resultados das suas actividades na consecução das finalidades impostas pelo Decreto-lei 277/74;
- f)- Apoiar e coordenar o saneamento de aluges baseado em critérios que por estes virão a ser estabelecidos;
- g)- Todos os membros desta Comissão de Apoio comprometeram-se publicamente a guardar completo sigilo sobre os assuntos e pessoas implicadas neste processo de que tiverem conhecimento.

3. Todas as pessoas, que tiverem conhecimento de factos incluídos nas alíneas do ponto 4 desta circular, têm o dever cívico de os participar à Comissão Ministerial para o Saneamento e Reclassificação.

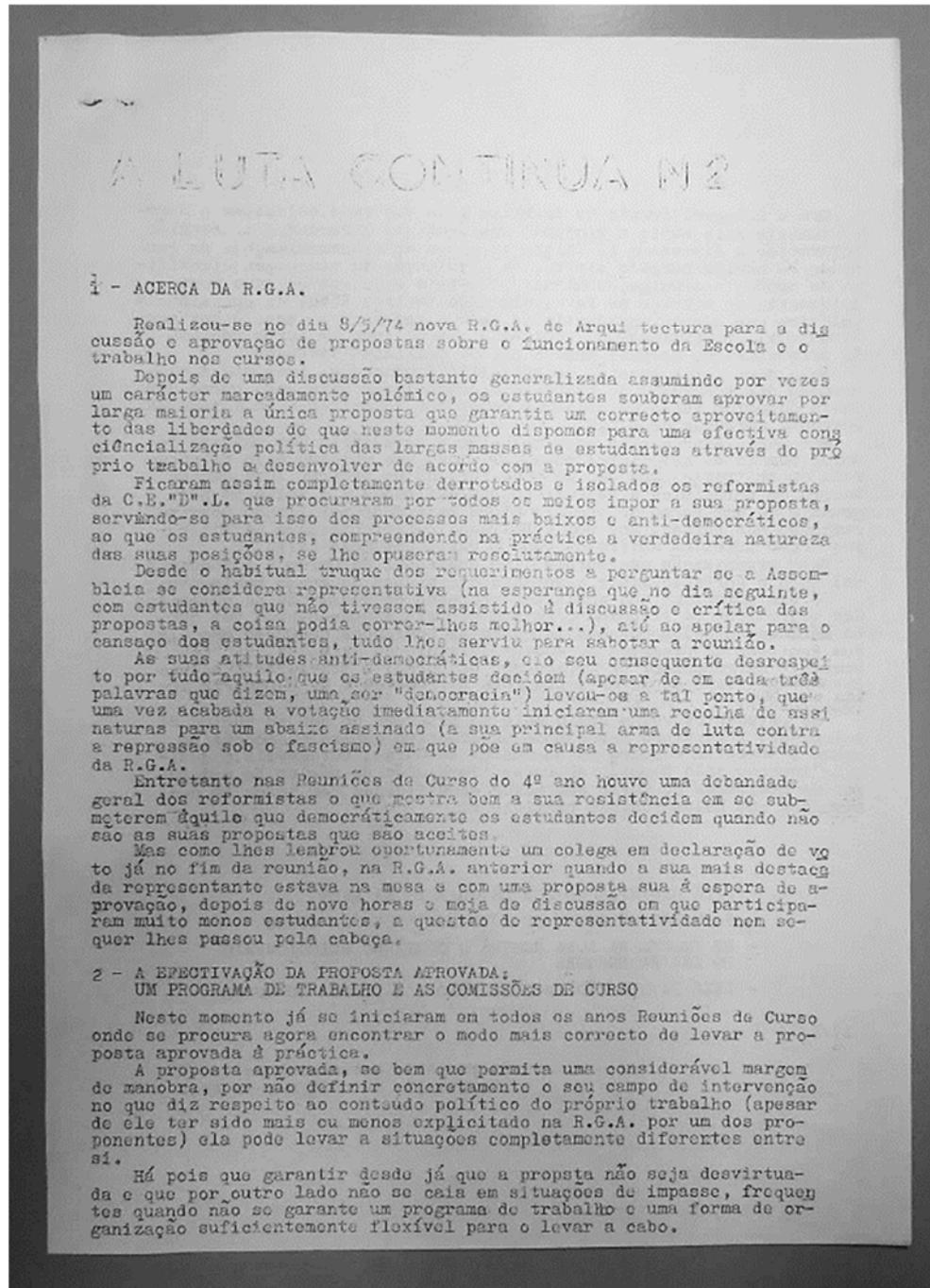
a)- As declarações das pessoas, grupos ou entidades participantes deverão ser assinadas;

b)- As queixas, reclamações ou participações de factos deverão incluir indicação de todos os meios de prova possíveis (por exemplo, o nome das pessoas que presenciaram os factos ou delas são conhecedoras; fotocópias de documentos ou sua localização efectiva ou provável; etc.);

c)- É importante frisar que, devido ao carácter secreto que o processo do saneamento assume, ninguém poderá vir a ser inculcado pelas decla

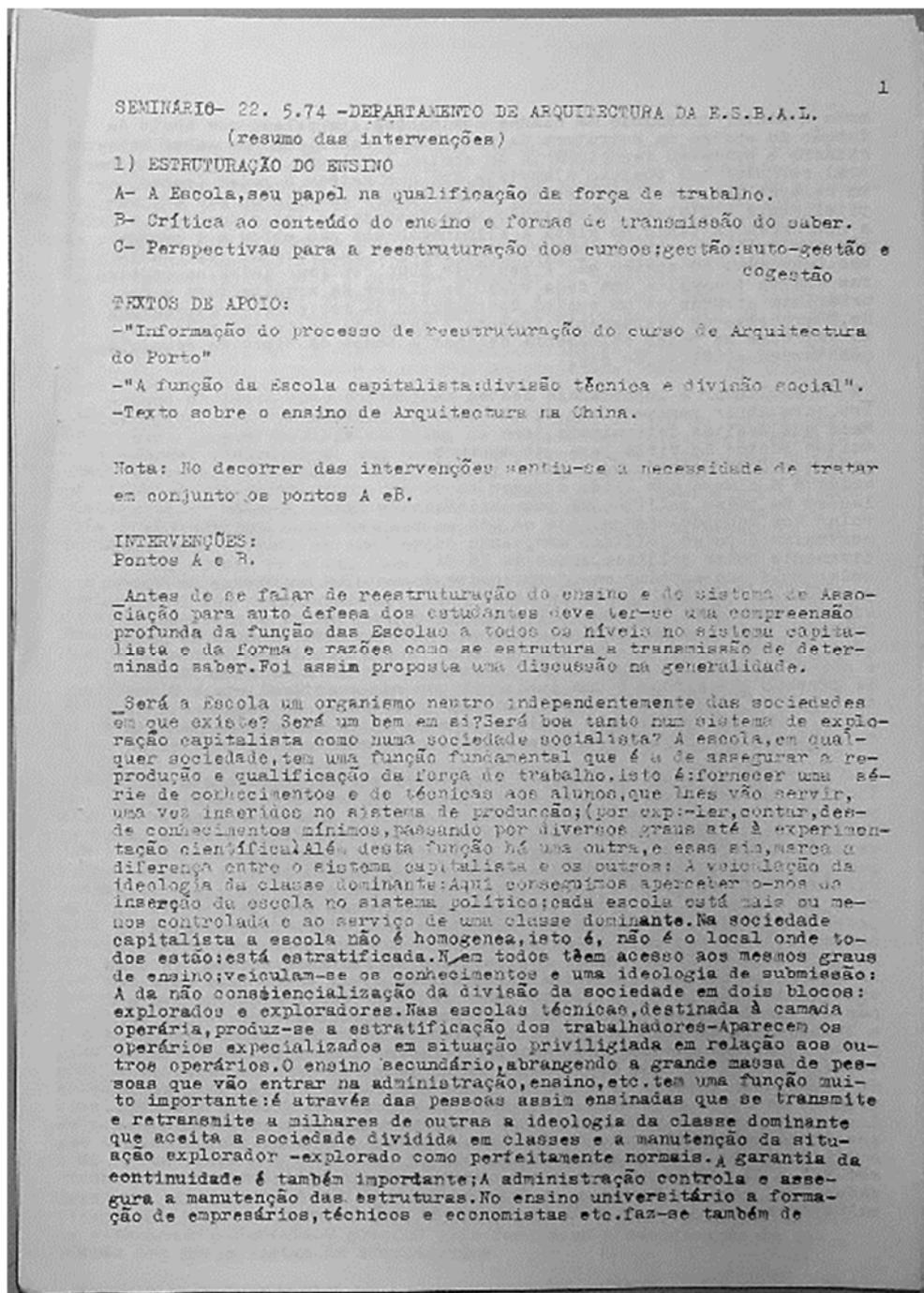
Anexo IV

Folheto *A Luta Continua* n.º 2. Por um grupo de estudantes do 1.º, 2.º, 3.º, 5.º e 6.º ano. 11 de Maio de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]



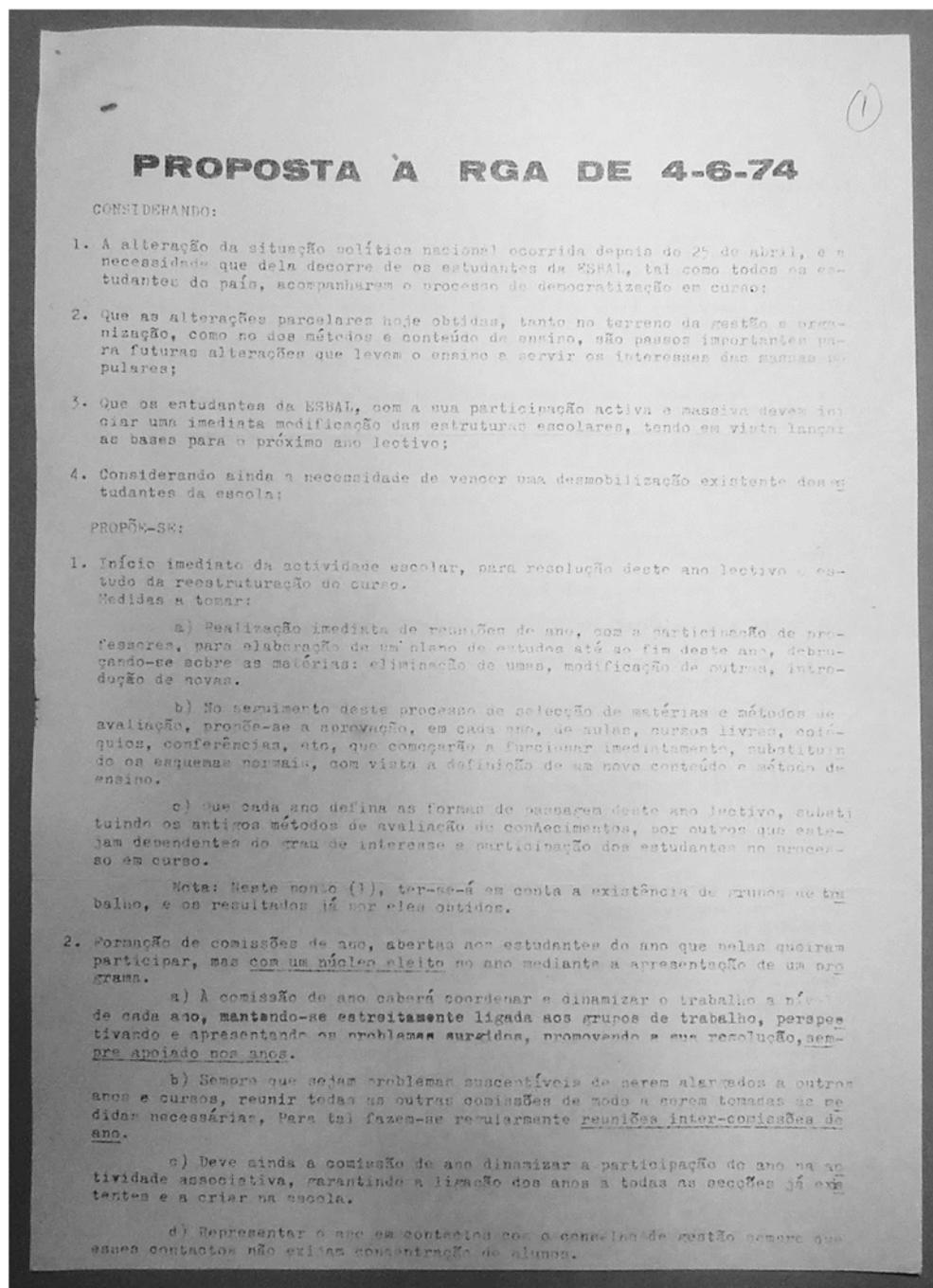
Anexo V

Acta de Seminário com o título *ESBAL Arquitectura. Estrutura de Ensino*. 22 de Maio de 1974. Excerto. [Arquivo JMF]



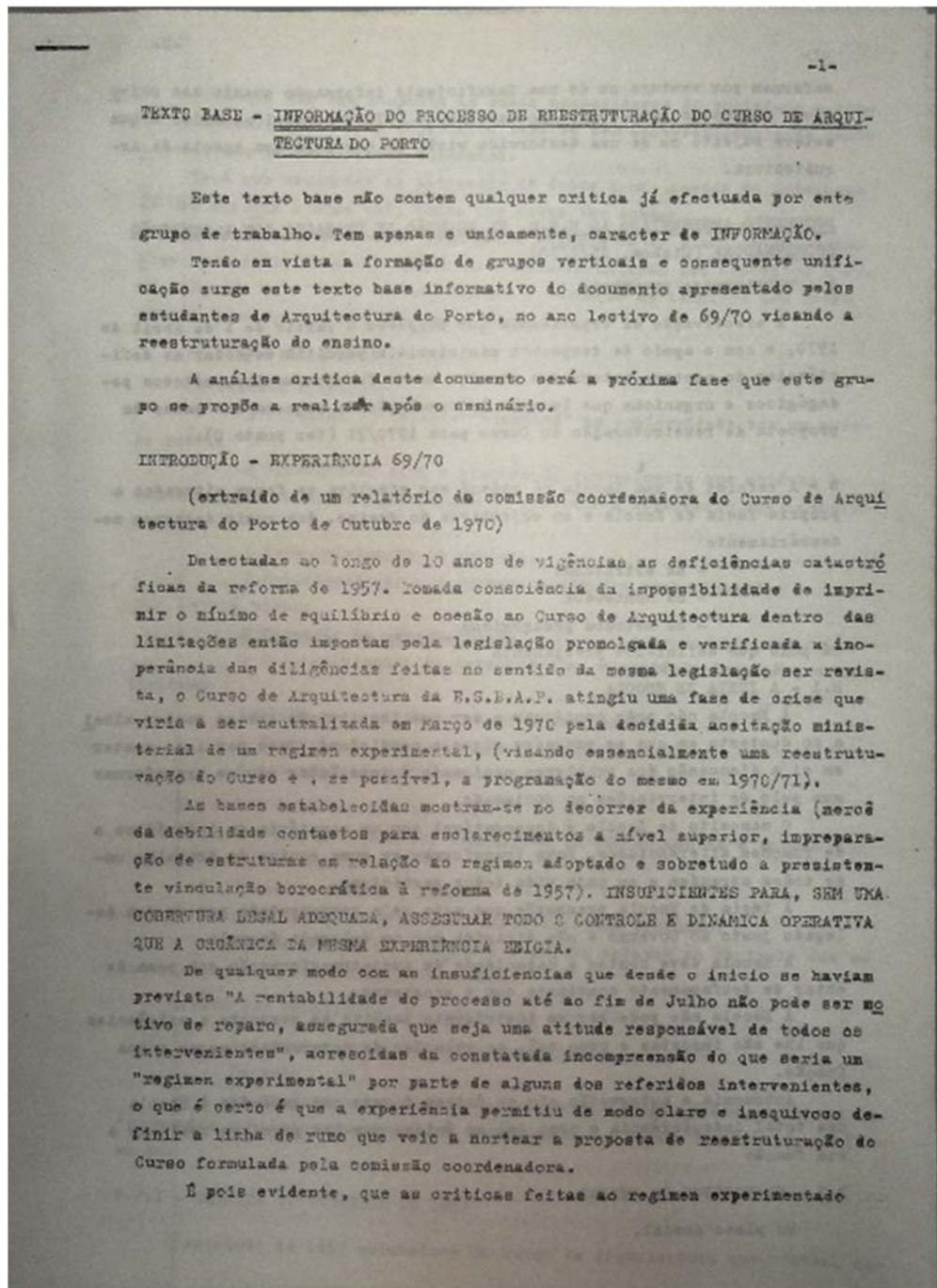
Anexo VI

Exemplo de uma Proposta a uma RGA. Excerto. *Grupo: Organização e Ensino*. 4 de Junho de 1974. [Arquivo JMF]



Anexo VII

Texto distribuído na Escola: "Informação do processo de reestruturação do curso de arquitectura do Porto". (s.n.). (s.d.). [Arquivo JMF]



Anexo VIII

Exemplo de uma proposta aprovada em RGA a 22 de Outubro de 1974. [Arquivo JMF]

proposta aprovada em R.G.A.

1) Considerando a medida recentemente anunciada pelos meios de informação, de abertura de inscrições para o curso de arquitectura, tomada pelo corpo docente, onde se acolhem alguns reconhecidos fascistas e outros que lhe dão cobertura;

2) Que tal medida é profundamente anti-democrática, pois visa virar as massas estudantis contra as suas próprias decisões, aprovadas em R.G.A. — dado que as alternativas colocadas aos estudantes no acto de inscrição — ficar no mesmo ano ou submeter-se à "avaliação de conhecimentos", foram inequivocamente por nós recusadas em R.G.A. em Julho 74

3) Que tal medida, anunciada de surpresa, visa também impedir que os estudantes possam sobre ela colectivamente reflectir e se apercebam da manobra, além de mostrar claramente qual a disposição do corpo docente e do MEC, ao quererem manter intacto o edifício da escola burguesa, através do seu pilar fundamental: a selecção burguesa.

PROPÕE-SE:

1) Que os estudantes reunidos nesta R.G.A., reafirmem a sua decisão de passagem administrativa.

2) Recusem inscrever-se nas condições que o corpo docente pretende impor.

3) Que exijam a imediata abertura de inscrições para todos os estudantes no ano seguinte como forma de levar à prática a passagem administrativa através de formas de luta a definir nesta R.G.A.

MEDIDAS PRÁTICAS DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA:

1- Que se formem piquetes amanhã às nove horas à porta da escola para esclarecimento a todos os estudantes das posições dos professores e para impedir qualquer inscrição

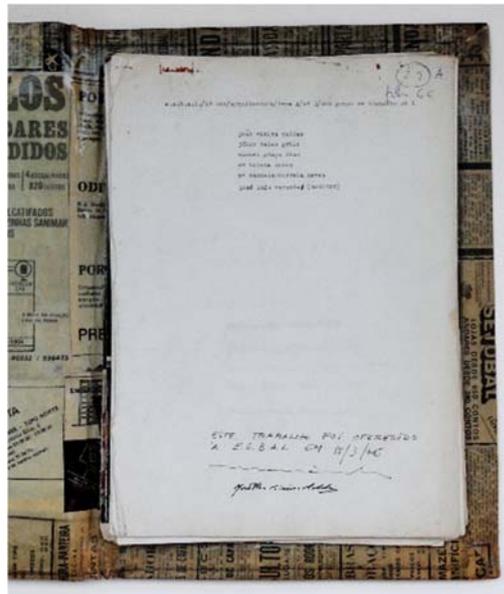
2- Que se exija junto do corpo docente a retirada imediata das inscrições

3- Em caso negativo por parte dos professores que se faça a divulgação na imprensa do sucedido.

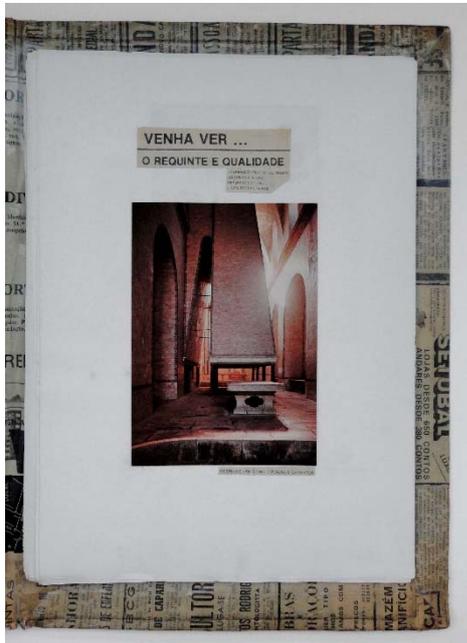
Os alunos de arquitectura reunidos em R.G.A.
em 22 de Outubro de 1974

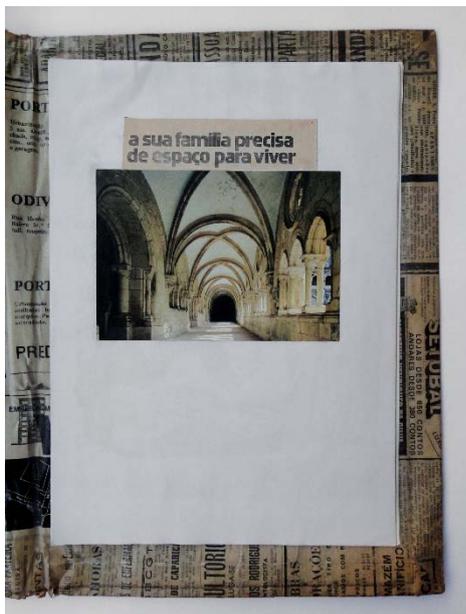
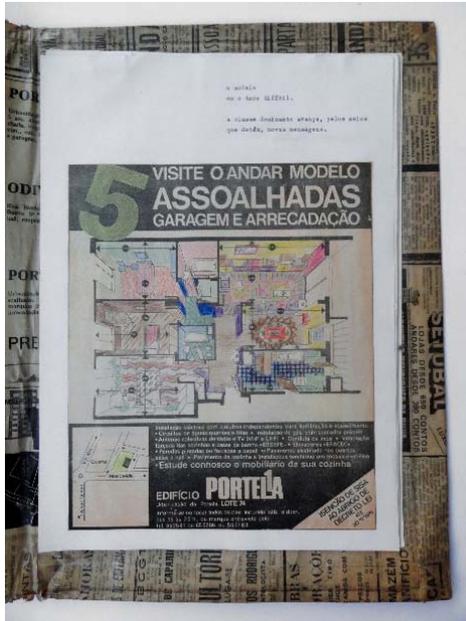
Anexo IX

Trabalho escolar. 4º ano. João Vieira Caldas, Júlio Teles Grilo, Manuel Graça Dias, Maria Helena Simas e Maria Manuela Correia Neves. Monitor: José Luís Varanda. 1976.
[Arquivo MGD]









Anexo X

Telegrama de António Brotas (Secretário Estado Ensino Superior) dirigido a professores e alunos a 15 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]

Indicação de recepção
COPIA 1956 VI [CTP] TELEGRAMA 1220

LISBOA 3701 50 15 1850
PREAMBULO: estação de origem—número de ordem—quantidade de palavras—data—hora de aceitação

PROFESSORES E ALUNOS
ARQUITECTURA ESCOLA DE BELAS ARTES LISBOA
LARGO DA BIBLIOTECA PUBLICA
LISBOA

FAVOR INDICAREM NOME TRES ARQUITECTOS PROVADO MERITO
PROFISSIONAL E VOSSA CONFIANCA A FIM DE ACONSELHAREM E
COLABORAREM SECRETARIA DE ESTADO ENSINO SUPERIOR E
INVESTIGACAO CIENTIFICA REESTRUTURACAO ENSINO ARQX ARQUITECTURA
STOP CUMPRIMENTOS
SECRETARIO ESTADO ENSINO SUPERIOR ANTONIO BROTTAS

*do Conselho Directivo a fm de José Brotas
a fm de [assinatura]*

Indicações de serviço

hipotese antes prevista, não havia já [concepções]
nem didáticas para iniciar o semestre em 1 de Setembro.
O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica concordou com esta orientação e emitiu o despacho de 4 de Setembro afixado para conhecimento dos alunos.

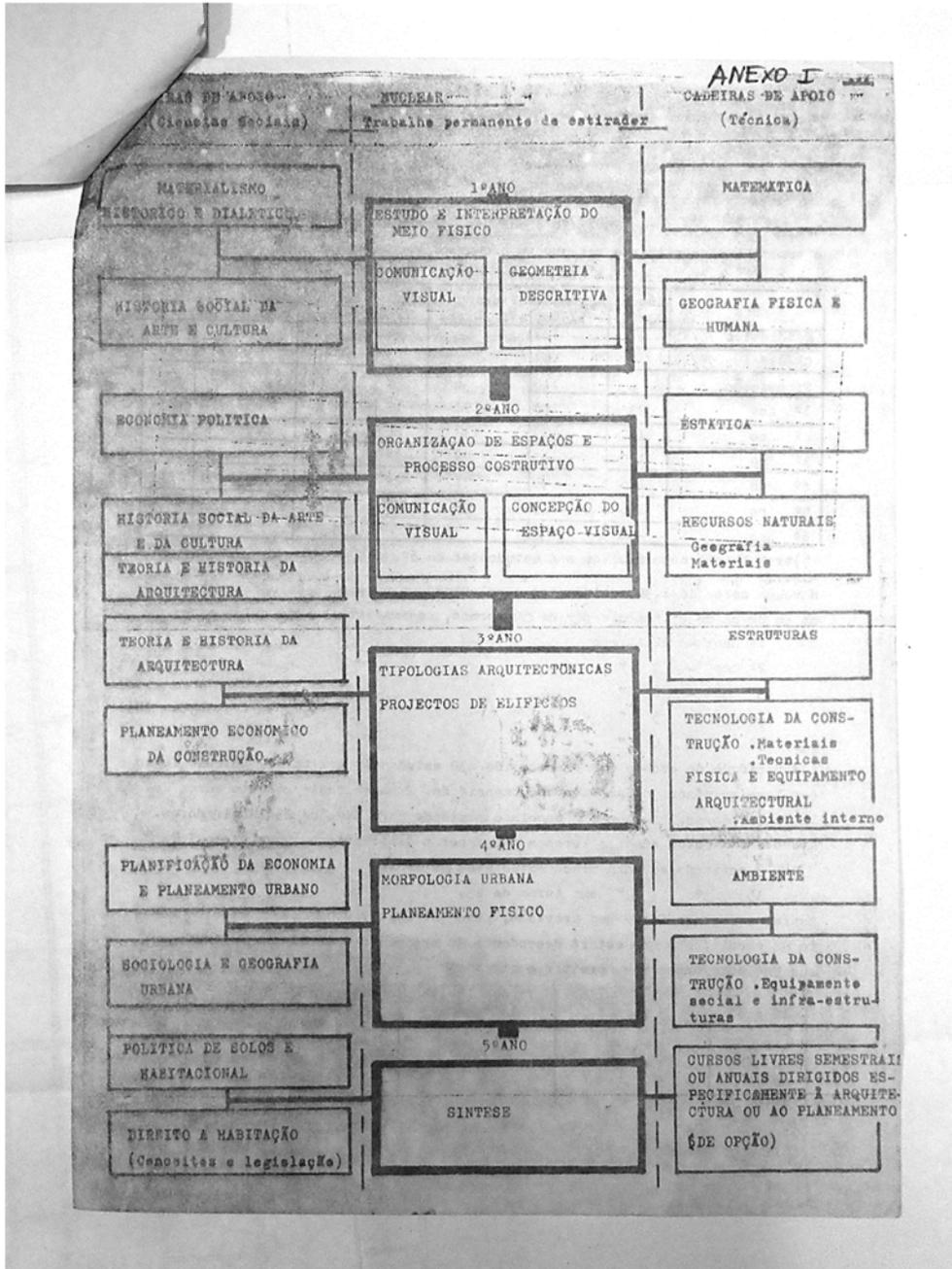
2 - No entanto e porque se criou uma justa expectativa quanto à sua imediata abertura (prevista para 1 de Setembro), considera a Comissão Instaladora dever apresentar mais detalhada justificação aos interessados da mudança de orientação que originou, sobretudo porque, além dos obstáculos administrativos que foram encontrados, a sua proposta teve ainda em conta as posições tomadas pelos estudantes, designadamente na Reunião Geral de Alunos de Julho de 1974. Assim:

2.1 A reconhecida necessidade de operar uma renovação substancial no corpo docente - supondo a rescisão do contrato ou mudança da maioria dos docentes actuais do CA da ESBAL e a proprecção de novos elementos qualificados e disponíveis a curto prazo - é tarefa que está a exigir inúmeras demarches e que, neste momento, está ainda atrasada. Acresce que o Conselho Directivo de Artes Plásticas e Design por razões decorrentes da sua posição perante o MEIC e que são do conhecimento da Escola, viu dificuldade

.../...

Anexo XI

Proposta de Reestruturação do curso de Arquitectura pela *Comissão de Luta pela Abertura da Escola!* (s.n.). (s.d.). [Arquivo JMF]



ANEXO II

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NOS ANOS-TURMAS

Com base nos inscritos em 73/74 e com base no número de estudantes que fizeram o trabalho disciplinar e nos que se pre-inscreveram, temos como previsão para o próximo ano os seguintes números:

ANOS	Insc. 73/74	Pré in. 75/76	Fizeram Trab. Disc.	Não fizeram Trab. Discip.	Anos em 75/76	
Candidatos 72/75		227				
Candidatos 75/76		158			536	1º.
Transição		110				
1º Ano	234	143	194	1º	150	233
2º Ano	177	177	138	2º	39	199
3º Ano	140	95	79	3º	61	144
4º Ano	126	78	71	4º	55	153
5º Ano	108	89	26	5º	82	
6º Ano	96	39	§)			

§)trabalharam como monitores 4 estudantes do 6º. ano

Havendo cerca de 1.300 estudantes e calculando o número de estudantes por turma em cerca de 25, temos cerca de 50 turmas, assim distribuídas pelos anos:

- 1º ano - 22 turmas
- 2º ano - 9 "
- 3º ano - 8 "
- 4º ano - 5 "
- 5º ano - 6 "

A capacidade da escola é para cerca de 430 estudantes por turno, cálculo feito com base no número de salas e sua capacidade. Existem neste momento cerca de 180 estiradores, não tendo a escola capacidade para mais de 250 estiradores. Atendendo a estes números teremos que fazer a distribuição da seguinte forma:

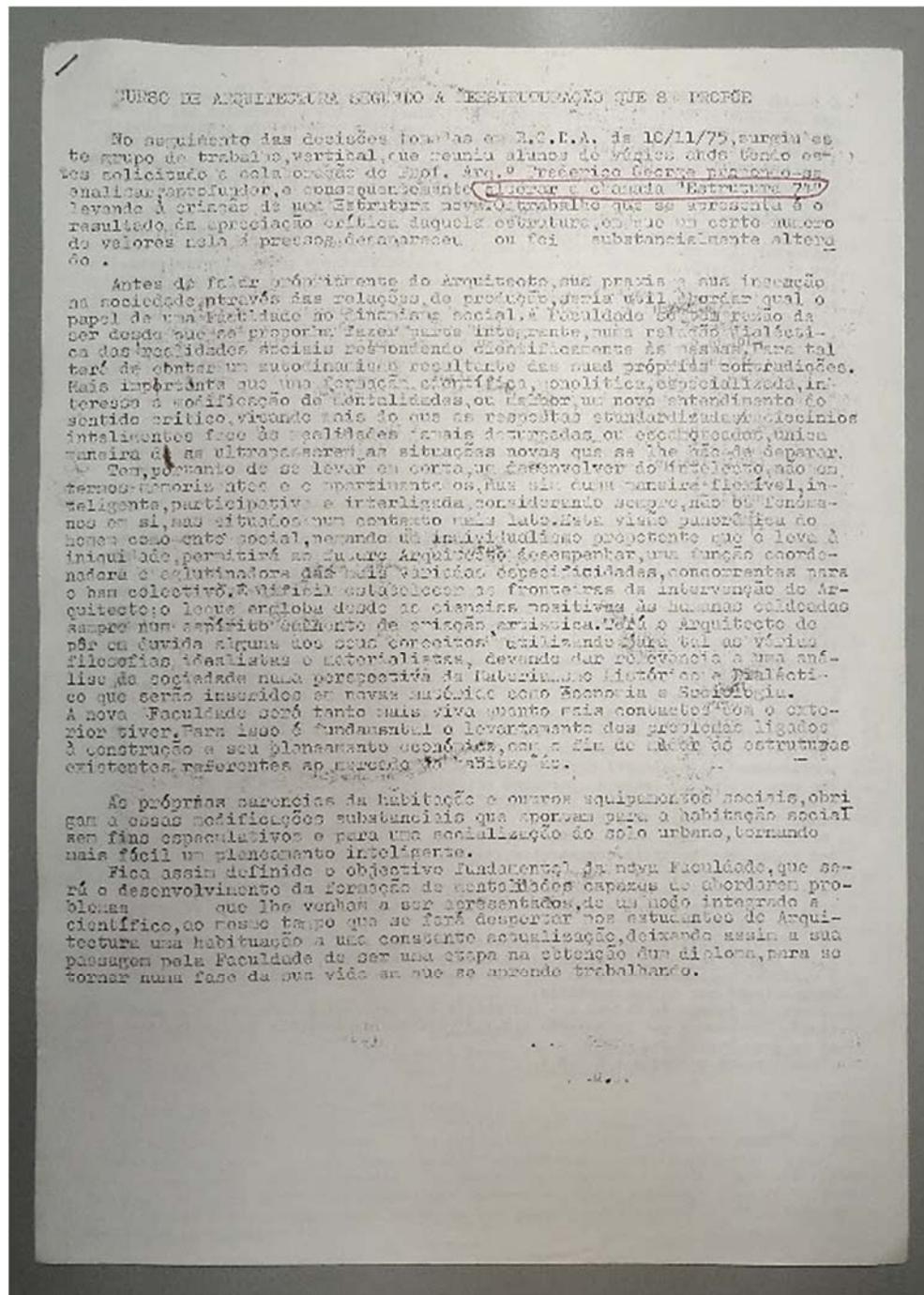
- 3 estiradores para cinco estudantes (em média)
- 15 " " uma turma de 25.

Assim, poderemos fazer uma previsão, nunca definitiva, quanto ao funcionamento da escola, mas que estará dependente do orçamento e do número de professores que esse orçamento permitir contratar:

	Manhã 9-13h	Tarde 15-19h	Noite 19,30-23,30h
1º ano	5 turmas	12 turmas	5 turmas
2º "	2 "	5 "	2 "
3º "	4 "	---	4 "
4º "	3 "	---	2 "
5º "	3 "	---	3 "
Total	17 "	17 "	16 "

Anexo XII

Proposta aprovada em RGDA para novo curso de arquitectura. (s.d.) ca 1975. [Arquivo JMF]



O ENSINO INTEGRAL FUNDAMENTA-SE, sobretudo em Arquitectura, por este curso abordar um leque diferenciado, mas concorrente de conhecimentos aglutinados nas 3 grandes vertentes, ARQUITECTURA, PLANEAMENTO e TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITECTURA. Estas 3 matérias constituem o fulcro concorrente de todo um curriculum disciplinar, que visa informar, de uma forma inserida todo o conhecimento julgado necessário a um arquitecto actuante. A articulação de todas as matérias complementares e a consequente prática das mesmas, só terá viabilidade para além dos seus próprios campos específicos, inseridas numa maneira directa nas 3 grandes matérias centrais, que constituirão o núcleo e a espinha dorsal do curso de Arquitectura. Encerra este método a necessidade de reformular a transmissão do saber e a avaliação do mesmo não descurando os contributos e pesquisas dos estudantes de Arquitectura no sentido de informar e reciclar o próprio saber, numa perpétua actualização às realidades sociais.

A transmissão do saber jamais será registral, pelo contrário, passará por todos os métodos, desde o seminário, ao entendimento e interpretação de projectos, com achegas teóricas, sempre que se julgue necessário, ao longo do percurso de elaboração do mesmo, depois de interpretados todos os parâmetros condicionantes levantados "in loco".

Que melhor Avaliação senão a dos próprios colegas e professores que participam vivamente ao longo de um ano na nuclear correspondente.

O parecer favorável ou desfavorável estará dependente do interesse, participação, sentido crítico e formação científica demonstrada ao longo dos trabalhos experimentais, seminários e aulas julgadas necessárias para matérias de ciz essencialmente positivista.

A Passagem de Ano far-se-á portanto, através duma apreciação global nas 3 grandes matérias nucleares. Admitindo-se mesmo a hipótese dum fraco domínio, pelo estudante, duma matéria anelar, não o lesar directamente em termos de passagem. No entanto perigoso, pelas suas procedências no ano seguinte que caberá a responsabilidade do estudante que poderá não reciclar por si. Nesta perspectiva a situação das cadeiras em atraso, não existirá, mas incorrerá numa maior dificuldade na abordagem do ano seguinte por parte do estudante.

Estimula-se assim uma autocritica por parte do estudante sobre as suas carencias que serão suplantadas por si, não só por contactos pessoais e directos com o professor correspondente, como leituras, seminários ou eventual assistência por conta própria aos cursos continuos do ano anterior. Este processo tem a vantagem sobre os outros de permitir uma melhor justiça, mais responsável e real, que será a AVALIAÇÃO GLOBAL condida numa flexibilidade que não será forçosamente arquivante. Aliás, de outra maneira, não se entenderia, falar-se das interdisciplinaridades que reunidas serão, o específico de Arquitecto e a sua prática profissional. As nucleares serão regidas por um grupo de Professores que estarão escalonados ao longo do percurso exigido pelo "curriculum" das mesmas, motivadas por análise, crítica e elaboração de projectos sempre que possível circunscritos às realidades do País.

criará a nova Faculdade formas organizadas de fazer eco destes trabalhos junto dos organismos Estatais competentes, visando uma intervenção directa na produção de Arquitectura.

A atitude crítica da Faculdade em relação ao exterior, será o verdadeiro contról da dinâmica social através da sua interpretação e satisfazendo os anseios do Povo Português.

O control científico dentro da própria Faculdade será efectuado através do Conselho Pedagógico e do Conselho Científico, que trabalhará duma maneira estreita decorrente e organizada junto das turmas cabendo-lhe a reformulação de novos "curriculums" por estas superidas.

Quanto às formas de defesa dos interesses dos estudantes passarão pela Associação dos Alunos que promoverão R.G.A.s, ótimos contributos para a dinâmica da Nova Faculdade.

Considera-se soberana a R.G.A.

-A TRANSIÇÃO DE 57 PARA A NOVA ESTRUTURA.

Admitindo o carácter diferenciado das duas estruturas, para além da introdução de novas matérias e consequente dificuldade de acerto, levou em conta a nova estrutura a passagem linear e automática. Para a formalização deste processo considera-se de grande interesse o trabalho disciplinar desenvolvido pelas alunas antes do natal. No entanto exige-se da consciência dos estudantes que o ano para o qual transitam, será de sobrecarga, visto necessitarem a cada passo de conhecimentos anteriores. Não se esquivar a nova estrutura e admitir esta transição difícil, com possibilidade de acertos que surgirão forçosamente. E por ter considerado este aspecto imprimiu-se-lhe uma flexibilidade, que lhe permitirá ultrapassar na prática da maneira mais conveniente, incluindo-se reciclagens, sobre as mais variadas formas, aulas, seminários e palestras.

-O DIA INTERDISCIPLINAR
Será de grande utilidade, conforme o entendimento que se tiver do mesmo. Esta estrutura entra em linha de conta com vários factores que se passam a expor: Já foi dito que a ligação ao exterior, numa forma organizada e actuada sob a forma de análise de projectos existentes ou a elaboração de outros sob a responsabilidade da escola, será uma constante, ligada numa maneira subsidiária aos conhecimentos teóricos. Dentro desta óptica, e de toda a conveniência, sempre que haja trabalho que o justifique, decorrente dos trabalhos curriculares, assim como possíveis convites a grupos de técnicos responsáveis pelos projectos. Assim como é possível que possam contribuir directamente para a aquisição de conhecimentos para a Faculdade. É difícil conciliar os interesses da faculdade e das pessoas convidadas em termos de horário, acarretando daí a não rigidez de um dia específico, ficando condicionado o dia interdisciplinar à dinâmica escolar, depois de obtido o mínimo material de pesquisa. Caso contrário redundará num abandono de parte deste dia acarretando graves problemas de desmobilização e consequente desarranjo do trabalho curricular. Em suma, se não se definirem os objectivos do dia interdisciplinar corre-se o risco, deste jamais chegar a ser uma realidade. Esta definição será feita na prática, em que se acertará em relação aos dois turnos.

- 2 TURNOS

A falta de espaço físico, por um lado e o grande número de estudantes, por outro, obriga-nos à divisão em dois turnos, existindo um período a fixar, comum a ambos. Sendo este período,

importantíssimo para a interação de todos os estudantes num entendimento propiciando actuação da escola em relação ao exterior e à sua própria dinâmica interna.

Dá-se preferência de escolha, aos estudantes trabalhadores, devido ao seu estatuto incerto.

- COMISSÃO ORGANIZADORA

A viabilidade do sucesso e concretização desta estrutura na prática, depende da negociação por parte do M.E.L.O. duma equipe, formada por técnicos de administração, que elaboraram o orçamento, assim como a representação de professores, estudantes, pessoal auxiliar, do secretariado e técnico, numa comissão que apreciará das possibilidades a todos os níveis. Cessando a sua actividade, com a criação do Conselho Directivo, eleito por corpos ou escrutínio secreto, assim como a criação do Conselho Pedagógico e Conselho Científico. Os estudantes representar-se-ão em todas as paragens, sendo no Conselho Científico, que avaliará do curriculum dos futuros docentes, sob a forma de relatórios curriculares que passarão pela apreciação da Faculdade, que deliberará depois de criteriosamente analisados.

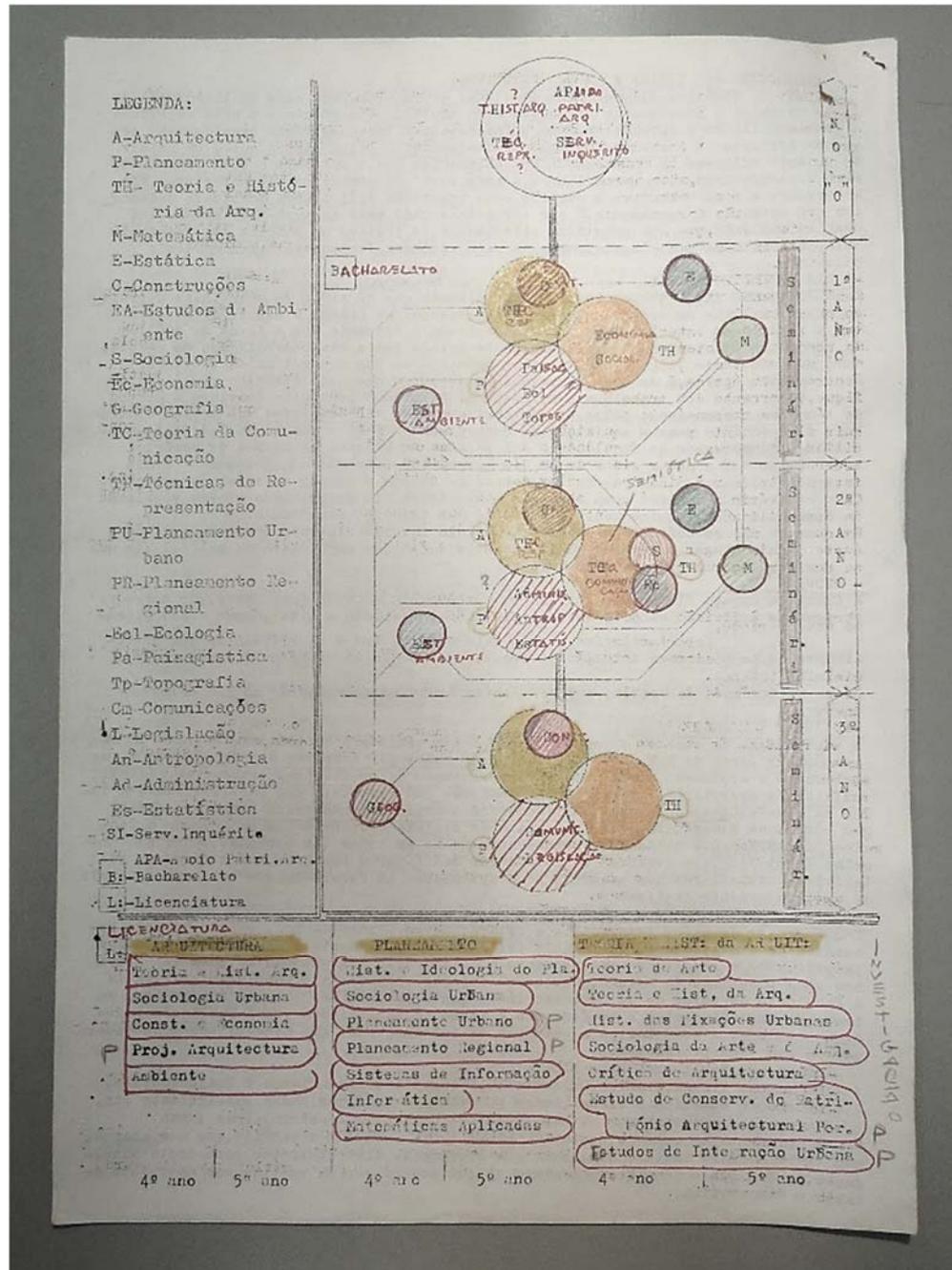
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Considera-se de maior importância, a criação de um Centro de Doc. e Inform. numa Faculdade de Arquitectura, funcionando com carácter permanente e dispense de um corpo próprio, embora recorrendo intensamente à colaboração dos estudantes, quer integrada nos seus programas de estudo, quer como ocupação voluntária e complementar. Ficaria a Faculdade de posse de um poderoso instrumento pedagógico, apoio fundamental ao trabalho dos estudantes e professores e mesmo de licenciados que à Faculdade poderiam continuar a recorrer, para obtenção de informação de que necessitassem no decorrer da sua vida profissional.

- Informação Bibliográfica e Biblioteca.
 - Informação Visual, Gráfica, Cartografia, fotografia, Filme, Planos e Projectos, etc.
 - Informação Numérica e Visual, Dados Numéricos e Gráficos, Dados Estatísticos etc.
 - Desenvolvimento de contactos com outras entidades nacionais e estrangeiras, etc.
- A apresentação sumária, nestas 2 folhas tenta encerrar o espírito, que nos animou, num trabalho mais vasto e detalhado que brevemente distribuiremos para ampla divulgação, se bem que o consideremos aquém do que poderá ser na prática uma estrutura aberta e democrática.

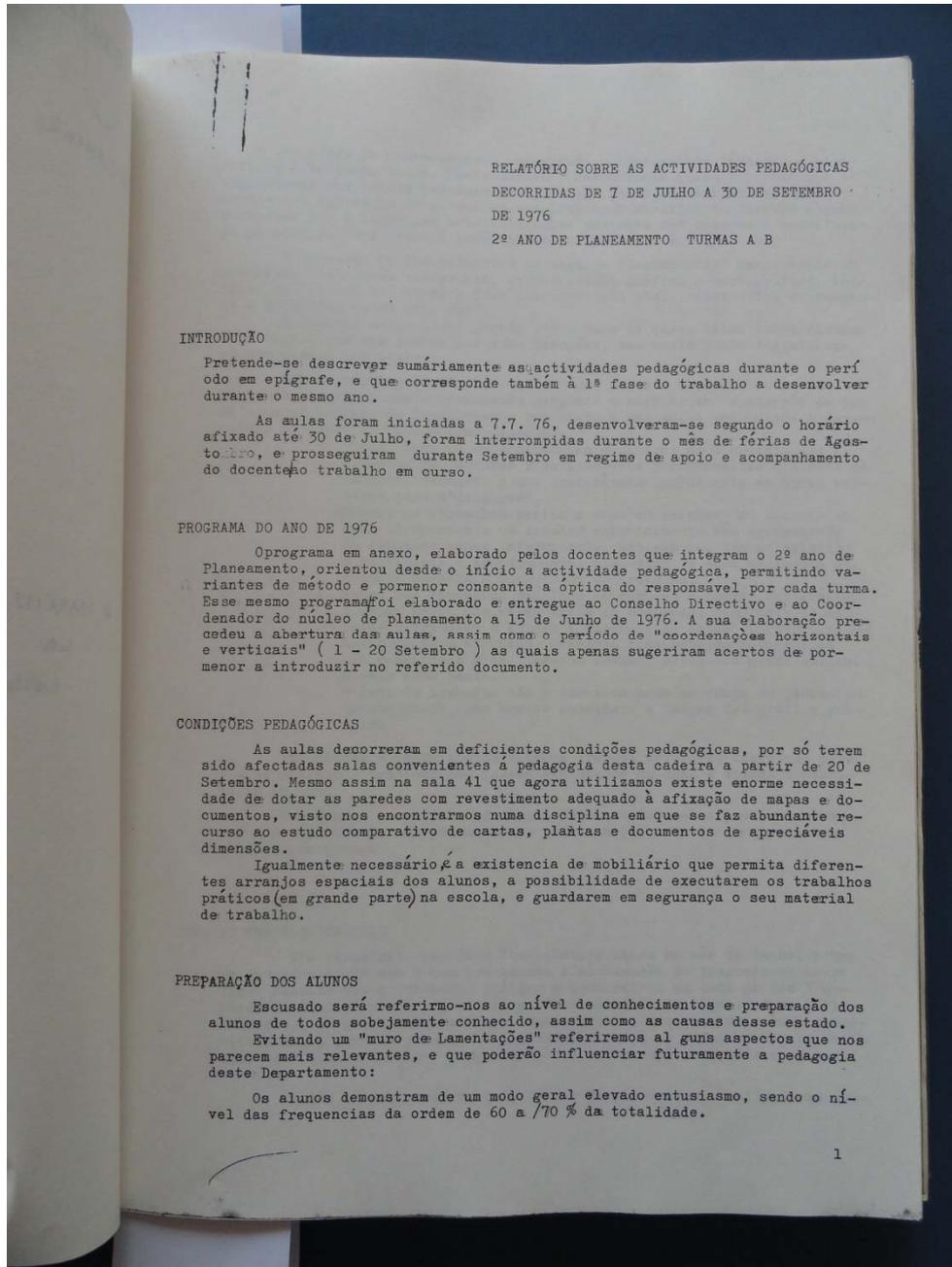
S E M I N A R I O S

DE QUE MANEIRA



Anexo XIII

Programa e relatórios das cadeiras leccionadas entre 1976 e 1992. Concurso para Professor Associado de José Lamas. 1992. [Fundo FAUL]



O seu nível de conhecimentos, sobretudo conhecimentos técnicos e científicos é bastante baixo. Nomeadamente, desconhecem quase por absoluto o significado dos termos que empregam por isso mesmo imprópriamente, mas dando-se a aparência de possuírem uma linguagem científica. Tiveram alguns contactos com a linguagem urbanística que empregam sem saberem o significado preciso. Noutros casos a ausência de conhecimento é total.

A ausência de conhecimentos de algumas "ferramentas" necessárias ao urbanista, tais como topografia, representação gráfica e cartográfica, técnicas de leitura de cartas e foto interpretação etc... dificultam enormemente a abordagem de um caso real.

A inércia intelectual gerada por 2 anos de quase total inactividade é um factor que tem pesado nas suas reacções, mas neste ponto registaram-se progressos com o tempo.

Certos hábitos adquiridos quer no seu passado escolar, ou na sua vida extra escolar são extremamente perigosos e mereceriam a atenção de todo o corpo docente do Departamento com vista a uma acção concertada a desenvolver ao longo de todo o tempo escolar:

- Pouca pesquisa em bibliotecas e centros de documentação. A
 - Ausência de leituras e de interesse por consultas a livros de carácter técnico. A sua preferência incide mais em obras voltadas para o "discourse".
 - encarar os trabalhos práticos como "encomendas" do docente ao qual se apresenta um dossier exteriormente bem apresentado de conteúdo menos interessante, mas sem que tenha existido a necessária e indispensável discussão e acompanhamento do docente durante a elaboração do trabalho.
 - abuso nos trabalhos práticos do recurso à imagem fotográfica a maior parte das vezes vazia de conteúdo, como meio de avolumar o trabalho e apagar a ausência de estudo correcto e honesto do tema abordado. O exemplo frequente de fotografias não comentadas e de "lugares comuns" expressos graficamente, atesta este ponto.
- O tema de trabalho não é encarado como um campo de pesquisa derivando-se após breves considera a imagem fotográfica gratuita.

Em relação a estes pontos fizemos grandes esforços, sobretudo para que os trabalhos práticos não fossem executados em casa e apenas apresentados no fim.

Mostram-se no entanto os alunos interessados pelos problemas urbanos e territoriais, não possuindo de início noção correcta do que seja o planeamento físico

TEMA DO TRABALHO PRÁTICO

Nas primeiras reuniões "horizontais" ainda no mês de Junho, entre os docentes do 2º ano e que precederam a elaboração do programa em anexo ficou assente que o trabalho prático a desenvolver em cada um dos 3 núcleos de disciplinas (Arquitectura, T. e História da Arquitectura e Planeamento) versasse sobre o mesmo espaço urbano, como caso de estudo interdisciplinar, por conveniência e articulação entre as cadeiras e para facilitar aos alunos a melhor compreensão das intervenções espaciais no território.

Então os responsáveis pelo 2º ano de planeamento manifestaram pre-

ferência pelo estudo de um aglomerado urbano da periferia de Lisboa com cerca de 10 000 hab., ou uma parte da cidade ainda em transformação - por ser na periferia que actualmente surgem os problemas mais gritantes a exigir um esforço prioritário de intervenção urbanística. - pela generalidade dos problemas que aí se encontram, e sobretudo pelas possibilidades de crescimento e existência de terrenos livres que seriam um incentivo aos primeiros contactos com a organização de uma estrutura urbana e com a composição espacial. - pelo menor compromisso a conotações históricas e aos problemas derivados, como a conservação e remodelação urbanas.

No entanto, face a um censo e intenções expressas por docentes de outras disciplinas, entenderam os docentes do 2º ano de planeamento aceitar a sugestão do núcleo de T. e H. da Arquitectura — o Bairro Alto como área de estudo.

Assim arrancou logo de início o núcleo de Planeamento com o estudo urbanístico do Bairro Alto, pretendendo colmatar com a rapidez inicial as perdas de tempo inerentes às fases de recolha da informação indispensável à acção de planeamento, e enquadrar melhor, logo de início, outros trabalhos, nomeadamente de arquitectura, fornecendo o enquadramento urbanístico à intervenção arquitectural.

TRABALHO PRÁTICO - BAIRRO ALTO.

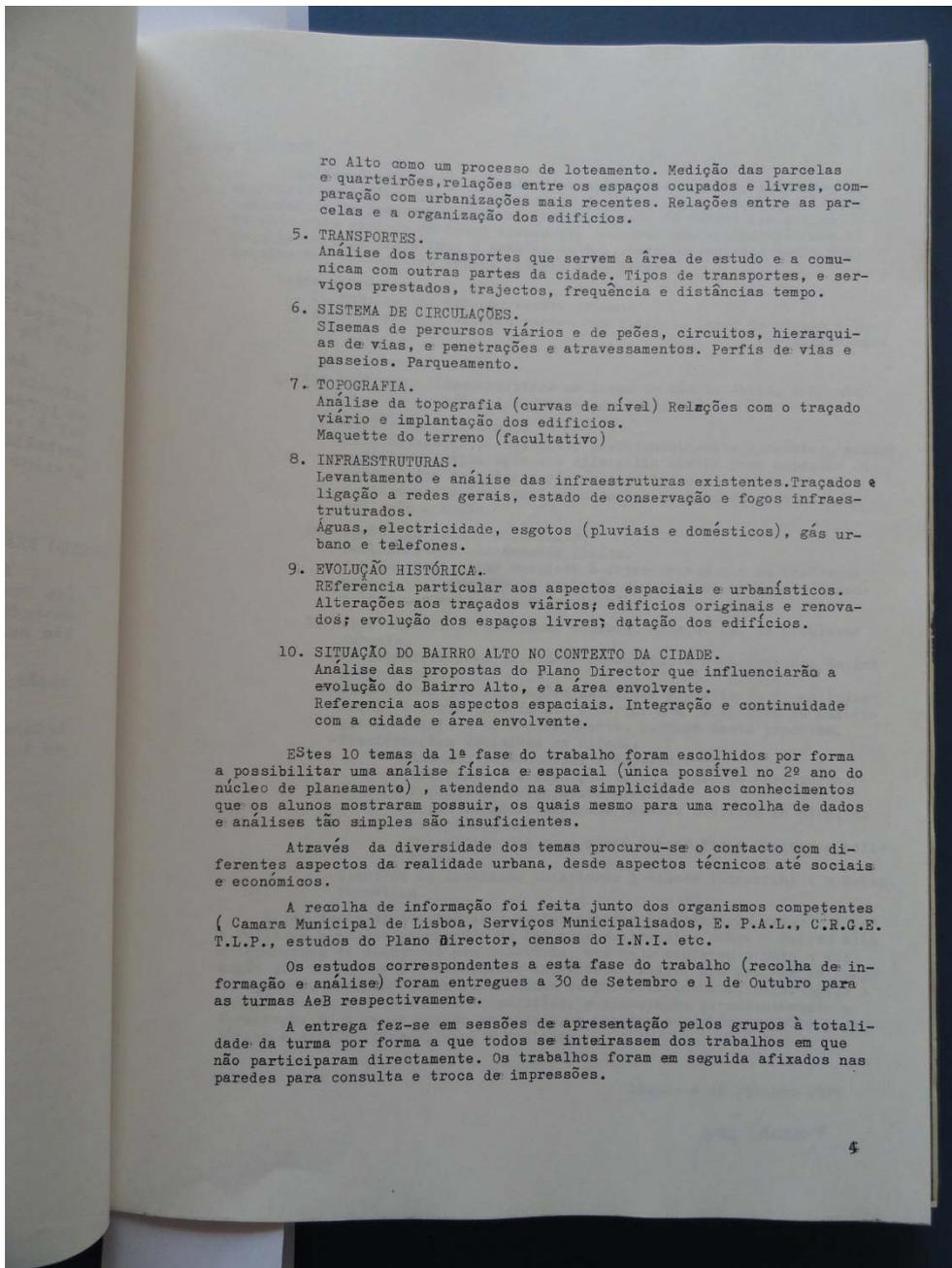
Dadas as dificuldades de conduzir um trabalho em tempo tão curto (de Julho a Dezembro) e para que se ultrapassassem as fases de análise, entendeu-se que o tema prático fosse único, e se iniciasse logo desde as 1ªs aulas.

Seguindo o programa em anexo começou-se por uma recolha de informação orientada e tratada avançando um pouco pelo campo analítico.

Foram distribuídos aos discentes 10 temas de trabalho referentes à informação a recolher e dados a analisar. Os temas foram idênticos para as turmas A e B, em grupos de 5 alunos/média por cada tema.

TEMAS

1. LEVANTAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.
Elaboração das cartas de uso do solo à esc. 1:1 000, indicando para cada espaço os usos respectivos. Classificação das actividades e agrupamento por sectores afins. Elaboração das cartas com a volumetria edificada e nºs de pisos. Trabalho por inquérito directo.
2. LEVANTAMENTO DA POPULAÇÃO: DEMOGRAFIA.
Dentro do perímetro de estudo, levantamento do nº de fogos e nº de habitantes, desagregando os valores e localizando-os espacialmente. Recurso a diferentes indicadores: censos eleitorais, censos populacionais de 1960 e 1970, contadores eléctricos e águas, e inquérito directo.
3. CARACTERIZAÇÃO E LEVANTAMENTO DOS EMPREGOS DA ÁREA.
Relacionado com o tema 1. Caracterização quantitativa, agrupamento por sectores de actividades e localização espacial dos postos de trabalho existentes. Inquérito directo.
4. ANÁLISE DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA.
Levantamento da divisão da propriedade actual, e passado. O Bair-



APOIOS TEÓRICOS

Simultaneamente com o trabalho descrito anteriormente, iniciaram-se uma série de lições sobre conhecimentos julgados importantes, quer dando cumprimento ao programa em anexo, quer em apoios de outras disciplinas. Durante este período de tempo apenas foi possível uma articulação com a Arquitectura paisagística: 2 sessões de 3 h. cada, orientadas pelos Srs. Arquitectos Paisagistas Leonel Padigas e C. Spies.

Temas abordados:

1. Funções dos espaços verdes urbanos
2. Evolução dos espaços verdes nas cidades. Casos de Lisboa e de Paris (Haussman)

LIÇÕES TEÓRICAS. (desenvolvidas ao longo do mês de Julho, ocupando 1/3 a 1/2 dos tempos lectivos)

1. -Noções de planeamento
-Três níveis do planeamento, predominantemente económico, social e físico. Articulação dos diferentes níveis como aspectos diferenciados da intervenção no território.
-O planeamento (regional e urbano) como prática, processo de reflexão e acção.
2. -Noções de planeamento físico
-Definições de planeamento físico.
-O planeamento como resposta à crise urbana que se traduz no espaço pela congestão e explosão dos centros antigos e desenvolvimento anárquico da periferia.
3. -Aparecimento do urbanismo moderno. Relação com os problemas actuais.
-As transformações da cidade industrial e a necessidade de intervenção.
-Rapidez das transformações na cidade a partir da época industrial. O lento crescimento anterior e a facilidade de adaptação do espaço a esse crescimento. Ruptura deste processo.
-Transformações decisivas na cidade:
- Aumento populacional e demográfico.
- Diferente distribuição da população no território.
- Rapidez do crescimento urbano.
- Perda de autoridade dos poderes públicos ao nível do espaço urbano.
- Transformações económicas demográficas sociais e políticas.
-Exemplos de urbanismo anteriores à cidade industrial : a Baixa Pombalina.

A par deste apoios teóricos sistematizados é necessário referir toda a reflexão e ensino processado no decorrer do trabalho sobre o Bairro Alto e impossível de descrever num relatório, mas cujo contributo para a formação dos discentes é extremamente importante. Assim, procurou-se ao longo do apoio ao trabalho fazer referências de carácter técnico, referências a outros casos, estabelecendo comparações, e procurando permanentemente a integração da área em estudo na cidade, e abordando também exemplos e problemas à escala metropolitana e regional.

Lisboa 4 de outubro 1976

João Lourenço

Devido a dificuldades de funcionamento, e de ordem vária, o calendário inicialmente previsto não pôde ser integralmente cumprido, pelo que restou muito pouco tempo para a realização da 2ª parte, a proposta de intervenção. Assim, esta limitou-se a um fornecimento de ideias sobre os principais aspectos a considerar numa intervenção urbanística no Bairro Alto.

Nesta parte houve uma maior aproximação e integração das 3 cadeiras nucleares, através de trabalho conjunto e de incidência num tema comum - a criação de uma rua de peões.

3. VISITA DE ESTUDO.

Foi programada uma visita de estudo ao empreendimento do F.F.H. Plano de Almada - Monte de Caparica, situada no concelho de Almada.

Essa visita constaria de 3 partes, cada qual correspondendo a uma sessão distinta:

1. Exposição sobre o concelho de Almada, sua descrição, caracterização, e integração no contexto regional. Apresentação dos principais problemas existentes, e de alguns estudos de nível concelhio. Localização do empreendimento do F.F.H. e articulação com o restante território.
2. Exposição sobre o plano integrado, a cargo dos técnicos do FFH: (em anexo os principais pontos dessa exposição.)
3. Visita de estudo ao estaleiro dos edifícios e infraestruturas em execução

Pretendia-se assim que os alunos pudessem acompanhar um caso real de planeamento desde o nível de planeamento urbano e enquadramento regional até à execução de obra.

Infelizmente, apesar de ter sido trocada correspondência, um imprevisto de última hora alterou as datas marcadas para a última semana de aulas, pelo que se teve de desistir. Apenas se efectuou a 1ª sessão.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

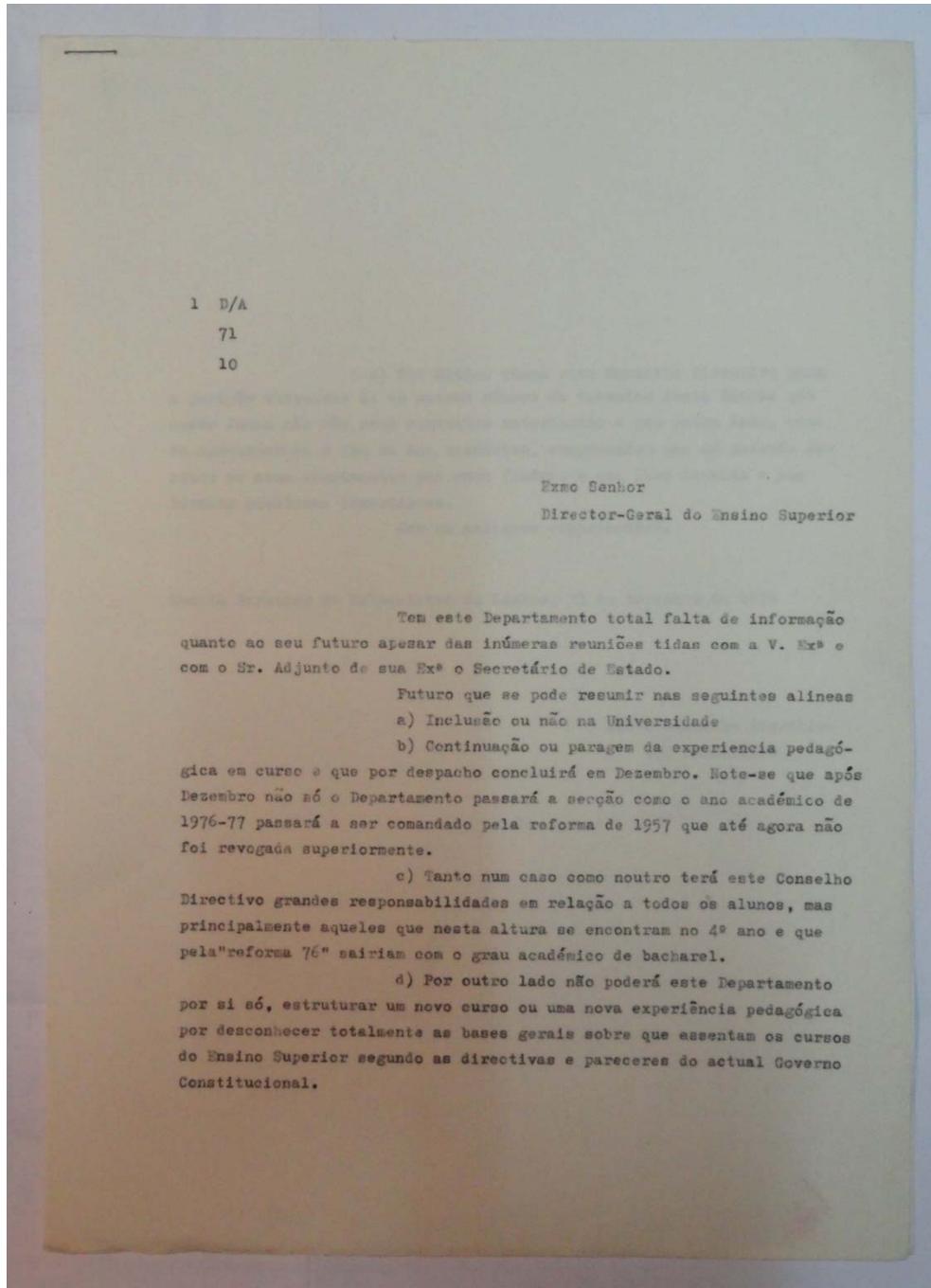
O ano findo teve enormes deficiências e alguns aspectos positivos, dos quais o maior é sem dúvida o enorme entusiasmo de grande parte dos alunos. O ritmo foi demasiadamente intenso, impossível de manter num ano normal. De futuro não será aconselhável manter as mesmas relações quantitativas de discentes/ docente (60/1) numa cadeira de planeamento, que deverá estar bastante orientada para a prática. De igual modo é imperioso que se estabeleça o curriculum dos ensinamentos teóricos distribuídos ao longo dos vários anos de uma forma coerente e concisa, e também que se assentem o nível e profundidade dos temas práticos dos vários anos, cuja complexidade deverá ser crescente. Supomos que é aconselhável iniciar-se os primeiros anos de planeamento por casos muito simples e que permitam compreender o conjunto de fenómenos correlacionados com a organização do território.

Neste ano que findou os alunos fizeram progressos notáveis, mas à custa de grandes sacrifícios e do prejuízo de outras cadeiras. Supomos que o seu nível de conhecimentos aumentou, e que se familiarizaram com a generalidade dos problemas urbanos.

João D. Renato / Jânia Lamas.
Lisboa, Jan. 77 3.

Anexo XIV

Carta de Augusto Brandão ao Director Geral do Ensino Superior de 25 de Novembro de 1976. [Fundo FAUL].

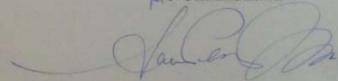


e) Por último chama este Conselho Directivo para a posição altruísta de um enorme número de docentes desta Escola que desde Junho não vêm seus contratos autorizados e por outro lado, vendo aproximar-se o fim do ano económico, compreendem que só poderão receber os seus vencimentos por anos findos, o que lhes levanta e nos levanta problemas importantes.

Com os melhores cumprimentos.

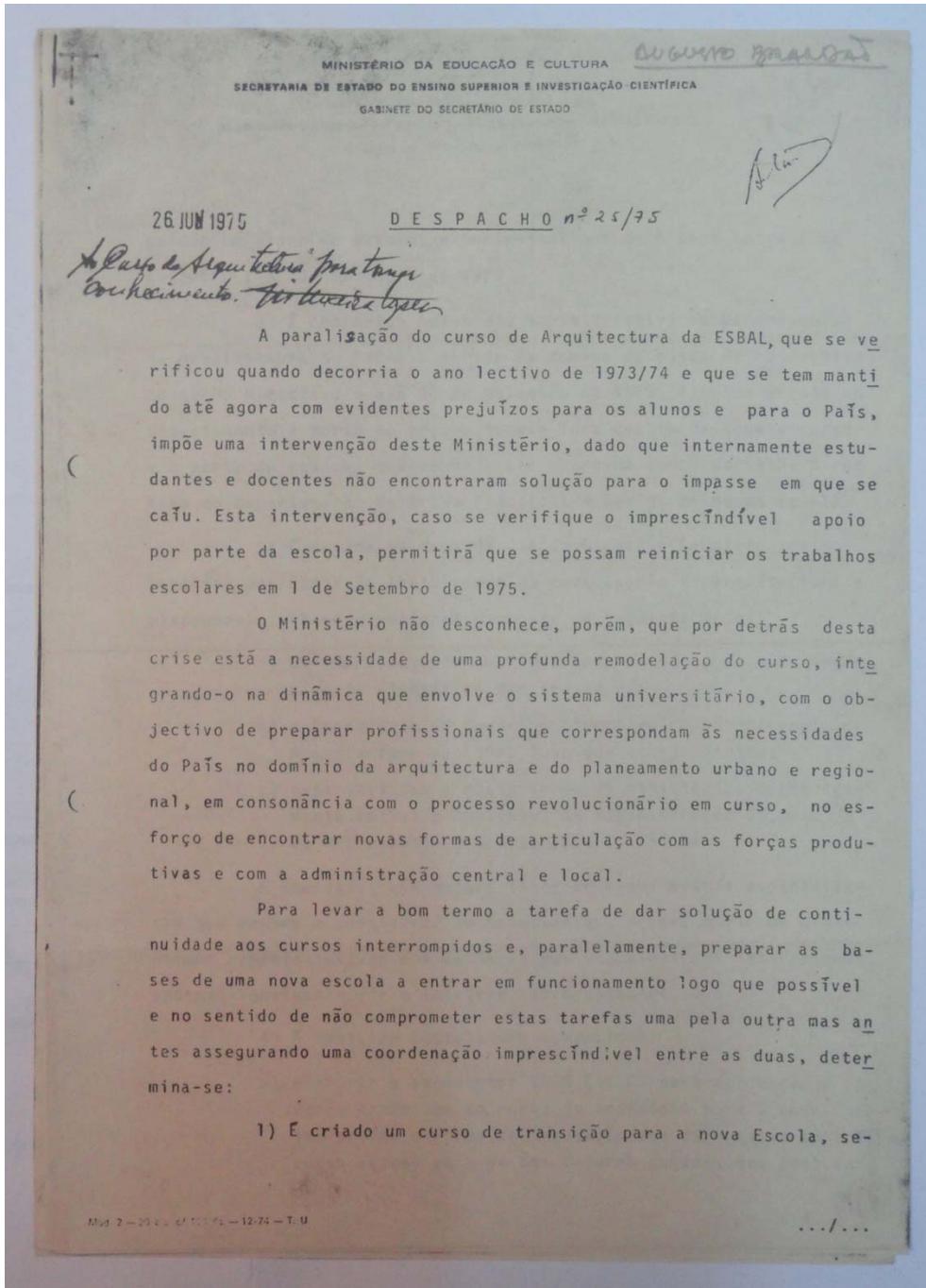
Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, 25 de Novembro de 1976

Pel'O Conselho Directivo
p/O PRESIDENTE



Anexo XV

Despacho 25/75 de António Avelãs Nunes. Lança as bases de criação de uma nova Escola de arquitectura nomeando Nuno Portas como representante do MEIC. 24 de Junho de 1975. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DO ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO

Alto
- 2 -

guindo um plano de estudos experimental que decorrerá entre 1 de Setembro e 31 de Dezembro de 1975.

2) É conferida autonomia administrativa ao Departamento de Arquitectura da ESBAL a partir da tomada de posse do respectivo Conselho Directivo e até 31 de Dezembro de 1975, ficando afecto ao Departamento a parte do orçamento que fora destinada àquele curso e a parte do pessoal que venha a ser acordada com o Conselho Directivo do Departamento de Artes Plásticas e Design da mesma Escola.

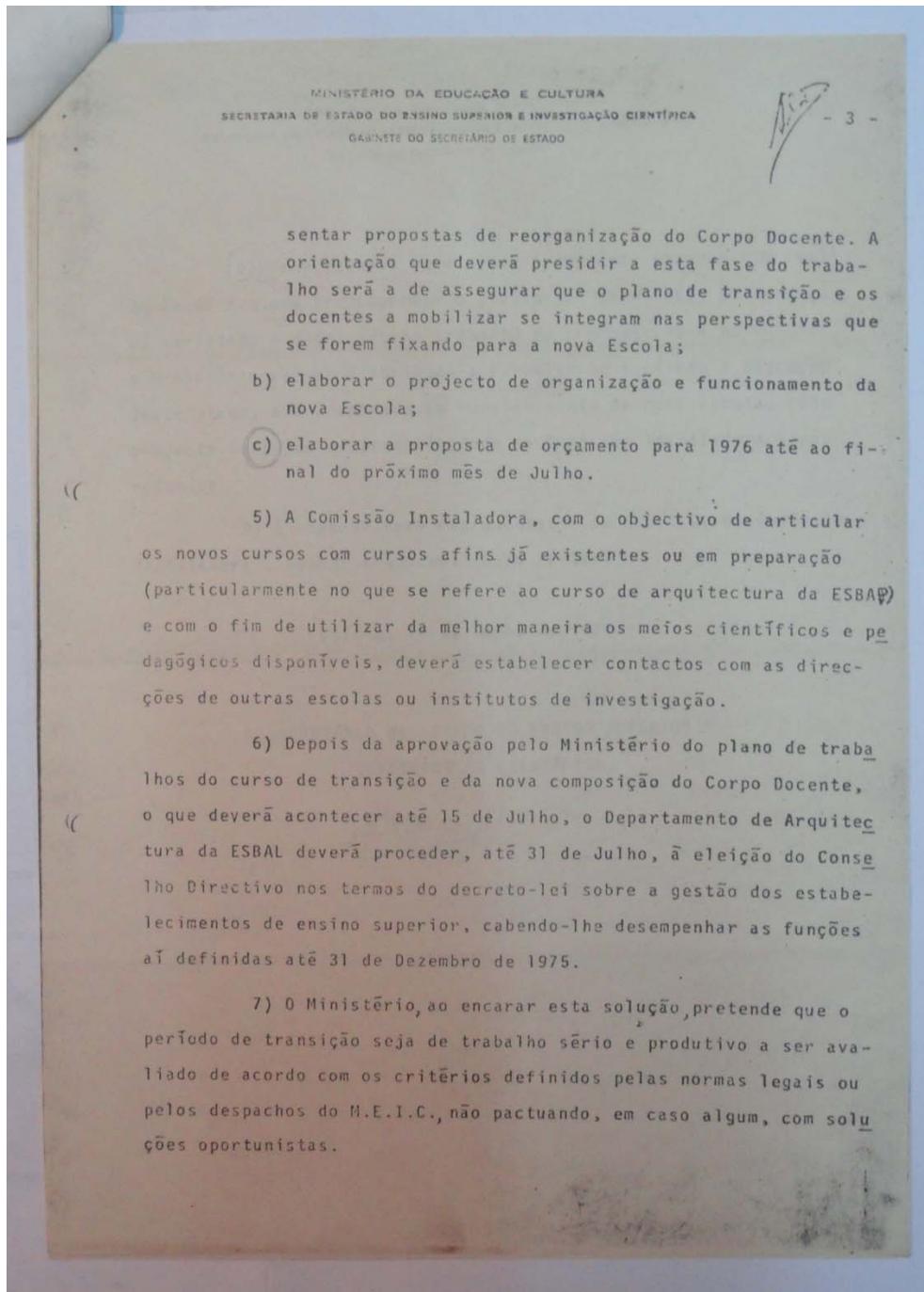
3) É criada, na dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior, uma Comissão Instaladora da nova Escola de arquitectura e planeamento urbano e regional, composta do seguinte modo:

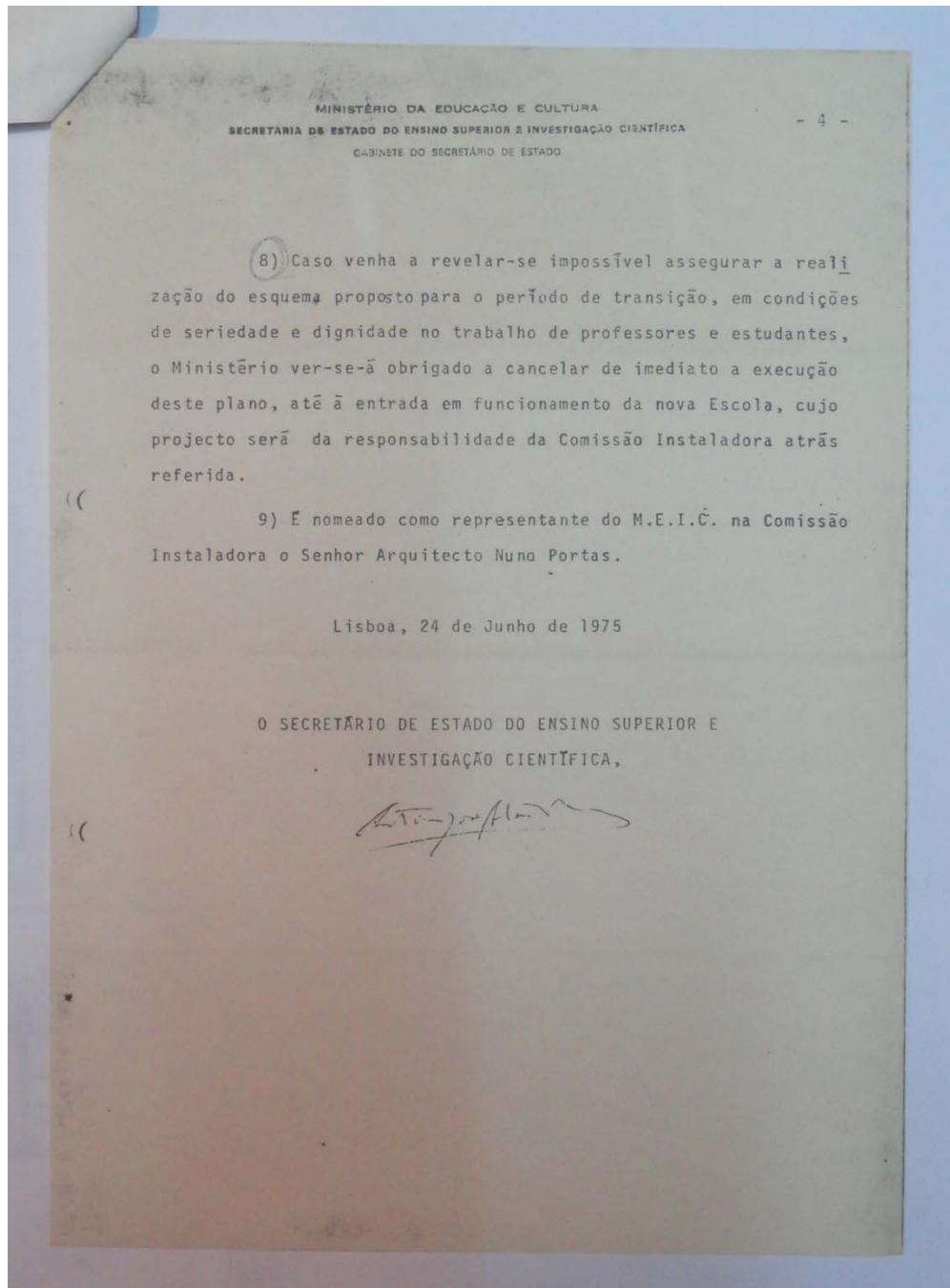
- a) um representante do Ministério da Educação e da Investigação Científica, que presidirá;
- b) o Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL, logo que esteja eleito;
- c) especialistas a designar pelos Ministérios do Equipamento Social e Ambiente, da Administração Interna e do Planeamento e Coordenação Económica.

A Comissão, que poderá integrar ainda outros especialistas que venham a considerar-se necessários, deverá ouvir os organismos representativos dos sectores dos trabalhadores interessados, podendo igualmente vir a integrar representantes seus.

4) À Comissão Instaladora competirá:

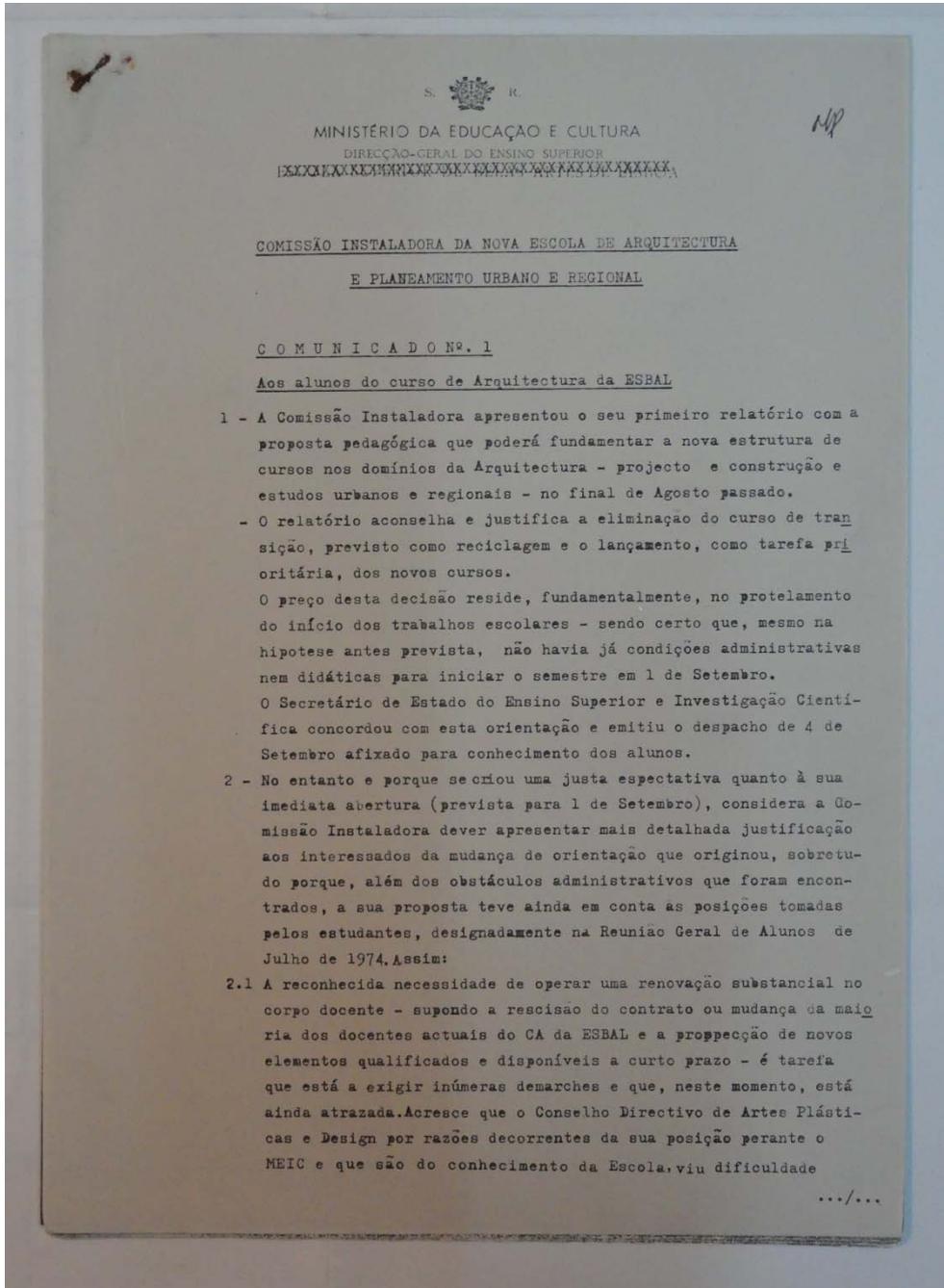
- a) elaborar e apresentar ao M.E.I.C. para aprovação o plano de trabalhos do curso de transição para a nova Escola, propor a forma de transição dos diferentes anos do curso actual para os dos futuros cursos, bem como apre

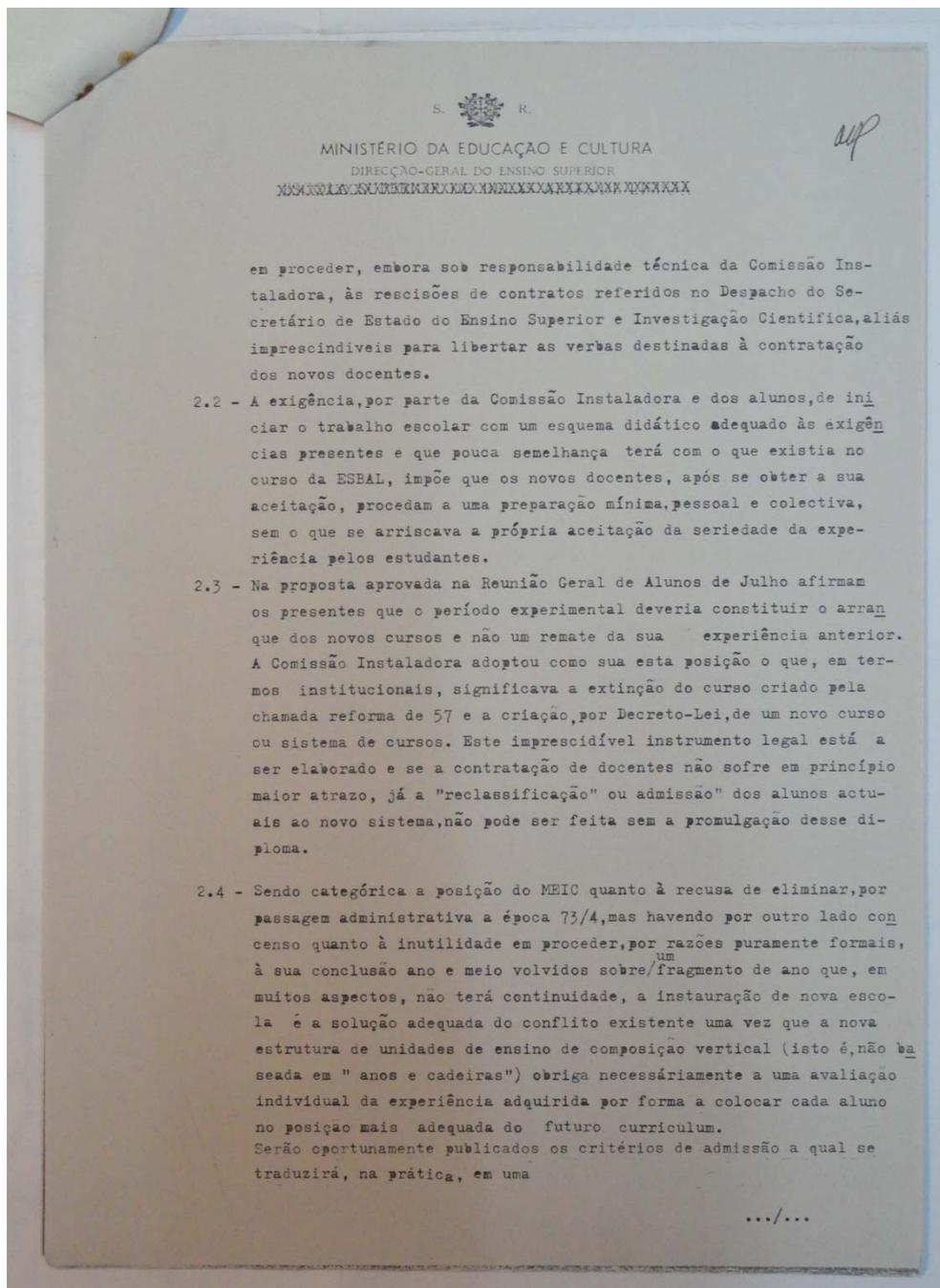


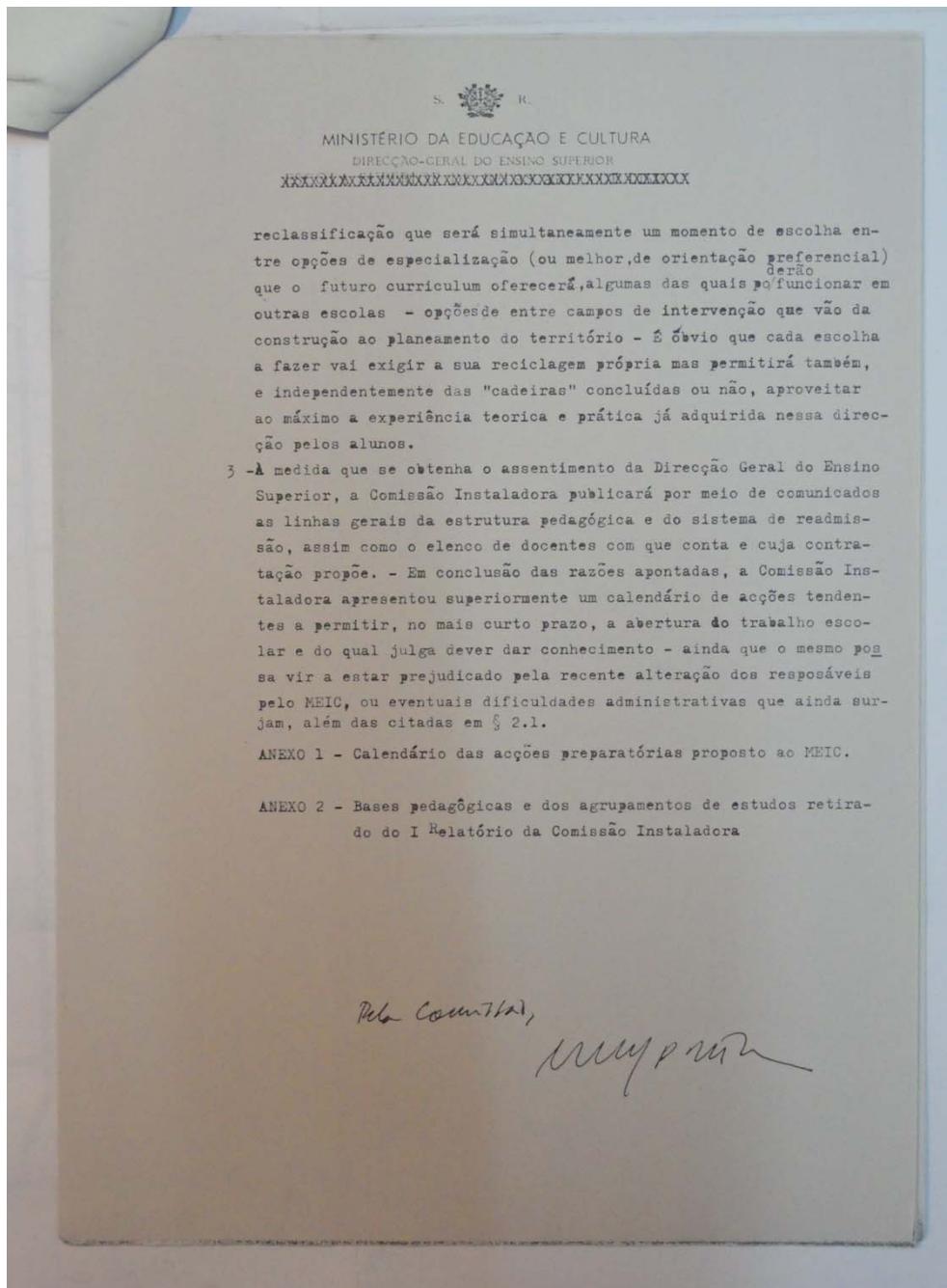


Anexo XVI

Comunicado n.º1 da Comissão Instaladora (Nuno Portas) aos alunos de Arquitectura da ESBAL. ca Agosto 1975. [Fundo FAUL]

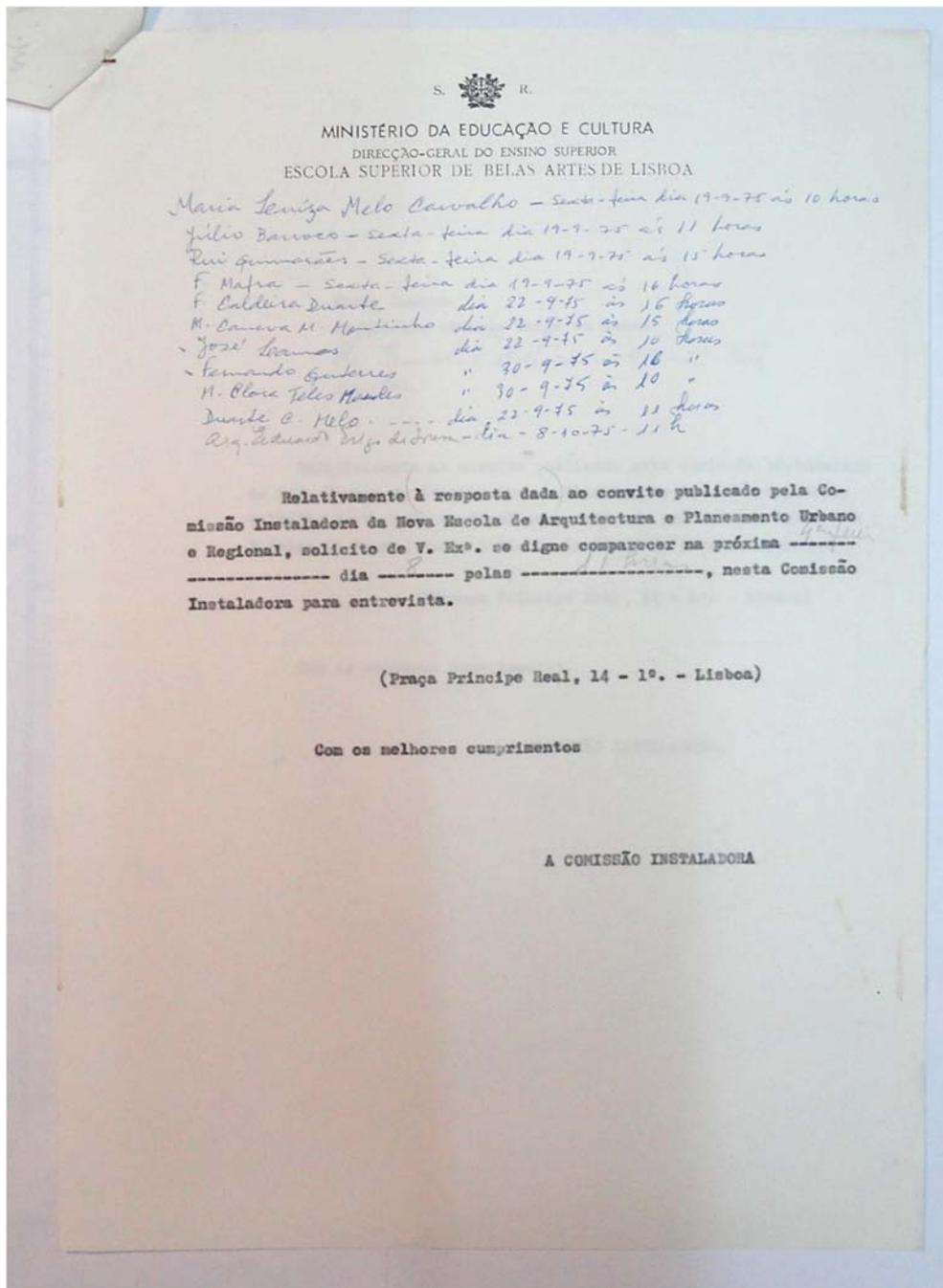






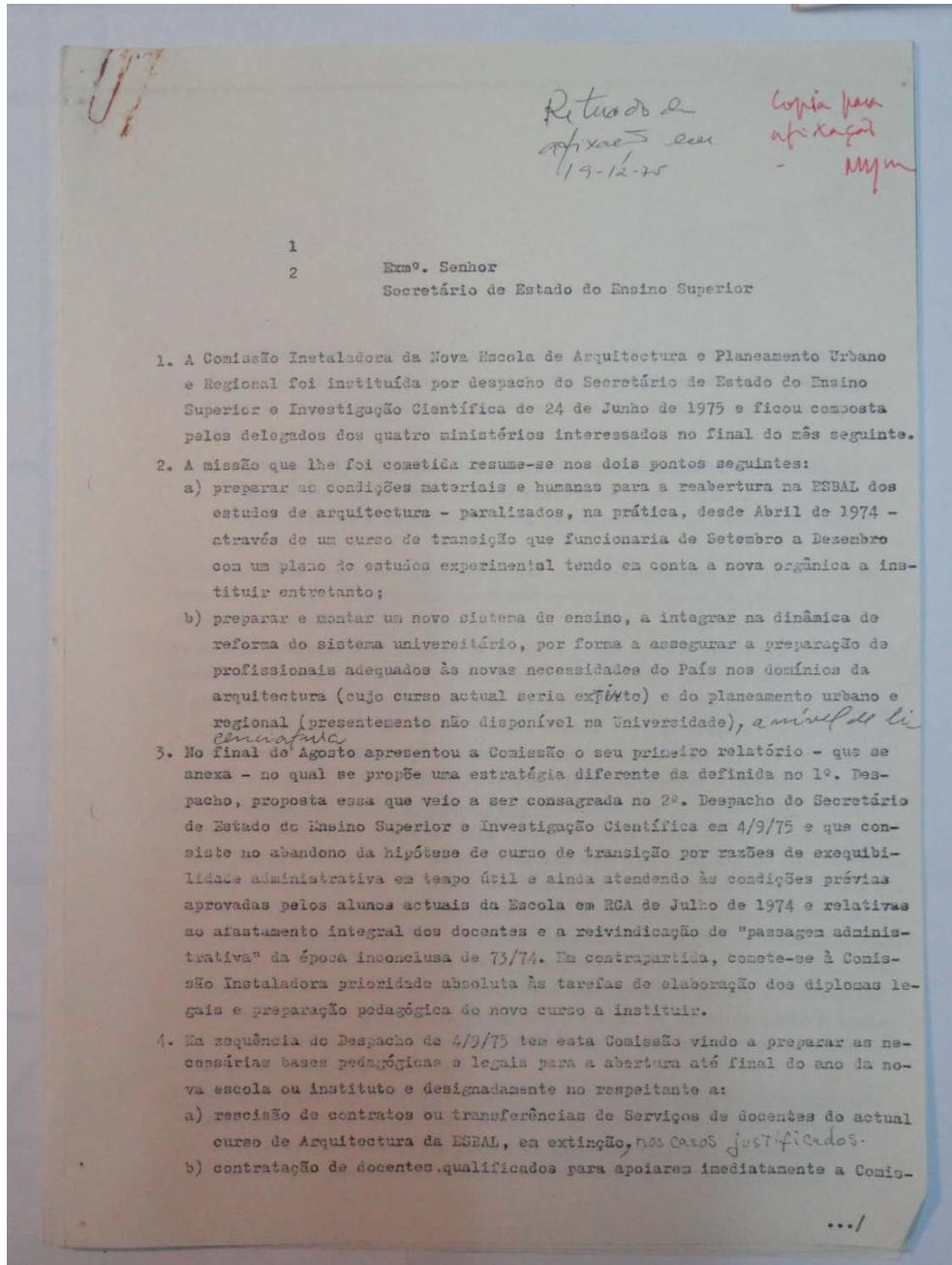
Anexo XVII

(s.n.). [Comissão Instaladora de uma nova Escola de Arquitectura]. Minuta de convocação com lista manuscrita. ca Setembro 1975. [Fundo FAUL]



Anexo XVIII

Carta da Comissão Instaladora (Nuno Portas et. al.) ao Secretário de Estado do Ensino Superior de 2 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]



são Instaladora no desenvolvimento das propostas didáticas incluindo a preparação de cursos e os contactos com entidades exteriores que proporcionarão os locais de estudo em que se centra a futura preparação dos alunos.

c) elaboração do projecto de Decreto-Lei que extinguirá o curso de Arquitectura actual, criando o novo sistema de cursos que se lhe substituirá o que implica a revogação da Lei que estruturou as Escolas de Belas-Artes.

5. As dificuldades recentemente encontradas quanto à execução das medidas referidas em a) e b) - já expostas ao Director-Geral do Ensino Superior, que tem acompanhado de perto este processo - põem em risco a estratégia escolhida e levam esta Comissão a solicitar de V. Ex.^a a sua confirmação quanto aos pontos essenciais de orientação que, por ordem de prioridade, destacamos:

- a) extinção do curso de Arquitectura da ESBAL e criação de um novo sistema de cursos, mais amplo, na sua utilidade social - o que exige a promulgação de Decreto-Lei, no mais curto prazo, criando a Escola Superior de Artes Plásticas e a Escola ou Instituto Superior de Arquitectura e Estudos Urbanos;
- b) substantial renovação do Corpo Docente do curso de Arquitectura, fazendo actuar o mecanismo proposto pela Comissão Instaladora em 23 de Julho a Sua Excelência o Ministro e que se julga não ter tido seguimento; esta condição é imprescindível dada a imagem de desautorização que esse corpo docente ganhou na sua generalidade quer para obter a necessária adesão dos alunos a um novo regime de trabalho quer para obter a colaboração de elementos qualificados, à luz dos critérios desta Comissão Instaladora. Acresce que, dada a limitação das verbas disponíveis só é praticamente viável a contratação de novos docentes por substituição dos actuais, de entre os quais a Comissão Instaladora se considera apta a indicar os que devem prestar colaboração ao novo esquema didáctico.
- c) estabelecimento de acordos curriculares com outras escolas superiores, com cursos em domínios afins para evitar duplicações dos recursos pedagógicos e sobretudo, para assegurar formas de educação conjunta de técnicos que, sem perda das necessárias especialidades compreendam, desde o nível de

graduação, a sua complementaridade necessária através de uma prática escolar concreta centrada na resolução de problemas reais - e portanto tomados na sua globalidade de implicações disciplinares.

Em termos mais precisos, a Comissão Instaladora considerou prioritários para o ensaio dessas relações inter-escolas domínios 1) da análise e planeamento socio-económico e físico do território e 2) da arquitectura da edificação e tecnologia da construção.

Iniciou nesse sentido contactos com novas escolas operando nestes dois domínios - o I.S.C.S.P. e o I.S.E.L., respectivamente - procurando organizar curricula comuns ao nível dos últimos anos de licenciatura e para cuja docência concorreriam professores das escolas envolvidas.

Em relação ao primeiro caso, o I.S.C.S.P. apresenta já para admissão um ciclo de licenciatura em estudos urbanos e regionais que teve a colaboração da Comissão Instaladora e está aberto a alunos de arquitectura nos termos de um protocolo que será apresentado superiormente.

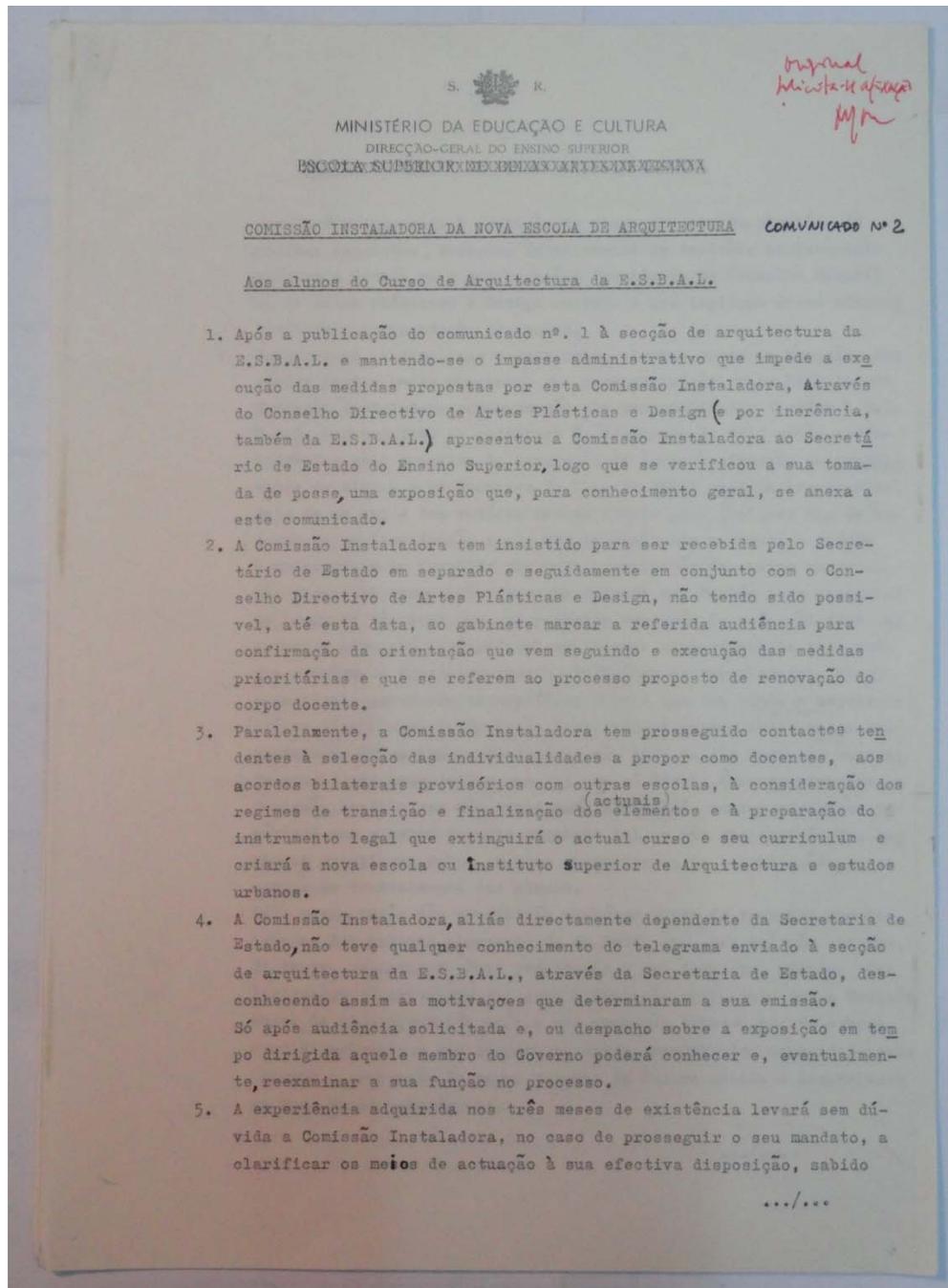
Estes os problemas que esta Comissão Instaladora encara como carentes de apoio governamental e dos Serviços do MEIC, a fim de tornar exequível em tempo útil, isto é, até final do ano, o trabalho escolar das novas Unidades de ensino, certa de que se não deve manter a situação de desmobilização de uma massa de quase um milhar de alunos que se arrasta desde há um ano e meio e independentemente das razões que a determinaram.

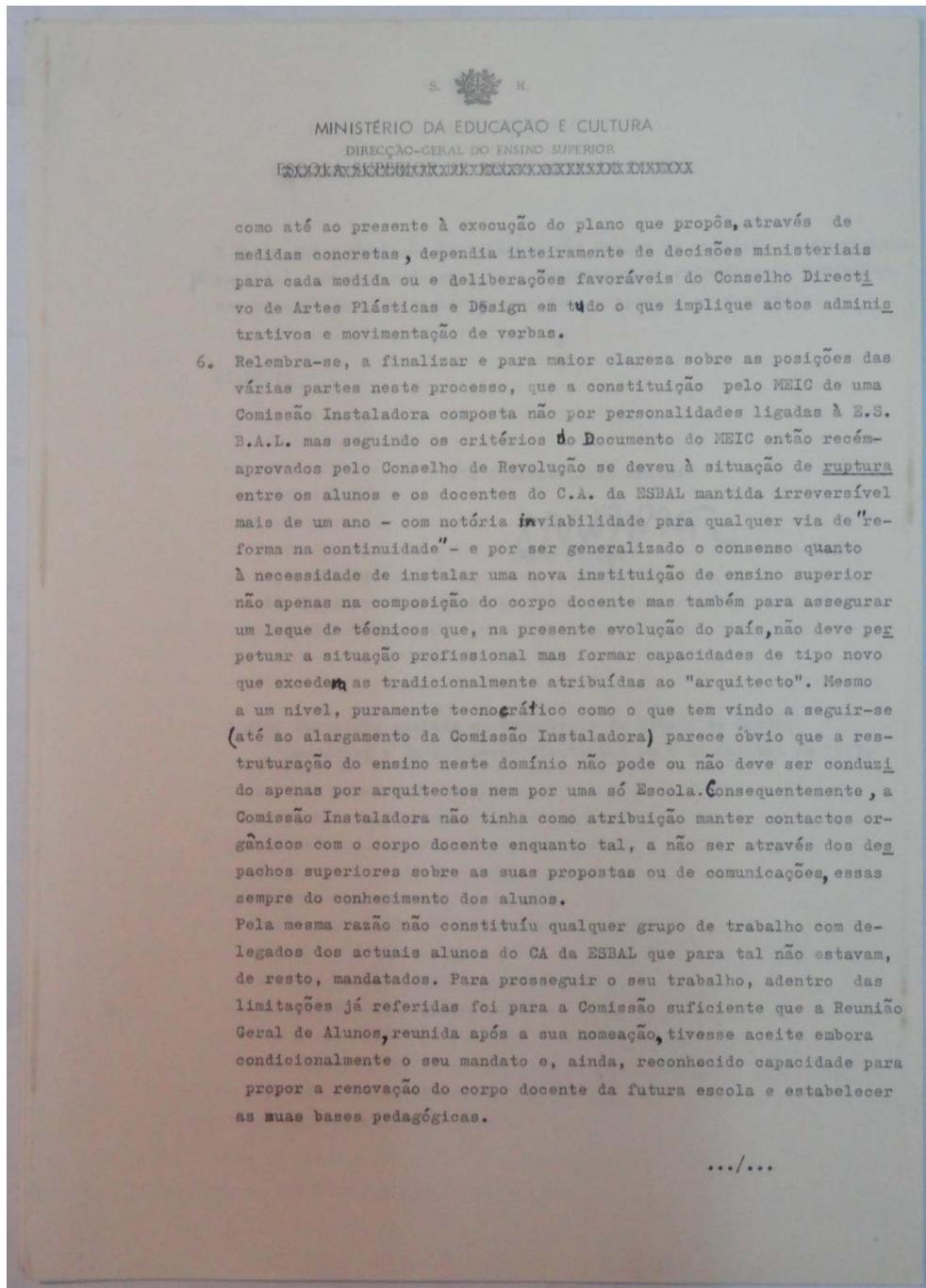
Lisboa, 2 de Outubro de 1975

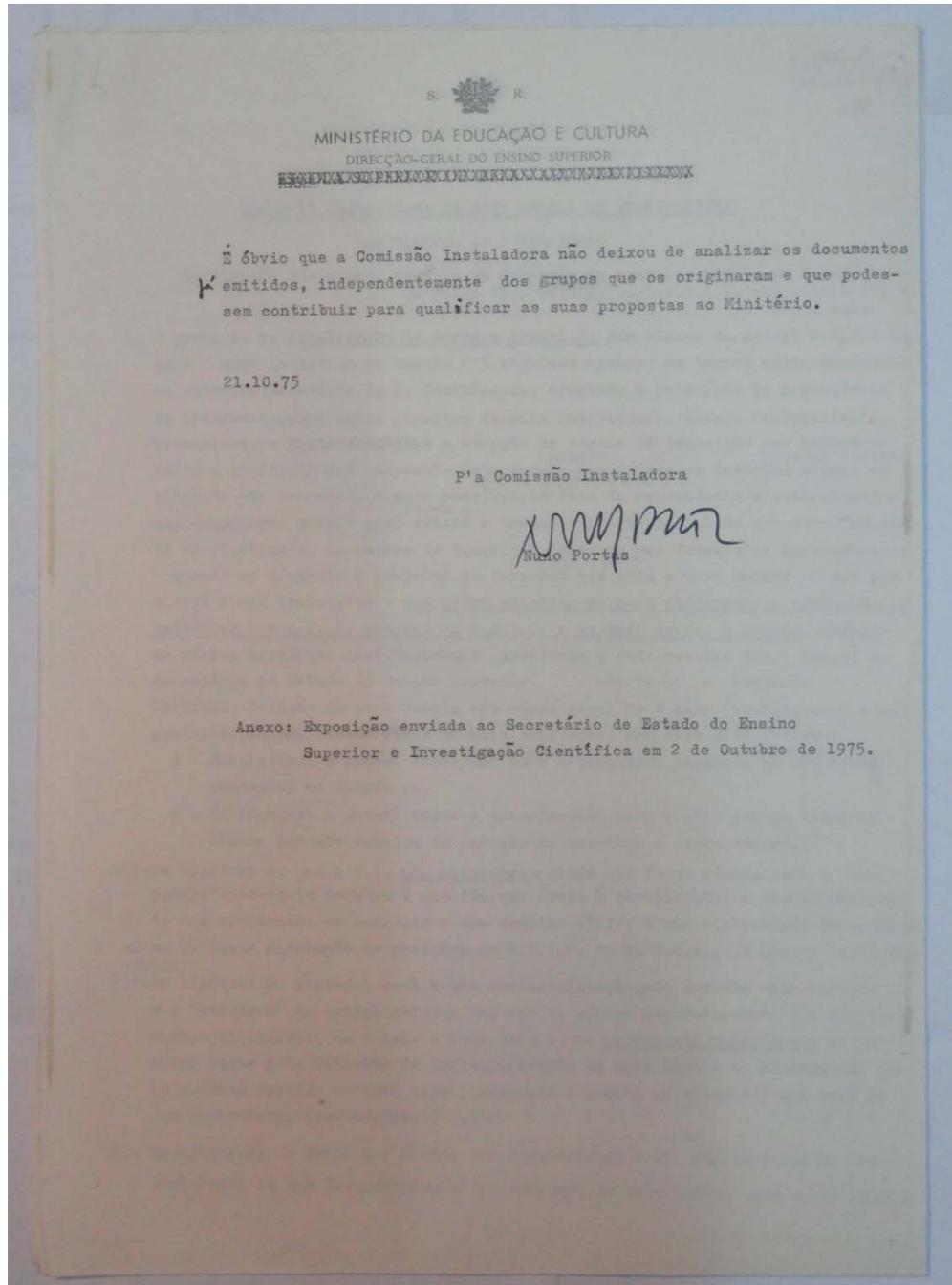
A COMISSÃO INSTALADORA,
Arqtº. Prof. Agreg. Nuno Portus - designado pelo MEIC para presidir à C.I.
Arqtº. Espec. Luz Valente Pereira - designado pelo MESA.
Prof. Geog. Jorge Gaspar - designado pelo IAL.
ECÓN. STPE, Vítor R. Pessoa - designado pelo MPCE (ausente estrangeiro)

Anexo XIX

Comunicado n.º 2 da Comissão Instaladora (Nuno Portas) aos alunos de Arquitectura da ESBAL. 21 de Outubro de 1975. [Fundo FAUL]

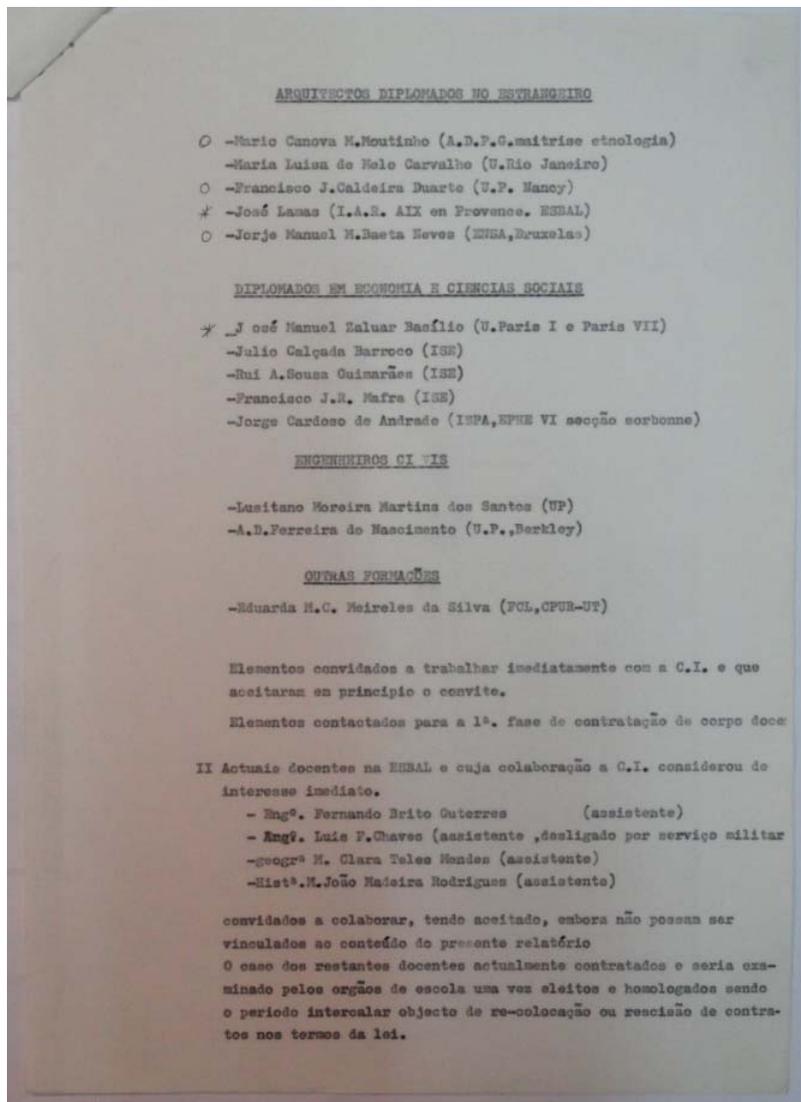
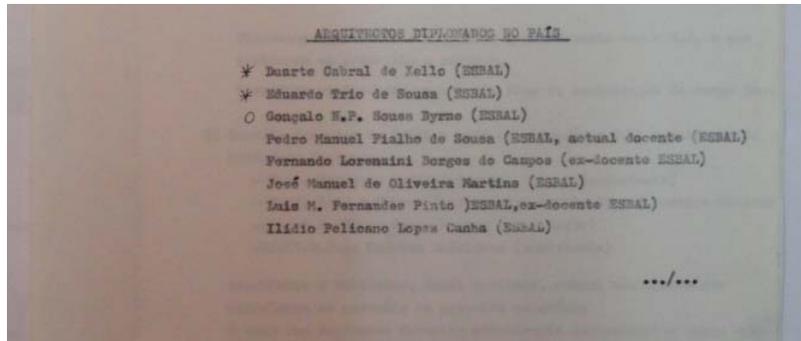






Anexo XX

Recrutamento de corpo docente para a nova Escola. Anexo de "Tópicos para a Legislação Constitutiva dos Novos Estabelecimentos de Ensino". (s.d). [Fundo FAUL]



Anexo XXI

Quadro de unidades pedagógicas, tempos e equipas de um curso para uma nova Escola. Novembro de 1975. [Fundo FAUL]

14

tivos; sistemas de instalações, organização e gestão industrial no sector etc; - o que implicará, a organização, por docentes mixtos e para equipas de alunos também mixtas, do atelier B - experimentação- intervenção.

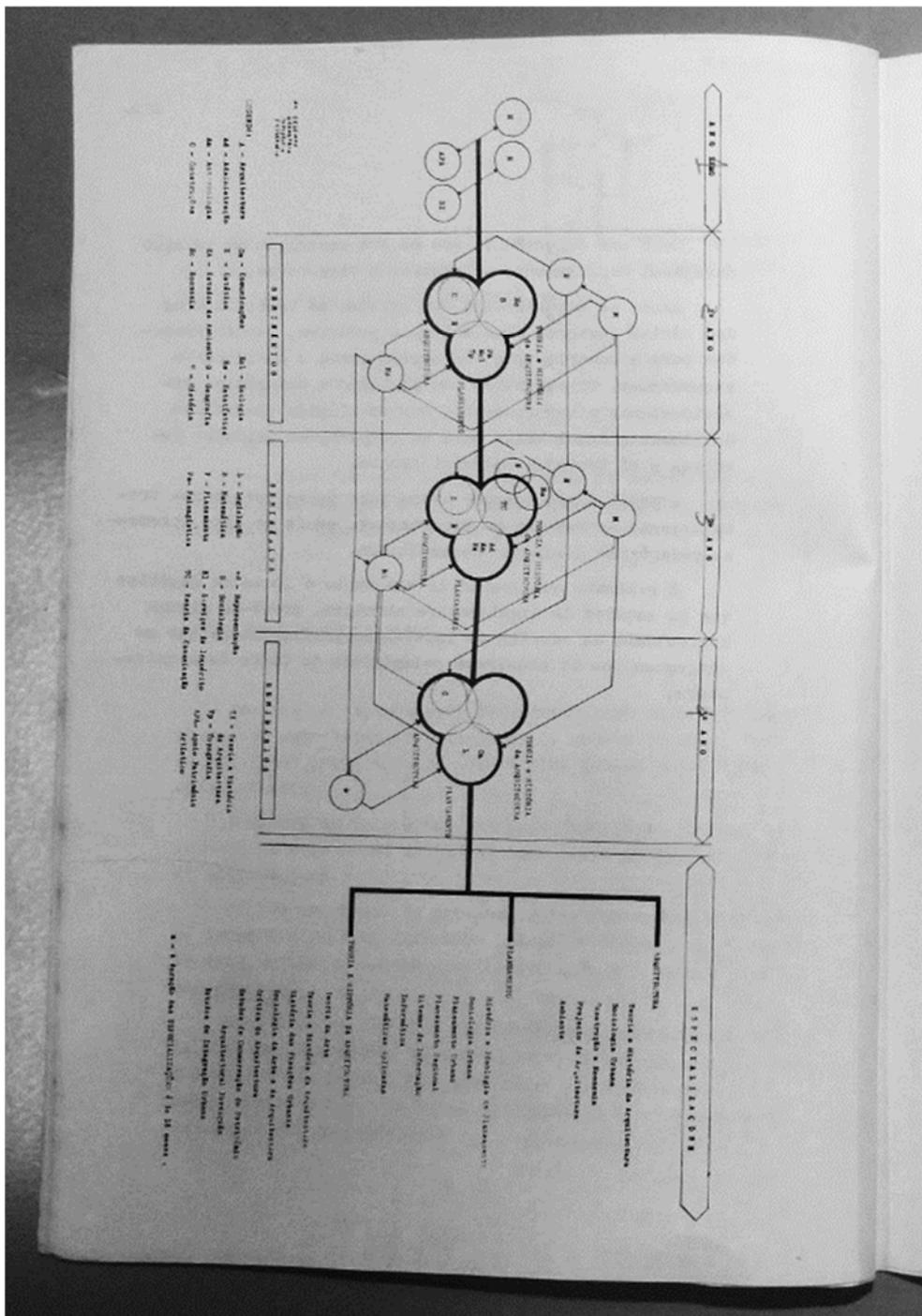
8.3 A natureza do (S) diploma (S) a conferir nesta especialização deverá ser consequente com a trajectória dos alunos, referindo o curso geral de base e o âmbito de especialização realizada.

9 - CURRICULUM - TEMAS E EQUIPAS DOCENTES- ESPECIALIZAÇÕES

UNIDADES PEDAG.	TEMPOS		EQUIPAS
1 ANALISE Demogr.Social	3		- demografo - sociologo
2 ANALISE GEOGR.ECON.	3	3	- geografo - economista - arq.
3 HISTORIA URBANA-TEORIAS	3	3	-historia -geografo -critico arq.
4 SISTEMA PLANEAMENTO		3	-cient.politico (dir -metod.planeamento
ATELIER	21	21	Economista urb.metod.projecto geografo eng.infrastrutura
B1 ANALISE DEMOGR-SOCIAL	3	-	demografo sociologo
2 ECONOMIA URB.	3	3	economista
3 AMBIENTE TECNOLOG.URB.	3	3	- eng.sanitário - arq.urbano
4 POLIT. ADMIN. URBANA		3	- cient.politico(D - metod.planeament
5 HISTORIA URBANA - TEORIAS	3		- historia - geografo - critico arq.
ATELIER	18	21	Economista urb.metod.projecto geografo eng.infrastrutu
1 ANALISE NECES-AMBIENT.	3		-psicl.social -metod. arq. -sanitarista
2 ECONOMIA CONSTR.	3		-economista -eng.producao -metod.arq
3 AMBIENTE -INSTAL		3	-fisico do ambien -eng.sanitário -eng.electrotécni
4 T.estrut.-SISTEMAS	3	3	-eng.estruturas -eng.processos c -metod. arq.
(5) HIST/URB.TEORIAS	3		-hist. -critico arq.
ATELIER	18	21	arq.projº -metod.projecto -eng.instalações

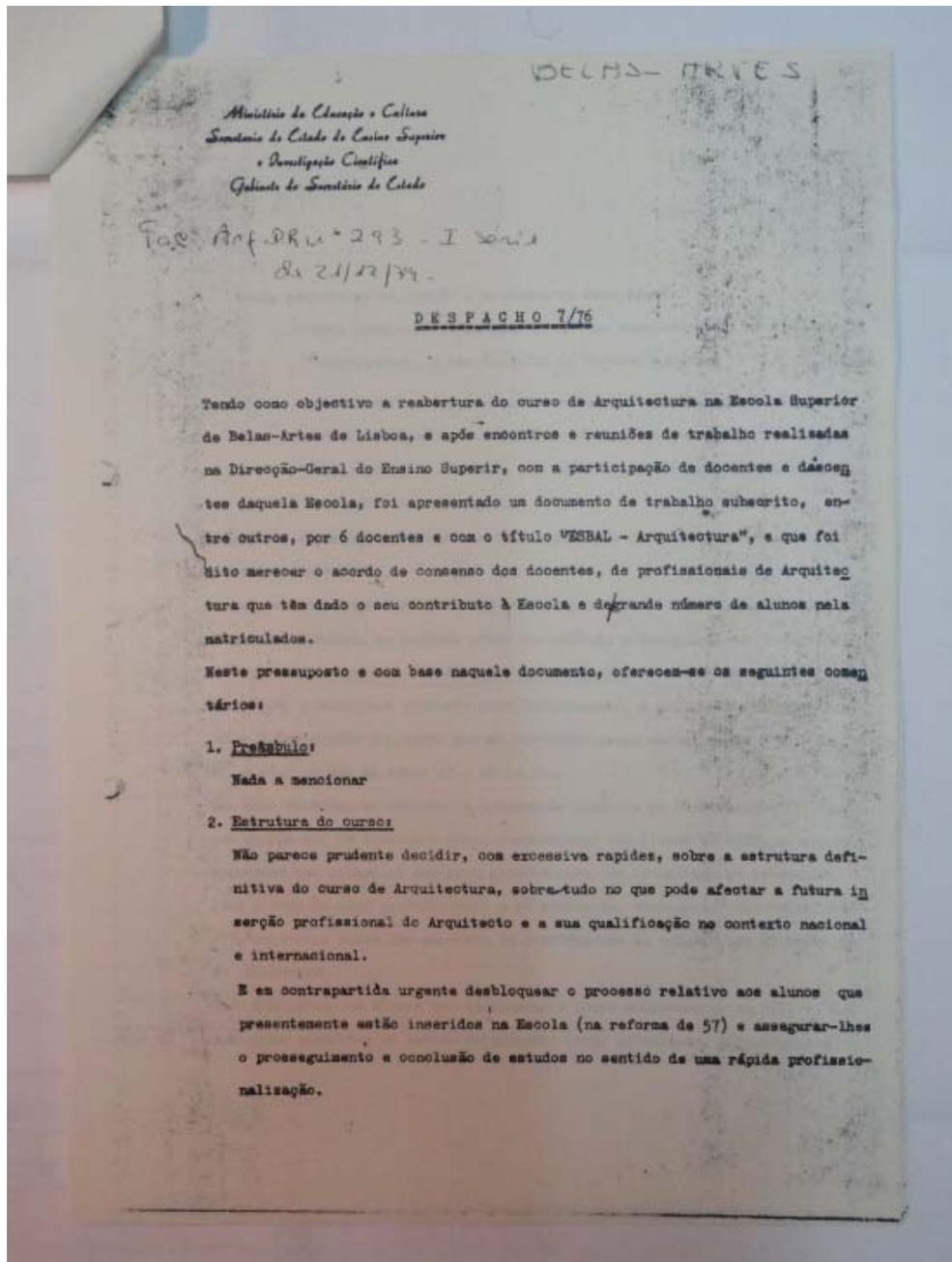
Anexo XXII

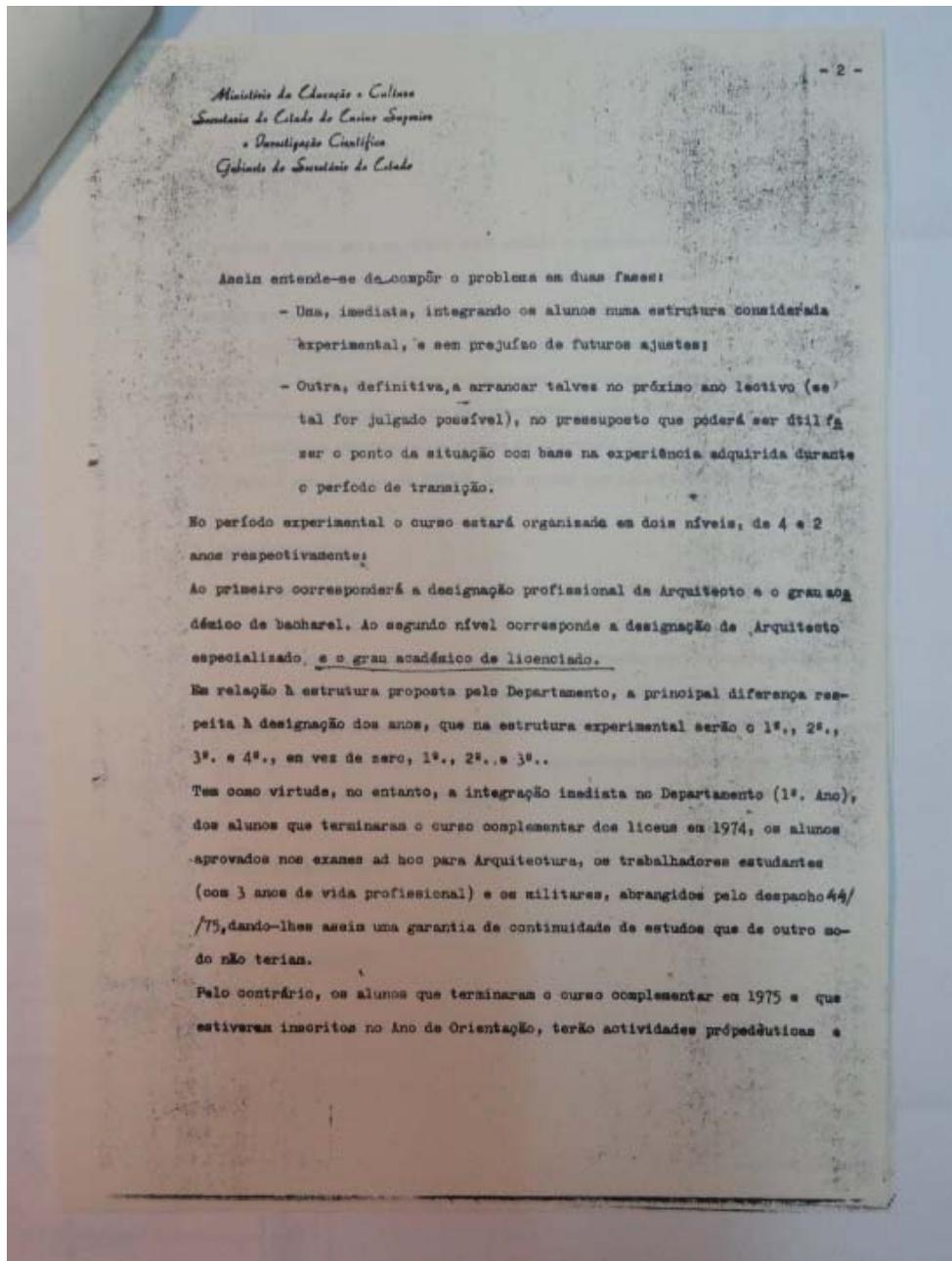
Documento *Estrutura 76*. Modelo pedagógico apresentado ao Secretário de Estado António Brotas, ca Janeiro 1976. [Arquivo JMF]



Anexo XXIII

Despacho 7/76 de António Brotas. Legaliza a abertura da Escola com alterações pontuais ao modelo *Estrutura 76*. 24 de Fevereiro de 1976. [Cópia dactilografada do Fundo FAUL]





Anexo XXIV

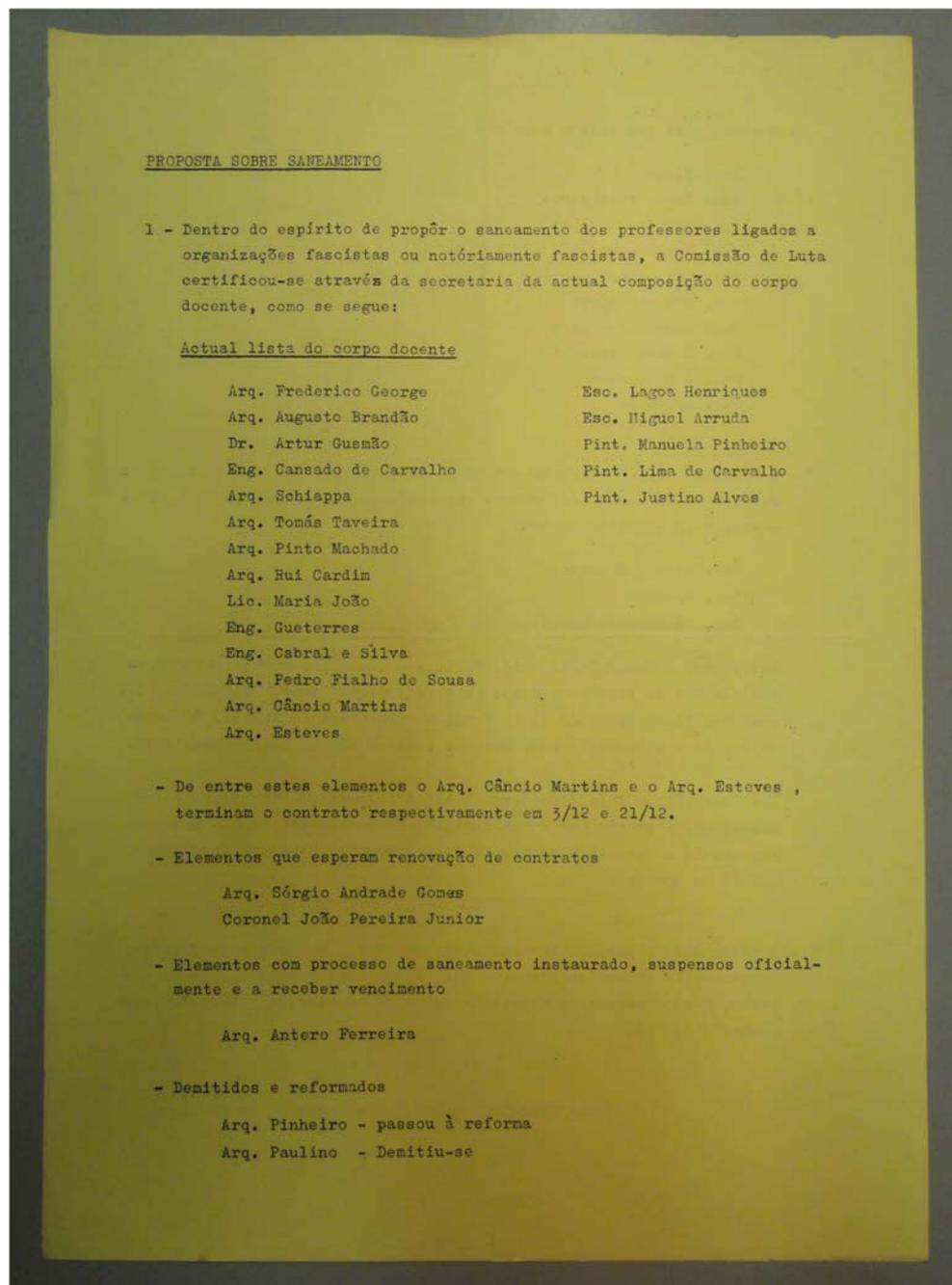
Lista de corpo docente advindo do regime político pré-revolucionário. (s.n.). (s.d.). [Fundo FAUL]

HOME	Categoria	Regime de Vinculação	Término do Contrato
Artur Nobre de Gusmão (São comuns aos três cursos: Arquitectura, Pintura e Escultura)	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Eng.º Eduardo Henriques Cansado Carvalho	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Arq. Frederico Henrique George	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Arq. Carlos da Silva Pinheiro (Saneado pelos alunos)	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Arq. Carlos Antero Lopes Ferreira	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Arq. Augusto Artur Silva Pereira Brandão	Professor	Nomeação Vitalícia	-
Arq. Tomás Cardoso Taveira	Professor	Nomeação por 2 anos (a)	14/5/76
Arq. João de Barros Vasconcelos Esteves	Assistente	Contrato	21/12/75
Arq. Sérgio Botelho de Andrade Gomes	Professor	Contrato além quadro	15/10/75
Coronel João Inácio Pereira Júnior	Professor	Contrato, além quadro	15/10/75
Arq. José Luis Alberto Martins de Menezes Pinto Machado	Assistente	Contrato, além quadro	12/1/77
Arq. Rui José de Sousa Cardin	Assistente	Contrato além quadro	4/11/77
Lic. Maria João Varela de Sena Magalhães Madeira Rodrigues (São comuns aos três cursos: Arqui- tectura, Pintura e Escultura)			
Arq. Fernando Lopes Schiappa e Silva de Campos	Assistente	Contrato além quadro	22/2/78

S.  R. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA Direcção-Geral do Ensino Superior XXX			
NOME	Categoria	Regime de Vinculação	Término do Contrato
Eng. Henrique Jorge Cabral da Silva	Assistente	Contrato, além quadro	1/1/78
Eng. Fernando Rui Rodrigues de Brito Guterres	Assistente	Contrato além quadro	7/3/76
Lic. Maria da Conceição Pires Coelho (São comuns aos três cursos: Arqui- tectura, Pintura e Escultura)	Assistente	Contrato, além quadro	21 /2/78
Arq. Luis Alexandre Ferreira Chaves (Serviço militar)	Assistente eventual	Contrato além quadro	14/12/74
Major António Gabriel Albuquerque Gonçalves (pediu rescisão)	Assistente eventual	Contrato além quadro	14/6/75
Lic. Maria Clara Teles Mendes	Assistente eventual	Contrato além quadro	19/11/75
Arq. Pedro Manuel Fialho de Sousa	Assistente eventual	Contrato além quadro	5/12/75
Eng. José Manuel Catanho da Silva Coelho (pediu rescisão)	Assistente eventual	Contrato além quadro	15/11/75
Arq. Ezequiel Jesus Nicolau	Assistente eventual	Contrato além quadro	1/1/76
Arq. Guilherme Luis Faria Cância Martins	Assistente eventual	Contrato além quadro	3/12/75
Eng. Ana Maria Albuquerque Ferreira de Macedo de Almeida Mota	Assistente eventual	Contrato além quadro	1/5/76
Arq. Eduardo Zeferino de Paes Figueiredo Lopes	Assistente eventual	Contrato além quadro	3/1/76
a) Sujeito a recondução definitiva no fim dos 2 anos. (art.º 90, do Decreto n.º 41563 de 14/11/57)			

Anexo XXV

Proposta de Saneamento com lista de corpo docente advindo do regime político pré-revolucionário. (s.n.). (s.d.). [Fundo FAUL]



- Com contrato rescindido pelo MEIC

Arq. Sécio
Arq. Vasco Pacheco
Arq. Hagatong
Arq. Vasco Maceira
Arq. Mário Martins
Arq. Alberto Pinto
Eng.ª Margarida Silva
Eng. Carlos Vieira
Eng. José Coelho
Eng.ª Ana Mota

2 - A Comissão de Luta durante o período de inscrição fez uma sondagem aos estudantes sobre os professores que devdriam ser saneados. Os 3 elementos mais apontados foram:

Arq. Antero Ferreira
Arq. Brandão
Eng. Cansado de Carvalho

Entretanto a Comissão de luta considerou que é importante estudar as implicações de professores nos processos disciplinares fascistas, levantados pouco antes do 25 de Abril a estudantes da Escola. De entre os implicados, sobre o Arq. Esteves recaem sérias responsabilidades!

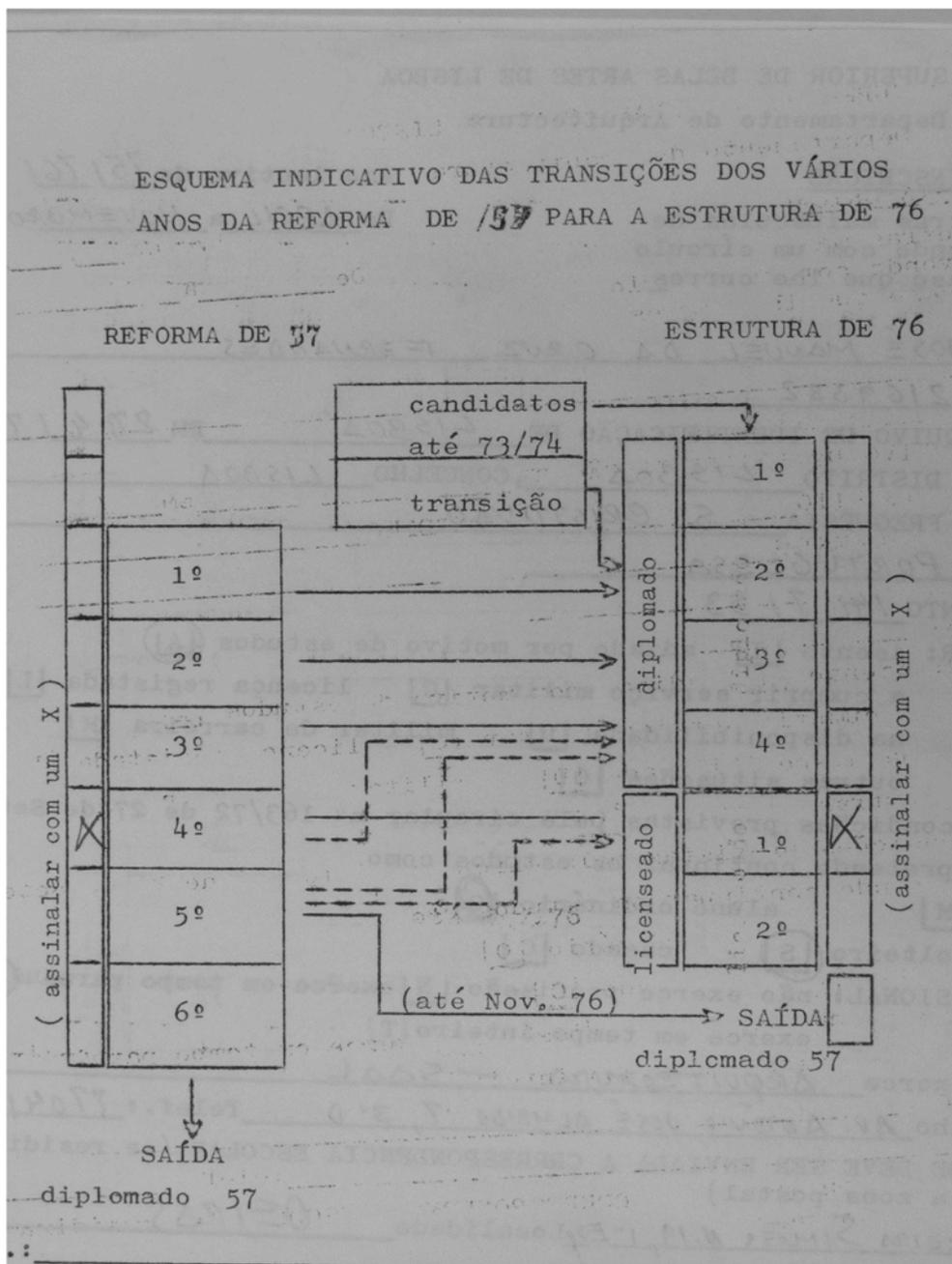
A Comissão de Luta considera, condicionalmente, estes 4 professores saneáveis, e propõe que a sub-comissão de saneamento faça o processo necessário e apresente os resultados em Reunião Geral na 6ª feira, dia 17 de Novembro

3 - Será durante o período experimental, que todos os outros professores pertencentes ao antigo corpo docente integrados nos processos de trabalho, serão aceites ou afastados pelos estudantes, que tomarão essas decisões em RGA.

ORGANIZEMO-NOS NA LUTA PELA ABERTURA DA ESCOLA

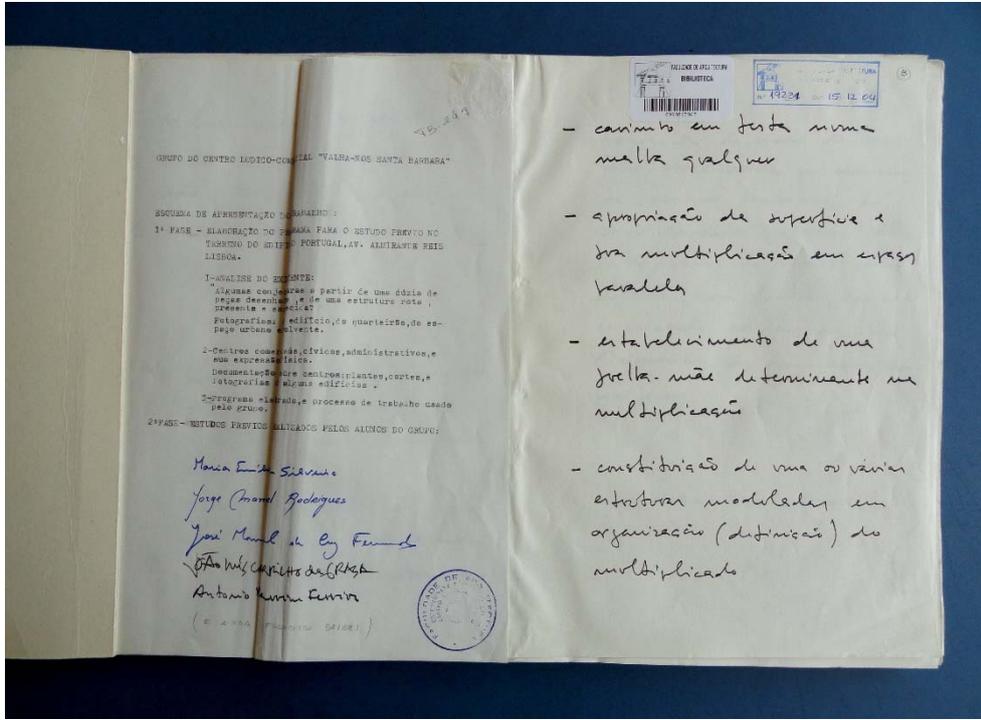
Anexo XXVI

“Esquema Indicativo das Transições dos Vários Anos da Reforma de 57 para a Estrutura de 76”. Incluso no Boletim de Inscrição de José Manuel Fernandes. Ano lectivo de 1975/76. 23 de Março de 1976. [Fundo FAUL]



Anexo XXVII

Trabalho escolar de "Arquitectura". 4º ano, 1º ano licenciatura. "Centro Lúdico-comercial 'Valha-nos Santa Bárbara'". Análise. Maria Emília Silvério; Jorge Manuel Rodrigues; José Manuel Fernandes; João Luís Carrilho da Graça; António Ferreira; Francisco Caires. 1975/76. [Fundo FAUL]



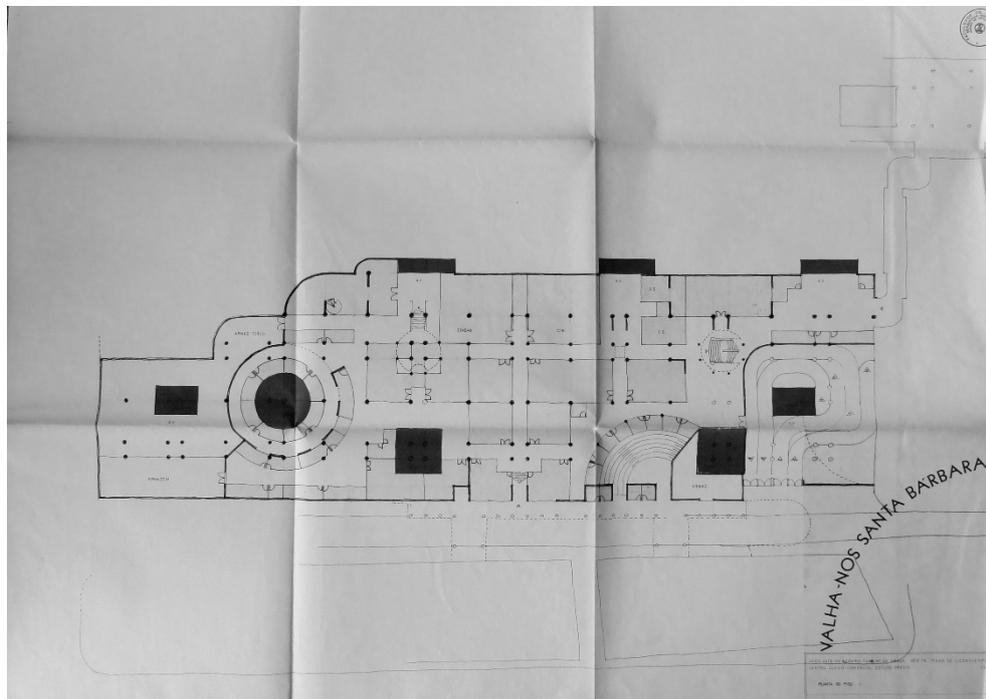
Anexo XXVIII

Trabalho escolar de “Arquitectura”. 4º ano, 1º ano licenciatura. “Centro Lúdico-comercial ‘Valha-nos Santa Bárbara’”. Documentação. João Luís Carrilho da Graça. 1975/76. [Fundo FAUL]

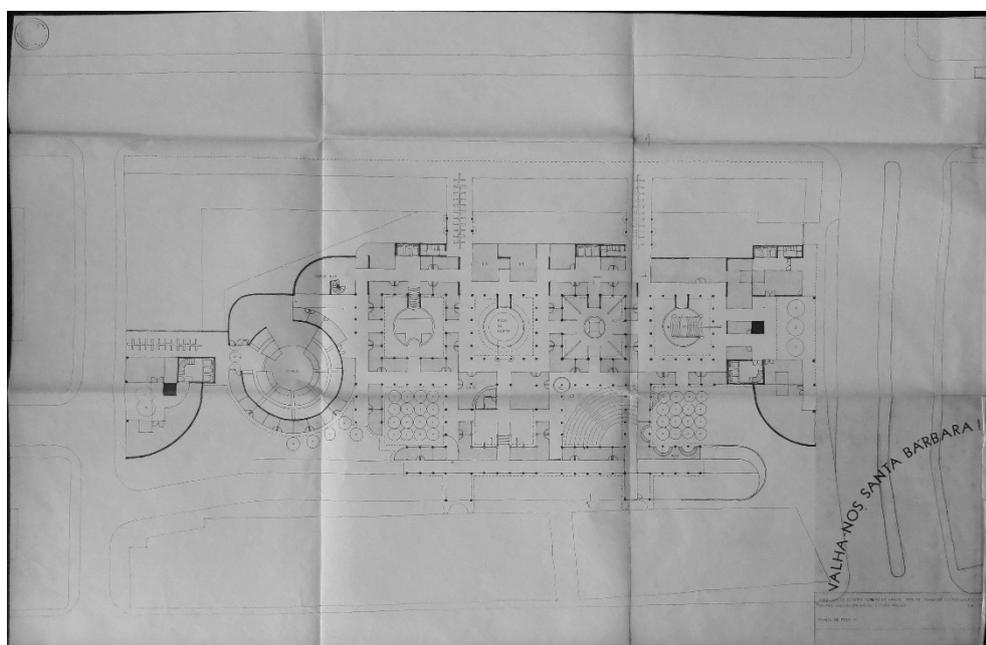


Anexo XXIX

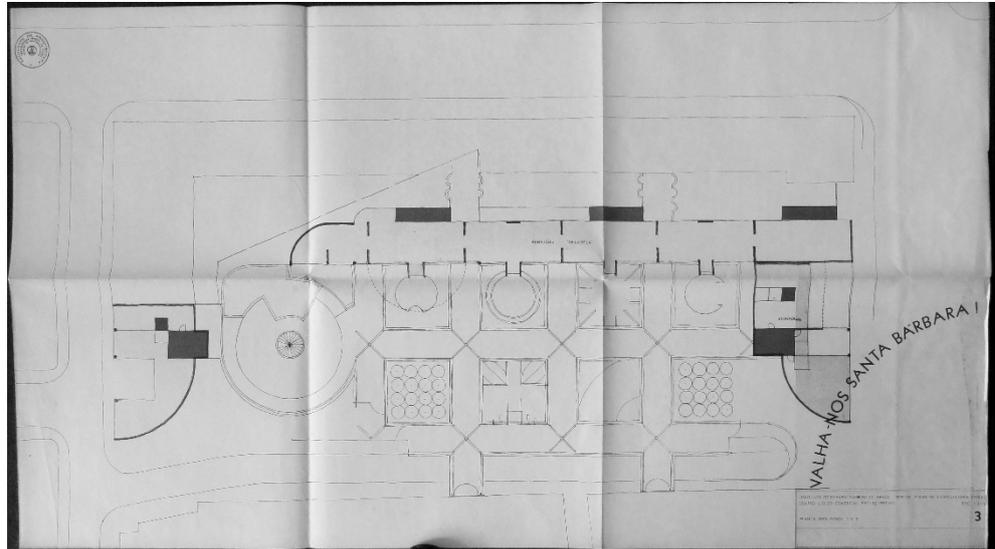
Trabalho escolar de "Arquitectura". 4º ano. 1º ano licenciatura. "Centro Lúdico-comercial 'Valha-nos Santa Bárbara'". Estudo Prévio. João Luís Carrilho da Graça. 1975/76. [Fundo FAUL].



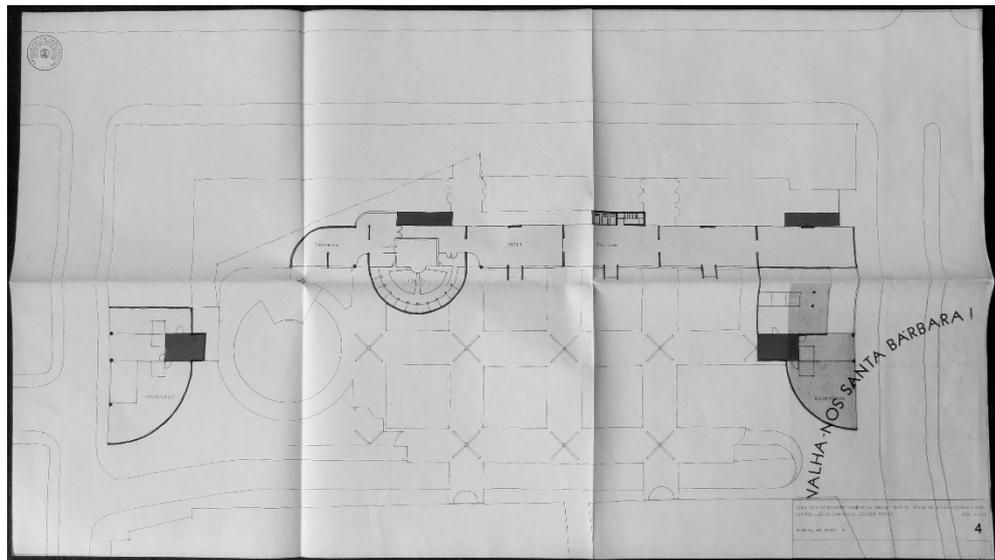
Piso -1



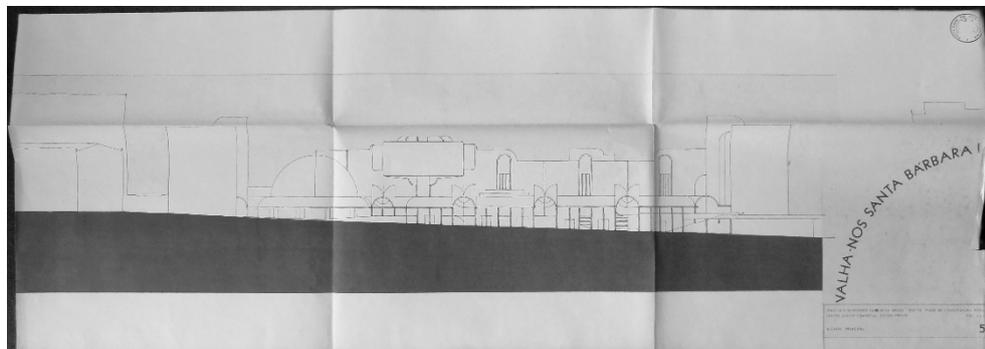
Piso 0



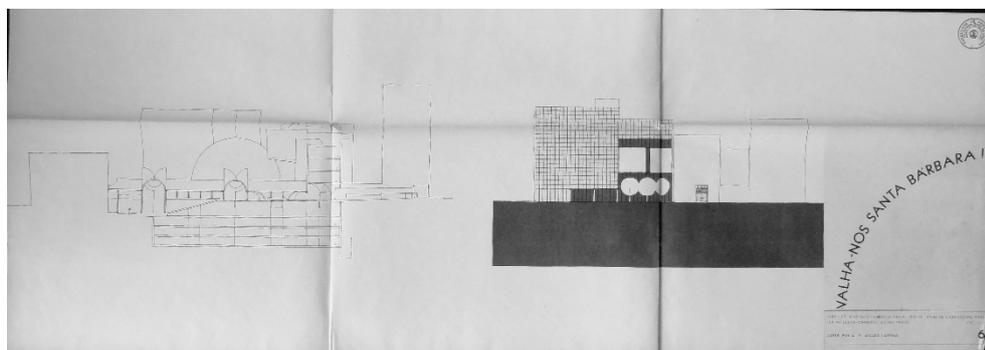
Pisos 1 e 2



Piso 3



Alçado principal



Corte A e Alçado lateral

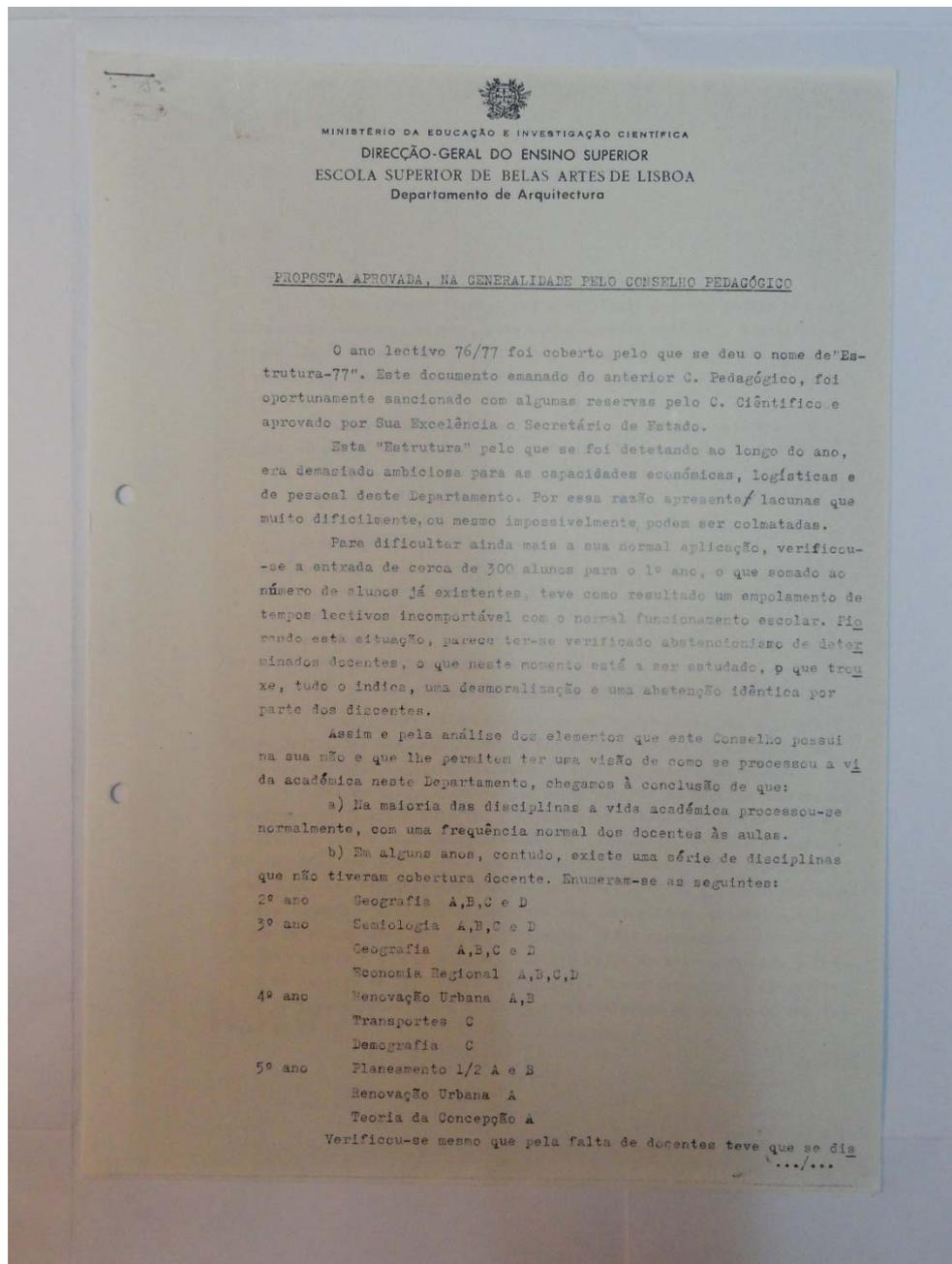
Índice de Anexos Capítulo 3

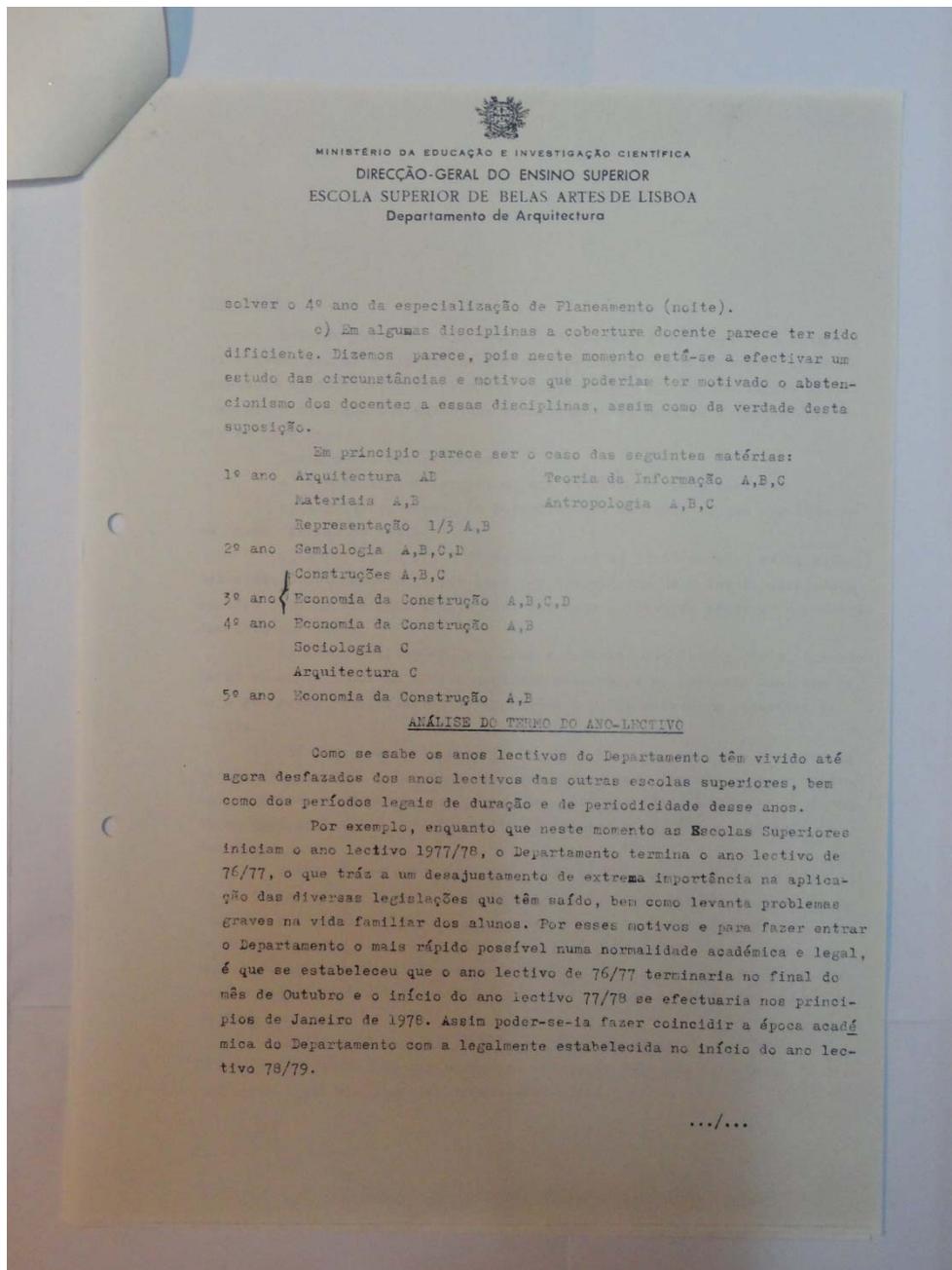
- Anexo I** Proposta do Conselho Pedagógico para a normalização do ano lectivo de 1976/77 e seguintes. 12 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]
- Anexo II** Ordem de Serviço do Conselho Directivo (assinada por Augusto Brandão) que determina passagens administrativas para disciplinas sem cobertura docente do ano lectivo de 1975/76. 10 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]
- Anexo III** Relatório do Conselho Directivo do Ano Lectivo 1975/76. (s.n.). 16 de Março de 1977. [Fundo FAUL]
- Anexo IV** Pedido de orçamento para “aquisição de material de interesse pedagógico” à Fundação Calouste Gulbenkian pelo Departamento de Arquitectura (parcela). 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL]
- Anexo V** Acta da primeira reunião ordinária da Direcção da Associação de Estudantes de Arquitectura (primeira página). 1 de Julho de 1977. [Fundo AEFA]
- Anexo VI** Folheto estudantil “Apelo” e Caderno programático da lista C para a Associação de Estudantes. ca 1977. [Arquivo FSP]
- Anexo VII** Cadernos programáticos das listas B e A (1) para a Associação de Estudantes. ca 1977. [Arquivo FSP]
- Anexo VIII** Apontamentos do aluno Filipe Sousa Pinto. RGA de Janeiro de 1977. Primeira e última folhas. [Arquivo FSP]
- Anexo IX** Apontamentos do aluno Filipe Sousa Pinto. RGDA de 16 de Março de 1977. [Arquivo FSP]
- Anexo X** Memorando e Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior legalizando o funcionamento do curso para 1977 (*Estrutura 77*). 24 de Novembro de 1976 e três de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]
- Anexo XI** Apontamentos das aulas de Planeamento. Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto. Abril a Junho de 1977. [Arquivo FSP]
- Anexo XII** Apontamentos “Questões Pedagógicas”. Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto. (s.d.). ca 1977. [Arquivo FSP]
- Anexo XIII** Relatório de Turma. 3º Ano, turmas C e D. Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto et al.. Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]

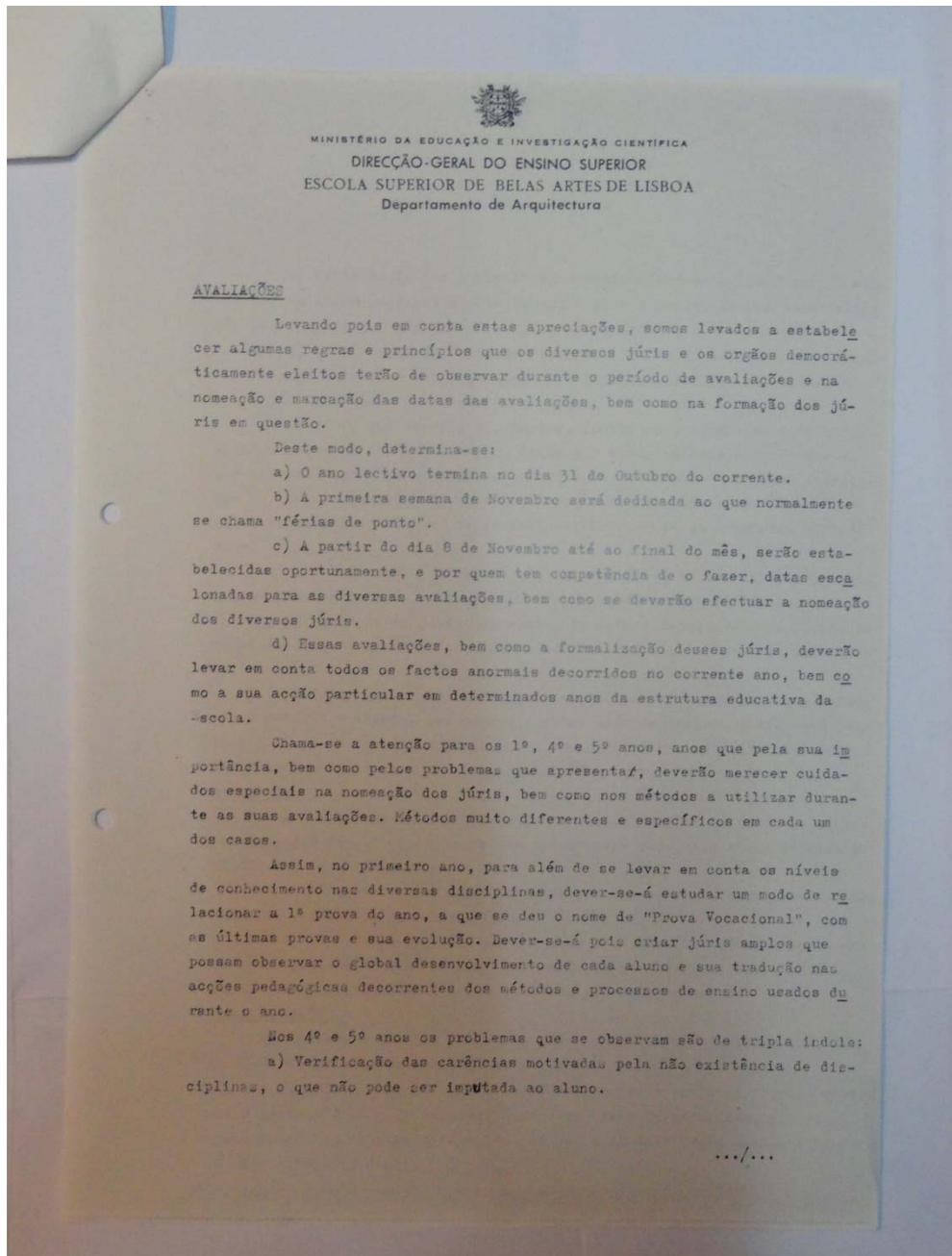
- Anexo XIV** Trabalho de 5º ano. Memória Descritiva. Manuscrito. Filipe Sousa Pinto. 1977/78. [Arquivo FSP]
- Anexo XV** Trabalho escolar de “Planeamento”. 4º ano, turma C. “Palmela. Plano Geral de Urbanização. Praças – Análise – Proposta”. Carlos Silva Lameiro. ca 1979. [Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Carta da Reitoria da Universidade Técnica à Comissão Instaladora do curso de Arquitectura a pretexto de um projecto de curso de mestrado em Planeamento Regional e Urbano. 29 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** Carta do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas à Comissão Concretizadora do DA-ESBAL a pretexto do curso de especialização em Estudos Urbanos e Regionais. 20 de Maio de 1976. [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** “Proposta de Organização de um Bloco Editorial Anexo ao C.D.I. da ESBAL”. De Carlos Alves, Carlos Santos, Fausto Cruz, Florindo Belo Marques, Francisco Magalhães, João Luís Carrilho da Graça e Leonel Fadigas. 8 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]
- Anexo XIX** Projecto para filme documentário com o título “Filme sobre Macedo de Cavaleiros”. (s.n.). 20 de Fevereiro de 1978. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Relatório de Augusto Brandão intitulado “Antecedentes”. 11 de Junho de 1980. [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Discurso de tomada de posse da Comissão Instaladora por Frederico George. Lisboa, 21 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]
- Anexo XXII** Delegação do despacho dos assuntos correntes da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura a Augusto Brandão por Arantes e Oliveira, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIII** Relatório de Augusto Brandão intitulado “Dificuldades da Faculdade de Arquitectura. Antecedentes”. (s.d.). ca 1981. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIV** Carta à Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Educação na qual a FAUTL se disponibiliza a fazer o projecto das novas instalações. 19 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** Estudos de implantação e edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa no Polo da Ajuda. GNI (Gabinete das Novas Instalações); presidente: Augusto Brandão. ca 1988. [Fundo FAUL]

Anexo I

Proposta do Conselho Pedagógico para a normalização do ano lectivo de 1976/77 e seguintes. 12 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]

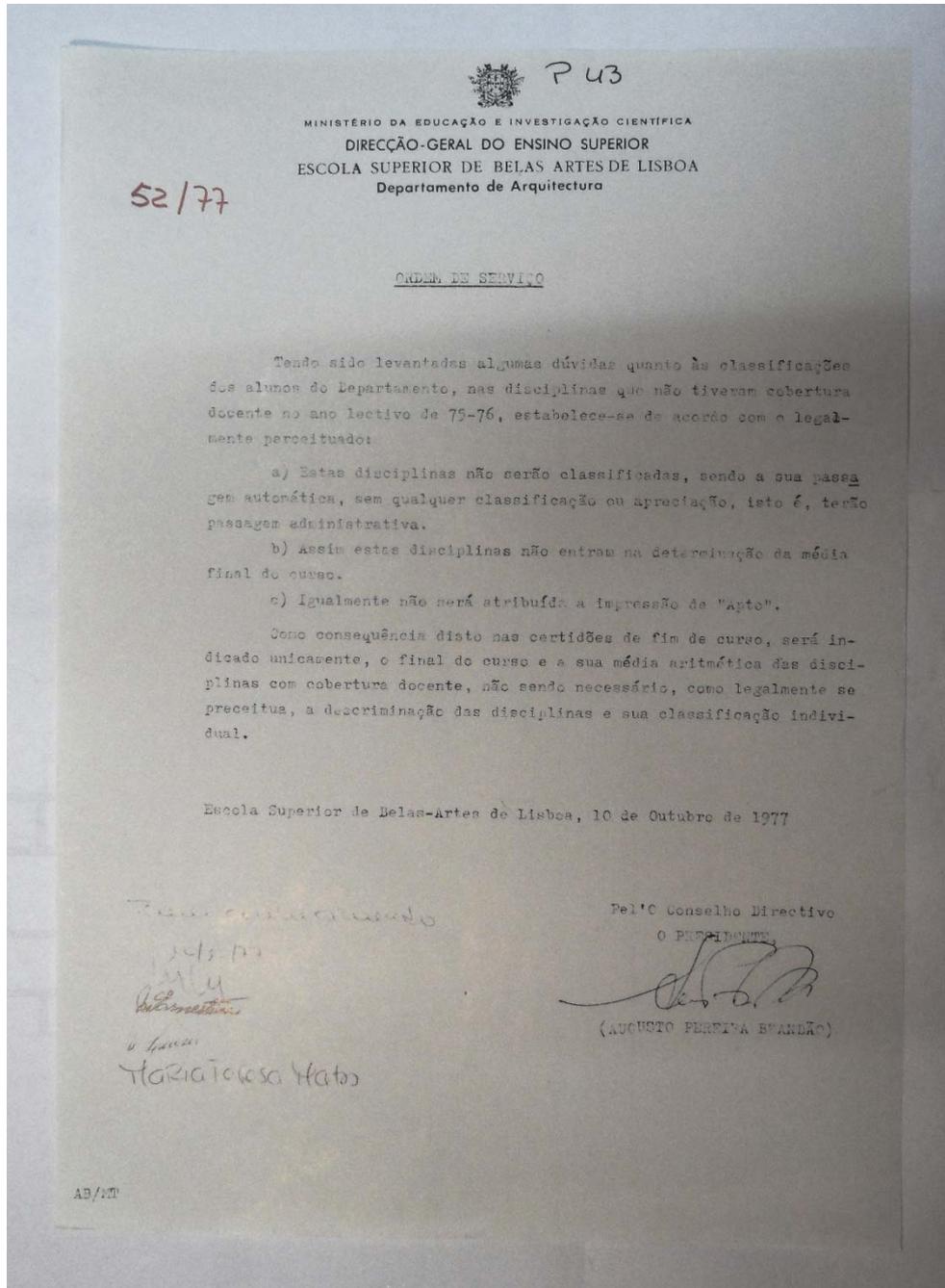






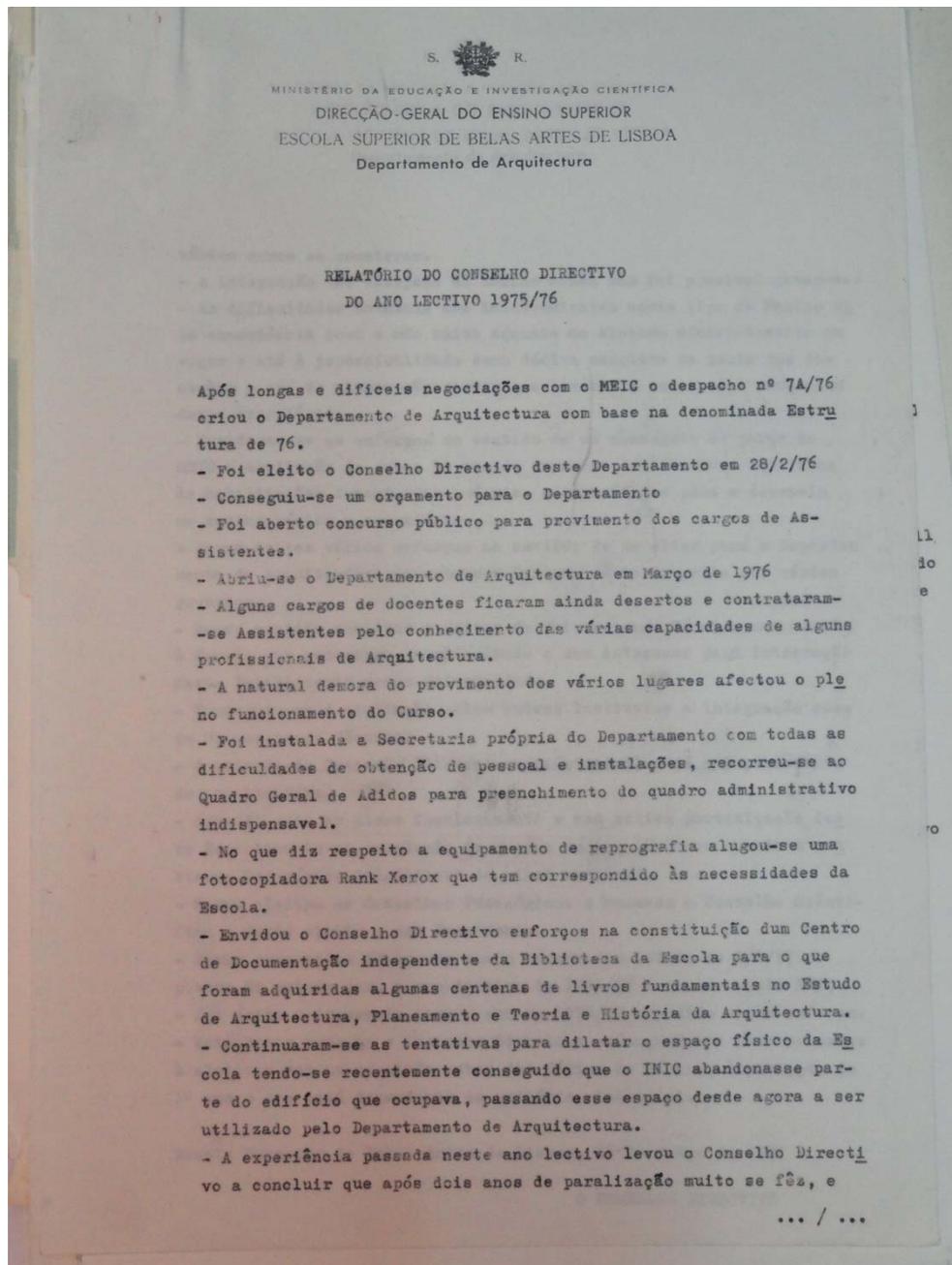
Anexo II

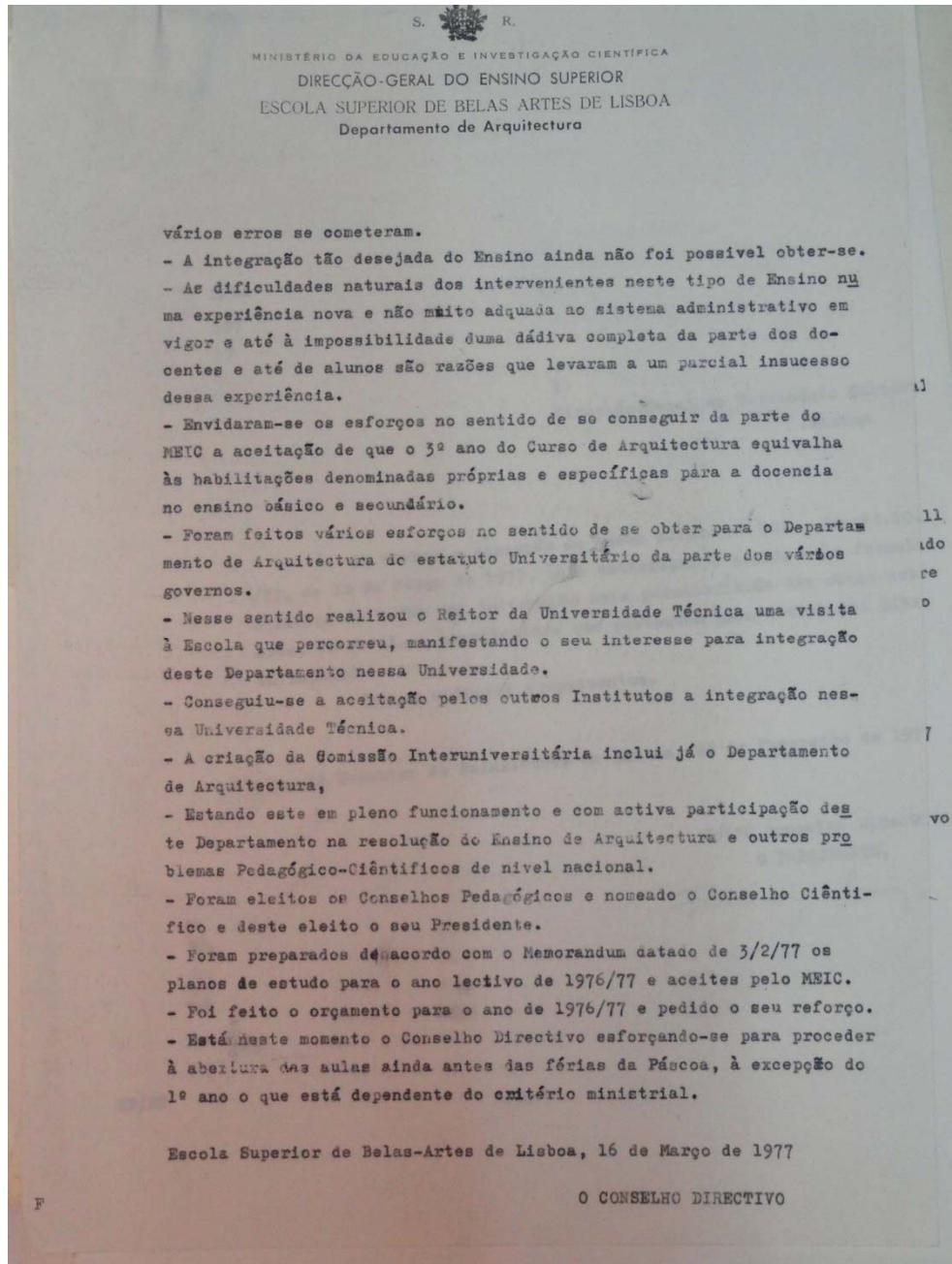
Ordem de Serviço do Conselho Directivo (assinada por Augusto Brandão) que determina passagens administrativas para disciplinas sem cobertura docente do ano lectivo de 1975/76. 10 de Outubro de 1977. [Fundo FAUL]



Anexo III

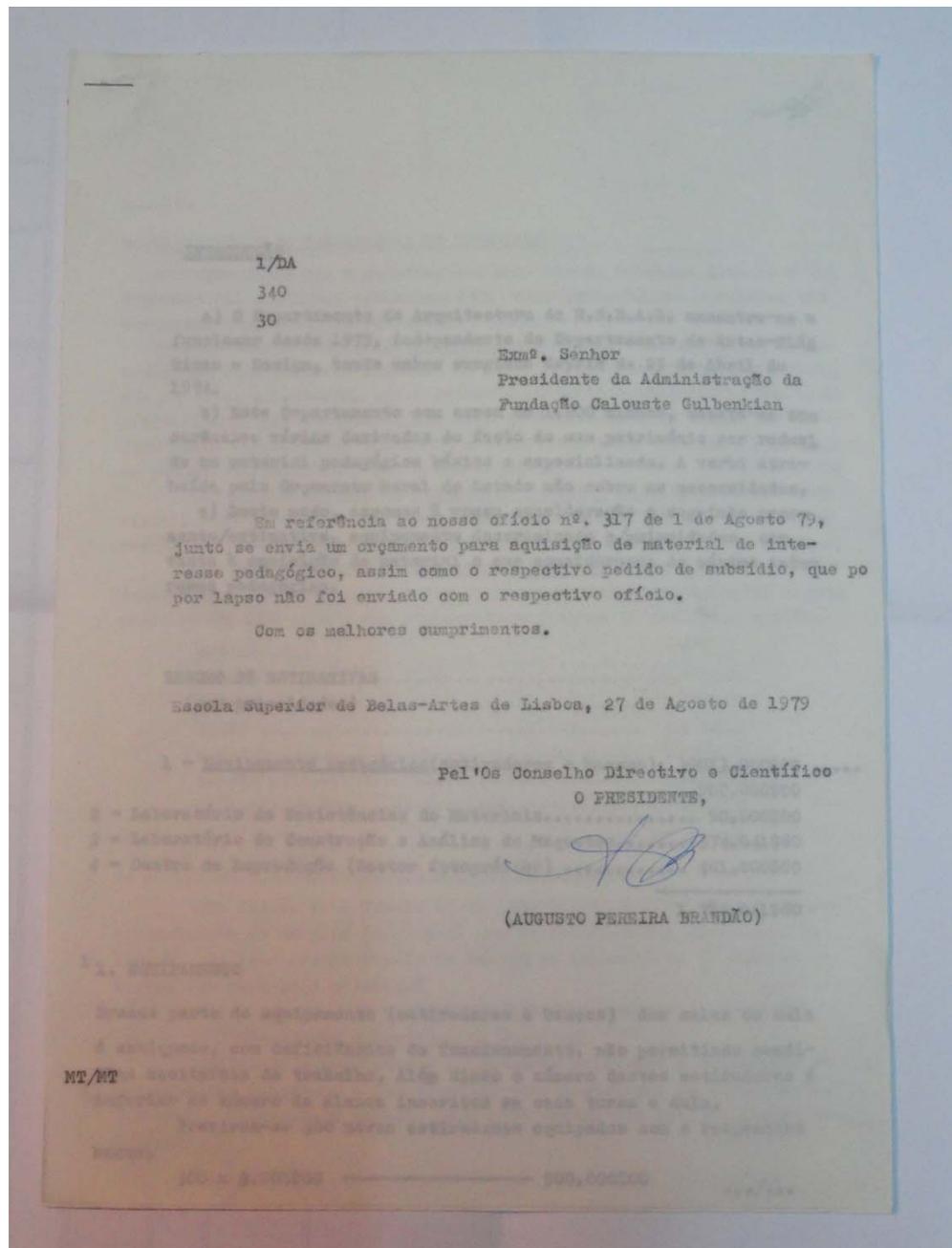
Relatório do Conselho Directivo do Ano Lectivo 1975/76. (s.n.). 16 de Março de 1977.
[Fundo FAUL]

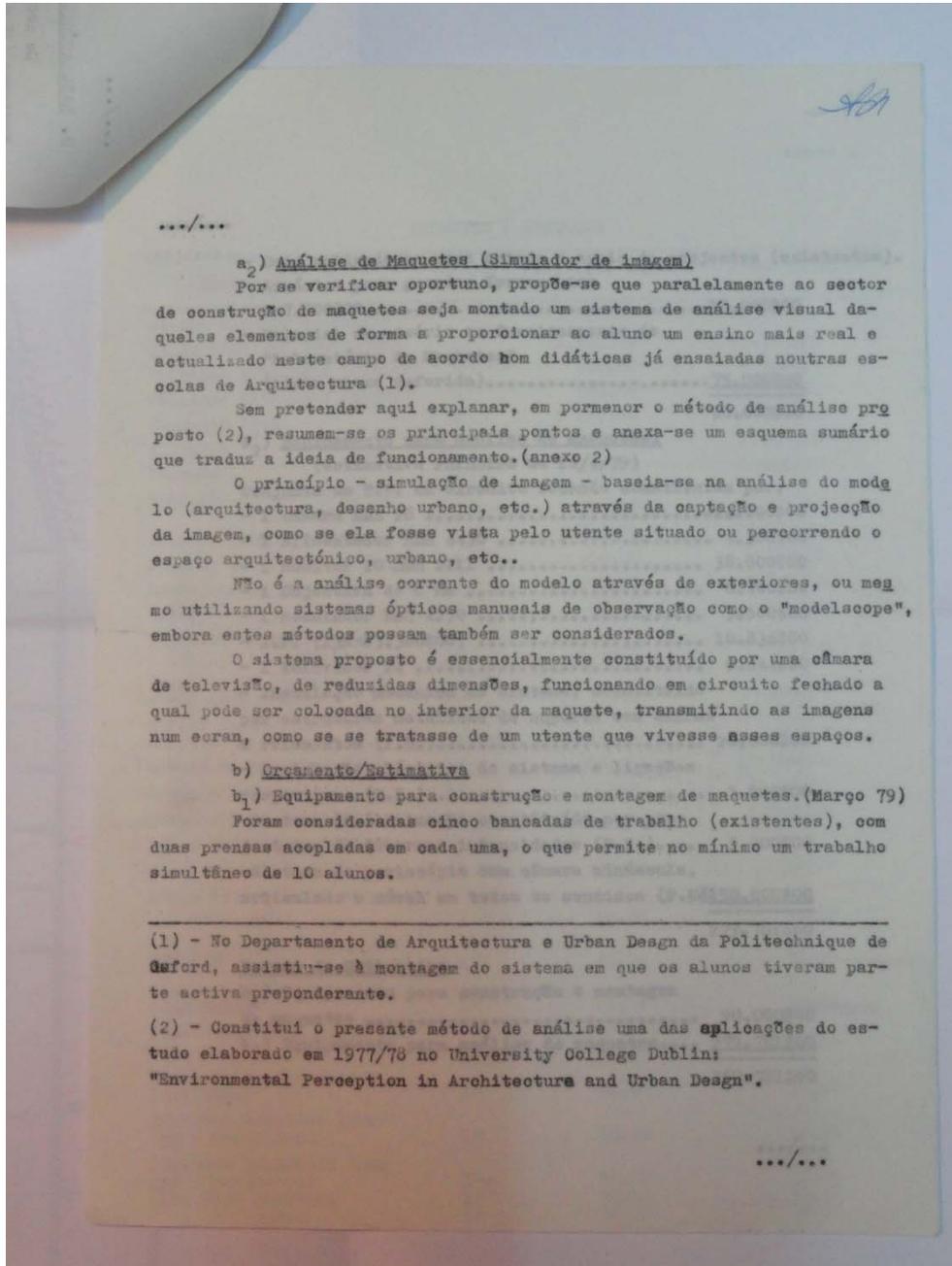


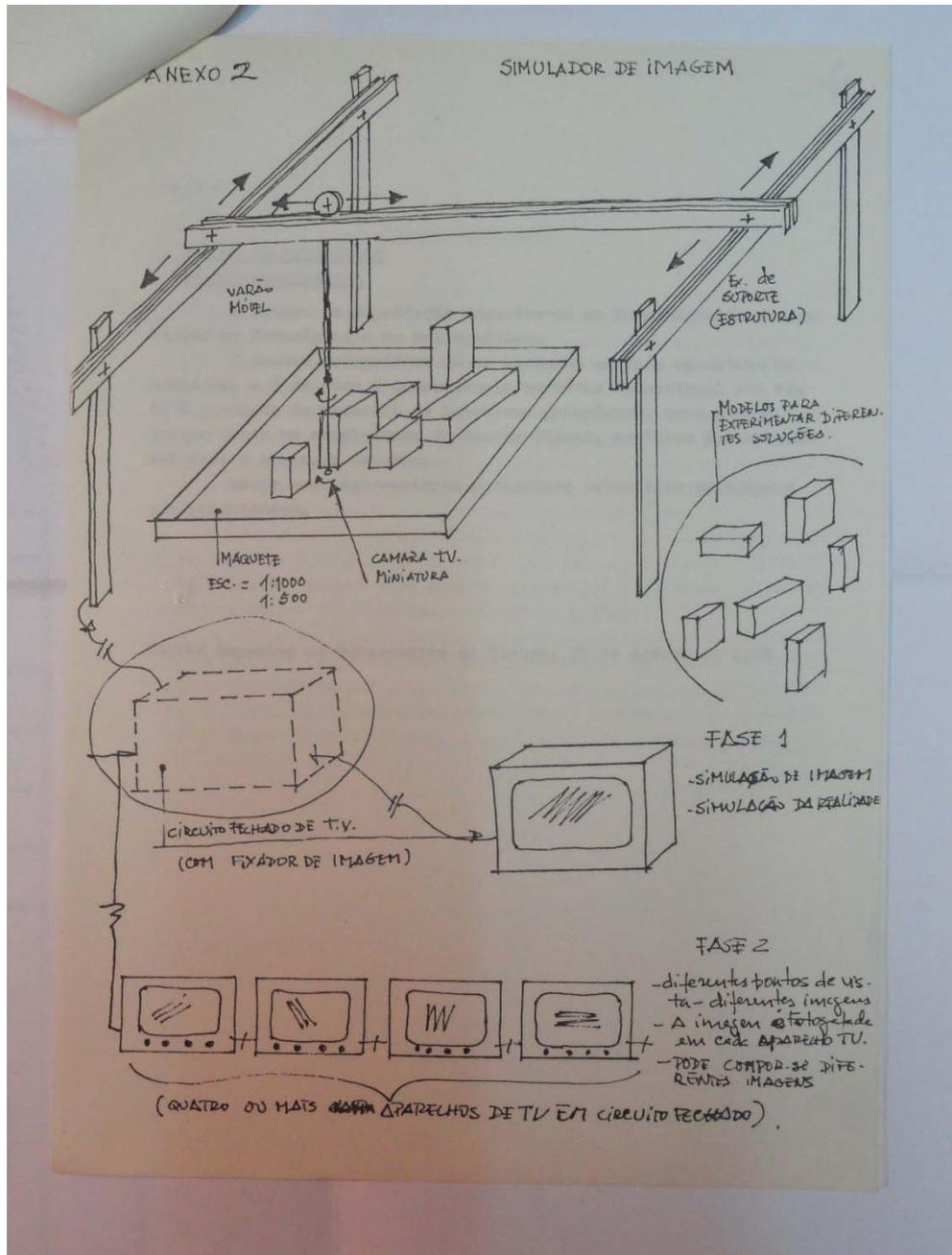


Anexo IV

Pedido de orçamento para “aquisição de material de interesse pedagógico” à Fundação Calouste Gulbenkian pelo Departamento de Arquitectura (parcela). 27 de Agosto de 1979. [Fundo FAUL]

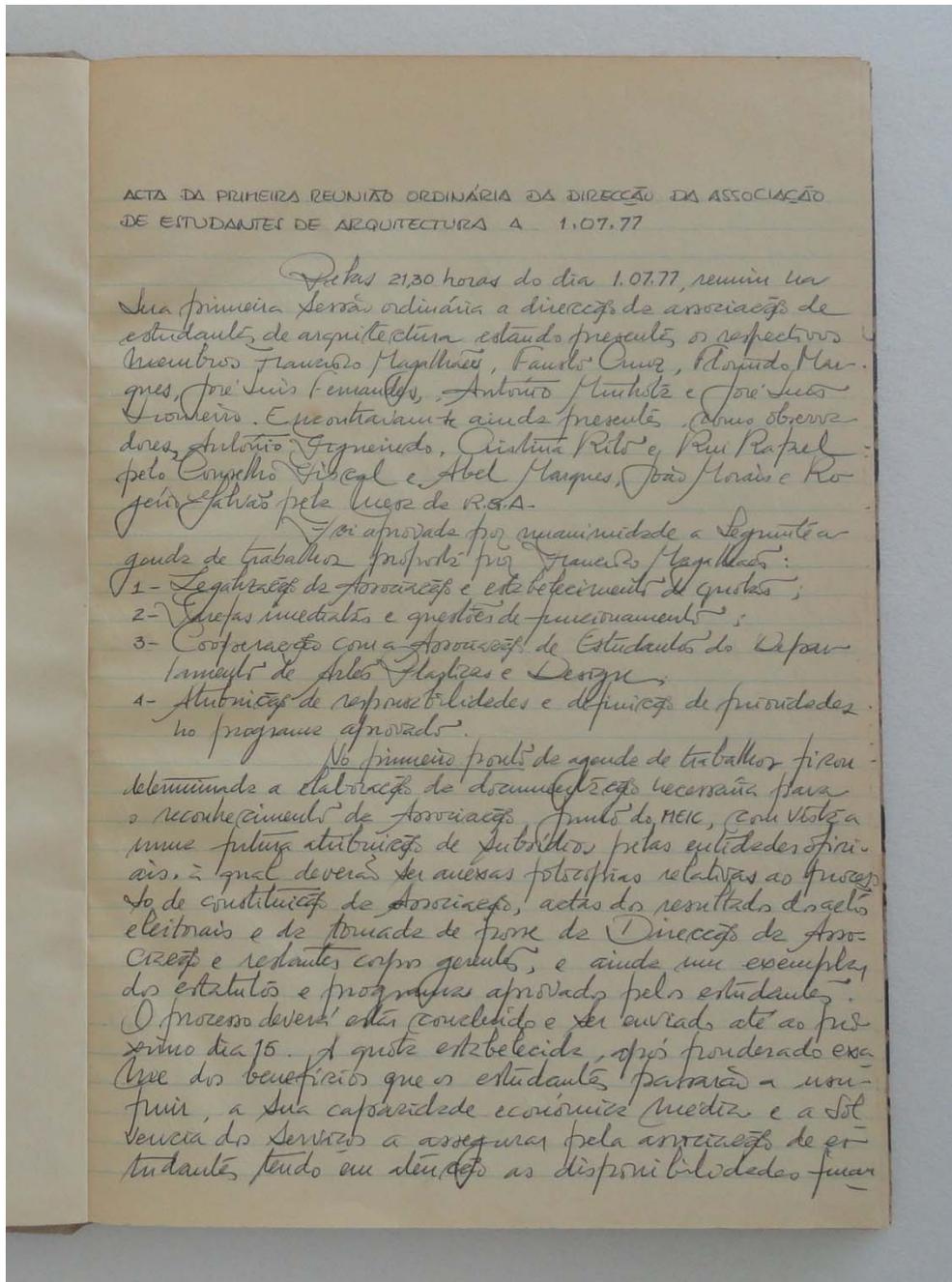






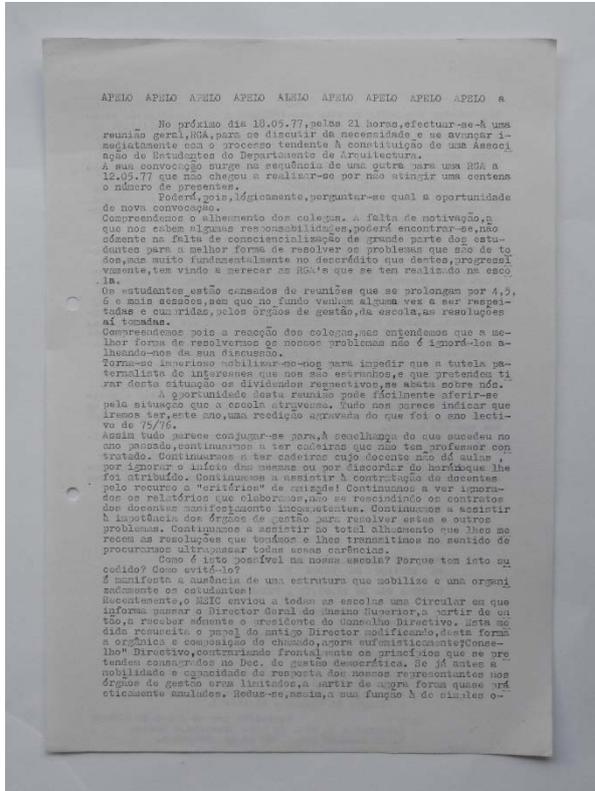
Anexo V

Acta da primeira reunião ordinária da Direcção da Associação de Estudantes de Arquitectura (primeira página). 1 de Julho de 1977. [Fundo AEFA]



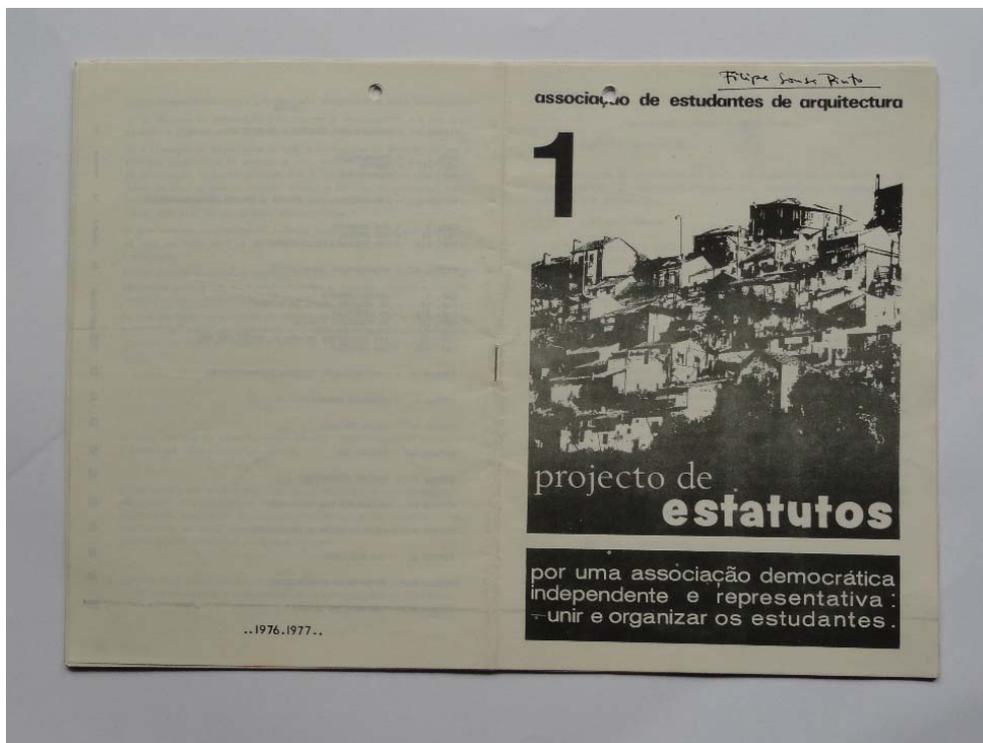
Anexo VI

Folheto estudantil "Apelo" e Caderno programático da lista C para a Associação de Estudantes. ca 1977. [Arquivo FSP]



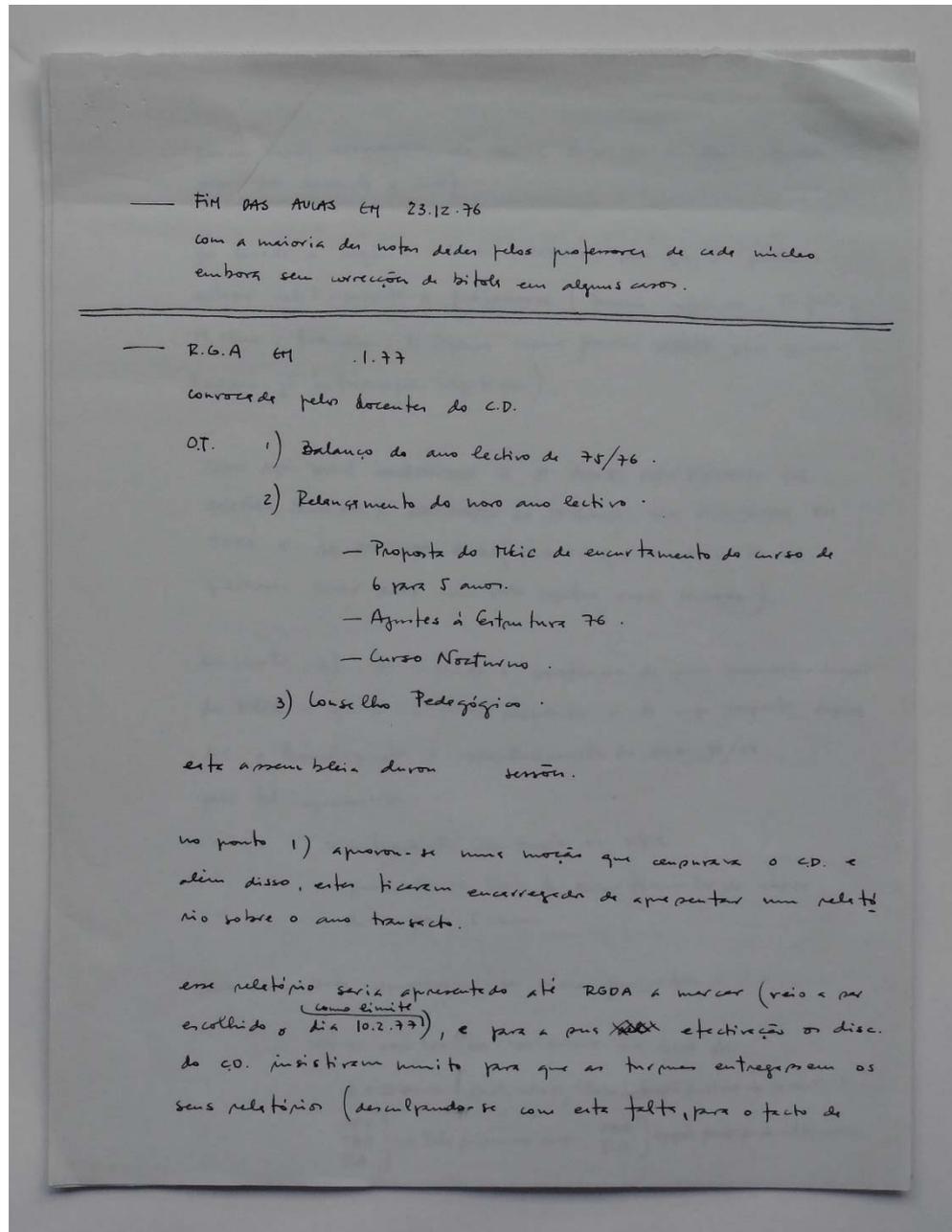
Anexo VII

Cadernos programáticos das listas B e A(1) para a Associação de Estudantes. ca 1977.
[Arquivo FSP]



Anexo VIII

Apontamentos do aluno Filipe Sousa Pinto. RGA de Janeiro de 1977. Primeira e última folhas. [Arquivo FSP]



e porque não teris os ~~assistentes~~ assistentes interessados como colaboradores do grupo que trabalharis por acerto.

apurar-se ainda um calendário que diria:

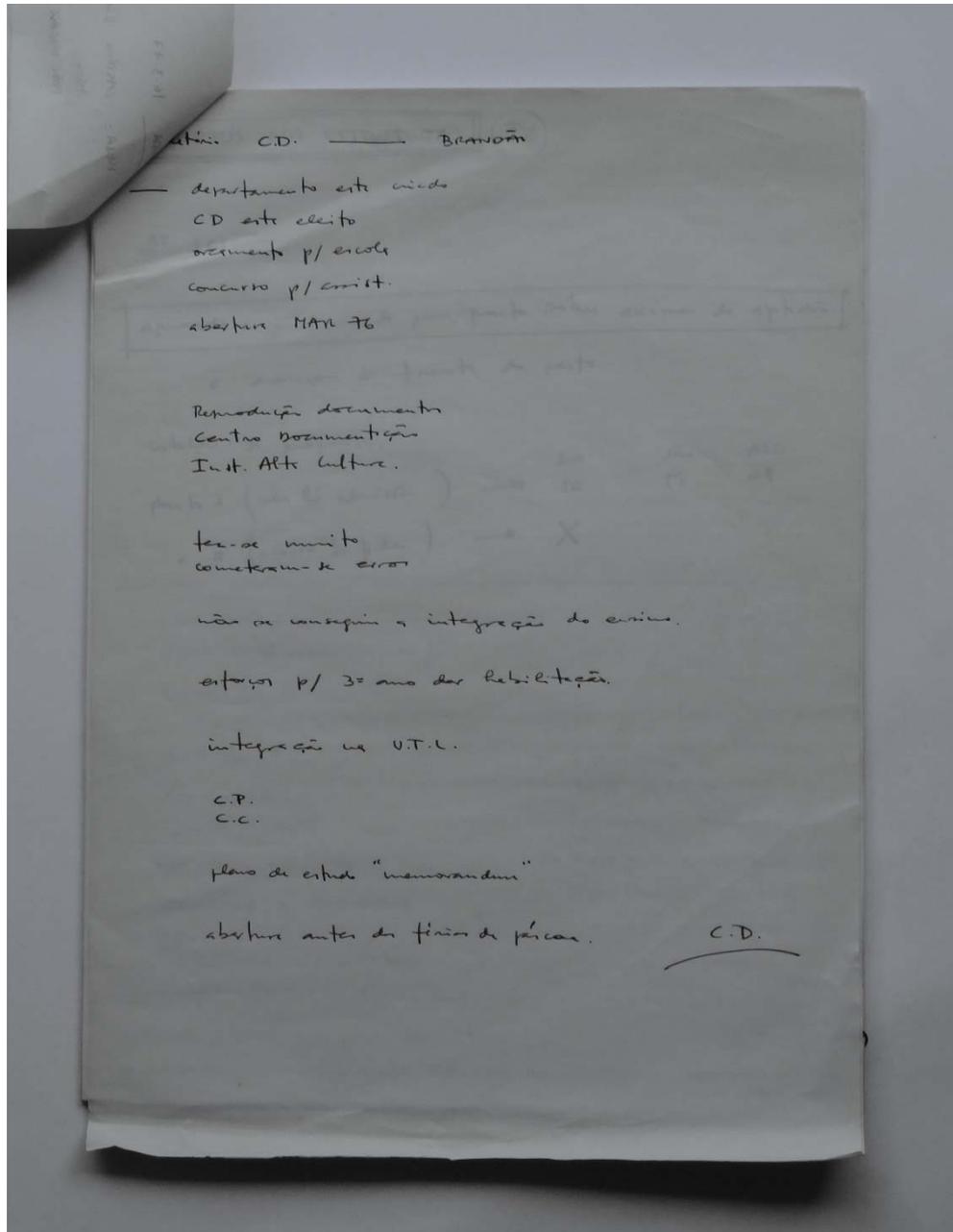
- o) notas até 27.1.77
- o) inscrição provisória entre 24.1 e 5.2.77
- o) organização de turmas 7, 8 e 9.2.77
- o) início das aulas 10.2.77.

chamem-se a atenção para
?
a impossibilidade de isto mas mesmo assim foi aprovado.

foi também aprovado a suspensão da notas de TAA de parte turmas do 3º ano (T.A" - Luis Afonso).

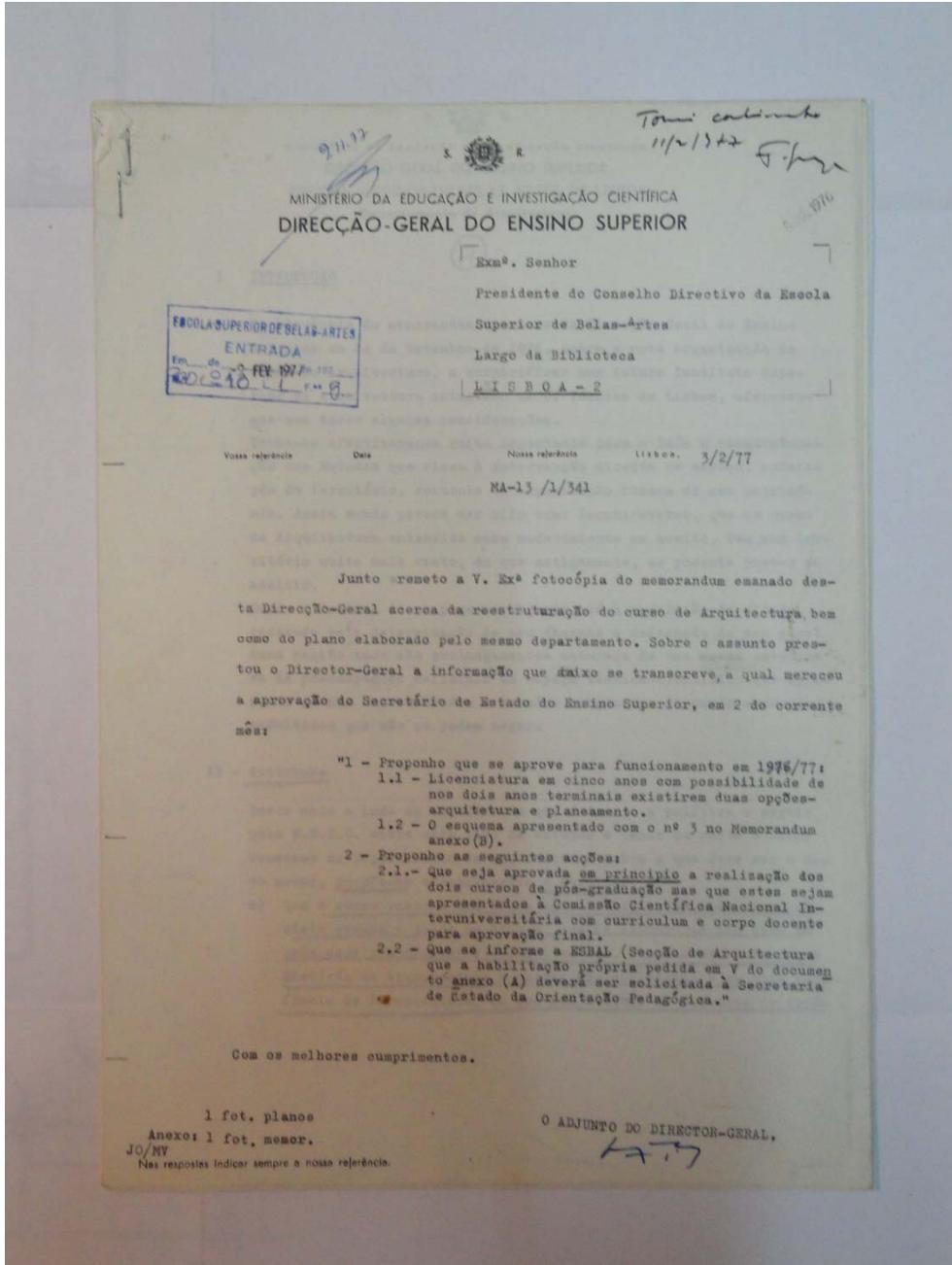
Anexo IX

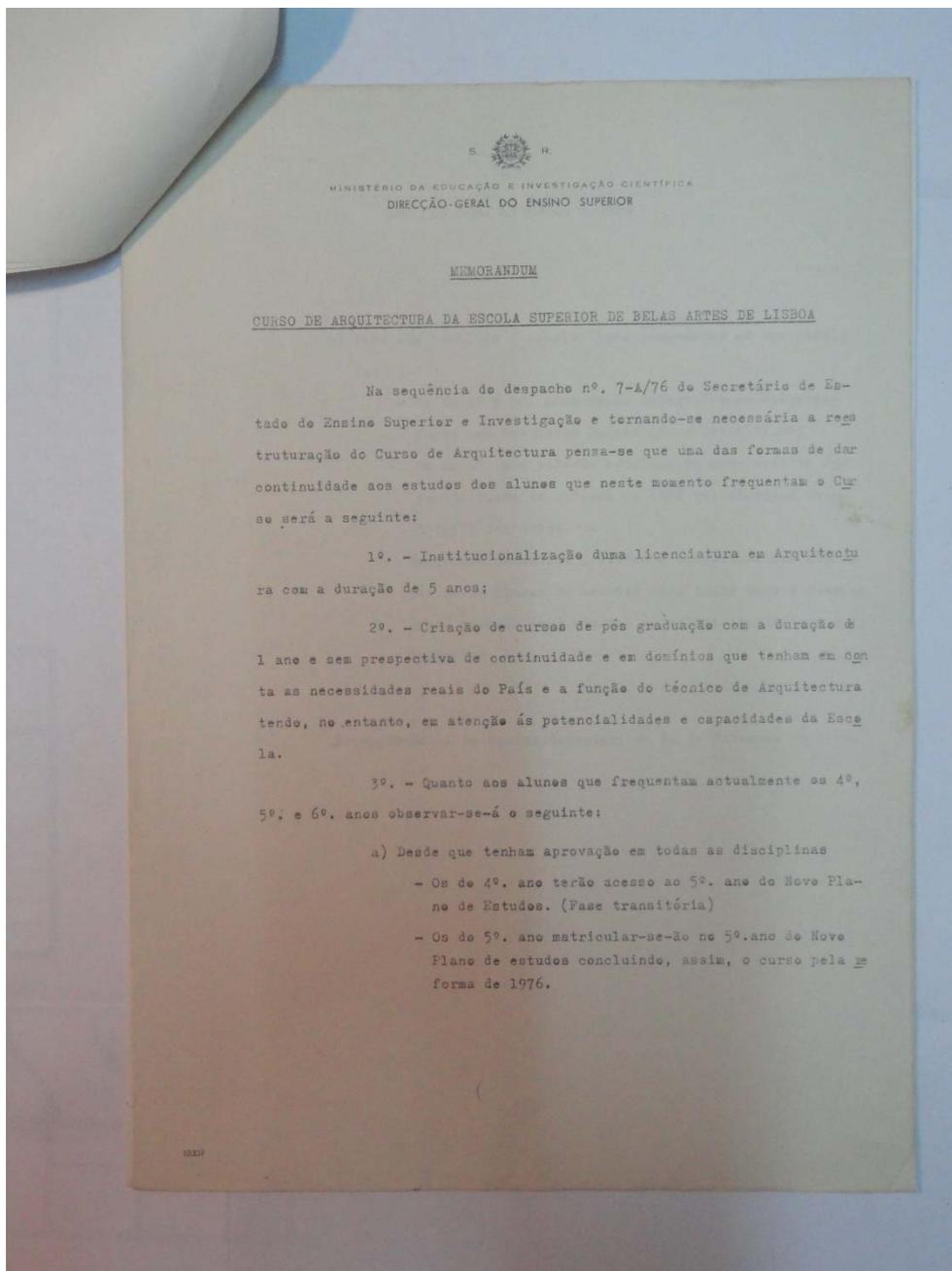
Apontamentos do aluno Filipe Sousa Pinto. RGDA de 16 de Março de 1977. [Arquivo FSP]

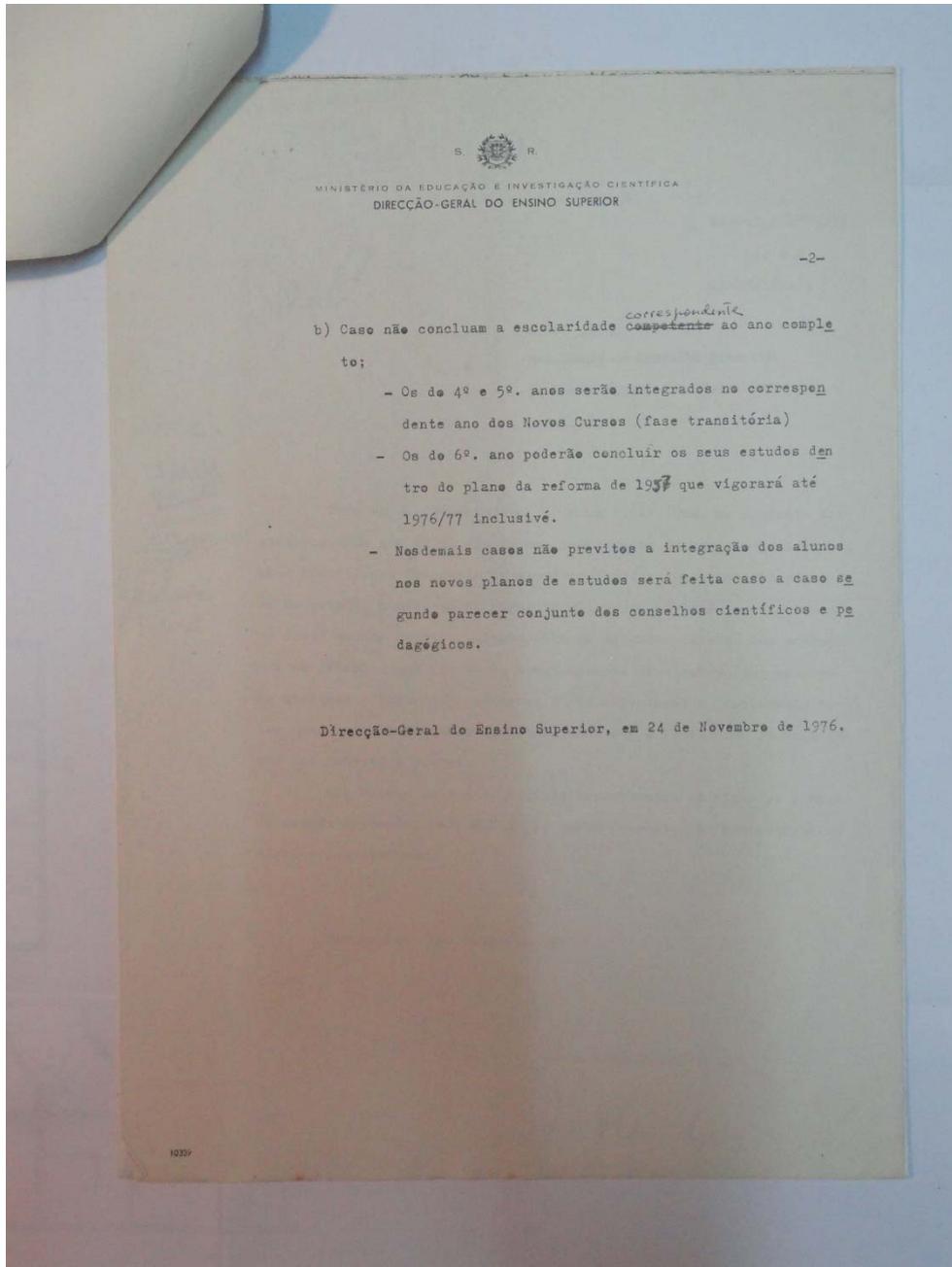


Anexo X

Memorando e Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior legalizando o funcionamento do curso para 1977 (*Estrutura 77*). 24 de Novembro de 1976 e três de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]

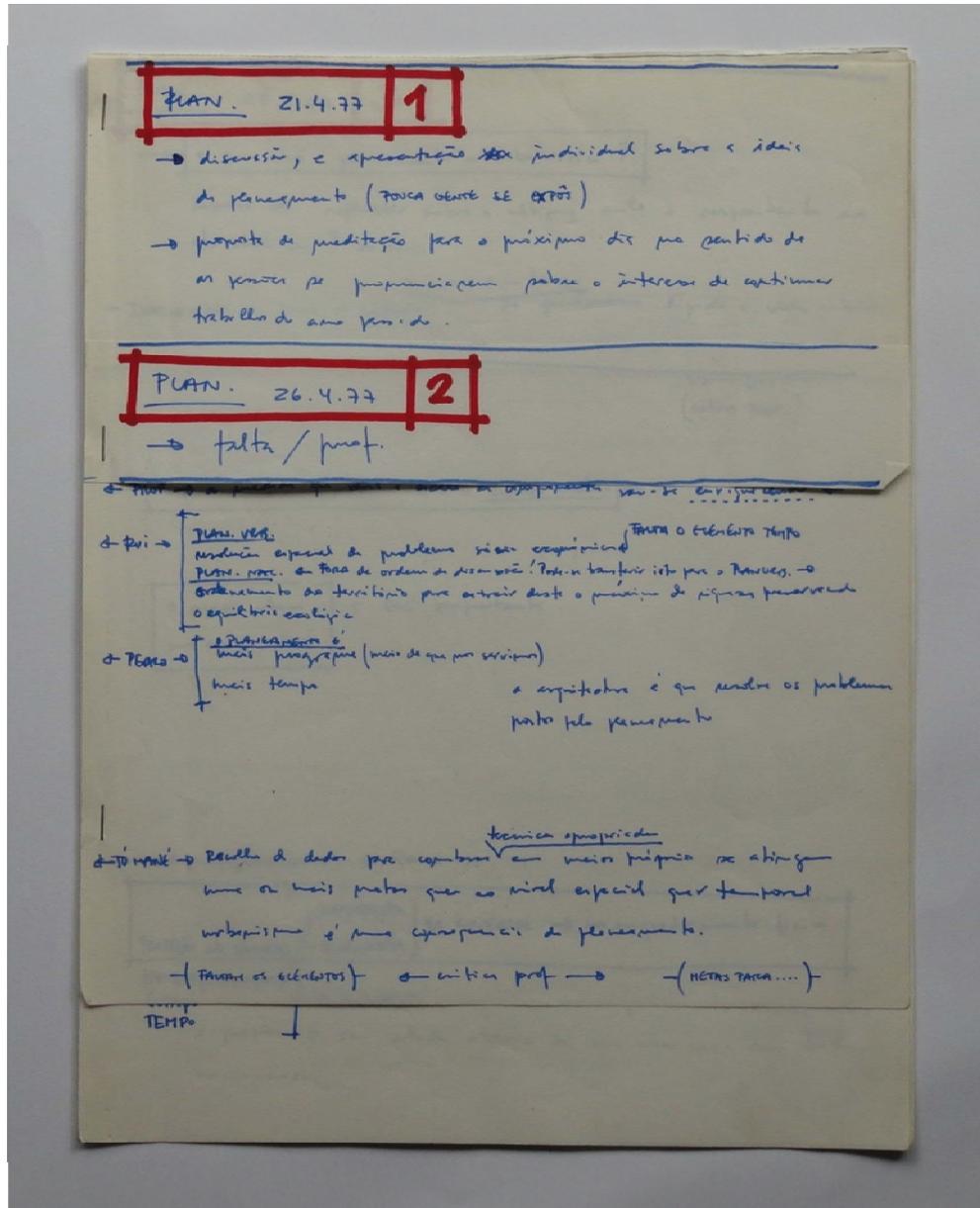


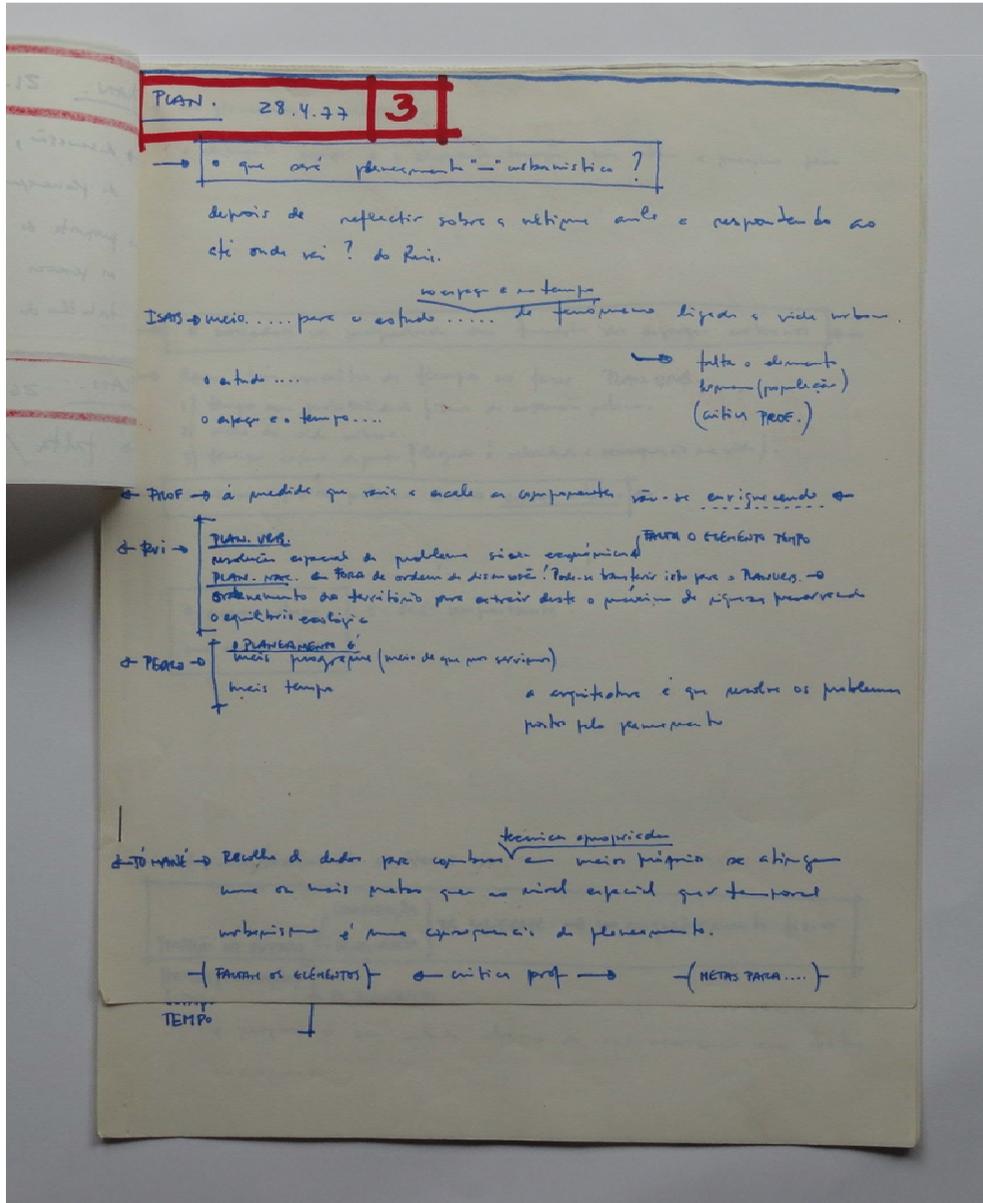


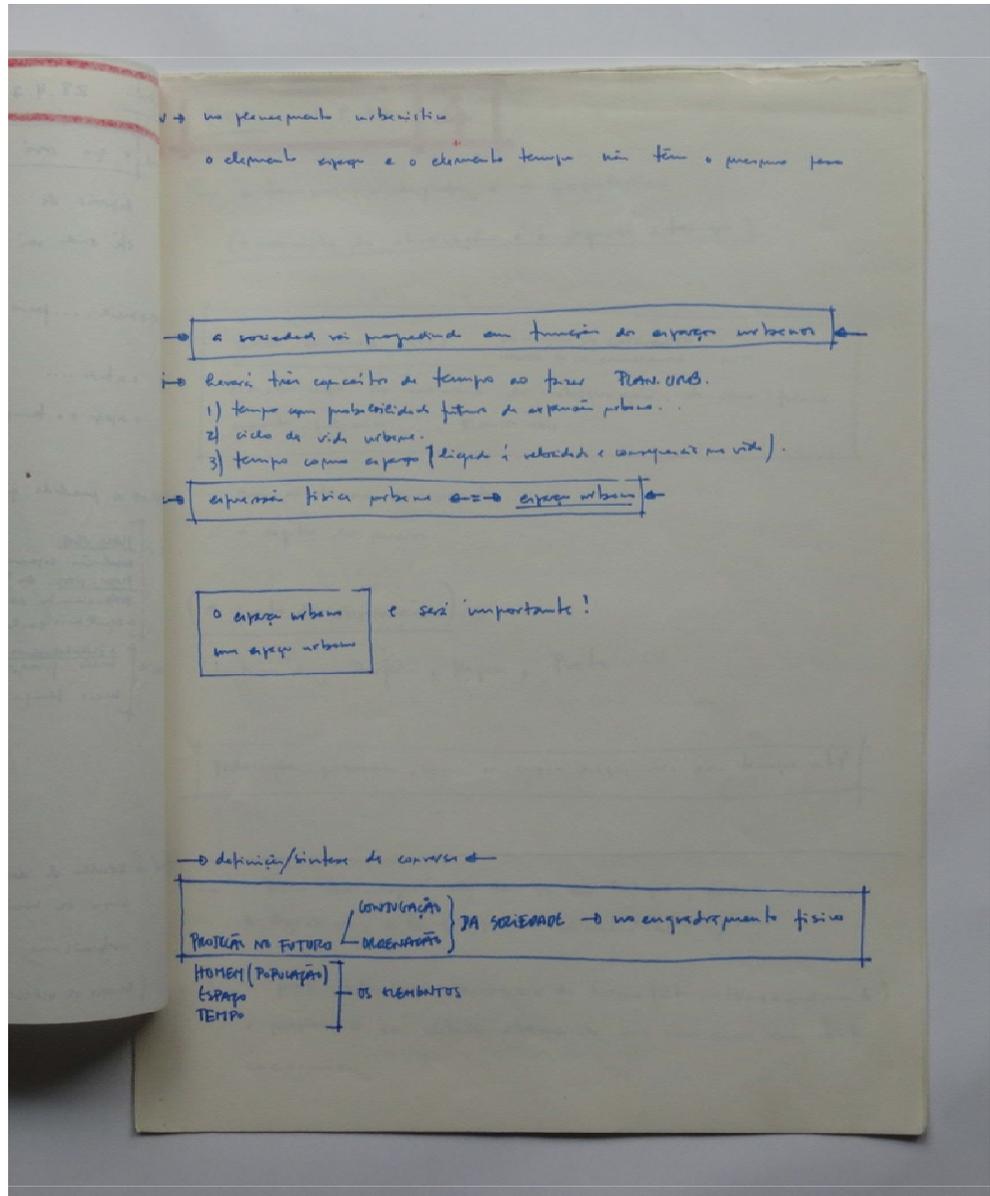


Anexo XI

Apontamentos das aulas de Planeamento. Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto. Abril a Junho de 1977. [Arquivo FSP]

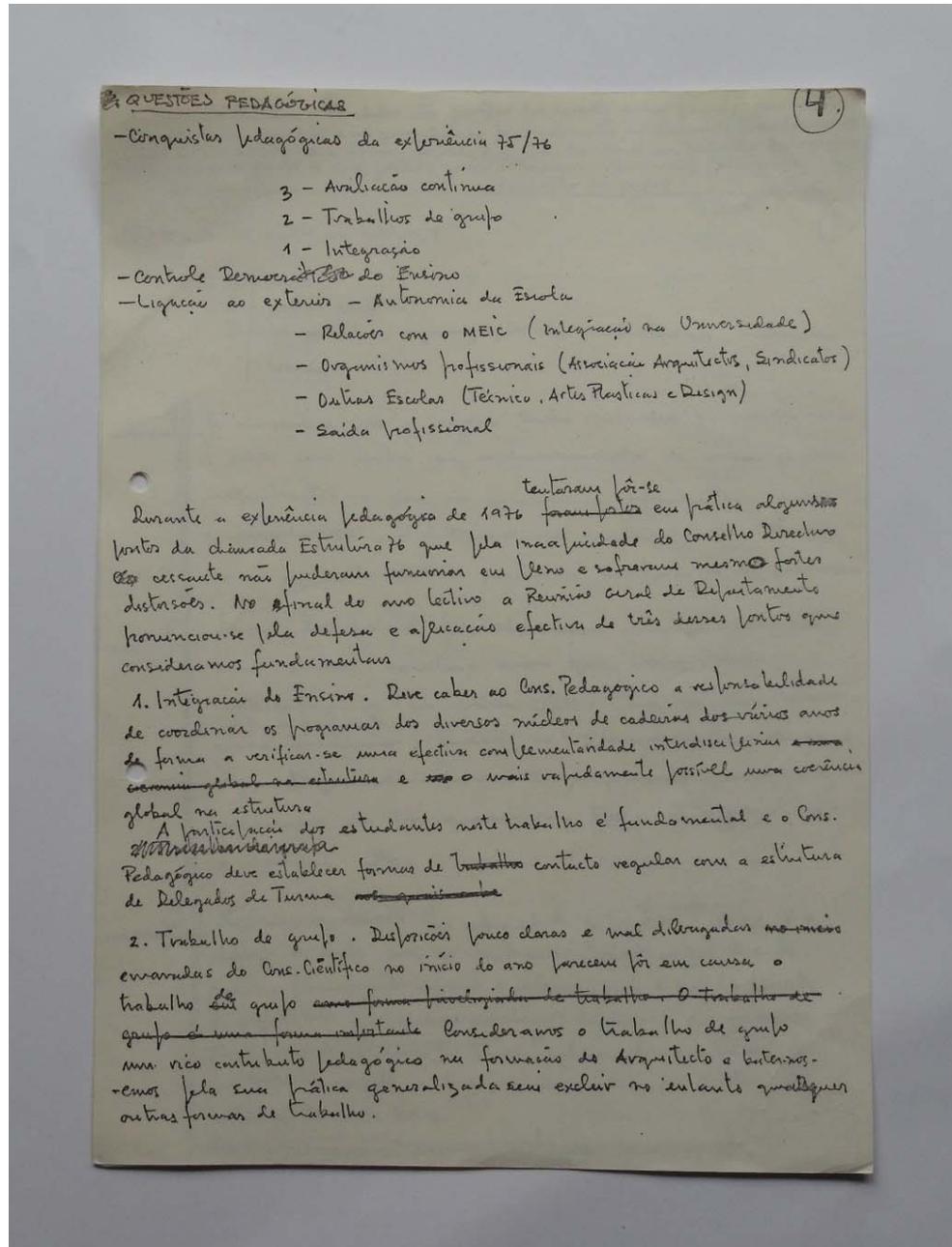






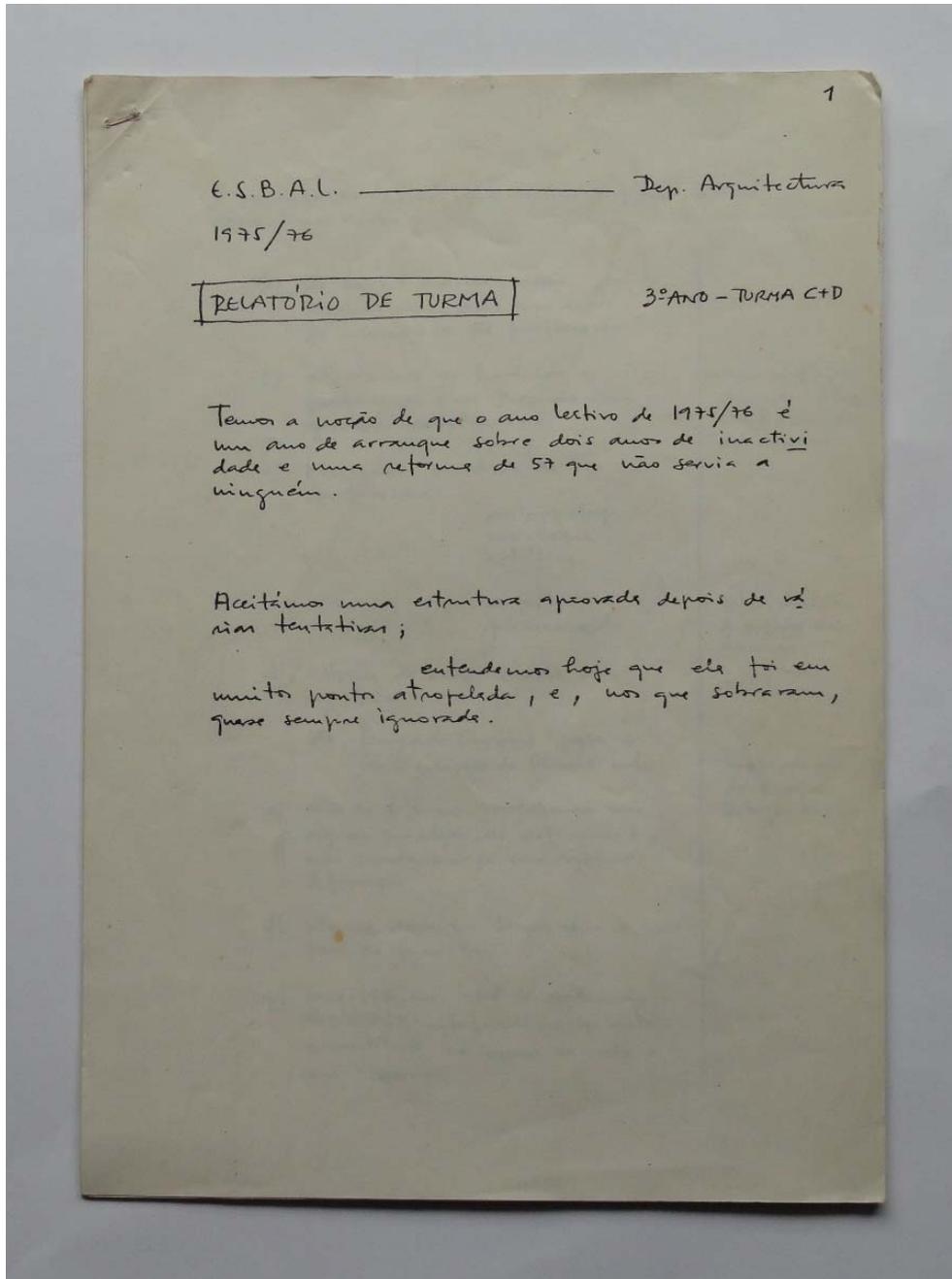
Anexo XII

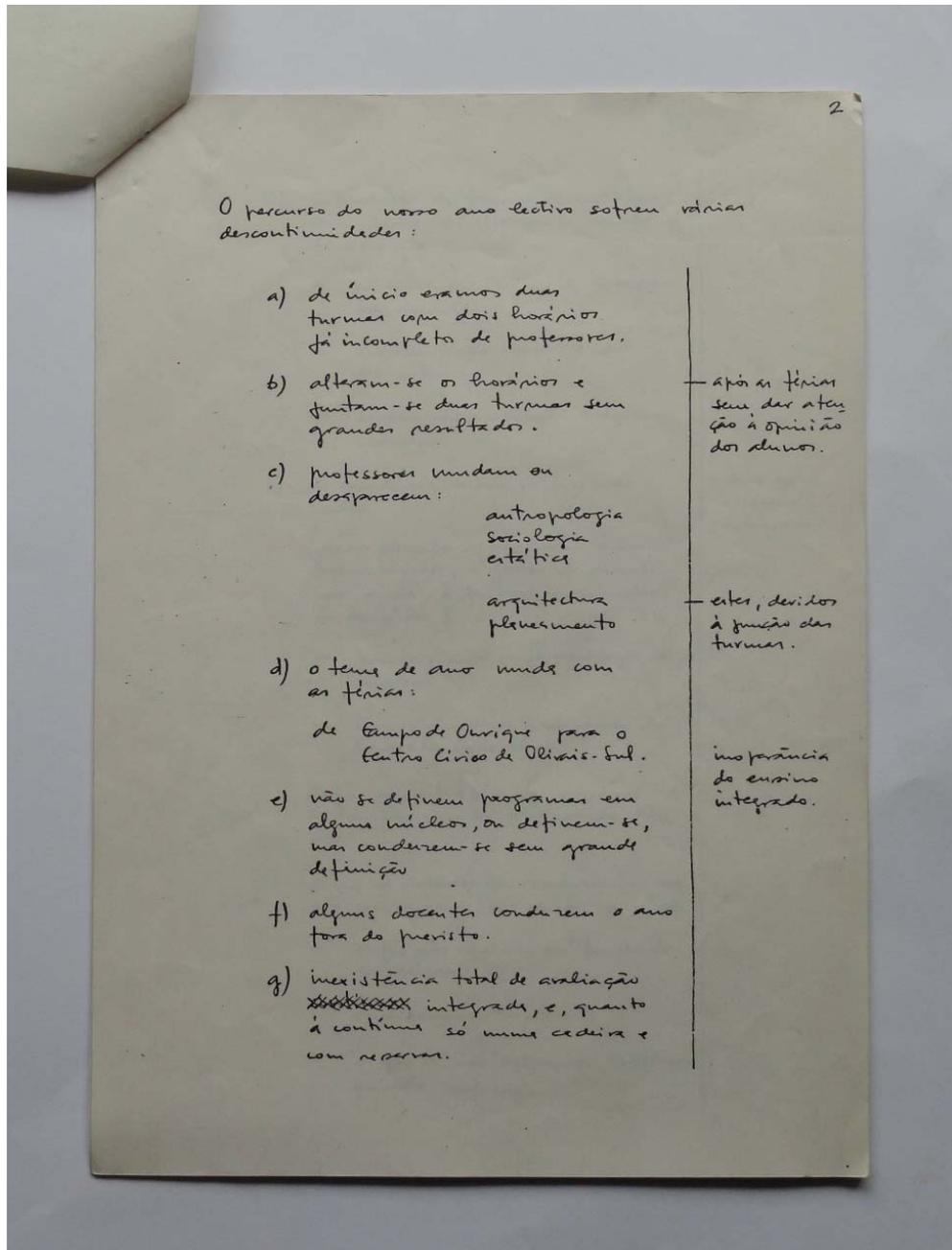
Apontamentos "Questões Pedagógicas". Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto. (s.d.). ca 1977. [Arquivo FSP]



Anexo XIII

Relatório de Turma. 3º ano, turmas C e D. Folhas manuscritas. Filipe Sousa Pinto et al..
Janeiro de 1977. [Arquivo FSP]





Anexo XIV

Memória Descritiva. Trabalho de 5º ano. Manuscrito. Filipe Sousa Pinto. 1977/78.
[Arquivo FSP]

NOS ÚLTIMOS ANOS, TODOS OS PROGRAMA DE TRABALHO PROPOSTOS EM QUASE TODAS AS 'ÁREAS', 'NÚCLEOS', 'CADEIRAS' ETC., TÊM SIDO SISTEMÁTICA E PROFUNDAMENTE DESOBEDECIDOS, PRINCIPALMENTE NO QUE SE REFERE À REDUÇÃO DA SUA EXTENSÃO E COMPLEXIDADE.

ESTE ANO TAMBÉM.

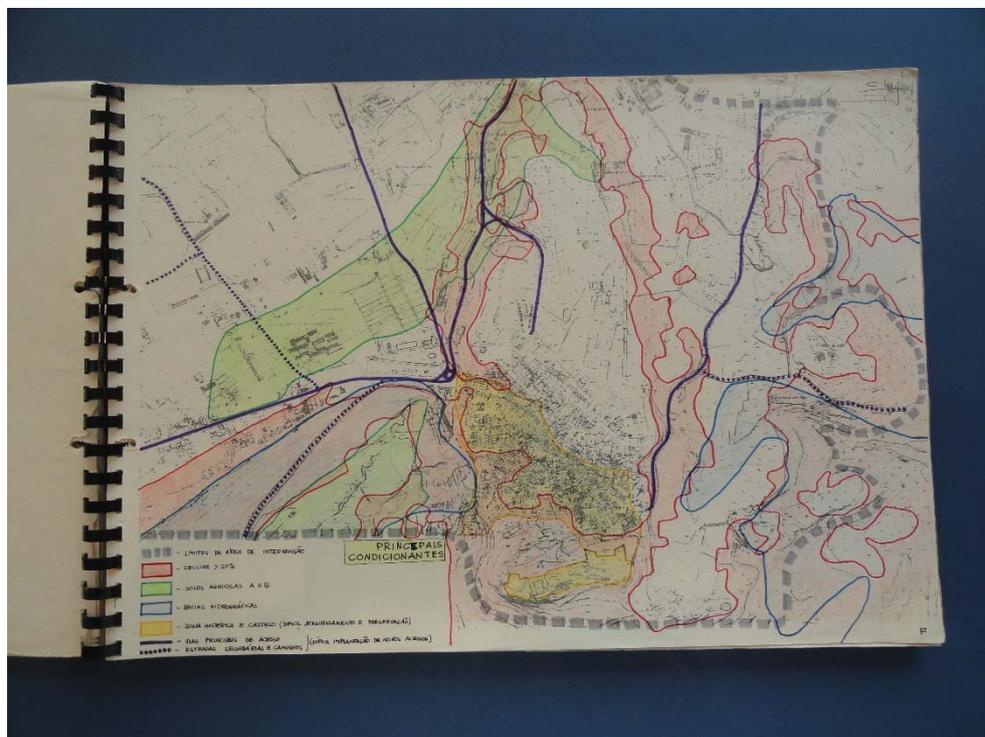
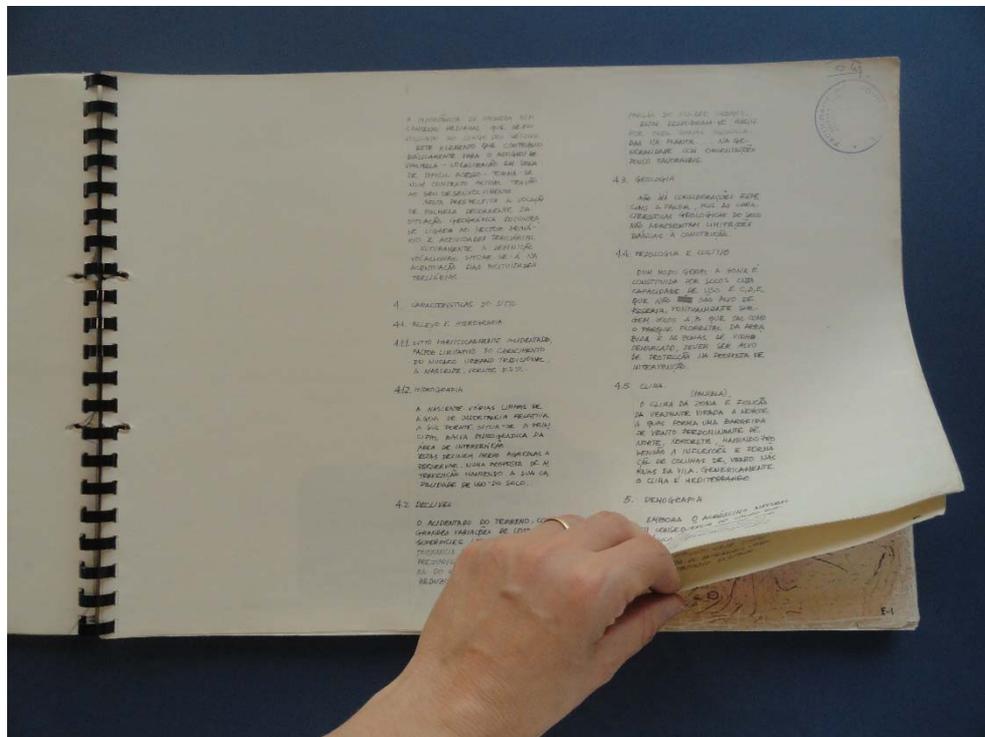
ISTO DEMONSTRA QUE EXISTE UMA DIFICULDADE EFECTIVA EM OS CUMPRIR, DIFICULDADE QUE ASSENTA EM FACTORES DE TODA A ORDEM (PEDAGÓGICA, MATERIAL, DEFICIENTE FORMAÇÃO, INEXISTÊNCIA DE ESTRUTURA, AMBIGUO INADEQUADA DOS PROGRAMAS PROPOSTOS, ETC), FACTORES QUE AINDA QUE MUITAS VEZES REFERENCIADOS POR MUITA GENTE DESTA ESCOLA, CONTINUAM A DITAR AS SUAS LEIS.

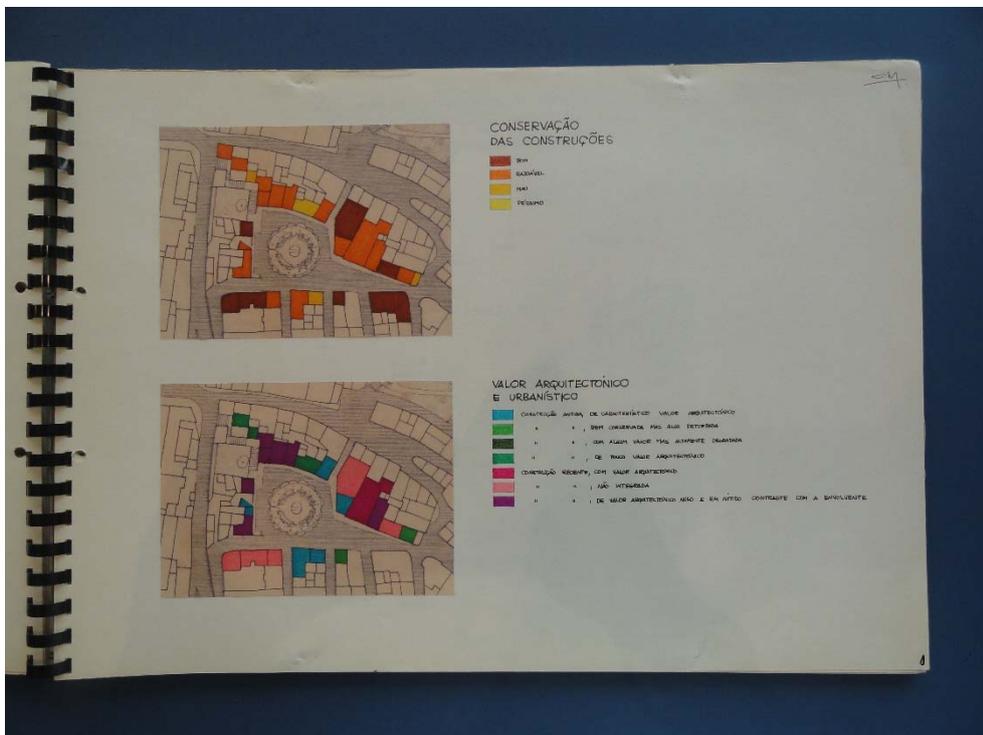
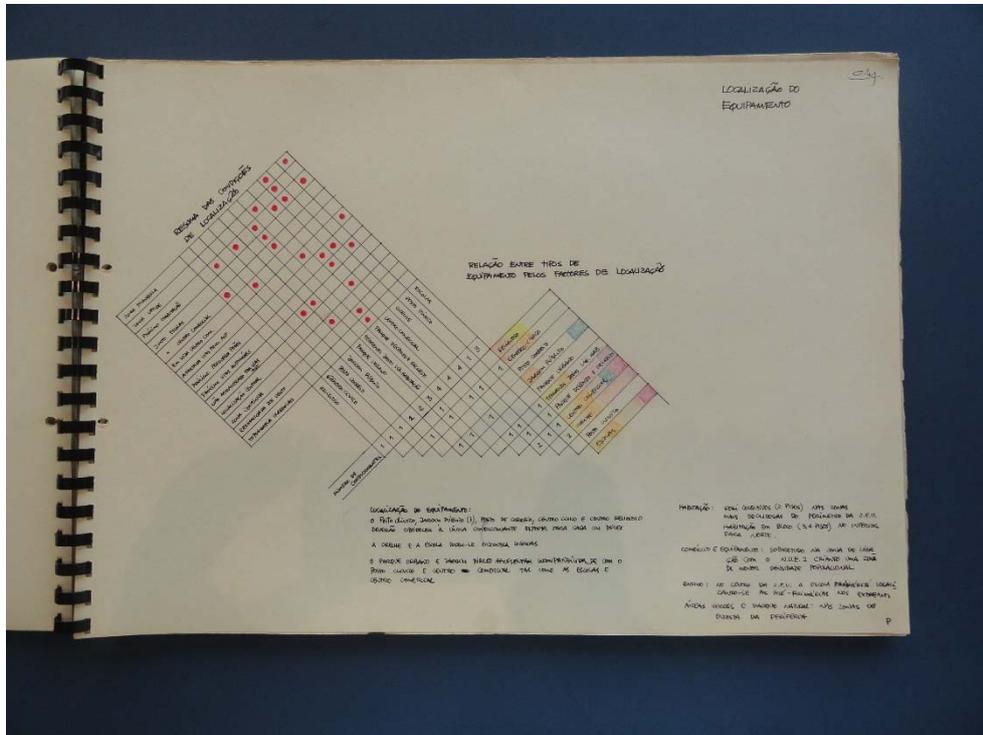
NO ENTANTO ESTE ANO, COM O TEMA ÚNICO E A IDEIA DO TRABALHO DE 'ATELIER', CONSEGUIU-SE UMA SITUAÇÃO DE APROXIMAÇÃO QUE, NÃO SENDO A INTEGRAÇÃO QUE TANTO SE TEM DISCUTIDO NESTA ESCOLA, PODE PERMITIR QUE, AINDA QUE DIVIDIDO POR DUAS ÁREAS SE FAÇA APENAS UM TRABALHO (NÃO VALE A PENA REFERIR AS VANTAGENS QUE, PELO MENOS PARA NÓS ALUNOS, DÁ PODEM ADVIR).

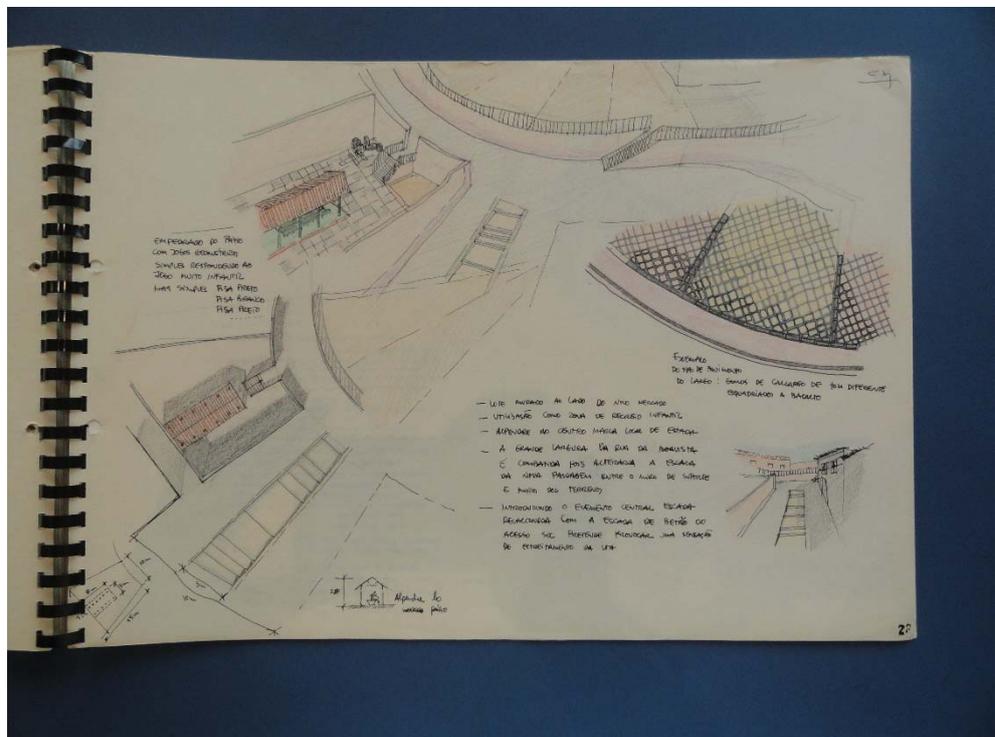
A CONFRONTAÇÃO DO TRABALHO QUE AGORA SE ENTREGA, COM AQUELO QUE SE PEDE PARA A 1ª FASE DO PROGRAMA DE TRABALHO DE ARQUITECTURA, REVELA UMA SITUAÇÃO DE INADEQUAÇÃO ENTRE UMA E OUTRA COISA, INADEQUAÇÃO ESSA QUE ASSENTA NAS REFERÊNCIAS QUE A SEGUIR SE FAZEM:

UMA DAS PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES DESTA GRUPO (E DE CADA UM DOS SEUS MEMBROS), E QUE SE SUPÕE EXTENSIVA À TURMA, AOS NÚCLEOS (OU ÁREAS) E PELO MENOS AO SR. ANDRÉ, É O ENTENDER-SE QUE ENTRE AS DUAS ÁREAS SOBRE QUE NOS TEMOS

Anexo XV
"Palmela. Plano Geral de Urbanização. Praças – Análise – Proposta". Carlos Silva Lameiro. ESBAL. Planeamento. 4º C. ca 1979. [Fundo FAUL]

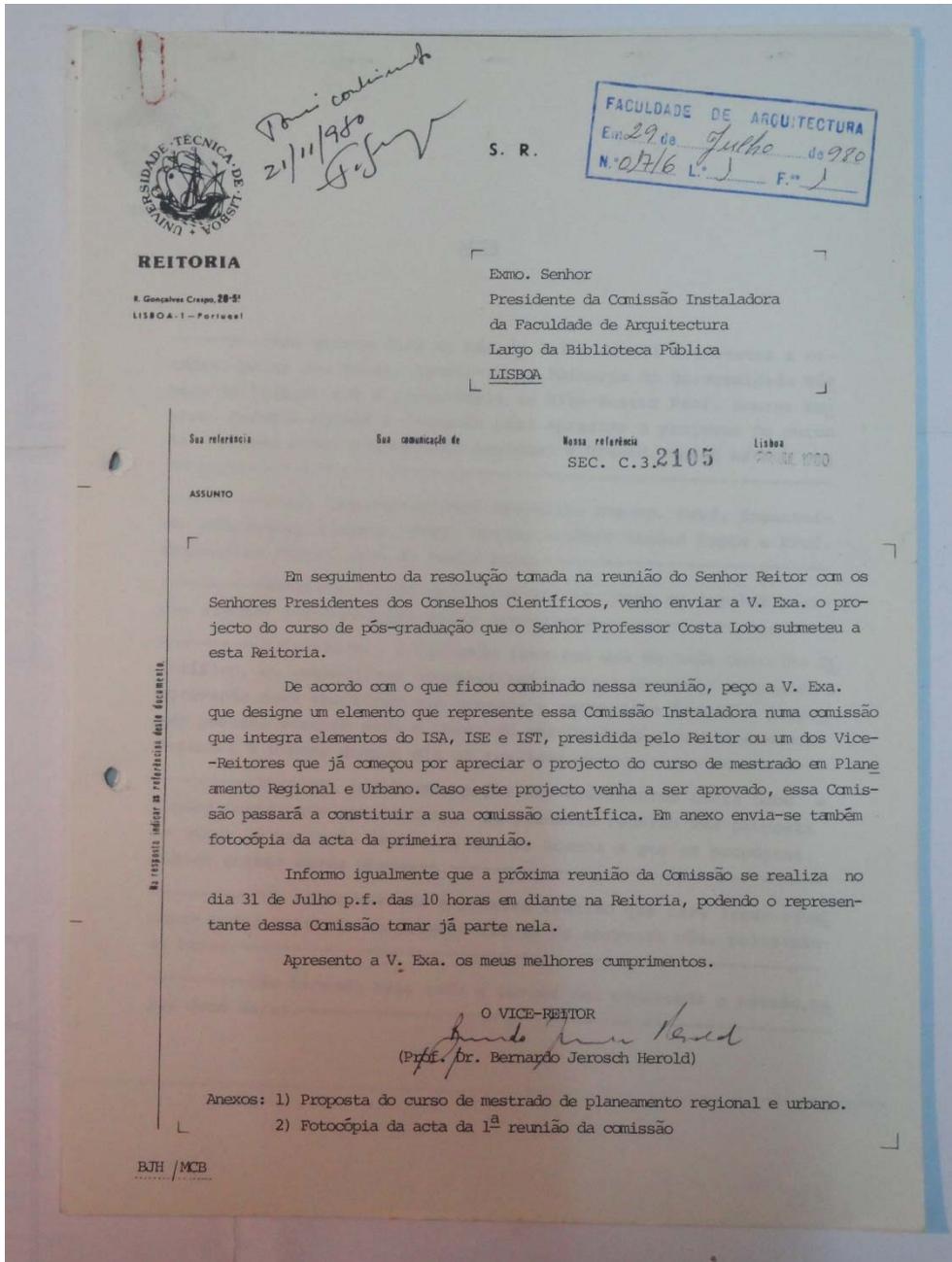






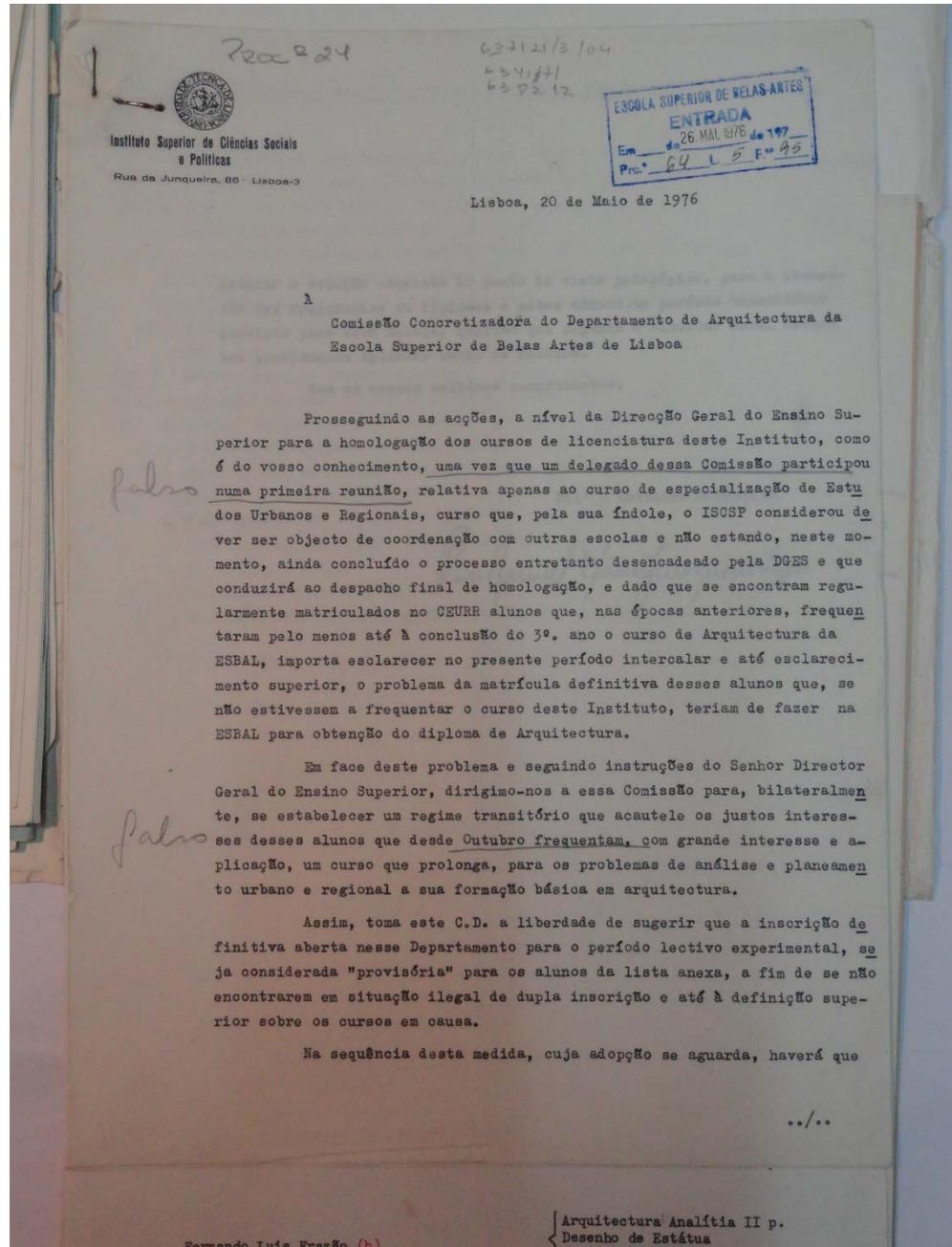
Anexo XVI

Carta da Reitoria da Universidade Técnica à Comissão Instaladora do curso de Arquitectura a pretexto de um projecto de curso de mestrado em Planeamento Regional e Urbano. 29 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]



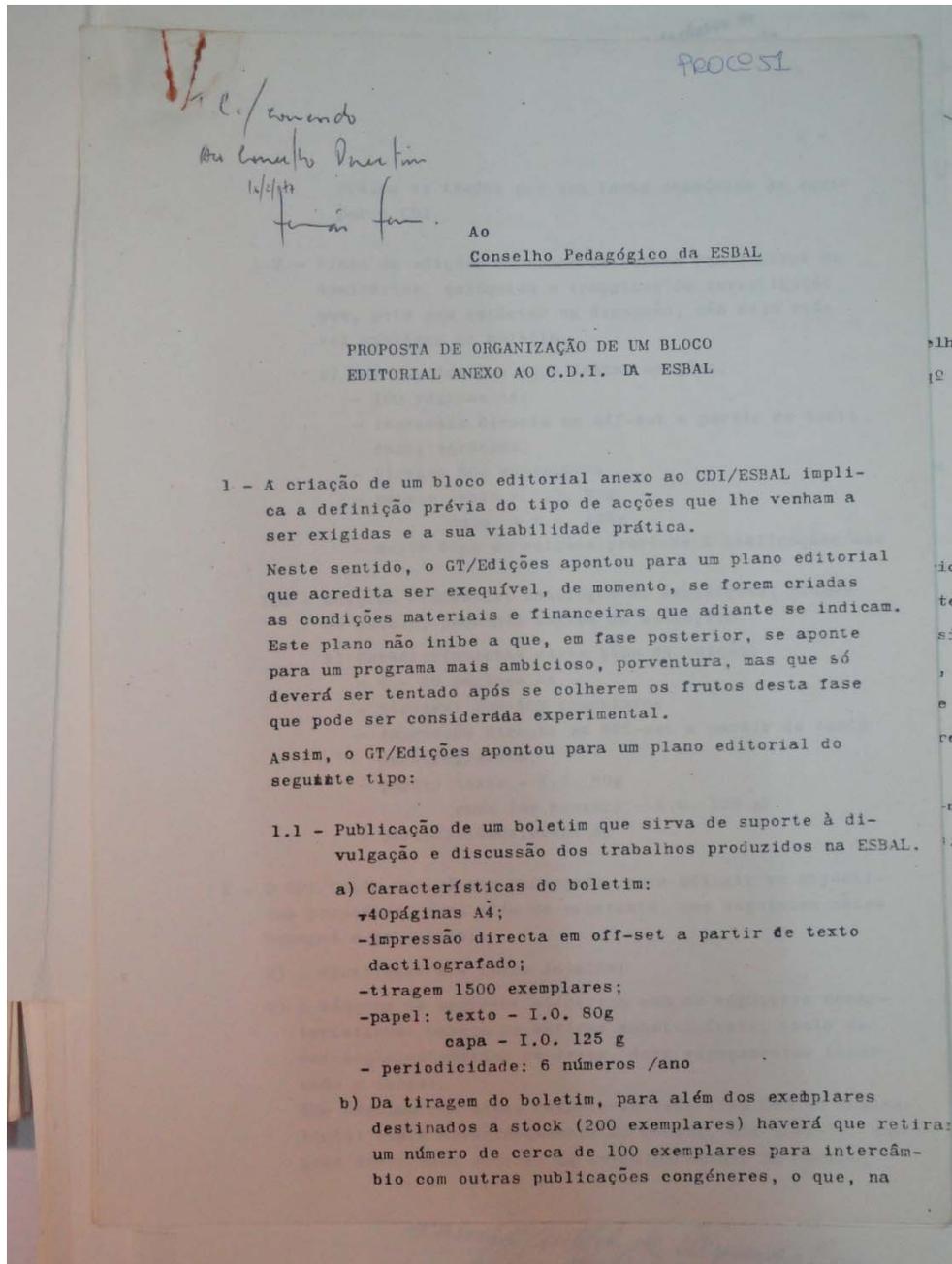
Anexo XVII

Carta do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas à Comissão Concretizadora do DA-ESBAL a pretexto do curso de especialização em Estudos Urbanos e Regionais. 20 de Maio de 1976. [Fundo FAUL]



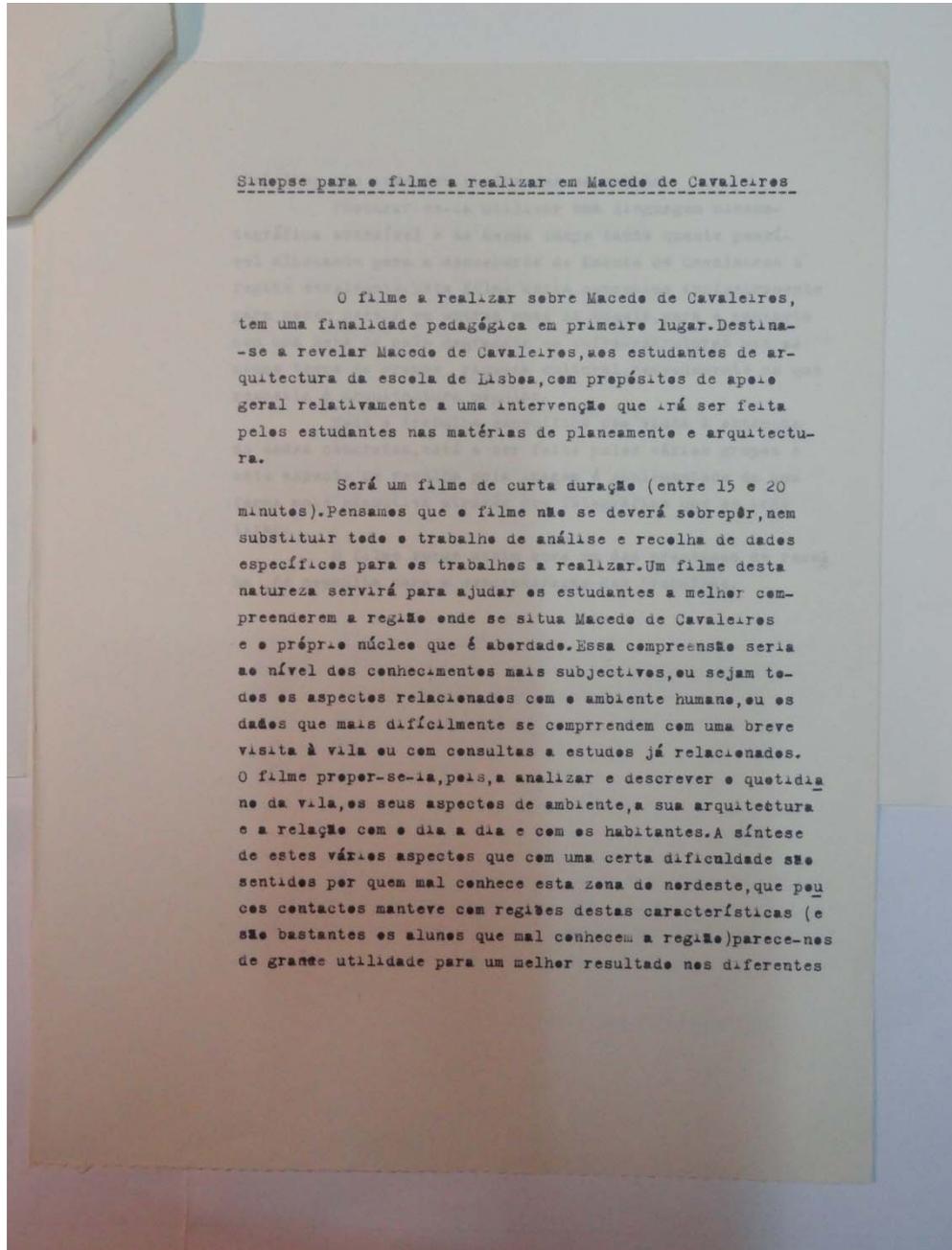
Anexo XVIII

“Proposta de Organização de um Bloco Editorial Anexo ao C.D.I. da ESBAL”. De Carlos Alves, Carlos Santos, Fausto Cruz, Florindo Belo Marques, Francisco Magalhães, João Luís Carrilho da Graça e Leonel Fadigas. 8 de Fevereiro de 1977. [Fundo FAUL]



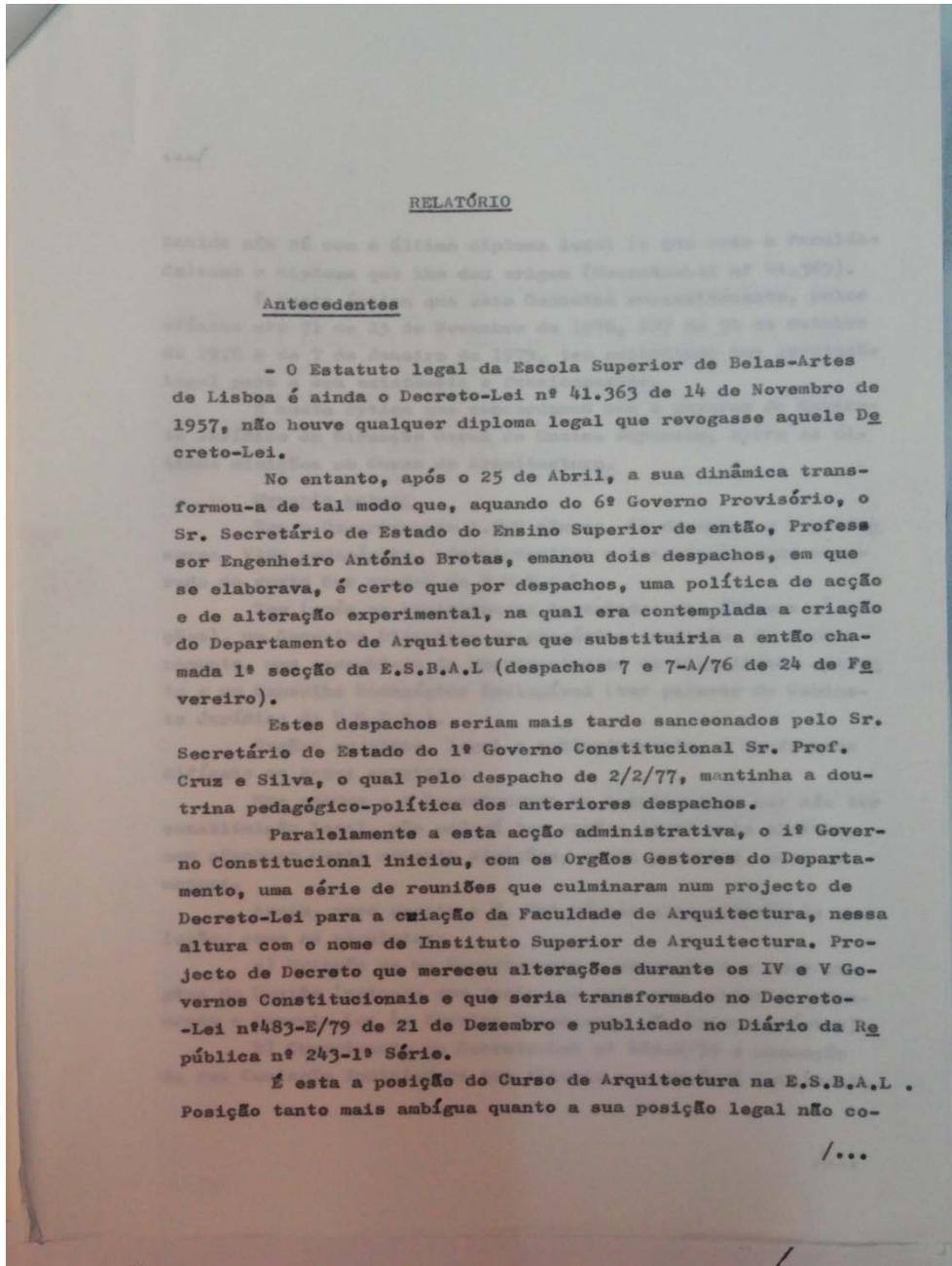
Anexo XIX

Projecto para filme documentário com o título "Filme sobre Macedo de Cavaleiros". (s.n.).
20 de Fevereiro de 1978. [Fundo FAUL]



Anexo XX

Relatório de Augusto Brandão intitulado "Antecedentes". 11 de Junho de 1980. [Fundo FAUL]



.../

incida não só com o último diploma legal (o que cria a Faculdade) como o diploma que lhe deu origem (Decreto-Lei nº 41.363).

É nesta óptica que este Conselho sucessivamente, pelos ofícios nºs 71 de 25 de Novembro de 1976, 607 de 31 de Outubro de 1978 e de 7 de Janeiro de 1979, tem solicitado uma resolução legal para a sua existência e funcionamento.

É nesta óptica que concordamos com o parecer do Gabinete Jurídico da Direcção Geral do Ensino Superior, sobre as últimas eleições no Curso de Arquitectura.

Momento actual

Tem o Departamento 1.200 alunos, 68 docentes e 7 professores. Vive pedagógica, administrativa e locacionalmente separado do resto dos cursos da E.S.B.A.L.

Tem (após os contratempos levantados nas últimas eleições), um Conselho Directivo em precárias condições de funcionamento, uma Assembleia de Representantes em ilegalidade aparente e um Conselho Pedagógico inelegível (ver parecer do Gabinete Jurídico da D.G.E.S.).

Órgãos sujeitos, legal e ambientalmente, a confrontos difíceis se estes surgirem.

Num resumo - o Departamento de Arquitectura por não ter constituição legal, não poderá ter órgãos legalmente eleitos, nem efectuar neste momento eleições, mesmo privadas, para as mesmas.

Assim, ouso propor a V. Exª várias alternativas de solução, como as seguintes:

a) Criação de um Departamento e nomeação dos seus órgãos de Gestão (note-se que teria que sair uma portaria estendendo o Decreto-Lei às Escolas Superiores não Universitárias).

b) Cumprimento do Decreto-Lei nº 483-E/79 e nomeação da sua Comissão Instaladora que ficaria responsável igualmente

/...

.../

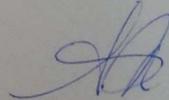
pela Gestão do Curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

c) Cumprimento do Decreto-Lei nº 483-E/79, nomeação da sua Comissão Instaladora, e simultânea extinção do Curso de Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, que passaria transitoriamente a ser cumprido na Faculdade, até à sua extinção natural (7 anos).

Parece-me que esta 3ª opção seria a de mais fácil solução.

Lisboa, 11 de Junho de 1980

Pe'l'O Conselho Directivo
O PRESIDENTE,

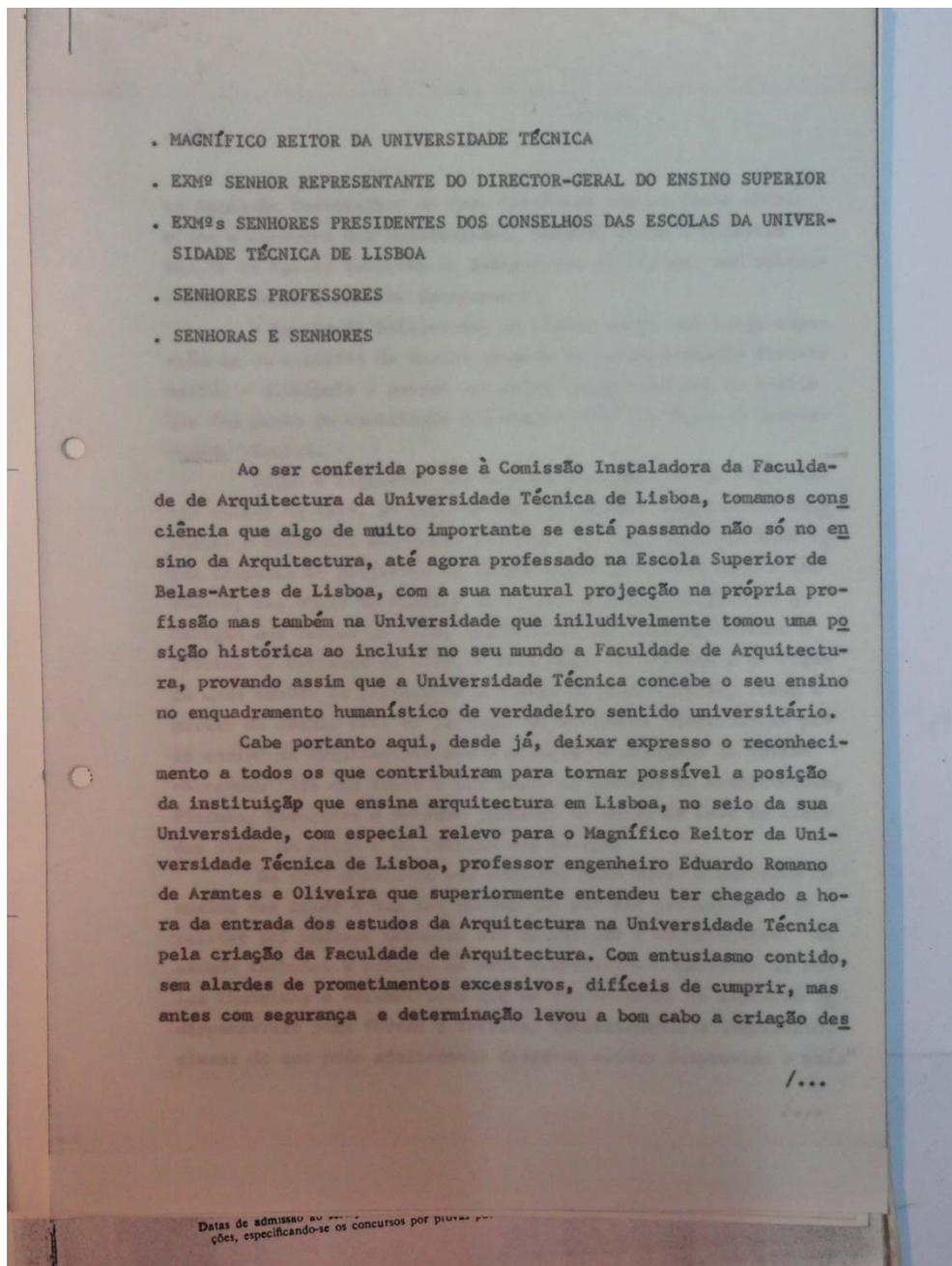


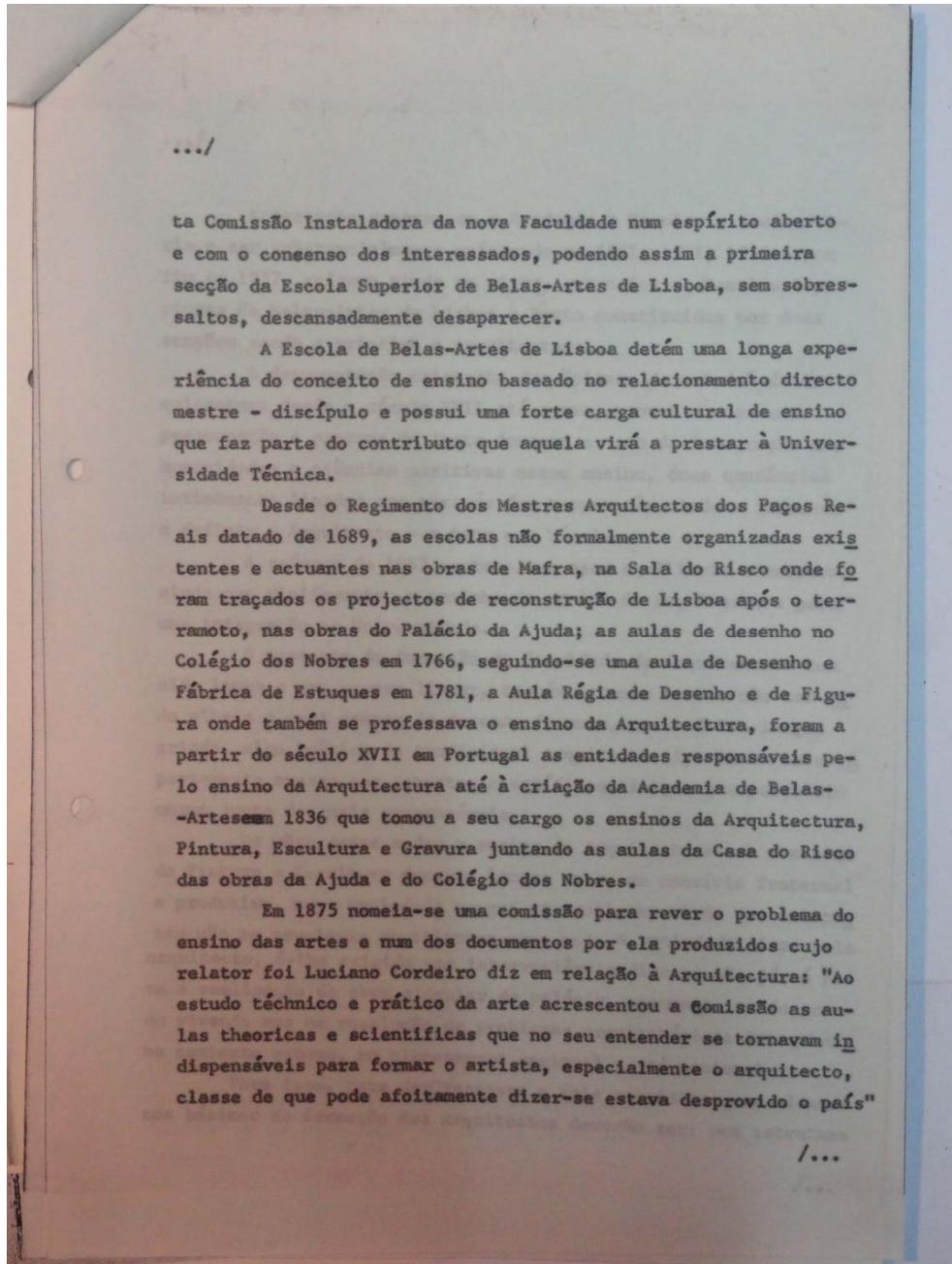
AUGUSTO PEREIRA BRANDÃO
(Prof. Arq.º.)

AB/ES

Anexo XXI

Discurso de tomada de posse da Comissão Instaladora por Frederico George. Lisboa, 21 de Julho de 1980. [Fundo FAUL]





.../

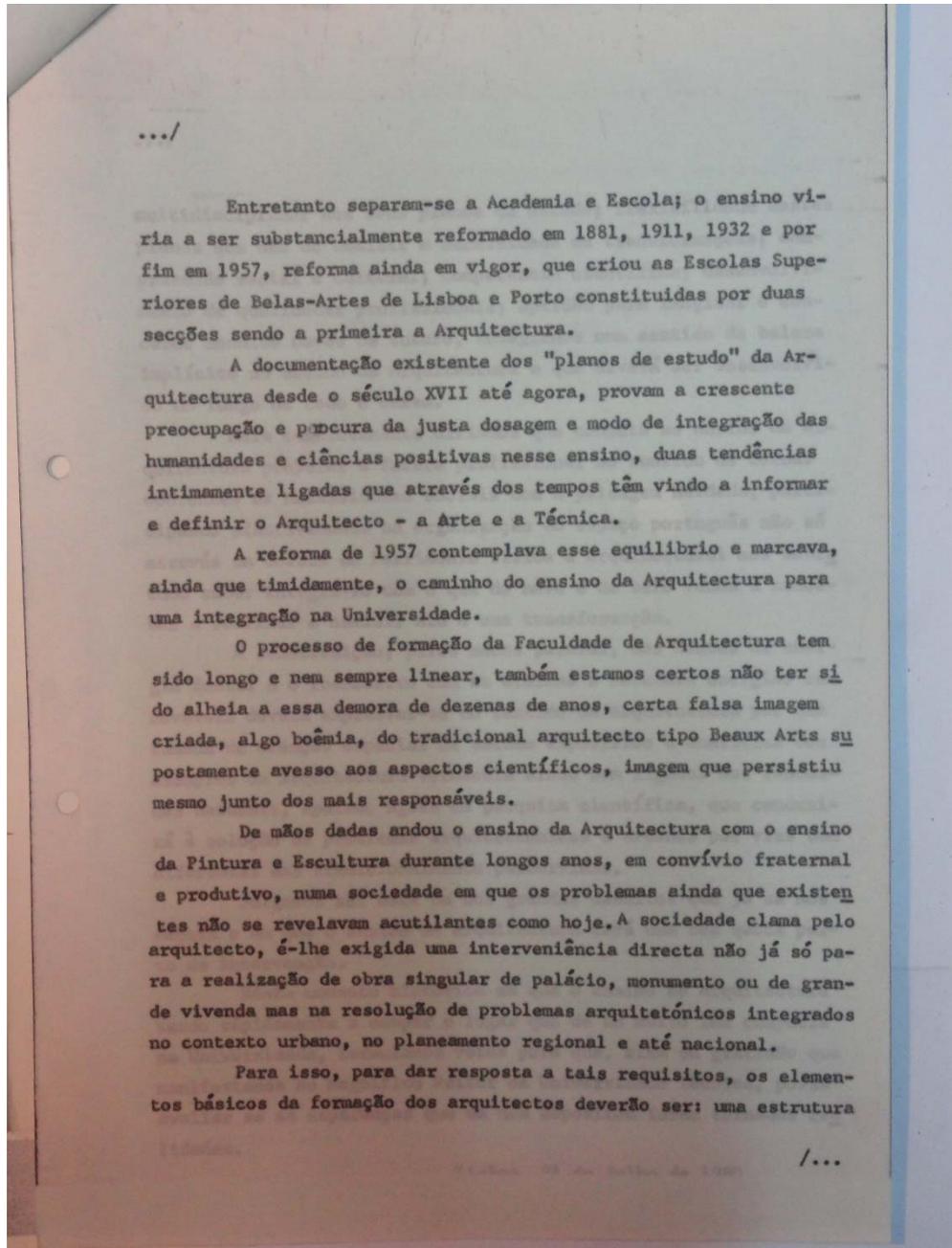
ta Comissão Instaladora da nova Faculdade num espírito aberto e com o consenso dos interessados, podendo assim a primeira secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, sem sobresaltos, descansadamente desaparecer.

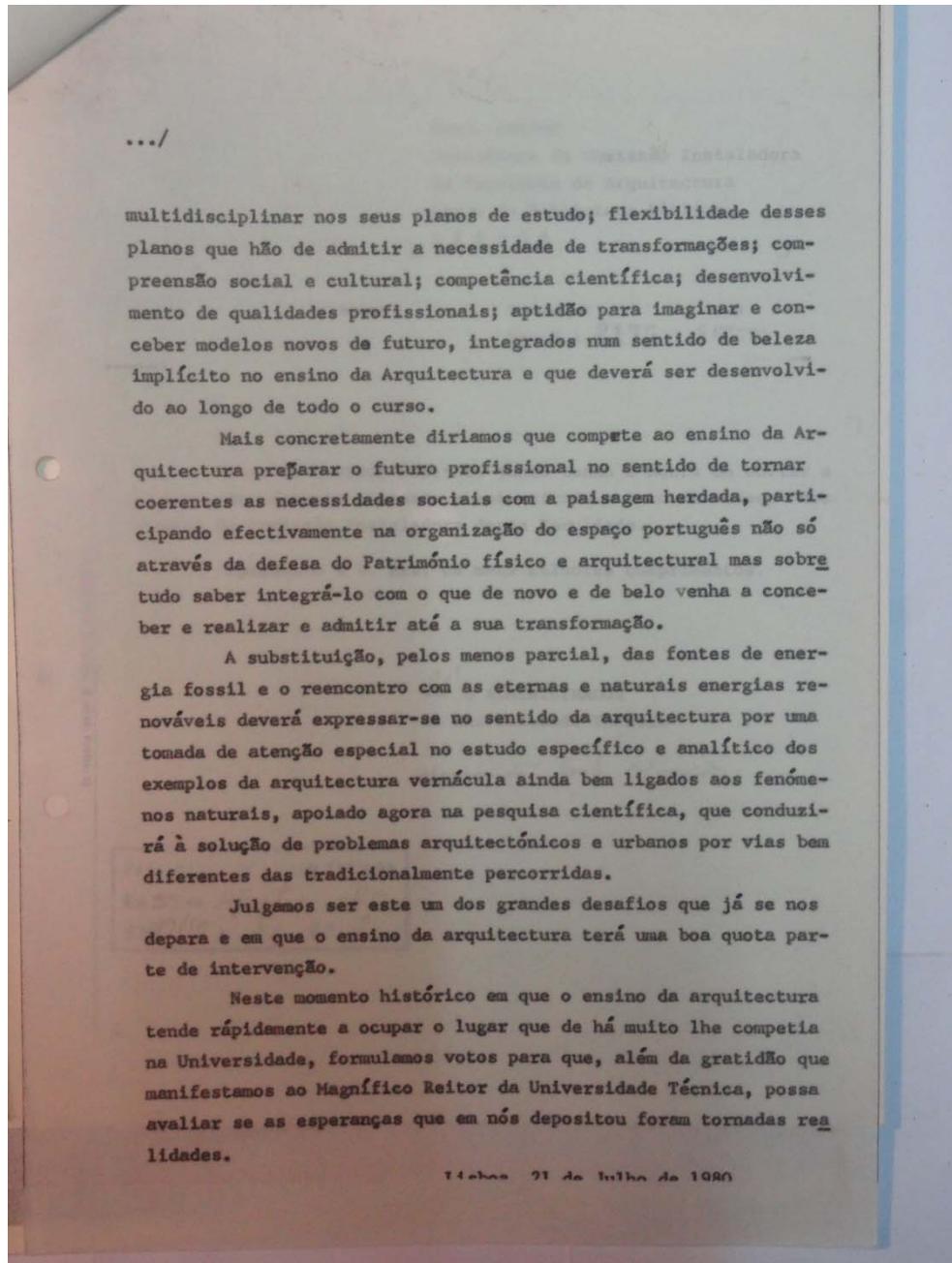
A Escola de Belas-Artes de Lisboa detém uma longa experiência do conceito de ensino baseado no relacionamento directo mestre - discípulo e possui uma forte carga cultural de ensino que faz parte do contributo que aquela virá a prestar à Universidade Técnica.

Desde o Regimento dos Mestres Arquitectos dos Paços Reais datado de 1689, as escolas não formalmente organizadas existentes e actuantes nas obras de Mafra, na Sala do Risco onde foram traçados os projectos de reconstrução de Lisboa após o terramoto, nas obras do Palácio da Ajuda; as aulas de desenho no Colégio dos Nobres em 1766, seguindo-se uma aula de Desenho e Fábrica de Estuques em 1781, a Aula Régia de Desenho e de Figura onde também se professava o ensino da Arquitectura, foram a partir do século XVII em Portugal as entidades responsáveis pelo ensino da Arquitectura até à criação da Academia de Belas-Artes em 1836 que tomou a seu cargo os ensinamentos da Arquitectura, Pintura, Escultura e Gravura juntando as aulas da Casa do Risco das obras da Ajuda e do Colégio dos Nobres.

Em 1875 nomeia-se uma comissão para rever o problema do ensino das artes e num dos documentos por ela produzidos cujo relator foi Luciano Cordeiro diz em relação à Arquitectura: "Ao estudo técnico e prático da arte acrescentou a Comissão as aulas theoricas e scientificas que no seu entender se tornavam indispensáveis para formar o artista, especialmente o architecto, classe de que pode afoitamente dizer-se estava desprovido o país"

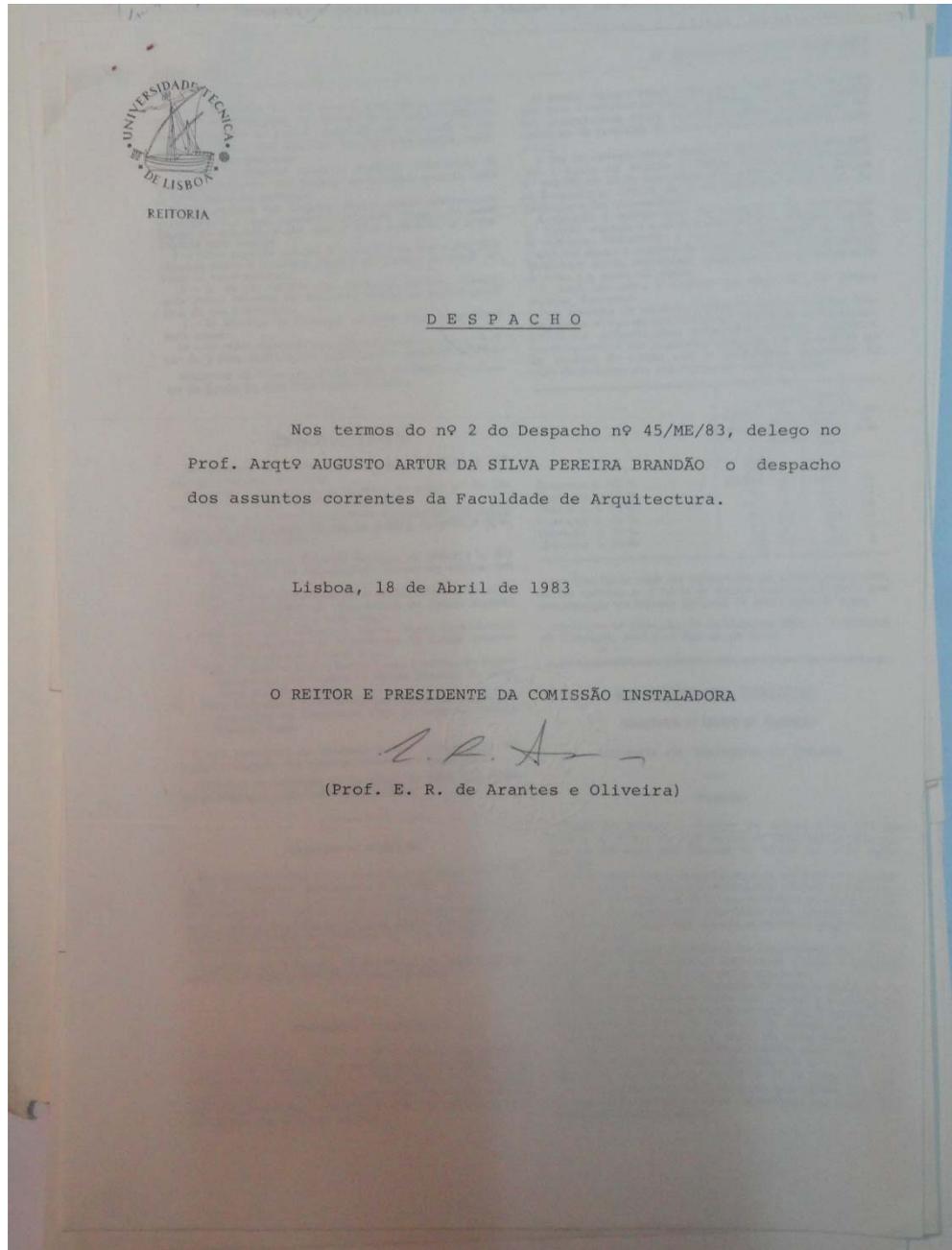
/...





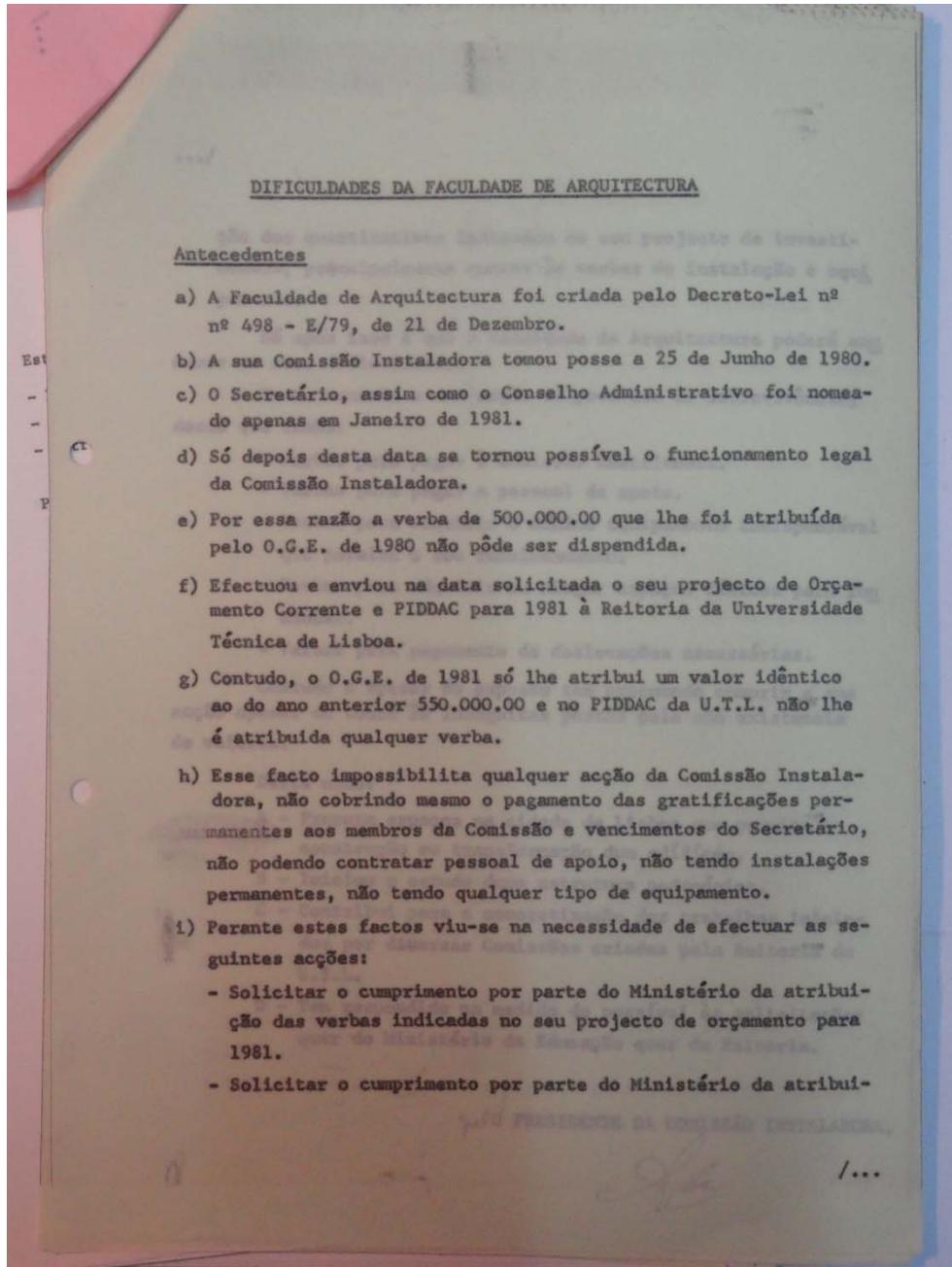
Anexo XXII

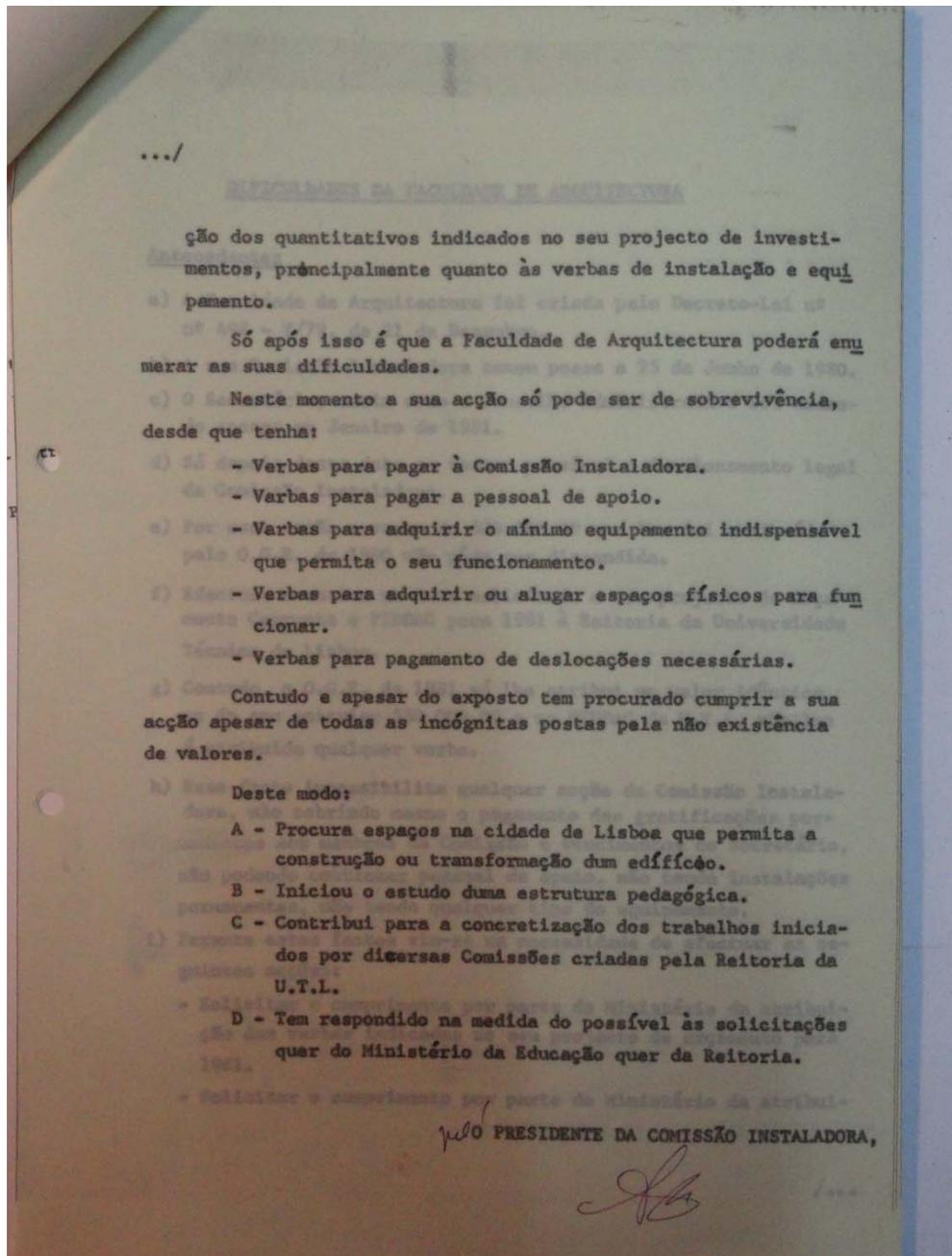
Delegação do despacho dos assuntos correntes da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura a Augusto Brandão por Arantes e Oliveira, Reitor da Universidade Técnica de Lisboa. [Fundo FAUL]



XXIII

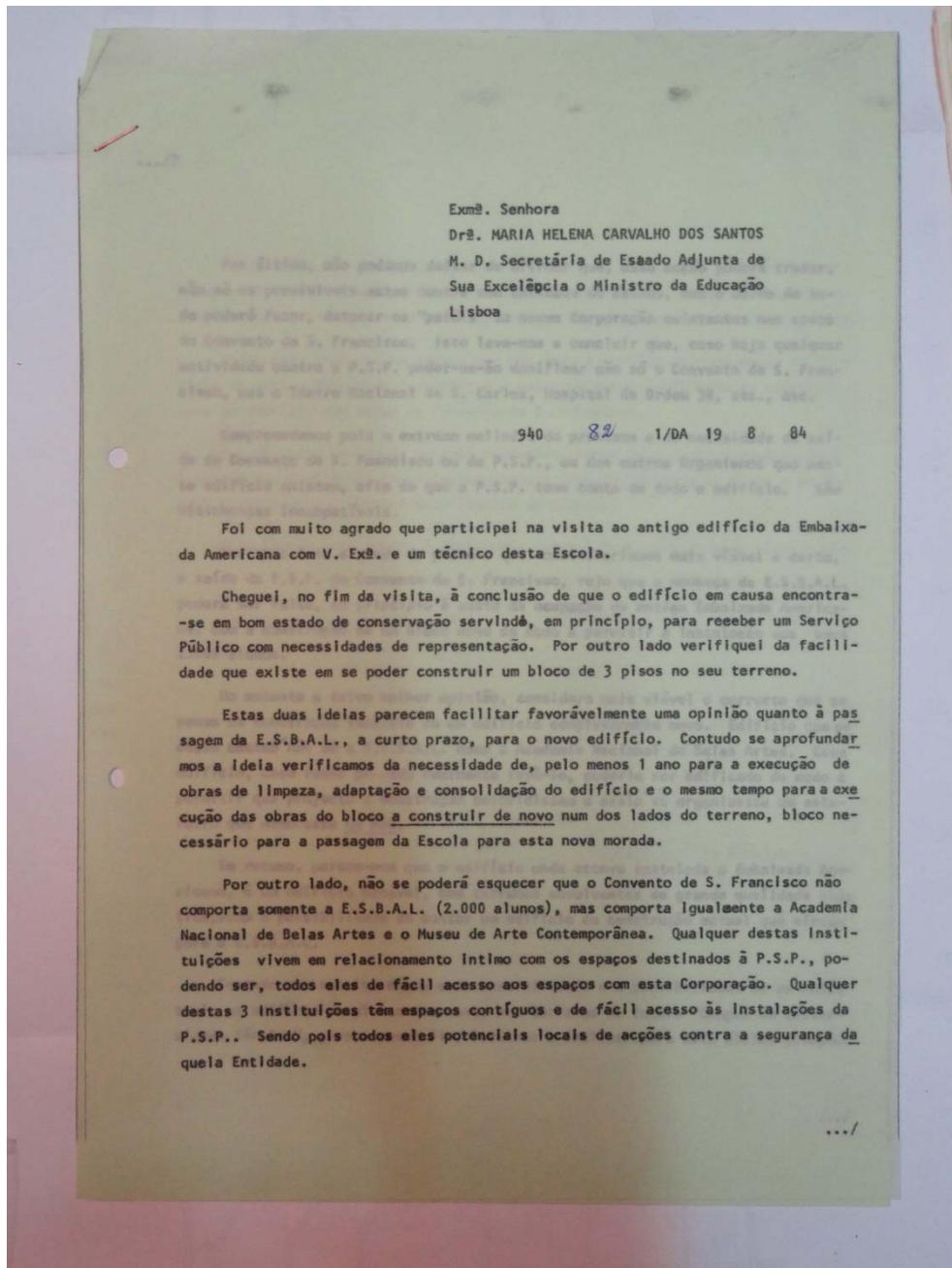
Relatório de Augusto Brandão intitulado "Dificuldades da Faculdade de Arquitectura. Antecedentes". (s.d.). ca 1981. [Fundo FAUL]

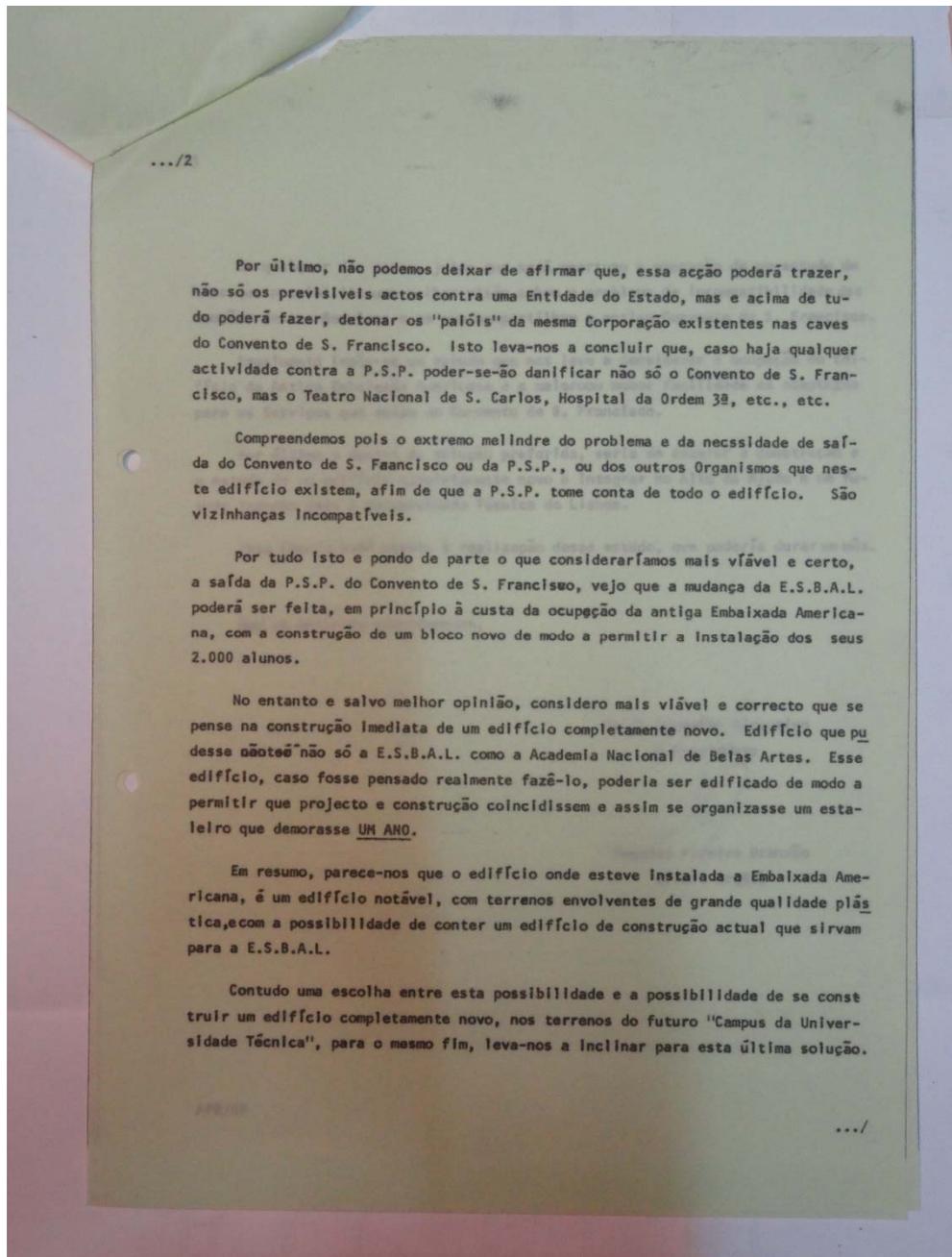


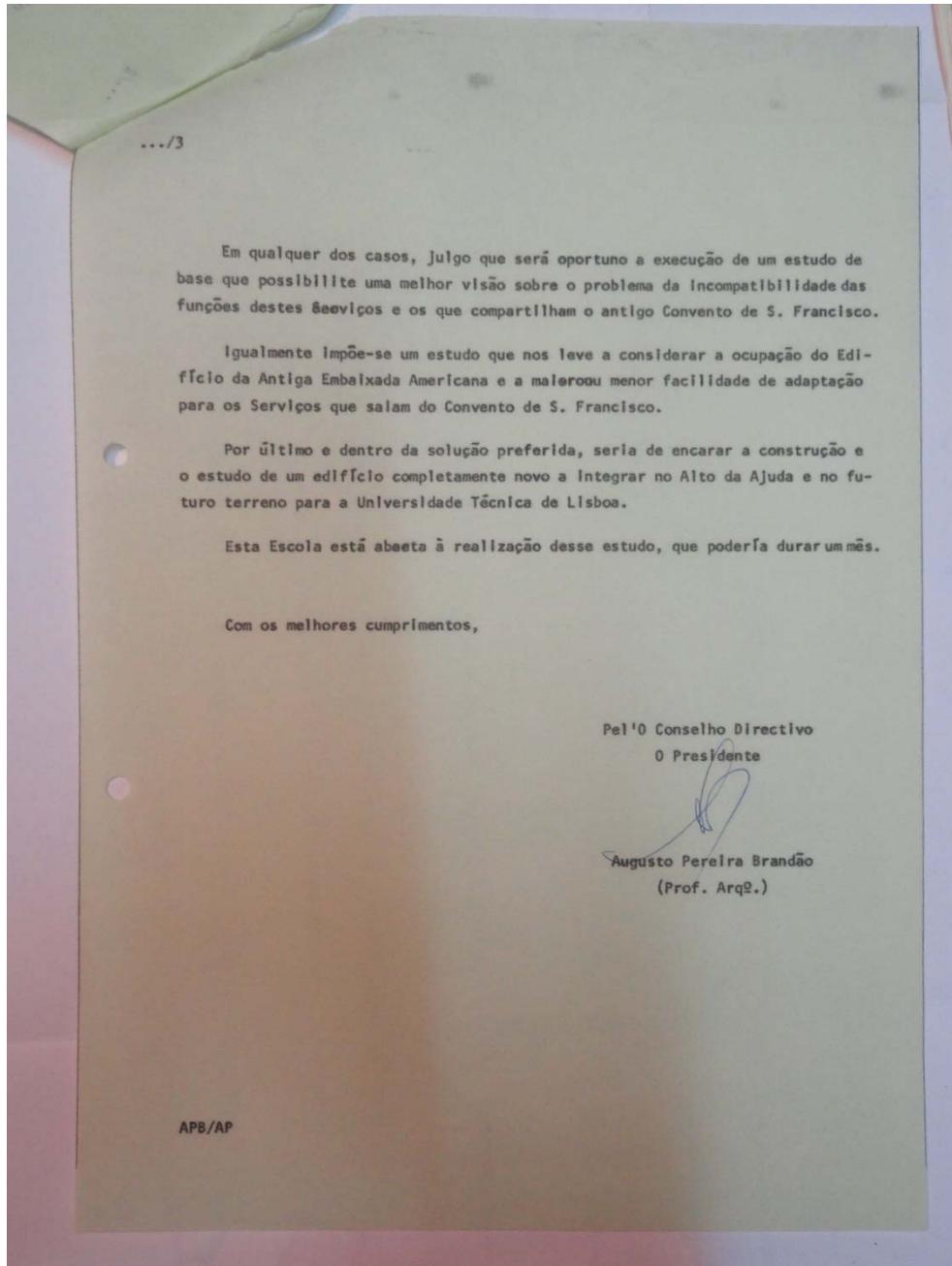


XXIV

Carta à Secretária de Estado Adjunta do Ministro da Educação na qual a FAUTL se disponibiliza a fazer o projecto das novas instalações. 19 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]

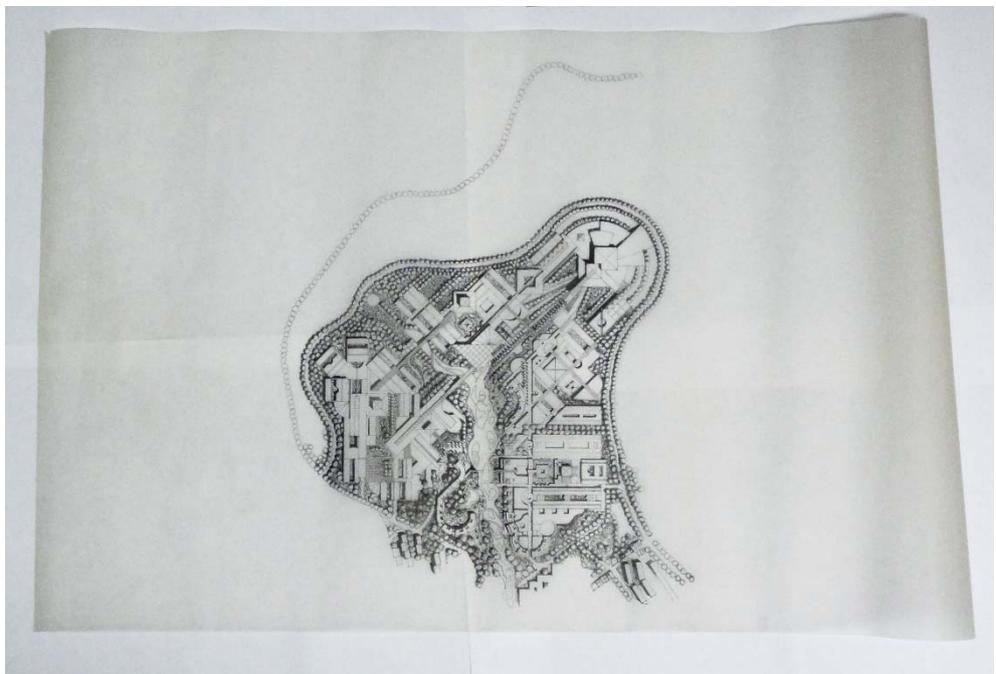
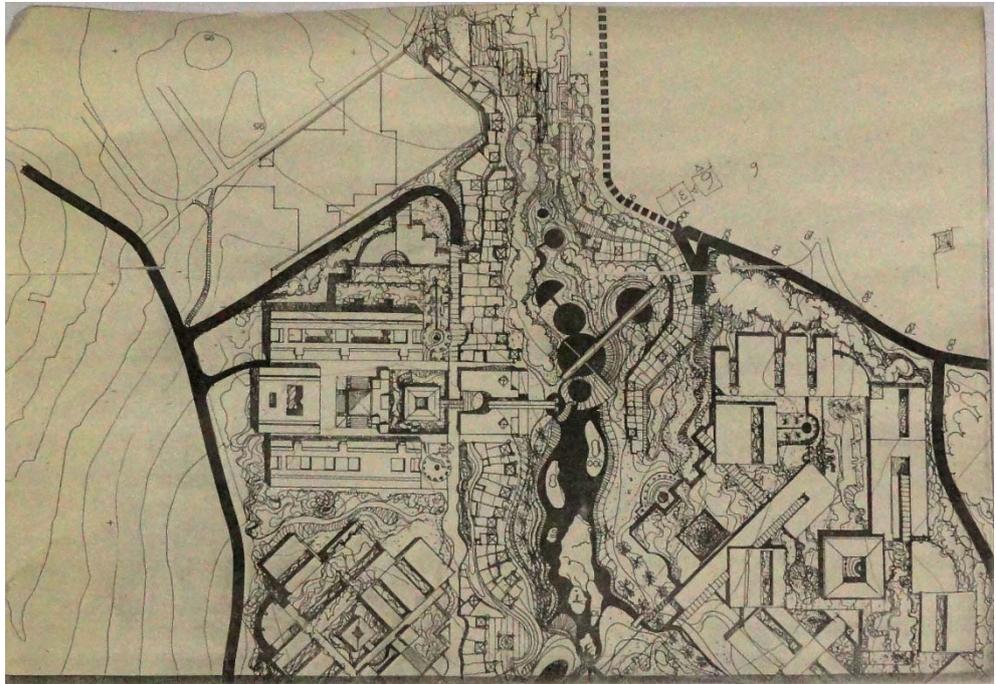


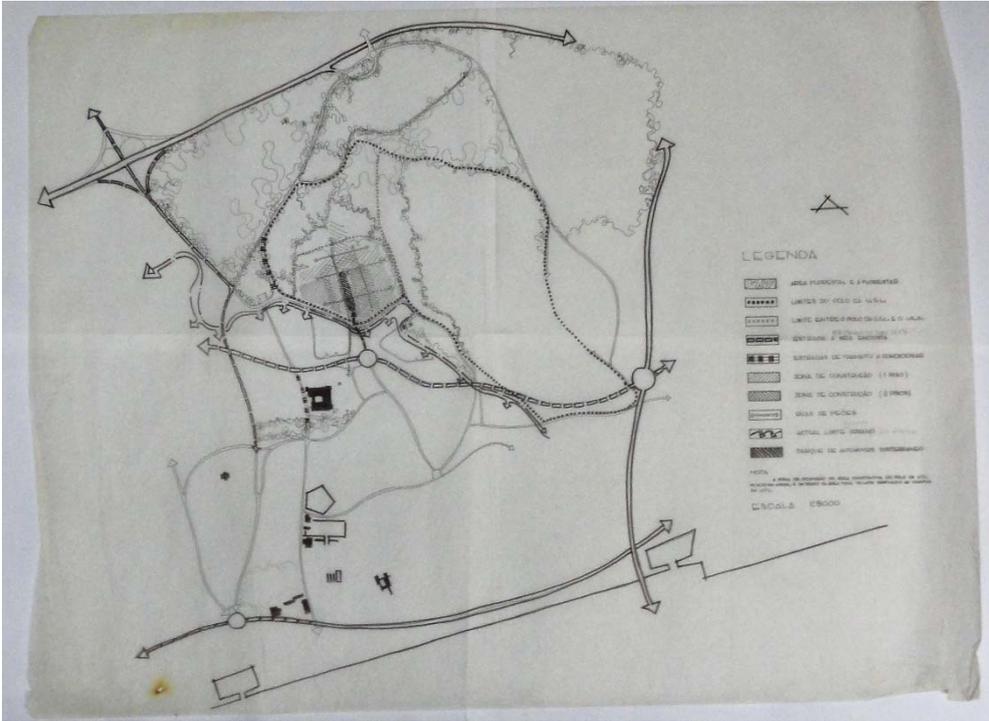


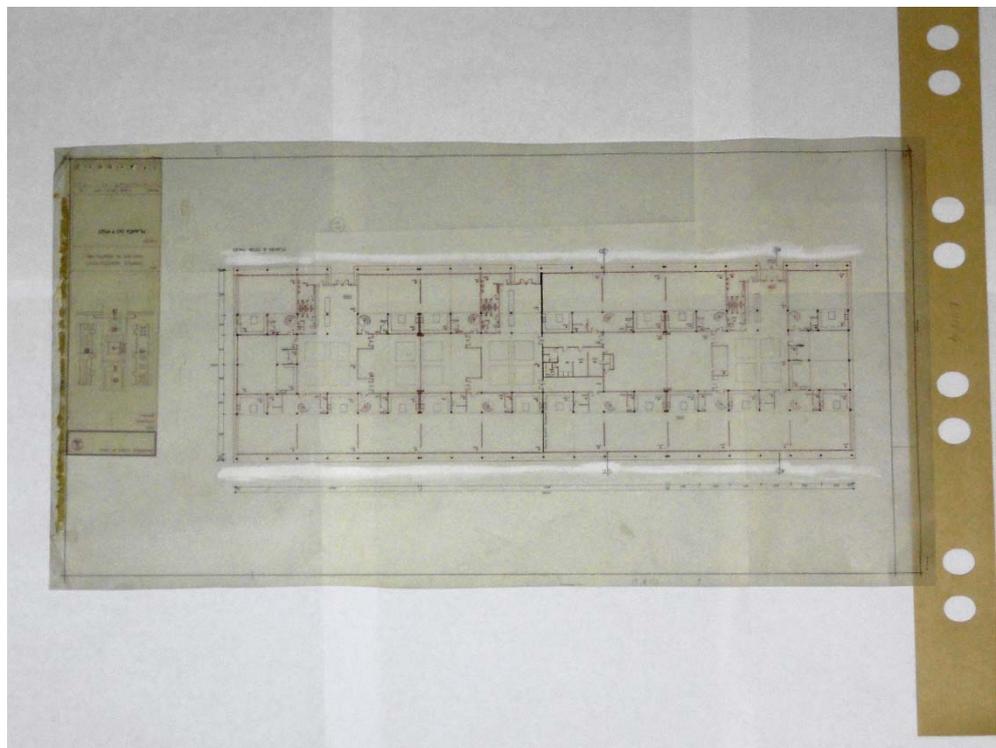
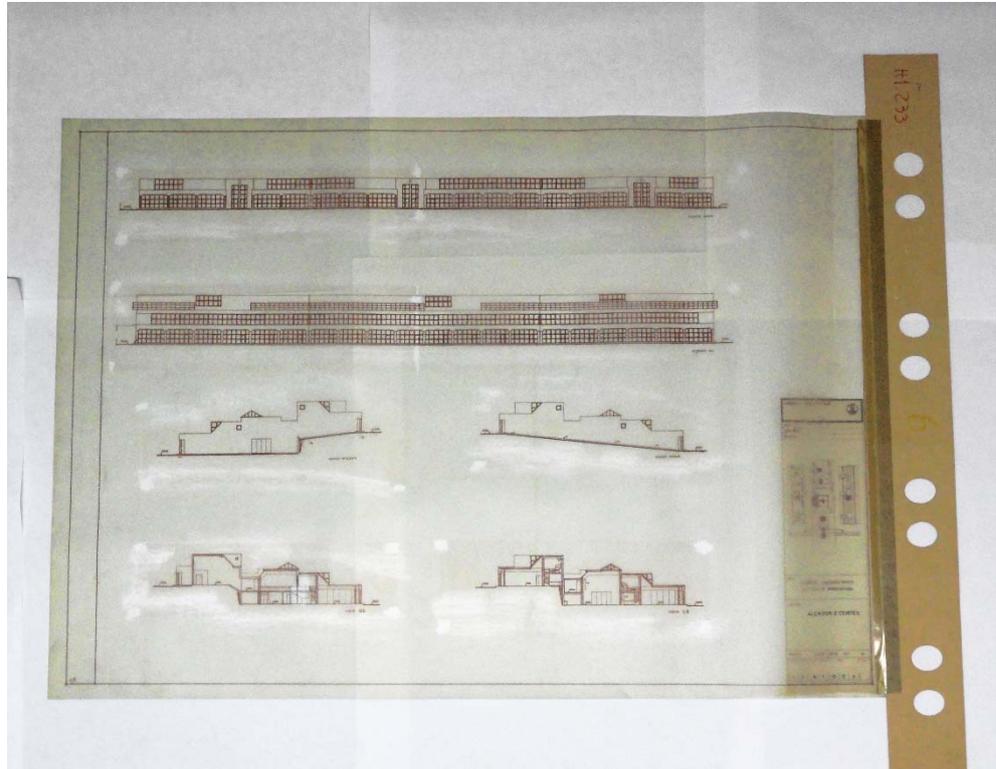


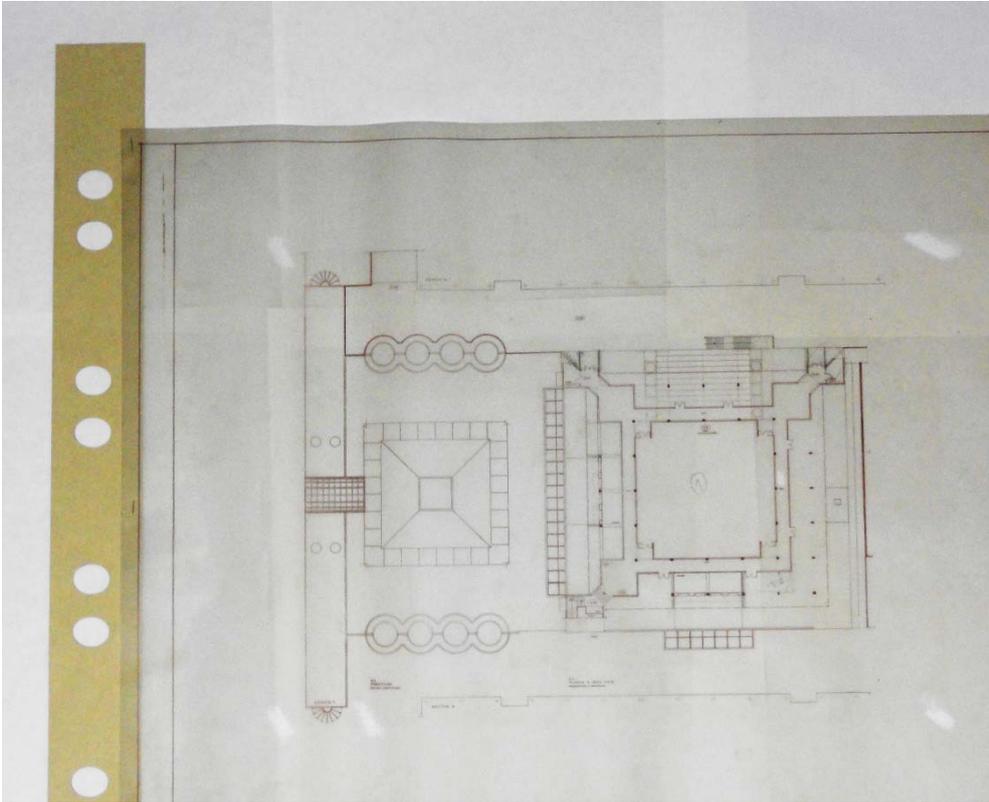
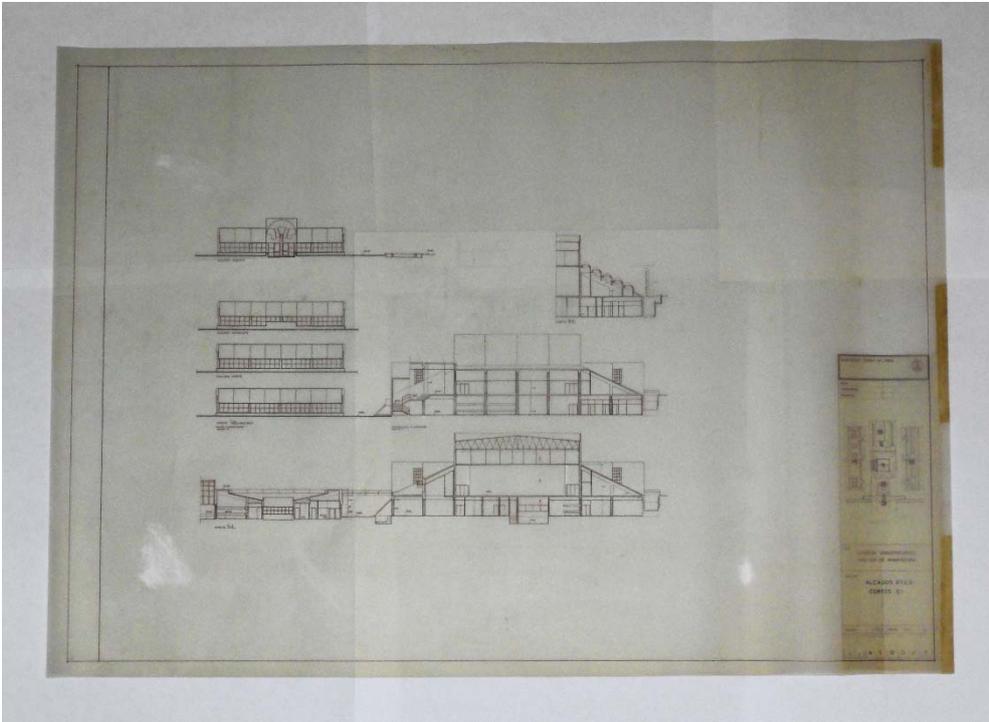
Anexo XXV

Estudos de implantação e edifício da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa no Polo da Ajuda. GNI (Gabinete das Novas Instalações); presidente: Augusto Brandão. ca 1988. [Fundo FAUL]









Índice de Anexos Capítulo 4.1

Anexo I	Recortes de imprensa acerca das actividades a decorrer na Escola de Lisboa ou por seu intermédio. Novembro e Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]
Anexo II	Legislação que consagra Augusto Brandão como presidente do Conselho Directivo. 1978. [Fundo FAUL]
Anexo III	Composição da Comissão Instaladora e do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura. 1983. [Fundo FAUL]
Anexo IV	<i>Relatório de Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/82. Perspectivas para 1982/1983.</i> Excertos. [Fundo FAUL]
Anexo V	Projecto de Protocolo a assinar entre a Escola de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais. Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
Anexo VI	Despacho de Augusto Brandão indagando a todos os docentes quantos alunos frequentam as aulas. 15 de Dezembro de 1980. [Fundo FAUL]
Anexo VII	Anúncio de Conferência de Imprensa por Augusto Brandão a 5 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]
Anexo VIII	Circular de Augusto Brandão de 27 de Abril de 1983. Manifesta preocupação quanto a “actividades (...) sem o prévio conhecimento dos Conselhos Pedagógico e Directivo”. [Fundo FAUL]
Anexo IX	Carta ao Director-Geral do Ensino Superior respondendo a “quesitos postos” para a compra de um microprocessador. 10 de Setembro de 1981. Primeira página. [Fundo FAUL]
Anexo X	Prova de Exame de Arquitectura /Construções. 5º ano/Época de Janeiro de 1981. [Fundo FAUL]
Anexo XI	Recorte de imprensa de 14 de Novembro de 1981 (Diário de Notícias). [Fundo FAUL]
Anexo XII	<i>Relatório de Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/82. Perspectivas para 1982/1983.</i> Excertos. [Fundo FAUL]
Anexo XIII	Divulgação das conferências de Alison e Peter Smithson bem como de Amâncio Guedes para os dias 10 e 11 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]
Anexo XIV	Horário de Amâncio Guedes para o ano lectivo de 1982/83. [Fundo FAUL]

- Anexo XV** Carta de Augusto Brandão a Herbert Kramel mencionando contacto com Universidade de Cali, Bolívia [sic]. 5 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Carta do Ministério da Educação e Ciência autorizando Sebastião Formosinho Sanchez a atender ao Workshop da EAAE de Zurique de 1980. 13 de Novembro de 1980. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** Programa do Workshop EAAE de Viena, de 23 a 25 de Abril de 1981, contendo os nomes dos participantes. Excerto. [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** Ofício indicando as datas e o tema do Seminário realizado por Herbert Kramel na ESBAL. Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]
- Anexo XIX** Carta da direcção da Escola a Herbert Kramel congratulando-se pelo facto de este ter sido nomeado “contact-man” para o Lisbon Workshop da EAAE, a decorrer em Outubro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Conclusões do Seminário “O Ensino da Tecnologia Arquitectónica” (sessão de encerramento a 28 de Janeiro de 1982) por Rui de Sousa Cardim e Duarte Cabral de Mello. [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Quadro de inscrições para doutoramento na Faculdade de Arquitectura. Anos 80 e 90. Excerto. [Fundo FAUL]
- Anexo XXII** *Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura.* (datas diversas). Capa. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIII** Fotografias do encontro EASA em Delft, Holanda, em 1982. Selecção. [Fundo AEFA]
- Anexo XXIV** Fotogramas do videograma do 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. Selecção. [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. *Lisboa Ateliers.* Programa. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVI** 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. *Lisboa Ateliers.* Bulletin. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVII** Notícia no *Jornal Architectos* acerca d’“A 3ª Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura – EASA”. Edição de Out/Nov/Dez 1983.
- Anexo XXVIII** Acta número cinco do Livro de Actas da Associação de Estudantes do ano de 1981. Primeira página. Refere abertura de conta bancária para efeito de organização do 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIX** Fotografias da Exposição dos Architectos Portugueses no 3ª encontro EASA em Lisboa, em 1983. [Fundo AEFA]

- Anexo XXX** Notícia de Sérgio Sousa no *Jornal Arquitectos* com o título “É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal”. Edição de Out/Nov/Dez 1983.
- Anexo XXXI** Pedido de subsídios de participação, de Augusto Brandão, à Fundação Calouste Gulbenkian para o envio de dois estudantes ao encontro EASA em Aarhus na Dinamarca. 27 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXII** Divulgação do colóquio sobre “a Arquitectura e o ensino”, da organização da Associação de Estudantes, a ocorrer a 11 de Março de 1981 com a participação dos arquitectos Frederico George, José Manuel Fernandes, Manuel Tainha, Pedro Vieira de Almeida e Duarte Castel-Branco. [Fundo FAUL]

Anexo I

Recortes de imprensa acerca das actividades a decorrer na Escola de Lisboa ou por seu intermédio. Novembro e Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]

DIRECTOR DA ESBAL AO «DP»
Diário POPULAR - 21/12/81

**«ESTA ESCOLA
TEM DE FUNCIONAR
COMO SE FOSSE
UMA EMPRESA»**

Se neste momento, por hipótese, se registasse alguma catástrofe e ruíssem, parcialmente, alguns edifícios, não existiam no nosso País nem meios nem processos de poder reconstituir ou, pelo menos, identificar, com o cuidado necessário, aquilo que existia anteriormente, incluindo algumas das nossas relíquias arquitectónicas.

Esta conclusão está contida num trabalho elaborado pelo Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa e serve de suporte à argumentação que defende a necessidade de se criar um laboratório de fotogrametria terrestre, aliado ao laboratório de análise territorial. O país carece de um arquivo que contenha o registo pormenorizado de todos os edifícios notáveis, bem como daqueles que formam unidades urbanas mais vastas.

Foi para sensibilizar o Governo para estes e outros problemas que a direcção da ESBAL recebeu os ministros da Educação e das Universidades e da Habitação, Obras Públicas e Transportes, os quais visitaram uma exposição curricular ali patente.

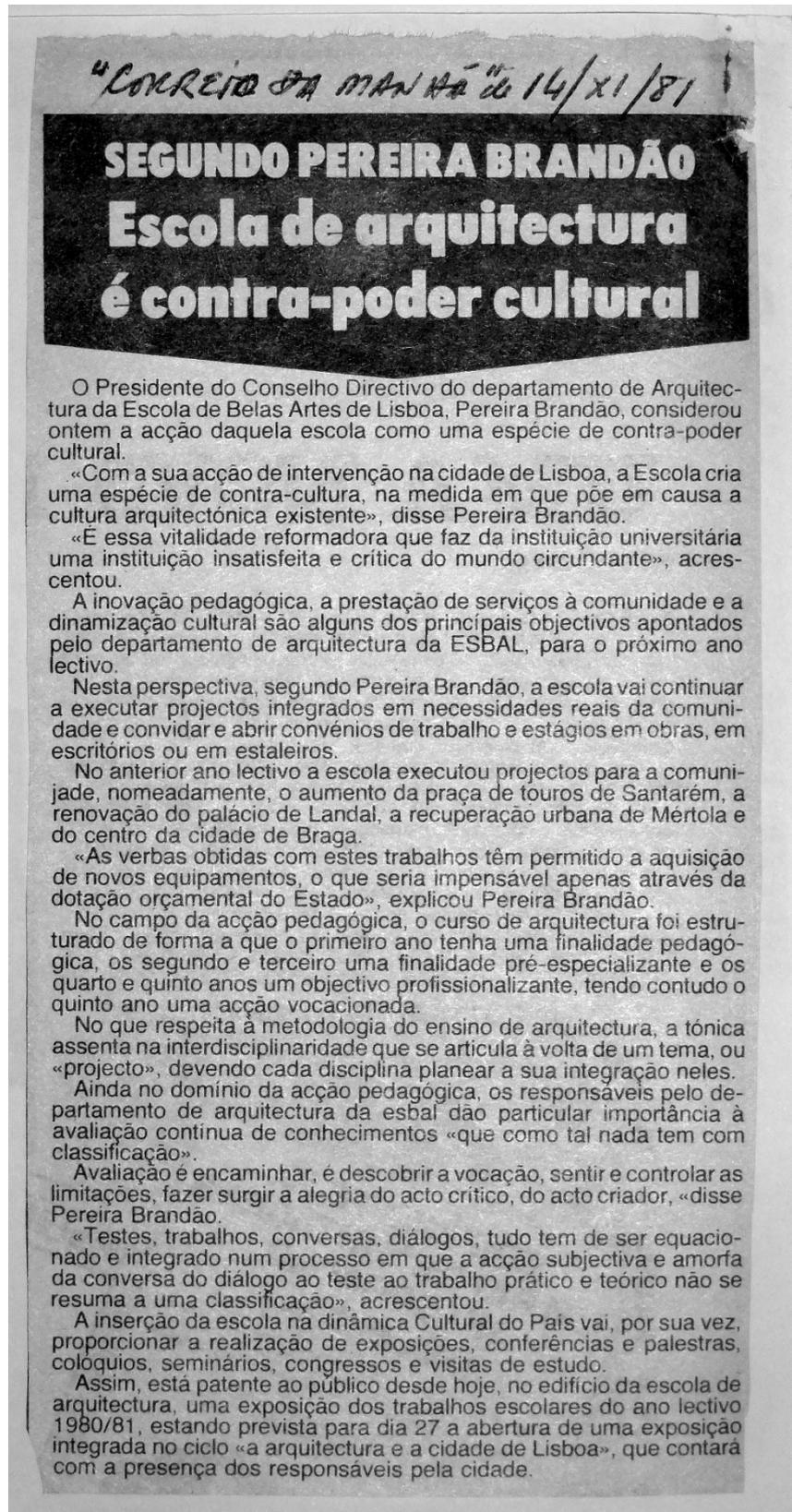
«Esta escola tem que funcionar como se fosse uma empresa» — disse, à nossa reportagem, o prof. Brandão, director da ESBAL, a propósito do método pedagógico seguido na instituição, visando intervir em projectos reais. Com efeito — e segundo apurámos — a colaboração da escola está patente na recuperação histórico-

arquitectural, nomeadamente de Bragança e Santarém, com intervenções em Lisboa (no Martim Moniz e mercado da Ameixoeira), levantamentos da zona de Belém e aproveitamento integrado de toda a área da Costa de Caparica.

«Os projectos por nós elaborados têm duas vantagens» — disse-nos o prof. Brandão, que enumerou: «vantagens para o Estado, que poderá poupar muito dinheiro, e vantagens para alunos e docentes, pois terão, assim, uma experiência prática muito importante.» E neste sentido que a ESBAL e o seu Departamento de Arquitectura estão abertos às iniciativas do Município.

«Acreditamos que as Câmaras vão passar a estar mais viradas para os serviços que lhes podemos prestar» — foi-nos observado por um dos elementos da ESBAL.

Procurando acertar o passo com os melhores exemplos, como é o caso de Darmstaad, a ESBAL adquiriu, recentemente, um microcomputador para o tratamento de dados e vai dar andamento a um projecto editorial na área da Arquitectura, com a publicação de um boletim periódico e de livros técnicos da especialidade, para o que está a negociar os respectivos direitos de autor. No quadro desta valorização permanente, perfila-se, entretanto, no horizonte, a futura instalação da Faculdade de Arquitectura no Largo da Biblioteca Pública.



BELAS-ARTES

O PRIMEIRO DE JANEIRO
16 de Novembro de 1981

«Intervindo na cidade como contracultura»

O presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da Escola de Belas-Artes de Lisboa, Pereira Brandão, considerou a acção daquela escola como uma espécie de contrapoder cultural.

«Com a sua acção de intervenção na cidade de Lisboa, a escola cria uma espécie de contracultura, na medida em que põe em causa a cultura arquitectónica existente», disse Pereira Brandão.

«É essa vitalidade reformadora que faz da instituição universitária uma instituição insatisfeita e crítica do mundo circundante», acrescentou.

A inovação pedagógica, a prestação de serviços à comunidade e a dinamização cultural são alguns dos principais objectivos apontados pelo departamento de Arquitectura da ESBAL, para o próximo ano lectivo.

Nesta perspectiva, segundo Pereira Brandão, a escola vai continuar a executar projectos integrados em necessidades reais da comunidade e convidar e abrir

convénios de trabalho e estágios em obras, em escritórios ou em estaleiros.

No anterior ano lectivo a escola executou projectos para a comunidade nomeadamente o aumento da praça de touros de Santa Rém, a renovação do Palácio de Landal, a recuperação urbana de Mértola e do centro da cidade de Braga.

«As verbas obtidas com estes trabalhos têm permitido a aquisição de novos equipamentos e que seria impensável apenas através da dotação orçamental do Estado», explicou Pereira Brandão.

No campo da acção pedagógica, o curso de Arquitectura foi estruturado de forma a que o primeiro ano tenha uma finalidade pedagógica, o segundo e terceiro uma finalidade profissionalizante e os quarto e quinto anos um objectivo profissionalizante, tendo contudo o quinto ano uma acção vocacionada.

A inserção da escola na dinâmica cultural do País vai por sua vez proporcionar a realização de exposições, conferências e palestras, colóquios, seminários, congressos e visitas de estudo.

Assim, está patente ao público desde ontem no edifício da Escola de Arquitectura, uma exposição dos trabalhos efectuados no ano lectivo 1980/81, estando prevista para o dia 27 a abertura de uma exposição integrada no ciclo «A arquitectura e a cidade de Lisboa», que contará com a presença dos responsáveis pela cidade.

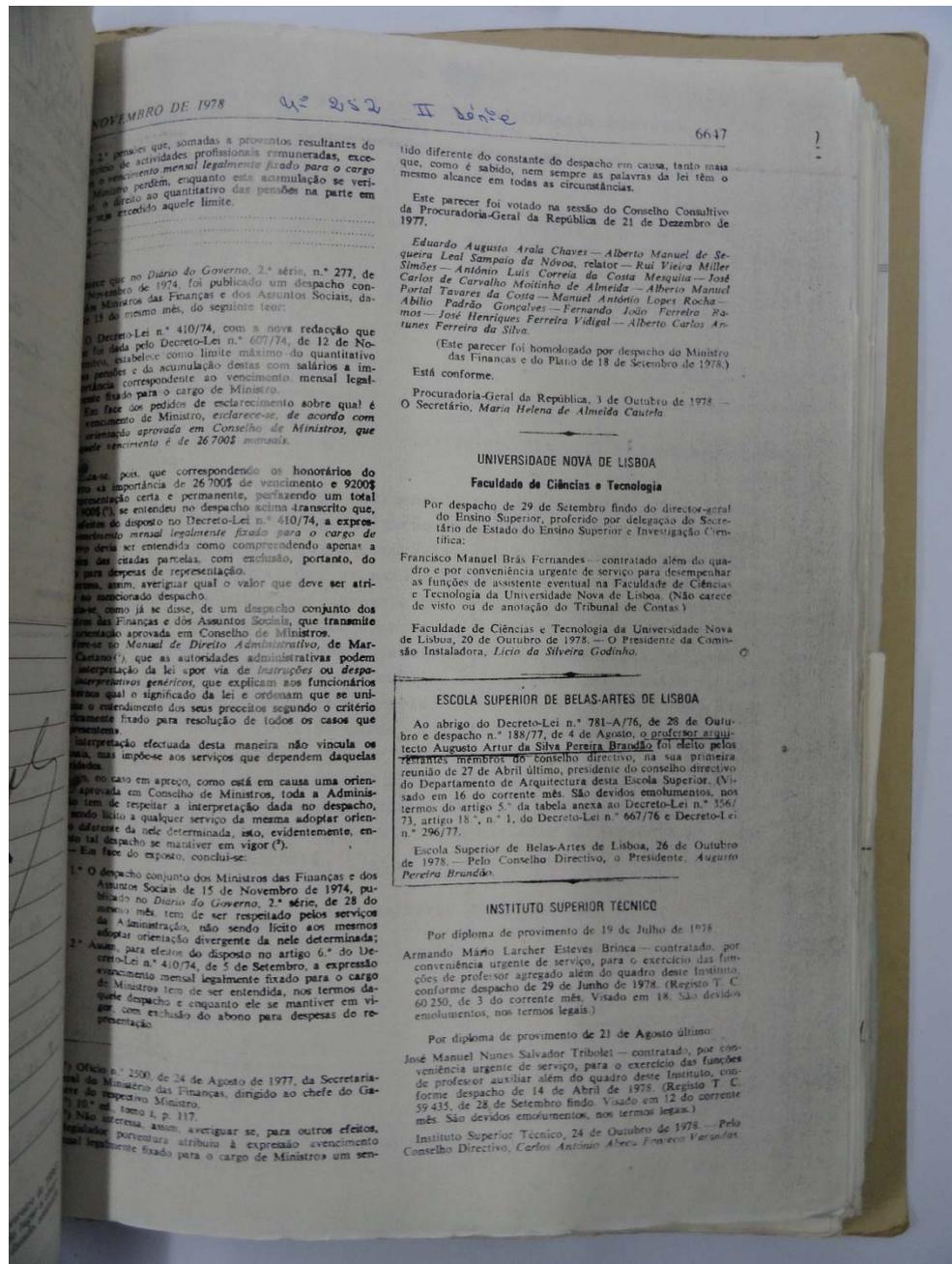
Ainda em Novembro realizaram-se em colóquio sobre a sala de Martin Mazur, esperando-se que participem os responsáveis pelo concurso e pelo projecto aprovado para aquela zona da cidade.

A escola pensa também trazer a Lisboa nos próximos meses, no próximo ano, alguns arquitectos estrangeiros que, como Rudi Bofill, Jenck, Krier e Venturi são, no entender de Pereira Brandão, «símbolos de um escândalo na cultura arquitectónica europeia».

Outro aspecto destacado pelo departamento de Arquitectura da ESBAL é a criação de dois cursos de pós-graduação subordinados aos temas «Arquitectura tropical» e «A patologia da construção», dirigidos, respectivamente, pelos arquitectos Troupa Real e António Ferreira.

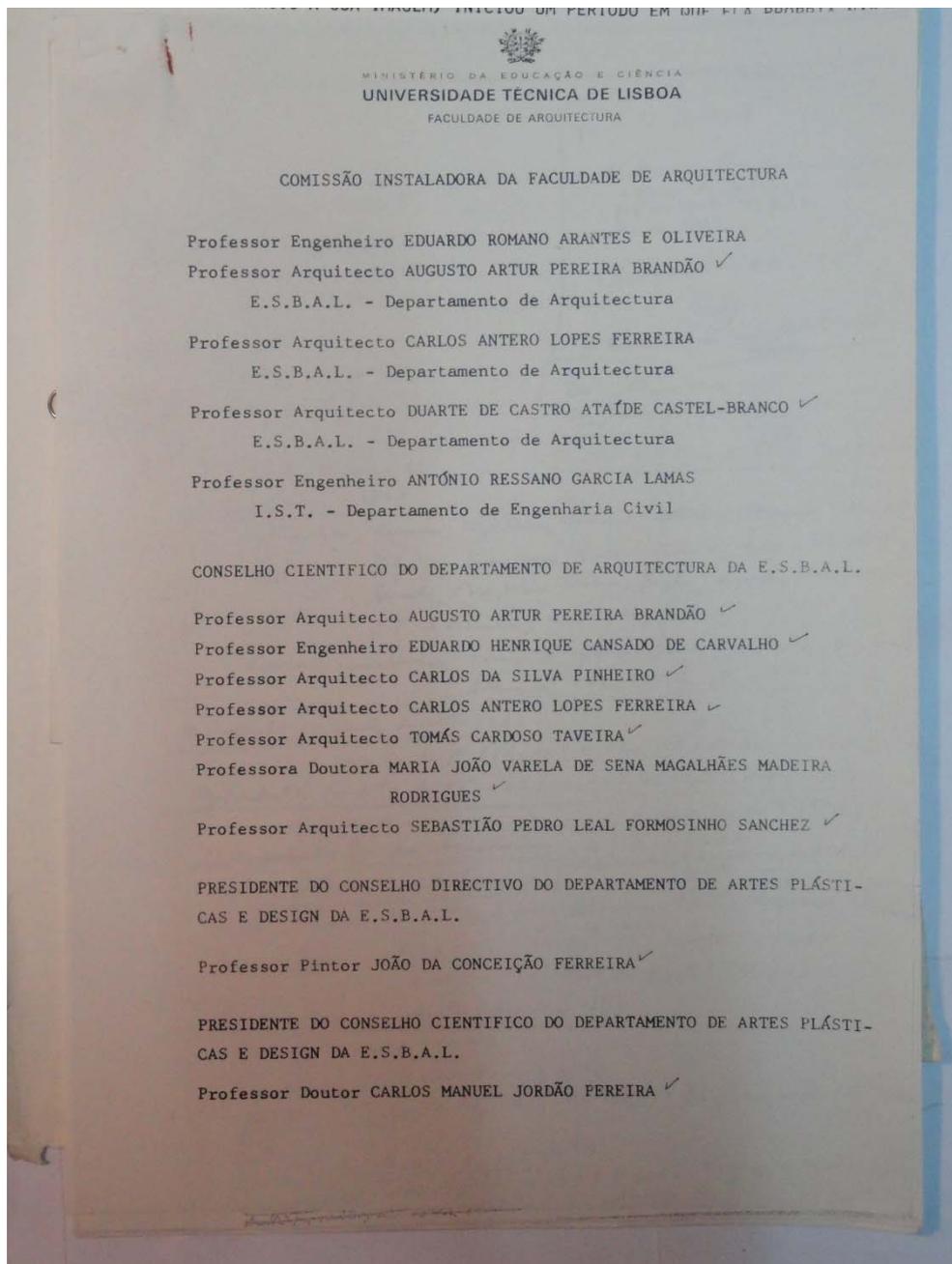
Anexo II

Legislação que consagra Augusto Brandão como presidente do Conselho Directivo. 1978.
[Fundo FAUL]



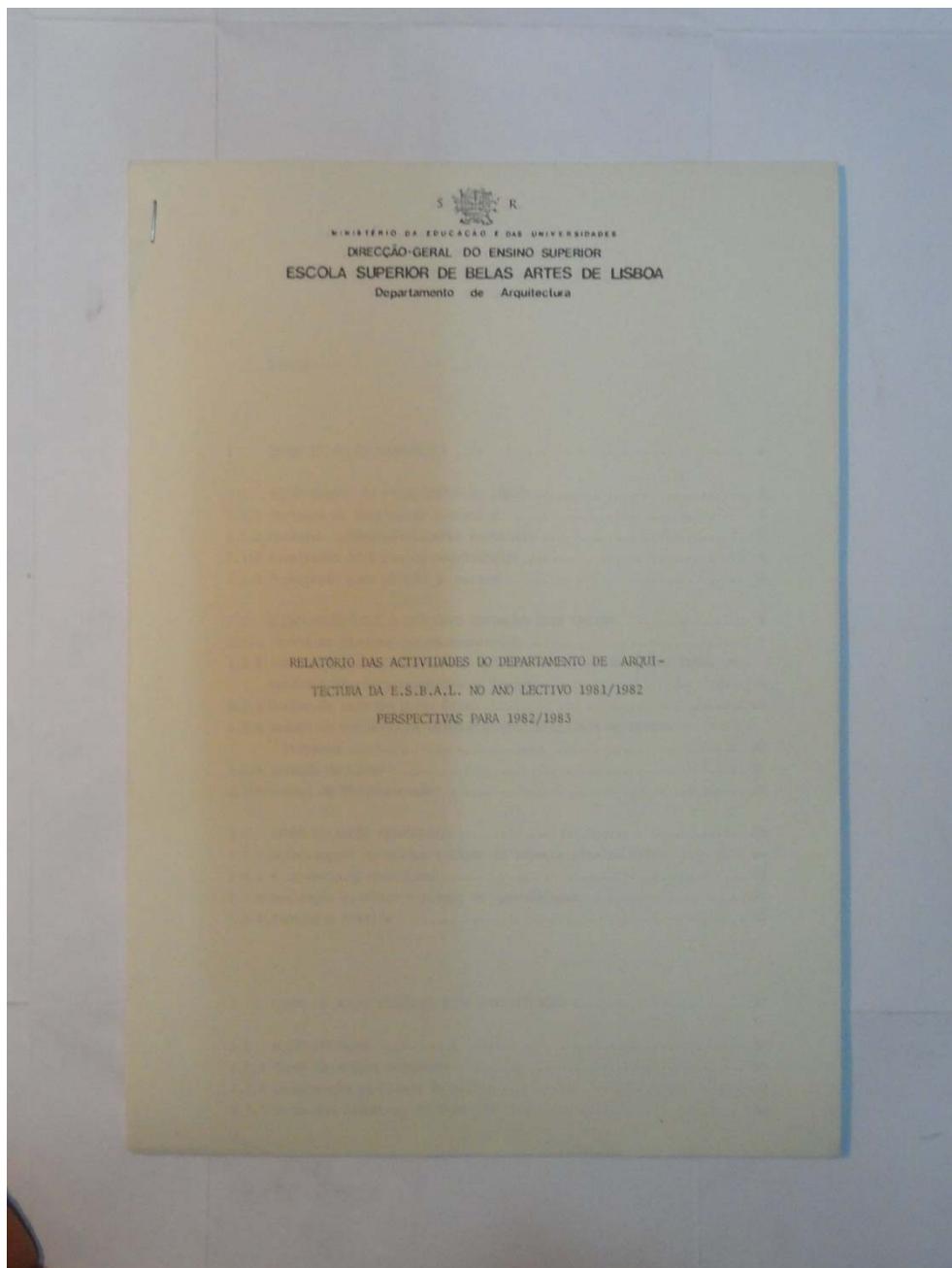
Anexo III

Composição da Comissão Instaladora e do Conselho Científico do Departamento de Arquitectura. 1983. [Fundo FAUL]



Anexo IV

Relatório de Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/82. Perspectivas para 1982/1983. Excertos. [Fundo FAUL].




MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
Departamento de Arquitectura

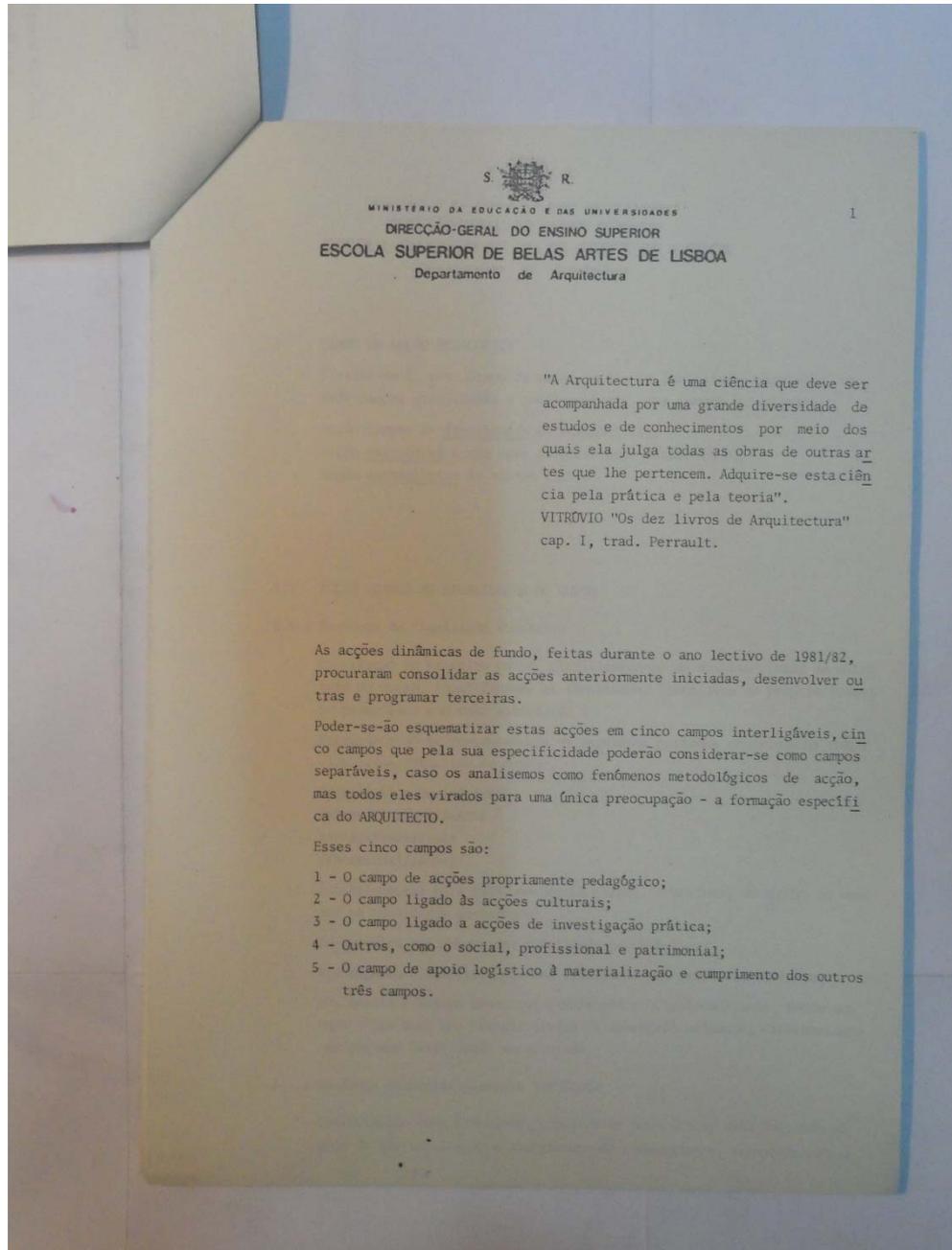
ÍNDICE

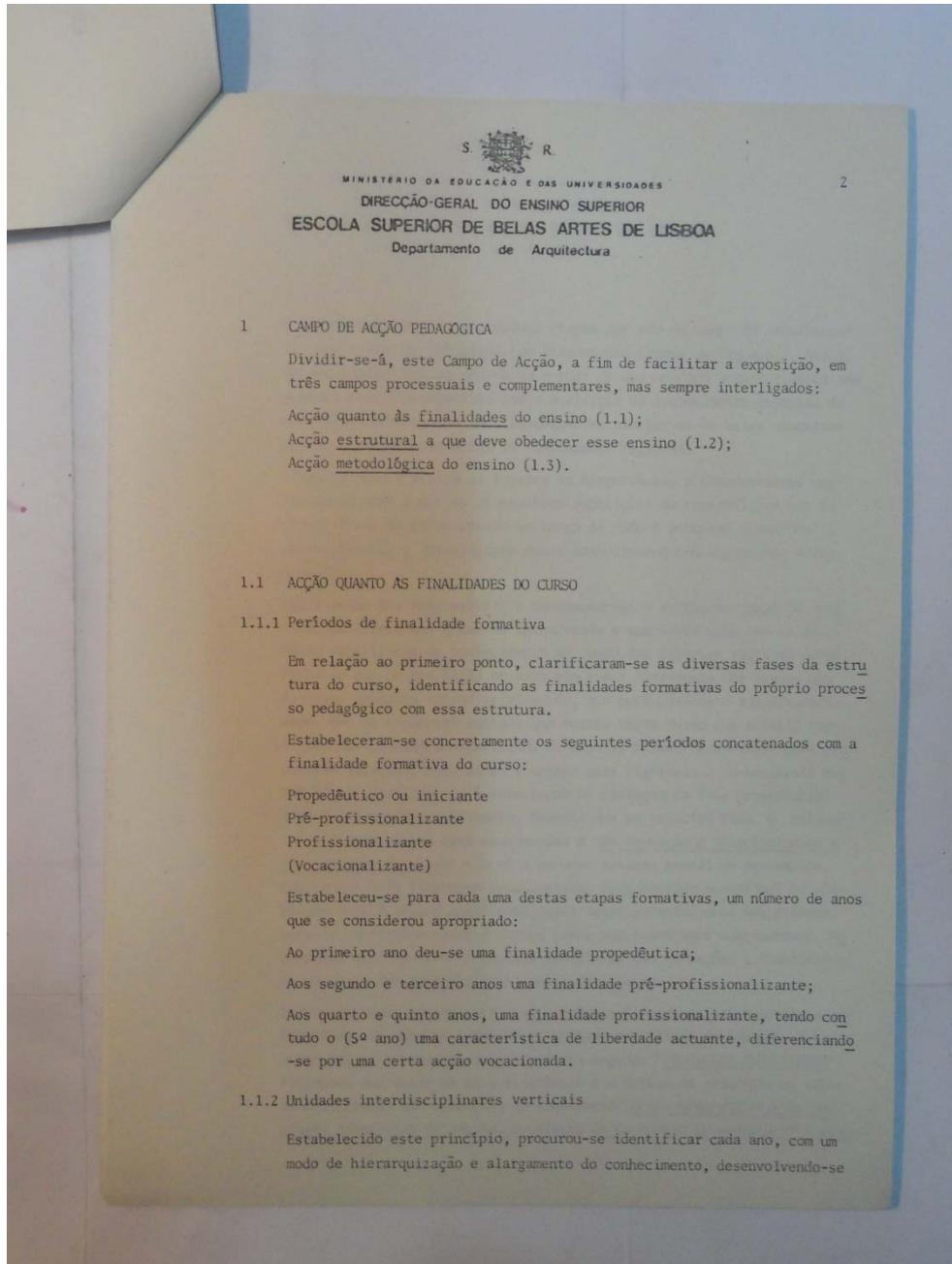
1	CAMPO DE ACÇÃO PEDAGÓGICA	2
1.1	ACÇÃO QUANTO AS FINALIDADES DO CURSO	2
1.1.1	Períodos de finalidade formativa	2
1.1.2	Unidades interdisciplinares verticais	2
1.1.3	Finalidade do Curso de Arquitectura	4
1.1.4	O projecto como método de ensino	4
1.2	ACÇÃO ESTRUTURAL A QUE DEVE OBEDECER ESSE ENSINO	8
1.2.1	Perfil do produto, ou do Arquitecto	8
1.2.2	Interdisciplinaridade - Vias estruturais e metodológica: Temáticas e Unidades Pluridisciplinares de Ensino	9
1.2.3	Quadro de referência do Curso	18
1.2.4	Resumo do conteúdo da Unidade Pluridisciplinar de Ensino - Projecto	20
1.2.5	Duração do Curso	24
1.2.6	Cursos de Pós-Graduação	24
1.3	CAMPO DE ACÇÃO PEDAGÓGICA	26
1.3.1	Metodologias de Ensino e tipos de Espaços para as aulas	26
1.3.2	A Interdisciplinaridade	28
1.3.3	Avaliação contínua e ritmos de aprendizagem	31
1.3.4	Pedagogia Prática	33
2	CAMPO DE ACÇÃO CULTURAL E DE INVESTIGAÇÃO	37
2.1	ACÇÃO CULTURAL	37
2.1.1	Tipos de acções culturais	37
2.1.2	Intervenção na cidade de Lisboa	38
2.1.3	Vinda dos elementos do "Team-Ten"	39

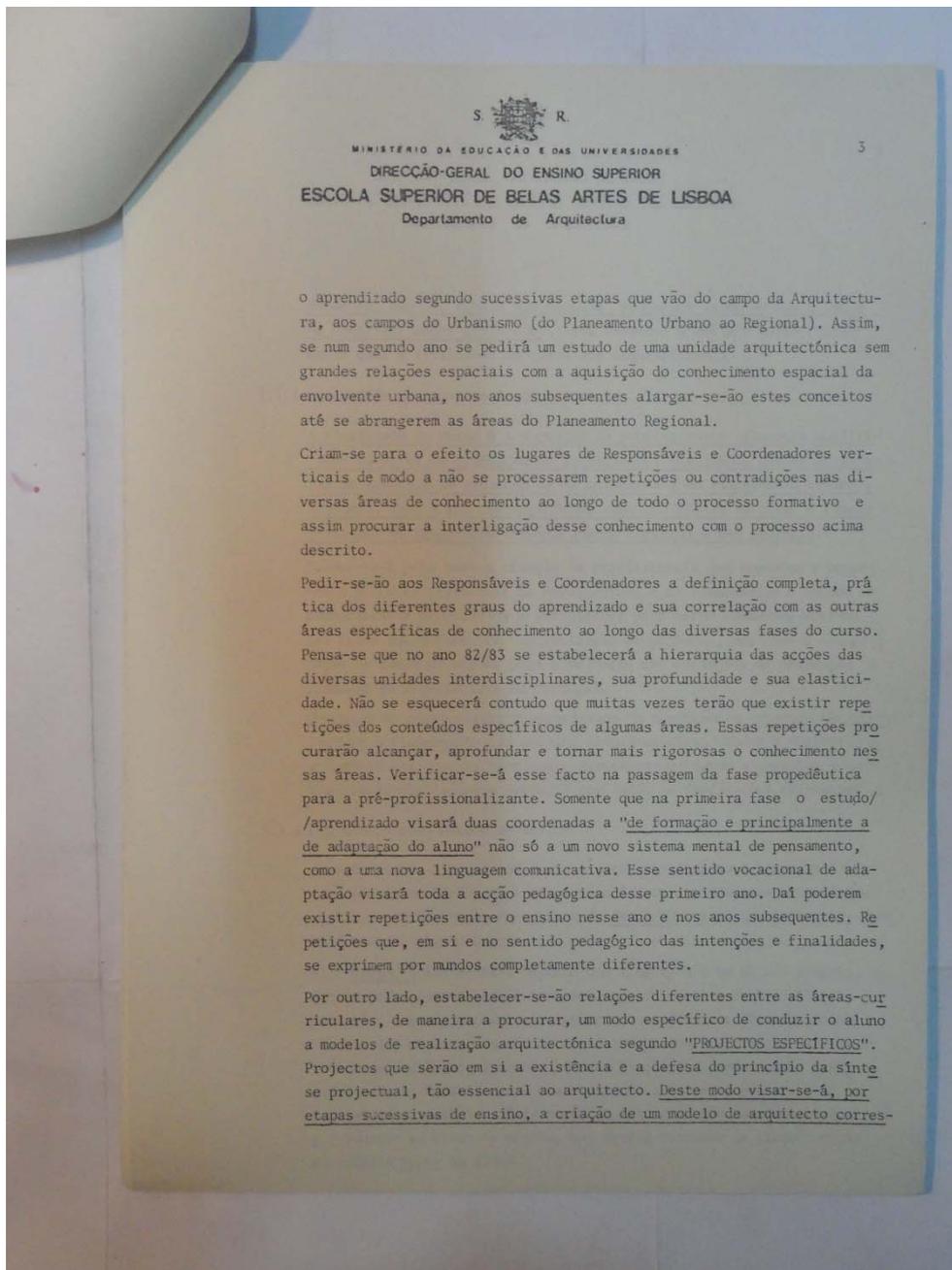
S
R

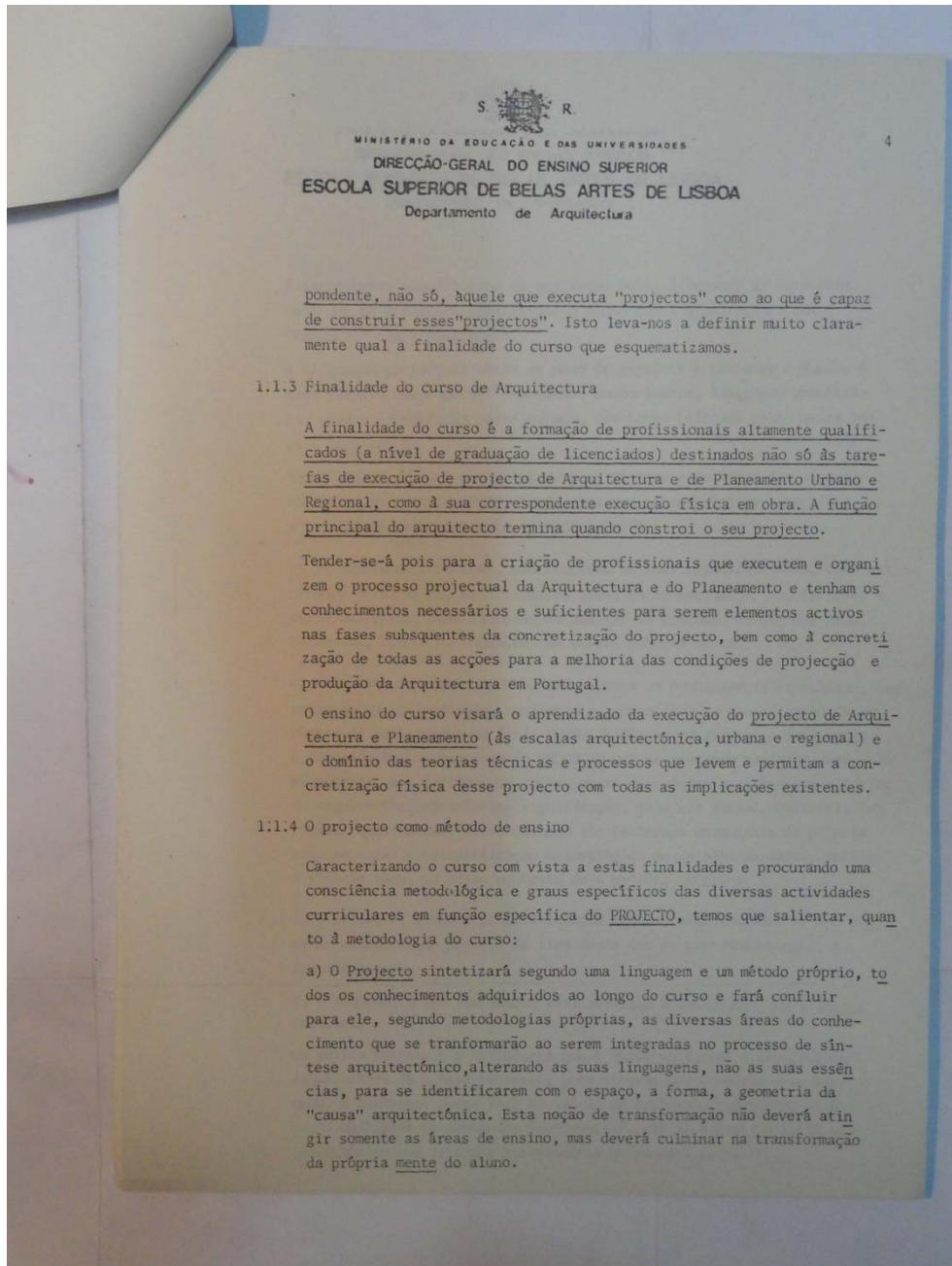
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
Departamento de Arquitectura

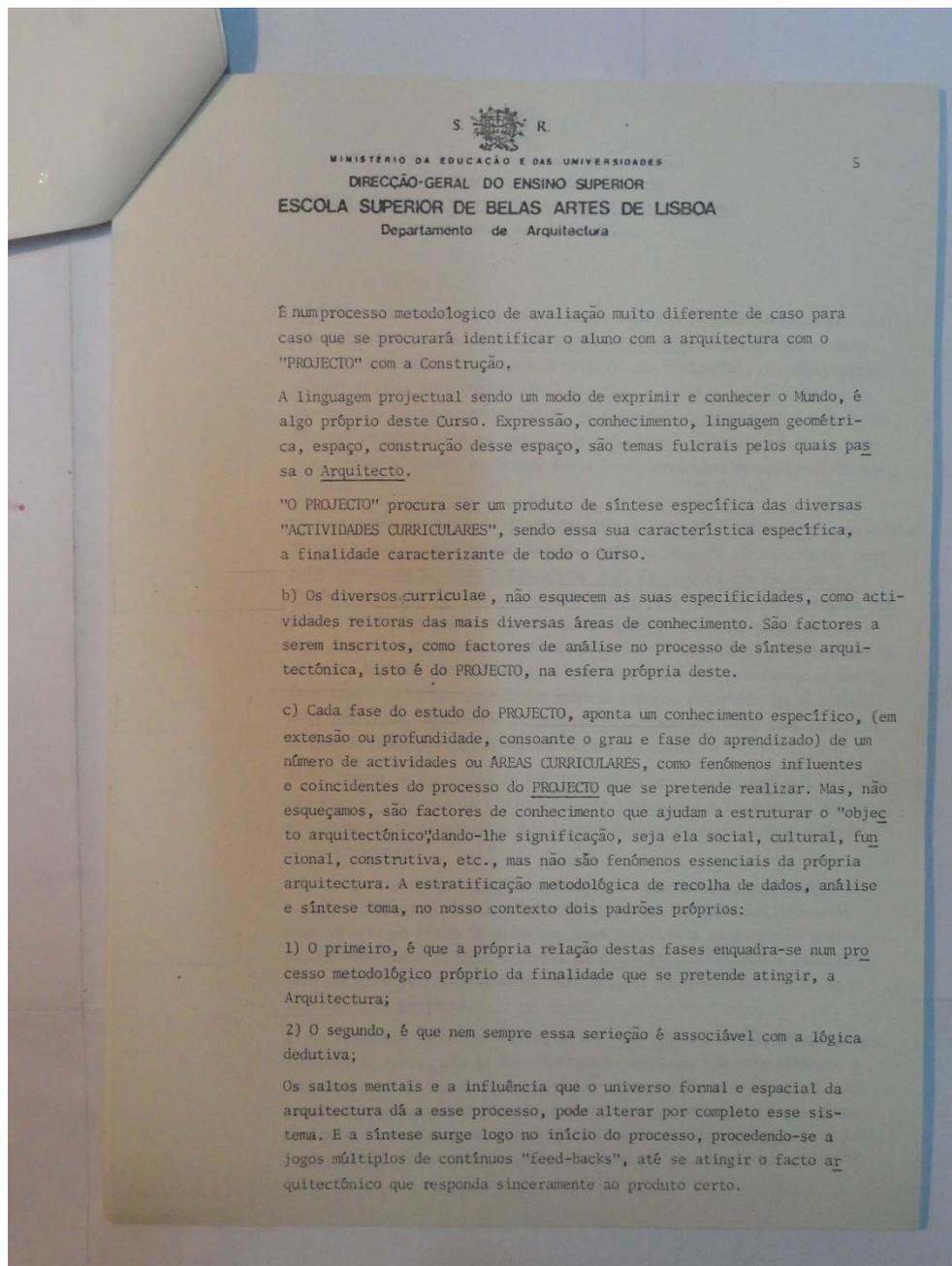
2.1.4 1º Seminário Internacional de Arquitectura - "A Tradição Clássica e o Movimento Pós-Modernista"	40
2.1.5 O Workshop "O ensino da Arquitectura" (E.A.A.E.), e outras acções próximas	40
2.2 ACÇÃO DE INVESTIGAÇÃO	41
3 OUTRAS ACÇÕES	43
3.1 ACÇÕES DE BASE SOCIAL	43
3.2 ACÇÕES DE BASE PROFISSIONAL E JURÍDICA	43
3.2.1 Relações com a Classe Profissional	43
3.2.2 Elaboração de Documentos Ordenadores da Profissão do Arquitecto ..	44
3.3 CONTACTOS DIVERSOS, FACULDADE DE ARQUITECTURA, ESCOLAS DE ARQUITECTURA DOS PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO	44
3.3.1 Assembleia da República, Comissão para a Educação	45
3.3.2 Academia Nacional de Belas-Artes	45
3.3.3 Criação da Faculdade de Arquitectura	45
3.3.4 Instituto Português do Património Cultural	46
3.3.5 Escolas de Arquitectura dos Países em vias de desenvolvimento	46
4 APOIO ADMINISTRATIVO E LOGÍSTICO	47
4.1 APOIO ADMINISTRATIVO	47
4.2 APOIO LOGÍSTICO	47
4.2.1 Apoios logísticos à Educação	47
4.2.2 Apoios logísticos à Acção Cultural	49

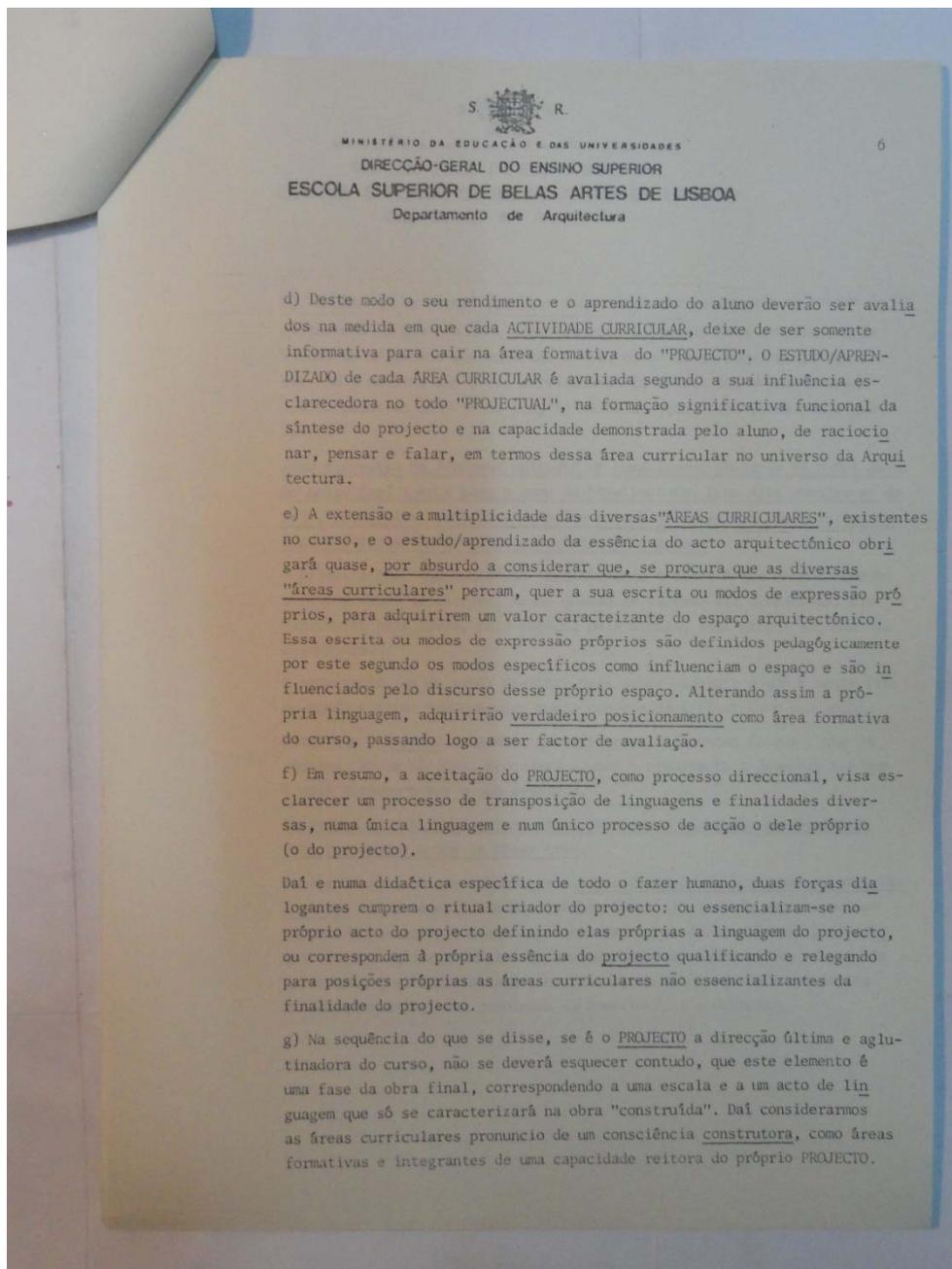


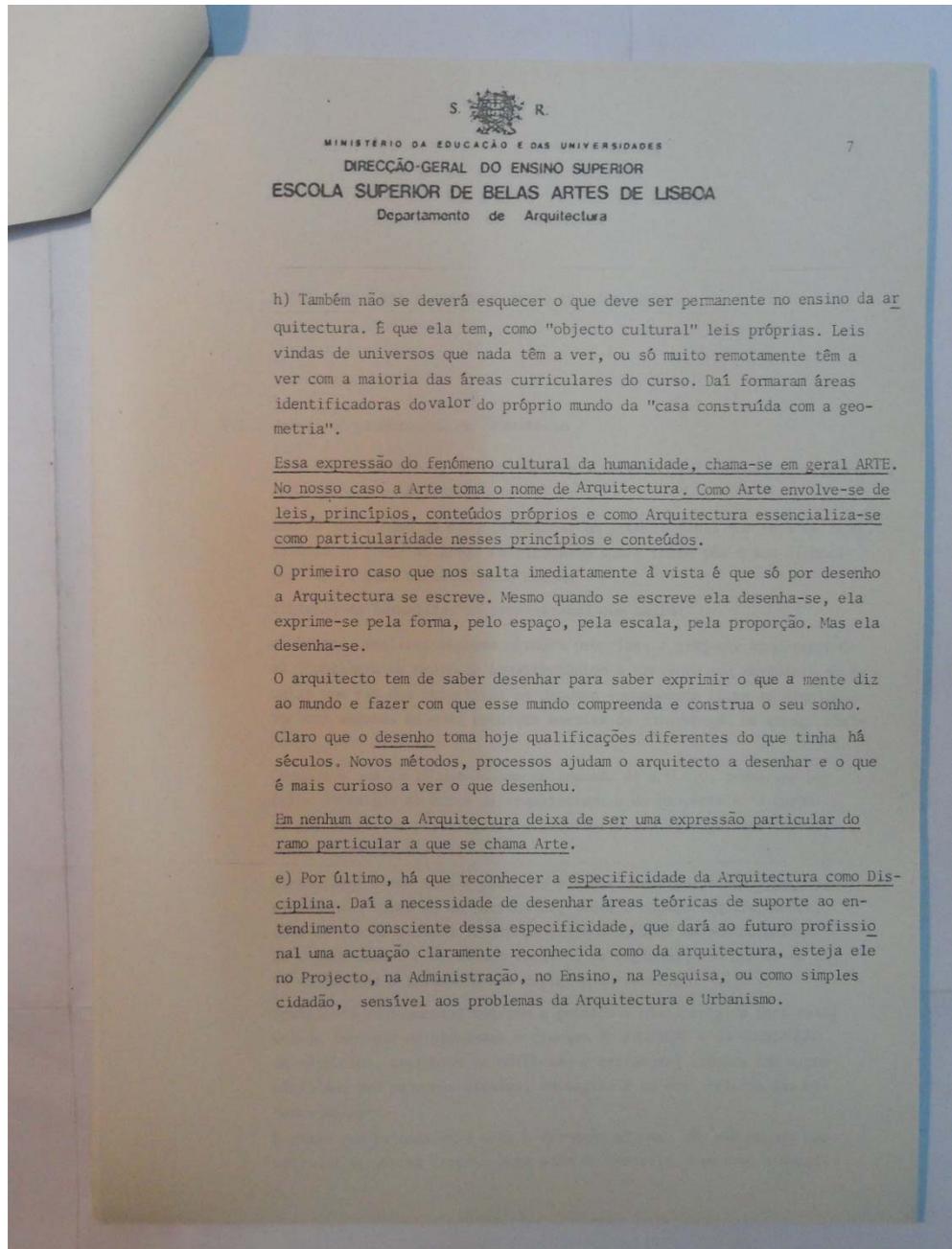


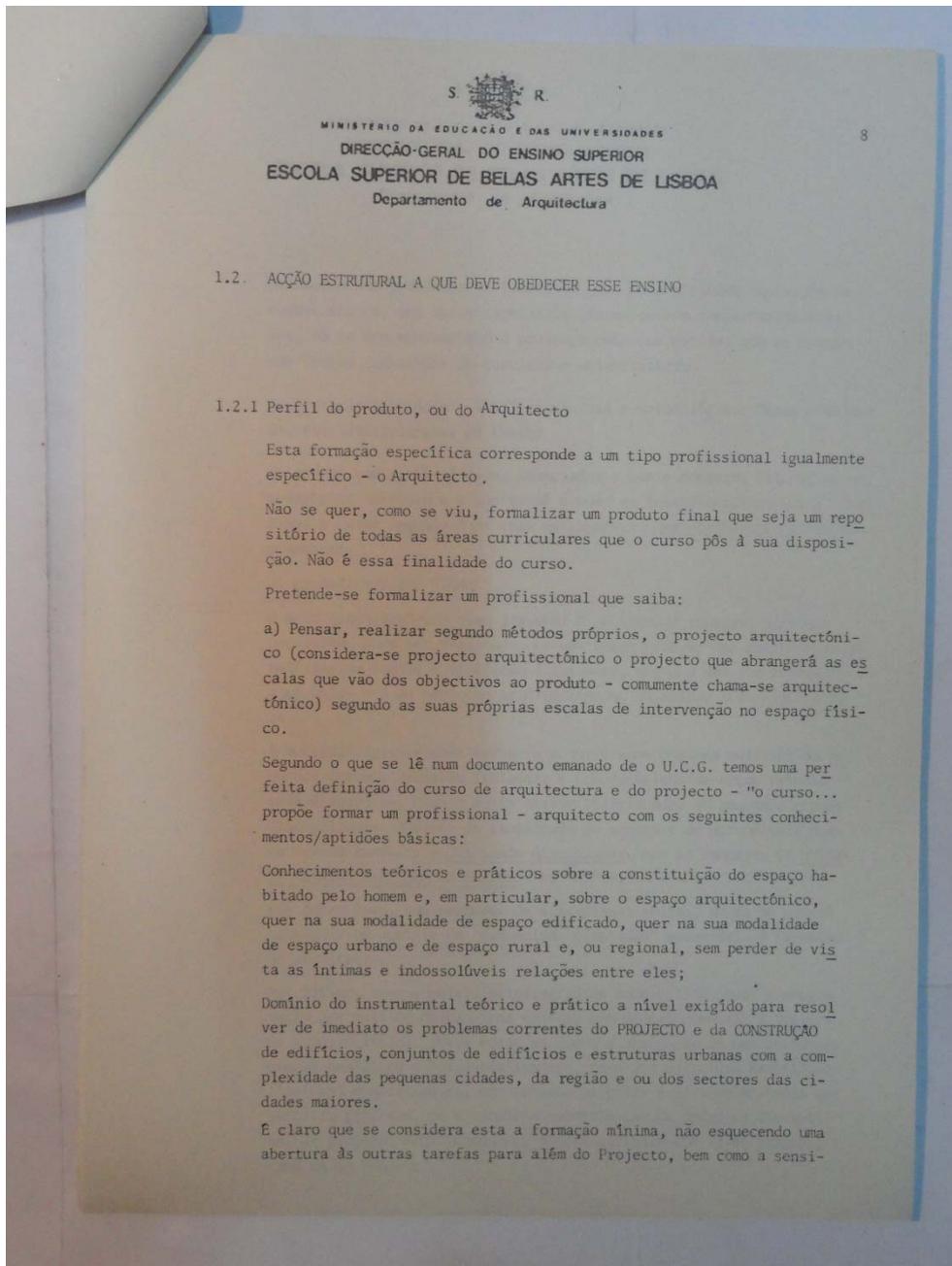


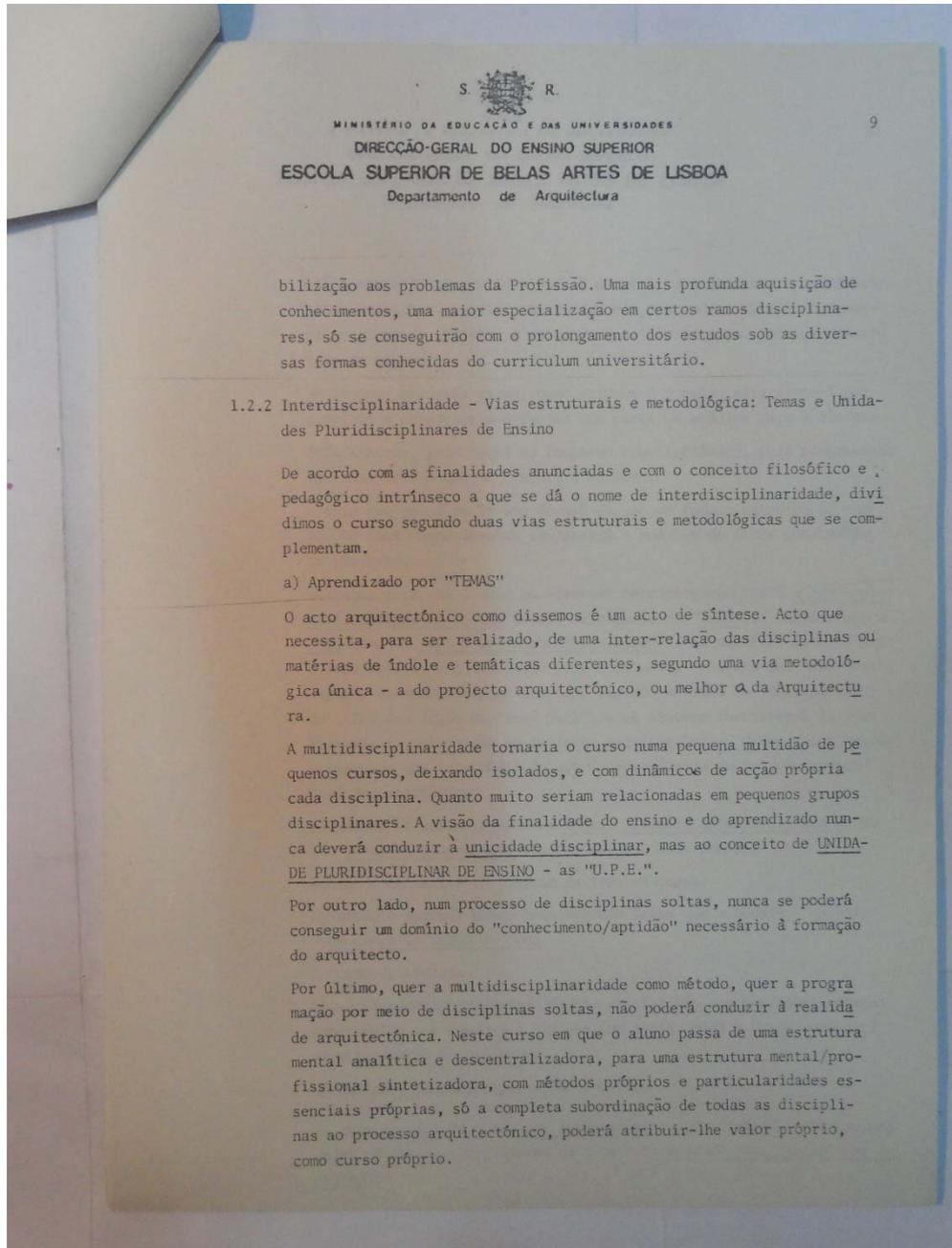






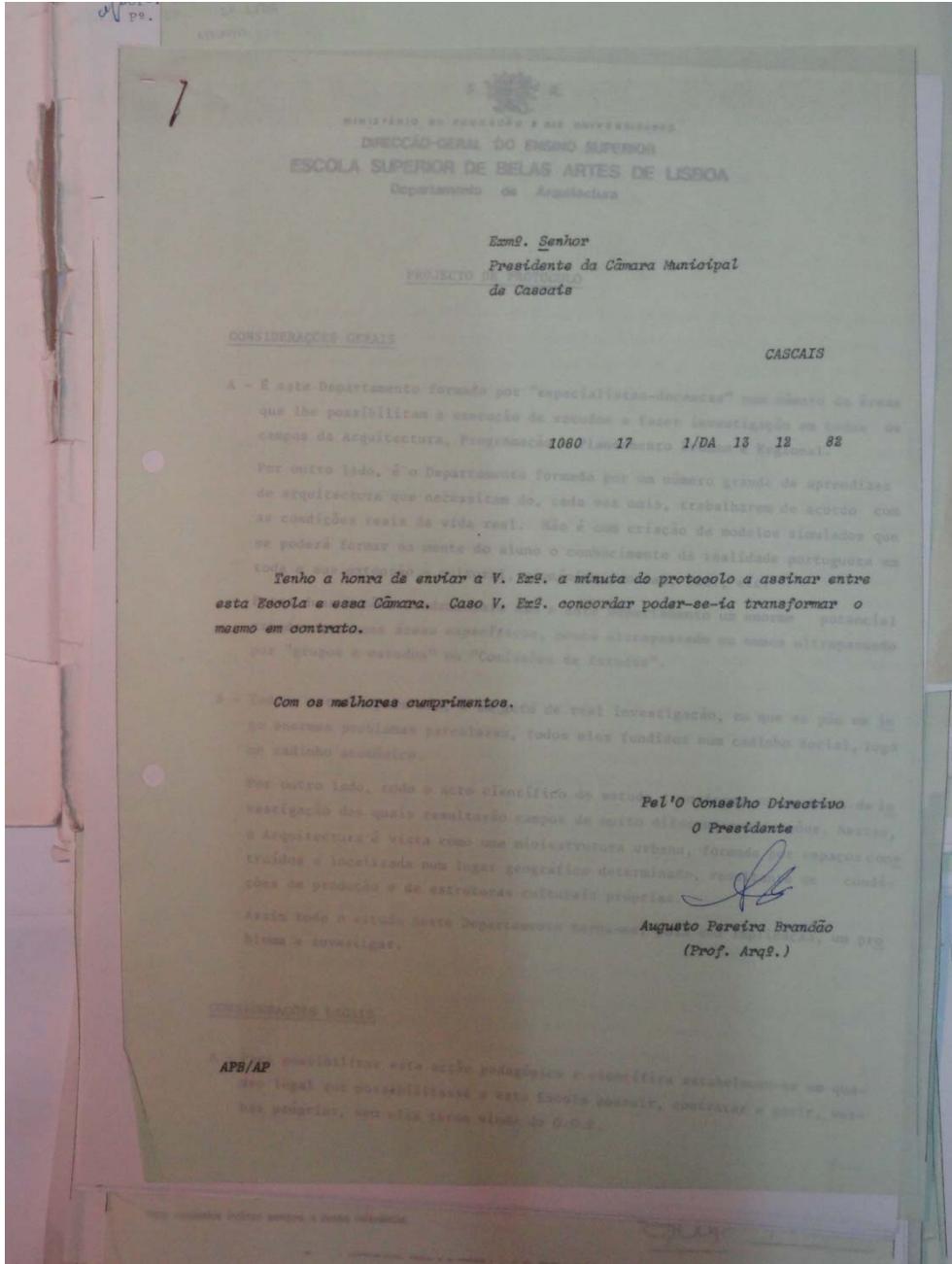


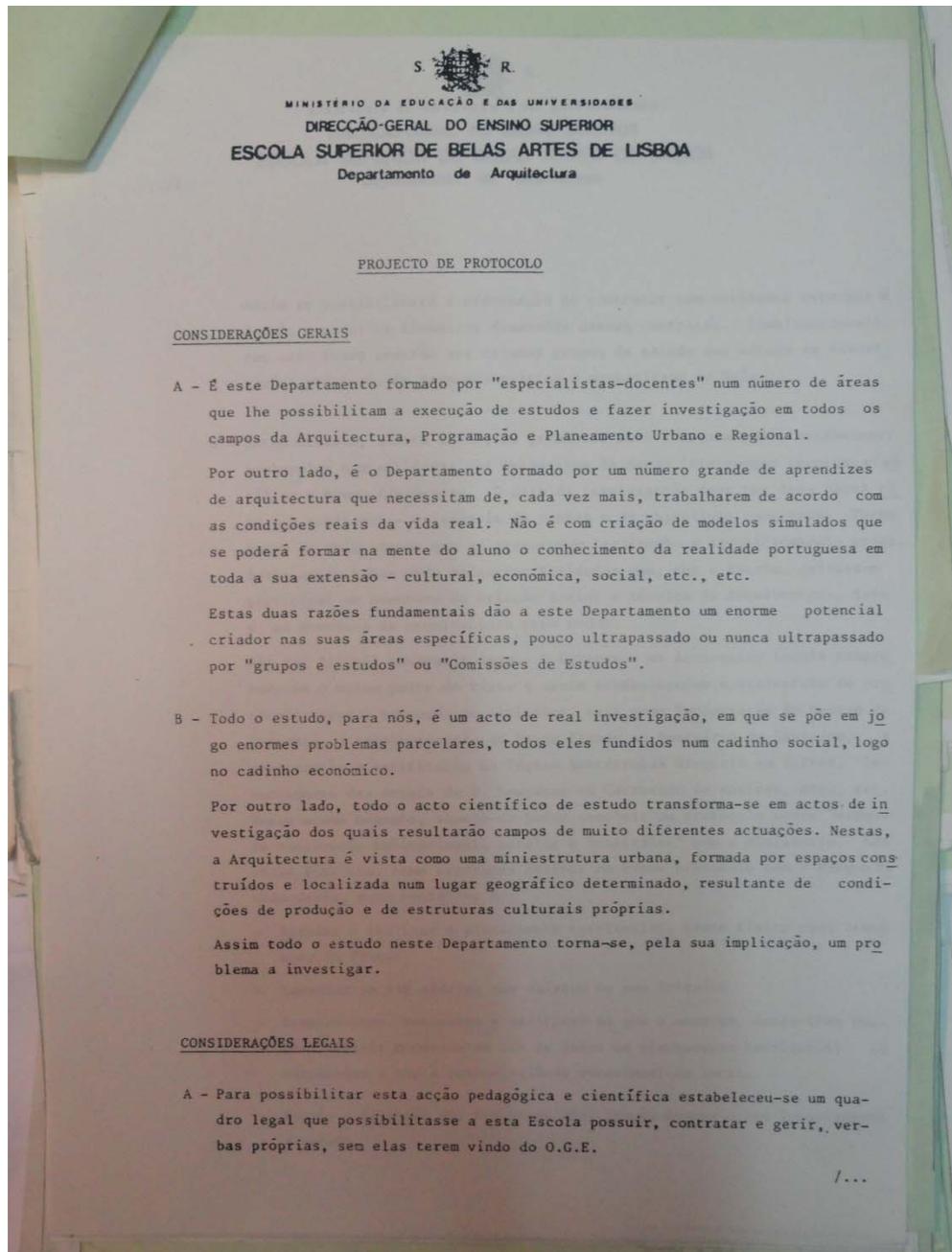




Anexo V

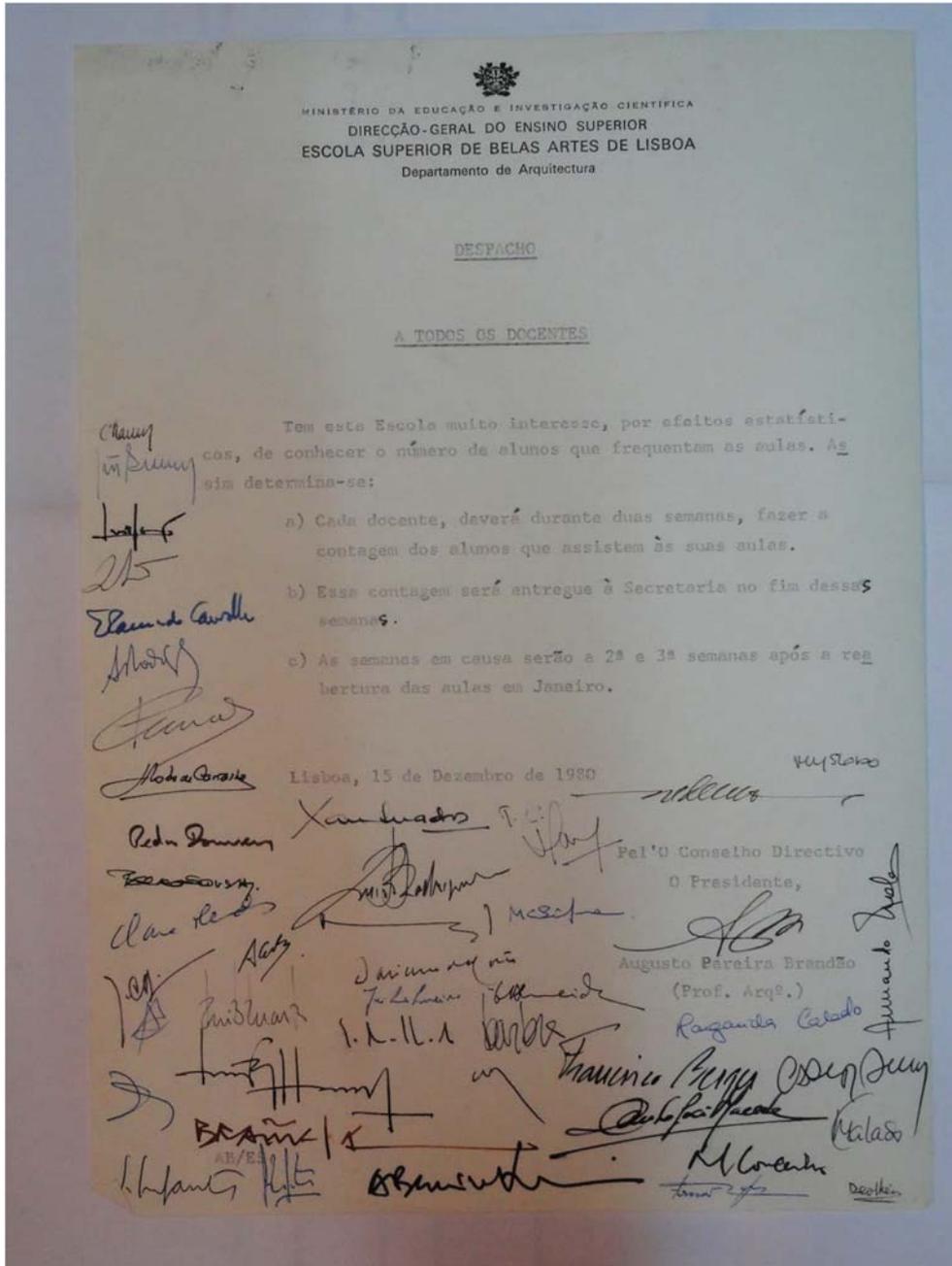
Projecto de Protocolo a assinar entre a Escola de Lisboa e a Câmara Municipal de Cascais.
Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]





Anexo VI

Despacho de Augusto Brandão indagando a todos os docentes quantos alunos frequentam as aulas. 15 de Dezembro de 1980. [Fundo FAUL]



Anexo VII

Anúncio de Conferência de Imprensa por Augusto Brandão a 5 de Novembro de 1981.
[Fundo FAUL]


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
Departamento de Arquitectura

Arquivar
11/11/81
AB

Exm^o. Senhor
Director de "A TRIBUNA"
Rua dos Arruamentos da Matinha,
Lote A-5, B/C

1900 LISBOA

Sua referência Data Nossa referência Largo da Biblioteca Pública - Lisboa

ASSUNTO: 690 / Proc. 42 / Livro 2 / D^a de 5/11/81

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

Realizando-se no próximo dia 13, pelas 10.00 horas, a abertura solene do ano lectivo de 1981/1982, e desejando este Departamento divulgar o seu Plano de Actividades, com interesse que julgamos ultrapassar as fronteiras da própria ESCOLA, tenho a honra de convidar V. Ex^{sa}. para uma Conferência de Imprensa, nas nossas instalações, situadas no Largo da Biblioteca Pública, 2^o Piso, no dia 12 de Novembro pelas 10.00 horas.

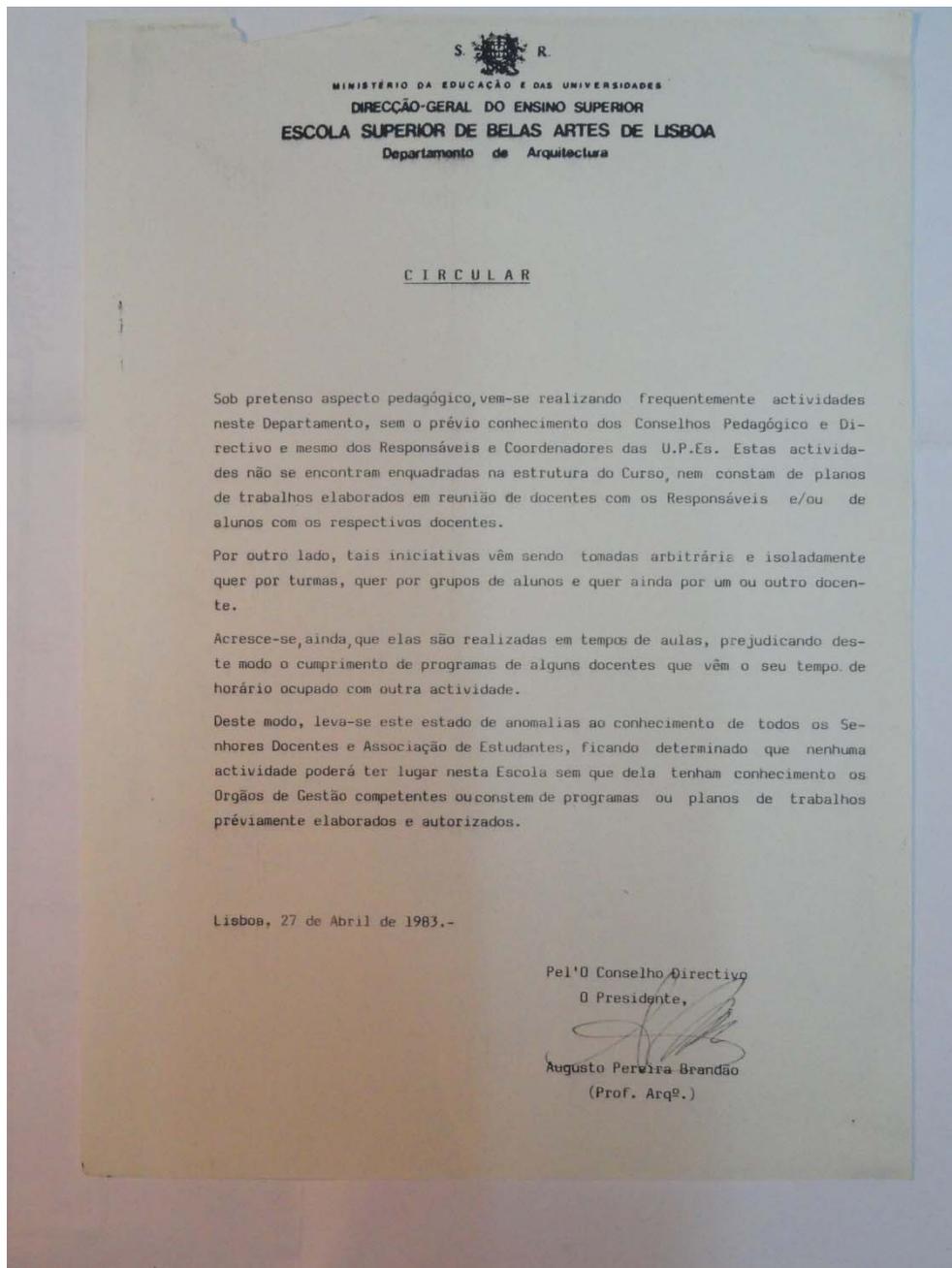
Com os melhores cumprimentos *Augusto Brandão*

Pel'O Conselho Directivo
O Presidente
Augusto Brandão
Augusto Pereira Brandão
(Prof. Arq^o.)

HS/AF

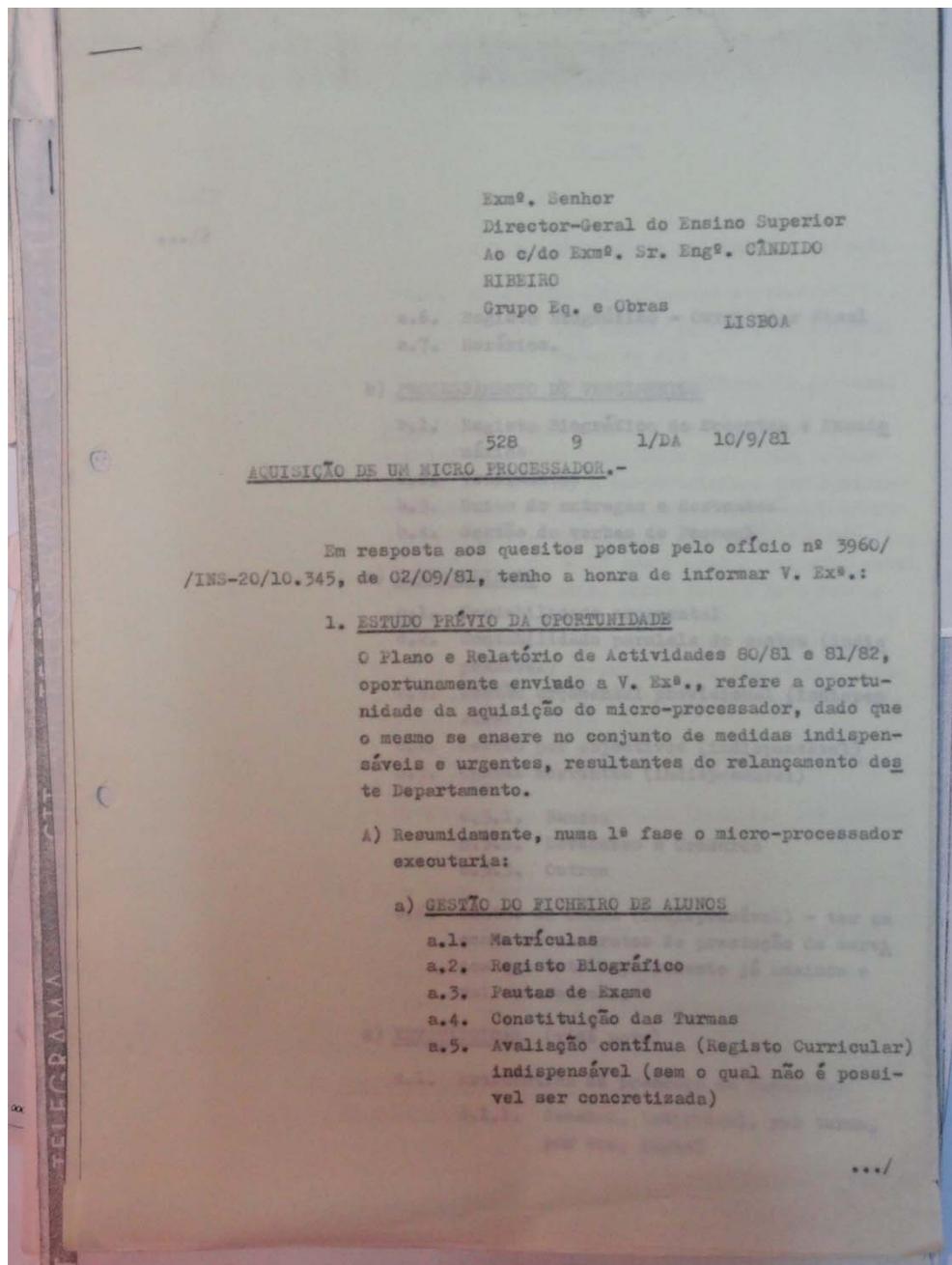
Anexo VIII

Circular de Augusto Brandão de 27 de Abril de 1983. Manifesta preocupação quanto a “actividades (...) sem o prévio conhecimento dos Conselhos Pedagógico e Directivo”.
[Fundo FAUL]



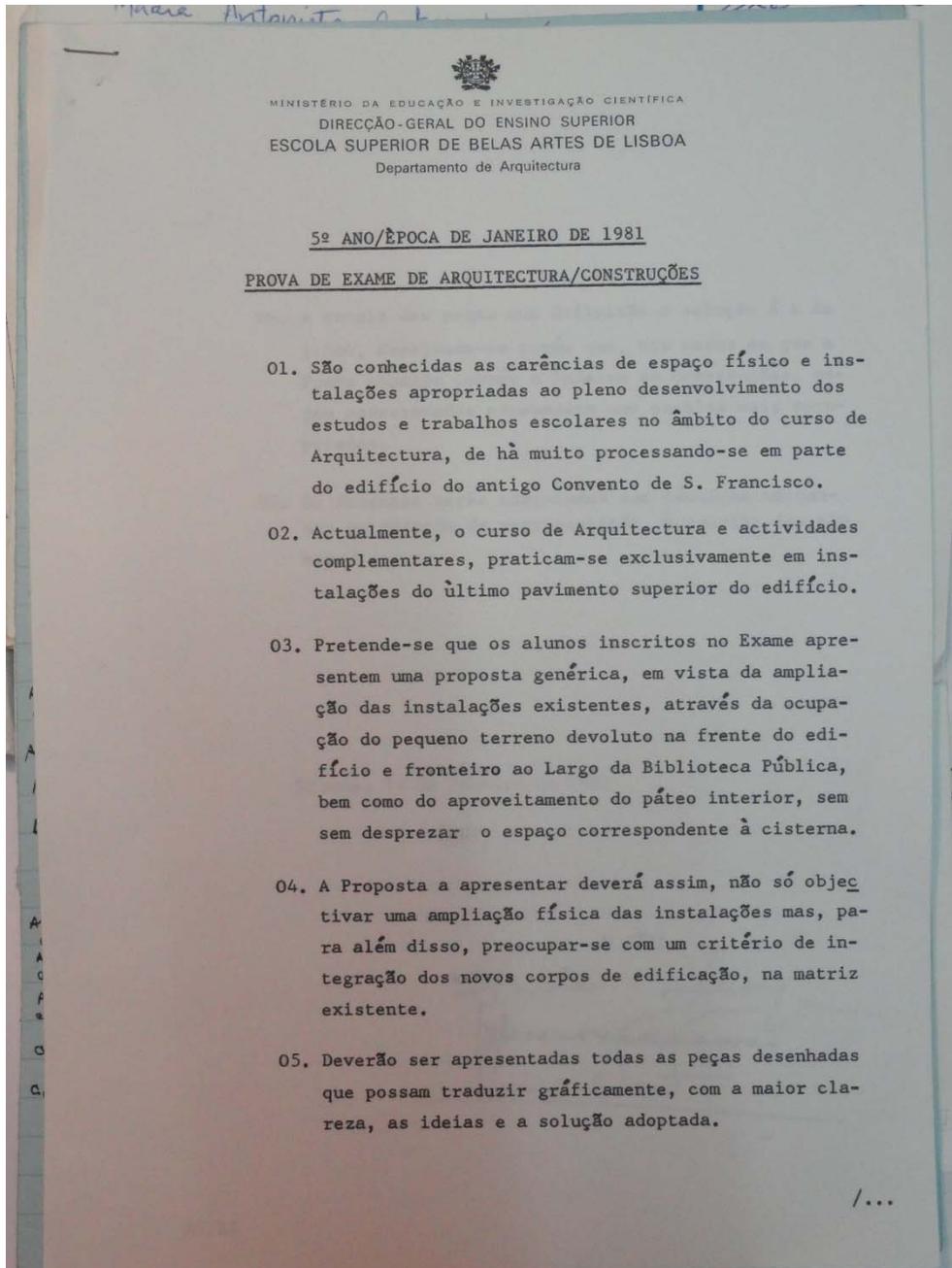
Anexo IX

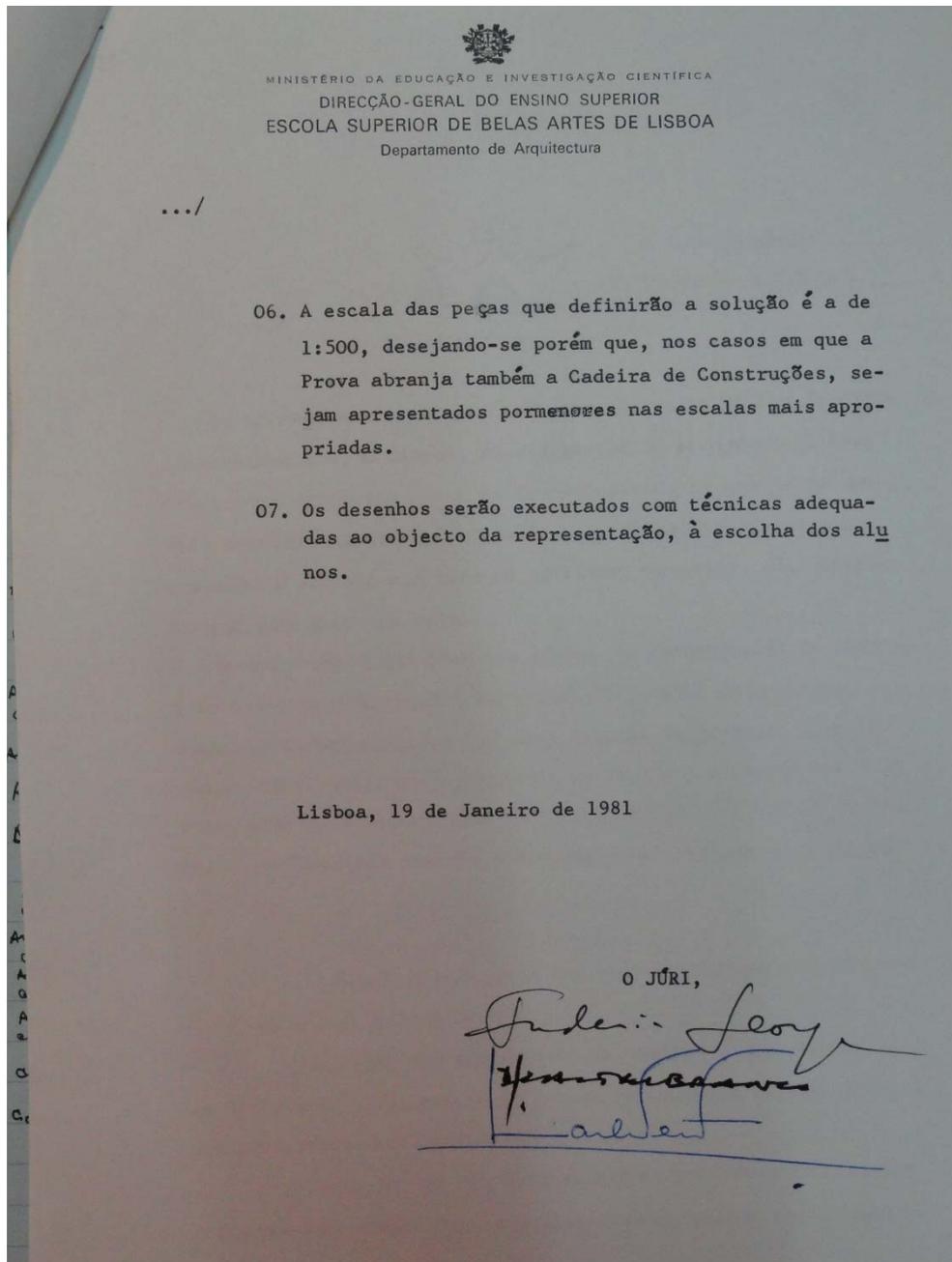
Carta ao Director-Geral do Ensino Superior respondendo a “quesitos postos” para a compra de um microprocessador. 10 de Setembro de 1981. Primeira página. [Fundo FAUL]



Anexo X

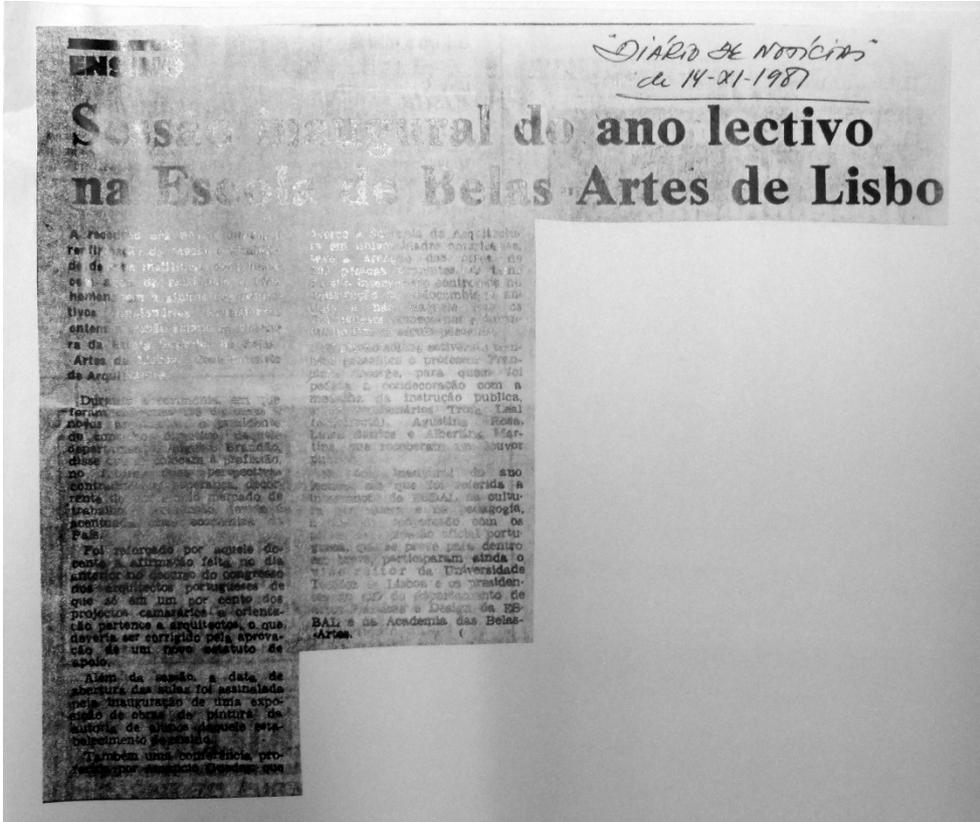
Prova de Exame de Arquitectura /Construções. 5º ano/Época de Janeiro de 1981. [Fundo FAUL]





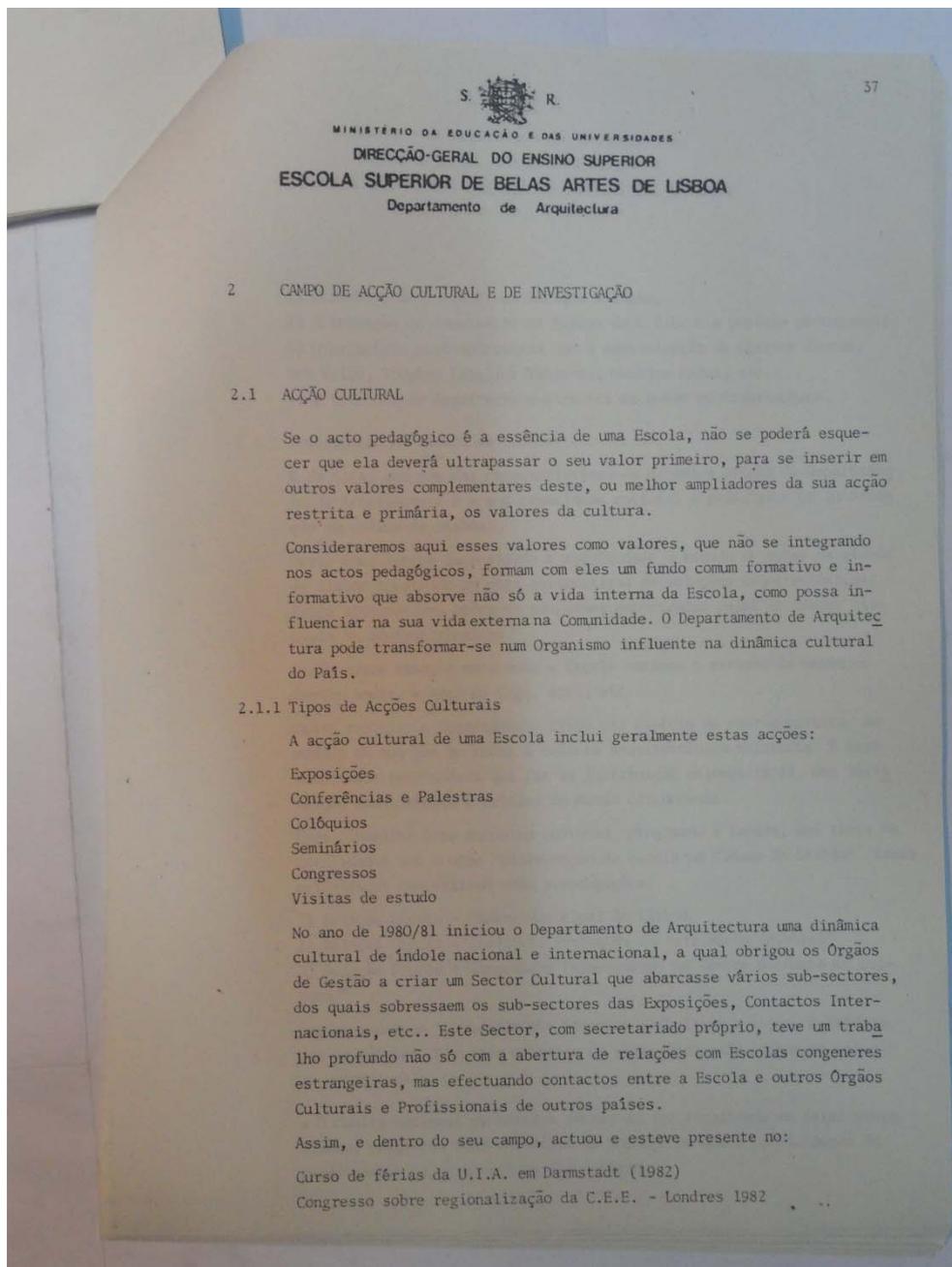
Anexo XI

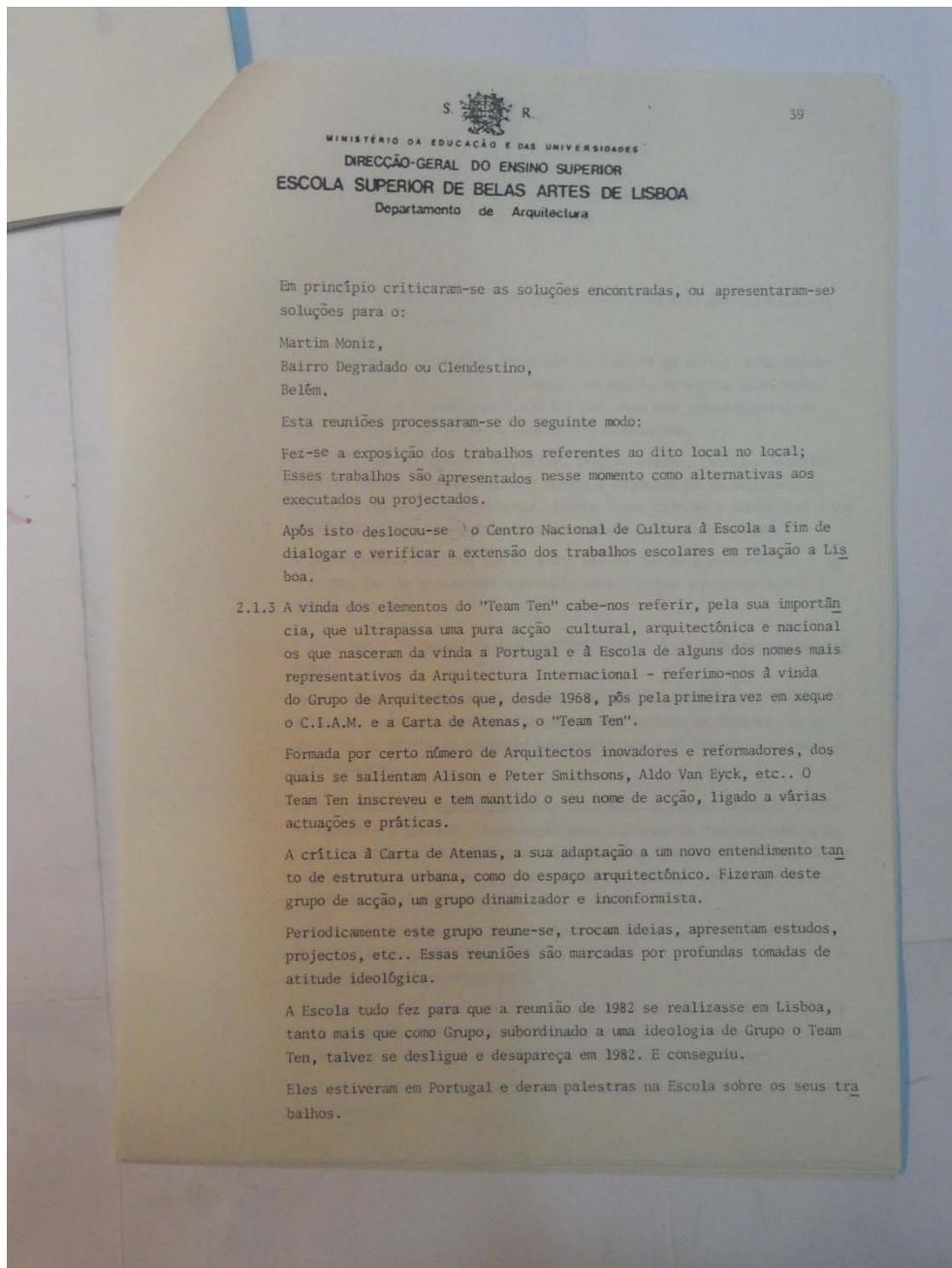
Recorte de imprensa de 14 de Novembro de 1981 (Diário de Notícias). [Fundo FAUL]



Anexo XII

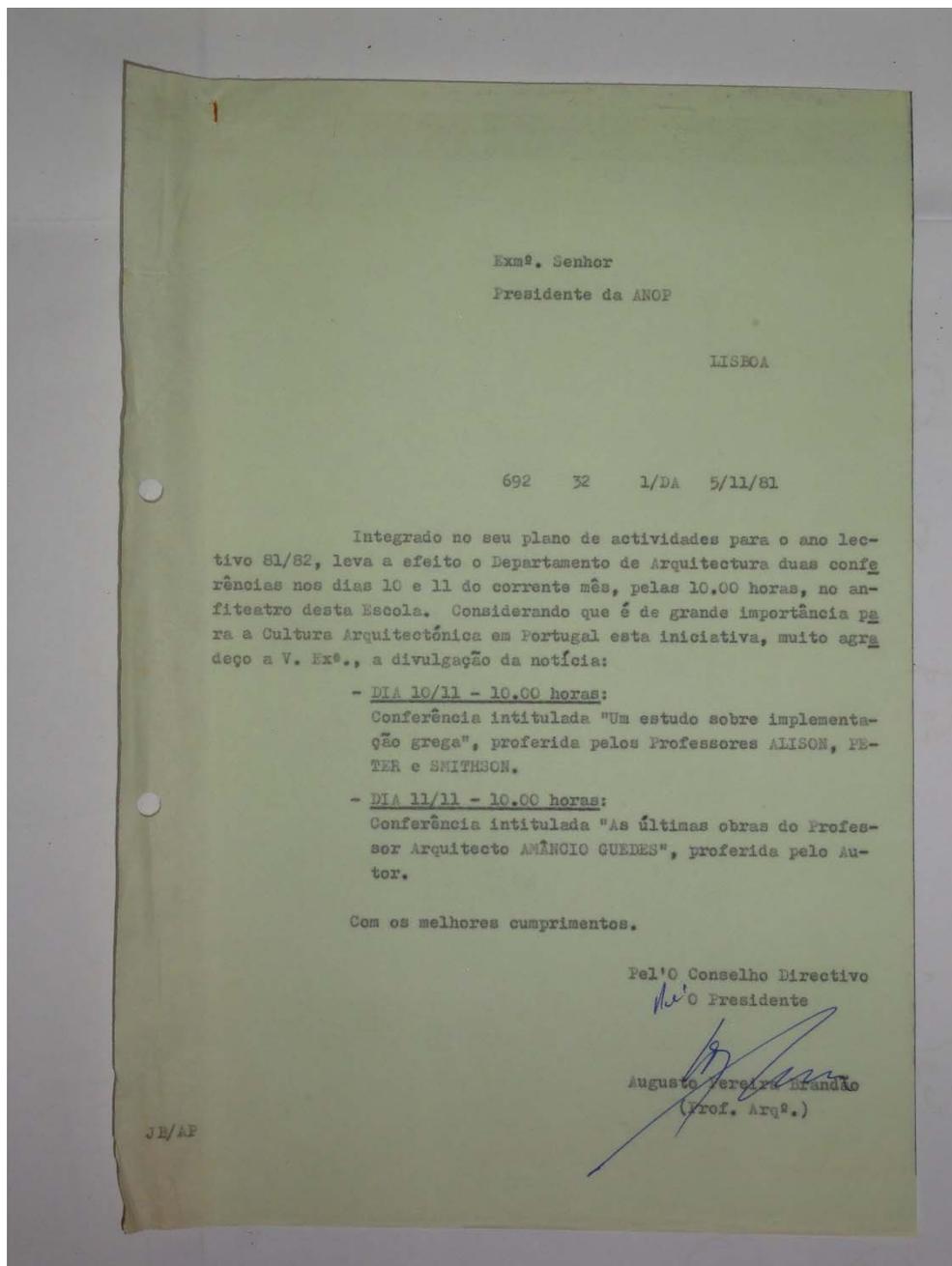
Relatório de Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo de 1981/82. Perspectivas para 1982/1983. Excertos. [Fundo FAUL]





Anexo XIII

Divulgação das conferências de Alison e Peter Smithson bem como de Amâncio Guedes para os dias 10 e 11 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]



Anexo XIV

Horário de Amâncio Guedes para o ano lectivo de 1982/83. [Fundo FAUL]

ESCOLA SUPERIOR DE BELAS-ARTES DE LISBOA
Departamento de Arquitectura
HORÁRIO AMÂNCIO D'ALPOIM MIRANDA GUEDES
HORAS SEMANAIS 12 HORAS
ANO LECTIVO 1982-1983

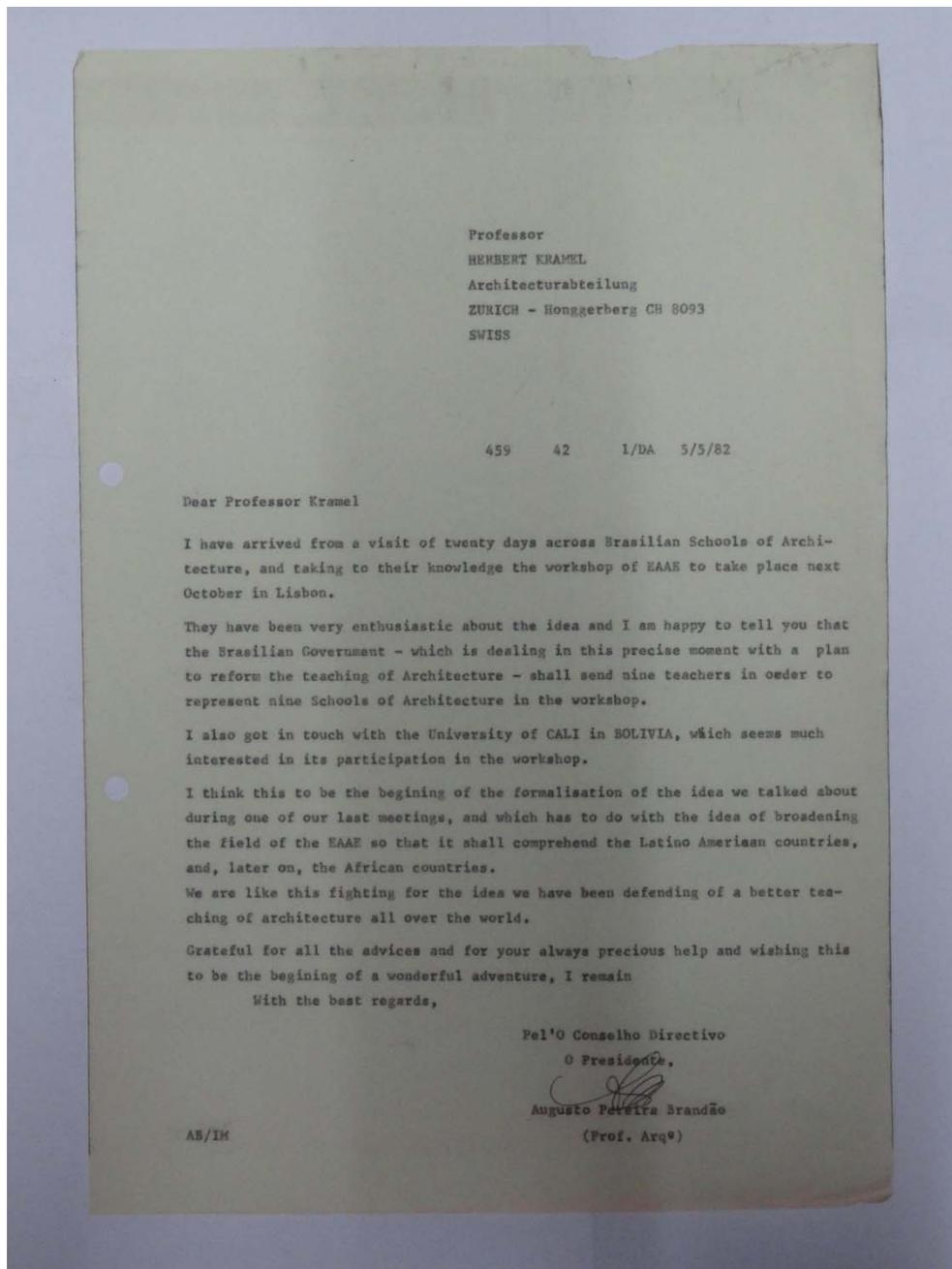
C. de B. ARQUITECTURA ANO 5º

CADEIRAS	SEG.	TER.	QUART.	QUINT.	SEXTA	SÁBADO	TURMA	SALA
Serviço Regular	10-12			10-12	10-12			
		12-16		16-18				
	16-18							
Serviço por acumulação								

V. Alves de Sousa

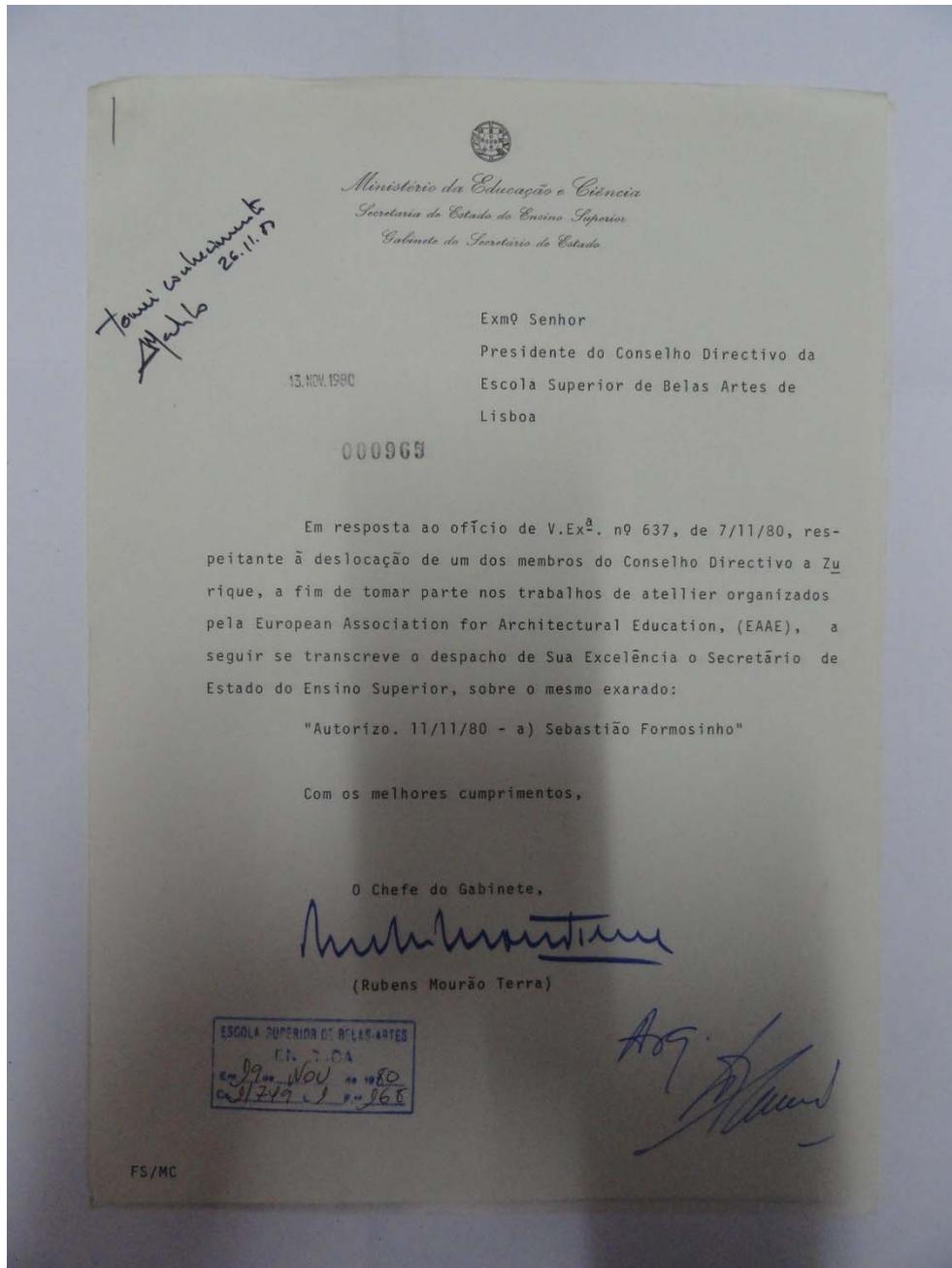
Anexo XV

Carta de Augusto Brandão a Herbert Kramel mencionando contacto com Universidade de Cali, Bolívia [sic]. 5 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]



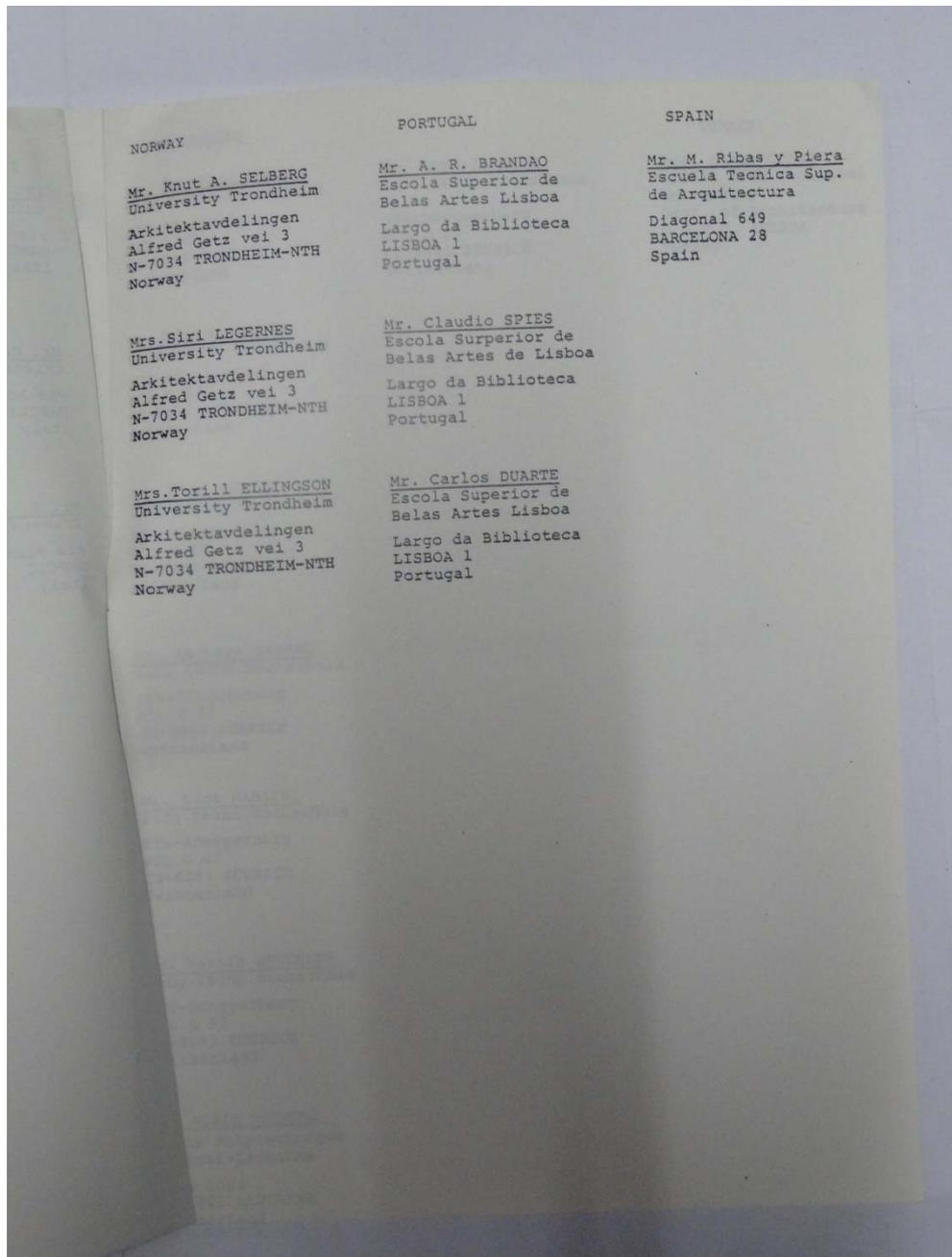
Anexo XVI

Carta do Ministério da Educação e Ciência autorizando Sebastião Formosinho Sanchez a atender ao Workshop da EAAE de Zurique de 1980. 13 de Novembro de 1980. [Fundo FAUL]



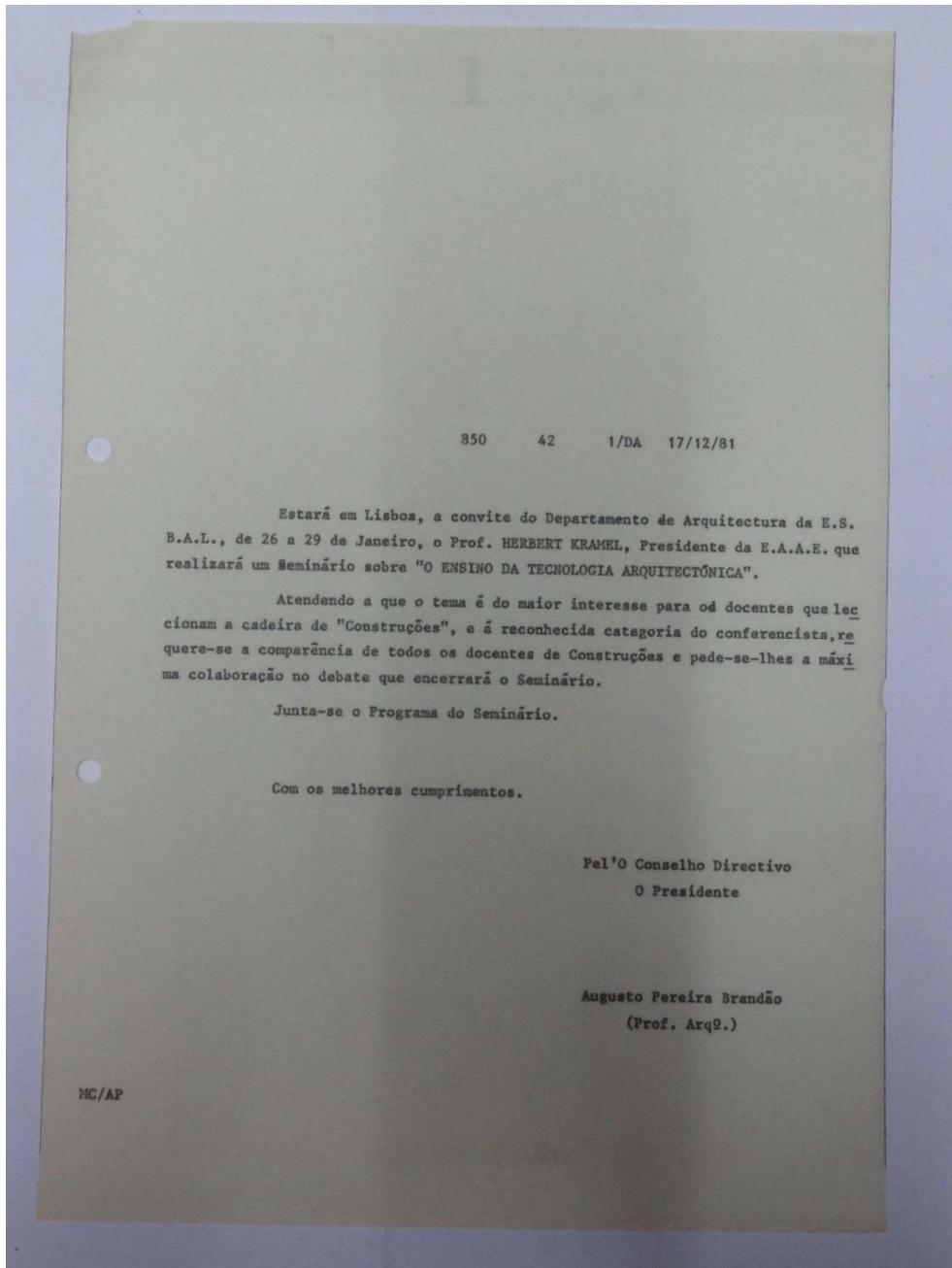
Anexo XVII

Programa do Workshop EAAE de Viena, de 23 a 25 de Abril de 1981, contendo os nomes dos participantes. Excerto. [Fundo FAUL]



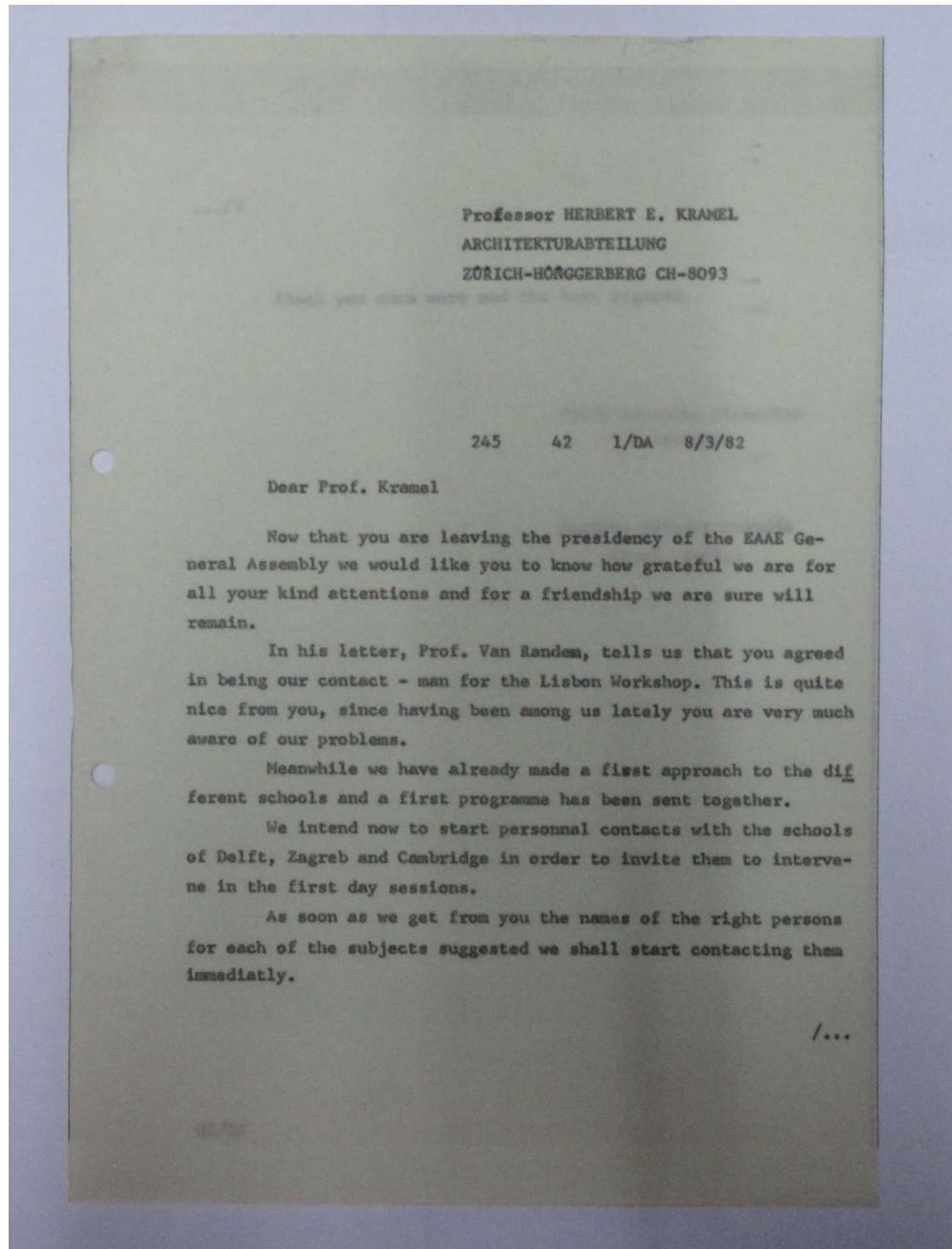
Anexo XVIII

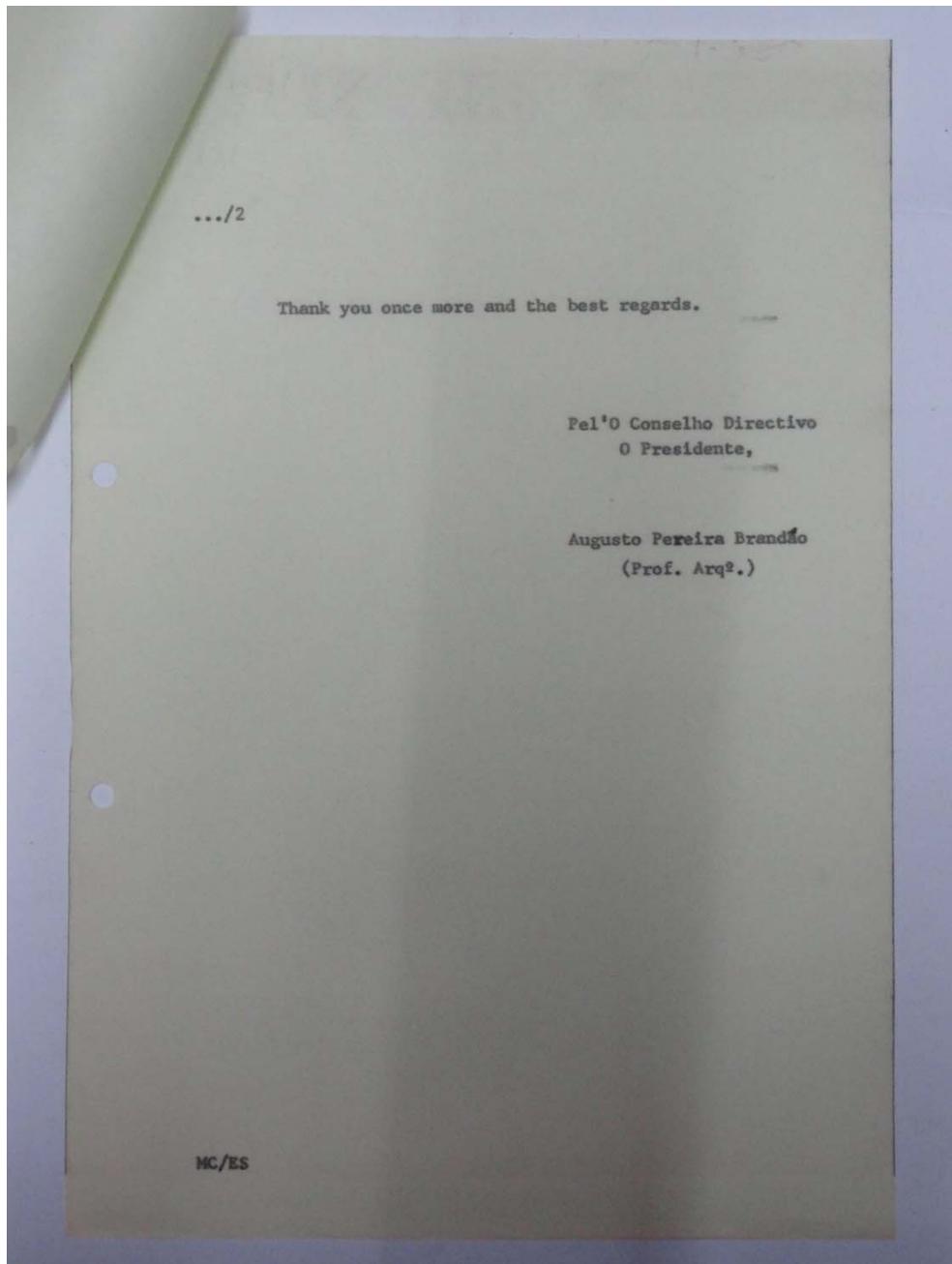
Ofício indicando as datas e o tema do Seminário realizado por Herbert Kramel na ESBAL.
Dezembro de 1981. [Fundo FAUL]



Anexo XIX

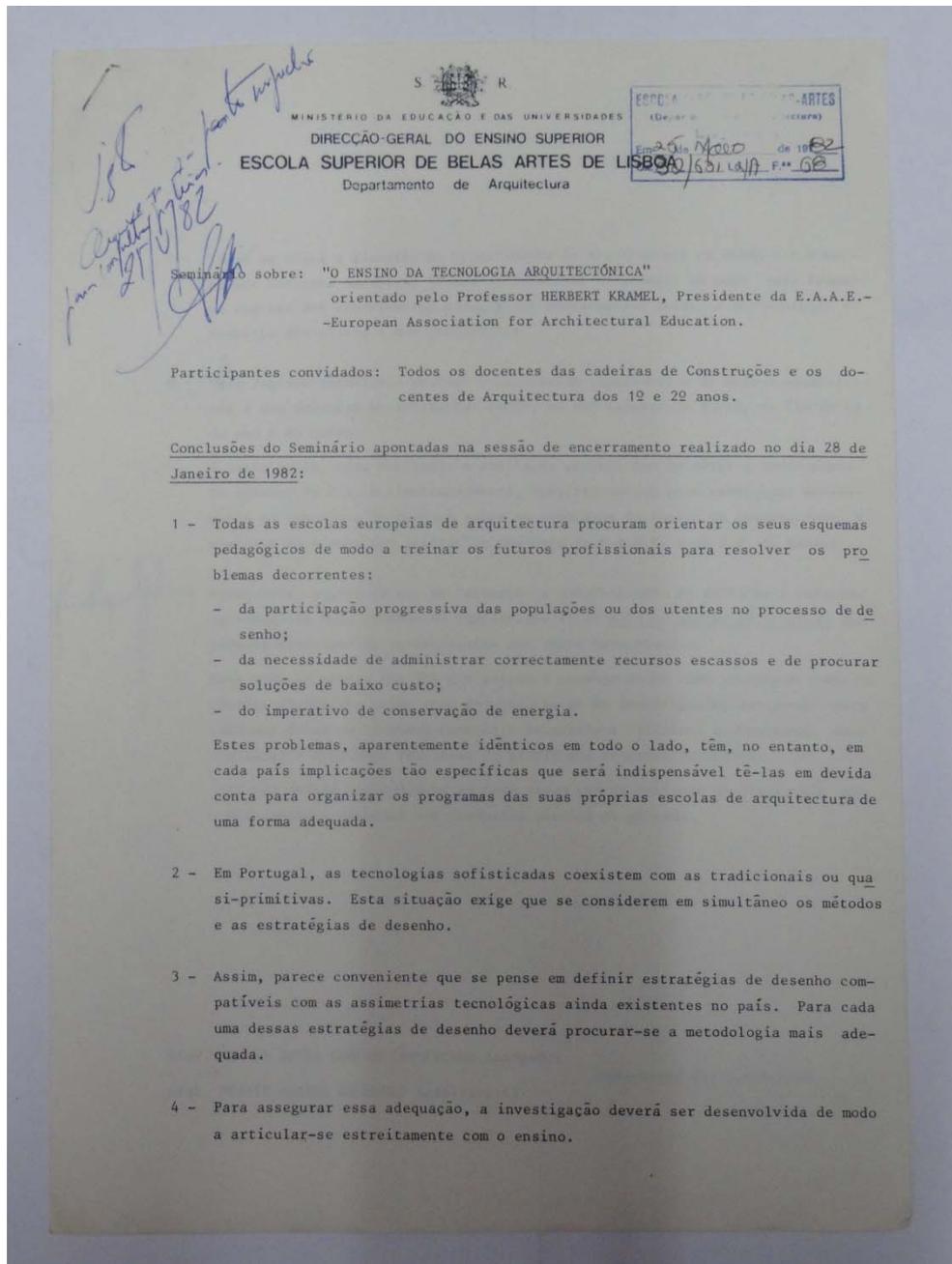
Carta da direcção da Escola a Herbert Kramel congratulando-se pelo facto de este ter sido nomeado "contact-man" para o Lisbon Workshop da EAAE, a decorrer em Outubro de 1982. [Fundo FAUL]

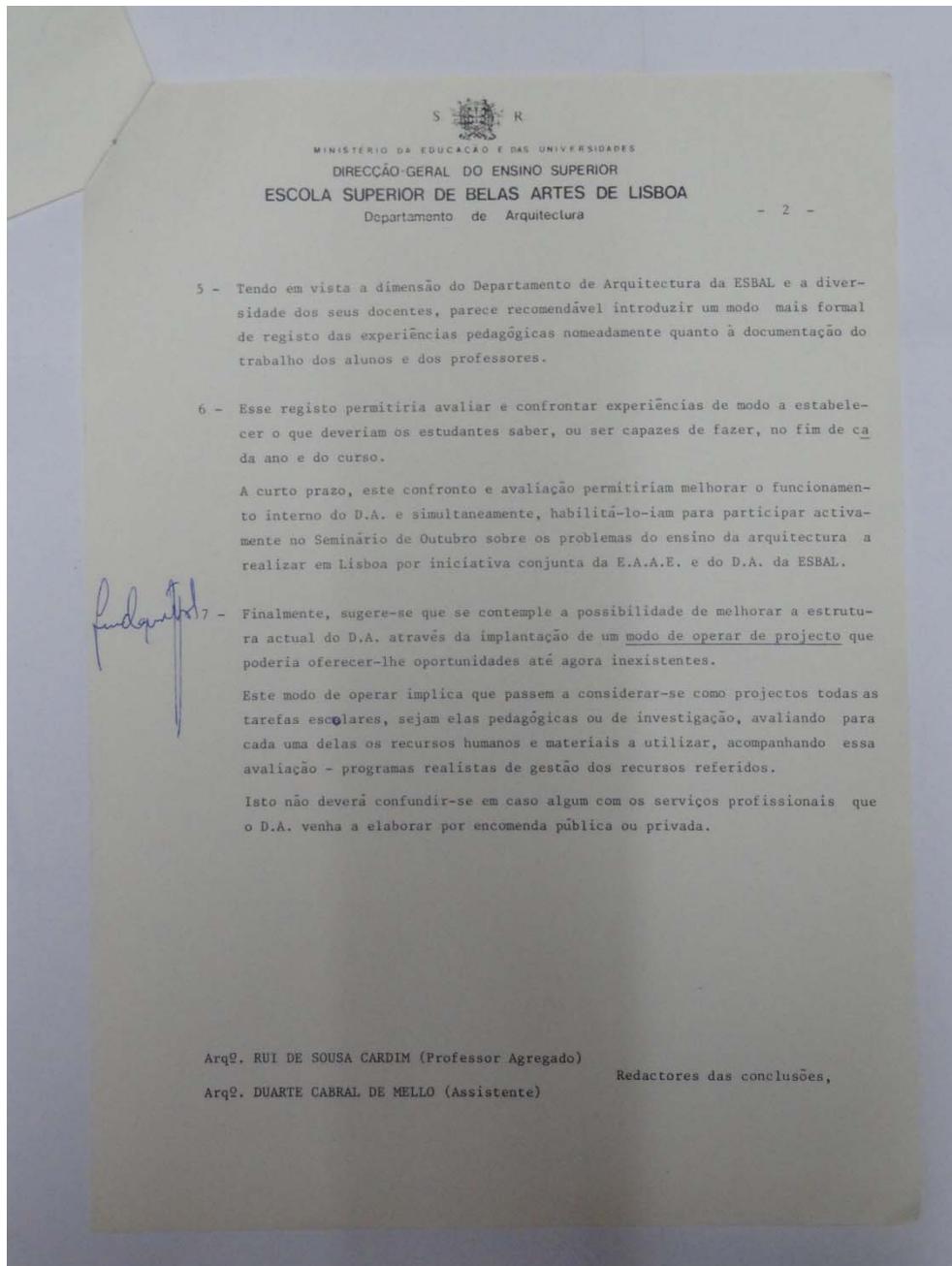




Anexo XX

Conclusões do Seminário "O Ensino da Tecnologia Arquitectónica" (sessão de encerramento a 28 de Janeiro de 1982) por Rui de Sousa Cardim e Duarte Cabral de Mello. [Fundo FAUL]





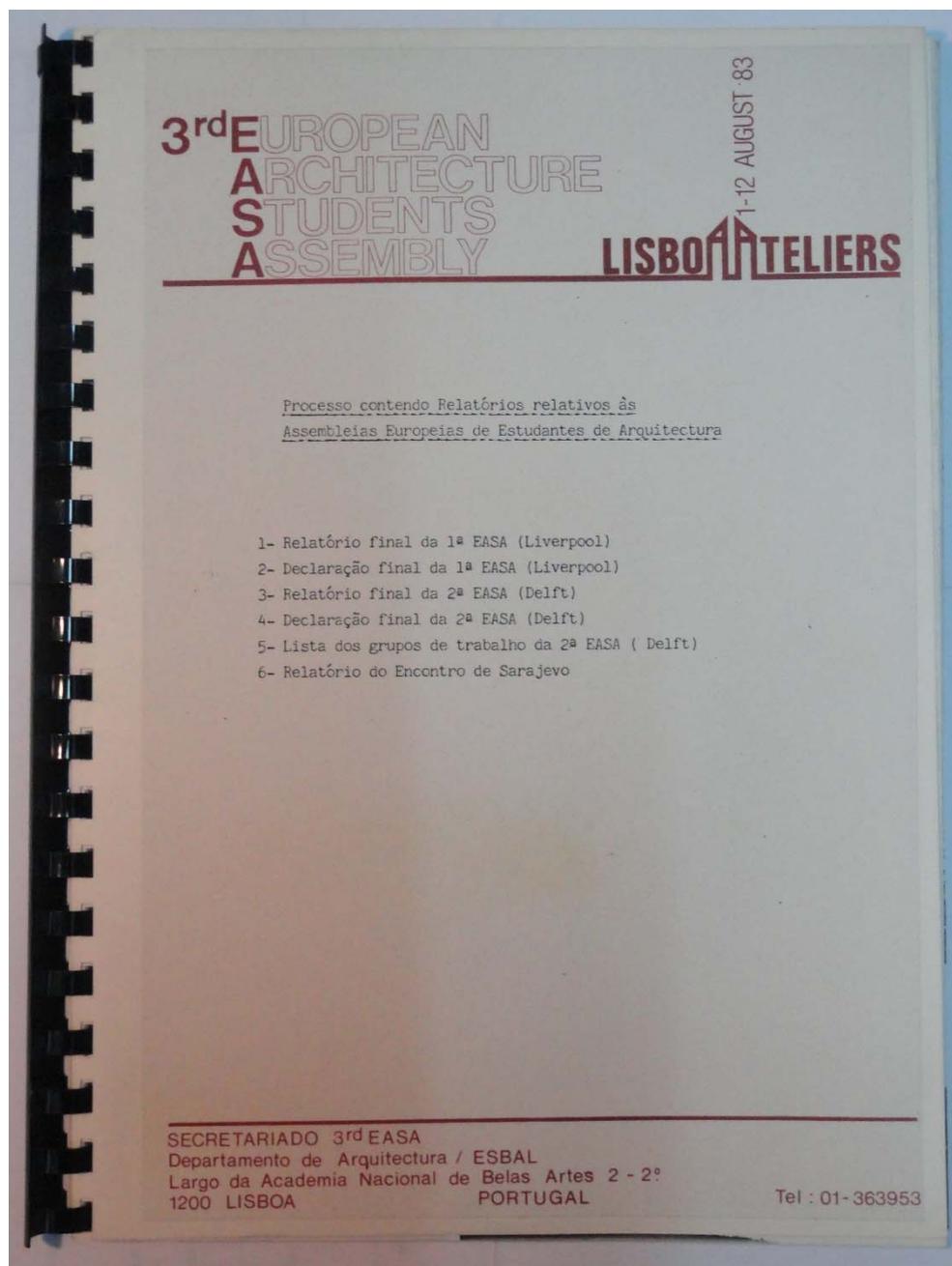
Anexo XXI

Quadro de inscrições para doutoramento na Faculdade de Arquitectura. Anos 80 e 90.
Excerto. [Fundo FAUL]

N O M E S	CURSO E DATA DE INSCRIÇÃO	D O U T O R A M E N T O		ANOS C/ ASSIST.	ANOS C/ DOCTOR.
		T E M A	O R I E N T A D O R		
José Gabriel Viana de Sousa Moraes	Arquit. 15 18-10-88	"Organização Especial da Costa Vicentina, Estrutura e Forma para um modelo urbano de desenvolvimento"	Prof. Aq. Arq. Trófa Real	02-12-88	15-02-89
José Luís do Rosário Garrido da Silva	Arquit. 15 27-02-84	"A Arquitectura é um Arte - Teódo Lianite"	Prof. Aq. Tomás Taveira	28-02-86	06-04-87
Josefa José Ferrão de Oliveira Brazzini	Arquit. 14 22-03-84	"Projeto Clássico de Arquitectura"	Prof. Aq. Augusto Pereira Brandão	13-08-85	24-11-86
José Vasco Dória de Moura	Arquit. 19 07-11-84	"A Arquitectura e o Desenvolvimento Comunitário em Portugal"	Prof. Aq. Augusto Pereira Brandão	cl	24-11-86
José Luís Pereira Loureiro	Arquit. 15 13-01-88	"O Ensino da Arquitectura na Faculdade de Arquitectura (UL/FA) - Perspectivas para uma Metodologia"	Prof. Aq. Augusto Pereira Brandão	31-10-88	26-07-88
José Manuel Pires Castanheira	Arquit. 15 25-07-87	"O Lugar do Espectáculo"	Prof. Aq. Trófa Real	01-12-89	26-7-90
Leonor de Andrade Duarte Ferreira	Arquit. 14 05-01-88	"Origens da Forma, Elementos da Forma Arquitectónica"	Prof. Aq. Augusto Pereira Brandão	22-04-90	

Anexo XXII

Processo contendo Relatórios relativos às Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura. (datas diversas). Capa. [Fundo FAUL]



Anexo XXIII

Fotografias do encontro EASA em Delft, Holanda, em 1982. Selecção. [Fundo AEFA]





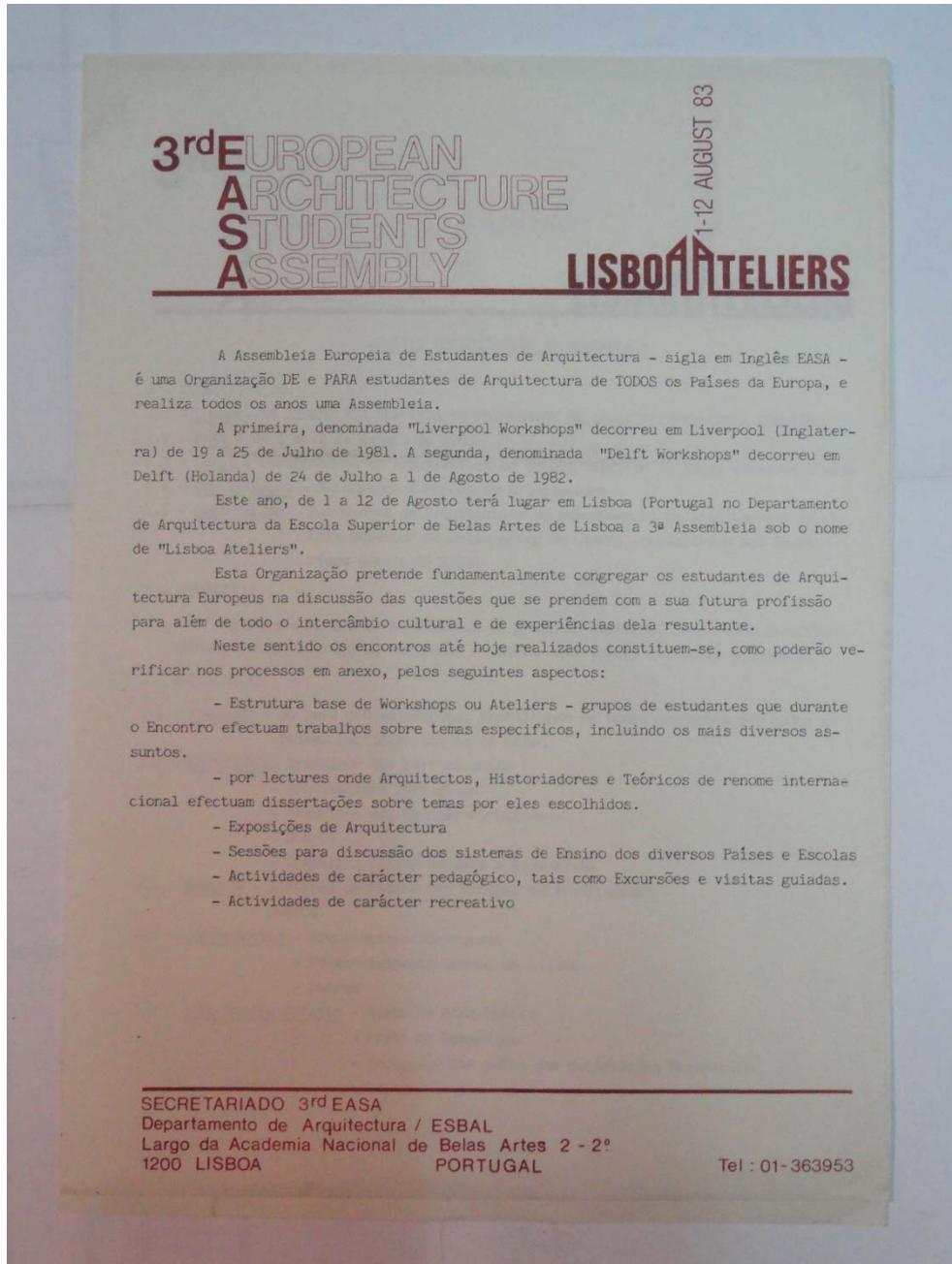
Anexo XXIV

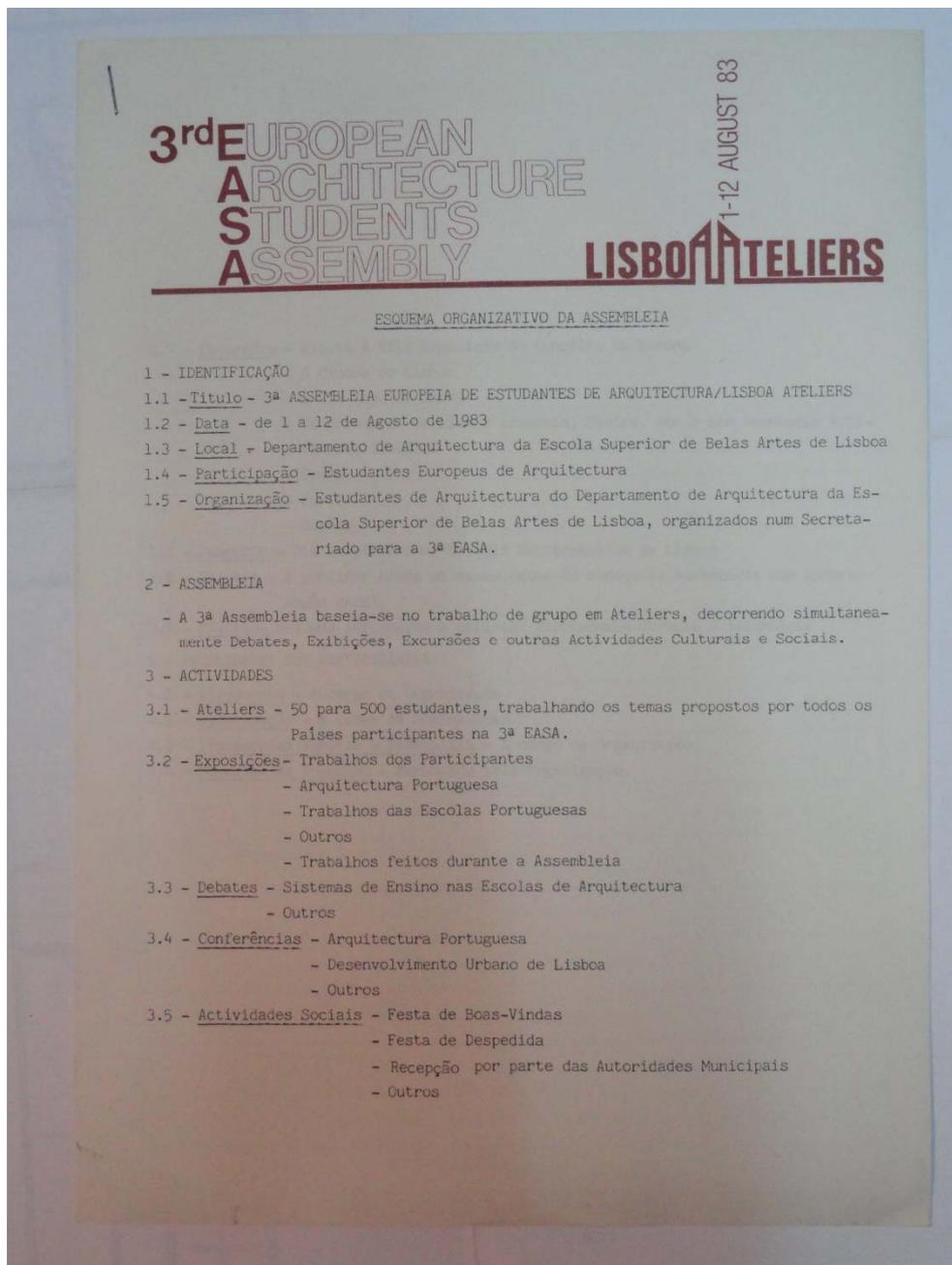
Fotogramas do videograma do 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. Selecção. [Fundo FAUL]

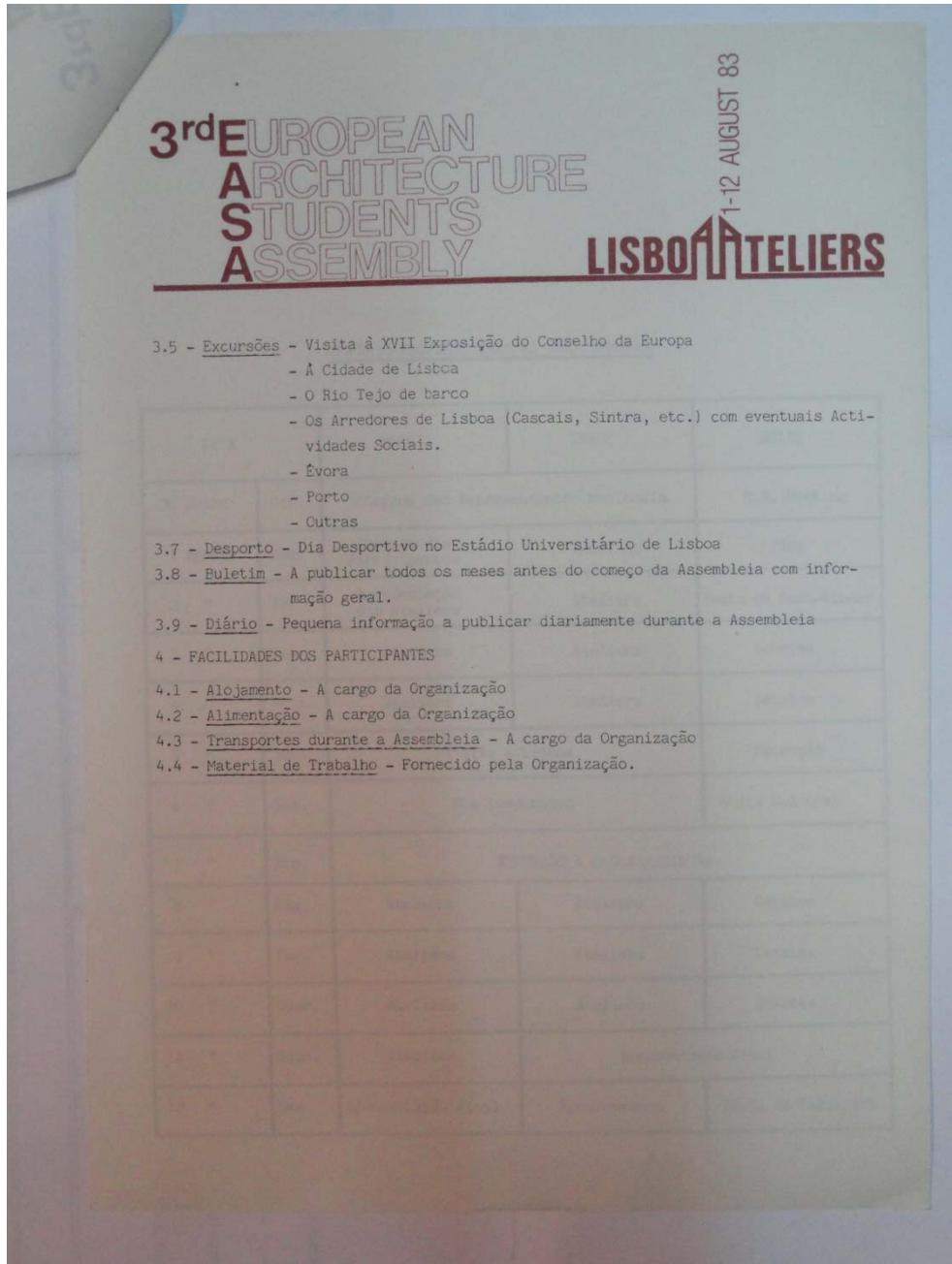


Anexo XXV

3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. *Lisboa Ateliers*. Programa. [Fundo FAUL]







1-12 AUGUST 83

3rd EUROPEAN ARCHITECTURE STUDENTS ASSEMBLY LISBOA ATeliers

HORÁRIO PROPOSTO PARA AS DUAS SEMANAS

DATA		MANHÃ	TARDE	NOITE
30 Julho	Dom.	Chegada dos Representantes Nacionais		N.R. Meeting
1 Agosto	Seg.	Chegada dos Participantes	ABERTURA	LIVRE
2 "	Ter.	Apresentação dos Ateliers	Ateliers	Festa de Boas-vindas
3 "	Quar.	Ateliers	Ateliers	Debates
4 "	Quin.	Ateliers	Ateliers	Debates
5 "	Sex.	Visita a Lisboa		Recepção
6 "	Sab.	Dia Desportivo		Noite Cultural
7 "	Dom.	EXCURSÃO A CASCAIS/SINTRA		
8 "	Seg.	Ateliers	Ateliers	Debates
9 "	Ter.	Ateliers	Ateliers	Debates
10 "	Quar.	Ateliers	Ateliers	Debates
11 "	Quin.	Ateliers	Apresentação Final	
12 "	Sex.	Apresentação Final	Encerramento	Festa de Despedida

Anexo XXVI

3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. *Lisboa Ateliers*. Bulletin. [Fundo FAUL]

nº 1
2nd year
january 83

EASA bulletin

EDITOR: SECRETARIADO 3rd EASA Dep. Arquitectura/ESEAL Lg. Academia Nacional Belas Artes 2-2ª 1200 LISBOA
TEL 01 - 363953 PRODUCTION: Helena Correia, António Costa, Victor Reis, Sérgio Sousa, Joana Zúquete COLLABORATION: Margarida Belchior, Lurdes Correia, Manuela Gregório, Geoff Haslam, Virginia Rodrigues, Tejo Van Rooijen

LISBOA MAIL

Dear Friends,

This is the first EASA Bulletin, on it 2nd year, edited by Architecture Students Organizers of the: 3rd EUROPEAN ARCHITECTURE STUDENTS ASSEMBLY/LISBOA ATELIERS during next Summer, from 1 to 12 August, we are waiting at the Architecture Department of the Fine Arts Superior School of Lisboa by some hundreds of fellow-students coming from all the Europe to few days of working together.

After Liverpool in 81, and Delft in 82, Lisboa will be the meeting point to all those that believe its possible to have different learning conceptions, through exchange of ideas, workgroup, with open mind and having fun.

We think that Lisboa, will be an wonderful field to exercises and experiences to all those that will work at ours Ateliers. The Ateliers will be constituted by small groups of students gathered under the an idea/theme. The themes are not obliged to follow the Assembly general theme: "Social Spaces", and we want that the proposals can be very interesting.

Through this Bulletin we want to spread the 3rd Assembly/Lisboa Ateliers and all the EASA ideas, and we hope that it can be a link among European Architecture Students.

We are open to publish all contributions coming from you. Don't forget if you have any kind of material, sketches, talks, news, ... that you think can interest your fellow-students, will be welcome.

This number already have contribution from Geoff and Tejo, that belonged to the Organizers of the Liverpool and Delft Workshops.

About the 3rd Assembly/Lisboa Ateliers I can tell you that however a small late, all the National Representatives already have a complete Organizational Scheme and you probably heard some about our foreseen activities to those days.

The activities will include the Ateliers, Exhibitions, Lectures, Debates, Social Activities as Parties, Visits, ...

We think that in few days a new Bulletin will be printed with material received from our friends all around Europe.

This number have a graphic work on Lisboa Urban Frame and our School.

It's all by now.

Regards

Sérgio Sousa

The European Fraternity Rides On

It's quite some time since we were all together in Delft. Since the summer I have found my list of participants very useful and I felt it important to write a few notes about what I have been doing. I hope that this might inspire others to write about any European contacts that they may have made.

Two years ago I attended a European Conference for Salaried Architects here in England. The Salaried Architects Group-SAG are organising a second conference in Copenhagen and they have asked me to supply them with addresses of the people at Delft since many of them, like me, will now have finished their studies. I should point out that the Salaried Architects Group represents the 70% of members of the RIBA who work for other architects or Government agencies. You will soon be receiving a letter from them.



More recently I was approached by John Turner who is well known in this country for his work in the Third World Countries on housing for poor communities. His philosophy is one of self-help. In other words the architect assists people to build their own houses.

He has been invited by the Union Internationale des Architectes to set up a competition for architecture students throughout the world. I have given the

page 2

LISBOA ATELIERS

1-12 AUGUST 83
SECRETARIADO 3rd EASA

UIA

Anexo XXVII

Notícia no *Jornal Arquitectos* acerca d'“A 3ª Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura – EASA”. Edição de Out/Nov/Dez 1983.

informação

A 3.ª Assembleia do Encontro Internacional de Estudantes de Arquitectura – EASA

— De 1 a 12 de Agosto, Lisboa teve hóspedes especiais da família da Arquitectura, eram eles 520 estudantes que vieram participar na 3rd. European Architecture Students Assembly/Lisboa Ateliers.

— Funcionando em pequenos grupos que seguiam uma das 50 propostas de trabalho, alguns meses antes formuladas, espalharam-se por Lisboa e arredores, pesquisaram e não raro descobriram pedações de uma vivência única que só esta manita de retalhos que Lisboa é, lhes podia oferecer.

— Era esse proporcionar de descoberta da grande Lisboa uma das razões que se reforçou a ideia base de conhecimento mútuo, trabalho conjunto e troca de experiências mesmo no campo do ensino, e aprendizagem da Arquitectura e que já esteve na origem dos anteriores eventos em 1981 em Liverpool e em 1982 em Delft.

— Baseada numa estrutura informal, que se estende por quase toda a Europa, a organização central e coordenação de informações foi centrada em Lisboa, através de um Secretariado que funcionou nas instalações do Departamento de Arquitectura da ESBAL.

— Foi necessário estabelecer inúmeros contactos com instituições e personalidades nacionais e estrangeiras, manter um constante fluxo informativo e coordenar as propostas de várias ordens surgidas. Foi editado um poster alusivo, publicou-se um Boletim mensal de divulgação, e um Prospectus de apresentação de propostas de trabalho, o que aliado a outro tipo de informação de carácter mais específico para os representantes em cada país permitiram a participação pela 1.ª vez de colegas da Bulgária, Roménia, Turquia e Grécia, que se vieram juntar aos da Fran-



Tejo, aos Concelhos de Amadora, Sintra e Cascais, à 17.ª e a Lisboa acompanhando a sua evolução e no final a Evora e ao Porto.

— Naturalmente durante a Assembleia, a equipa do Secretariado seria reforçada nas suas tarefas de organização por cerca de 40 estudantes, para além dos funcionários da ESBAL/DA e ainda com alguns arquitectos que apoiaram os grupos de trabalho com Pedro Vieira de Almeida, Michel Pereira, Troufa real, Luis Bis-sau, Zica Perdigão, Manuel Couceiro, Nuno Antunes, Formozinho Sanchez, Margarida Lobo, Adalberto Tenreiro e Bárbara São Miguel.

Durante a Assembleia foi publicada uma folha de informações, o «Círculo», e foi possível providenciar um certo número de facilidades para além de alojamento e de alimentação que a título de exemplo assinaláramos o funcionamento da Papeleria da Associação de Estudantes e uma Exposição/Venda de livros enviada pela Livraria Letura do Porto e para lá dos habituais cartazes e autocollantes houve também camisolas e medalhas comemorativas.

— Procedeu-se actualmente à impressão do Livro referente à 3.ª EASA/Lisboa Ateliers e também à montagem final de um Video, que servirá como divulgação com vista ao futuro.

— Ainda em Lisboa surgiram várias propostas para a continuação do processo das Assembleias Europeias de Estudantes de Arquitectura, e seria no final de Novembro durante o Meeting de Malta que os representantes dos vários países, incluindo Portugal, decidiram que a 4.ª EASA será realizada no próximo Verão em Aarhus na Dinamarca.

Texto Sérgio Sousa
Fotos Jódica da Costa

ça, Inglaterra, Irlanda, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Alemanha Federal, Bélgica, França, Suíça, Áustria, Polónia, Yugoslávia, Itália, Malta, Holanda, Hungria, Espanha e Portugal.

— O funcionamento da 3.ª EASA/Lisboa Ateliers teve como espinha dorsal, os grupos integrando ateliers que de uma forma mais ou menos teórica, ou mais ou menos prática se debruçaram sobre temas de Arquitectura e Planeamento, aproveitando como modelos situações concretas existentes em Lisboa e arredores, de que poderia citar como exemplos, as intervenções da 17.ª, nomeadamente a Casa dos Bicos, e a zona da Amadora.

— Mas se os grupos de trabalhos, os Ateliers, eram a base estrutural, foram acompanhados por inúmeras actividades complementares, como Exposições de Arquitectos Portugueses com cerca de 50 presenças, Arquitectura Britânica, Câ-

mara Municipal de Lisboa com o apoio de um diaporama, Câmaras Municipais de Loures e Almada, para além de trabalhos de Estudantes e dos trabalhos realizados.

— Conferências e Debate onde foi possível ouvir alguns dos nomes mais importantes da Arquitectura Portuguesa Contemporânea como Manuel Vicente, Domingos Tavares, Nuno Teófilo Pereira, José Manuel Fernandes, Tomás Taveira e entre os restantes assinalaria as intervenções de Yugoslávia, Turquia, Roménia e Bulgária.

— Actividades Sociais: como a Recepção oferecida pela Câmara Municipal de Lisboa, as festas de Boas-Vindas e de Despedida e pela 1.ª vez uma Noite Cultural.

— Visitas e Excursões para além daquelas que cada grupo realizou por sua conta, as programadas foram o Passeio pelo



publicidade grátis

CATÁLOGO DAS ROCHAS ORNAMENTAIS
Deseja partime num atelier de arquitectura
João Martins Serrano
R. Cidade da Praia 343 2.º Esq.
1800 LISBOA
Tel: 312612

Direcção-Geral de Geologia e Minas
Rua António Enes, 7 — 1000 LISBOA

Serviços Geológicos de Portugal
Rua Academia das Ciências, 19-2.º — LISBOA

Laboratório da Direcção-Geral de Geologia e Minas
Rua da Amieira, 4466 — S. MA-ME-DE INFESTA

Estudante ESBAL
• 2.º ano
Deseja partime num atelier de arquitectura
João Martins Serrano
R. Cidade da Praia 343 2.º Esq.
1800 LISBOA
Tel: 312612

ARQUITECTO PROCURA TRABALHO
Centro de profissão em empresa ou atelier
Residência: Av. João Crisóstomo n.º 20, 2.ºDt.º. Tel. 563554.

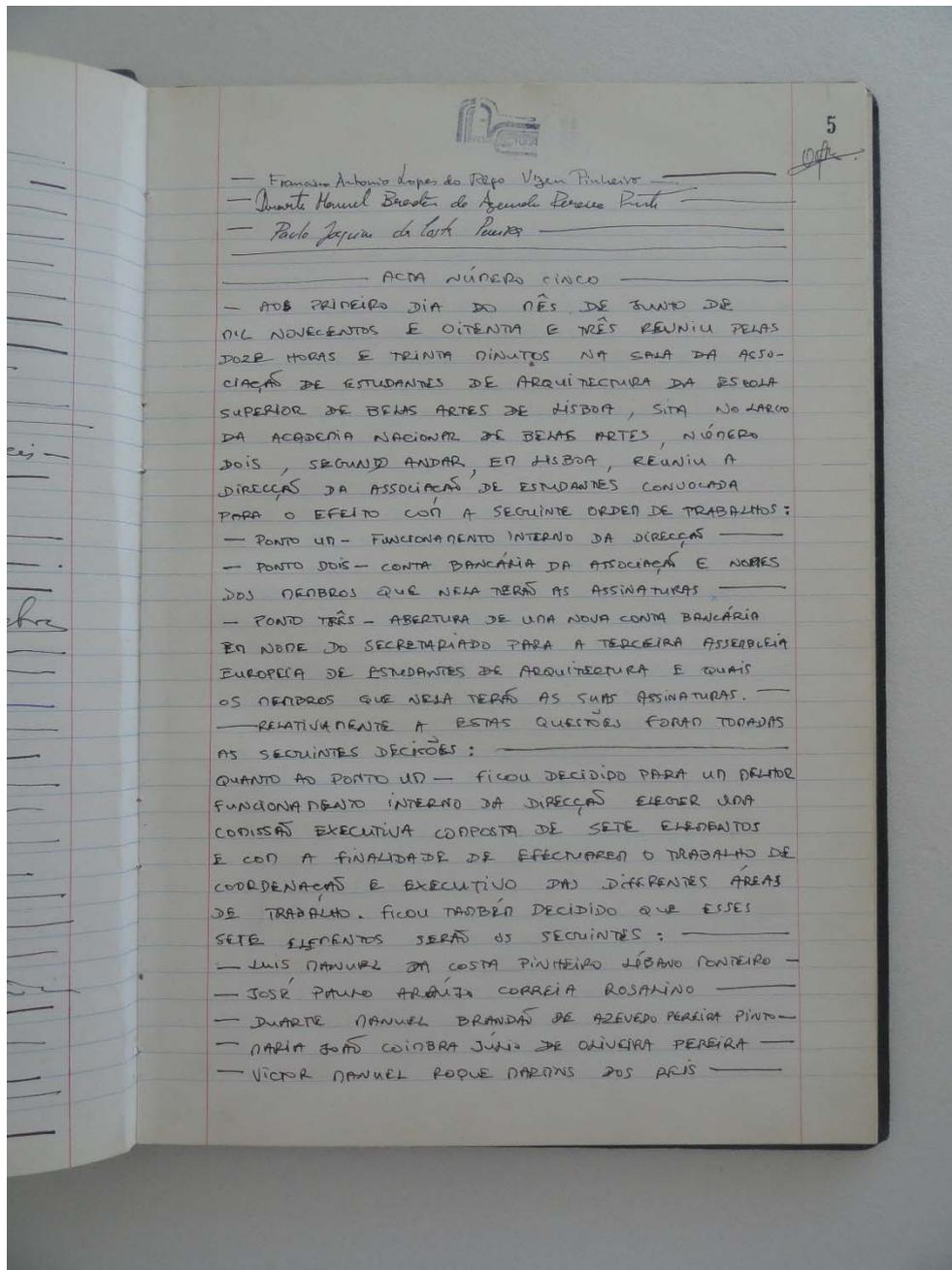
FABRICADO EM PORTUGAL

SPACA
STOKI
SATEK
MELIOTEX
marvex
LIMA MAYER

Fabricamos porque SABEMOS O QUE MAIS PRECISAI!

Anexo XXVIII

Acta número cinco do Livro de Actas da Associação de Estudantes do ano de 1981. Primeira página. Refere abertura de conta bancária para efeito de organização do 3º encontro EASA em Lisboa, em 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XXIX

Fotografias da Exposição dos Arquitectos Portugueses no 3ª encontro EASA em Lisboa, em 1983. [Fundo AEFA]



Anexo XXX

Notícia de Sérgio Sousa no *Jornal Arquitectos* com o título "É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal". Edição de Out/Nov/Dez 1983.

prática profissional

É difícil ser estudante de arquitectura em Portugal

— Quem são, o que procuram, como vivem?
 — O que encontram, quem lho dá, como são aceites?
 — Os alunos destas perguntas, são os estudantes ditos de Arquitectura; Arquitectura em cujo ensino é aprendizagem de uma predominância do sentido vocacional, mas não confundir isto com defesa de um certo exame de aptidão, e que hoje em dia, por obras e artes de uma situação social e estudantil concreta, se vê reduzida a veículo de carreira mais ou menos auspiciosa socialmente, já que está na moda.
 — Conscientemente ou não, vão na generalidade esses estudantes alheando-se do fenómeno que os criou e eles alimentam, transformados em máquinas de fazer notas, onde um bom apoio económico é factor decisivo para elevar médias e obter o cobizado lugar no roteiro do *numerus clausus*.
 — A primeira selecção, fortíssima aliás, está pois feita, os que de uma forma ou outra se salvaram, vão chegando ao patamar da Arquitectura cada vez mais novos, e pior, cada vez mais mecanizados mentalmente, e que obtido o direito de se matricularem, aspiram a receber uma formação profissional.
 — Será isso que se passa, ou no essencial a Escola pouco forma não corrigindo e reconhecendo suficientemente os seus discentes, antes servindo para acentuar mal-formações já existentes.
 — As Escolas de Arquitectura, enfermam dos males gerais da Educação, nomeadamente da insuficiência e inadequação das instalações, inexistência de material didáctico e de apoio, e mesmo insuficiência orçamental.
 — Não são algumas entrevistas ou discursos sonhadores que alteram a dura realidade, como não são projectos pouco maduros que podem alterar de forma significativa a Escola e a forma de a habitar.
 — Como não pensar assim, quando faltam os espaços, salas e zonas de trabalho, para os alunos existentes de forma a que o ensino tenha uma qualidade pedagógica mínima, sem prejuízo do actual regime horário; nem será preciso falar das qualidades acústicas e de iluminação natural e artificial das existentes.
 — Onde está o mobiliário mínimo para equipar as salas; que fazer sem estradores, painéis, mesas de apoio a armários para não falar de cadeiros de estrador. É o restante material de apoio didáctico como projectores, retroprojectores, etc., os poucos que existem estão por vezes adstritos a determinadas pessoas e funções e não utilizáveis por outrém.
 — É que fazer sem outros espaços como salas de reunião e de estudo, mesmo anfiteatro? Para lá de expansão dos serviços administrativos, cada um tenta aproveitar os espaços que restam.
 — Mas ensino não são só salas de alunos e professores, são também serviços de apoio de forma a suprirem lacunas e permitindo um maior equilíbrio de meios na aprendizagem.
 — Que dizer quando uma biblioteca nos torna inimiga dos livros porque o seu funcionamento não segue os processos actuais e não possui um horário para os estudantes.
 — E podemos ainda falar de um Centro de Cópia, onde os preços sobem mais do que seria de esperar num serviço desse tipo, no interior duma escola. É a sala de Maquetes mal localizada e que praticamente nunca funciona como tal. Mencione-se ainda, todos aqueles laboratórios anunciados, entrevistas e discursos e que nunca apareceram. E já agora uma última nota, já que os serviços de apoio

existentes nem sempre estão ao serviço dos estudantes, como seria de esperar, mas unicamente da máquina administrativa e dos professores.
 — Falta apoio logístico, poder-se-á pensar que no apoio pedagógico, será diferente, mas poderei dizer que é como a lotaria:
 — Analisando os organigramas oficiais, a estrutura parece consistente e sem grandes problemas já que as coordenações e hierarquizações estão aí inscritas e definidas.
 — Mas logo que o processo se começa a desenvolver verificamos que é oco. Os programas não são definidos a tempo e de forma coordenada, com as inevitáveis repetições de matérias, falta de interdisciplinaridade e quantas vezes, porque não diz-lo, absoluta falta de conteúdo.
 — Procura-se então compensar essas e outras insuficiências com a imposição de elevado ritmo de trabalho o que adicionado à estrutura parece consistente e sem grandes problemas já que as coordenações e hierarquizações estão aí inscritas e definidas.
 — Falta apoio logístico, poder-se-á pensar que no apoio pedagógico, será diferente, mas poderei dizer que é como a lotaria:
 — Analisando os organigramas oficiais, a estrutura parece consistente e sem grandes problemas já que as coordenações e hierarquizações estão aí inscritas e definidas.
 — Mas logo que o processo se começa a desenvolver verificamos que é oco. Os programas não são definidos a tempo e de forma coordenada, com as inevitáveis repetições de matérias, falta de interdisciplinaridade e quantas vezes, porque não diz-lo, absoluta falta de conteúdo.
 — Procura-se então compensar essas e outras insuficiências com a imposição de elevado ritmo de trabalho o que adicionado à megakomania da execução de elevado número de trabalhos, considerando o curto tempo de aulas, não permite nunca um aprofundamento que útil seria.
 — Não bastam pois umas quantas reformas curriculares periódicas, de fachada, quando não existe capacidade para definir conteúdos nem para fazer funcionar as necessárias coordenações verticais e horizontais.
 — Nessa confusão, ressaltam então a falta de imaginação ou de autonomia da maior parte do corpo docente, que se demitem das suas responsabilidades quer na estrutura, quer no ensino ministrado.
 — porque ensinar não é apenas avaliar, mas sim oferecer pistas de pesquisa e acompanhamento pedagógico. E nisso as falhas são gritantes, e será de rever a curto prazo os métodos de recrutamento de docentes. E já agora porque será que alguns se obtinam a obrigar os alunos a seguir as suas preferências estilísticas?
 — Sendo suposto existir uma avaliação continua, é ela interpretada, vezes demais, como entrega periódica de trabalhos ou a realização de testes, já que as discussões com os alunos dos seus trabalhos ou outros temas, muitos professores preferem evitá-las.
 — Raramente somos brindados com visitas de estudo de acompanhamento dos ensinamentos ministrados e se pensarmos em exposições a quem servem elas, à instituição ou aos alunos? Veja-se o que acontece com a exposição anual dos trabalhos dos alunos, qual a sua relação com o processo de ensino e aprendizagem vivida na escola?

— Nenhuma, ou benevolmente muito pequena, prefere-se a fachada e o bonito, à verdade; mas que querem, não se podem mostrar as misérias aos ministros.
 — Terão eles, os que decidem, pensado que tendo os espaços de ensino apertados, por exemplo com um número suficiente de painéis, se poderia criar uma exposição permanente dos trabalhos dos alunos acompanhando a sua execução.
 — Como pode um aluno sentir-se quando é empurrado para trabalhar no exterior do seu espaço de ensino, quando não pode obrigar as coordenações a discutir os seus problemas, e quando assiste a algo como um coordenador marcar aulas teóricas para o período de férias porque durante a aulas estava demasiado ocupado com problemas profissionais extra-Escola.
 — Antes de prosseguir gostaria de clarificar a minha condição de aluno da ESBAL/DA, e que existindo três Escolas actualmente, a ESBAL/DA, a ESBAF e a Cooperativa Arvoze, e que as referências mais precisas estão com ela relacionadas, mas estou certo que alguns dos pontos apontados não são exclusivos seu.
 — Também não é desconhecido o divórcio entre as Escolas, a que não obstam firmidas tentativas de abertura e diálogo, que ao concretizarem-se poderiam frutificar em termos de cooperação reconhecendo e respeitando as suas diferenças existentes quer em termos curriculares, quer em termos institucionais.
 — Esse diálogo pode e deve surgir de uma forma consistente, mas não seria mais correcto por olhar para o nosso interior e reflectir sobre a existência ou não de diálogo entre os corpos em especial, o docente e o discente, e se por exemplo os órgãos de gestão, Assembleia de Representantes (eleita), Conselho Pedagógico (eleito), Conselho Directivo (eleito) e Conselho Científico (não eleito) dão o exemplo ou pelo contrário delegam o seu exercício de forma mais ou menos explícita unicamente no Conselho Directivo ou membro/desse órgão?
 — Porque sem um total assumir de responsabilidade é quase impossível promover a discussão de aspectos do processo educativo de uma forma aberta permitindo e fomentando a participação de toda a Escola.
 — Veja-se por exemplo o processo que originou a transformação da ESBAF/DA em Faculdade de Arquitectura: representa isso uma real evolução para o ensino da Arquitectura ou não passa de uma tardia adopção dos processos de organização norte-Europeus, os mesmos que eles começam agora a abandonar, retomando quanto possível aquiloque nos vamos largar, uma lição fútil com as artes.
 — Mas a mentalidade estrangeirista, obriga, é necessário envolver pelo processo, evitando que se debata de uma forma pública e profunda decisões tão importantes.
 — Porque a dignificação de uma profissão não se atinge com pomposos títulos académicos, mas com uma prática profissional profundamente ética e honesta, e que haveria ser ensinada e vivida na Escola.

Bibliografia

A FORMAÇÃO DOS ARQUITECTOS E O ENSINO DE ARQUITECTURA
 Alguns bibliografia (Biblioteca AAP/SRS)

I — SOBRE A FORMAÇÃO DOS ARQUITECTOS

- Abreu, Ferreira de le Cardoso Pereira, «Novos Campos de Actuação e Responsabilização do Arquitecto — Reflexões Necessárias nas suas Organizações de Classes» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Brandão, Pedro, «Formação, Responsabilização e Identidade» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Cabu, «Conseils à un Jeune Architecte in Architecture en France — Modernité Post-Modernity» Paris, C. G. Pompidou, 1981 (1978)
- Candès, Georges, «La Formation de l'Architecte in Architecture — Formes — Fonctions, 1986
- Chastel, André, «La Formation de l'Architecte et l'Histoire de l'Architecture in Architecture Movement Continuité, n.º 6, 1983
- Cordeiro, António, «Brevés Notas Sobre o Direito de Autor dos Arquitectos» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Fernandes, Indício Peires, «A Necessidade de Especialização do Arquitecto in 1.º Congresso de Arquitectura, Maio/Junho 1948 (1950)
- Gregotti, Vittorio, Território e Formação do Arquitecto, Lisboa, LIA — Sección Portuguesa, 1999 (1953)
- Louvet, Albert, L'Art d'Architecture et la Profession d'Architecte, Paris, Lib. de la Construction Moderne, Ed., s.d., II, Tome 1218
- Moholy-Nagy, Sibyl, «La Fabrication de Non-Architectes» in Architecture Movement Continuité, n.º 10
- Novat, Louis G., «L'Architecte et sa Formation» in Architecture Movement Continuité, n.º 22
- Quenere, Max, «Rôle et Responsabilité de l'Architecte dans la Société Contemporaine in Architecture Movement Continuité, n.º 22
- Silva, Jorge, «O Projecto de Arquitectura Geral» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Tinha, Manuel, «Notas em Defesa do Pequeno Atelier» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Valente, José Pulido, «Os Arquitectos na Sociedade» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- «Bases para um Anteprojecto do Estatuto do Arquitecto — Colectivo da ESBAF» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- «A Formação dos Arquitectos Paisagistas» in Arquitectura, n.º 121-122, Maio-Ag. 1977
- «La Formation de l'Architecte en République Fédérale Allemande in Architecture Movement Continuité, n.º 19
- «Bases Gerais de SAGD sur l'Enseignement avec la Participation d'Architectes — Enseignants des Unités Pédagogiques de la Région Parisienne in Architecture Movement Continuité, n.º 19

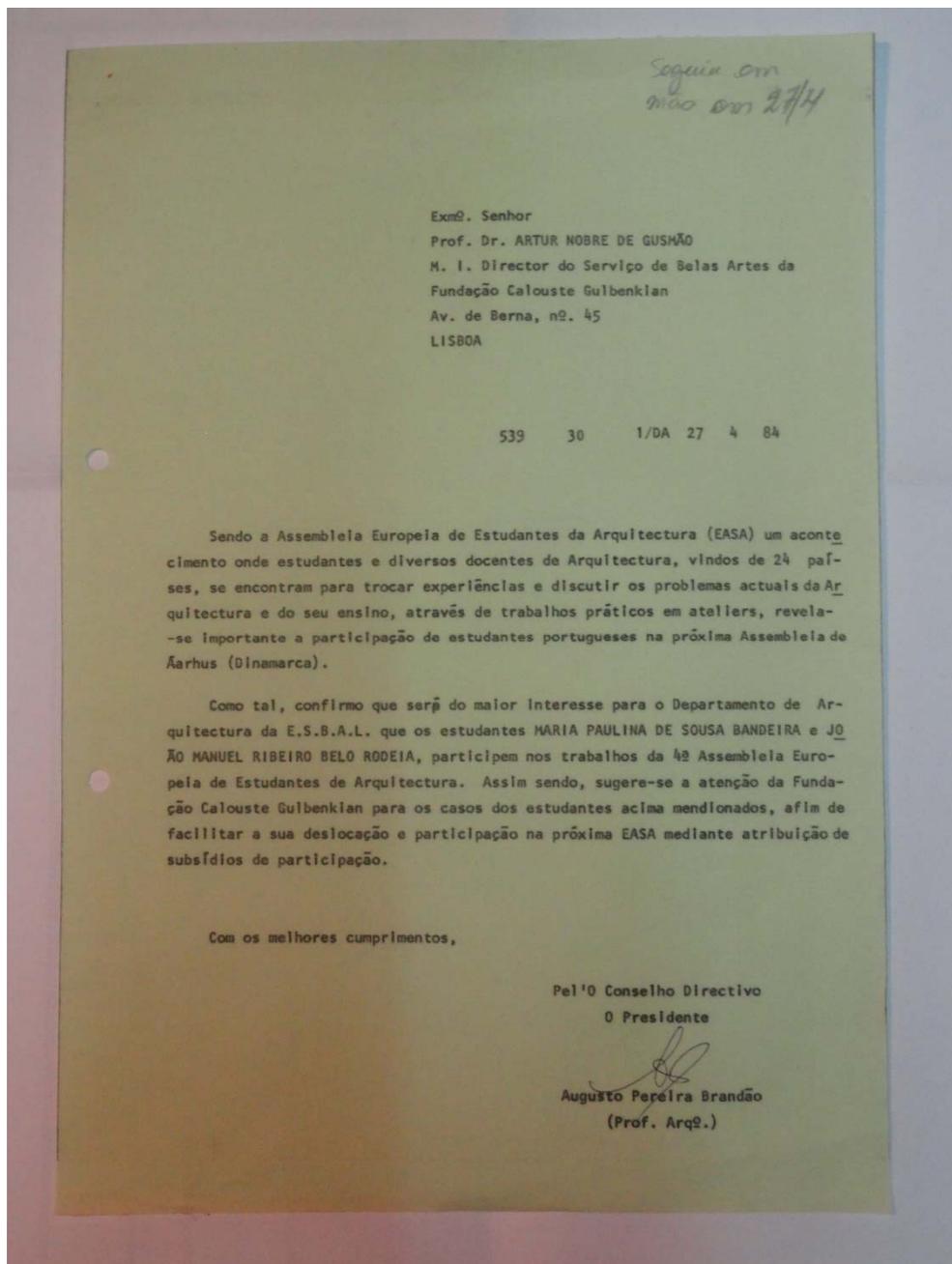
II. SOBRE O ENSINO DE ARQUITECTURA

- Ferreira, Carlos Antero, O Diploma de Arquitecto e os Estágios do Curso de Arquitectura — Livro publicado em «Educação», n.º 145, Out. 1970 e em versão não anotada em Diário Popular, 10 Out 1970 (1964)
- George, Frederico, Considerações Sobre o Ensino de Arquitectura, Lisboa, Ed. Minerva, 1954 (1954)
- Kuthy, Sándor, «Julien Guadet et l'Enseignement de l'Architecture» in Architecture Movement Continuité, n.º 16
- Melo, Cândido Teixeira de le F. Conceição Silva, «O Ensino de Arquitectura em Portugal» in 1.º Congresso de Arquitectura, Maio/Junho 1948 (1950)
- Povo, Ricardo, «Um Ensino de Arquitectura» in Arquitectura, n.º 112, Nov. Dez. 1969
- Somi, Franca, «Carlo Scarpa, Una Façon d'Enseigner» — Cours donné le 20 Fev. 1975 in Architecture Movement Continuité, n.º 50, Dez. 1979
- Tinha, Manuel, «Enseñar a Aprender e Aprender a Criar» 2.º Congresso BI AAP (1978)
- Zilhão, José Manuel F. M. Galhardo, «O Ensino da Arquitectura em Portugal» in 1.º Congresso de Arquitectura, Maio/Junho 1948 (1950)
- Architectural Schools in North America, New York, Assoc. of Collegiate Schools of Architecture, 1973 (1944)
- Bases Gerais — Regime de Estudos 78/79, ESBAF — Sección de Arquitectura (1978)
- «Colloque International — Enseignement et Architecture — 2 et 3 Juin 1978 à Paris in Architecture Movement Continuité, n.º 46, Set. 1978
- «Enseignement de l'Architecture» in l'Architecture d'aujourd'hui, n.º 143, Abril/Maio 1969
- «Rapport sur l'Enseignement de l'Architecture in Architecture Movement Continuité, n.º 46, Set. 1978

Sérgio Sousa

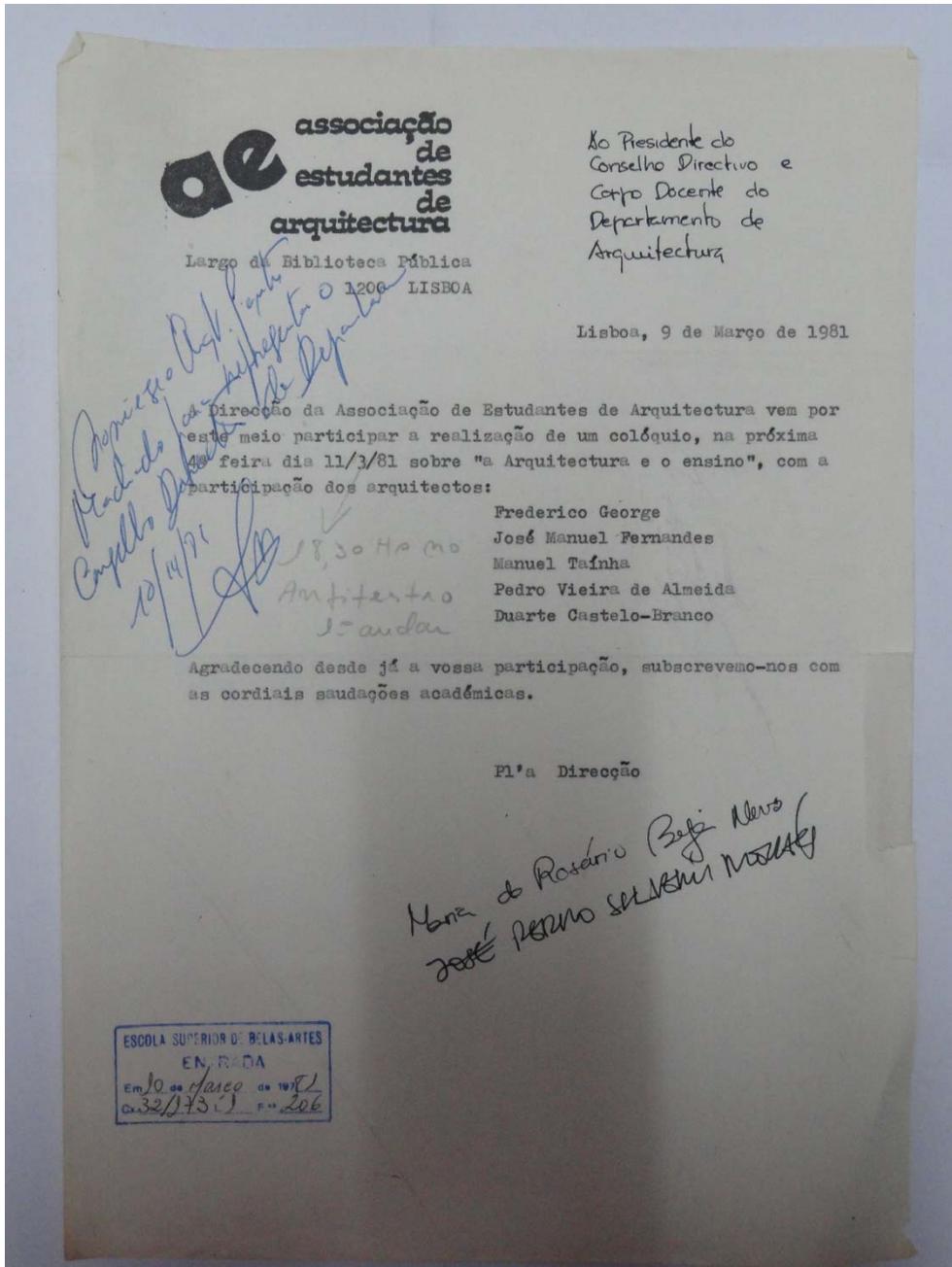
Anexo XXXI

Pedido de subsídios de participação, de Augusto Brandão, à Fundação Calouste Gulbenkian para o envio de dois estudantes ao encontro EASA em Aarhus na Dinamarca. 27 de Abril de 1984. [Fundo FAUL].



Anexo XXXII

Divulgação do colóquio sobre "a Arquitectura e o ensino", da organização da Associação de Estudantes, a ocorrer a 11 de Março de 1981 com a participação dos arquitectos Frederico George, José Manuel Fernandes, Manuel Tainha, Pedro Vieira de Almeida e Duarte Castel-Branco. [Fundo FAUL]



Índice de Anexos Capítulo 4.2

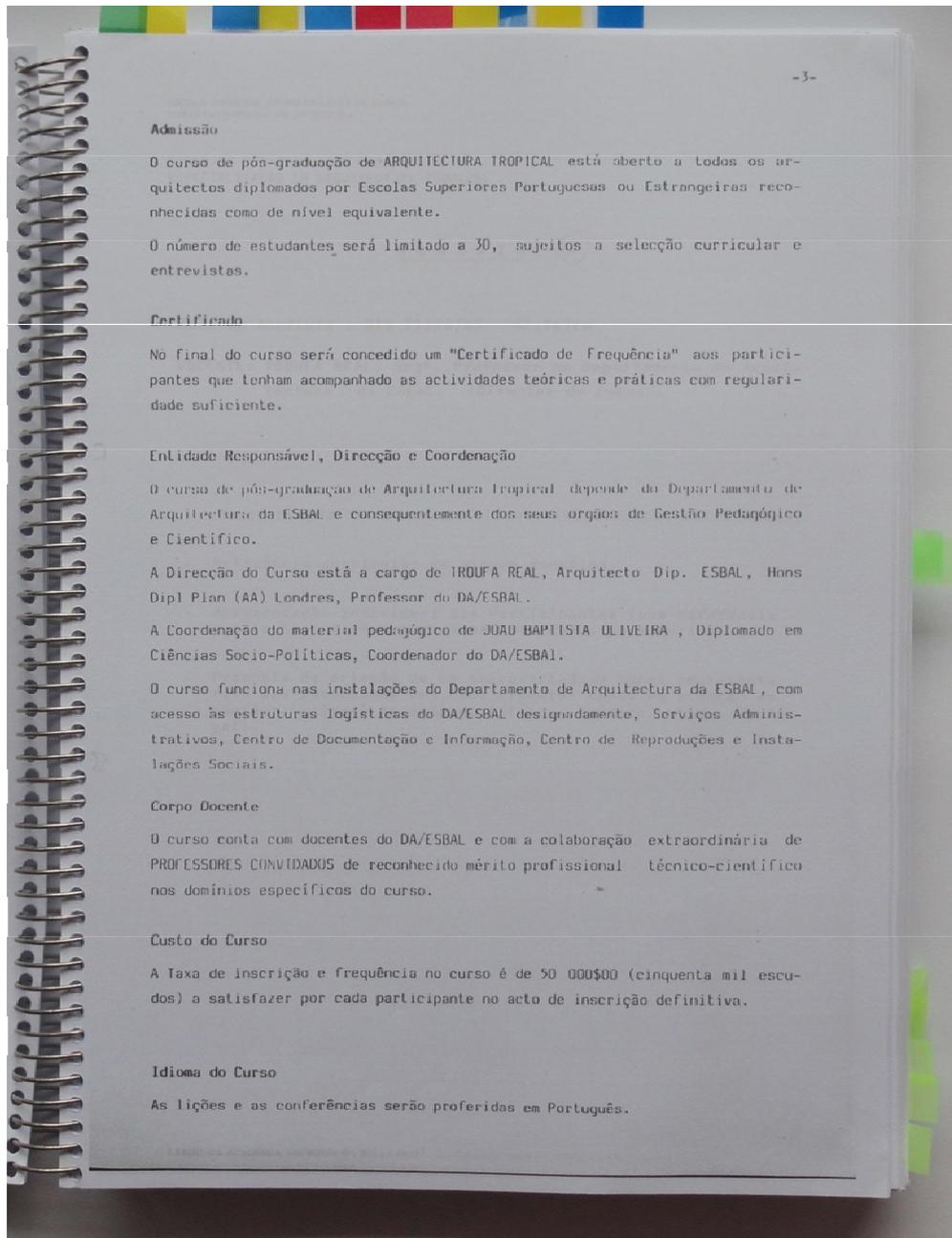
- Anexo I** Excerto de Programa do curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (1983/84). [Arquivo RPR]
- Anexo II** Carta ao Administrador da Caixa Geral de Depósitos solicitando patrocínio/apoio financeiro no valor de um milhão de escudos. 4 de Fevereiro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo III** Carta de Augusto Brandão ao Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que comprova a edição de 1985 [3ª] do curso de pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”. 19 de Dezembro de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo IV** Carta de Augusto Brandão ao Arquitecto Luís Araújo a respeito dos lugares não disponíveis para estudantes do Porto na pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”. 28 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo V** Carta da Embaixada de França a Augusto Brandão referindo as condições de uma colaboração com a Escola no que respeita à pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 19 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo VI** Carta de José Lamas a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 6 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo VII** Carta de Baruch Givoni a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 1 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo VIII** Carta de Jorge Fiori a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical”. 5 de Janeiro de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo IX** Carta de Augusto Brandão ao Administrador do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos a respeito de uma visita de estudo a Cabo Verde integrada no Programa da pós-graduação em “Arquitectura Tropical”. [Fundo FAUL]
- Anexo X** Carta de Augusto Brandão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros informando esta instituição sobre as qualificações do arquitecto Cristóvão Duarte na sequência do curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical”. 25 de Fevereiro de 1985. [Fundo FAUL]

- Anexo XI** Carta de Augusto Brandão a Manuel de Solà-Morales i Rubio renovando o convite para proferir lições no Curso de “Planeamento Urbano”. 27 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XII** Carta de Augusto Brandão a Tomás Taveira solicitando a nomeação de três arquitectos italianos para um Simpósio sobre “Arquitectura Italiana”, bem como alternativas a esses três nomes. 30 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XIII** Carta de Tomás Taveira a Augusto Brandão indicando o nome de três arquitectos italianos para um Simpósio sobre “Arquitectura Italiana”, bem como alternativas a esses três nomes. 11 de Setembro de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XIV** Artigo de Tomás Taveira no Jornal *Expresso* (Revista “Actual”) com o título “O movimento pós-modernista já começou”. 1 de Maio de 1982. [Arquivo *Expresso*]
- Anexo XV** Carta de Ricardo Bofill a Augusto Brandão agradecendo e declinando o convite para participar no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ocorrer no DA-ESBAL (Abril de 1982). 16 de Março de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Carta de Robert Venturi a Augusto Brandão agradecendo e declinando o convite para participar no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ocorrer no DA-ESBAL (Abril de 1982). 20 de Julho de 1981. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** Plano de custos a solicitar à Fundação Calouste Gulbenkian para a realização do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982), incluindo despesas discriminadas para cada conferencista previsto. (s.d.). [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** Pessoas e entidades a quem é remetido um convite para estar presente no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ter lugar no DA-ESBAL em Abril de 1982. (s.n.). [Fundo FAUL]
- Anexo XIX** Telegrama do Presidente do Conselho Directivo da ESBAP, José Grade, a agradecer convite e a manifestar impossibilidade de presença na sessão inaugural do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982). 16 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Carta de Charles Jencks a Augusto Brandão a respeito do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982): rectificando as datas da sua ida a Lisboa; informando sobre o assunto que vai tratar; sugerindo a compra de material bibliográfico; e solicitando apoio técnico. 19 de Março de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Carta da Associação dos Arquitectos Portugueses informando a Escola de que irá divulgar as suas iniciativas. 29 de Março de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXII** Carta de Augusto Brandão a Charles Jencks agradecendo a sua visita à Escola, agradecendo a participação da sua mulher e explanando os

- “projectos de colaboração” colocados numa reunião. 29 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIII** Carta de Augusto Brandão a Luís Serpa autorizando a cedência do Anfiteatro da Escola com vista à realização de debates e colóquios; solicitando que todas as colaborações sejam referenciadas; nomeando Michel Toussaint Alves Pereira como coordenador entre o DA-ESBAL e o evento *Depois do Modernismo*. 28 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIV** “Lista de Convidados para a Exposição de Arquitectura” relativa ao evento *Depois do Modernismo* incluída em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** Organigrama das relações entre os organizadores do evento *Depois do Modernismo* incluído em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVI** “Lista de Convidados para os Colóquios” relativa ao evento *Depois do Modernismo* incluída em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVII** Carta de Luís Serpa a Augusto Brandão solicitando “equipe de vídeo” para o registo de colóquio a ser realizado no âmbito da Exposição “Desenhos de Arquitectura”. 12 de Maio de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVIII** Anúncio da pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” na revista *Arquitectura*. Março/Abril de 1983 (edição “Novíssimos”).
- Anexo XXIX** Anúncio da pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” no *Correio da Manhã*. Recorte. (s.n.). 23 de Novembro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXX** Aviso da Escola acerca da impossibilidade de Aldo Rossi estar presente no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982), como previamente anunciado. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXI** Programa do evento *Depois do Modernismo*. Inclui a programação dos colóquios. 1983. [Arquivo NMS]
- Anexo XXXII** Carta timbrada assinada por Luís Serpa enviada ao Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, agradecendo o seu apoio no evento *Depois do Modernismo*. 18 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXIII** Carta da Direcção da Secção Regional Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses (assinada por Michel Toussaint Alves Pereira) a Augusto Brandão solicitando painéis para a Exposição Nacional de Arquitectura, bem como lista de recém-licenciados. 14 de Janeiro de 1986. [Fundo FAUL]

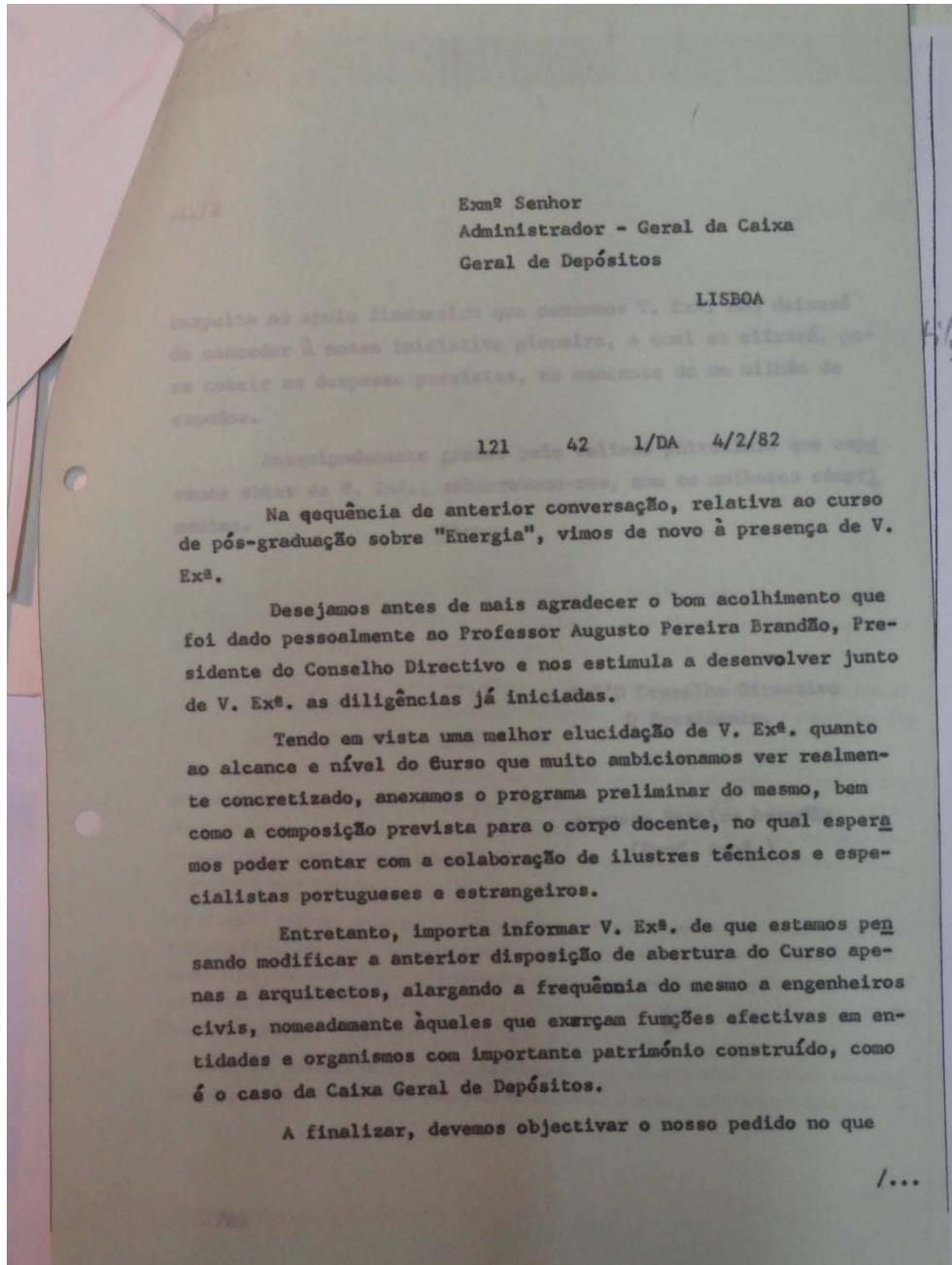
Anexo I

Excerto de Programa do curso de pós-graduação em “Arquitectura Tropical” (1983/84).
[Arquivo RPR]



Anexo II

Carta ao Administrador da Caixa Geral de Depósitos solicitando patrocínio/apoio financeiro no valor de um milhão de escudos. 4 de Fevereiro de 1982. [Fundo FAUL]



.../2

respeita ao apoio financeiro que pensamos V. Ex^a. não deixará de conceder à nossa iniciativa pioneira, o qual se cifrará, para cobrir as despesas previstas, no montante de um milhão de escudos.

Antecipadamente gratos pelo valioso patrocínio que esperamos obter de V. Ex^a., subscrevemo-nos, com os melhores cumprimentos.

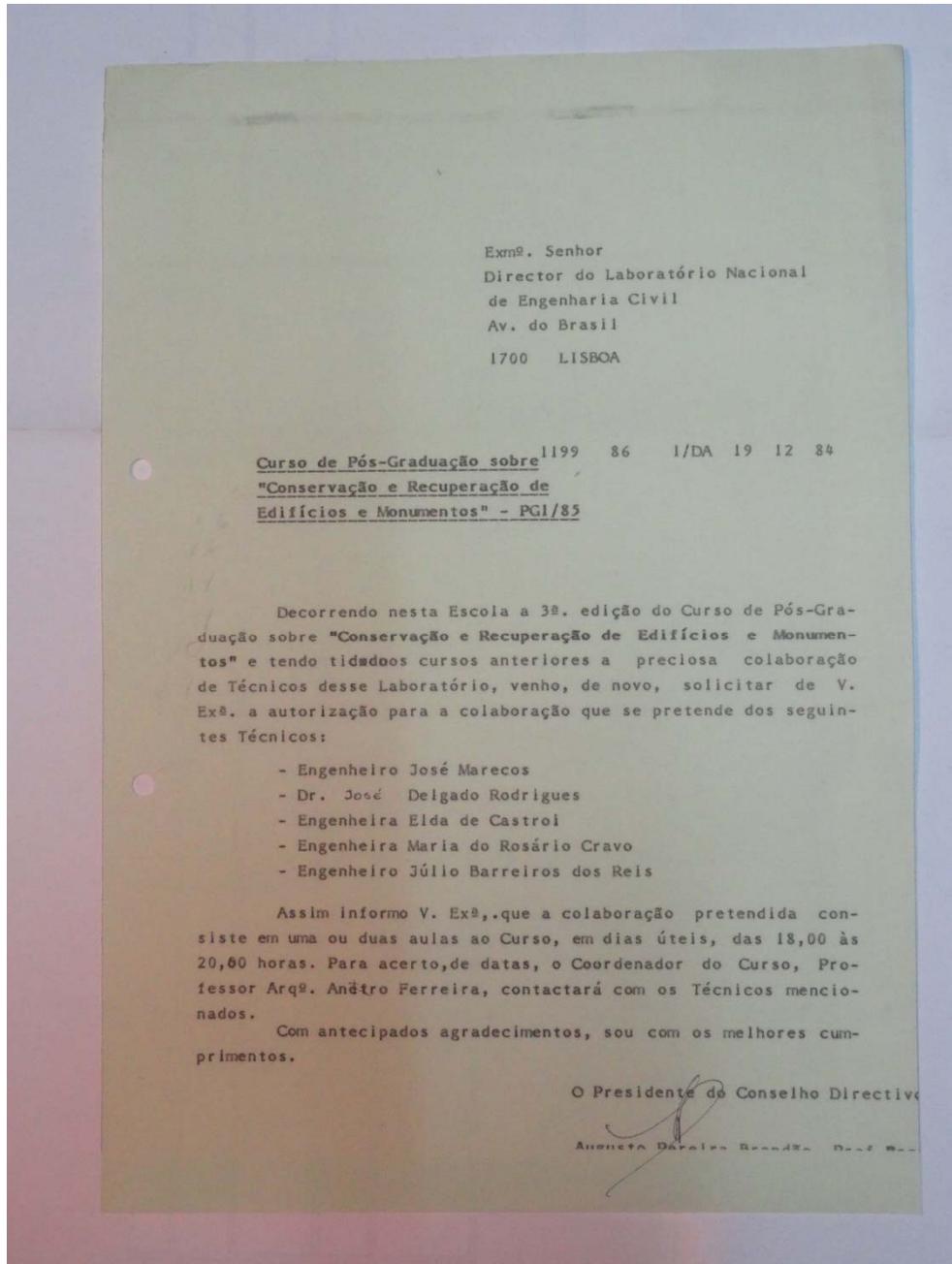
Pel'O Conselho Directivo
O Presidente,

Augusto Pereira Brandão
(Prof. Arq^o.)

/ES

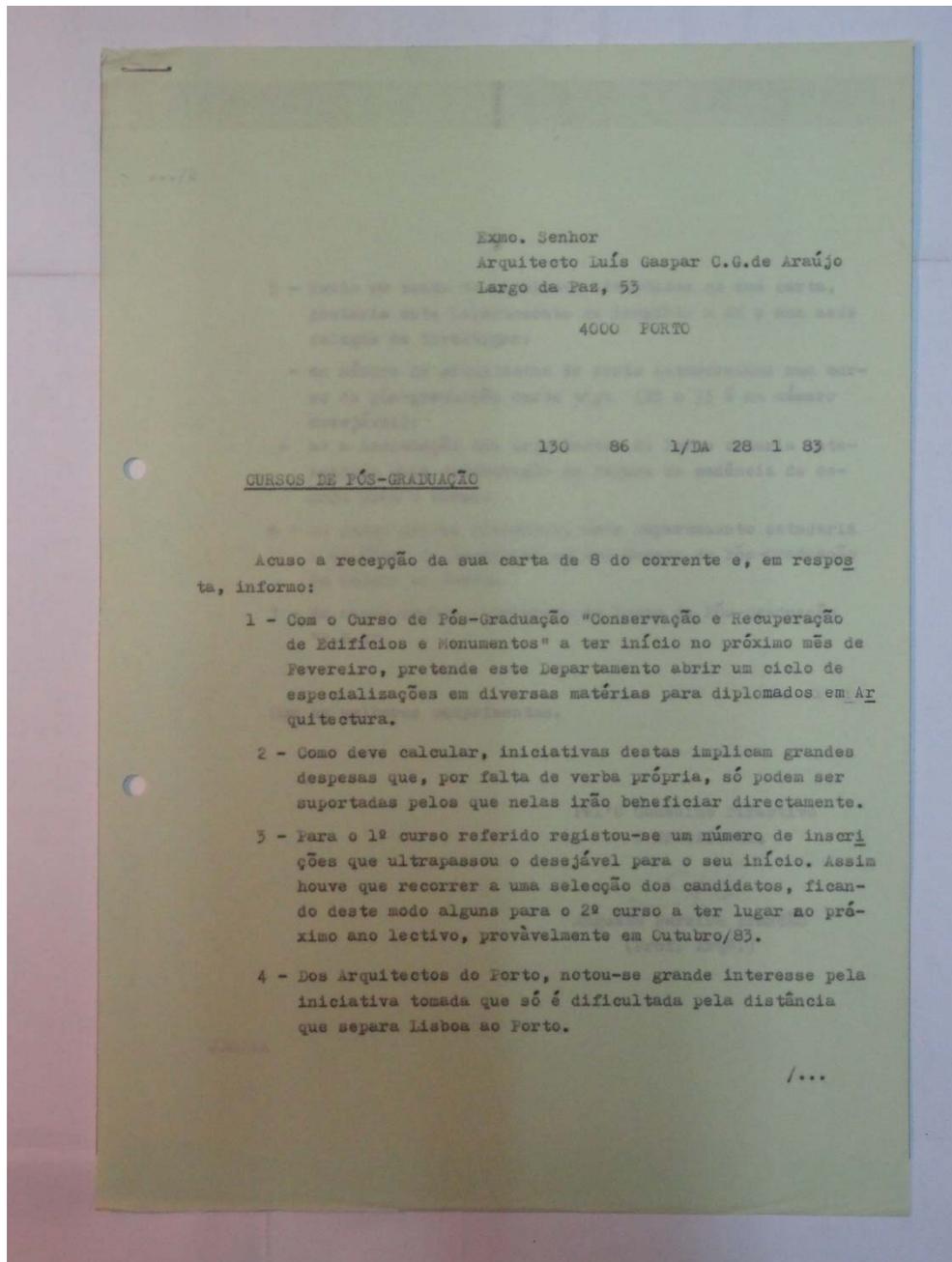
Anexo III

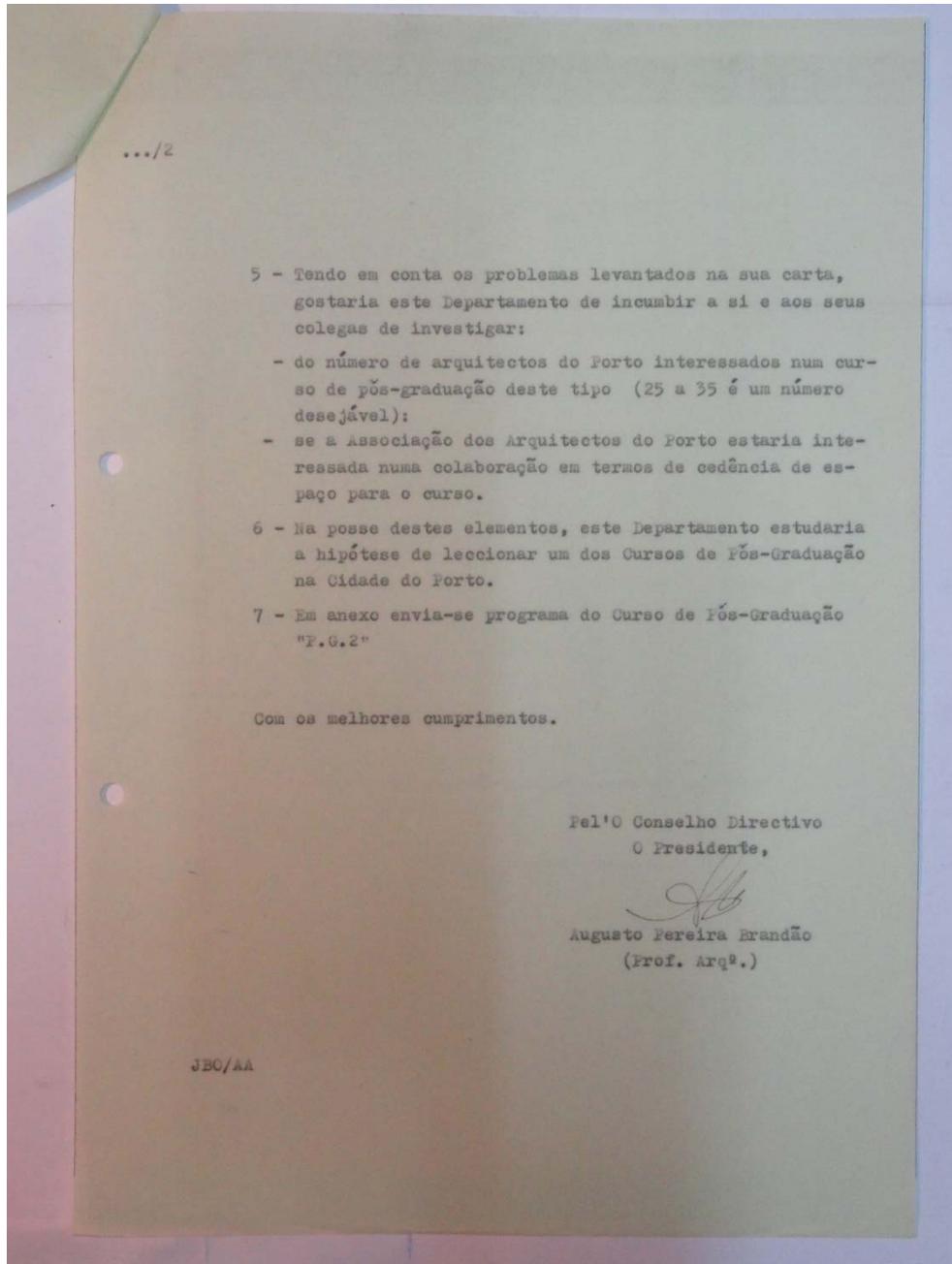
Carta de Augusto Brandão ao Director do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que comprova a edição de 1985 [3ª] do curso de pós-graduação em "Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos". 19 de Dezembro de 1984. [Fundo FAUL]



Anexo IV

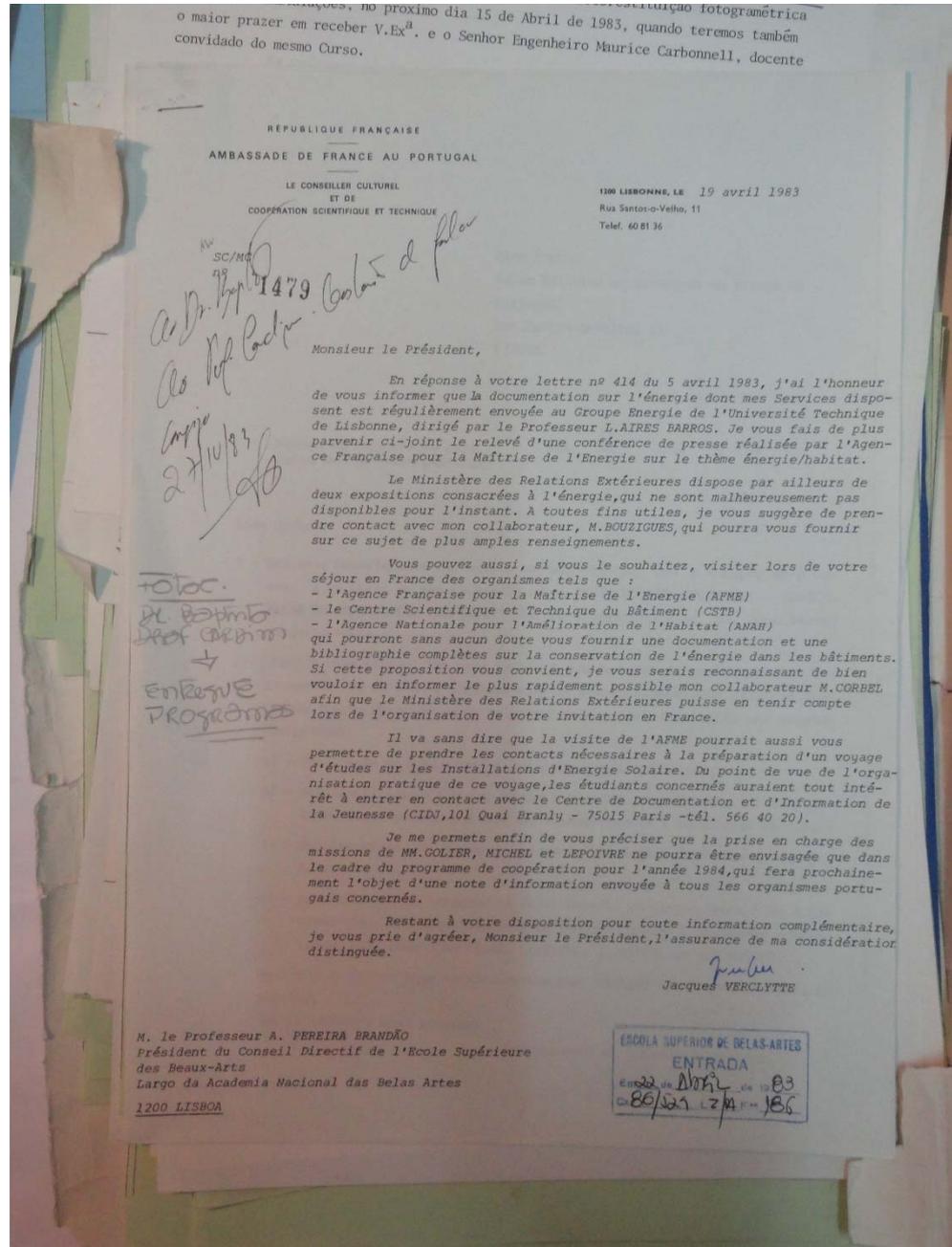
Carta de Augusto Brandão ao Arquitecto Luís Araújo a respeito dos lugares não disponíveis para estudantes do Porto na pós-graduação em "Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos". 28 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]





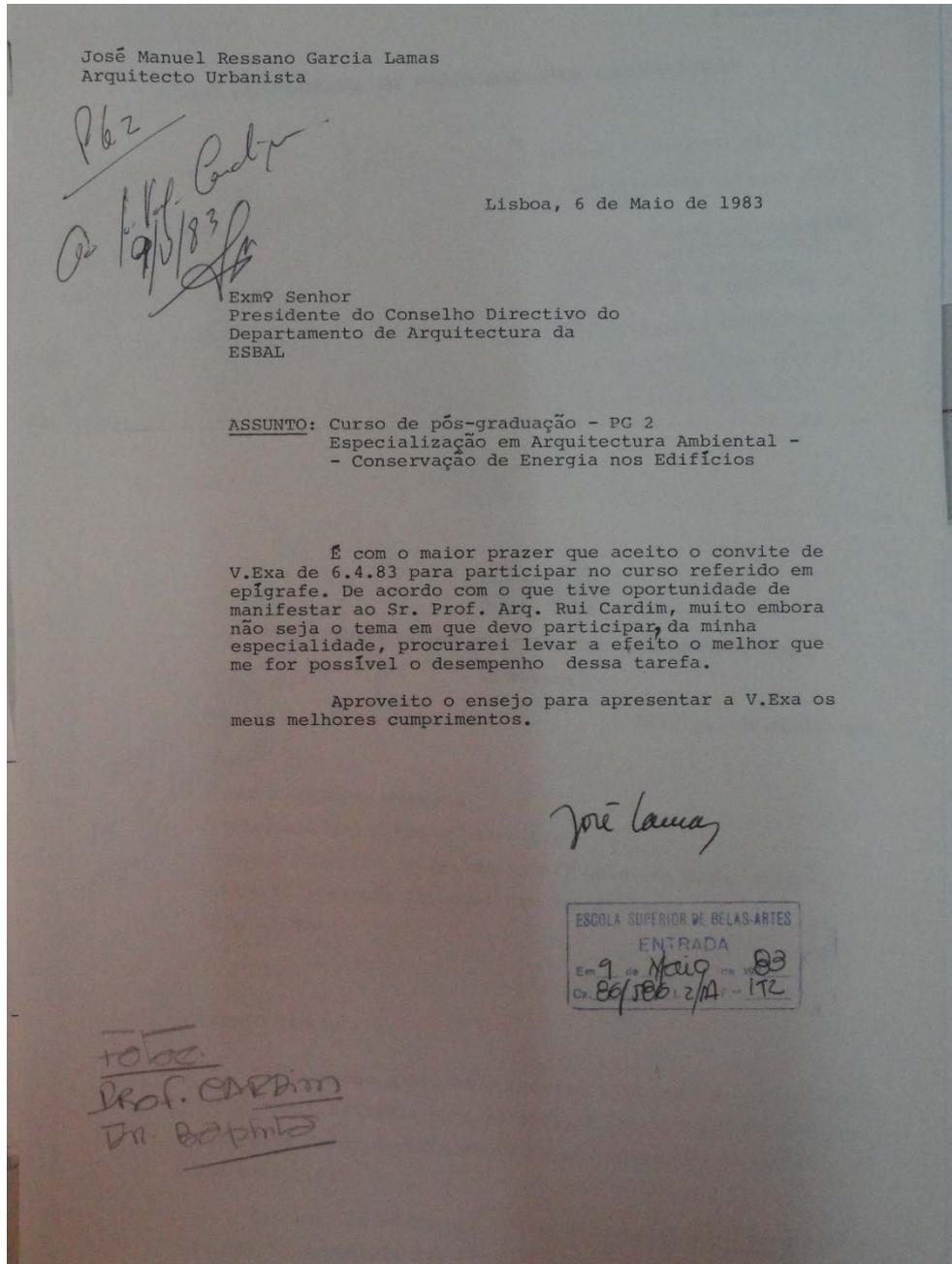
Anexo V

Carta da Embaixada de França a Augusto Brandão referindo as condições de uma colaboração com a Escola no que respeita à pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 19 de Abril de 1983. [Fundo FAUL]



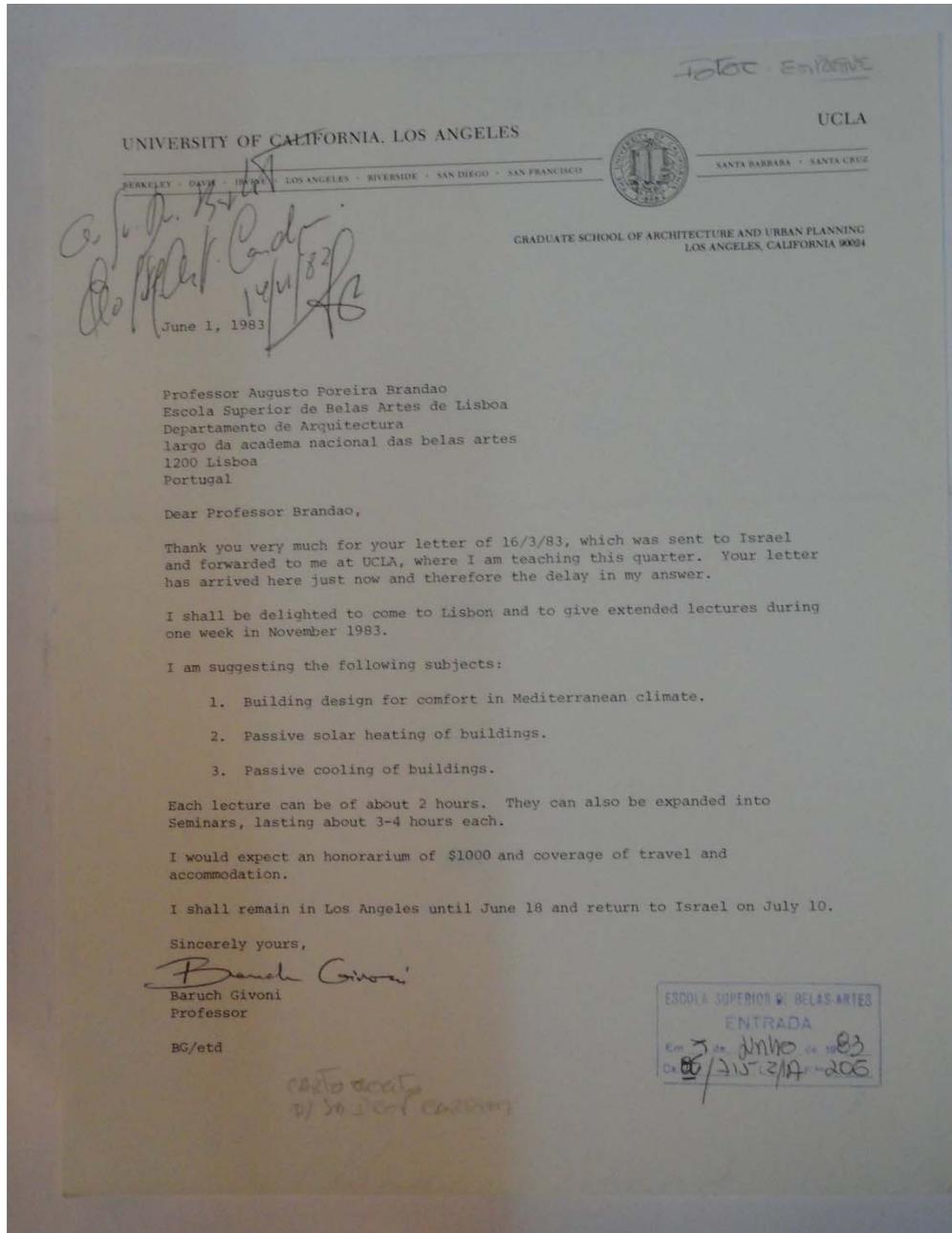
Anexo VI

Carta de José Lamas a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em "Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios". 6 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]



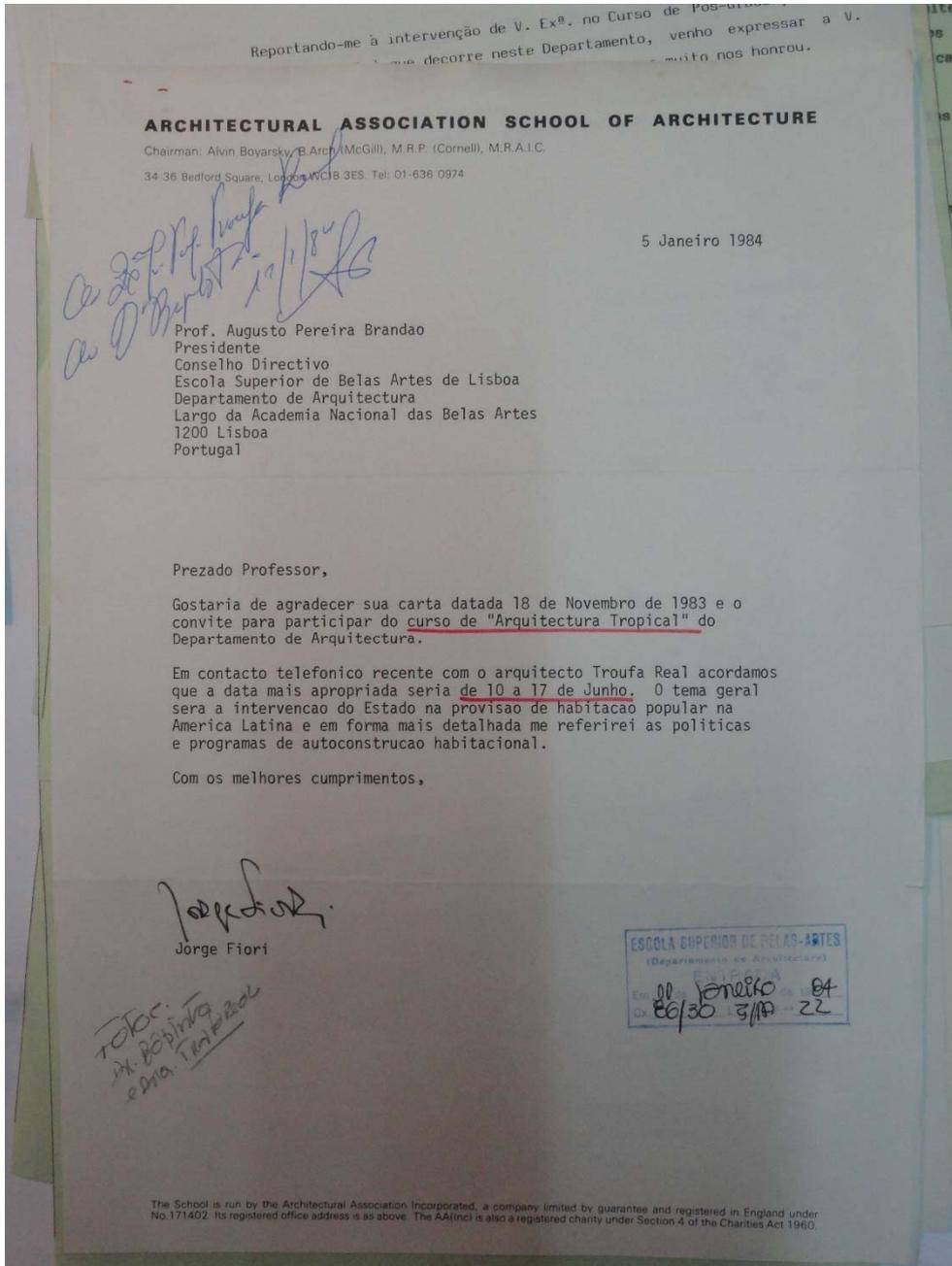
Anexo VII

Carta de Baruch Givoni a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em “Arquitectura Ambiental – Conservação de Energia nos Edifícios”. 1 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]



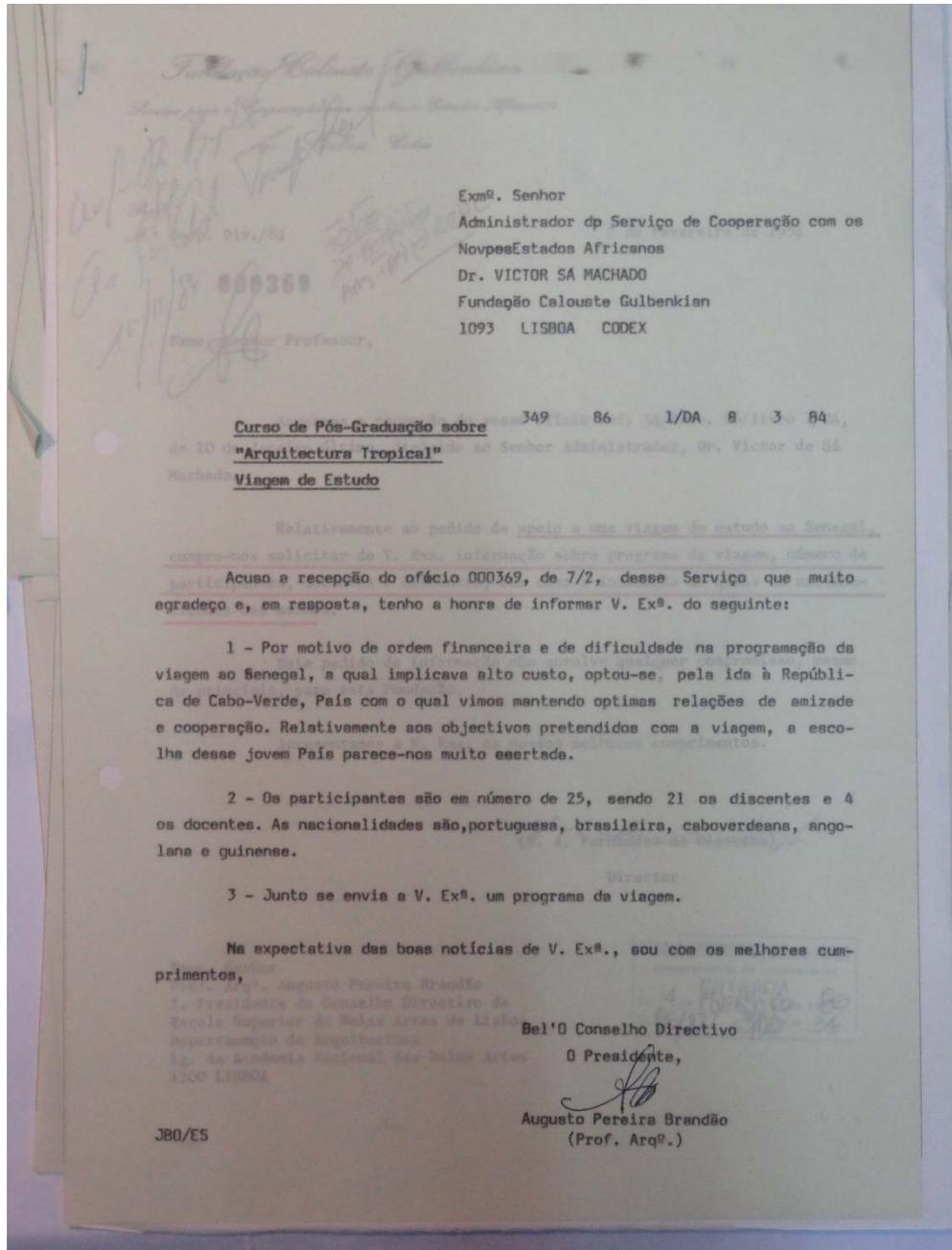
Anexo VIII

Carta de Jorge Fiori a Augusto Brandão aceitando o convite para leccionar no curso de pós-graduação em "Arquitectura Tropical". 5 de Janeiro de 1984. [Fundo FAUL]



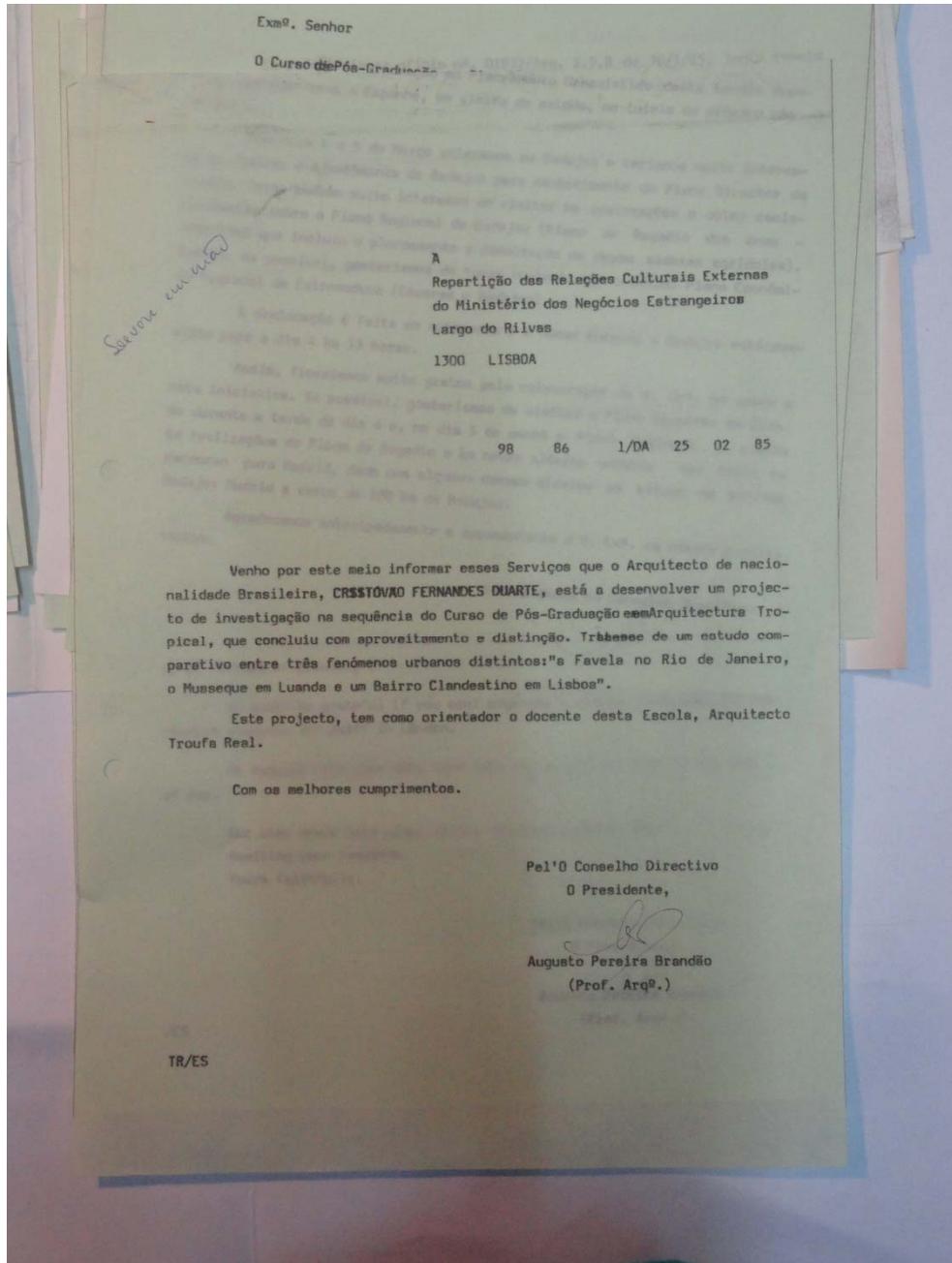
Anexo IX

Carta de Augusto Brandão ao Administrador do Serviço de Cooperação com os Novos Estados Africanos a respeito de uma visita de estudo a Cabo Verde integrada no Programa da pós-graduação em "Arquitectura Tropical". [Fundo FAUL]



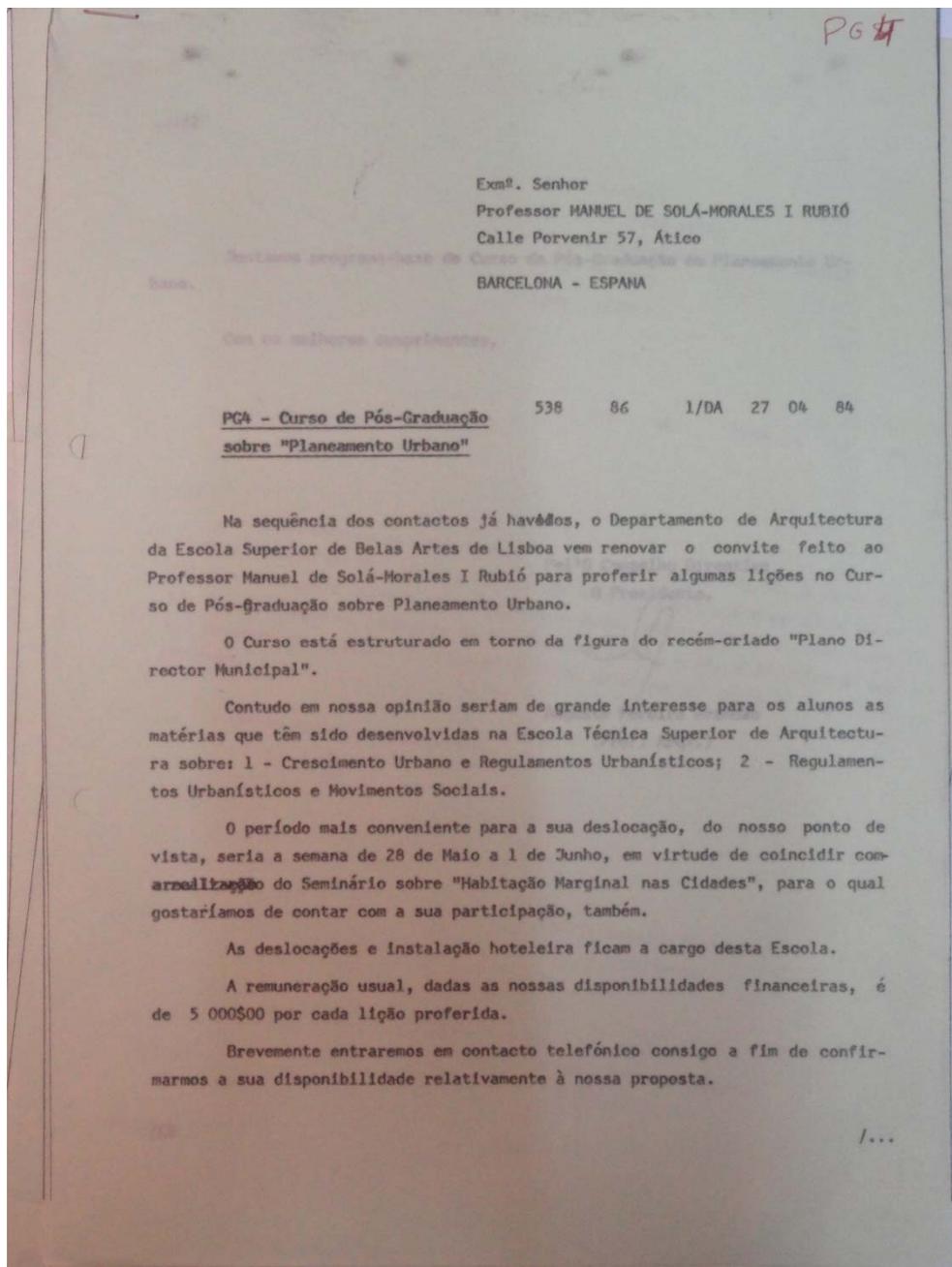
Anexo X

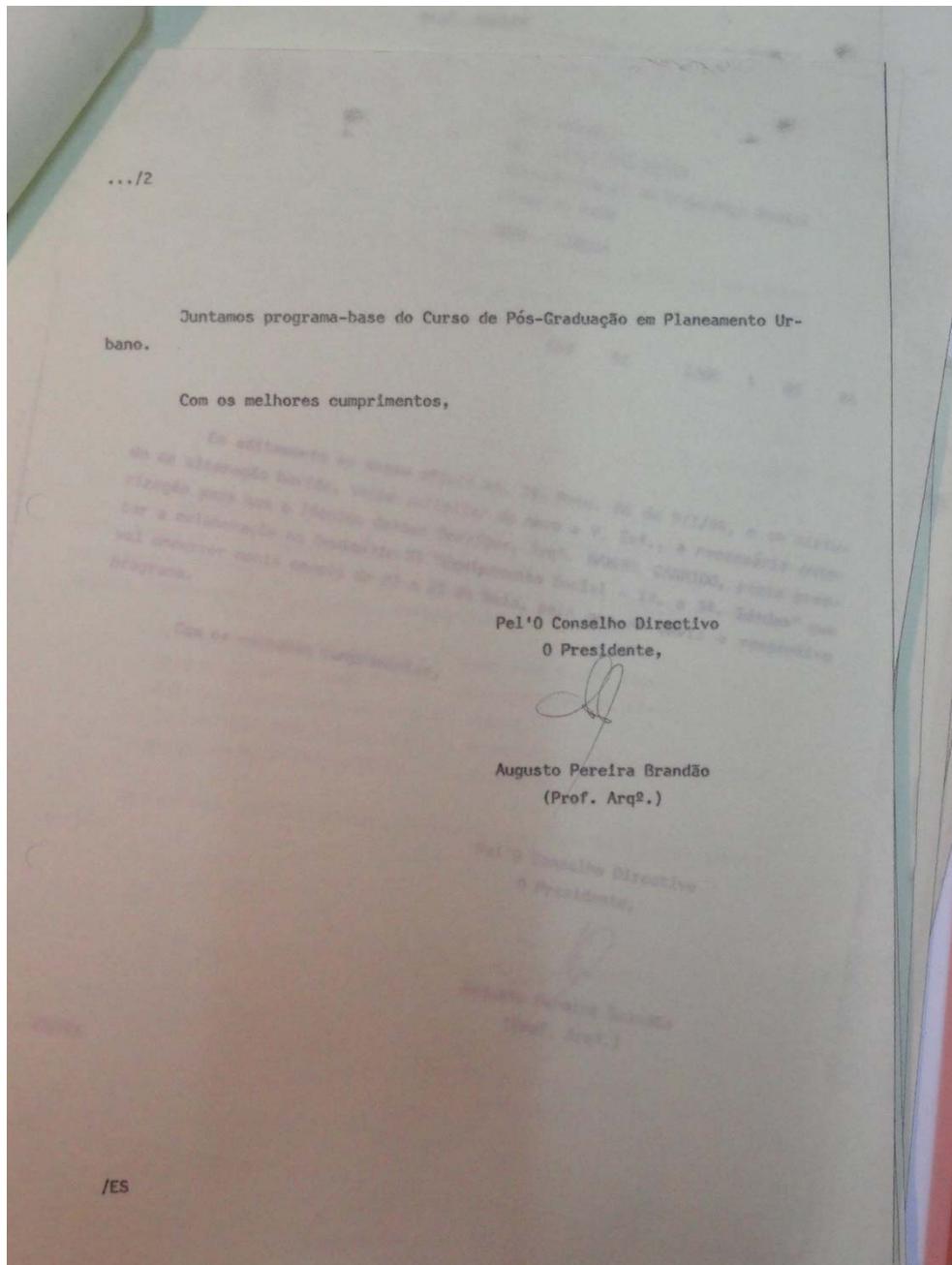
Carta de Augusto Brandão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros informando esta instituição sobre as qualificações do arquitecto Cristóvão Duarte na sequência do curso de pós-graduação em "Arquitectura Tropical". 25 de Fevereiro de 1985. [Fundo FAUL]



Anexo XI

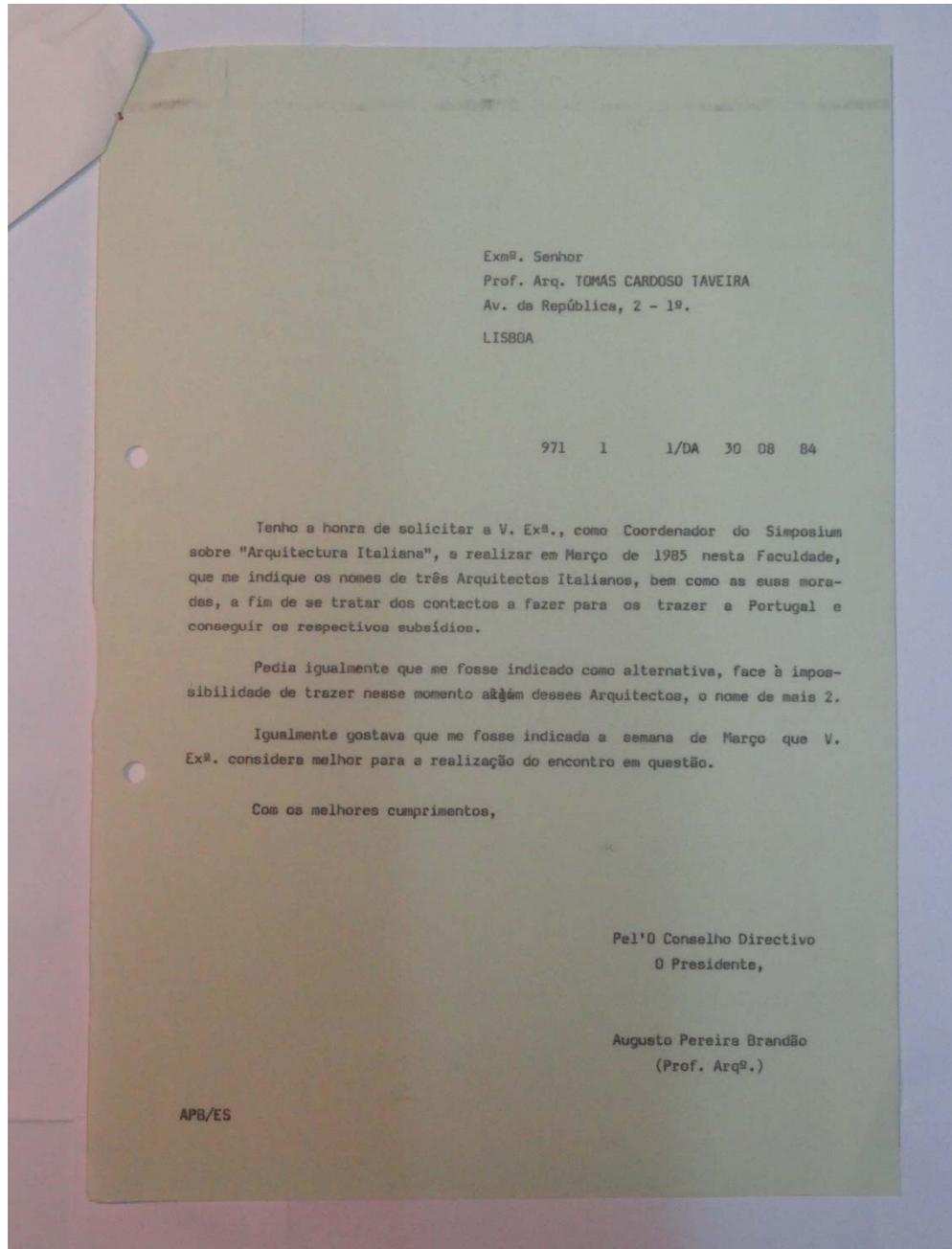
Carta de Augusto Brandão a Manuel de Solá-Morales i Rubio renovando o convite para proferir lições no Curso de "Planeamento Urbano". 27 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]





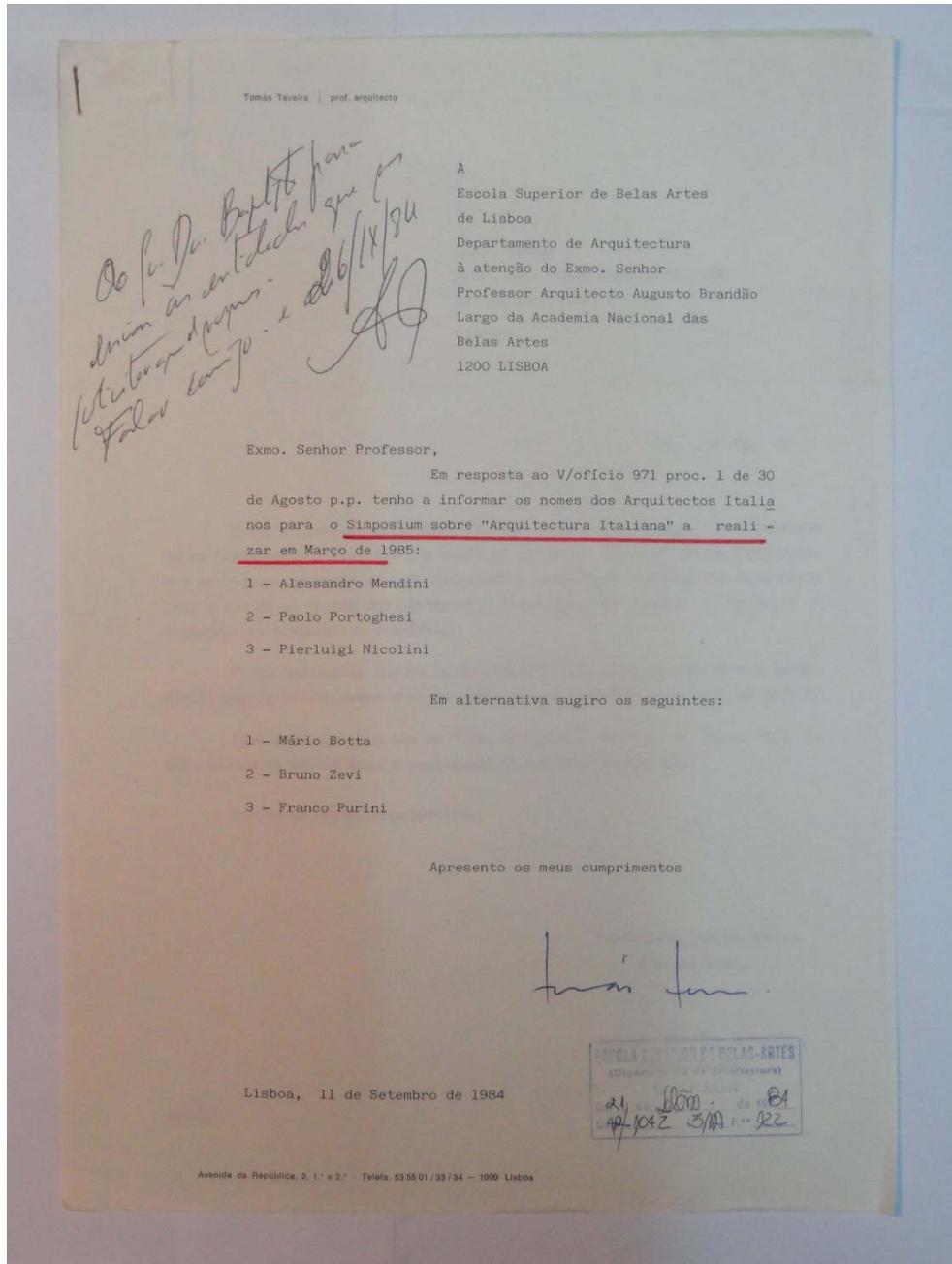
Anexo XII

Carta de Augusto Brandão a Tomás Taveira solicitando a nomeação de três arquitectos italianos para um Simpósio sobre "Arquitectura Italiana", bem como alternativas a esses três nomes. 30 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]



Anexo XIII

Carta de Tomás Taveira a Augusto Brandão indicando o nome de três arquitectos italianos para um Simpósio sobre "Arquitectura Italiana", bem como alternativas a esses três nomes. 11 de Setembro de 1984. [Fundo FAUL]



Anexo XIV

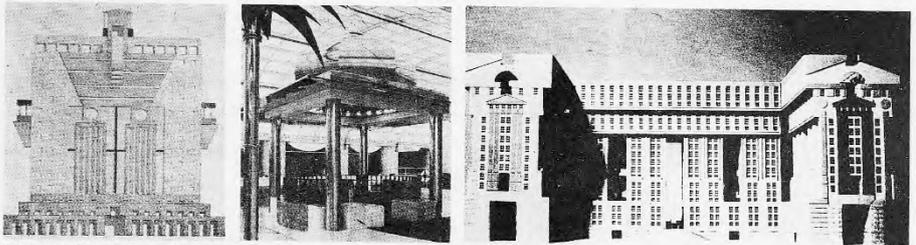
Artigo de Tomás Taveira no Jornal *Expresso* (Revista "Actual") com o título "O movimento pós-modernista já começou". 1 de Maio de 1982. [Arquivo *Expresso*]

22-R

EXPRESSO, SÁBADO, 1-MAIO-1982

arquitectura **actual**
O movimento pós-modernista

Tomás Taveira



Uma das duas expressões do pós-modernismo, o neoclassicismo, que inclui três modos (da esquerda para a direita): ecletismo (autor: Michael Graves), inclusivismo (Hans Hollein) e exclusivismo (Richard Bofill)

O chamado pós-modernismo tem originado um dos mais importantes debates culturais recentes, assumindo múltiplos aspectos, alguns dos quais serão motivo de próximas abordagens no EXPRESSO. Tal como internacionalmente sucedeu, foi na arquitectura que a questão conheceu agora um primeiro debate público em Portugal, num seminário organizado pela ESBAL. O coordenador desse seminário faz uma breve introdução à corrente que pretende ultrapassar o modernismo, tendência dominante em muita da arquitectura dos últimos decénios.

DESDE sempre que a arquitectura no seu acto de fazer, em correspondência com a sociedade a cujas necessidades responde, assume valores universais e particulares, isto é em relação aos valores particulares tem tido uma relação directa com a topologia do espaço cultural, económico-social e religioso em que se insere, em relação aos valores universais a arquitectura demonstra uma capacidade própria para se difundir e vir a ser adoptada por outras sociedades eventualmente em condições diferentes de desenvolvimento cultural, cultura entendida no seu sentido geral ou total), e certamente com expressões peculiares que lhe são conferidas pela singularidade dessa mesma cultura acontecendo pois, que em épocas diferentes, cada um destes elementos ou características assume um valor mais acentuado do que o outro.

A estrutura do seu ensino, ou mestrado melhor dizendo, baseava-se na transmissão directa do conhecimento através das obras, logo dentro de uma estrutura de ensino empírico, id é só a partir do século XV através da progressiva divulgação dos tratados, chamados de arquitectura o ensino passou a poder ser intelectual e a posteriori por execução.

A arquitectura ficava assim quer através da submissão ao mestre quer através da submissão a um espólio, assumindo a desocultação dos seus elementos a mesma forma, qualquer que fosse a cultura que sobre ela reflectisse, e que no caso vertente assumiu maior valor no Ocidente europeu como seria natural.

Foi a progressiva intelectualização do ensino da arquitectura que veio a permitir, principalmente a partir da criação das escolas de Belas Artes, a introdução cada vez maior da componente imaginária e naturalmente também a componente particular da cultura dos seus criadores e da sociedade que lhe serve de quadro de referência.

Nas duas primeiras décadas deste século verifica-se uma revolução total no ensino

mento da arquitectura, a qual zonha na sua relação com o progresso "imaginário-inventivo" uma riqueza de imaginação a qual provoca uma ruptura com todo o passado, e que com a ajuda dos meios de comunicação "massifica" a imaginação, abrindo caminho para aquilo que se convencionou chamar o "internacional style" o qual assume proporções universais a partir do colapso de reconstrução física e económica de todos os países que sofreram de um modo ou de outro a 2ª Guerra Mundial.

Assim pode dizer-se que as maiores dificuldades do "internacional style" ou arquitectura modernista, acabaram por vir a ser uma aborrecidíssima e repetitiva experiência visual e funcional, traduzindo uma arquitectura vazia, que se reduziu e infelizmente ainda se reduziu à construção arquitectónica em que a imaginação se apaga e a invenção deixa de ter qualquer significado tornando-se num fazer, que já não é projectar... ao mesmo tempo que se correu um fazer absolutamente insensível às tradições e ao contexto cultural particular de cada espaço social onde se vai actuar.

É da reflexão sobre este tipo de considerações que surge com uma certa naturalidade uma nostalgia crescente em relação ao vernáculo e ao clássico... isto é: uma nostalgia em relação ao reatendimento das formas culturais que a história tem vindo a sedimentar, ou a ajudar a sedimentar, ao longo dos anos, interpretando a cultura superior com as formas que naturalmente o povo foi construindo: isto no primeiro caso, e a nostalgia dos tratadistas, ou melhor dizendo do seu ensinamento e divulgação feito através dos grandes mestres, jocosamente... isto no segundo caso.

É assim que a arquitectura entra em "crise", segundo os apocalípticos, uma crise de ideias, crise de invenção... crise de inserção dentro da nova tecnologia construtiva que apela à massificação ou, que, segundo outros, os pós-modernistas, entra ao contrário num período consequente de experiências sobre diferentes caminhos passíveis e acima de tudo num período em que se valoriza tudo quanto constitui as pré-existências ambientais, e as pré-existências culturais.

Neoclassicismo/free style classicismo

A maioria das pessoas estão confusas acerca do revivalismo clássico que hoje se verifica, e não só as pessoas profanas e os jornalistas, mas também os arquitectos e sobretudo os estudantes... Dr. Zenck:

"Dir-se-ia que todas estas pessoas estão um pouco confusas não só com o neoclassicismo, mas também e talvez acima de tudo com a profusão de termos expressões que a arquitectura tem assumido principalmente a partir do meio dos anos 70... De facto parece não haver ainda uma sólida base filosófica para justificar tantas tendências, movimentos, ou expressões arquitectónicas que se reclamaram da história e do seu ensinamento, apesar de talvez não tão evidentemente como o neoclassicismo ou o free style classicismo e o fundamentalismo.

Em certa medida pode dizer-se que o classicismo nunca esteve totalmente ausente da arquitectura e da preocupação dos arquitectos.

Contudo pode perguntar-se: o que caracteriza essencialmente o classicismo; se é uma ideia de simetria; se é a ideia de inclusão de um conjunto de funções sob uma mesma pele; se é uma relação com a antiguidade, isto é: uma relação com a Grécia e Roma... em que seja sempre visível uma relação com as ordens antigas... tal como Summerson pretende."

Helen Searing é mais crítica na definição do classicismo e diz que em arquitectura o clássico é identificado pelo ornamento... pela figura humana e animal... e este ornamento, é sempre clássico!

Outros reclamam que o classicismo não se resume aos usos de elementos morfológicos clássicos, mas é um método de trabalho e em certos casos mesmo um regulamento... e não, genericamente, "onde a situação à cultura clássica pode ter o seu lugar", qualquer que seja a época...

Aquilo a que no entanto assistimos hoje, condir, a consideração de que os arquitectos, que estão ligados ao neoclassicismo não usam estas rotinas numa forma rígida, antes pelo contrário, tiram delas as fontes de inspiração e vários são os modos como esses

Depois de um drink no Piano Bar do RITZ você tem um dilema!

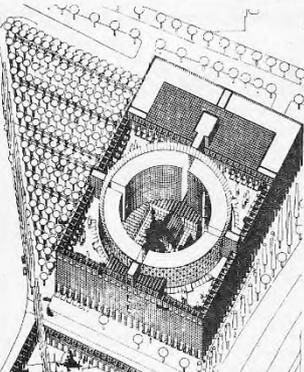
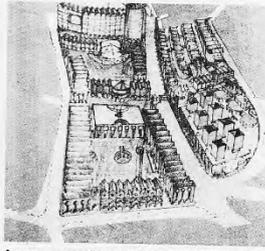
Escolher entre o melhor e o melhor: O Grill ou o Varanda!

Piano Bar • GRILL • VARANDA

HOTEL RITZ LISBOA
 AN INTER-CONTINENTAL HOTEL
 ★ ★ ★ ★ ★

Rua Honório de Araujo, 66-A - Lisboa - Telefone 6641 31

já começou



A outra expressão, o fundamentalismo: contextualismo (Tomás Taveira), vernacular (Venturi e Rauch) e racionalismo (Mathias Ungers)

arquitetos têm usado esses temas de imaginação. Assim temos, que a maioria dos arquitectos (que usam apenas alguns elementos que lembram a época clássica: isto é arcos, frontões, colunas, ritmos e não uma estrutura pura), um método como foi usado na época real.

Ao mesmo tempo por vezes nem sequer a época é estritamente respeitada: isto é, nem sequer a fonte de inspiração se circunscreve à época clássica, mas a épocas muito diferentes.

Estas situações, por exemplo:

1. a não obediência a um método clássico.

2. a não obediência a uma época histórica estrita.

3. a mistura, que várias vezes se encontra, de várias épocas históricas ou de elementos pertencentes a diferentes épocas históricas.

condem a uma nova consciência, talvez mais fecunda do que inicialmente os espartanos da filosofia da arte tiveram em mente e que é precisamente um classicismo eclético ou um free style classicismo.

A terminar pode dizer-se que este modo de fazer arquitectura acaba por ser na verdade um estilo livre, que se inspira na história, numa certa forma de liberdade, mas que se inspira em épocas, incluindo a nossa, como ponto de chegada, e em que o significado e o simbolismo quer de uma cultura dita superior ou popular encontra sempre um eco.

Fundamentalismo

Esta expressão arquitectónica pós-modernista tem sido identificada basicamente com a investigação, projecto e obras de arquitectos que se concentram na história recente da arquitectura e mais particularmente no racionalismo arquitectónico sem perderem no entanto sempre o sentido da história.

Pode perguntar-se: o que é o racionalismo actual? Usando as suas relações com o racionalismo dos anos 30, palavra que todos nós, nos habituamos a usar até durante os anos 80, para apelar um conjunto de obras que se opunham ao organicismo.

Duma maneira simplificada pode dizer-se que ele se apoia na análise dos aspectos do tempo — os carros os bar-

cos, os aviões e em geral, o produto dum civilização maquinista como base da investigação formal e conceptual. Hoje o fundamentalismo procura a revitalização do racionalismo ser um método também, mas que actua por análise das formas arquitectónicas e das suas relações como as tipologias que respeitam o genio local (o espírito do lugar), mergulhando desta forma numa espécie de subconsciente comum para descobrir novas formas e novas relações, que estejam em consonância com as que já existem.

Deseja que este método preconizado e defendido na acção pelos fundamentalistas é uma espécie de contextualismo que no entanto procura ir muito para além na medida em que procura também uma implicação "política".

No racionalismo inicial procuravam-se soluções tipológicas, enquanto no fundamentalismo ou racionalismo actual so se procura definir uma teoria que autonomize a arquitectura e o seu método o qual tem vindo a evitar qualquer sentido de recuar sempre precisamente as soluções típicas. Deste modo torna-se uma recusa dos arquitectos, pela mediação sobre essas mesmas arquitecturas.

O fundamentalismo medita pois sobre os edifícios tal como existem na cidade europeia, ao mesmo tempo que mantém como campo de mediação a própria cidade. É como se assumisse que a cidade é o lugar por excelência para as pessoas e o lugar por excelência para os edifícios.

E como se assumisse que a cidade constitui o base do inconsciente humano da vida das formas, uma matriz constituinte pelas ruas, praças e a massa geral edificada de onde se destacam acertadamente e acidentalmente o palácio, os edifícios singulares, a que vulgarmente chamamos monumentos como sejam, por exemplo, igrejas, palácios, escolas, museus, etc.

Constituirá tal método de trabalho de pesquisa e conceptualização a uma mediação das formas ao uso dos "tipos" (ou soluções "típicas") que os edifícios em Lisboa (isto é, que obedeceram aos tipos) mais anos de Millas do 1.º e 2.º milénios de Beilim ou qualquer outra cidade? e século entendido

Será que os chamados estilos arquitectónicos mais modificados, mais racionais (pelo uso da mediação sobre a cultura) e menos sensíveis ou de menor quantidade de conteúdo por assim dizer, conduzem sempre a "amplificações" exageradas, que perante a análise de estrutura intelectual acabam por vir a ser divulgadas ou melhor a tornar-se publicamente conhecidas mais através dos ensaios do que propriamente através das criações genéricas?

Como é possível que tal aconteça?

O primitivo racionalismo, que deveria estar assimulado e completamente criticado nas escolas de arquitectura, tendia a considerar que a cidade estava perdida, que a sua capacidade didáctica tinha desaparecido para dar lugar a uma massa informe e não saudável onde se incluíam também para além do universo físico, o universal e mental e cultural!

Como conclusão deste pouquíssimo artigo sobre o

esta forma nunca ele poderá ser uma cópia do passado, dado que implica uma revolução total no modo de exercer a profissão, do seu papel e dos seus deveres, já que o arquitecto nunca actuará como um habilidoso, alguém que usa apenas "ready-made's", implicando pelo contrário uma constante avaliação do senso comum das formas e vivências do passado em situações de linguística verdadeira, isto é: no seu contexto cidadão, já que a cidade é a entidade que estabelece o nexo entre a acção política e a acção histórica.

Como conclusão deste pouquíssimo artigo sobre o

pós-modernismo podemos afirmar que esta corrente arquitectónica se tem desenvolvido com base em duas diferentes expressões:

O neo-classicismo que inclui três modos diferentes quanto à forma que põem em certas categorias metodológicas conceptuais, e que são: ecléticismo (faz referência histórica ao mesmo edifício, incluindo épocas históricas que incluem o Egipto, o classicismo fazem referência apenas à Grécia e Roma e são em geral Paladianos.)

A outra expressão, o fundamentalismo, pode também ser dividido em três modos diferentes de organização devido a diferentes categorias metodológicas conceptuais (que são neo-racionalistas (que se apoiam na análise do racionalismo anterior), contextualistas (que privilegiam o contexto cidadão e histórico das formas

em que a arquitectura se inserir, vernacular (que procuram pôr em relevo as formas da arquitectura natural cultivada pela história...).

O pós-modernismo é assim um estilo de estilos duplos, consistência faz apelo à arquitectura clássica e neo-traditionalista; é um estilo que faz apelo à arquitectura vernacular no sentido de um estilo que chega a fazer e a partir dos materiais, é um estilo onde o ornamento e antropométrico, a referência a existência a multi-valência e o eclétismo, contribuem dentro de um método rigoroso para a ultra-essência da arquitectura moderna, arquitectura que já não corresponde às necessidades culturais, psicológicas e sociais das populações. A Arquitectura Moderna já morreu e a Arquitectura Pós-Moderna já nasceu!

o empilhador

anda e carrega de todas as maneiras

...mas assim não!

PINTO & CRUZ, Lda

Rua Alexandre Braga, 60-70 - 4000 Porto
Apar. 210-403 Porto Codex
Telex 25105 Tubos P - Telef. 26001-26221

BRINDES PUBLICITÁRIOS

CRL LDA TEL. 7727 41
R. OSCAR MONTEIRO TORRES, 51-0

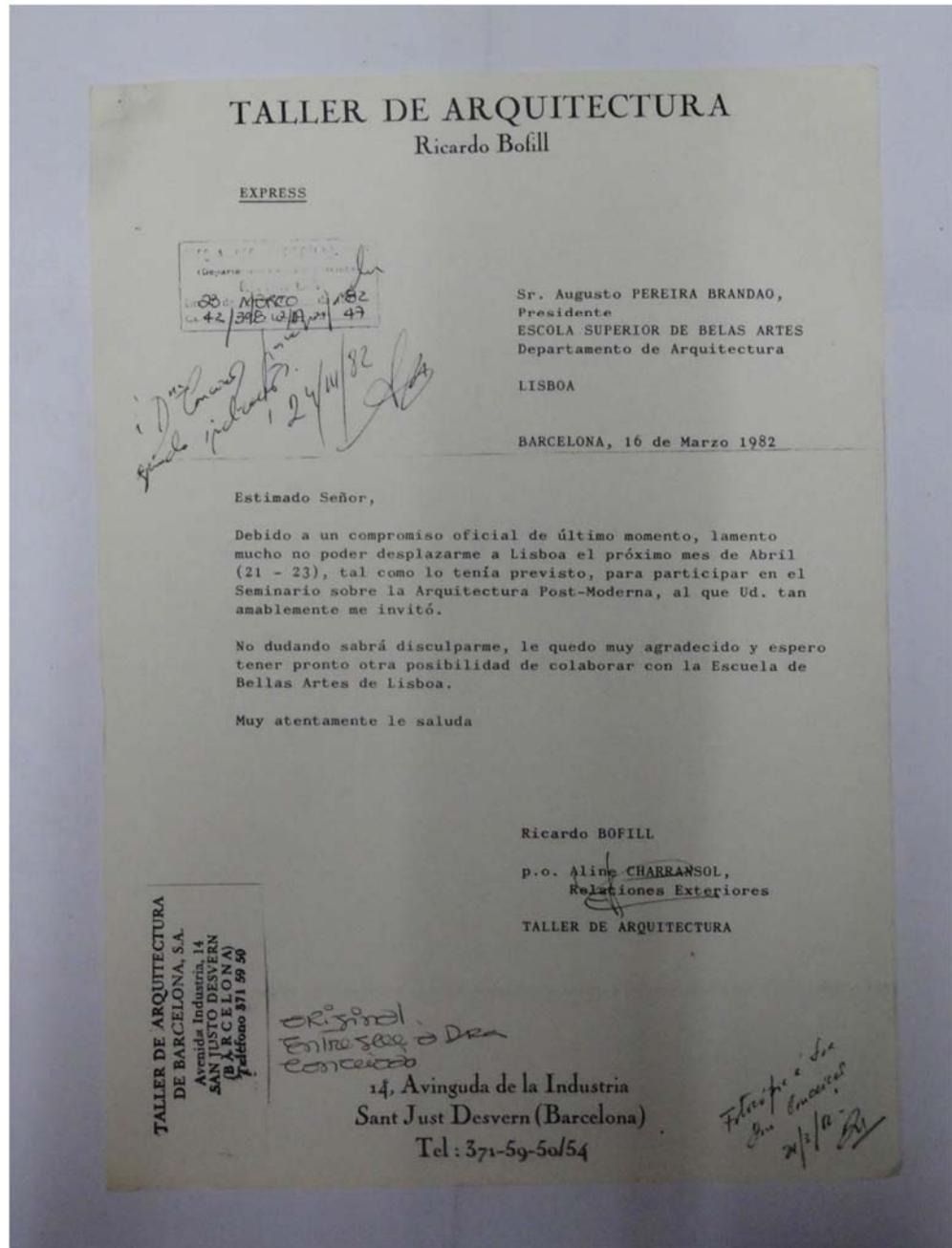
BMW 3.0 S

Particular a particular, 1973, ar condicionado, estado impecável
Tel. 54 99 41, no horário de expediente de 12.30h. 14h. 16.30h de 2.ª a 6.ª feira.

NAO FUME EM RECINTOS FECHADOS

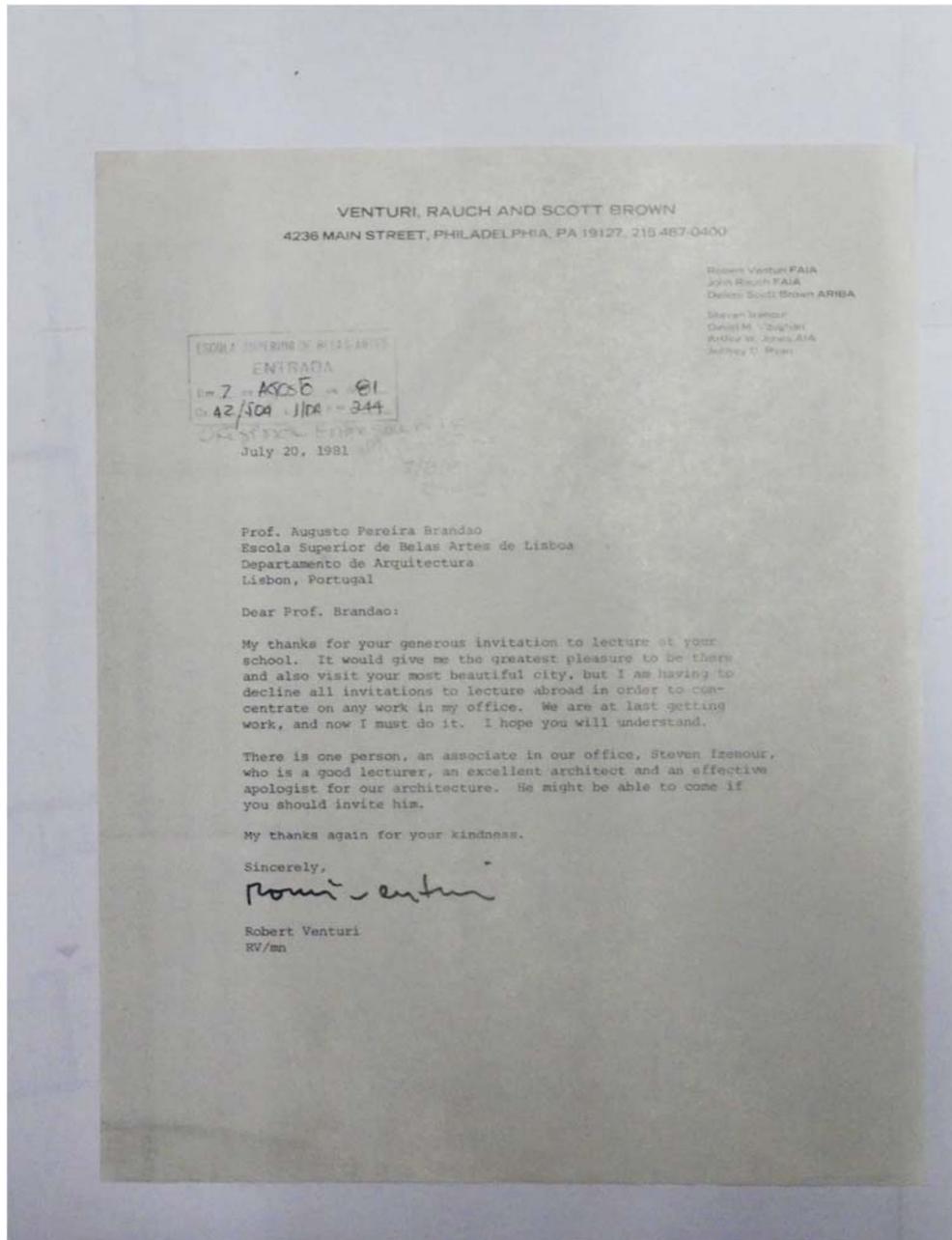
Anexo XV

Carta de Ricardo Bofill a Augusto Brandão agradecendo e declinando o convite para participar no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ocorrer no DA-ESBAL (Abril de 1982). 16 de Março de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo XVI

Carta de Robert Venturi a Augusto Brandão agradecendo e declinando o convite para participar no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ocorrer no DA-ESBAL (Abril de 1982). 20 de Julho de 1981. [Fundo FAUL]



Anexo XVII

Plano de custos a solicitar à Fundação Calouste Gulbenkian para a realização do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982), incluindo despesas discriminadas para cada conferencista previsto. (s.d.). [Fundo FAUL]

S  R
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DAS UNIVERSIDADES
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
Departamento de Arquitectura

PLANOS DE CUSTOS - BASE A SOLICITAR À F.C.G.

	<u>HOTEL</u>		<u>PASSAGENS</u>	
ROSSI	6.900\$00		40.600\$00	
JENCKS	6.900\$00		38.630\$00	
BOFILL	6.900\$00		18.290\$00	
KRIER	10.350\$00		63.360\$00	
TOTAIS	31.050\$00	+	160.880\$00	= <u>191.930\$00</u>

Anexo XVIII

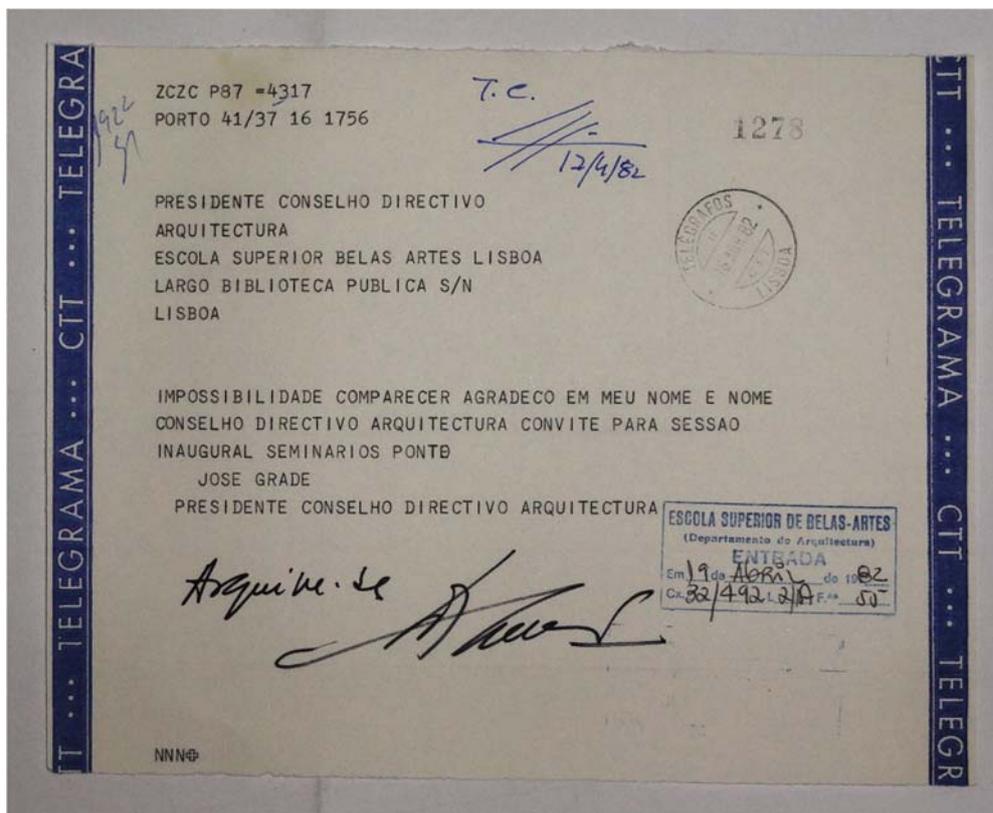
Pessoas e entidades a quem é remetido um convite para estar presente no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura a ter lugar no DA-ESBAL em Abril de 1982. (s.n.). [Fundo FAUL]

LISTA DOS CONVIDADOS

Secretário de Estado do Ensino Superior
Presidente do Instituto Português do Património Cultural
Director-Geral do Ensino Superior
Director dos Serviços Culturais do M.N.E.
Presidente do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Director do L.N.E.C.
Presidente do I.N.L.C.
Presidente da Academia Nacional de Belas Artes
Presidente da Comissão Inst. da Faculdade de Arquitectura
Director do Instituto Arqueológico Alemão
Director do Instituto Alemão
Presidente do Centro Nacional de Cultura
Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Reitores das Universidades: Clássica
Técnica
Nova
Livre
Católica
Presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses
Presidente do Conselho Director do Dep. de Artes Plást. e Design
Director do Serviço de Belas Artes da Fundação Gulbenkian
Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian
Presidente da Academia Portuguesa de História
Director do Museu de Azulejo
Director do I.A.D.E.
Director do Instituto José Figueiredo
Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nova
Embaixada de Portugal junto do Conselho da Europa
Grupo Parlamentar do P.S.D. na Assamb.Rep.
Director dos Serviços Culturais da C.M.L.
Adidos Culturais das Embaixadas de: Marrocos
India
Angola
Moçambique
Cabo Verde
Guiné-Bissau
E.U.A.
Espanha
Brasil
Inglaterra
França
Itália
Director do British Council em Lisboa
American Cultural Council

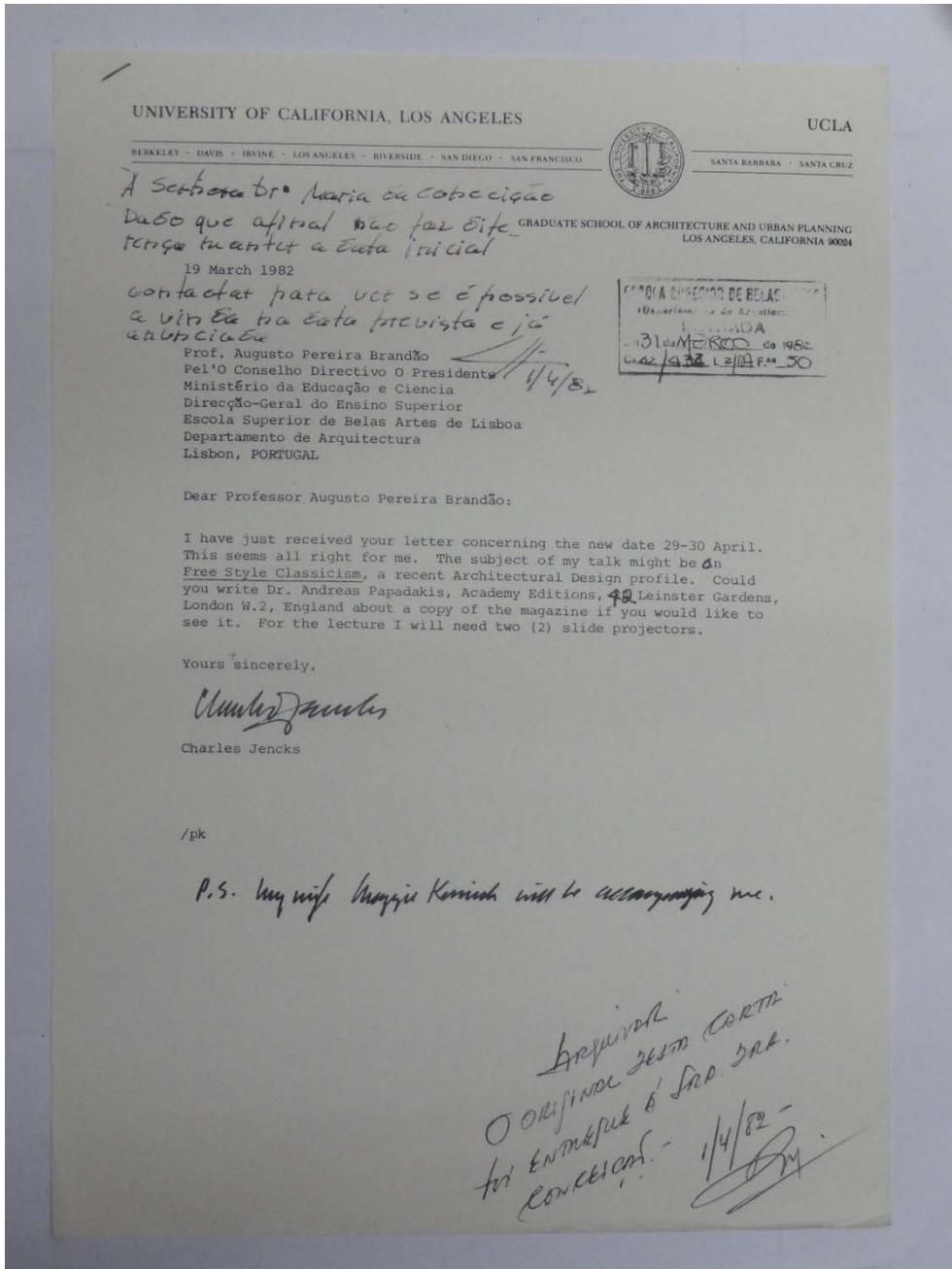
Anexo XIX

Telegrama do Presidente do Conselho Directivo da ESBAP, José Grade, a agradecer convite e a manifestar impossibilidade de presença na sessão inaugural do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982). 16 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]



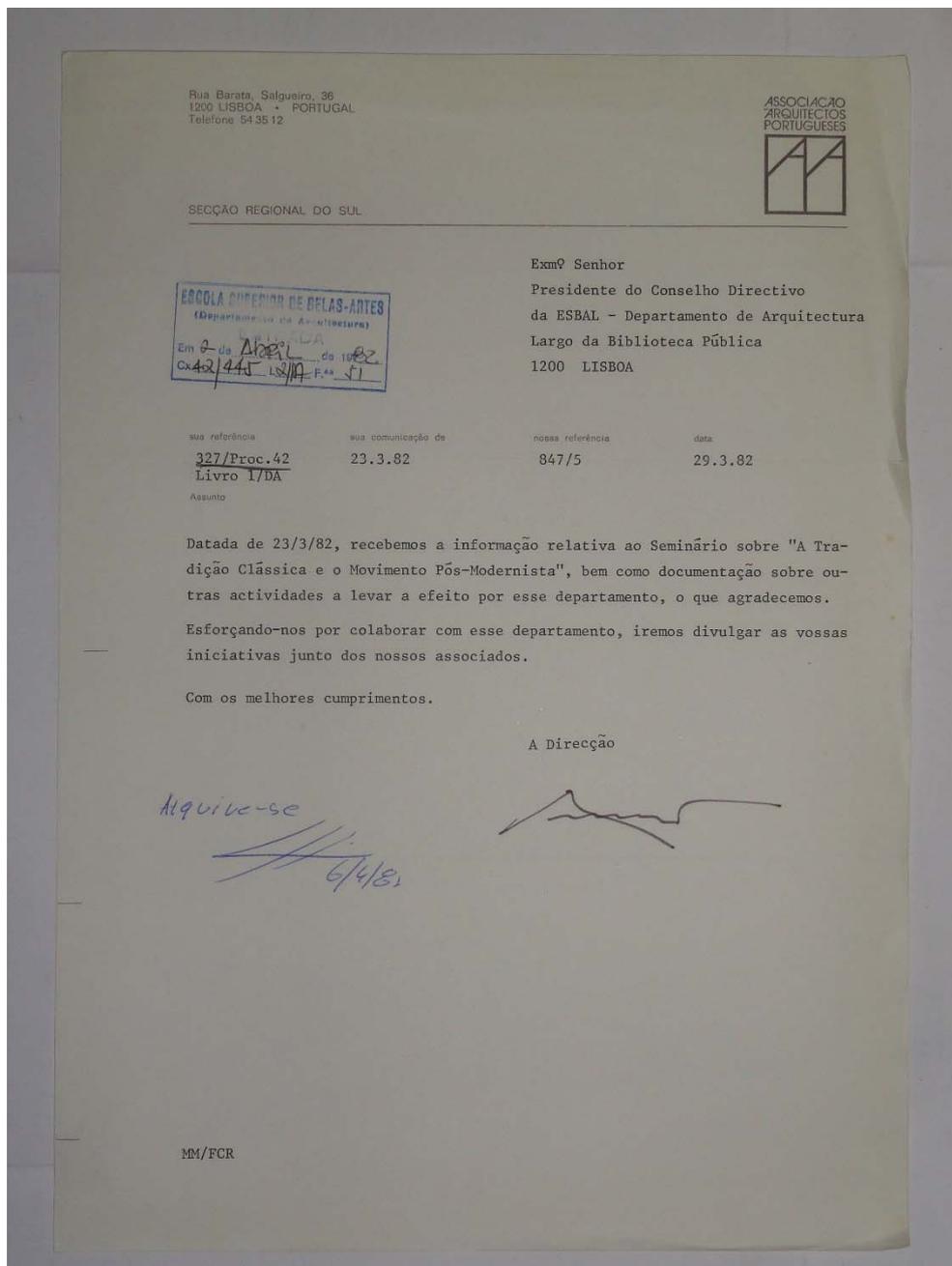
Anexo XX

Carta de Charles Jencks a Augusto Brandão a respeito do 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982): rectificando as datas da sua ida a Lisboa; informando sobre o assunto que vai tratar; sugerindo a compra de material bibliográfico; e solicitando apoio técnico. 19 de Março de 1982. [Fundo FAUL]



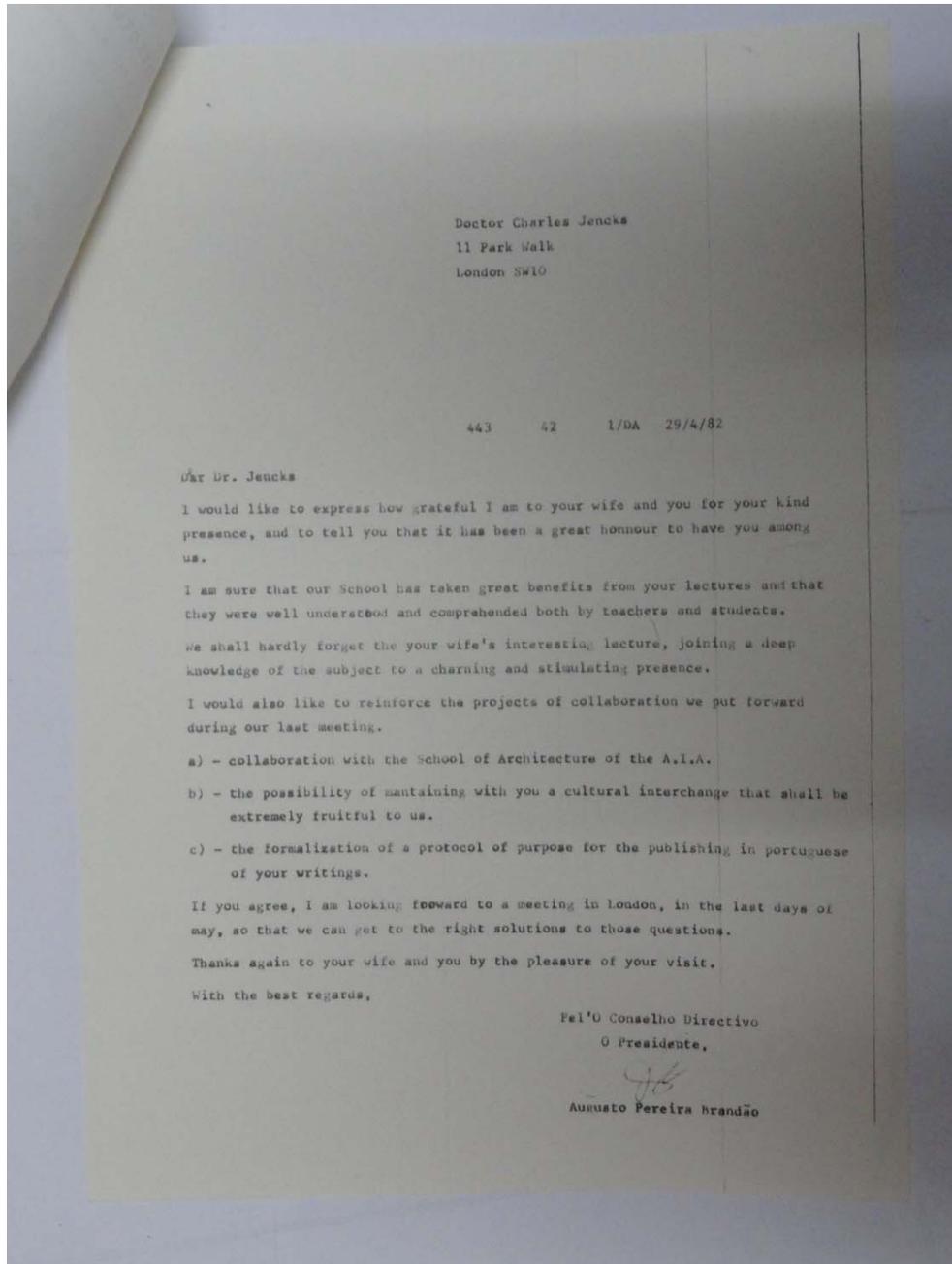
Anexo XXI

Carta da Associação dos Arquitectos Portugueses informando a Escola de que irá divulgar as suas iniciativas. 29 de Março de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo XXII

Carta de Augusto Brandão a Charles Jencks agradecendo a sua visita à Escola, agradecendo a participação da sua mulher e explanando os “projectos de colaboração” colocados numa reunião. 29 de Abril de 1982. [Fundo FAUL]



Doctor Charles Jencks
11 Park Walk
London SW10

443 42 1/DA 29/4/82

Dear Dr. Jencks

I would like to express how grateful I am to your wife and you for your kind presence, and to tell you that it has been a great honour to have you among us.

I am sure that our School has taken great benefits from your lectures and that they were well understood and comprehended both by teachers and students.

We shall hardly forget the your wife's interesting lecture, joining a deep knowledge of the subject to a charming and stimulating presence.

I would also like to reinforce the projects of collaboration we put forward during our last meeting.

- a) - collaboration with the School of Architecture of the A.I.A.
- b) - the possibility of maintaining with you a cultural interchange that shall be extremely fruitful to us.
- c) - the formalization of a protocol of purpose for the publishing in portuguese of your writings.

If you agree, I am looking forward to a meeting in London, in the last days of May, so that we can get to the right solutions to those questions.

Thanks again to your wife and you by the pleasure of your visit.

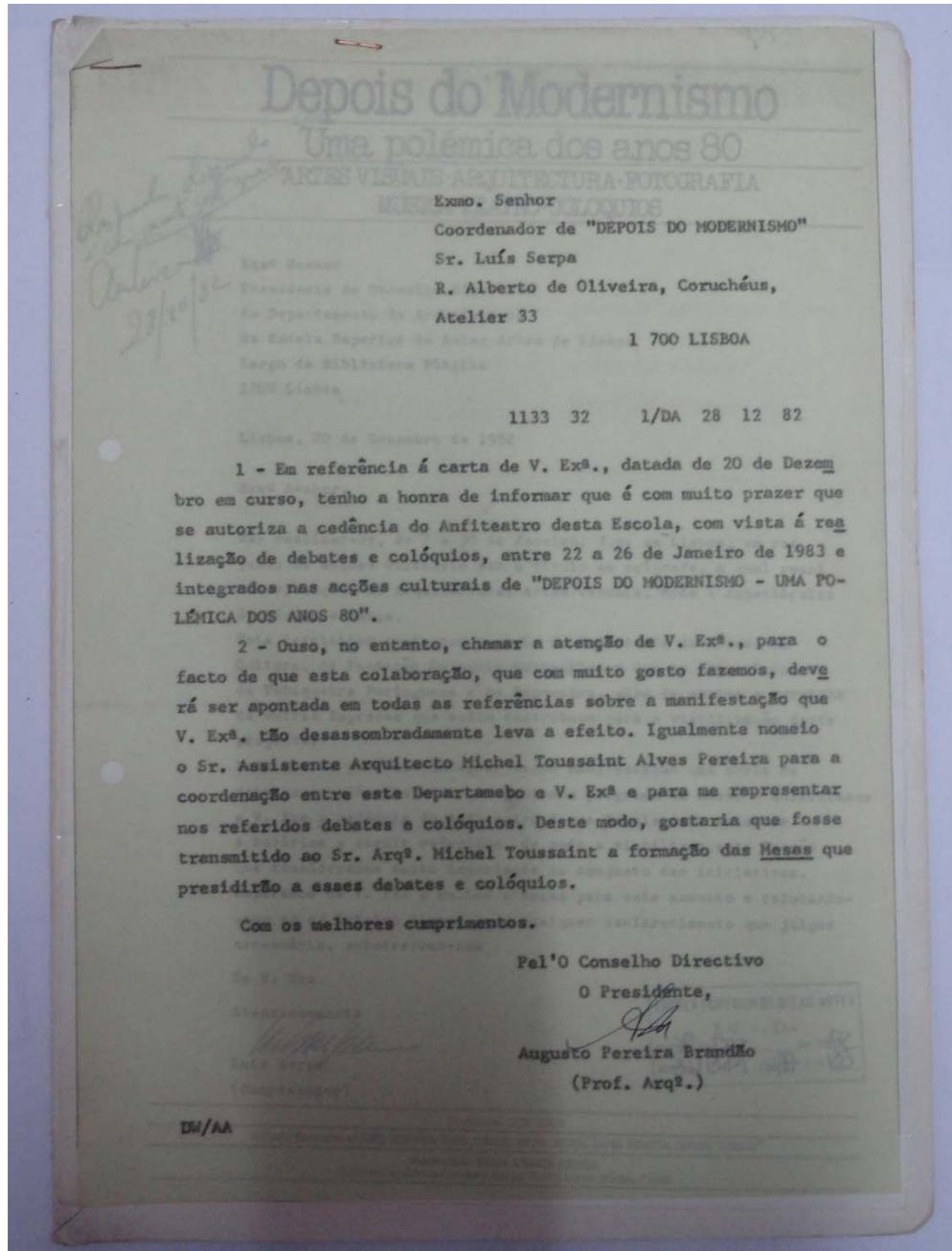
With the best regards,

Pe'l'O Conselho Directivo
O Presidente,

Augusto Pereira Brandão
Augusto Pereira Brandão

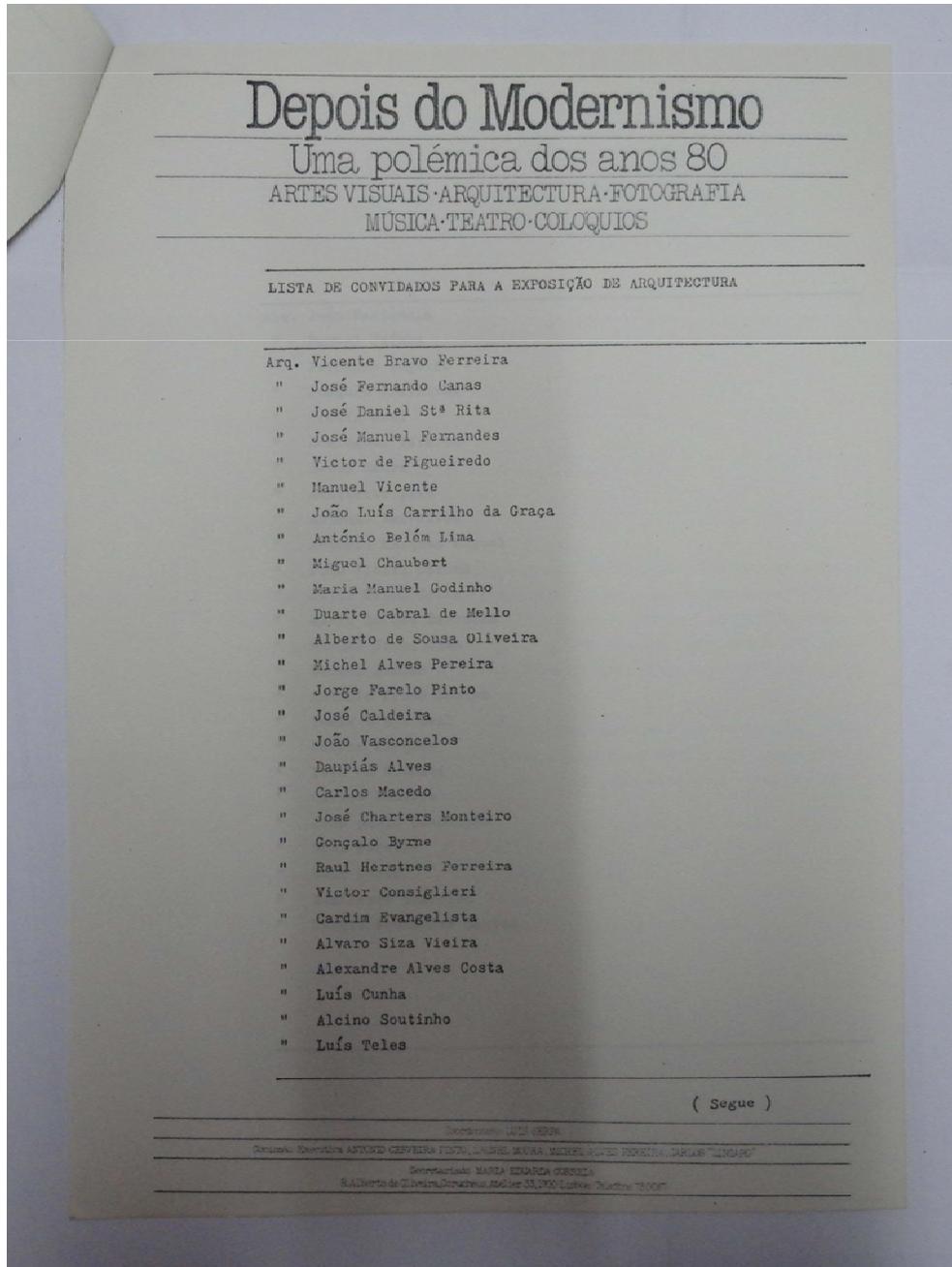
Anexo XXIII

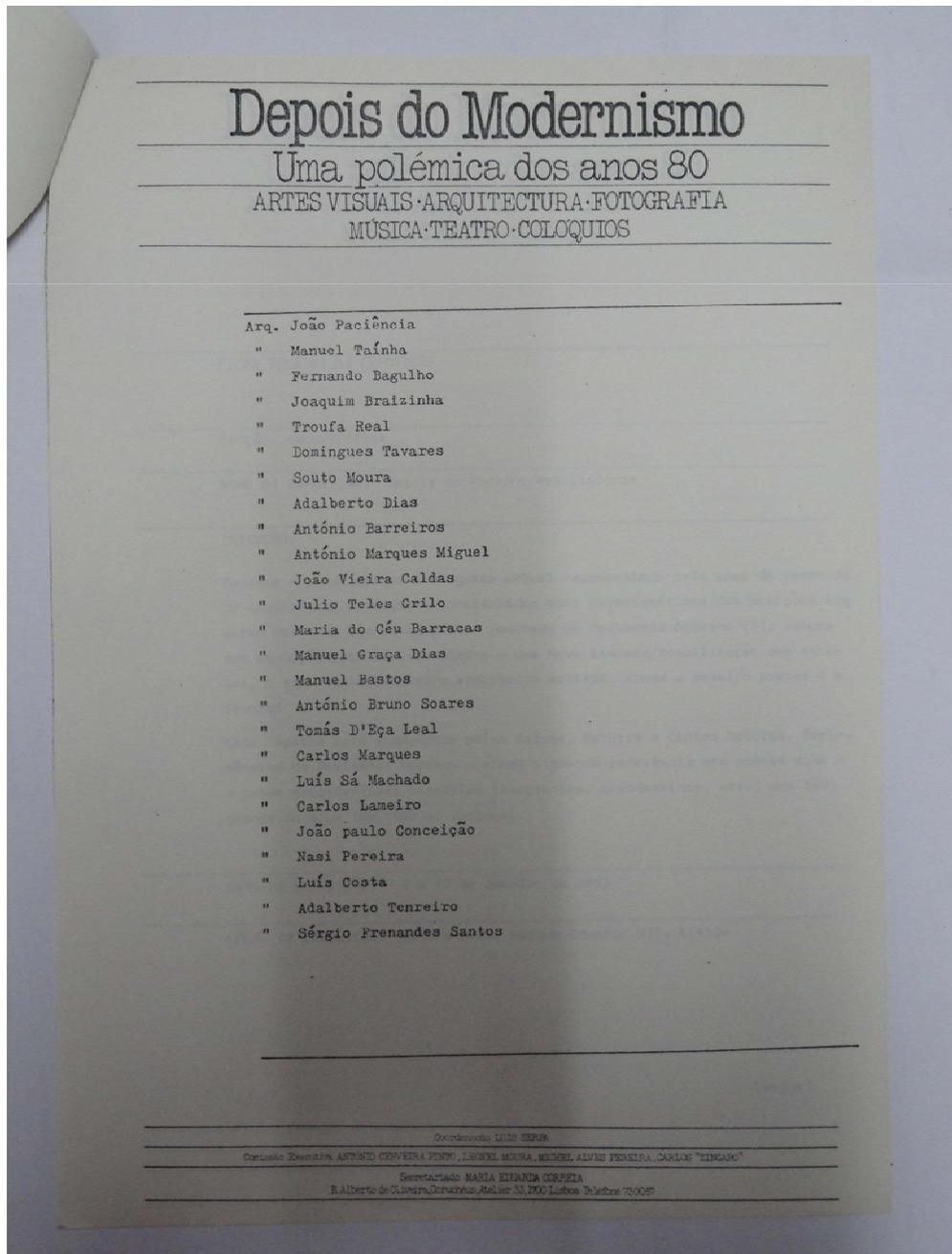
Carta de Augusto Brandão a Luís Serpa autorizando a cedência do Anfiteatro da Escola com vista à realização de debates e colóquios; solicitando que todas as colaborações sejam referenciadas; nomeando Michel Toussaint Alves Pereira como coordenador entre o DA-ESBAL e o evento *Depois do Modernismo*. 28 de Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo XXIV

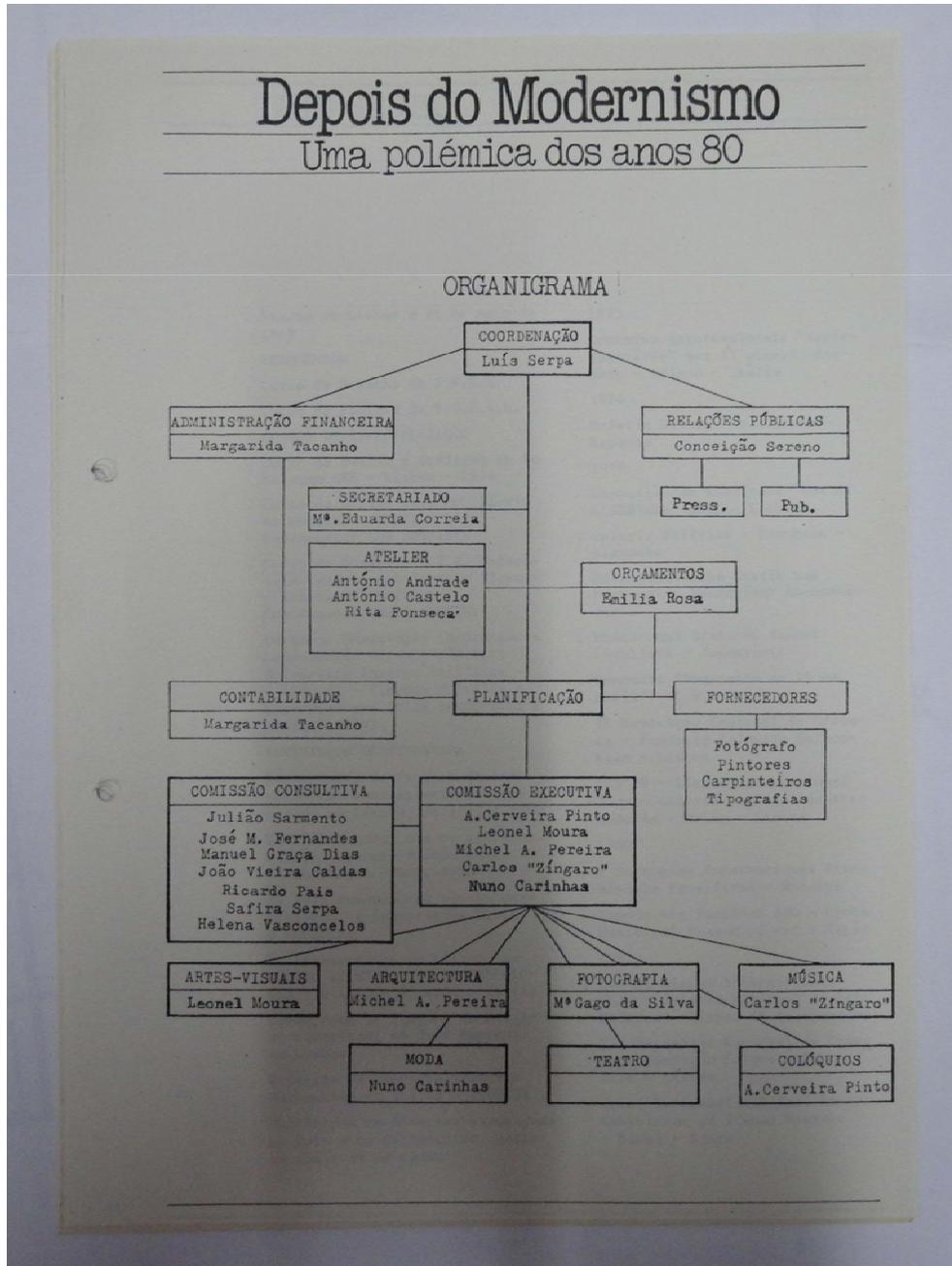
“Lista de Convidados para a Exposição de Arquitectura” relativa ao evento *Depois do Modernismo* incluída em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]





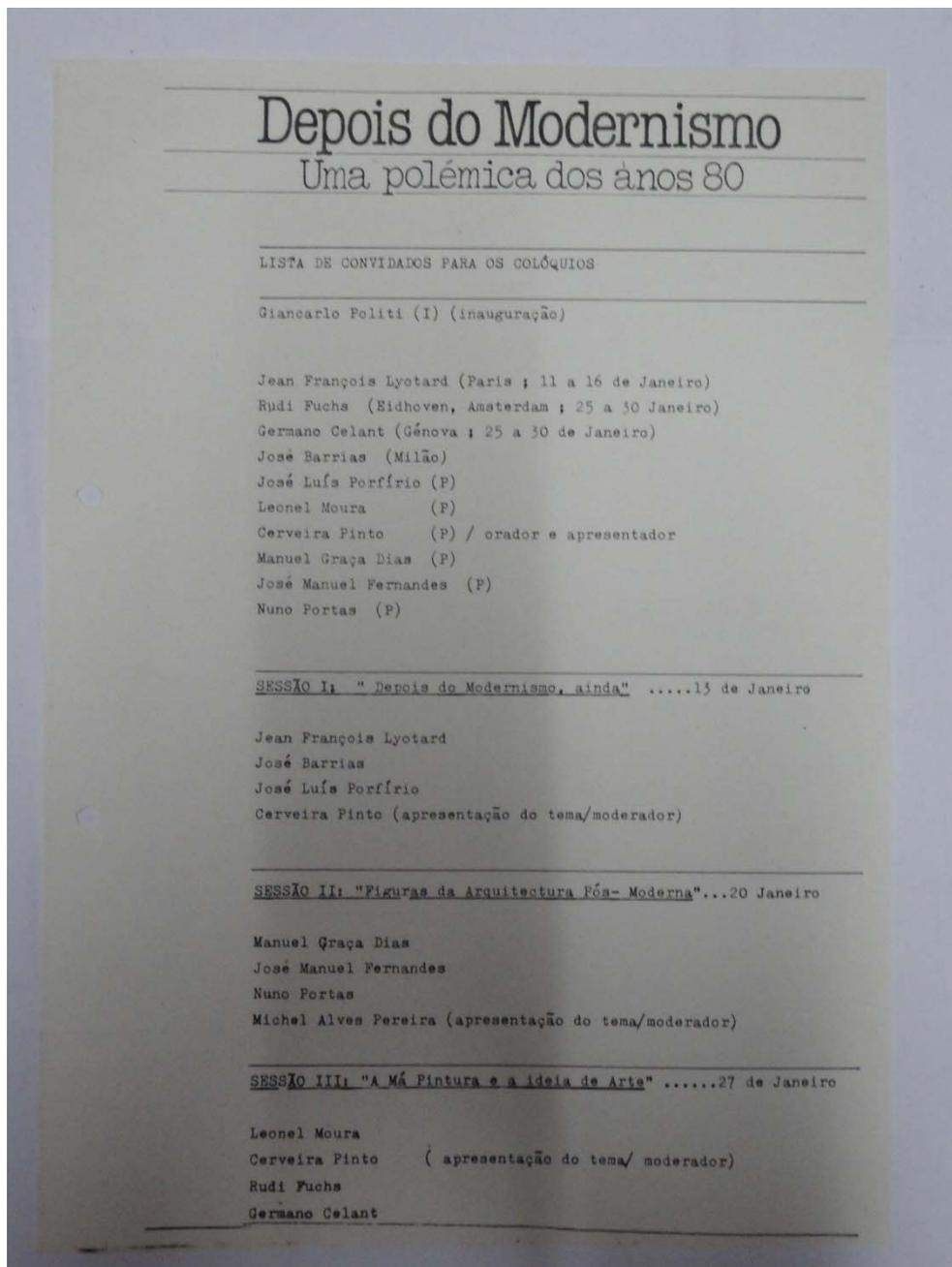
Anexo XXV

Organigrama das relações entre os organizadores do evento *Depois do Modernismo* incluso em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]



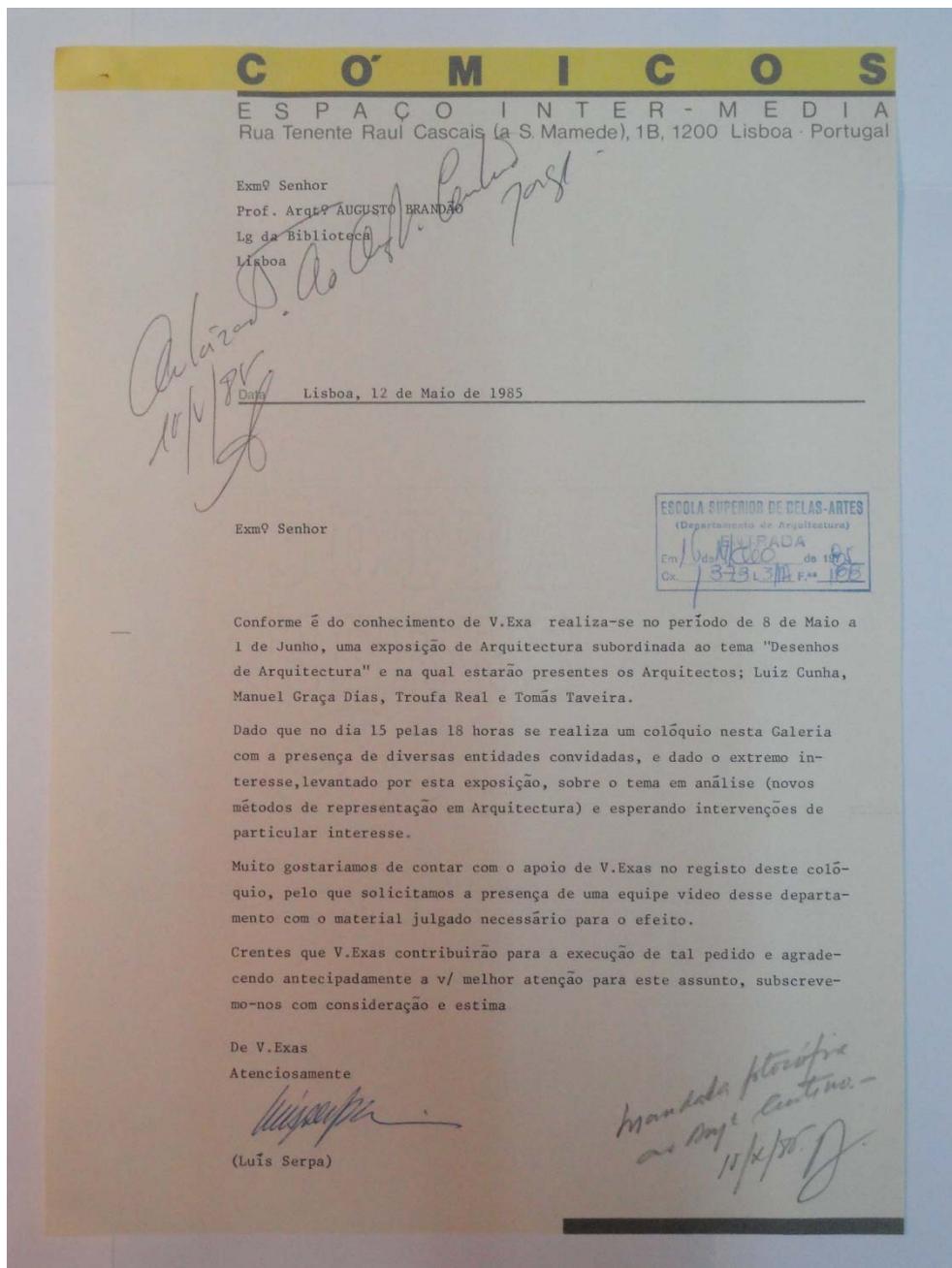
Anexo XXVI

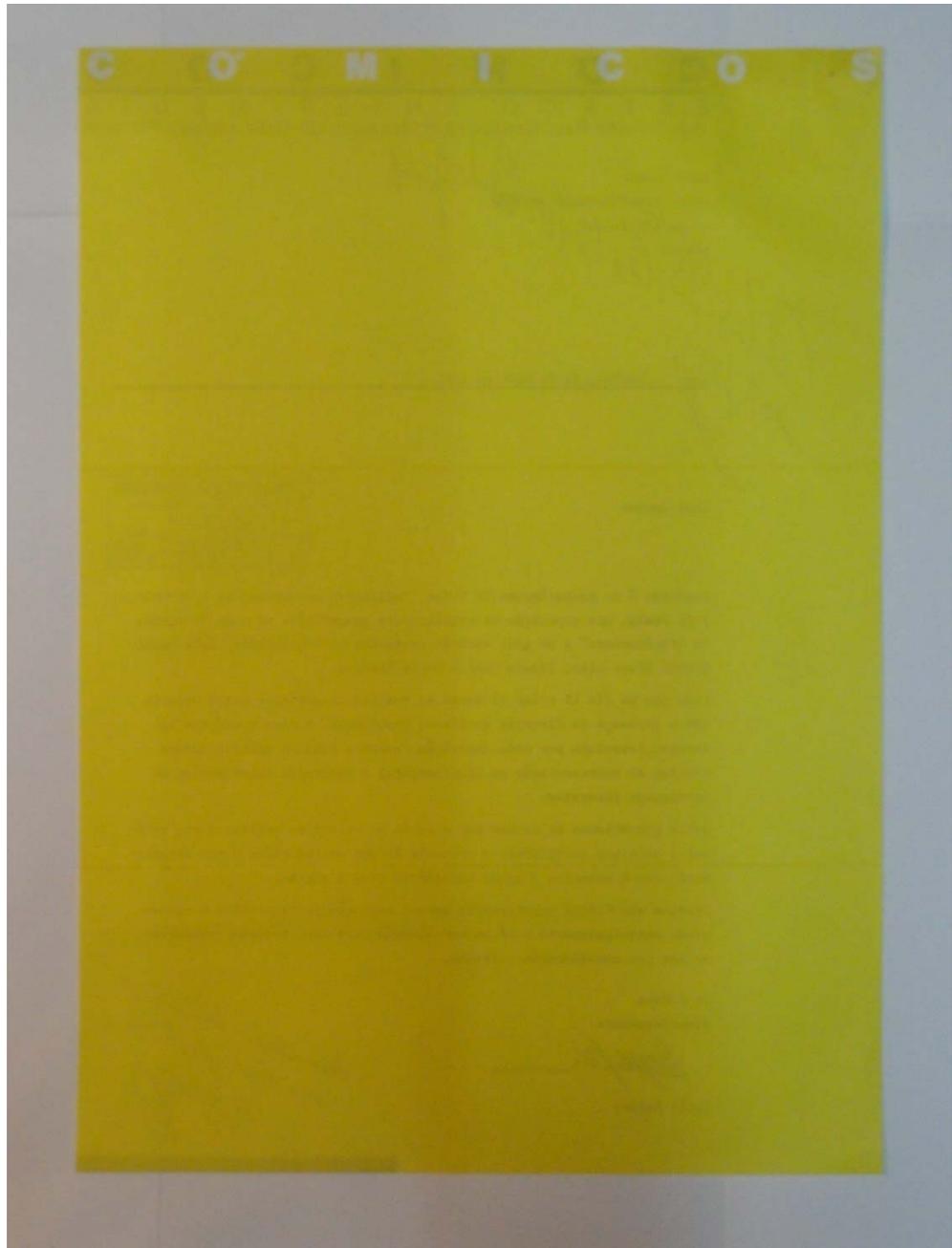
“Lista de Convidados para os Colóquios” relativa ao evento *Depois do Modernismo* incluída em Projecto apresentado ao DA-ESBAL. (s.d.) ca Dezembro de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo XXVII

Carta de Luís Serpa a Augusto Brandão solicitando “equipe de vídeo” para o registo de colóquio a ser realizado no âmbito da Exposição “Desenhos de Arquitectura”. 12 de Maio de 1985. Frente. [Fundo FAUL]





Anexo XXVIII

Anúncio da pós-graduação em "Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos" na revista *Arquitectura*. Março/Abril de 1983 (edição "Novíssimos").



arquitectura **INFORMAÇÃO**

FARO VAI TER MOTIVO ESCULTÓRICO

A Câmara Municipal de Faro vai abrir um concurso público para a concepção de um motivo escultórico a engrisar na Rotunda da Penha, na cidade de Faro.

EXPOSIÇÃO DE ARQUITECTURA EM LISBOA

No Instituto Britânico, em Lisboa, esteve patente ao público uma exposição de Arquitectura de Silva Paula Peñham O.M.S.C., uma iniciativa que, não esquecendo as formalidades britânicas, possuía apontamentos de interesse.

ÉVORA: SEMINÁRIO PARA ARQUITECTOS

Realizou-se, em Dezembro passado, na cidade de Évora, o primeiro Encontro de Arquitectura Paisagística no qual tomaram parte cerca de 150 arquitectos paisagistas e alunos da especialidade, que se destacaram àquela cidade alentejana idos de todos os pontos do País.

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ESBAL

Promovido pelo departamento de Arquitectura da ESBAL, está a decorrer até Junho próximo um curso de Pós-Graduação para Arquitectos visando a especialização em "Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos".



EXPOSIÇÃO DE JOÃO OOM

João Oom, artista de multifacetada expressão, expôs recentemente em Lisboa, na Galeria de São Francisco, uma colecção de desenhos a pastel em que nos deu a conhecer alguns dos seus mais recentes trabalhos.



madeiras, metais); a intervenção de materiais não tradicionais; humidade (análise, quantificação, controlo); e legislação e organismos nacionais e internacionais vinculados à política e às acções de protecção e conservação de edifícios e monumentos.

NOVOS IMÓVEIS DE INTERESSE PÚBLICO NA CAPITAL

O prédio da Rua Garrett, em Lisboa, onde se situa o famoso café A Brasileira do Chiado foi classificado como imóvel de interesse público por despacho do secretário de Estado da Cultura.

INICIATIVA DO GRUPO HOMOCEURO

Decorreu no passado mês de Outubro na Junta de Freguesia de S. João em Lisboa uma exposição de Artes Plásticas da iniciativa do Grupo Homocentro.

REVISTA «BRIGANTINA»

Em Dezembro passado saiu o nº 314 do 2º volume da revista «Brigantina», que inclui colaboração de dois jornalistas do «Diário de Notícias».

publicações congéneres, «Brigantina», que se edita naturalmente em Bragança, dirigida pelo padre dr. Belarmino Afonso, adquiriu já um lugar de destaque a que não é alheia a qualidade manifestada em cada número.

EASA/82 DELFT-WORKSHOP

A realização anual da European Architecture Students Assembly (E.A.S.A.) aconteceu de 24 de Julho a 1 de Agosto na cidade holandesa de Delft, tendo como tema «Arquitectura de um futuro incerto».

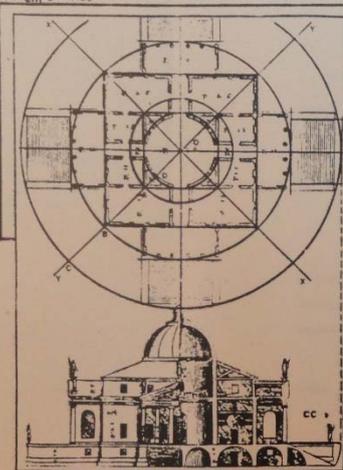
Participaram 295 estudantes que desenvolveram variados tipos de trabalho, desde observações à cidade de Delft, até à construção de cabanas, passando pela filmagem, o happening, etc.

Anexo XXIX

Anúncio da pós-graduação em “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” no *Correio da Manhã*. Recorte. (s.n.). 23 de Novembro de 1983. [Fundo FAUL]

School of Architecture

14 cm 23 11 83



CONSERVAÇÃO DE MONUMENTOS JÁ TEM CURSOS

O segundo curso de pós-graduação de Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos terá lugar nas instalações do Departamento de Arquitectura da Escola Superior de Belas-Artes a partir do próximo dia 24.

A pós-graduação, que não confere grau académico, decorrerá por um período de oito meses, contando com exposições de inúmeros especialistas nacionais, nomeadamente do Instituto José de Figueiredo, do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), professores catedráticos, investigadores, directores de museus e técnicos superiores.

Decorrerão também aulas e conferências dadas por personalidades estrangeiras, respectivamente do Instituto Geográfico Nacional de França, do Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios, do Centro Internacional para a Conservação dos Bens Culturais e de professores e investigadores universitários.

O curso destina-se exclusivamente a arquitectos e será frequentado por 35 elementos de autarquias portuguesas, cabo-verdianos, brasileiros, colombianos e angolanos, entre outros.

O programa inclui uma introdução teórico-filosófica e, ainda, referências a casos pontuais, mas incide fundamentalmente nas tecnologias, de modo a formar profissionais de arquitectura preparados a actuar na recuperação de monumentos - garantiu o director do curso, Antero Ferreira, em conferência de Imprensa.

Além das questões teóricas, estão ainda previstas aulas práticas que decorrerão em laboratórios do LNEC e do Instituto José de Figueiredo e visitas de estudo a monumentos e edifícios em ruínas ou em risco.

As questões tratadas no presente curso serão, mais tarde, desenvolvidas ao nível de licenciatura em Conservação e Renovação de Arquitectura e Urbana, a ministrar na Faculdade de Arquitectura que, este ano, começará a funcionar.

Universidades analisam poluição

Gracias ao concurso da Kodak «Viva o Verão», Aida Maria da Silva Leitão Vieira é hoje a feliz proprietária de um «Opel Kadet», que lhe foi entregue em cerimónia simples, em que estiveram presentes o administrador-delegado António Coimbra, e o

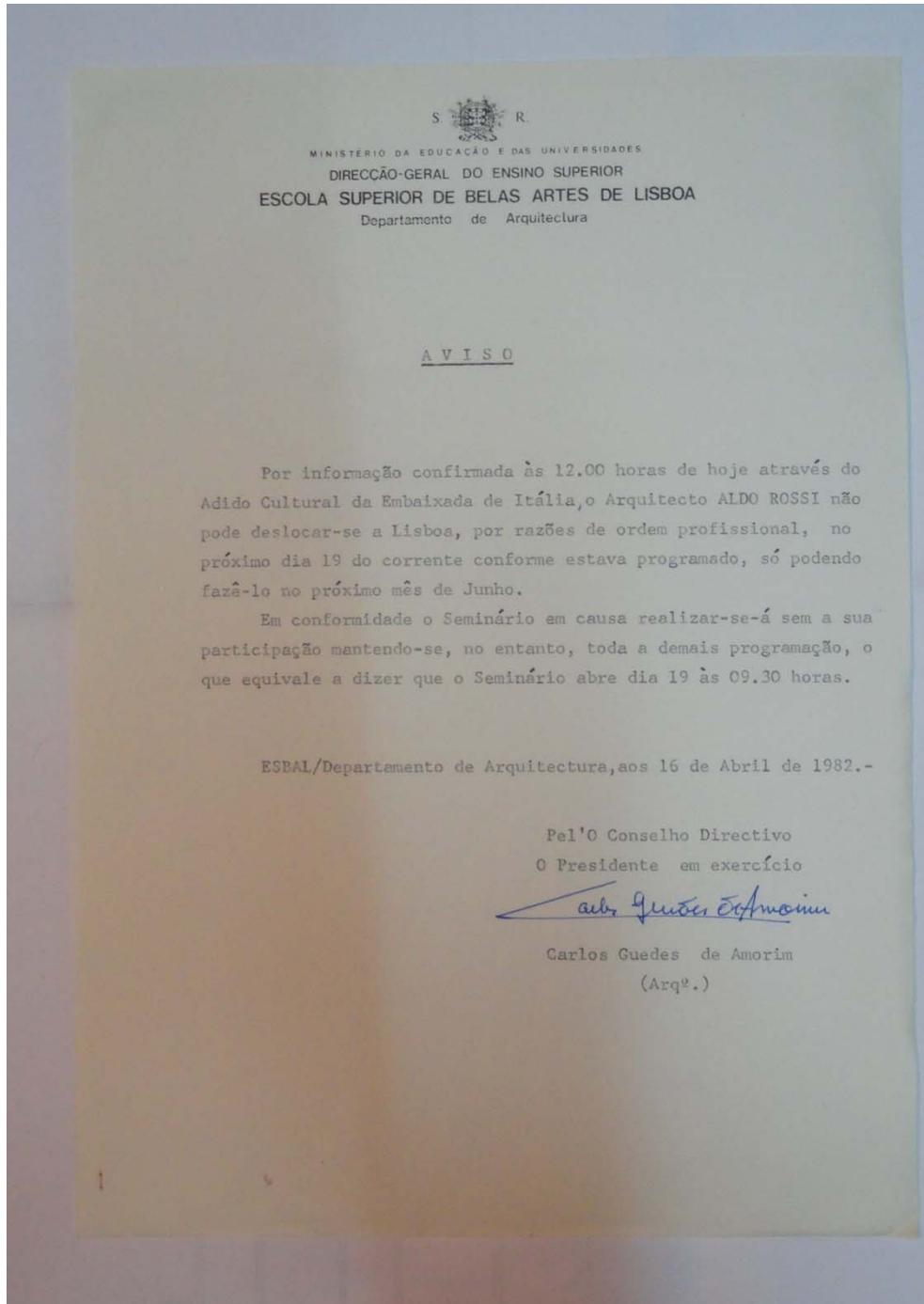
Kodak dá automóvel

Aida Maria da Silva Leitão Vieira, ao lado do administrador-delegado da Kodak, quando recebe o seu automóvel



Anexo XXX

Aviso da Escola acerca da impossibilidade de Aldo Rossi estar presente no 1º Simpósio Internacional de Arquitectura (Abril de 1982), como previamente anunciado. [Fundo FAUL]



Anexo XXXI

Programa do evento *Depois do Modernismo*. Inclui a programação dos colóquios. 1983.
[Arquivo NMS]

7 a 30 de Janeiro Lisboa 1983

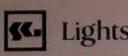


DEPOIS DO MODERNISMO

Programa

<p>• Sociedade Nacional de Belas-Artes <i>Exposição</i> R. Barata Salgueiro, 36</p>	<p>• Arquitectura <i>Exposição</i></p>	<p>• “Depois do Moderno” Adalberto Teixeira, A. de Souza Oliveira, A. Marques Miguel, A. Barreiros Ferreira, A. Belém Lima, B. Damião Alves, Cláudio C. Gomes, C. Lemonde de Macedo, Carlos Marques, Carlos S. Lameiro, Carlos Travaços, E. Cardim Evangelista, Fernando S. Salvador, J. Carrilho da Graça, João Paciência, J. Serpa de Vasconcelos, J. Vieira Caldas, J. Braizimha, J. Farello Pinto, J. Charters Monteiro, J. Santos-Rita Fernandes, J. Cabral Caldeira, J. Manuel Fernandes, J. Teles Grilo, Luiz Cunha, L. Lourenço Teles, L. Patrício Costa, L. Sá Machado, Manuel Bastos, M. Graça Dias, Manuel Lacerda, Manuel Vicente, Margarida Grácio Nunes, M.ª do Céu Barracas, M.ª Godinho de Almeida, M.ª Rosário Yvande, Michel Alves Pereira, M. Chabert Santos, Teresa Almorada, Tomaz D'Écy Leal, Troufa Real, Vicente Bravo Ferreira, Victor Consiglieri, Vítor Mestre.</p>
	<p>• Artes Visuais <i>Exposição</i></p>	<p>• “Catástrofes Elementares” Álvaro Lapa, Ângelo de Sousa, António Palolo, Cerveira Pinto, Gastão, José Barrias, José de Carvalho, Julião Sarmento, Jow Bato, Leonil Moura, Luis Serpa, Lurdes Rabaia, Mário Varela, Pedro Calapez, Rocha Pinto, Sérgio Pombal, Vítor Pomar.</p>
	<p>• Moda <i>Exposição</i> De 7 a 27 de Janeiro das 14 às 23 horas</p>	<p>• “Proposta de fato de trabalho para Artista-Pintor” Jasmim, Zica Gaivão, Ventura Abel, Vera Castro.</p>
<p>• Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa <i>Colóquios</i> Largo da Biblioteca Pública</p>		<p>• O Movimento Moderno morreu? Dia 22 (Sabado) – das 16 às 18 horas</p> <p>• Arquitectura agora! Dia 23 (Domingo) – das 10.30 às 12.30 horas</p> <p>• Arquitectura e o resto! Dia 23 (Domingo) – das 15 às 17 horas</p> <p>Eduardo Prado Coelho, João Vieira Caldas, José Manuel Fernandes, M.ª João Madeira Rodrigues, Michel Alves Pereira, Manuel Graça Dias, Nuno Portas, Pedro Vieira de Almeida.</p> <p>• Depois do Modernismo I Dia 24 (2.ª-feira) – das 18 às 20 horas</p> <p>Ernesto de Sousa, José Barrias, José Luis Porfírio.</p> <p>• A má Pintura e a ideia de Arte Dia 25 (3.ª-feira) – das 18 às 20 horas</p> <p>Cerveira Pinto, Leonil Moura, Mário Varela.</p> <p>• Depois do Modernismo II Dia 26 (4.ª-feira) – das 18 às 20 horas</p> <p>Germano Celant, Rudy Fuchs.</p>
	<p>• Música <i>Espectáculo</i></p>	<p>• “Por cima do silêncio...” Carlos Bechegas, Carlos “Zingaro”, Emília Rosa, Greg Moore, Jorge Valente, Victor Martins.</p>
<p>• Intermedia Espaço Alternativo R. Tenente Raúl Cascais, 1 B (a S. Mamade) Dias 7, 14, 21 (6.ª-feira) – 19.00 horas Dias 8, 15 (Sabado) – 20.30 horas</p>	<p>• Teatro da Graça <i>Teatro · Dança</i> <i>Espectáculo</i> Travessa de S. Vicente, 11 (à Graça)</p>	<p>• “Tanza – Variedades” Ana Rita Palmeirim, Cândida Vieira, Carlos “Zingaro”, Helena Vieira, João Natividade, Joaquim Leitão, José Ribeiro da Fonte, Nuno Carabias, Nuno Vieira de Almeida, Paula Massano, Ricardo Pais, Rui Borge, Teresa Madruga.</p>

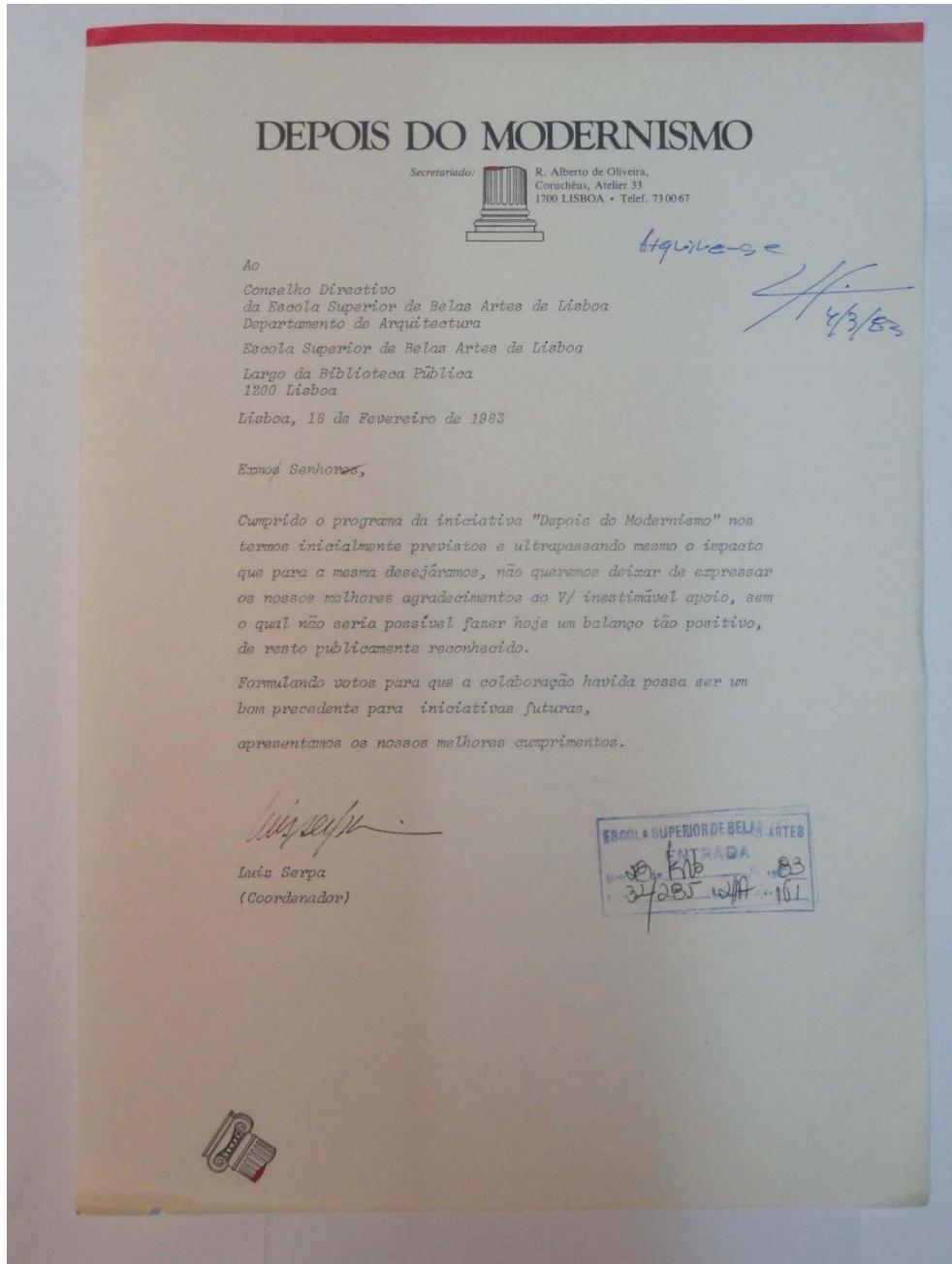
Dias 22, 23, 24, 25 e 26

Patrocínio  Patrocínio 

Subsídios: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA · FUNDAÇÃO C. GULBENKIAN

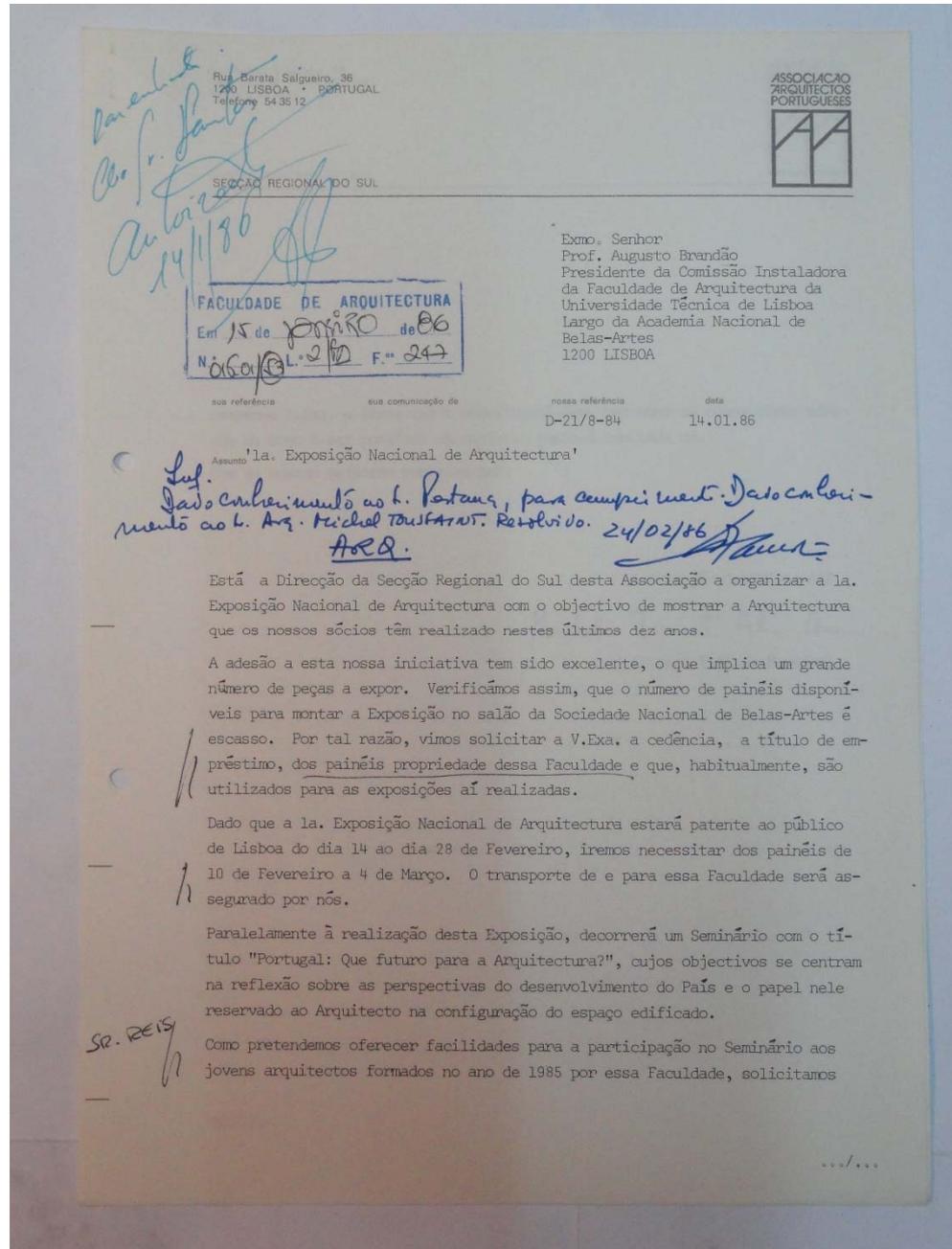
Anexo XXXII

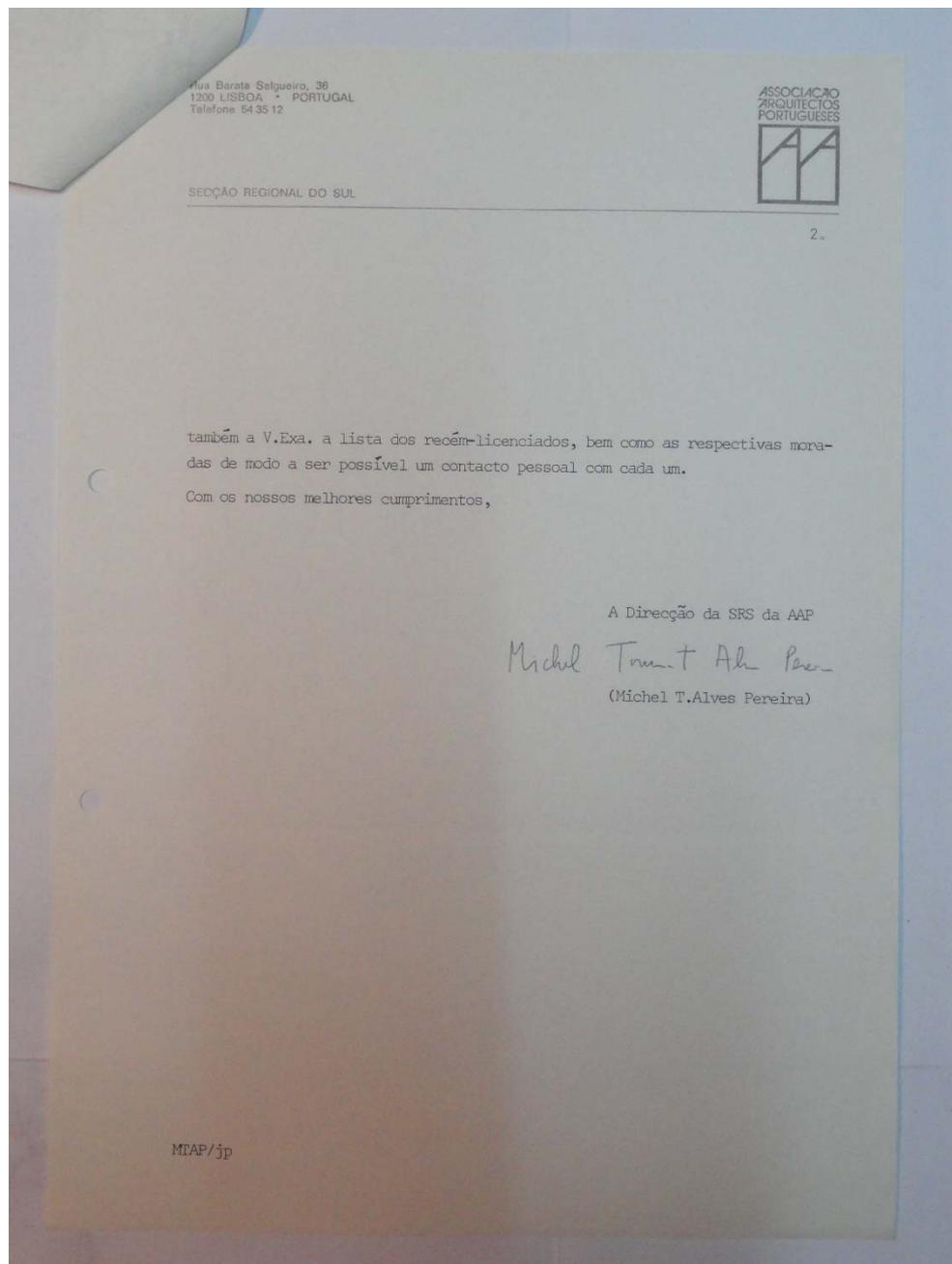
Carta timbrada assinada por Luís Serpa enviada ao Conselho Directivo da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, agradecendo o seu apoio no evento *Depois do Modernismo*. 18 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XXXIII

Carta da Direcção da Secção Regional Sul da Associação dos Arquitectos Portugueses (assinada por Michel Toussaint Alves Pereira) a Augusto Brandão solicitando painéis para a Exposição Nacional de Arquitectura, bem como lista de recém-licenciados. 14 de Janeiro de 1986. [Fundo FAUL]





Índice de Anexos Capítulo 4.3

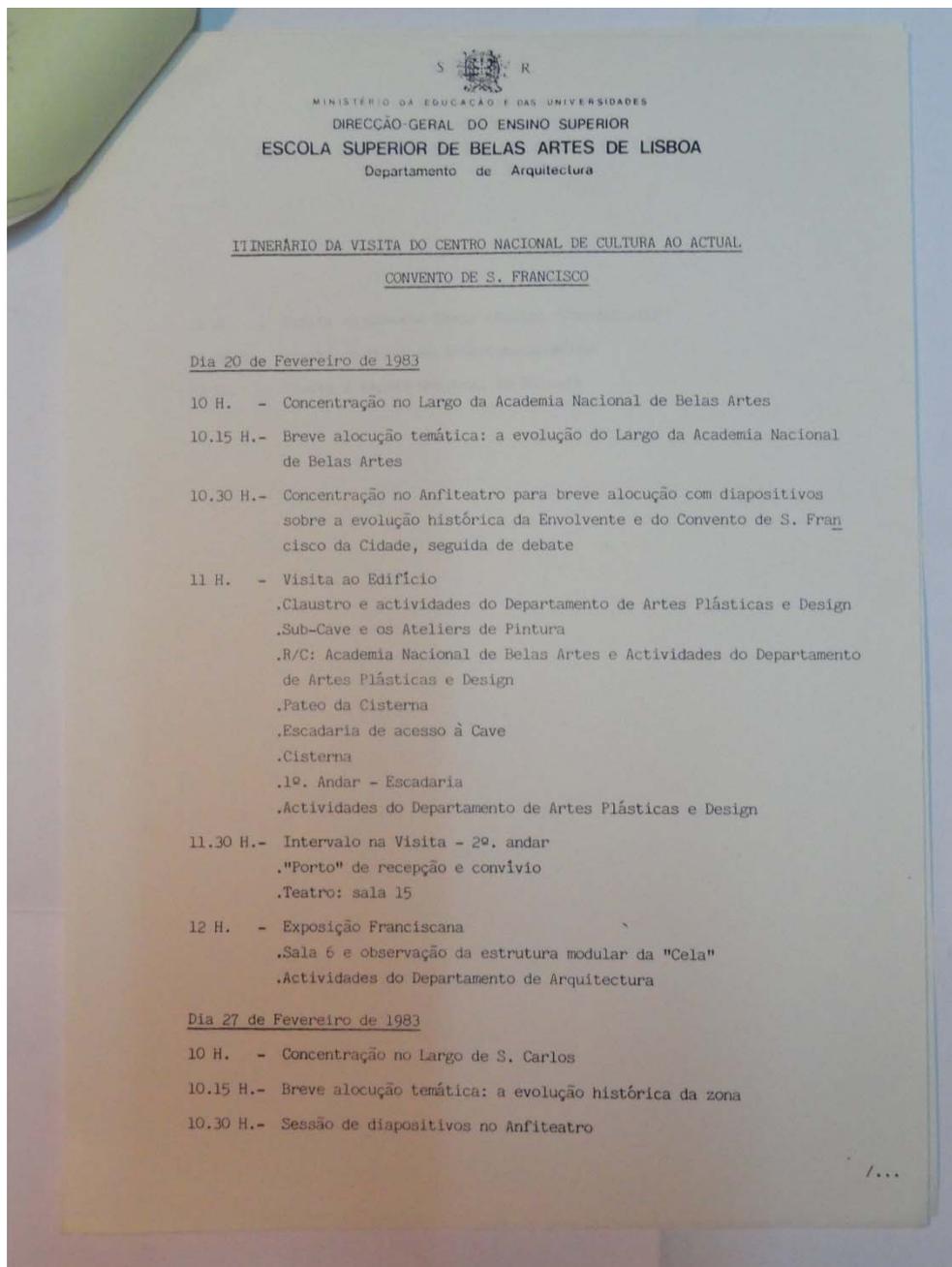
- Anexo I** Programa relativo a “Passeio de Domingo” do Centro Nacional de Cultura ao convento de S. Francisco da Cidade (ESBAL); fornecido pelo Departamento de Arquitectura. (s.d.) ca Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo II** Notícia acerca de “Passeio de Domingo” do Centro Nacional de Cultura ao convento de S. Francisco da Cidade (ESBAL). (s.d.) ca Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo III** Programa do evento e Exposição “EBAL 1900-1930. Encontro com Dez Alunos”. 22 de Junho a 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo IV** Convite de Augusto Brandão a um grupo de docentes para assistirem, com as suas turmas, a uma palestra por José Pages Madrigal. Rubricado pelos respectivos docentes. 18 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo V** Convite de Augusto Brandão a um grupo de docentes para assistirem à inauguração da Exposição subordinada ao tema “Princípios Básicos da Arquitectura” elaborada por Rolf Lederbogen. Rubricado por diversos docentes. 14 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo VI** Documento de divulgação escrito (interno) da Exposição do projecto “Valparaíso”, do arquitecto chileno Rodrigo Perez de Arce, a ter lugar na ESBAL de 24 a 30 de Janeiro de 1983. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo VII** Programa da visita de Paolo Portoghesi a Portugal nos dias 24 a 29 de Abril de 1984. Excerto. 10 de Abril de 1984 (data de entrada do Programa na ESBAL). [Fundo FAUL]
- Anexo VIII** Convite da Associação de Estudantes de Arquitectura ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL para visitar uma Exposição de trabalhos de Manuel Vicente que esta promove, bem como a estar presente num colóquio com a sua presença, no dia 13 de Janeiro de 1982. 12 de Janeiro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo IX** Fotografias do “convívio do caloiro” (Dezembro de 1982), da “primeira festa final” de ano (1981/82) e da “primeira Feira do Livro de Arquitectura” (Fevereiro de 1984). Referências e datas das fotografias junto às mesmas. [Arquivo AEFA]
- Anexo X** “Inquérito pedagógico sobre o ano lectivo que agora termina”; da iniciativa dos estudantes. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XI** Carta da Direcção da Associação de Estudantes de Arquitectura ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL solicitando apoio

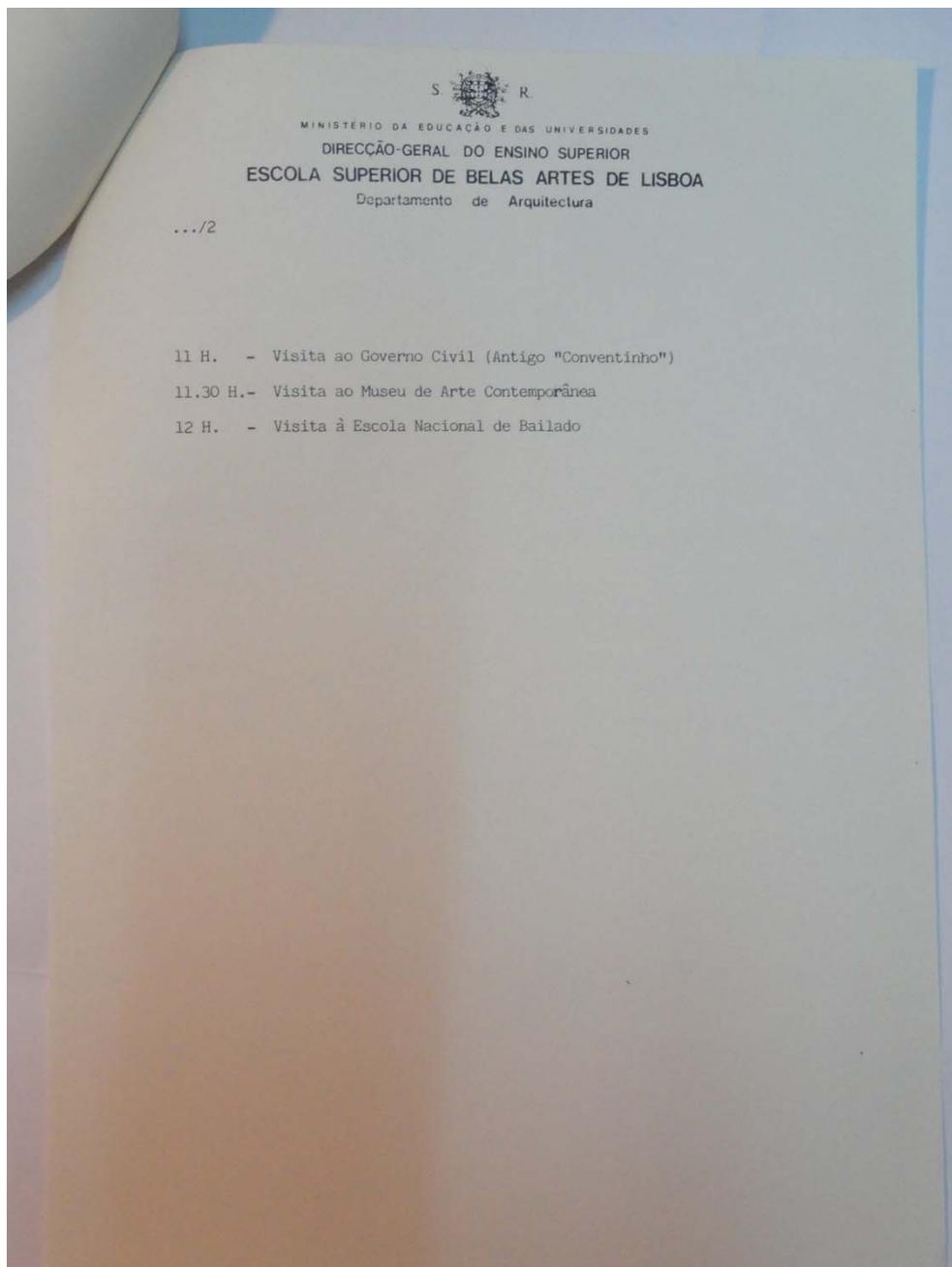
- financeiro para a realização de um Concurso/Exposição de Banda Desenhada. 6 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XII** Primeira página de um trabalho escolar de Sociologia, da autoria de Penim Loureiro, intitulado “Leo na Terra do Papel”. 26 de Fevereiro de 1984. [Arquivo PL]
- Anexo XIII** Banda (recorte) de trabalho escolar de Sociologia, da autoria de Penim Loureiro, intitulado “Leo na Terra do Papel”. Ilustra debate que se vivia na classe e que também contagiava o interior da Escola, acerca do pós-modernismo. 26 de Fevereiro de 1984. [Arquivo PL]
- Anexo XIV** Fotografia dos prémios das três edições dos Concursos/Exposições de Banda Desenhada ocorridos na ESBAL nos anos 80. Respectivamente, da esquerda para a direita: 1983, 1984 e 1986. [partilha Facebook]
- Anexo XV** Fotogramas de videogramas das duas “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1983 e Julho de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Carta da Comissão Organizadora do “Animação da Área do Chiado” à Administração do Banco Espírito Santo onde explica de que se trata a iniciativa, solicitando doação de donativos. Anexa Projecto da iniciativa. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** Programa oficial do primeiro “Animação da Área do Chiado”. (s.d.) ca Julho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** Fotografia de Álvaro Rosendo de pintura mural da fachada do convento de S. Francisco da Cidade. Inserida nas actividades do “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1985. [Arquivo AR]
- Anexo XIX** Excerto de *Relatório das Actividades do departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983* onde Augusto Brandão refere pensar montar um “pequeno estúdio para a captação e reprodução de imagens filmadas ou gravadas em vídeo-cassete”. 28 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Resposta da Radiotelevisão Portuguesa (RTP) ao Presidente do Conselho Directivo a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa dizendo que não é possível a assistência de funcionários dessa Escola ao Curso de Operadores já a decorrer. 29 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Carta de A. Pardal Monteiro anexada ao envio de “três exemplares do projecto das obras a efectuar com vista à criação de um estúdio de TV nas instalações do Departamento.” 2 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXII** Anexo ao PIDDAC de 1981 onde é colocado o item “Laboratório e Análise de Maquetes e Espaço” indicando a aquisição de equipamento de TV e vídeo. (s.d.) ca 1981. [Fundo FAUL]

- Anexo XXIII** Anexo ao PIDDAC de 1983 (excerto) onde são colocadas fases de aquisição de equipamento que permita “iniciar a montagem do estúdio de video-tape”. (s.d.) ca 10 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIV** Solicitação relativa ao PIDDAC de 1983 onde são distinguidos os itens “Aquisição de material de vídeo” de “Laboratório de Análise de Maquetes e Espaço”. 6 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** Memorando interno de Fausto Amaro (assistente do DA-ESBAL) a Augusto Brandão onde este propõe a “comercialização de produtos vídeo” já elaborados pelo Departamento. 14 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVI** Uma das designações e símbolos do Sector de Produção de Audio-Visuais do DA-ESBAL. Carta que refere a cobertura, em termos de reportagem, das “1^{as} Jornadas Luso-brasileiras do Património”, a ser disponibilizadas em U-Matic (Low Band), VHS ou Betamax. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVII** Pedido do Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL ao Instituto Português do Cinema para empréstimo de filmes a serem divulgados no âmbito da primeira edição do “Animação da Área do Chiado”. 27 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVIII** Carta de Luís Serpa a Augusto Brandão solicitando “a presença de uma equipe de vídeo” do DA-ESBAL para o registo do colóquio a realizar no âmbito da Exposição subordinada ao tema “Desenhos de Arquitectura”. 12 de Maio de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIX** “Proposta de Animação Audiovisual sobre projectos de Arquitectura e Urbanismo” por um grupo de arquitectos ligados à ESBAL e engenheiros do IST. (s.d.) ca Maio de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XXX** Notícia de jornal que testemunha que Tomás Taveira deseja inaugurar um curso de Cinema e alugar alguns espaços do novo edifício da Faculdade ao canal SIC. Junho de 1989. [Arquivo FAUP]
- Anexo XXXI** Excertos de videograma 12. *Cadeiras de Rietveld. Aula de Desenho Analítico. Daciano da Costa*. [Denominação do Fundo FAUL]. 1 de Fevereiro de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXII** Excertos de videograma 832. *Tedio*. [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1980. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXIII** Excertos de videograma 18. *Introducao a Semantica. Jose Gorjao Jorge*. [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXIV** Excertos de videograma 23. *Tomas Taveira. Projectos. Tomas Taveira*. [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1985. [Fundo FAUL]

Anexo I

Programa relativo a "Passeio de Domingo" do Centro Nacional de Cultura ao convento de S. Francisco da Cidade (ESBAL); fornecido pelo Departamento de Arquitectura. (s.d.) ca Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]





Anexo II

Notícia acerca de "Passeio de Domingo" do Centro Nacional de Cultura ao convento de S. Francisco da Cidade (ESBAL). (s.d.) ca Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]



Esta gravura do século XVIII do Convento de S. Francisco dá testemunho da sua imponência e mostra como ainda então nem se suspeitava que futuro laico iria ter

Para os sócios do CNC em "Passeio de Domingo"

Bertolt Brecht representado no Convento de S. Francisco

Quem ontem foi ao passeio de domingo ficou surpreendido. Já no fim de uma visita esclarecedora ao antigo Convento de S. Francisco, pela representação de «A Boda dos Paisanos Burgueses» de Bertolt Brecht. Quanto ao edifício, ficou claro como centenárias fundações podem ganhar utilização bem diversa, com a passagem dos anos.

Aspecto decisivo que marca a vida de um edifício desde que é concebido, construído, utilizado e reutilizado, até que desapareça na poeira do tempo, e precisamente a história das gerações que por ele passam, deixando-lhe bem viva uma sucessão heterogênea de caracterizações.

Criado com o objectivo de servir uma prática religiosa, de que foram protagonistas os frades franciscanos, o enorme edifício — produto entre outras alterações de traço de uma ampliação — é contemporaneamente instrumento privilegiado de utilizações diversas como o ensino a Policia, as artes e o académico. Nesta sólida construção datando quanto as primeiras estruturas do século XIII por iniciativa de dois irmãos de S. Francisco de Assis — frei Zacarias e frei Quiliter — e com a vertice da infantia Sanchez, desce para o rei Afonso II, coexistem hoje a Escola Superior de Belas-Artes, a Academia Nacional de Belas-Artes e o Governo Civil de Lisboa.

A Escola Superior de Belas-Artes, integrada os cursos de Arquitectura e de Artes Plásticas (pintura, escultura e Design) A visita às instalações alia detentoria destas escolas, autónomas, administrativa e financeiramente, permitiu aos membros do Centro Nacional de Cultura dialogarem com elementos dos respectivos corpos docentes (Filipe de Sousa, Hélder Bastião e Carlos Santos), bem como avaliar

alguns trabalhos expostos pelos alunos nas simples paredes do antigo convento.

Paredes, onde perpassa o testemunho de gerações sucessivas, o que aliás, os actuais ocupantes procuram preservar e, mesmo, redescobrir, pois obras isoladas — ou a realizar — têm possibilidade, nomeadamente com o derribamento das paredes que limitavam especialmente os locais de recolhimento dos monges, encontrar momentos da vivência religiosa dos antigos franciscanos, tais como pedras tumulares.

Outra forma de bracoço — lugar físico, pode dizer-se — ao passado, e o cuidado, de preservar tudo quanto se encontra, sem que tal signifique inutilidade contemporânea, mas, antes, revestindo os objectos de novas finalidades que seriam certamente indispensáveis para os seus primeiros criadores.

Tal esforço de recriação e patência no conjunto de obras de escultura que povoam os corredores, pátios e comedores das aulas de escultura, na maior parte estátuas de creta que reproduzem os principais modelos clássicos, principalmente os da escola romana de que há muitos e as arcaísmos do renascimento.

Importante será também a recuperação da enorme cisterna, vasta de água, por meio de obras realizadas há década e meia, tornando-a num privilegiado espaço de convívio, susceptível de permitir utilização inovadora, tal como para a realização de espectáculos audiovisuais e colectivos.

Palando de espectáculo, retornamos à pesada surpresa em um solo ontem oferecida nos espaços de domínios, pelos anfitriões, com a inspirada co-locação do Grupo de Invenção Teatral da Tralart.

No fim de um percurso didac-

tico, em que actividades lectivas e artísticas se entrecruzam com perspectivas monumentais, todos foram conduzidos a uma sala a que claustros seculares dão a denominação, onde os aguardava uma representação teatral hilariante e caustica, encaixada e própria da produção dramática do seu autor e do repertório habitual do GHTT. Quanto à Academia Nacional de Belas-Artes, teve de ser vista de relance. A ausência de qualquer das suas responsabilidades, impediu um conhecimento mais, circunstanciado da velha instituição, que dispôs de uma biblioteca de livros sobre arte que e das mais completas do mundo.

Parceiros dados pela academia contrastaram para que fossem sustidos acentados contra o património cultural, tais como vertiam sido a demolição da Igreja de S. Julião (ao lado dos Paços do Concelho) ou a edificação de uma leira em frente ao Jerónimo.

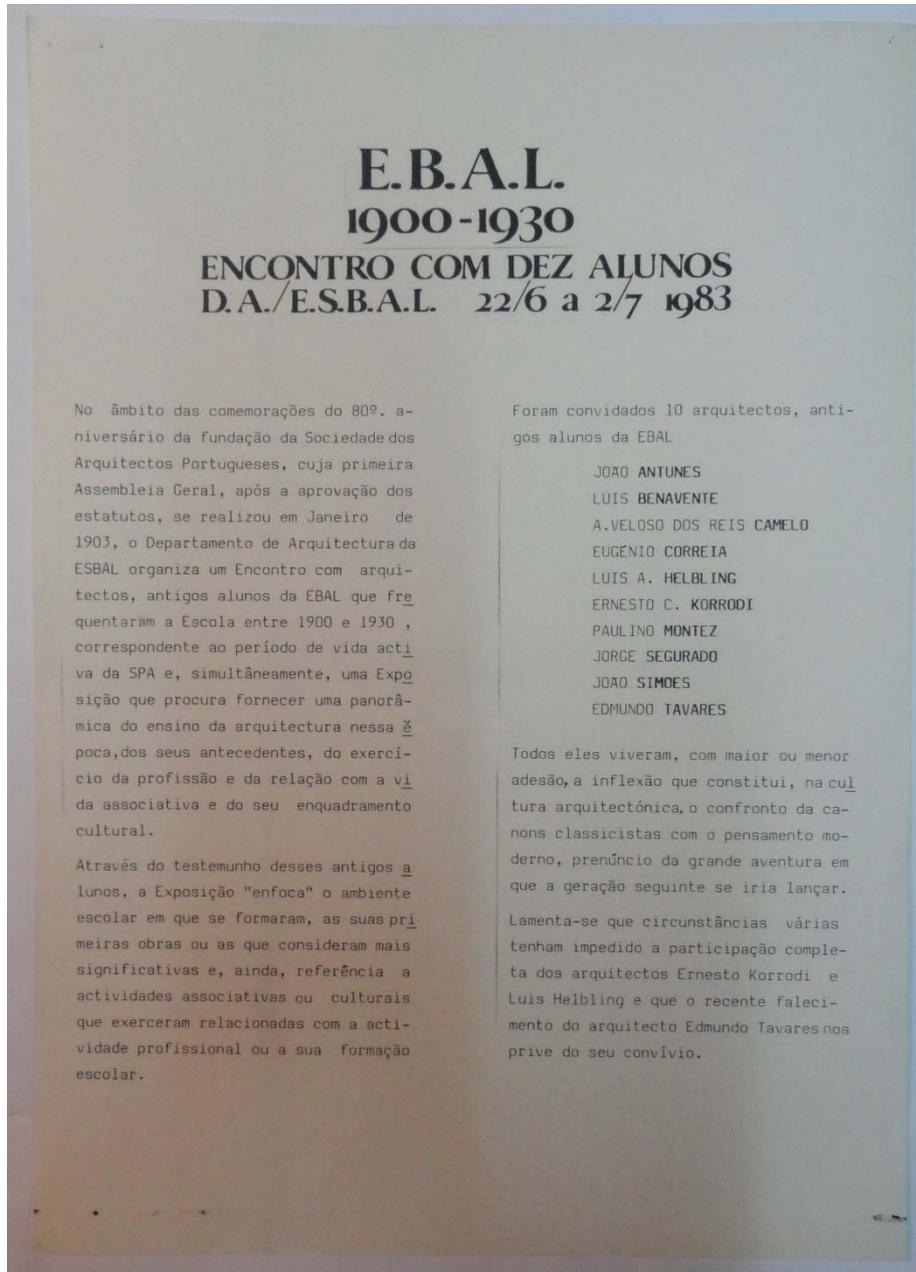
Problemas actuais das duas escolas superiores puderam ser sentidos pelos visitantes, assim como foram perceptíveis os esforços inconformados para responder às limitações com iniciativas concretas.

No caso do Departamento de Arquitectura, além da produção de trabalhos para o exterior, que subsidiam parcialmente a sua subsistência, retiramos a recuperação, feita pelos próprios professores, estudantes e outros funcionários, de algumas dependências.

Tal atitude positiva interliga-se com a ambiência, provavelmente favorável ao estudo arquitectónico e das artes plásticas e industriais, de um espaço amplo, mas tão amplo e sóbrio que permite a montagem de dois microcomputadores, a sala da franciscana.

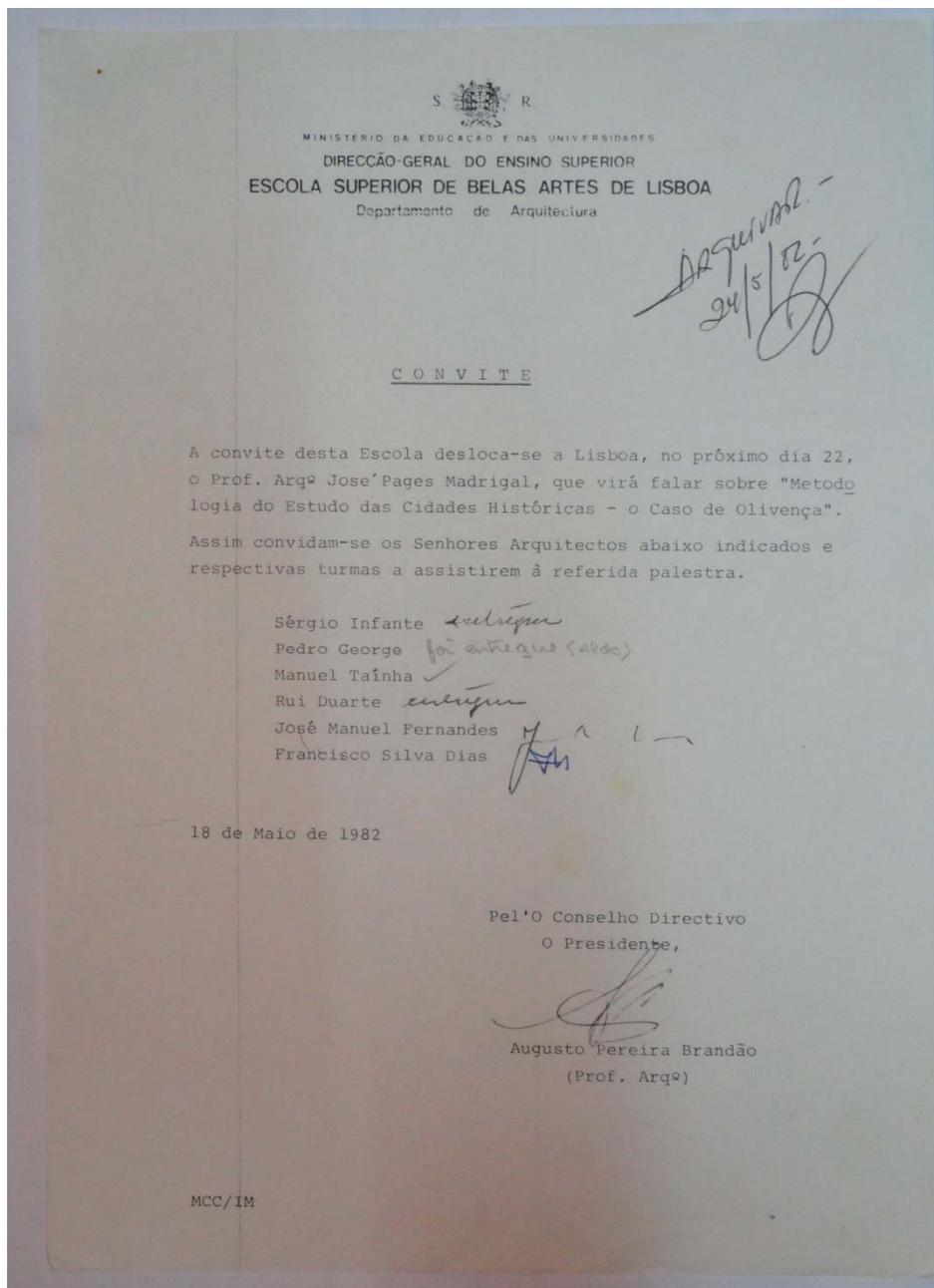
Anexo III

Programa do evento e Exposição "EBAL 1900-1930. Encontro com Dez Alunos". 22 de Junho a 2 de Julho de 1983. [Fundo FAUL]



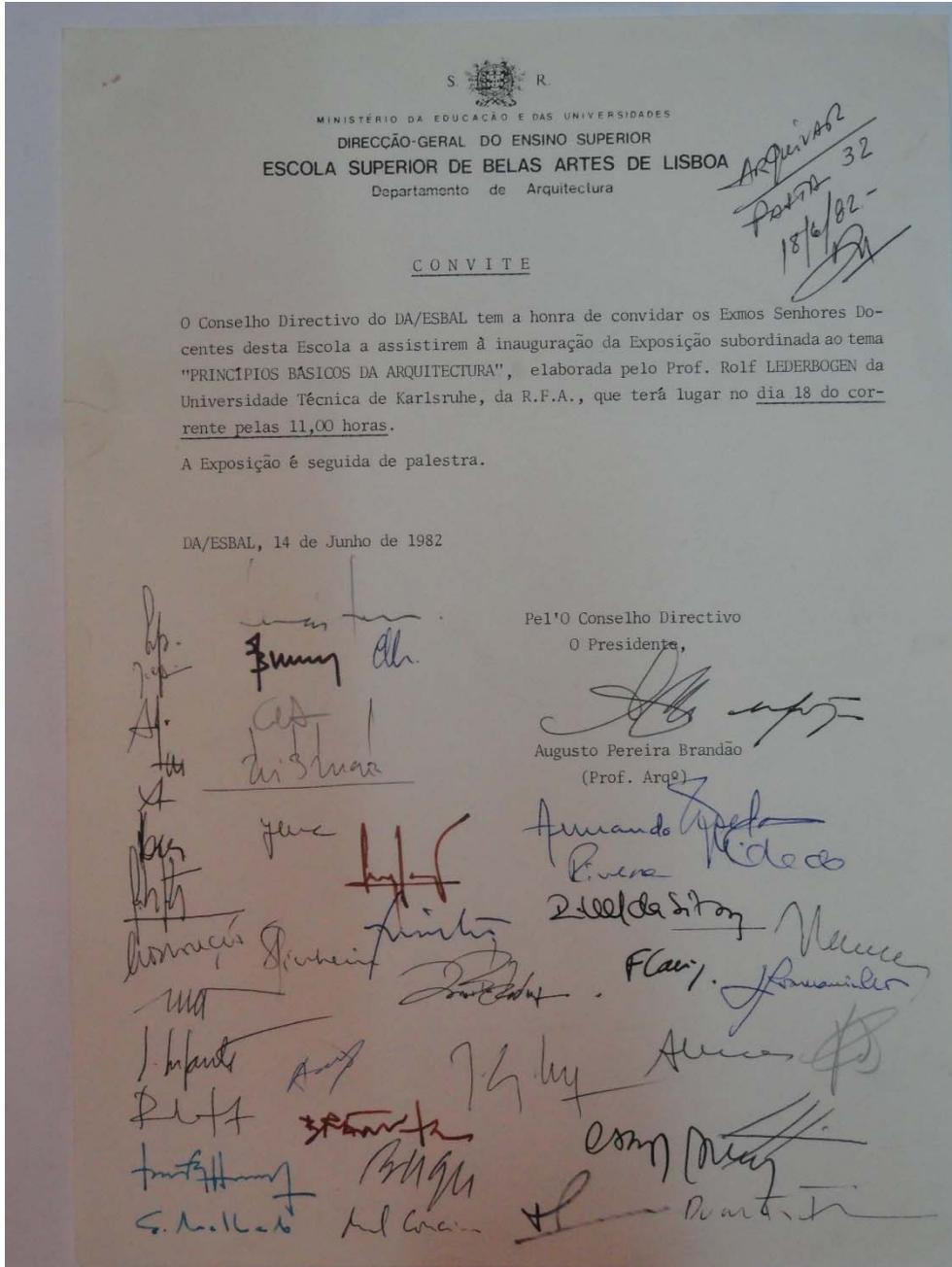
Anexo IV

Convite de Augusto Brandão a um grupo de docentes para assistirem, com as suas turmas, a uma palestra por José Pages Madrigal. Rubricado pelos respectivos docentes. 18 de Maio de 1982. [Fundo FAUL]



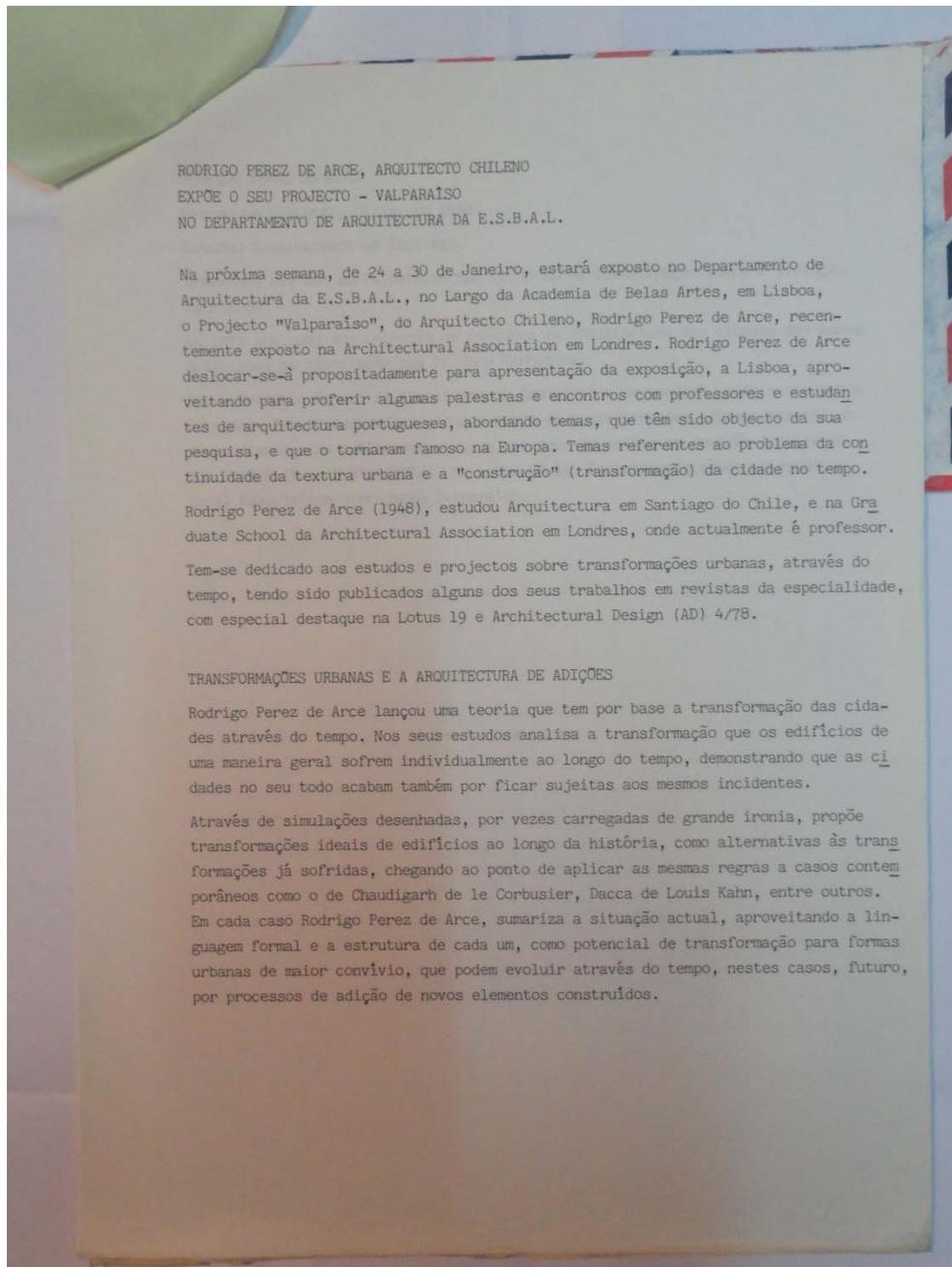
Anexo V

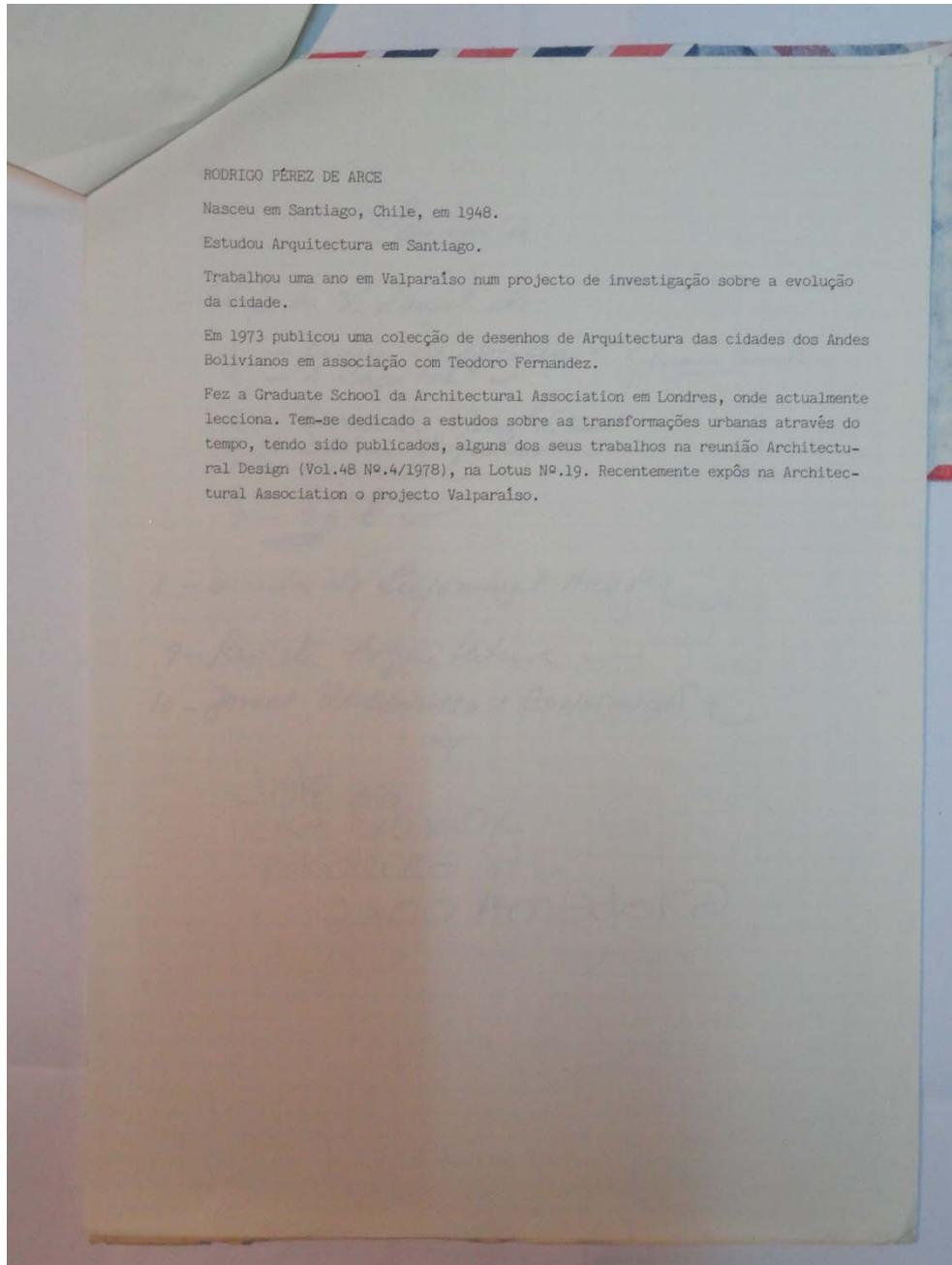
Convite de Augusto Brandão a um grupo de docentes para assistirem à inauguração da Exposição subordinada ao tema "Princípios Básicos da Arquitectura" elaborada por Rolf Lederbogen. Rubricado por diversos docentes. 14 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo VI

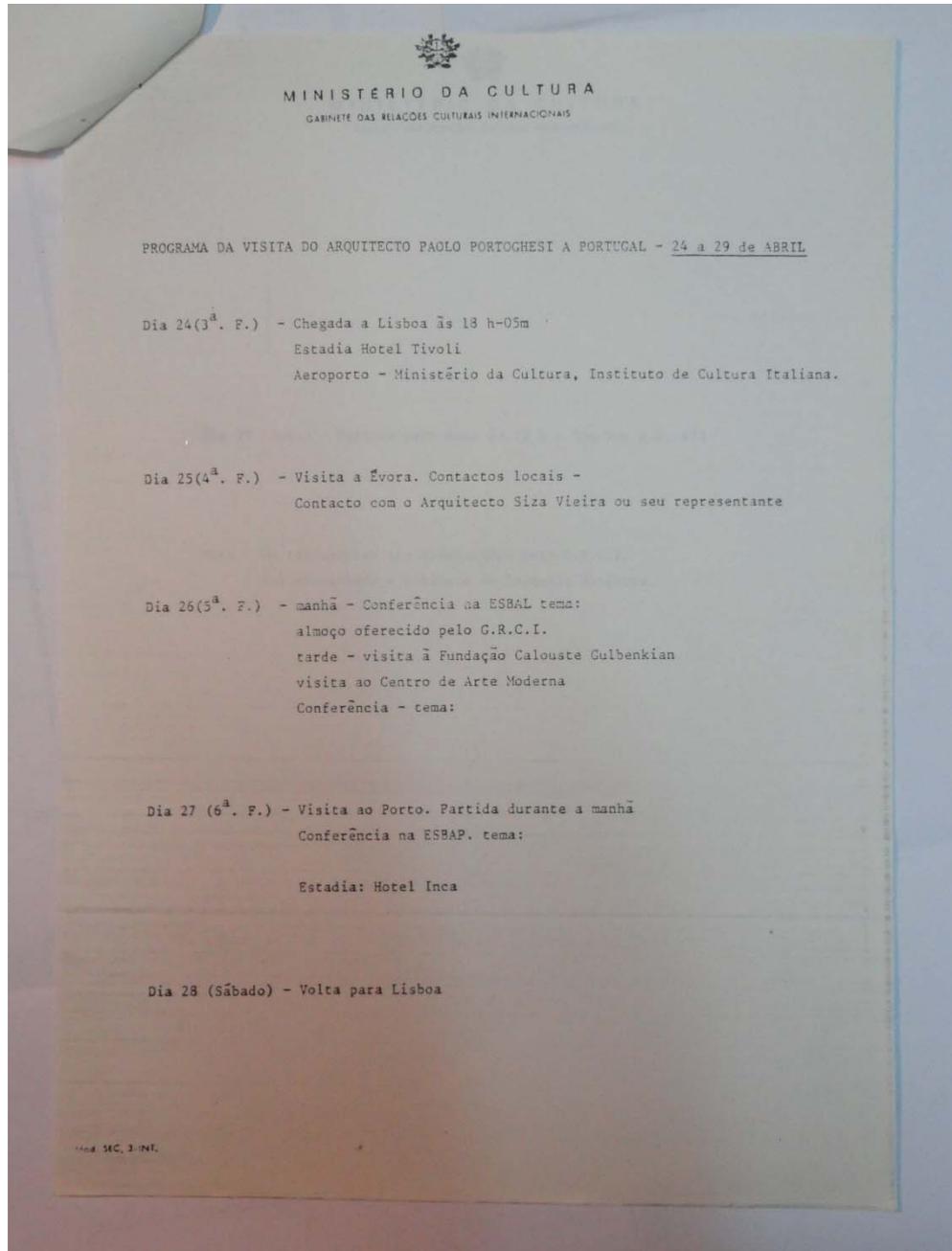
Documento de divulgação escrito (interno) da Exposição do projecto "Valparaíso", do arquitecto chileno Rodrigo Perez de Arce, a ter lugar na ESBAL de 24 a 30 de Janeiro de 1983. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]





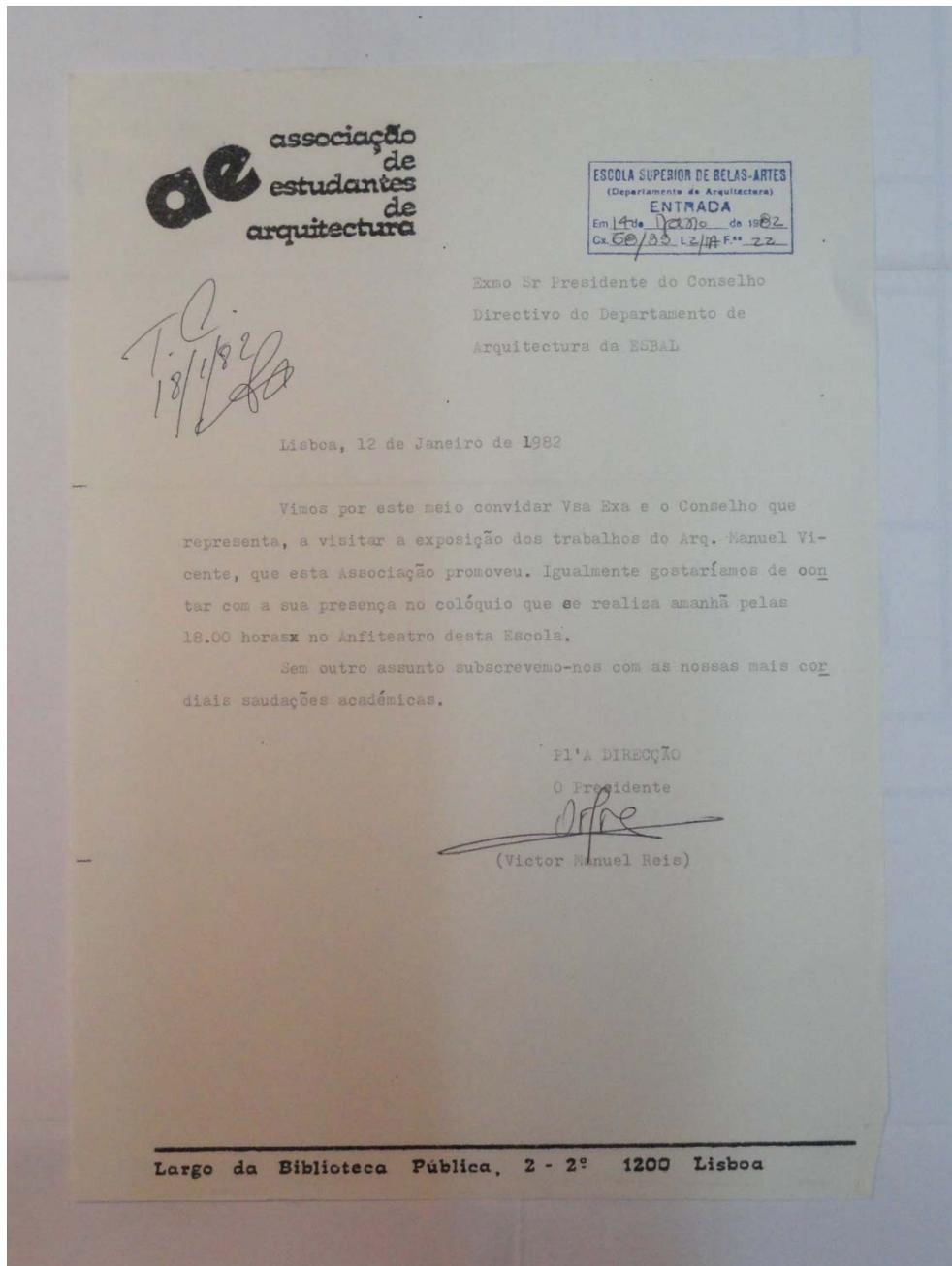
Anexo VII

Programa da visita de Paolo Portoghesi a Portugal nos dias 24 a 29 de Abril de 1984.
Excerto. 10 de Abril de 1984 (data de entrada do Programa na ESBAL). [Fundo FAUL]



Anexo VIII

Convite da Associação de Estudantes de Arquitectura ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL para visitar uma Exposição de trabalhos de Manuel Vicente que esta promove, bem como a estar presente num colóquio com a sua presença, no dia 13 de Janeiro de 1982. 12 de Janeiro de 1982. [Fundo FAUL]



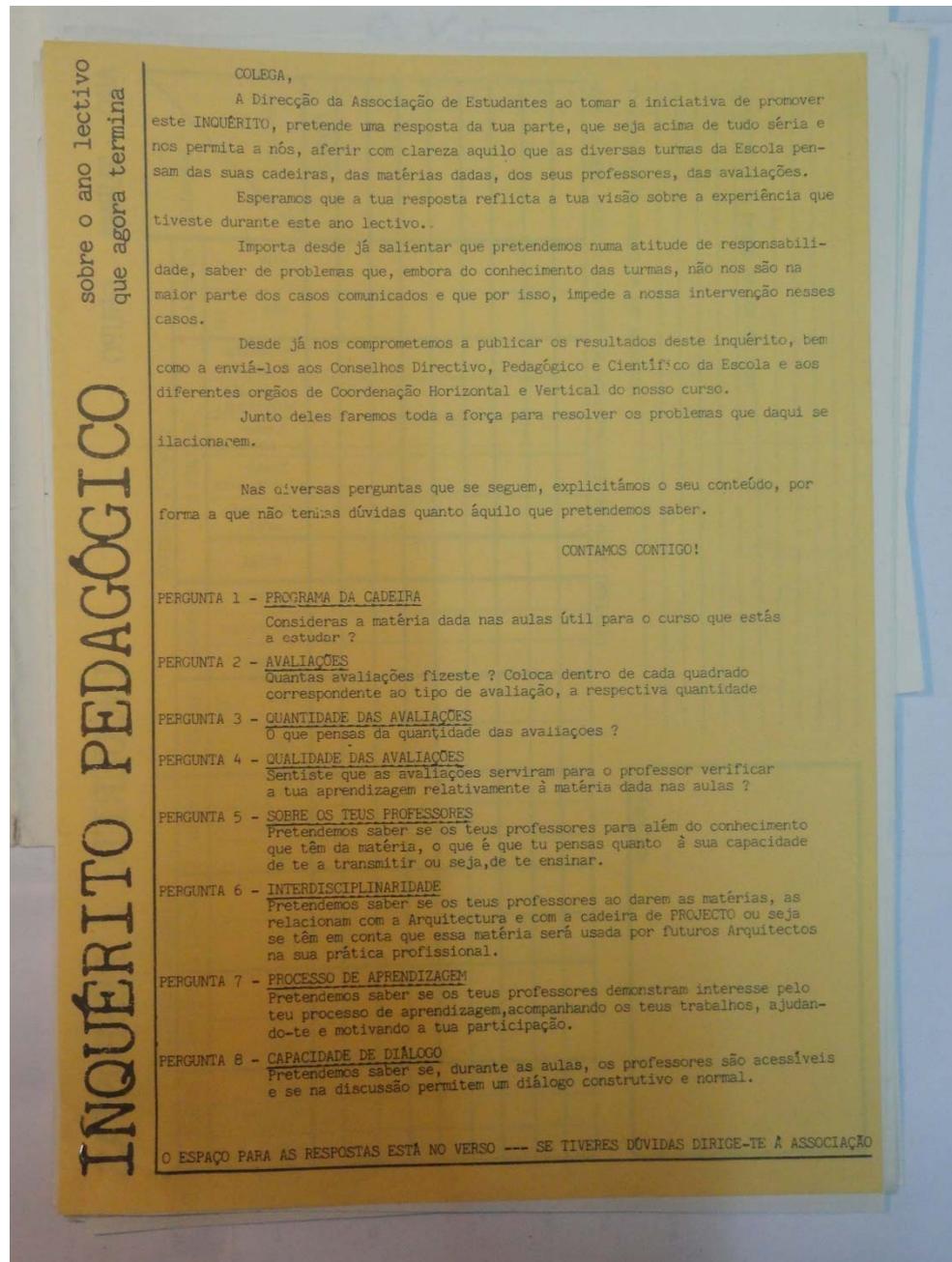
Anexo IX

Fotografias do “convívio do caloiro” (Dezembro de 1982), da “primeira festa final” de ano (1981/82) e da “primeira Feira do Livro de Arquitectura” (Fevereiro de 1984). Referências e datas das fotografias junto às mesmas. [Arquivo AEFA]



Anexo X

“Inquérito pedagógico sobre o ano lectivo que agora termina”; da iniciativa dos estudantes. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]



INQUÉRITO / RESPOSTAS

ANO **TURMA** **GRUPO**

QUANTO ÀS CADEIRAS

QUANTO AOS PROFESSORES

Perguntas Cadeiras PROJECTO	PERGUNTA 1		PERGUNTA 2						PERGUNTA 3								PERGUNTA 4		PERGUNTA 5		PERGUNTA 6		PERGUNTA 7		PERGUNTA 8				
	sim	não	trabalho de grupo	trabalho individual	teste c/ consulta	teste e/ consulta	discussão	oral	TOTAL	muitas	correctas	poucas	sim	(b)	nao	(b)	boa	má	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	

NOTA: SE TENS CADEIRAS ATRASADAS DE OUTRO ANO PREENCHE OUTRO INQUÉRITO

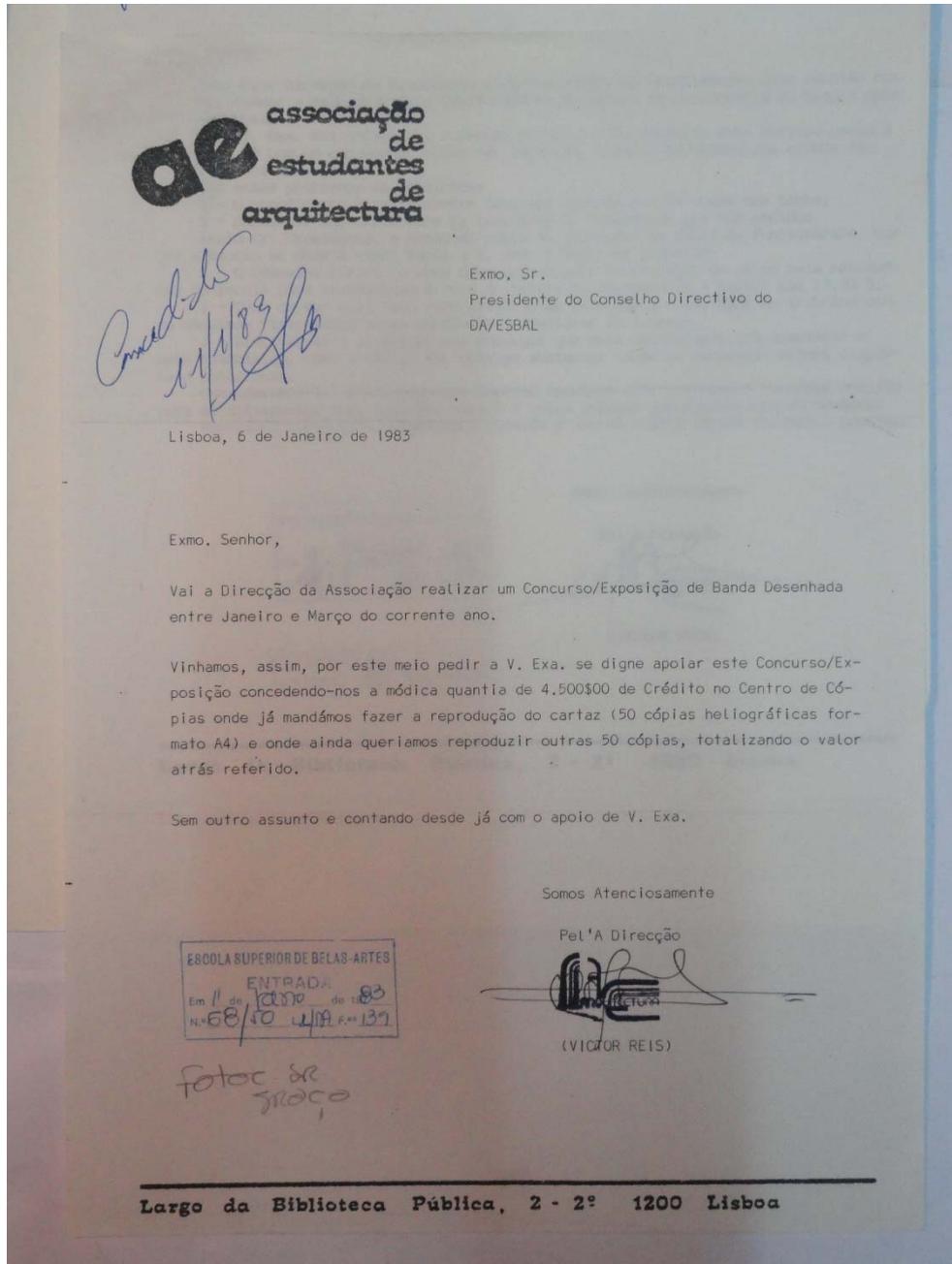
(a) EXPLÍCITA AS RAZÕES DA TUA RESPOSTA _____

(b) EXPLÍCITA AS RAZÕES DA TUA RESPOSTA _____

OBSERVAÇÕES

Anexo XI

Carta da Direcção da Associação de Estudantes de Arquitectura ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL solicitando apoio financeiro para a realização de um Concurso/Exposição de Banda Desenhada. 6 de Janeiro de 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XII

Primeira página de um trabalho escolar de Sociologia, da autoria de Penim Loureiro, intitulado "Leo na Terra do Papel". 26 de Fevereiro de 1984. [Arquivo PL]



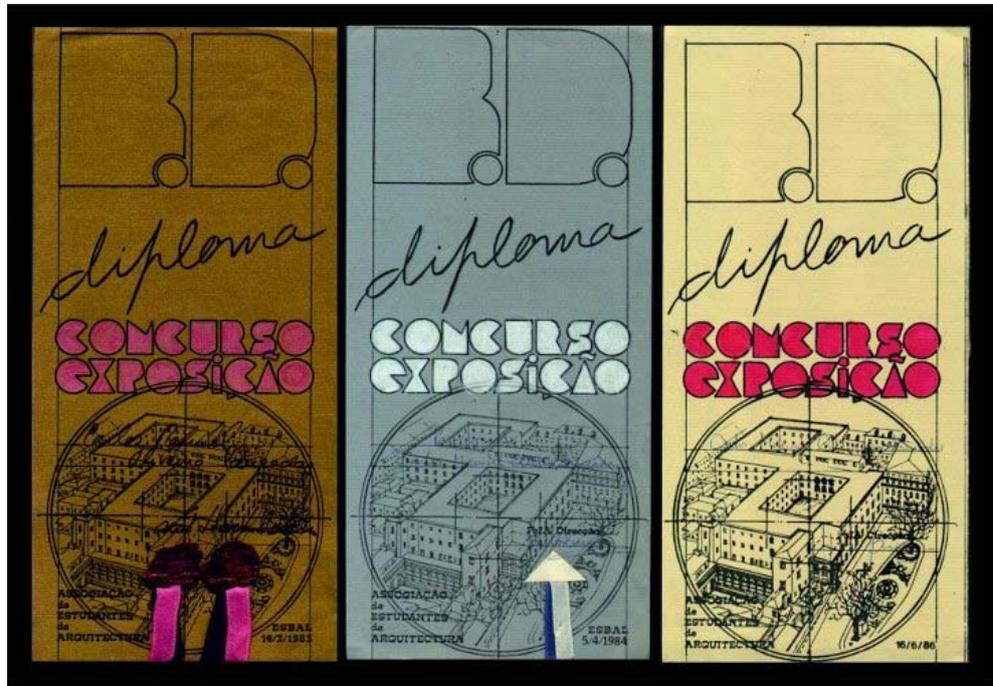
Anexo XIII

Banda (recorte) de trabalho escolar de Sociologia, da autoria de Penim Loureiro, intitulado “Leo na Terra do Papel”. Ilustra debate se se vivia na classe e que também contagiava o interior da Escola, acerca do pós-modernismo. 26 de Fevereiro de 1984. [Arquivo PL]



Anexo XIV

Fotografia dos prémios das três edições dos Concursos/Exposições de Banda Desenhada ocorridos na ESBAL nos anos 80. Respectivamente, da esquerda para a direita: 1983, 1984 e 1986. [partilha Facebook]



Anexo XV

Fotogramas de videogramas das duas “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1983 e Julho de 1985. [Fundo FAUL]



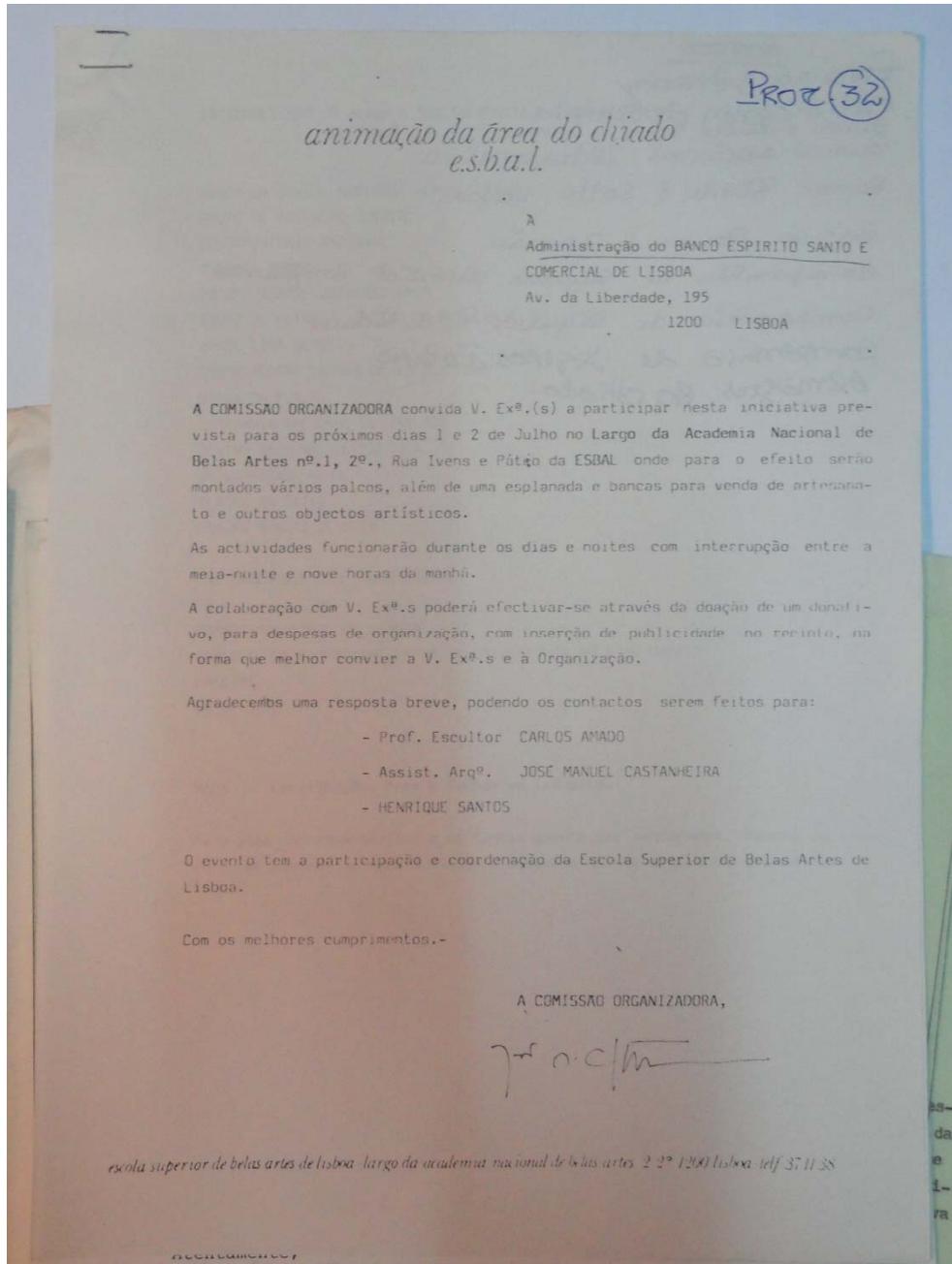


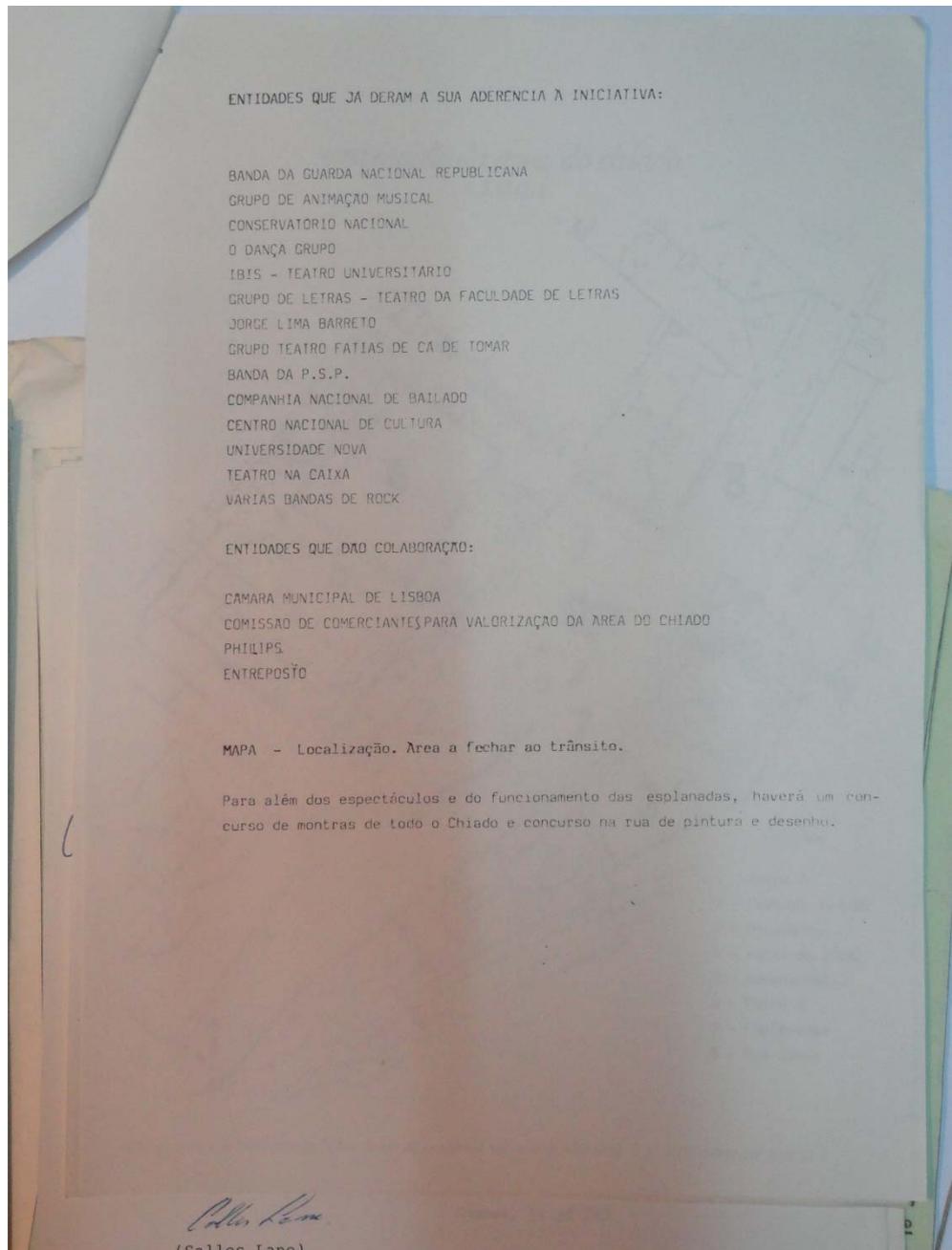


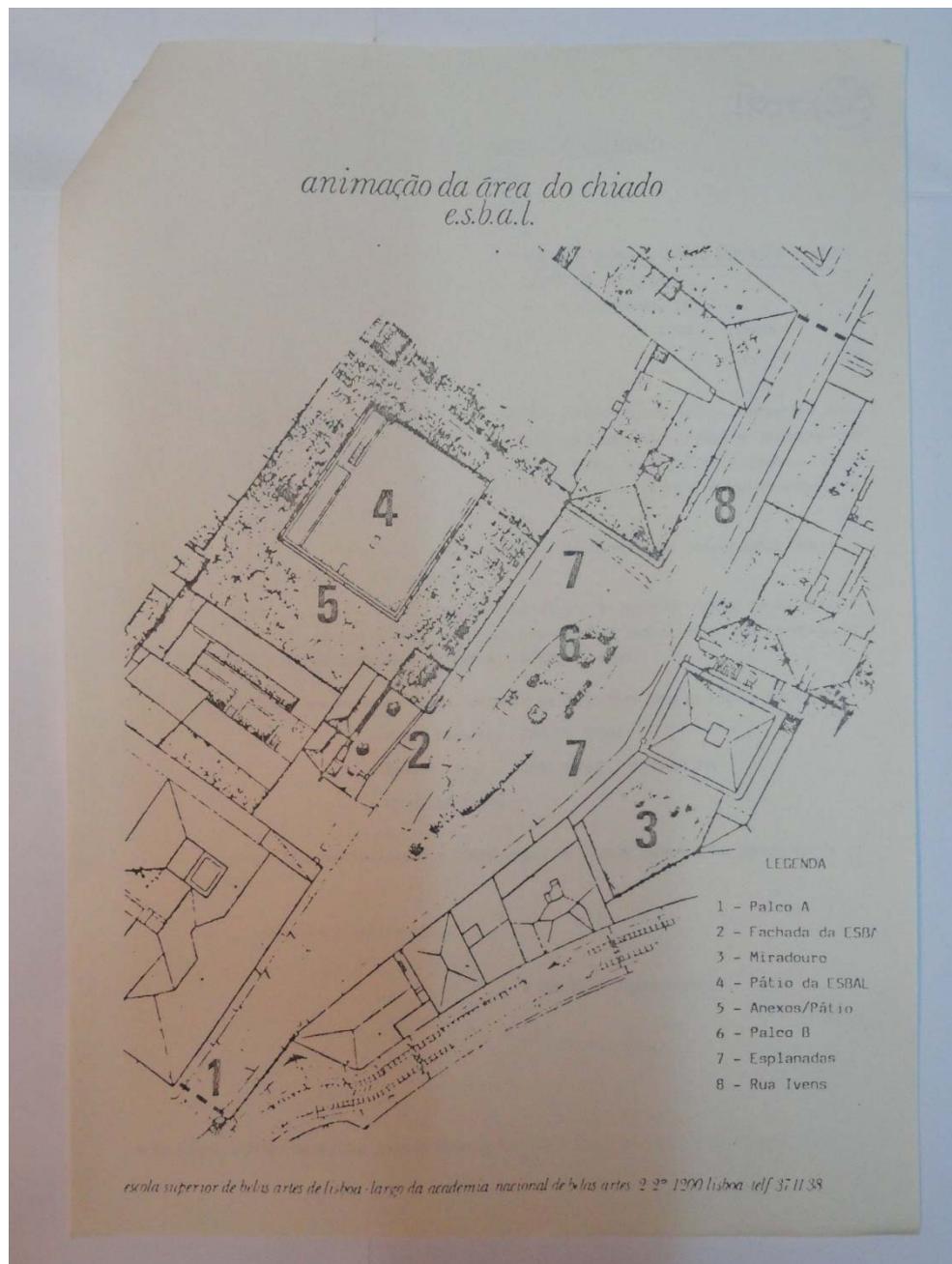


Anexo XVI

Carta da Comissão Organizadora do “Animação da Área do Chiado” à Administração do Banco Espírito Santo onde explica de que se trata a iniciativa, solicitando doação de donativos. Anexa Projecto da iniciativa. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]







Anexo XVII

Programa oficial do primeiro “Animação da Área do Chiado”. (s.d.) ca Julho de 1983.
[Fundo FAUL]



organização da escola superior de belas artes de lisboa
DIAS 1 E 2 DE JULHO DE 1983

PROGRAMA

DIA 1

- no palco do largo da academia nacional de belas artes
16 H - grupo de teatro FATIAS DE CA de tonar com o espectáculo, CONCERTO DE KARL VALENTIN
- 18 H - Concerto pela BANDA E FANFARRAS DO EXERCITO
- 21 H - Baile/Rock pelas bandas CROISSANT, JUMPING JACK e SETIMA LEGIÃO
- no pátio da esbal
17,30 H - concerto de música de Câmara pelo GRUPO DE ANIMAÇÃO MUSICAL - Quarteto de Santa Cecilia e Ian Scott
- 19 H - GRUPO DE LETRAS - grupo de teatro da faculdade de letras com o espectáculo RESSURREIÇÃO E MORTE DE WERTHER DE PLENDORF
- 22 H - concerto pelo GRUPO TELECTU - com a participação de ANTONIO PALILO
- no miradouro
19,30 H - concerto pelo CORD DA ACADEMIA DOS AMADORES DE MUSICA
- 21,30 H - concerto (coto e metais) pelo GRUPO DE ANIMAÇÃO MUSICAL
- na rua lvens
20,30 H - (antigo armazém móveis alcobia) - espectáculo de teatro O TIO VANIA DE TCHÉKOV pelo TEATRO NA CAIXA - grupo de teatro da escola geral de depositos
- 10 H - (durante todo o dia) - FEIRA FRANCA
exposição ou operação de recuperação cultural - UNI-VERSO PRO-LIXO de ALBERTO PIMENTA
- na fachada da esbal
pintura de mural pelos alunos da escola
- na companhia nacional de bailado (rua victor cordon)
- 11 H - sala de bailado aberta ao público
- no anfiteatro da esbal
17 H - diaporamas do AR.CO
- em todo o chiado
concurso MONTRAS DO CHIADO (executadas pelos alunos da esbal)
concurso ARTE NO CHIADO (aberto aos alunos da esbal)

DIA 2

- no palco do largo da academia nacional de belas artes
11 H - concerto pela BANDA DA CARRIS
- 15 H - concerto de musica popular pelo GRUPO DE ANIMAÇÃO MUSICAL - OQUESEMTEM
- 23 H - Baile/Rock pelas bandas CROISSANT, JUMPING JACK e SETIMA LEGIÃO
- no pátio da esbal
17 H - espectáculo da escola da COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO
- 20,30 H - teatro exercicio comédia dell'arte e exposição de cenografia/figurinos pelos alunos do CONSERVATORIO NACIONAL
- 23 H - DIAFORAMA VIVO SOBRE VENEZA por alunos de arquitectura
- no miradouro
14 H - GRUPO DE LETRAS - grupo de teatro da faculdade de letras com o espectáculo O POLE DAS CINJAS
- 20 H - o GRUPO DE LETRAS repete o mesmo espectáculo
- 21,30 H - concerto de jazz pelo GRUPO DE ANIMAÇÃO MUSICAL - QUINTELO VIV
- na rua lvens
10 H - (durante todo o dia) - FEIRA FRANCA
- 16 H - espectáculo de rua pelo GRUPO DE TEATRO FATIAS DE CA de tonar (adaptação textos GIL VICENTE)
- 17 H - (antigo armazém móveis alcobia) - concerto pelo CORD DA UNIVERSIDADE TECNICA DE LISBOA
- na fachada da esbal
pintura de mural pelos alunos da esbal
- no anfiteatro da esbal
17 H - diaporamas do AR.CO
- em todo o chiado
concurso MONTRAS DO CHIADO
várias intervenções ao longo do dia pelo IBIS, TEATRO UNIVERSITARIO DO ISETE-sobre Fernando Pessoa e Jorge de Sena

EXPOSIÇÕES
nas várias salas da esbal
Concurso de banda desenhada (Associação de Estudantes do Departamento de Arquitectura da ESBAL)
Encontro com 10 alunos de Arquitectura 1900-1930
Fotografias da Antiga Leitaria Castanheira da Rua Garrett (jardão de Assunção)
Fotografias sobre Lisboa
Seleção de trabalhos de alunos de Arquitectura (DA/ESBAL)
Prémios Valmor
Seleção de trabalhos de alunos de Pintura, Escultura e Design.

APOIOS
P.S.P. - Câmara Municipal de Lisboa - Comissão de Comerciantes para a valorização da área do Chiado - Nissan/Datsun
Inatel - Phillips - Rádio Renascença - Serviços Sociais da Universidade Técnica de Lisboa - IPC-Instituto Portuguesa de Cinema - Estereofoto - C*. Seguros Império.

ESPLANADA permanente com serviço de Bar e Fonte de Vêdo com programação de cinema português, no Largo da Academia Nacional de Belas Artes.

Anexo XVIII

Fotografia de Álvaro Rosendo de pintura mural da fachada do convento de S. Francisco da Cidade. Inserida nas actividades do “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1985.

[Arquivo AR]

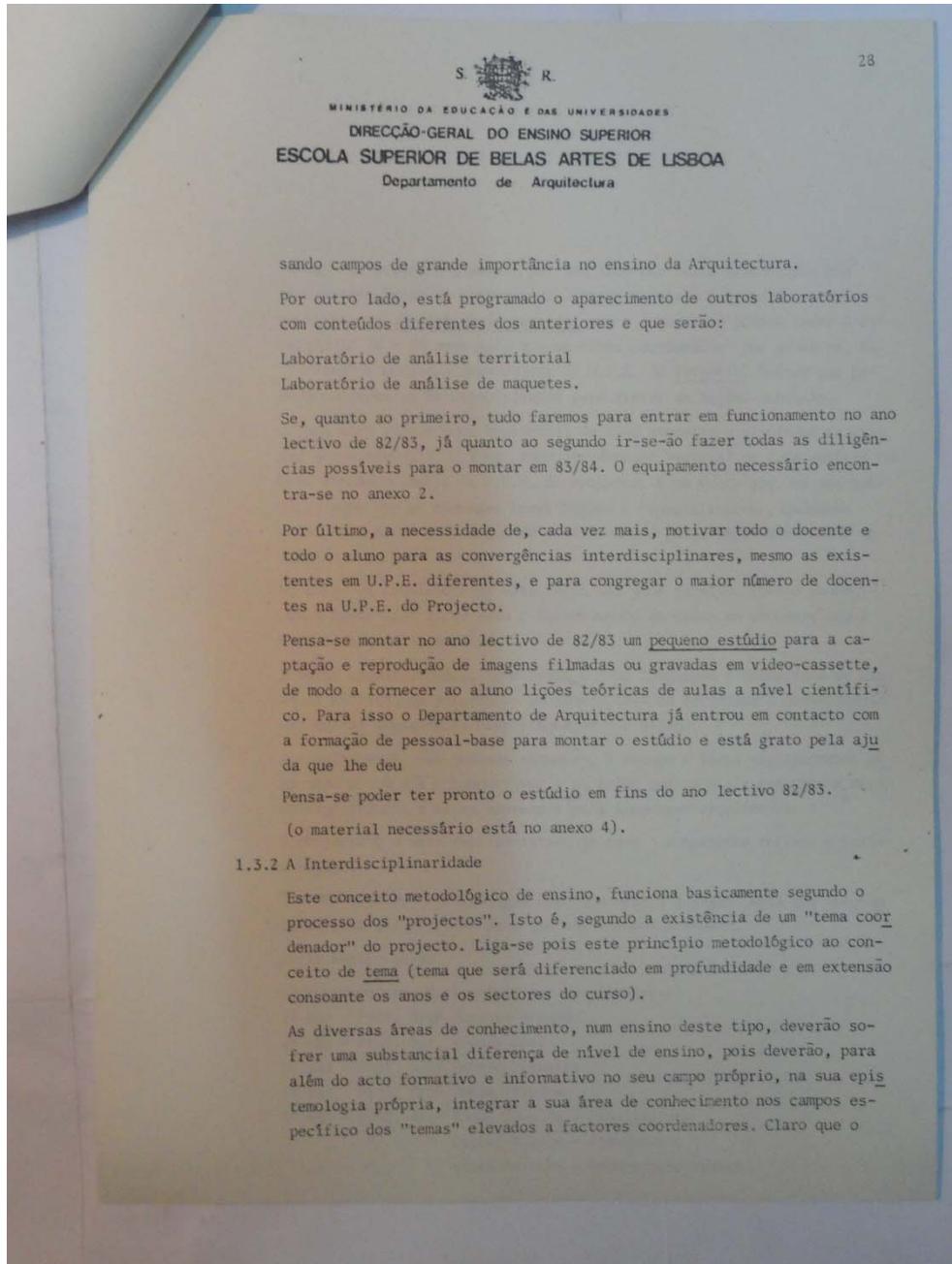


Pintura mural da fachada do convento de S. Francisco da Cidade. Inserida nas actividades do “Animação da Área do Chiado”. Julho de 1985. Fotogramas de videograma. [Fundo FAUL]



Anexo XIX

Excerto de *Relatório das Actividades do departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no ano lectivo 1981/1982. Perspectivas para 1982/1983* onde Augusto Brandão refere pensar montar um “pequeno estúdio para a captação e reprodução de imagens filmadas ou gravadas em vídeo-cassete”. 28 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]



Anexo XX

Resposta da Radiotevisão Portuguesa (RTP) ao Presidente do Conselho Directivo a Escola Superior de Belas Artes de Lisboa dizendo que não é possível a assistência de funcionários dessa Escola ao Curso de Operadores já a decorrer. 29 de Junho de 1982. [Fundo FAUL]


Radiotevisão Portuguesa
E.P.

TELEFONES 49 21 3448
TELEVISÃO TELVISÃO
APARTADO 8934 - LISBOA

ESCOLA SUPERIOR DE BELAS-ARTES
(Departamento de Arquitectura)
ENPRADA
Em 5 de Junho de 1982
Cx. 42 391 12/17 F.º 82

Exmº Senhor
Presidente do Conselho Directivo da Escola
Superior de Belas Artes de Lisboa
Largo da Biblioteca Pública
LISBOA

SEU REFERÊNCIA SUA COMUNICAÇÃO DE HORA REFERÊNCIA RUA DE S. DOMINGOS À LAPA, 27 - LISBOA - B

29.06.82

ASSUNTO: Resposta ao v/ofício Nº 454, Pº 42, Livro 1/DA de 4/5/82.

Em resposta ao ofício de V.Exa, Nº 454, Pº 42, Livro 1/DA de 4 de Maio, informo que o Curso de Operadores já está a decorrer pelo que não será possível a assistência de funcionários dessa Escola.

De qualquer forma, trata-se de um Curso eminentemente Técnico, que julgo não corresponderá às intenções da E.S.B.A.L. No entanto se V.Exa, quiser ter a gentileza de me informar quais os exactos objectivos do que se pretende e qual a formação básica dos funcionários em questão, creio ser possível encerrar a frequência de outro Curso a partir do próximo ano lectivo.

Aproveito para apresentar a V.Exa, os meus melhores cumprimentos.

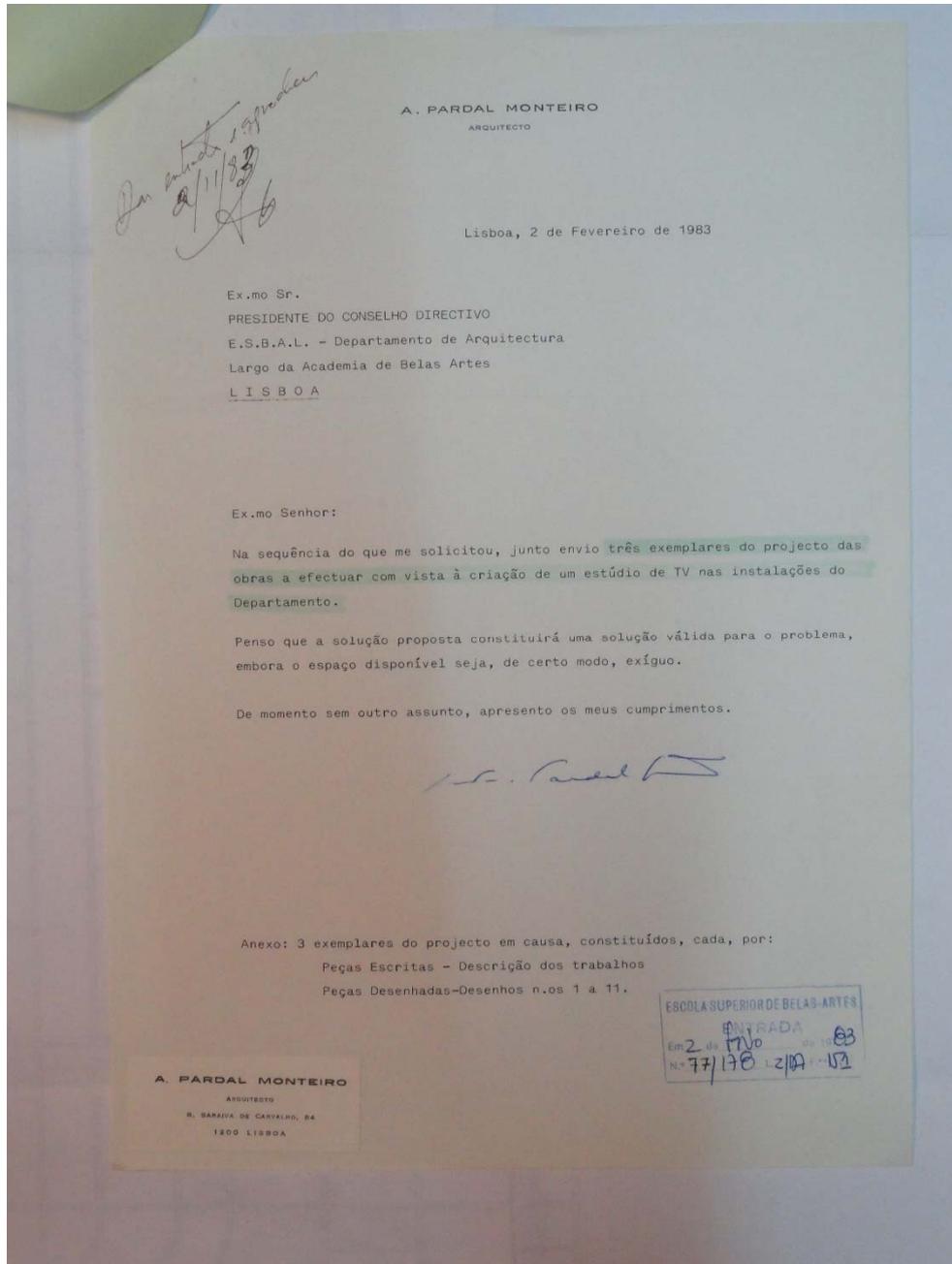
*Prof. Graça J. -
responder 6/6/82*

CENTRO DE FORMAÇÃO
[Signature]
Dr. Gil Costa
Director

MOD. 10 FORM. A 4

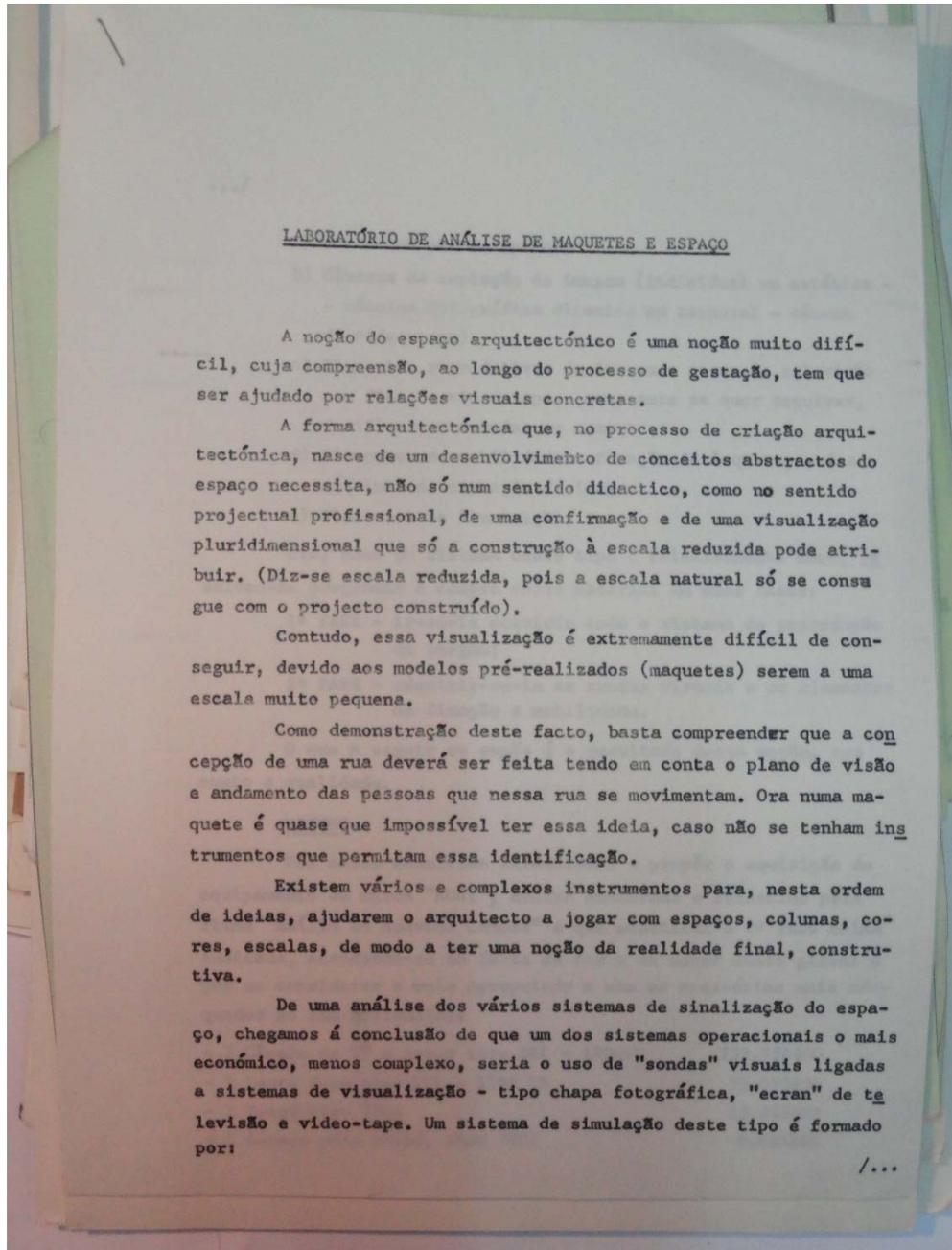
Anexo XXI

Carta de A. Pardal Monteiro anexada ao envio de “três exemplares do projecto das obras a efectuar com vista à criação de um estúdio de TV nas instalações do Departamento.” 2 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XXII

Anexo ao PIDDAC de 1981 onde é colocado o item "Laboratório e Análise de Maquetes e Espaço" indicando a aquisição de equipamento de TV e vídeo. (s.d.) ca 1981. [Fundo FAUL]



.../

- a) Sonda com planos ópticos
- b) Câmaras de captação de imagem (individual ou estática - máquina fotográfica dinâmica ou temporal - câmara de video-tape).
- c) Elementos reprodutivos de imagem - ecran de televisão com fita de video-tape - consoante se quer arquivar, verificar ou estudar no momento.
- d) Elementos de mobilidade e fixação de maquetes e das máquinas de captação de imagem.
- e) Elementos de iluminação.

Ora, como um sistema deste tipo é relativamente caro, resolveu-se programar a compra deste material em duas fases:

- 1ª FASE - ir-se-ia adquirir todo o sistema de reprodução de imagem;
- 2ª FASE - adquirir-se-ia as sondas visuais e os elementos de fixação e mobilidade.

O que a seguir se expõe é o resultado dessa opção, seu custo e qualidade.

RESUMO

Foi assim resolvido seleccionar e propôr a aquisição do equipamento da marca "SONY", abaixo enumerado e fornecido pela firma "Emílio de Azevedo Campos" e que constitui a 1ª fase acima indicada, atendendo-se ao facto de ser o de menor custo global e por se considerar o mais apropriado e com os acessórios mais adequados ao fim pretendido:

- 1 Câmara de TV a cores tipo DXC - 1800PH	235.750\$00
- 1 Lente Zoom tipo VCL - 1106 YB	35.075\$00
- 1 Tripé tipo 7301	23.345\$00
- 1 Cabeça para tripé, tipo 7201	9.603\$00

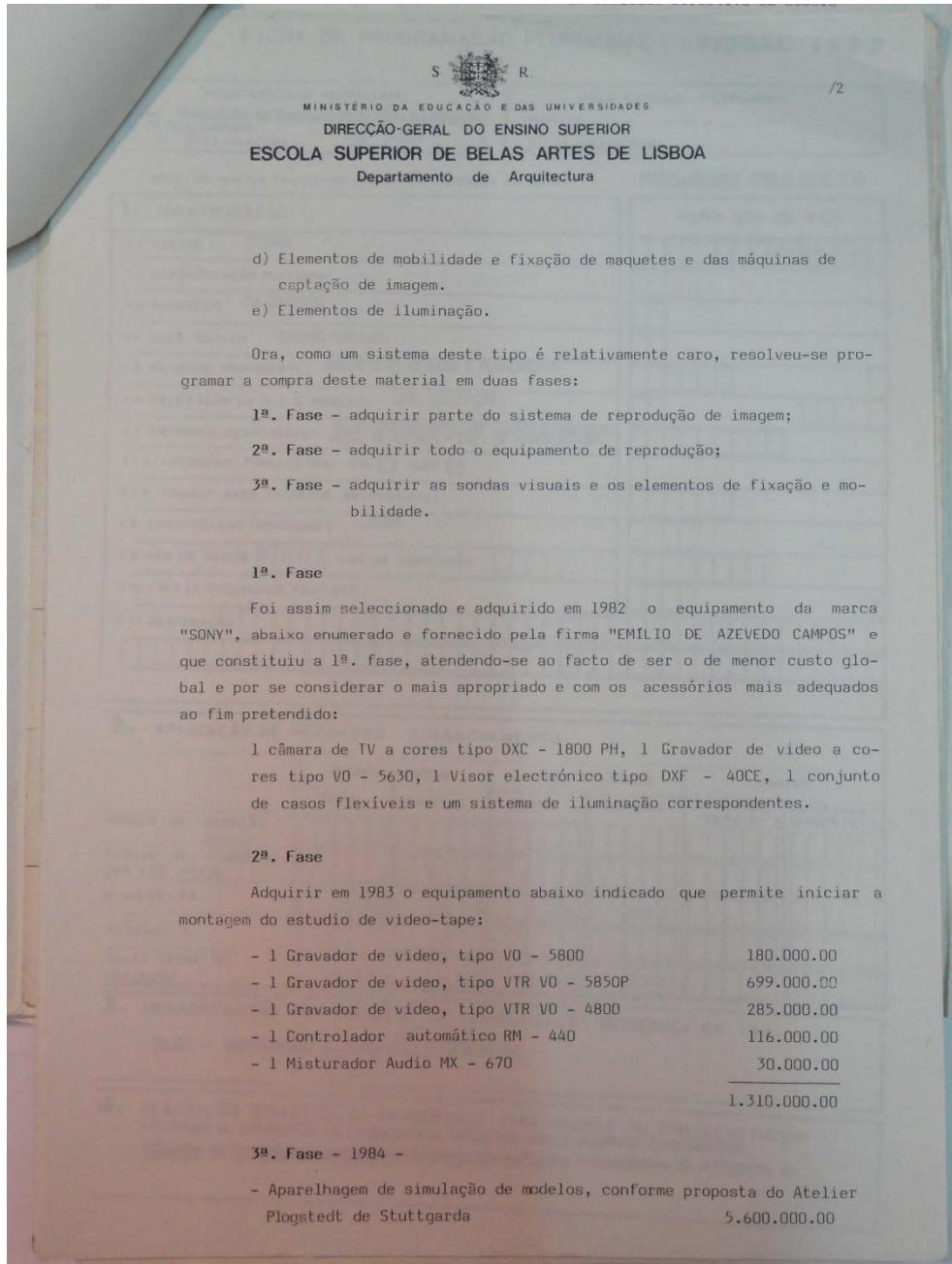
/...

.../

- 1 Rodado para tripé, tipo 7601	11.040\$00
- 1 Visor electrónico, tipo DXF - 40CE	27.370\$00
- 1 Conjunto de cabos flexíveis para comanda da lente, tipo LO - 22	33.350\$00
- 1 Alimentador AC, tipo CMA - 7C	25.185\$00
- 1 Gravador de vídeo a cores, tipo V6 - 2630	155.825\$00
- 1 Monitor Vídeo/áudio, tipo CVM - 2250 E	128.685\$00
- 1 Kit de iluminação tipo LAV - 2	69.863\$00
- 3 Lâmpadas de 650 W para projectores	4.500\$00
	<hr/>
	759.591\$00

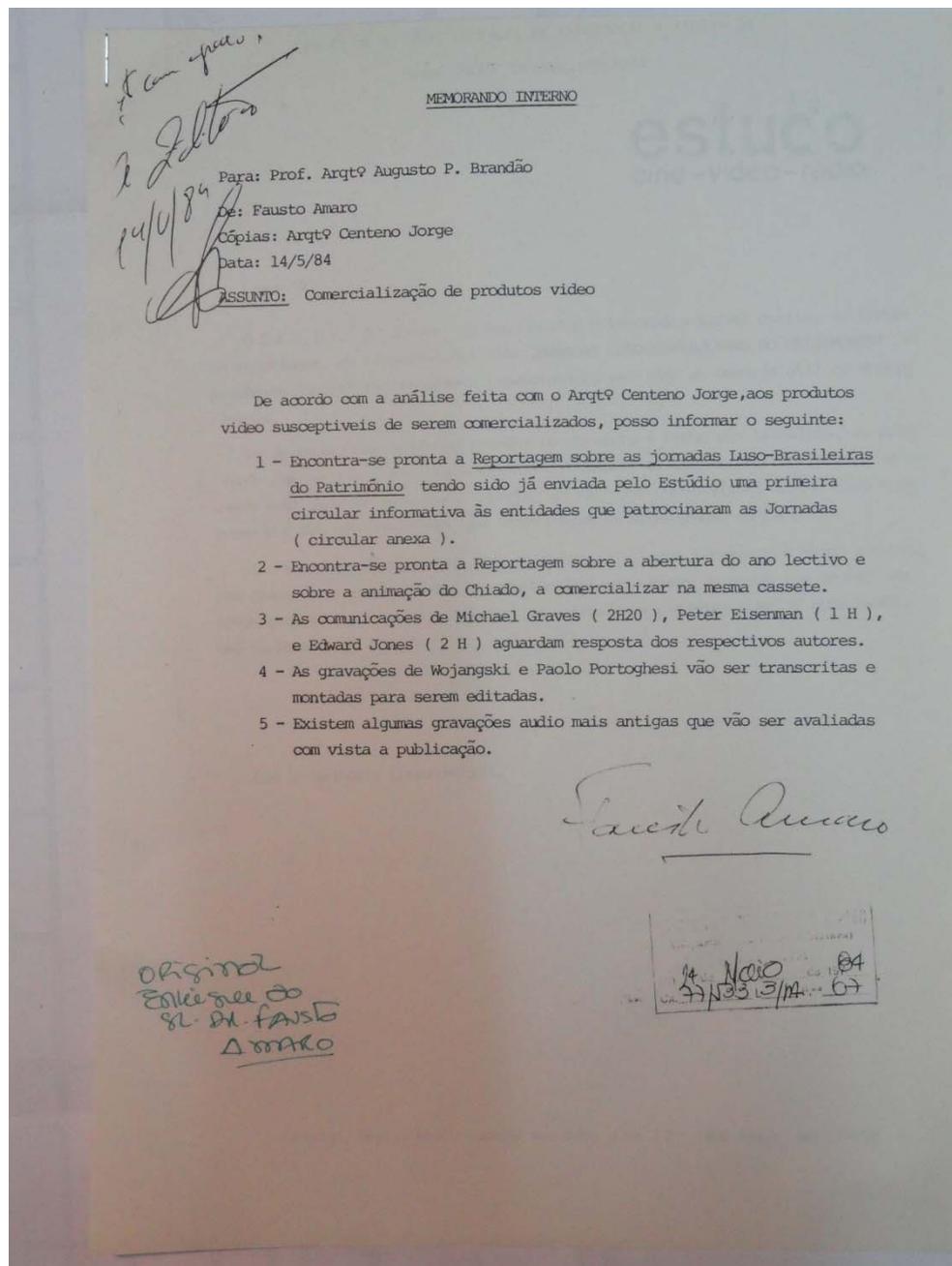
Anexo XXIII

Anexo ao PIDDAC de 1983 (excerto) onde são colocadas fases de aquisição de equipamento que permita "iniciar a montagem do estúdio de video-tape". (s.d.) ca 10 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]



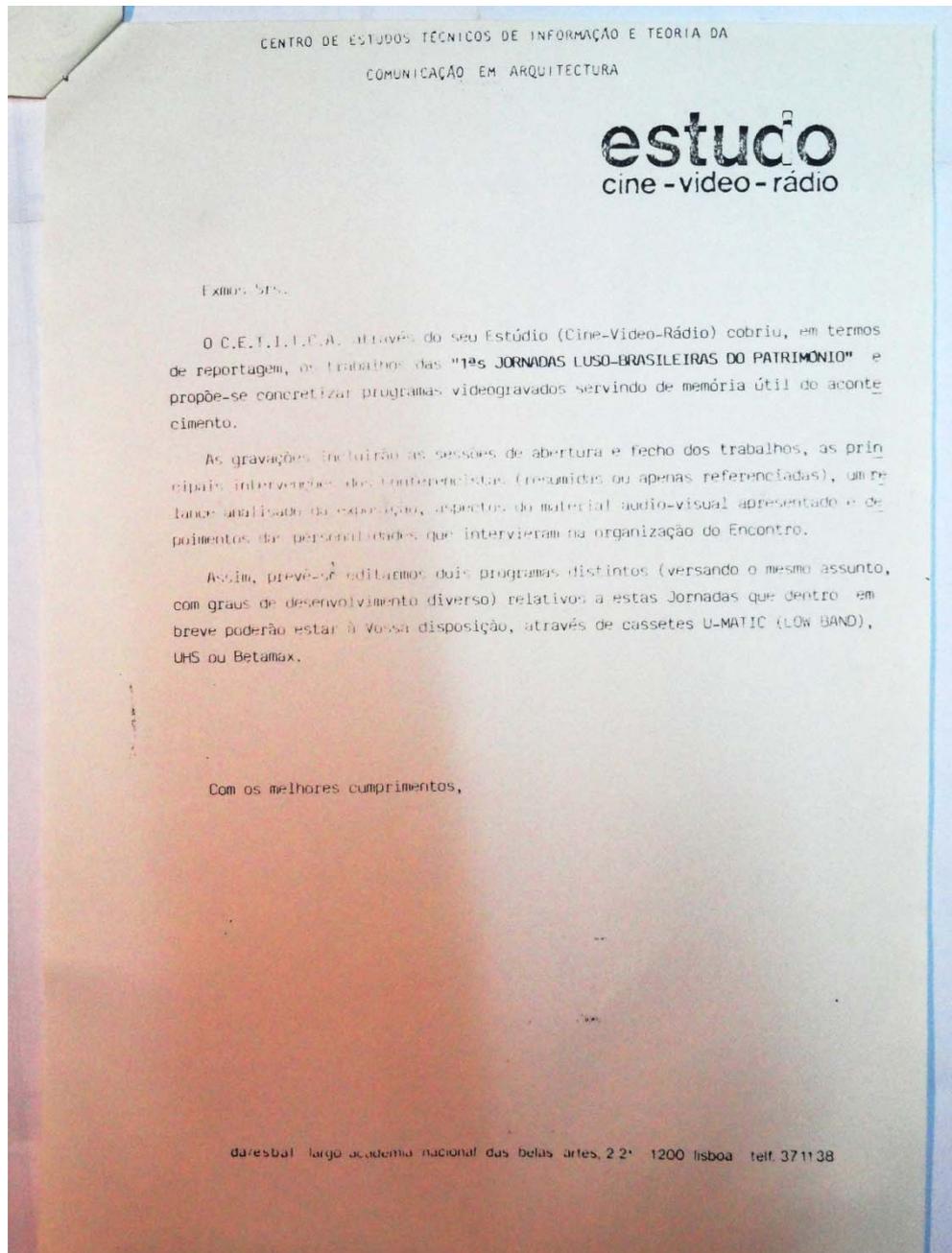
Anexo XXV

Memorando interno de Fausto Amaro (assistente do DA-ESBAL) a Augusto Brandão onde este propõe a “comercialização de produtos vídeo” já elaborados pelo Departamento. 14 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]



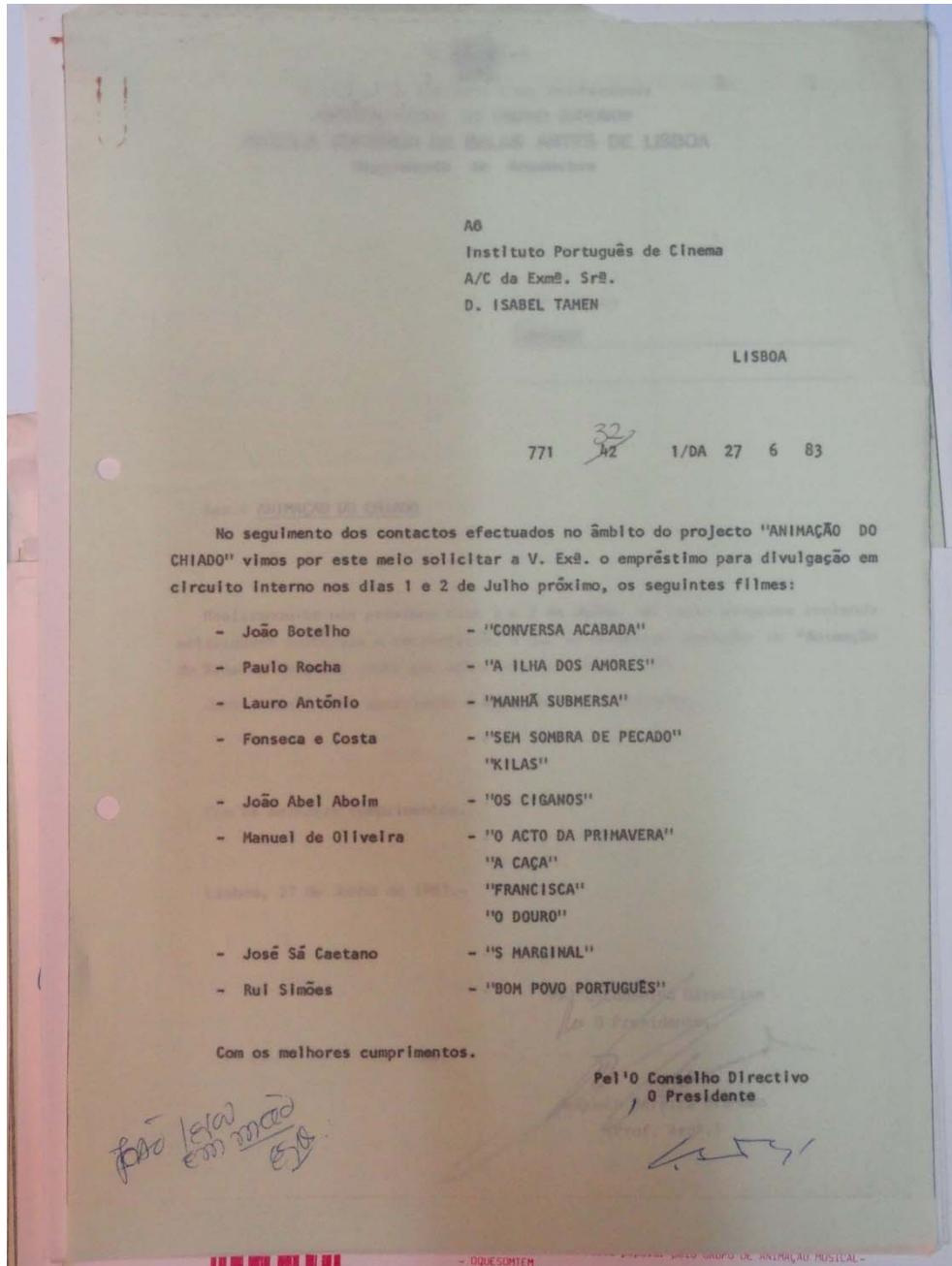
Anexo XXVI

Uma das designações e símbolos do Sector de Produção de Audio-Visuais do DA-ESBAL. Carta que refere a cobertura, em termos de reportagem, das "1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património", a ser disponibilizadas em U-Matic (Low Band), VHS ou Betamax. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]



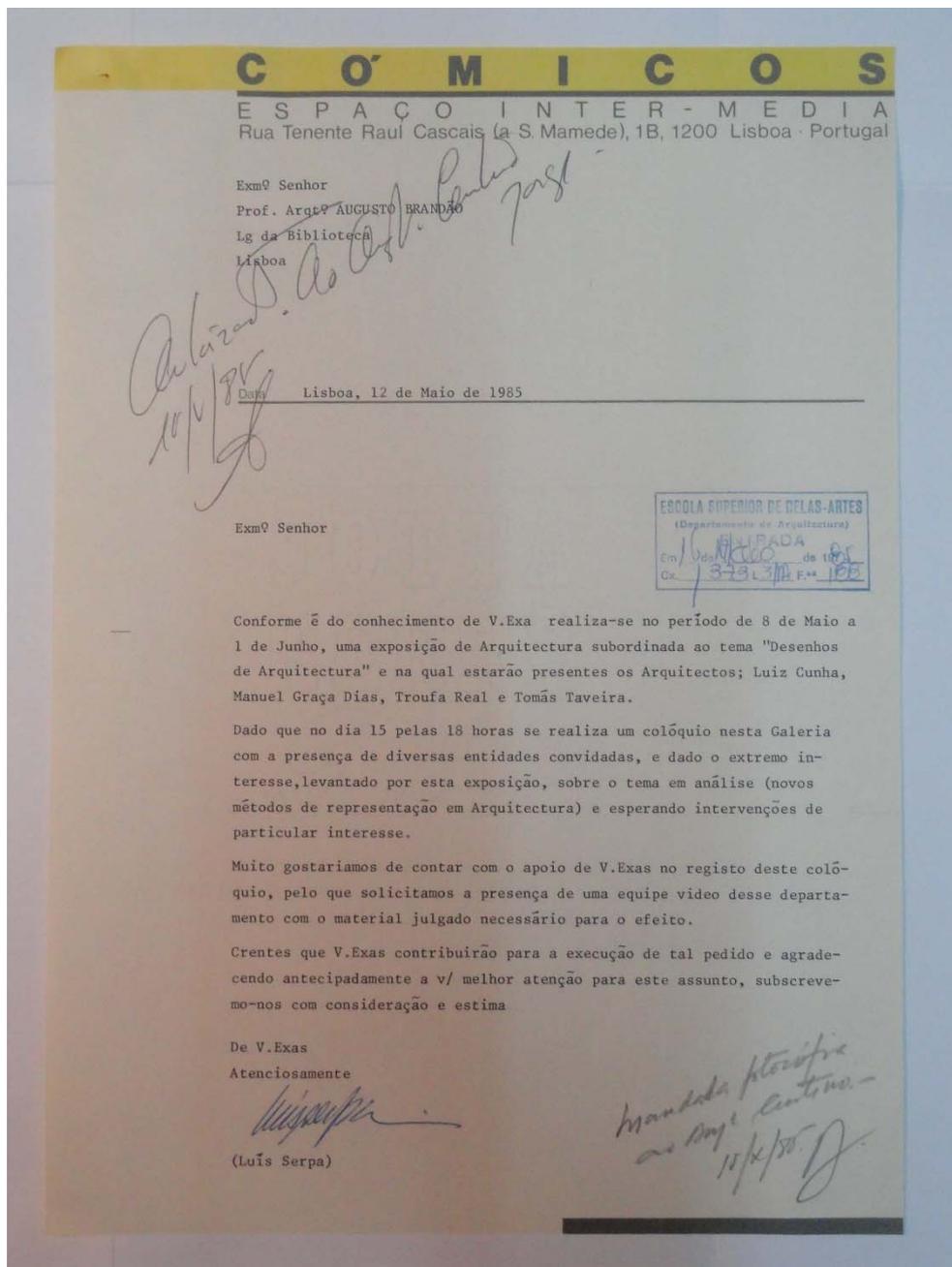
Anexo XXVII

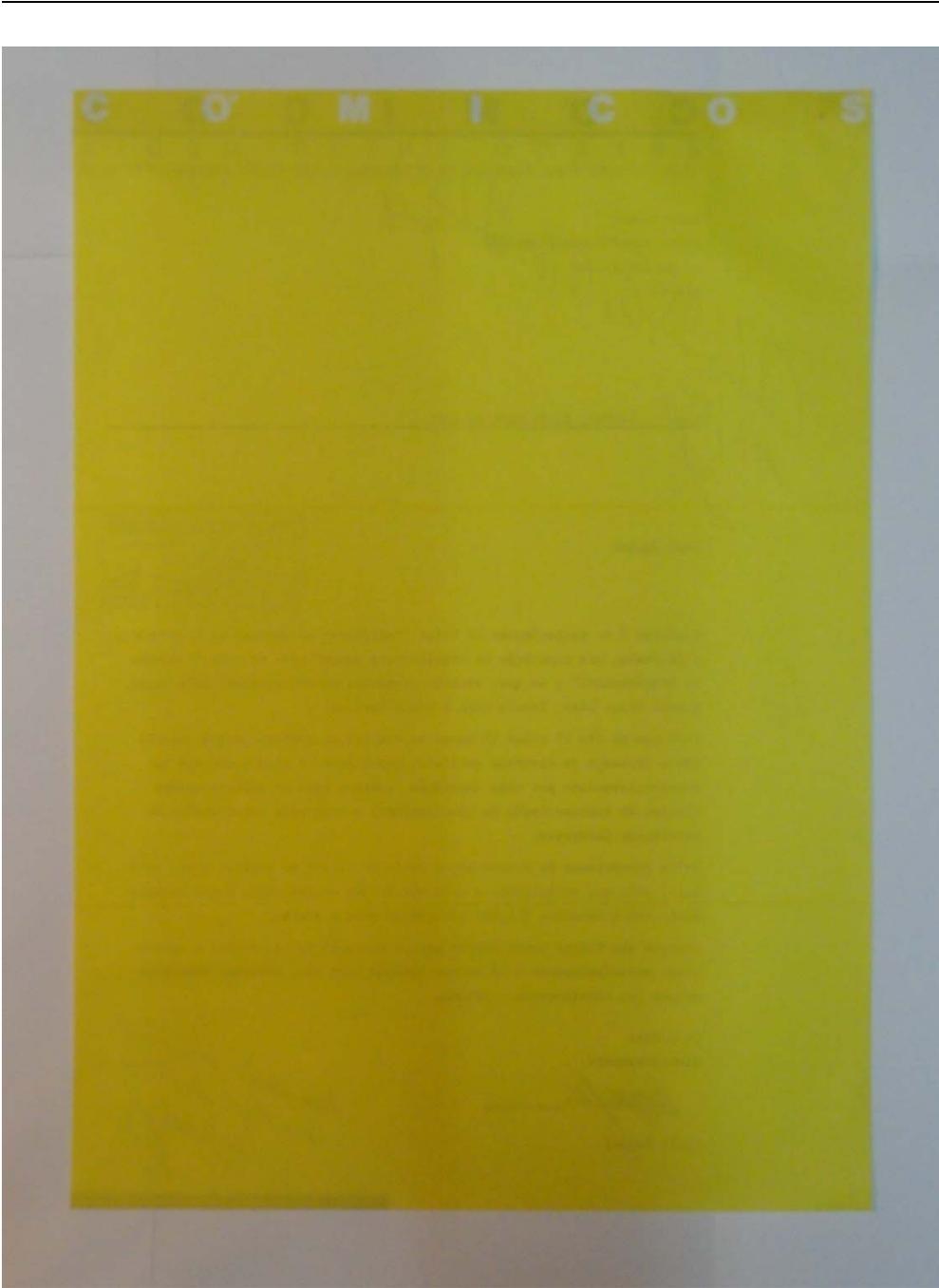
Pedido do Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL ao Instituto Português do Cinema para empréstimo de filmes a serem divulgados no âmbito da primeira edição do "Animação da Área do Chiado". 27 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XXVIII

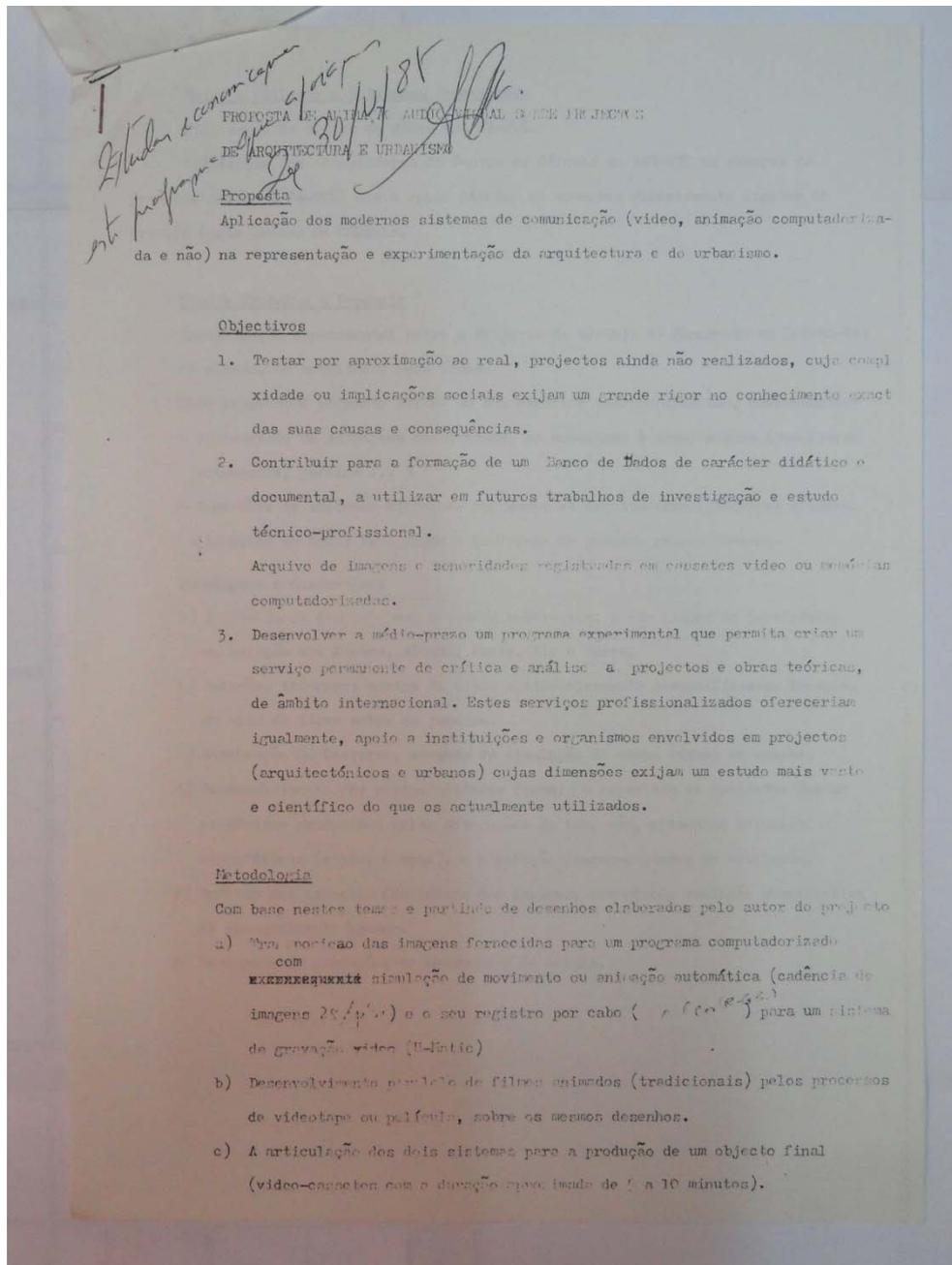
Carta de Luís Serpa a Augusto Brandão solicitando “a presença de uma equipe de vídeo” do DA-ESBAL para o registo do colóquio a realizar no âmbito da Exposição subordinada ao tema “Desenhos de Arquitectura”. 12 de Maio de 1985. [Fundo FAUL]





Anexo XXIX

“Proposta de Animação Audiovisual sobre projectos de Arquitectura e Urbanismo” por um grupo de arquitectos ligados à ESBAL e engenheiros do IST. (s.d.) ca Maio de 1985. [Fundo FAUL]



Meios e Utilizar e Entidades Promotoras.

Utilização do sector de video da FA-UTL.

Utilização dos computadores do Centro de Cálculo do IST-UTL na reserva de potência cedida à FA-UTL. Com o apoio técnico de docentes directamente ligados ao serviço deste Centro de Cálculo.

Tipo de Trabalho a Produzir

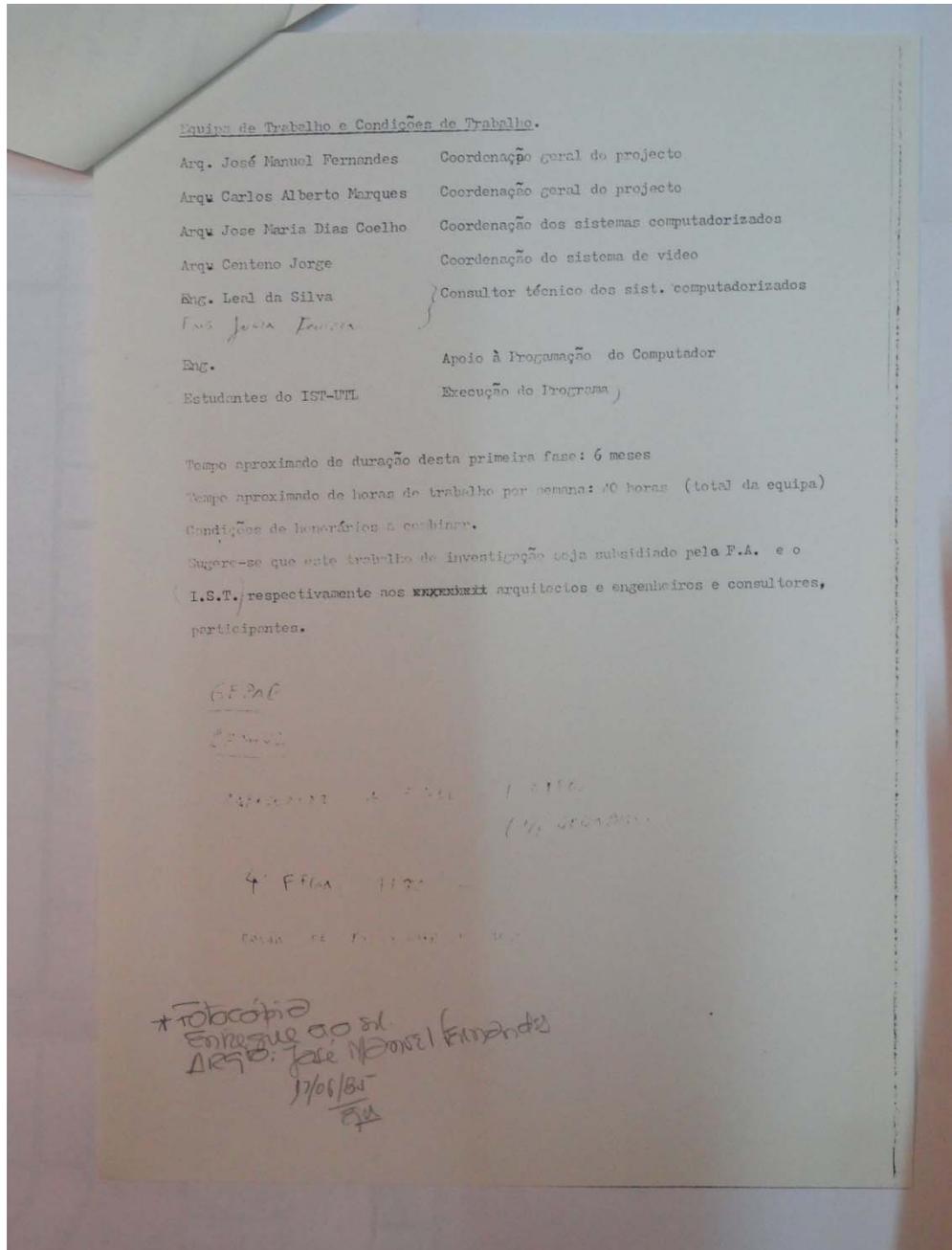
Investigação experimental sobre o Projecto de Arranjo do Monumento ao Cristo-Rei em Almada, do arquitecto Luis Cunha.

Este projecto é proposto devido ao seu carácter teórico/didático, nomeadamente:

- Diversidade de situações construídas, do urbanismo à arquitectura (esculturas monumentais, jardins ...)
- Sugestões de sistemas dinâmicos aplicados na arquitectura (geradores cónicos, circuitos de água) integrando o movimento de grandes grupos humanos.

Abordagens a desenvolver

- a) A relação do conjunto com o espaço envolvente. A sua imagem no território, na relação com Lisboa, Almada, Ponte, Rio e Barra.
- b) Relações internas: pontos de vista altimetricamente diversificados. Exemplo, do alto da torre sobre os jardins.
- c) Exploração do percurso, através da simulação do campo visual do utente.
- d) Desenvolvimento das potencialidades formais e espaciais do projecto. Testar os efeitos produzidos pelas alterações de luz, cor, elementos naturais atmosféricos (vento, nuvens), e a relação diurna-nocturna do edificado.
- e) Análise dos aspectos funcionais dos espaços, com grande variação quantitativa de preenchimento humano.
- f) Testagens de situações de permaner e de escala.



Anexo XXX

Notícia de jornal que testemunha que Tomás Taveira deseja inaugurar um curso de Cinema e alugar alguns espaços do novo edifício da Faculdade ao canal SIC. Junho de 1989.

[Arquivo FAUP]

Enfim sós

Taveira perdeu as eleições para o Conselho Directivo de Arquitectura. Por uma diferença de quatro votos, abandonou o lugar em favor do arquitecto Berger. Troufa Real retirou-lhe o apoio. Mas agora Taveira pode impugnar as eleições.



Tomás Taveira já não é o presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Arquitectura de Lisboa. Perdeu as eleições que se realizaram ontem de manhã e passou o testemunho ao arquitecto Francisco Berger, até agora presidente da Mesa da Assembleia de Representantes e vice-presidente do Conselho Pedagógico. Berger venceu as eleições com 12 votos contra os oito do arquitecto das Amoreiras, contrariando todas as expectativas de Taveira, que não pôde contar com o importante apoio dos arquitectos Troufa Real, Conduto e Braizinha.

Mas o ex-presidente da Mesa do Conselho Directivo pode não ficar por aqui. Segundo fontes próximas, o arquitecto já ponderou a hipótese de impugnar as eleições. No entanto, na faculdade respira-se um novo ar. Os alunos, que durante estes últimos dois anos têm mantido uma guerra sorda com o arquitecto a propósito das novas licenciaturas e da mudança de instalações, esfregam as mãos de contentes. Por outro lado, a maioria dos professores e assistentes, que têm contestado a situação de isolamento da faculdade e alguns dos planos de Taveira, fazem novos projectos para o futuro da escola de Arquitectura. Mas a guerra promete continuar.

Lista de Taveira. Nas eleições que se realizaram ontem na Faculdade de Arquitectura para eleger os membros do Conselho Directivo só se encontrou o consenso entre os 20 professores eleitores a respeito do nome do número-20: o arquitecto Horácio Bonifácio. Era unânime a opinião de que este docente, vice-presidente de Taveira, tinha de continuar a exercer as suas funções. Quer ganhasse o ex-presidente, quer fosse eleito Berger. E Bonifácio angariou assim 18 votos.

Taveira, que parecia ter as favas contadas, foi surpreendido: dos 20 professores, que ele próprio «escoheu» em Outubro do ano passado para a Assembleia de Representantes, só oito é que o apoiaram. Francisco Berger, considerado um professor discreto, cujo único cargo que ocupa, além de ser docente, é o de presidente da Direcção da Secção Sul da Associação dos Arquitectos, conseguiu juntar os restantes 12 votos.

Mas a campanha para estas eleições começou em Outubro do ano passado, altura em que se realizaram as eleições para a Assembleia de Representantes que agora elegeu o Conselho Directivo. Nesse escrutínio só apareceu uma lista, composta por dez professores e dez assistentes, onde todos eles tinham sido contactados pelo arquitecto Tomás Taveira.

Sem apoio. Do lado do então presidente encontrava-se o precioso apoio do arquitecto Troufa Real, ex-presidente do Conselho Directivo, que era o seu mandatário de candidatura para estas eleições. Mas durou pouco tempo. Depois de estarem escolhidos os 20 docentes, Troufa Real escreveu a Taveira retirando-lhe o seu apoio, e deu conhecimento dessa carta a todo o corpo docente. Na mesma altura o arquitecto Braizinha faz saber publicamente que também ele não votaria em Taveira.

E todos eles tinham as mesmas razões. É que o último ano de mandato de Taveira foi não menos pacífico. A questão da mudança de instalações para o pólo da Ajuda, na opinião dos professores, não foi gerida pelo presidente coerentemente. O certo é que, quando a Faculdade de Arquitectura se transferiu para a Ajuda, no início deste ano, Taveira já tinha cortado relações com a Faculdade de Belas-Artes de Lisboa e com o Ministério da Educação. Até hoje.

Além disso, a faculdade também não mantém qualquer tipo de contacto com a Associação dos Arquitectos Portugueses, o Centro Português de Design, a Faculdade de Arquitectura do Porto e o Departamento de Arquitectura de Coimbra. E, segundo fontes próximas do Conselho Directivo, «tudo isto por causa do Taveira, pelo menos Berger dá-se bem com toda a gente».

It's a Sony. Depois ainda havia os vários projectos do presidente para a escola superior de Arquitectura de Lisboa. Com os quais poucos professores concordavam. Um deles eram as novas licenciaturas que Taveira queria à força implantar na faculdade: Pintura, Escultura, Dança, Teatro e Cinema. Só que, desde o momento em que não há espaço suficiente para os cursos que estão a funcionar nem procura que chegue, os docentes nunca viram com bons olhos estas novas licenciaturas.

O pior é que Taveira já tinha a fórmula para resolver a questão do espaço: o grande edifício principal, que comporta quatro anfiteatros, seria convertido num grande estúdio de cinema. Reduzindo drasticamente o número de salas de aula.

Outra ideia que o arquitecto da SIC teve, com a qual os docentes não concordavam, era a de «alugar» um dos pavilhões à SIC para todos os processos eleitorais. E assim o que era suposto serem salas de aula passaria a estúdio de televisão, do qual seriam emitidas todas as eleições nacionais. A começar já pelas legislativas.

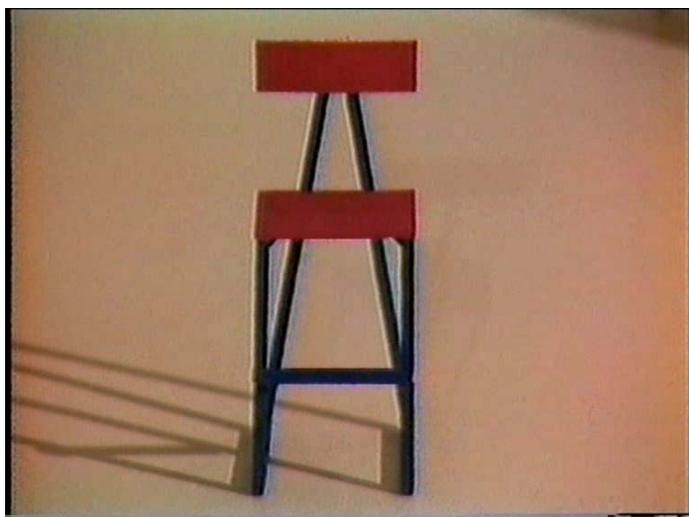
E foi por estas e por outras que agora os alunos são da opinião, segundo o presidente da Associação de Estudantes da FAL, Tiago Montepegado, de que «os professores tomaram a decisão de interromper um processo de autodestruição da escola».

INÉS TEOTÓNIO PEREIRA

TOMÁS TAVEIRA PERDEU AS ELEIÇÕES PARA O CONSELHO DIRECTIVO DE ARQUITECTURA. E FICOU FURIOSO

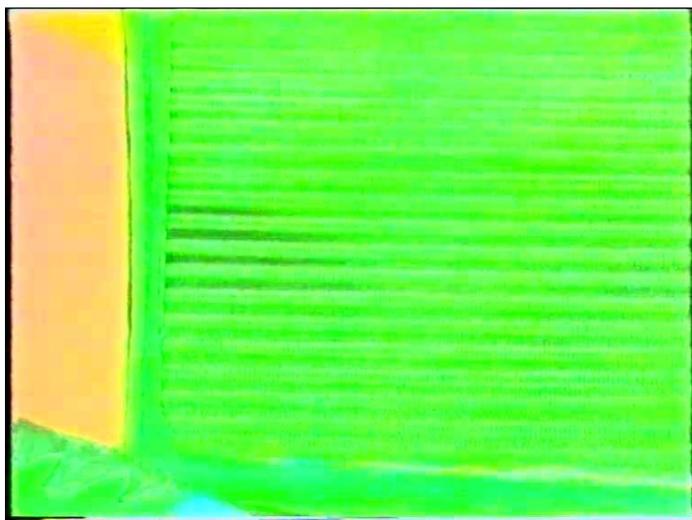
Anexo XXXI

Excertos de videograma 12. *Cadeiras de Rietveld*. Aula de Desenho Analítico. Daciano da Costa. [Denominação do Fundo FAUL]. 1 de Fevereiro de 1985. [Fundo FAUL]



Anexo XXXII

Excertos de videograma 832. *Tedio*. [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1980.
[Fundo FAUL]



Anexo XXXIII

Excertos de videograma 18. *Introducao a Semantica. Jose Gorjao Jorge*. [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]



Anexo XXXIV

Excertos de videograma 23. *Tomas Taveira. Projectos. Tomas Taveira.* [Denominação do Fundo FAUL]. (s.d.) ca 1985. [Fundo FAUL]



Índice de Anexos Capítulo 5

- Anexo I** Artigo de Augusto Brandão no *Jornal Arquitectos* com o título “Uma profissão do nosso século”. N.ºs 27/28/29, 1984, pp.5-6.
- Anexo II** Artigo de José Norberto no *Jornal Arquitectos* com o título “Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem”. N.ºs 10-11, 1982, pp.16-17.
- Anexo III** Carta de Augusto Brandão ao Comandante da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa solicitando os “meios policiais necessários ao bom andamento do trânsito e consequente reserva de lugares de estacionamento para viaturas das entidades oficiais convidadas”. Respectiva listagem. 5 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]
- Anexo IV** Minuta de convite de Augusto Brandão a assistir à cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 a realizar-se no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, pelas 21:00 horas. 24 de Outubro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo V** Fotogramas de videograma mostrando a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, pelas 21:00 horas. [Fundo FAUL]
- Anexo VI** Fotogramas de videograma mostrado durante a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, videograma este com o tema “Os quatro pontos cardeais”. [Fundo FAUL]
- Anexo VII** Fotogramas de videograma mostrando a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983. Entrada de pato escultórico e distribuição de pato com uva. [Fundo FAUL]
- Anexo VIII** Fotogramas de videograma da cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983. Sorteio de uma pata verdadeira. [Fundo FAUL]
- Anexo IX** Fotogramas de videograma mostrando excertos da cerimónia de entrega de diplomas do ano lectivo de 1983/84, no teatro de São Luiz, a 13 de Dezembro de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo X** Carta ao Director do Teatro Nacional D. Maria II, informando-o que a FAUTL pretende levar a efeito uma sessão solene de imposição das insígnias académicas aos professores da Faculdade, bem como fazer a

distribuição dos diplomas aos primeiros licenciados em Arquitectura pela UTL. 7 de Novembro de 1984. [Fundo FAUTL]

- Anexo XI** Cerimónia de entrega de diplomas do ano lectivo de 1983/84; atribuição de lugares e respectiva lista de personalidades segundo mapa da plateia do Teatro Municipal de São Luiz. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XII** Carta de Augusto Brandão ao Adido Cultural da Embaixada do Brasil solicitando apoio para a execução da “Quinzena de Renovação e Recuperação dos Sítios e Monumentos”. 8 de Março de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XIII** Cartas de Augusto Brandão à Dr.^a Matilde Figueiredo (Museu Machado de Castro) solicitando apoio para a execução da “Quinzena de Renovação e Recuperação dos Sítios e Monumentos em Portugal e no Brasil”. 12 de Março de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XIV** Minuta de carta de Augusto Brandão, a enviar a diversas entidades, a respeito de uma “Exposição sobre Inventariação do Património em Portugal e no Brasil” a ter lugar ESBAL, solicitando documentação de apoio. 6 de Janeiro de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XV** Carta de Augusto Brandão a Marilo de Medeiros com a informação da presença dos professores de Edgar Graeff, Newton Obino e Fernando Rabelo no Simpósio “O Ensino da Arquitectura em Portugal e no Brasil – Comparações e Métodos”. 5 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XVI** Carta de Augusto Brandão ao Embaixador da República Popular de Moçambique convidando-o a fazer-se representar no Simpósio “O Ensino da Arquitectura em Portugal e no Brasil – Comparações e Métodos”. 4 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XVII** Documento de trabalho (excertos) da Exposição “O Património Architectónico e Urbano de Origem Portuguesa. Das Primeiras Experiências à Colonização”. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XVIII** Requerimento de passagens aéreas para o Brasil por parte da Comissão Executiva das Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 22 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XIX** Agenda da 1^a reunião da Comissão Executiva das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 8 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XX** Carta de Pedro Tamen a Augusto Brandão informando-o sobre o subsídio que a Fundação Calouste Gulbenkian pode atribuir relativo às 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 15 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXI** Carta de Augusto Brandão ao Presidente do Conselho Directivo da 1^a Secção da ESBAP informando-o sobre a realização das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património e solicitando a presença (isenção de serviço docente) de António Menéres para participação nas mesmas, nas respectivas datas. 24 de Fevereiro de 1984. [Fundo FAUL]

- Anexo XXII** Carta de António Menéres ao Secretariado das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património em que este se congratula com qualidade da organização, anexando ainda o texto da comunicação que leu e a relação dos diapositivos apresentados. Porto, 18 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIII** Carta de Augusto Brandão ao Banco Espírito Santo informando acerca a nomeação de uma comissão para conclusão dos trabalhos das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileira do Património, a ser presidida por Maria João Madeira Rodrigues. 4 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIV** Carta de Augusto Brandão a José Blanco, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, informando-o sobre os objectivos do 1^o Congresso do Património Construído Luso no Mundo. 14 de Fevereiro de 1986. [Fundo FAUL]
- Anexo XXV** Recibos de pagamento aos autores Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães pela peça inédita “Auto das Águas do Mar”; recibo de pagamento à atriz Paula Guedes pelo estudo dramaturgico da mesma peça. 29 de Agosto e 30 de Setembro de 1986, respectivamente. [Fundo FAUTL]
- Anexo XXVI** Excerto de documento de apresentação da peça de teatro intitulada “Auto das Águas do Mar” assinado pelos autores Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães. Maio de 1986. [Arquivo PG]
- Anexo XXVII** Proposta de Manuel Tavares (DGES) sugerindo que a análise curricular dos cursos superiores a ser ministrados por instituições particulares de ensino seja feita pelos Conselhos Científicos das Faculdades e Escolas Superiores das áreas afins. 23 de Julho de 1982. [Fundo FAUL]
- Anexo XXVIII** Carta de Eduardo de Sousa Calvet de Magalhães ao Presidente do Conselho Científico do Curso Superior de Arquitectura da ESBAL solicitando um parecer sobre o Curso Superior de Arquitectura da Cooperativa Árvore. 21 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]
- Anexo XXIX** Parecer de Tomás Taveira relativamente a documentos da Cooperativa Árvore (apreciação sobre o curso de arquitectura) enviado ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL. 10 de Abril de 1985. [Fundo FAUL]
- Anexo XXX** Caderno de divulgação da Lista i intitulado “Processo do 5^o ano”. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]
- Anexo XXXI** Cartão de Centro de Documentação. Faculdade de Arquitectura. 1984/85. [Arquivo RVA]. Pauta de Exame final de Tecnologia e Patologia dos Materiais (5^o ano) da FAUTL. 12 de Outubro de 1986. [Fundo FAUL]. Ambos os documentos apresentam logótipos do DA-ESBAL e carimbo da Faculdade de Arquitectura.
- Anexo XXXII** Relatório anual de 1987-1988 da Faculdade de Arquitectura da UTL. Primeira página. (s.d.). ca 1988. [Fundo FAUL]

Anexo XXXIII Capa do livro de Programas e Cargas Horárias dos Serviços Académicos da Faculdade de Arquitectura para os anos lectivos de 1985/86 a 1988/89. (s.d.). [Fundo FAUL]

Anexo I

Artigo de Augusto Brandão no *Jornal Arquitectos* com o título "Uma profissão do nosso século". N.ºs 27/28/29, 1984, p.5.



Arq. Fernando Távora: Pela «especialização generalista»

São muitas as questões e complexa a sua natureza. É natural que assim aconteça quando se refere uma actividade que, sendo disciplina milenária, condiciona igualmente o corpo e o espírito dos homens e das sociedades, o seu quotidiano e a sua eternidade, a sua cultura e o seu ambiente físico.

Consequente desta tão terrível como apaixonante complexidade, e para seleccionar apenas um aspecto dos questões, a tão terrível como apaixonante complexidade da formação do arquitecto. Formação generalista? Formação especializada? pergunta-se.

Responderei que formação generalista no que toca à matéria de arquitectura (único modo, aparentemente paradoxal, de ser especialista) e formação dialogante nas matérias que a envolvem.

Formação generalista em arquitectura significa para mim aquela que conduz à criação de propostas formais com capacidade de síntese e valor cultural que não conheça, limites na sua dimensão física ou na sua especificidade funcional. Especialidades em hospitais, habitações, mobiliário, renovação, planeamento, gestão urbana, etc., etc., etc., não compreendo sendo como tendências pessoais ou subspecializações mas apenas e após a «especialização-generalista» em arquitectura.

Como especializar-se qualquer um e em qualquer campo criador do objecto arquitectónico sem, antes, ser a-q-u-i-t-a-c-t-o? Que nos diz a história recente, invadida embora pela «barbárie do especialismo»? Foram arquitectos especiali-

stas que criaram os grandes modelos do espaço contemporâneo ou os — apenas e felizmente — «arquitectos» chamados, por exemplo, Wright, Gropius, Le Corbusier ou Alvaro Siza? Nenhum não era julgado capaz de conceber uma cidade-capital porque apenas projectara pequenos edifícios e da sua «não-especialização» nasceu Novo Delhi. E o de Brasília, por Lúcio Costa que nem sequer tinha escritório?

Mas o arquitecto não é um dimínuto que, animado do seu génio criador, possa dispensar outros «especialistas» que tantos são e cada vez em maior número. Sendo «especialista em arquitectura» — mercê da sua formação generalista — ele deverá ser o coordenador responsável de todas as disciplinas que condicionam e determinam a sua concepção pelo que terá não só que as utilizar como as compreender e integrar. E para tanto e portanto deverá, pela sua formação, ser **diálogo nas matérias que envolvem a arquitectura.**

Já Vitruvius no capítulo «De architectis institutio» referia a geometria, a óptica, a aritmética, a história, a filosofia, a música, a medicina, a jurisprudência e a astrologia como disciplinas a que o arquitecto não deveria ser alheio.

Num mundo e numa profissão em que, como dizia Bakema, **«a relação entre as coisas é mais importante do que as próprias coisas»** parece-me grave pensar na formação de «arquitectos especialistas». Na actual situação portuguesa criou tal conceito de acrescentada gravidade.

Arq. Augusto Brandão: Uma profissão do nosso século

Julgo que o subaproveitamento do arquitecto se liga basicamente a dois ou três problemas que parecem ser uma constante histórica das culturas latinas ou, mais precisamente, da sociedade portuguesa. São eles:

a) O fraco nível cultural, artístico e científico da população e sociedade portuguesa. A sociedade só reconhece o arquitecto quando tem perante si um acto publicitário. São os casos das Grandes Exposições 1940 e 1983. Ou é o caso das empresas bancárias e outras que, para fugirem ao fisco, preferem gastar em publicidade consruída.

Curiosamente, julgo, terem sido os dois últimos anos, os seis primeiros anos da ditadura de Salazar e os 3 anos a seguir ao 25 de Abril, os momentos do nosso século em que a sociedade, simbolizada pelo Estado, procurou entender e empregar ao máximo o conhecimento arquitectónico.

b) A existência da outra constante histórica da história portuguesa é a preocupação em demonstrar e querer superpotizar a intelectualidade tecnológica e médica à intelectualidade sintética e intuitiva. Esta constante foi e é determinante na própria organização do Estado e na elaboração dos códigos hierárquicos das classes médias e superiores. A estrutura do Governo Português é bem disto exemplo.

c) Por último é, a identidade global que a sociedade portuguesa apresenta e sempre apresentou na defesa tenaz do utilitarismo mecanicista e mercantil. O senso absurdo da superioridade do desenho sobre todos os outros valores. Estas três constantes fazem com que uma profissão, cujas permissões lógicas estão fora desta tipologia, se veja marginalizada da vida real e construída do País. E vê-se marginalizada legal, existencial e vivencialmente.

Não é raro ouvir-se frases como esta — é um bom arquitecto, até parece um engenheiro. — É o engenheiro para a sociedade portuguesa o grande herói. Eca de Quairoz assim o afirma no «Primeiro Basílio».

Por outro lado, aliam-se a estas características constantes da sociedade portuguesa outros elementos vinculando a própria profissão do arquitecto que se automatiza pessoalmente.

Os mais importantes são:

1 — O pequeno número de elementos da classe dos arquitectos, o que transforma essa classe num caso específico dependente das elites intelectuais do País. É por essa razão que a E.S.B.A.L., desde 1976, tem procurado criar um ensino de massas, de modo a aumentar substancialmente o número de arquitectos em Portugal, possibilitando assim que a classe tenha força amica e social no País. Essas quantidades, por outro lado, irão proporcionar o aumento da dispersão do próprio arquitecto por todo o território português. Já hoje em dia, muito timidamente, é certo, se encontram arquitectos trabalhando em locais muito fora dos grandes centros urbanos.

Se aliamos este facto, aumento do número de arquitectos, à política de reformas do Estado e às suas tentativas de descentralização e descompressão, compreenderemos quanto a profissão poderá tomar designações e ser definida numa gama muito maior de actividades e responsabilidades do que tinha até aqui.

2 — Por outro lado, a própria classe dos arquitectos sente muitas dificuldades em se organizar. Ela existe porque existem

Escolas que formam indivíduos para a arquitectura. Ela não existe, contudo, como corpo profissional organizado. Não tem órgãos que a defendam na sociedade, nem que lhe balizem o si e aos outros corpos a área da sua actividade.

Em resumo, estamos perante um corpo profissional que, se não autodestroi, faz o possível para manter a incompreensão e o seu subaproveitamento que a sociedade portuguesa, pelas razões apontadas, lhe impõe.

O Arquitecto, o plano e a sociedade

Estes três vectores de um mesmo problema estão completamente interligados. O País, se necessita de poder planear o seu aspecto físico, verificar e executar políticas de desenvolvimento ou de contenção sectorial, habitacional ou de transportes, necessita também, da ter organismos que se encarreguem de efectuar esses visionamentos e os organismos precisam de ter técnicos, e todos precisam de poder contar com bases económico-financeiras que levem estes três vectores. Estão interligados e são concomitantes, mas são os três últimos responsáveis pelas grandes opções que o País terá de realizar no seu território.

Mas, mais importantes do que estes três vectores, são as grandes vertentes, políticas de desenvolvimento, ou não, que o País terá de encarar. Não nos referimos a «Planos do Tejo, «Plano Quinzenal» ou «Planos de Fomento», mas planos em que se mostrem as grandes linhas mestras sob as quais se poderão fundamentar a vida dos diversos territórios porque se forma o País e o modo como esses territórios poderão fazer cumprir o País.

Numa política de planeamento há que enunciar as grandes ou máximas políticas nacionais e há que equacionar as vertentes metodológicas quanto à aplicação imediata de políticas concretas do planeamento físico e ao seu concomitante modo de tratamento financeiro.

Julgo que é nesta ambivalência de planos — os da macro-escala ou do índole nacional e regional e os de pequena escala ou do índole local que terá que equer toda a estrutura do «plano» português.

O uso e a exclusividade pelos planos locais inibe e proíbe a noção do desenvolvimento económico e funcional desses próprios locais.

O uso e a exclusividade pelos macro-planos nacionais e regionais e pernicioso para a resolução do dia-a-dia, da vida social do homem.

O arquitecto é aqui um peão de acções políticas e o seu papel e a sua acção neste quadro deverão ser encaradas na resposta do 3.º grupo de perguntas.

O novo ciclo

4. Responsabilização individual e colectiva

O pressuposto de que o arquitecto poderá ser responsabilizado pelos prejuízos causados pela sua acção, implica obviamente o pressuposto de que a sua área de actuação exclusiva será assumida e ainda o pressuposto da qualidade da avaliação da sua acção. Dado que neste plano se insere o papel da AAP, é necessário equacionar os reflexos que uma responsabilização individual e colectiva do trabalho do arquitecto poderá ter, nos mecanismos de controlo do Estado e das Autarquias. A libertação do técnico municipal da função fiscalizadora para funções de promoção ou produção, permitida pela responsabilização do projecto do arquitecto, longe de trazer prejuízos à autonomia municipal ou à dignidade profissional do técnico municipal, antes lhes permite, também, assumir novas responsabilidades na disciplina urbanística e na produção arquitectónica, e uma maior rentabilização dos serviços.

Neste processo de responsabilização individual e colectiva, o papel da AAP passará pela defesa da deontologia, pelo apoio ao exercício da profissão e à valorização profissional, pela intervenção junto dos poderes constituídos e da opinião pública. Mas não é possível antever outros campos de actuação? Para satisfazer as necessidades de primeiro emprego, para actuar em defesa de uma readequação dos recursos do Estado e das Autarquias, para defender novas carreiras públicas para arquitectos, a AAP não lerá a sua própria desburocratização e descentralização.

As virtualidades da AAP poderão vir a estender-se do campo da defesa da profissão para o campo da sua promoção. Da defesa para a iniciativa, do isolamento para o diálogo.

5. Algumas perguntas inconclusivas

Se falamos de um programa nacional de defesa da qualidade do ambiente e renovação da arquitectura rural e urbana, há que não comprometer as próprias bases da disciplina da Arquitectura: o domínio poético do lugar e da história por um lado, e o domínio da resolução de problemas, por outro, são cada vez mais domínios «implicados».

Se falamos de um diálogo com outras instituições e profissões há que ter presente que hoje os arquitectos colectivamente se assumem em plena maturidade, de igual para igual: o reconhecimento da identidade da profissão de arquitecto é condição básica para a seriedade do empenhamento que se nos pede.

Se falamos de descentralização, de enraizamento, de participação, há que ver hoje estes processos fora do contexto messiânico e moralista que no passado recente as levaram para o domínio da ideologia, referi-los sempre ao contexto concreto em que se exerce a profissão em Portugal.

Se exigimos o reconhecimento de uma competência específica em nome do interesse social da Arquitectura, é necessário saber que esse interesse manifeste-se em vários terrenos e que devemos ser seus intérpretes privilegiados no nosso terreno específico, um terreno cultural.

Um teste da formação do arquitecto contra a escala real dos problemas que se lhe colocam hoje no País, é uma condição preciosa para a resposta a algumas perguntas difíceis:

O que é a qualidade da Arquitectura?

Como renovar o ambiente urbano e rural?

Que caminhos para a Arquitectura em Portugal?

Pedro Brandão

Artigo de Augusto Brandão no *Jornal Arquitectos* com o título "Uma profissão do nosso século". N.ºs 27/28/29, 1984, p.6.

debate

Uma profissão do nosso século

que se deu o nome de técnica do "método", isto é, procurava-se formar generalistas usando, como finalidade pedagógica, o ensino do método projectual, método que se considerava ser alvear para ser aplicado em qualquer problema arquitectónico. Esta fase racionalista do ensino da arquitectura durou pouco tempo. O embate crítico das modernas correntes arquitectónicas e o próprio desenvolvimento cultural e científico dos defensores desse movimento mostraram a fragilidade e o erro do método pedagógico em si.

Defendemos hoje que, como em todas as profissões, o aumento e a profundidade dos campos de intervenção fazem com que surjam especialidades dentro da própria área do conhecimento da arquitectura e que essas áreas, por si mesmas, necessitem de anos de formação académica.

Isto não quer dizer que não defendamos o uso, como método formativo global, a ideia de pluridisciplinaridade, que não defendamos as técnicas pedagógicas das unidades multidisciplinares do Ensino, ou que não defendamos a subordinação metodológica de todas as disciplinas que formam o "curso" de arquitectura, ou método projectual da arquitectura; o que queremos defender é que a um ensino básico, em que o léxico de transmissão de conhecimento e os processos de leitura e escrita reais e mentais da arquitectura sejam ensinados e aprendidos, deva-se seguir ensino que aprofunde áreas específicas do conhecimento e do fazer arquitectónico. Áreas que serão correspondentes a variados vocacionais dos alunos à medida que cursam o ensino básico.

Dai defendemos os cursos de especialização e a existência de especialistas em campos arquitectónicos.

Para resistir aos embates que vamos sofrer

Uma classe profissional para vingar e ser vista pela sociedade como classe profissional terá que conter uma série de princípios básicos que vão desde o ensino dessa profissão às entidades de pesquisa sobre aspectos específicos dessa profissão, à sua própria organização como actividade humana, inserida dentro de outras actividades humanas.

Uma profissão é, assim, um fazer é um fazer tem que ter limite de actuação, criar as suas leis internas que relacionem entre si todos que o fazem, etc., etc.

Não se pode acreditar que qualquer classe profissional, tendo atingido determinado número de profissionais, se possa manter sem actividade de relacionamento moral ou platónico quer com o Mundo que a envolve, quer com o Mundo que a alberga.

Pelo contrário, à medida que a sociedade se torna mais complexa é necessário criar bases legais e princípios que defendam as classes profissionais, umas das outras e de si próprias. O Mundo actual não se compadece com a improvisação nestes campos.

Como se poderá acreditar que todo o inteiro de uma classe profissional obedeça a códigos de relacionamento deontológico, por exemplo, se, não só eles não existem, ou se não existir quem os faça cumprir da melhor maneira possível?

Arq. Martins Barata: Demonstrar a insubstituibilidade

Culminou no 3.º Congresso da AAP o que se revela ser um processo já longo da busca da identidade da actividade dos arquitectos em Portugal.

E agora parlamentares visíveis que os problemas não estavam latentes e mal formulados vieram finalmente ao de cima, todas as ambiguidades estão agora bem à vista, e não há já possibilidade de as ignorar.

Mas é também perfeitamente visível a falência das tentativas para as resolver e toma forma a ideia de que, de forma quase teórica, não conseguimos um problema desolvível. Em vez de pensar resolver as ambiguidades, então, vale mais assumi-las corajosamente, e organizar as suas consequências.

As notas que se seguem são uma exposição aliçada de uma parte de uma comunicação ao próximo Congresso da UJA, preparada em conjunto com o colega J. Miguel Fonseca. Parece-me que constitui uma participação adequada nesta série de depoimentos.

1 — Organizar o enquadramento construído da vida individual e colectiva é a tarefa do arquitecto.

Dito de esta ou de outras formas equivalentes e apuradas, é um axioma, é um princípio, não se discute, é um ponto assente — e é sobretudo um descanso, porque evita pensar...

Mas o que se passa e tem passado no concreto recente, não se compadece com o conforto garantido pelas belas fórmulas consagradas. Hoje, e no futuro próximo, haverá que ir inspecionar os fundamentos daquele grande edifício profissional, colectivo, crítico e social a que se dá o nome de Arquitectura, sob o peso dos acrescentos heteróclitos trazidos pela evolução, as fundações já abrem rachas — aquelas fundações que têm servido tão bem durante séculos...

E isto custará muito à Classe.

Custará porque terá que vir a entender (esperemos que não da pior maneira) que cada cidadão, cada homem sabe (e concretiza até, por vezes) aquilo que deseja como seu enquadramento de vida social e individual. Sabe-o, com sabedoria, conhecimentos padrões e valores que a nós, arquitectos, são talvez repugnantes, é certo. Mas, que em termos de especialização ou divisão do trabalho ao longo da História, a sociedade tenha delegado essa sabedoria na figura do agente que hoje é mais amplamente coberto pela designação de «Arquitecto», não pode incluir que a tenha alienado. E só um «Arquitecto-centrismo» inflexível permite afirmar que a visão do arquitecto (e não se trata aqui do Supremo...) é a melhor das visões possíveis, quando ao cidadão corrente que olha à sua roda, sobram infelizmente as razões de crer que não é. Sobram, abundantemente ou persistentemente enganar-nos?

Aqui, passa-se algo como pensar que as noções de Justiça e de Direito são coisas que só competem aos juizes — eles é que são os profissionais de Justiça! (Imagine-se assim: «A Justiça para os juizes diram eles, talvez se precisassem disso...»). O vício é já arcano: é de considerar equivalentes a existência de uma função ou vocação humana presumivelmente inalienável, e a sua «delegação» de exercício por via social.

Acontece assim que se equipara a existência de uma **excelência** de capacidade individual para exercer determinada função, com a sua **certificação legítima** por parte da coisa colectiva (o diploma, a licença, o doutoramento...).

Se essa equiparação é presumivelmente legítima em termos de formações que são certificáveis como dependentes da aquisição de determinada «técnica» (piloto de avião, serralheiro, tessador, perito contabilista, neuro-cirurgião...) há outras em que não é totalmente (um diploma em Letras não garante um bom poeta, um bom romancista, sequer um bom fi-

lósofo; um diploma do Conservatório não garante um bom compositor... E certo que há uma saída lógica para isto: é a de afirmar que a poesia, a filosofia e a música feitas por diplomados são **forçosamente** boas, porque são feitas por pessoas socialmente certificadas para tal. Bem. É uma atitude possível, e até aceitável; mas quem a sustentar define, automática e inequivocamente, o nível, a natureza e o conteúdo da sua concepção das funções sociais — ao menos, fica-se logo a saber com o que se conta e com quem se conta...)

Ora, é sobre esta ambiguidade fundamental que se instala o ensino da Arquitectura, a sua certificação social e o seu exercício público, com os resultados que se vêem. (A expressão é exacta: «com os resultados que se vêem», isto é: vêem-se conforme se quiser — há quem os veja bons, se não mesmo excelentes, apenas a precisar de algumas afincações; há quem os veja medíocres e feridos de vícios e ambiguidades de base, insanáveis por enquanto. É só escolher a posição, viva a relatividade!)

2 — Assuma-se então claramente aquela ambiguidade: o exercício diário a que se chama Arquitectura está, e vai estar ainda sujeito a duas ordens imperativas — a da excelência de capacidade, não certificável objectivamente mas reconhecidamente eficaz; e a da legitimação «ex signo» pelo diploma certificador de uma qualificação.

Não há que, novecentescamente, ver as coisas em termos de oposição entre o criador, génio, artista, inspirado, etc.) e o executor, burocrata, falhado funcional, etc.). que aparentemente, já só se manifesta como curiosidade behaviorista nos termos de um certo folclore de compensação no nível do «visual» e da «fala» individual (linguagem, andar «vestido à arquitecto», e o resto...). E do domínio da sociologia e da psicologia aplicada e da antropologia cultural...

Trata-se sim de ir mais fundo e de ver que está em questão um «conceito» de Arquitectura como função e argumento de uma situação cultural, versus uma «arquitectura positiva» («arquitectura positiva» chamo-lhe eu aqui, no sentido em que o Direito abstracto como conceito se contrapõe ao «direito positivo» — o dos códigos, dos processos, dos advogados e dos tribunais...)

Ora a Classe quer-se afirmar como «magistratura» zeladora daquela «arquitectura positiva»; a do que se constrói, a do projecto a meter na Câmara, a do «dêxemo-nos de histórias não há nada como maltratar» — e faz bem. Faz bem e **tem de fazê-lo**. Porém, para que a legitimação colectiva dessa «magistratura» seja possível, é possível que se afirme como a) **inequivocamente apta, e insubstituível**. (Grosso modo, dir-se-á a que tem que ter condições **necessárias**, e condições **suficientes**).

Quererá a Classe olhar de frente para a realidade?

Assumindo que a preparação fundamental da certificação social (em claro: a da ESBA's...) é a necessária — será a prática **visível** da Classe a suficiente, depois, para justificar em termos colectivos aquela «magistratura» à qual se sente com direito?

Olhando para a mundanidade e involução do pensamento crítico actual na arquitectura; para a involução, esoterismo ou exibicionismo narcisístico de alguma criação; para o mercantilismo funcionário do grosso da produção arquitectónica; para a insuficiência frequente da maioria dos profissionais no quotidiano da obra, da firma ou da função pública

6

Abril/Maio/Junho 1984 **JORNAL** **ARQUITECTOS**

Anexo II

Artigo de José Norberto no *Jornal Arquitectos* com o título "Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem". N.ºs 10-11, 1982, p.16.

OPINIÃO

ASSOCIAÇÃO, INSTITUTO, ACADEMIA, ORDEM OBRIGATORIA, ORDEM LIVRE...

UM ARQUITECTO PERPLEXO

O mínimo que posso dizer é que estou perplexo. O máximo não devo dizer porque não está nas minhas intenções ofender quem quer que seja. Vamos a factos.

Pensava eu que a Associação dos Arquitectos Portugueses era uma estrutura representativa da classe profissional dos arquitectos, mas grado as divergências de opinião que legitimamente possam existir sobre a sua actividade e a eficácia da sua intervenção. E pensava eu que a representatividade da AAP lhe advinha não só do seu passado (em que foi Sociedade Portuguesa dos Arquitectos e depois Sindicato Nacional dos Arquitectos à força de decreto) e do participado processo de transformação que se levou à sua configuração actual de associação «livre», mas sobretudo do facto de ter conseguido associar um número de profissionais que se assemelha muito ao que se costuma designar por «esmagadora maioria».

Para bem, acabo de saber que no escrever do presidente do Conselho Directivo do Departamento de Arquitectura da ESBAL, as coisas não são exactamente assim: as coisas seriam mesmo muito diferentes.

Escreve aquele ilustre PCDDA/ESBAL, em officio dirigido ao senhor ministro da Habitação, Obras Públicas e Transportes que «a profissão de arquitecto é, neste momento, uma das poucas profissões liberais que se não encontra organizada e não possui (...) uma estrutura e um tempo representativa dos seus membros e disciplinadora da sua actividade». E mais à frente, faz a mesma argumentação e depois de julgar «excessivamente excessiva» a responsabilidade que recai «por inteiro sobre a ESBAL, quanto à representação dos profissionais de arquitectura, torna a liberdade de propor e de pedir a aprovação do mesmo senhor ministro para o projecto de Estatuto da Ordem dos Arquitectos, junto remendo.

Reconheça-se em nome do bom senso que ninguém neste mundo tem obrigação de saber tudo, senão que sócraticamente contempla toda a gente, incluindo uma qualquer autoridade académica como é o caso do PCDDA/ESBAL. Não fosse eu estar a fazer confusões, cude de verificar se o senhor PCDDA/ESBAL seria arquitecto e, eventualmente sócio da AAP. E era! Foi sócio do SNA desde 1960, não pediu a demissão quando este se transformou em AAP, e tem a sua quotização em dia, isto é, tem o conhecimento «mensal» de que a AAP, mal ou bem, existe. Como profissional recorre algumas dezenas de vezes ao seu organismo associativo (antes e depois de 74), na sua função académica tem mantido contactos com o Conselho Directivo da AAP a propósito de diversas questões de interesse associativo e em Novembro de 81 enviou ao 2.º Congresso da AAP, embora nele não tenha formalmente participado, uma comunicação em nome do Departamento de Arquitectura da ESBAL, versando justamente a questão da Ordem.

Assim sendo, e atestado a suposta de que o senhor PCDDA/ESBAL ignora a existência objectiva da actividade da AAP, não teria sido mais natural, correcto e consequente que um qualquer projecto de Ordem dos Arquitectos tivesse sido directamente submetido à apreciação da Associação dos Arquitectos Portugueses e pressionada esta, pelos meios estatutariamente consentidos, para que promovesse a sua discussão entre os directamente envolvidos, isto é,

entre os arquitectos? Que urgência poderá justificar que se peça uma ministerial aprovação para um projecto de Estatuto de uma estrutura representativa que não possui pelo conhecimento, discussão e acção dos próprios representados?

Não é de ficar perplexo?

Uma questão com barbas

A questão da «ordem» ou «não-ordem» e entre os arquitectos uma questão já com barbas. As gerações «mais velhas» limitaram-se de quantas vezes, durante a era fascista, a inquietação assaltou os patos dos arquitectos «especializados». Era uma inquietação desastrosa. Os advogados estavam numa Ordem (1926), os médicos também (1938), os engenheiros também (1938). Mas aos arquitectos haviam nos meado «apenas» um Sindicato Nacional (1933).

Constatava-se entretanto que eram os «doctores em leis» e os «doctores em betão» que eram chamados a ocupar todos os cargos de chefia em todas as estruturas técnico-administrativas do País, desde o Governo até à mais pequena das Câmaras Municipais. Para onde quer que se voltassem, onde quer que trabalhassem, esbarravam os arquitectos com um poder decisivo que não usava a sua linguagem, não entendia os seus conceitos e o seu emporismismo. Por cima dum arquitecto havia sempre um engenheiro que tinha a última palavra.

Mais que uma injustiça, era quase uma afronta. Afronta aliás benéfica. Unificando os ámbitos num subtil e comum despoje, levou a que os arquitectos se acrismassem face ao regime, para lá do serviço individual que uns ou outros lhe prestaram, como uma das classes profissionais «coativamente» mais progressistas. Afronta aliás málica. Unificando os ámbitos num equívoco sentimento de «escravidão cultural», alimentou nos arquitectos uma alérgica reserva por tudo o que era «estrangeiro», dificultando o diálogo e o real processo entendimento em áreas profissionais onde a convergência de métodos e a concordância de objectivos são uma necessidade real.

Porquê um Sindicato e por que não uma Ordem? Cíclicamente, a questão foi muitas vezes formulada e discutida. Em regime corporativo, a demarcação entre um e outra era em termos práticos incoerente: tanto mais que o Sindicato Nacional dos Arquitectos não era, visto o estatuto dos seus associados (isto só trabalho, um verdadeiro sindicato. As vantagens e desvantagens de «ser» sindicato ou ordem não eram equívocas com a indecisa bastante para que a discussão fosse conducente. Tratava-se de facto, na altura, de uma mera diferenciação de «classes», de uma mera questão de estatuto.

Se atendermos à origem social de cada uma das classes profissionais ditas «liberais», às vias académicas de sua formação, aos objectivos e motivações do regime de ensino e ao que numericamente representa cada uma dessas classes, não parece difícil compreender por que é que em 1933 os arquitectos não foram prondos com uma Ordem.

A questão do prestígio

Um dos argumentos mais frequentemente avançados em favor da Ordem, sendo mesmo o único que aparenta ter alguma consistência, centra-se na «questão do prestígio».

Esquemáticamente, a linha lógica a seguir argumentando desenharia-se assim:

— Os médicos, os advogados e os engenheiros (requebrando os recentemente ordenados faria mais sentido) estão organizados em Ordens, os médicos, os advogados e os engenheiros gozam naturalmente de um grande prestígio social-profissional dentro da sociedade portuguesa, graças a esse prestígio, os médicos, os advogados e os engenheiros detêm o exclusivo de facto e por direito, nas áreas profissionais em que actuam, e repartem entre si as cadeiras dos comités de administração, as chefias de todas as estruturas técnico-administrativas e os cargos de responsabilidade governativa e política, logo (e ali vai a base), se os arquitectos quiserem gozar do mesmo prestígio social que gozavam os médicos, os advogados e os engenheiros, só têm uma coisa a fazer — organizar-se em Ordem, subentendendo-se que esta deverá naturalmente ter carácter obrigatório, por que é de «irrefragável» e para prevenir os fustalmos.

Ocorre-me lembrar aos que comparem desta visão institucional do prestígio umas tantas constatações, talvez um pouco à margem mas que poderão servir para meditar sobre a sua natureza e as suas origens (do prestígio):

— As obras de arte compradas, vendidas ou guardadas em santuários chamados museus, os seus possuidores, nos seus quadros, não usam altérrimas a seu gosto e os deparadores, tremelmas e pallidinos são puníveis pela lei, há artistas muito prestigiados, outros pouco, outros ainda que não valem socialmente um chavo, os que têm prestígio não precisam de se organizar em Ordem para o terem.

— Não tenho notícia de que alguma vez o operariado se tenha atormentado, com problemas de prestígio, e muito menos com a dúvida do nome e das suas organizações profissionais; isso não impede que representantes do operariado operem eles próprios, sejam eleitos como deputados (da na terra) ou reconhecidos em altos cargos governativos (Indústria Pública);

— Nenhuma carreira universitária decoreba em «Indústria», «Estruturas» ou «Barragens» ou «Barragem», mas a origem das grandes fortunas nem sempre se encontra o registo de um curso académico, mas o suor e o suor é, junto dos governantes, que em última análise são eles que nos impõem a sua «ordem»; só Deus sabe todo o poder que se emana e dimana. De não se sabe, o poder espiritual do Vaticano nunca se tem deixado tentar pelos negociantes.

— Quando, em 1981, os deputados centro-direita da Assembleia da República disseram que se lhes aumentasse o ordenado, foi também o honorário de argumentação do prestígio que lhes serviu de bandeira.

O milagre da Ordem

Nas suas formas mais elaboradas, a argumentação a favor da Ordem dos Arquitectos embala-se no patético pressuposto de que as coisas desta vida se resolvem por automatismos mágicos:

Constituída a Ordem, os arquitectos adquiririam o estatuto de «profissionais sociais», pelo que seriam automaticamente excluídos pelo Governo nas suas reivindicações e propostas, graças à Ordem, que passaria a ter total controlo sobre a distribuição da encomenda por competência naturalmente delegada pelo Governo, os arquitectos teriam o trabalho assegurado em permanência, muito trabalho e muito bem distribuído, conforme a capacidade e a competência de cada um; os contratos (talvez até desrespeitados...) seriam rigorosamente cumpridos, as tabelas de honorários revistas e escrupulosamente respeitadas, as dívidas pontualmente pagas; face a enorme prestígio social alcançado pelos arquitectos, através da sua Ordem, os especuladores fundistas abster-se-iam, os empreitantes não mais comeariam «projectos» a 50 contos (ou a 20 ou a 10...), os desenhadores, os topógrafos e os engenheiros reconheceriam que andavam a «enfilar» em verra altérrima e não mais pegariam no lápis para fazer «projectos de vengança»; os deparadores do

nosso património arquitectónico proclamariam pelas ruas o seu arrependimento e a degradante transferência dos nossos passagens liberais constituiriam um ponto final: far-se-ia luz em todas as Câmaras Municipais e nenhuma decisão seria tomada sem o conselho de prestigiados arquitectos (que seriam todos e cada um, graças ao prestígio irradiante da sua Ordem), acabar-se-ia o compadrio e o «conhecimento de favor» nos meandros burocráticos dos Serviços e Administrações, acabar-se-ia, em os próprios meandros, tudo seria claro, transparente e simples, os planos seriam inteligentes, os programas viáveis e os projectos de grande qualidade (em alguns projectos seria necessariamente uma figura vana); e haveria dinheiro para tudo e tudo justo e todo lindo. Adversas barreiras, adversas crises de habitáculo, adversas escolas em pré-fabricados fropifílicos, adversas lotes em áreas de passeios e nos larguinhos de Alfama, adversas prósulas que se desmoronaram por culpa criminosa, adversas Rebojadoras e Urbanizações das Portelas, adversas lico, adous entulho, adversas poluições dos ares e das águas, adversas ameaças epídémicas, adversas E, porque não? talvez na embalgam se pudesse também, com a Ordem dos Arquitectos, dizer adeus à corrida aos armamentos. Então, com a Ordem anunciada, uma nova era de paz e sossego, a era dos Arquitectos.

— Mas que maléfico percurso! Que a era dos horrores, das carceres e das angústias não de acabar, é para mim mais que uma esperança, é uma quase certeza. Como é uma certeza que os arquitectos terão que se empenhar «também», como profissionais a quem caberá, numa tarefa concreta que há-de transformar as coisas para que cessem as rapinas e as destruições.

Que utilidade terá essa longa luta o abstracto e aporético «prestígio dum arquitecto»? Poderá ele resolver as bases económicas e culturais da nossa sociedade?

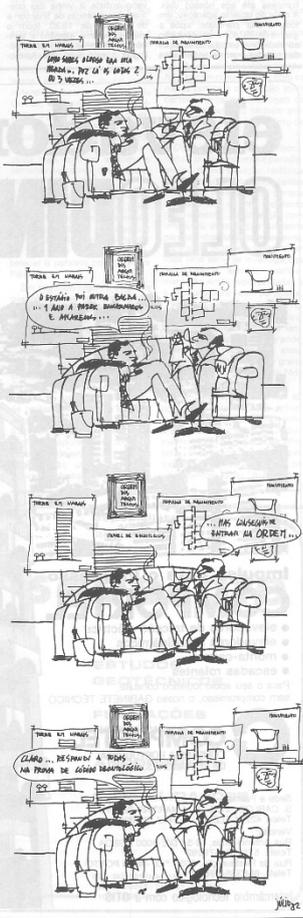
Por ou contra... mas que Ordem?

Ser ou não ser pelo Ordem, é a questão. Questão que diz respeito, antes de mais, a todo um grupo sócio-profissional, e cuja resposta não poderá ser deixada ao critério dum activista privado por mais bem intencionado (admirável!) que seja seja. É uma questão que tem de ser analisada, profundamente discutida e que exige o mais largo consenso da classe profissional dos arquitectos.

Pela minha parte, não sendo eu sensível ao argumento do «prestígio», terei que buscar uma posição nos argumentos da «necessidade», dos «obscuros» ou das «vergonhas».

Quanto à «necessidade» de uma estrutura representativa dos arquitectos, porta-voz dos seus interesses sócio-profissionais, a questão parece estar respondida pela própria existência da AAP e dos seus 2100 aderentes. Que o senhor PCDDA/ESBAL, goste quer não goste, a AAP é neste momento a única estrutura representativa da classe profissional dos arquitectos. Historicamente e de facto.

A função disciplinadora dessa estrutura representativa tem



Cartoon do artigo de José Norberto no *Jornal Arquitectos* com o título “Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem”. N.ºs 10-11, 1982, p.16.



Artigo de José Norberto no *Jornal Arquitectos* com o título "Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem". N.ºs 10-11, 1982, p.17.

SSSP 177

A OPINIÃO

UMA POLÉMICA QUE ABRE AS PÁGINAS DO JÁ À OPINIÃO DE CADA UM...

SOB AMEAÇA DA ORDEM

José Norberto*

gas (dos jovens e dos menos jovens) institua um exame de admissão a uma sua estrutura associativa como salvaguarda do prestígio profissional dos seus membros e como forma última e indirecta de pressionar as insti-

festasse a sua viva repulsa por um qualquer exame suplementar e externo ao seus arquitectos-produto, legítimamente ofendido pela suspeita de emprovariedade para consumos que semelhante exame representaria.

No 2º Congresso da AAP, em 1981, foram apresentados os primeiros resultados sem bruto de um inquérito realizado pela SRS/AAP junto das Câmaras Municipais. Em face desses resultados algum concluiu, um pouco precipitadamente, a meu ver, que apenas 1% do que se projecta em Portugal é da responsabilidade dos arquitectos. Isto é dizer, tomando aquela conclusão por válida, que 99% do que se projecta em Portugal não é por pessoas sem competência para projectar. Mas de que competência se trata? De competência legal? De competência técnica? De competência cultural? ou de todas elas à la fois? São todos os arquitectos incompetentes?

Se encarmos apenas a competência na sua dimensão legal, é a meu ver duvidoso que a obrigatoriedade de inscrição numa Ordem de Arquitectos, como condição para exercer a profissão de arquitecto, possa vir a alterar a situação. A questão de fundo enraíz-se no domínio do sócio-económico, do sócio-cultural e do sócio-político; e não me parece que nestes domínios uma Ordem obrigatória possa ser mais decisiva do que uma Associação livre. Quando os estudantes de Arquitectura recebem no final do seu curso um diploma de licenciamento não querará significar este diploma que são eles que estão legalmente autorizados a exercer a profissão de arquitecto e não quaisquer outros?

Em conclusão — A questão da obrigatoriedade de inscrição dos Arquitectos de uma Ordem obrigatória e com exame de admissão?

A questão da Ordem está mais uma vez relacionada, agora num contexto político-institucional diverso do que foi até há pouco anos atrás. Parece indispensável para não dizer urgente, que os arquitectos a discutam. Parece por outro lado evidente que o espaço para essa discussão não poderá ser outro que a Associação dos Arquitectos Portugueses.

Se por ou contra uma Ordem, é coisa para discutir. Uma coisa, porém, parece-me desde já indiscutível. Uma Ordem dos Arquitectos só poderá ser legitimamente institucionalizável pela vontade expressa e discutida da classe profissional dos arquitectos, actualmente representada pela AAP. Qualquer Ordem que surja por uma outra via diferente dessa é, a meu ver, recusável. Pela minha parte, recusá-la com toda a legitimidade que constitucionalmente me é consentida.

Nota da Direcção:

Nos termos dos seus estatutos o JA publica integralmente na sua secção OPINIÃO todos os artigos que os associados lhe enviarem, reservando unicamente, como é óbvio, as suas disponibilidades de espaço.

Correspondendo ao apelo feito ao conjunto da classe em editorial anterior, o associado José Norberto lançou-se no discurso do chamado problema da Ordem.

Gostaria, no entanto, a direcção da Secção Regional da AAP, da qual o *Jornal dos Arquitectos* é órgão oficial, que essa discussão tivesse sido antecedida do estudo de um enquadramento geral do problema, sobre o qual se tem debatido, não tendo ainda divulgado os resultados desse estudo por achar necessário discutí-los com a SRS e os órgãos nacionais.

Admitiu-se a hipótese de reingressar a publicação desse artigo e das intervenções de que o autor o fez acompanhar, para próximos números antecedendo-o, se possível, de informação mais extensa, que a maioria dos sócios não possui, e a cuja divulgação a SRS é alheia.

Podia, no entanto, essa atitude ser interpretada como uma eventual censura que a direcção do JA não desejasse, de forma alguma, assumir.

Desencadeado o processo de discussão, intencionalmente, talvez, a direcção da SRS que em breve espera publicar o resultado da análise da situação, apela a todos os seus associados no sentido de participarem no debate que se avizinha.

* Membro de ex-Comissão Gestora do SNA, membro de ex-Comissão Redactora do Estatuto de AAP e ex-membro de Direcção da SRS/AAP.

The Tough Turtle tours Ireland

Tartaruga — Opens new horizons in high build

Tartaruga — Tech' takes to Tartaruga

Tartaruga ON TADISEACH'S HOUSE

até resistir ao fogo

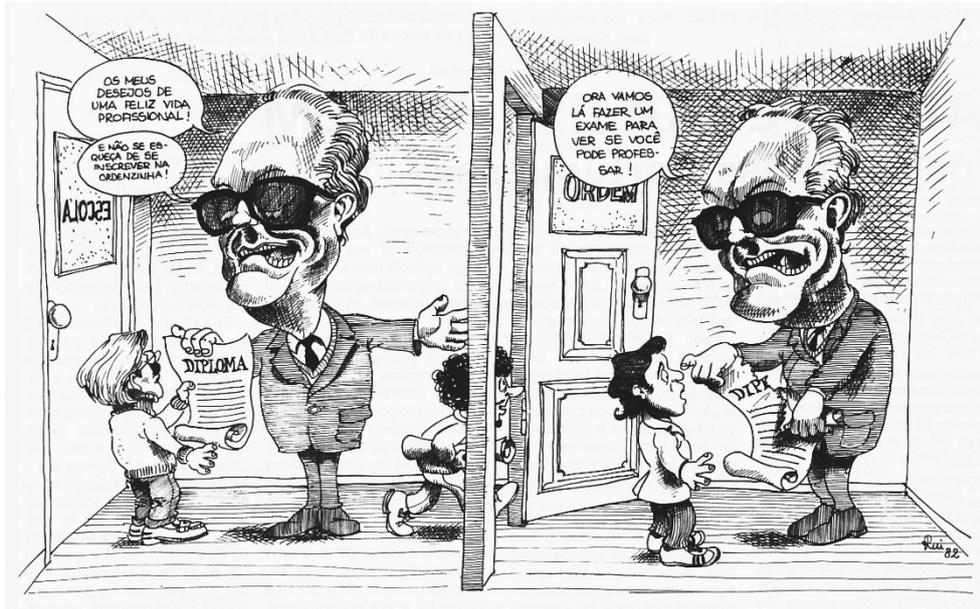
Tartaruga e Poliolac

GRUPO BERGER

JORNAL ARQUITECTOS SETEMBRO-OUTUBRO 1982

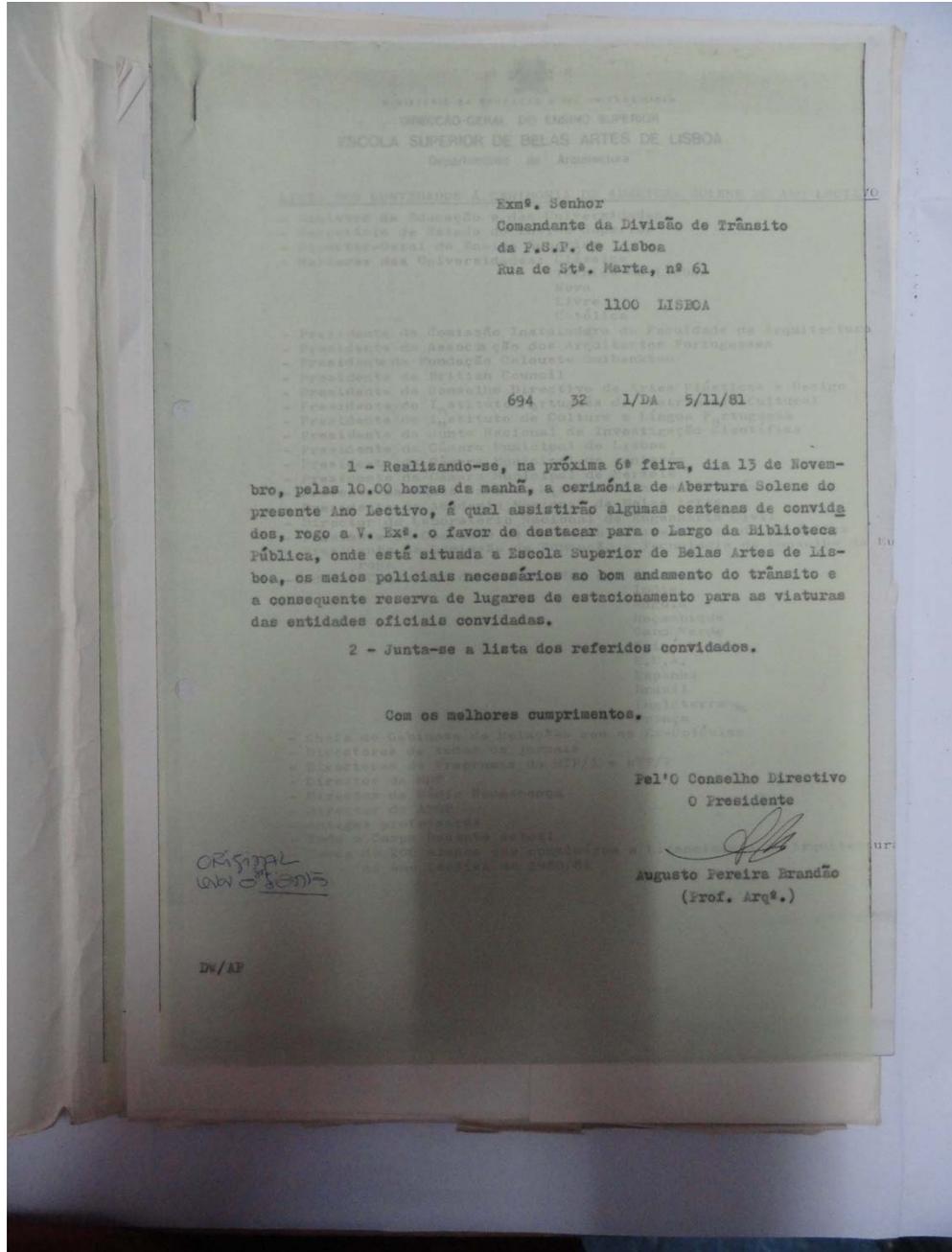
17

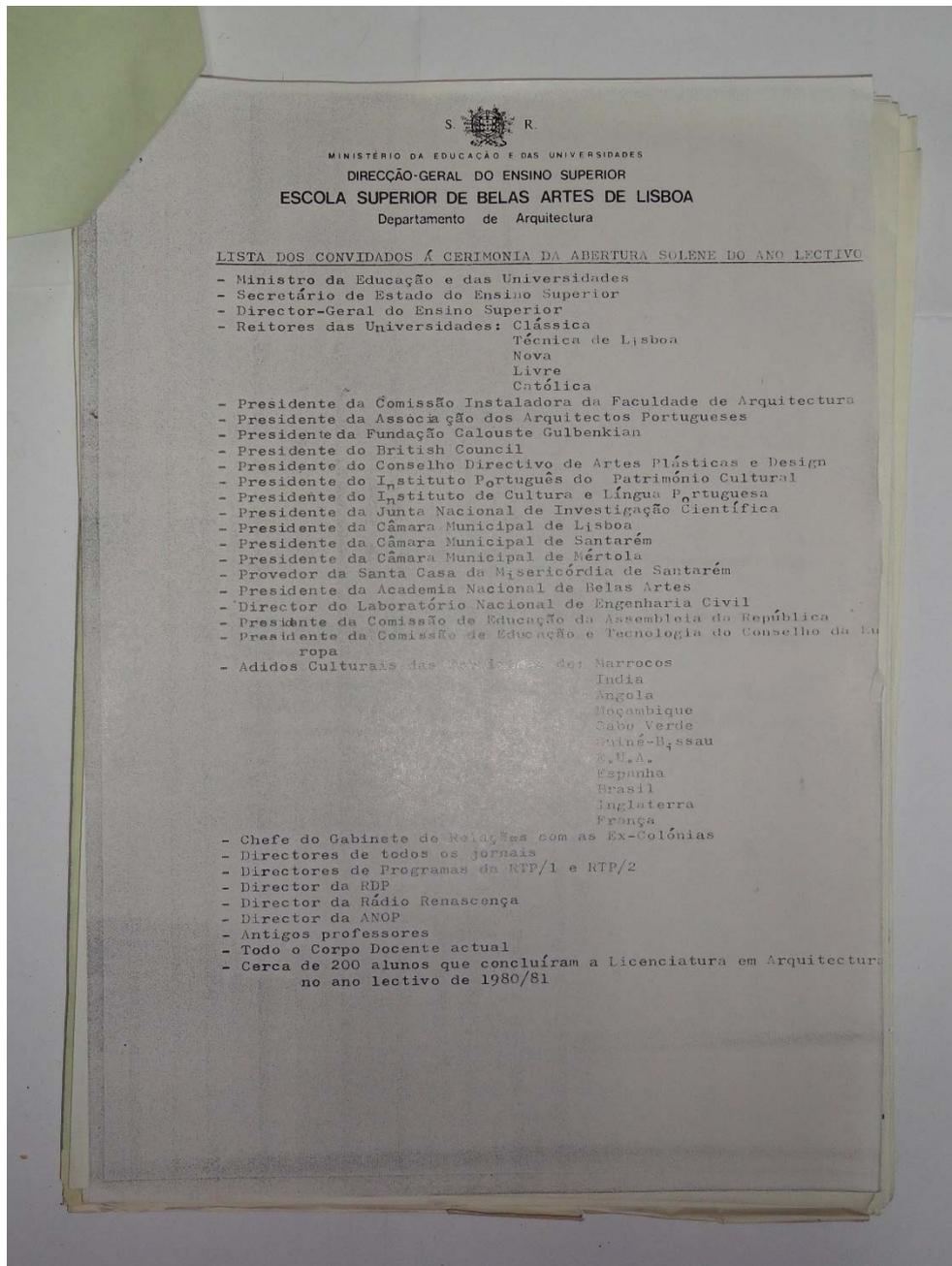
Cartoon do artigo de José Norberto no *Jornal Arquitectos* com o título “Um arquitecto perplexo sob ameaça da Ordem”. N.ºs 10-11, 1982, p.17.



Anexo III

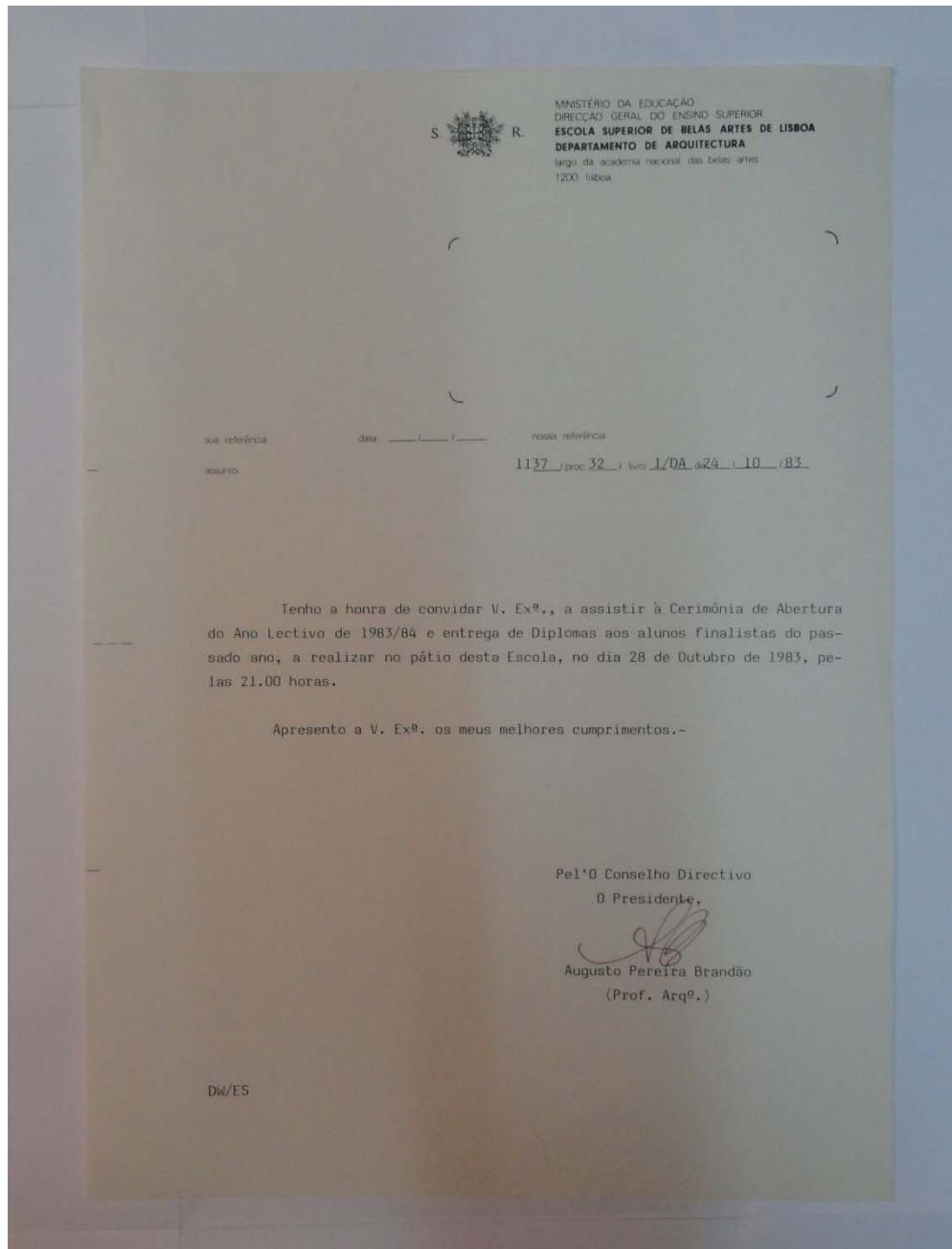
Carta de Augusto Brandão ao Comandante da Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa solicitando os “meios policiais necessários ao bom andamento do trânsito e consequente reserva de lugares de estacionamento para viaturas das entidades oficiais convidadas”. Respectiva listagem. 5 de Novembro de 1981. [Fundo FAUL]





Anexo IV

Minuta de convite de Augusto Brandão a assistir à cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 a realizar-se no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, pelas 21:00 horas. 24 de Outubro de 1983. [Fundo FAUL]

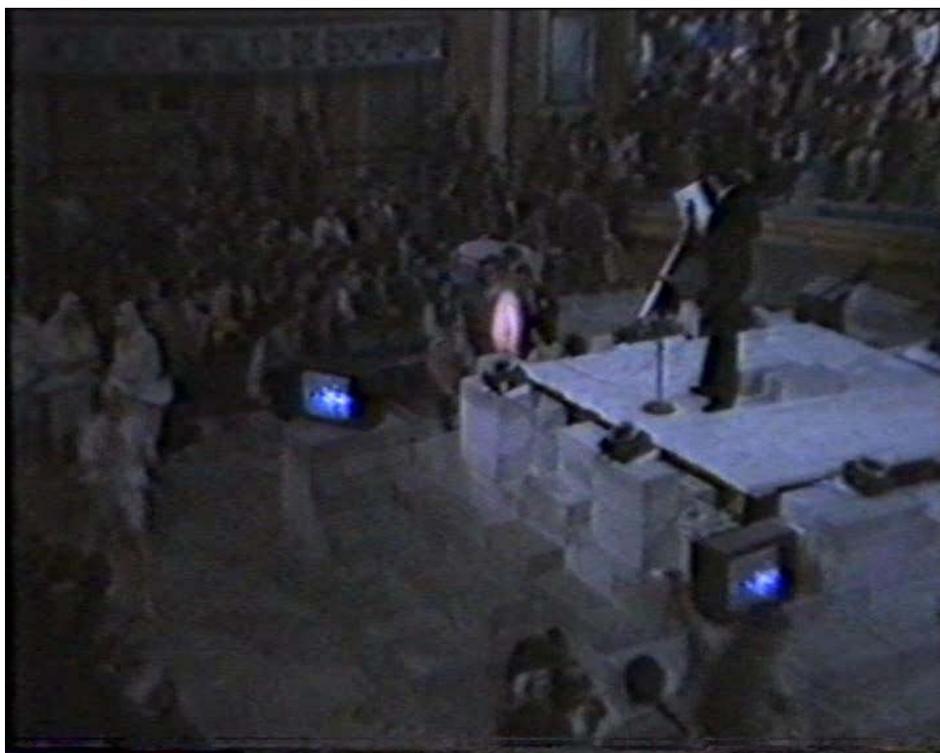


Anexo V

Fotogramas de videograma mostrando a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, pelas 21:00 horas. [Fundo FAUL]



Volumes de acesso ao palco



Palco ao centro do pátio da ESBAL



Uma televisão colocada em cada canto do palco



Aluna finalista dirigindo-se ao local de levantamento de diplomas



'Moldura' com alunos finalistas de 1982/83



Plateia onde se encontra o Ministro da Educação, José Augusto Seabra

Anexo VI

Fotogramas de videograma mostrado durante a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983, videograma este com o tema “Os quatro pontos cardeais”. [Fundo FAUL]

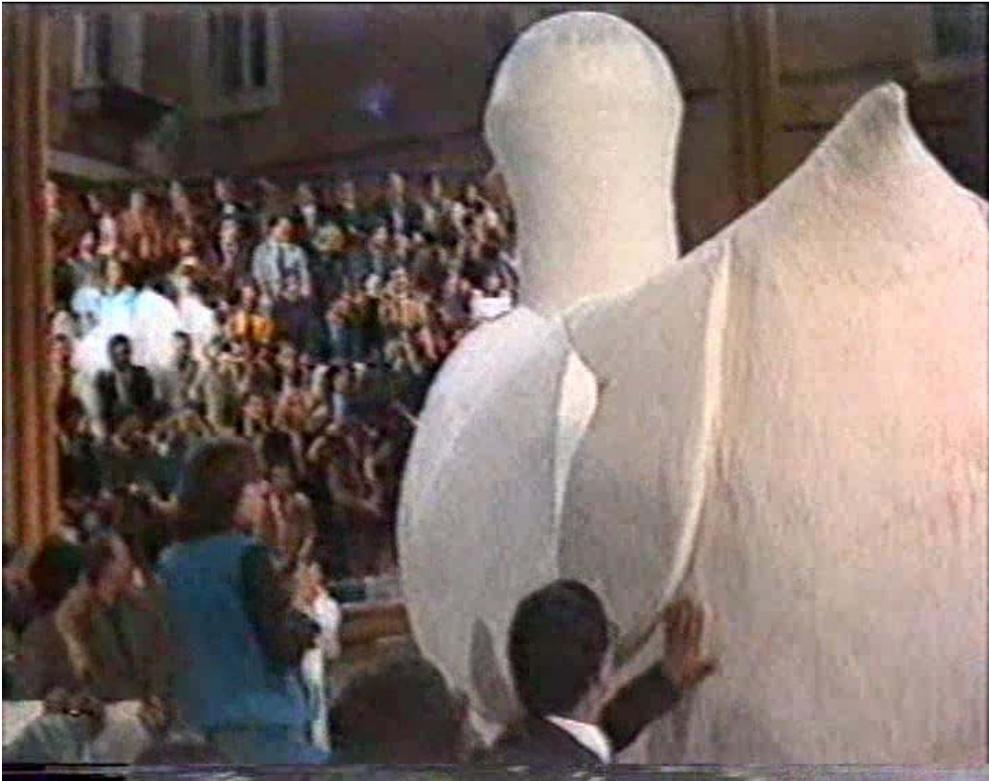




Anexo VII

Fotogramas de videograma mostrando a cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983. Entrada de pato escultórico e distribuição de pato com uva. [Fundo FAUL]









Anexo VIII

Fotogramas de videograma da cerimónia de abertura do ano lectivo de 1983/84 e entrega de diplomas dos alunos finalistas de 1982/83 realizada no pátio da Escola no dia 28 de Outubro de 1983. Sorteio de uma pata verdadeira. [Fundo FAUL]





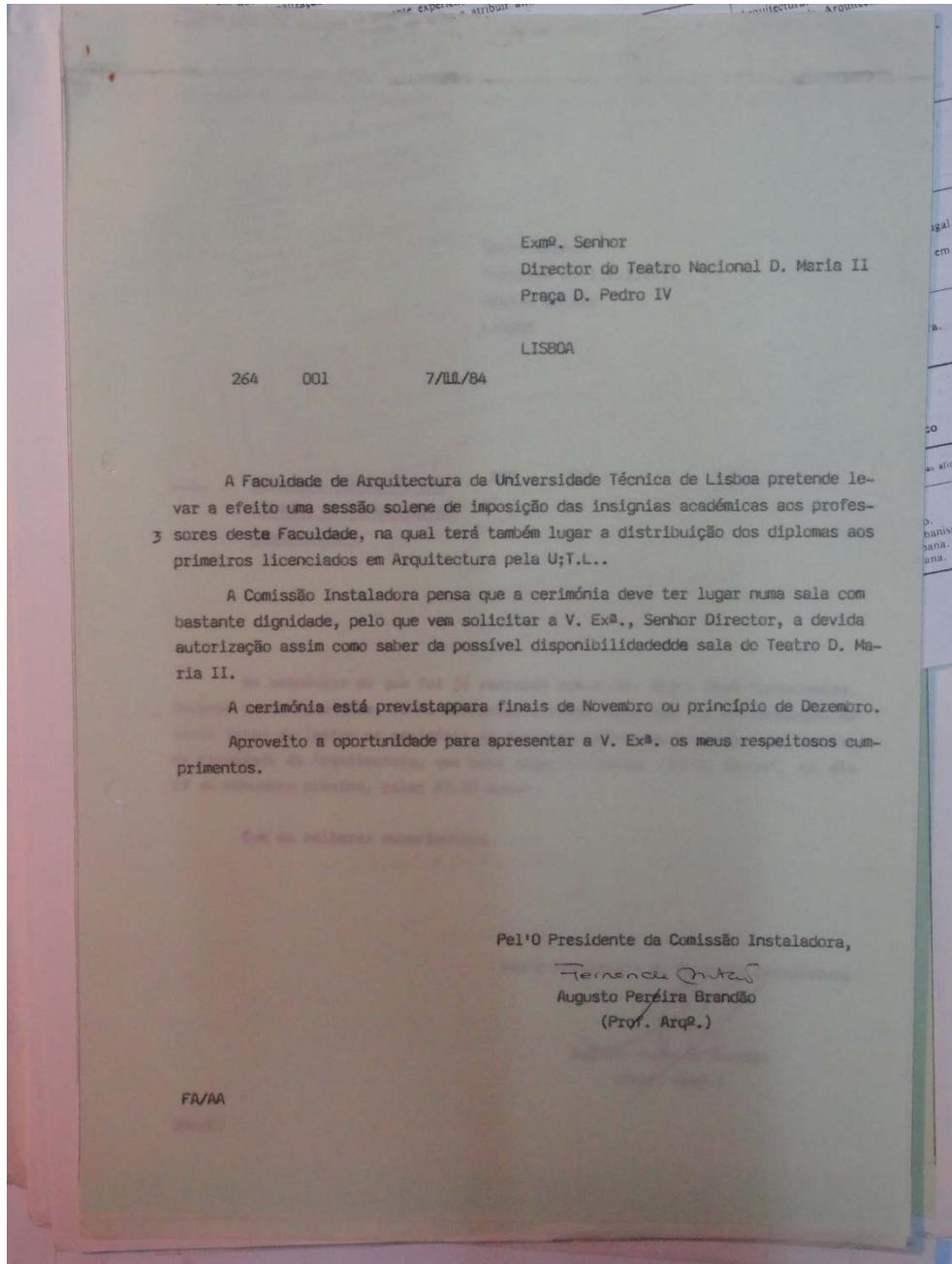
Anexo IX

Fotogramas de videograma mostrando excertos da cerimónia de entrega de diplomas do ano lectivo de 1983/84, no teatro de São Luiz, a 13 de Dezembro de 1984. [Fundo FAUL]



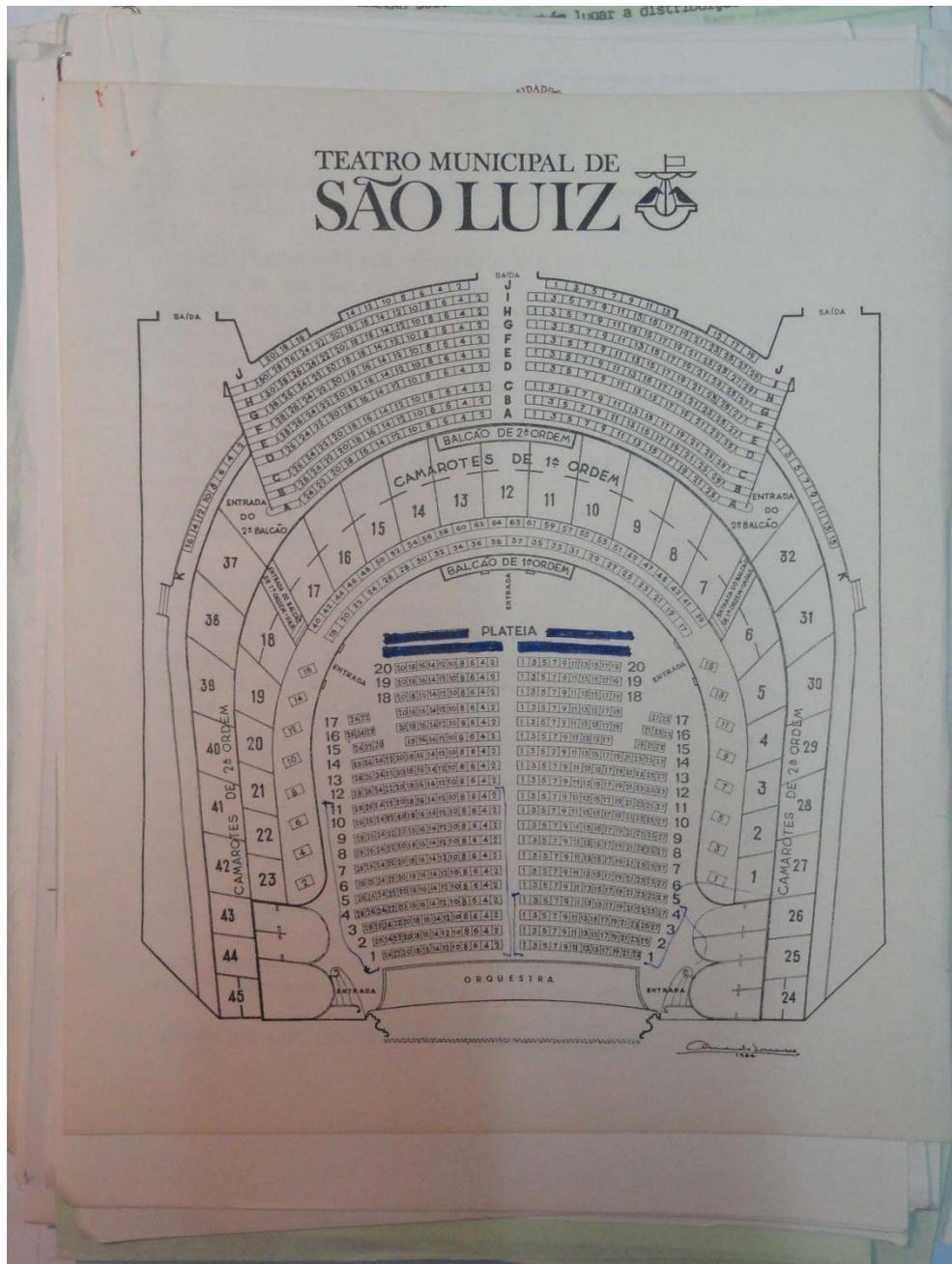
Anexo X

Carta ao Director do Teatro Nacional D. Maria II, informando-o que a FAUTL pretende levar a efeito uma sessão solene de imposição das insígnias académicas aos professores da Faculdade, bem como fazer a distribuição dos diplomas aos primeiros licenciados em Arquitectura pela UTL. 7 de Novembro de 1984. [Fundo FAUTL]



Anexo XI

Cerimónia de entrega de diplomas do ano lectivo de 1983/84; atribuição de lugares e respectiva lista de personalidades segundo mapa da plateia do Teatro Municipal de São Luiz. (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]



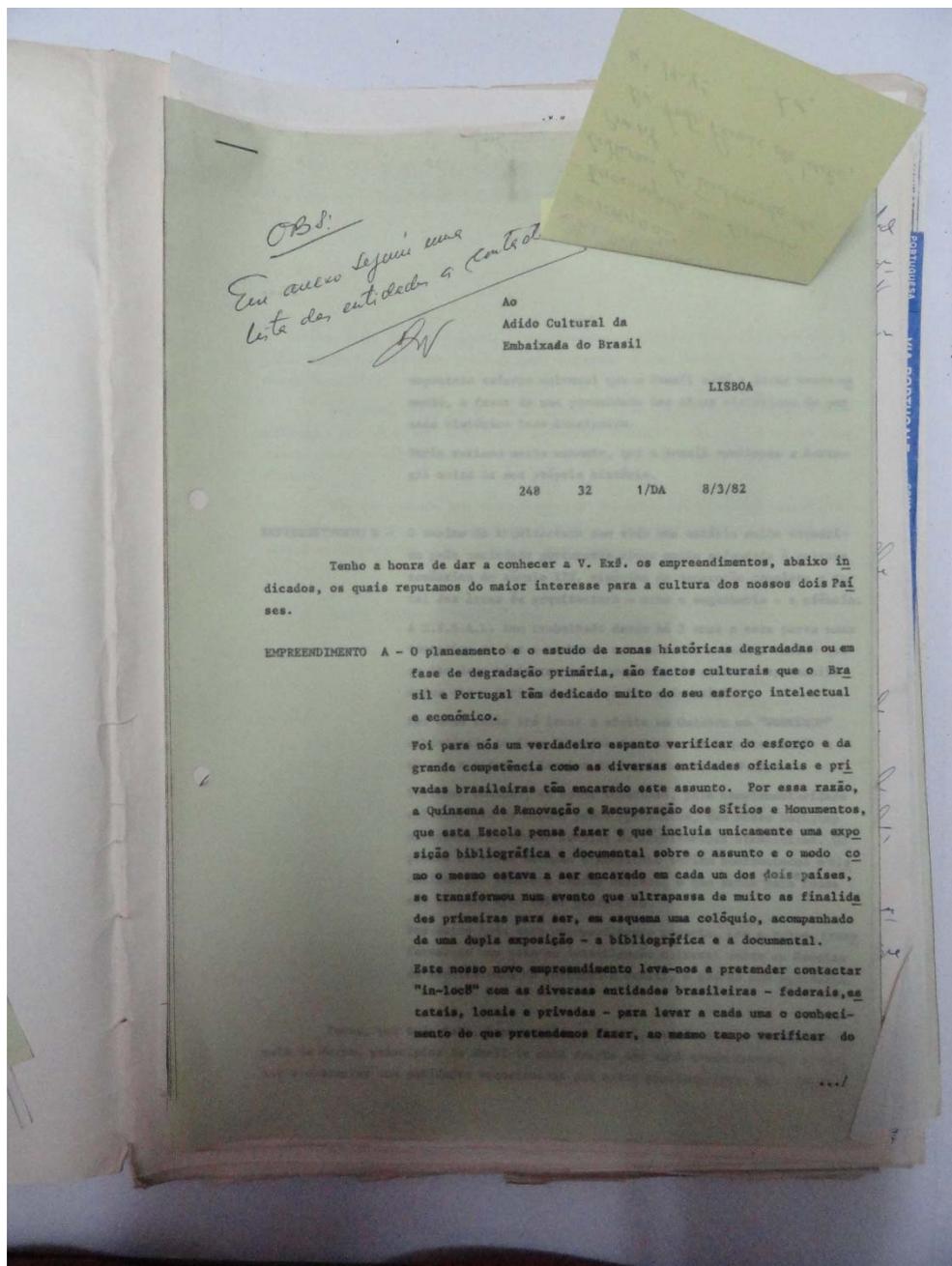


UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA FACULDADE DE ARQUITECTURA Largo da Academia Nacional de Belas Artes / 1200 Lisboa

	Fila Lugar
Prof. Eng ^o Arantes e Oliveira, M.I. Reitor da U.T.L.	1/1
Adjunto do Sr. Ministro da Educação	1/3
Prof. Arq. Augusto Pereira Brandão, M.I. Vogal da C.I.	1/5
Prof. Doutor Simões Lopes, M.I. Vice-Reitor da U.T.L.	1/7
Prof. Doutor Alferdo Silva, M.I. Vice-Reitor da U.T.L.	1/9
Prof. Arq. Duarte Castel-Branco, M.I. Vogal da C.I.	1/11
Prof. Eng ^o António Lamas, M.I. Vogal da C.I.	1/13
Prof. Aires de Carvalho, M.I. Presidente da Academia Nacional de B.A.	1/15
Prof. Conceição Ferreira, M.I. Presidente do C.D. Artes Plásticas ...	1/17
Prof. Arq. Formozinho Sanchez,	1/19
Prof. Arq. Tomás Taveira,	1/21
Prof. Arq. Carlos Pinheiro,	1/23
Arq. Bairrada, M.I. Representante da C.M.L.	2/1
Prof. Pintor Luis Filipe de Abreu,	2/3
Arq. Olga Quintanilha, M.I. Representante da A.A.P.	2/5
Presidente da Coop. ARCO	2/7
Director do Instituto do Emprego e Formação Profissional	2/9
Presidente da C.M. de Alcochete	2/11
Presidente da C.M. de Torres Vedras	2/13
Prof. Doutor Carlos Ferreira (E.S.M.V.)	2/15
Prof. Doutor Pereira da Moura (I.S.E.)	2/17
Prof. Doutor Manuela Silva (I.S.E.)	2/19
Prof. Doutor Martins Barata (I.S.E.)	2/21
Prof. Doutor João Amaral Franco (I.S.A.)	2/23
Prof. Doutor Pedro Amaro (I.S.A.)	2/25
Doutor Francisco Sobral (I.S.E.F.)	3/1
Prof. Doutor Armando Moreno (I.S.E.F.)	3/3
SENHORAS DAS ALTAS INDIVIDUALIDADES →	<u>Filas 3 e 4</u>

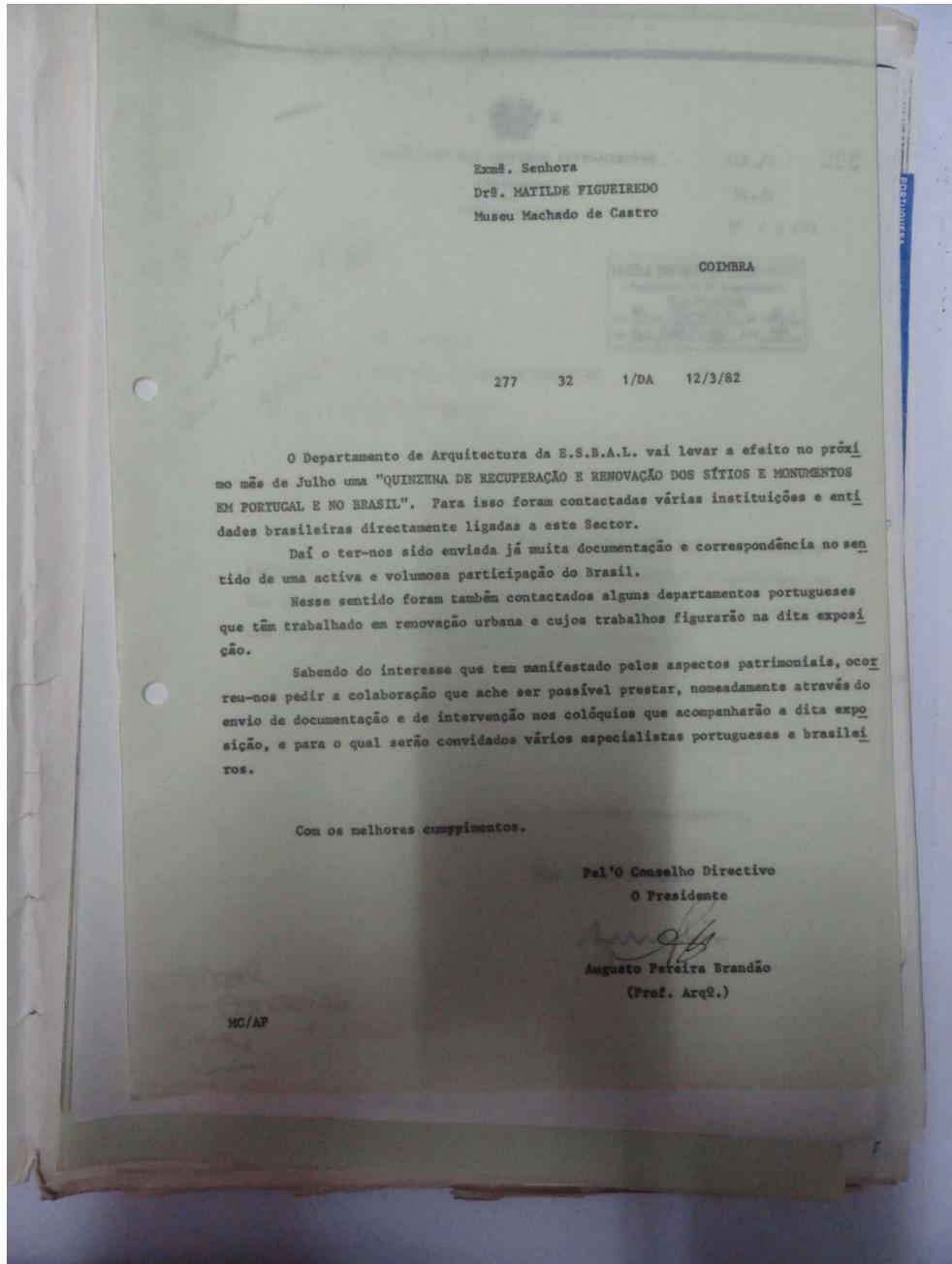
Anexo XII

Carta de Augusto Brandão ao Adido Cultural da Embaixada do Brasil solicitando apoio para a execução da "Quinzena de Renovação e Recuperação dos Sítios e Monumentos". 8 de Março de 1982. [Fundo FAUL]



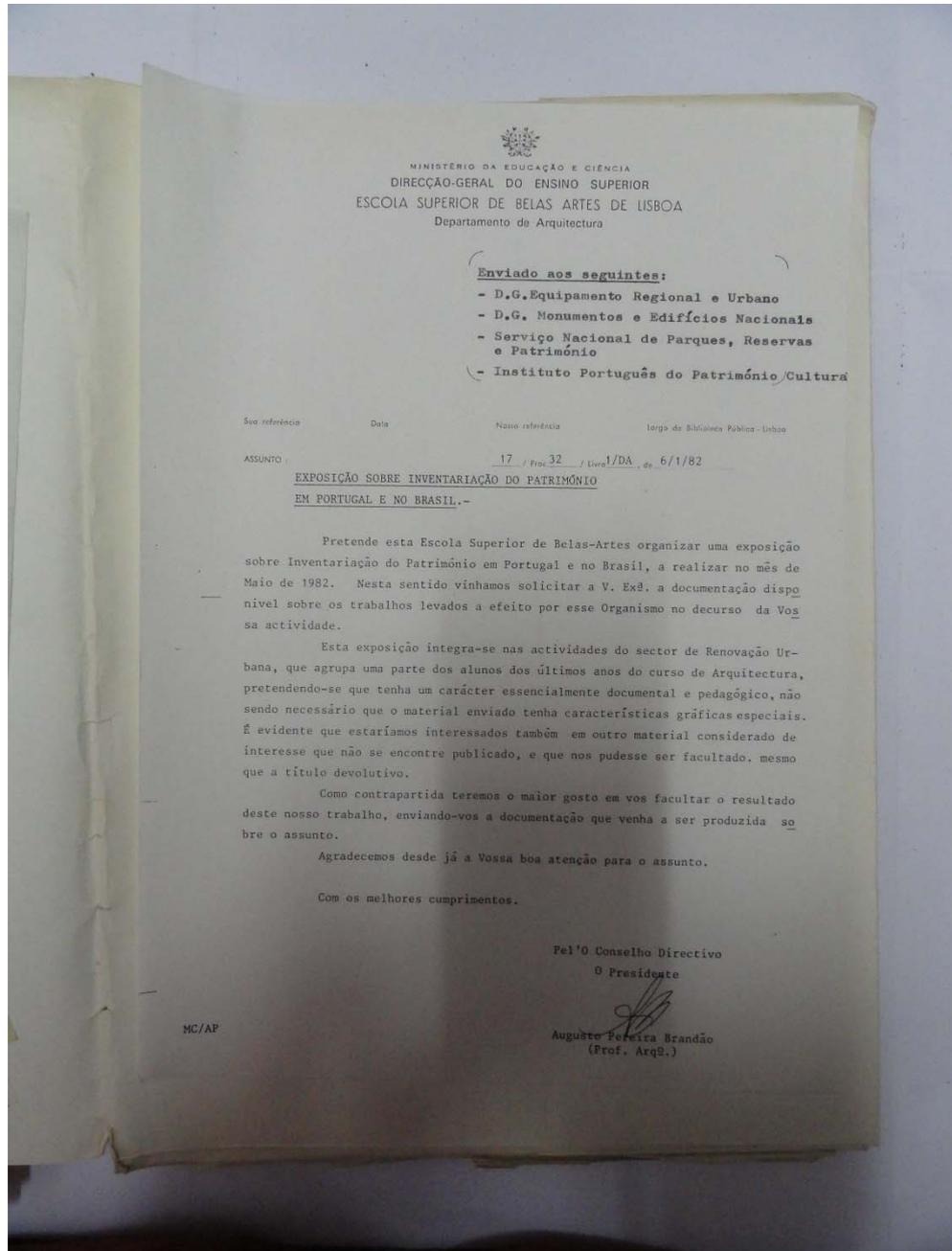
Anexo XIII

Cartas de Augusto Brandão à Dr.^a Matilde Figueiredo (Museu Machado de Castro) solicitando apoio para a execução da "Quinzena de Renovação e Recuperação dos Sítios e Monumentos em Portugal e no Brasil". 12 de Março de 1982. [Fundo FAUL]



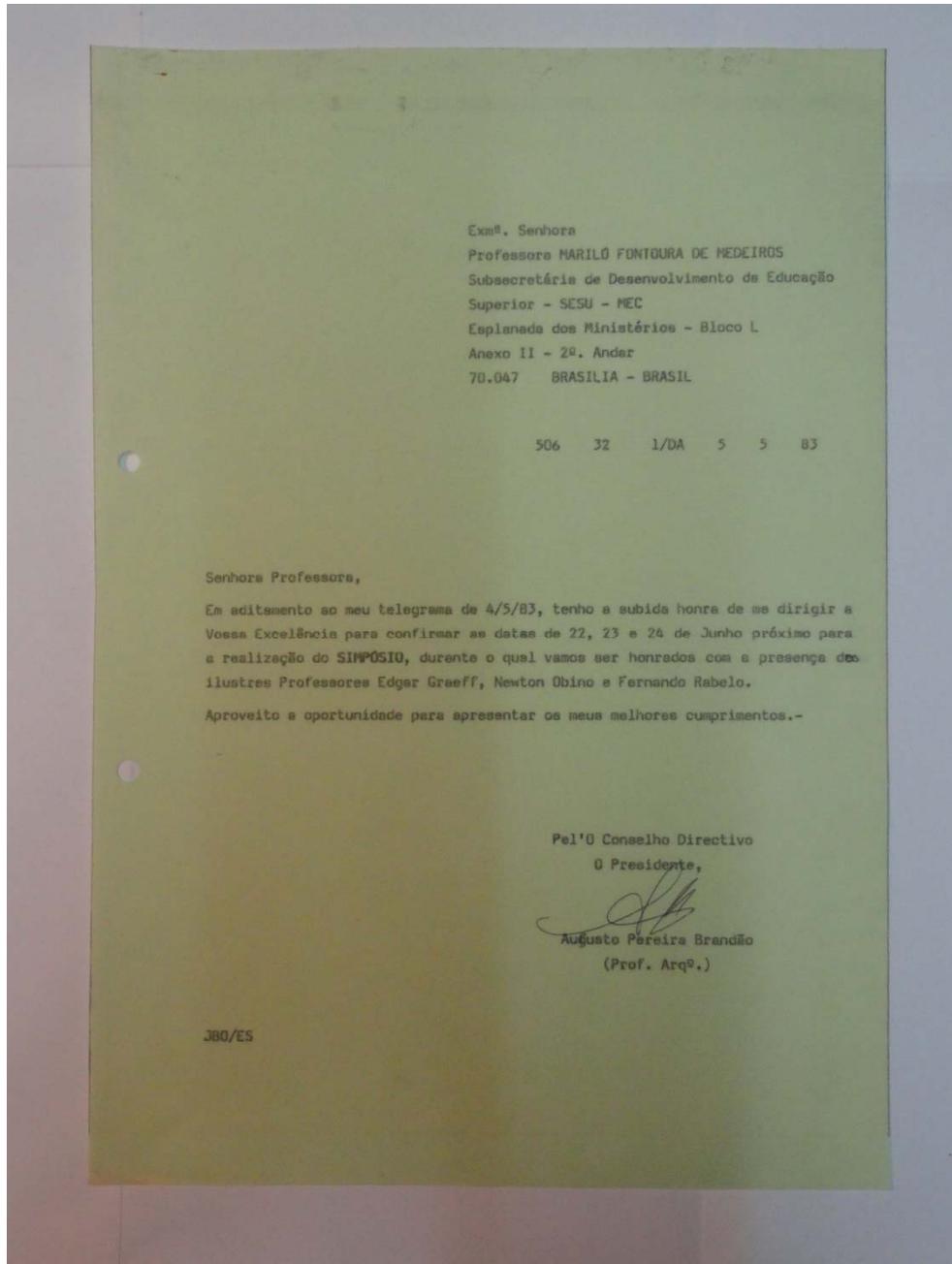
Anexo XIV

Minuta de carta de Augusto Brandão, a enviar a diversas entidades, a respeito de uma "Exposição sobre Inventariação do Património em Portugal e no Brasil" a ter lugar ESBAL, solicitando documentação de apoio. 6 de Janeiro de 1982. [Fundo FAUL]



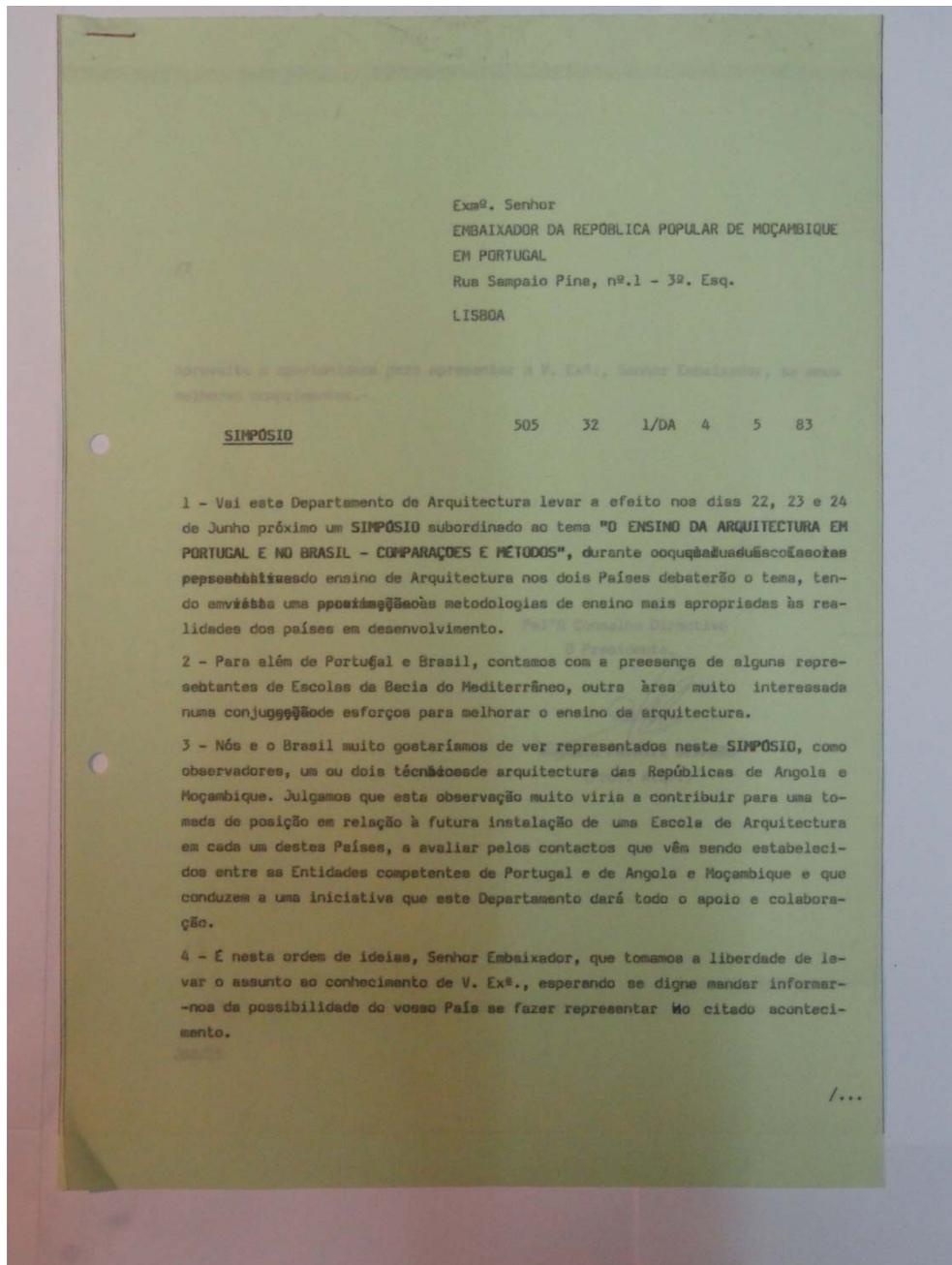
Anexo XV

Carta de Augusto Brandão a Marilo de Medeiros com a informação da presença dos professores de Edgar Graeff, Newton Obino e Fernando Rabelo no Simpósio "O Ensino da Arquitectura em Portugal e no Brasil – Comparações e Métodos". 5 de Maio de 1983.
[Fundo FAUL]



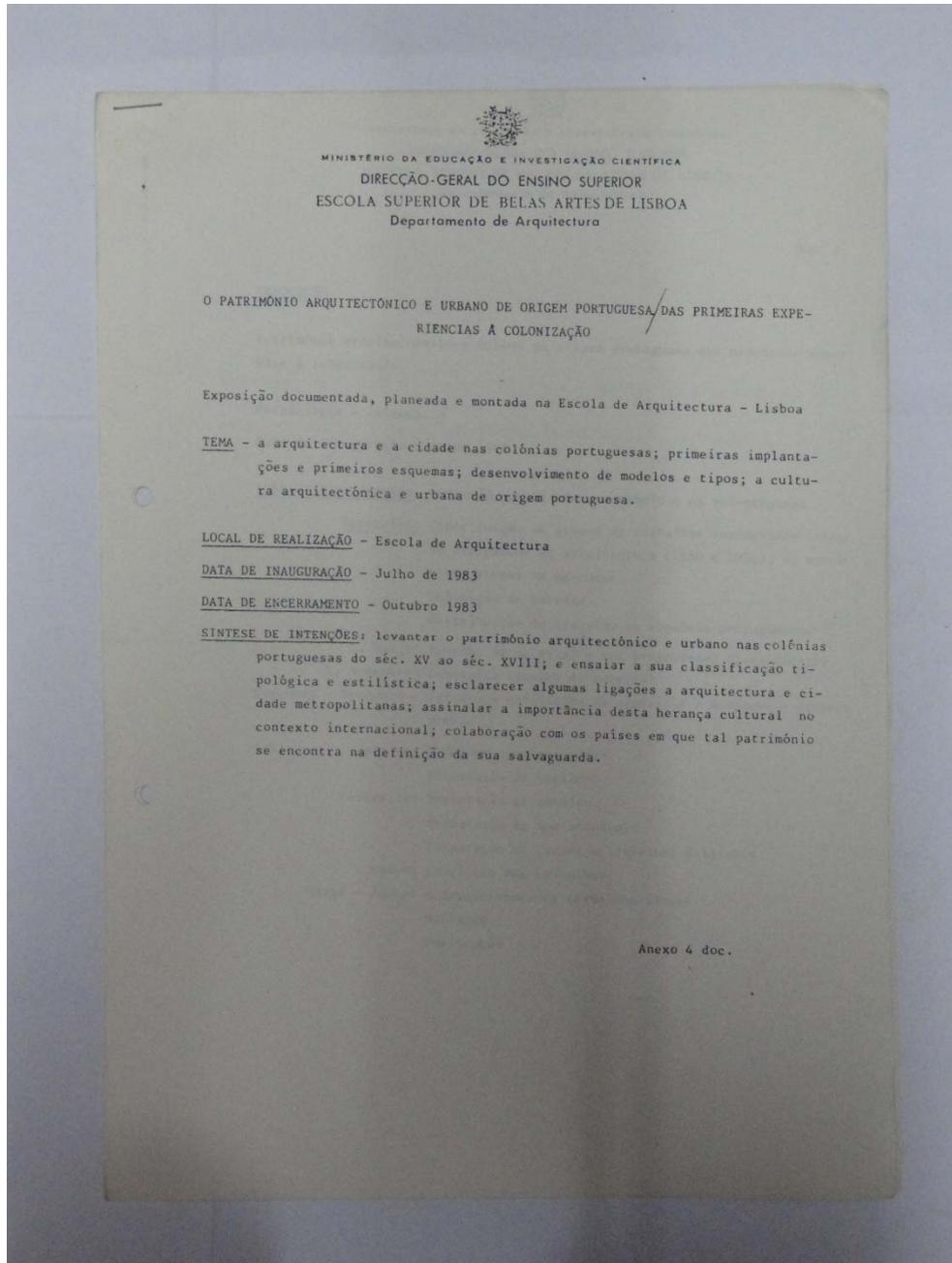
Anexo XVI

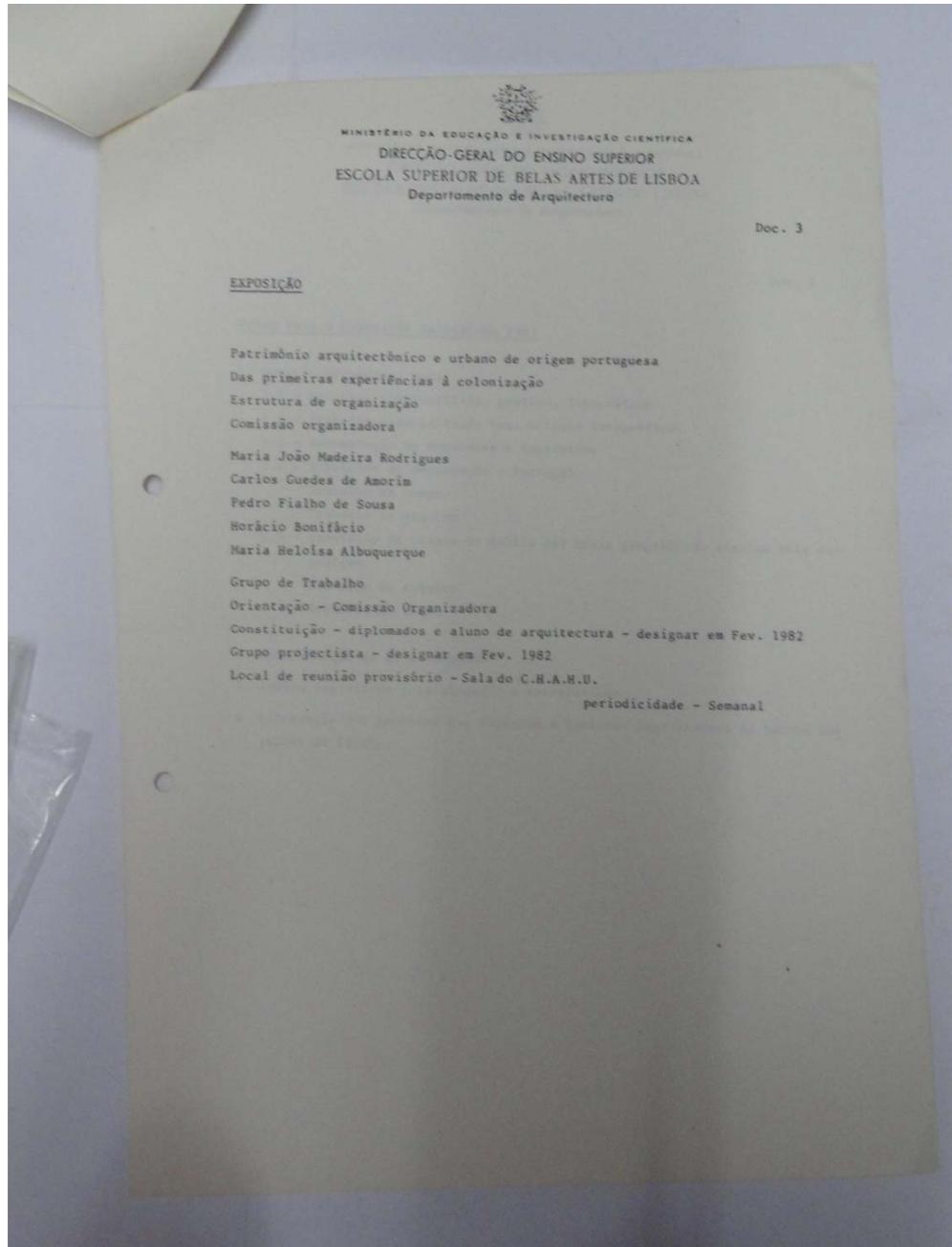
Carta de Augusto Brandão ao Embaixador da República Popular de Moçambique convidando-o a fazer-se representar no Simpósio "O Ensino da Arquitectura em Portugal e no Brasil – Comparações e Métodos". 4 de Maio de 1983. [Fundo FAUL]



Anexo XVII

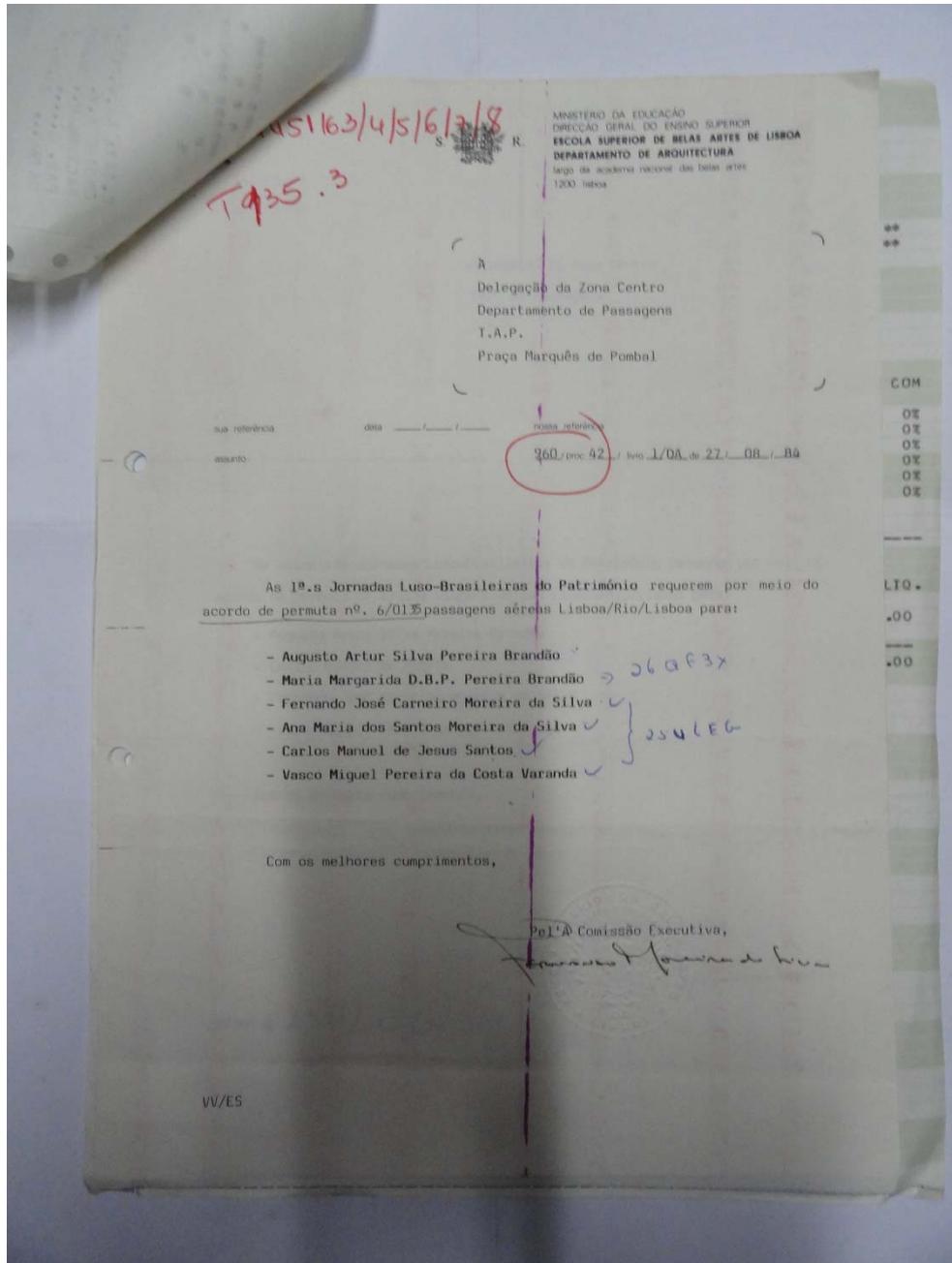
Documento de trabalho (excertos) da Exposição “O Património Arquitectónico e Urbano de Origem Portuguesa. Das Primeiras Experiências à Colonização”. (s.d.) ca 1983. [Fundo FAUL]





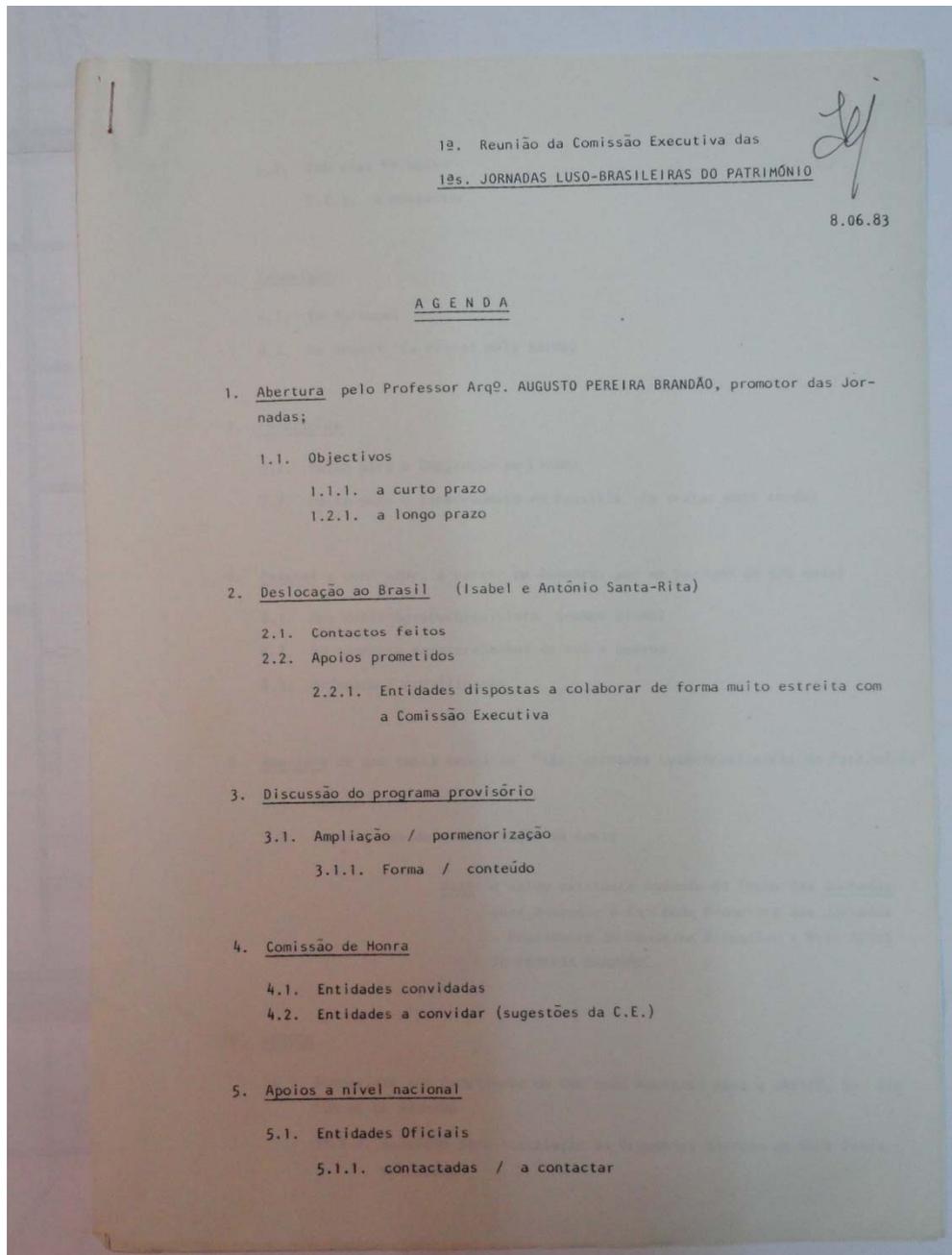
Anexo XVIII

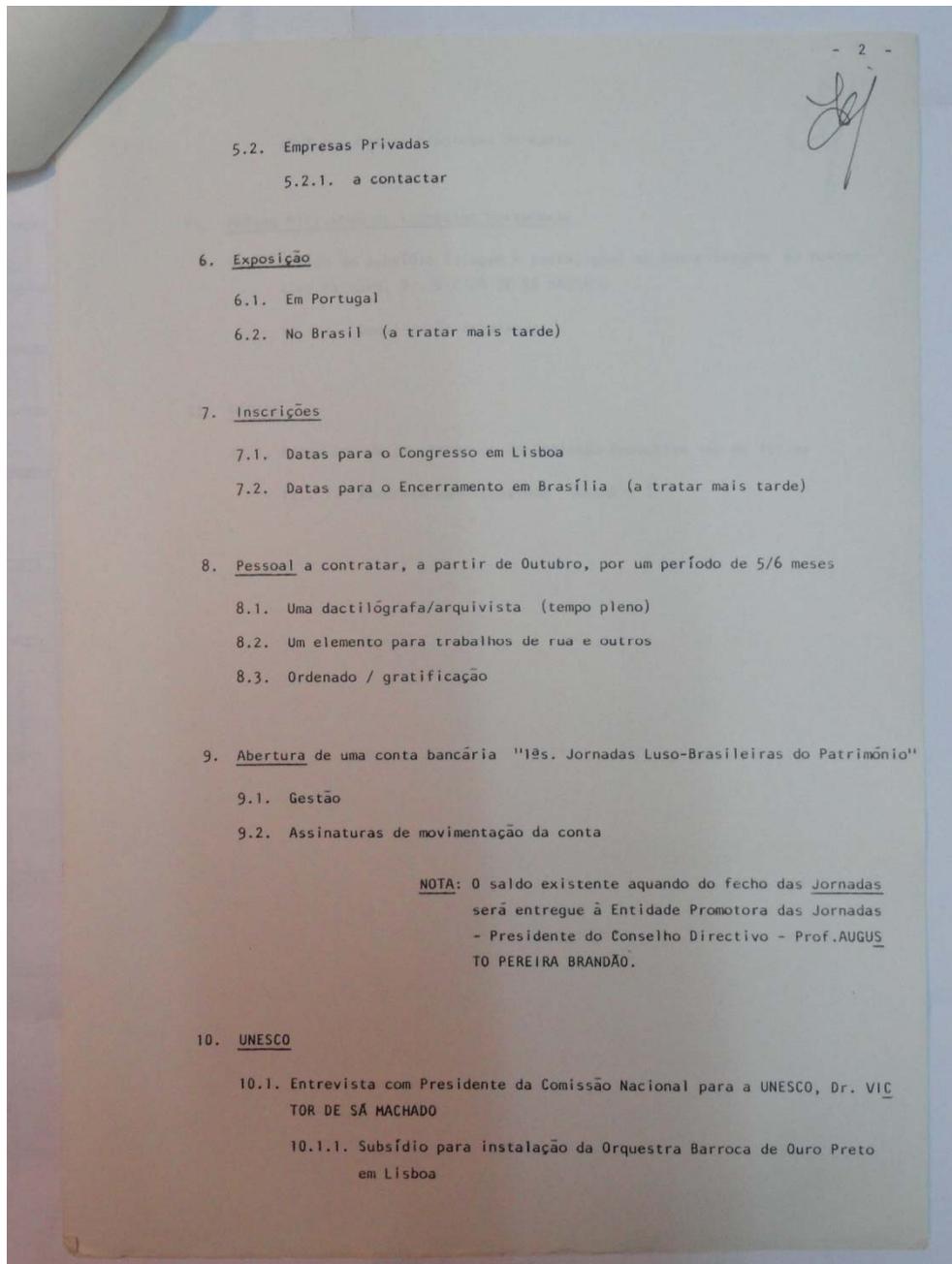
Requerimento de passagens aéreas para o Brasil por parte da Comissão Executiva das Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 22 de Agosto de 1984. [Fundo FAUL]

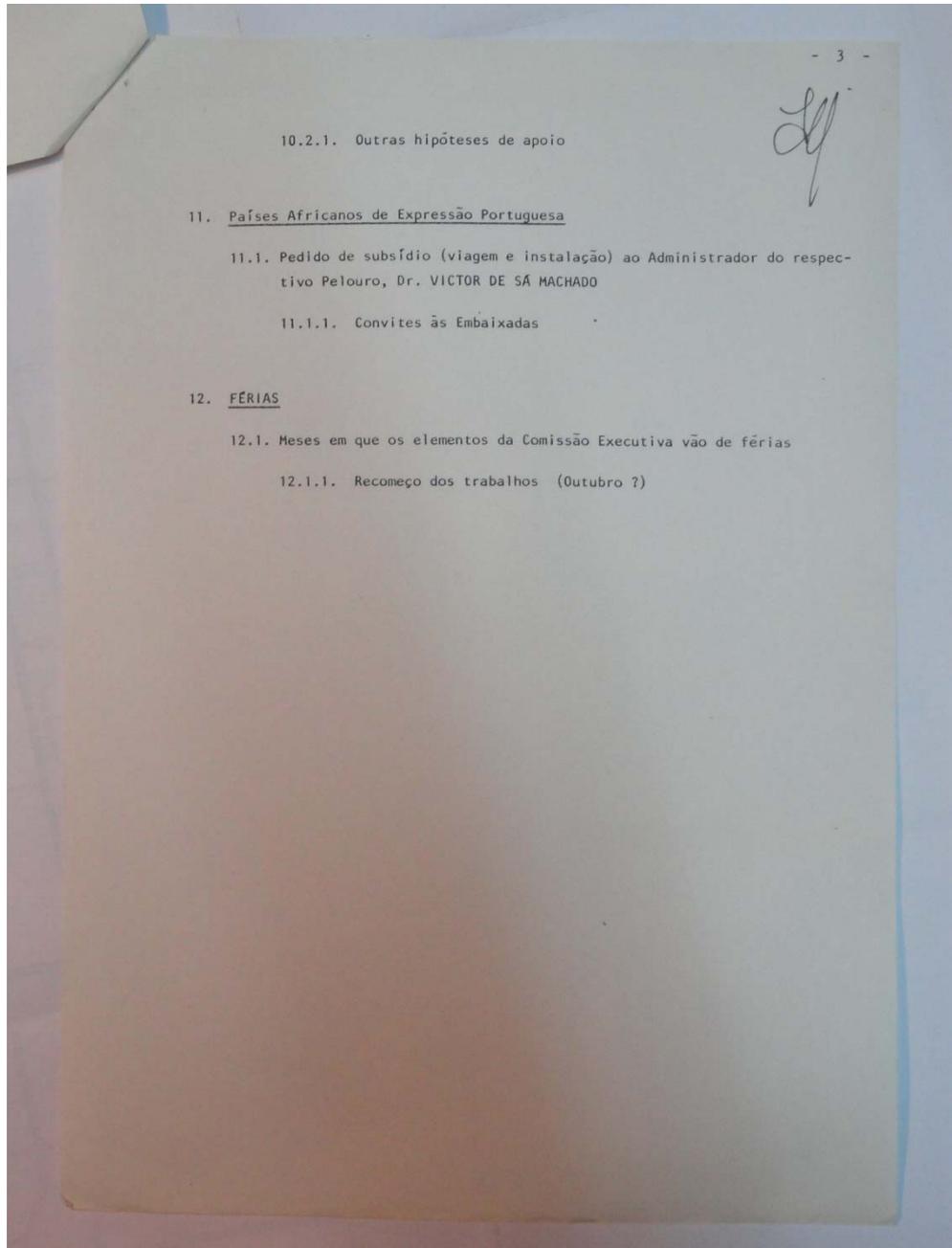


Anexo XIX

Agenda da 1ª reunião da Comissão Executiva das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 8 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]

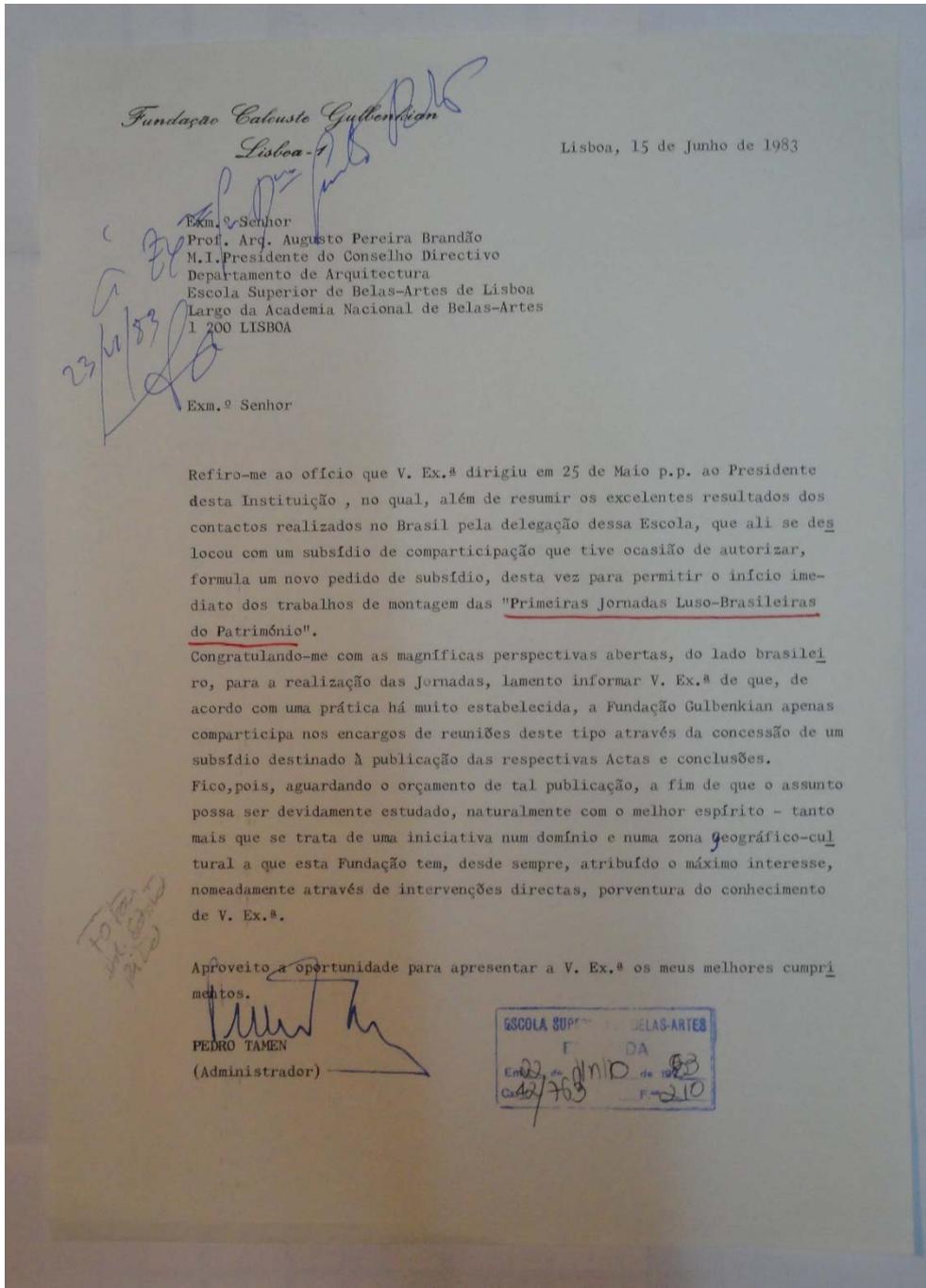






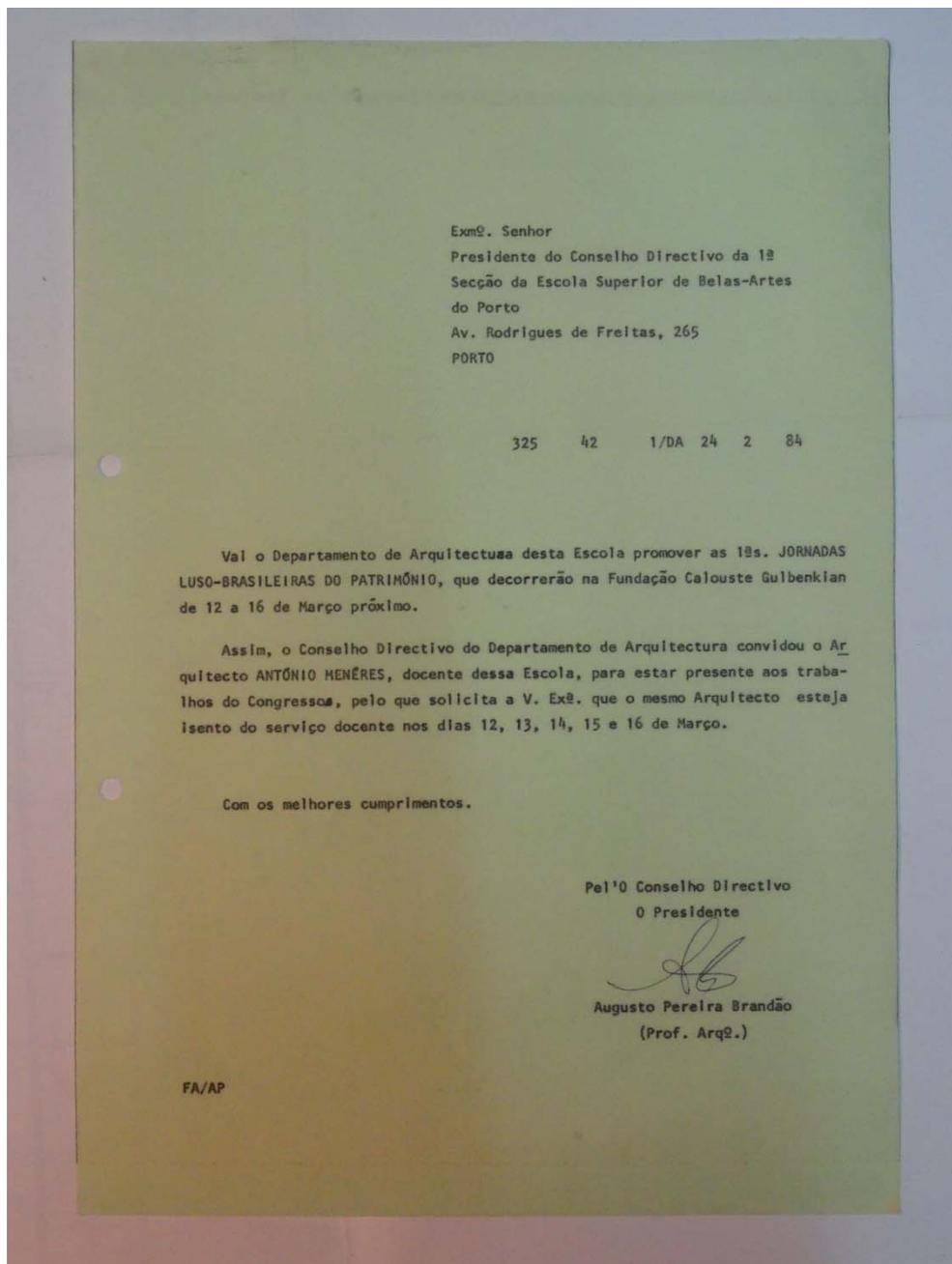
Anexo XX

Carta de Pedro Tamen a Augusto Brandão informando-o sobre o subsídio que a Fundação Calouste Gulbenkian pode atribuir relativo às 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património. 15 de Junho de 1983. [Fundo FAUL]



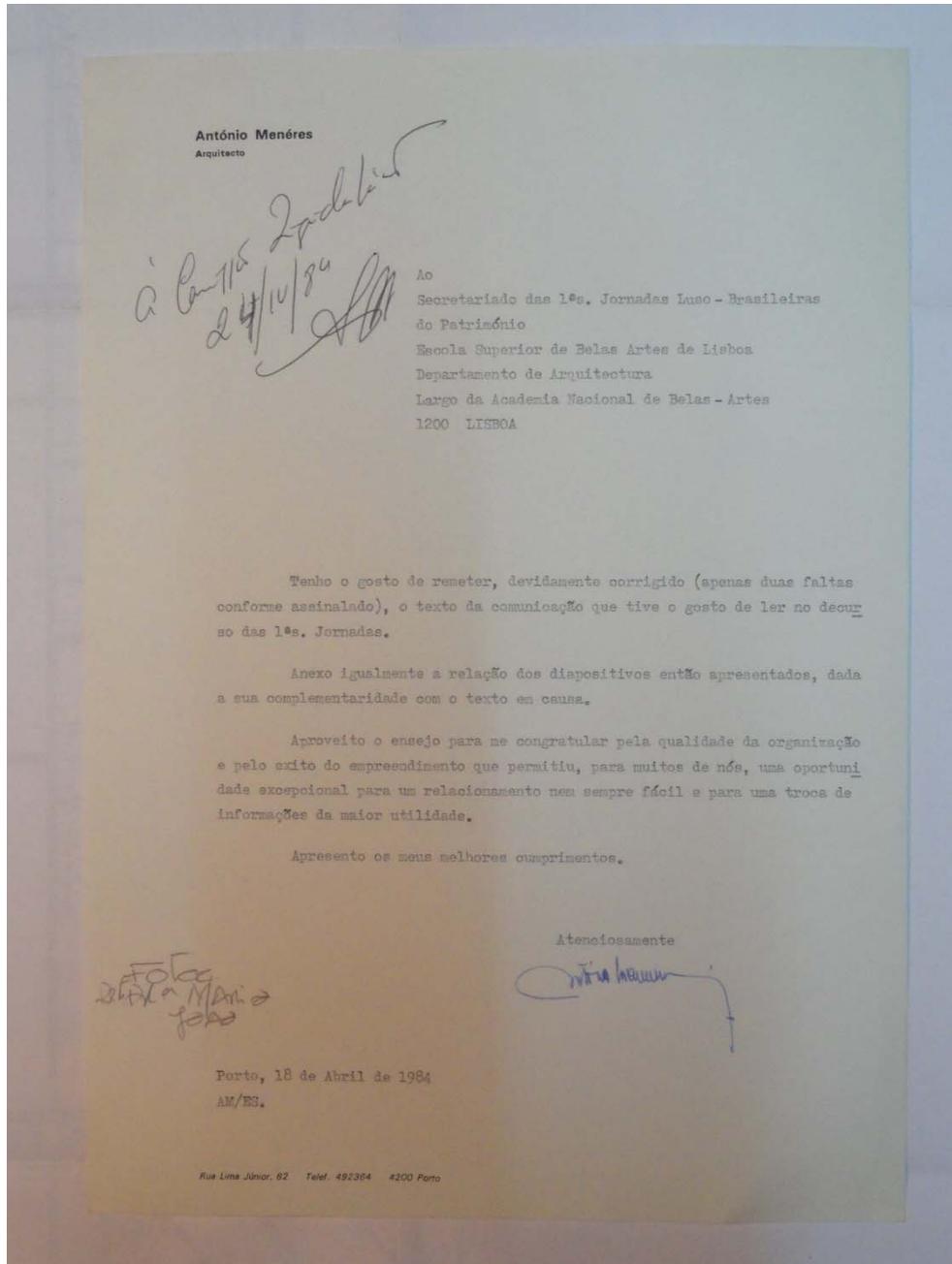
Anexo XXI

Carta de Augusto Brandão ao Presidente do Conselho Directivo da 1ª Secção da ESBAP informando-o sobre a realização das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património e solicitando a presença (isenção de serviço docente) de António Menéres para participação nas mesmas, nas respectivas datas. 24 de Fevereiro de 1984. [Fundo FAUL]



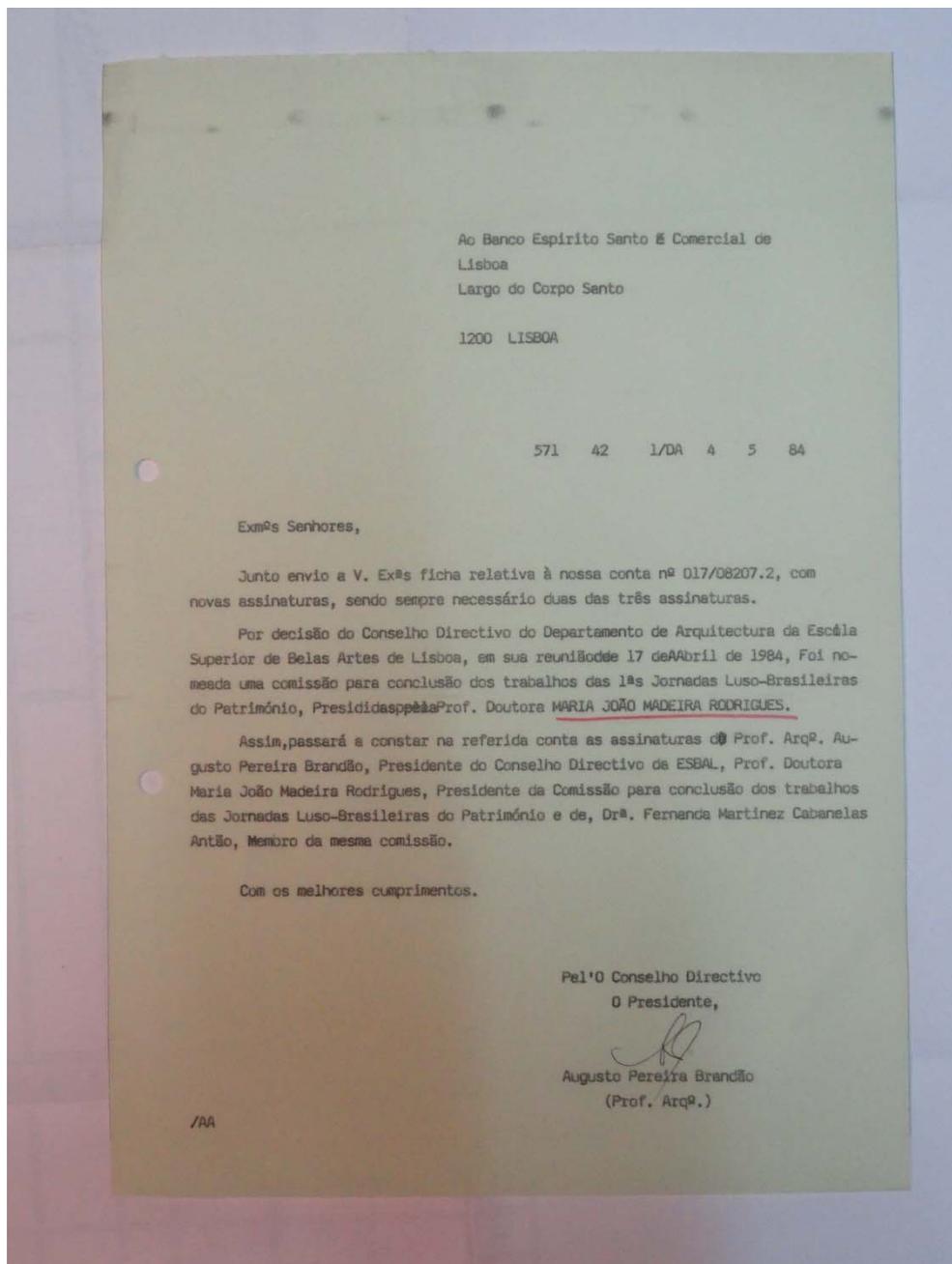
Anexo XXII

Carta de António Menéres ao Secretariado das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património em que este se congratula com qualidade da organização, anexando ainda o texto da comunicação que leu e a relação dos diapositivos apresentados. Porto, 18 de Abril de 1984. [Fundo FAUL]



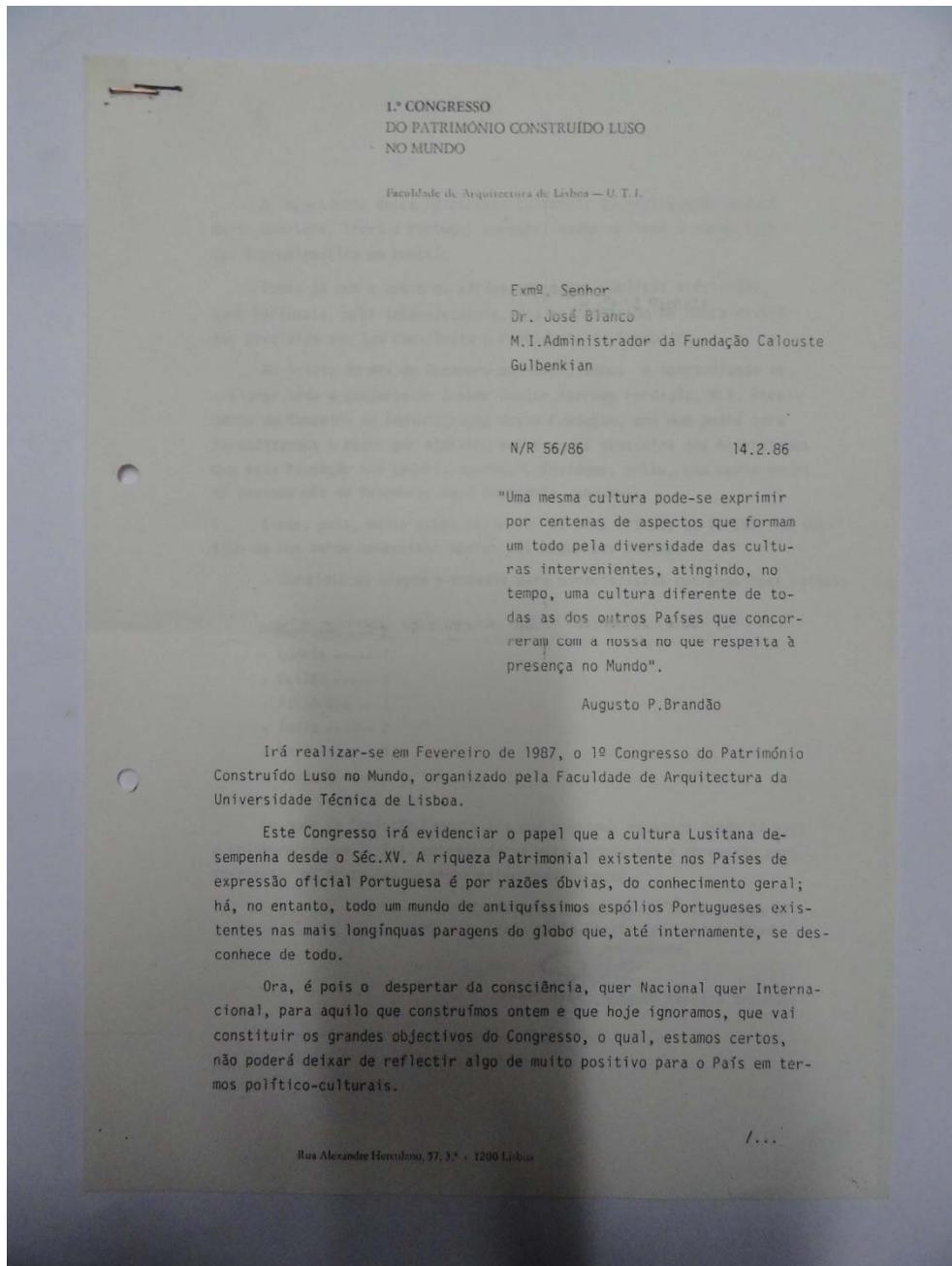
Anexo XXIII

Carta de Augusto Brandão ao Banco Espírito Santo informando acerca da nomeação de uma comissão para conclusão dos trabalhos das 1^{as} Jornadas Luso-Brasileira do Património, a ser presidida por Maria João Madeira Rodrigues. 4 de Maio de 1984. [Fundo FAUL]



Anexo XXIV

Carta de Augusto Brandão a José Blanco, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, informando-o sobre os objectivos do 1º Congresso do Património Construído Luso no Mundo. 14 de Fevereiro de 1986. [Fundo FAUL]



A importância desta iniciativa cultural, de repercussão actual muito oportuna, trará a Portugal personalidades de todo o mundo ligadas à problemática em questão.

Conta já com o apoio de várias entidades Públicas e Privadas, quer Nacionais, quer Internacionais, e a sua Comissão de Honra deverá ser presidida por Sua Excelência o Presidente da República.

No início do mês de Dezembro passado tivemos a oportunidade de explanar todo o projecto ao Senhor Doutor Azeredo Perdigão, M.I. Presidente do Conselho de Administração dessa Fundação, que nos pediu para formalizarmos o mesmo por escrito, tal como os subsídios que entendíamos que essa Fundação nos poderia conceder. Enviámos, então, uma carta em 23 do passado mês de Dezembro, cuja fotocópia anexamos.

E-nos, pois, muito grato solicitar os bons ofícios de V. Ex^a. no sentido de nos serem concedidos apoios nos seguintes pontos:

- Subsídio de viagem e estadia para especialistas dos seguintes Países:

- Marrocos --- 2
- Quênia ---- 1
- Ceilão ---- 1
- Tailândia -- 1
- Índia ----- 2
- Malásia ---- 1
- Uruguai ---- 1

Em nome da Comissão Executiva a que presido, agradeço desde já toda a colaboração que V. Ex^a. entenda dar a esta iniciativa e aproveito para apresentar os protestos da minha maior consideração.

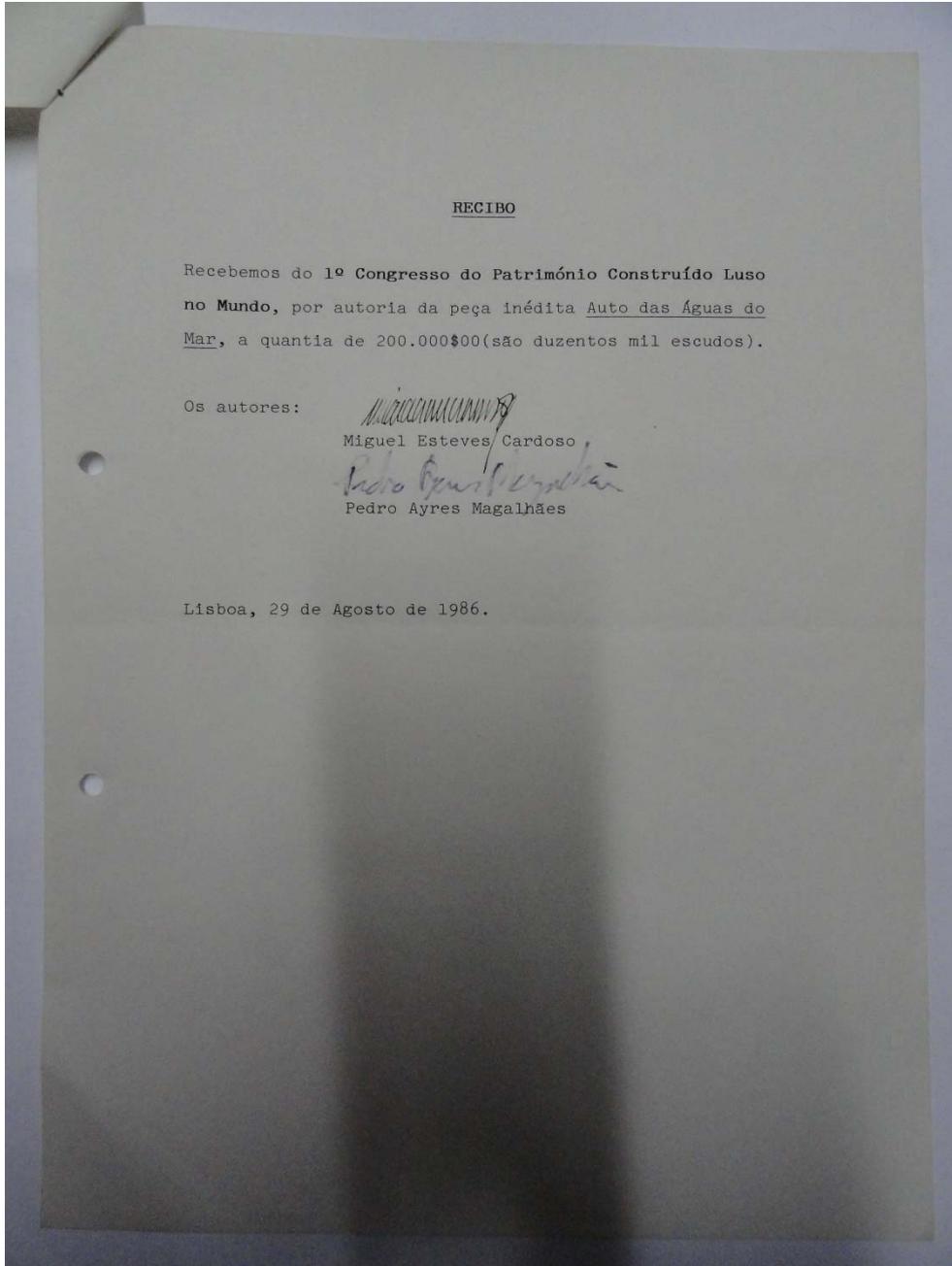
Comissão Executiva do 1º Congresso do
Património Construído Luso no Mundo
O Presidente,

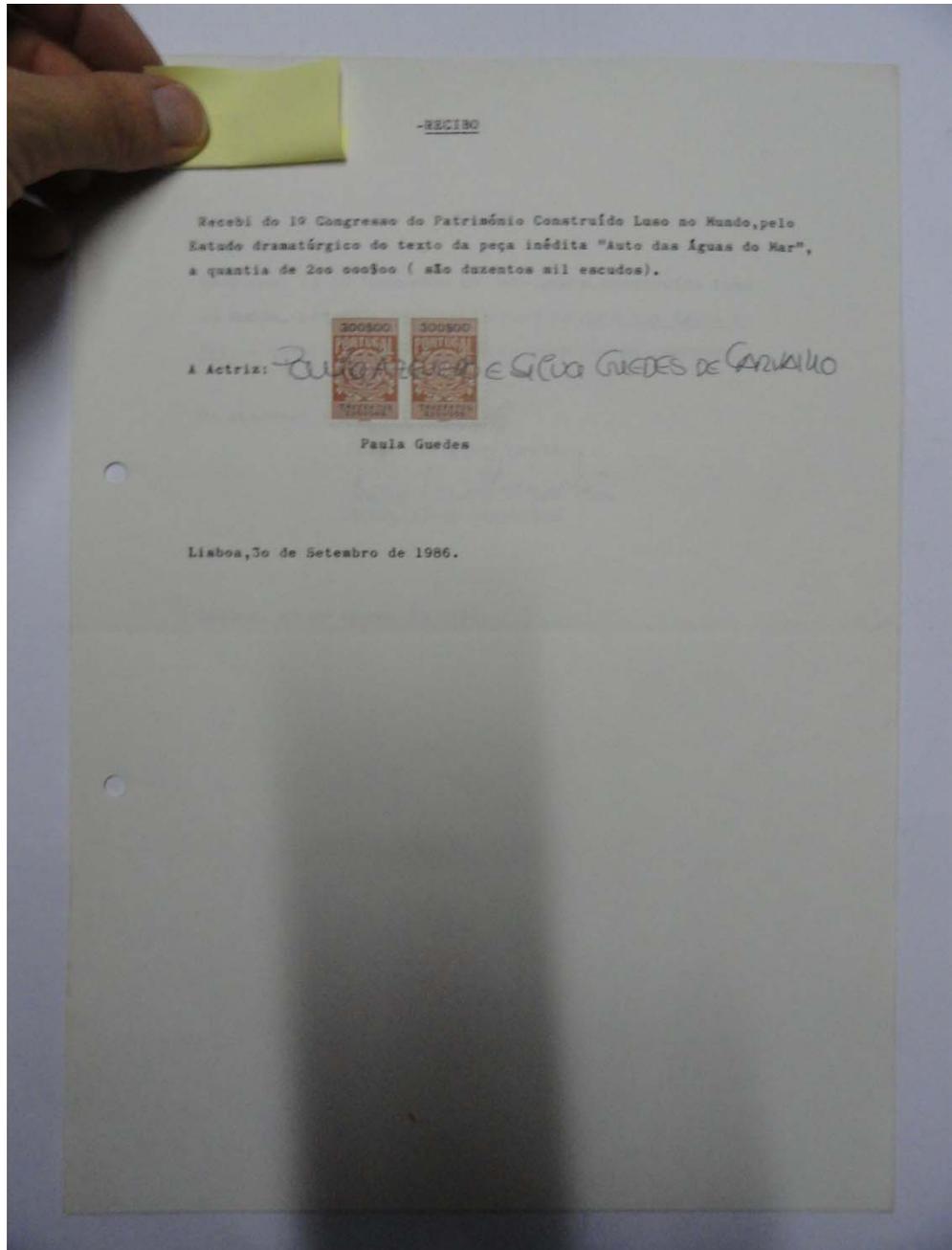
(Prof. Arq^o Augusto Pereira Brandão)

/AA

Anexo XXV

Recibos de pagamento aos autores Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães pela peça inédita “Auto das Águas do Mar”; recibo de pagamento à actriz Paula Guedes pelo estudo dramaturgico da mesma peça. 29 de Agosto e 30 de Setembro de 1986, respectivamente. [Fundo FAUTL]





Anexo XXVI

Excerto de documento de apresentação da peça de teatro intitulada “Auto das Águas do Mar” assinado pelos autores Miguel Esteves Cardoso e Pedro Ayres Magalhães. Maio de 1986. [Arquivo PG]

de som e de luz.

Auto das Águas do Mar passa-se em Março de 1987, a bordo de um paquete que largou de Lisboa para o Rio de Janeiro. Nesta viagem, do confronto das duas pessoas, vai-se descobrindo uma história terrível passada doze anos antes, no Verão de 1975. A peça representa um regresso à grande tradição teatral europeia, vivendo de uma misteriosa intriga cheia de surpresas, de imprevistos e de revelações. Sob uma história romântica, em torno de dois crimes cometidos há doze anos, corre uma reflexão acerca do lugar de Portugal e dos Portugueses no mundo, após a experiência do império. A inspiração principal da peça encontra-se em dois sermões do Padre António Vieira sobre a natureza universal dos portugueses, para quem “todo o mundo é pátria.” O triângulo África-Portugal-Brasil, através dos personagens e das viagens que percorrem(mentais e geográficas), constitui o contexto dramático do espectáculo.


Miguel Esteves Cardoso

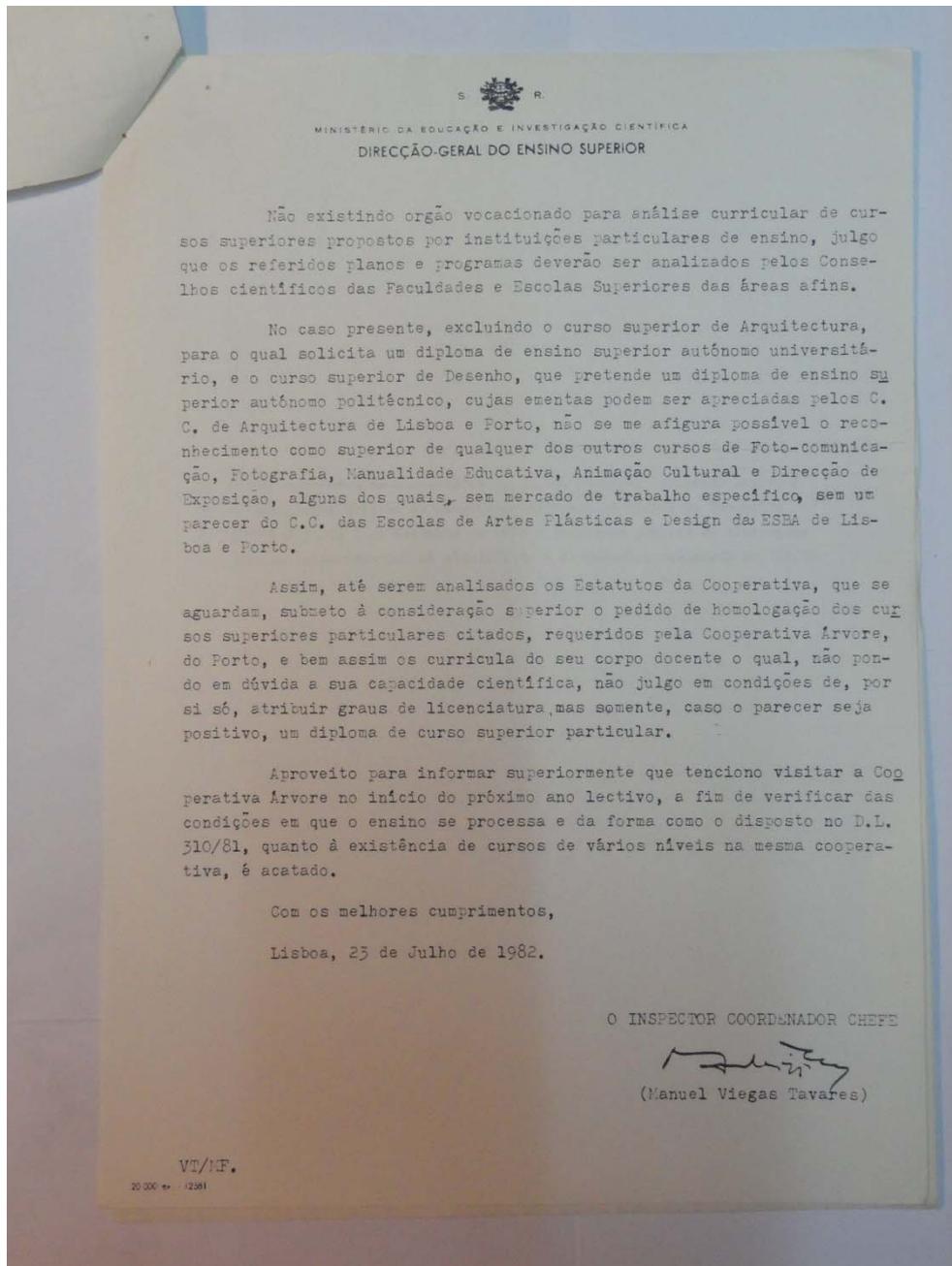

Pedro Ayres Magalhães

Lisboa, Maio de 1986

Anexo XXVII

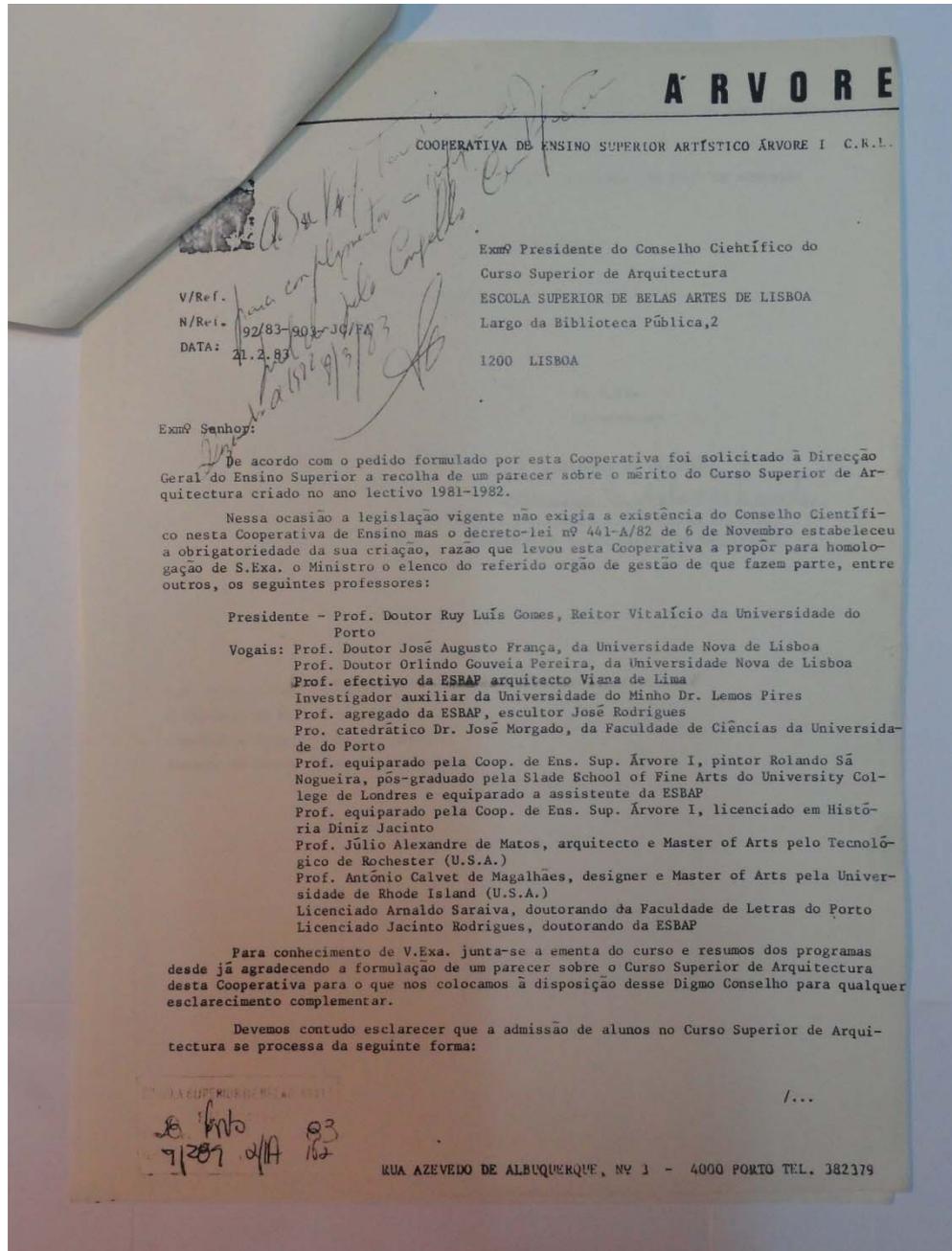
Proposta de Manuel Tavares (DGES) sugerindo que a análise curricular dos cursos superiores a ser ministrados por instituições particulares de ensino seja feita pelos Conselhos Científicos das Faculdades e Escolas Superiores das áreas afins. 23 de Julho de 1982. [Fundo FAUL]

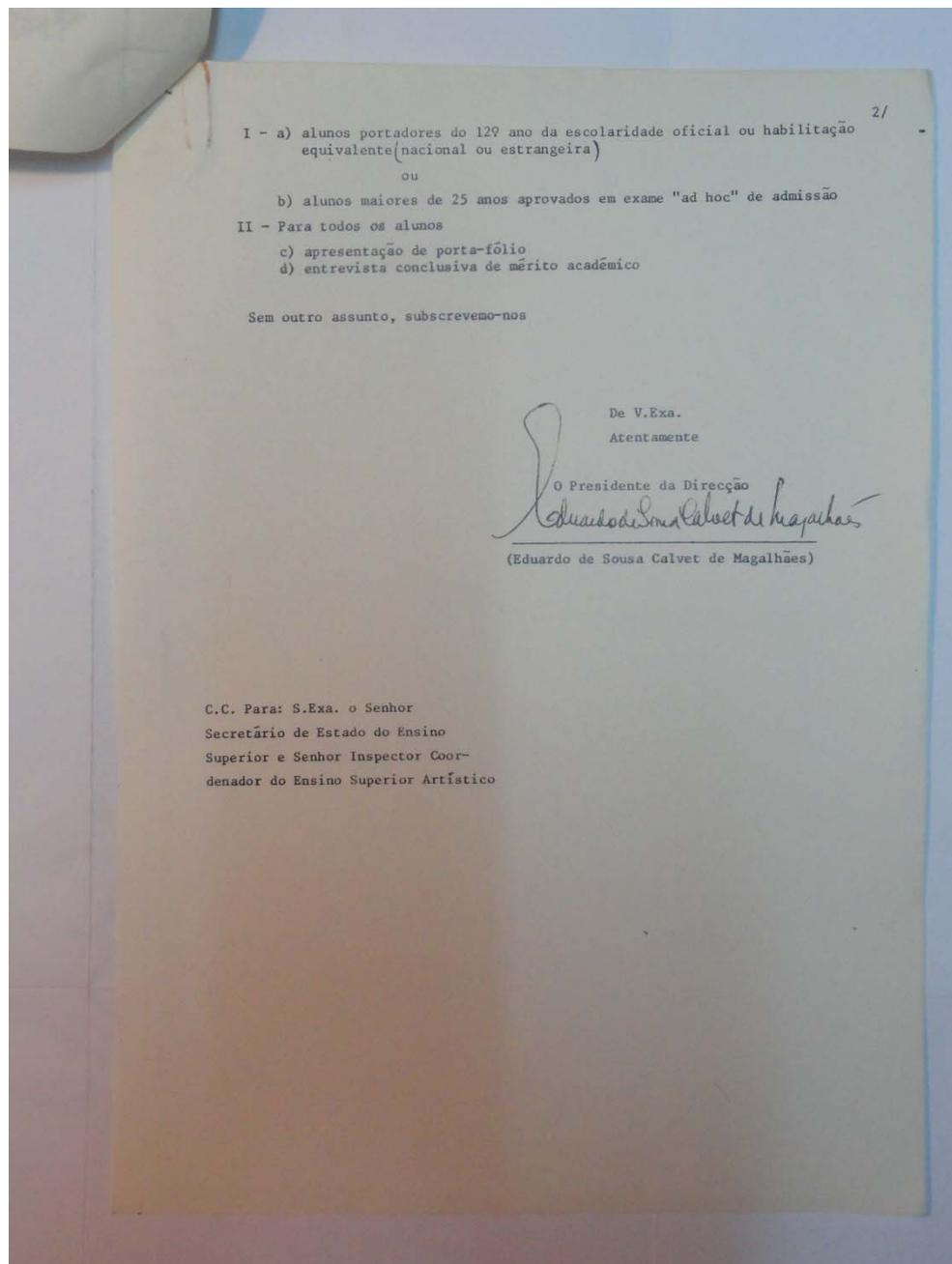
N.º 37 / INEI / 82 Data 23 / 7 / 82	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR INFORMAÇÃO / PARECER	Processo _____ Classificação _____ Páginas _____
		DESPACHO: Concordo com a proposta. Peça - v também parecer à Divisão Pedagógica 3/9/82 V/S
ASSUNTO: COOPERATIVA ARVORE		
<p>Continua a existir um vazio em tudo o que respeite ao ensino superior particular.</p> <p>A existência de um instrumento legal, como estatuto, torna-se presente, pois todos os meses surgem requerimentos solicitando homologação de novos cursos em instituições de ensino superior particular e politécnico particular.</p> <p>Requer o Director dos Cursos da Cooperativa Arvore, Prof. Gelvet de Magalhães, a homologação de vários cursos ministrados ou a ministrar naquela cooperativa de ensino, dos quais um universitário - o curso superior de Arquitectura, e seis politécnicos - curso superior de Desenho, curso superior de Foto-comunicação, curso superior de Animação Cultural, curso superior de Direcção de Exposições, curso superior de Manualidade Educativa e curso superior de Fotografia.</p>		



Anexo XXVIII

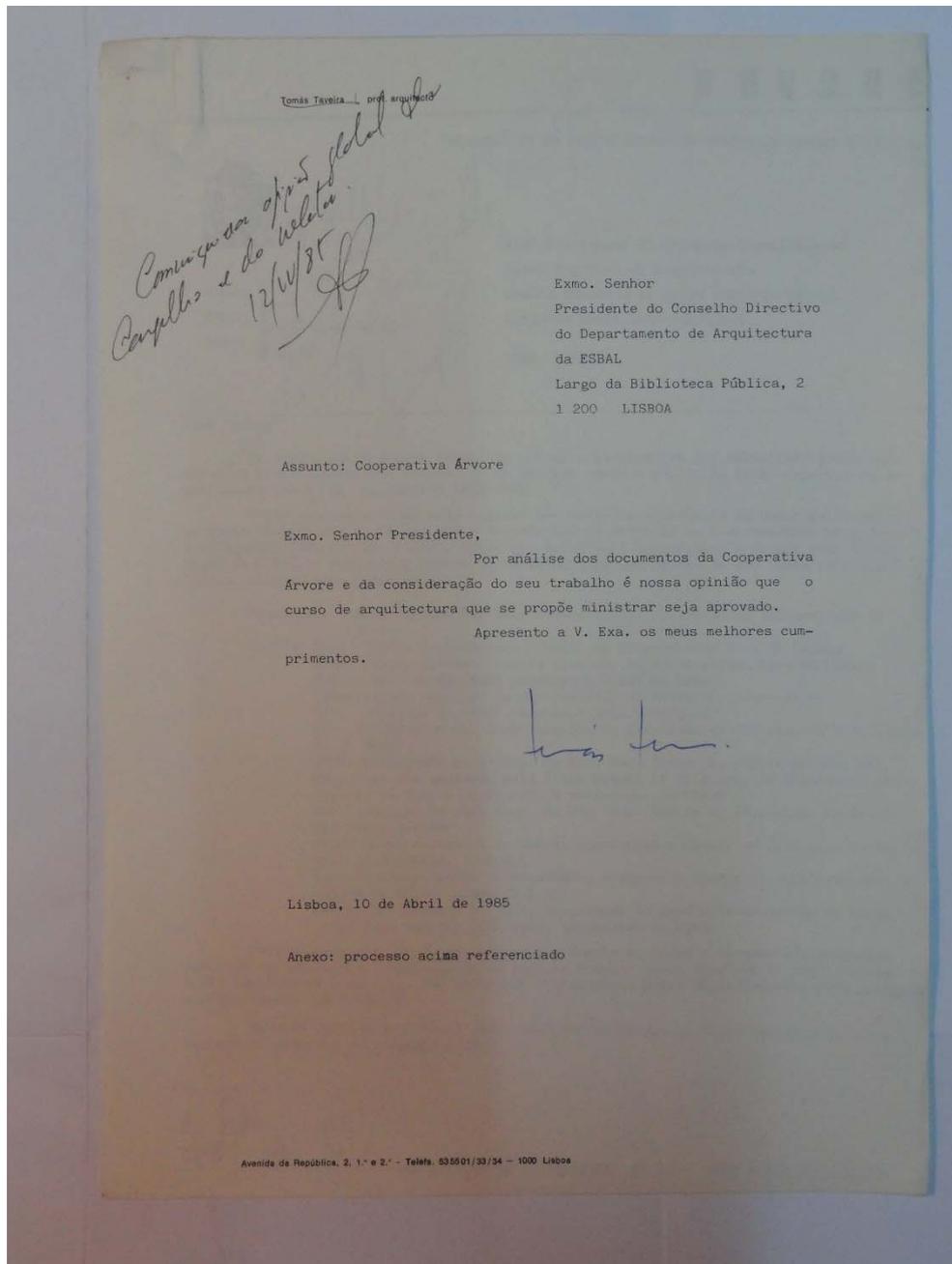
Carta de Eduardo de Sousa Calvet de Magalhães ao Presidente do Conselho Científico do Curso Superior de Arquitectura da ESBAL solicitando um parecer sobre o Curso Superior de Arquitectura da Cooperativa Árvore. 21 de Fevereiro de 1983. [Fundo FAUL]





Anexo XXIX

Parecer de Tomás Taveira relativamente a documentos da Cooperativa Árvore (apreciação sobre o curso de arquitectura) enviado ao Presidente do Conselho Directivo do DA-ESBAL. 10 de Abril de 1985. [Fundo FAUL]



Anexo XXX

Eleições para a Associação de Estudantes da Faculdade de Arquitectura. Caderno de divulgação da Lista intitulado "Processo do 5º ano". (s.d.) ca 1984. [Fundo FAUL]

PROCESSO DO 5º. ANO

A integração na Universidade Técnica e o chamado "processo do 5º ano" (por ter sido o 5º ano o primeiro a ser facultado segundo o projecto adoptado), foi a questão quente do ano lectivo de 1983/84.

Em torno deste problema poder-se-ia ter discutido (e eventualmente pôr em causa) o ensino da arquitectura e o seu conteúdo, as saídas profissionais e o primeiro emprego, o sistema de ensino e os métodos pedagógicos, a estrutura do curso e a gestão e democracia interna da nossa escola.

O processo da integração foi ao contrário uma discussão de gabinete, que sistematicamente esteve fora do alcance dos estudantes que não contribuíram para a elaboração do plano de estudos com a sua opinião e que o facto de serem os mais directamente interessados resultou um paradoxo completo.

Desde o início que este esquema transbordava de irregularidades morais (em duas palavras - "cheirava mal") e os factos demonstraram que estamos perante uma realidade muito desfavorável.

Por um lado temos o problema geral do sistema de ensino cheio de incoerências e contradições. O plano de estudos em vigor, implica uma reestruturação no papel, em que a forma foi alterada e o esquema mantém-se, ao sabor da incompetência e degradação das condições de ensino.

Por outro lado temos o poder institucional que lhe serve de base e representa de um ponto de vista estrutural as considerações negativas que enumerámos.

O processo do 5º ano, acabou com as dúvidas que poderiam subsistir: tornou clara a semelhança das duas frentes que representam o poder na E.S.B.A.L. (D.A.): o Conselho Directivo e a Direcção da Associação de Estudantes.

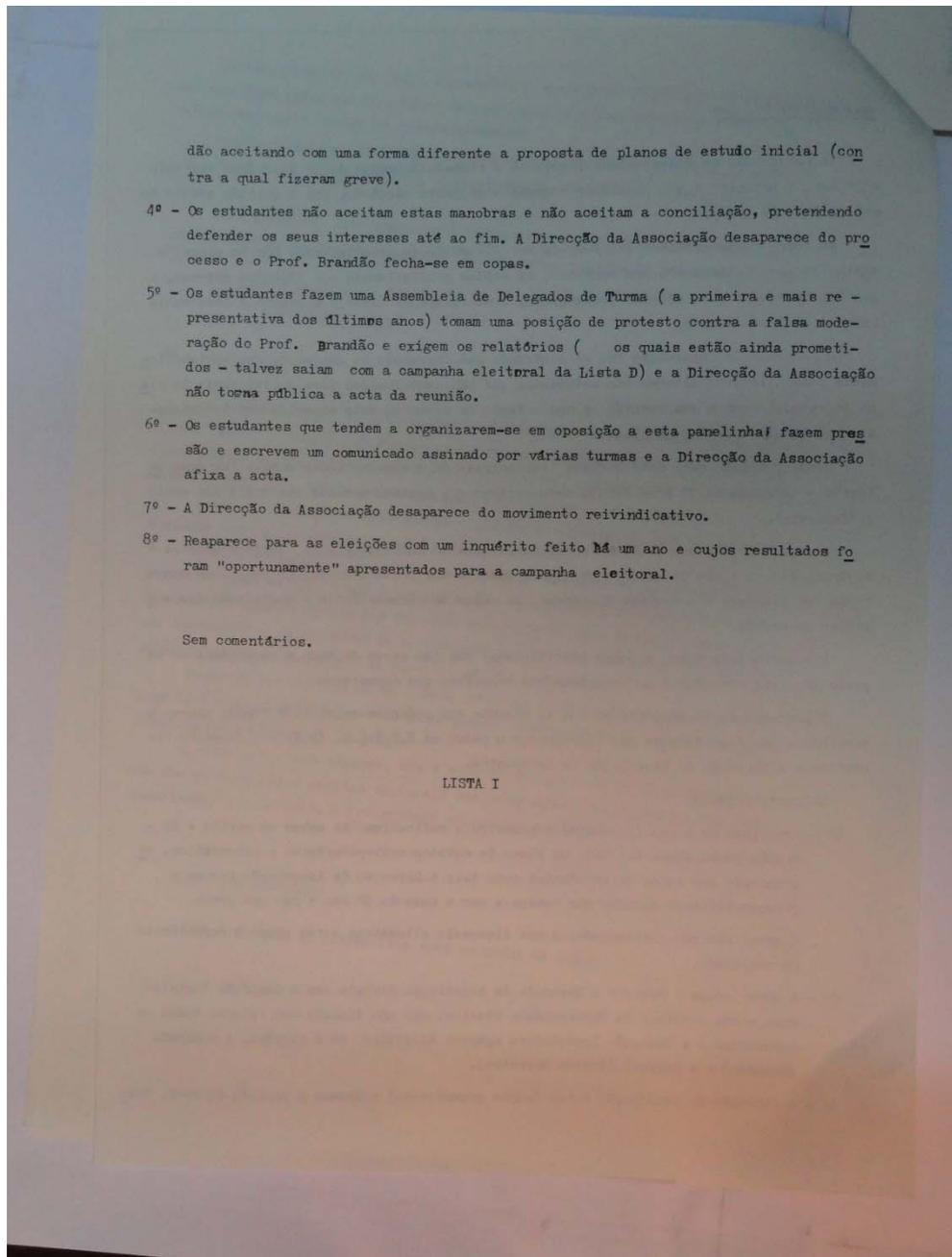
De resto vejamos:

1º - começaram as aulas (Novembro) e primeiro o radicalismo de ambas as partes - Comissão Instaladora faz sair um plano de estudos anti-pedagógico e autocrático, conhecido por todos os estudantes como tal; a Direcção da Associação assume a responsabilidade daquilo que começa a ser a luta do 5º ano e faz uma greve.

A greve não correspondeu a uma discussão sistemática e tão pouco à consciência da realidade.

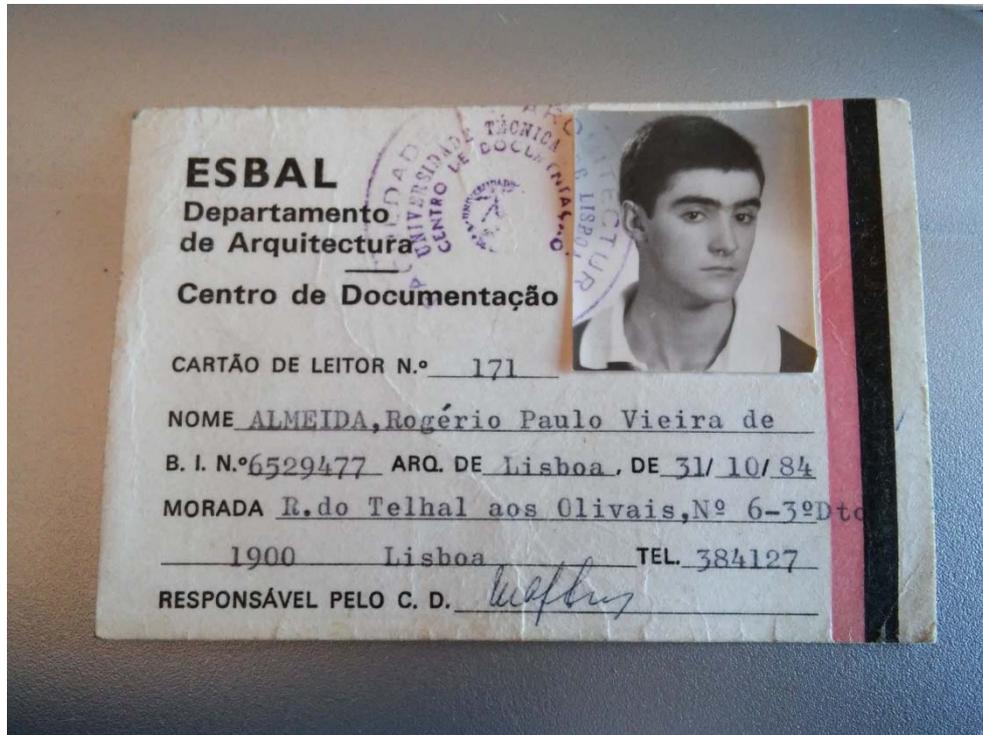
2º - A greve ocupa 3 meses e a Direcção da Associação discute com a Comissão Instaladora e com o Reitor da Universidade Técnica, mas não discute nem informa todos os estudantes - a Comissão Instaladora aparece dividida em 2 facções, a moderada (Brandão) e a radical (Antero Ferreira).

3º - A Direcção da Associação recua (acção premeditada) e assume a posição do Prof. Bran



Anexo XXXI

Cartão de Centro de Documentação. Faculdade de Arquitectura. 1984/85. [Arquivo RVA]. Pauta de Exame final de Tecnologia e Patologia dos Materiais (5º ano) da FAUTL. 12 de Outubro de 1986. [Fundo FAUL]. Ambos os documentos apresentam logotipos do DA-ESBAL e carimbo da Faculdade de Arquitectura.




ESCOLA SUPERIOR DE BELAS ARTES DE LISBOA
 Faculdade de Arquitectura

EPOCA DE RECURSO DE 1985/86
 MELHORIA DE CLASSIFICAÇÃO

PAUTA DE EXAME FINAL

CADEIRA TECNOLOGIA E PATOLOGIA DOS MATERIAIS (semestral) 5.º ANO
 PROVA final NO DIA 12.10.1986 Ramo de Renovação

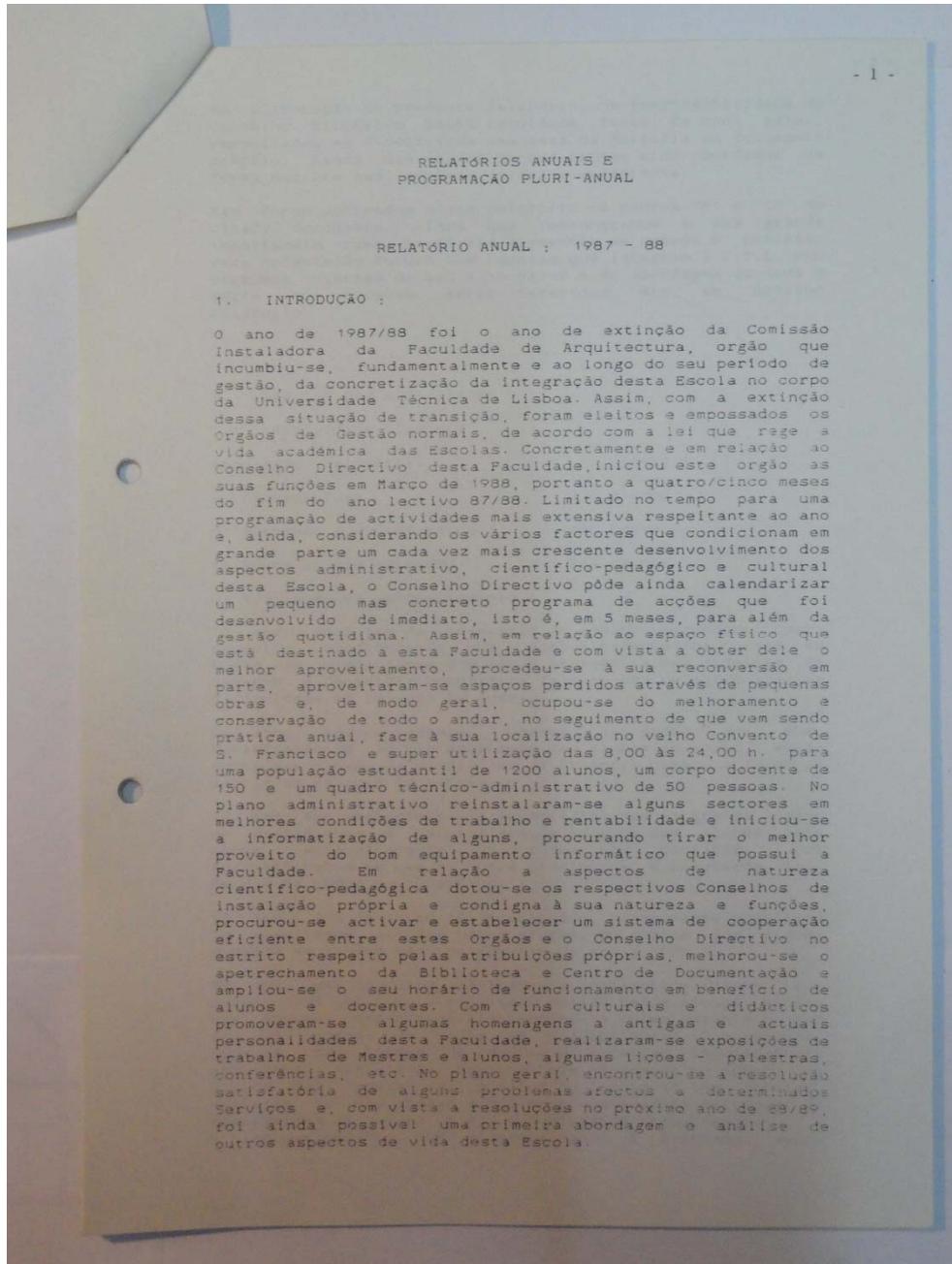
NOME	TURMA	CLASSIFICAÇÃO		RESULTADO FINAL
		NUM	POR EXTENSO	
	H	19	DEZANOVE	✓
	H	19	DEZANOVE	✓
	H	19	DEZANOVE	✓
	H	19	DEZANOVE	✓
	H	19	DEZANOVE	✓
	H	19	DEZANOVE	✓
	C	14	QUATORZE	✓
	D	-	FALTOU	
	C	-	FALTOU	
	C	14	QUATORZE	✓

Escola Superior de Belas Artes de Lisboa de _____ de 198__

OS VOGAIS O PRESIDENTE DO JÚRI
[Handwritten Signature]

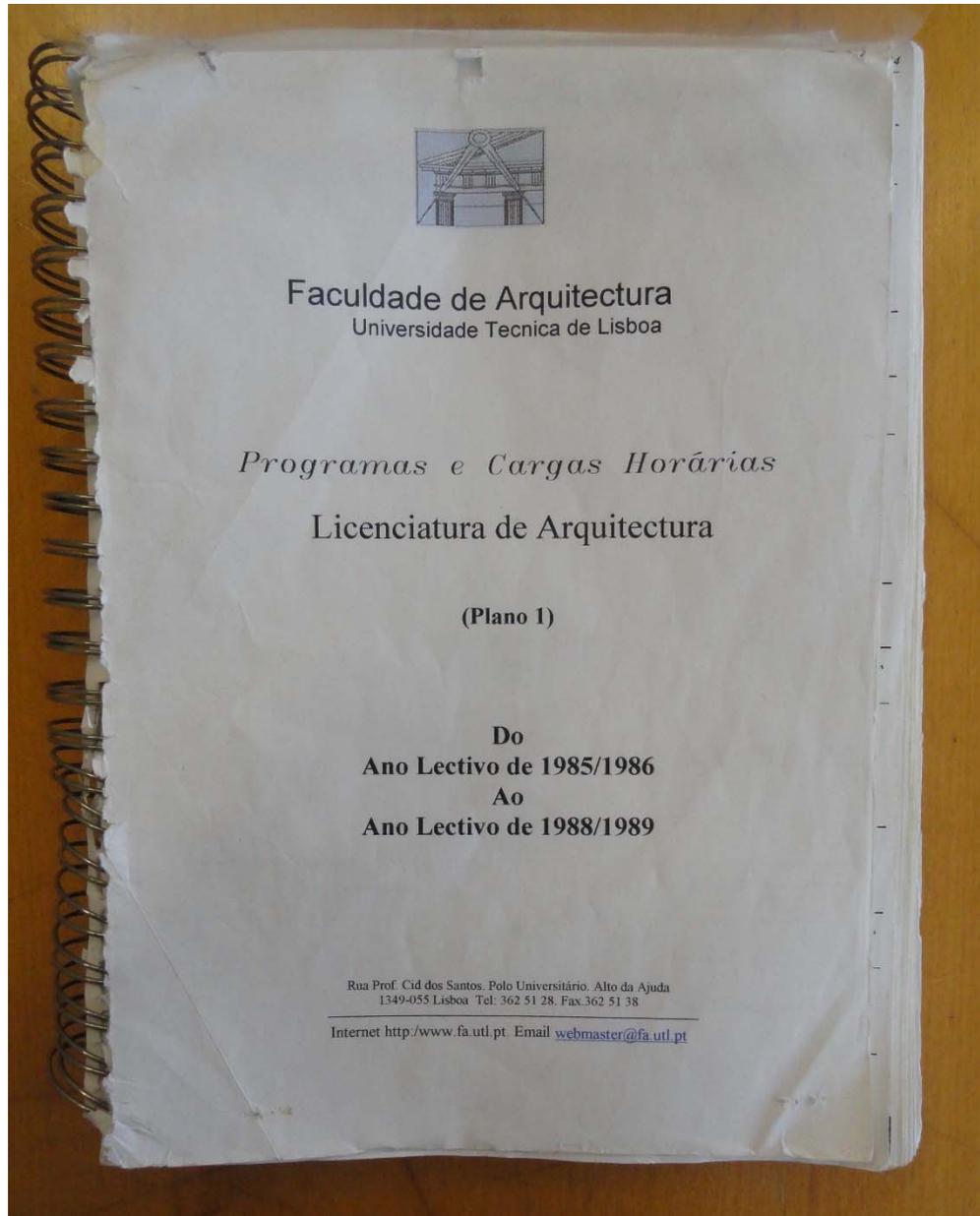
Anexo XXXII

Relatório anual de 1987-1988 da Faculdade de Arquitectura da UTL. Primeira página.
(s.d.). ca 1988. [Fundo FAUL]



Anexo XXXIII

Capa do livro de Programas e Cargas Horárias dos Serviços Académicos da Faculdade de Arquitectura para os anos lectivos de 1985/86 a 1988/89. (s.d.). [Fundo FAUL]



Índice de Apêndices

Apêndice I	Cronologia Capítulo 1. 871
Apêndice II	Cronologia Capítulo 2. 873
Apêndice III	Cronologia Capítulo 3. 875
Apêndice IV	Cronologia Capítulo 4. 877
Apêndice V	Cronologia Capítulo 5. 879
Apêndice VI	Descrição analítica da sequência dos planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86. 881
Apêndice VII	Análise dos planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86. Comparação entre planos projectados e planos legislados. 885
Apêndice VIII	Resumo da legislação sobre planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86, incluindo projectos iniciais. 901
Apêndice IX	Esquema de transição da 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL) para a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL). Portaria 448/84, de 9 de Julho. 903
Apêndice X	Conselhos do DA-ESBAL, Comissão Instaladora da FA-UTL e Reitores da UTL segundo ofícios (fontes primárias) e legislação. 905
Apêndice XI	Entrevista a Augusto Pereira Brandão a 15 de Março de 2013. 907

Apêndice I
CRONOLOGIA CAPÍTULO 1

Ano civil	Ano lectivo	
1969		
	1968/69	
1970		<p>Outubro de 1969: Nuno Portas demite-se da docência</p> <p>Fevereiro de 1970: Manuel Vicente é contratado para a docência 2º período: Estudantes recusam trabalho escolar convencional (Março de 1970: Frederico George ausente)</p> <p>Abril de 1970: Francisco da Silva Dias demite-se da docência</p> <p>Maior de 1970: Pedro Ferreira Pinto demite-se da docência</p>
	1969/70	
1971		<p>Fevereiro de 1971: Despacho que determina que Frederico George leve a cabo Experiências Pedagógicas</p> <p>17 de Fevereiro de 1971: Francisco Keil do Amaral é contratado para a docência</p> <p>18 de Fevereiro de 1971: Raul Hestnes Ferreira é contratado para a docência</p> <p>Junho de 1971: <i>Proposta de reorganização do curso de Arquitectura</i> por Carlos da Silva Pinheiro [Editada no Boletim ESBAL 1972]</p> <p>31 de Julho de 1971: Avaliações da turma de 4º ano (várias disciplinas em simultâneo)</p>
	1970/71	<p>7 de Agosto de 1971: Tomás Taveira é contratado para a docência</p>
1972		<p>Outubro de 1971: Época especial de exames</p> <p>? 1972: Frederico George demite-se da docência</p> <p>Maior de 1972: Francisco Keil do Amaral demite-se da docência</p>
	1971/72	<p>Setembro de 1972: Raúl Hestnes Ferreira demite-se da docência</p>
1973		<p>Novembro de 1972: Augusto Brandão é nomeado professor do 1º grupo</p> <p>Agosto: Início do concurso para professor de Tomás Taveira</p>
	1972/73	
1974		<p>Novembro de 1973: <i>Programa base para uma Faculdade de Arquitectura</i> por Frederico George [Editado no Boletim ESBAL 1974]</p> <p>22 de Fevereiro de 1974: Fim do concurso para professor de Tomás Taveira</p>

Ano civil	Ano lectivo	Apêndice II CRONOLOGIA CAPÍTULO 2	
1974	1973/74	<p>25 de Abril: REVOLUÇÃO DOS CRAVOS 8 de Maio de 1974: Alunos recusam participação na resolução do curso através de comunicado emitido em RGA 18 de Maio de 1974: Corpo docente informa que irá avançar com plano independente de reestruturação do curso</p> <p>Julho de 1974: Edição do Boletim ESBAL 1974 com <i>Proposta para uma Nova Faculdade de Arquitectura</i> inclusa, da autoria de Frederico George</p> <p>22 de Outubro de 1974: RGA decisiva para uma cisão entre docentes e discentes quanto à reformulação do curso</p>	<p>31 de Julho: Despacho de criação do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local)</p>
1975			<p>“11 de Março”</p> <p>Comemorações do 1º de Maio</p>
		<p>Despacho 25/75 determina “curso de transição” para 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 1975 (não efectivado)</p>	<p>24 de Junho de 1975: Despacho 25/75 de António Avelãs Nunes nomeia Nuno Portas (ex-Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo) para a Comissão Instaladora de uma nova Escola de arquitectura em Lisboa</p>
			<p>12 de Setembro: António Avelãs Nunes é substituído por António Brotas</p>
1976		<p>Reuniões de Outubro e Novembro: Acordo de alunos e professores sobre a <i>Estrutura 74</i></p>	<p>“25 de Novembro”</p>
		<p>26 de Janeiro de 1976: RGDA aprova <i>Estrutura 76</i>, documento elaborado a partir da <i>Estrutura 74</i> 24 de Fevereiro de 1976: Despacho 7/76 e 7A/76, de Antonio Brotas 3 de Março de 1976: Eleito o primeiro Conselho Directivo da nova Escola Março de 1976: Abertura da Escola de Lisboa sob a designação provisória de Departamento de Arquitectura da ESBAL Modelo pedagógico: Quatro anos lectivos para bacharelato mais dois anos lectivos para licenciatura</p>	
1977	1975/76	<p>23 de Dezembro de 1976: Último dia de aulas do ano lectivo 1975/76</p>	

Apêndice III
CRONOLOGIA CAPÍTULO 3

Ano civil	Ano lectivo	
1977		<p>19 de Janeiro de 1977: Primeiro Conselho Científico, com a presidência de Artur Nobre de Gusmão</p> <p>2 de Fevereiro de 1977: Novo modelo pedagógico sancionado sob a designada <i>Estrutura 77</i> (Cinco anos lectivos de licenciatura)</p> <p>10 de Fevereiro de 1977: Data projectada para início de aulas (não concretizada)</p> <p>13 de Abril de 1977: Prova de Informação Vocacional, sob a direcção de Frederico George (boicotada pelos alunos)</p> <p>1 de Julho de 1977: 1ª Reunião da Associação de Estudantes do DA- ESBAL</p> <p>18 de Julho de 1977: 1ª Assembleia de Representantes incluindo nova constituição para o Conselho Directivo</p>
	1976/77	<p>31 de Outubro de 1977: Final do ano lectivo de 1976/77</p> <p>Início do período de avaliações e “férias de ponto”</p>
1978		<p>Janeiro de 1978: Início do ano de 1977/78 com novo plano de estudos; é implementada a medida <i>numerus clausus</i></p>
	1977/78	
1979		<p>31 de Março a 2 de Abril de 1979: “Arquitectura em Debate – Aveiro 79”</p>
	1978/79	
1980		<p>23, 24 e 25 de Novembro de 1979: 1º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses com os temas “Formação do Arquitecto” e “Exercício da Profissão”</p> <p>21 de Dezembro de 1979: Decreto-lei n.º 498-E/79 cria a Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa</p>

Ano civil Ano lectivo

Apêndice IV
CRONOLOGIA CAPÍTULO 4

1980		
	1979/80	<p>10 de Julho de 1980: É nomeada a primeira composição da Comissão Instaladora da Faculdade de Arquitectura</p> <p><i>Departamento de Arquitectura 1980-81</i> (Caderno de Apresentação) – confirma a regularização dos anos lectivos</p>
1981		
	1980/81	
		<p>10 e 11 Novembro de 1981: Casal Smithson e Amâncio Guedes dão conferências na Escola de Lisboa</p> <p>13 de Novembro de 1981: Cerimónia inaugural do ano lectivo 1981/82</p> <p>14 de Novembro de 1981: Inauguração da Exposição dos trabalhos finais de 1980/81</p> <p>13 de Janeiro de 1982: Colóquio e Exposição de Manuel Vicente (iniciativa dos estudantes)</p> <p>26 a 29 Janeiro de 1982: Seminário “O Ensino da Tecnologia Arquitectónica” (por Herbert Kramel)</p> <p>19 a 30 Abril de 1982: 1º Simpósio Internacional de Arquitectura</p> <p>Maio de 1982: Exposição de Manuel Vicente (iniciativa dos estudantes)</p>
1982		
	1981/82	<p>Final do ano lectivo de 1981/82: Primeira festa final de ano na Escola de Lisboa (organização dos estudantes)</p>
		<p> 21 a 23 Outubro de 1982: EAAE Workshop em Lisboa com o título “The Teaching of Architecture”</p> <p> 22 de Outubro de 1982: Cerimónia inaugural do ano lectivo 1982/83. Frederico George aposenta-se.</p> <p> Novembro de 1982: Exposição dos trabalhos finais de 1981/82</p>
1983		
		<p> Janeiro de 1983: Conjunto de eventos intitulado <i>Depois do Modernismo</i></p> <p> 8 de Fevereiro de 1983: PG1 “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos”</p> <p> 20 e 27 de Fevereiro de 1983: “Passeio de Domingo” ao Convento de S. Francisco</p> <p> 14 de Março de 1983: Exposição do 1º Concurso de B.D.</p>
	1982/83	<p> Maio de 1983: PG2 “Arquitectura Ambiental. (...)”</p> <p> 13 a 16 de Junho de 1983: 2º Simpósio Internacional de Arquitectura</p> <p> 1 e 2 de Julho de 1983: <i>Animação da Área do Chiado</i> – 1ª edição</p> <p> Julho de 1983: Exposição dos trabalhos finais de 1982/83</p> <p> 1 a 12 Agosto de 1983: 3ª EASA, <i>Lisboa Ateliers</i></p>
		<p> 19 de Outubro de 1983: PG3 “Arquitectura Tropical”</p> <p> 28 de Outubro de 1983: Cerimónia inaugural do ano lectivo de 1983/84 (“O pato com uva”)</p>
1984		
		<p> 24 de Novembro de 1983: PG1 “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos” – 2ª edição</p>

Apêndice V
CRONOLOGIA CAPÍTULO 5

Ano civil	Ano lectivo	
	1983/84	 12 a 16 de Março de 1984: 1 ^{as} Jornadas Luso-Brasileiras do Património 5 de Abril de 1984: Exposição do 2º Concurso de B.D. 26 de Abril de 1984: Conferência de Paolo Portoghesi Maio de 1984: PG4 “Planeamento Urbanístico” Maio de 1984: PG5 “Estudos Urbanos e Habitação” Primeiro 5º ano da Faculdade de Arquitectura da UTL (formatura)
1985		 13 de Dezembro de 1984: Cerimónia de final de ano lectivo 1983/84 (Teatro S. Luiz) ? 1985: PG1 “Conservação e Recuperação de Edifícios e Monumentos – 3ª edição”  4 a 7 de Março de 1985: 3º Simpósio Internacional de Arquitectura
	1984/85	 5 a 7 de Julho de 1985: <i>Animação da Área do Chiado</i> – 2ª edição
1986		1 de Janeiro de 1986: Portugal é membro da Comunidade Económica Europeia.  12 a 15 de Maio de 1986: 4º Simpósio Internacional de Arquitectura 16 de Junho de 1986: Exposição do 3º Concurso de B.D. 28 de Junho de 1986: É criada a Cooperativa de Ensino Universidade Lusíada de Lisboa e o 1º curso privado universitário de arquitectura Extinção da 1ª Secção da ESBAL (Arquitectura)
1987		

Apêndice VI. Descrição analítica da sequência dos planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86*

*Sugerimos a leitura dos quadros anexos e desta análise em conjunto com os quadros, para o mesmo tema, que constam do volume II da dissertação de mestrado “Cultura arquitectónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990”

Há duas leituras que se podem fazer dos planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86: dizer que são muito divergentes, porque praticamente todos diferem entre si; ou dizer que são semelhantes, pois partilham diversos traços.

Começemos pelas semelhanças.

Os planos de estudos entre 1975/76 e 1985/86 definem-se essencialmente por gravitar em torno de uma cadeira (também chamada de disciplina ou, hoje em dia, unidade curricular) que vai começar por designar-se de Arquitectura. Esta cadeira vai passar a chamar-se Projecto, mas continua a ter o mesmo significado substancial. Trata-se de uma cadeira advinda do currículo de 1957 – como Arquitectura Analítica (1º e 2º anos) e Composição de Arquitectura (3º ao 6º ano). Dizemos que se trata da cadeira principal devido não só à sua prevalência em todos os planos de estudos e anos lectivos – e note-se aqui que é sempre a primeira a ser mencionada na relação das disciplinas – como à sua carga horária – normalmente aulas práticas ou teórico-práticas, com maior carga horária por ano. (Algumas excepções confirmam a regra; por exemplo Planeamento, no 2º ano de 1975/76, com uma carga horária de 8 horas para 6 horas de Arquitectura).

Tratemos então das diferenças entre os planos de estudos 1975/76 e 1985/86. Para o efeito, é necessário sumarizar o que em cada um se destaca em particular.

1975/76

O plano de estudos aplicado a 1975/76 é baseado numa estrutura pedagógica intitulada *Estrutura 76* a qual é fundada num projecto original de Frederico George, datado de Novembro de 1973, com o título de *Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura*, tal como editado no Boletim 1974 da ESBAL, em Julho de 1974.

Este último modelo estava projectado para durar três anos (bacharelato) aos quais poderiam acrescer dezoito meses de estudo (licenciatura). Era um plano estudos com duas características essenciais. Uma relacionava-se com a dinâmica pedagógica que ele implicava, a qual assentava num chamado *ensino integrado*; outra referia-se às disciplinas mais importantes desse tipo de ensino. Assim, teríamos três áreas fundamentais, às quais corresponderiam três disciplinas nucleares (disciplinas tipo âncora) em volta das quais se situariam as disciplinas ancilares (disciplinas adjuvantes das nucleares). As disciplinas núcleo seriam Arquitectura, Planeamento e Construções e Materiais.

Com a *Estrutura 76*, Construções é alterada para Teoria e História da Arquitectura ficando Arquitectura, Planeamento e Teoria e História da Arquitectura como áreas fundamentais. Neste plano, pretende-se aplicar o *ensino integrado* – isto é, que em volta destas áreas âncora, que se mantêm de ano para ano, gravitem outras disciplinas adjuvantes. (Nas palavras de George, que “os docentes das cadeiras ancilares além de regerem os seus cursos próprios [colaborem] no ensino das cadeiras nucleares”).

O plano da *Estrutura 76* é, entretanto, revisto pelo Despacho 7A/76 de 24 de Fevereiro, da Secretaria de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, sendo que as principais alterações são que, em vez de ano 0,1,2,3 passam a existir os anos 1,2,3,4 com a mesma carga disciplinar. Estes 4 anos oferecem um bacharelato. Isto significa que o Despacho

torna o plano de estudos de 1975/76 mais exigente do que aquele com que se pensou abrir o Departamento.

A saída de Construções bem como a introdução de Teoria e História da Arquitectura são verificadas na comparação entre planos projectados e o plano legislado (somente em 1984, segundo a Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho), como se observa no quadro anexo (Apêndice VII).

1976/77

Não temos informação sobre plano de estudos incorporado na estrutura pedagógica intitulada *Estrutura 77*, estrutura onde assenta o ano lectivo 1976/77; apenas temos conhecimento do plano de estudos que é legislado pela mesma Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho. Sabemos, sim, que a *Estrutura 77* era mais ambiciosa que a *Estrutura 76* no que concerne ao número de disciplinas e ainda que oferecia um desdobramento opcional entre Arquitectura e Planeamento no 4º e 5º anos.

Observando o plano legislado concluímos que é introduzida a disciplina de História da Arquitectura Portuguesa e que se mantém Teoria e História da Arquitectura.

1977/78 e 1978/79

Crê-se que nestes anos se consegue um meio termo entre a *Estrutura 76* e a *Estrutura 77*. É cessado o desdobramento entre Arquitectura e Planeamento. As disciplinas principais são Arquitectura, Planeamento, História da Arquitectura Portuguesa, Construções, Desenho, e Teoria da Arquitectura.

Considerando que o plano de estudos de 1980/81 é baseado nestes planos de estudos (ver à frente); considerando ainda tanto o artigo “O Salto Qualitativo” da revista *Arquitectura* como o Caderno de apresentação intitulado “Departamento de Arquitectura 1980/81” (V. capítulo 4); temos as seguintes “seis grandes áreas de conhecimento”:

- Percepção, representação e comunicação
- Construção da envolvente edificada
- História e crítica
- Arquitectura
- Planeamento Urbano
- Materiais relacionados com os factores condicionantes da arquitectura e do planeamento (Geografia, Sociologia, Estudos do Ambiente)

1979/80 e 1980/81

Em 1979/80 há uma tentativa de reformulação dos planos de estudos de acordo com um parecer externo de uma Comissão Interuniversitária (assinado por Frederico George). O Conselho Científico propõe, de sua vez, um novo plano (assinado por Augusto Brandão), tendo em conta o parecer da Comissão Interuniversitária. Estes planos são, em grande parte, diferentes dos planos legislados. O que se verifica, legalmente (ou efectivamente), em 1979/80 e 1980/81 é o que é projectado para 1978/79. Assim, estes dois planos acabam por ser semelhantes a 1977/78 e 1978/79.

1981/82

A grande diferença deste plano de estudos relativamente ao conjunto dos anteriores está na supressão da disciplina de História da Arquitectura Portuguesa a qual é reintroduzida no plano de 1982/83 e se mantém até ao final do nosso período em estudo.

1982/83

A introdução da disciplina de Projecto em substituição de Arquitectura, é o que distingue este plano do anterior. Esta disciplina abrange, aliás, não só Arquitectura, como Construções, Teoria da Arquitectura e Ambiente, no 1º ano; Construções no 2º ano; Planeamento Urbano, no 3º e 4º anos; e Planeamento e Construções, no 5º ano.

Este plano baseia-se num esquema contido num documento intitulado “Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no Ano Lectivo 1981/82. Perspectivas para 1982/1983” e verificamos que o plano legislado (ainda sob a mesma Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho) não difere em muito do plano projectado.

1983/84

O plano de 1983/84 responde a duas legislações diferentes. Uma delas aplica-se aos primeiros quatro anos; uma outra, ao 5º ano. A primeira não sai em Diário da República, mas o plano de estudos ao qual ela é relativa é semelhante ao plano de estudos legalizado para o ano de 1982/83; a segunda corresponde a um Despacho Reitoral (Despacho Reitoral n.º 1/SA/84) e o seu plano de estudos é também semelhante a esse mesmo Despacho. Esta aparente incongruência (semelhanças e não igualdades) significa apenas que há ainda, aqui, um plano de estudos projectado e outro realmente efectivado (legalizado).

Uma característica significativa deste plano de estudos relativamente aos anteriores é o desdobramento, no 5º ano entre Arquitectura, Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, e Planeamento Urbano (ou Urbanístico, designação do Despacho). Só em 1976/77 é que tinha sido ensaiado um desdobramento, e, no caso, nos 4º e 5º anos, e apenas entre Arquitectura e Planeamento – tendo sido abandonado no plano seguinte. Note-se que a Lei que cria a Faculdade de Arquitectura, de 1979 (Decreto-Lei n.º 498-E/79 de 21 de Dezembro), decreta que a Faculdade passa a “ministrar a formação básica conducente à licenciatura nos domínios da arquitectura e do planeamento urbanístico”, no entanto não existe nenhuma licenciatura além de Arquitectura a ser ministrada na Escola de Lisboa em nenhuma altura da sua história no período em análise.

1984/85

Quanto a este ano lectivo, não temos informação sobre se há algum plano projectado pelo que partimos do pressuposto de que o projectado é equivalente ao legalizado (Despacho Reitoral n.º 1/SA/84).

As principais alterações, no que respeita às unidades curriculares, são o facto de que Projecto surge autonomamente (falamos do plano legislado); é introduzido o C.A.D. [Computer Aided Design] bem como Semântica (note-se que Semiologia tinha constado dos planos de 1975/76 e 1976/77).

Neste plano, mantém-se o desdobramento do 5º ano entre Arquitectura, Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, e Planeamento Urbano.

1985/86

Neste plano de estudos, o projectado e o legislado são praticamente idênticos. Diferem a denominação algumas das disciplinas das opções em Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos bem como Planeamento Urbano.

O plano legalizado relativo a 1985/86 é igual ao plano legalizado para o ano de 1984/85.

Como dissemos de início, cremos que os planos de estudos entre 1975/76 (primeiro ano lectivo pós-revolucionário) e 1985/86 (extinção da 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa – Arquitectura) em muito se devem ao plano anterior, isto é, à Reforma de 57, em vigor de 1957 (data da implementação) a Abril de 1974 (se considerarmos a data em que deixou de haver aulas) na medida em que respeitam uma lógica de disciplinas compartimentadas por grupos tendo Arquitectura à cabeça, mas também História e Teoria, ou Desenho e Tecnologias, por exemplo. Nesse sentido, evoluem de forma conservadora. Como se poderá compreender através da leitura da tese, esta Reforma não é, aliás, completamente suprimida – mantém-se, em teoria, após o 25 de Abril, por motivo de não haver uma legalização dos planos de estudos na mesma medida em que são implementados, como se pode verificar nos quadros em anexo. Isto acontece até 1984, quando os planos de estudos saem finalmente em Diário da República (Portaria 503/84, de 25 de Julho).

Por outro lado, ou numa outra perspectiva, podemos dizer que, desde a reabertura da Escola, os planos se vão sucessivamente alterando até atingirem uma maturidade assente nessa mesma relação entre o que é implementado, na prática, e o que é legalizado, desta vez através de Despachos Reitorais, nomeadamente a partir de 1983/84, data da primeira turma da nova Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (5º ano). Nessa altura, apesar de a matriz ainda ser a de haver uma disciplina de síntese (Projecto) em torno da qual gravitam as restantes, os planos têm necessariamente uma compleição diferente do currículo de 1957.

Apêndice VII
Análise dos planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86.
Comparação entre planos projectados e planos legislados

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
s/ data (o plano projectado não foi efectivado)	“Programa Base para uma Faculdade de Arquitectura”			1975/76	
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Construções e Materiais • Matemática • Estática • Estudos de Ambiente • História 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Matemática • História 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Planeamento I • Representação • Matemática I • História
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Construções e Materiais • Matemática • Estática • Estudos de Ambiente • História 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Matemática • Estática • Estudos de Ambiente • História 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Planeamento II • Teoria e História da Arquitectura I • Estática I • Ecologia • História Geral da Arte • História Geral da Arquitectura I • Matemática II • Estudos de Ambiente I
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Construções e Materiais • Geografia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Sociologia 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Planeamento III • Teoria e História da Arquitectura II • Estática II • História Geral da Arquitectura II • Estudos de Ambiente II • Sociologia • Teoria da Informação I
	----	----	----	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Planeamento IV • Teoria e História da Arquitectura III • Estática III • História Geral da Arquitectura III • Geografia • Semiologia • Teoria da Informação II • História da Arte Portuguesa
	----	----	----	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Teoria da Concepção • Teoria da Construção • Sociologia Urbana

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho
Março de 1976 a Dezembro de 1976	<i>Estrutura 76</i>	Disciplinas Comuns	1975/76
Ano zero	<ul style="list-style-type: none"> • História • Representação • Apoio ao Património Artístico • Serviços de Inquérito 	-----	1º ano <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Planeamento I • Representação • Matemática I • História
Ano 1	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura • Matemática • Estática • Economia • Sociologia • Representação • Construções • Estudos de Ambiente • Paisagística • Topografia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura • Estática • Matemática • Estudos de Ambiente 	2º ano <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Planeamento II • Teoria e História da Arquitectura I • Estática I • Ecologia • História Geral da Arte • História Geral da Arquitectura I • Matemática II • Estudos de Ambiente I
Ano 2	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura • Matemática • Estática • Economia • Sociologia • Representação • Construções • Teoria da Comunicação • Administração • Antropologia • Estatística 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura • Estática • Sociologia 	3º ano <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Planeamento III • Teoria e História da Arquitectura II • Estática II • História Geral da Arquitectura II • Estudos de Ambiente II • Sociologia • Teoria da Informação I
Ano 3	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura • Construções • Comunicação • Legislação 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Teoria e História da Arquitectura 	4º ano <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Planeamento IV • Teoria e História da Arquitectura III • Estática III • História Geral da Arquitectura III • Geografia • Semiologia • Teoria da Informação II • História da Arte Portuguesa
Ano 4	-----	-----	5º ano <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Teoria da Concepção • Teoria da Construção • Sociologia Urbana

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
... 1977 ...	<i>Estrutura 77</i>			1976/77	
	1º ano	Não há informação sobre as disciplinas	-----	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Planeamento I • Teoria e História da Arquitectura I • Representação • Geometria Descritiva • Estudos de Ambiente • Geografia I • Antropologia • Matemática • História da Arte • Teoria da Informação
	2º ano	Não há informação sobre as disciplinas	-----	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Planeamento II • Teoria e História da Arquitectura II • Materiais/Ambiente • Estruturas • Geografia II • Paisagem • História da Arquitectura Portuguesa • Semiologia
	3º ano	Não há informação sobre as disciplinas	-----	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Planeamento III • Teoria e História da Arquitectura III • Técnicas Construtivas/Estruturas • Geografia III • História das Estruturas Urbanas • Semiologia da Arquitectura • Economia da Construção I • Economia Regional
	4º ano	Não há informação sobre as disciplinas	-----	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Teoria da Concepção • Estruturas/Materiais • Economia da Construção II • Desenho e Renovação Urbana • Arquitectura IV ou • Planeamento IV
	5º ano	Não há informação sobre as disciplinas	-----	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Economia Industrial e Agrária • Demografia • Transportes • Sociologia • Arquitectura V ou • Planeamento V

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
	1977/78			1977/78 e 1978/79	
... 1978 ...					
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Descritiva • Matemática • Teoria da Arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Geometria Descritiva • Matemática • Teoria da Arquitectura 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho • Estruturas • Economia da Construção 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho • Estruturas • Economia da Construção 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II • Estruturas I • Economia da Construção
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • Estruturas • Geografia • Economia • Introdução à Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • Estruturas • Geografia • Economia • Introdução à Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Construções III • Planeamento I • Estruturas II • Geografia II • Economia I • Introdução à Sociologia • História da Arquitectura II • História da Arquitectura Portuguesa I
	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura • Economia • Geografia • Sociologia • Teoria da Arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura • Economia • Geografia • Sociologia • Teoria da Arquitectura 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas III • História da Arquitectura Portuguesa II • Planeamento Urbano • História da Arquitectura III • Economia II • Geografia III • Sociologia • Teoria da Arquitectura III
	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • História da Arquitectura Portuguesa 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento II • História da Arquitectura Portuguesa III

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
1978/79	1978/79			1977/78 e 1978/79	
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções e Materiais • Desenho • Geometria Descritiva • Matemática • Teoria da Arquitectura • estudos de Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II • Estruturas I • Economia da Construção
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento Urbano • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Construções III • Planeamento I • Estruturas II • Geografia II • Economia I • Introdução à Sociologia • História da Arquitectura II • História da Arquitectura Portuguesa I
	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura • Economia • Geografia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura • Economia • Geografia • Sociologia 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas III • História da Arquitectura Portuguesa II • Planeamento Urbano • História da Arquitectura III • Economia • Geografia III • Sociologia • Teoria da Arquitectura III
	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento • História da Arquitectura Portuguesa 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento II • História da Arquitectura Portuguesa III

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL	Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho
1979/80	1979/80 (Comissão Interuniversitária [Assinado por Frederico George])		1979/80 e 1980/81
1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História e Teoria da Arquitectura • Métodos de Construção • Observação/Representação • Geometria no Espaço/Geometria Descritiva • Matemática • Geografia • Ambiente físico • Sociologia - Introdução e Aplicação • História Geral da Arte • História da Arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Teoria da Arquitectura • Desenho (Observação/Representação) • Geometria • Matemática • estudos do Ambiente (Ambiente físico) 	<ul style="list-style-type: none"> • 1º ano • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I • estudos do Ambiente
2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História e Teoria da Arquitectura • Materiais • Observação/Representação • Matemática • Estruturas • Introdução à Economia • Economia Aplicada • Geografia • Paisagismo • Direito e Legislação • Antropologia • História Geral da Arte • História da Arquitectura • Arqueologia, Conservação e Renovação Arquitectónica • História Geral do Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • História da Arquitectura • Teoria da Arquitectura • Desenho (Observação/Representação) • Geografia • História da Arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> • 2º ano • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II
3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História e Teoria da Arquitectura • Métodos de Construção • Organização do Processo Construtivo • Estruturas • Economia Aplicada • História da Arte Portuguesa • História da Arquitectura e do Urbanismo em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História da Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • 3º ano • Arquitectura III • Construções III • Estruturas II • Geografia II • Economia I • História da Arquitectura II • História da Arquitectura Portuguesa I • Planeamento Urbano I
4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História e Teoria da Arquitectura <p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia da Construção • Estruturas • Sociologia – Introdução e Aplicação • Arqueologia, Conservação e Renovação Arquitectónica • Renovação urbana • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo <p>Opção Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia Industrial e Agrária • Demografia • Transportes • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo <p>Opção Arq. Hist.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos de Construção • Economia da Construção • Estruturas • Arqueologia, Conservação e Renovação Arquitectónica • Renovação urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História da arquitectura • Estruturas • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • 4º ano • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas II • História da Arquitectura Portuguesa II • História da Arquitectura III • Planeamento Urbano II • Economia II • Geografia III • Sociologia II

	<ul style="list-style-type: none"> • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo 			
5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • História e Teoria da Arquitectura <p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Materiais • Sociologia – Introdução e Aplicação • Direito e Legislação • Arqueologia, Conservação e Renovação Arquitectónica • Renovação urbana • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo <p>Opção Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia Industrial e Agrária • Demografia • Transportes • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo <p>Opção Arq. Hist.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Métodos de Construção • Arqueologia, Conservação e Renovação Arquitectónica • Renovação urbana • Estética e Crítica da Arquitectura e do Urbanismo 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho
1979/80	1979/80 (Conselho Científico [Assinado por Augusto Brandão])	Disciplinas Comuns	1979/80 e 1980/81
1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções e Materiais • Desenho • Geometria Descritiva • estudos de Ambiente • Teoria da Arquitectura • Matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Geometria • estudos de/do Ambiente • Teoria da Arquitectura • Matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I • estudos do Ambiente
2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções e Materiais • estudos de Ambiente (Física da Arquitectura) • Planeamento • Desenho • Estruturas • Teoria da Arquitectura • História Geral da Arquitectura • Matemática • Geometria Descritiva • Sociologia Aplicada • Geografia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Teoria da Arquitectura • História (Geral) da Arquitectura • Desenho 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II
3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções e Materiais • Estruturas • estudos de Ambiente • Planeamento • Geografia • História Geral da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa • Teoria – Aplicação • Sociologia Aplicada 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • Planeamento • Geografia • História (Geral) da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Construções III • Estruturas II • Geografia II • Economia I • História da Arquitectura II • História da Arquitectura Portuguesa I • Planeamento Urbano I
4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Planeamento III • Teoria da Arquitectura IV <p>Opção Arquitectura Sectorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programação do projecto e estaleiro • Estruturas • Economia da Construção <p>Opção Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia Urbana e Regional • Sociologia e Demografia • Transportes <p>Opção Teoria e História da Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teoria da Concepção • Recuperação e Conservação Arquitectónica • Renovação de Centros Históricos 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Planeamento • Estruturas • Economia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas II • História da Arquitectura Portuguesa II • História da Arquitectura III • Planeamento Urbano II • Economia II • Geografia III • Sociologia II
5º ano	<p>Opção Arquitectura Sectorial</p> <ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura e modernas técnicas construtivas • Arquitectura Sectorial • Arquitectura me moderna técnica ecológico-energética <p>Opção Planeamento</p> <ul style="list-style-type: none"> • Planeamento Regional • Planeamento Urbano e Renovação • Paisagem e Ecologia <p>Opção Teoria e História da Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Informática e técnicas mecanográficas do projecto • Renovação da Paisagem Histórica • Arqueologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções (Modernas técnicas construtivas) • Planeamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
1980/81	1980/81			1979/80 e 1980/81	
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Geometria Descritiva • estudos de Ambiente • Teoria da Arquitectura • Matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Geometria • Teoria da Arquitectura • Matemática 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I • estudos do Ambiente
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Desenho • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Geografia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho II 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento urbano • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento urbano • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • História da Arquitectura Portuguesa 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Construções III • Estruturas I • Geografia II • Economia I • Sociologia I • História da Arquitectura II • História da Arquitectura Portuguesa I • Planeamento Urbano I
	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura Portuguesa • Planeamento Urbano • História da Arquitectura 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas II • História da Arquitectura Portuguesa II • História da Arquitectura III • Planeamento Urbano II • Economia II • Geografia III • Sociologia II
	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento

Periodo	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
1981/82	1981/82			1981/82	
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Descritiva • Matemática • Teoria da Arquitectura • estudos do Ambiente 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Desenho • Descritiva • Matemática • Teoria da Arquitectura • estudos do Ambiente 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura I • Construções I • Desenho I • Geometria • Matemática • Teoria da Arquitectura I • estudos do Ambiente
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estática • Geografia • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Desenho 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura II • Construções II • Estática • Geografia I • Teoria da Arquitectura II • História da Arquitectura I • Desenho II
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • Planeamento urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • Geografia • Economia • Sociologia • História da Arquitectura • Planeamento urbano 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura III • Construções III • Estruturas I • Geografia II • Economia I • Sociologia I • História da Arquitectura II • Planeamento Urbano I
	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura • Planeamento Urbano • Economia • Geografia • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Estruturas • História da Arquitectura • Planeamento Urbano • Economia • Geografia • Sociologia 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura IV • Construções IV • Estruturas II • História da Arquitectura III • Planeamento Urbano II • Economia II • Geografia III • Sociologia II
	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura • Construções • Planeamento 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Arquitectura V • Construções V • Planeamento

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL		Plano legislado Portaria n.º 503/ 84 de 23 de Julho	
1982/83	“Relatório das Actividades do Departamento de Arquitectura da E.S.B.A.L. no Ano Lectivo 1981/82. Perspectivas para 1982/1983”	Disciplinas Comuns	1982/83	
1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções, Teoria da Arquitectura e Ambiente) • Desenho I • Geometria • Matemática 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções, Teoria da Arquitectura e Ambiente) • Desenho I • Geometria • Matemática 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções, Teoria da Arquitectura e Ambiente) • Desenho I • Geometria • Matemática
2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções, Ambiente-Desenho Urbano) • Estática • Construções I • História da Arquitectura I • Teoria da Arquitectura I • Geografia I 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções) • Estática • Construções I • História da Arquitectura I • Teoria da Arquitectura I • Geografia I 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Construções) • Desenho II • Estática • Construções I • História da Arquitectura I • Teoria da Arquitectura I • Geografia I
3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções e Planeamento Urbano) I • Construções II • Estruturas I • Economia • História da Arquitectura II • Teoria da Arquitectura II • Geografia II • Sociologia I 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) I • Construções II • Estruturas I • Economia • História da Arquitectura II • Teoria da Arquitectura II • Geografia II • Sociologia I 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) I • Construções II • Estruturas I • Economia • História da Arquitectura II • Teoria da Arquitectura II • Geografia II • Sociologia I
4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções e Planeamento Urbano) II • Construções III • Estruturas II • História da Arquitectura III • Geografia III • Economia II • Sociologia II 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) II • Construções III • Estruturas II • História da Arquitectura III • Geografia III • Economia II • Sociologia II 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) II • Construções III • Estruturas II • História da Arquitectura III • História da Arquitectura Portuguesa • Geografia III • Economia II • Sociologia II
5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Opção A – Arquitectura Projecto V (Arquitectura, Construções e Planeamento Urbano) • Opção B – Planeamento Projecto V (Planeamento Regional e Urbano) • Opção C – Recuperação Arquitectónica e Urbana Projecto V (Arquitectura, Construções e Planeamento Urbano) 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto 	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Planeamento e Construções)

Período	Plano projectado Designação interna DA-ESBAL	Disciplinas Comuns	Plano legislado Portaria 503/84, de 25 de Julho (aplicado aos anos 1º a 4º ano)	
1983/84	1983/84 (1º ao 4º ano)		1982/83 “e seguintes”	
1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto I • Desenho I • Geometria Descritiva • Matemática • Construções I 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Desenho • Geometria • Matemática 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Construções, Teoria da Arquitectura e Ambiente) • Desenho I • Geometria • Matemática
2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto II • Desenho II • Construções II • Estática • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura I • Geografia Física 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Desenho • Construções • Estática • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura I • Geografia 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Construções) • Desenho II • Estática • Construções I • História da Arquitectura I • Teoria da Arquitectura I • Geografia I
3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Construções • Economia • Estruturas • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Geografia urbana • Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Construções • Estruturas • Teoria da Arquitectura • História da Arquitectura • Geografia • Sociologia 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) I • Construções II • Estruturas I • Economia • História da Arquitectura II • Teoria da Arquitectura II • Geografia II • Sociologia I
4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Construções • Estruturas • História da Arquitectura • Geografia Urbana • Sociologia Urbana • Economia urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Construções • Estruturas • História da Arquitectura • Geografia • Sociologia • Economia 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura e Planeamento Urbano) II • Construções III • Estruturas II • História da Arquitectura III • História da Arquitectura Portuguesa • Geografia III • Economia II • Sociologia II
5º ano	“A publicar oportunamente”	----	5º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto (Arquitectura, Planeamento e Construções)

Período	Plano projectado Designação interna FA-UTL	Disciplinas Comuns	Plano legislado Despacho Reitoral n.º 1/SA/84
1983/84	1983/84 (5º ano)		1983/84 (5º ano)
	<p>5º ano</p> <p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • História das Teorias • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • História das Teorias • Participação da População no Planeamento • Introdução à Sociologia Regional • Introdução à Economia Regional • Legislação Aplicável <p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • História das Teorias • Tecnologia e Patologia dos Materiais • Sociologia da Mutação Urbana • Economia da Recuperação de Elementos Degradados • Legislação Aplicável 	<p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • Sociologia • Economia • Legislação Aplicável <p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto • História da Arquitectura Portuguesa • Economia • Legislação Aplicável 	<p>5º ano</p> <p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Tecnologia e Patologia dos Materiais • Sociologia da Mutação Urbana • Economia da Recuperação de Elementos Degradados • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Geografia Regional • Introdução à Sociologia Regional • Introdução à Economia Regional • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento

Período	Plano projectado Designação interna FA-UTL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Despacho Reitoral n.º 1/SA/84	
1984/85	1984/85			1984/85	
1º ano	Não há informação sobre as disciplinas		----	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto I • Desenho Básico • Geometria Descritiva • Introdução ao C.A.D. • Introdução à Estática • Materiais
2º ano	Não há informação sobre as disciplinas		----	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto II • Desenho Analítico • Desenho de Arquitectura • Processos de Construção • Estática • História da Arquitectura • Introdução ao estudo da Teoria da Arquitectura • Introdução à Semântica da Arquitectura • Geografia Geral
3º ano	Não há informação sobre as disciplinas		----	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto III • Estruturas • Geografia Urbana I • Física do Ambiente • Energias Alternativas • História da Arquitectura II • História da Arquitectura III • Métodos de Projecto • Gestão de Projecto • Economia da Construção • Introdução à Sociologia
4º ano	Não há informação sobre as disciplinas		----	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto IV • Sistemas Construtivos • Redes e Instalações Técnicas • Infra-Estruturas e Fluxos Urbanos • História da Cidade • Geografia Urbana II • Economia Urbana • Introdução à Sociologia Urbana • Demografia Urbana
5º ano	Não há informação sobre as disciplinas		----	5º ano	<p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos =Não há informação sobre as disciplinas=</p> <p>Opção Planeamento Urbano =Não há informação sobre as disciplinas=</p>

Período	Plano projectado Designação interna FA-UTL		Disciplinas Comuns	Plano legislado Despacho Reitoral n.º 1/SA/84	
1985/86	1985/86			1985/86	
	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Desenho Básico • Introdução ao C.A.D. • Geometria Descritiva • Introdução à Estática • Materiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto • Desenho Básico • Introdução ao C.A.D. • Geometria Descritiva • Introdução à Estática • Materiais 	1º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto I • Desenho Básico • Geometria Descritiva • Introdução ao C.A.D. • Introdução à Estática • Materiais
	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto II • Desenho Analítico • Desenho de Arquitectura • Processos de Construção • Estática • História da Arquitectura • Introdução ao estudo da Teoria da Arquitectura • Introdução à Semântica da Arquitectura • Geografia Geral 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto II • Desenho Analítico • Desenho de Arquitectura • Processos de Construção • Estática • História da Arquitectura • Introdução ao estudo da Teoria da Arquitectura • Introdução à Semântica da Arquitectura • Geografia Geral 	2º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto II • Desenho Analítico • Desenho de Arquitectura • Processos de Construção • Estática • História da Arquitectura • Introdução ao estudo da Teoria da Arquitectura • Introdução à Semântica da Arquitectura • Geografia Geral
	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto III • Estruturas • Geografia urbana I • Física do Ambiente • Energias Alternativas • História da Arquitectura II • História da Arquitectura III • Métodos de Projecto • Gestão de Projecto • Economia da Construção • Introdução à Sociologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto III • Estruturas • Geografia urbana I • Física do Ambiente • Energias Alternativas • História da Arquitectura II • História da Arquitectura III • Métodos de Projecto • Gestão de Projecto • Economia da Construção • Introdução à Sociologia 	3º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto III • Estruturas • Geografia urbana I • Física do Ambiente • Energias Alternativas • História da Arquitectura II • História da Arquitectura III • Métodos de Projecto • Gestão de Projecto • Economia da Construção • Introdução à Sociologia
	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto IV • Sistemas Construtivos • Redes e Instalações Técnicas • Infra-Estruturas e Fluxos Urbanos • História da Cidade • Geografia urbana II • Economia Urbana • Introdução à Sociologia Urbana • Demografia Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto IV • Sistemas Construtivos • Redes e Instalações Técnicas • Infra-Estruturas e Fluxos Urbanos • História da Cidade • Geografia urbana II • Economia Urbana • Introdução à Sociologia Urbana • Demografia Urbana 	4º ano	<ul style="list-style-type: none"> • Projecto IV • Sistemas Construtivos • Redes e Instalações Técnicas • Infra-Estruturas e Fluxos Urbanos • História da Cidade • Geografia urbana II • Economia Urbana • Introdução à Sociologia Urbana • Demografia Urbana
	5º ano	<p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Tecnologia e Patologia dos Materiais • Sociologia da Mutação Urbana • Economia da Recuperação de Elementos Degradados 	<p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Tecnologia • Sociologia Urbana • Economia • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa 	5º ano	<p>Opção Arquitectura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento <p>Opção Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável à Arquitectura e Planeamento

	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação Aplicável á Arquitectura e Planeamento <p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da arquitectura Portuguesa • Geografia Regional • Introdução à Sociologia Regional • Introdução à Economia Regional • Legislação Aplicável á Arquitectura e Planeamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Sociologia • Economia • Legislação Aplicável á Arquitectura e Planeamento 		<p>Opção Planeamento Urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Projecto V • História da Arquitectura Portuguesa • Tecnologia Ambiental • Sociologia Urbana • Economia do Projecto e Construção • Legislação Aplicável á Arquitectura e Planeamento
--	--	---	--	--

Apêndice VIII. Resumo da legislação sobre planos de estudos da Escola de Lisboa entre 1975/76 e 1985/86, incluindo projectos iniciais

	LEGISLAÇÃO		PROJECTOS
1975/76 (1976)	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.* * A Portaria diz, no artigo 3.º (Diploma), "A aprovação nas disciplinas integrantes de 5 anos curriculares dos planos de estudos do curso confere o direito ao diploma de arquitecto do modelo constante do anexo VII à presente portaria". Do anexo consta "concluiu o curso de arquitectura". A Portaria 448/84 de 9 de Julho refere, no artigo 1.º, n.º 1, que "O curso de licenciatura em Arquitectura, criado pelo Decreto-Lei n.º 498-E/79 (...), é ministrado desde o ano lectivo de 1983-1984".	Portaria 503/84, de 25 de Julho: legaliza planos de estudos de 1975/76 até 1982/83 "e seguintes".	Projecto de 1973 (Frederico George): 3 anos bacharelato mais 18 meses licenciatura. <i>Estrutura 76</i> (DA-ESBAL): 4 anos licenciatura mais 18 meses especialização. (Ratificada por Despacho 7/76 de 24 de Fevereiro, do SEES: 4 anos bacharelato mais 2 anos licenciatura).
1976/77 (1977)	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		<i>Estrutura 77</i> (DA-ESBAL): 5 anos licenciatura. (Ratificada por ofício da DGES de 03.02.77).
1977/78 (1978)	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Projecto igual ao da Portaria 503/84, de 25 de Julho: 5 anos licenciatura.
1978/79	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Projecto semelhante ao da Portaria 503/84, de 25 de Julho: 5 anos licenciatura.
1979/80	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Projecto diferente do da Portaria 503/84, de 25 de Julho (Comissão Interuniversitária e Conselho Científico do DA-ESBAL): 5 anos licenciatura.
1980/81	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Projecto semelhante ao da Portaria 503/84, de 25 de Julho: 5 anos licenciatura.
1981/82	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Projecto igual ao da Portaria 503/84, de 25 de Julho: 5 anos licenciatura.
1982/83	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura.		Não há informação.
1983/84	5 anos lectivos sem estágio. Diploma em Arquitectura (1º ao 4º ano).	O plano de estudos do 1º ao 4º ano não sai em Diário da República.	Plano de estudos do 1º ao 4º ano semelhante ao da Portaria 503/84, de 25 de Julho para o ano de 1982/83.
	5 anos lectivos sem estágio. Licenciatura em Arquitectura (5º ano). Desdobramento em: 1) Arquitectura; 2) Renovação e Conservação da Arquitectura e Núcleos Urbanos; 3) Planeamento Urbanístico.	Portaria 448/84 de 9, de Julho (art.º 2º: decreta 1ª turma FA-UTL; art.º 5º, n.º 1: define desdobramento do 5º ano); Despacho Reitoral n.º 1/SA/84 (plano de estudos).	Plano de estudos do 5º ano semelhante ao Despacho Reitoral n.º 1/SA/84.
1984/85	5 anos lectivos sem estágio. Desdobramento do 5º ano.	Despacho Reitoral n.º 1/SA/84.	Não há informação.
1985/86	5 anos lectivos sem estágio. Desdobramento do 5º ano.	Despacho Reitoral n.º 1/SA/84. NOTA: Extinção 1ª Secção ESBAL	Plano de estudos do 5º ano semelhante ao Despacho Reitoral n.º 1/SA/84.
	Mesmos planos de estudos até 1988/89.		

**Apêndice IX. Esquema de transição da 1ª Secção da
Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL) para a
Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL)**
Portaria 448/84, de 9 de Julho

1983/84	1º	2º	3º	4º	5º
1984/85	2º	3º	4º	5º	1º
1985/86	3º	4º	5º	1º	2º

LEGENDA:

Turmas da 1ª Secção da ESBAL (caixas em branco)	
Primeiro 5º ano da FAUTL	
Primeiras turmas da Faculdade de Arquitectura da UTL	
Extinção da 1ª Secção da ESBAL (traço grosso)	

Transcrição da Legislação (Portaria 448/84, de 9 de Julho):

Artigo 2.º

(Extinção do curso de Arquitectura)

1 – A extinção do curso de Arquitectura ministrado pela 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa (ESBAL) processar-se-á da seguinte forma:

- a) 5º ano curricular – 1983-1984;
- b) 1º ano, 4º ano e 5º ano curriculares – 1984-1985;
- c) 1º ano, 2º ano, 3º ano, 4º ano e 5º ano curriculares – 1985-1986.

2 – Consequentemente, a 1ª Secção da Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa extingue-se no ano lectivo de 1985-1986.

Apêndice X. Conselhos do DA-ESBAL, Comissão Instaladora da FA-UTL e Reitores da UTL segundo ofícios (fontes primárias) e legislação. A cinza: a prevalência de Augusto Brandão

	CONSELHO DIRECTIVO (Docentes)	CONSELHO CIENTÍFICO	CONSELHO PEDAGÓGICO (Docentes)	RETORES DA UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
1976	Presidente a 3 de Março: Frederico George			Eduardo Romano de Arantes e Oliveira
1977	Presidente a 21 de Fevereiro: Frederico George Presidente a 25 de Setembro: Augusto Brandão	Presidente a 19 de Janeiro: Artur Nobre de Gusmão Presidente a 25 de Setembro: Augusto Brandão Restantes membros: Artur Nobre de Gusmão Eduardo Cansado de Carvalho Frederico George Tomás Taveira	Professores em 26 de Setembro: Frederico George Eduardo Cansado de Carvalho Augusto Brandão	
1978	Presidente a 16 de Maio: Augusto Brandão (eletto a 27 de Abril)	Restantes membros: Artur Nobre de Gusmão Carlos da Silva Pinheiro Eduardo Cansado de Carvalho Frederico George Tomás Taveira M ^{te} João Madeira Rodrigues	Professores a 14 de Maio: Frederico George Eduardo Cansado de Carvalho Augusto Brandão	
1979				
1980		Presidente a 6 de Novembro: Augusto Brandão Restantes membros: Carlos da Silva Pinheiro Eduardo Cansado de Carvalho Frederico George Tomás Taveira M ^{te} João Madeira Rodrigues Carlos Antero Ferreira		COMISSÃO INSTALADORA [C.I.] Presidente a 26 de Julho: Frederico George
1981				
1982				
1983		Membros: Augusto Brandão Carlos da Silva Pinheiro Carlos Antero Ferreira Tomás Taveira M ^{te} João Madeira Rodrigues Sebastião Formosinho Sanchez	Presidente a 10 de Fevereiro: Carlos Antero Ferreira Presidente a 4 de Março: Augusto Brandão	Presidente a 18 de Abril: Eduardo de Arantes e Oliveira NOTA: Arantes e Oliveira delega em Augusto Brandão o Despacho dos assuntos correntes Restantes membros: Augusto Pereira Brandão Duarte Castel-Branco Carlos Antero Ferreira António Lamas Comissão do Conselho Administrativo: Arantes e Oliveira Augusto Brandão Fernanda Cabanelas
1984			Presidente a 19 Março: Augusto Brandão	
1985				António Simões Lopes
1986				
1987		Presidente a 22 de Abril: Augusto Brandão Restantes membros: Sebastião Formosinho Sanchez Carlos Goncalves Michel Foussant Luís Bisau	Presidente a 22 de Abril: Augusto Brandão Restantes membros: Sebastião Formosinho Sanchez Carlos Goncalves Michel Foussant Luís Bisau	Presidente a 21 de Janeiro: Augusto Brandão

Apêndice XI | Entrevista a Augusto Pereira Brandão | 15 de Março de 2013

Leonor Matos Silva [LMS]: O Professor apanhou aquele período experimental, à volta de 70. Em que é que consistiu? Quem eram as pessoas envolvidas? Gostaria que me explicasse.

Augusto Pereira Brandão [APB]: A ver se eu me lembro. Há muitas coisas que se passaram nessa altura, o barulho foi tão grande, as acções foram tão dispersas, as questões foram tão diferentes que de facto não me lembro já de muita coisa. Mas partindo dessa experiência (...) posso dizer-lhe o seguinte: o curso era um curso criado pelo Ministro Leite Pinto. A determinada altura houve um grupo de professores – o professor Frederico George, o professor Formosinho Sanchez, eu, o professor Manuel Vicente, e mais um ou dois de que eu agora não me lembro, porque éramos muitos – que resolveu fazer uma experiência pedagógica que consistia nas disciplinas serem dadas, mas todas coordenadas por um único trabalho virado para um fenómeno arquitectónico – um edifício arquitectónico, um estudo urbano, ... – e todas as disciplinas andavam à volta daquele tema. Fazia-se o projecto, no final, e esse projecto era interrogado por todos os professores. Os júris eram júris amplos, com todos os professores que tinham dado todas as matérias, e demorava, cada exame, à volta de cinco a seis horas, o que se mostrou, na realidade, incomportável. Viu-se que o sistema poderia ser um sistema bom – a integração de todas as disciplinas num tema único – simplesmente aquele método de produzir os exames não poderia ser aquele, e isso criou lá dentro, entre quer professores quer alunos, um ambiente de disputa grave, mesmo. “Tu demoraste mais tempo”; “eu demorei mais tempo”; “tu demoraste mais cinco minutos”...

LMS: O regime anterior também previa um exame demorado.

APB: No regime anterior era meia hora, cada exame, mais ou menos. O curso criado em 36 é que tinha um exame final, tinha um exame de saída, que se manteve com o nome de CODA [Concurso para Obtenção de Diploma de Arquitecto], porque esse exame final era um exame para se saber se se mexia nos instrumentos em que nós iríamos trabalhar. O curso era um curso técnico, todo ele. Quer dizer, era um curso superior técnico, não era um curso universitário. Logo, a maneira de se acabar o curso era feita de uma maneira que procurava imitar o mais possível o tema final de um trabalho, de uma pessoa. E assim, eram 24h em que uma pessoa estava isolada numa sala, fazia o seu esboçeto, depois tinha de cumprir o esboçeto, não podia sair de lá, etc.. O exame normal era o que há em qualquer curso.

Essa experiência, que foi em 68, só durou um ano, mesmo. E a maior parte dos professores saíram ao fim dessa experiência. Não eram professores de carreira da Escola. Eram convidados. Outros, que estavam a fazer os seus concursos, não foram aprovados e saíram. Por isso foi uma experiência que morreu à nascença.

LMS: O professor Frederico George sentiu-se frustrado com esta experiência ou sabia que ia resultar assim?

APB: É preciso conhecer-se bem o professor Frederico George. Era uma jóia de homem, um sabedor extraordinário, era um artista extraordinário, mas era um indivíduo que não combatia. Não era, de facto, duro. Tudo era, para ele, uma razão para desistir. Não gostava de confrontos, era amável, simpático... não posso dizer nada de mal dele. Demo-nos sempre muito bem e não tenho a mais pequenina queixa dele. Daí ter criado o ambiente que criou à volta dele, com os seus alunos, com as pessoas que trabalhavam no atelier dele. A maior parte deles saíram, nessa fase. Todos pelo próprio pé.

LMS: Tinha-me dito que alguns não foram aprovados...

APB: Isso já foi mais adiante, já foi mais em 1970, já não teve nada a ver com o concurso. O professor era convidado, fazia o seu exame – a sua prova de doutoramento ou coisa que o valha – mas estava dois anos, antes de ir ao Conselho Científico, que tinha de fazer um relatório sobre ele, e consoante o relatório ele ficava perpetuamente no lugar ou tinha de sair. Nessa altura, em 1970, houve dois casos desses, de dois professores que não entraram, mas que não entraram porque: um deles – eu posso contar um, o outro já não me lembro quem foi. Um deles foi o Formosinho Sanchez; o outro foi...

LMS: O Manuel Vicente?

APB: O Manuel Vicente casou-se e foi para Macau. Passou por lá, assim como passou outras vezes, muitas vezes até agora, mas passou sempre. Nunca esteve fixo, por lá. O caso do Formosinho Sanchez foi de facto o caso que nos espantou – o facto de não ter ficado. Mas quanto a isso posso-lhe dizer que o professor que ia fazer o relato do trabalho fez um relato um pouco inconsequente. O relatório não foi bem feito. O Professor não quis fazer, ou não foi bem feito. Porque ele não queria mesmo que ele ficasse. E isso foi muito próximo do 25 de Abril. O que é verdade é que houve essa última reunião e não houve mais.

LMS: Quem é que seria o outro professor?

APB: São tantos os que passaram por ali... – e que eu nunca mais vi. Lembro-me que era funcionário da Direcção Geral dos Serviços Urbanísticos.

LMS: O Alberto Pessoa?

APB: Não, o Pessoa continuou calmamente. O Pessoa era uma jóia de pessoa e saiu julgo que com o 25 de Abril porque não quis aturar a Escola. Era muito calmo, muito sossegado.

LMS: Essa experiência teve alguma consequência?

APB: Não quer dizer que não tenham ficado raminhos, mas ficaram raminhos em determinadas pessoas. Quer dizer: nunca mais funcionou como uma experiência. Experiência foi só aquele ano.

LMS: E funcionava de novo o regime anterior?

APB: Com algumas disciplinas começando a trabalhar de facto em conjunto – por gosto e por ver que se justificava. Isto justificou muito as Histórias comparadas com as Geografias, etc.. Era de facto extremamente curioso, e continuou-se, de facto, a fazer Projecto ligado a Construções, as Construções muito ligadas a Projecto. Mas nunca mais se fez nada quanto ao Projecto em si. Eu até já me tinha esquecido. Se não me fosse lembrar, eu não me lembrava. Lembro-me das noites que passámos lá – a última noite saímos eram 4h da manhã. De exames, desse tal ano lectivo.

LMS: Lembra-se de alunos?

APB: Não. Na minha vida, eu tive cinco mil alunos. Só se fosse um aluno extraordinário, por qualquer razão.

LMS: Que cadeiras é que ensinava?

APB: História e Teoria. Mas eu entrei para a Escola no curso de 36 e apanhei a reforma de 1957 já como professor. Porque acabei o curso em 1957 e entrei em 1957 para a Escola. Eu fui um daqueles três vintes.

LMS: Depois surgiu o 25 de Abril e, tanto quanto sei, foi a única Escola que encerrou.

APB: Encerrou mesmo. Os alunos não admitiam os professores, os professores não admitiam os alunos. Toda a gente continuava na Escola – a Escola estava aberta, havia as Reuniões Gerais de alunos, havia as Reuniões Gerais dos professores, havia as Reuniões Gerais dos dois cursos, havia de facto uma ambiguidade muito grande, até que houve um facto externo à Escola que fez com que houvesse uma reunião geral em que se chegou a conclusões. Esse facto externo à Escola foi o arquitecto Nuno Portas que quis criar uma Escola nova. E então toda a Escola velha uniu-se.

LMS: Era para ser onde?

APB: Em Belém. Seria igual, segundo as regras que ele dissesse. Mas era um curso superior; era uma Escola que iria substituir aquela porque aquela não abria. E houve alguns professores, como o José Manuel Fernandes, que foi trabalhar com o Nuno Portas, e depois é que viu que de facto se enganou e foi um dos primeiros que actuou para se abrir, de facto, a Escola. Houve uma reunião geral. Entretanto, havia de facto vários grupos de alunos e professores a trabalharem, cada um a fazer o seu relatório. A Escola estava fechada, mas havia muita movimentação, o que não havia era aulas. E há mesmo um livro, um caderno sobre isso.

LMS: Tem esse caderno?

APB: Tenho, mas não sei onde.

LMS: Vou-lhe dar trabalho de casa.

APB: Não me dê porque estamos com grandes trabalhos. Estamos a iniciar grandes trabalhos. Eu estou lá, na Faculdade de Arquitectura. Uma coisa de há quinze dias. Vai ser uma surpresa muito curiosa porque fico a chefiar um grupo de trabalho que vai estudar uns trabalhos muito curiosos.

LMS: Se o arquitecto Nuno Portas estava a iniciar uma Escola, com certeza que ele englobaria os alunos do curso que tinha sido interrompido.

APB: Os alunos não quiseram nada com ele. Os alunos proibiram-no de entrar na Escola.

LMS: Por que motivo?

APB: ... Motivos pessoais, políticos... Havia de facto uma rivalidade entre as duas Escolas, a do Porto e a de Lisboa.

LMS: Mas o arquitecto Nuno Portas ainda não estava na Escola do Porto.

APB: Se não estava, estava quase. Os alunos proibiram-no de entrar na Escola.

LMS: Mas não iria abandonar a Escola anterior.

APB: Pode abandonar, pode chegar a uma Escola completamente nova. Tanto assim que apareceu a Escola que depois apareceu em 1976, que foi uma Escola completamente nova.

Durante esse tempo em que a Escola esteve fechada, vários grupos estudaram várias organizações para se criar uma Escola. E o Ministério quis, de facto, conhecer todos esses relatórios que foram feitos. E, nessa altura, o Ministro aprovou um desses

relatórios, que era um relatório que era feito pelo Frederico George, por mim, e pela Maria João Madeira Rodrigues, e por três alunos: a Margarida – que trabalhou com o Taveira muitos anos – um de dois irmãos gémeos que trabalham no [?] e um que foi director da Escola agora, o Manuel Couceiro. E esse relatório foi o aprovado pelo Ministro.

Nessa mesma altura houve uma RG [Reunião Geral] – dessas completas, de professores e alunos, tudo lá da Escola – e eu fui buscar o documento aprovado, e foi posto em consideração de toda a Escola, e foi aprovado pela Escola: alunos, professores, funcionários, ... A partir desse dia começou a funcionar. Houve um período de 15 dias ou um mês para determinarmos os alunos que estavam a terminar o curso antes de ser fechado: passou-se um trabalho para todos resolverem durante tanto tempo. Esses alunos seguiram a sua vida.

LMS: Não houve uma passagem administrativa?

APB: Nunca houve passagens administrativas. Quando abriu a Escola, a primeira coisa que se fez foi exames de admissão, logo. E fomos até tratados como fascistas – ninguém queria fazer exames de admissão. E houve tarefas, lá dentro, cadeiras no ar... Mas conseguiu-se que se fizessem exames de admissão. Para começar a sério. E daí em frente nunca mais houve problemas.

Posso-lhe dizer que, desde 1976 a 1989 foi a Escola mais feliz deste mundo. Primeiro, nunca houve um professor que entrasse que não fosse por mérito profissional. Houve um professor que teve medo e que foi para o Brasil. Mas, depois, tudo se acalmou e vieram. O Antero Ferreira. (O Antero Ferreira é que era professor, mas foi também a mulher dele. Ele e a mulher eram colegas. Ela trabalhava nas Casas do Povo). Não houve professor nenhum que tivesse saído, antes pelo contrário, entraram professores de todos os ramos políticos, desde o Xico Silva Dias, que era do Partido Comunista, até as extremas direitas. O Conduto, o Frederico George, ...

LMS: Mas havia pessoas de extrema direita nessa altura?

APB: Havia sim senhora. Havia várias pessoas que eram. Mas não houve nenhum problema com elas depois de se abrir a Escola. Cada um fez o seu trabalho. Posso dizer que é o meu mérito não olhar para a pessoa com rótulos: faziam o melhor possível, faziam o mais alegre possível, havia ratos... ninguém se importava que houvesse ratos, porque não havia dinheiro. A polícia do lado ia espreitar o que é que a gente estava a fazer – ia espreitar os bonecos e as meninas que estavam a desenhar. Mas tudo aquilo passava bem.

Foi a primeira Escola que começou a distribuir canudos. O aluno acabava o ano e recebia o seu canudo numa festa. A Escola tem filmes com essas festas.

Trouxe cá a Portugal todos os génios do pós-modernismo, trouxe cá os dos modernistas – principalmente franceses; trouxe cá a Associação Europeia do Ensino da Arquitectura,

quer fez um Congresso na Escola, quer os alunos, de toda a Europa, fizeram um Congresso na Escola. Durante esse ano, a Escola foi qualquer coisa de muito dinâmico. Ninguém se zangou, os extremos – esquerdas, direitas, etc. – todos se conjugavam. O Spies era extrema direita.

LMS: Houve um Encontro sobre o ensino da arquitectura.

APB: Houve. Mas esse foi cá, em Portugal.

LMS: Quais é que eram as principais linhas de orientação pedagógica?

APB: As linhas de orientação foram muito de acordo com a experiência feita anteriormente: procurar conjugar as disciplinas entre si, de maneira que não fossem estanques umas das outras e procurassem agregar o saber a projectos que fossem mesmo projectos de síntese. Projectos como projecto, mas como projectos de síntese de todas as disciplinas. E isso foi muito curioso porque os professores começaram a dar aulas em conjunto, e houve, de facto, durante dois, três anos – os anos quase finais – em que, de facto, a Escola ultrapassou todas as outras. Chegou a ter três mil alunos.

LMS: Quando diz três anos finais refere-se exactamente a que período?

APB: Dos meus três anos finais. Eu saí em nove de Agosto de 1991. Eu disse, em toda a minha vida, que em 1991 saía. Saí nessa altura para ir chefiar a Lusíada.

Havia os alunos do Porto que vinham cá tirar o curso a Lisboa e vinham todos os dias à Escola. Vinham de carro.

LMS: E o interesse deles seria essa alegria? No Porto seria muito espartilhado.

APB: Exacto. Era de facto alegre, via-se que ninguém estava ali a querer chumbar. Começou-se por só passar e chumbar, depois começou-se a meter notas... Enfim, houve um processo lento, porque houve cinco ou seis alterações, durante esse tempo, até ficar a última. Uma estrutura oblíqua: todos os anos havia uma experiência nova.

LMS: Os planos de estudos só foram regulamentados *a posteriori*.

APB: Muito tarde. Eram experimentados. Mais: professores da Escola do Porto vieram acabar a sua vida cá na Escola de Lisboa – mas têm medo de dizer.

LMS: Como por exemplo?

APB: O Viana de Lima. O professor Castel-Branco, e vários outros, dois ou três. E a Escola recebeu-os todos, nunca disse que não. O Formosinho Sanchez entrou. Não se entra com facilidade. Quando uma Escola não recebe um professor em determinada altura, é difícil voltar novamente. Administrativamente.

LMS: O 25 de Abril não teria quebrado essa rigidez?

APB: Mas os documentos mantiveram-se. Os Conselhos Científicos eram outras pessoas, mas os documentos eram sagrados. Tem de se arranjar uma maneira de se dar a volta para contornar as regras comuns, e nós arranjámos: considerámos que o Conselho Científico que anulou o Formosinho Sanchez não terminou – porque de facto não terminou – e eu reabri o processo, continuei-o. E nessa altura, ele entrou. Ele nunca julgou que fossemos nós.

LMS: Quer dizer que ele nunca esperaria que a Escola tivesse essa abertura?

APB: Mas teve. Não havia razão para ele se ir embora, era um bom professor.

LMS: Quando refere a Reunião Geral, e que, a partir desse dia, houve 15 dias em que estiveram a resolver-se os problemas dos alunos que vinham detrás – que dia era? Que ano lectivo era?

APB: Foi em 1976/77. Fez-se exames de admissão e começou-se nesse ano.

LMS: Desde Abril de 1974 a Setembro de 1976 o que é que se passou?

APB: Esteve-se a resolver os problemas. A Escola estava sempre aberta, nunca se fechou. E eu ia todos os dias à Escola, todos nós íamos todos os dias à Escola. Mesmo os alunos.

LMS: E quanto aos Seminários do pós-modernismo: foram organizados pelo Professor Tomas Taveira?

APB: Foram organizados por mim.

LMS: O Professor Taveira é um dos professores da experiência pedagógica, certo?

APB: Não, o Professor Taveira ainda não era professor, nessa altura. O Professor Taveira entrou depois, à volta disso. O exame final dele foi feito por mim. Por isso é que eu me lembro que foi já depois disso. E o outro professor que não entrou foi o que fez o concurso com ele. Já não me lembro do nome, era mais velho, bastante mais velho.

LMS: Eu associava o Professor Taveira às experiências pedagógicas.

APB: O Professor Taveira foi sempre uma pessoa muito individualista, muito ligado ao seu génio próprio. Digo com toda a franqueza: é o maior génio da arquitectura portuguesa. Não tenho dúvida. Muito melhor que o Siza e todos esses. O Siza, hoje, bate na mesma tecla. O Taveira, a obra que faz, é sempre obra nova. Aquela cabecinha está sempre a funcionar. (...). De extrema direita: estou-me agora a lembrar do professor Gonçalves de Proença. Foi ministro do anterior regime. E, no entanto, nenhuma Escola de Portugal o quis receber, depois de ele vir do Brasil, e a Faculdade

de Arquitectura recebeu-o. Porque não há razão nenhuma... as pessoas têm as suas fraquezas, etc..

LMS: O professor tinha identificação política?

APB: Eu era PSD. Mas lutava contra o PSD quando via que era injusto. Por exemplo, eu posso-lhe dizer que a pessoa mais inimiga, e que mais depois sofreu por ser do PSD, mas por votar contra o PSD quando era preciso, fui eu, em relação ao professor Cavaco Silva. O professor Cavaco, depois de eu não ter feito o que ele quis – porque houve um ano em que houve um concurso para reitor da Universidade Técnica, e era sempre um professor do Técnico. Não só por tradição, mas porque tinha maior número de alunos. Simplesmente, a Faculdade de Arquitectura, ao entrar, veio deslocar mais 50 alunos, ou 60 alunos ao todo. Ficou-se com mais alunos. E por isso era balança. E por isso, todos os partidos políticos iam pedir apoio, para ver se ficava o seu reitor. E a Escola votou naquele que ganhou, mas por ser, de facto, o mais justo, que era de Economia. E o problema económico, naquela altura, era muito grave. O outro reitor era do PSD [António Simões Lopes].

LMS: Portanto, naquela altura, todos tinham uma filiação política.

APB: Todos. Havia membros do Comité Central do Partido Comunista: o Silva Dias. Naquela altura o ambiente era muito diferente, porque tentava-se dominar o país e era tudo muito comum. As ideologias eram diferentes, mas o querer dominar o país era um facto. Lá na Escola é que nunca houve, de facto, isso. A Escola do Porto foi toda para um lado. E eu posso-lhe dizer isso com uma certa tristeza: é que, logo que eu saí, começaram os sarilhos políticos. Eu falava com todos, toda a gente era amiga.

LMS: O Professor Taveira imprimiu fortes influências em alguns alunos com as suas aulas.

APB: Se bem que ele desse poucas aulas. No período pré-25 de Abril sim. Nesse período, ele foi, de facto, brilhante. Depois do 25 de Abril transformou-se em estrela fora da Escola.

A organização dos Seminários foi minha. Eu estou por detrás de tudo. O que eu gosto é de responsabilizar pessoas.

LMS: Que influência é que acha que isso teve nos alunos?

APB: Muita. Mas teve muito mais influência o Congresso de alunos, do ensino da arquitectura, feito cá. Na medida em que discutiram muitos problemas, começaram a ver os problemas arquitectónicos como problemas arquitectónicos e não como problemas de banda política ou outras coisas. Viraram-se para arquitectura, devido ao peso dos alunos que vieram de fora. Chegaram a cá estar cinco mil alunos.

LMS: Quanto à arquitectura que se praticava fora da Escola, havia pouco trabalho.

APB: Havia mais do que agora. Qualquer arquitecto tinha qualquer coisa. Mesmo depois do 25 de Abril. Houve o SAAL que teve um período fixo na história. Mas, mesmo com o SAAL, os ateliers trabalhavam à vontade: quer arquitectura, quer urbanismo. Por exemplo, a Macropiano foi o maior atelier, até me ficarem a dever 500 mil escudos, todas as Câmaras. Eu trabalhava bastante com as Câmaras. Nós tínhamos um centro em Lisboa e criei um centro no Algarve, um centro em Trás-os-Montes e um centro no Ponte[?]. As pessoas que estavam a tomar conta desse centro começaram a roubar trabalhos: os trabalhos entravam para o meu atelier e depois saíam para outros ateliers que eles criavam. E assim, ficou toda a gente a dever uns aos outros. Tinha 60 pessoas a trabalhar comigo. Todos tinham sido alunos meus. Lembro-me do Bernardo Dupiás Alves – que tem uma data de restaurantes, hoje em dia. Tantos, tantos, tantos... Nós também entrámos na Escola a trabalhar com os alunos mais velhos. Nós pintávamos os trabalhos dos alunos mais velhos. O curso mais antigo, de 36 é o mais *avant-garde* possível. Tínhamos disciplinas que nunca tivemos e que o arquitecto precisa de ter: tinha teatro. Tinha música. Havia quatro anos, que eram o curso geral, e depois tinha o curso superior. O curso superior era livre. O professor podia não ir à aula. O que tinha era de se fazer um certo número de trabalhos.

LMS: Essa colaboração entre os alunos mais novos e os alunos mais velhos também se manteve depois do 25 de Abril?

APB: Acabou totalmente. Os alunos começavam a trabalhar em ateliers, depois começavam a roubar os trabalhos dos donos e depois criavam os seus ateliers. Eu cheguei, num dia, a tomar o comboio, que era mais rápido, para ir até Aveiro. Fui apresentar uns trabalhos em Aveiro. Depois tomei o barco para São Jacinto para tomar o avião em São Jacinto, para ir apresentar trabalhos a Viana do Castelo, e depois o mesmo avião ficou lá à espera e levou-me a Portimão, apresentar trabalhos em Portimão.

LMS: E trabalhos para a zona de Lisboa?

APB: Havia bastantes. Construíram-se muitas escolas. Fizemos a grande revolução das escolas, que se perdeu totalmente.

LMS: A propósito de Escolas, falemos no polo universitário da Ajuda. Na regulamentação da Comissão Instaladora vem como seu dever aprovar os planos das novas instalações. Mas não especifica quem é que o deve fazer nem em que circunstâncias.

APB: A reitoria criou, no seu centro, um grupo de trabalho para a resolução do polo da Ajuda. Mas é preciso saber-se os antecedentes do polo da Ajuda. O polo da Ajuda civil era um terreno em que existia uma coisa, que era a Festa do Avante. A Festa do Avante

era feita nos terrenos do polo da Ajuda. Começou a pensar-se no polo da Ajuda em 1981, 1982... E, como se quis criar novas escolas da Universidade Técnica, o terreno mais liberto que se viu que havia era, de facto, o da Ajuda.

LMS: De quem era o terreno?

APB: Era da Câmara. Por isso, o Estado teve de comprar os direitos... e o Avante saiu de lá e foi para a outra banda. Daí, essa equipa, que foi chefiada por mim, e que teve lá muita gente – lembro-me da arquitecta Manuela, lembro-me do arquitecto Luís, todos arquitectos da reitoria. Todas as reitorias têm de ter a sua equipa: há muitos edifícios para arranjar, estão-se sempre a estragar.

A primeira coisa que se fez foi uma coisa errada, que foi criar a Faculdade de Arquitectura antes de ter o plano do polo. Por isso eu pude escolher o melhor terreno: melhores vistas, melhor orientação, etc.. Para a Escola foi uma vantagem. As outras Escolas estão todas lá, e bem desenvolvidas, portanto não houve conflito.

LMS: Quando projectou a Faculdade de Arquitectura já sabia que o professor Taveira ia avançar com a ideia da Escola das Artes?

APB: Eu não tinha ideia que iam tirar o partido errado da Escola. A ideia era só um curso de arquitectura com toda a metodologia mais moderna que existisse no mundo. Nós tínhamos um núcleo de produção de matéria – um *studio* que produzia, de facto, transmissões, que estava sempre a criar matérias. E os computadores eram a base do ensino da arquitectura. Cada pavilhão correspondia a um ano. O aluno passava lá o dia inteiro, e a noite inteira. Tinha o seu lugar.

LMS: Não estava sobredimensionado para um único curso de arquitectura?

APB: Não. Eram 1500 alunos. Há-de reparar que as aulas eram todas abertas. Pode tirar-se o partido que se quiser daquela Escola. O que deixa é de funcionar como tinha sido pensado. Por exemplo: havia laboratórios só para trabalhos de urbanismo. Esses não foram construídos, está lá um anfiteatro. O grande pavilhão, do centro, era um Centro de Produção Artística.

LMS: Cada pavilhão correspondia a um ano, e cada sala seria de turmas diferentes que, por ser aberto, se inter-relacionavam.

APB: Cada 30 alunos, ou 20 alunos, não sei, tinha de facto um espaço, espaço esse que tinha vários espaços dentro dele. Tem aquela *mezzanine*: aquela *mezzanine* era a parte teórica da aula. E o professor, se queria desenvolver qualquer tema, subia acima, havia um ‘anfiteatrozinho’ pequenino que saía da parede, as pessoas sentavam-se e dava-se uma aula. Para explicar uma fechadura, como é que se desenhava uma fechadura, ou coisa que o valha.

Não havia aquele espaço fechado: aquilo era a biblioteca da aula. Ao passar um trabalho, a Escola era obrigada a meter lá livros que dessem para o trabalho. Por isso, aquele espaço era para todos aqueles 25 alunos estarem o ano inteiro.

E muitos espaços comuns. Por exemplo, aquele espaço muito grande que há naqueles pisos de baixo, era para trabalhos mecânicos.

Mas foi a Escola mais barata de todas.

LMS: O que é que sublinha como a maior concretização do período em que esteve à frente da Escola?

APB: Para mim, foi eu ter transformado a Escola num acto de produção de fenómenos arquitectónicos com a maior diversidade possível. Nunca procurei limitar um professor a não fazer aquilo que ele considerava ser a sua teoria total. Houve alunos que saíram pós-modernistas, houve alunos que saíram modernistas...

LMS: Como é que vê a geração que se formou, nesse período?

APB: Foi a geração charneira para os tempos de hoje. É como me vejo a mim: como a charneira.

No tempo de hoje, as escolas tendem a serem mais obrigatórias na conclusão dos trabalhos; quer dizer, todos os professores tendem a que os alunos sigam uma linha, e a linha é a linha que geralmente a Escola segue.

LMS: Qual é hoje a intenção da Faculdade de Arquitectura?

APB: Isso não sei. Eu saí da Faculdade de Arquitectura e pouco mais lá fui e voltei. Tive em várias outras. A grande charneira é a geração que obedecia a princípios diversos; hoje em dia, há tendência para o moderno, mesmo nessa geração. É certo que há muitos pós-modernistas, mas contam-se pelos dedos. De modernista, passou-se a moderno. Hoje em dia, podemos dizer que temos cinco grandes tendências na arquitectura, profundamente diferenciadas: a social – cada vez os países têm menos dinheiro, cada vez as escolas têm de pensar muito em gastar um prego. Numa escola ou num hospital em que se gaste um prego a mais, há uma que fica com um prego a menos, porque não há dinheiro. É uma economia de pensamento arquitectónico. As partes arquitectónicas são hierarquizadas consoante a finalidade profunda que têm, do caso que têm para resolver. Por exemplo, num caso de um hospital, os centros operatórios talvez seja o lugar onde, de facto, se deve ter mais atenção. O corredor é aquilo que menos serve; por isso, pode-se fazer estruturas arquitectónicas completamente diferentes retirando o corredor. Há-de reparar que todas as escolas, ou têm um corredor comprido de um dos lados, ou têm uma coisa quadrada com aulas todas à volta. Nunca se pensou que o corredor é um espaço a mais dentro de uma escola.

Não sei se conhece aquelas escolas preparatórias que foram feitas. As aulas eram pensadas para funcionar em pequenos núcleos, com todas as disciplinas, e as escolas de

menos tempo ficavam mais numa ponta, e as escolas com mais tempo noutra ponta, porque assim não tinha corredores.

LMS: Isso não é a filosofia que aplicou na Faculdade de Arquitectura?

APB: Exactamente. Pude fazer em maior.

LMS: Voltando atrás, o que é que acha que fazia diferente em relação a esse período em que dirigiu a Escola?

APB: Não fazia nada. Eu acho que foi um momento importantíssimo. Julgo que uma escola realiza-se quando é feliz. E uma escola é feliz quando não tem *casos*, ou quando os casos são resolvidos entre as pessoas.

LMS: Foi a partir da sua saída que acredita que a Escola tomou um rumo em que começaram os “casos”?

APB: Exacto. E principalmente quando um partido quis tomar conta da Escola, que foi o Partido Socialista. Com uma directora.

Mas saí porque quis, porque desde a minha entrada que 1991 era o ano limite.

LMS: Porque é que pôs esse limite?

APB: Eu não fazia ideia o que era a idade das pessoas. Hoje em dia sei o que é ter 83 anos. Lá, julgava que, de facto, 1991 era o limite, meu, físico para aguentar aquilo.

LMS: Como é que vê o ensino privado?

APB: O ensino privado poderia ser um grande ensino, mas não é. Porque a organização do ensino privado é sempre feita da seguinte maneira: há uma comissão cooperativa, que dirige economicamente a universidade. Essa cooperativa faz o que quer da universidade, tem uma lógica empresarial.

LMS: O que é que transportou da sua experiência da ESBAL para, por exemplo, a Lusíada?

APB: Anular esse princípio. Os meus primeiros cursos na Lusíada eram completamente diferentes daquilo que a cooperativa pretendia. A tal ponto que tive de sair com um processo disciplinar, porque não obedecia.

LMS: Como é que caracteriza os primeiros anos do curso da Lusíada?

APB: Muito bons, na continuidade da Escola de Lisboa: a mesma alegria; a mesma vontade de fazer pequenos núcleos em projecto; andar muito por Portugal inteiro, a Escola totalmente aberta ao exterior.

LMS: Porque é que a Escola de Lisboa estava tão encerrada em relação à Escola do Porto?

APB: Isso vem de antes de tudo isto. Vem da génese das duas Escolas. As duas Escolas nasceram pelo embate de Lisboa contra o Porto. Desde início, de quando se criaram as duas Escolas. A Escola de Lisboa – considerada ‘Escola Rei’ – e a Escola do Porto sempre a querer ultrapassar a Escola de Lisboa porque, na realidade, era na segunda cidade.

LMS: Sente que havia inveja, da parte da Escola do Porto?

APB: Ah sim, total. E daí o bairrismo de cada uma. Eu é que fiz muita pressão em procurar transformar isso; mas não consegui, nunca. Tudo isto estava aberto à Escola do Porto: enviava convites, ... Não ia pedir, mas enviar o convite é tudo. Quem não queria eram os alunos, porque os alunos, grande parte, eram alunos fugidos do Porto, porque não estavam de acordo com a orientação política, profundamente MRPP e etc.. Eu não estou a criticar o MRPP.

LMS: O curso do Porto seria mais difícil, e em Lisboa seria mais fácil tirar o curso...

APB: Nada disso. O que se dava possibilidade aos alunos era: sempre que eles quisessem trabalhar, trabalhassem a noite inteira. Eles podiam trabalhar o dia e a noite – a Escola estava sempre aberta. Isso fazia com que os trabalhos andassem mais depressa. Eles eram mais dinâmicos, e os professores mais dinâmicos, também; qualquer deles.

LMS: De que professores é que se lembra mais?

APB: De todos eles. Lembro-me de todos e não me lembro de nenhum, em particular. Todos nos dávamos bem.

LMS: Fale-me do Manuel Tainha.

APB: O Tainha foi chamado por mim, porque já não estava na Escola. O Daciano foi chamado por mim; estou a referir aqueles que a anterior Escola não tinha aceite.

LMS: O Professor Manuel Vicente também por lá passou. Foi chamado por si?

APB: Foi chamado por mim.

LMS: Porque é que ele saiu?

APB: Qualquer coisa política, mas isso antes do 25 de Abril. Depois, o Manuel Vicente estava em Macau. Vinha cá, ficava na Escola, dava umas aulas, etc., e depois voltava para Macau. Era uma opção pessoal dele, e de gosto pela Escola.

Todos eles puderam trabalhar à vontade. Mas todos os exemplos que me indagou, identificou-os com as pessoas que tiveram à frente. Eu procurava, de facto, que

houvesse uma pessoa que se responsabilizasse totalmente por aquele facto, porque essa pessoa depois vivia isso com muito mais força. Eu não precisava disso; agora, eles sim. Por exemplo, o Tomás Taveira: era conhecido como arquitecto, mas não era conhecido como pedagogo. Foi preciso haver esta conjugação com os pós-modernistas cá para ele começar a sentir que podia transportar isso.

LMS: O Professor Taveira aprendeu com a Escola?

APB: Aprendeu muitíssimo com a Escola. Até certa altura, ele copiava o que era mais avançado, mas sem saber porque é que os arquitectos faziam aquilo.

O Tainha, o Fernão Lopes Simões de Carvalho – que é um de que pouco se fala e que foi aluno do Le Corbusier e que trouxe pessoas que andavam à volta do Le Corbusier. Veio de África.

LMS: De outras disciplinas: quem é que destaca?

APB: De Geografia, o Ilídio do Amaral, o Jorge Gaspar. Em urbanismo... depende: se considerar um urbanismo muito orgânico, o Taveira era um bom urbanista; se for muito racional, o Costa Lobo era muito melhor, andava no Técnico e andava lá. Era muito racionalista. Havia professores muito bons: a Maria João Madeira Rodrigues, o [Artur Nobre de] Gusmão, a Maria Calado – a Maria [Calado] e a Margarida [Calado]...

LMS: Já havia informática?

APB: Nós comprámos o grande centro de informática. O grande computador inicial, que era um monstro, foi comprado pela Escola, por volta de 1990. Na altura em que eu saí, julgavam que iam tirar partido, mas não: venderam a outra universidade.

LMS: Antes desse instrumento, era tudo mais manual.

APB: Era mais manual, mas havia o Centro de computação e todo o aluno passava por ele, que era dirigido pelo Formosinho Sanchez. Eram computadores ordinários. Faziam Projecto ali.

LMS: Em que ano é que teve o primeiro computador lá na Escola, então?

APB: A Escola começou a ter dinheiro por volta de 1980. A primeira máquina que se comprou foi em 1980; a primeira fotocopiadora. Porque não havia dinheiro.

LMS: Como é que funcionava antes disso?

APB: Antes disso, com os vencimentos. Pagava-se aos professores. Material, luz, tudo isso havia dinheiro para pagar, não havia era investimento. A cabeça de cada um é que tirava partido do que tinha. Por volta de 1980 foi quando começou a pensar-se na nova Escola – no polo da Ajuda. Primeiro todo o jogo com o Partido Comunista para ficar

com o polo da Ajuda, com a Câmara de Lisboa; depois a Câmara não queria deixar por considerar uma zona verde... Houve muitos, muitos entraves.

LMS: Como é que funcionava a Comissão Instaladora?

APB: Era na própria Faculdade, era um gabinete em que as pessoas se reuniam. E com grandes problemas.

LMS: [combinações]

APB: [Quanto à entrevista] não quero rectificar nada. Acho óptimo você dizer aquilo que pensou. Eu não conto, no meio disto tudo. Eu nunca conto.

LMS: Não diga isso.

APB: É verdade. Dou só ideias.

A ideia que nós estamos aqui a trabalhar é a de fazer um estudo do património português em todos os países arábicos, e já estamos quase com o contrato feito. Vamos chamar pessoas das arábias para virem estudar em Portugal, para aprenderem a língua... Porque todos esses países – Abu Dhabi, Dubai, ... – são países muito recentes, não têm história.

LMS: Mas têm património português?

APB: Então não têm! É que a história desses países está cá. As nossas bibliotecas estão cheias daquilo que os vice-reis, etc., diziam daquelas zonas. E eles não têm. Então o estudo que nós propusemos é exactamente esse: primeiro, trazer de cada país três ou quatro estudantes que quisessem aprender o português e ver as nossas bibliotecas, Torres do Tombo, etc., para levar as histórias deles. Porque houve uma coisa que me fez impressão enorme: estive em Omã, e o Xeique de Omã disse-me assim: “Portugal é um país estranho. Vocês lá em Portugal chamam aos castelos ‘Castelos dos mouros’, e cá nós temos castelos portugueses. Nós não temos a nossa história cá”. E eu agarrei nisso.